



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

HANS PETER WIESER

**A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA MORAL NO
GÊNERO FOFOCA: ELEMENTOS PARA UMA
DESCRIÇÃO MICRO E MACROSSOCIAL DA
CONVERSAÇÃO COTIDIANA.**

**Fortaleza Ceará
2009**

HANS PETER WIESER

**A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA MORAL NO
GÊNERO FOFOCA: ELEMENTOS PARA UMA
DESCRIÇÃO MICRO E MACROSSOCIAL DA
CONVERSAÇÃO COTIDIANA.**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística

Área de Concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora:

Profa. Dra. Bernardete Biasi Rodrigues

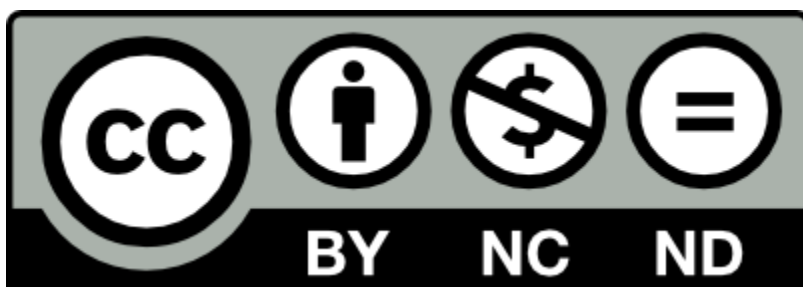
Coorientadora:

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

**FORTALEZA CEARÁ
2009**

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC



Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/> ou envie um pedido por carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

W648p

Wieser, Hans Peter.

A produção discursiva da moral no gênero fofoca [manuscrito] : elementos para uma descrição micro e macrosocial da conversação cotidiana / por Hans Peter Wieser. – 2009.

2 v. (851 f.) : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE),31/08/2009.

Orientação: Profª. Drª. Bernardete Biasi Rodrigues.

Inclui bibliografia.

1-FOFOCAS – ASPECTOS SOCIAIS.2-ANÁLISE DO DISCURSO.3-ANÁLISE DO DIÁLOGO.4-ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO.5-SOCIOLINGUÍSTICA.6-LÍNGUA PORTUGUESA - ASPECTOS SOCIAIS. I- Rodrigues, Bernardete Biasi, orientador.

II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística.III- Título.

CDD(22ª ed.) 302.24014

107/09

HANS PETER WIESER

**A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA MORAL NO
GÊNERO FOFOCA: ELEMENTOS PARA UMA
DESCRIÇÃO MICRO E MACROSSOCIAL DA
CONVERSAÇÃO COTIDIANA.**

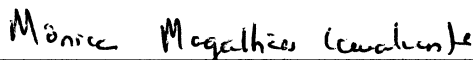
**Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito
parcial para a obtenção do grau de Doutora em Linguística. Linha de pesquisa:
Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.**

Aprovada em: 31/08/2009

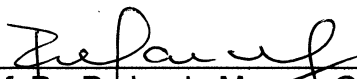
BANCA EXAMINADORA



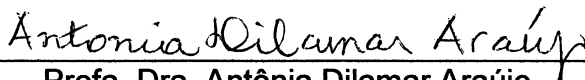
Profa. Dra. Bernardete B. Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC



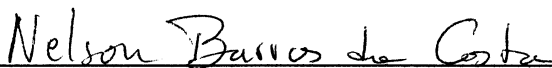
Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC



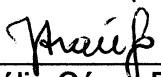
Prof. Dr. Pedro de Moraes Garcez
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS



Profa. Dra. Antônia Dilamar Araújo
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Nelson Barros da Costa
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Júlio César Rosa Araújo
Universidade Federal do Ceará – UFC

Aos meus pais Richard e Helma,
pelo amor e dedicação com que me educaram.

A Lizete pelo amor e companheirismo incondicionais.
Sem tua presença nada teria sido possível.

Aos meus filhos Lourenço, Claudia e Eduardo
que sempre tinham a me oferecer um sorriso
de incentivo, um abraço confortante.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Este não foi um trabalho acadêmico comum. Na caminhada que me conduziu a esta tese travei mais uma vez uma luta pela minha vida. Por dois longos anos, fui afastado de todos os meus estudos, enfrentando diariamente a possibilidade bem concreta de nunca mais recuperar a minha saúde. Andei por um vale de trevas que pareceu infinito, mas, para minha felicidade e salvação, pude contar com a ajuda de Deus, numerosas pessoas e algumas instituições. Todos foram muito importantes, cada um a sua maneira. Na impossibilidade de mencionar todas elas, expresso aqui o meu agradecimento àquelas que mais marcaram este percurso.

Á DEUS, pela vida.

❖ Á minha equipe médica, especialmente:

- ao meu cirurgião chefe Dr. Francisco Jean Crispim Ribeiro, pela preciosa amizade, pelo carinho e pela sabedoria, pela dedicação total ao seu paciente e pela coragem com que me ajudou a tomar decisões muito difíceis;
- aos cirurgiões Dr. Beethoven Barbosa Landim e Dr. Francisco Leopoldo Albuquerque Filho e Dr. Robert William de Azevedo Bringel pelo otimismo e pela mão segura com que sabem trabalhar;
- ao meu amigo e Clínico geral Dr. George Magalhães, pela experiência, pelos bons conselhos, pela disponibilidade e por ter feito uma descoberta perturbadora e, desse modo, ter evitado um mal ainda pior;
- ao staff de enfermeiros e enfermeiras da Clínica São Carlos, pelo atendimento sempre atencioso e acolhedor;
- ao meu oncologista Dr. Ronaldo de Albuquerque Ribeiro do Instituto do Câncer do Ceará, pela competência extraordinária e por ter me incluído no seu programa experimental;
- ao meu radiologista Dr. Renato Pierre Lima do Instituto do Câncer do Ceará pela dedicação, pelo diálogo constante e por saber dosar na medida correta;

- ao meu radiologista Dr. Jesus Irajacy F. da Costa da Clínica Radiológica RADIUS, por ter me dado apenas notícias boas nesses últimos anos;
 - ao Centro de Diagnóstico do Hospital Sírio Libanês;
 - ao staff do Centro de Diagnóstico por Imagem Boghos Boyadjian, pela eficiência e rapidez do seu trabalho;
 - ao staff do Centro de Diagnóstico por Imagem Beroaldojurema, também pela eficiência e rapidez do seu trabalho e
 - ao laboratório Emílio Ribas, pela seriedade dos seus exames;
- ❖ à minha equipe acadêmica, nomeadamente:
- à Dra. Bernardete Biasi Rodrigues, minha orientadora, pela postura amigável durante meus anos de estudo na UFC, pelo carinho, apoio e otimismo, pela disposição ao diálogo, pelos conselhos e observações e por ter aceito, sem colocar nenhum entrave, a participação de outra especialista neste trabalho, pela paciência e pela confiança em mim depositada;
 - à Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, minha coorientadora e amiga, pelo exemplo de profissionalismo, pela receptividade com que aceitou participar na orientação desta investigação, pela leitura crítica e pelas sugestões tão profícuas e pertinentes oferecidas para o aprimoramento ao longo do trabalho;
 - ao Dr. Pedro de Moraes Garcez e ao Dr. Nelson Barros da Costa por ter aceito o convite de observar a minha atividade de observação e participar na minha banca de defesa;
 - ao Dr. Júlio César Rosa de Araújo, pela participação na minha banca de defesa, bem como pela leitura crítica e pelas contribuições valiosas por ocasião do exame de qualificação;
 - à Dra. Antônia Dilamar Araújo, pela participação na minha banca de defesa e pela presteza com que me forneceu literatura rara;
 - à Dra. Ingedore G. Villaça Koch e ao Dr. Luiz Antônio Marchuschi, pelos ensinamentos ao longo dos meus estudos
 - aos Doutores Emília Maria Peixoto Farias, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin, José Lemos Monteiro, Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista, Maria

Elias Soares e Márluce Coan com os quais cursei disciplinas que contribuíram para minha formação acadêmica durante o doutorado;

- ao Dr. Pedro Henrique Lima Praxedes Filho, pelo olhar crítico, pela competência e pela preciosa amizade;
- à Dra. Áurea Zavam, pelo apoio e pelas sugestões valiosas para a confecção deste trabalho e, sobretudo, pela amizade prestimosa;
- ao Dr. Hardarik Blühdorn, pela amizade e pelo convite de um estágio no Instituto de Língua Alemã (IDS) em Mannheim que, por força maior, não se realizou;
- ao amigo e colega Ms. Francisco Sandro Martins pela revisão de partes desta tese;
- aos participantes anônimos desta pesquisa pela pronta colaboração;
- à Universidade Estadual do Ceará (UECE) por ter compreendido a necessidade de qualificação de seus professores e ter me liberado dos meus deveres no último ano do doutorado;
- aos colegas do Centro de Humanidades da UECE pela amizade e solidariedade demonstradas;
- aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pela atenção dispensada nas questões burocráticas que implicam todo o processo do curso de doutorado;
- aos colegas de mestrado e doutorado, pelos conselhos construtivos;
- aos amigos, Wiebke e Yanko pelo carinho, o apoio e o companheirismo

Meus sinceros agradecimentos.

“O pesquisador interdisciplinar, mais do que qualquer outro, é um nômade, um rei sem reino.”

(Guy Olivier Faure, *A constituição da interdisciplinaridade*)

„Alle Denkwege führen in Richtung Wahrheit, aber keiner endet am Ziel. Eine der vielen Ursachen dafür ist, dass schon der Begriff Wahrheit nicht fassbar ist. Wo sich die Wahrnehmungen ändern, ändert sich auch die Wahrheit. Vielleicht gibt es nur eine erlebbare Wahrheit, dort nämlich, wo viele Wege sich treffen, die in entgegengesetzte Richtungen führen.“

(Frieder Lauxmann, *Vom Nutzen des unnützen Denkens*.¹)

¹ Todos os caminhos do pensar levam em direção à verdade, mas nenhum termina no fim. Uma das muitas razões é que o conceito da verdade não é palpável. Quando as percepções mudam, muda-se também a verdade. Talvez haja somente uma verdade que se pode experimentar, nomeadamente, lá onde muitos caminhos se cruzam e levam em direções opostas. (Frieder Lauxmann. *Da utilidade do pensamento inútil*).

RESUMO

O presente trabalho ocupa-se da produção de sentidos moralizantes no discurso oral coloquial, especificamente no gênero fofoca, sob a perspectiva da relação dialética entre os eventos discursivos e os contextos situacionais e socioculturais. O objetivo da pesquisa, então, é descrever, interpretar e explicar as características linguísticas da fofoca e seus efeitos sociais em contextos situacionais e socioculturais relevantes. Sendo um produto da tensão entre dois sistemas sociais – a interação, que privilegia os participantes presentes, e a sociedade, que postula sua neutralidade –, o mexerico é um objeto de pesquisa que exige tanto argumentação interacional quanto sistêmica. Consequentemente, a investigação baseia-se no papel que esse gênero desempenha no inventário comunicativo da sociedade com ferramentas analíticas que permitem uma combinação ou uma troca entre as referências sistêmicas relevantes. Apresenta-se uma abordagem integrativa que une certas perspectivas da língua e do discurso com a teoria e a pesquisa sociológicas. Mais especificamente, articula-se a análise dos eventos conversacionais com conceitos etnográficos e sociointeracionais e, em seguida, exploram-se os efeitos ideológicos das práticas discursivas com base na Linguística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso. No intuito de contribuir para uma teoria social da fofoca, mostra-se, também, que o repertório conceitual da Teoria dos Sistemas é tão aberto e flexível que pode integrar os resultados empíricos das outras abordagens enquanto usa suas próprias ferramentas para explicar o sistema interacional como uma forma autônoma de comunicação. Metodologicamente, procede-se a um levantamento das características típicas de casos individuais de fofoca, reconstruídos em transcrições de gravações em minidisco. Primeiramente, focaliza-se a ordem interacional, ou seja, questões da sequenciação da interação, dos esquemas e padrões conversacionais, da troca de turnos e das pistas de contextualização que sinalizam o quadro interpretativo relevante para as diferentes contribuições. Em seguida, a atenção é dirigida mais para o nível semântico, buscando saber como os aspectos ideacional e interpessoal adquirem, por meio dos diferentes elementos textuais, significado para formar uma unidade coerente. Num terceiro passo, enfocam-se problemas da interrelação entre o microtexto do sistema interacional e as macroestruturas da sociedade, perguntando em que sentido as microinterações verbais são determinadas pelas macroestruturas sociais e como aquelas podem contribuir cumulativamente para a reprodução dessas estruturas. Os resultados mostram que a prática do mexerico é uma resposta funcionalmente adequada a certo problema comunicativo imposto pelo contexto da interação conversacional e pelo ambiente sociocultural: a fofoca pode ser considerada como um gênero comunicativo que contribui para a produção discursiva da moral de uma sociedade. Servindo a esse propósito comunicativo, esse gênero do discurso oral combina duas estratégias comunicativas: evita o conflito moral com pessoas presentes e tematiza simultaneamente o motivo desse conflito na comunicação com terceiros.

Palavras-chave: Fofoca. Discurso moral. Conversação cotidiana. Debate micro-macro

ABSTRACT

This work deals with the production of moralizing meanings within colloquial spoken discourse – via the gossip genre – under the perspective of the dialectic relationship between the discursive events and the situational as well as the socio-cultural contexts. The aim of the research is, thus, to describe, interpret, and explain the linguistic characteristics of gossips and their social effects within relevant situational as well as socio-cultural contexts. Being a product of the tension between two social systems – interaction, which gives precedence to present participants, and society, which claims its neutrality, gossips make up a research object that requires both an interactional and a systemic argumentation. Accordingly, we second our investigation about this genre's role within society's communicative inventory upon analytical tools that allow a combination of or an exchange between the relevant systemic references. We introduce an integrating approach that unites some language and discourse perspectives with sociological theory and research. More specifically, we articulate the analysis of the conversational events with ethnographic and socio-interactional concepts in order to explore, next, the ideological effects of discursive practices by way of Systemic-Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis. For the purpose of contributing to the formulation of a social theory of gossip, we also demonstrate that the conceptual repertoire of Systems Theory is so open and flexible that it can integrate the empirical results arrived at through the other approaches at the same time as it uses its own tools to explain the interactional system as an autonomous form of communication. Methodologically, we make an inventory of the typical characteristics of individual samples of gossip, reconstructed in transcriptions of recordings done on minidisc. Firstly, we focus upon the interactional order, that is, upon issues relative to the interaction sequencing, the conversational schemes and patterns, turn taking, and the contextualization hints that signal the interpretative frame relevant for the different contributions. Secondly, we draw our attention more towards the semantic level, willing to learn how the ideational and interpersonal aspects acquire, via the different textual elements, meaning aimed at construing a coherent unity. Thirdly, we focus upon issues concerning the interrelationship between the interactional system's microtext and society's macrostructures, raising questions as with how the verbal microinteractions are determined by the social macrostructures and how the former can contribute cumulatively to the latter's reproduction. The findings show that gossiping is a functionally suitable response to a certain communicative problem imposed both by the context of the conversational interaction and by the socio-cultural environment: Gossips might be considered as a communicative genre that contributes to the discursive production of a society's morality. Upon meeting such a communicative purpose, they bring together two communicative strategies: They serve to avoid the moral conflict with present persons and simultaneously thematize its cause within a conversation with a third party.

Keywords: gossip, moral discourse, casual conversation, micro-macro linkage

ZUSAMMENFASSUNG

In der Perspektive des dialektischen Verhältnisses zwischen Diskursereignis und situativem und soziokulturellem Kontext beschäftigt sich die vorliegende Arbeit mit der Produktion von moralischem Sinn im mündlichen Alltagsdiskurs mithilfe der Textsorte Klatsch. Das Forschungsziel ist folglich, die sprachlichen Merkmale des Klatsches und seine sozialen Auswirkungen in bestimmten situativen und soziokulturellen Kontexten zu beschreiben, zu interpretieren und zu erklären. Da der Klatsch ein Produkt der Spannung zwischen zwei sozialen Systemen ist – der Interaktion, die die Anwesenden privilegiert, und der Gesellschaft, die ihre Neutralität postuliert – haben wir es mit einem Forschungsobjekt zu tun, das sowohl eine interaktionale als auch eine systemische Erklärung erfordert. Deshalb stützen wir unsere Nachforschungen über die Rolle dieser Textsorte im kommunikativen Haushalt der Gesellschaft auf analytische Werkzeuge, die eine Kombination oder einen Wechsel zwischen den relevanten Systemreferenzen erlauben. Wir stellen einen integrativen Ansatz vor, der bestimmte sprachliche und diskursive Perspektiven mit der soziologischen Theorie und Forschung verbindet: Wir verbinden die Analyse der Gesprächsereignisse mit ethnographischen und soziointeraktionalen Konzepten und erforschen dann die ideologischen Wirkungen der Diskurspraktiken mittels der systemisch-funktionalen Linguistik und der Kritischen Diskursanalyse. In der Absicht, zu einer Sozialtheorie des Klatsches beizutragen, zeigen wir auch, dass das Begriffsregister der Systemtheorie so offen und flexibel ist, dass es die empirischen Ergebnisse der anderen Ansätze integrieren kann, während sie ihre eigenen Werkzeuge verwendet, um das Interaktionssystem als eine autonome Kommunikationsform zu erklären. Methodologisch erläutern wir an Einzelfällen die typischen Merkmale des Klatsches, so wie sie in Transkriptionen von Aufnahmen auf Minidiskette rekonstruiert wurden. Zunächst fokussieren wir die Interaktionsordnung, das heißt Fragen der Interaktionssequenzierung, der Konversationsschemata und –muster, des Gesprächsschrittwechsels und der Kontextualisierungshinweise, die den relevanten Interpretationsrahmen für die verschiedenen Gesprächsbeiträge signalisieren. Dann richten wir unsere Aufmerksamkeit mehr auf die semantische Ebene und wollen wissen, wie die ideationellen und interpersonalen Aspekte durch die verschiedenen Textelemente Sinn bekommen, um eine kohärente Einheit zu bilden. Im dritten Schritt fokussieren wir dann Probleme des Verhältnisses zwischen der Mikroebene des Interaktionssystems und den Makrostrukturen der Gesellschaft, indem wir danach fragen, in welchem Sinn die sprachlichen Mikrointeraktionen von den sozialen Makrostrukturen bestimmt werden und wie jene kumulativ zur Reproduktion dieser Strukturen beitragen können. Die Ergebnisse zeigen, dass die Klatschpraxis eine funktional angemessene Antwort ist auf ein bestimmtes kommunikatives Problem, das vom konversationellen Interaktionskontext und vom soziokulturellen Umfeld aus gestellt wird: der Klatsch kann als kommunikative Textsorte angesehen werden, die zur diskursiven Produktion der Moral einer Gesellschaft beiträgt. Indem er diesem Kommunikationsziel dient, kombiniert er zwei Kommunikationsstrategien: er vermeidet den moralischen Konflikt mit Anwesenden, und thematisiert gleichzeitig das Motiv dieses Konfliktes in der Kommunikation mit Dritten.

Schlüsselwörter: Klatsch, moralischer Diskurs, Alltagsgespräch, Vernetzung von Mikro und Makroebene

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 01	— O modelo etnográfico da comunicação	148
Quadro 02	— Estratégias para execução do <i>FTA</i>	173
Quadro 03	— A estratificação do contexto	201
Quadro 04	— As três variáveis contextuais do registro	208
Quadro 05	— A linguagem e seu meio ambiente semiótico	210
Quadro 06	— As opções básicas do sistema de avaliatividade	218
Quadro 07	— Dimensões do discurso e da análise do discurso	263
Quadro 08	— As três perspectivas da análise crítica do discurso	267
Quadro 09	— Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional	271
Quadro 10	— As funções discursivas da fofoca como objeto de pesquisa conforme o quadro teórico da ACD	274
Quadro 11	— Os três níveis analíticos da teoria geral dos sistemas	284
Quadro 12	— Tipologia dos sistemas	285
Quadro 13	— A diferenciação funcional dos subsistemas sociais na sociedade moderna	287
Quadro 14	— O processo comunicativo	290
Quadro 15	— A contingência dupla	301
Quadro 16	— A comunicação como seleção tríplice	306
Quadro 17	— O acoplamento estrutural entre sistemas psíquicos e sociais	311
Quadro 18	— O preconceito em ação	371
Quadro 19	— Um manual para produzir fofocas éticas	628

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 01	— A sucessão de temas e subtemas	521
Tabela 02	— Os temas dos mexericos em 136 sociedades classificados conforme 8 fatores	624

ÍNDICE DAS IMAGENS

Imagem 01	— A Difamação de Apeles (Sandro Botticelli)	342
-----------	---	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DOS EXCERTOS

NÚMERO	PÁG.	NÚMERO	PÁG.
Excerto 1	423	Excerto 24	452
Excerto 2	427	Excerto 25	457
Excerto 3	433	Excerto 26	458
Excerto 4	433	Excerto 27	459
Excerto 5	435	Excerto 28	462
Excerto 6	435	Excerto 29	462
Excerto 7	436	Excerto 30	463
Excerto 8	437	Excerto 31	464
Excerto 9	437	Excerto 32	468
Excerto 10	437	Excerto 33:	475
Excerto 11	438	Excerto 34	478
Excerto 12	438	Excerto 35	493
Excerto 13	438	Excerto 36	494
Excerto 14	439	Excerto 37	495
Excerto 15	443	Excerto 38	495
Excerto 16	445	Excerto 39	496
Excerto 17	448	Excerto 40	496
Excerto 18	449	Excerto 41	497
Excerto 19	449	Excerto 42	497
Excerto 20	449	Excerto 43	497
Excerto 21	451	Excerto 44	498
Excerto 22	451	Excerto 45	509
Excerto 23	452	Excerto 46	514

NÚMERO	PÁG.	NÚMERO	PÁG.
Excerto 47	527	Excerto 73	557
Excerto 48.....	528	Excerto 74	565
Excerto 49	528	Excerto 75	570
Excerto 50	529	Excerto 76	570
Excerto 51	530	Excerto 77	570
Excerto 52	530	Excerto 78	570
Excerto 53	532	Excerto 79	571
Excerto 54	532	Excerto 80	571
Excerto 55	533	Excerto 81	571
Excerto 56	533	Excerto 82	572
Excerto 57	534	Excerto 83	573
Excerto 58	535	Excerto 84	573
Excerto 59	536	Excerto 85	574
Excerto 60	537	Excerto 86	574
Excerto 61	538	Excerto 87	575
Excerto 62	540	Excerto 88	575
Excerto 63	540	Excerto 89	583
Excerto 64	542	Excerto 90	583
Excerto 65	542	Excerto 91	583
Excerto 66	543	Excerto 92	587
Excerto 67	543	Excerto 93	588
Excerto 68	545	Excerto 94	588
Excerto 69	545	Excerto 95	588
Excerto 70	546	Excerto 96	589
Excerto 71	554	Excerto 97	589
Excerto 72	556	Excerto 98	590

NÚMERO	PÁG.	NÚMERO	PÁG.
Excerto 99	590	Excerto 125	598
Excerto 100	590	Excerto 126	598
Excerto 101	590	Excerto 127	598
Excerto 102	591	Excerto 128	599
Excerto 103	591	Excerto 129	599
Excerto 104	591	Excerto 130	599
Excerto 105	591	Excerto 131	599
Excerto 106	592	Excerto 132	600
Excerto 107	592	Excerto 133	600
Excerto 108	592	Excerto 134	600
Excerto 109	593	Excerto 135	601
Excerto 110	593	Excerto 136	601
Excerto 111	593	Excerto 137	601
Excerto 112	593	Excerto 138	601
Excerto 113	594	Excerto 139	602
Excerto 114	594	Excerto 140	605
Excerto 115	594	Excerto 141	605
Excerto 116	594	Excerto 142	637
Excerto 117	595	Excerto 143	706
Excerto 118	595		
Excerto 119	596		
Excerto 120	596		
Excerto 121	597		
Excerto 122	597		
Excerto 123	597		
Excerto 124	598		

CONVENÇÕES PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	(())	((incompreensível, 0,2s))
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	pra saber se esse vinho (está na temperatura)
Truncamento	/	eu quero que/ eu quero
Entonação enfática (para facilitar a leitura, a maiúscula é usada também no início de nomes próprios e de orações)	MAIÚSCULAS	seu BREGA você não PODE botar queijo nesse prato
Prolongamento de vogais e consoantes (como s, r)	:	aíí
	::	é um Merlooo
Silabação	–	que coisa ri-dí-cu-la!
Entonação descendente indicando finalização do enunciado	.	Eu nem comi.
Entonação contínua indicando prosseguimento da fala	,	Aí, ela sugeriu lá uns pratos, só que pedindo opinião
Enunciado com entonação de exclamação	!	Não se faz isso!
Enunciado com entonação de pergunta	?	Porque não?
Pausas breves	•	diz aí/ • diz aí sabe
	••	obedeceu todas as regras •• quando foi na hora de colocar
	•••	tá na temperatura x ••• pra poder comer
Pausas longas	((sec))	((2s))
Ligação rápida entre duas unidades entonacionais	—	em cima do macarrão, — Ela quase o matou
Comentários do analista	<i>itálico</i>	<i>copos estão soando</i>

SUMÁRIO

1. A guisa de introdução	1
1.1. Apresentando o tema da pesquisa e três questões relacionadas	1
1.2. Contextualização teórica e empírica da pesquisa	7
1.3. Objetivos da pesquisa	12
1.4. Relevância da pesquisa	15
1.5. Plano da tese	18
2. A produção discursiva da moral	25
2.1. Algumas considerações necessárias sobre os conceitos de ética, moral e moralidade	26
2.2. A integração da sociedade pela internalização de normas e valores socioculturais	30
2.3. A moral na comunicação cotidiana	40
2.4. A moral da sociedade	48
3. Quadro epistemológico	62
3.1. Do positivismo ao construtivismo	62
3.2. A problemática micro-macro	66
3.3. Propostas para lançar uma ponte entre micro e macro análises	73
3.4. O discurso como elo entre o agir individual e as estruturas macrossociais	85
4. Teorias interpretativas de interações entre participantes da cena social cotidiana	91
4.1. Algumas considerações necessárias sobre a terminologia básica	93
4.1.1. O diálogo	96
4.1.2. A conversação	97
4.1.3. O discurso	100
4.1.4. O texto	112
4.1.5. A diferença entre discurso e texto	115
4.1.6. A oralidade e a escrita	117
4.1.7. As duas dimensões principais do discurso: o contexto e a linguagem	128
4.2. A análise da conversação	132
4.3. A etnografia da comunicação e a teoria da contextualização	146
4.4. Consciência humana, individualidade e comportamento	151
4.5. A reprodução do mundo da vida pela ação comunicativa social	156
4.6. A ordem interacional	159
4.7. Reflexividade e indicialidade	162
4.8. A multifuncionalidade dos enunciados	167
4.9. O trabalho de face	169
4.10. Linguagem, interação e organização social	176
4.11. Pequeno balanço da fenomenologia social	180
5. Linguagem, ideologia e organização social	183
5.1. Elementos da análise do discurso	186
5.1.1. Um empreendimento empírico	188
5.1.2. O caráter interdisciplinar	189

5.1.3.	Alguns objetos de estudo	190
5.1.3.1.	As estratégias de solidariedade e discordância	191
5.1.3.2.	Os aspectos não verbais e não vocais	193
5.1.3.3.	Os gêneros comunicativos	194
5.2.	A linguística sistêmico-funcional	204
5.3.	A dimensão ideológica da linguagem	222
5.3.1.	Ideologia e vida cotidiana	223
5.3.2.	Pequeno percurso histórico do conceito da ideologia	231
5.3.3.	A teoria semiótica da ideologia	235
5.3.4.	As abordagens críticas da relação entre ideologia e discurso	243
5.3.5.	A teoria sociocognitiva da ideologia	247
5.4.	A análise crítica do discurso	255
6.	A teoria dos sistemas sociais	278
6.1.	Algumas características de sistemas autorreferenciais	280
6.2.	A tipologia dos sistemas	283
6.3.	A observação como operação básica dos sistemas autorreferenciais	289
6.4.	A produção do sentido	294
6.5.	As três dimensões do sentido	297
6.6.	A contingência dupla	300
6.7.	Informação, ato comunicativo e compreensão	304
6.8.	A generalização do sentido	309
6.9.	A interpenetração dos sistemas	310
6.10.	A relação entre a consciência e a comunicação social	312
6.11.	A autorreferencialidade do sistema interacional	314
6.11.1.	Presença e ausência como traços distintivos do sistema interacional	315
6.11.2.	A autodeterminação dos sistemas interacionais	317
6.11.3.	A reprodução dos aspectos contextuais	321
6.11.3.1.	O contexto temporal, espacial e social	322
6.11.3.2.	A categoria da pessoa e os papéis sociais	325
6.11.3.3.	O estoque cultural de temas socialmente elaborados	328
6.11.3.4.	Os valores culturais	331
6.11.3.5.	A metacomunicação	333
6.11.3.6.	A tipologia dos gêneros comunicativos	334
6.12.	Considerações finais	335
7.	O gênero fofoca: uma indiscrição discreta	338
7.1.	A importância da contextualização do mexerico	338
7.2.	A reputação da fofoca	342
7.3.	As abordagens funcionais e estratégicas à fofoca	350
7.4.	As origens evolucionárias da fofoca	362
7.5.	O humor e a fofoca	365
7.6.	A fofoca e o preconceito social	367
7.7.	Conformismo ou resistência à ordem hegemônica?	372

8. Considerações metodológicas	376
8.1. O estudo da fofoca como pesquisa empírico-qualitativa da sociedade	376
8.2. Os principais passos metodológicos	383
8.3. A coleta de dados	387
8.4. Considerações éticas e legais sobre a coleta de dados conversacionais	393
8.5. O arquivamento e a transcrição dos dados	398
8.6. A análise interpretativa dos dados	405
9. Um estudo de caso	413
9.1. A máquina conversacional e a ordem ritual das interações	418
9.1.1. As dimensões analíticas da conversação cotidiana	420
9.1.2. Processos da sincronização interacional	440
9.1.2.1. A segmentação interna dos turnos	454
9.1.2.2. A gestão da alternância dos turnos de fala	461
9.1.2.3. A organização das sequências conversacionais	473
9.1.2.3.1. A concatenação gramatical dos turnos	474
9.1.2.3.2. A concatenação funcional-comunicativa dos turnos	476
9.1.2.4. A macroorganização da conversação	504
9.1.3. A organização do conteúdo temático	509
9.1.3.1. O aspecto formal-estrutural da organização temática	526
9.1.3.2. O aspecto conteudístico da organização temática	548
9.1.4. O aspecto interpessoal da organização conversacional	561
9.1.5. A constituição da reciprocidade	603
10 A fofoca como gênero comunicativo	612
10.1 O enquadramento da fofoca num modelo semiótico-discursivo de comunicação	614
10.2 A fofoca como prática discursiva	627
10.2.1 A função social e a estrutura básica da fofoca	631
10.2.2 Fatores variáveis nas condições de produção que influenciam a fofoca	650
11 A fofoca na comunicação entre pessoas copresentes	658
11.1 Comunicação em vez de ação	661
11.2 A falta de diferenciação interna como traço essencial do sistema interacional	668
11.3 Formas de autodeterminação interativa	682
11.3.1 A categoria de pessoa	683
11.3.2 As semânticas cultivadas	685
11.3.3 Os temas socialmente elaborados	686
11.3.4 Os valores culturais	695
11.3.5. A fofoca na sociedade e na interação	701

Considerações finais	716
Referências bibliográficas	734
Apêndice – Transcrição de uma conversaçoão gravada em minidisco	807

1 À guisa de introdução

Profecto, cum appetitus in nobis frustra non sit, desideramus scire nos ignorare. Hoc si ad plenum assequi poterimus, doctam ignorantiam assequemur. Nihil enim homini etiam studiosissimo in doctrina perfectius adveniet quam in ipsa ignorantia, quae sibi propria est, doctissimum reperiri; et tanto quis doctior erit, quanto se sciverit magis ignorantem. In quem finem de ipsa docta ignorantia pauca quaedam scribendi labores assumpsi.

Nikolaus Cusanus. *De docta ignorantia* (1440).¹

1.1 Apresentando o tema da pesquisa e três questões relacionadas

Onde for que as pessoas se juntem para **conversar** num clima de confidencialidade, pode-se observar que os interlocutores percebem imediatamente cada vez que o fluxo dos turnos conversacionais toca em assuntos com relação às características ou aos comportamentos de pessoas momentaneamente ausentes, mas, em certo grau, conhecidas por todos os membros do grupo em questão. Evidentemente, há poucos assuntos mais interessantes do que a índole dos nossos semelhantes mais ou menos próximos ou as suas atividades privadas. “Todas as relações humanas”, diz Simmel (1950, p. 323), “baseiam-se no fato de que cada pessoa sabe, a respeito do outro, um pouco além daquilo que o outro revelaria voluntariamente a ele; e as coisas que ele sabe são, muitas vezes, assuntos cujo conhecimento o outro (se tivesse consciência desse conhecimento) consideraria indesejável”.

A citação de Simmel apresenta, num golpe de luz, o **tema** da nossa tese: a reconstrução da produção interativa de sentido através da análise objetiva, sistemática e abrangente das estruturas conversacionais, das motivações funcionais e das atividades semânticas peculiares de um gênero comunicativo cotidiano². Mais

¹ Como, além disso, nosso desejo de saber não é sem razão, certamente, desejamos, sob as condições indicadas, saber o que não sabemos. Se podemos inteiramente alcançar esse [conhecimento de nossa ignorância], alcançaremos a ignorância instruída. Pois até mesmo o homem mais bem versado em aprender alcançará nada mais perfeito na ciência do que ser considerado o mais bem instruído na ignorância que o distingue. Quanto mais ele saiba que não sabe tanto mais instruído ele será. Para este fim, me esforcei de escrever algumas coisas sobre a ignorância instruída (NICOLAU DE CUSA. *A docta ignorantia*, 1440).

² No trabalho presente, adotamos o termo técnico “gênero comunicativo” de acordo com as pressuposições teóricas da sociologia do conhecimento de Luckmann (1986, 1988) e Günthner e Knoblauch (1994); (cf. esp.: cap. 5.1.3.3).

concretamente, trata-se de focalizar um tipo de **produção comunicativa da moral**, conhecido universalmente como **mexerico** (português), *comadreria* (espanhol), *comméragé* (francês), *gossip* (inglês), *Klatsch* (alemão) ou por outras palavras que se referem a um comportamento comunicativo que consiste na apresentação meticulosa, prazerosa e, às vezes, astuciosa de informações sigilosas e segredinhos íntimos de pessoas ausentes num tom que demonstra (ou simula) perplexidade ou revolta diante de atos ou acontecimentos que, supostamente, não obedecem a padrões aceitos e, portanto, violam convenções morais ou regras comuns de decoro.

Em nosso entender, participar de uma fofoca significa, inevitavelmente, observar as pessoas ou as suas condutas por um ponto de vista moral, ou seja, significa avaliar os outros de acordo com critérios como “bom” vs. “mau”/“ruim” ou “certo” vs. “errado”. “Bom”, nesse sentido, não significa “vantajoso para mim aqui e neste momento”, mas quer dizer “bom por si mesmo”, “simplesmente bom”. Feita essa restrição, qualquer assunto pode ser tratado como um assunto moral, ou seja, como uma questão fundamental de valores considerados como norteadores das relações humanas e da conduta dos atores sociais. O adjetivo “moral”, então, não denota uma qualidade ontológica que pode ou deve ser atribuída a um tema em questão – por exemplo: ao “casamento gay”, à clonagem humana, à eutanásia, ou ao aborto – mas refere-se, sobretudo, a uma modalidade na qual um tema é discutido. Tratando-se, sobretudo, de uma **modalidade de enunciação**, a comunicação moral pode interpenetrar todos os temas e pode ser veiculada através de todas as formas conversacionais. Pela mesma razão, o discurso moral aloja-se em todos os outros discursos (econômico, jurídico, político, religioso, etc.) e os afeta, formando, por assim dizer, um tipo de “superdiscurso” da sociedade (LUHMANN, 1989, p. 359).

Toda fofoca, enquanto atividade linguageira cotidiana do homem, em situação de troca social, é realizada a partir de uma relação recíproca entre sentido e forma a qual, de uma maneira ou outra, produz uma experiência que, geralmente, combina prazer e um sentimento de culpa. Quem procura conhecer a si mesmo sem auto-engano, sem preconceito ou falso moralismo, percebe logo que o mexerico, entendido como habilidade social e não como um defeito de caráter, faz parte de nós e é uma parte essencial do que faz os grupos em que nos inscrevemos funcionar do

modo como, de fato, funcionam. Também é importante saber que a fofoca não deve ser vista apenas como um gênero particular da interação entre pessoas copresentes, mas que se trata igualmente de uma forma especial de comunicação pela qual a sociedade atualiza sua moral e a concretiza na interação, fazendo-a passar do sistema abstrato de normas e valores socioculturais para o plano da enunciação. Assumindo essa dupla perspectiva sobre o sistema interacional e sobre o sistema da sociedade como um todo, nosso interesse diz respeito, primeiramente, à seguinte questão:

Como os fofoqueiros ou as fofoqueiras³ realizam continuamente a construção comunicativa da moral numa prática de linguagem que, de uma maneira ou outra, produz as mais diversas ofertas de sentido socioculturais?

Além da produção comunicativa da moral, o traço definitório mais evidente do mexerico é que os interlocutores falam de uma maneira pejorativa sobre o comportamento ou as características de pessoas ausentes. Falando mal dos outros, os mexeriqueiros interpretam seu mundo, ocupam posições ideológicas, fortalecem os laços de solidariedade entre si e definem o que seja apropriado conforme as normas e as convenções vigentes do seu grupo de relação. Sobressai-se, também, que os mexericos, como muitos outros gêneros comunicativos do discurso cotidiano, não se revelam como imediatamente utilitários (EGGINS & SLADE, 1997: 19). De fato, eles são motivados pela diminuição da diferença de conhecimentos informais, pela negociação de relações interpessoais e por aspectos da produção e reprodução de uma identidade social. Levando em consideração esses aspectos essenciais do gênero fofoca, a segunda questão desse trabalho é então:

Como os fofoqueiros, ao contar detalhes sobre a vida de pessoas ausentes, compartilham seus valores morais e suas visões do mundo e constroem e manejam suas identidades e relações sociais?

³ A distinção, aqui, entre as formas masculina e feminina dá ocasião, imediatamente, a duas observações: primeiro, a prioridade gramatical do masculino que se observa em tantas estruturas do português reflete a condição feminina da vida e tem sua significação social e política (Coulthard, 1991); segundo, contrariando a tendência geral do sistema da língua, o uso das palavras fofoqueiro e fofoqueira mostra que a categoria *não* marcada, nesse caso, é a feminina. É preciso investigar, ainda, as razões e o significado sociais dessa afinidade semântica entre a mulher e a atividade comunicativa da “fofocagem”. No trabalho presente, usa-se como termo genérico a forma masculina para evitar o perigo de contribuir numa desvalorização estereotipada da mulher.

As duas primeiras questões, evidentemente, colocam no centro das suas indagações a figura do fofoqueiro como agente social que atua concretamente na realidade, que constrói as estruturas sociais mediante a ação social e lhe confere sentido no intuito de alcançar determinados fins. Assim sendo, essas perguntas convidam a procurar por respostas através de ferramentas conceituais que têm sua origem nas **teorias sobre o agir humano**. Contudo, uma visão abrangente do mexerico não pode passar por cima da observação comum de que há, na vida cotidiana dos indivíduos, uma relação recíproca entre, de um lado, as ações microscópicas que compõem as trocas conversacionais cotidianas e, do outro, as estruturas macroscópicas (por exemplo: os sistemas de símbolos ou de distribuição de prestígio) que delimitam e, simultaneamente, possibilitam as interações face a face. Mais concretamente, é de se pressupor ora que a realização de uma fofoca num determinado contexto situacional é afeiçoada e influenciada por características do contexto sociocultural, ora que as negociações microscópicas dos fofoqueiros exprimem as condições sociais objetivas e se combinam para (re)produzir ou alterar certas características macroscópicas.

Para poder abordar cientificamente essa relação entre o contexto situacional e o contexto sociocultural mais amplo, é preciso estabelecer **um elo entre a agentividade e a estrutura sociocultural**, ou seja, entre as microanálises e macroanálises da realidade social. Explicamo-nos melhor: se voltamos para nossa definição inicial do mexerico, sobressai que essa noção aproximativa do nosso objeto de pesquisa, ao apoiar-se, principalmente, nos conceitos da moral e da ausência, já coloca o problema de fundo que nos ocupa no presente trabalho: os dois conceitos usados para distinguir o mexerico de outras formas da reconstrução conversacional de eventos passados não pertencem ao mesmo nível ou ordem de abstração (cf. KIESSLERLING, 1999, p. 303).

De um lado, a referência à **moral** – enquanto conjunto de princípios, valores e preceitos característicos de um grupo social que os estabelece e defende – diz respeito a fenômenos socioculturais que pertencem ao nível da sociedade como um todo; ao mesmo tempo que organiza a vida de uma comunidade humana e norteia as relações sociais e a conduta dos membros desse grupo (diferenciando

comportamentos proscritos, desaconselhados, permitidos ou ideais), a moral, certamente, envolve processos que ocorrem além do horizonte espaço-temporal de uma experiência interacional imediata.

O conceito da **ausência**, por outro lado, destaca uma distinção que tem uma importância essencial apenas com relação à interação entre pessoas copresentes; a sociedade, enquanto ambiente humano em que o indivíduo se encontra integrado, baseia-se em valores e normas relevantes para *todos* os membros que são unidos pelo sentimento de grupo, independentemente da questão de quais deles estejam presentes ou não numa determinada interação face a face. A fofoca como fenômeno comunicativo, então, obtém sua unidade genérica a partir da tensão entre essas duas referências: a primeira em relação à sociedade e a segunda, concernente à interação. Em outras palavras: toda fofoca representa uma interação conversacional entre pessoas copresentes na qual se faz uso da moral de uma sociedade (KIESERLING, 1998, p. 388).

Posta em evidência a “unidade precária” (KIESERLING, 1998, p. 388) do nosso objeto de pesquisa, é indiscutível que um trabalho integral sobre o mexerico deve desenvolver-se ao longo de uma linha de pensamento que aponte para **duas direções**: para uma teoria sobre as interações face a face e para uma teoria sobre a cultura e as estruturas macrossociais. Em nosso entender, na medida em que a fofoca não se apresenta apenas como um tipo particular de interação, mas também como uma forma de reflexão da sociedade, é conveniente atacar – como terceira questão deste trabalho – um problema fundamental da fenomenologia social humana:

Será que a ordem social é constantemente reconstruída pela negociação entre os agentes sociais envolvidos nas interações ou será que essa ordem se impõe como matriz que estrutura os comportamentos dos interlocutores?

Como veremos mais adiante, é possível, por princípio, responder a essa pergunta de três maneiras diferentes: primeiro, através de uma **visão determinista** que vê os aspectos globais definindo as interações locais; em segundo lugar,

através de um **modelo voluntarista** que pressupõe que tudo o que acontece na sociedade pode, em última razão, ser reduzido às forças da vontade individual; e, finalmente, através de uma explicação que supõe a possibilidade de **influências mútuas** que agem em ambas as direções.

É de conhecimento geral que as duas primeiras maneiras de responder deram origem a dois paradigmas científicos opostos: um que prioriza a natureza do agir humano e outro que coloca a relação entre a estrutura da sociedade e da cultura no seu centro. Os adeptos da terceira maneira de responder, então, sugerem que já é hora de fazer um uso mais criativo do paradoxo da causalidade circular inerente aos dois primeiros paradigmas, de tal modo que cheguemos ao conhecimento de um, por assim dizer, **mecanismo de ligação** entre a ação humana e a estrutura social que permita aceitar as duas primeiras respostas como simultaneamente corretas. Sem deixar de discutir, no devido lugar, os méritos e as desvantagens das duas primeiras opções, o presente trabalho visa explorar as possibilidades da terceira explicação e, por conseguinte, usa a fofoca como um meio de investigação para exemplificar como a pesquisa das atividades languageiras pode lidar, teórica e metodologicamente, com a integração da agentividade e da estrutura e com a relação entre os níveis micro e macro da análise social.

Para concluir, o **tema central** do presente trabalho é a **fofoca**, especialmente, sua realização nas práticas languageiras cotidianas, suas funções na vida comum dos agentes sociais e seu papel no inventário comunicativo⁴ (*kommunikativer Haushalt*⁵) da sociedade. Ao perceber esse gênero comunicativo predominantemente pela perspectiva da **produção comunicativa da moral**, buscamos respostas a dificuldades teóricas e práticas que envolvem a relação entre as capacidades subjetivas dos agentes sociais e as forças objetivas que decorrem da ordem sociocultural.

⁴ O termo "inventário comunicativo" (*kommunikativer Haushalt*) foi introduzido por Thomas Luckmann (1988). O inventário comunicativo de uma sociedade compõe-se de todas as possibilidades que os membros de uma sociedade têm para agir comunicativamente no seu mundo da vida. Fazem parte do inventário comunicativo, gêneros comunicativos como a confissão auricular, a piada ou a fofoca e padrões variáveis de formulação como as saudações ou os agradecimentos.

⁵ No presente trabalho, procuramos resolver as dificuldades na tradução da terminologia de duas maneiras: a) deixaremos, no original, os termos que não podem ser traduzidos para o português ou que dificilmente encontrarão um termo correspondente nessa língua; b) acrescentaremos, à tradução portuguesa, o termo inglês, francês ou alemão quando a tradução portuguesa envolver pequenas modificações semânticas.

1.2 Contextualização teórica e empírica da pesquisa

Vemos o mexerico e a moral atrás dele como uma oportunidade importante para uma compreensão melhor da engrenagem entre interação e sociedade. Sentimo-nos apoiados nesse pensamento por Georg Simmel que – de acordo com Turner (1986, p. 95) – tinha afirmado que “qualquer item da cultura pode ser o ponto de partida para uma pesquisa sociológica sobre a natureza da totalidade [de uma sociedade].” Levando, então, em consideração que a fofoca se apresenta ao pesquisador interessado como um fenômeno cultural muito complexo, é natural que a exploração científica dos seus aspectos mais impressionantes e mais relevantes pede uma **abordagem multidisciplinar** que contemple tanto os espaços locais das interações e relações privadas quanto a dimensão translocal das condições macrossociais de produção, recepção e distribuição de bens sociais, sobretudo, os de ordem valorativa e moral que orientam o comportamento humano.

De fato, diante de um tema tão intrincado, é oportuno manter o espírito aberto, evitar a adoção irrefletida de uma perspectiva unilateral e responder à necessidade de constantes requestionamentos, transformações e redefinições conceituais (em função da descoberta de novos dados ou novas interpretações) com uma postura de **flexibilidade teórica e metodológica** a qual permite elucidar conexões entre os eventos conversacionais, os padrões comunicativos correspondentes e as diferenciações funcionais e estruturais no nível macrossocial. Numa perspectiva sintética, articuladora de diferentes paradigmas teóricos, uniremos, portanto, diversos pontos de vista, modelos e metodologias para mostrar como a fala-em-interação pode tornar-se um objeto de análise fértil para uma compreensão mais abrangente da relação dialética entre linguagem e sociedade e entre agentividade e estrutura social.

A análise de um gênero comunicativo (LUCKMANN, 1986, 1988, 1990, 1992, 1995; BERGER & LUCKMANN, 1985) como a fofoca exige que o pesquisador se mova em dois campos de jogo ou dois campos paradigmáticos e procure dar respostas ao problema de como as ecologias local e global possam ser ligadas. Dito

de outro modo, para poder esclarecer melhor como os diferentes níveis da realidade social se encaixam mutuamente, convém assumir alternadamente as **perspectivas microscópica e macroscópica** e associar, dialeticamente, a singularidade dos acontecimentos interacionais com a generalidade dos grandes dispositivos sociais, tornando saliente, desta forma, as imbricações existentes entre um evento discursivo particular e os processos e estruturas socioculturais.

De fato, aproveitamos a ocasião para investigar uma forma específica da interação entre pessoas copresentes para inscrever-nos num campo teórico essencial das ciências humanas e sociais, no qual se discute tradicionalmente a relação dialética entre, de um lado, o **princípio da autonomia**, que declara a vontade humana livre para tomar decisões e determinar suas ações e, do outro, o **princípio do determinismo**, que afirma serem todos os acontecimentos e ações fruto direto do meio, da história e da ordem social, que se impõem às escolhas das pessoas e às condutas individuais.

Como se sabe, o antagonismo presente nesses dois princípios exprime-se em **dois paradigmas opostos** das ciências sociais e humanas. Desse modo, observa-se que “uma linha de pensamento da teoria social (incluindo o interacionismo simbólico e a hermenêutica) ressalt[a] as habilidades dos agentes sociais para criar e administrar o mundo social em que eles viv[em]” (EDGAR & SEDGWICK, 2002, p. 112). A outra linha, no entanto, que inclui teorias sociais mais ortodoxas como o marxismo estrutural e o funcionalismo estrutural, “tend[e] a enfatizar exclusivamente a natureza organizada da sociedade, de modo que a sociedade [é] apresentada como existindo independentemente dos agentes que a com[põem]” (*id. ibid.*). Ao desenvolver uma solução plausível para as aporias inerentes às dicotomias de ação-estrutura e de sujeito-objeto, o presente trabalho contribui para lançar uma ponte entre esses dois paradigmas e entre as microanálises e macroanálises da realidade social e pretende contribuir, desse modo, para suprir uma lacuna no estudo da inter-relação entre evento discursivo, gênero comunicativo e contexto sociocultural.

Para poder levar em conta essa dupla face do nosso objeto de pesquisa é preciso, antes de tudo, adotar uma **teoria da linguagem** que pense a palavra em

relação à sociedade e compreenda o discurso como uma encruzilhada de produções linguageiras e lugares sociais. Além disso, é necessário, também, desenvolver uma **argumentação sociológica** que pense os espaços sociais em relação às atividades de linguagem que os constituem e que recorra, na análise dessa relação, tanto a teorias sobre o **agir humano** quanto a teorias sobre as **estruturas macrossociais**. A propósito, as primeiras – como vimos – têm como fundamento os agentes individuais e as suas atividades intencionais e tentam, a partir da lógica das ações e da agregação de ações, explicar o surgimento e a sedimentação das instituições e das estruturas sociais; por outro lado, as segundas caminham no sentido oposto e explicam a vontade e as ações individuais pelas estruturas sociais vigentes, cujo desenvolvimento e cujas alterações se realizam de acordo com princípios próprios. Em síntese, procurando uma passagem segura entre a Cila de descrever a realização de um mexerico como um imprevisto permanente e a Caribde de vê-lo como um enredo totalmente predeterminado pelas posições anteriormente ocupadas por sujeitos discursivamente constituídos, optamos por um movimento pendular entre a teoria da ação e a teoria funcional-estruturalista, no intuito de explorar tanto a perspectiva “de dentro” da cena social quanto a perspectiva panorâmica “de fora” dela.

Quanto à **teoria da linguagem** que sirva aos nossos intentos, entendemos que o conceito de **gênero comunicativo** (LUCKMANN, 1986, 1988, 1990, 1992, 1995; BERGER & LUCKMANN, 1985) tem um papel crucial na integração teórica das dimensões linguística e social, na medida em que esclarece os processos comunicacionais e funcionais que estão envolvidos na expectabilidade e repetibilidade dos acontecimentos discursivos e na construção de representações sociais e posicionamentos identitários. Como a experiência mostra, as atividades de linguagem relevantes para uma sociedade formam padrões típicos que servem como soluções mais ou menos formalizadas e mais ou menos fixas para problemas comunicativos repetitivos. Desse modo, toda interação verbal é orientada por um gênero comunicativo conveniente cuja escolha é influenciada por fatores situacionais, funcionais e socioculturais. É de se pressupor, por conseguinte, que os fofoqueiros também se submetam a determinadas regras genéricas para poder sincronizar seus turnos, negociar suas relações interpessoais e interpretar suas contribuições temáticas.

Na medida em que os gêneros comunicativos não refletem apenas o contexto social, mas contribuem igualmente na sua constituição, é oportuno dizer que é seu conhecimento que torna as comunicações compreensíveis. De fato, adotar um gênero comunicativo e adaptá-lo a uma interação concreta significa, fundamentalmente, abrir um determinado **horizonte** de intenções, pressuposições, possibilidades semânticas e posições ideológicas. Por conseguinte, a análise das estratégias retóricas escolhidas, por exemplo, para exprimir proximidade ou distância social, para focalizar um conceito ou um tema ou para relegá-los ao segundo plano põe em evidência os sentidos ocultos provenientes de suposições, prioridades e valores implícitos. Por tudo isso, os gêneros são produtos históricos e culturais que funcionam como elo entre os conhecimentos subjetivos individuais e as estruturas sociais.

No que se refere à **argumentação sociológica** complementar à análise empírica dos padrões genéricos da fofoca, sugerimos que um caminho viável para superar os antagonismos teórico-metodológicos entre as abordagens centradas no conceito do sujeito-agente social (por exemplo: etnometodologia, etnografia, interacionismo simbólico) e as abordagens centradas nos grandes dispositivos macrossociais (teoria do conflito, estruturalismo, neofuncionalismo) é lançar mão de uma teoria que seja tão abrangente que as diferentes posições epistemológicas não precisem mais ser vistas como contraditórias, mas possam ser consideradas – no sentido da unidade da ciência do humano – como focalizações de diferentes segmentos da realidade socialmente construída. Sem entrar neste capítulo introdutório nos detalhes, a **teoria geral dos sistemas** autopoieticos (ou seja, teoria dos sistemas que têm a capacidade de produzirem a si mesmos) satisfaz muito bem essa exigência e evita qualquer essencialismo ontológico ao introduzir o conceito do **sistema-observador**, que constrói sua própria realidade (observação de primeira ordem), que observa, eventualmente, como outros observadores constroem a deles (observação de segunda ordem) e que – no decorrer das suas operações de observação – assume, necessariamente, uma determinada perspectiva de observação a partir da qual ele constitui um sentido (LUHMANN, 1984 e 1997).

Na perspectiva da teoria dos sistemas, somos parte de um processo contínuo de auto-organização: o mundo dos fenômenos produz o sujeito e o sujeito produz o mundo dos fenômenos. Ao observar esse processo, podemos abandonar perguntas ontológicas do tipo: “O que são sujeitos e será que eles podem agir intencionalmente?” Em vez disso, ocupamo-nos da questão de **qual perspectiva contempla qual referência sistêmica** e quais causalidades são atualizadas por ela. Adotando a fundamentação epistemológica da teoria sistêmica, é possível, então, verificar – entre outras coisas – o que se pode ganhar quando, no cotidiano, fingimos que os sujeitos e as ações intencionais realmente existem.

Num quadro teórico-conceitual, então, que sugere ver o recurso à linguagem da intencionalidade ou, alternadamente, à força explicativa de parâmetros/variáveis estruturais como o uso de diferentes **caixas de ferramentas** ou enquadres culturais para realizar, em diferentes posições ou situações, diferentes tipos de trabalhos culturais, é possível abordar fenômenos cotidianos como a fofoca, fertilmente, de acordo com a finalidade da pesquisa, a partir de uma multiplicidade de perspectivas teóricas. A distinção entre diferentes ordens de observação (teoria cotidiana/senso comum vs. teoria científica) não facilita apenas a solução de velhas aporias, mas torna obsoleta, também, a separação tradicional entre, de um lado, as análises microssociais das relações face a face e, do outro, as análises macrossociais das relações entre as estruturas e condições mais gerais da vida social que se impõem às situações interacionais mais específicas.

Vale dizer que a escolha pela teoria dos sistemas é inteiramente motivada por **duas razões**: de um lado, é de se pressupor que as teorias da interação face a face tenham muito a ganhar com um embasamento teórico mais amplo que permita ultrapassar a descrição de fatores situacionais e encaixar os eventos discursivos no contexto mais amplo dos sistemas socioculturais; do outro, é possível demonstrar também que as microanálises empíricas oferecem numerosos pontos de convergência com a teoria dos sistemas e que os modelos abstratos da teoria dos sistemas podem lucrar com a pesquisa de campo e as análises empíricas que comprovam (ou não) a viabilidade das suas propostas, demonstrando como as macroestruturas sociais são (re)produzidas nos processos interacionais.

Recapitulando, sinteticamente, o que foi dito até o momento sobre o mexerico como gênero comunicativo que reflete vários níveis de complexidade cultural e, portanto, abre uma janela para uma visão mais integral da construção social da realidade, ressaltamos que – em consequência da arquitetura teórica e investigativa escolhida – a perspectiva micro dos agentes sociais não é incompatível, necessariamente, com a dimensão mais ampla das estruturas sociais. Em nosso entender, a teoria dos sistemas fornece as ferramentas conceituais necessárias para superar o extremismo das abordagens polarizadoras do passado e para criar mais espaço para a **integração de perspectivas teóricas complementares**. Nossa linha de pensamento parte, portanto, do pressuposto que existe um conjunto de concepções sistêmicas que são relevantes para a aplicação em temas de interesse da análise de práticas discursivas e da produção de sentidos no cotidiano.

Para concluir, situando-nos em diferentes ângulos, pautamos nosso trabalho nos moldes de uma pesquisa qualitativa transdisciplinar, micro e macroteórica, que une certas abordagens da linguagem e do discurso com a teoria e a pesquisa sociológicas. Esse tipo de “mistura de teorias”, evidentemente, expõe-se à crítica de transgredir ilegitimamente as fronteiras que separam as diferentes disciplinas científicas. Contudo, a nosso ver é possível rejeitar esse pensamento “positivista” com o argumento da unidade fundamental da ciência do humano (cf. por ex.: BRONCKART, 2006, p. 10): é ilusório acreditar que seja possível explicar os objetos e subobjetos de conhecimento cada um de acordo com sua própria economia ou sistemática sem admitir relações de interdependência, por exemplo, entre aspectos cognitivos, linguísticos e sócio-históricos.

1.3 Objetivos da pesquisa

Nossa estratégia de procurar e explorar pontos possíveis de ligação permite-nos experimentar e comparar sucessivamente um conjunto considerável de ferramentas teóricas e analíticas de diferentes escolas de pensamento e disciplinas sociossemióticas e sociológicas para atingir o **objetivo geral** do presente trabalho que é o de **descrever** como certas atividades languageiras orais caracterizáveis

como focos transformam nosso meio em um contexto social e culturalmente significativo e como as condições linguísticas e socioculturais preexistentes simultaneamente possibilitam e delimitam a construção de sentido nesse tipo de interação humana. Mais concretamente, isso significa que – na tentativa de **entrelaçar** dialeticamente o plano do comportamento dos agentes sociais e o plano que resulta da conjugação de variáveis macrossociológicas – procuramos **estabelecer** uma ligação entre, de um lado, o mexerico como prática discursiva que, via agregação de interações microsociais, contribui com a construção social da realidade e, do outro, a moral como exemplo de um grande dispositivo social que, universalmente, regula ou informa a vida cotidiana.

Dito de outra maneira: partindo de uma diagnose metateórica da relação entre, de um lado, as abordagens que se concentram no indivíduo e nas possibilidades do agir humano e, do outro, as que se interessam mais pela sociedade e pelas forças determinantes das suas estruturas, ocupamo-nos no presente trabalho com a integração dos fundamentos teóricos de várias abordagens que, à primeira vista, são contraditórias. Só para dar um exemplo: a análise da conversação é tradicionalmente criticada por contemplar um excesso de parâmetros linguísticos, em detrimento das variáveis do contexto, enquanto outras escolas de pensamento, como a análise crítica do discurso, são repreendidas frequentemente por circular dentro de comentários estritamente culturais e ideológicas, sem o exame acurado de aspectos linguísticos. O presente trabalho, então, objetiva **mostrar** uma solução viável desse impasse, propondo um tratamento teórico-metodológico mais flexível dos gêneros orais que aproveita os pontos de ligação entre as microteorias e as macroteorias já estabelecidas.

Isso significa que, diferentemente da maioria das escolas de pensamento que teorizam a interação dando o papel metodologicamente decisivo ao sujeito-agente com suas intenções e seus motivos habituais, não pretendemos **estudar** instâncias de um gênero comunicativo *somente* pelo motivo de mostrar como alguns mexeriqueiros tematizam – de modo divertido e, às vezes, malicioso – informações não confirmadas sobre outras pessoas com o resultado de cometer “indiscrições discretas” (BERGMANN, 1987), as quais satisfazem certas necessidades emocionais ou aspirações sociais de uns enquanto mancham a reputação de outros.

Sem querer diminuir os méritos incontestáveis desse tipo de pesquisa, realçamos que esta pesquisa se situa numa perspectiva mais abrangente, pois visa **observar** o modo como o universo social se desdobra num pequeno nada da vida cotidiana com o intuito de **chegar** a conclusões sobre a relação entre agentividade e estrutura e **propor** uma visão da realidade social como expressão simultânea da consciência de agentes sociais, dos sistemas interacionais, e das semânticas desenvolvidas dos sistemas funcionais da sociedade.

Assumir tamanha tarefa inclui **três objetivos específicos**: primeiramente, propomos-nos a **descrever** a organização elementar e a estrutura genérica das conversas fofoqueiras, bem como as condições externas e o propósito social que, tipicamente, caracterizam a produção interativa de um mexerico. Além disso, interessamos-nos pela construção da moral no sistema interacional; nossa pesquisa, portanto, objetiva **realizar** uma investigação crítica das contribuições que a conversa cotidiana e a fofoca, particularmente, podem fazer na formação da identidade dos agentes sociais e na reprodução dos sistemas de crenças e valores que fundamentam a realidade socialmente construída. Finalmente, pretendemos **introduzir** um quadro teórico-conceitual integrante que nos permite mudar deliberadamente nosso foco entre a análise microssocial das relações face a face e a análise macrossocial das relações entre as estruturas e condições mais gerais da vida social.

Diante dessas metas, adotamos **duas estratégias** de pesquisa: **primeiramente**, levamos por diante as premissas teóricas e os procedimentos metodológicos das abordagens de orientação fenomenológica como são divulgados e aplicados também nos trabalhos linguísticos brasileiros (por ex.: KOCH & BARROS, 1997; PRETI, 1999a, 1999b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006a, 2006b; MARCUSCHI, 2001, 2007a, 2007b). Com o objetivo de mostrar “o estado atual da arte”, completamos essas abordagens com conceitos e modelos da linguística sistêmico-funcional (HALLIDAY & HASAN, 1989; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; MARTIN & WHITE, 2006) e da análise crítica do discurso de (FAIRCLOUGH, 1989, 1995, 2001, 2003). **Em segundo lugar**, comparamos as abordagens teóricas do agir humano que se fundamentam na consciência humana e num conceito intencional da ação comunicativa, (por ex.: AHEARN, 2001; BERGER

& LUCKMANN, 2001; BLUMER, 1969; BRONCKART, 2008; GARFINKEL, 1967; GOFFMAN, 2001; GUMPERZ, 1992; HABERMAS, 1987; HYMES, 1972a; MEAD, 1967; SACKS, 1992) com a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (por ex.: 1972, 1981a, 1981b, 1981c, 1984, 1985, 1988a, 1988b, 1990a, 1997) que – como veremos mais adiante – oferece muitos pontos de ligação com os conceitos e modelos do paradigma interpretativo.

Assim sendo, vale ressaltar que, no centro dos nossos objetivos, encontra-se a pressuposição de que a prática da pesquisa no âmbito da análise da conversação, da etnometodologia ou do interacionismo simbólico constitui o seu objeto de pesquisa *implicitamente* como um sistema interacional autorreferencial, ou seja, como uma ordem social *sui generis* caracterizada pela fugacidade, irreversibilidade e sequencialidade dos seus processos elementares. Em nosso entender, a forma desse mesmo objeto pode ser compreendida muito bem com as ferramentas conceituais da teoria dos sistemas (autopoiéticos e autorreferenciais). Nossa tarefa, então, é **explicitar** essas pressuposições implícitas das abordagens micro; **indicar** as possibilidades de conexões entre as abordagens micro e macro e **demonstrar** a relevância do potencial metodológico das abordagens fenomenológicas para uma perspectiva sistêmica da comunicação. Como resultado desse percurso, espera-se que o leitor seja convencido das vantagens que uma perspectiva holística pode trazer não apenas para a prática de pesquisa no âmbito de teorias fenomenológicas, mas também para o desenvolvimento futuro de modelos teórico-sistêmicos.

Para concluir, o **objetivo geral** do presente trabalho é construir uma noção abrangente do mexerico que responda às três questões levantadas inicialmente, levando-nos, passo a passo, a explorar as **conexões** entre o trabalho social efetuado pelas **microinterações** que compõem as conversações cotidianas e o **mundo macrossocial** no qual os eventos discursivos se desdobram rotineiramente.

1.4 Relevância da pesquisa

Toda interação comunicativa representa um processo simultaneamente local e global, mas o que se observa, tradicionalmente, é que existem **pesquisadores especializados** no estudo pormenorizado da organização social do sistema interacional, que diminuem a importância de conceitos, teorias e argumentações macrossociais, preferindo construir uma ciência do humano autodelimitada a uma perspectiva interacionista; outros, por sua vez, depositam sua confiança em categorias estruturais como população, classe social, status, norma ou instituição e omitem levar em consideração os padrões comunicativos e a dinâmica interpessoal das cadeias de interações rituais pelas quais os agentes sociais, continuamente, constroem seu mundo vivido e negociam suas relações sociais, dando origem e continuidade às propriedades (emergentes) da estrutura social.

Os adeptos de cada paradigma tendem a acreditar que seu fazer científico focaliza as dimensões analíticas que explicam adequadamente todas as outras dimensões. Explica-se, assim, porque a subdivisão das ciências sociais em disciplinas específicas deu origem a **campos rivais** que se distinguem pela produção de conhecimentos técnicos especializados e a falta de visão global cada vez mais evidente. Feita essa observação, não é de se admirar que seja preciso procurar bastante por trabalhos empíricos que sabem pôr os mundos micro e macro num equilíbrio delicado, enquanto não é muito difícil encontrar estudos pormenorizados sobre os quais se pode dizer que o conhecimento profundo neles apresentado restringe claramente o desenvolvimento de um conhecimento mais amplo. De uma maneira ou outra, ambos os paradigmas preocupam-se com aspectos da competência social e/ou comunicativa, mas separados por diferentes liturgias acadêmicas e procedimentos protocolares de investigação, ignoram-se mutuamente ou, em caso pior, adotam seus quadros teóricos como um objeto de fé e, em seguida, combatem-se em cruzadas e jihads ideológicas contra a suposta apropriação da “verdade” pelo respectivo outro.

Em resumo: há de se admitir que os paradigmas concorrentes que dividem as numerosas teorias especializadas de acordo com categorias como micro vs. macro, ação vs. estrutura, determinismo vs. voluntarismo, objetividade vs. subjetividade ou competência vs. desempenho, com certeza, fornecem convenções facilmente reconhecidas e ocupam um lugar importante no pensamento das

atividades linguageiras e do universo social; mas, ainda assim, é legítimo defender a opinião de que, uma vez estabelecidas, essas **dicotomias** tendem a obscurecer mais do que esclarecer a complexidade da vida social. De fato, ao estruturar o campo discursivo das ciências humanas, hoje em dia (depois de décadas de um extremismo teórico oscilando entre as visões micro e macro), elas delimitam mais do que facilitam as possibilidades de formular proposições novas. Ora bem, as teorias que se baseiam numa interpretação polarizadora desses conceitos dicotômicos favorecem inevitavelmente certos tipos de enunciação enquanto dificultam ou impedem todos os outros. Desse modo, o emprego “inocente” dessas categorias deixa o *status quo* da ordem do discurso científico intacto e atrasa o avanço da compreensão teórica em direção a uma visão mais holística que interprete as categorias mencionadas como pontos extremos de um contínuo e não como pólos opostos.

Levando tudo isso em consideração, vê-se que a importância do presente trabalho pode, sinteticamente, ser avaliada por sua relevância em relação a **três problemas** correlacionados: um, no **nível metateórico**, que – repousando na relação dinâmica entre a ação individual e as estruturas sociais (micro vs. macro; voluntarismo vs. determinismo) – diz respeito aos pressupostos epistemológicos relacionados com as diferentes linhas de pensamento que percorrem o campo de pesquisa em questão (a produção prática permanente da ordem social nas sequências interacionais e/ou o caráter determinante de algumas circunstâncias macrossociais); outro, no **nível teórico**, que trata das unidades analíticas a serem estabelecidas nos contextos teóricos relevantes e dos conceitos necessários para a definição, classificação e explicação delas; e um terceiro, no **nível empírico**, que se refere à descrição e explicação das funções discursivas da moral em eventos discursivos caracterizáveis como fofoca.

Claro que nenhuma questão nunca se resolve de modo perfeito, completo e intocável. Ao contrário, parece-nos que a vida se constitui de uma corrente infinita de questões. Vale dizer, portanto, que o esforço necessário para realizar essa investigação de modo teórico e empiricamente complexo não se justifica apenas pelas contribuições para um tema muito interessante, mas – no contexto brasileiro – pouco explorado, mas também pela importância do tema para **aplicações futuras**

no ensino e na formação profissional que deveriam incluir discussões sobre as habilidades metacomunicativas que, no inglês, são denominados, tão apropriadamente, com o termo *impression management*. Acreditamos que muitas dificuldades tanto com a manutenção da individualidade quanto com a integração a um grupo têm sua origem na ausência de uma consciência das estratégias convencionais de representação que organizam nossas identidades no cotidiano. As chances de conquistarmos nosso espaço e o respeito dos outros dependem, em grande parte, do conhecimento da ordem interacional de um grupo social em todas as suas variadas dimensões. Isso significa que as pessoas devem ter a oportunidade de adquirir a capacidade interpretativa necessária ao pleno desenvolvimento da personalidade e da competência cultural. O gênero *fofoca*, amplamente conhecido e frequentemente usado, é um objeto ideal para demonstrar, de modo inequívoco, como as pessoas criam a ilusão de que, pelo menos no seu cotidiano, tudo que se passa normalmente está na ordem natural das coisas.

Nosso trabalho é relevante na medida em que mostra os caminhos para a classificação e descrição crítica de um gênero oral. Acreditamos que o estudo aprofundado e exaustivo das múltiplas dimensões do nosso objeto fornece subsídios valiosos para uma melhor compreensão do desenrolar e das características de **conversas cotidianas**. Diante dos problemas da exclusão social no país, é oportuno mencionar também que nosso tema vem ao encontro de um interesse atual da comunidade acadêmica que discute intensamente como a competência cultural e o capital linguístico socialmente rentável contribuem com a formação da identidade e com a manutenção da ordem social. Finalmente, o trabalho representa uma contribuição original ao estudo das práticas discursivas, pois o estudo pormenorizado dos **gêneros primários**, devido aos problemas operacionais e a falta notória de recursos materiais, ainda é bastante negligenciado no âmbito das ciências humanas brasileiras.

1.5 Plano da tese

Para terminar este capítulo introdutório, convém ainda fornecer, ao nosso leitor, uma visão geral sobre a **organização desse trabalho** para que ele possa acompanhar, com mais facilidade, o desenrolar da nossa argumentação. Como

forma de atingir os objetivos propostos e de responder às perguntas que surgiram no decorrer dessa pesquisa, a tese apresenta-se dividida em onze capítulos. Uma vez que o conhecimento de estudos e de abordagens relativo à (re)produção discursiva da moral não pode simplesmente ser pressuposto, é oportuno iniciar o **segundo capítulo** com algumas considerações sobre os conceitos-chave de ética, moral e moralidade, que ocupam os pensadores desde a Antiguidade, e apresentar, em seguida, as teorias principais sobre o papel da moral na integração da sociedade. Mais concretamente, mostramos como as explicações funcionalistas e neomarxistas se assemelham na estratégia de explicar as forças coesivas na sociedade pela internalização de normas e valores socioculturais. Contrastando radicalmente com essas posições teóricas tradicionais, as abordagens da sociologia de conhecimento e da teoria dos sistemas sociais não compreendem a moral como uma realidade interna, um conjunto fixo de regras e normas interiorizadas, mas como uma prática social ou um processo comunicativo que se caracteriza por estruturas, formas e conteúdos próprios. Assim sendo, a sociologia de conhecimento focaliza os repertórios discursivos dos membros de uma sociedade e analisa como eles usam a moral concretamente em eventos discursivos (como focos) para realizar avaliações sociais dos seus semelhantes. A teoria dos sistemas sociais pergunta, além disso, qual é o papel da comunicação moralizante numa sociedade moderna funcionalmente diferenciada, chegando à conclusão de que a moral é um meio comunicativo simbolicamente generalizado que diminui a contingência do mundo e, desse modo, aumenta a probabilidade do êxito da comunicação.

O **terceiro capítulo**, então, expõe resumidamente o desenvolvimento histórico de um quadro epistemológico que se estende do positivismo ao construtivismo para apresentar, em seguida, algumas considerações metateóricas sobre os dois grandes paradigmas científicos que, nas últimas décadas, vêm se ocupando de uma explicação científica da constituição da ordem social. Também, focalizaremos, nesse capítulo, os aspectos mais interessantes da problemática micro vs. macro, que motivou a nossa pesquisa. Enfim, apresentaremos a possibilidade de usar o discurso em geral e a noção do gênero comunicativo em particular como elo entre o agir individual e as estruturas sociais.

O **quarto capítulo** fornece uma visão geral sobre as diferentes teorias interpretativas utilizadas para abordar as interações entre participantes da cena social cotidiana. Inicia-se esse capítulo com algumas observações sobre o papel fundamental que a linguagem e o senso comum têm na vida social das pessoas e na reprodução e manutenção da ordem social vigente. Em seguida, discutimos alguns dos problemas terminológicos mais persistentes nas pesquisas qualitativas das interações conversacionais. Mais concretamente, consideramos oportuno lançar uma luz sobre duas formas de comunicação verbal que, tradicionalmente, destacam-se entre as práticas sociais interativas que envolvem a fala como modalidade de uso da língua, nomeadamente: o diálogo e a conversação, que representam os conceitos-chave de abordagens mais prescritivas (cf. BURKE, 1993) ou mais descritivas, respectivamente, das atividades languageiras humanas. Além disso, determinamos a diferença essencial, num primeiro momento, entre as categorias de discurso e de texto e, num segundo, entre a oralidade como um conjunto de práticas sociais (que se distinguem das práticas de letramento) e a fala como uma modalidade de uso da língua (que se distingue da escrita). Finalmente, estabelecemos as categorias de contexto e de linguagem como duas dimensões fundamentais do discurso, que – como argumentamos – determinam o gênero e o registro de um enunciado. Introduzidos os conceitos básicos que podem servir de substrato e dar carne aos esqueletos teóricos esboçados no capítulo metateórico e em nossas considerações epistemológicas, é oportuno focalizar, nas seções da segunda parte desse capítulo, essas abordagens descritivas que, no passado, desenvolveram as ferramentas conceituais e metodológicas mais ricas para produzir conhecimentos sobre a conversação como uma atividade cotidiana espontânea pela qual as pessoas realizam rotineiramente seus propósitos (microperspectiva). Particularmente, explicamos, em linhas gerais, as propostas da análise da conversação, da etnografia da comunicação, da teoria da contextualização, da etnometodologia e do interacionismo simbólico.

No **quinto capítulo** voltamos nossa atenção para as diferentes abordagens acolhidas sucessivamente num grande “guarda-chuva” chamado de análise do discurso. Esclarecemos os pressupostos metodológicos e fenomenológicos desse empreendimento científico tão diversificado e identificamos alguns objetos de pesquisa que foram focalizados, recentemente, com uma

frequência maior. Entre eles, encontram-se também os chamados gêneros discursivos, textuais ou comunicativos cuja conceituação é central para o desenvolvimento da nossa argumentação. Como no capítulo anterior, ocupamo-nos das conversações cotidianas, mas desta vez sob o aspecto da semântica mais global do discurso cotidiano. Em outras palavras: nesse capítulo, vemos as atividades conversacionais predominantemente como uma prática socioculturalmente contextualizada que contribui na construção discursiva da nossa realidade (macroperspectiva). Com esse intuito, discutimos, então, a dimensão ideológica da linguagem e apresentamos, em linhas gerais, os princípios teóricos e metodológicos da linguística sistêmico-funcional e da análise crítica do discurso. Ao apresentar, nos capítulos quatro e cinco, as disciplinas sociológicas e linguístico-discursivas mais relevantes para os propósitos da nossa pesquisa, lançamos os alicerces para um exame empírico de instâncias concretas de padrões interacionais e discursivos, desse modo, para uma compreensão melhor da produção discursiva da moral no gênero fofoca.

O **sexto capítulo**, então, esclarece, numa digressão longa, os conceitos e pressupostos principais da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann (1984 e 1997) e familiariza o leitor um pouco com o estilo argumentativo labiríntico que esse autor adota para explicar a complexidade sempre crescente das sociedades modernas. Justifica-se essa introdução a ideias básicas pertinentes à perspectiva sistêmica de Luhmann pelo simples fato de que sua teoria é ainda *terra incógnita* para a maior parte dos pesquisadores linguistas e sociólogos no Brasil. (Na área do direito e, recentemente, da ciência de comunicação, a situação é um pouquinho diferente). Por mais lamentável que essa situação seja – dez anos depois da morte do sociólogo alemão talvez mais criativo desde Max Weber e diante da extraordinária importância do seu *oeuvre* de mais que quatorze mil páginas – ela não é, de maneira alguma, uma exceção ou, até mesmo, um “escândalo acadêmico”. Muito pelo contrário, as dificuldades na tradução da terminologia hermética de Luhmann e o seu estilo nada fácil de exprimir ideias muito complexas provocaram semelhante recepção retardada, por exemplo, nos países anglófonos e castelhanofalantes. Nas tradições científicas existentes nesses idiomas, os problemas intrínsecos aos textos de Luhmann foram superados apenas aos poucos, sobretudo com a publicação de glossários e introduções coadjuvantes que facilitam

o estudo da teoria sistêmica luhmanniana e a adoção de um quadro de referência sistêmico nas pesquisas empíricas das mais diversas áreas.

É impossível dar, num único capítulo, uma visão geral sobre o que é chamado, desde os anos sessenta do século recém-passado, de “novo pensamento sistêmico” (BERTALANFFY, 1975, 1982; MATURANA & VARELA, 1997, 2004) e, muito menos ainda, sobre todos os domínios da vida social os quais Luhmann analisou pormenorizadamente e de forma muito original. Logo, contentamo-nos, naturalmente, com esses aspectos e ideias centrais cuja compreensão é necessária para poder explorar os pontos de convergência extremamente profícuos que detectamos entre a abordagem funcional-estruturalista de Luhmann e as abordagens interpretativas, especialmente, no âmbito da análise da conversação e do interacionismo simbólico.

No **sétimo capítulo**, então, fazemos uma incursão pela literatura (sociológica e antropológica) relevante para o estudo do mexerico, dando uma visão geral especialmente sobre as abordagens funcionais e estratégicas desse gênero, a teoria evolucionária da fofoca e a questão da correlação entre o preconceito social e a fofoca. Ao discutir resumidamente os conhecimentos obtidos à luz das teorias já desenvolvidas, ganharemos um suporte imprescindível para a explicação e discussão dos resultados empíricos obtidos em nossa própria análise de dados. Além disso, acreditamos que essa revisão da literatura secundária sobre o mexerico não situa apenas o presente trabalho num vasto campo de pesquisa, mas será proveitosa também como base teórica e referência bibliográfica para futuros trabalhos acadêmicos que queiram explorar ainda outros aspectos dessa história sem fim. É de se esperar que essa utilidade seja percebida como tal, particularmente, na pesquisa em língua portuguesa, na qual estudos sobre a fofoca (ainda) são muito escassos.

O **oitavo capítulo** legitima, primeiramente a abordagem interdisciplinar da pesquisa e explica a lógica da pesquisa empírico-qualitativa da cena social cotidiana. Defendemos uma visão construtivista do mundo, que parte do princípio superior que os dados averiguados pelo pesquisador não independem dele, mas são produzidos pelas suas teorias e pelos seus instrumentos metodológicos e tiramos,

dessa visão, um propósito prático do nosso trabalho que é promover uma consciência crítica quanto ao papel da linguagem nas práticas sociais cotidianas. Em seguida, explicamos os principais passos metodológicos do nosso trabalho com a fofoca. Nesse passo, é importante também incorporar considerações éticas e legais sobre a coleta de dados conversacionais. O capítulo termina, então, com explicações pormenorizadas sobre o arquivamento e a transcrição dos dados, assim como sobre os princípios da análise interpretativa de dados.

Os últimos três capítulos dedicam-se inteiramente a um estudo de caso que demonstra exemplarmente a fertilidade da abordagem transdisciplinar e multimetodológica desenvolvida nos capítulos anteriores. Desse modo, apresentamos os resultados da nossa análise de dados enriquecidos com as observações relevantes feitas na pesquisa de campo. De uma maneira geral, o presente trabalho está mais voltado para ilustrar a coerência dos argumentos teórico-epistemológicos referidos que propriamente para a análise exaustiva de um grande corpus de dados. Portanto, no **nono** e no **décimo capítulos**, utilizamos as ferramentas conceituais e os procedimentos metodológicos das teorias mais ortodoxas apresentadas no quarto e quinto capítulo (isto é: a análise da conversação, a etnografia da comunicação, o interacionismo simbólico, linguística sistêmico-funcional etc.) para desenvolver uma abordagem qualitativa que demonstra de que modo os interactantes produzem sentido nos episódios conversacionais em análise e, além disso, exprimem sua subjetividade, sua percepção de probabilidade, obrigação e comprometimento; suas atitudes e avaliações.

Para demonstrar um típico protocolo metodológico qualitativo, analisamos alguns episódios interacionais com instanciações do gênero fofoca, os quais foram gravados em situações autênticas de interações conversacionais e transcritos com a ajuda do editor de partituras EXMARaLDA (SCHMIDT, 2001 e 2004). Por outras palavras: lançamos mão da heurística das abordagens sociodiscursivas mencionadas para mostrar, através de exemplos selecionados, como a fofoca pode operar num contexto específico em nossa vida cotidiana (nível micro), fazendo seu jogo com identidades e papéis discursivos e sociais e contribuindo para a

reprodução de crenças e valores que normalizam a realidade social dos agentes sociais.

No **décimo primeiro capítulo**, aplicamos, então, a caixa de ferramentas da teoria sistêmica para demonstrar empiricamente a necessidade de que a ordem interacional e o sistema da sociedade sejam estudados a partir de uma perspectiva de maior complexidade. Visando a esse propósito geral, explicamos as funções que o mexerico assume com relação à reprodução parcial da moral da sociedade (nível macro ou contexto sociocultural). Discutimos, nesta seção, particularmente a questão da autodeterminação do sistema interacional e dos mecanismos pelos quais ocorre a reprodução interativa de aspectos contextuais. Nisso, focalizamos também o papel que o gênero comunicativo pode assumir na coordenação de interações em comunicações que se caracterizam pela flexibilidade e espontaneidade das suas operações.

Nas **considerações finais**, então, resumimos os resultados obtidos no decorrer da nossa pesquisa, assim como as questões ainda abertas. Tirando as devidas conclusões do nosso estudo inovador para o contexto brasileiro, ressaltamos a importância do estudo de gêneros orais e da aplicação da teoria dos sistemas em pesquisas sociodiscursivas e trabalhos interdisciplinares sobre o uso da linguagem em contextos específicos. Finalmente, lançaremos alguns desafios para futuras pesquisas os quais se colocam naturalmente em consequência do nosso trabalho necessariamente inacabado.

Em resumo: o presente trabalho pretende inscrever-se numa ciência do humano que visa superar o fracionamento artificial das ciências humanas e sociais e contribuir com uma cultura científica transdisciplinar ou, pelo menos, pluralista que busca compreender a vida social dentro da sua complexidade. Consideraremos nossa tarefa cumprida se o leitor tiver prazer numa leitura crítica da nossa proposta e chegar à conclusão de que um estudo compreensivo do gênero fofoca deve basear-se, necessariamente, numa **pluralidade de referências teóricas e disciplinares** e explorar linhas muito diferentes de pesquisa.

2 A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA MORAL

Ταράσσει τοὺς ἀνθρώπους οὐ τὰ πράγματα, ἀλλὰ τὰ
περὶ τῶν πραγμάτων δόγματα·

Ἐπίκτητος

Tarassei tous anthrôpous ou ta pragmata, alla ta peri tôn
pragmatôn dogmata¹

Epiktetos

Ao contrário dos filósofos, que, geralmente, abordam a moral perguntando o que, nos sistemas variáveis de leis e valores que organizam a vida das comunidades humanas, se mantém permanente sob os acidentes múltiplos e mutáveis do ser, os analistas do discurso, os psicólogos sociais e os sociólogos ocupam-se da função que a moral exerce na vida ordinária numa determinada cultura ou sociedade, ainda que cada área tenha seus próprios objetivos. Assumindo essa perspectiva, o interesse principal desses cientistas é descrever, interpretar e explicar a (re)produção da moral numa sociedade e os efeitos desse processo sobre a experiência e o comportamento dos seus membros. A busca metódica de novos conhecimentos sobre esse assunto e sua documentação sistemática de acordo com os critérios de cientificidade da disciplina em questão² implicam que os pesquisadores se abstenham de avaliar, à luz de valores ou prescrições morais, em que medida as instituições e os membros de uma comunidade promovem (ou não) o cultivo do que se considera numa dada conjuntura como qualidades de virtude ou última razão fundante³. Os cientistas também não podem, como alguns indivíduos ou agrupamentos sociais, tratar as pessoas que se desviam dos chamados bons costumes como excluídos da sociedade. Ao contrário, eles têm que pressupor que esses excluídos continuam a fazer parte da sociedade, ainda que seja como “casos problemáticos”⁴. Em poucas palavras: é preciso que os cientistas sociais pesquisem

¹ “Não são os fatos, mas as opiniões sobre os fatos que determinam as nossas vidas” (EPÍTETO, 1965).

² Em geral, as exigências mais discutidas com relação à cientificidade dizem respeito à lógica, simplicidade, refutabilidade, intersubjetividade e imparcialidade da pesquisa. Alguns critérios amplamente aceitos para avaliar trabalhos científicos são: clareza, confiabilidade, validade, especificidade, integridade, relevância, originalidade, estilo e referência a outros trabalhos da área.

³ De certa maneira, trata-se aqui de um paradoxo, porque o desinteresse por julgamentos à base de valores morais não liberta o pesquisador do dever de se orientar positivamente por interesses, finalidades ou sentidos (a busca da verdade, a solução de problemas concretos, a diminuição de males ou de sofrimento etc.). Também é inevitável que suposições erradas ou consequências negativas da pesquisa estarão sempre sujeitas às críticas da sociedade. A nosso ver, uma solução prática desse dilema é manter sempre uma atitude crítica diante do próprio fazer científico e dos resultados e hipóteses dos outros (cf.: CHALMERS, 1999; LUHMANN, 1988; POPPER, 2000; ROSENBERG, 2000).

⁴ Abstraído-se da opção (teórica) de matar as pessoas que discordam das prescrições dos códigos legais e morais vigentes, é impossível eliminá-las como participantes da comunicação social. Pode-se puni-las

– sem recorrer aos ideais morais ilusórios da nossa herança iluminista – qual é o **papel da moral** na realização das interações sociais e de que modo os valores éticos contribuem para a estabilização da comunicação e para a integração da sociedade. Antes de abordar esse assunto mais pormenorizadamente, julgamos oportuno fazer algumas observações sobre os conceitos da moral e da ética.

2.1 Algumas considerações necessárias sobre os conceitos de ética, moral e moralidade

A palavra grega ***ethos*** refere-se ao espírito que anima um povo, grupo ou comunidade e ao modo de ser que marca suas manifestações culturais. Descrever o *ethos*, então, significa, antes de tudo, falar dos costumes, da tradição, dos mitos e da disposição interior que produzem, nos membros de uma coletividade, o sentimento de consciência de grupo. Em poucas palavras: o conceito do *ethos* focaliza, sobretudo, os aspectos coletivos dos costumes e o conjunto de regras sociais que, supostamente, facilitam a realização plena da felicidade, entendida não como prazer efêmero, mas como estado de plenitude e harmonia da alma.

Nesse sentido, a **ética**, como doutrina da moral e dos bons costumes responde à pergunta “o que devemos fazer?” e investiga o que na vida e no mundo tem valor, considerando que uma conduta ética se exprime pela realização dos valores éticos assentados; valores, aliás, que podem se encontrar tanto na situação quanto na pessoa. Toda ética, então, é uma teoria especulativa que reflete metodicamente sobre a moral de uma sociedade e conseqüentemente dos seus membros. Como saber doutrinário, ela serve, primeiramente, para despertar nas pessoas a consciência de valores e a disposição de agir de acordo com os valores éticos em vigor. Nesse intuito, ela ocupa-se também da questão de quais são as possibilidades teoricamente disponíveis para justificar sentenças morais. Kant (2002 [1785]) – para dar um exemplo conhecido – baseou sua ética em princípios universais; utilitaristas, como John Stuart Mill (2005 [1863]), ao contrário,

legalmente ou desprezá-las moralmente, mas é preciso tolerar que esses “excluídos” ou “desviados” continuarão agir apesar das condenações e imposições de penas. Pode-se tentar, por exemplo, cortar pelo menos o seu acesso aos meios de comunicação, mas, como mostra a experiência com as organizações criminosas ou terroristas contemporâneas, elas acharão facilmente outros canais para transmitir suas opiniões divergentes ou comunicar-se com seus semelhantes.

desenvolveram uma ética relativista que encontra seu princípio supremo no maior benefício para o maior número possível de pessoas; já a maioria das éticas modernas (cf. POJMAN & FIESER, 2001) realça a relatividade histórica e intercultural das razões morais e reconhece na liberdade de escolha o fator decisivo para desenvolver a responsabilidade moral.

O indivíduo, como se vê, entra na questão da ética apenas com a noção da **moral** que considera os diferentes fatores e circunstâncias; que é sensível aos sentidos de cada situação humana de vida; e que diz a cada um o que deve e o que pode fazer, e o que não deve e não pode fazer. A moral responde à pergunta “o que devo fazer em virtude de quais razões?”. Nessa perspectiva, ela tem, antes de tudo, um sentido cognitivo, que é atribuído pelo indivíduo às ações que executa e às explicações que fornece quando julga moralmente de acordo com as razões que podem contribuir para a solução de conflitos de interesses ou de ações alternativas. A moral, então, diz respeito, primeiramente, às obrigações que existem nas concretas relações humanas, mas passa a abranger, também, a soma das normas e dos valores sociais que regulam o comportamento interpessoal numa sociedade humana. Sob o termo moral, portanto, costumam se agrupar os princípios, regras ou virtudes, dadas como “certas” ou “legítimas”, conforme os quais as pessoas vivem e a maioria de uma comunidade aceita ou, pelo menos, suporta como necessários e obrigatórios.

Uma vez que a moral diz respeito à percepção ou ao comportamento ético de um indivíduo ou de um grupo, é inevitável que ela determine, em última instância, também os limites do pensamento. Quem pensa, já pensa sempre moralmente. É certo, portanto, que a moral restringe, controla e civiliza as ações e, desse modo, inibe a arbitrariedade das pessoas. Em troca dessa coibição, ela oferece a **vantagem** de revelar certeza sobre o bom e o mau, o certo e o errado e, desse modo, dá valor e legitimidade às nossas ações. Todavia, enquanto justifica as ações, a moral não pode ser justificada sem recorrer a ela mesma. Eis, então, o **perigo** da moral: a razão perde sua liberdade quando é estruturada nos moldes de uma moral que o pensamento não pode dominar; pois a moral, quando conduz o pensamento, já demanda certas ideias e delimita o horizonte da imaginação. Desse

modo, uma obediência cega aos princípios da moral pode tornar-se a causa de decisões injustificadas.

De fato, a moral induz as pessoas a pensar, sentir ou agir como, de fato, fazem ou, pelo menos, desejam fazer e dá motivos aos membros de uma sociedade para assumir certas atitudes, julgar o comportamento dos outros como bem ou como mal e ainda considerar certas qualidades melhores que outras. A essência de cada regra moral é o **respeito mútuo** (LUHMANN, 1990d, p. 14). Nas sociedades modernas, esse respeito mútuo baseia-se em relações simétricas (LUHMANN, 1989b, p. 366): “os direitos morais aos quais recorremos correspondem aos deveres morais que temos para com os outros”. O respeito e o desprezo referem-se sempre às pessoas inteiras, e não apenas a suas habilidades específicas. Elogiamos o piloto que pousa o avião numa tempestade; caso ele, por um momento, deslize na pista molhada de aterrissagem, criticamo-lo por sua imperícia, mas estaríamos indignados se soubéssemos que ele trai sua esposa, fala mal do seu staff ou viola outra regra moral. Nesse caso, não o censuramos como piloto, mas o condenamos como pessoa. O respeito e o desrespeito aplicam-se à pessoa inteira e ao seu pertencimento a um grupo social. Ser respeitado ou não é, portanto, um indício de inclusão como pessoa numa sociedade (LUHMANN, 1989b, p. 366).

O exemplo imaginado do piloto mostra que a moral tem efeitos práticos nas interações sociais. Quando focalizamos o fato de que os regulamentos normativos produzem expectativas mútuas de comportamento, estamos passando do campo da moral para o da **moralidade**, que deve ser entendida como um componente constitutivo das relações sociais estáveis. O conceito da moralidade toma em consideração que a moral não é apenas uma questão de justificativas racionais, mas, igualmente, de participação emotiva na vida dos outros. Isso significa que um comportamento moral pressupõe a capacidade de perceber as pretensões que a vida dos outros apresenta para nós e a disposição de responder a esses desideratos com nossas próprias reações. O filósofo escocês David Hume já percebeu esse fato em seu *Tratado sobre a Natureza Humana*:

O decorrer das nossas considerações leva-nos à conclusão de que não é possível reconhecer a virtude e o vício pela razão sozinha, ou seja, pela comparação de ideias, mas que nós nos habilitamos para estabelecer a

diferença entre eles por meio de uma impressão ou de uma emoção que eles estimulam [...] **A moralidade, então, é mais sentida que julgada.** Só que essa sensação ou essa emoção, na maioria das vezes, é tão suave ou delicada que podemos confundi-la facilmente com uma mera ideia, conforme nosso hábito geral de considerar todas as coisas que são bastante semelhantes como uma mesma coisa (HUME, 2004 [1739], p. 212, 329; destaque nosso).

O descobrimento dessa dimensão emotiva nos leva, diretamente, à interpretação psicológica da moral: para Freud (1992), **o problema do bem e do mal** deve ser atribuído à luta que se trava em cada indivíduo entre o lado instintivo das pessoas, que as impulsiona para satisfazer todos os seus desejos, e o lado social, que reconhece a necessidade de o indivíduo controlar ou reprimir a maioria dos seus impulsos para poder funcionar efetivamente na sociedade (MORA CALVO, 1999). As avaliações morais, portanto, exprimem, em parte, os desejos individuais e, numa outra, os hábitos aceitos comumente. Supõe-se que uma pessoa adulta possa participar plenamente na vida da sua comunidade e possa exprimir seus talentos naturais quando tiver aprendido a avaliar seus impulsos, levando em consideração tanto as necessidades da sociedade quanto os interesses do seu próprio desenvolvimento individual.

A importância da aquisição do discernimento moral para o desenvolvimento da personalidade individual foi destacada também por outros psicólogos (cf. JUNG, 1995; KOHLBERG, 1975; PIAGET, 1932), mas o que é interessante, especialmente em nosso contexto, é o fato de que os recentes estudos da **psicologia moral** parecem questionar cada vez mais um elemento-chave da ética tradicional de virtudes (cf. ARISTOTELES, 2001; AQUINAS, 2001; CICERO, 2001; HUME, 1995 [1751]), nomeadamente a ideia de que os indivíduos dispõem de um caráter moral único que não depende do contexto situacional (cf. DORIS, 2002; DORIS & STICH, 2009). De acordo com Doris & Stich, uma longa série de estudos empíricos comprova que a decisão entre um comportamento bom ou ruim depende muito mais de (pequenos) fatores situacionais do que do caráter de uma pessoa. Resta perguntar, como Merritt (2000): se o altruísmo das pessoas não resiste a pressões sociais desfavoráveis, o que ainda resta do conceito normativo das virtudes? Deixando essa pergunta em aberto, a ironia que, em nosso entender, surge dessa digressão para o campo da psicologia moral é que, enquanto os psicólogos sociais especialistas em questões de moral aceitam, em sua maioria, a

importância decisiva do contexto situacional e das práticas socioverbais para motivar as pessoas a se inserirem na sociedade (cf. BURMAN & PARKER, 1993; HENRIQUES *et al.*, 1984; PARKER, 1992; POTTER & WETHERALL, 1987; POTTER *et al.*, 1990; WIDDICOMBE & WOOFFITT, 1995), muitos sociólogos funcionalistas e marxistas recorrem – como mostraremos em seguida – ao mecanismo psicológico da internalização para explicar como se estabelece o consenso comum na sociedade.

2.2 A integração da sociedade pela internalização de normas e valores socioculturais

É ponto pacífico entre os que estudam o papel das normas e dos valores morais que a **integração de uma sociedade** se realiza pelas interações entre os seus membros: quanto mais as ações dos membros são coordenadas, tanto maior é o grau de integração social de uma sociedade (e vice-versa). Em geral, as divergências começam quando os estudiosos perguntam pela panaceia que age nas interações sociais para abrandar os conflitos e resolver as confusões, e assim colocar ordem no caos das inúmeras vontades individuais.

Na perspectiva da **teoria dos sistemas sociais**, a coordenação das ações dos atores sociais tem como condição prévia que, numa determinada situação, exista somente um repertório delimitado de possibilidades de agir. Apenas a introdução de generalizações e a redução da complexidade possibilitam que aquilo que, no exterior do sistema, é absolutamente indeterminável e imprevisível se transforme em expectativas sobre expectativas que podem ser compreendidas e utilizadas pelo sistema para manter a comunicação em andamento. A delimitação necessária das infinitas possibilidades de agir e produzir sentido é efetuada pelo estabelecimento de **expectativas generalizadas** sobre comportamentos, as quais determinam, numa dada situação, quais ações podem ser esperadas tipicamente e quais estão de acordo com as normas vigentes. Na perspectiva sistêmica, essas expectativas comportamentais são unidas em conjuntos complexos que são concebidos como “estruturas que ordenam as ações de um sistema social” (LUHMANN, 1984, p. 382). Em outras palavras, as estruturas sociais não são outra

coisa senão expectativas generalizadas sobre comportamentos que associam as operações/ações dentro dos sistemas sociais, de tal modo que cada sistema se diferencia daquilo que, como ambiente, não lhe pertence mais. Simplificando, para Luhmann, as ações reais constituem os processos dos sistemas sociais (cf. cap. 6).

As **teorias da atividade**, por sua vez, desenvolvem ideias semelhantes sobre a delimitação das possibilidades de agir. O que Luhmann (1984) concebe como estruturas e processos que são submetidos a restrições operacionais são, para teóricos como Coleman (1990) ou Brennan & Buchanan (1985), as regras e normas que comandam padrões de comportamento social e, desse modo, delimitam o potencial das ações. No entanto, em comparação com o modelo de Luhmann, as teorias de ações introduzem, adicionalmente, um aspecto avaliativo, uma vez que, nessas abordagens, a delimitação das possibilidades de agir implica inevitavelmente a pronta imposição de **restrições da liberdade individual**.

Tradicionalmente, essa linha de pensamento leva, então, a questionar o motivo pelo qual as pessoas deveriam aceitar as restrições e obedecer às normas e regras impostas pela sociedade (cf. HOERSTER, 1983). Na perspectiva filosófica, costuma-se recorrer aqui ao desejo humano de evitar o caos e a luta de todos contra todos (HOBBS, 2003 [1651]). Os sociólogos (cf. GIDDENS, 2005; COLEMAN, 1990; HABERMAS, 1992), por outro lado, costumam indicar vários **determinantes** que influenciam os indivíduos no sentido de eles se submeterem a leis, princípios morais, diretrizes, costumes e regras de etiqueta de uma sociedade, nomeadamente os hábitos adquiridos durante a vida, os costumes transmitidos de geração em geração, os interesses premeditados, a compreensão cognitiva das vantagens individuais de uma conduta normalizada, a afinidade geral com os valores culturais e a expectativa de sanções positivas e negativas de natureza legal ou moral (cf. FUCHS, 1999, p. 7).

Adiando-se, por um instante, a discussão da questão de as sanções legais e morais serem ou não fatores igualmente importantes para a conformidade que os membros de uma sociedade demonstram com as normas de ação, realçamos que é preciso levar em consideração ainda **outros critérios** que podem determinar o comportamento individual dos agentes sociais de uma maneira que eles se

submetam às normas comuns e se integrem na sociedade. Primeiramente, é necessário também que as pessoas acreditem na probabilidade de que as violações cometidas das normas serão, de fato, seguidas pelas sanções negativas previstas. Ao lado dessa probabilidade subjetiva de sofrer as punições iminentes, cabe mencionar ainda a importância que certas características individuais podem adquirir para um comportamento em conformidade com as normas e os valores de uma cultura. Habermas (1992), por exemplo, acredita que a disposição de submeter-se às normas de comportamento depende muito da possibilidade de justificar essas normas razoavelmente e da expectativa do indivíduo de que será possível lucrar com um comportamento conformista. Finalmente, cabe mencionar ainda dois outros fatores determinantes para o comportamento dos atores sociais, a saber: as convicções transmitidas pela tradição no que diz respeito ao valor ético das normas sociais e os hábitos internalizados durante a socialização de cada um.

Focalizando, então, a questão da eficácia das normas legais e morais, é evidente que, entre as normas e os princípios restritivos condicionados pelos fatores mencionados acima, as **normas jurídicas**, certamente, demonstram o grau mais alto de explicitação e são as normas também que mais especificam as sanções iminentes em casos de violações de regras ou – na terminologia de Luhmann (1984) – em casos de decepção de expectativas. Uma vez que, na sociedade moderna, a probabilidade de enfrentar sanções legais é alta em comparação com o risco de sofrer punições morais, pode-se afirmar, também, que as normas jurídicas são fortemente sancionadas.

As mesmas afirmações, porém, não valem para os **princípios morais**, que são muito menos explícitos e cuja vinculação a medidas de coação não está nitidamente definida, tanto que a probabilidade de enfrentar sanções negativas é incerta e a severidade delas, geralmente, é bem menor. Além disso, ao contrário das normas jurídicas, as normas morais não são postas positivamente, mas têm sua origem nas rotinas cotidianas dos membros de uma comunidade. Evidentemente, as normas jurídicas dispõem de uma capacidade de estruturação e integração muito mais alta do que as morais; o que se revela também no fato de a disposição de cometer atos ilegais costumar ser bem menor do que a disposição de fazer alguma coisa ilegítima em referência a um preceito moral. Enfim, tomar a conformidade com

as normas morais como critério para medir o grau de integração ou desintegração de uma sociedade é problemático por mais uma razão: enquanto as normas jurídicas valem, em princípio, para todos os membros de uma sociedade, há de se admitir que, nas sociedades multiculturais modernas, muitos valores e princípios morais não são partilhados por todos os atores sociais.

Certamente, a teoria de um contrato social, ou seja, a ideia de que um conjunto de normas e valores está mantendo a sociedade unida não é nova (cf. HOBBS, 2003 [1651]; HUME, 2006 [1742]; LOCKE, 2002 [1689]; PLATÃO, 2006; PROUDHON, 2007 [1851]; RAWLS, 2002 [1971]; ROUSSEAU, 2000 [1762]), mas continua a ser bastante discutida. Uma revisão de alguns trabalhos contemporâneos sobre o assunto (cf. GAUTHIER, 1999; GRUNDHERR, 2007; KERN & MÜLLER, 1998; NAGEL, 1979, 1995) mostra que seus autores costumam distinguir entre, de um lado, os pensadores que valorizam mais a razão e o interesse premeditado como motivos principais para os indivíduos aceitarem os limites da legalidade e da legitimidade e, do outro, os que destacam a tradição e a internalização das normas como causas decisivas da conformidade entre os atores sociais. O que as propostas têm em comum, no entanto, é a ideia de que a concordância sobre as normas e os valores representa, por assim dizer, o **aglutinante social** que liga os membros da sociedade à ordem social preestabelecida, impedindo desvios do comportamento usual ou desejável dentro de uma sociedade e violações dos padrões de comportamento amplamente aceitos.

À primeira vista, essa explicação das **forças coesivas** na sociedade é convincente porque é simples e está de acordo com o que nos diz o senso comum. De fato, ela predomina na discussão científica sobre o assunto há séculos. Ainda assim, pretendemos mostrar no decorrer deste capítulo que a questão pelo funcionamento das normas pode ser respondida adequadamente apenas numa abordagem que foca a construção da sociedade por meio da interação entre agentes sociais competentes; que considera a produção, recepção e circulação dos significados (morais ou ideológicos); e que está atenta para o fato de que esses significados oferecidos não são dados e definidos categoricamente, mas pedem uma interpretação e uma negociação (discursiva) também no que concerne à questão de

eles contribuirão ou não para a manutenção das relações de dominação ou de poderem ou não ser usados para deslegitimar essa dominação.

Ao reconsiderar o conjunto mencionado de fatores essenciais para obter um consenso comum na sociedade, consolida-se a certeza de que as normas e valores têm, na verdade, um “**papel paradoxal**” (STEHR, 1998, p. 15; destaque nosso) na pesquisa sociológica e politológica revisada. O que se observa, com efeito, é que as teorias, ora funcionalistas, ora críticas, têm em comum o fato de atribuir às normas o potencial de manter a sociedade unida, mas, ao interpretar essa capacidade extraordinária como um efeito da internalização, quer de valores comuns, quer de relações de poder, as duas tradições teóricas deslocam esse potencial do plano social para o plano individual: “A pergunta pelo funcionamento das normas sociais, desse modo, torna-se uma pergunta pelo sucesso ou fracasso dos processos pelos quais as exigências normativas são internalizadas” (STEHR, 1998, p. 15).

Na sociologia funcionalista (cf., por ex., PARSONS & SHILS, 1951), presume-se que a internalização bem-sucedida das normas é a **garantia da ordem social**; diz-se, por conseguinte, que as pessoas são socializadas quando se comportam em conformidade com as normas e os valores vigentes. Nas diversas versões da teoria marxista (GRAMSCI, 1968; HORKHEIMER & ADORNO, 1969; LUKÁCS, 2003), por outro lado, afirma-se que são as normas e os valores vigentes que asseguram ideologicamente a **ilusão da harmonia e as relações concretas de poder**. Além disso, no âmbito das teorias críticas, acredita-se, de um lado, que a consciência dos indivíduos seja manipulada, doutrinação e corrompida pelo modo de produção capitalista e, de outro, que o próprio sujeito possa se constituir somente ao preço de deixar-se interpelar pela ideologia (ALTHUSSER, 1998). Seja como for, em ambas as escolas de pensamento – no funcionalismo, bem como no marxismo –, as normas têm um poder quase sobrenatural: “uma vez proferidas, elas penetram as mentes dos indivíduos, são (regularmente) aceitas e absorvidas por eles e, em seguida, orientam diretamente as suas ações” (STEHR, 1998, p. 15).

Em ambas as correntes teóricas, as normas existem independentemente de qualquer acontecimento social específico e *não* são percebidas como resultados

de processos coletivos, ou seja, como exigências normativas socialmente produzidas e comunicadas. As normas, para Durkheim (2008), por exemplo, têm sua origem na **vontade do coletivo** que chega a um acordo sobre uma “moral comum” e, para Althusser (1998), são impostas por uma **classe dominante** ou um “sujeito ideológico” que usa a “ideologia dominante” para manter os oprimidos na sua posição inferior. Veja-se, no entanto, que o indivíduo é considerado, invariavelmente, como o lugar onde as normas fazem seu efeito: é nele que “elas formam a ‘consciência’, determinam os ‘modos de pensar’, fixam as ‘atitudes’ e motivam a ‘fé’” (STEHR, 1998, p. 16). Posto isso, é apenas um pequeno passo para esses teóricos chegarem à afirmação de que “as normas internalizadas guiam as ações dos indivíduos e os induzem a fazer coisas socialmente desejáveis e a omitir ações indesejáveis” (STEHR, 1998, p. 16). Convém acrescentar ainda que, tanto nas abordagens funcionalistas quanto nas críticas, acredita-se que as instituições e organizações sociais se encarreguem da tarefa de distribuir as normas e a moral vigentes entre uma comunidade de receptores passivos que são indiferentes ou manipulados, de forma que perderam a capacidade de mostrar qualquer reação opositiva.

Pelo menos desde Durkheim, essa visão da sociedade unida pela consciência coletiva de normas e valores comuns é associada fortemente à noção da **sanção**, ou melhor, à crença de que a sanção, quando necessária, seja capaz de demonstrar vigorosamente a norma, de ensinar a respeitar as regras, de compensar um déficit eventual de internalização e de garantir a conformidade da grande maioria, apesar de desvios ocasionais. Durkheim e seus sucessores perceberam claramente que o problema básico da instituição de uma sociedade é a inclusão do indivíduo na comunidade. Em sua opinião, para prevenir um afrouxamento da pressão da socialização e evitar violações das normas gerais, seria necessário que os membros aperfeiçoassem seu autocontrole e internalizassem as sanções positivas e negativas, de modo que o desejo de merecer as recompensas e esquivar-se das punições começasse a determinar as motivações do seu agir. Tendo em vista o objetivo superior da sobrevivência da sociedade, houve – segundo Durkheim (2008) –, em todas as épocas e culturas, uma aceitação geral do fato de que é preciso realizar **ritos coletivos** para a representação da moral vigente com o

objetivo duplo de familiarizar os membros com as exigências normativas da sociedade e de reafirmar ostensivamente a vigência rigorosa da ordem moral.

Voltando nossa atenção novamente para a revisão dos autores neomarxistas que se propõem a explicar as razões por que há na sociedade um consenso geral sobre as normas vigentes, sobressai que o tom psicologista na explicação de Durkheim pode ser percebido também nas teorias críticas. De fato, Gramsci, Adorno, Lukács também pressupõem a **internalização** ampla das normas sociais de tal modo que os indivíduos subjugados não têm muita margem para interpretações divergentes ou para se opor à sua submissão relativa aos papéis sociais predeterminados. Em comparação com a abordagem de Durkheim, a diferença mais notável é que os ritos para a representação da moral, que evidenciam o compromisso comum com as normas e os valores de uma sociedade, são transformados pelos teóricos marxistas em “estratégias ideológicas” (EAGLETON, 1997) que “iludem o sujeito, o manipulam ou até o constituem como tal” (STEHR, 1998, p. 17).

Essa modificação conceitual é mais clara na obra de Althusser (1998), que explica a disposição do indivíduo para identificar-se com a **ideologia dominante**, com o argumento de que a subjugação às leis e à moral vigentes representaria a única maneira de esse indivíduo chegar a perceber-se como um sujeito autônomo. Dito de outra maneira: “A norma se insinua ao sujeito pela possibilidade da formação do sujeito” (STEHR, 1998, p. 18). A partir do momento em que adota inconscientemente as ideias, práticas, padrões e valores dominantes da sociedade como se fossem seus próprios, o indivíduo começa a agir espontaneamente, sem questionar a legitimidade da ordem vigente. Ao internalizar as normas, seus portadores podem localizar sua posição na ordem dominante e podem inserir-se num campo de poder. Uma vez que não existe vontade fora do sujeito – pois somos sujeitos “sempre já” (ALTHUSSER *apud* EAGLETON, 1997, p. 130) –, não é possível os sujeitos resistirem a esse processo. “Vamos para o trabalho, comenta Althusser, ‘por nossa conta’, sem necessidade de supervisão coercitiva constante, e é essa lamentável condição que reconhecemos erroneamente como liberdade” (EAGLETON, 1997, p. 132).

Resumindo as **posições teóricas** apresentadas, convém destacar: tanto para os teóricos funcionalistas quanto para os marxistas, as normas e os valores sociais têm a mesma função na adaptação dos indivíduos às exigências sociais (na visão funcionalista) ou às exigências da classe dominante (na visão marxista). O que os funcionalistas descrevem como a moral necessária para a associação dos integrantes de um grupo é, para os marxistas, nada mais que a ideologia dominante. Às normas, no entanto, atribuem-se o mesmo potencial coesivo e os mesmos mecanismos de controle. Também é saliente que ambas as escolas de pensamento negam ao agente social a capacidade de reagir à oferta de normas e valores com um comportamento ativo e produtivo, ou seja, elas não levam em consideração que as normas postuladas não são automaticamente aprovadas e aceitas. Desse modo, não há espaço nos seus modelos comunicativos para receptores que questionem as mensagens e negociem o seu conteúdo. Por conseguinte, omite-se a possibilidade de que as mensagens emitidas sejam compreendidas pelos receptores de maneira distinta da que os emissores pensaram. Essa visão reducionista, então, impede que seus defensores se perguntem: o que seria se as pessoas não reconhecessem o chamado do sujeito e não reagissem a este apelo? O que seria se respondêssemos: “Desculpe, mas você me confundiu com outra pessoa?” (ALTHUSSER, *apud* EAGLETON, 1997, p. 131).

Para concluir nossa discussão sobre o papel que as **sanções negativas** poderiam assumir na prevenção de desvios das normas vigentes, é oportuno mencionar ainda que, nos últimos anos, a crença no controle social e no poder das sanções foi abalada por vários estudos empíricos sobre a crise de desintegração que ameaça as sociedades modernas. Certamente, os autores desses trabalhos não negariam que “cada situação apresenta aos indivíduos participantes expectativas específicas e exige deles respostas específicas a essas expectativas” (BERGER, 1980, p. 107) e eles também não contestariam que “existem pressões poderosas para garantir que as respostas sejam as adequadas” (BERGER, 1980, p. 107), mas os resultados das suas investigações sistemáticas mostram que, em algumas esferas da vida social, as sanções sociais são, de fato, praticadas tão raramente que a probabilidade subjetiva de sofrer alguma punição, na prática, deixou de representar um fator decisivo para que os atores sociais pesquisados apresentassem um comportamento de acordo com as normas (BATSON, 1991;

HEITMEYER, 1997; MÜNCH, 1997, 1998; PETERS, 1993; STEHR *et al.*, 1989). No âmbito do presente trabalho, não nos preocuparemos com as consequências que os resultados dessas pesquisas possam ter para o direito, como sistema funcional da sociedade (que se baseia na distinção entre certo e errado). Focalizaremos, em vez disso, as considerações aos quais esses resultados nos levam no que diz respeito à preservação do consenso moral entre os membros da sociedade.

Em vez de reproduzir a visão tradicional (iluminista, por assim dizer) das pessoas como universos cognitivos singulares, motivados e autossuficientes (GEERTZ, 1989b), com um ego “objetivo, sólido que se transfere de uma situação para a outra” (BERGER, 1980, p. 120), afirmamos que atitudes, emoções ou identidades não são coisas escondidas dentro das pessoas que, talvez, um psicólogo competente possa revelar, mas são evocadas, negociadas e modificadas pelo uso da linguagem em interações socioverbais. Em outras palavras: acreditamos que os traços identitários, no decorrer da fala-em-interação, representam uma variável funcional, um resultado das interações sociais, (re)produzido em cada momento dentro de um contexto retórico e discursivo específico e distribuído sobre um conjunto de contextos sociais específicos (HARRÉ, 1993). Posto isso, supomos que, recorrendo às diferentes maneiras de falar e aos padrões partilhados de sentidos, seja possível descrever, interpretar e explicar os **repertórios discursivos** sobre os quais os agentes sociais dispõem em contextos concretos de interação e, desse modo, tirar conclusões sobre suas atitudes, emoções e identidades.

Assumindo essa visão do espaço social como um construto discursivo, compreendemos as normas e os valores como elementos de uma ordem moral que, além de codificar o respeito e o desrespeito pelas pessoas, é permanentemente realizada e modelada na interação comunicativa, dando origem a uma modalidade específica da ação social. Uma vez que esse tipo de atividade social se ocupa da **produção discursiva da moral**, podemos nos referir a ele convenientemente como “o domínio da ação moral” ou, simplesmente, a moralização. Essa moralização, então, não é concebida como um rito necessário para alcançar a conformidade social (no sentido de Durkheim), mas como um processo em que os atores sociais, no intuito de trabalhar seus problemas e conflitos pessoais, recorrem às ofertas ou aos recursos morais constituídos e disponibilizados publicamente, por exemplo, pela

comunicação de massa, pelas instituições e pelas interações cotidianas dos membros de uma sociedade.

A moralização ocorre em lugares diferentes (públicos e privados) e envolve os interesses diferentes dos participantes da comunicação. De uma maneira geral, ela pode ser definida, portanto, como uma **prática social** na qual ações, situações e pessoas são avaliadas com base em critérios normativos no intuito de conquistar a opinião dos interlocutores, de tal modo que a avaliação realizada seja reconhecida como válida, em princípio, para todos os membros de uma comunidade. A característica mais importante da moral, então, não é que ela se instala na mente das pessoas como uma exigência abstrata, um código de máximas e preceitos cunhados em linguagem seleta e filosófica, os quais, quase sempre presentes, serão lembrados para orientar o comportamento dos seus portadores. Antes pelo contrário, sua essência é que ela é comunicada socialmente, e essa comunicação ocorre permanentemente em nosso dia-a-dia, atravessando a sociedade inteira, pois as normas, para serem válidas, geralmente necessitam da afirmação e do consenso dos mais diversos agrupamentos sociais.

As avaliações morais são elementos constitutivos do sentido que atribuímos a nossas atividades e às das outras pessoas. A moral, desse modo, permeia nossas práticas sociais, influencia nossas decisões sobre ações futuras e nossas justificativas para ações passadas. De fato, mantemos um conjunto de **expectativas mútuas** sobre o decorrer de ações típicas em circunstâncias típicas e, quando interagimos num determinado contexto, sabemos o que seja um comportamento adequado e quais sejam as variações admissíveis. Além disso, vale dizer que esse sistema de obrigações recíprocas não pode ser frustrado sem correr o risco de sofrer repreensões, acusações ou outras sanções sociais. Tudo isso já mostra que a ordem moral está intimamente ligada a questões da construção da identidade subjetiva e da afiliação aos grupos sociais.

Quando a moral não é mais compreendida como um conjunto fixo de regras e normas, mas como um **processo comunicativo**, é inevitável perguntar pelas formas e estruturas que caracterizam esse processo e pelo conteúdo transmitido por esse tipo de comunicação. É de se pressupor que a moral se

constitua por formas específicas de moralização (padrões e gêneros comunicativos que favorecem a moralização), que seja comunicada por determinadas estratégias de moralização e que se sirva de recurso semântico por meio do qual é possível se comunicar moralmente. A moral, então, pode ser compreendida como uma prática social de comunicar significados, a qual permite classificar e avaliar situações, pessoas e seus comportamentos. Igualmente como as outras formas ou bens simbólicos, a moral pode ser analisada como um processo de produção, circulação e recepção de significados. Por conseguinte, o estudo do funcionamento de normas sociais deve ocupar-se, antes de tudo, com esse processo de produção e distribuição de significados morais.

Nas conversações cotidianas, é costume, em princípio, valer-se de três fontes diferentes para enriquecer a moralização privada: a **sabedoria popular** ("Quem diz o que quer, ouve o que não quer."), o **discurso midiático** ("Isso se vê diariamente na televisão.") e as **experiências pessoais** ("Bem, eu mesmo fiz essa experiência e o que posso relatar é o seguinte:.."). Quando se produz interativamente a moral, é possível relacionar os critérios para avaliar situações, comportamentos ou pessoas com essas diversas fontes de conhecimento. As frases de sabedoria popular, as lendas, contos e canções passam de geração em geração e proporcionam aos julgamentos morais a credibilidade da tradição cultural. O discurso midiático é importante porque é público e acessível praticamente para todo mundo e, além disso, porque é mais fácil atribuir uma validade geral às normas que circulam nele. O conhecimento baseado em experiências pessoais, por outro lado, ganha sua autoridade pela proximidade e pela representação concreta (nem é preciso mencionar que o conhecimento coconstruído em gêneros comunicativos como o mexerico tem sua origem, principalmente nas experiências pessoais dos interlocutores).

2.3 A moral na comunicação cotidiana

Na comunicação cotidiana, deparamos com a moral, ou melhor, com apelos à categoria da moralidade em cada passo que damos, mas raramente conseguimos enxergar a sua face. Ao contrário do que, talvez, se possa pensar, os

códigos legais não são receptáculos da moral. De fato, o discurso moral não deve seu poder ao fato de, ocasionalmente, ser fixado, num texto ou noutra, pela escrita, mas, sobretudo, à sua onipresença na memória das pessoas e no discurso oral. Em outras palavras: **a moral precisa ser vivenciada**. Ela não é coisa de livros, mas aparece apenas nas atividades e decisões das pessoas, ou seja, nos seus atos comunicativos concretos. Também não se trata de uma qualidade inerente à língua. Os enunciados, as palavras, os textos e, até, os gestos, por si mesmos, não dispõem de uma dimensão moral intrínseca, mas são impregnados, invisivelmente, com um significado moral que surge, apenas, em determinadas situações, tipos de conversações ou eventos discursivos. O que vale para os signos, pode se afirmar, também, sobre os atos comunicativos - como a acusação, a justificativa, a desculpa, a ofensa ou a maldição - ou sobre os estilos de fala que exprimem, por exemplo, indignação, lamentação ou aprovação. Embora o senso comum reconheça imediatamente a qualidade moral dessas atividades, é impossível, sem conhecimento do contexto relevante, indicar o mecanismo “pelo qual uma ofensa se torna uma ofensa e uma reclamação, uma reclamação.” (BERGMANN & LUCKMANN, 1999, p. 13). Segundo Berger e Luckmann (1998, p.14), a moral é ubíqua nas atividades comunicativas do dia-a-dia:

[...] até uma pergunta simples que, num primeiro olhar parece ser bem inocente, pode ser percebida e ser respondida pelos interactantes como um comportamento moral. Para fazer um posicionamento moral, basta, às vezes, fazer uma meia volta, erguer uma sobrelanceira, assumir um certo tom na voz, deixar escapar um sorriso baixinho, e já se dá à comunicação uma certa inclinação moral. **A moral está onipresente na comunicação cotidiana**; ela é, em grande parte, o material do qual se faz a conversação. Justamente porque a moral entrelaça nosso cotidiano até nas estruturas mais finas, não a percebemos mais: o que está na moral não requer justificativas. No dia-a-dia, a moral torna-se um assunto, apenas em situações extraordinárias – por exemplo, quando diferentes normas morais se chocam e provocam irritações, como na comunicação intercultural; mas, em todas as outras ocasiões, a moral é como os óculos no nariz, pelos quais se forma uma imagem do mundo, sem que as lentes sejam percebidas (destaque nosso).

Uma vez que a moral, nessa perspectiva teórica, é compreendida como uma forma de **competência social** adquirida, na sua maior parte, em processos de aprendizagem assegurados por interações pessoais e por experiências com estruturas sociais mais complexas, é natural perguntar:

- i) O que, em determinadas situações, tipos de conversações ou eventos discursivos, é transformado em moral ao ser tratado como moral?;
- ii) Como essa transformação se realiza em virtude das decisões interpretativas dos interlocutores?

Quanto à **primeira pergunta**, assumimos uma posição construtivista de acordo com a qual nossa interpretação do mundo depende da forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Concordando com Luckmann & Berger (1998, p. 22) que afirmam: “não há fenômenos morais, mas apenas uma comunicação moral sobre esses fenômenos”, vale dizer, então, que qualquer objeto de discurso ou escolha temática pode ser (re)categorizada como concernente à moral ou ser enriquecida progressivamente com aspectos e propriedades morais.

No tocante à **segunda questão**, entendemos que “as decisões interpretativas dos interlocutores decorrem de informações contextuais e semânticas mutuamente construídas ou inferidas de pressupostos cognitivos, étnicos e culturais, entre outros” (MARCUSCHI, 2001, p. 7). A discursivização da moral, portanto, não se baseia num conjunto específico de propriedades concretas que faz dos objetos do mundo o que eles são, mas antes deve ser considerada como uma modalização dos conteúdos proposicionais, “uma atribuição de modalidade ao enunciado pelo qual o enunciador exprime, em sua própria fala, uma atitude em relação ao destinatário e ao conteúdo do seu enunciado” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 334). Parafraseando uma passagem de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 228), afirmamos então: a moralidade não preexiste “naturalmente” às atividades cognitivas e interativas dos agentes sociais, mas deve ser concebida como um produto sociocultural dessa atividade.

Seguindo essa linha de pensamento, é de entender-se que gêneros comunicativos como o mexerico são um lugar prototípico para atribuir uma “**modalidade moralizante**” aos enunciados e para explorar convenientemente os recursos verbais e não verbais apropriados à tal modalização discursiva. Sem nos aprofundarmos aqui em resultados concretos da análise empírica que apresentaremos nos capítulos 9 e 10, podemos dizer, de uma maneira geral, que cada instância da fofoca – independentemente da esfera social na qual esse gênero

conversacional está sendo realizado – se caracteriza não apenas pelo conteúdo proposicional veiculado, mas também pela atitude modal (respectivamente o *dictum* e o *modus* de Bally (1932, p. 3)), ou seja, o posicionamento do sujeito em relação ao conteúdo do enunciado. De acordo com Bally (1932, p. 5), a modalidade é “a forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito pensante enuncia a propósito de uma percepção ou de uma representação de seu espírito”. Feita essa citação, não podemos deixar de mencionar também que as duas dimensões ballyanas de enunciação se correlacionam ao que Halliday & Hasan (1976) entendem por função ideacional e função interpessoal da linguagem (cf. seção. 4.18). Convém ressaltar, ainda, que o *dictum* e o *modus* nem sempre estão explicitamente presentes na superfície de um enunciado – uma ideia que já se encontra amplamente discutida na teoria dos atos de linguagem, que, tradicionalmente, distingue o conteúdo proposicional e a força ilocucionária (cf. LINKE *et al.*, 2003, p. 211-218).

Pelo menos, no que diz respeito às interações face a face, sobressai que, para um interlocutor novato ou um *outsider*, a orientação por valores como “bom” ou “mau” torna-se difícil devido ao fato de que as normas e valores, de uma maneira geral, não podem ser percebidos de uma forma pura. As pessoas raramente discutem explicitamente sobre o que vale ou deve valer como fundamento das suas avaliações e das suas ações. Elas **não falam sobre a moral, mas a usam** ao avaliar outras pessoas e as suas ações como “boas” ou “ruins” e ao tratá-las como merecedoras de respeito ou desrespeito. Assim, pode-se concluir que, na maioria dos casos, as conversações contendo avaliações morais costumam informar os interlocutores, apenas em segundo plano, sobre as condições sociais que garantem o respeito mútuo; em primeiro plano, elas apontam para um objeto concreto e não para a construção ou a alteração de uma ordem global de normas ou valores abstratos.

A maioria das normas morais, então, tem o caráter de certezas absolutas e, portanto, em avaliações concretas, elas costumam ser realizadas apenas de forma indireta, como pressuposições “naturais” de julgamentos intelectuais e afetivos. De fato, na medida em que orientam implicitamente as interpretações e as ações dos atores sociais, essas normas fazem parte – junto com as estratégias

retóricas convencionais e com os conhecimentos lógicos e enciclopédicos, entre outros saberes – dos **sistemas de conhecimentos coletivos**, que Lakoff (1987) chama de “idealized cognitive models” [modelos cognitivos idealizados], Fillmore (1982,1985), de “frames” [enquadres], Schank & Abelson (1977), de “scripts” [roteiros] e Schank (1992), de “memory organizing packages” [pacotes organizadores da memória]. Evidentemente, as pessoas pressupõem que esses “modelos culturais do mundo normal” (MOSCOVICI, 1984) sejam coletivamente válidos, de tal modo que, onde for oportuno, disponibilizam implicitamente as regras argumentativas que estabelecem relação relevante entre um argumento e uma conclusão geralmente aceita. Sendo implícito, esse conhecimento, dificilmente, torna-se consciente – no sentido de envolver um raciocínio, uma percepção ou uma decisão refletida – e também não pode ser questionado deliberadamente (cf. a noção de *doxa* em BOURDIEU (1977a, p. 159-170)). Por isso é comum ver as pessoas deduzirem avaliações concretas de valores e normas morais, enquanto a base relevante dessas deduções dificilmente pode e geralmente nem sequer precisa ser consolidada ou justificada por argumentos adicionais. Condenamos uma conduta, por exemplo, por ser grosseira e porque a grosseria ou impolidez – como todo mundo sabe – “é ruim mesmo”. Ponto final.

Diante da descoberta da produção discursiva da moral, é inevitável considerar que a teoria tradicional da moral, que a concebe como um sistema abstrato de normas e convenções, representa um **modelo descontextualizado** e, portanto, uma redução insustentável dos fenômenos, já que os indivíduos que fazem os julgamentos morais nunca são observadores neutros, mas participantes envolvidos emocionalmente, que, em colaboração mútua, modificam suas avaliações permanentemente.

Em pesquisa sobre a estrutura e a dinâmica das formas da comunicação moral, Berger & Luckmann (1998, p. 21) não criticam apenas a descontextualização da moral na pesquisa tradicional, mas rejeitam também qualquer modelo teórico que conceba **a moral como uma realidade interna**. Conforme os autores, é de se pressupor que os acontecimentos internos, como as sensações, as emoções ou as atitudes, são determinados, socialmente, na situação comunicativa. Claramente,

Berger & Luckmann retomam, nesse ponto, uma ideia de Bakhtin/Volochinov (1997, p. 132) que diz:

a significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro.

De acordo com essa concepção da língua, a moral não deve ser pensada a partir do mundo interno dos sujeitos, mas a partir do mundo externo da comunicação. Berger & Luckmann (1998, p. 19), por sua vez, afirmam:

Nessa perspectiva, a “interioridade” da moral torna-se um construto da comunicação, em virtude do qual a própria convicção moral pode ser protegida, por exemplo, contra uma tematização ou contra um questionamento pelos outros.

Assumindo essa posição sociointeracional, os autores definem como critério decisivo da **comunicação moral** a realização de uma “ação moralizante”, ou seja, “uma avaliação social que se refere, implícita ou explicitamente, a ações ou a pessoas e que seja apta a prejudicar ou aumentar a reputação, o prestígio, a honra ou o nome da referida pessoa” (BERGER & LUCKMANN, 1998, p. 23). Para os autores, a comunicação tem um caráter moral quando “*transmite momentos de respeito ou desrespeito, ou seja, de apreciação social de uma pessoa e quando faz, além disso, uma referência situacional a ideias suprassituacionais sobre ‘o bem’ e ‘o mal’, ou sobre o que seja ‘uma vida boa’*” (BERGER & LUCKMANN, 1998, p. 2 – realce no original).

Ao lado da descontextualização e da “interiorização” da moral, é preciso tomar em consideração, ainda, a “desinstitucionalização” da moral na sociedade moderna (BERGER & LUCKMANN, 1998, p. 21). Segundo Luckmann (1997, p. 4), houve uma **dissolução da ordem tradicional da moral**: “em vastas áreas, a moral sumiu das estruturas sociais das sociedades modernas. Particularmente, a instituição da religião tornou-se cada vez mais individualizada e sua moral foi, por assim dizer, ‘privatizada’”. Nas sociedades tradicionais, toda interação concreta foi influenciada, fortemente, pela moral de instituições quase onipotentes; nas modernas, essa ordem homogênea da moral não se encaixa mais tão firmemente na estrutura social, como podemos observar nas palavras de Luckmann (1997, p. 6):

[A religião e a moral], depois de perder sua casa socioestrutural nos edifícios das grandes instituições, mantiveram seu arrendamento no pequeno quarto da subjetividade individual: a religião foi transformada em fé privada e a moral, em consciência subjetiva, com o indivíduo como seu único habitante.

Os sistemas das instituições modernas – ou pelo menos as grandes instituições dominantes das sociedades modernas: a economia e o estado – obedecem a normas funcionais que, de fato, mas não necessariamente na sua retórica, se emanciparam da ordem tradicional da moral. Sanções legais, decisões econômicas e políticas, o reconhecimento de verdades científicas ou avaliações estéticas – para dar apenas alguns exemplos – não se baseiam mais num consenso comum sobre o que seja um comportamento bom ou ruim, mas obedecem à lógica específica de cada subsistema social envolvido, o qual, particularmente na sua retórica, pode ou não ocasionalmente levar critérios morais em consideração. Pode-se dizer, então, que hoje não se lida mais com uma única moral exclusiva sustentada pelas grandes instituições todo-poderosas de uma sociedade estratificada, mas antes com um conjunto de diferentes códigos morais que estão mais visíveis nas atividades interacionais do que nos subsistemas funcionais ou macroestruturas sociais. Em outras palavras: apesar das mudanças dramáticas mencionadas, percebe-se que a moral não desapareceu de vez, mas continua ser onipresente nas sociedades contemporâneas. É que a moral, ou seja, suas diversas formas e variações, agora, podem ser encontradas mais nos processos comunicativos do que nas instituições da estrutura social (cf. LUCKMANN, 1997).

Por conseguinte, o fato de a moral ter desaparecido de seu domicílio tradicional não significa que tenha desaparecido também da **ordem interacional**, como depreendemos dessa afirmação de Luckmann (1997, p.10).

As noções do bem e do mal, assim como do certo e do errado, são relevantes, ainda, para a conduta da vida; concretamente, para o planejamento, a execução e a avaliação das próprias ações e das ações de outras pessoas. Ainda que uma hierarquia dogmática de valores que contenham concepções canônicas de uma boa vida não seja mais transmitida, *uniformemente*, e nem fortalecida pelos aparelhos institucionais, algumas noções de certo e errado são transmitidas, ainda, por vários canais, por exemplo, – mais importante e mais visivelmente – pelas instituições intermediárias. Essas começam com a família e os grupos de amigos, mas podem incluir, também, as ramificações de grupos sociais maiores, de associações e de instituições, como as organizações civis, os clubes e as congregações religiosas, assim como as escolas, as faculdades e as

universidades. As instituições intermediárias são, também, as maiores fontes para impor, pelo menos parcialmente, essas formas da moral à ordem interacional. Em resumo: as sociedades modernas, também, têm suas próprias marcas de *moralidades em uso*.

O que se observa na vida cotidiana moderna é que a fragmentação da moral e seu deslocamento – dos edifícios ostensivos das instituições tradicionais para a ordem interacional, as crenças privadas e as consciências individuais pouco vistas – trouxeram também uma **mudança estilística** considerável na comunicação moral. Como demonstram os trabalhos reunidos nos dois volumes da coleção de Bergmann & Luckmann (1999) e Luckmann & Bergmann (1999), mesmo que não haja mais uma forma única de moral na sociedade moderna, os atores sociais continuam a realizar implícita ou explicitamente a comunicação da moral em muitas interações sociais situadas em contextos cotidianos que envolvem amigos, familiares, correligionários, colegas de trabalho ou membros de organizações civis.

Além disso, é evidente que certos formatos ou gêneros comunicativos continuam a ser apropriados especificamente para tematizar aspectos morais (por exemplo: reclamações, pedidos de desculpa, citações de máximas ou de provérbios, juramentos, confissões, sermões, conversações à mesa, mexericos), mas, na ausência de uma ordem moral uniforme e obrigatória para todos os membros de uma sociedade e por causa da incerteza sobre a validade dos critérios avaliativos para membros de outros grupos ou ambientes sociais, a **maneira preferida de moralizar** não é mais tematizar os valores morais diretamente. Em vez disso, os falantes recorrem, em muitos formatos e gêneros comunicativos⁵, aos numerosos recursos semântico-lexicais, prosódicos ou retóricos que permitem aludir a aspectos morais indiretamente.

Luckmann (1997, p. 4) realça que essa alteração do estilo dominante na comunicação da moral é um dos resultados mais notáveis do seu programa de

⁵ Os trabalhos reunidos na coletânea de Bergmann & Luckmann (1999) e Luckmann & Bergmann (1999) incluem, entre outros, estudos sobre chamadas de emergência, histórias de conversão religiosa, sessões terapêuticas, entrevistas de emprego, encontros de grupos não governamentais, debates públicos sobre assuntos políticos em programas de rádio e de televisão, campanhas publicitárias para prevenção de acidentes no trânsito, de câncer ou de doenças sexualmente transmissíveis etc.

pesquisa e confirma que, em muitos domínios de atividades humanas investigados, é possível observar essa clara preferência pelos recursos indiretos. É fato, então, que mudou o modo pelo qual as pessoas usam os recursos da língua para expressar verbalmente seus pensamentos e sentimentos morais ou para fazer declarações ou pronunciamentos que denotam valores e normas morais, mas o fato em si, que as pessoas continuam a moralizar não é contraditório:

quando reclamamos sobre os outros ou os acusamos de faltas ou defeitos; quando pedimos desculpa para nossos erros; quando estamos indignados e convidamos outros para compartilhar nossa indignação; quando proferimos máximas e citamos provérbios; quando procuramos ou oferecemos conselho; quando **fofocamos**, pregamos, juramos; estamos nos engajando, implícita ou explicitamente, numa comunicação moral (LUCKMANN, 1997, p. 10; destaque nosso).

Sintetizando o que foi dito até agora sobre a ética, a moral e a moralização, podemos afirmar que faz parte da condição humana as pessoas avaliarem, explícita ou implicitamente, as atividades dos seus semelhantes conforme princípios morais que conferem às suas experiências certos valores positivos e negativos. Quanto à origem desses valores, é de se pressupor que eles sejam retirados de uma escala hierárquica socialmente objetivada.

De acordo com Luckmann (2000), as realidades sociais são criadas em interações simbólicas e o centro dessas realidades é ocupado por uma **ordem moral** que conduz as ações concretas dos membros de uma sociedade. Essa ordem moral é construída, transmitida e alterada em longas cadeias de atividades sociais. Se o hábito de julgar o caráter e a conduta das pessoas é tão enraizado na evolução cultural da humanidade a ponto de impregnar toda nossa vida cotidiana, podemos supor que essa tendência vale ainda mais se pensarmos num gênero comunicativo como a fofoca que, certamente, se encaixa perfeitamente na definição da comunicação moral proposta por Bergmann & Luckmann (1998, p. 22). Podemos afirmar, portanto, que não avançaremos em nosso propósito de descobrir o significado cultural desse gênero comunicativo a não ser que partamos da suposição de que o mexerico tenha como propósito comunicativo mais geral a função de servir à produção comunicativa da moral.

2.4 A moral da sociedade

Na seção anterior, esboçamos o processo da produção comunicativa da moral predominantemente pelo ponto de vista da **sociologia de conhecimento** de Thomas Luckmann⁶, que trata da localização social das ideias e da construção social da realidade. Na medida em que essa abordagem pressupõe que o indivíduo adquira socialmente tanto sua visão do mundo quanto seus papéis sociais e sua identidade, a base teórica de Luckmann inclui também elementos da **teoria dos papéis identitários** (MEAD, 1968), a qual afirma que a identidade vem com a conduta, ou seja, o ego é um processo criado e recriado continuamente em cada situação social. Luckmann pergunta, antes de tudo, como os indivíduos tornam-se uma parte da sociedade, como agem nela e como se relacionam com os seus semelhantes.

Para completar nossa visão sobre a produção discursiva da moral, falta ainda assumir a perspectiva da sociedade como um todo e indagar qual seria o papel da moral na produção, estabilização e modificação das estruturas sociais. Como esboçaremos em seguida, a resposta de Luhmann (2008) a esse questionamento é que as normas e valores morais – independentemente das intenções dos indivíduos – produzem **expectativas generalizadas** sobre comportamentos típicos ou normais, as quais contribuem na redução da complexidade das situações sociais, diminuem o risco da contingência dos acontecimentos e, desse modo, facilitam a comunicação e a coordenação das ações sociais. Em outras palavras: no âmbito da teoria sistêmica, a moral é considerada como um sistema normativo de referência que tem a função social de fornecer meios para a superação da contingência do mundo.

As duas palavras-chave da abordagem luhmanniana sobre a comunicação são **complexidade** e **contingência**. Como se sabe “contingente” é tudo que não é impossível nem necessário. Com relação à imprevisibilidade das interações comunicativas, isso significa que, em virtude da orientação na moral, nem tudo

⁶ Do ponto de vista teórico, o que sobressai na concepção luckmanniana da construção discursiva da moral é que o autor e seus colaboradores (especialmente: Ayass, 1998; Bergmann, 1998; Christmann, 1998a e 1998b; Christmann & Günthner, 1998; Günthner, 1998a e 1998b; Günthner & Luckmann, 1998; Günthner, Keppler & Luckmann, 1998) se baseiam, em uma parte, em elementos da sociologia do conhecimento e, numa outra, na definição sociointeracional da comunicação da moral como foi proposta por Goffman (1971).

parece ser igualmente possível. De fato, a moral – na forma de normas explicáveis (mas não necessariamente explícitas) – impõe aos indivíduos obrigações de conduta e, desse modo, gera expectativas mútuas, nomeadamente expectativas que dizem respeito ao comportamento dos outros e expectativas que dizem respeito às expectativas dos outros, isto é, às suposições que os outros mantêm com respeito ao nosso comportamento. As normas morais, por sua vez, estabelecem os limites da esfera parcial das ações permitidas, prescritas e proibidas numa comunidade e, ao mesmo tempo, regulam o conteúdo dos pensamentos, sonhos e desejos e influenciam o teor das avaliações e interpretações dos membros dessa comunidade. Dito de outra maneira: a orientação na moral é uma estratégia comunicativa para diminuir a complexidade do mundo; abrindo um determinado horizonte de possibilidades significativas (e descartando outros), as ações dos interactantes tornam-se mais previsíveis ou, na linguagem de Luhmann, a continuidade do processo comunicativo torna-se mais provável.

Conforme a teoria dos sistemas sociais, a sociedade ultrapassou na modernidade o nível crítico de complexidade no que diz respeito às relações entre os seus sistemas parciais. Para poder continuar seu desenvolvimento, foi preciso mudar a forma da sua organização primária, a qual determina a estrutura básica da sociedade. Segundo Luhmann (1997a, p. 595-865), sob a pressão da complexidade crescente, a sociedade moderna adotou uma **diferenciação funcional** que a distingue da sua antecessora que estava organizada em estratos sociais. Nessa sociedade diferenciada predominantemente por funções, os sistemas parciais são desiguais com relação à função que cada um deles assume. Entre os diferentes sistemas funcionais, Luhmann analisou pormenorizadamente a intimidade (1982), a ciência (1988c), a economia (1988d), o direito (1993), a arte (1995b), os meios de comunicação de massa (1996), a política (2000a), a religião (2000b) e a educação (2002b). Além dos inúmeros artigos sobre esses e outros sistemas (por exemplo: o sistema psíquico, a medicina, os movimentos sociais etc.) escreveu duas *opera magna*: *Soziale Systema* (1984) [“Os sistemas sociais”] e *Die Gesellschaft der Gesellschaft* (1997) [“A sociedade da sociedade”].

Em todos esses trabalhos, o autor afirma que cada **subsistema da sociedade** tem sua função própria, usa um determinado meio para facilitar suas

comunicações, baseia-se em um programa particular de decisão e codifica suas observações de acordo com um código binário⁷ específico que não tolera qualquer intervenção externa na realização da sua função. Em cada sistema parcial, o código significa a rejeição das distinções dos outros sistemas parciais, mas também a aceitação da relevância deles para a sociedade como um todo. A ciência, por exemplo, tem a função de produzir novos conhecimentos. Tendo em vista esse propósito, esse subsistema social é codificado de acordo com a oposição “verdade vs. inverdade”. Usando esse código específico, cada unidade na área de observação da ciência é correlacionada com uma unidade correspondente dentro desse subsistema social, assegurando-se assim a conectividade das suas operações. É fato também que a ciência se baseia no programa “pesquisa”, o que quer dizer que é a pesquisa que estabelece as condições relevantes para a realização das operações sistêmicas e a atribuição correta dos valores do seu código. Além disso, afirma-se que a ciência usa o saber científico como meio estruturado de comunicação para aumentar a probabilidade do êxito da comunicação.

Segundo Luhmann, cada sistema funcional observa a sociedade pela perspectiva da sua função, hipostasiando a primazia da sua própria função, embora, na verdade, nenhum desses sistemas tenha prioridade porque não existe uma hierarquia de níveis sociais ou um centro da sociedade (ou seja, a política não é considerada o sistema predominante). Todas as funções têm que ser cumpridas porque todas são essenciais para a sobrevivência da sociedade. Todos os sistemas parciais têm **autonomia** em suas operações, mas são estreitamente interdependentes na medida em que uns observam continuamente o trabalho dos outros. Cada sistema aplica seus próprios programas de decisão para tratar dos problemas importantes da sociedade inteira, fornecendo assim suas próprias tipologias e soluções parciais. Cada sistema, além disso, pode observar a si mesmo, i.e., refletir sobre seu funcionamento e sobre suas relações com os outros sistemas no seu ambiente. Em comparação com as sociedades precedentes, a complexidade maior da sociedade moderna tem sua origem nessa variedade de observações.

⁷ De acordo com Luhmann (1997a, p.316-395), os códigos binários dos diferentes subsistemas funcionais são, por exemplo: “ter vs. não ter” para o sistema econômico; “legal vs. ilegal” para o sistema jurídico; “verdade vs. inverdade” para o sistema das ciências; “governo vs. oposição” para o sistema político; “imanência vs. transcendência” para os sistemas religiosos; “notas boas vs. notas ruins” para o sistema educacional; “informação vs. não-informação” para os meios de comunicação de massa; “bonito vs. feio”, ou seja, “inovador vs. antigo” para o sistema das artes.

No que diz respeito à moral, é preciso destacar que ela ocupa uma **posição peculiar** entre os sistemas parciais da sociedade. Como expressão do respeito ou do desrespeito humano, ela não se insere em nenhum outro sistema – especialmente não no sistema psíquico – e também não fixa limites para si mesma dentro de um subsistema particular. A aplicabilidade universal do código moral não é um indício de que a moral, no decorrer do desenvolvimento do sistema social moderno, formou um subsistema funcional independente, ao lado da economia, do direito, das ciências, da arte etc. Ao contrário, como todo mundo sabe, as questões morais não podem ser relegadas legitimamente a uma instância competente e responsável, mas são sempre tratadas (ou não tratadas) na sociedade inteira, ou seja, a qualquer hora e em todas as esferas sociais (cf. LUHMANN, 1989, p. 434). De fato, a moral não se diferenciou como um sistema parcial da sociedade moderna; ela não convergiu para um centro e não se acumulou num sistema funcional específico, “de um modo que apenas nesse sistema e em nenhum outro fosse possível comunicar moralmente” (LUHMANN, 1989b, p. 433). Hoje, a moral é uma modalidade comunicativa “que circula na sociedade inteira” (LUHMANN, 1989b, p. 433), mas, apesar dessa adaptabilidade universal, é claro que, nas instituições e organizações modernas, prevalecem outros mecanismos de regulamentação além das normas e dos valores morais (LUHMANN, 1984).

Na sociedade tradicional, a moral garantiu a integridade da sociedade como um todo, mas, nos sistemas parciais da sociedade moderna, a comunicação ocorre de acordo com a codificação específica de cada um deles e, em cada caso, essa codificação é diferente do código da moral (bom vs. ruim). Logo, os subsistemas funcionais modernos não podem mais ser integrados por um simbolismo básico comum a todos eles.

Todas as tentativas de criar uma nova moral unificada que corresponda às exigências da modernidade fracassaram porque os complexos problemas e consequências da nova formação social não podem mais ser resolvidos simplesmente pela **distribuição de respeito e desrespeito**. Isso significa que os sistemas funcionais são desacoplados da moral e operam com base nas distinções contidas nos códigos binários que lhes são inerentes. Para manter a sociedade em

funcionamento, tais sistemas não precisam mais de um código moral universal. Cada subsistema funcional opera a partir da sua perspectiva funcional específica, da qual ele nunca pode se esquivar. Em outras palavras, o paradigma da moral se perdeu (cf. LUHMANN, 1990d). No que se segue, explicaremos o que essa afirmação significa para o funcionamento da sociedade.

Luhmann afirma que, em cada sistema parcial, opera um equivalente funcional da moral que assegura a probabilidade de êxito da comunicação, transformando em probabilidade a improbabilidade de que a seleção de um participante da comunicação seja aceita pelo outro. Ele chama essas estruturas equivalentes de **meios comunicativos simbolicamente generalizados**. Se nos lembrarmos que a palavra grega σύμβολον (súmbolon) se refere originalmente ao encaixe das duas partes de uma moeda anteriormente quebrada pelo qual se reconheceu um hóspede, entende-se facilmente o que a expressão de Luhmann (ou, mais corretamente, Parsons, 1980) quer dizer: igualmente como a hospitalidade é um valor geralmente aceito – um valor simbolizado pela moeda refeita – ao qual os dois interactantes se podem referir para coordenar suas ações, o conhecimento científico, por exemplo, ou o poder são meios comunicativos simbolicamente generalizados que, nos sistemas funcionais da ciência e da política respectivamente, são aceitos geralmente como valores que, independentemente da situação concreta, podem motivar um interactante a aceitar a seleção significativa feita pelo outro.

Dada essa explicação, é coerente dizer que, com a chegada da modernidade, os meios comunicativos simbolicamente generalizados substituíram a moral na regulação dos subsistemas funcionalmente diferenciados da sociedade. Como não é mais possível integrar a sociedade por um código moral universal, esses meios são responsáveis pela manutenção, agilização e conectividade da comunicação. Vejamos alguns **exemplos** para a neutralização dos aspectos morais pelos meios comunicativos simbolicamente generalizados. No que diz respeito ao subsistema funcional da política é evidente que, numa sociedade democrática, a distinção entre governo e oposição não se pode basear na pressuposição de que o governo seja estruturalmente bom, enquanto a oposição seja invariavelmente ruim ou até má; tal atitude certamente seria o fim da democracia. A mesma coisa vale para notas boas ou ruins na educação, para pagamentos efetuados ou não

efetuados na economia, para informações transmitidas ou não transmitidas nos meios de comunicação de massa (cf. KNEER & NASSEHI, 1993, p. 183; LUHMANN, 2008, p. 259) e até para as decisões no sistema do amor que baseia suas decisões passionais no código “sim vs. não” e usa o programa erótico para estabelecer as condições relevantes para a realização das operações sistêmicas e a atribuição correta dos valores do seu código (LUHMANN, 1982).

Ainda falando sobre a irrelevância do código moral para a codificação das observações e a asseguarção da conectividade dessas observações dentro dos subsistemas funcionais, podemos – a título de ilustração – recorrer novamente à ciência. Como já foi dito, a **verdade** é o meio comunicativo simbolicamente generalizado desse subsistema funcional da sociedade moderna: quando um trabalho científico, do ponto de vista metodológico, é efetuado corretamente, é inevitável que seus resultados sejam reconhecidos pelos participantes da comunicação. A comunicação continuará ainda que esses resultados sejam incompreensíveis para o senso comum. Desse modo, é possível afirmar que a terra gira em volta do sol apesar das evidências contrárias no cotidiano. A verdade, como qualquer outro meio comunicativo simbolicamente generalizado, é um instrumento para a construção social da realidade. A esse respeito, Luhmann (1997a, p. 164), nos lembra:

Falamos de verdade apenas quando a seleção das informações não pode ser atribuída a nenhum dos participantes. A verdade tem como condição prévia uma seleção externa [...]. A redução à seleção externa prova que a verdade não tolera opiniões diferentes. A verdade de uma informação, portanto, não pode ser derivada da vontade ou do interesse de um dos participantes porque isso significaria que ela não teria um caráter obrigatório para os outros.

Posto isso, é patente que informações arbitrárias que se derivam apenas da experiência pessoal de um indivíduo – por exemplo, uma experiência de telepatia ou de revelação divina – provocam na ciência a interrupção da comunicação. “Afiml, não se pode dizer: é verdade porque eu quero assim ou porque eu proponho isso” (LUHMANN, 1990c, p. 221). De fato, a base da comunicação científica é formada apenas por informações que podem ser “verdadeiras”, ou seja, que foram observadas por meio de métodos de pesquisa reconhecidos (LUHMANN, 1990c, p. 9). Agostinho de Hipona reconheceu a verdade de uma informação ainda pelo fato

de ela ser dada por uma pessoa moralmente íntegra porque, para o santo o ser, o conhecimento e a vontade têm em Deus a sua base comum (cf. e-comentário sobre *De Trinitate*, IX, 6.1 em Brachtendorf, 2000, p. 118-162). Hoje, porém, é de se pressupor que um físico possa ser um bom profissional sem ser necessariamente uma boa pessoa (LUHMANN, 1990c, p. 9). Evidentemente, a imposição da estrutura do meio comunicativo simbolicamente generalizado significa que a moral *sozinha* não tem mais efeito como meio *geral* de coordenação dos subsistemas sociais. Já que a sociedade moderna abriu mão de uma integração moral dos seus subsistemas, cabe perguntar qual é então o elo que ainda exista entre a moral e os diferentes sistemas funcionais.

Uma vez que cada sistema funcional tem que disponibilizar os valores do seu código relevante para *todas* as suas operações sistêmicas, convém que os códigos funcionais dos diferentes subsistemas sociais sejam estabelecidos num nível mais elevado de **amoralidade** (LUHMANN, 2008, p. 171). Em outras palavras: os códigos funcionais de cada subsistema social não podem ser direcionados ou estruturados pela diferença “bom vs. ruim”, mas têm que se manter indiferentes à moral. Isso não quer dizer que não existam ligações entre os diferentes subsistemas funcionais e a moral e que, dentro de um determinado subsistema, não possam ocorrer comunicações morais, mas a maneira como isso ocorre não é orientada por um metacódigo social universal, e sim pelas condições estruturais de cada sistema funcional em jogo. Na sociedade multifacetada moderna, existe uma multiplicidade irreduzível de possibilidades de observação e não há mais um ponto de vista arquimédico que permita reunir todas as perspectivas numa visão unificada. Por conseguinte, é impossível realizar uma integração dos subsistemas políticos, econômicos, jurídicos, religiosos etc. de uma sociedade sob o teto de uma moral comum.

Não é possível, portanto, postular valores morais absolutos e constituir com eles **princípios éticos universais** como tentam pensadores como Apel (1976) e Habermas (1989 [1976]), que se colocam na tradição de Kant. Como mostra Gebauer (1993), no topo de cada hierarquia de justificativas morais, não se encontram princípios superiores, mas possibilidades alternativas. Logo, a justificativa não nos leva à unificação, ao estabelecimento de condições necessárias, mas a

outras diferenciações e a outras contingências. Luhmann (2008) não nega que o código binário da moral (“bom vs. ruim”) é relevante em todas as situações de convivência humana⁸, mas o que ele rejeita veementemente é a pressuposição de que esse código seja aplicado homoganeamente, em todos os subsistemas funcionais, com os mesmos programas de decisão. Segundo o autor, qualquer determinação moral tem que contar com a possibilidade de que, na perspectiva de um outro programa moral, ela será criticada radicalmente:

Parece ser característico para o uso da moral em nossa sociedade que o código binário seja usado geralmente, mas, no nível dos programas, não se pode mais pressupor um consenso – pelo menos não nos casos críticos, que são os únicos em que uma comunicação explícita da moral vale a pena (LUHMANN, 1991c, p. 498).

Numa sociedade pluralista, multicultural e multirreligiosa, diferenciada em subsistemas funcionais, na qual a individualização se tornou um destino e não uma opção (cf. BAUMANN, 2008), não existe mais um ponto de referência comum (como antigamente o código moral da Bíblia). A moral, por conseguinte, pode se referir apenas a pessoas individuais como objetos da sua avaliação, e os sujeitos que assumem essa moral têm que decidir, em cada situação concreta, se vão ou não vão respeitar a pessoa em questão. A moral na sociedade moderna, então, é uma moral do respeito mútuo que leva em consideração as preferências morais dos outros interactantes.

De fato, nas **sociedades pré-modernas**, a moral teve a função generalizada de estabilizar o pertencimento a uma determinada classe social e de garantir a manutenção da ordem “divina”, conferindo aos membros de uma sociedade uma certeza cosmológica que legitimou a desigualdade social, enquanto, ao mesmo tempo, lhes garantiu uma identidade estável e um conjunto de possibilidades de agir correlacionadas com sua posição social. Nessas sociedades, a identidade do indivíduo dependeu do seu pertencimento a uma comunidade. A

⁸ Quanto à discussão entre a hipótese universalista e o relativismo histórico das relações humanas, parece que Luhmann não pretende defender uma posição radical. Com a afirmação da onipresença da comunicação moral e da validade universal do código binário da moral, ele não exclui a possibilidade de que haja uma origem universal da moral na *conditio humana* de viver num mundo que construímos juntos com os outros seres humanos. Nessa perspectiva, a natureza social da vida humana tem como condição prévia a validade do princípio da reciprocidade das perspectivas, o qual possibilita o estabelecimento recíproco da intersubjetividade. Uma vez que os valores e normas de todo agrupamento de pessoas são selecionados socialmente, ou seja, são construídos, mantidos e transmitidos de modo intersubjetivo, é claro que o mesmo princípio se pressupõe também na constituição interativa da moral.

aprendizagem das regras morais não podia ocorrer em processos autônomos. O escravo, o vassalo, o nobre e o rei, todos encontraram suas instruções comportamentais na Bíblia e todas as categorias e classes sociais tinham uma experiência comum do que seria certo e bom.

Nas **sociedades modernas**, ao contrário disso, cada indivíduo tem, em cada situação concreta, inúmeras possibilidades de agir. Essas possibilidades não são necessárias nem impossíveis. Entre essas inúmeras possibilidades, o indivíduo escolhe uma, mas poderia muito bem escolher outra. A contingência das ações individuais, que já é muito alta, ainda se multiplica quando outros indivíduos entram em jogo. Diante da incerteza enorme que caracteriza as relações numa sociedade com um grau de individualização cada vez maior, a coordenação de ações comuns seria muito improvável (ou até impossível) se não houvesse regras confiáveis que gerassem a expectativa mútua de que todos os participantes da comunicação social orientariam seu comportamento de acordo com elas. Conforme Luhmann (1969, p. 34), essas expectativas e expectativas de expectativas fazem parte das normas deônticas e a soma dessas normas é a moral. Ainda de acordo com o mesmo autor (1969, p. 31 e seg.), a função dessas normas deônticas é disponibilizar estruturas que tornam o decorrer dessas interações mais previsíveis, como podemos perceber com a citação seguinte.

Os esforços para alcançar probabilidades mais altas e mais confiáveis de conformidade podem apenas ter êxito se o horizonte relevante de expectativas para a experiência em questão for incluído e se o comportamento for coordenado por meio de expectativas. Mediante a estabilização de expectativas de comportamento, é possível aumentar enormemente o número de ações coordenáveis [...] E quando se sabe o que se pode esperar, é possível tolerar um alto grau de incerteza com relação à possibilidade de que as expectativas próprias não sejam correspondidas

Dito de outra maneira: as regras morais restringem as contingências, estabelecendo expectativas e expectativas de expectativas normativas. Sem essas normas, as ações sociais não poderiam acontecer porque ninguém saberia que tipo de reação poderia esperar do outro. As normas e obrigações morais (bem como as regras legais e convencionais) limitam as infinitas possibilidades que, em princípio, cada indivíduo tem e, desse modo, contribuem para a manutenção da paz social. A moral, portanto, tem uma importância central para a realização da interação, pois

qualquer interação seria impossibilitada se não fosse possível crer que as pessoas agem de acordo com seus deveres. Eis, portanto, a **função da moral** na sociedade moderna: graças a ela pode-se esperar o que, de fato, se espera.

O **código moral** – igualmente como o código legal ou o código estético – tem relevância universal, ou seja, tudo pode ser observado com ele: qualquer ação, assunto ou opinião pode ser julgado moralmente; mas ter a possibilidade de observar tudo pela lente da moral não significa que tudo é *de fato* julgado com base no código moral. Entendidos como opções básicas do código moral, o respeito e o desrespeito, tipicamente, são atribuídos apenas sob determinadas condições (como vimos, na perspectiva sistêmica, o conjunto operacionalizável dessas condições representa a moral de uma sociedade). Apenas quando as coisas expõem riscos ou perigos ou são percebidas como ousadas, esquisitas ou fora do habitual surge um motivo para recorrer à moral e falar explicitamente sobre as condições sob as quais os outros, ou nós mesmos, merecem ser respeitados ou desrespeitados.

A experiência cotidiana mostra, por **exemplo**, que os políticos não agem de acordo com critérios morais, mesmo que acreditem que os eleitores decidam seu voto motivados também por valores morais. As interdependências envolvidas nas ações políticas não permitiriam que as questões políticas fossem decididas segundo normas morais. Do ponto de vista estrutural, o código moral (“bom vs. ruim/mal”) e o código político (“governar vs. fazer oposição”) simplesmente não são idênticos. Ainda assim, é possível que os subsistemas dependam, de certa maneira, da moral. Desse modo, não queremos políticos corruptos porque a competição imparcial tem que ser garantida para poder falar ainda de um sistema democrático; também exigimos jogos “limpos” nos campeonatos de futebol para poder manter ainda nosso interesse nesse esporte; e eventuais resultados científicos falsificados provocam nossa indignação porque despertam esperanças de um progresso que, na verdade, não ocorrerá.

Contudo, de acordo com Luhmann (2008, p. 171), esses exemplos tirados dos domínios da política, do esporte e da ciência mostram como os subsistemas funcionais, de um modo bem específico, podem ser altamente dependentes da moral. De fato, nota-se nesses casos uma presença simultânea de **sintonia** e de

antagonismo entre os subsistemas envolvidos e os aspectos morais tematizados. Como diz Luhmann (2008), obviamente, há sempre uma possibilidade de que a moral consiga irritar os subsistemas funcionais, mas se esses, em seguida, permitirão ou não permitirão que suas operações sejam influenciadas por essas irritações, é outra questão.

Por conseguinte, pode se verificar, por exemplo, que o poder não pode ser assegurado pela verdade científica, o direito não pode garantir a salvação religiosa e o sucesso econômico não pode tornar seguro o êxito das medidas educacionais. Isso não significa, por outro lado, que o acesso à educação formal seja totalmente independente das possibilidades financeiras ou que uma verdade científica não possa tornar-se o fundamento de uma decisão política, mas essas relações entre diferentes subsistemas funcionais nunca rompem os limites entre os sistemas em questão. Na perspectiva sistêmica, é o código de cada sistema que possibilita seu **fechamento** operacional e, desse modo, proporciona simultaneamente sua forma específica de **abertura**, que se realiza de acordo com os programas operantes em cada sistema, os quais criam permanentemente as condições para optar por um lado da distinção básica ou pelo outro. Um subsistema, então, pode se deixar perturbar por informações de outros subsistemas, mas, como sistema operacionalmente fechado, pode sempre escolher apenas entre os valores opostos do seu próprio código binário e não pode se referir nunca a valores externos.

Essas observações sobre o papel da moral na sociedade moderna não devem ser interpretadas como revelações apocalípticas sobre o lamentável estado moral do nosso mundo. Muito pelo contrário, um problema fundamental da **argumentação moral** é que ela tende a reduzir a comunicação a conflitos e polêmicas que dificultam a reprodução normal das operações dos subsistemas funcionais da sociedade. De fato, quando os valores morais entram no primeiro plano da comunicação, sendo tematizados explicitamente, observa-se frequentemente um zelo ou uma obstinação especial na avaliação moral. Os interactantes mobilizam a autoestima e, em consequência disso, dificilmente podem retroceder. Uma vez que, em questões morais, a pessoa inteira está sujeita a uma avaliação, é difícil retratar-se e desfazer ofensas ou provocações já proferidas. Logo, para evitar que as tensões emocionais se elevem a níveis alarmantes, é necessário

que a comunicação seja carregada moralmente somente sob determinadas condições; por exemplo, quando uma pessoa avaliada negativamente está ausente.

Nos casos em que um grupo de pessoas, uma pessoa individual ou seu comportamento são abertamente desacreditados, a comunicação acaba facilmente em brigas, violência ou terror. A história humana é rica em exemplos que mostram que, na comunicação moralizante, costuma se manifestar uma tendência inerente de generalizar as incompatibilidades que já provocou incêndios de dimensões continentais. Luhmann (1989b, p. 370) bem ilustra esse fato:

De fato, sob a palavra-chave moral, as experiências que a Europa fez desde a Idade Média Plena com revoluções provocadas e oprimidas por motivos religiosos, com o terror da Inquisição, com as guerras por causa de verdades moralmente obrigatórias e com insurreições que surgiram da indignação deveriam evidenciar esse problema imediatamente.

Há, então, muitas razões para hesitar antes de aprovar a moral como alguma coisa boa. Do ponto de vista sociológico, é preciso destacar que a moral, como qualquer outro código binário, quando for aplicada a si mesma, provoca o surgimento de **paradoxos** (LUHMANN, 2008, p. 260). Não faltam exemplos de comportamentos virtuosos que levaram a verdadeiros desastres humanos e também não se pode negar que muitas ações condenáveis já provocaram efeitos benéficos⁹. Frequentemente é impossível, nesses casos, distinguir se a reflexão ética deve aconselhar um comportamento bom ou ruim. Tradicionalmente, os compêndios éticos simplesmente neutralizam essas situações paradoxais, transformando-as num problema de justificativa. “As perigosas consequências reais, se são vistas de algum modo, não são atribuídas à moral” (LUHMANN, 1989, p. 434), porque, nos códigos morais tradicionais, a moral é sempre percebida como alguma coisa boa.

De acordo com Luhmann (2008, p. 257), uma **ética** que assume um compromisso com essas observações sociológicas teria o dever de refletir sobre ambos os lados do código moral, ou seja, sobre as consequências positivas e negativas da comunicação moral. Antes de tudo, esse tipo de ética teria que

⁹ Adam Smith (1776) já observara esse paradoxo, quando afirmou que, na economia, é muito comum que *private vices become public benefits* [“os vícios privados transformam-se em benefícios públicos”] e, em “Fausto”, Goethe deixa seu Mefisto dizer: *Ich bin ein Teil von jener Kraft, die stets das Böse will und stets das Gute schafft* [“Sou parte daquela força que sempre quer o mal e sempre cria o bem.”].

destacar que a comunicação moral – ao ameaçar os indivíduos com o desrespeito da sua condição de ser uma pessoa – alia-se facilmente à confusão, à algazarra, à violência, ao terror e às hostilidades bélicas. Em outra obra, o próprio Luhmann (1989, p. 370) nos lembra:

A moral é um empreendimento arriscado. Quem moraliza assume um risco e, em caso de resistência, encontrar-se-á facilmente na situação de precisar procurar por meios mais fortes ou de perder o respeito por si mesmo. A moral, portanto, tem a tendência [...] de gerar conflitos ou de surgir num conflito e de radicalizá-lo em seguida.

Diante desses fatos, a tarefa mais urgente da ética talvez seja advertir as pessoas do uso da moral (LUHMANN, 2008, p. 266).

3 Quadro epistemológico

There is a theory which states that if ever anybody discovers exactly what the Universe is for and why it is here, it will instantly disappear and be replaced by something even more bizarre and inexplicable.
There is another theory which states that this has already happened.

Douglas Adams. *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy* (1979)¹

3.1 Do positivismo ao construtivismo

Durante séculos, os cientistas e filósofos esforçaram-se para compreender como conhecemos o nosso mundo e a nós mesmos e sobre o que esse conhecimento está fundado. As descobertas das ciências naturais começam no mundo dos átomos e vão até os movimentos das estrelas nas galáxias. As descobertas das ciências sociais estendem-se sobre os processos cognitivos até o comportamento individual e coletivo. Para poder explicar os fenômenos observados, os pesquisadores dos diversos ramos das ciências dedicaram-se à elaboração de muitas teorias e métodos, mas o **método indutivo e experimental** adotado pelas ciências naturais foi visto durante muito tempo como o caminho mais seguro para chegar-se a conhecimentos positivos sobre a realidade.

Incentivado pelo sucesso formidável das ciências naturais, as ciências humanas modernas, desde o seu surgimento na época das luzes, tenderam fortemente a hastear a bandeira do cientificismo e a recorrer ao método de Galilei (1638), que, supostamente, garantisse o conhecimento verdadeiro. Poucos pensadores, como Giambattista Vico (1725/1999) e Wilhelm Dilthey (1883/1986), discordaram dessa estratégia, alegando que a ciência do humano fosse essencialmente diferente das naturais e, por isso, pedia o desenvolvimento dos seus próprios métodos. Dilthey (1894/1982, p. 144), por exemplo, afirmou: *Die Natur erklären wir, das Seelenleben verstehen wir*. [“A natureza é explicada; a vida espiritual, compreendida”]. Contudo, apenas poucas vozes críticas, que se

¹ Há uma teoria afirmando que, se algum dia, alguém descobrir exatamente para que sirva o universo e porque ele existe, ele desaparecerá imediatamente e será substituído por alguma coisa ainda mais bizarra e inexplicável. Há outra teoria afirmando que isso já aconteceu (ADAMS, 1979).

apresentaram como alternativas ao *main stream*, conseguiram se fazer ouvir e, após a lição inaugural de Comte (1844), a **epistemologia positivista** passou a dominar quase incontestadamente as múltiplas disciplinas e subdisciplinas autônomas que sucessivamente começaram a apresentar suas visões reducionistas da complexidade da vida humana. Uma vez que a ordem estabelecida do discurso científico com seus sistemas e procedimentos de controle externo e interno (FOUCAULT, 1970/2000) restringiu, de fato, o horizonte dos conhecimentos possíveis, os pesquisadores comprometidos com o método exemplar perderam a visão daquilo que, originalmente, tinham almejado a descobrir e contentaram-se em acumular resultados positivos para se chegar a princípios abstratos que, aos poucos, ganharam uma vida própria.

O **paradigma normativo** que surgiu dessa epistemologia diz respeito aos domínios de uma realidade supostamente objetiva e autônoma. Fazendo uso predominantemente dos métodos das ciências naturais, os representantes desse paradigma, frequentemente, trabalharam na ilusão de que seria possível alcançar verdades absolutas e fazer observações sem observadores. Eles acreditaram que seria possível descobrir a realidade e as leis que estabelecem a ordem natural a partir de uma posição neutra, distanciada, impessoal e isenta de valores e interesses ideológicos. De acordo com esses pesquisadores, o conhecimento constitui-se de imagens mentais dos fatos externamente dados. O pós-positivismo, certamente, procurou fazer uma revisão das posições mais dogmáticas desse paradigma e da sua pretensão ingênua à verdade absoluta, mas as maiores divergências com a ciência objetivista ocorreram no quadro do construtivismo que se estabeleceu questionando radicalmente os postulados da divisão rígida entre sujeito/objeto, mente/matéria ou natureza/cultura.

O **paradigma interpretativo**, ao contrário do normativo, rejeita os métodos das ciências naturais e refere-se aos domínios de uma realidade cuja construção social depende do trabalho interpretativo dos sujeitos. Assim sendo, o protocolo metodológico básico das pesquisas qualitativas descansa sobre a linguagem, versando sobre significados, sentidos e valores e reconstruindo os jogos de linguagem semântico-pragmáticos ou discursivos pelos quais os atores sociais constroem o seu mundo vivido. De acordo com as abordagens construtivistas que

constituem esse paradigma, devemos a nós mesmos o mundo em que acreditamos viver. Nosso conhecimento, portanto, não pode ser interpretado como uma imagem da estrutura objetiva do mundo, mas apenas como uma chave para a realidade que produzimos e modificamos continuamente enquanto interpretamos os fenômenos que nos afetam. “Para falar sobre o mundo”, diz Quine (1953/1989, p. 264), “é inevitável que imponhamos ao mundo algum esquema conceitual peculiar a nossa própria linguagem especial”. Logo, em cada língua que vivemos, nosso acesso ao mundo é outro. O mundo em si, no entanto, isto é, a realidade transfenomenal é irreconhecível. Nessa perspectiva, nossas estruturas cognitivas representam antes um livro com textos culturalmente transmitidos do que representações de uma realidade objetiva. Logo, não podemos provar que nossa realidade construída apresenta similitudes com uma realidade que independe da nossa percepção, mas – na melhor das hipóteses – apenas que ela é viável, ou seja, que ela é compatível com as condições biológicas, cognitivas, sociais e culturais as quais as pessoas são subjugadas.

Para os **construtivistas**, o conhecimento não é o que as pessoas têm na mente, mas o que fazem umas com as outras em contextos dinâmicos e sob condições variáveis de produção de sentido. O que consideramos, geralmente, como o mundo objetivo é, na verdade, um resultado das operações dos nossos aparelhos cognitivos (posição do **construtivismo subjetivo**) e das nossas interações comunicativas (posição do **construtivismo social**). Também, é de se pressupor que os signos verbais não se referem a objetos reais e que a língua não serve para transmitir informações, mas para acoplar estruturalmente os interactantes que, compartilhando as mesmas práticas relacionais e formas de agir, habitam o mesmo espaço social (posição do **construtivismo metodológico**). As supostas estruturas “objetivas” da realidade empírica, nessa perspectiva, nada mais são do que “estruturas impostas à realidade pela interpretação humana” (COSERIU, 1977, p. 103), ou seja, sistemas coerentes de crenças coletivas (DAVIDSON, 1983/2001) geradas intersubjetivamente para estabelecer uma ordem cognitiva, semântica e pragmático-discursiva e para realizar objetivos comuns mediante mútua colaboração (SEARLE, 1997; TUOMELA, 1992 ou WRAY, 2000). Baseando suas “interpretações densas” nessa ideia da construção histórica e sociointerativa/discursiva do nosso mundo, o antropólogo Clifford Geertz (2001, p. 11) afirma: “Aquilo que se vê

depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo”.

A **verdade**, então, não surge de um mapeamento dos objetos do mundo sobre as representações mentais; ela não se define como *adaequatio rei et intellectus* (ou por uma outra versão da teoria da verdade como correspondência especular, por exemplo, entre proposições e fatos), mas antes como consenso negociado sob as condições de uma situação discursiva ideal (HABERMAS, 1973, p. 218). Dito de uma maneira simplificada: a verdade é uma questão de assumir, defender e contestar perspectivas em atividades linguageiras que dão expressão a nossas identidades sociais. Nesse sentido pragmático, conhecer a verdade, ou melhor, agir de acordo com a verdade significa “aproximar-se mais do que afastar-se do resultado pretendido sem se ver contrariado fisicamente, socialmente, culturalmente ou moralmente pelo mundo” (GEE, 2005, p. 5).

É evidente que a habilidade comunicativa de **linguagem** tem um papel extraordinário na produção desta verdade consensual. A linguagem é o meio principal para compreender nosso mundo e construir nossa cultura: “todos os objetos do nosso conhecimento são produzidos no discurso” (MARCUSCHI, 2007, p. 142). De fato, as atividades linguageiras são a marca mais característica da espécie humana, mas a realização de interações verbais em cada uma da variedade infinita de situações comunicativas, ocorre sempre numa língua particular a qual deve ser entendida – no sentido de Wittgenstein (1953/1985, §23) – como uma *forma de vida* (cf. também: GLOCK, 1997, p. 173-178). A definição wittgensteiniana não nos lembra apenas que “cada língua organiza à sua maneira os dados da experiência” (MARTINET, 1967, p.12) e que “o recorte da realidade varia segundo as línguas” (POTTIER, 1974, p.95), mas realça também que a linguagem é sempre socialmente modelada a partir de uma determinada práxis social.

Uma vez que “nem o mundo e nem a linguagem se caracterizam por uma estabilidade *a priori*” (MARCHUSCHI, 2007, p. 136), os defensores do construtivismo, de uma maneira geral, concordam – no que diz respeito à **negociação social do sentido** através de conceitos e categorias mentais – que o nosso grupo social disponibiliza tanto o vocabulário e as regras para seu uso

adequado quanto os padrões discursivos historicamente preconstituídos aos quais recorreremos para coordenar nossos comportamentos comunicativos e nossas ações habituais. Dentro das múltiplas redes de relações sociais que caracterizam uma determinada (sub)cultura, os diferentes grupos de interesse tentam impor ou justificar seus hábitos de interpretação e sua visão do mundo. Nesse embate de vozes sócio-historicamente divergentes, as possibilidades que temos para fazer nos compreendidos delimitam essencialmente as nossas ações.

3.2 A problemática micro-macro

Uma tarefa essencial das **ciências humanas** tanto do paradigma normativo quanto do interpretativo é, então, ocupar-se da questão de como o cerne da vida social – no seu decorrer histórico e nas suas mais diversas manifestações culturais – mantém-se junto até ser modificado ou substituído por outro e como as ações dos seus componentes individuais produzem os efeitos que têm. Por conseguinte, nas disciplinas que tratam dos aspectos do homem como indivíduo e como ser social, os pesquisadores mostram, de uma maneira geral, um interesse por **estruturas, processos e interações**. Em geral, podemos observar que o estudo desses três objetos de pesquisa ocorre a partir de uma perspectiva reflexiva que se baseia na disposição estratégica de imaginar que os fatos *não* são naturais e, portanto, poderiam, também, ser diferentes. Contudo, é evidente, também, que entre os pesquisadores do mundo social dominam duas posições básicas: enquanto os representantes da primeira recomendam afastar sistematicamente as prenoções e evitar todos os juízos de valor ou opiniões pessoais, ressaltam os defensores da outra que é sempre a partir de uma opinião solidamente formada que se parte em busca de respostas e que, por essa razão, são precisamente os juízos de valor que devem aparecer já no início de toda pesquisa. A nosso ver são frequentemente os estudiosos desse segundo grupo que – enquanto visam a tornar transparente a realidade observada – cultivam o que Nietzsche (*apud* DREITZEL, 1966, p. 222) chamou de “a arte da desconfiança”.

Os trabalhos que se dedicam a essa arte distribuem-se num contínuo teórico que se desdobra entre **dois pólos opostos**: uma posição extrema que pode

ser resumida pela afirmação *There is no such thing like society. There are only individuals*. [“Não há sociedade, apenas indivíduos”], atribuída à antiga primeira ministra inglesa Margaret Thatcher, e outra que é representada pela concepção aristotélica do homem como *zoon politikon*. As numerosas teorias que dão um fundamento mais ou menos firme a esses trabalhos têm em comum o objetivo de fornecer explicações racionais e sistemáticas para a complexidade de determinados fenômenos sociais. O que as divide principalmente são duas perspectivas diferentes: enquanto um grupo de pesquisadores fixa a atenção no indivíduo e no seu agir (verbal e/ou não verbal), a outra explora a sociedade e as suas estruturas políticas, econômicas e sociais.

Uma perspectiva, abrindo-se **de cima para baixo**, focaliza a sociedade como um corpo social no qual as diversas partes contribuem, cada uma a seu modo, para a vida em comum. Quem trabalha nessa linha, pergunta, então, como determinadas estruturas se desenvolvem e se unem para formar um sistema e para estabelecer uma determinada ordem e como o indivíduo pode ser motivado para manter essa ordem e agir de acordo com as suas regras. A outra perspectiva, abrindo-se **de baixo para cima**, contempla os indivíduos como verdadeiros produtores da vida social que, baseando-se no senso comum, constituem os cenários socialmente organizados. Quem opta por essa abordagem pergunta como os membros chegam a um sentido do seu mundo ou da sua realidade e – caso não se destinja por uma falta absoluta de qualquer reconhecimento de fatores estruturais – pesquisa, além da contextura da cena e dos procedimentos interpretativos, como, do agir dos atores sociais em situações cotidianas, emergem continuamente normas sociais e como os indivíduos conseguem se impor sob determinadas condições sociais e uma determinada distribuição de oportunidades e recursos culturais.

A principal questão que, no contexto dessas duas perspectivas, deve ser levantada diz respeito à relação entre o **indivíduo e a sociedade** em geral e o **indivíduo e seu agir** em particular. Será que são as ações que determinam a estrutura ou será que a estrutura determina as ações? Em que medida é que o indivíduo depende da sociedade e qual é o efeito do seu agir? Ou, em outras palavras: como é possível explicar os acontecimentos e as características no nível da sociedade enquanto macrosistema, tomando por base o comportamento dos

indivíduos, ou seja, os acontecimentos nos microsistemas interacionais? John Stuart Mill (1843), por exemplo, teve a convicção que a unidade elementar da vida social é a ação humana. Logo, para ele, falar da sociedade significa sempre falar de indivíduos que agem. Karl Marx (1859), por outro lado, acreditou que as condições sociais sejam independentes da vontade humana e dependam apenas das relações de produção: “Não é a consciência dos homens que determina o ser, mas o ser social determina a consciência” (*op. cit.*, p. 8).

Essa invocação de Mill e Marx já mostra que a questão da articulação entre ações individuais e estruturas sociais, a chamada **problemática micro-macro**, há muito tempo representa um assunto central do estudo da vida social. Tradicionalmente, alteram-se abordagens estruturalistas que abstraem – em graus diversos – dos atores individuais com abordagens fenomenológicas e/ou teorias pragmático-interacionais que, na melhor das hipóteses, tematizam as estruturas sociais como pano de fundo das ações individuais. O que esses conceitos dualísticos do indivíduo e da sociedade têm em comum são as tendências de resolver o debate favorecendo um dos dois pólos – micro ou macro – alterando abruptamente entre os dois níveis e dando pouca atenção ao problema de como estabelecer uma passagem bidirecional.

No âmbito da **perspectiva dos indivíduos em ação**, observou-se, nas últimas décadas, o desenvolvimento de teorias sociais e metodologias que podem ser caracterizadas pelo seu interesse em interações face a face, em rotinas e categorizações da vida cotidiana, nos mecanismos e padrões das conversações, nas definições situacionais dos papéis sociais e da identidade das pessoas e na produção, circulação e recepção do discurso. É possível recorrer a várias tradições teóricas e analíticas para aprovar ou desapoiar uma interpretação particular de certos aspectos do agir humano e das interações com o meio social, a saber: o agir como maximização do lucro e a interação como troca (HOMANS, 1958; BLAU, 1964; COLEMAN, 1974), o agir como realização de objetivos e a interação como conflito (COLLINS, 1975; BACHARACH e LAWLER, 1981); o agir como reprodução das estruturas do mundo vivido e a interação como geração de um mundo intersubjetivamente compartilhado (SCHÜTZ, 1932; BERGER e LUCKMANN, 1966); o agir como construção do sentido e a interação como processo comunicativo

(BLUMER, 1969; GOFFMAN, 1959; STRAUSS e CORBIN, 1990; JOAS, 1992) ou o agir como construção de sentido moral e a interação como formação de valores compartilhados (PIAGET, 1932; KOLBERG, 1975).

Essas abordagens formam o oposto das teorias sociais desenvolvidas para analisar holisticamente **a sociedade e as suas dimensões institucional e organizacional** – por exemplo: o funcionalismo empírico de Robert K. Merton (1968 [1949]), a teoria dos sistemas de Talcott Parsons (1968 [1937]) e Niklas Luhmann (1984), o neomarxismo de Jürgen Habermas (1981) e Immanuel Wallerstein (1991), a teoria do conflito de Lewis Coser (1964 [1956]), Ralf Dahrendorf (1971 [1958]) e Norbert Elias (1976 [1939]) e o estruturalismo francês de Claude Levi-Strauss (1947), Michel Foucault, (2009 [1975]) e Pierre Bourdieu (1990 [1980]). Nessas teorias, a análise da sociedade e a elaboração de um instrumentário teórico para essa tarefa ocupam um espaço maior do que nas teorias do agir e, ainda que – com exceção de Niklas Luhmann – todas essas abordagens desenvolvem sua própria teoria do agir e consideram a sociedade uma unidade constituída por ações ou comunicações elementares, defende-se, de uma maneira ou outra, a opinião de que essa unidade social emergente se distingue por propriedades específicas. As teorias do agir desenvolvidas nesse paradigma, então, não têm sua finalidade em si mesma, mas são sempre parte de uma abordagem mais abrangente que, em diferença com as teorias do agir, no sentido estrito, disponibiliza conceitos teóricos e ferramentas metodológicas para a análise da sociedade como um todo.

As **abordagens centradas na estrutura e nos sistemas funcionais** (por exemplo: Marx, 1845; Durkheim, 1895) têm como objeto de pesquisa a sociedade como ordem *sui generis* cuja unidade é postulada veementemente. Pressupõe-se, nos trabalhos dessa linha de pesquisa, que as macroestruturas sociais e os fenômenos coletivos têm propriedades holísticas que não podem ser explicadas satisfatoriamente pelo comportamento dos indivíduos (**coletivismo metodológico**). De uma maneira geral, esse tipo de estudos é motivado pelo interesse na (re)produção e transformação das estruturas sociais institucionalizadas ou ritualizadas e nos processos pelos quais os membros de uma sociedade chegam a um senso da estrutura social. Os pesquisadores costumam recorrer a representações numéricas dos fatos empíricos, as quais permitem afirmações sobre

uma ordem abstrata de caráter normativa. Isso significa que os processos que ocorrem nos sistemas sociais parciais são estudados sem decompô-los analiticamente até o nível das atividades interacionais.

Desse modo, é inevitável que os indivíduos com sua consciência prática e seus espaços de decisões e de objetivos desaparecem na análise de dados quantitativos ou de levantamentos topográficos que buscam explicar os sistemas de conhecimentos e de valores culturais ou as estruturas das instituições, das organizações e das classes sociais. O **dilema das abordagens radicalmente coletivistas** é que, ao ocupar-se com estruturas sociais e populações inteiras e não com interações situacionais e indivíduos, elas afastam sua atenção teórica completamente da análise da consciência, dos motivos e das intenções individuais e concebem os atores sociais como meras vítimas das circunstâncias coletivas, reduzindo-os, desse modo, a seres passivos que calculam mecanicamente seu meio externo. Em outras palavras: as teorias macroscópicas têm dificuldades em explicar como as estruturas sociais tornam-se relevantes para as ações individuais e como os resultados obtidos pela análise do nível macro podem ser fundados no agir dos indivíduos e dos grupos (MÜNCH e SMELSER, 1987, p. 380).

Por outro lado, as **teorias centradas nos atores ou nas situações sociais** (por exemplo: MEAD, 1934; BLUMER, 1969) tematizam os processos cooperativos no nível básico da interação cotidiana e tentam assentar a ordem social no agir humano. Metodologicamente, os trabalhos que se inserem nesse quadro teórico, não visam a compreender a realidade social pelas instituições, estruturas ideológicas ou padrões coletivos de comportamento, mas pela observação e análise dos processos concretos de interação, os quais são constitutivos da ordem social. Essas abordagens, então, têm na palavra enunciada um dos seus pilares e com ela realizam seu cometido com eficácia. Tomando a consciência individual e a intencionalidade como ponto de partida, recorrem a dados qualitativos vindos, por exemplo, de relatos de observações participantes, descrições de cenários sociais e transcrições reconstitutivas de conversações autênticas. Dando uma ênfase unilateral sobre a subjetividade, os pesquisadores tentam reconstruir a produção de sentido nas intenções dos atores sociais, em detrimento de qualquer exame das macroestruturas sociais ou das consequências coletivas da ação humana. De fato,

as interpretações dos fenômenos em questão baseiam-se no princípio metodológico de que o mundo em que vivemos tem um significado para nós apenas na medida em que o interpretamos – em qualquer momento da interação com os outros – com base em nossas experiências, nossas categorias simbólicas e nossos conhecimentos habituais (**individualismo metodológico**).

Tomando interesse, particularmente, pelo funcionamento da linguagem a qual se põe entre a consciência individual e a vida coletiva como uma ferramenta que cria, intervém e modifica, o **paradigma interpretativo** caracteriza-se pelo modo microsociológico da explicação dos fatos sociais. Isso significa geralmente que os representantes dessa linha de pesquisa, ao presumir que a razão prática tem um caráter organizacional e que a linguagem tem na (re)produção e regulamentação da realidade social um papel privilegiado, afirmam que a comunicação simbólica e as convenções que organizam as situações comunicativas são decisivas para a constituição da ordem social. Pressupõe-se, nesse quadro teórico, que as interações humanas possam ser explicadas por um observador que sabe pormenorizar de que modo os atores sociais se mostram mutuamente como definem a situação em que se encontram e como interpretam as ações uns dos outros a partir das suas sinalizações verbais e não verbais. As abordagens fenomenológicas e hermenêuticas, portanto, focalizam os métodos pelos quais os interactantes produzem as situações sociais em que estão envolvidos; o que inclui, sobretudo, um interesse pelas regras convencionais e pelos recursos semióticos disponíveis que possibilitam as negociações de sentido nas interações concretas. Dito de uma maneira pleonástica (BATESON, 1972; SERRES, 1997), a reconstrução científica da construção do sentido como objetivo epistemológico mais geral do paradigma interpretativo almeja a compreender o compreender do compreender (*understanding understanding of understanding*).

Baseando-se numa conceituação pragmática e performativa, as abordagens que estudam como **a agentividade emerge nas interações sociais** reformulam o problema da relação entre o indivíduo e a estrutura, sugerindo que a estrutura social emerge do agir dos atores sociais que são hermeneuticamente ativas. Nessa perspectiva, são as interações concretas e não as abstratas normas e os valores socioculturais preexistentes que constituem o fundamento da vida social.

A sociedade, por conseguinte, é compreendida explicitamente como uma aglomeração de ações individuais contingentes e a autonomia das sociedades – enquanto fenômeno ou nível que certamente emerge das ações, mas que abrange também novas qualidades – é rejeitada ou vista com cautela como um objeto que deve ser excluído das considerações teóricas. As pessoas, por outro lado, não são consideradas entidades passivas, condicionadas pela sua classe de origem e seu status socioeconômico; muito pelo contrário, elas participam ativamente na construção do contexto das interações. As estruturas sociais e a sociedade não preexistem ao indivíduo e nem existem independentemente ou separadamente das suas ações. Na melhor das hipóteses, a ordem social oferece modelos convencionais, normas de procedimento ou de conduta, mas é na interação que esses modelos e regulamentos são usados e são continuamente modificados. Uma vez que a interação é a forma de organização social que estrutura as atividades e as trocas entre os membros de uma comunidade, influenciando e configurando os enquadres que tornam suas macroatividades significativas, as diferentes situações sociais de interação são um objeto legítimo de pesquisa. Afinal, a análise dos microprocessos ajuda a entender os métodos pelos quais as pessoas fazem a vida e constroem as macroestruturas sociais.

Contudo, diante do fato de que as estruturas sociais, muitas vezes, emergem – como diz Marx – “atrás das costas dos participantes”, é legítimo duvidar se a pergunta pelos fundamentos da ordem social, pode ser esclarecida satisfatoriamente por uma estratégia de pesquisa que leva em conta exclusivamente a lógica da reconstrução. Certamente, o foco fino das abordagens micro aperfeiçoa as imagens de vistas magnificadas, mas dificilmente é adequado para abranger com a vista a emergência de estruturas sociais que se distinguem por propriedades novas as quais não podem ser explicadas diretamente pelo agir dos indivíduos ou pela agregação de características das estruturas elementares. O **dilema das abordagens radicalmente individualistas** é, então, que elas não são capazes de incorporar os aspectos coletivos da ação social (MÜNCH e SMELSER, 1987, p. 380). Além disso, um observador atento pode perceber facilmente que, em muitos estudos, a passagem brusca das sequências interacionais para as instituições sociais parece inverossímil ou controvertida. Conclui-se, portanto, que essas

abordagens dificilmente podem compreender plenamente a complexidade da vida social.

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento, pode-se afirmar que a ligação entre o indivíduo e o mundo social, entre o agir e a estrutura ou entre o simples e o complexo representa um problema fundamental que se coloca, praticamente, em todas as disciplinas das ciências humanas. Os termos-chave da controvérsia entre as perspectivas micro e macro são *emergência* e *redução* (HEINTZ, 2004): enquanto, numa parte, as **teorias reducionistas** afirmam que a sociedade, as organizações e as famílias nada mais são do que as relações entre seus membros, ou seja, que os fenômenos emergentes no nível macro não existem; numa outra, que eles são uma mera construção mental das pessoas; e, numa terceira, que eles podem ser derivados perfeitamente das ações individuais e dos processos no nível micro; defendem as **teorias emergentistas** a opinião de que o todo é mais do que suas partes e têm características novas que, embora causadas por processos no nível micro, não podem ser explicadas de modo reducionista. Sobressai ainda, nessa disputa, que nenhuma das versões radicais dos dois paradigmas procura seriamente incorporar níveis intermediárias que poderiam amenizar a suposta incompatibilidade e explicar, através de “regras transformacionais” como as ações individuais acumuladas podem se transformar em macrofenômenos que, por sua vez, determinam, então, as situações interacionais nas quais os atores fazem as suas decisões.

3.3 Propostas para lançar uma ponte entre micro e macro análises

Não é preciso entrar numa análise cuidados das palavras micro e macro, para poder asseverar que se trata de termos relativistas que, originalmente, servem para referir-se às relações parte-todo (meronímia/holonímia) em cada nível da organização social. Contudo, desde os anos sessenta do século passado, os sociólogos passaram a usar esses termos cada vez mais para fazer uma distinção entre, de um lado, os estudos com um foco na interação individual e, do outro, os com um foco no sistema social como um todo. Todavia, depois que os provocadores “valentes” da primeira e segunda geração do interacionismo simbólico e da

etnometodologia tinham ganho mais autoridade, controle e influência, dando à sociologia o caráter de uma **ciência de múltiplos paradigmas**, despertou entre os estudiosos o desejo de voltar aos clássicos e associar, novamente, a teorização sobre a ação e sobre a estrutura social.

Ao estabelecer esse objetivo, também, para o presente trabalho, inscrevemos-nos numa tradição teórica que, sobretudo desde os anos oitenta do século XX, elabora estratégias para **reconciliar a cisão entre micro e macro** ao construir conceitos teóricos que são úteis para traduzir as variáveis no nível individual em variáveis características do sistema social e vice-versa (cf. ALEXANDER *et al.*, 1987; ARCHER, 1982, 1988, 1995 e 1996; BOURDIEU, 1977 [1972], 2008 [1979, 1984] e 1990 [1980]; BARNES, 2001; BHASKAR *et al.*, 1998; CICOUREL, 1981; COLLINS, 1981a, 1981b, 1986 e 1988; FINE, 1991; GIDDENS, 1979 e 2003 [1984]; HABERMAS, 1981; KEMENY, 1976; KNORR-CETINA, 1981; RITZER, 1981, 1985, 1988a, 1988b e 1990; RITZER & GINDOFF, 1994; TURNER e BOYNS, 2001; WAGNER, 1964; WALLACE, 1969 e 1988). Voltados, na sua maioria, para reforçar a ideia de que a restrição imposta pelas estruturas sociais e o potencial inerente às ações individuais têm consequências recíprocas, os autores, que aspiram a fundar *The Micro-Macro Link* (ALEXANDER *et al.*, 1987), afirmam que qualquer esquema conceitual proposto para abranger o vasto campo dos fenômenos sociais deve fornecer ferramentas para explicar como funciona a dinâmica dos processos sociais não apenas em cada nível do universo social, mas também no que diz respeito às relações entre esses diferentes níveis.

A estratégia talvez mais conhecida dessa tradição teórica tem origem na análise socioeconômica de Max Weber (1922), que se baseia numa escala conceitual que começa com a “ação individual” e, passando pelas “relações sociais” e as “associações”, conduz até à “ordem legitimada”. O raciocínio em que se baseiam as abordagens que adotam essa estratégia diz que, com o acréscimo de mais agentes e mais relações sociais, é preciso introduzir conceitos adicionais para poder explicar as **propriedades emergentes** de cada novo nível da realidade social. Todavia, o problema principal desse tipo de abordagem é, de uma maneira geral, que a série de categorias analíticas nele usada descreve, mas não explica os

processos dinâmicos que ocorrem em cada nível e/ou entre os diferentes níveis analíticos.

Diferentes tentativas de contornar esse dilema encontram-se nos trabalhos mais recentes de Alexander (1982-1984), Ritzer (1985, 1988a, 1988b e 1990), Ritzer e Gindoff (1994), Turner (2002) e Turner e Boys (2001). Todos se ocupam dos processos pelos quais a ação social é produzida, sem quererem negligenciar as intrusões das circunstâncias situacionais, socioculturais e históricas no decorrer e nas consequências das interações sociais. De uma maneira geral, esses autores apresentam a visão de uma realidade social multidimensional dirigida por diferentes **forças sociais** cujos nomes e propriedades podem variar de um autor para o outro mas que atuam, supostamente, na cultura e nas estruturas das microunidades e macrounidades sociais. Turner e Boyns (2001), por exemplo, sugerem analisar os seguintes fatores: “população”, “produção”, “reprodução”, “distribuição” e “regulação” no nível macro; “diferenciação e integração de unidades corporativas e categoriais” no nível intermediário e “emoção”, “necessidades transacionais”, “símbolos”, “papéis sociais” e “status”, no nível micro das interações. De um modo geral, os estudiosos dessa corrente sintetista pressupõem que as forças decisivas se manifestam cada vez que os indivíduos entram na cena social e que elas movem o comportamento, as interações e as organizações dessas pessoas em determinadas direções. Nessa perspectiva, nem os fenômenos micro nem os macro são causados diretamente, mas as forças motivadoras fluem entre os diferentes níveis da realidade simultaneamente em ambas as direções. Ainda de acordo com os mesmos autores, isso significa que – apoiando-se no conceito de forças sociais multidimensionais – deve ser possível, em princípio, explicar os processos micro e macroestruturais uns pelos outros e desenvolver um entendimento holístico do mundo social.

Contudo, na prática, mostra-se – como já foi dito – que esse tipo de conceitualização consegue muito bem denominar os problemas, mas dificilmente os resolve de modo satisfatório. É facilmente possível presumir que a realidade social se desdobre em várias dimensões micro e macro e que tanto a ação quanto a estrutura ou a cultura tenham suas propriedades distintivas e sejam influenciadas por forças distintas, mas a afirmação de que o potencial de ação é restringido pela ordem sociocultural, que é (re-)produzida e alterada pela agregação de ações

individuais, não fornece, por si mesma, uma **explicação integrativa** nem consegue reconciliar os antigos paradigmas opostos numa teoria unificada.

Em alguns dos trabalhos mais originais que se ocupam das diversas dimensões do fluxo da vida social, o foco de atenção muda das estruturas sociais para os **sistemas de símbolos** de uma cultura. Evidentemente, os pesquisadores dessa linha de pensamento acreditam que a teoria cultural pode oferecer as chaves para abrir as portas do labirinto dos sistemas sociais. Ao perguntar dialeticamente como os indivíduos internalizam sua cultura e como as ações desses indivíduos reproduzem e alteram essa cultura, os autores em questão conseguem ligar, com certa facilidade, a dimensão macro da “cultura” com a dimensão micro da “ação”, procurando, desse modo, transcender dialeticamente o dualismo subjetivismo-objetivismo e as fronteiras entre os dois grandes paradigmas das ciências sociais.

Bourdieu (1977a [1972]; 1990 [1980]; 1993 [1978]; 1996 [1977b]; 2001 [1989]; 2008 [1979, 1984]), por exemplo, para dar conta da relação entre indivíduo e sociedade, substitui, na sua teoria da prática, o conceito parsoniano (PARSONS, 1968 [1937]) das expectativas normativas ou regras sociais, que prescrevem o que se diz ou se faz, pelo conceito do **habitus**, que, em cada campo social diferenciado por uma topologia específica de posições sociais, determina nossas disposições subjetivas permanentes de sentir, discernir e agir de acordo com princípios corporificados. De uma maneira geral, a noção do *habitus* assemelha-se à antiga ideia da “visão do mundo”: os indivíduos têm visões do mundo diferentes devido a suas localizações específicas na estrutura social. No intuito de superar o determinismo social sem negar a influência das forças sociais e culturais, Bourdieu introduz o *habitus* como um sistema socialmente constituído de esquemas interiorizados que gera todo o conteúdo sociocultural relevante e o conjunto inteiro de percepções, pensamentos e atividades habituais que os membros de uma comunidade adquirem sob determinadas condições sócio-históricas no decorrer da sua socialização. De acordo com Bourdieu (1990 [1980]), o *habitus* tem a ver com o “senso prático” que nos diz como agir e reagir apropriadamente enquanto experimentamos, avaliamos e organizamos o nosso espaço social.

De fato, o autor usa o conceito do *habitus* para evitar tanto as aporias do subjetivismo cartesiano, cujo solipsismo metódico entende o conhecimento como um evento prelingüístico, quanto a falácia coletivista presente na teoria durkheimiana, que reifica as estruturas sociais em detrimento dos fenômenos individuais. Uma vez que o *habitus*, enquanto “história corporificada” (1990 [1980], p. 54), se baseia na interiorização das estruturas sociais, pode-se dizer que o conceito – sem precisar lançar mão de explicações behavioristas – acarreta necessariamente um **elemento objetivo** que permite levar em consideração os efeitos que a estrutura causa no agente social e através dele. Na medida em que o *habitus*, enquanto “postura” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 121), representa o meio subjetivo para relacionar-se praticamente com outros indivíduos em contextos sociais específicos, o conceito – sem abolir o agente social (como o fez a filosofia estruturalista) – também acarreta necessariamente um **elemento subjetivo** que permite explicar como as práticas são constituídas pelas disposições estruturadas e estruturantes (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 122).

Todavia, vários **críticos** competentes (BOUVERESSE, 1995; BRUBAKER, 1985; DIMAGGIO, 1979; FARNELL, 2000; JENKINS, 1982; KING, 2000a; LAMONT & LAREAU, 1988; LAU, 2004; MOUZELIS, 2000; SCHATZKI, 1997) reprovam a teoria de Bourdieu ressaltando que o conhecimento tácito internalizado do *habitus* se apresenta quase como um imperativo já que seria a causa imediata da formação da identidade do indivíduo. Ao entender o agente social como produto da internalização quase automática e inconsciente de certas disposições, em última análise, reduzidas à posição ocupada por este no meio social, Bourdieu – dizem seus críticos – credita ao meio social um poder irresistível de moldagem de perspectivas e disposições. Além disso, alegam esses autores que a orientação da prática pelo *habitus* pressuporia, como nexos causal entre a cognição e os fatos sociais, um mecanismo oculto quase tão etéreo como o *res cogitans* cartesiano. O que Bourdieu tem para oferecer – ainda de acordo com os mesmos críticos – são “fatos sociais durkheimianos” corporificados nos indivíduos. Esse cartesianismo residual cria um dualismo entre disposições e práticas, que não é convincente do ponto de vista teórico. Seria patente, então, que o conceito do *habitus* não pode dar conta da dimensão interacional-situacional do agir humano, na qual se desenvolve a dinâmica das estratégias racional-intencionais e discursivas que, dependendo do jogo social

em questão, são decisivas – em grau maior ou menor – pelo fluxo de interação recíproca. Uma explicação completa das práticas teria que incluir, além da lógica normativa imposta pela posição social e pelas disposições dos agentes, também a lógica das estratégias racional-intencionais e discursivas aplicadas na situação interacional concreta. Conclui-se, portanto, que o *habitus* sozinho não basta para explicar as atividades humanas; logo, o projeto bourdieuiano de transcender o antagonismo entre sujeito e objeto ou autonomia e determinismo falhou.

Outra tentativa de transcender o dualismo ação-estrutura e de vincular uma sofisticada teoria do sujeito a análises de um tipo mais institucional encontra-se na teoria da estruturação de Anthony **Giddens** (1979 e 2003 [1984]). Numa parte essencial da obra dele, as atividades interativas e discursivas em que se engajam as pessoas para conduzir seus assuntos diários têm um papel central: o autor considera as ações individuais como uma parte da **prática social** pela qual o sistema social é reproduzido em determinadas circunstâncias organizacionais, institucionais e socioculturais. A seu ver, o ser humano caracteriza-se, sobretudo, pela faculdade de adquirir e aplicar conhecimentos para saber ir com “o fluxo ativo da vida social” (GIDDENS e PIERSON, 1998, p. 76) e/ou poder intervir no curso dos acontecimentos ou no estado de coisas (GIDDENS, 2003 [1984], p. 17 seg.). Ampliando os seus conhecimentos teóricos e práticos, os indivíduos adaptam-se ao mundo enquanto tecem e destecem as identidades e alteridades sociais, (re)produzem e transformam as relações de poder e (re)constroem e alteram os modos de conceituar o mundo (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 91 seg.). Sendo assim, o conhecimento e o agir humanos formam, por assim dizer, um ponto de conexão entre o sujeito e as estruturas sociais objetivas.

Para explicar, então, como esses agentes sociais dotados de capacidades cognoscitivas reproduzem a sociedade, Giddens põe em cena o conceito da **estrutura** que, na sua visão, não é um conjunto de “fatos sociais”, mas um conjunto virtual de **regras** e **recursos** estruturantes que são instanciados cada vez que um sujeito-agente se apoia neles para agir numa situação social concreta. É preciso ressaltar aqui: as estruturas não são as práticas sociais padronizadas que constituem o sistema social, mas são os princípios abstratos que padronizam as práticas constituintes do sistema social. Assim sendo, pode-se concluir que as

propriedades estruturais de um sistema social são reais, mas não têm forma física; ou seja, elas não existem concretamente a não ser em suas exemplificações nas práticas sociais e como traços mnêmicos, isto é, como ideias ou esquemas estampados na mente humana.

Ao contrário do esqueleto humano ou das vigas de um edifício, as estruturas envolvidas na organização e na reprodução sociais têm uma existência apenas virtual (2003 [1984], p. 20): elas não são alojadas na biologia humana nem representam um sistema de ideias ou manifestações mentais livremente circulando. Antes pelo contrário, as estruturas são (re)produzidas e transformadas ativamente pelas capacidades cognoscitiva e operativa dos agentes sociais. Na explicação desse processo, é preciso ressaltar que os agentes sociais, para poderem participar das práticas sociais, desempenham **papéis sociais** prescritos de acordo com as suas **posições sociais** e a sua **identidade específica**. Essa concepção da estrutura como um processo que dá forma à vida social e, ao mesmo tempo, confere aos agentes certo grau de liberdade na sua conduta condiz com a experiência cotidiana de que os recursos disponíveis numa sociedade e as regras impostas por ela não restringem apenas a ação humana, mas também a capacitam.

De acordo com o autor, os indivíduos, ao recorrer a uma estrutura, simultaneamente reproduzem-na; do mesmo modo como um falante reproduz a língua que usa quando enuncia uma frase nela. A analogia com os conceitos saussureanos de *langue* e *parole* elucida um ponto essencial da estruturação: as estruturas são constituídas pela agentividade humana, mas, ao mesmo tempo, são o próprio instrumento dessa constituição; ou seja, elas são, simultaneamente, o meio e o fim da conduta cotidiana assumida pelos agentes sociais cognoscíveis (GIDDENS, 1979, p. 4). Em busca de uma expressão sugestiva para a ideia de que as estruturas (as regras e os recursos) servem como meios de reprodução social mas também são reproduzidas como resultado desse processo, Giddens (2003 [1984], p. 29-33 e 351-358) propõe substituir a noção do **dualismo** sujeito-objeto pela noção da **dualidade** da estrutura (e da ação), o que – de acordo com o autor – realça o fato de que tanto as estruturas quanto as ações não existem por si mesmas, mas são relacionadas intimamente umas com as outras de tal modo que não há estrutura sem ação nem ação sem estrutura.

O que, além disso, é de uma importância fundamental para a teoria da estruturação é a noção do **poder** necessário para lidar oportunamente com as coações sociais e materiais. De acordo com Giddens (2003 [1984], p. 17), é de se pressupor que o poder represente uma propriedade imediata da ação: cada vez que uma pessoa age num conjunto de circunstâncias qualquer, ela exerce necessariamente o poder; pois, em caso contrário, ela não poderia agir. Para praticar o poder, isto é, para poder “fazer a diferença” e transformar algum aspecto de um processo ou evento, precisa-se de **recursos alocativos** (que procedem do controle sobre produtos materiais ou aspectos do mundo material) e/ou de **recursos autoritativos** (que procedem do comando sobre as oportunidades da vida, a organização do espaço social e as relações entre as pessoas). Quanto maior é o domínio sobre os recursos (humanos e não humanos), melhor são as chances de ampliar seus efeitos causais sobre um mundo que, naturalmente, inclui também as ações dos outros e os efeitos causais do seu agir. Evidentemente, para Giddens, a luta entre os poderes é a força motora principal da história humana.

Voltando à faculdade cognoscitiva das pessoas, convém mencionar ainda que os indivíduos adquirem conhecimentos primeiramente para aplicá-los, de uma maneira regular e institucionalizada, nas suas ações cotidianas. As ações, então, são influenciadas pelo conhecimento e tendem a mudar com uma alteração do conhecimento. Conclui-se, então, que a **motivação básica** do agir humano é determinada pelos motivos do sujeito-agente e pelos conhecimentos que o orientam, mas isso não significa que os agentes sociais possuem total consciência das consequências dos seus atos, pois a base motivacional inclui também todas as formas de percepção e impulsos que nascem na subconsciência ou que aparecem na consciência apenas numa forma distorcida.

O que, no nível básico, se faz por rotina pode, num nível superior ser sujeito à racionalização. Racionalizar, nesse caso, significa que a própria ação torna-se objeto da consciência de tal modo que podemos falar de uma **consciência prática** das habilidades sociais e das atividades do cotidiano. Para as pessoas terem uma consciência prática do desempenho apropriado de uma atividade, basta elas estarem tacitamente cônscias dos procedimentos e das habilidades que é

preciso pôr em ação. O conhecimento prático (o conhecimento de como se faz alguma coisa), que proporciona a consciência prática, inclui todo o conteúdo experiencial que ajuda na solução dos problemas que podem aparecer durante o agir. A consciência prática, então, pode expandir na medida em que uma pessoa toma conhecimento do conhecimento de outra pessoa e vice-versa. Desse modo, constrói-se um **conhecimento mútuo** essencial para as atividades comuns na prática social: um conhecimento, aliás, que determina as estratégias e táticas que decidem sobre o êxito das interações.

Quanto mais se discute sobre as ações e as práticas sociais que constituem a realidade social, tanto mais cresce a **consciência discursiva**, ou seja, a habilidade de pôr as coisas em palavras, a qual orienta as ações reflexivamente, fornecendo motivos, significações e legitimações para as condutas desempenhadas. Para terminar, convém mencionar ainda que certos tipos de ações e interações dos agentes reflexivos e cognoscíveis estão sujeitos à padronização e, com o decorrer do tempo, podem passar a ser institucionalizados, formando, desse modo, as propriedades estruturais que caracterizam um sistema social.

Apesar da importância da consciência, nem tudo está sob controle dos conhecimentos dos agentes sociais. Sempre existem **motivos inconscientes** e **condições estruturais não identificadas** que influenciam o resultado das ações. Além disso, é impossível conhecer todos os efeitos que uma ação pode provocar; o que, inevitavelmente, produz **consequências não intencionadas**. Na espiral formada por condições não identificadas, práticas sociais realizadas e consequências não intencionadas, o conhecimento dos agentes sociais funciona como um eixo central em torno do qual e pelo qual passa a reprodução das estruturas sociais. Em suma: os motivos inconscientes e o estoque de conhecimentos (implícitos e explícitos) têm papéis essenciais na ligação entre a estrutura e a prática social.

Certamente, o interesse que a teoria da estruturação desperta entre os estudiosos tem sua razão na **ênfase** que se dá à **agentividade humana**, às pessoas reais, “de carne e osso” e às ações e realizações delas. Constate-se, aqui, que Giddens, quando focaliza o monitoramento reflexivo das ações em situações

locais e rotineiras de copresença, evita as posições extremas da etnometodologia, que tende a negar a realidade ontológica das estruturas sociais, e da escola fenomenológica com sua supervalorização do subjetivismo. Também é notável que, no seu tratamento da questão de como a coprodução de interações verbais e não verbais e de uma rede de influências mútuas é ligada à estrutura mais ampla do sistema social, ele rejeita qualquer explicação que envolva os fatos sociais reificados de Durkheim ou as superestruturas de Marx, os quais fazem dos indivíduos bonecos sem vontade própria, negando-lhes o status de agentes capazes de uma “penetração discursiva” da realidade social.

Contudo, o que Giddens apresenta não é uma síntese revolucionária do subjetivismo e do objetivismo, mas uma reformulação de esforços tradicionais de superar esse cisma. Como demonstra Münch (2004, p. 501 seg.), os clássicos – tais como Durkheim (1970 [1914]), Mead (1968 [1934]), Parsons e Platt (1973), Simmel (1968 [1908]), Weber (1999 [1922]) – já tinham, de uma maneira ou outra, uma noção clara daquilo que Giddens chama, hoje, de “dualidade da estrutura”. Ao contrário dos seus predecessores, no entanto, a doutrina da dualidade da estrutura tem o defeito, como acusa Münch (2004, p. 501), de ressaltar demasiadamente o **poder como *primum mobile*** dos giros do mundo social. Assim sendo, Giddens é obrigado a observar a relação entre a estrutura objetiva e a consciência subjetiva sempre do ponto de vista estratégico, o que diminui bastante as possibilidades de explicar teoricamente práticas sociais e fenômenos discursivos nos quais os interactantes percebem as coações estruturais como amenizadas, em comparação com os jogos de poder nos quais cada participante tenta maximizar o lucro tirado dos recursos estruturais à sua disposição.

Apesar dos pontos fortes mencionados acima, Giddens – naturalmente – atrai **críticos** oriundos de várias escolas de pensamento social, cultural e filosófico; os questionamentos mais radicais, no entanto, costumam sair, de um lado, do campo do **antirrealismo** (BERARD, 2005; KING, 2000b), que pretende reabilitar as tradições hermenêuticas rejeitando a ideia de estruturas sociais que possuem propriedades *sui generis* e eficácia causal e, do outro, do campo do **realismo crítico** (ARCHER, 1982, 1995 e 1996; BASHKER, 1993; SEWELL, 1992; WILMOTT, 1997) e do **objetivismo sociológico** (LAYDER, 1987 e 1997), que defendem um dualismo

analítico ou ontológico, respectivamente, e a existência de propriedades e poderes emergentes da estrutura social.

Os críticos do **primeiro campo** acusam Giddens de depreciar indeliberadamente os agentes sociais através de uma hipostatização não premeditada da vida social (KING, 2000). King, por exemplo, afirma que a noção giddensiana da estrutura como regras e recursos seria incompatível com a existência de sujeitos cognoscíveis e que esse conceito representaria uma volta teórica para o objetivismo estruturalista que o autor pretendeu transcender (KING, 2000, p. 363). Resumidamente, King (2000, p. 368) admite que o conceito da consciência prática de Giddens seria compatível com a teoria wittgensteiniana que define “seguir uma regra” como um processo social, no qual a ação apropriada é definida não por um indivíduo singular que aplica certas fórmulas gerais a uma situação particular, mas por uma ação conjunta de indivíduos que negociam o curso apropriado de uma ação à luz de um conjunto de significações compartilhadas; mas, em seguida, ele critica que os agentes sociais de Giddens estariam sujeitos às coações de estruturas abstratas na medida em que recorrem inconscientemente a regras transcendentais sem fazer referência a suas relações com os outros, mas em concordância com as estruturas sociais objetivas. De acordo com King, convém concluir, portanto, que houve “um deslocamento involuntário de paradigma, de uma explicação hermenêutica e wittgensteiniana para uma objetivista e racionalista” (KING, 2000, p. 368).

Os críticos do **segundo campo**, por outro lado, afirmam que a doutrina da dualidade, ao fusionar a estrutura e a ação num amálgama indissolúvel, não consegue oferecer as ferramentas conceituais adequadas para poder teorizar os pesos relativos dos dois componentes dessa união. Mais precisamente, alega-se que Giddens não seria capaz de explicar porque certos conjuntos de regras são mais duráveis que outros; porque certas regras e certos recursos podem ser alterados mais facilmente que outros (WILMOTT, 1999, p. 10) e porque certos agentes (re)produtores de estruturas são mais compelidos do que encorajados e vice-versa (*op. cit.*, p. 15). Por outras palavras, a questão seria: quando é mais conveniente recorrer ao determinismo e quando ao voluntarismo (ARCHER, 1982, p. 459)? Para os realistas, esse problema surge apenas porque Giddens não quer

conceder à estrutura um status ontológico independente, ou seja, ele se recusa a manter a estrutura e a agentividade separadas. Sem entrar nos detalhes, o ponto crucial da argumentação crítica é que a noção da reflexividade do agente cognoscível como é usada por Giddens não consegue fundamentar a dualidade da estrutura e ação, mas reintroduz o dualismo sujeito-objeto pela porta dos fundos. Por conseguinte, na opinião dos realistas críticos, a aglutinação da estrutura e da agentividade deixa indiscerníveis os referentes ontológicos dos dois conceitos principais da teoria da dualidade estrutural (WILMOTT, *op. cit.*, p. 7). Se a agentividade e a estrutura fossem dois lados da mesma moeda, seria impossível analisar as relações entre eles. Archer (1982), portanto, chega à conclusão de que a Teoria da Estruturação, ao condensar estrutura e ação, escolhe o caminho errado e, em última análise, nos deixa com uma única entidade inexaminável cujo surgimento se deve a uma preocupação compreensível mas desnecessária com o fantasma de Descartes, ou seja, com o dualismo ontológico cartesiano.

Fazendo um balanço sobre o que se discutiu até agora sobre a problemática micro-macro, levanta-se a pergunta: o que podemos aprender com as diversas propostas teóricas de terminar o cisma que, atualmente, divide as ciências sociais e humanas. Em nosso entender, para poder superar a polarização infértil entre individualistas e coletivistas metodológicos, é preciso completar e, onde for necessário, substituir as duas formas opostas de descrever e explicar a vida social – uma baseada numa visão subjetiva do mundo e a outra, numa objetiva – por abordagens que, de acordo com o interesse de pesquisa, podem dar conta da **dupla natureza da realidade social**. Em outras palavras: para sair das posições “fundamentalistas” implacáveis que priorizam uma das duas perspectivas em detrimento da outra, temos que associar, primeiramente, a distinção entre micro e macro com diferentes estratégias analíticas, em vez de percebê-la exclusivamente como dois diferentes níveis da realidade e, em seguida, diferenciar entre as variações de dois paradigmas teóricos complementares as quais se distribuem no espaço contínuo entre os dois pólos opostos. Quando se transforma a questão ontológica numa questão metodológica, é possível contextualizar o problema micro-macro, ou seja, trocar as perspectivas de acordo com as necessidades metodológicas e explicar o mesmo fenômeno em diferentes níveis descritivos. Não se trata mais, então, de uma decisão sobre qual nível é o mais importante, mas

sobre sob quais condições é conveniente assumir uma perspectiva macro e quando é mais oportuno procurar uma solução micro (HEINTZ, 2004, p. 27).

Retomando a preferência que os autores mencionados mostram pela síntese e pela incorporação teóricas no lugar da análise e da divisão teóricas, a presente pesquisa também transcende fronteiras disciplinares e contrapor à perspectiva monocêntrica habitual uma perspectiva multicêntrica que faz justiça tanto à ordem coletiva quanto à agentividade individual. Partindo da ideia de que os indivíduos e a sociedade se formam e se influenciam mutuamente, afastamos-nos das linhas repetitivas de tradições teóricas purificadas e, em vez disso, explorar as chances de fazer progredir o pensamento científico pela ampliação de perspectivas e pela **bricolagem teórica**. Evidentemente, essa estratégia de pesquisa pede todo cuidado para não misturar irrefletidamente conceitos de origens teóricas diferentes, pois a compatibilidade dos modelos teóricos utilizados sempre diz respeito aos pressupostos epistemológicos e não às tradições científicas nas quais eles surgiram. Adotadas essas precauções, a vantagem de gerar ressonâncias entre abordagens compatíveis e complementares é ter a possibilidade de deitar vários olhares sobre a fofoca no cotidiano e elucidar tanto os processos que correm das interações às macroestruturas sociais (de cima para baixo) quanto os que agem em direção oposta (de baixo para cima).

3.4 O discurso como elo entre o agir individual e as estruturas macrossociais

Implícita ou explicitamente, toda pesquisa começa com **pressuposições teóricas**. Até um observador participante que pretende desenvolver sua pesquisa sem a definição de uma grade de categorias predefinidas não pode descrever os eventos sociais no seu campo de pesquisa sem especificar anteriormente “uma teoria sobre seu objeto de pesquisa, seu modelo de ator e o tipo de ordem social pressuposto” (CICOUREL, 1964, p. 51). Para poder mostrar como os membros de uma comunidade em observação se envolvem em sequências comunalmente predefinidas de ações verbais e não verbais e como eles produzem em nichos de situações e exigências comunalmente prefabricadas as figuras linguísticas e

gestuais necessárias para manter uma representação socialmente construída da realidade, é preciso ter, pelo menos, uma ideia provisória sobre a natureza dos hábitos culturalmente produzidos, sobre o tipo de elementos e conhecimentos que poderiam ser relevantes para o tecido de relações sociais e para a construção social das identidades e sobre os jogos linguísticos e a forma de vida que estão sob investigação.

De acordo com Bourdieu e Wacquant (1992, p. 11), é preciso construir uma **ciência social praxeológica** destinada ao agir no mundo concreto – com seus aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos – a qual transcenda a dicotomia dos paradigmas fenomenológico e estruturalista, dedicando-se ao estudo da vida social tanto como um conjunto de interações complexas reguladas pela estrutura social quanto como um processo ativo de produção que continuamente modifica as estruturas sociais. Essa combinação desejável entre as orientações interpretativa e estruturalista, Bourdieu (*id.ibid.*) chama alternadamente de “construtivismo estrutural” ou “estruturalismo construtivista”. Ainda de acordo com Bourdieu (e com muitos outros pensadores críticos), as formas sociais, embora sejam produzidas pelas pessoas e possam ser alteradas por elas, são vistas pela maioria como fenômenos naturais. Uma tarefa essencial da ciência do humano, portanto, seria conscientizar melhor as pessoas de que somos nós os responsáveis pela nossa vida e que, apesar da sensação forte que nosso agir dificilmente possa mudar a emergência de condições sociais adversas ou perniciosas, existem alternativas não realizadas que poderiam atenuar ou alterar a tensão entre a hegemonia e a marginalização e melhorar a vida humana.

Quanto à metodologia adequada, Bourdieu não diz que essa ciência social – para poder integralizar a prática contingente dos atores sociais e a estrutura normativa da sociedade – deveria necessariamente ser orientada pela linguagem, mas, já que as transformações na vida social são transformações negociadas na e pela linguagem, é natural abordá-las com métodos científicos que dão um peso maior à **análise qualitativa das atividades languageiras**. Desse modo, na perspectiva do presente trabalho, o ponto de partida ideal para tecer uma abordagem interdisciplinar que supere a dicotomia macro-micro é fixar a atenção no

fato essencial de que os significados culturais compartilhados não se encontram “lá fora”, mas são um produto de comportamentos simbólicos ou práticas significativas.

Há um amplo consenso nas ciências humanas, dizendo que é a linguagem humana, que – numa infinita **cadeia semiótica** – constitui e estrutura os objetos materiais e as atividades sociais como significativos e compreensíveis. Também, é a linguagem que determina quais dos significados disponíveis os interactantes podem empregar ou não empregar sob determinadas circunstâncias. Desse modo, se quisermos evitar mal-entendidos num restaurante brasileiro não podemos, por exemplo, pedir uma “punheta” ou “cacetes”, enquanto em Portugal o garçom sem nenhuma risada nos trazia prontamente um tira-gosto ou uns pãezinhos típicos daquele país (*variação diatópica* relacionada com fatores geográficos). Também não é recomendável, hoje em dia, chamar uma beldade de quarenta primaveras que alia maturidade a vigor e disposição de “vitalina”, “coquete”, “lambisgoia” ou “balzaquiana” (*variação diacrônica* relacionada com fatores históricos). Do mesmo modo, não é correto politicamente, chamar uma colega de trabalho, que não costuma frequentar bailes funk, de “popozuda” ou de “cachorra” (*variação diastrática* relacionada com o código de comportamento de um grupo social). Finalmente, é uma boa dica para se dar bem em entrevistas de trabalho, não fazer a sua futura chefe perguntas do tipo: “Naonde a gente podemos ponhar esse troço aqui?” (*variação diafásica* relacionada com diferentes situações de comunicação). Esses exemplos já mostram: compreender uma cultura ou um sistema social significa perguntar-se como, dentro de um determinado contexto material e institucional, se produz simbolicamente o sentido nas atividades comunicativas.

Quando o assunto são as atividades semióticas significativas em correlação com padrões sociais, culturais e históricos e seus respectivos desenvolvimentos de uso, uma palavra-chave que se usa frequentemente no lugar de “atividades comunicativas” é “**discurso**”. Dependendo da tradição de pesquisa e do modelo teórico de referência, esse termo já foi definido de maneiras bastante diferentes (para uma visão geral veja, por exemplo: BLUHM *et al.* 2000; KELLER, 2004, p. 13-60; MILLS, 1997, p. 3-8; SCHALK, 1997/1998; WICHTER, 1999). Sem entrar nos detalhes, usamo-lo aqui no sentido de um modo geral de semiose que caracteriza nossa maneira peculiar de viver juntos em comunidades ou sociedades

humanas. Por outras palavras: compreendemos o discurso no sentido de práticas sociais significativas e do seu impacto simbólico cultural (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997), as quais podem ser analisadas à base de textos (orais ou escritos).

O que essa definição realça é a natureza social, histórica e cultural do discurso e a aptidão dos elementos linguísticos e semióticos das práticas sociais de servir a objetivos econômicos, políticos e organizacionais. Nessa perspectiva, a **finalidade da língua**, claramente, não é apenas transmitir informações, mas facilitar o agir humano, auxiliar a afiliação dos atores sociais em grupos sociais, em instituições e em (sub)culturas com seus relevantes rituais e moldar os processos identitários que definem quais crenças, valores e desejos as pessoas encorpam e, em consequência disso, quais posições nos diferentes grupos e domínios sociais cada um pode ocupar.

É o discurso, então, que transforma nosso meio em um espaço socialmente e culturalmente significativo; mas essa produção discursiva de sentido não ocorre num vácuo, mas se desenvolve sob condições linguísticas e socioculturais bastante rígidas que, inevitavelmente, favorecem alguns membros de um coletivo em detrimento de outros. Essa distribuição desigual de recursos discursivos e de oportunidades de participação, então, gera diferenças, conflitos e combates sociais que, por sua vez, ocasionam os mais diferentes efeitos sobre as estruturas sociais. As maneiras como as pessoas e grupos de pessoas lidam com os **efeitos de poder** e como, ao fazerem uso da palavra, conseguem fazer-se compreendidas ou não já representam o objeto de pesquisa de inúmeras pesquisas transdisciplinares que se ocupam criticamente dos mais diversos problemas da realidade social, incluindo tanto o estudo de aspectos linguísticos e discursivos quanto o de assuntos tradicionalmente mais discutidos no âmbito da teoria social.

Desde o (re)nascimento do interesse científico pelas práticas discursivas e estratégias de textualização, a **análise do discurso** na linguística, na psicologia e nas ciências sociais oscila entre uma interpretação teórica compreensível dos macrodiscursos sociais (por ex.: FOUCAULT & LOTHINGER, 1996, MILLER, 2001) e a análise empírica da concreta linguagem em uso no campo da análise do discurso, da pragmalinguística e da análise da conversação, que tem suas raízes na

etnometodologia. As tentativas mais recentes (especialmente no âmbito da análise crítica do discurso), de **lançar uma ponte entre esses paradigmas bastante heterogêneos** visaram a reduzir os problemas localizados em ambos os lados, tanto numa macroanálise demasiadamente abstrata nos moldes da teoria do discurso a qual, dificilmente, é adequada para entender a pesquisa empírica, quanto numa perspectiva exageradamente micro do discurso, que é incapaz de ultrapassar a análise local dos microdados.

No intuito de elaborar uma abordagem dos mecanismos de coordenação social que feche a lacuna entre as estruturas sociais e o agir individual, partimos em nossa pesquisa da hipótese de que os estudos das práticas discursivas e as teorias sociológicas poderiam tirar proveito uns dos outros, especialmente quando se focaliza o problema micro vs. macro e quando se concebe o discurso como um elo entre os níveis do agir e da estrutura. Levando em consideração esse papel especial do discurso, partimos da ideia de que deveria ser possível evitar uma ruptura abrupta entre o indivíduo e a sociedade (e vice-versa) se fixássemos nossa atenção num objeto preferido da análise do discurso: os **gêneros comunicativos**. Esses gêneros representam uma estrutura intermediária que – sendo resultado dos discursos produzidos no quadro de interações sociais – realiza uma intermediação nas duas direções. Os gêneros comunicativos, eis a tese defendida aqui, são os **megainstrumentos** (SCHNEUWLY, 1999, p. 7) pelos quais os agentes individuais efetuam suas atividades sociais e discursivas, constroem seus mundos de conhecimento e comunicam suas expectativas comportamentais e os valores e normas sociais do seu grupo e do seu meio social.

Organizada em função das diferentes formações discursivas ou esferas de utilização da língua, a diversidade enorme dos gêneros (e não as normas ou as instituições) possibilita o trabalho de socialização e o controle e as sanções do comportamento individual. A construção social da realidade, por outro lado, deve ser conceituada como um processo complexo movido pelas interações dos agentes o qual não dá origem imediatamente à sociedade, mas que (re)produz e modifica, num primeiro passo, as práticas discursivas e, junto com elas, os gêneros comunicativos como institucionalizações relativamente estáveis de expectativas comportamentais que, apenas num segundo passo, podem se transformar em estruturas institucionais

duradouras que ganham autonomia em relação ao agir dos atores sociais. Baseando-se, inevitavelmente, na **adoção** e na **adaptação** situacional de um determinado gênero preexistente (BRONCKART, 2006, p. 147), as propriedades e a organização das interações sociais concretas são determinadas tanto pelas condições sempre particulares da interação local quanto pelas características das estruturas macrossociais.

Para concluir: o foco nos gêneros comunicativos como estruturas intermediárias que definem as produções concretas de linguagem como práticas discursivas as quais, por sua vez, se relacionam com determinadas práticas sociais permite **integrar teorias linguísticas e teorias sociais**, oferecendo, simultaneamente, uma proteção contra interpretações deterministas ou voluntaristas do mundo social; pois, na perspectiva dos gêneros, o indivíduo nem é um mero reflexo da sociedade – um agente social que poderia ser programado para cumprir minuciosamente as normas – nem goza de tanta autonomia no seu agir que poderia, através das suas ações, produzir e modificar a sociedade conforme a sua vontade. Quando se introduz o nível das práticas discursivas e dos gêneros comunicativos como elo entre os eventos comunicativos particulares e as práticas sociais coletivas, as relações de dependência tornam-se menos diretas e o grau de liberdade dos atores sociais aumenta. Certamente, cada pessoa é influenciada fortemente pelo seu encaixamento estrutural, mas não estamos diante de uma necessidade absoluta porque outras condições macrossociais também seriam possíveis sob as quais surgiriam outros tipos de pressão. A sociedade, por outro lado, não precisa estar como está; ela poderia muito bem ser diferente, mas, sem dúvida, não está nas mãos de atores individuais produzir mudanças macroestruturais.

4 Teorias interpretativas de interações entre participantes da cena social cotidiana

Je vertrauter und alltäglicher eine Verhaltensweise ist, desto problematischer wird ihre Analyse.

Desmond Morris (1972)¹

Neste capítulo, focalizamos as **teorias interpretativas** que se oferecem para uma descrição das diversas tarefas envolvidas na construção interativa do mexerico e dos seus contextos situacional e sociocultural correlacionados. Em oposição às abordagens estruturalistas, funcionalistas ou causal-explicativas, nas quais as forças determinativas das instituições e organizações sociais quase sempre estão a ponto de eliminar toda contingência e de obstruir o agir individual, as teorias da tradição hermenêutico-fenomenológica enfatizam a autonomia dos atores sociais e a contingência da vida social e focalizam o mundo cotidiano como objeto principal das suas análises.

De uma maneira geral, os **métodos (individualistas)** dos quais essas teorias se servem têm em comum reconstruir, primeiramente, no nível microscópico da análise, o comportamento individual em questão (por exemplo: focar com pessoas copresentes sobre terceiros ausentes), tornando-o compreensível como produto de ações racionais, para, em seguida, agregar as lógicas individuais de comportamento com intuito de mostrar que – apesar de efeitos não buscados e por vezes indesejáveis dessa agregação – se reencontram no nível macroscópico os fenômenos globais que se pretende explicar (por exemplo: a reprodução da moral da sociedade).

Ao avançar nessa linha de pensamento, essa parte da nossa pesquisa explora a área de estudos relativa aos conteúdos negociados através da língua e realizados em interações entre participantes da **cena social cotidiana**. Nesse campo de pesquisa, a língua é percebida como uma

¹ Quanto mais familiar e comum um comportamento é tanto mais problemática será a sua análise (MORRIS, 1972).

instituição de natureza dupla: de um lado, ela representa um sistema abstrato, produto de processos sociais; por outro lado, ela é vista como um meio para a ação social, ou seja, um recurso para a reprodução e transformação da cultura. Consequentemente, as teorias apresentadas aqui rejeitam, como modelo científico da sua abordagem da realidade social, a concepção de um falante isolado que produz, em forma monológica e sem relação com um contexto qualquer, um conjunto de orações isoladas, porém gramaticalmente bem formadas.

Para poder promover a um primeiro plano a **dimensão microssocial** das ações sociais, as escolas de pensamento apresentados neste capítulo adotam – no lugar do pensamento internalista expresso, especialmente nos trabalhos linguísticos de Chomsky (por ex.: 1993, 1998, 2000) – a concepção de um falante como **agente social** que se orienta na situação, que é sensível ao contexto, que tem a habilidade de interpretar o comportamento dos outros e que sabe adequar seus enunciados ao conhecimento prévio dos seus interlocutores. Compreendido num sentido mais amplo, seu objeto de pesquisa são indivíduos situados socialmente (em termos de idade, gênero, raça, classe, religião, profissão, etc.), que pertencem principalmente a uma família (ou outro conjunto de pessoas íntimas com o qual convivem sob o mesmo teto), mas que fazem, também, parte de outros grupos sociais cujos membros são unidos circunstancialmente ou pelas mesmas convicções ou interesses. Motivado pelo desejo e pela necessidade de adaptar-se ao seu meio-ambiente, esses indivíduos – quando confrontados com escolhas concretas – dispõem não apenas de recursos econômicos, mas também culturais, podendo, assim, comunicar entre si e partilhar suas experiências, concepções e crenças através de ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos. Nessa perspectiva, a linguagem não se encontra separada da sociedade e a capacidade linguística de produzir significados é vista como um produto da socialização (primária e secundária). Em resumo, os representantes desse paradigma científico analisam a língua, as estruturas discursivas e as estratégias comunicativas funcionalmente, ou seja, no contexto do seu uso.

A abordagem teórico-metodológica principal ao estudo das interações verbais face a face é, certamente, a análise da conversação, mas há várias escolas de pensamento correlacionadas (por ex.: a etnometodologia, a etnografia da comunicação, a teoria da contextualização, o interacionismo simbólico), cujas propostas merecem ser discutidas neste capítulo. Além disso, convém mencionar ainda algumas abordagens ao estudo do discurso e da comunicação (análise do discurso, análise crítica do discurso, análise do discurso francesa) que podem ser aplicadas também à interação face a face. Esse conjunto continuamente evoluindo de modelos teóricos e metodologias empíricas pode facilmente confundir o pesquisador que pretende encontrar um caminho certo para estudar um tipo de comunicação socioverbal. Claro que é legítimo descrever o mesmo fenômeno de maneiras diferentes, mas a questão central a respeito desses caminhos alternativos é a seguinte: será que todas essas abordagens têm o mesmo objeto de estudo, mas simplesmente o analisam por perspectivas diferentes, ou será que seus pressupostos teóricos são diferentes de uma maneira tão radical que é impossível encontrar uma base comum atrás das características peculiares a cada uma? Enquanto o presente capítulo – na busca de uma resposta a essa pergunta – focaliza as **abordagens micro** das interações verbais, o próximo ocupará-se das **teorias macro**, que estudam como a linguagem e o discurso cotidiano incorporam e reproduzem posições ideológicas. O objetivo dessa discussão, então, é encontrar além dos pontos de divergência também os de convergência, que permitirão desenvolver uma visão holística da produção discursiva da moral na conversação cotidiana.

4.1 Algumas considerações necessárias sobre a terminologia básica

Devido à juventude da disciplina, à vagueza do objeto de estudo e das suas propriedades e à ausência de um paradigma científico bem definido que poderia ser confirmado ou desafiado, não é possível, no espaço delimitado do presente trabalho, apresentar uma visão geral sobre o vasto campo de pesquisa que se ocupa da competência de gerenciar a interação social, dos

modos significativos de organizar sistematicamente a experiência humana do mundo social em linguagem e da construção discursiva de conhecimentos e que, numa tentativa de achar um denominador comum para as várias perspectivas teóricas e disciplinares, é chamado de análise do discurso. Também está além do escopo das nossas possibilidades expor todos os assuntos e abordagens que se firmam por esse nome. Todavia, apesar da variedade dos interesses envolvidos e da heterogeneidade dos conceitos e métodos usados pelas diversas escolas, é oportuno apontar que há uma série de **pressupostos metodológicos e fenomenológicos** com os quais a maioria dos pesquisadores concorda. Por conseguinte, podemos esboçar, em seguida, algumas crenças, finalidades, objetos e métodos desta ciência “desoladamente variada” (TANNEN, 1990, p. 109) que serão relevantes também para a análise do nosso objeto de pesquisa.

Assim, pois, além de dar, em seguida, algumas razões válidas para como e por que se deve estudar a produção e a organização do significado dentro do contexto situacional e sociocultural, convém resolver, também, alguns **problemas terminológicos** que aparecem, inevitavelmente, quando várias abordagens teóricas se interessam pelos diferentes aspectos do mesmo objeto de estudo. Ademais, é comum, nas discussões científicas, observar uma coexistência entre as expressões da língua cotidiana e as tentativas de definir os atributos essenciais e específicos das categorias e dos objetos de estudo. Isso vale, também, para as palavras “diálogo” (cap. 4.1.1), “conversação” (cap. 4.1.2), “discurso” (cap. 4.1.3) e “texto” (cap. 4.1.4) que ocorrem com grande frequência em nosso dia-a-dia; tanto que sua compreensão comum se choca repetidamente com suas leituras terminológicas. Ainda assim, seguindo a maioria dos estudiosos, rejeitamos, nesses casos, a criação de termos artificiais que poderiam, talvez, oferecer definições mais precisas. Acreditamos que a imprecisão dos conceitos cotidianos reflete muito bem o fato de se tratar de fenômenos muito complexos que podem ser vistos pelos ângulos mais variados. Já que nossa pesquisa qualitativa não quer perder de vista o caráter multidimensional do seu objeto de estudo, recomenda-se evitar uma ruptura completa com os conceitos polissêmicos do uso cotidiano. Portanto, quando apresentamos, nas seções seguintes, algumas definições mais claras, visamos

à necessidade de fixar, num dado contexto teórico e metodológico, uma certa maneira de usar os termos para poder focalizar melhor nosso objeto de pesquisa, mas isso não obsta a que os resultados desta pesquisa devam refletir a realidade comunicativa observada.

Ainda falando sobre **questões terminológicas** envolvidas na constituição do nosso objeto de pesquisa, é certo também que a análise de práticas sociais interativas conduz, inevitavelmente, a problemas especiais que têm sua origem na necessidade de coordenar a sucessão ordenada das falas de várias pessoas. Por certo, as pessoas pronunciam enunciados para realizar determinadas ações que, por sua vez, convidem para realizar outros tipos de ações. Ao contrário do que muitos imaginam, o uso da língua nessa troca de turnos envolve uma organização social com características formais que não dependem do conteúdo que deve ser transmitido de uma consciência para outra. O objetivo principal desse sistema da tomada de turnos (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974) é estabelecer uma ordem sequencial que determine, em cada momento (*order at all points*; SACKS, 1984, p. 22), as possíveis continuações interativas. Logo, a produção das condições de conexibilidade tem que fornecer soluções, por exemplo, para a abertura e o fechamento de uma conversação, para o encaixamento de uma sequência inserida ou de uma narração dentro da conversação, etc. Todas essas ocorrências percebíveis constituem um objeto de pesquisa e fazem de um fenômeno comum uma forma relevante para um tipo de análise científica que se ocupa de um princípio básico da constituição da realidade social, nomeadamente: cada enunciado, numa sequência conversacional, é influenciado pelo contexto anterior (fornecido pelo(s) enunciado(s) precedente(s)) e proporciona, por sua vez, um contexto para o enunciado seguinte.

De uma maneira geral, os fatos que resultam desse princípio passam despercebidos pelos participantes de uma interação. As coisas que acontecem numa conversação são tão desconhecidas aos falantes que os problemas constitutivos do objeto de pesquisa, dificilmente, são captados por eles; mais ainda, num sentido estrito, esses fenômenos reais são “desinteressantes” para

eles (GARFINKEL, 1967, p. 7 seg.). Todavia, na forma de uma gravação ou transcrição, são passíveis de observação empírica e suscetíveis de uma descrição formal. Por conseguinte, a reconstrução metodológica do objeto de pesquisa deve basear-se em material autêntico e deve servir-se de uma **terminologia especial**, sempre quando os fenômenos pesquisados não são ancorados na linguagem cotidiana. Convém ressaltar, portanto, que termos como “lugar relevante para a transição”, “ponto possível de complementação”, “pré-fechamento” ou “par adjacente” (MARCHUSCHI, 2001) se referem a certos aspectos das ocorrências percebíveis, mas não são retirados diretamente dos fenômenos em observação; pelo contrário, seu contexto de origem remete-nos à suposição da produção de uma sequência ordenada, à premissa da troca de turnos, ou seja, à constituição teórica do objeto de pesquisa.

4.1.1 O diálogo

A nosso ver, os dois conceitos, **diálogo e conversação**, são usados, alternadamente, para referir-se à fala entre duas ou mais pessoas que se revezam numa troca de turnos. Trata-se de uma modalidade comunicativa realizada em situações concretas nas quais os participantes interagem diretamente. O hábito de trocar ou discutir ideias, opiniões ou conceitos para promover o entendimento ou a solução de um problema, sem dúvida nenhuma, representa a forma de interação linguística por excelência.

Abstraindo-se dos trabalhos filosóficos e literários, nos quais o estudo do *διαλογος* (*dialogos*), desde a arte maiêutica de Sócrates, faz parte de uma longa tradição, o **diálogo** ainda não foi conceituado claramente em outras áreas de pesquisa. De fato, semelhante às outras expressões mencionadas acima, a palavra é usada frequentemente para denominar fenômenos linguísticos que excedem os limites da oração, sobretudo sob o ponto de vista do caráter interacional dos eventos comunicativos. Desse modo, o diálogo tornou-se o objeto de pesquisa dos estudiosos da comunicação oral que se ocupam, por exemplo, das “estruturas dialógicas” (SCHRÖDER & STEGER,

1981; DASCAL, 1985; STATI, WEIGAND & HUNDSNURSCHER, 1991), dos “padrões e processos dialógicos” (METZING, 1981), do “decorrer do diálogo natural” (SCHANK, 1981), da “assimetria no diálogo” (MARKOV, 1991) ou da “negociação e [do] poder na interação dialógica” (WEIGAND & DASCAL, 2001).

Esses trabalhos têm em comum que não se referem ao diálogo como a uma forma distinta de comunicação que exige, *a priori*, certas qualidades formais ou temáticas. Antes, pelo contrário, na constituição do seu objeto de pesquisa, os autores apresentam boas razões teóricas para não se restringir somente à análise de determinados tipos funcionais e para estudar diálogos tanto **formais** quanto **informais**. Desse modo, ainda que a maioria dos pesquisadores considere a fala espontânea entre duas pessoas, face a face, o protótipo do diálogo, não há como negar que dessa forma prototípica partem muitas linhas de parentesco: o diálogo com vários participantes; a comunicação oral sem ou com poucas trocas de turno (sermão, palestra); a conversa por telefone ou a conferência de vídeo, o diálogo através de cartas pessoais; o diálogo profissional que os membros instruídos de uma comunidade científica realizam nas suas publicações; o diálogo com clientes através de textos publicitários ou a instrução do consumidor por manuais técnicos; a discussão pública por cartas de leitores; a transmissão de conhecimentos no ensino, a comunicação nos meios de comunicação modernos ou o diálogo entre ser humano e computador. As formas dialógicas parecem ser tão heterogêneas como as esferas sociais nas quais se realizam as atividades humanas.

4.1.2 A conversação

Voltamos nossa atenção, agora, para o segundo conceito mencionado acima, ou seja, a conversação. Num **sentido restrito**, esse termo é associado, tipicamente, a atividades informais, espontâneas e simétricas nas quais nenhum participante tem o direito de controlar (abertamente) o desdobramento das interações. Trata-se de um tipo de comunicação que ocorre em contextos sociais caracterizados pelo baixo grau de premeditação na realização do evento e por uma distribuição igual dos direitos de fala, no que

diz respeito à iniciação, à interrupção e à retomada dos tópicos a falar (WILSON, 1989, p. 20). De fato, a situação é mais complexa, de um lado, porque, em qualquer contexto, é comum que ocorram variações na modalidade do comportamento comunicativo – por exemplo, num debate formal pode haver momentos de conversação informal – e, do outro lado, porque, dentro dos próprios eventos conversacionais, surgem regularmente outros tipos de atividades discursivas – por exemplo, narrações, piadas ou fofocas – que requerem uma negociação contínua da distribuição dos direitos de fala. A conversação, então, não é um gênero independente, mas uma mistura de vários tipos de eventos discursivos (WILSON, 1989, p. 29).

Além desse uso mais restrito, encontramos a palavra “conversação”, frequentemente, para designar a prática linguística mais prototípica e, no ponto de vista evolucionário, mais original. Nessa **acepção ampla**, o termo corresponde à expressão inglesa *talk-in-interaction* (fala-em-interação), que se aplica a qualquer forma de comunicação linguística de um coletivo socialmente organizado. Essa definição inclui, expressamente, conversas de vários graus de formalidade, do bate-papo mais informal até as atividades comunicativas mais formais. Dentro dessa perspectiva, Heinemann (1991, p. 179) define a conversação segundo três características essenciais: há, no mínimo, (i) dois interlocutores que realizam, pelo menos (ii) uma troca de falantes, focalizando cognitivamente (iii) um tema ou assunto a ser tratado². De acordo com o autor, esses critérios são pré-requisitos essenciais para um trabalho em cooperação mútua, no qual os participantes mobilizam, de uma maneira previsível, as propriedades estruturais de um sistema de tomada de turnos que possibilita o planejamento local da interação, a troca de signos verbais e não verbais e a realização dos propósitos comunicativos.

Certamente, em relação a esse trabalho em cooperação, em que os atores sociais estão interagindo, é sabido que as ações de uns são levadas a efeito não somente em resposta às ações de outros, mas também prevendo as

² Quanto à organização elementar da conversação, Marcuschi (2001, p. 15) identifica cinco características básicas constitutivas: “(a) interação entre pelo menos dois falantes; (b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes; (c) presença de uma sequência de ações coordenadas; (d) execução numa identidade temporal; (e) envolvimento numa ‘interação centrada’” (cf. também cap. 4.2. do presente trabalho).

possíveis, e esperadas, reações posteriores. Contudo, ao refletir um pouco mais sobre esse tipo de interação comunicativa, emerge outro ponto não menos digno de atenção: devido à repetitividade dos propósitos comunicativos e das constelações de interlocutores, surgem diferentes rotinas linguísticas ou padrões comunicativos que fornecem informações sobre as condições semânticas, funcionais e formais a que se aplica o uso de determinados recursos proposicionais, ilocucionários e estilísticos. Todas as interações, que, numa determinada esfera de atividade humana, realizam um determinado padrão, formam um tipo de práticas sociais interativas, ou seja, um **gênero comunicativo**, que se distingue por um código estilístico-composicional próprio.

Mais concretamente, um gênero é uma **forma de organizar a realidade** de acordo com um jogo específico de regras que determinam mais ou menos rigidamente as possibilidades de aparecimento e de delimitação, bem como as maneiras como as unidades básicas de linguagem devem ser concatenadas. Cada gênero estipula propósitos comunicativos específicos segundo os quais as unidades linguísticas básicas – que por si mesmas não são de natureza discursiva – são “capturadas” para serem relacionadas com todo o campo enunciativo adjacente e para ganharem, então, um significado específico (cf. LYOTARD, 1988 [1983], p. 128). Na medida em que se refere a “classes de eventos comunicativos, nos quais os participantes partilham um determinado conjunto de convenções definidas em termos de propriedades formais, funcionais e contextuais” (GEORGAKOPOULOU & GOUTSOS, 1997, p. 33), o gênero é, essencialmente, um conceito classificatório. Os limites de um gênero não podem ser determinados simplesmente por referência a sua forma (padrões lexicais, gramaticais, textuais) e ao seu conteúdo; eles têm que ser estabelecidos também por critérios sociais e cognitivos, como normas, convenções, expectativas, regras de uso, esquemas e percepções de limites. Naturalmente, com a complexidade crescente das relações sociointeracionais e do conhecimento a se estruturar nas diversas esferas da atividade humana, aumentam, também, o número de gêneros e o grau de especialização dos repertórios discursivos para a produção ideológica.

Apesar de reconhecer explicitamente a importância da especialização crescente dos repertórios discursivos na sociedade moderna, é preciso ressaltar no contexto do presente trabalho que a conversação não especializada ou cotidiana é ligada à base social, de uma maneira mais imediata que as formas de comunicação mais institucionalizadas e mais especializadas em produção ideológica. É possível, portanto, presumir que a conversação, como atividade natural e congênita do homem, orientou e influenciou todas as outras formas de ação linguística. **A conversação é básica**; é a prática social mais comum do ser humano; “a primeira das formas de interação a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora” (MARCHUSCHI, 2001, p. 14).

Diante dessa **atividade natural e congênita do homem**, os outros tipos de atividades comunicativas tornam-se variações dessa forma prevalente. “Existem assim todas as razões para se supor que a forma básica da conversação mundana constitui uma espécie de referência de nível contra a qual outros tipos de interação formais ou ‘institucionais’ são reconhecidos e vivenciados” (HERITAGE, 1997, p. 370). Por isso – sem querer negar a importância dos fatores socioculturais e das condições institucionalizadas – é razoável presumir que essa prática primordial orientou e influenciou todas as outras formas de ação linguística. A análise das atividades conversacionais, portanto, é, de certa maneira, um pré-requisito para a descrição dos tipos de discursos nos quais os efeitos do poder, a competição, a confrontação e o dissenso entre participantes socialmente desiguais são muito mais frequentes que nas práticas discursivas que se caracterizam por relações simétricas de poder e distribuição igual dos direitos de fala.

4.1.3 O discurso

Na literatura relevante, encontramos, além das categorias do “diálogo” e da “conversação” também os termos “discurso” e “texto”. Uma parte das propostas teóricas trata essas palavras como sinônimos; outra as trata como complementares, e uma terceira estabelece uma relação de hiponímia e

hiperonímia. Certamente, os **limites** desses dois conceitos são essencialmente **vagos** (cf. WILSON, 1989, p. 7-19) e não há uma definição unânime que os separe das outras formas de interação linguística. No que diz respeito ao discurso, é importante ressaltar que a conceituação científica desse termo depende muito da tradição científica em jogo (norte-americana, europeu-continental ou britânica) e das diferentes disciplinas nas quais a palavra iniciou sua “carreira acadêmica”.

Para os fins do presente trabalho³, basta fazer uma distinção aproximada entre três correntes principais, a saber:

- i. a **análise do discurso (AD)**, que tem suas raízes na linguística teórica e na sociolinguística e que vê como objetivo do seu trabalho analítico a identificação da arquitetura formal de situações de fala na vida real e a descrição das regras formais que determinam a produção dos atos de fala; basicamente – sem preocupações no que diz respeito às relações de poder e aos efeitos da ideologia sobre as identidades sociais, as relações interpessoais e os sistemas de conhecimento – os representantes dessa corrente ocupam-se, sobretudo, com a questão de como as pessoas usam os recursos discursivos disponíveis para realizar objetivos ideacionais e interpessoais nas suas interações socioverbais (cf. BROWN & YULE, 1983; COULTHARD, 1977 e COULTHARD & MONTGOMERY, 1981);
- ii. a **análise do discurso francesa (ADF)** baseada nos estudos socioculturais do filósofo Michel Foucault (por ex.: 1976 [1975], 2000a [1970], 2000b [1961]; 2001 [1976], 2006 [1984a], 2007 [1984b]), a qual se interessa, sobretudo, pela questão de como os modos convencionais de falar e de escrever numa dada cultura servem a funções políticas ou ideológicas, delimitando e restringindo as formas como as pessoas pensam, sentem e agem enquanto seres sociais e

³ Não trataremos neste trabalho, por exemplo, da análise do discurso desenvolvida pela psicologia social (cf. POTTER & WETHERELL, 1987)

- iii. a **análise crítica do discurso (ACD)**, que se assemelha à linha francesa quanto ao engajamento em assuntos políticos e ideológicos e às suposições de que haja uma base material das formas de opressão e de que as forças ideológicas trabalham para manter as desigualdades e proteger os interesses dos grupos poderosos numa sociedade, mas que se distinguem da escola francesa – como veremos em seguida – em vários aspectos essenciais (cf. FAIRCLOUGH, 1989, 1995, 2001 [1992], 2003).

De fato, tanto a análise do discurso francesa (ADF) quanto a análise crítica do discurso (ACD) realçam que a estrutura da língua reflete as relações de poder na sociedade, que o discurso tem efeitos ideológicos e beneficia certas instituições sociais e que, por esse motivo, é preciso examinar a relação entre o uso da língua e o seu contexto político, institucional e sociocultural; mas elas trilham por caminhos bem diferentes no que concerne aos **instrumentos metodológicos** e a certas **concepções teóricas**, como a noção do sujeito e a forma como eles colocam a questão da agência humana.

Desse modo, Foucault liga o nível global e local do exercício do poder, analisando como discursos com escopos muito amplos relacionam-se diretamente com os corpos e as mentes dos agentes sociais locais; mas o que ele chama de “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2002c) não inclui a análise detalhada de textos reais. Fairclough (2001), no entanto, afirma que a análise textual é essencial, não como alguma coisa que deve ser feita isoladamente – uma análise interna que tem um fim em si mesmo – mas, primeiramente, para “construir um sentido para os aspectos dos textos, observando-os como elementos da prática discursiva” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 245) e, segundo, para explicar como eles “são encaixados numa prática social mais ampla” (*id. ibid.*). Além disso, enquanto na ADF os discursos assumem a agência, constituindo, discriminando e transformando os objetos discursivos que ocupam o espaço social e disponibilizando as posições de sujeito que possibilitam e, simultaneamente, delimitam a participação dos indivíduos na vida social, postula-se na ACD que os sujeitos são capazes de agirem como

agentes sociais que podem aproveitar os repertórios linguísticos como lhes aprouver, para adquirir os saberes que lhes interessam, negociar suas relações interpessoais e satisfazer suas necessidades comunicativas específicas.

Feitas essas observações preliminares, convém dizer que o termo “**discurso**”, como é entendido neste trabalho, refere-se tanto às formas monológicas quanto às formas dialógicas da linguagem, em ambas as suas modalidades, a escrita e a oral. Obviamente, o conceito é mais amplo que a “conversação” e o “diálogo” já apresentados nas seções anteriores. O “discurso” inclui qualquer unidade linguística transfrástica e sequenciada, de qualquer tamanho, desde que ela seja usada para assumir uma *função* específica num processo de comunicação. A ênfase na função revela que essa definição baseia-se na ideia de que toda enunciação constitui uma **forma de ação** que visa a modificar uma dada situação. O discurso é, essencialmente, interativo porque “toda enunciação, mesmo quando produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma *interatividade* constitutiva; ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais; ela supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 171).

A forma plural, ou seja, “**os discursos**”, refere-se aos conjuntos sistematicamente organizados de proposições que exprimem os pontos de vista e os sistemas de valores das diferentes pessoas e grupos sociais (JAWORSKI & COUPLAND, 1999, p. 7). Muitos discursos são preestruturados no sentido de eles satisfazerem ou frustrarem as expectativas quanto ao que seja, convencionalmente, apropriado ou normal num determinado contexto sócio-histórico ou institucional. Discursos, então, são “formas convencionais de falar que produzem e são produzidos por formas convencionais de pensar. Essas formas ligadas de falar e de pensar constituem ideologias (conjuntos de ideias relacionados) e ocasionam a circulação do poder na sociedade” (JOHNSTONE, 2002, p. 3).

Cada discurso é produzido conforme suas próprias regras; e as **práticas discursivas** realizadas em conformidade com essas regras separam o que seja verdadeiro e o que falso numa dada instituição. Desse modo, *constituem* (e não *representam*) a realidade social. Os discursos, então, não falam sobre as coisas, mas são práticas sociais que produzem as coisas. Em outras palavras:

“eles [i.e., os discursos] definem, descrevem e delimitam o que pode ou não pode ser dito [...] na área de interesse dessa instituição [...]. Um discurso oferece um conjunto de proposições possíveis sobre uma dada área; ele organiza e estrutura a maneira como se pode falar sobre um determinado tópico, objeto ou processo. Assim sendo, ele fornece descrições, regras, permissões e proibições que dizem respeito às ações sociais e individuais” (*id. ibid.*).

Dito isso, é evidente também que “nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito de apresentar-se tal como se apresenta” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 172).

Com relação às características dos **enunciados concretos**, ou seja, das unidades significativas básicas da comunicação, convém destacar que esses – por assim dizer – “átomos do discurso” são únicos dentro de situações e contextos específicos e, portanto, são irreproduzíveis, já que mudam seu sentido de acordo com o contexto situacional, discursivo, sociopolítico, histórico ou cultural em que são repetidos, ou melhor, citados (cf. SOUZA, 2002, p. 71). Em outras palavras, dependendo das particularidades do campo de prática em que os enunciados se encaixam, os elementos linguísticos realizados por eles – fatos gramaticais como frases, orações e sentenças, que podem ser reproduzidos ilimitadamente porque “não pertencem a ninguém e não se dirigem a ninguém” (*id. ibid.*) – entram no fluxo contínuo do discurso e assumem em cada ocorrência uma nova função e um novo sentido, transformando-se em um acontecimento singular, um índice social de valores “oriundos” (como diz FARACO, 2003, p. 56) “da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais”), que, na posição que ocupa na corrente ininterrupta da comunicação social, responde ao que já foi dito por vozes anteriores e, simultaneamente, antecipa e provoca respostas de outrem.

Se seguirmos essa linha de pensamento, é de se entender que os objetos do conhecimento não têm uma existência pré-discursiva. Também não se trata de uma mera questão de etiquetar os objetos do mundo com signos verbais. Ao contrário, é de se pressupor que seja o próprio discurso – com sua força gerativa de criar materialidades – que, numa prática social complexa, produz seus objetos através da formação de enunciados. O discurso, então, não é um falar sobre as coisas, mas uma prática que produz as coisas. (cf. FOUCAULT, 2000a, p. 53). Por conseguinte, ele não se refere – como a língua – a um objeto, mas representa uma prática emergente; mais concretamente, uma prática regulamentada de enunciados cujo sentido pode ser compreendido dentro de um espaço discursivo (FOUCAULT, 2002b, p. 90). De acordo com Foucault (2002b), essa prática representa uma realidade *sui generis*, um **domínio autônomo** regido por suas próprias leis. Foucault supõe que esse domínio autônomo “não tome como referência nem um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental; mas que seja descrito como um campo anônimo cuja configuração defina o lugar possível dos sujeitos falantes” (*op. cit.*, p. 141).

Essa explanação de Foucault significa que o substrato das **materialidades discursivas** não se encontra dentro, mas fora do indivíduo, nos processos supraindividuais da sociedade que permanecem afastados da apreensão imediata dos sujeitos que pensam, falam e agem. Levando isso em consideração, as regras que geram o discurso precisam ser extraídas das conexões entre os enunciados dispersos nas práticas discursivas; enunciados, aliás, cujas semelhanças, diferenças, alterações podem ser analisadas e cujas reiterações podem ser descritas em detalhes. As regras encontradas desse modo na ordem discursiva não são universais, mas variam de acordo com a época ou o lugar do seu surgimento. Como mostram os estudos socioculturais de Foucault, essa historicidade torna sua reconstrução analítica muito dispendiosa e difícil.

Cada indivíduo e cada comunidade discursiva interpretam o mundo de maneira diferente e isso não acontece porque os homens nasceram assim, mas porque diferentes modos de interpretação ou diferentes **posições**

discursivas se desenvolveram historicamente como respostas a diferentes acontecimentos e como soluções para diferentes problemas (JÄGER, 1996). Culturas, então, nada mais são que grupos de seres humanos que atribuem, à realidade, mais ou menos os mesmos significados; e a concreta realidade sócio-histórica é o resultado dos discursos aos quais os atores individuais e coletivos se associam. Os seres humanos, ao nascer, não entram num universo de “objetos reais”, mas num universo de discursos “que separam e, deste modo, criam o Eu e o mundo, o sonho e a realidade, a ilusão e a verdade” (JÄGER, 1993, p. 146).

A ordem social é produzida discursivamente. Os discursos, através da sua ligação às instituições, dirigem, nos níveis individual e coletivo, a percepção do mundo e a realização das ações. De fato, todos nós, no decorrer da nossa vida, fizemos experiências com uma série de discursos. Por conseguinte, “a história discursiva de cada indivíduo guarda traços dos discursos associados aos lugares sociais que esse indivíduo ocupou e experimentou” (KRESS, 1985, p. 11). É certo também que a maneira como cada um experimenta os discursos atuais depende muito do seu lugar nas instituições sociais. Podemos afirmar, portanto, que cada indivíduo ocupa, com seu enunciado, uma posição numa **ordem discursiva** na qual se entrelaçam o conhecimento e o poder.

No nível coletivo também é de se pressupor que cada grupo social se caracteriza por uma série de discursos que oferecem modelos alternativos ou, até, contraditórios da realidade social. Os discursos afirmam, negam, questionam ou transcendem a ordem vigente de conhecimento e de poder. Isso significa que, de um lado, estabelecem uma **ordem do conhecimento e das práticas sociais**, mas, do outro lado, provocam eles mesmos, simultaneamente, a desordem nessas regularidades produzidas com grandes esforços. Para dominar a proliferação dos discursos, restringir sua tendência para uma dispersão ou expansão ilimitadas, é preciso controlar e organizar a desordem, selecionar, canalizar e delimitar, permanentemente, o potencial ilimitado de enunciados possíveis e excluir, das práticas institucionais, os sujeitos não aprovados (cf. FOUCAULT, 2000a).

De acordo com Foucault (cf. REVEL, 2005, p. 77-79), não há conhecimento que não tenha ao mesmo tempo um efeito de poder; como também não há relações de poder que não constituam simultaneamente um campo de saber. Na medida em que se pode constatar que os procedimentos discursivos produzem o conhecimento específico, tornam os objetos discursivos passíveis à experiência humana e geram a realidade social, fica claro que as práticas discursivas são ligadas estreitamente aos procedimentos de poder. Todavia, ainda segundo Foucault, a descrição dessa ligação entre **o discurso e o poder** não pode ocorrer unilateralmente como se houvesse relações causais entre as práticas discursivas e não discursivas, ou seja, como se se tratasse da imposição de uma ideologia dominante ou da padronização normativa do comportamento social, efetuadas pelos membros de uma classe social dominante; ao contrário, o que é preciso é destrinchar o tecido emaranhado da prática social em movimento contínuo, na qual as evidências dos tempos e espaços coletivos se dissolvam enquanto surgem paradoxos estruturais e se manifesta um aumento de complexidades e contingências. Vista por essa perspectiva, a sociedade aparece fragmentada numa multiplicidade sempre fortuita de conflitos locais sobre o poder e a ordem social. Esses conflitos formam uma rede de numerosas relações de poder que não se baseiam primariamente em proibições, obrigações e impedimentos, ou seja, em um poder negativo, mas no caráter produtivo e intensificador – e ao mesmo tempo restritivo e limitante – de procedimentos classificatórios e regularizadores que têm o efeito de padronizar, uniformizar e normalizar (FOUCAULT, 1976, p. 236).

Dito isso, é claro que concebemos o discurso como **uma entidade supraindividual**, um fato social que representa sua própria realidade. A nosso ver, o discurso é uma ordem *sui generis* que não pode ser reduzida, naturalmente, às intenções dos indivíduos. Concordamos com Foucault (2000a, 2002a, 2002b) que afirma ser o discurso um meio de produção que tem determinados efeitos e cujos produtos discursivos mostram certa estruturação e se fundamentam em determinadas regras de formação. O discurso estrutura os enunciados e deste modo dá forma e continuidade aos processos sociais e

às construções disciplinares. Cada formação discursiva representa um enquadramento virtual da produção de enunciados cujo horizonte foge da percepção pelo ator individual.

O discurso, diz Jäger (1993, 1996), é **o fluxo do conhecimento** ou da memória de conhecimentos pelo tempo. O saber representa o fundamento das ações humanas e, deste modo, da construção da nossa realidade. O universo, nessa visão, não se reflete na consciência humana, mas os homens lhe atribuem sentido e, deste modo, criam sua realidade. Conforme Jäger (2001), os discursos fornecem o conhecimento necessário e estabelecem as condições de aplicação na formação desta realidade. Em outras palavras: “nosso mundo significativo existe porque nós o fazemos significativo ou porque ele recebeu dos nossos ancestrais ou vizinhos significados e convenções que continuam a ser importantes para nós” (*op. cit.*: 77). Sendo assim, o discurso representa um conjunto de fenômenos que provêm da produção social de sentido e que fundamentam a sociedade como tal.

“**O discurso é orientado**” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 170), ou seja, desenvolve-se linearmente no tempo e pode ser concebido em função dos propósitos comunicativos de uma dada comunidade discursiva e das intenções individuais dos interlocutores. De fato, todo discurso se constrói em função de um fim; supõe-se que “o fluxo do saber social pelo tempo” (JÄGER, 1993, p. 153), ainda que se desvie às vezes durante seu percurso, vai chegar a alguma parte. Num primeiro momento, esse critério do uso da língua num contexto particular opõe o discurso ao conceito da língua, definida como sistema normalizado de valores virtuais (*langue*). Mais concretamente, a língua representa um sistema fechado, partilhado pelos membros de uma comunidade linguística, enquanto o discurso é considerado como o uso dessa língua em determinadas condições de produção e recepção. Essas condições, no entanto, não representam uma mera moldura, um cenário para as atividades discursivas; pois o próprio discurso contribui para a definição do contexto relevante e para a modificação da situação em questão. Sobressai-se, nesse processo de contextualização, que os enunciados recebem ou mudam seu sentido de acordo com as condições sócio-históricas e discursivas que lhes

deram origem. Portanto, num segundo momento, é certo dizer que a inevitável inscrição do enunciado num campo prático-discursivo distingue o discurso, entendido como uma entidade supraindividual, do uso meramente individual (*parole*) da língua.

Como qualquer outro comportamento social, as atividades linguageiras são submetidas a certas regras convencionais e a um conjunto de normas sociais que têm por função organizar, selecionar e controlar a produção do discurso. Assim sendo, a subjetividade do locutor, ou seja, “sua capacidade de se posicionar como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1966, p. 259), depende da sua apropriação das formas linguísticas e da atitude que ele adota em relação àquilo que diz. Charaudeau & Maingueneau (2004, p.171) observam sobre esse último ponto:

O discurso é assumido. O discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual *atitude* adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor (processo de modalização). O locutor pode modular seu grau de adesão (“Pode ser que chove”), atribuir a responsabilidade a algum outro (“Segundo Paulo, chove”), comentar sua própria fala (“Na minha opinião, vai chover”), tematizar (“Paulo, ele não está em questão”) etc. Pode até mesmo mostrar a seu interlocutor que apenas finge assumi-la (caso de ironia). (*realce nosso*).

Os discursos representam atividades comunicativas que correspondem às diferentes áreas da prática e que são institucionalizadas conforme a divisão de trabalho numa dada sociedade. É muito importante lembrar-se dessa conexão pragmática que os discursos têm com a vida prática. Desse modo, há os discursos médico, jurídico, desportista, etc. que se distinguem por características particulares. Todavia, há também uma grande quantidade de elementos, estruturas ou segmentos discursivos que pertencem simultaneamente a diferentes discursos. O conjunto total desses elementos comuns chama-se “**interdiscurso**”. Por exemplo, o sistema coletivo de símbolos (cf. LINK, 2007) usados numa determinada comunidade representa uma parte destes elementos comuns. A impressão da unidade cultural, o fato de perceber semelhanças – para dar outro exemplo – entre o estilo político e o esporte de uma sociedade, é – entre outros fatores – um efeito do

interdiscurso. Explica-se, assim, porque é impossível abandonar simplesmente uma cultura hegemônica. Ninguém pode fundar uma nova cultura a sós. Deixar uma cultura significa entrar em outra. Logo, quem quer mudar a sua tem que negociar compromissos e convencer os outros.

Todo discurso caracteriza-se pela tendência de não querer tomar conta apenas da área do seu interesse mais imediato. Obviamente, ele quer impor sua visão do mundo em territórios cada vez mais amplos. Os discursos se estendem para todos os domínios principais da vida pública e particular e, por assim dizer, “colonizam o mundo social” (KRESS, 1985, p. 7). Cada discurso tem seu impacto em discursos contemporâneos e futuros. De fato, como eles não existem isoladamente, mas fazem parte de “um sistema maior de discursos, às vezes, opostos, contraditórios, polêmicos ou, simplesmente, diferentes” (*id.ibid.*), é de se pressupor que se estabelecem, entre eles, **relações dinâmicas** “que são responsáveis por mudanças e movimentos contínuos, por progressos ou retrocessos em determinadas áreas” (*id.ibid.*). Concordamos, portanto, com Kress (1985, p. 10), que conclui:

Na colonização das áreas da vida social, os discursos tentam reconciliar as contradições, as disparidades, as disjunções e descontinuidades dentro de um domínio, fazendo aquilo que é social parecer natural e aquilo que é problemático parecer óbvio.

Focalizando ainda outro aspecto dessa “guerra de discursos”, convém dizer que, para ter sucesso nesse processo de colonização, é mister que cada fragmento discursivo se encaixe, *a priori*, no senso comum, ou seja, no horizonte de pressuposições compartilhadas pelos agentes sociais. Husserl (1936, p. 141) e Schütz (cf. SCHÜTZ & LUCKMANN, 1975, p. 23) chamam esse horizonte intersubjetivo: “**o mundo da vida**” ou “**o mundo vivencial**” (*Lebenswelt*). Conforme esses autores, a língua e a cultura, sendo elementos essenciais desse mundo da vida, apresentam-se como *conditio sine qua non*: elas têm que ser pressupostas em todas as interatividades, pois representam o sistema referencial da própria compreensão. O acordo geral sobre o mundo da vida antecede qualquer possibilidade de divergências particulares. As situações mudam, mas os limites do mundo de vida são intransponíveis e formam um

contexto inesgotável (HABERMAS, 1981/ II, p. 198 – 202). Sendo assim, o mundo de vida transmite aos sujeitos a sensação de uma certeza inquestionável. Daqui conclui-se que o conhecimento do mundo da vida não pode ser problematizado, mas, quando muito, pode desmoronar. Habermas (1983/II, p. 205) realça, ainda, que essa ideia contém um paradoxo: o conhecimento do mundo da vida proporciona a impressão da certeza absoluta apenas enquanto os sujeitos não tomaram conhecimento dele. Bourdieu (1977a) refere-se a essa noção com o antigo conceito da *doxa* que, inevitavelmente, se desintegra assim que se torna objeto de controvérsia.

Com base nessa abordagem teórica, o conceito de discurso torna-se uma ferramenta poderosa para investigar a **autodinâmica dos processos semânticos e culturais** que se associam com um sistema complexo de instituições materiais para distribuir, de modo diferencial, os direitos e as responsabilidades entre os sujeitos identificados dentro do discurso. Diante da possibilidade de esclarecer como as práticas discursivas fornecem o amparo ideológico para as relações de poder na sociedade, não seria mais satisfatório limitar-se analiticamente aos aspectos meramente semióticos dos enunciados e observá-los independentemente da sua materialidade. Afastando-se, então, do conceito de discurso proposto pela diferentes abordagens da AD, o qual, geralmente, é usado “apenas” como base para descrever a interação verbal como um nível altamente organizado da linguagem – descrições, aliás, que certamente oferecem interpretações muito apropriadas à finalidade a que se destinam, isto é, a análise sistemática da relação entre formas e funções na comunicação verbal⁴ – constatamos a necessidade de uma noção de discurso que permita focalizar as condições históricas e socioculturais dos enunciados, no intuito de mostrar como as modalidades enunciativas de formações discursivas particulares e, subsequentemente, as formas da organização social são regulamentadas para perpetuar as desigualdades e injustiças numa sociedade ou para contribuir para a sua transformação.

⁴ Para uma visão crítica da linguística sistêmico-funcional que se baseia nesse conceito de discurso, veja, por exemplo: CHOULIARKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 139-147.

Como foi mostrado, o conceito esboçado de discurso não se opõe apenas à suposição de um significado oculto atrás das coisas e à separação definitiva de práticas discursivas e não discursivas, de ideias imateriais e práticas materiais, mas se volta também contra as tentativas de descrever as práticas discursivas como "tradução" das intenções de um sujeito falante ou como produto de uma subjetividade soberana ou de uma consciência coletiva. Com essa concepção de discurso, é possível, então, perguntar que tipos de objetos e sujeitos se constituem pelas práticas discursivas e que modos de viver esses objetos e sujeitos põem à disposição das pessoas (cf. WILLIG, 2001, p. 91). De uma maneira geral, as respostas a esperar mostrarão que o discurso constitui e orienta nossas identidades e legitima certos tipos de relações sociais entre essas identidades enquanto impede outros.

Em outras palavras: quando é conceituado como uma força ideológica que domina os assuntos das pessoas e determina suas visões do mundo, suas possibilidades de agir e seus recursos simbólicos e materiais, o discurso é capaz de aprisionar as pessoas em determinadas classificações sociais. Presas na rede do discurso, os indivíduos seriam incapazes de compreender sua própria situação e imaginar que tudo poderia ser diferente. Diante da iminência desse fatalismo resignado, toda ação crítica tornar-se-ia inútil, afastada de qualquer sentido significativo. Eis o perigo do conceito foucaultiano de discurso. Como veremos mais adiante, a análise crítica do discurso (ACD), ao tentar remediar esse ponto fraco, incorre em outras contradições.

4.1.4 O texto

Como já foi aludido acima, para a análise do discurso que, ao lado dos efeitos constitutivos do discurso, destaca o papel da **prática real**, analisando diretamente os efeitos sociais das instâncias concretas dela (quer dizer: dos textos orais e escritos), os sujeitos sociais, embora sejam constituídos e moldados pelas práticas discursivas, não são meramente posicionados, de modo passivo, num determinado campo discursivo, mas são

“capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87). Nessa perspectiva, o discurso é considerado como um fenômeno socialmente constituído (*top-down*) e, simultaneamente, como uma prática essencial que tem consequências sociais (*bottom-up*). Os eventos discursivos, por sua vez, são interpretados como fenômenos sociais e culturais que reproduzem o *status quo* ou contribuem para a sua mudança. Ao levar em conta as influências macroestruturais, os representantes da ACD realçam que a estrutura preexistente e o fluxo das forças sociais não restringem apenas as possibilidades, mas também proporcionam o espaço necessário na arena da interação social imediata para que os sujeitos introduzam inovações e deixem traços de sua autoria. Posto isso, é natural que o enfoque nas estratégias e intenções comunicativas dos produtores e receptores de textos seja muito acentuado.

Assumindo essa posição conciliadora entre os extremos do determinismo de Foucault e do voluntarismo de Garfinkel, Kress (1985, p. 12), por exemplo, vê a motivação pela produção de textos nas diferenças sociais que surgem nas práticas discursivas e na tentativa dos sujeitos de controlar, confirmar, alterar ou superar essas diferenças de conhecimento, de ideologia ou de poder:

“As diferenças na história discursiva e social dos indivíduos, assim como sua atual posição social, determinam seu acesso ao conjunto de discursos numa sociedade. As tensões não resolvidas entre os discursos [...] produzem uma necessidade de resolução discursiva. [...] Essas diferenças são o motor que produz os textos. Cada texto surge numa problemática particular. Os textos, portanto, são manifestações dos discursos, são os significados dos discursos e são os lugares para resolver problemas particulares”

O discurso, então, é um processo que dá origem a um ato ou, muitas vezes, uma sequência hierarquicamente organizada de atos comunicativos. Os atos ou eventos comunicativos, por sua vez, assumem a forma de um **texto** que pode constituir-se de símbolos orais, escritos ou gesticulados, em qualquer combinação que pretende transmitir informações sobre ideias, estados emocionais ou atitudes. O texto, então, é entendido como aquilo que resulta de

um discurso, ou seja, o produto de uma interação discursiva que tem um determinado papel num dado contexto situacional e sócio-histórico (HALLIDAY & HASAN, 1989, p. 10). Levando em consideração essa dimensão sociointeracional, o texto pode ser considerado “o próprio lugar da interação e os interlocutores sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2004, p. 33).

Na medida em que o texto é um lugar de interação estratégica, pode-se dizer que seus produtores e receptores atualizam, na **negociação do sentido**, seu conhecimento textual, interacional e enciclopédico (KOCH, 2002, p. 13-20; KOCH 2004, p. 22-25). Ler e escrever são atividades abertas e efêmeras que, incessantemente, produzem novos pontos de vista e múltiplas propostas de sentido. Ainda que as convenções e a organização textual estabeleçam limites quanto às leituras possíveis, os textos não têm um significado determinado ou uma função estática e nem são coerentes por si mesmos; pois acontece que a coerência não é uma propriedade exclusiva do texto, mas o motor do processo de compreensão no qual a informação textual e o conhecimento prévio interagem dinamicamente.

Nessa concepção dialógica, pressupõe-se que cada texto é moldado por expressões e textos anteriores que ele absorve e para os quais ele fornece respostas. Além disso, acontece que ele antecipa, simultaneamente, expressões e textos subsequentes que servirão para reatualizar e transformar os enunciados prévios e para reestruturar as relevantes tradições textuais e as ordens discursivas em vigor (BAKHTIN, 1992, p. 89; KRISTEVA, 1986, p. 34-61; FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). O que consideramos um texto é no fundo um fragmento do fluxo ilimitado do discurso, ou seja, um ponto de interseção de muitas vozes e muitas correntes discursivas. Nesse ponto de vistas, “cada enunciado é um elo na cadeia da enunciação” (BAKHTIN, 1986, p. 89) e “a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma se relaciona” (KOCH, 1998, p. 46). Na rede **intertextual**, o texto, como unidade objetiva e autônoma, desintegra-se e torna-se um emaranhado de vozes de outros textos e discursos. Nessa produção permanente do sentido, cada texto torna-se um

ponto de encontro para outros textos e discursos. Aliás, em certas situações específicas de comunicação podem surgir concatenações complexas entre texto e discurso. É possível, por exemplo, citar dentro de um discurso um determinado texto. O que ocorre, nesses casos, não é uma convergência entre texto e discurso, mas uma mistura de vozes que Ducrot (1984), com referência a Bakhtin (1981, 1986), chama de “*polyphonie de l’ énonciation*” (cf. também MAINGUENEAU, 1994).

De uma maneira geral, consideramos o texto como uma **complexa unidade sociocomunicativa**, empregado numa situação concreta (situacionalidade) com o fim de resolver, coerentemente, certa tarefa social e interativa (intencionalidade / aceitabilidade) com respeito a certos fatos em questão (tema). Além dessas dimensões principais, observa-se, ainda, uma qualidade complexa dos textos, a saber, sua tendência de unir as diferentes características em feixes de traços coocorrentes que dão origem a certos padrões textuais. Evidentemente, há, em cada cultura, tipos de situações específicas, nas quais ocorrem, repetidamente, os mesmo tipos de tarefas comunicativas para as quais a sociedade desenvolveu historicamente certos tipos de soluções mais ou menos rigidamente padronizados (por exemplo: registro de nascimento, edital, convite, relatório, memorando, requerimento, dissertação, novela). Essas soluções convencionais podem servir como enquadre de orientação porque, de um lado, contêm elementos prototípicos e, do outro lado, deixam espaço suficiente para as variações e a criatividade.

4.1.5 A diferença entre texto e discurso

Lendo essa descrição das características centrais do texto, fica claro que nossa noção dessa unidade complexa se baseia num conceito prototípico que permite incluir o imenso conjunto dos gêneros textuais socialmente relevantes e a multiplicidade maior ainda das suas realizações individuais. Contudo, o que falta ainda, é um critério ou uma série de características que permitiriam estabelecer uma diferença entre os dois conceitos “texto” e “discurso”. Aqui vale lembrar Malinowski (1935, p. 8) para o qual o texto escrito,

gravado, citado ou lembrado é o que resta quando isolamos o discurso do seu contexto imediato de produção. Retomando essa observação, Ehlich (1979, p. 426), também, defende a opinião de o texto ser, sobretudo, uma maneira de preservar um enunciado:

Refiro-me a um texto quando o enunciado de um falante for preservado além da situação imediata da fala. Isso exige sua fixação e gravação. [...] No que diz respeito ao texto, é possível, imediatamente, separá-lo [...] da situação enunciativa.

Tendo em vista a situação comunicativa arquetípica, pode-se afirmar que, para realizar um ato locucionário, ou seja, para dizer alguma coisa, precisa-se do som. A matéria-prima das atividades discursivas, então, é de pouca duração, e o sucesso da interação linguística, conseqüentemente depende de um espaço comum de percepção. Enquanto a comunicação está encaixada em finalidades práticas imediatas, a **fugacidade** da enunciação é compensada, facilmente, pelo trabalho da memória de curto prazo, mas, como as atividades comunicativas servem à elaboração, memorização e tradição de conhecimentos complexos, é óbvio que se perde a copresença dos interactantes e, a partir daí, a dimensão acústica se torna um problema. Evidentemente, “o falante que, apesar da diatopia e diacronia do ouvinte, quer realizar uma atividade linguística planejada tem que procurar meios para superar a distância espacial-temporal” (EHLICH, 1983, p. 30). Isso significa que o falante que quer preservar uma ação linguística além da situação imediata de fala com o fim de facilitar sua verbalização ou recepção em outra situação de fala precisa recorrer a meios de gravação.

Visto isso, é claro que os textos são produzidos, justamente, para superar a evanescência das ações linguísticas. Ainda conforme Ehlich (1979, 1983), eles têm a finalidade de traduzir um conhecimento a um receptor distante no tempo e/ou no espaço. Para cumprir essa tarefa, os textos têm que se dissolver da situação primária de fala e se tornar disponíveis para usuários em outras situações de fala. Assim sendo, é conveniente falar de uma “**situação dissociada** de fala” que representa a base de cada texto (EHLICH, 1983, p. 32; 1984b, p. 18). Em outras palavras: quando encaixamos um texto num contexto relevante, é preciso distinguir entre a situação da produção

textual e a situação da recepção textual. Para poder vencer a distância espaço-temporal entre essas duas situações relacionadas, os textos dependem de um suporte que facilite a sua tradição. Daí que os textos se caracterizam por uma estabilidade que resiste à não permanência da situação de fala e que possibilita a tradição dos conhecimentos.

Entendido desse modo, quer dizer, como um **discurso descontextualizado** ou “cristalizado” (“*frozen*”), como diz Mey (2001, p. 190), o texto distingue-se claramente do discurso: enquanto o primeiro pode ser transportado pelo tempo e pelo espaço e ser consumido repetidamente ou ser analisado e reaproveitado, enquanto ele pode fundar uma tradição e conservar vestígios de saberes do passado, representa o segundo um acontecimento singular que se realiza apenas “aqui e agora”. Um enunciado não pode ser repetido porque as condições de enunciação nunca são idênticas. Todavia é de se pressupor que o texto e o discurso interagem e mantêm uma relação dialética. Mais concretamente, não há como negar que, de um lado, o acontecimento discursivo deixa seus vestígios no texto; aliás, o próprio texto é o vestígio do discurso. Logo, **sem discurso não haverá texto**. Por outro lado, é evidente, também, que o discurso pode sobreviver apenas como texto, pois os acontecimentos discursivos do passado seriam perdidos para sempre se não tivessem deixado seus vestígios nos textos; o discurso, então, pressupõe o texto, ou seja, **sem texto não haverá discurso** (cf. HABERLAND, 1999, p. 915).

4.1.6 A oralidade e a escrita

Quando se toma como objeto de pesquisa uma prática comunicativa oral (um gênero primário, na terminologia de Bakhtin), coloca-se inevitavelmente a questão de como é possível conceituar teoricamente a linguagem oral e quais são as propriedades específicas dessa modalidade de uso da língua? Por vários motivos, a resposta dessa pergunta não pode ser dada sem levar em consideração a distinção entre a fala e a escrita. Nos limites do presente trabalho, não é possível discutir esse assunto complexo

pormenorizadamente, mas algumas observações precisam ser feitas para se acautelar contra um engano comum que pode ser desastroso quando se trata de um estudo no âmbito da comunicação oral. Estamos falando de uma atitude irrefletida, à qual Linell (1982) se refere com a expressão **written language bias**. De acordo com esse estudioso sueco, trata-se de um vício que penetra grande parte da pesquisa linguística tradicional, causando consequências profundas e, de certo modo, desastrosas para a construção do objeto de pesquisa da linguística. A acusação de Linell diz respeito ao fato de que não há um ponto de partida neutro na ocupação científica com a linguagem oral. É um fato patente que os textos escritos representaram durante séculos o objeto preferencial dos gramáticos e linguistas e que, portanto, determinam ainda hoje nossa consciência linguística, tanto que as particularidades da língua falada ainda são percebidas por muitos como desvios da língua escrita. Assim, pois, Halliday (1989, p. xv) observa com razão no prefácio do seu livro sobre *Spoken and written language*:

Para a maioria das pessoas letradas, 'língua' significa 'língua escrita'. Falamos em como as letras são pronunciadas em vez de mais exatamente, como os sons são escritos. Dizemos que nossa língua é 'não-fonética', querendo dizer que as formas faladas não se harmonizam com o sistema escrito – enquanto, na verdade, são as formas escritas que não se harmonizam com o sistema de sons. Até mesmo a noção de 'palavra' é ligada à modalidade escrita. E quando alguma coisa está escrita, é muito mais provável que acreditemos nela. [...] Contudo a fala veio primeiro, por alguns milhões de anos; e ela vem primeiro em nossa história de vida individual. Podemos ter aprendido a ler e escrever, mas ainda assim continuamos a falar e a escutar: e continuamos a aprender falando e escutando. O fato de estarmos menos conscientes dos processos da fala não os faz menos importantes. Alcançamos diferentes objetivos por meio da língua falada e da língua escrita; mas nenhuma tem um valor superior sobre a outra.

A percepção de um **suposto déficit da fala** (em comparação com a escrita) tem sua razão de ser em parte no fato de que as abordagens analíticas e as categorias descritivas da linguística foram desenvolvidas à base de frases, orações e textos escritos. Todavia, quando entramos no campo de pesquisa da linguagem oral, percebemos logo que esses métodos e conceitos têm apenas uma utilidade limitada. Como se sabe (KOCH, 1998a, p. 66-110; 1998b, p. 59-117), a fala não se organiza por orações da mesma maneira como um texto escrito. As peculiaridades sintáticas e discursivas e os traços típicos da

interação oral não podem ser descritos adequadamente com as ferramentas conceituais das gramáticas da língua escrita, que se baseiam nas unidades básicas letra, palavras, oração e texto. A comunicação oral pode apenas ser segmentada eficientemente de acordo com as cinco unidades básicas: conversação, turno, unidades funcionais, palavras e sons.

Partindo desses dois conjuntos de unidades básicas, é possível indicar uma série de características específicas que distinguem as **duas modalidades de uso da língua**: na fala, observa-se, por exemplo, que os interactantes recorrem aos recursos dêiticos para orientar-se no espaço comum de percepção e para referir-se a objetos extralinguísticos; na escrita, tal conhecimento precisa ser lexicalizado e apresentado em estruturas proposicionais. Na escrita, a conectividade e os recursos fóricos são representados explicitamente; na fala, os recursos coesivos, muitas vezes, devem ser inferidos pelo ouvinte. Na fala, a organização do turno caracteriza-se por enunciados truncados, pausas, hesitações, correções, inserções, repetições e parafraseamentos; os textos escritos, no entanto, constituem-se, geralmente, de enunciados que têm a forma de uma oração completa. Aliás, podemos dizer que os textos escritos representam resultados do planejamento, enquanto as atividades orais são planos em execução. Além disso, na fala, as ações linguísticas aparecem em sequências e encadeamentos; na escrita, porém, as ações linguísticas são ligadas apenas por encadeamento. Outrossim, as práticas orais são encaixadas na comunicação corpórea e não verbal dos gestos e mímica, enquanto as práticas da escrita dependem, exclusivamente, da representação medial. Em resumo, a oralidade distingue-se da escrita, tipicamente, pelo baixo grau de planejamento e pela editoração linguística *on-line*, pela proximidade situacional, pelo caráter provisório das proposições e pelo fato de que o enunciado não é a única fonte de informação.

Outro efeito da predominância da escrita em nossa cultura é o interesse desproporcional pelo **produto** da atividade linguageira em detrimento da preocupação com os **processos** de produção e recepção textuais; e para mencionar mais uma consequência da tendenciosidade da linguística em favor da escrita, convém lembrar que o hábito de esquadrihar as propriedades dos

textos escritos é tão enraizado que até os pesquisadores que gostam do estudo da fala contentaram-se durante décadas em focalizar apenas a parte verbal da comunicação oral, esquecendo-se sistematicamente do caráter multimodal da interação comunicativa face a face. Essa omissão contribuiu em julgamentos preconceituosos que conferiram à escrita uma aura de objetividade, legitimidade e pureza, enquanto a fala ficou com o estigma de ser subjetiva, imperfeita, inferior, pobre e indigna de estudos mais aprofundados.

Todavia, a predileção dos estudiosos pela língua escrita, naturalmente, não implica que a língua falada seja, de fato, menos organizada e estruturada que a escrita – afinal, ambas são manifestações do mesmo sistema linguístico – mas significa que muitos linguistas deixaram de perceber que tanto a fala quanto a escrita apresentam seu próprio **tipo de complexidade**, que tem sua origem nas peculiaridades de cada um dos dois meios:

A complexidade da língua escrita é estática e densa. A da língua falada é dinâmica e intrincada. A complexidade gramatical assume o lugar da densidade lexical. [...] A complexidade da língua escrita é uma densidade de substância, sólida como a de um diamante formado sob grande pressão. Ao contrário disso, a complexidade da língua falada é o intrincado do seu movimento, líquido como aquele de um rio correndo rápido. Para usar uma analogia comportamental: a estrutura da língua falada é a de um tipo coreográfico (HALLIDAY, 1989, p. 87).

Uma investigação objetiva das causas desses dois tipos de complexidade revela logo que lidamos simplesmente com **duas modalidades de uso da língua** que estão submetidas a diferentes condições de produção e recepção. Por conseguinte, em vez de desvalorizar a fala por não ser mais o meio principal em nossa cultura para conseguir acesso ao poder e aos privilégios materiais e imateriais, é mais oportuno pensar essas duas modalidades em termos de três aspectos interrelacionados: “a natureza do meio, as funções às quais serve e as propriedades formais apresentadas” (HALLIDAY, 1989, p. 78).

Sobre as **propriedades formais**, já fizemos algumas observações oportunas nos parágrafos acima. No que diz respeito às **características do**

meio, é imediatamente evidente que, na fala, os interlocutores costumam compartilhar o mesmo contexto espaço-temporal. A comunicação oral, portanto, caracteriza-se por um monitoramento *on-line* que se beneficia do uso permanente do canal de retroalimentação pelo(s) ouvinte(s) (*feedback*) e pela abundância de pistas contextuais (gestos, mímica, modulações de voz, pausas, etc). Além disso, é comum que as contribuições numa interação face a face sejam menos planejadas ou pré-organizadas do que na escrita e, sendo efêmeras, não sobrevivem ao momento da sua produção (a não ser que sejam gravadas). Portanto, é natural elas conterem imperfeições, negociações e edições *on-line*. Falando, enfim, sobre o terceiro aspecto mencionado por Halliday (*id. ibid.*), convém destacar que a fala e a escrita distinguem-se por **funções e distribuições** claramente diferentes: a língua falada – sensível ao contexto e intensamente entrelaçada com a situação de fala – “tem sua função central na área da realização interativa de situações concretas”; ao contrário disso, a língua escrita – enquanto método para emancipar a ação verbal da sua fugacidade – “tem sua função específica na distribuição espaço-temporal e na tradição de enunciados e textos” (FIEHLER, *et al.*, 2004, p. 20).

Quanto à **fugacidade da ação linguística** como critério determinante da língua falada, consta que essa propriedade é, de uma maneira geral, a condição prévia para sua eficiência primária como “processo que decorre da natureza ou da vontade de um agente social e do qual resulta a criação ou a modificação da nossa realidade” (EHLICH, 1994, p. 18). Observa-se, no entanto, que, em certos casos específicos, essa fugacidade frustra a eficácia da ação verbal. Desse modo, não há como negar, por exemplo, que especialmente no domínio da transmissão de conhecimentos a produção transitória de enunciados sonoros torna-se ineficaz. Com se sabe, muitos conhecimentos são organizados, essencialmente, para garantir sua própria continuidade. A possibilidade de memorizar o saber desliga o agente social da imediatidade da situação concreta em que se encontra num dado momento e permite a conservação da ação verbal para sua reprodução em outros momento e/ou outros lugares. Com a introdução da dimensão da tradição, Ehlich (*id. ibid.*) estabelece uma distinção funcional entre o texto e o discurso cuja nitidez, em nosso entender, supera todas as classificações anteriores.

Vale a pena, portanto, ler um trecho um pouco mais longo, no qual o autor estabelece seu conceito de texto:

Do ponto de vista da história da espécie humana, a superação da efemeridade das ações linguísticas individuais ocorre através da formação da categoria linguística “texto”, que constitui o meio *par excellence* para criar a possibilidade de se realizar uma tradição comunicativo-linguística. [...]. O que é essencial para o texto [...] é uma mudança estrutural dos recursos linguísticos que se manifesta, sobretudo, na constituição de novas *formas*. Essas formas têm a função de fundamentar tradições e levá-las a efeito através da ativação de faculdades especiais da memória. Além disso, elas garantem, através da memorização, que a fugacidade da ação linguística seja superada de tal maneira que sua conservação ultrapasse a reinstanciação simples da ação imediatamente encaixada numa situação comunicativa. Chamaremos a esse processo de “textualização”. Para sua realização, não é necessário abandonar a modalidade oral de uso da língua porque, em comparação com a totalidade das ações linguísticas de um grupo social, os casos da textualização devem ser qualificados como “raros”. [...]. A conservação se torna possível devido à produção de uma situação de fala artificialmente repetida, cujo caráter artificial se faz notar, imediatamente, pelo fato de ser encenada para os actantes. É precisamente nesse aspecto que essa situação artificial se distingue da instanciação simples de uma ação linguística que tem sua razão de ser nas necessidades da ação, e, portanto, no surgimento repetido do motivo de realizar uma ação linguística, ou seja, de atualizar o padrão acional estabelecido. O caráter ostensivo da textualização significa, ao mesmo tempo, que a conservação da ação na memória é realizada conscientemente.

Se seguirmos essa linha de pensamento, podemos concluir que há, no mínimo, dois métodos para realizar a **conservação da ação linguística efêmera**, ou seja, para produzir textos. Primeiramente, os textos que foram memorizados e são reproduzidos oralmente formam o conjunto dos textos orais. Culturas orais, portanto, dispõem de textos e de uma tradição. Veja bem, tire isso Ehlich (*op.cit.*, p. 19) até realça que, do ponto de vista histórico, os textos orais representam – em comparação com os escritos – o fenômeno mais comum e muito mais antigo.

De fato, a conservação da ação linguística efêmera por meio da escrita representa um método que, em princípio, concorre com as formas orais dos textos e que, somente aos poucos, perdeu seu encaixe na situação concreta. – embora seja verdade que coexistiu, durante muito tempo, como forma de conservação, considerando-se as formas orais dos textos, e que deixou essa condição de coexistência apenas recentemente, se fosse julgada de acordo com as dimensões históricas envolvidas.

Por outro lado, é óbvio que a escrita representa, hoje, a forma mais importante de conservação da ação linguística, pois, como se sabe, na cultura ocidental, as práticas da escrita (o letramento) assumiram muitas funções da tradição oral e aumentaram enormemente as possibilidades da memorização. Contudo, já que a fala, como forma de produção textual-discursiva com prioridade histórica, tem um aparato disponibilizado pelo próprio ser humano (cf. MARCHUSCHI, 2000, p. 25), é de se pressupor que os recursos verbais e não verbais para ancorar a comunicação na situação de fala são tão adaptados às condições particulares da oralidade que a **mudança para a modalidade escrita** do uso da língua atinge todas as dimensões da interação comunicativa. A dissociação da situação de fala nas práticas da escrita, então, tem consequências para a própria ação linguística, para os participantes envolvidos, para a representação da situação de fala em procedimentos típicos à modalidade escrita, para a formação de novas formas textuais e para a relação entre língua e conhecimento (EHLICH, 1994, p. 19).

Voltando ao nosso assunto principal, ou seja, a língua falada, deixemos de lado as consequências socioculturais e discursivas provocadas pela mudança para a modalidade escrita, as quais Ehlich descreve pormenorizadamente no seu trabalho seminal, e perguntemos: como é que se realiza a ancoragem dos recursos verbais e não verbais na situação de fala? Ora, para poder determinar em que medida as propriedades específicas de gêneros orais como a fofoca podem ser vistas como efeitos das **condições básicas da comunicação oral**, é preciso ver primeiramente quais são as características em jogo que, supostamente, todas as práticas orais tenham em comum. Fiehler *et al.* (2004, p. 53) apresentam a seguinte lista como ponto de partida para a discussão do processo histórico de diversificação e variação da comunicação oral original:

- i. no mínimo, dois partidos, comunicam (para realizar determinados fins),
- ii. estão copresentes numa situação comum,
- iii. numa percepção recíproca sensitiva,

- iv. paralelamente e simultaneamente, em diferentes níveis comunicativos,
- v. com influência mútua permanente,
- vi. com produção física transitória (de enunciados sonoros e de movimentos corporais) e
- vii. numa sucessão temporal.

Certamente, podemos considerar as duas últimas condições como os melhores candidatos a propriedades universais da comunicação oral. Pelo que nos consta, todas as práticas comunicativas orais constituem-se como atividades semióticas pela produção corporal de sons e/ou gestos significativos fugazes que se sucedem no decorrer do tempo. Retomando Fiehler *et al.* (2004, p. 54), acreditamos também que, em tempos remotos, as outras condições ou propriedades mencionadas foram igualmente relevantes para todas as práticas comunicativas orais, mas – como os autores explicam – no decorrer do desenvolvimento histórico ocorreram, no mínimo, **três mudanças decisivas** que levaram a uma diversificação e variação do repertório primitivo de gêneros comunicativos orais dos nossos ancestrais. Em primeiro lugar, cabe mencionar aqui a elaboração de práticas orais de reprodução que se devem à capacidade humana de memorizar textos pré-fabricados para representá-los ou reproduzi-los oralmente em outros momentos ou lugares (por exemplo: mensageiros, palestrantes, atores, apresentadores de televisão, etc.). Em segundo lugar, é preciso mencionar o desenvolvimento de gêneros comunicativos institucionais que possibilitam que um dos partidos não precise mais participar pessoalmente para ver suas finalidades comunicativas realizadas. Finalmente, é oportuno destacar a diferenciação e ampliação das possibilidades comunicativas em virtude do desenvolvimento de numerosos aparelhos técnicos que permitem a conservação de acontecimentos fugazes (secretária eletrônica, gravador de áudio, câmera de vídeo), a expansão da situação comunicativa sobre espaços muito distantes (telefone, conferência de vídeo, programas de rádio e de televisão) e o aumento do número de participantes (microfone, amplificador, satélite, rádio, televisão, etc.).

As possibilidades e necessidades comunicativas que surgiram em decorrência das mudanças mencionadas diferenciaram e aumentaram o espectro de práticas comunicativas orais, dando impulsos à produção de um número enorme de novos gêneros comunicativos e, ao mesmo tempo, relativizando e modificando as condições básicas da comunicação oral. Levando em conta essas mudanças profundas, a lista atualizada de condições básicas da comunicação oral inclui, então, os seguintes itens (FIEHLER *et al.* 2004, p; 56):

- i. efemeridade/fugacidade,
- ii. temporalidade,
- iii. número e tamanho dos partidos,
- iv. copresença dos partidos e comunhão de situação,
- v. reciprocidade da percepção,
- vi. multimodalidade das ações comunicativas,
- vii. interatividade,
- viii. ponto de referência da comunicação,
- ix. institucionalidade,
- x. distribuição dos direitos de falar e de propor temas,
- xi. preformulação das contribuições.

Ainda de acordo com os mesmos autores (*id. ibid.*), é de se entender que

as condições (i) e (ii) valem para todas as práticas comunicativas originais. As condições (iii) até (iv) tem sua origem na caracterização da comunicação oral original; contudo, agora não valem mais para todas as práticas orais, mas apenas para determinadas classes. Seu status então mudou de *condição geral* para *dimensão de diferenciação*. Elas possuem agora propriedades variáveis que diferenciam classes de práticas comunicativas. Foram acrescentadas como novas, as condições (viii) até (xi) que, a nosso ver, diferenciam também classes essenciais de práticas comunicativas. Uma vez que satisfazem as condições (i) e (ii), mas se distinguem em grau maior ou menor no que concerne às condições (iii) até (xi), todas as práticas comunicativas orais são associadas umas com as outras pelo conceito da semelhança de família (no sentido de Wittgenstein).

Apresentada a lista de condições gerais para a comunicação oral, podemos perguntar agora qual é a relevância dessas condições para a produção de um gênero oral específico. Como já foi dito, toda enunciação realiza-se sob as condições da efemeridade/fugacidade e da temporalidade da comunicação oral. Além disso, é de se pressupor que todos os enunciados são produzidos sob alguma variação das condições básicas (iii) até (xi).

Juntas, essas condições formam um enquadre específico para cada ato concreto de comunicação oral, que dá aos participantes certas possibilidades enquanto não permite outras. Entre uma série de outros aspectos, esse enquadre codetermina a formação de um enunciado concreto no decorrer de uma conversação. Para os participantes de uma interação, a ativação de um enquadre diferente traz exigências e tarefas comunicativas diferentes e exige a adaptação do comportamento comunicativo a essas condições diferentes (FIEHLER *et al.*, 2004, p. 82).

Levando em consideração o que Fiehler *et al.* descobriram sobre as condições básicas da comunicação oral e a variabilidade da maioria dessas condições de acordo as práticas comunicativas em jogo, aparece uma objeção importante que se pode apresentar contra a **perspectiva dicotômica**: enquanto as diferenças observadas de estrutura, função e distribuição estabelecem, de um lado, uma heterogeneidade total entre a escrita e a fala, sugere-se, do outro, que haja uma homogeneidade em cada uma das duas modalidades que, de fato, não existe. A fala tanto quanto a escrita realiza-se sempre dentro de um repertório de práticas comunicativas socialmente constituídas e desenvolvidas, que se baseiam em métodos convencionais para realizar finalidades comunicativas recorrentes. As regras que descrevem esses métodos não são tão rígidas que mudanças ou misturas sejam impossíveis.

Ao contrário, embora precisem ser relativamente estáveis para permanecerem reconhecíveis, é evidente que os **gêneros comunicativos** por meio dos quais essas práticas se realizam nas diferentes esferas de atividade humana – enquanto estão em uso numa cultura viva – se adaptam permanentemente às mudanças nas práticas sociais. Além disso, pode-se afirmar também contra essa suposta homogeneidade que, de fato, há um conjunto de gêneros que existe apenas numa forma escrita (por exemplo: o protocolo) e que há outro que ocorre apenas na modalidade falada (por

exemplo: a confissão auricular); mas que há ainda um terceiro que pode ser instanciado tanto numa forma oral quanto numa escrita (por exemplo: a fofoca) e que há, enfim, um quarto conjunto de gêneros que, de uma maneira ou outra, envolve as duas modalidades sucessiva ou simultaneamente (por exemplo: a representação de uma peça de teatro, o pronunciamento de uma sentença judicial anteriormente redigida por escrito, a apresentação do jornal na televisão).

Podemos concluir, então, que a distinção dicotômica é apenas uma **abstração** (cf. MARCUSCHI, 2000, p. 25-28) que reflete a experiência cotidiana de que existem diferenças profundas entre essas duas formas de produção textual-discursiva. A distinção entre fala e escrita está nas mentes das pessoas porque é relevante e está presente em inúmeras situações na vida cotidiana. Todo mundo sabe, por exemplo, que mostrar a nota fiscal em vez de dizer ao vendedor que o aparelho defeituoso ainda tem garantia pode poupar alguém de muito aborrecimento. Como se mostra, a abstração da heterogeneidade real é perfeitamente aceitável no dia-a-dia porque corresponde ao senso-comum e ajuda a resolver problemas práticos.

Todavia, ela tornou-se uma **hipóstase arbitrária** nos trabalhos de muitos gramáticos que – passando por cima da riqueza diastrática, diafásica e diatópica da língua e da diversidade temática, composicional e estilística dos gêneros comunicativos orais e escritos – institucionalizaram a ocultação da multiplicidade real em favor de uma homogeneidade fictícia que beneficiou os interesses sociais e políticos da classe dominante. No entanto, é preciso mencionar também que, nas últimas décadas, numerosos trabalhos empíricos descreveram a heterogeneidade e variedade enorme da língua falada, mostrando que existem, de um lado, propriedades gerais que resultam das condições básicas da comunicação oral e, do outro, as especificidades de cada gênero particular. A língua falada (com artigo em maiúsculo) simplesmente não existe, pois onde quer que se olhe, a língua falada (com artigo em minúsculo) encontra-se invariavelmente no contexto de uma determinada prática comunicativa.

Tudo isso mostra que não podemos pensar a **oralidade** apenas como uma questão do meio de produção (fonológico ou gráfico). Antes, convém considerá-la como um problema de concepção discursiva e de domínio da interação; pois, sob um olhar mais aguçado, a oposição binária superficial (fala vs. escrita) mostra-se como um *continuum* matizado das **práticas sociais** interativas que pode ser caracterizado pela constelação de fala e por condições comunicativas externas, como o grau de publicidade, a proximidade física e social dos interlocutores ou o grau de determinação do assunto (cf. KOCH & ÖSTERREICHER, 1990; MARCHUSCHI, 2000). Por exemplo, uma carta pessoal é anotada por escrito, mas exige, geralmente, pouco planejamento linguístico. Um sermão, do outro lado, é dado oralmente, mas, em geral, é conceituado e elaborado minuciosamente por escrito. É oportuno, então, pressupor, como Marchuschi (2000, p. 37), que *“as diferenças entre a fala e a escrita se dão dentro de um contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos”*. (grife no original).

4.1.7 As duas dimensões principais do discurso: o contexto e a linguagem

A produção textual-discursiva é um fenômeno extremamente complexo, no qual muitos componentes interagem entre si. Ela tem sua origem em representações cognitivas que dizem respeito aos aspectos históricos, culturais, sociais, situacionais, políticos, psicológicos ou pessoais da vida. Conseqüentemente, qualquer **modelo teórico do discurso** representa uma simplificação dessa realidade, uma abstração que, de um lado, deve reduzir a complexidade real a proporções convenientes e, do outro lado, não pode perder as sutilezas importantes para a compreensão do objeto de pesquisa. Dependendo da disciplina acadêmica e das preferências para determinadas tradições intelectuais, o sentido da palavra “discurso” pode variar bastante, mas, de uma maneira geral, é um ponto pacífico entre os estudiosos que o discurso se constitui de **duas dimensões principais** que são intimamente relacionadas: o contexto e a linguagem (cf. CHIMOMBO & ROSEBERRY,

1998, p. 4). Cada uma dessas dimensões inclui certo número de componentes básicos cuja análise permite a exploração dos aspectos essenciais correspondentes do discurso.

A saber, o **contexto** do discurso inclui os seguintes elementos: a cultura, os participantes, suas relações mútuas, o cenário, o canal e as atitudes dos interlocutores para com o texto, o objetivo comunicativo e o tópico em questão. Vistos em conjunto, esses componentes determinam o **gênero** de um texto. É de se pressupor que, numa dada situação comunicativa, a realização das intenções dos interlocutores dependa da escolha de um gênero apropriado que cumpra as expectativas dos membros de uma comunidade. Os gêneros representam uma categoria central na classificação dos textos e discursos. Como veremos mais adiante, o conceito do gênero, ao demarcar as relevantes relações funcionais e situacionais, facilita a sistematização e explicação das ações comunicativas e dos seus padrões de formulação e construção.

A **linguagem** do discurso, por sua vez, caracteriza-se por uma série de fenômenos que estabelecem a coesão dos segmentos supraoracionais que, desse modo, contribuem para a gramática discursiva. É comum mencionar aqui: a referenciação⁵, a escolha das unidades lexicais, a substituição ou a elipse de unidades discursivas, a conjunção das orações e a relação entre elas. Esses elementos, evidentemente, afetam o discurso como unidade inteira. Todavia, a representação dos possíveis padrões linguísticos seria incompleta sem uma análise dos traços linguísticos no nível da gramática oracional que são distribuídos, em cada gênero, de uma maneira típica. A esses elementos estruturais, convém acrescentar, ainda, a distinção entre o sentido literal e o não literal, assim como as implicaturas e os sentidos implícitos ou inferidos. Em conjunto, esses componentes determinam a descrição apropriada da linguagem de um texto, ou seja, o seu **registro**. É de se pressupor que, ao lado da escolha do gênero certo, a gramaticalidade da linguagem usada representa outro fator que determina a aceitabilidade de um texto. Entre o gênero e o

⁵ Incluímos aqui a referenciação na “gramática discursiva” porque desde Halliday & Hasan (1976) ela foi tratada assim em inúmeros trabalhos da área. Todavia, nos últimos dez ou quinze anos, essa posição é, com bons argumentos, vista como “reducionista” pela maioria dos pesquisadores da atualidade (cf. CAVALCANTE *et al.* 2003; KOCH, 2004; KOCH *et al.* 2005).

registro, então, há relações sistemáticas que proporcionam a aceitabilidade de um texto. Um texto cujo gênero é apropriado ao contexto e cuja linguagem pertence ao registro certo é considerado aceitável e pode realizar as intenções do(s) seu(s) produtor(es).

Os conceitos “registro” e “gênero”, então, abrem duas perspectivas diferentes do mesmo objeto de pesquisa (LEE, 2001). A saber, o **registro** focaliza o texto como realização de uma configuração convencional e funcional da língua. É de se pressupor que haja uma correlação sistemática entre certas variáveis contextuais e a maneira como a língua é usada em textos que são produzidos em contextos situacionais semelhantes. Com efeito, diferentes tarefas e situações comunicativas exigem diferentes configurações da língua. Empregamos a língua de modos diferentes em função dos contextos de situação em que nos encontramos, ou seja, a língua varia de acordo com a função a que está servindo. Logo, falamos de um registro quando analisamos os padrões linguísticos (escolhas léxico-gramaticais) associados a um determinado tipo de contexto situacional. Em resumo, entende-se como registro uma variação linguística que é associada, funcionalmente, a certos parâmetros situacionais e que é definida por certas características estruturais.

A noção do “**gênero**”, no entanto, opera no nível da estrutura discursiva e serve para analisar o texto como um artefato cultural, produzido pelos membros de uma dada comunidade discursiva. Cada gênero reúne textos que pertencem a uma certa categoria definida por critérios convencionais que dizem respeito, entre outras coisas, à relação entre produtor e receptor, ao modo de produção e recepção, a um potencial semântico específico, a formas de composição historicamente elaboradas e, especialmente, ao propósito comunicativo. Evidentemente, os textos e as atividades interacionais que realizam diferentes tarefas, num dado contexto cultural, desdobram-se de maneiras diferentes, passando por estágios e movimentos diferentes. Por outro lado, é de se esperar, também, que os textos pertençam ao mesmo gênero se, em situações comparáveis, realizam os mesmos modelos de organização textual e passam por estágios semioticamente semelhantes. Sabe-se, também, que os gêneros mantêm uma

relação específica com os registros, uma vez que as escolhas sistemáticas no nível sociocultural de uma rede de gêneros são realizadas pelas escolhas no nível situacional do registro que, por suas vez, são realizadas pelas escolhas no nível da língua.

É importante, ainda, destacar que o termo gênero não diz respeito principalmente a um conjunto de textos (orais ou escritos), produtos da interação social, que partilham certas propriedades formais, mas estabelece “uma estreita correlação entre os tipos de enunciados (gêneros) e suas funções na interação socioverbal; entre os tipos e o que fazemos com eles no interior de uma determinada atividade social” (FARACO, 2003; p. 111). Pressupõe-se que toda situação da vida cotidiana disponha de um repertório específico de gêneros apropriados. Além disso, acredita-se que cada gênero tenha seu campo predominante de existência em relação ao qual é insubstituível (SOUZA, 2002, p. 102). Os padrões formais e acionais que caracterizam as instanciações de um gênero são resultados das necessidades comunicativas que se manifestam no seu campo original. A função social dos gêneros, então, é disponibilizar e impor soluções convencionais para problemas repetitivos na comunicação social.

A orientação nos padrões disponíveis ajuda os interactantes a escapar da situação difícil de precisar inventar “espontaneamente” para cada atividade verbal um novo gênero. Livre de preocupações com a forma, o falante pode se concentrar na comunicação do seu conteúdo e na realização das suas intenções. A reprodução de uma solução convencional previne, além disso, a perda de face que está iminente cada vez que se revela que, apesar de competência linguística inegável, há uma falta notável de recursos textual-discursivos necessários para solucionar uma determinada situação comunicativa. No caso contrário, isto é, quando a prática de um gênero se tornou rotina, nota-se que o domínio das suas normas deixa espaço suficiente para demonstrar virtuosidade no uso do inventário das suas formas. Tudo isso mostra que o gênero está no âmago da visão da linguagem como atividade sociointeracional.

4.2 A análise da conversação

Terminadas nossas considerações sobre a terminologia básica necessária para a apresentação de diferentes abordagens interpretativas relevantes para uma visão holística da produção discursiva da moral no gênero fofoca, voltamos nossa atenção agora para diversas escolas de pensamento da **fenomenologia social** (como a análise da conversação, a etnometodologia, a etnografia da comunicação, a teoria da contextualização, a sociologia da vida cotidiana), que se propõem a fornecer subsídios para a análise de interações entre participantes da cena social cotidiana. Aqui não há espaço para apresentar o edifício teórico de cada uma das abordagens ao discurso cotidiano coloquial, mas queremos mostrar, pelo menos, em linhas gerais, as principais características das teorias mais relevantes para nossa pesquisa.

Assim, pois, convém mencionar, primeiramente, a análise da conversação (AC) (HUTCHBY & WOOFFITT, 1998; KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, 2006; LIDDICOAT, 2008; LODER & JUNG, 2008; MARCUSCHI, 2001; SCHEGLOFF, 2007; TEN HAVE, 2007; WOOD & KROGER, 2000), que fornece um conjunto de **técnicas para analisar os padrões interacionais** na conversação cotidiana. Como mostraremos no capítulo 9, essas ferramentas são muito úteis para descrever empiricamente as microestruturas conversacionais, as características do sistema de troca de turnos e as diferentes estratégias conversacionais que caracterizam, por exemplo, em nosso caso, a produção discursiva da moral no gênero fofoca. Justifica-se essa opção metodológica pelo fato de que a análise de práticas sociais interativas conduz, inevitavelmente, a problemas especiais que têm sua origem na necessidade de coordenar a sucessão ordenada das falas de várias pessoas. Por certo, as pessoas pronunciam enunciados para realizar determinadas ações que, por sua vez, convidem para realizar outros tipos de ações. Ao contrário do que muitos imaginam, o uso da língua nessa troca de turnos envolve uma organização social com características formais que não dependem do conteúdo que deve ser transmitido de uma consciência para outra.

O domínio dos princípios gerativos e dos mecanismos formais que produzem a ordem dos eventos comunicativos e, desse modo, facilitam a compreensão dos interactantes faz parte da competência interpretativa e interativa dos membros de uma comunidade sociocultural. É de se pressupor, de um lado, que o **sistema de tomada de turnos** influencia a construção e o encadeamento dos turnos, independentemente dos participantes específicos, da disposição deles ou dos seus atributos individuais. Naturalmente, isso não significa que não haja variações individuais, mas que os traços organizacionais da conversação constituem uma ordem *sui generis*, que transcende línguas e culturas e desfruta de autonomia em relação ao contexto concreto. Por outro lado, é oportuno presumir que os padrões de orientação e as estruturas conversacionais são também sensíveis ao contexto, de tal modo que sua realização, num dado momento e num contexto particular, constitui ou define esse momento e dá forma à interação. Esses dois princípios de organizar a interação são aplicáveis em todas as situações possíveis e, ao mesmo tempo, concedem, aos interactantes, o espaço necessário para uma construção particular das suas contribuições. Assim, pois, Goodwin (1990, p. 1 seg.) pode ressaltar que os participantes, no decorrer de uma interação, sempre indicam, um ao outro, qual é a sua interpretação do que estão fazendo atualmente. “Em outras palavras, a interação age em dois níveis simultaneamente: o engajamento direto dos atores com o mundo e sua avaliação no que diz respeito ‘ao que está acontecendo’ em cada dado momento” (AUER, 1998, p. 210).

Por meio dessa **gestão local** (i.e., aplicação dos princípios gerativos sob determinadas condições contextuais), a máquina conversacional (*turn taking machine*) organiza o fluxo da interação e, desse modo, cria, continuamente, as condições para o turno seguinte. A competência social que forma a base da interação, ou seja, os procedimentos e as expectativas, pelos quais a interação é produzida e compreendida, assegura a produção coordenada da entrada, da saída e da suspensão dos procedimentos de revezamento para a conversação. As contribuições individuais, portanto, “devem demonstrar, de alguma forma, uma relação com o curso da conversa”

(DIONÍSIO, 2001, p. 72). Elas devem formar um conjunto coerente de sequências interrelacionadas cuja organização se baseia na competência comunicativa dos interlocutores, na sua compreensão das circunstâncias relevantes e num acordo tácito sobre os procedimentos convencionais de produção e interpretação dos enunciados. Nesse ponto de vista, todo movimento conversacional é uma resposta metodológica aos problemas que surgem (repetidamente) no decorrer da interação verbal.

Cada ação social é um comentário reconhecível sobre o cenário de atividade no qual ela ocorre e uma intervenção nesse mesmo cenário. Seu caráter específico como comentário e intervenção [...] tem uma base processual. Ela é produto de procedimentos ou métodos que são socialmente compartilhados e usados (HERITAGE, 1997, p. 382).

Para facilitar o planejamento local da conversa, o desenvolvimento da estrutura tópica e a construção sistemática das sequências conversacionais, os interlocutores têm, à sua disposição, um amplo painel de controle que ajuda, em qualquer momento da interação, a cumprir uma série de tarefas que dizem respeito às mútuas expectativas estruturais, à definição das adequadas relações interpessoais e à realização dos propósitos sociais e das intenções individuais. O uso adequado dessa ferramenta exige que todos os interlocutores ouçam ativamente (STREECK, 1983, p. 76) para poder reconstruir o sentido das mensagens verbais e também para evitar falhas nos **dois mecanismos fundamentais** da conversação: a saber, primeiramente, é preciso recorrer aos conhecimentos linguístico, enciclopédico e pragmático para organizar a própria contribuição nuclear que dá andamento ao tópico; em seguida, convém optar para uma das diversas estratégias de conduzir o turno para poder negociar, nos lugares relevantes para a transição, o direito de fala para o próximo turno (SACKS, SCHLEGLOFF & JEFFERSON, 1974). Aliás, vale mencionar, aqui, que a ocorrência de uma possível troca do falante no intervalo entre os “grupos respiratórios”, os “grupos tonais” ou os “grupos informacionais” (CHAFE, 1994, p. 57) pode levar a uma passagem de turno, a um assalto ao turno ou à sustentação da fala.

A necessidade de **alinhamento dos turnos** refere-se tanto às expectativas culturais no que diz respeito à percepção dos papéis interacionais e ao estatuto social quanto às interações rotineiras que facilitam a compreensão intersubjetiva. Esse alinhamento realiza-se, em parte, pelos marcadores conversacionais (KOCH, 1998a, p. 106), que facilitam a orientação mútua dos interlocutores, e, em outra parte, pelos turnos inseridos (cf. SCHEGLOFF, 2007, p. 97-114), que pouco contribuem para o desenvolvimento do tópico, mas que exercem, sempre, uma função interacional, sinalizando convergência, divergência ou indagação. Além disso, importa lembrar que, para manter a conversação nos trilhos, há uma série de táticas verbais e não verbais (aceitar ou rejeitar, pedir e dar explicações, pedir e dar desculpas, definir uma situação, indicar motivos, etc.) que recuperam ou asseguram uma interação significativa em situações problemáticas.

Abstraindo-se de algumas exceções como a conversa ao telefone ou nos meios de comunicação modernos, há, ainda, **três critérios adicionais** que são relevantes para uma descrição apropriada das atividades conversacionais: a saber, (i) a maioria dos diálogos realiza-se *hic et nunc* (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 403-428) numa interação face a face na qual todos os interlocutores percebem o mesmo espaço e a mesma dimensão de tempo. Além disso, vale mencionar (ii) que os interlocutores são envolvidos numa tarefa comum, ou seja, numa “interação centrada”, “pois o simples acompanhamento linguístico de ações físicas não caracteriza uma conversação” (MARCHUSCHI, 2001, p. 15). Finalmente, convém realçar (iii) que toda conversação ocorre no contexto de uma atividade social superior ou mais complexa que se reflete na estrutura da conversação e na sequenciação das ações coordenadas. Todos esses fatores constituem um ecossistema local de interação com contingências específicas que fazem de cada conversação um evento único, uma encenação coordenada muito complexa de escolhas táticas as quais se baseiam nos recursos disponíveis no cenário e no código linguístico e que envolvem um conjunto recíproco de obrigações e direitos comunicativos.

O objetivo principal desse **sistema da tomada de turnos** (SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, 1974) é estabelecer uma ordem sequencial que

determine, em cada momento (*order at all points*; SACKS, 1984, p. 22), as possíveis continuações interativas. Logo, a produção das condições de conexibilidade tem que fornecer soluções, por exemplo, para a abertura e o fechamento de uma conversação, para o encaixamento de uma sequência inserida ou de uma narração dentro da conversação, etc. Todas essas ocorrências percebíveis constituem um objeto de pesquisa e fazem de um fenômeno comum uma forma relevante para um tipo de análise científica que se ocupa de um princípio básico da constituição da realidade social, nomeadamente: cada enunciado, numa sequência conversacional, é influenciado pelo contexto anterior (fornecido pelo(s) enunciado(s) precedente(s)) e proporciona, por sua vez, um contexto para o enunciado seguinte.

A análise da conversação pressupõe que os **fatos sociais**, inclusive o contexto e a identidade dos interlocutores, são **produzidos** pelos interactantes, *in situ*, ou seja, durante a conversação. Isso significa que cada objeto de discurso é desenvolvido, paulatinamente, e pode ser modificado a qualquer altura da interação; portanto, o analista da conversação não pergunta por que as coisas são como são ou por que alguém está fazendo o que faz, mas concentra sua investigação na pergunta de que *modo* os fatos são produzidos na interação e *como* é possível que uma certa situação seja reconhecida como tal.

A AC tomou da etnometodologia a ideia básica de rejeitar métodos padronizados e cientificamente definidos e procura, em vez disso, métodos que podem alterar-se em conformidade com o objeto de pesquisa. Por conseguinte, ela prescindiu de uma articulação explícita dos seus métodos e ofereceu a descrição de uma **mentalidade analítica** que orienta a reconstrução completa dos acontecimentos. Faz parte dessa mentalidade desenvolver as questões e as categorias analíticas com base no material disponível, apoiar-se na descrição das práticas pelas quais os agentes sociais produzem a ordem social, observar as estruturas no decorrer dos acontecimentos e eliminar todas as suposições que não aparecem nos dados empíricos. Na análise, é preciso excluir todo o conhecimento teórico prévio (*Don't contextualize!*) para descobrir

os métodos (etnológicos) que os membros de uma sociedade realizam para definir suas práticas cotidianas e para construir e representar seu mundo social.

Assim sendo, a AC baseia seus estudos empíricos em gravações e transcrições pormenorizadas e se propõe a descrever os princípios formais que regem a organização social das interações verbais e não verbais. A abordagem tem interesse, além disso, na constituição sistemática da ordem interacional e nos métodos que os interlocutores aplicam na realização das suas ações e na organização coelaborada das suas conversas. Nisso, ela orienta-se pelos seguintes **princípios analíticos** (DEPPERMAN, 2000, p. 98):

- a) **caráter acional**: as conversas surgem em atividades nas quais os interactantes determinam tarefas, resolvem problemas e perseguem certas finalidades; logo, a análise tem que explicar a ordem observável da conversa como uma ocupação com tarefas, problemas e finalidades;
- b) **trabalho metódico**: ao agir, os participantes recorrem a métodos mais ou menos rotineiros; a análise, portanto, deve reconstruir o caráter metodológico das atividades;
- c) **sequencialidade**: as conversas representam processos temporais e a sucessão temporal é decisiva para a importância e a função dos elementos e para o planejamento das contribuições; por conseguinte, a análise deve tomar em consideração a sequência temporal das atividades e demonstrar como cada contribuição é ajustada ao momento particular da interação;
- d) **interação**: as conversas constituem-se pelas atividades interrelacionadas de duas ou mais pessoas; logo, é preciso analisar como os participantes se relacionam mutuamente, como determinam os significados e como produzem a estrutura da conversa;
- e) **reflexividade**: os interactantes documentam com suas ações o contexto (social e cognitivo) no qual essas ações devem ser

interpretadas; desse modo realizam e reafirmam, continuamente, a realidade e a validade dos contextos em questão; por conseguinte é necessário que a análise reconstrua quais contextos são estabelecidos e como esses contextos são efetuados pela ação.

A AC parte da ideia de que os participantes indicam mutuamente o sentido e a ordem das suas ações e sua interpretação das contribuições percebidas. Consequentemente, essa abordagem exige que a interpretação de dados tem que se confirmar no decorrer da conversa, ou seja, o significado não pode ser procurado em atos isolados de fala. Além dessas pressuposições metodológicas, há várias **perspectivas principais** que essa abordagem explora: convém mencionar, particularmente:

- a) o encaixamento das interações nos diferentes contextos situacionais,
- b) a construção dos sistemas de valores e de conhecimento, assim como as suas relações mútuas,
- c) a construção de sistemas simbólicos que facilitam a interação (*syntax for conversation*),
- d) os métodos pelos quais os interlocutores produzem seus enunciados e percebem-nos como unidades e
- e) as estratégias pelas quais os interactantes resolvem seus problemas de formulação e alcançam seus objetivos pragmáticos.

Na AC, o sujeito não é visto como alguém que traz uma ordem coletiva prévia para a situação. A intersubjetividade surge apenas na própria situação comunicativa. A ordem social é o produto de uma **construção incessante e interativa** que se torna visível nos procedimentos efetuados pelos interactantes em suas atividades comuns. De fato, os participantes indicam mutuamente o que consideram relevante para a definição da situação. Eles dão a entender o que acham que está acontecendo, qual função sua contribuição tem no contexto atual e como interpretam as atividades do(s)

outro(s) participante(s). Nessa perspectiva, o sentido específico de uma ação é, simplesmente, o resultado da negociação individual. Isso significa que não é a socialização dos parceiros, mas apenas a relevância situacional e as coerções do maquinismo de alterações de turnos (*turn taking machinery*) que decidem sobre o que os interlocutores investem no jogo interacional.

Seja qual for a sua contribuição, é imprescindível que os interlocutores sejam mutuamente orientados e se esforcem para tornar suas ações mutuamente compreensíveis (*accountable*). Quem quer interagir e compreender o outro tem que fazer contribuições identificáveis, descritíveis e explicáveis que sejam aceitáveis perante o fundo das expectativas comuns (*background expectancies*) de uma comunidade de fala. Na prática, isso significa que a AC é apropriada, especialmente, para o estudo das condições mutáveis sob as quais é produzida a realidade da vida cotidiana. A mensagem da AC é que **a realidade da vida social é contingente** e tem sua origem no processo constante pelo qual as pessoas produzem a representação dos fatos sociais.

Pressupõe-se que as ações sociais se distinguem por características recorrentes que são produzidos, progressivamente, na situação concreta. Nada é aleatório (*order at all points*). O significado específico de cada ação determina-se pela sua posição no decorrer da cadeia dos turnos. Assim, cada ação é determinada pelo contexto e pode ser entendida apenas quando for relacionada com as ações anteriores (*context-shaped*). Nenhuma delas é claramente compreensível sem o seu contexto. Garfinkel (1967) chama esse princípio de “**indicialidade**” e afirma que se trata de uma propriedade inerente a todas as interações sociais. Diante dessa vagueza essencial da língua, resta saber por que a interpretação dos enunciados, geralmente, ocorre sem maiores distúrbios e não exige, continuamente, esclarecimentos pormenorizados? A resposta encontra-se na própria situação comunicativa que fornece os indícios e os detalhes necessários para a interpretação de uma ação.

A razão desse fenômeno encontra-se na “**reflexividade**” da comunicação humana. De fato, o falante e o ouvinte fornecem,

permanentemente, certas pistas (*contextualization cues*) para indicar mutuamente o conhecimento relevante para a interpretação adequada das suas atividades. As circunstâncias da enunciação, a maneira como os agentes sociais produzem e organizam o contexto da interação, a colocação temporal e espacial da ação em relação ao contexto, ao falante e ao destinatário, assim como sua posição na cadeia das ações, tudo isso indica como as ações devem ser compreendidas numa dada situação. É preciso ver um dado comportamento perante o pano de fundo desse conhecimento relevante para poder compreender seu significado social específico. Conclui-se, então, que as ações dos interactantes são reflexivas na medida em que organizam o contexto que as torna inteligíveis em todos os casos práticos. Comunicar e indicar qual é o enquadre relevante para essa comunicação representam o mesmo processo, ou seja, a realização de uma ação coincide com sua descrição.

A indicialidade e a reflexividade da língua são intimamente entrelaçadas, pois, de um lado, é evidente que um comportamento se torna uma ação significativa apenas quando se encaixa adequadamente no contexto relevante; e, de outro lado, observa-se que o contexto se constitui apenas pelas ações que nele acontecem. Uma vez que a ação atual representa sempre o contexto da próxima ação, é evidente que o contexto é reorganizado com cada contribuição nova (*context-renewing*). Vale dizer, ainda, que os princípios formais dessa organização têm que ser tão independentes do contexto que possam ser aplicados em muitas situações diferentes; mas, ao mesmo tempo, têm que ser tão sensíveis ao contexto que possam ser adaptados a cada situação nova. O par “saudação/retribuição do cumprimento”, por exemplo, pode ocorrer em muitas situações diferentes, e os interlocutores podem diversificar bastante a maneira como se cumprimentam: dependendo do parceiro, podem ser cordiais, alegres, arrogantes, cínicos, etc. Sacks, Schlegloff & Jefferson (1974, p. 727) chamam esse ajustamento dos enunciados de “**projeção do receptor**” (*recipient design*).

Como todas as abordagens etnometodológicas (FLYNN, 1991), a AC pretende investigar os métodos aos quais os membros de uma comunidade recorrem para produzir, continuamente, uma **ordem local**. A ideia principal é

que os mecanismos fundamentais da estrutura social podem ser encontrados na interação comunicativa. A AC, então, percebe cada agente social como uma folha vazia: é apenas na interação com os outros que se definem a situação, as inter-relações e o caráter da realidade social. Para poder explicar as particularidades inerentes a cada contexto social, é preciso analisar os arranjos locais que resultam dos diferentes procedimentos de organização e de sequenciação. Nota-se que cada ação facilita certas ações seguintes e exclui outras. É de se pressupor que se trata, aqui, de uma ordem *sui generis* que não pode ser derivada das macroestruturas sociais.

Pressupõe-se que, numa situação concreta, os interactantes, por princípio, estão livres para tomar qualquer decisão sobre o que está acontecendo e sobre o que será preciso fazer em seguida para ter êxito numa comunicação e, desse modo, para constituir o mundo social. Nessa perspectiva, os participantes não são **sujeitos impotentes** (*cultural dopes*) cujas ações seguem cegamente os caminhos prescritos (GARFINKEL, 1967, p. 18-24). Pelo contrário, os atores sociais se ocupam, permanentemente, com a tarefa de interpretar as normas em conformidade com a situação em questão. Esse trabalho interpretativo confere às suas ações uma racionalidade particular centrada no contexto da interação. Visto isso, pode se concluir que a AC descreve uma realidade que não permite generalizações, mas que também não se impõe invariavelmente aos participantes da interação.

Para o analista da conversação, os elementos da vida social têm uma natureza contingente, e a sua estabilidade aparente constrói-se em situações específicas e não as transcende. A análise, portanto, deve basear-se, exclusivamente, nos dados empíricos e no método indutivo. É preciso tomar em consideração as categorias efetivamente aplicadas pelos participantes das interações e evitar qualquer categorização prévia que o analista poderia efetuar. Observando esse princípio metodológico, convém analisar os dados disponíveis no que diz respeito às **estruturas formais** da interação, às **atividades** dos participantes e às **pressuposições e interpretações** do significado.

A estrutura formal e as atividades correspondentes formam um conjunto complexo de fenômenos que constituem a **organização da conversação**. Essa organização é a condição prévia para a realização dos padrões de ação e para a produção e interpretação do significado. Assim sendo, a análise que focaliza as tarefas organizacionais e a constelação diádica entre o “ego” e o “outro” deve, sempre, lançar um olhar também para a constituição das ações e dos processos de interpretação. Seguindo esse caminho, a complexa realidade social das interações pode ser compreendida através da aglomeração metodológica, cada vez mais, de elementos situacionais.

As regras para a organização dos turnos formam um sistema poderoso (*turn taking machinery*) que trabalha permanentemente a fim de que a comunicação se passe como um **acontecimento ordenado**. É necessário que os interlocutores produzam, passo a passo, até as atividades mais complexas. Por causa desse caráter sequencial da comunicação, a distribuição dos papéis de falante e ouvinte tem que ser regulada continuamente. Há procedimentos sistemáticos para poder iniciar ou terminar uma conversação, para definir a atividade prospectivamente, para introduzir ou terminar um assunto, para organizar o tópico, para suspender ou corrigir atividades, para sinalizar e reconhecer mutuamente a participação ativa (*joint production*), para segmentar as atividades, para estabelecer ou mudar o foco e a modalidade da conversa, para expandir ou reduzir as atividades parciais, para inserir sequências ou para reagir a perturbações externas e para evitar um colapso quando acontecem falas simultâneas e sobreposições.

Cada vez que o falante faz uma pausa ou hesita na sua contribuição atual, é preciso decidir se ele pode continuar a falar ou se outro participante assumirá o papel de falante. Por isso, essas posições se chamam **lugares relevantes para a transição** (*transition relevance places*). As regras organizacionais são adquiridas durante a socialização e sua aplicação é tão automatizada que os interlocutores, em geral, não têm consciência disso. Quando a máquina começa a trabalhar, é inevitável que os participantes se

submetem a sua lógica e se tornem, até um determinado grau, os seus prisioneiros.

Faz parte das **tarefas organizacionais** de cada interlocutor, estabelecer e manter a cooperação, esforçar-se para compreender o(s) parceiro(s) e facilitar a compreensibilidade das próprias contribuições. Convém mencionar também que existem coerções estruturais que delimitam as possibilidades dos interlocutores (*structural provision*) e convenções que permitem, até um certo limite, controlar as atividades dos parceiros (*participants' work*).

Conforme o princípio da **relevância condicional** (*conditional relevance*), por exemplo, é de se esperar que a uma ação de um certo tipo siga outra ação de um tipo correspondente. A projeção e a pré-estruturação das atividades, muitas vezes, é tão forte que se torna impossível ignorar uma relevância condicional que entrou em vigor com a troca do turno. Devido à força projetiva da primeira parte, a obrigação de realizar a segunda parte permanece válida durante os turnos seguintes. O participante ao qual a palavra se dirigiu, muitas vezes, pode escolher entre várias reações alternativas, mas, se a atividade projetada for omitida, ou seja, se uma reação adequada deixar de vir, é certo que essa falta lhe será atribuída. Nesse caso, é até possível exigir uma contribuição satisfatória que cumpra a relevância condicional (por exemplo, pelo convite “Responda minha pergunta!”). Claro que há estratégias para prever e evitar tais obrigações estruturais ou para efetuar movimentos estratégicos que anulam a estrutura inteira. Vê-se, então, que a coordenação e distribuição dos turnos podem ser interpretadas, parcialmente, como uma tentativa dos interlocutores de exercer um controle mútuo.

Na AC, a sequência é interpretada, no ponto de vista da organização local, como uma sucessão, mais ou menos imediata, de dois ou três turnos alternados (MARCHUSCHI, 2001; SACKS, SCHLEGLOFF & JEFFERSON, 1974). A relação da relevância condicional é particularmente forte em sequências fundamentais como pergunta e resposta, pedido e aceitação/recusa ou cumprimento e retribuição, cujas estruturas são tão

interiorizadas que é quase impossível livrar-se da obrigação de reagir adequadamente. Entre os diferentes tipos de sequenciação, sobressaem os “**pares adjacentes**” cuja estrutura é altamente padronizada, embora possam ser precedidos, interrompidos ou acompanhados por diferentes tipos de estruturas auxiliares (por exemplo: pré-sequências, sequências inseridas).

Ao lado da relevância condicional, há, ainda, outros mecanismos flexíveis que criam o espaço para a realização e sequenciação das atividades. Entre eles, convém destacar a ordem de **preferências e despreferências** socialmente hierarquizadas. A saber, as alternativas preferidas entre as reações possíveis são efetuadas de maneira resumida, direta e estruturalmente simples; as opções despreferidas, ao contrário disso, são realizadas indiretamente ou numa forma amenizada. Nesse caso, é comum também ver o falante hesitar, recorrer a pré-sequências ou acrescentar explicações posteriores. Consta, então, que são preferidas, as ações que evitam conflitos e fomentam a solidariedade social e que são despreferidas, as ações que podem provocar conflitos e ameaçar a solidariedade social.

Nota-se também um grande número de **marcadores conversacionais** que estabelecem a ligação entre as unidades conversacionais (*turn construction units*) e que servem de orientadores dos falantes entre si. Enfim, vale mencionar os **organizadores globais** (por exemplo: “abertura”, “desenvolvimento” e “fechamento”) e suas respectivas subdivisões (por exemplo: pré-abertura, pré-fechamento) que tornam o decorrer rotineiro das conversas ainda mais previsível. Em muitas conversas todos esses fenômenos aparecem repetitivamente, mas, ainda que a caixa de ferramentas da AC seja muito útil para descobrir o alto grau de regularidade no nível micro das interações, devido às pressuposições teóricas, o único tipo de estrutura social que os conceitos mencionados podem descobrir são as estruturas da interação diádica oral.

De fato, na perspectiva tradicional da AC, nenhuma ação comunicativa é vista como o produto de alguma força coletiva prévia. A ideia principal é que os mecanismos fundamentais da estrutura social podem ser

encontrados, imediatamente, na interação dos agentes sociais. São o contexto situacional e a intenção dos interlocutores que determinam qual tipo de ordem pode fornecer uma solução para o problema em questão. Pressupõe-se que cada movimento retórico de cada participante segue uma determinada direção, em resposta, mais ou menos imediata, à ação do outro. Desse modo, a ordem social é produzida, na realidade contingente, como resultado das atividades comuns que os interactantes executam em situações concretas. De fato, **nega-se** qualquer **influência macrosociológica** sobre as ações individuais (GARFINKEL & SACKS, 1970). O preço que se paga para essa estratégia de ancorar a ordem social exclusivamente na interação é a substituição da predeterminação social e cultural pela predeterminação técnica da máquina de troca de turnos.

É evidente que a **contingência da vida social** não é tão grande assim - a ordem não vem do caos, mas sempre pressupõe alguma outra ordem - portanto, muitas interações são coordenadas, sem dúvida, pelas normas evidentes da vida cotidiana. A construção da realidade social não ocorre num espaço livre de valores morais ou domínios de poder, mas na inter-relação com as estruturas éticas, econômicas, políticas e com as finalidades das ações. A comunicação e a compreensão mútua seriam impossíveis se, numa situação concreta, tudo fosse aberto para a interpretação. Assim sendo, é certo que cada sociedade, para tornar o mundo social compreensível, é obrigada a restringir a multiplicidade teoricamente ilimitada de formas de interação ao conjunto delimitado de possibilidades que seus membros são capazes de assimilar, que eles esperam mutuamente e que eles aplicam nas suas atividades cotidianas.

Apesar do rigor do seu método de investigação, é evidente que a AC, ao basear-se nas pressuposições acima mencionadas, compreende a constituição do significado e a ordem conversacional, simplesmente, como um resultado da percepção das contribuições do outro. Todavia, não se pode negar que a compreensão pressupõe sempre a interpretação e esta, por sua vez, depende, crucialmente, do contexto relevante e do conhecimento *prévio* dos interlocutores. Logo, os participantes dispõem, evidentemente, de

conhecimentos culturais que lhes facilitam a interpretação adequada dos signos e o levantamento de hipóteses interpretativas.

De fato, a interpretação não exige apenas determinados conhecimentos prévios e pressuposições sobre o pano de fundo social e cultural dos participantes; além disso, é preciso saber aplicar esses recursos em ações interpretativas que fazem uso de categorizações, conclusões, argumentações ou comparações. Sabe-se, também, que os interactantes, quando recorrem a seu conhecimento, estruturam-no conforme a classificação em “informações salientes” e “pano de fundo”. Aliás, a organização linguística em **tema** e **rema** é o recurso adequado para fazer a transição entre essas duas classes de informações (EHLICH & REHBEIN, 1986). Quem omite esses aspectos do conhecimento prévio que pode ser aplicado, estrategicamente, para fazer **inferências** e estabelecer **implicaturas**, exclui as questões que dizem respeito, particularmente, ao caráter interpretativo das conversas. Em outras palavras, falta à versão clássica da AC um fundamento teórico que diz respeito à interpretação das interações e que lhe permita incluir questões contedúísticas nas suas investigações.

Tal complemento encontra-se no **conhecimento etnográfico** (HYMES, 1964, 1971, 1972a, 1972b, 1974a, 1974b) sobre o comportamento em eventos comunicativos (*speech events*) e nos estudos interpretativos da **teoria da contextualização** (AUER, 1986; AUER & DI LUZIO, 1992; GUMPERZ, 1982a, 1982b, 1992a, 1992b; SCHEGLOFF, 1992). Também convém mencionar, aqui, as considerações de Bateson (1956) sobre a metacomunicação e a teoria de Goffman (1955, 1956a, 1956b, 1959, 1964, 1972, 1974, 1981 e 1983) sobre a ordem interacional e as técnicas de *footing*. Todos esses autores realçam, de uma maneira ou outra, a relevância daquelas partes da comunicação que, ao lado do nível semântico-proposicional fornecem pistas para saber como um dado comportamento deve ser interpretado.

4.3 A etnografia da comunicação e a teoria da contextualização

No âmbito da etnografia da comunicação (HYMES, 1964, 1972a, 1972b, 1974a, 1974b) e da linguística antropológica (GUMPERZ, 1982a, 1982b, 1992a, 1992b), desenvolveu-se uma teoria descritiva do uso da língua que tenta descrever e classificar a multiplicidade das comunidades comunicativas através do conceito da **competência comunicativa** (*speaking competence*). O objeto dessas abordagens é a interação linguística no seu encaixamento social, ou seja, o uso da linguagem na interação social sob determinadas condições situacionais, institucionais e culturais.

O termo “competência comunicativa” refere-se à capacidade de usar a língua adequadamente em diferentes situações sociais; pois, para poder estabelecer relações sociais através de interações comunicativas, é necessário, além da competência estritamente linguística, ter também dois outros tipos de conhecimentos: a saber, (i) um conhecimento sobre as **funções sociais da língua**, ou seja, sobre as condições situacionais e normativas que determinam a produção e interpretação das atividades comunicativas, e (ii) um conhecimento estratégico sobre a **organização das conversas**.

Conforme o modelo etnográfico, os interlocutores não compartilham apenas a gramática (abstrata) de uma língua, mas um conjunto de métodos rotineiros para realizar suas interações concretas; além disso, participam de perspectivas semelhantes do mundo, têm um senso comum no que diz respeito à percepção do tempo e do espaço e aplicam critérios parecidos para avaliar a fala do(s) outro(s) (cf. HANKS, 1996, 2008). Para o conceito da **prática comunicativa**, então, convergem as regras abstratas, padronizadas, universais e arbitrárias do sistema linguístico, a vivacidade das ações concretas, variadas, locais, adaptadas ao contexto e saturadas por ele e a contemplação reflexiva da dimensão ideológica da comunicação. Assim, pois, desvanecem-se os limites entre as relações internas do sistema linguístico e as relações entre o sistema e o mundo externo.

A arquitetura esboçada da competência comunicativa ocasiona uma distinção entre os diferentes **níveis de integração** nos quais os processos comunicativos devem ser classificados. Hymes (1972a) distingue,

nomeadamente entre a comunidade de fala (*speech community*), o campo de fala (*language/speech field*), a situação de fala (*speech situation*), o evento de fala (*speech event*) e o ato de fala (*speech act*). A unidade básica dos estudos etnográficos é a situação, que pode ser descrita como um cenário para a performance linguística (*scene of speech performance*). Conforme Hymes, cada situação compõe-se de um ou mais eventos de fala (*speech events*) que, por sua vez, se constituem por uma série de atos de fala (essas, aliás, não devem ser confundidos com os atos de fala de Searle (1969, 1975a, 1975b)). Os diferentes tipos dessas unidades são identificados pela sua estrutura formal mais ou menos complexa. Hymes examina, além disso, outros aspectos comunicativos, como o estilo (*ways of speaking*) e as diferentes funções da fala.

Ao procurar uma explicação para a questão básica da etnografia “Quem fala o que com quem, quando, onde, por que e como?”, Hymes (1972a, p. 17) apresenta uma matriz que se baseia na unidade básica do **speech event**, um acontecimento comunicativo, que inclui oito diferentes componentes etnográficos (Hymes, 1972a, p. 59 -71) (Quadro 1).

Quadro 1 **O modelo etnográfico da comunicação**

S <i>Situation</i>	situação: cenário, lugar (lugar e tempo reais; interpretação psicológica e sociocultural do <i>setting</i>)
P <i>Participants</i>	participantes (falante, ouvinte, receptor, público)
E <i>Ends</i>	fins, propósitos, resultados
A <i>Acts</i>	sequência de atos: forma da mensagem / forma do conteúdo
K <i>Code</i>	código (modo, caráter do enunciado)
I <i>Instrumentalities</i>	instrumentais: canal/formas de fala
N <i>Norms</i>	normas: normas de interação / normas de interpretação
G <i>Genres</i>	gêneros comunicativos

(tradução baseada em KOCH, 2002, p. 22)

O termo refere-se “às atividades [...] que são diretamente regidas pelas regras e normas para o uso da linguagem” (*op. cit.*, p. 56). O grau de detalhamento desse modelo permite classificações abaixo do nível macro dos estágios complexos de uma conversação, pois, com base nessa matriz, é possível descrever também os elementos conversacionais no nível micro de uma interação.

Na realização das ações comunicativas, os interlocutores, evidentemente, não tomam conta apenas do conteúdo, mas avaliam também a forma e a maneira como elas são realizadas. Hymes (1964) realça que um membro competente de uma cultura determinada tem que conhecer e dominar muitos diferentes tipos de saberes pragmáticos. Todavia, não basta reconhecer uma ação comunicativa (por exemplo: o canto do hino nacional); muitas vezes é preciso ser capaz de reproduzir essa atividade (por exemplo: recitar o texto do hino nacional) e, ocasionalmente, é até necessário realizá-la como deve ser (por exemplo: cantar o hino em pé como pede a ocasião). Nesse terceiro nível de competência, uma **performance** autêntica – que se mostra no grau de perfeição pelo qual a ação foi (re)produzida – pode ser decisiva para sua validade. Tal performance pressupõe sempre uma certa fixação da forma que determina a prática. Há, então, uma mensagem particular na organização tradicional dos diferentes tipos de ações comunicativas (cf. AUER, 1999, p. 190).

Tudo isso mostra que o enquadre no qual uma unidade interativa ou uma atividade interacional complexa são interpretadas não é determinado apenas pela percepção imediata dos elementos fonológicos e léxico-gramaticais, mas também pelo contexto social e cultural e pelas experiências que os participantes fizeram em interações passadas. Dentro de um certo enquadre, o significado de um enunciado nunca é inequívoco, mas pode ser interpretada de várias maneiras. Por conseguinte, a análise dos métodos que os membros competentes de uma comunidade aplicam para atribuir sentido às suas ações comunicativas depende, essencialmente, da **contextualização** das ações sociais. A língua evidentemente não é determinada apenas pelo

contexto do seu uso, mas ela mesma é capaz de contribuir na produção desse contexto. Portanto, é importante investigar pormenorizadamente os métodos pelos quais os interlocutores identificam e constroem o contexto relevante de uma interação.

Para o antropólogo John Gumperz (1982a, 1982b, 199a, 1992b), a contextualização é uma **relação trilateral** entre os recursos expressivos (prosódia, gestos, expressões idiomáticas), a interpretação semântica das ações e o conhecimento prévio (*scheme, frame, script*) que facilita a construção do significado (cf. SOEFFNER, 1986; VAN DIJK, 1977, 1997). Conforme o autor, todas as ações rotineiras da comunicação têm um conteúdo semiótico que se associa ao significado do seu conteúdo proposicional. A lógica inerente à própria rotina indica aos interlocutores em que tipo de ação eles são envolvidos e quais são as características necessárias para que os participantes possam assumir legitimamente os papéis sociais em jogo. Conforme Gumperz e Cook-Gumperz (1982), os agentes sociais dependem, nas suas ações comunicativas, sempre do potencial indexical da língua. A saber, junto com o conteúdo transferido, eles têm que fornecer pistas sempre de como o dito deve ser entendido. Pela seleção ativa dos diferentes recursos expressivos à sua disposição (estilo, código, dialeto, registro), os falantes realizam determinados “atos de identificação” (*acts of identity*) que sinalizam seu direito ou sua ambição de fazer parte de um determinado grupo social.

Obviamente, precisa-se de esquemas ou roteiros cognitivos que facilitam a orientação abrangente dos participantes. De fato, a disposição de cooperar baseia-se muito em alusões a esse conhecimento comum e em expectativas quanto aos objetivos comunicativos de uma interação. Todavia, os conhecimentos relevantes para uma interpretação adequada e os objetivos comunicativos não são estáticos, mas podem mudar no decorrer de uma conversação. Além disso, é possível seguir em cada interação simultaneamente vários objetivos. A análise, portanto, tem que tomar em consideração esse aspecto dinâmico das pressuposições interacionais e reconstruir, empiricamente, como os participantes contextualizam as contribuições num jogo de inferências comunicativas. Quando o contexto não é

mais percebido apenas como um conjunto de fatores situacionais que determinam o tipo de atividade ou a distribuição dos direitos e deveres nos papéis sociais, mas também como um produto da própria interação, torna-se visível a **relação bidirecional entre a língua e o contexto**. Nessa perspectiva, as estratégias que dão origem aos diferentes jogos interacionais são vistas como produto de uma faculdade linguística e metalinguística que deve ser aprendida igualmente como os outros aspectos da competência.

Diante da heterogeneidade das pistas de contextualização, é óbvio que a identificação e descrição dos diferentes processos de inferências comunicativas representam um problema metodológico que exige a **combinação de diferentes abordagens** analíticas. A análise da conversação tem o propósito de reconstruir os aspectos interacionais do seu objeto de estudo, como a organização sequencial, a organização da preferência, as aberturas e os fechamentos, as correções e as reparações, as sobreposições, as hesitações e as pausas, os marcadores conversacionais, etc. Nisso, pouco lhe importam os aspectos sociolinguísticos e antropológicos. A teoria da contextualização, no entanto, focaliza estes componentes constitutivos que podem fornecer informações sobre os mecanismos situacionais e culturais que influenciam a interação face a face.

4.4 Consciência humana, individualidade e comportamento

De modo geral, o que as diversas abordagens do paradigma interpretativo, ou seja, da fenomenologia social têm em comum é que colocam o indivíduo e o seu trabalho interpretativo no foco das suas descrições. As pessoas não agem porque se comportam funcionalmente diante das condições estruturais que caracterizam uma dada sociedade, mas porque conferem um significado a essas condições e, desse modo, se tornam os seus criadores. Uma escola de pensamento que leva essa ideia ao extremo é o **interacionismo simbólico**, que se baseia em três postulados, nomeadamente: (i) os seres humanos agem sobre os objetos do seu mundo com base no sentido que esses objetos têm para eles; (ii) o sentido desses objetos surge na

interação social que os indivíduos realizam com seus semelhantes e (ii) os sentidos são manejados e modificados num processo interpretativo usado pelas pessoas enquanto se ocupam com os objetos que passam a conhecer (BLUMER, 1969, p. 2).

As sociedades, nessa perspectiva, são compostas por agentes sociais ou, melhor ainda, constituem-se pelas ações desses agentes (BLUMER, 1981, p. 85) e as estruturas sociais servem apenas como pano de fundo para a interação simbólica. Na melhor das hipóteses, sedimentam-se na interação, impondo restrições à criação e à negociação do sentido. A sociedade, então, é percebida como pura ação: ela surge de um processo contínuo de coordenação recíproca em relação às atividades dos seus membros. Essas atividades não podem ser atribuídas a algum sistema sociocultural, mas são causadas diretamente pelos agentes individuais. Assim sendo, é de se pressupor também que não exista um mundo por si mesmo, mas apenas os mundos construídos pelos seres humanos. Logo, os objetos do mundo não têm um significado por si mesmo, mas recebem esse significado como produto das interações simbólicas entre os membros de uma comunidade. Em resumo: dando sentido ao fluxo ininterrupto de situações, o homem cria seu mundo ao interpretá-lo nas suas interações.

Nessa visão voluntarista do comportamento humano, **interação significa interpretação**. A interação é um processo permanente de agir, observar e projetar as ações seguintes. Ao usar símbolos partilhados, os agentes sociais definem, uns para os outros, a situação em que se encontram e mostram-se continuamente o sentido das suas ações. O ser humano explora seu mundo por meio de significados simbólicos. A premissa antropológica da fenomenologia social é, então, que o ser humano – diferentemente ao animal, que reage instintivamente – apossa-se do seu mundo por meio das suas ações e da comunicação com signos, gestos e símbolos que conferem a essas ações um determinado sentido. Uma vez que a comunicação simbólica é o princípio básico da organização social do ser humano, é natural perguntar como o indivíduo adquire a consciência de si mesmo e desenvolve a competência necessária para interagir com os outros de acordo com as normas e os valores

vigentes na sua comunidade? Para Mead (1968 [1934]), a resposta dessa questão encontra-se na capacidade dos seres humanos de pensar a partir da posição dos seus semelhantes, ou seja, de ver o mundo pelos olhos dos outros. Identificando-se com o papel do seu interlocutor, uma pessoa é capaz de compreender como o outro reagiu à sua ação e pode antecipar, ao mesmo tempo, o comportamento futuro dele.

Explicamo-nos melhor: devido às experiências sociais que tiveram com seus semelhantes, os seres humanos são capazes de refletir sobre o sentido de uma situação, ou seja, eles sabem “colocar uma situação num enquadre ideacional” (MEAD, 1968 [1934], p. 224). Numa situação social na qual vários participantes se influenciam mutuamente, essa capacidade implica que os indivíduos interpretam o sentido do comportamento dos outros. Em outras palavras: eles são capazes de **identificar-se com o papel do outro**. Mead (1968 [1934], p. 113) chama essa capacidade de *taking the role of the other* [“assumir o papel do outro”]. Tomar o papel do outro significa que *ego*, antes de agir, se identifica com o papel de *alter* e imagina como *alter* reagirá ao seu comportamento; quer dizer: *ego* reflete sobre seu próprio comportamento e sobre as reações possíveis de *alter*, assumindo o ponto de vista de *alter*. Esse tipo de reflexão pode ser relativamente seguro quando ambos se socializaram na mesma comunidade e usam os mesmos símbolos. Nesse caso, eles interpretam suas ações mutuamente sob a pressuposição de que estejam seguindo princípios semelhantes. Naturalmente, faz parte desses princípios que *alter* também se identifica com o papel de *ego* e pensa a partir da perspectiva dele e sabe que *ego* se identifica com o papel de *alter* e, portanto, orientará seu comportamento numa determinada direção. E *alter* sabe que *ego* sabe que *alter* sabe disso, etc.

Na perspectiva de Mead (1968 [1934]), a comunicação é, então, um processo pelo qual *ego* e *alter* chegam a um acordo sobre o que eles são, como eles querem ser percebidos e qual sentido eles atribuem às suas interações. Ela é um processo no qual *alter* e *ego*, com base nas suas reações recíprocas, ganham uma ideia de si mesmo. As **perspectivas** dos dois **entrelaçam-se** e cada um deles pode adaptar-se ao agir do outro. Na medida

em que um toma o papel do outro, um acordo comunicativo sobre as perspectivas e os papéis adequados torna-se possível. Durante o processo de comunicação, então, *ego* comunica alguma coisa a *alter*. Contudo, ao realizar essa comunicação, *ego* se encontra no papel de *alter* que, por sua vez, é estimulado e influenciado para tomar o papel de *ego*. Desse modo, ao assumir o papel do outro, cada um pode orientar seu processo de comunicação e refletir sobre sua identidade e a do(s) outro(s) (MEAD, 1968 [1934], p. 300).

Na interação, *ego* age e, antes de agir, pensa, mas, na mesma interação, *alter* também age e *ego* pensa também nas ações dele. O pensamento, portanto, estende-se sempre em **duas direções**: *ego* reflete sobre a finalidade do seu agir, ou seja, o que ele quer comunicar a *alter* e, ao mesmo tempo, reflete sobre o agir de *alter*. Quando *ego*, então, imagina ainda os comportamentos possíveis com os quais *alter* poderá reagir às suas ações intencionais, ele começa conscientizar-se do seu próprio agir. Na abordagem de Mead, essa reflexão é a origem da autoconsciência e, indiretamente, também a condição prévia da identidade individual. O processo pelo qual se toma o papel do outro, então, não envolve apenas a interação, mas também a identidade, porque *ego* – ao conscientizar-se do ponto de vista e das atitudes que *alter* pode assumir diante dele – projeta esses pontos de vista e atitudes em si mesmo. Em outras palavras: *ego* examina como seria se ele estivesse no lugar de *alter*. Nesse processo, ele conscientiza-se dos motivos do seu próprio agir e se pergunta por que esse agir, eventualmente, se assemelha ao agir de *alter* ou se distingue dele. Mead realça que sem esse “desvio” pelo outro, não seria possível estabelecer uma identidade própria: o indivíduo conscientiza-se da sua identidade apenas quando se vê pelos olhos do outro.

Quanto ao desenvolvimento da identidade e a capacidade de orientar-se num sistema social maior, Mead (1968 [1934], p. 200) afirma que uma criança aprende primeiramente a tomar o papel de uma pessoa relevante que lhe está próxima, o chamado *significant Other* [o **Outro significante**]. Nessa primeira fase, a criança pensa e age a partir do ponto de vista dessa pessoa relevante. Por isso, numa brincadeira (*play*), ela não finge *como se fosse* o outro, mas, nesse momento, ela *é* esse outro. Aos poucos, no entanto,

ela participa de jogos competitivos (*games*) cada vez mais complexos e apodera-se, passo a passo, de mundos simbólicos cada vez maiores. Na interação com os outros participantes da cena social cotidiana, ela aprende que há regras mais abstratas e que cada jogador tem que assumir seu papel para o jogo inteiro poder funcionar. A criança, por assim dizer, tem que aprender o *espírito do jogo* e internalizar o papel de todos os participantes. Enquanto, na primeira fase, a criança ocupou apenas uma *única* perspectiva e *um* outro significativo, agora ela tem que assumir simultaneamente a perspectiva de *vários* outros, pois, num jogo no qual as ações de todos os participantes se influenciam reciprocamente, não basta concentrar-se apenas na sua própria tarefa ou na tarefa do cojogador mais próximo, mas, em princípio, é preciso tomar em conta as ações e perspectivas *possíveis* e reais de *todos* os participantes.

A soma de todas as perspectivas num determinado contexto acional, Mead (1968 [1934]) chama de *generalized Other* [o **Outro generalizado**]. A diferença fundamental entre uma brincadeira (*play*) e um jogo competitivo (*game*) é que, no último, a criança tem que internalizar a atitude de todos os outros participantes. Ainda de acordo com Mead, as atitudes dos co-jogadores pressupostas por cada jogador individual organizam-se numa unidade e os princípios e as regras dessa organização começam a controlar as reações de cada um. A organização das atitudes de todas as pessoas envolvidas num mesmo processo social gera, então, uma comunidade organizada ou um grupo social que confere aos indivíduos a sua identidade comum, a qual, como foi dito, pode ser chamada de *generalized Other* [o Outro generalizado]. A atitude do Outro generalizado é a da comunidade inteira. Trata-se de um tipo de inconsciente coletivo ou, por assim dizer, do horizonte de ideias sobre o que, comumente, se faz numa determinada situação e, por conseguinte, sobre o que, normalmente, se pode esperar de todos os participantes. O Outro generalizado é, então, uma expressão metafórica para o conjunto de convenções sociais que delimitam o sentido de uma situação específica e as expectativas de como cada um deve agir nela. A criança, ao instruir-se nas regras dos diferentes jogos interacionais e mundos simbólicos, torna-se capaz não apenas de assumir seu papel e o das pessoas mais próximas, mas

aprende que, na família, nas organizações sociais e na sociedade como um todo, existem valores, convenções e normas gerais sobre como se deve agir nos diferentes domínios sociais. Posto isso, é possível compreender o Outro generalizado como a soma de todas as expectativas, normas e valores de uma sociedade, relevantes numa dada situação comunicativa.

4.5 A reprodução do mundo da vida pela ação comunicativa social

A maior parte das nossas ações sociais realiza-se rotineiramente de acordo com determinados padrões acionais e papéis sociais. Evidentemente, em nossas ações cotidianas costumamos proceder *metodicamente* para produzir a nossa normalidade (GARFINKEL, 1967). Em nosso agir, pressupomos que entendemos os outros e que eles nos entendem igualmente. Justifica-se essa confiança pela expectativa de que nossas perspectivas e sistemas de relevâncias sejam congruentes e que nossas interpretações se baseiem numa realidade social construída em comum. Em outras palavras: acreditamos que existam coisas que todo mundo sabe; coisas que fazem parte de um **senso comum** em que a vida cotidiana aparece como um conjunto de fatos acima de qualquer dúvida.

Como já foi mencionado na seção 4.1.2, a conversação em situações cotidianas é um fator decisivo para criar esse senso comum. De fato, ela é uma atividade tão essencial à vida social que é possível até dizer que “a vida de uma pessoa se desdobra numa série de conversações” (TANNEN, 1990, p. 13) e que, nessa troca contínua e recíproca da conversação, se formam as **relações interpessoais** e a **identidade social** das pessoas. O indivíduo, nessa perspectiva, deve ser visto, antes de tudo, como um agente social que ocupa uma posição numa rede de relações sociais cujos fios se cruzam, se interpenetram e se emaranham, transformando-se mutuamente. Nessa rede, a conversação é o grande canal de aproximação social. De fato, cada relação social que reúne e integra pessoas e grupos sociais tem sua origem na vivência do cotidiano coletivo.

A **vida cotidiana** é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela. É na linguagem que se erguem as pontes entre o pensamento particular e o contexto social, entre o conhecimento e a sociedade, a objetividade e a subjetividade, o indivíduo e o grupo. Além disso, a linguagem é a principal forma de comunicação e transmissão do conhecimento. É ela que, no fluxo da experiência, conserva, modifica e reconstrói continuamente a realidade subjetiva (BERGER & LUCKMANN, 1996, p. 56). Isso vale, particularmente, para o mundo cotidiano que representa a área da realidade na qual o sujeito, inevitavelmente, volta a participar *de die in diem*. Portanto, a compreensão das atividades languageiras e do raciocínio prático de senso comum nas situações mundanas de ação é essencial para a compreensão da realidade da vida cotidiana:

O mundo é interpretado à luz de categorias e construtos do senso comum que são largamente sociais em sua origem. Esses construtos são os recursos com os quais os agentes interpretam suas situações de ação, captam as intenções e motivações dos outros, realizam compreensões intersubjetivas e ações ordenadas e, de maneira mais geral, navegam no mundo social (HERITAGE, 1996, p. 329).

Como os conteúdos e as propriedades desses construtos representam a estrutura básica da nossa realidade e o pressuposto comum do entendimento e da interação entre os membros de uma comunidade, é evidente que eles não podem ser ignorados. Numa abordagem socialmente fundada das interações, a compreensão intersubjetiva é considerada um processo dinâmico que se desenrola diante do horizonte do conjunto preestabelecido dos conhecimentos sociais. Com efeito, há áreas da nossa complexa realidade que influenciam nossos pensamentos e nossas ações e que são acessíveis apenas ao indivíduo (por ex.: o mundo privado do sonho, da fantasia e do passado individual), mas nenhuma área se apresenta de uma maneira tão inquestionável e natural como o mundo da vida cotidiana que é permeado pelo que Schütz denomina a “*epoché* da atitude natural” (SCHÜTZ, 1962b, p. 229), ou seja, que se caracteriza por “uma **suspensão geral da dúvida** de que as coisas poderiam não ser como parecem ou que a

experiência do passado possa não ser um guia confiável para o presente” (HERITAGE, *op. cit.*, p. 329 seg.; *realce nosso*).

Convêm desenvolver essas afirmações um pouco mais: evidentemente, é preciso ter um conjunto amplo de conhecimentos comuns que explique como os interactantes podem se compreender mutuamente e podem indicar, um ao outro, os seus motivos individuais. O sociólogo Alfred Schütz (1970) concebeu a organização desse conhecimento básico pelos termos *Lebenswelt* ou *lifeworld* (“**mundo vivido**”, “**mundo vivencial**” ou “**mundo da vida**”) e afirma que esse mundo da vida fornece todos os significados pré-fabricados e aceitos como certos que são socialmente distribuídos entre os membros de uma comunidade comunicativa. Claro que o senso comum do mundo da vida e os conhecimentos rotineiros dos agentes sociais se distinguem por diferenças de acordo com a identidade e a biografia dos interactantes, mas, obviamente, todos os membros de uma cultura ou um grupo social dispõem de um sentido para certos tipos de objetos ou eventos que lhes permite compreender duas coisas individuais como exemplos do mesmo tipo pré-constituído. Mais ainda, evidentemente, basta perceber certos fragmentos desses objetos para poder antecipar ou completar, mentalmente, as partes que faltam e interpretar a experiência única como instância de um objeto típico.

Na prática, todas as relações sociais, inclusive as de face a face, são amoldadas pelas tipificações que os interactantes retiram de um inventário socialmente elaborado e transmitido de convenções e experiências padronizadas. Conforme Schütz (*op. cit.*), a habilidade de ativar conhecimentos prévios e acrescentar características implícitas delimita o “**horizonte interno**” de um tipo ou, nas palavras de Ingarden (1973, p. 84 seg.), “o sentido potencial” dos enunciados. O sentido ocasional, por outro lado, ou seja, o uso concreto de uma expressão num determinado contexto depende essencialmente das circunstâncias sócio-históricas e situacionais de uma interação (SCHÜTZ, 1970, p. 108). Assim, pois, a produção de sentido realiza-se no horizonte dos conhecimentos prévios compartilhados e no contexto continuamente reestruturado das atividades práticas com seus diversos

propósitos comunicativos. Nesse processo, cada enunciado apoia-se tanto na forma linguística quanto no “campo fenomenológico” (MERLEAU-PONTY, 1964) que se desdobra de acordo com as atuais condições de produção. As conversas, então, são construídas, passo a passo, no limite entre as obrigações inevitáveis e as escolhas opcionais postas pelas nossas experiências generalizadas (Luckmann, 1986). Pode-se dizer, então, que os participantes dessa colaboração mútua vivem numa “rede de significados” (GEERTZ, 1973, p. 5) que lhes fornece os relevantes “enquadres de referência” (SCHÜTZ, 1970, p. 119-120). No que diz respeito às suas possibilidades de criar sentido, vale dizer – retomando Wittgenstein (2003 [1921], p. 89) – que os limites da nossa língua são os limites do nosso mundo.

4.6 A ordem interacional

Assumindo esse ponto de vista sociológico ou antropológico, convém ressaltar, também, que o sentido das ações comunicativas não é transparente. De fato, a estrutura formal das mensagens é incompleta e o sentido de um enunciado varia de um contexto para outro. De um lado, isso significa que é preciso projetar os enunciados de uma maneira que faz sentido para seus receptores (SACKS, 1992, vol. 2, p. 230); de outro, consta que o espaço vazio provindo dessa **indeterminação essencial** deve ser preenchido à base de pistas de contextualização que permitem ligar as palavras ao mundo extralinguístico. Em outras palavras: para poder transmitir uma dada intenção, é oportuno construir e realizar os enunciados conforme determinadas expectativas mútuas. Esse compromisso comum com a reciprocidade da ação dialógica equivale a um contrato social que diz respeito à maneira como uma dada interação deve ser entendida. Vê-se assim que “a habilidade dos falantes de chegar a uma compreensão mútua não tem sua origem na posse comum de um código fixo, mas na sua capacidade de negociar [o sentido num determinado contexto]” (HANKS, 1996, p. 149).

Daí que as conversas são estruturadas conforme as exigências constitutivas de uma ordem interacional que facilita a co-construção do sentido

e a representação de uma imagem identitária conforme as exigências da situação. Essa ordem não é uma consequência da estrutura social ou de variáveis institucionais, mas uma ordem *sui generis* que, conforme Goffman (1983, p. 1-17), é imposta pelas necessidades gerais da construção e preservação da identidade dos participantes:

a conversação tem uma vida própria e levanta exigências a seu próprio favor. É um pequeno sistema social com suas próprias tendências de manter limites; é um pequeno canteiro de compromisso e lealdade com seus próprios heróis e vilões (GOFFMAN, 1982, p. 113-114).

Explorando essa perspectiva, Goffmann (1959, p. 253) vê, no Eu, um produto dramaturgicamente da interação social. Para o autor, as necessidades da formação e manutenção da imagem identitária determinam as exigências da **ordem interacional** e impõem obrigações aos interactantes que independem da sua classe social, do seu papel social e das estruturas formais de caráter institucional. De fato, a natureza frágil do Eu social e as permanentes ameaças de aniquilar a interação (por exemplo, por um incidente imprevisto) fornecem uma motivação intrínseca para cumprir as necessidades do Eu e aceitar as regras básicas da interação. Toda interação face a face, portanto, deve ser organizada de uma maneira que proteja a imagem identitária durante a interação e defenda a ordem interacional contra transgressões indevidas. Daí os compromissos e as obrigações dos interlocutores com uma ordem interacional que transcende tanto as contingências das circunstâncias individuais quanto as pressões das macroestruturas sociais.

As normas dessa ordem formam um conjunto de **expectativas mútuas** que funcionam como as regras de trânsito, quer dizer, elas não especificam o ponto de chegada, mas apenas como os condutores de veículos devem tratar-se mutuamente enquanto estão tentando chegar lá. Para facilitar o entendimento nesse caminho, é preciso demonstrar, continuamente, aos outros participantes como queremos definir ou interpretar uma determinada situação. Os interactantes, portanto, mostram-se mutuamente o que consideram relevante (ou irrelevante) num dado contexto e de que se trata numa interação concreta. Eles procuram comunicar o que acham que está

acontecendo, qual função sua contribuição tem no contexto atual e como interpretam as atividades do(s) outro(s) participante(s). Em outras palavras, eles fornecem “metamensagens” (BATESON, 1956), ou seja, pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982, 1992a, 1992b) que sinalizam, dentro da própria interação, qual seja o relevante enquadre interpretativo (*frame*) (GOFFMAN, 1974) para a compreensão das suas contribuições.

Explica-se, desse modo, como os interactantes que levam, para cada prática social, inúmeros atributos potenciais das suas identidades sociais, sabem determinar mutuamente quais sejam as particularidades relevantes numa determinada interação e qual é o **status de participação** (*participation status*) (GOFFMAN, 1981) de cada interlocutor. A identidade social, nessa perspectiva, é sempre uma identidade socialmente situada, invocada e encenada na própria interação através de alinhamentos contínuos que definem o quadro de participação (*participation framework*) (GOFFMAN, 1981), ou seja, “o conjunto recíproco de direitos e obrigações associados a cada participante, num dado momento da interação” (ERICKSON, 2004, p. 151).

Para descrever como os participantes de uma situação interacional fornecem, mutuamente, suas pistas de contextualização, Goffman (1998) concebeu o termo “**footing**” que se refere aos métodos pelos quais se tornam manifestos o alinhamento, a postura, a posição e a imagem identitária de “um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (RIBEIRO & GARCEZ, 1998, p. 70). É muito comum observar, no decorrer de uma interação, várias alterações no enquadre de interpretação, no *footing* e no quadro de participação. Seja qual for a origem social das pessoas, elas dispõem, evidentemente, de diversos recursos para realizar múltiplas mudanças nas suas identidades sociais e nos seus estilos de fala. Assim, pois, para estabelecer uma relação de inclusão ou exclusão, de proximidade ou de distância com os objetos de discurso e os interlocutores em questão, os falantes podem recorrer aos diferentes elementos indiciais de uma língua e podem se exprimir através de diferentes gêneros discursivos e diferentes maneiras de falar (*ways of speaking*) (HASAN, 1996).

No que diz respeito ao enquadre interpretativo e ao quadro de participação, vale dizer, ainda, que os interactantes pressupõem, em cada mudança de alinhamento, que todos compartilham o mesmo conhecimento cultural e que “apesar das diferentes perspectivas, biografias e motivações que levam os agentes a ter experiências do mundo não idênticas, eles podem, ainda assim, tratar as suas experiências como idênticas para todos os fins práticos” (HERITAGE, 1996, p. 330). Obviamente, para ter a possibilidade de uma compreensão mútua, os participantes precisam pressupor que suas ações documentam um significado intencional e que, no horizonte do seu **mundo compartilhado**, há reciprocidade entre suas perspectivas (GARFINKEL, 1961, 1967, 1972). Isso explica por que, nas interações cotidianas, as pessoas atendem raramente às pressuposições básicas do senso comum e tendem a assumir que, até que se prove o contrário, o conhecimento rotineiro de um está disponível também aos outros.

Na sua análise fenomenológica da estrutura do nosso “mundo da vida”, Schütz (1962a, p. 11-13) refere-se a essa propriedade essencial da interação humana com “**a hipótese geral da reciprocidade das perspectivas**” (cf. também: SCHÜTZ & LUCKMANN, 1975, p. 73). O conceito reúne duas idealizações importantes: num primeiro momento, conforme a permutabilidade dos pontos de vista, ela dá a entender que, se uma outra pessoa estivesse em nosso lugar, ela veria as coisas da mesma perspectiva que nós e nós veríamos as coisas da mesma perspectiva que ela, se estivéssemos no lugar dela; num segundo momento, é de se pressupor, conforme a congruência dos sistemas de relevância, que as diferenças na percepção e interpretação do mundo que têm sua origem nas biografias individuais não são relevantes para a compreensão ordinária das ações e para uma reação apropriada à normalidade percebida dos eventos; agimos e comunicamos como se avaliássemos as coisas pelos mesmos critérios (cf. CICOUREL, 1970).

4.7 Reflexividade e indicialidade

Dada essa natureza das compreensões que os agentes possuem das circunstâncias nas quais estão localizados, convém afirmar ainda que “qualquer cenário social é auto-organizador com respeito ao caráter inteligível de suas próprias aparências” (GARFINKEL, 1984, p. 33). Diz-se que nossas **ações são reflexivas** porque constituem e organizam o próprio contexto ao fornecer as pistas necessárias para a interpretação dos acontecimentos:

As atividades pelas quais os membros produzem e dirigem os cenários dos negócios organizados do cotidiano são idênticas aos procedimentos dos membros para tornar esses cenários explicáveis (GARFINKEL, 1984, p. 1).

Isso significa que, durante a negociação do sentido, os participantes de uma interação, ao pressuporem o conhecimento das circunstâncias relevantes e ao inserirem certos elementos situacionais nos seus enunciados, referem-se, inevitavelmente, ao contexto situacional:

Já que, numa dada sequência, cada enunciado concreto formará o contexto imediato para a próxima ação, é inevitável que esse enunciado contribua para o quadro contextual, dando, assim, as condições para o modo como a próxima ação será interpretada (DREW & HERITAGE, 1992, p. 18).

De fato, a natureza das atividades sociais não se define previamente nem posteriormente, mas no próprio ato da sua realização. Os fatores que influenciam o processo interacional e explicam seu funcionamento têm que ser estabelecidos pela própria interação. “As ações sociais e os cenários sociais com os quais elas mantêm uma relação reflexiva são estabelecidos nos e por meio dos detalhes de interação” (HERITAGE, 1997, p. 371). Por conseguinte, a situação de ação deve ser vista como “a pressuposição, o projeto e o produto de suas próprias ações constituintes” (HERITAGE, 1997, p. 350).

Para Sacks (1992), a produção local da ordem interacional não depende tanto do *footing* quanto da necessidade de produzir um sentido pelo encadeamento de enunciados. Isso significa que as exigências que os interactantes devem cumprir no que diz respeito à **compreensibilidade dos enunciados** e às **obrigações de envolvimento** são fatores essenciais de influência para a organização das práticas comunicativas. É certo que a

produção de sentido pelo sistema de turnos conversacionais é vinculada, através das categorias de espaço, tempo e pessoa, à realização de um determinado contexto, mas esse contexto, ao mesmo tempo, é estabelecido apenas pela própria organização interativa. Reconhecendo esse caráter duplo das interações, o autor distingue entre “contextos com condições normativas de justificação”, que sugerem aos participantes como explicar o que está acontecendo, e “relevâncias sequenciais”, que ocasionam a organização das sequências conversacionais.

As tarefas constitutivas dessa dimensão particular e autônoma da realidade social surgem somente com a realização das atividades conversacionais. Isso significa que os problemas e necessidades organizacionais (como a constituição social da presença dos participantes, a construção de uma sequência ordenada de turnos, a produção de condições de conexão que possibilitam a continuação interativa e a desativação do mecanismo da troca de turnos para poder concluir uma conversação) são produzidos e, simultaneamente, **resolvidos no decorrer das próprias manifestações interacionais**. Em outras palavras: as unidades e estruturas que constituem o sistema comunicativo e, portanto, os eventos conversacionais são produzidos pelas próprias atividades comunicativas. “A contextualidade é reflexiva e o contexto de agora é, em princípio, o emulador do contexto seguinte” (MARCUSCHI, 2001, p. 8). Assim, pois, toda atividade social é produzida e compreendida, como tal, apenas pelos desdobramentos da própria atividade.

Qualquer cenário organiza suas atividades para fazer suas propriedades detectáveis, interpretáveis, explicáveis, memorizáveis, narráveis, contáveis, analisáveis, enfim, explicáveis como ambiente organizado de atividades práticas (GARFINKEL, 1967, p. 33).

Isso significa que os falantes, nos seus enunciados e através da forma dos seus enunciados, não se referem, apenas, à situação, mas criam essa situação pela maneira como falam e pelas próprias interações. Conclui-se, então, que o contexto não é um quadro social preestabelecido que contém e acomoda os enunciados dos participantes; antes, pelo contrário, são os

próprios participantes que constroem o contexto imediato de uma situação comunicativa e, desse modo, criam as condições para fazer conexões entre as práticas locais e os processos globais da ordem social mais ampla.

As atividades sociais rotineiras pressupõem, assim como a língua, uma gramática, ou seja, uma estrutura básica de padrões interacionais. Orientando-se nos esquemas sócio-comunicativos e culturais, os interactantes interpretam suas ações, mutuamente, como uma expressão ou um “documento” (GARFINKEL, 1967) desses padrões, que, por sua vez, podem ser construídos e elaborados com base, apenas, na interpretação de concretas ações. Essa relação recíproca entre as ações interpretadas e os padrões de base chama-se “**indicialidade**”. A linguagem cotidiana é repleta de expressões indiciais que servem como meios de referência para exprimir qual significado é dado a um determinado contexto e como os outros participantes devem definir a situação em questão. De fato, pertencem a essa categoria todos os elementos linguísticos que, quando vistos isoladamente, ou seja, sem seu contexto concreto, não dispõem de um significado inequívoco, claro e inquestionável. Evidentemente, esse critério vale, especialmente, para todas as formas dêiticas, mas como, de princípio, “todo sentido é determinado pelo contexto” (BAKHTIN, 1986, p. 79) e até o significado literal é um produto da intersecção entre a forma linguística e as circunstâncias de uso, é oportuno afirmar que o sentido de toda palavra é, parcialmente, opaco e que a própria língua tem um caráter indicial.

Naturalmente, na interação concreta, pressupõe-se que os outros conhecem o referido contexto e sabem o que é relevante para a compreensão da situação atual. Daí que, na perspectiva dos conhecedores, as **expressões indiciais** facilitam a compreensão; para os outros, porém, são motivo de aborrecimento, porque sem o conhecimento necessário dessas pistas decisivas não se sabe exatamente de que se trata ou o que um falante quer dizer com seu enunciado. É óbvio que, nesse caso, não se cumpre uma condição indispensável para realizar práticas sociais interativas: o esclarecimento dos componentes indiciais de um enunciado. Todavia, na prática, as possibilidades de esclarecer as estruturas indiciais são delimitadas, como comprova

claramente Garfinkel (1967) com seus “experimentos de ruptura” que demonstram como pedidos insistentes de dar algumas explicações adicionais e resolver a vagueza indicial (“O que você que dizer com isso?”) provocam o aborrecimento do interlocutor e a suspensão das interações.

Juntando essas duas linhas de pensamento, pode-se afirmar que a reflexividade e a indicialidade juntas caracterizam o processo pelo qual é encenado o caráter sistemático-ordenado das interações cotidianas. Devido a esse entrelaçamento, na maioria das vezes, não é necessário dar explicações adicionais; pois, enquanto os interactantes, mutuamente, dão a entender que suas contribuições fazem parte de atividades rotineiras e racionais, é comum que as representações ostentadas durante uma comunicação interpessoal mantêm um **caráter desinteressante** (GARFINKEL, 1967, p. 7 seg.); quer dizer, elas não são questionadas, mas aceitas tacitamente como exemplos de experiências típicas que correspondem aos padrões interiorizados de uma comunidade sociocultural. Evidentemente, os métodos cotidianos de construir o sentido não pressupõem formulações inequívocas, e a compreensão mútua, para todos os fins práticos, também não depende delas. No fundo, todo enunciado é simultaneamente vago, ou seja, digno de explicações, e perfeito, no sentido de servir como uma instrução para a interpretação das nossas ações.

Teoricamente, cada enunciado é incompleto e as ampliações ou acréscimos de pormenores, em princípio, são sempre possíveis ou podem ser exigidos, mas, na comunicação verbal cotidiana, os participantes, por razões práticas, supõem, na maioria das vezes, que se compreendem mutuamente e que as pistas fornecidas de contextualização, ainda que incompletas, são suficientes para encaixar os enunciados no **esquema de interpretação** relevante. Daí que as ações vagas ou não esclarecidas, num primeiro momento, são recebidas sem reclamações, sempre na confiança de que, na visão retrospectiva de um segundo momento, todas as indeterminações se esclarecerão. Por conseguinte, seja qual for a contribuição em questão, é imprescindível que os interlocutores se orientem um para o outro e se esforcem para tornar suas ações mutuamente compreensíveis (*accountable*). Quem quer

interagir com o outro tem que fazer contribuições identificáveis, descritíveis e explicáveis que sejam aceitáveis para as expectativas comuns (*background expectancies*) de uma comunidade interpretativa. Por outro lado, é claro também que uma interação será interrompida quando se tornar incompreensível ou inaceitável diante as expectativas intersubjetivamente compartilhadas. Nesse caso, é preciso fazer reformulações ou comentários metacomunicativos ou dar explicações adicionais que esclarecem a ambiguidade de uma expressão indicial, restabelecem o equilíbrio ameaçado da interação e normalizam a situação, fechando, desse modo, a lacuna entre as expectativas e a ação.

4.8 A multifuncionalidade dos enunciados

Já vimos que, na visão construtivista, os enunciados não apontam apenas para fenômenos extralinguísticos, mas, ao objetivá-los, produzem os objetos da nossa realidade. Nesse processo, exprimem, também, as atitudes subjetivas dos falantes diante do conteúdo semântico e formal da mensagem. É certo, portanto, que toda conversação é **multifuncional**, já que os enunciados não se referem apenas ao mundo externo, mas também aos próprios interlocutores (RICOEUR, 1981). Além disso, estabelecem uma relação de atenção mútua, dirigem essa atenção para os diversos objetos no enquadre relevante e apelam para os participantes que vejam as intenções de cada um e reajam adequadamente. Finalmente, nos momentos oportunos, os mesmos enunciados podem fazer comentários sobre o próprio código ou o tipo de interação em andamento ou podem focalizar a dimensão estilística da enunciação e as diferentes maneiras de falar (*ways of speaking*) que caracterizam o registro e o gênero de uma prática verbal. Em poucas palavras: além de uma dimensão referencial, os enunciados dispõem também das dimensões afetiva, expressiva, conativa, fática, metalinguística e poética (JAKOBSON, 1960).

Sabe-se que muitos elementos linguísticos são associados, tipicamente, a determinadas funções comunicativas, mas não há uma relação

rígida entre as propriedades formais de uma língua e essas funções comunicativas. De fato, é bem possível que cada função esteja virtualmente presente em todos os enunciados rotineiros, mas não há dúvida também de que, em determinados enunciados, uma das funções pode se tornar dominante. De qualquer maneira, as pessoas sabem, evidentemente, que sua fala revela tanto sobre o mundo quanto sobre os próprios falantes e sobre suas inter-relações (sejam elas autoritárias ou igualitárias, oficiais ou privadas, formais ou informais, etc.). Aliás, é igualmente claro que os ouvintes sempre interpretam os enunciados também como signos que os atores sociais usam para criar uma representação de si mesmo, condizente com sua visão dos papéis sociais envolvidos (GOFFMAN, 1959, 1967). Finalmente, observamos que a própria fala (seja ela convencional ou original, monótona ou variada, consciente das normas ou aberta para inovações) revela, inevitavelmente, as atitudes que os interlocutores assumem diante da língua usada. Podemos dizer, portanto, que, além das suas **informações primárias** sobre a proposição verbal, cada enunciado fornece também **informações secundárias** sobre aspectos locucionais e ilocucionais que dizem respeito às relações entre o enunciador, o receptor e os signos usados.

Se for verdade que nenhuma prática verbal pode ser compreendida sem levar em consideração as intenções dos participantes, os propósitos comunicativos da atividade e as suas condições de produção e recepção, é igualmente evidente que a realização dessas condições extralinguísticas nos enunciados concretos faz de cada conversação uma interação original e não reiterável. Nenhum enunciado é igual aos outros porque toda ação verbal representa uma realização linguística de condições situacionais singulares que envolve indivíduos com diferentes habilidades linguísticas e diferentes experiências comunicativas. O estilo de cada conversação, portanto, exprime o que é específico numa determinada interação. Todavia, isso não obsta a que o uso individual dos elementos estilísticos segue determinados **padrões** que se caracterizam tanto por elementos prototípicos quanto por espaços livres para escolhas individuais. Além disso, o desvio do que foi esperado, ou seja, a ruptura dos padrões para conseguir um certo efeito é sempre uma possibilidade adicional para chamar a atenção dos outros e para deixar mais

clara as próprias intenções. Assim, pois, convém afirmar que não são tanto as propriedades da língua que distinguem as diversas interações comunicativas, mas os diferentes estilos pelos quais, numa enunciação, são, de fato, realizados os elementos da língua. Naturalmente, entre essas informações pragmáticas, os traços estilísticos que indicam a escolha do gênero representam uma pista de contextualização bastante saliente para quem quer encontrar o adequado quadro interpretativo para os enunciados do(s) seu(s) interlocutor(es).

4.9 O trabalho de face

Para Goffman (1959), a reflexividade da consciência humana confere à vida social, em geral, e às interações, em particular, uma **moralidade intrínseca** ou constitutiva que independe das características sociais da estrutura externa. Conforme Goffman (1967), há um estado natural do ser humano que se define por aceitação mútua e consideração da personalidade dos outros: “temos que aceitar e honrar as identidades projetadas pelos outros participantes” (GOFFMAN, 1967, p. 105). Quando se trata da “face” do outro, essa preservação da imagem identitária ocorre por um comportamento que se orienta por valores culturais, como a polidez, a etiqueta, a sensatez, a gentileza ou a deferência (GOFFMAN, 1955). No que diz respeito à própria face, o certo é que a serenidade, o decoro, o amor-próprio, a disposição e a compostura são importantes também (*id. ibid.*).

Conforme Goffman, em qualquer relação social e, por conseguinte, em qualquer ação social, o comportamento de preservação da face tem, de uma maneira ou outra, um papel essencial. Cada interação oferece, ao agente, a possibilidade e lhe impõe a obrigação de preservar a própria face e de se comportar, simultaneamente, de tal maneira, que seu parceiro de interação tenha a mesma possibilidade (AUER, 1999, p. 150).

A representação do Eu, diz Taylor (1989, p. 15), envolve a dignidade, o respeito mútuo, uma noção das obrigações com os outros e uma propensão para os valores socialmente definidos. São esses fatores que definem as necessidades do Eu e explicam sua constituição e reafirmação contínua na interação. Assim sendo, proporcionam o **compromisso moral** que constitui o

consenso mínimo para interagir em qualquer situação comunicativa. Para Goffman (1967), qualquer violação desse consenso pode provocar o colapso da interação. De fato, sem uma orientação para o espaço moral da ordem interacional, o sujeito não pode se relacionar com seu meio e, em consequência disso, também não pode constituir sua identidade. O Eu, então, é uma entidade social, i.e., ele emerge na vida social e se encaixa em redes de interações; e ele tem um caráter essencialmente moral, na medida em que sua representação ocorre numa ordem interacional que confere às pessoas uma ideia do que elas e os outros são e de como elas são semelhantes ou diferentes dos outros. Essa ordem de interação é localmente produzida e baseia-se antes na necessidade geral de produzir e manter uma imagem identitária que nas inclinações e cálculos particulares de um indivíduo ou na imposição de exigências macrossociais.

Goffman (1955, p. 213) define o **conceito da face** como um “valor social positivo”, que uma pessoa reivindica para si mesma, através do seu comportamento interacional e que os outros lhe atribuem, durante um contato particular, baseando-se na sua percepção desse mesmo comportamento. Conforme o autor, toda interação deve ser conduzida com uma certa **precaução ritual** (*ritual care*) para proteger a reputação e a honra dos participantes. Cada interação proporciona aos participantes uma série de possibilidades e obrigações para defender sua auto-estima, sua honra, seu orgulho, etc. e para comportar-se de uma maneira tão atenciosa, respeitosa, gentil, etc. que seus interlocutores possam fazer o mesmo.

A face, então, é “uma auto-imagem descrita em termos de qualidades reconhecidos socialmente” (*id. ibid.*) que resulta das nossas estratégias interacionais. Esse valor social positivo aparece em **duas formas**: de um lado, na auto-imagem, ou seja, na concepção que o indivíduo tem de si mesmo e do seu próprio valor e, do outro, na imagem subjetiva que resulta das considerações que os outros fazem sobre nossa posição na interação e na sociedade. Para evitar conflitos, é necessário que ambas as imagens estejam em harmonia. Em outras palavras: cada interlocutor espera que os outros respeitem sua autoimagem assim como ele respeita a dos demais. No decorrer

de uma interação, um interlocutor procura manter sua autoimagem através de “uma estratégia de comportamento bem-definida, um padrão de ações verbais e não verbais que exprimem seu julgamento da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, principalmente, dele próprio” (*op.cit.*, p. 213). Nisso, é importante, também, que cada participante mantenha um certo nível de consideração pela face dos demais para não correr risco de ser considerada uma pessoa volúvel ou esquisita.

Na sua análise da ordem moral da interação e do **trabalho de face** (*Face-work*) que garante sua manutenção, Goffmann (1955) distingue entre uma face positiva e uma negativa. O primeiro termo diz respeito aos esforços que fazemos ativamente para ganhar reconhecimento, elogios ou outras reações aprobatórias dos nossos parceiros; o segundo refere-se à autodeterminação de um indivíduo e à sua liberdade de ação que não devem ser restritas pelos interlocutores. Já que a percepção da face é transmitida apenas indiretamente, é comum que o trabalho de face e a negociação das relações interpessoais se realizam nas entrelinhas. As pessoas, portanto, precisam de antenas sensíveis para perceber mudanças no grau de formalidade ou informalidade que caracteriza o decorrer de uma interação.

Analiticamente, Goffman (1955, p. 12 e 36) distingue entre **ações rituais** para a manutenção da face e **ações instrumentais** que servem mais para o desenvolvimento do tema e o fluxo da mensagem oral. Na prática, é bem possível que uma mesma ação tenha um caráter tanto instrumental quanto ritual. Os métodos rituais disponíveis para exercer o trabalho de face podem ser classificados em **técnicas cooperativas** e **técnicas confrontadores**. O primeiro grupo inclui estratégias defensivas para preservar a própria face (por exemplo: ter tato, respeito, modéstia, circunspeção, ignorar episódios desagradáveis, evitar assuntos polêmicos); o segundo contém técnicas para atacar a imagem do outro e fortalecer, assim, a sua própria face à custa das dos demais (por exemplo: desvalorizar o parceiro através de ofensas ou, de maneira mais sutil, através do uso permanente de termos técnicos).

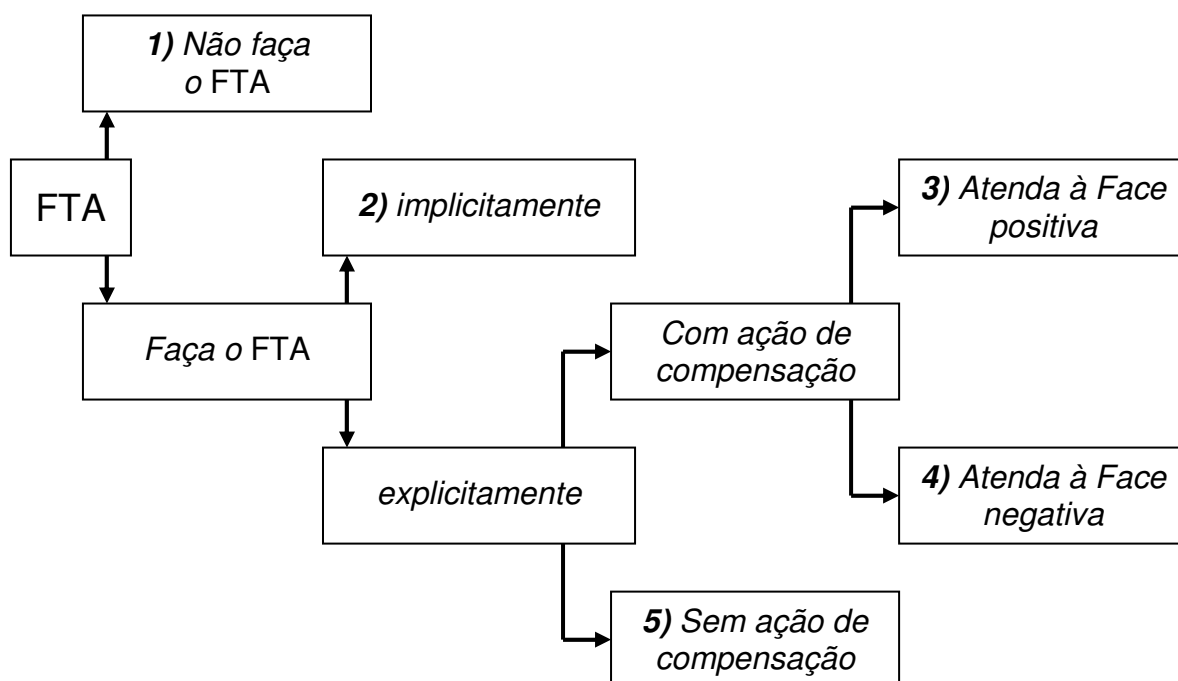
Normalmente, as pessoas querem manter o *status quo* e respeitar o equilíbrio ritual nas interações: aceitamos a face do outro se ele aceita a nossa também, mas apesar dos esforços comuns de manter o equilíbrio ritual durante a interação, é inevitável que ocorram acontecimentos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face de alguém. Segundo uma proposta de Brown & Levinson (1978, p. 64-65), um ato comunicativo que pode provocar a perda da face é denominado “**FTA**”, sigla que, em inglês, significa “*face threatening act*”. Os mesmos autores afirmam que os interlocutores têm a sua disposição uma porção de técnicas para a execução dos *FTAs*, assim como um conjunto de estratégias que lhes permite oferecer compensações convenientes para amenizar os riscos.

É de se pressupor que os interlocutores escolham suas estratégias de trabalho da face de acordo com **três critérios sociológicos**; a saber: a distância social, as relações de poder entre os interactantes e “o valor absoluto do FTA na escala de imposição em uma dada cultura” (MEIRELES, 1999, p. 61). A decisão sobre o trabalho de face mais adequado, então, é influenciada pelo contexto situacional e pela afiliação cultural e social dos participantes e não depende, principalmente, do grau de intimidade entre os interlocutores. Meireles (*id. ibid.*), portanto, pode concluir que essas “três variáveis sociológicas são computadas *intuitivamente* pelo indivíduo para julgar a seriedade de um FTA e para selecionar a estratégia mais adequada a cada situação” (*realce nosso*). Um importante fator situacional para a escolha de uma estratégia de trabalho de face é a possível **recompensa** que as diferentes ações de compensação proporcionam aos interactantes em termos de minimização dos riscos e maximização dos lucros para a própria reputação (BROWN & LEVINSON, 1978, p. 73-80).

Quanto à realização dos *FTAs*, consta que os interlocutores podem escolher entre **cinco estratégias principais** (Quadro 2). Para começar, eles podem deixar de executar determinada ação para evitar supostos efeitos negativos que sua realização poderia causar à relação com os outros participantes da conversação (opção 1). Além disso, eles podem optar por executá-lo implicitamente para atenuar, o máximo possível, os riscos que o

mesmo FTA implicaria se fosse executado explicitamente (opção 2). Outrossim, eles podem decidir executar o FTA e oferecer, simultaneamente, alguma compensação. A ação compensatória deve deixar claro que o “provocador”, ou seja, o produtor do FTA, não quer prejudicar seu relacionamento com os interlocutores ameaçados. A ação de compensação pode atender tanto às necessidades da face positiva (opção 3) quanto as da face negativa (opção 4) dos interlocutores. Finalmente, eles podem optar pela realização direta do FTA sem oferecer compensação nenhuma (opção 5). Aliás, quanto menor o número da opção escolhida, mais atenuada será a realização do *FTA*.

Quadro 2: **Estratégias para execução do *FTA***



Fonte: Brown e Levinson, 1978, p. 74

Para Goffman (1956), as duas dimensões básicas para descrever os cuidados que temos com nossa face e com a face dos outros são a **deferência** (*deference*) e o **comportamento** bem definido e hábil (*demeanour*). O respeito para a face dos outros e o comportamento apto para preservar nossa face são complementares: somente um comportamento oportuno merece respeito, e apenas o respeito facilita um comportamento estimável. Além disso, ambas as dimensões básicas podem aparecer numa forma negativa e numa forma

positiva. Atendemos à **face negativa** dos outros quando respeitamos seu direito de autodeterminação e evitamos impor restrições à sua liberdade de agir. Nesse contexto, é conveniente citar as seguintes estratégias para evitar invasões do território do parceiro (*avoidance rituals*): demonstrar discrição e bom tino, desconsiderar os erros do outro, evitar tabus ou assuntos constrangedores e usar formulações indiretas ou impessoais (BROWN & LEVINSON, 1987).

Todavia, o trabalho cooperativo de face não é limitado à afirmação da face negativa. Muito pelo contrário, é preciso alimentar também à **face positiva** através de ações estratégicas que exprimem respeito, confirmação e apoio. Conforme Holly, (2001), os efeitos correlatos são obtidos com sucesso pelas seguintes estratégias (*presentational rituals*): proferir desculpas, justificativas, explicações, confissões de culpa ou afirmações de reparação; demonstrar interesse pelo assunto e dedicação ao parceiro; evitar desarmonia; usar recursos verbais e não verbais que marcam a afiliação ao mesmo grupo; ressaltar semelhanças; fazer piadas e brincadeiras em momentos apropriados; ostentar simpatia e otimismo; supor sempre a possibilidade de se compreender mutuamente.

O trabalho de face tem que obedecer a normas sociais cuja relevância, muitas vezes, é reconhecida, apenas, depois de ter cometido uma gafe ou um desvio que coloca em risco o **equilíbrio ritual**. As regras do jogo de manutenção da face parecem ser respeitadas na maioria dos casos, porque “as sanções sociais provenientes do desprezo pela face dos demais são geralmente fatais para a integração do indivíduo em seu grupo” (MEIRELES, 1999, p. 56). A tentativa de realizar interesses egoístas e de se preocupar, apenas, com a própria face, geralmente, provoca reações negativas e, sem medidas corretivas, pode conduzir à suspensão de uma interação. Em caso de um conflito entre os interactantes nota-se, imediatamente, que a polidez (LAKOFF, 1973) e a minimização dos efeitos de situações desestabilizantes são uma condição prévia para uma comunicação bem sucedida de informações. Por conseguinte, existem, em cada cultura, rituais de evitação (*avoidance rituals*) ou de compensação (*corrective processes; remedial*

exchanges) que preveem ou remedeiam esses episódios arriscados e, desse modo, facilitam a negociação de compromissos ou a relativização, bagatelização e correção de erros, sem fazer alguém perder a sua face.

Em muitas conversações, porém, ocorrem **violações da ordem ritual** da interação, sem que o agressor apresente, em seguida, as necessárias compensações. Nesse caso, é de se pressupor que as perturbações não foram resolvidas porque um dos falantes – em conversas assimétricas, geralmente, o hierarquicamente mais alto – quer desvalorizar ou atacar, propositadamente, seu(s) interlocutor(es). Para prejudicar a imagem de alguém podemos fazer uso de ofensas, suposições, repreensões, avaliações negativas e muitas outras estratégias do trabalho de face que anulam o consenso comum em torno dos valores do princípio da cooperação⁶ (GRICE, 1989) e infringem as regras de competência pragmática⁷ (LAKOFF, 1973, p. 296) e as regras de polidez⁸ (LAKOFF, 1973, p. 298). Por outro lado, existem, também, técnicas para resolver conflitos ou desarmadilhar crises potenciais: uma delas é a mudança da modalidade da interação. É possível, por exemplo, amenizar ataques sérios contra a face de alguém através de uma alteração para a comunicação irônica, lúdica ou jocosa.

De fato, a demonstração de **humor** pode tanto salvaguardar as faces de ameaças quanto ofender a face de alguém. Falar de um assunto sério como se fosse uma coisa ridícula pode provocar indignação ou agressões; mas reconstruir um evento passado recorrendo a exageros, encenações de afeto e marcadores paralinguísticos que indicam a modalidade “brincadeira”, sem dúvida nenhuma, pode minimizar o caráter sério de um assunto e ajudar a descobrir o lado engraçado de um acontecimento. Nesse caso, o humor pode tornar-se um excelente instrumento para apresentar avaliações negativas de uma maneira implícita que não ameaça a face positiva do falante (que quer ser

⁶ Grice, 1975, p. 45: “Faça sua contribuição conversacional do modo requerido, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito ou direção concordado do entendimento verbal no qual você está engajado.”

⁷ Lakoff, 1973, p. 296: “1. Seja claro! 2. Seja educado!”

⁸ Lakoff, 1973, p. 298: “1. Não imponha. 2. Dê opções. 3. Seja amigável! – Faça que o outro se sintam bem!”

reconhecido) e nem a face negativa do interlocutor (que quer liberdade de ação).

4.10 Linguagem, interação e organização social

Seguindo uma proposta de Rawls (1987, 1989), podemos reunir as ideias sobre a **ordem conversacional** de Sacks (1992) e sobre a **ordem interacional** de Goffman (1967) e ver os princípios organizacionais de interação como respostas tanto às necessidades da representação do Eu quanto à exigência da compreensibilidade das ações. Conforme a mesma autora, é de se pressupor que esses princípios “não têm um conteúdo particular, i.e., não têm um objetivo além de realizar a interação” (RAWLS, 1989: 166). Isso significa que, embora esses princípios possam ser sensíveis a imposições da ordem institucional, é óbvio que não visam a conseguir objetivos externos, como favorecer os interesses de uma classe social, etc. De fato, eles impõem, aos interactantes, um conjunto compartilhado de expectativas no que diz respeito aos cenários individuais de interação e à construção e preservação da imagem identitária na vida cotidiana.

Nesse ponto de vista, a necessidade de produzir um Eu social e a ordem interacional oriunda dela são a fonte de constantes restrições sociais que não têm sua origem na estrutura social, na divisão de trabalho ou em ideias culturais:

Por meio da ordem interacional, há obrigações impostas aos interactantes pelas necessidades do Eu que não podem ser ignoradas. O Eu, portanto, não é um ponto de partida ontológico, [mas...] um produto final cuja existência depende de uma ordem de representação que representa a primeira restrição de situações com copresença (RAWLS, 1987, p. 139).

Assim, pois, enquanto negociam o sentido das suas ações, as pessoas sujeitam-se às regras básicas de interação para assegurar a própria interação e para proteger a “**face sagrada**” (GOFFMAN, 1967, p. 19; *realce nossa*) dos participantes. Mais concretamente, Goffman afirma que os participantes de uma situação social imediata têm um interesse comum em

proteger suas faces mutuamente. Tal atitude leva-os a escolher certas táticas para a realização das interações locais: “Ao tentar salvar a sua própria face, [a pessoa] tem que levar em consideração a perda da face que sua ação pode provocar nos outros” (GOFFMAN, 1967, p. 14). Conforme o autor, a preservação da dignidade pessoal pelo “trabalho de face” e o interesse comum de evitar atos que ameaçam a face do outro são aspectos fundamentais da ecologia das relações sociais em práticas comunicativas locais.

Atendendo ao objetivo da preservação da face, as interações humanas selecionam e produzem continuamente uma identidade social para cada interlocutor, e elas explicam, ao mesmo tempo, a situação, construindo um sentido que corrobora, desafia ou resiste às imposições da estrutura social. O **sentido das interações**, conseqüentemente não é dado, simplesmente, pelos objetivos institucionais ou pelas relações com estruturas externas; também não é o resultado de fatores situacionais contingentes. De fato, ele é negociado na interação à base do consenso comum de manter um compromisso com a ordem interacional que fornece um fundamento moral para as interações. É na relação dinâmica entre as convenções institucionais, de um lado, e a ordem interacional, do outro, que se desenrola o dilema da liberdade humana e da possibilidade de escapar das forças restritivas dos contextos macrossociais. A autonomia da ordem interacional transcende todas as considerações institucionais ou culturais:

Enquanto o direito de projetar um determinado papel social pode ser definido institucionalmente, a obrigação moral de *aceitar* a representação de acordo com o valor da face e a obrigação correspondente de *representar* a face cuidadosamente existem independentemente das formas institucionais particulares, apenas com base nos imperativos interacionais. Em qualquer ocasião específica, essa dualidade constitui uma dialética essencial entre o compromisso com as convenções que, por si mesmas, possibilitam a interação e o compromisso com as convenções que possibilitam essa interação, mas que são particulares a um contexto institucional (RAWLS, 1987, p. 144; *realce nosso*).

Tudo isso não significa querer negar que muitas interações são influenciadas por exigências institucionais. Toda conversação é, simultaneamente, um **processo local**, realizado na ecologia imediata da copresença dos interlocutores, e um **processo** mais ou menos **global**,

influenciado por fatores (como o sistema simbólico da língua, as convenções genéricas, os princípios de polidez, as características institucionais) que têm sua origem em lugares no mundo social, distantes do cenário imediato da interação. “O contexto pode ser organizado, imediatamente, no momento da enunciação, mas, igualmente, é pré-formado pela história e pelos fatos sociais que se encontram nos espaços vazios e nos silêncios da fala. Nem tudo pode ser revisto” (HANKS, 1996, p. 166).

Assim, pois, não há dúvida de que as pessoas, quando querem interagir, têm que fazer isso de uma maneira ordenada, mas esse fato não quer dizer, necessariamente, que os participantes têm que se submeter a uma vontade especial da sociedade, entrar numa ordem institucional, posicionar-se numa hierarquia social e assumir papéis sociais com direitos desiguais (por exemplo: de gênero, de raça, de idade, de classe social ou de educação). Por conseguinte, a **relação entre a estrutura social e o indivíduo** não pode ser caracterizada adequadamente pela simples dicotomia entre restrição e contingência. Há de fazer uma diferença entre interações cujo sentido é um resultado constitutivo de uma ordem localmente produzida e esses aspectos interacionais cujo significado é definido em relação a considerações prévias sobre enquadres institucionais (RAWLS, 1989, p. 149). É preciso perguntar, então, como as ecologias local e global são ligadas na conversação?

Temos que considerar, cuidadosamente, de qual modo e em que extensão os processos sociais de grande escala influenciam a produção local do discurso em interações face a face e como os processos locais envolvidos na produção da conversação na vida cotidiana de atores sociais locais influenciam os processos sociais de grande escala (ERICKSON, 2004, p. 112).

Sabemos que uma conversação pode tratar, também, de assuntos que não são locais, e os objetivos dos participantes nem sempre são imediatos. O horizonte temporal de um diálogo pode se estender muito, tanto para o passado como para o futuro; ele pode envolver, também, a vida de pessoas que não participam do evento atual, mas que vivem, talvez, em circunstâncias semelhantes. Além disso, as estruturas macrossociais podem ter um papel decisivo na interação. De fato, a ordem institucional pode fornecer os tópicos e

os enquadres para cenários dramáticos, pode constituir diferentes crenças e atitudes e estabelecer relações assimétricas de poder, mas, como mostra Goffman (1983, p. 1-17), tudo isso tem que ser filtrado pelas exigências constitutivas da ordem interacional que dizem respeito à negociação do sentido e a representação do Eu. Por conseguinte, é oportuno afirmar que as **forças macroestruturais** são “parasitárias do consenso moral profundo” (RAWLS, 1990, p. 75) que representa a condição prévia de toda interação comunicativa. Para Goffman, o indivíduo e a estrutura social não são entidades em competição; não existe uma dicotomia entre micro e macro, ou seja, uma brecha entre a agência individual e a estrutura social; pois ambas são um produto comum da ordem de interação (cf. GOFFMANN, 1961). O ponto de partida, nessa abordagem, não é o sujeito individual nem a estrutura social, mas “o cenário, as obrigações e as interpretações que, primeiramente, proporcionam aos agentes e à estrutura social a possibilidade de ter uma presença social” (RAWLS, 1987, p. 139).

A abordagem de Goffman, desse modo, escapa, de um lado, do **voluntarismo** que vê em tudo o que acontece na sociedade um resultado do esforço e da vontade dos agentes individuais; e simultaneamente, evita o **determinismo** social que acredita serem as forças culturais e sociais os determinantes das ações individuais. A ordem interacional de Goffman representa um sistema autônomo que ocupa uma posição média entre o agente individual e a estrutura social. Nesse modelo, é possível conceber uma influência mútua em ambas as direções: de cima para baixo, ou seja, das estruturas macrosociais para os agentes individuais que preservam e reproduzem rotineiramente as relações tradicionais de poder; e de baixo para cima, ou seja, dos movimentos individuais para as estruturas institucionais cujas regras podem ser alteradas, esporadicamente, por inovações e empréstimos culturais e pela bricolagem de elementos preexistentes (ERICKSON, 2004, p. 161-174). Nessa perspectiva, os agentes sociais não são portadores passivos de uma ideologia dominante, mas agentes que se apropriam das estruturas sociais preexistentes “pela luta, pelo questionamento e pela penetração parcial dessas estruturas” (WILLIS, 1977, p. 175). Há de se pressupor, portanto, que existe, dentro da ordem das práticas locais, uma

indeterminação inerente que abre espaço para improvisações e escolhas táticas e explica, desse modo, como a constância e a mudança podem coexistir na ordem social (CERTEAU, 1984, p. 101).

Conclui-se, então, a **ordem interacional** tem um caráter moral baseado nas “obrigações de envolvimento” (GOFFMAN, 1982d [1955]) que os interactantes se devem mutuamente. Essa ordem interage, dialeticamente, com a ordem institucional; mas um compromisso com a primeira não implica, necessariamente, num compromisso com a segunda porque se trata de dois sistemas coexistentes. Isso significa, também, que aproveitar as vantagens de um papel institucional e “maximizar as próprias vantagens ao custo da ordem interacional não é um direito moral, mas é claramente proibido pelo senso comum” (RAWLS, 1987, p. 144). Evidentemente, a moral, nesse ponto de vista, não é imposta por uma ordem superior. Antes, pelo contrário, a ordem moral da interação que se baseia nas necessidades do Eu é “uma ordem igualitária que se opõe à distribuição institucional dos direitos e oportunidades” (RAWLS, 1987, p. 140). Logo, é impossível, como observa Malone (1997, p. 148), “conceber a identidade das pessoas sem sua conexão com os enquadres morais que definem seu Eu”. Dito isso, mostra-se, mais uma vez, a importância de pesquisar as interações com distribuição igual dos direitos de fala:

Na interação informal, é a fala conversacional que revela aos outros, diretamente e indiretamente, quem somos nós, como percebemos a situação na qual participamos e como queremos ser tratados. A fala conversacional não é estruturada pelas exigências do processo institucional da formação de decisões ou pela relação entre um profissional e seu cliente ou por quaisquer imposições que exigem uma certa direção a ser seguida. Ela é estruturada pelas exigências da representação do Eu e pela necessidade de fazer algum sentido. É apenas uma conversa; possivelmente, como diz Simmel, ‘uma conversa pela conversa’ (1950: 52). É nessas rotinas do ‘apenas conversar’ que o Eu se constrói, preserva, negocia e altera (MALONE, 1997, p. 148-149).

Visto isso, é de se esperar que o exame sistemático de práticas comunicativas da vida cotidiana nos permita tomar conhecimento de aspectos linguísticos que a observação do uso da língua em outras ocasiões não revelaria.

4.11 Pequeno balanço da fenomenologia social

O que as **teorias interpretativas** apresentadas até agora têm em comum é que consideram as microações e microeventos diários como fundamento da realidade social humana. Ao contrário da sociologia “positivista”, que percebe a vida cotidiana como dominada pela sociedade e que se define pela análise (quantitativa) de um nível da sociedade que somente adquire sentido levando em conta uma totalidade social, as abordagens qualitativas trabalham no nível básico da interação social na vida cotidiana e estudam as atividades metódicas dos agentes sociais na produção e na manutenção da ordem social. Para os microssociólogos, os significados sociais *não* são inerentes aos grandes conjuntos sociais ou aos objetos sociais tomados em si mesmos, independentemente dos membros de uma sociedade, “mas são, ao contrário, atribuídos aos acontecimentos sociais, pelos indivíduos no decorrer das suas interações” (LAPASSADE, 2005 [1996], p. 20). Em outras palavras: o sentido não é imposto pela cultura, pela sociedade ou pelas classes sociais, mas construído pelos agentes sociais nas suas interações cotidianas. Conseqüentemente, os pesquisadores no âmbito do paradigma interpretativo têm a atenção voltada para a espontaneidade criadora dos atores e grupos sociais, para o momento social, os papéis sociais e as relações interpessoais. Em suma, eles não se interessam pela sociedade já feita, mas pelas maneiras como a sociedade está se fazendo.

A premissa superior da versão mais radical da **fenomenologia social** é, então, que os homens fazem sua história a cada instante e que sua vida na sociedade não é predeterminada pelos mecanismos sociais em seu conjunto. Em nosso entender, é bem possível que não exista uma espécie de fatalidade nas condições sociais em que se vive e que os indivíduos, de fato, contribuam ativamente para a construção do seu destino, mas, ainda assim, é de se admitir que as circunstâncias nas quais se produz a vida cotidiana são estruturadas e que essas estruturas influenciam a distribuição de bens materiais e simbólicos entre os membros de uma sociedade, assim como seu modo de enxergar o mundo, seu raciocínio prático e até o seu vocabulário e

suas categorizações mentais. Por mais que seja verdade que as estruturas da ordem social – para escapar da fossilização ou do desaparecimento – precisem ser retomadas, reconstruídas e inovadas constantemente nas interações comunicativas, não se pode negar também que a realização das práticas cotidianas depende de um estoque de conhecimentos socialmente acessível e de padrões culturais e estereótipos comuns que colocam os membros de uma sociedade em condição de pressupor que eles tenham uma base cultural comum e que haja pelo menos semelhança na configuração dos “corredores semânticos” que balizam sua percepção e cognição (BLIKSTEIN, 1998).

Posto isso, é possível que os interactantes cheguem a uma definição comum da situação local concreta e do contexto sociocultural em que atuam. Evidentemente, a compreensão mútua dos atores sociais depende da existência de modelos ou **mapas da realidade social**, ou seja, de “programas [que] forneçam um gabarito ou diagrama para a organização dos processos sociais e psicológicos de forma semelhante aos sistemas que fornecem tal gabarito para a organização dos processos orgânicos” (GEERTZ, 1989 [1973], p. 123). Somente a presença desse “gabarito cultural” (*id. ibid.*) pode explicar por que os membros de um grupo são comprometidos com as mesmas crenças e os mesmos valores; por que simpatizam com as mesmas visões sociais do mundo e por que mostram a mesma conduta moral, recorrendo inclusive às mesmas técnicas de regulação, às mesmas rotinas conversacionais, às mesmas práticas que tornam suas ações compreensíveis pelos outros, e às mesmas soluções para problemas recorrentes de comunicação. Tradicionalmente, as questões que envolvem as matrizes perceptíveis, apreciativas e acionais para a criação de uma consciência coletiva e o encaixamento das práticas da vida cotidiana nas grandes instituições sociais são discutidas sob a palavra-chave “ideologia”, que é o assunto das próximas seções do presente trabalho.

5. Linguagem, ideologia e organização social

I have the idea that there is a continuity from the living of life on the one hand right down to the morpheme on the other.

Ruqaiya Hasan (1996c)¹

Como vimos no capítulo 4, um objetivo geral das pesquisas sociológicas (por ex.: CERTEAU, 1990; DOUGLAS, 1970 e 1980; HELLER, 2000; PAIS, 2001) e discursivas (por ex.: LINK, 1992, 1996; TANNEN *et al.* 2007; TRACY, 2001) da vida cotidiana é buscar respostas à questão de por que o ser humano quase nunca percebe que ele mesmo cria seu universo ao interagir com seus iguais. Quase sempre, pois, os membros de uma sociedade, usando formas simbólicas que comunicam o sentido das suas ações, vivenciam seu mundo como uma realidade objetivamente dada. Desse modo, “a realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída de uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes da nossa entrada na cena” (BERGER e LUCKMANN, 2001, p. 38). Todavia, apesar de o **senso comum** acreditar que as coisas já estariam “naturalmente” no seu lugar antes que alguém pensasse nelas, os especialistas no agir humano apresentados no capítulo anterior nos asseguram que as pessoas participam da construção social dessa ordem quando constroem e interpretam os objetos do mundo conforme suas visões subjetivas e seus sistemas de valores e crenças. Em outras palavras: esses teóricos assumem uma posição epistemológica que pode ser resumida na frase: a compreensão produz pelas (inter)ações sociais as condições da sua própria compreensão.

Defendendo essa perspectiva do **construtivismo social**, esses pesquisadores da cena social cotidiana afirmam que a estruturação da língua em padrões de uso *não* reflete meramente a realidade, a identidade ou as relações sociais, mas tem um papel essencial na formação, manutenção e alteração delas. Do seu ponto de vista, o uso da linguagem não pode ser considerado uma atividade meramente individual e nem um mero reflexo de variáveis sociais; muito pelo contrário, o uso relaciona-se estreitamente com os fenômenos sociais: faz parte do

¹ Eu tenho a impressão de que há uma continuidade que vai desde a experiência de viver a vida, de um lado, até o morfema, do outro. (HASAN, 1996c, p. 1)

sistema social, é uma prática social e, como tal, é um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e se autorregula. Sendo um meio para a produção de sentido, a linguagem representa um elo entre as estruturas abstratas do sistema social, as práticas concretas que constituem o sistema interacional e os eventos cognitivos que formam o sistema psíquico.

Partindo, então, do pressuposto de que haja correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social, o interesse desses autores – como acabamos de ver no capítulo 4 – dirige-se, de uma maneira geral, aos métodos que os membros de uma comunidade utilizam habitualmente para realizar suas atividades cotidianas e para dar sentido ao seu “mundo vivencial” ou “mundo da vida” (*Lebenswelt*, no sentido de SCHUTZ, 1932). Nessa perspectiva, cada evento comunicativo reflete complexas **rotinas sociais**. Pressupõe-se, então, que a participação inconsciente dos interlocutores na construção do saber socialmente compartilhado se manifesta, particularmente, nas ações rotineiras que dão consistência, continuidade, familiaridade e orientação à vida cotidiana. O preço dessa estabilidade é a inevitável redução do πάντα ρέι (*panta rhei*)² do mundo aos estereótipos da normalidade. Uma manifestação óbvia de como a realidade é normalizada no cotidiano encontra-se na repetição dos modelos conhecidos de interação e na fixação de alguns desses padrões em formas rituais e em gêneros comunicativos (cf. LUCKMANN, 1986, 1988; GUNTHNER e KNOBLAUCH, 1994).

Quanto aos estereótipos, convém afirmar, ainda, que a realidade da vida cotidiana inclui esquemas tipificadores que determinam os modos como lidamos com nossos interlocutores na interação face a face. De fato, esses esquemas necessários para atender a problemas de rotina formam um **estoque cultural de conhecimento**. A participação nesse acervo disponível permite o posicionamento e a categorização dos indivíduos na sociedade. Visto isso, é claro que a conversa cotidiana não comunica apenas conteúdos, mas reproduz também um sistema de recomendações implícitas e de atitudes convencionais que podem corroborar a identidade social, confirmar os valores de uma comunidade e consolidar as relações

² Grego antigo: “tudo está em movimento”; aforismo atribuído ao filósofo pré-socrático Heráclito (cerca de 500 a.C.), que também afirmou: “é impossível entrar no mesmo rio duas vezes” e “a guerra é o pai de todas as coisas”.

entre os diferentes atores sociais. Assim, pois, tomar parte nesse estoque de conhecimento socialmente distribuído significa adquirir um **capital social** que tem sua própria estrutura de importância³.

De acordo com os autores que resenharemos, então, no presente capítulo, a posse de um determinado capital social pode contribuir para a produção, reprodução e transformação das relações sociais de poder (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9; THOMPSON, 1995 [1990], p. 16). Nem todos os membros de uma cultura ou comunidade têm o mesmo acesso aos capitais sociais disponíveis. Logo, a distribuição social do saber e das formas de ver o mundo faz dos modos como vivemos nossas relações com a sociedade uma questão de **ideologia**. Já que a linguagem tipifica as experiências, permitindo-nos agrupá-las em categorias e campos semânticos, é de se pressupor que, na vida cotidiana, as maneiras particulares de usar a língua produzem efeitos ideológicos também. De fato, a comunicação pode ser aproveitada para deixar parecer consensuais, naturais e universais as relações de poder e as diferentes visões do mundo.

Os textos e eventos comunicativos, com efeito, representam formas materiais do capital social e, como tais, têm um determinado **valor de troca** nos diversos domínios sociais (BOURDIEU & EAGLETON, 1996). Cada prática social interativa para fins comunicativos é ideológica e posiciona, de uma maneira específica, os seres humanos como sujeitos sociais. Como veremos no que se segue, trabalhar com essa dimensão ideológica da linguagem significa estudar os modos como a significação representa, legitima e promove os diferentes sistemas de pensamentos, valores e crenças e como os interactantes se envolvem em processos de constituição, manutenção ou alteração das suas relações com os outros e com a realidade social.

Segundo a opinião da maioria dos autores que serão apresentados neste capítulo, cabe ao pesquisador da vida cotidiana – diante do valor ideológico das práticas comunicativas nas quais as pessoas se envolvem – deixar guiar-se por um

³ “Assim, em termos do estoque de conhecimento objetivado na sociedade americana, não tem importância estudar o movimento das estrelas para prever o movimento da bolsa de valores, mas tem importância estudar os lapsos de língua e outros atos falhos de um indivíduo para descobrir coisas sobre sua vida sexual” (BERGER & LUCKMANN, 2001, p. 67).

interesse emancipatório, com o propósito de promover uma **consciência crítica** quanto ao papel da linguagem nas práticas sociais. A preocupação com a opacidade ideológica do sentido dos enunciados refere-se, particularmente, às estratégias comunicativas dos indivíduos e dos grupos sociais e aos efeitos que os processos semióticos têm sobre nossas convicções, nossos conhecimentos e valores, sobre nossas relações sociais e, também, sobre nossas identidades individuais e coletivas. Um objetivo principal do tipo de pesquisa abordado neste capítulo é desmistificar a pretensão das diferentes visões sociais do mundo a uma validade absoluta; desnaturalizar o que foi naturalizado pelas doutrinas e práticas sociais e demonstrar como o senso comum e os sistemas de signos são socialmente constituídos e como se relacionam “com o conjunto da vida social e com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, etc.” (LÖWY, 1997, p.16).

5.1 Elementos da análise do discurso

O termo “análise do discurso” refere-se a um conjunto de métodos para analisar textos orais e escritos e estudar os processos comunicativos que lhes dão origem. De uma maneira geral, as diversas abordagens da análise do discurso baseiam-se na pressuposição de que o discurso não reflete apenas a realidade social, mas a produz. Em outras palavras: o discurso não é uma mera realização da língua, mas é, essencialmente, a condição prévia para que a língua como sistema e estrutura possa existir. Além disso, é certo que o uso da língua envolve atividades interacionais que se situam, sempre, num determinado contexto sócio-histórico e situacional. O sentido, nessa perspectiva, é considerado um produto das relações sociais e culturais que, de uma maneira ou outra, se concretizam na língua. Já que não se pode negligenciar o caráter essencialmente social e interativo da língua, é mister apreender os textos e discursos na multiplicidade de suas dimensões sociais e interpretá-los no contexto da prática da qual emergem. A análise do discurso, então, pode ser definida por três critérios fundamentais: (i) ela trata do uso da língua numa perspectiva que ultrapassa os limites da oração e do enunciado isolado; (ii) ela estuda as propriedades dialógicas e interativas da comunicação verbal e não verbal; e (iii) ela focaliza a interrelação entre a língua e a sociedade (STUBBS, 1983, p. 1).

Num primeiro momento, há de distinguir entre dois objetivos diferentes para trabalhar com o discurso: de um lado, é possível descrever as estruturas complexas e os mecanismos do uso da língua em determinados contextos sócio-históricos e situacionais com o fim de conhecer melhor o **funcionamento da linguagem** e de descobrir como as atividades textual-discursivas são organizadas; do outro lado, é comum também usar as interações linguísticas como fonte para ganhar novos conhecimentos sobre **outros aspectos da vida social**. Nesse caso, a vida é considerada como uma série de práticas sociais para fins comunicativos que contribuem para a construção e reprodução da realidade social. A análise do discurso, evidentemente, trata tanto da vida como da linguagem (CAMERON, 2001, p. 7).

Num segundo momento, vale dizer, também, que o discurso, de uma maneira geral, pode ser analisado, de um ponto de vista **estrutural**, como uma forma linguística estruturada, ou, num ponto de vista **funcional**, como manifestação de uma ação que serve para vários tipos de função. A “análise do discurso”, então, é vista como um conceito amplo que abarca tanto os estudos estruturais quanto os funcionais que se inserem em qualquer uma de mais ou menos uma dezena⁴ de abordagens teóricas e metodológicas que estudam os fenômenos discursivos. No seu sentido amplo, o termo, então, não denota um método particular, mas descreve simplesmente o objeto de estudo (TANNEN, 1989, p. 6). Neste trabalho restrito, porém, usaremos o termo antes numa interpretação funcional ou acional que numa estrutural; pois, partindo da ideia de que a forma e a função são relacionadas intimamente, focalizaremos os aspectos estruturais na perspectiva de que a organização formal do discurso se explica pela finalidade a qual ela serve. Em outras

⁴ Além de ser usado como termo “guarda-chuva” que inclui todas as escolas relevantes, a análise de discurso inclui, particularmente, as seguintes abordagens: 1) a análise de texto baseada na gramática sistêmico-funcional de Halliday & Hasan (1989); 2) a análise pragmática dos níveis supraoracionais no sentido da Escola Britânica (SINCLAIR & COULTHARD, 1975), da Escola de Genebra (REBOUL & MOESCHLER, 1998; ROULET *et al.*, 2001) e da pragmática funcional (EHLICH & REHBEIN, 1986); 3) a análise da interação linguística como é realizada pela etnometodologia (GARFINKEL, 1967) e pela análise da conversação (SACKS, 1992); 4) a *Gesprächsanalyse*, como foi desenvolvida pela Escola de Freiburg (BEHRENS *et al.* 1976, STEGER *et al.*, 1974) que, inspirando-se na sociologia americana e na etnometodologia, desenvolveu um modelo para os diferentes tipos de situações de fala (*Gesprächssituationstypen*); 5) a análise de discurso de orientação dialético-materialista como foi promovida por Techtmeier (1984) e outros; 6) a análise de discurso como um método para investigar as maneiras como a ideologia e o poder influenciam o comportamento verbal dos membros de uma sociedade (por ex.: FOUCAULT, 2000; JÄGER, 1993; LINK, 2005; MAINGUENEAU, 2008; PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 1999); 7) a análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 1995; VAN DIJK, 1993; WODAK, 2002)

palavras, nosso trabalho baseia-se em duas pressuposições: primeiramente, há funções da língua que são externas ao sistema linguístico; e, segundo, essas funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

5.1.1 Um empreendimento empírico

A análise do discurso é, essencialmente, um empreendimento empírico e interdisciplinar. Empírica ela é na medida em que recorre a dados autênticos, observados em situações reais de comunicação. Sabe-se, no entanto, que os dados empíricos são sempre dados interpretados também. Logo, é preciso distinguir entre estudos que analisam os dados como objetos de descrição e estudos que se baseiam em dados como objetos da realidade (socialmente construída). De fato, essa distinção separa os trabalhos que servem para a **verificação de teorias**, dos trabalhos que servem para a **elaboração de teorias**. No primeiro caso, trata-se de pesquisas qualitativas que partem de certas hipóteses (*hypothesis-driven approach*) baseadas numa teoria que especifica quais tipos de dados seriam relevantes para a descrição. Nessa abordagem, é normal apurar as idiossincrasias, excluir as realizações não padronizadas e selecionar apenas as estruturas que têm relevância para a verificação ou falsificação das hipóteses. No segundo caso, trata-se de trabalhos qualitativos que – independente de uma teoria ou hipótese pré-formada para filtrar o conjunto de dados a observar – abordam seu campo de pesquisa partindo, diretamente, dos dados observados numa situação concreta (*data driven approach*). Nessa segunda perspectiva, nada é aleatório e cada detalhe merece uma interpretação adequada.

Isso não obsta a que os estudos que procedem por **indução** e não formulam *a priori* hipóteses e que não tentam reduzir a influência externa sobre os aspectos selecionados para o estudo também sigam certos critérios preestabelecidos, pois nenhum pesquisador entra no campo de pesquisa com mãos vazias. Seria ingênuo pensar que cada trabalho empírico começa no zero, sem qualquer formação intuitiva de hipóteses prévias. Todavia, nos estudos que não se desenvolvem dedutivamente, mas se constroem sobre os dados, essas hipóteses servem como dispositivos exploratórios que têm, antes de tudo, um **valor**

heurístico: são os conhecimentos prévios dos pesquisadores que orientam o trabalho investigativo, garantem a conformidade das decisões metodológicas com o fenômeno a pesquisar e asseguram a qualidade dos resultados obtidos. As pesquisas concretas – e o presente trabalho nisto não faz uma exceção – tendem a realizar-se numa escala entre os dois polos descritos aqui.

5.1.2 O caráter interdisciplinar

O outro traço importante da análise do discurso é seu caráter **interdisciplinar**. Hoje, o estudo das práticas sociais interativas para fins comunicativos representa uma linha de pesquisa em muitos programas de pós-graduação em linguística e é reconhecido amplamente como uma área de investigação acadêmica com canais próprios de publicação especializada, mas, do ponto de vista histórico, é inegável que muitas perguntas sobre as práticas da produção textual-discursiva e os principais conceitos teóricos da nova disciplina têm sua origem em tradições intelectuais de longa data. De fato, a pesquisa dos fenômenos discursivos ocorre num campo de intersecção de perguntas linguísticas, sociais e cognitivas. Logo, os pesquisadores envolvidos nos estudos da área recorrem, frequentemente, a conhecimentos linguísticos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, literários, etc. para desenvolver teorias sobre a área do seu interesse. Metodologicamente, é comum aproveitar todos os caminhos para a compreensão: observação participante, introspecção, testes experimentais, simulação computadorizada, gravação e transcrição de conversas autênticas e tudo o que parece ser adequado para chegar a um modelo válido dos complexos fenômenos da interação comunicativa. De uma maneira geral, os estudiosos sentem-se bem à vontade quando se trata de adaptar o objeto de pesquisa e a metodologia aos seus interesses específicos. É evidente que tal atitude é uma reação contra o reducionismo da linguística tradicional, que sempre estabeleceu certos limites predeterminados para o domínio do seu estudo.

Todavia, o caráter interdisciplinar da análise do discurso não pode ser comparado com a interdisciplinaridade de certas subdisciplinas da linguística tradicional, como a psicolinguística, a sociolinguística ou a pragmatolinguística, que

tentam compensar a substituição da língua autêntica por um artefato, acrescentando, aos conhecimentos sobre o suposto núcleo do objeto de pesquisa, seus resultados específicos sobre aspectos adicionais. Tais abordagens, como observa Ehlich (1996, p. 185), permanecem coladas, ainda, nas mesmas demarcações que seus autores intentaram criticar. A análise do discurso, ao contrário disso, emprega uma abordagem fundamentalmente diferente e afirma ser a linguagem, essencialmente, um produto da cognição e da sociedade (CHAFE, 1990, p. 20). Não se trata, então de uma área complementar, mas de um **campo de pesquisa *sui generis***, que coloca o estudo sociointeracionista da comunicação no centro das ciências da linguagem. Com essa mudança radical do foco de pesquisa – do sistema da língua para as práticas discursivas –, a linguística sai da torre de marfim do paradigma saussuriano e começa a discutir as relações entre o sistema da língua e o uso da língua em contextos institucionais e não institucionais; contribuindo, desse modo, para o estudo da competência comunicativa (HYMES, 1971) e colaborando na habilidade dos falantes de refletir criticamente sobre o comportamento linguístico que produz os diferentes tipos de discurso.

5.1.3 Alguns objetos de estudo

Após ter apontado essas razões para fazer a análise do discurso, convém mencionar alguns dos seus **objetos de estudo**. No âmbito do estudo da modalidade oral da produção textual-discursiva, aplica-se uma série de categorias e conceitos básicos sobre os quais há um amplo consenso quanto à sua definição e ao seu escopo nos níveis micro, macro e intermediário das estruturas conversacionais: estamos falando, antes de tudo, do sistema da tomada do turno, que representa o aspecto mais óbvio das interações linguísticas fundadas na realidade sonora; do funcionamento desse sistema, pode-se concluir, em seguida, pela presença de um conjunto de regras, realizadas por signos convencionais cuja troca, geralmente, garante que os processos interacionais vão decorrer sem maiores atritos. Entre outras coisas, pertencem a esse maquinismo de alteração de turno: o mecanismo de correção, a ordem das preferências, a estrutura normativa dos pares conversacionais, a distribuição sistemática dos papéis dos participantes, a organização do tópico, a relevância local dos marcadores conversacionais e a

organização global do discurso em “abertura”, “desenvolvimento” e “fechamento” (HUTCHBY e WOUFFITT, 1999; NOFSINGER, 1991; CAMERON, 2001; MARCHUSCHI, 2001). No capítulo 9 do presente trabalho, mostraremos empiricamente como o uso rotineiro dos componentes desse painel de controle possibilita a produção de uma conversação cotidiana.

Com base nesses conceitos bem estabelecidos e amplamente conhecidos, observa-se, na literatura relevante dos últimos anos, um interesse maior em três assuntos particulares: trata-se, a saber, da análise de estratégias discursivas que estabelecem simetria ou assimetria entre os interlocutores, da pesquisa de aspectos discursivos não verbais e não vocais e, sobretudo, do estudo dos diversos tipos ou gêneros de discurso. Como veremos mais adiante, a produção moral no gênero fofoca – ao contrário, por exemplo, de bate-bocas – envolve, sobretudo, o emprego de estratégias discursivas que estabelecem simetria entre os interlocutores; além disso, mostrar-se-á que os signos não verbais e não vocais têm nesse gênero (como em todos os outros tipos de interações face a face) um papel importante que, devido às restrições metodológicas impostas pelas gravações em áudio, não poderá ser explorado pormenorizadamente na análise da conversação transcrita no anexo. Por agora, prosseguimos com uma descrição resumida desses três aspectos do discurso preferidos pela pesquisa mais recente.

5.1.3.1 As estratégias de solidariedade e discordância

Uma primeira perspectiva explorável encontra-se na análise dos métodos pelos quais os interlocutores coordenam e equilibram suas necessidades ou interesses sociais e individuais. Nesse domínio, convém distinguir entre um comportamento verbal que exprime **solidariedade**, consenso e simpatia e interações que revelam **discordância**, dissensão e o exercício do poder. Mesmo que os interlocutores, em geral, baseiem-se nas normas da cooperação e nos princípios da polidez para manter uma boa interação linguística (MEIRELES, 1999), é de se pressupor que o comportamento simpatizante não seja o protótipo por excelência da interação verbal, já que as virtudes da tolerância e da solidariedade se restringem às formas mais iluminadas da conversação. De uma maneira geral, vale

dizer que a ordem do discurso “é formada pelos combates sociais e é dividida pelas desigualdades do poder” (FAIRCLUOGH, 1989, p. 10). Devido a essas assimetrias, é possível surgirem, em qualquer tipo de discurso, posições conflitantes e um comportamento de não apoio.

Quanto às **estratégias de divergência**, é geralmente oportuno distinguir entre os conflitos de base e a sua realização interativa. De fato, vários especialistas (por exemplo: CHRISTMANN & GUNTNER, 1996; GRUBER, 1996, NOTHDURFT, 1997; SCHANK & SCHWITALLA, 1987) escolheram como objeto de estudo os processos interativos na vida cotidiana nos quais os conflitos surgem, agravam-se e se atenuam (ou não). A concentração da atividade analítica sobre o decorrer dos turnos de fala não quer dizer que as conversações que envolvem dissensão, desavenças e provocações não se baseiem em conflitos psíquicos, interpessoais ou sociais reais. Todavia, estes simplesmente não ocupam o foco da análise, mas servem apenas para explicar os processos verbais observados. A experiência cotidiana mostra que conflitos verbais são fenômenos emocionalmente carregados que se baseiam frequentemente em discordâncias sobre o objetivo de uma ação⁵, sobre opiniões com relação a um determinado assunto⁶ ou sobre a definição de uma dada situação⁷. Para poder falar de um verdadeiro desentendimento, no entanto, parece-nos essencial que os participantes, de fato, articulem seus diferentes pontos de vista, interesses e opiniões de uma maneira não cooperativa que ultrapassa as tolerâncias individuais e culturais e viola seriamente a face do oponente (cf. GRUBER, 1996, p. 53 e seg.; SCHWITALLA, 1987, 107 e seg.).

No que diz respeito às **estratégias de convergência**, costumam-se analisar as múltiplas formas da chamada “comunicação fática”, na qual a linguagem é usada predominantemente como um recurso para negociar a identidade social e para estabelecer, situar e cultivar relações pessoais. Essa determinação do objeto

⁵ Por exemplo: “ele” quer se divertir num jantar romântico, enquanto “ela” quer “discutir a relação”.

⁶ Por exemplo: “ele” defende a opinião de que o uso de métodos anticoncepcionais é muito “careta”, enquanto “ela” teme as inconveniências de uma gravidez indesejada e destaca a importância da prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis.

⁷ Por exemplo: “ele” interpreta o jantar como uma chance de aumentar o número de parceiras de curto prazo, com boa aparência física, saúde e alto valor reprodutivo, acessíveis, sem compromissos ou altos investimentos afetivos e materiais, enquanto “ela” procura defender sua reputação social e considera o encontro como um de uma série de tentativas para desenvolver laços afetivos e uma cooperação mútua que poderão terminar na eleição de um parceiro de longo prazo, disposto a fazer um investimento maior em tempo e recursos afetivos e materiais.

de estudo inclui, sobretudo, todos os tipos de interações caracterizadas por uma avaliação recíproca positiva dos parceiros, por uma orientação comunicativa cooperativa, não-egocêntrica e por um ambiente afetivo-social de simpatia. Nas ações realizadas para gerar esse tipo de comunicação, os interactantes empenham-se para preservar e fortalecer mutuamente a autoimagem dos participantes, para manter um equilíbrio ritual com relação à preservação da face e para manifestar reciprocamente sua disposição de ouvir o que o outro tem para dizer. Em nossa análise exemplar apresentada no capítulo 9, focalizaremos, sobretudo, os padrões e sequências conversacionais e as formas expressivas empregadas para constituir um gênero comunicativo que é centrado no cultivo de boas relações interpessoais. Por motivos de clareza, no entanto, faremos ocasionalmente também comparações com interações que revelam discordância, desarmonia ou hostilidades para demonstrar a diferença entre estratégias discursivas que demonstram compreensão emocional, empatia e identificação com os valores e atitudes do outro e estratégias discursivas que objetivam exercer o poder e, se possível, controlar a interação.

5.1.3.2 Os aspectos não verbais e não vocais

Uma segunda linha de pesquisa não se contenta com a descrição das manifestações verbais nas interações comunicativas, mas ocupa-se, especialmente, dos **aspectos não verbais e não vocais** que acompanham ou substituem as expressões verbais. Gostaríamos de aproveitar a menção desse campo relativamente novo de estudo, para antecipar uma observação metodológica: não queremos negar que esse tipo de pesquisa já trouxe resultados muito importantes para o estudo da linguagem em interação. É difícil acreditar, no entanto, que a inclusão dos gestos, das expressões faciais e dos movimentos dos olhos, da cabeça e do corpo represente uma condição *sine qua non* para a análise do discurso. Primeiramente, há muitos gêneros discursivos que se distinguem justamente pela falta desse tipo de recursos (por exemplo: conversação por telefone, programas de rádio e todos os gêneros escritos); segundo, os dados não verbais fornecem, muitas vezes, pistas adicionais que fomentam os resultados da análise dos dados verbais, mas não os contradizem; portanto, apesar da redução inevitável de informações, os aspectos verbais podem perfeitamente satisfazer as necessidades do pesquisador

se o objetivo do estudo não exige dados de outra natureza; terceiro, um acréscimo de cada vez mais dados não conduz automaticamente a resultados melhores; é sempre possível aumentar o número de dados, mas a confiabilidade dos resultados não melhora se esses passos metodológicos não são feitos em conformidade com o objeto e o propósito da pesquisa. Por isso, é essencial incluir dados *relevantes* que facilitem a verificação das afirmações teóricas e que revelam como os passos analíticos levaram à formulação de uma hipótese estrutural sobre o discurso em questão.

5.1.3.3 Os gêneros comunicativos

A terceira perspectiva explorável baseia-se no fato de que a comunicação está sujeita à **força do hábito**. Logo, a realização, transmissão e tradição das nossas experiências com o modo de vida são percebidas de acordo com os costumes do corpo social ao qual pertencemos. A prática retórica de cada comunidade estabelece convenções do discurso que espelham a experiência dos seus membros e que servem como “meios de ‘agir em conjunto’” (MILLER, 1984, p. 36). Trata-se de formas estruturais que as culturas usam em certos contextos para atingir os mais diversos propósitos comunicativos. Numa perspectiva funcional, é comum chamar essas formas tipificadas de gênero (textual, discursivo ou comunicativo). Conforme Gansel & Jurgens (2002, p. 60), o termo refere-se “à presença ou ocorrência de um conjunto de textos numa delimitada área comunicativa que se define por características sociais e situacional-funcionais”.

Os gêneros se constituem por uma relação prototípica de características contextuais e estruturais. Eles formam o enquadre para padrões linguísticos prototípicos que se baseiam nas convenções dos usuários de uma língua e que se distinguem por características funcionais, midiático-situacionais e temáticas, assim como por uma estrutura formal correspondente (*op. cit.*: 78).

De fato, é de se pressupor que cada gênero cumpre certas tarefas ou funções em determinadas situações ou esferas de atividade. Desse modo, ao realizar seus propósitos comunicativos, os falantes encontram, nesses domínios, repetidamente as mesmas estruturas e formulações, enquanto outras, evidentemente, são evitadas. Daí que surge neles a ideia de que essas repetições

não são casuais, mas seguem determinadas regras ou padrões. Em outras palavras, os membros de uma comunidade linguística se deparam com os gêneros em determinadas situações e **domínios comunicativos**; por conseguinte, as características desses gêneros se apresentam, a eles, como resultado desse encaixamento contextual. No âmbito da comunicação institucional vale mencionar as seguintes áreas de comunicação: a sala de aula, o escritório, o consultório médico, o tribunal de justiça ou o balcão de atendimento; mas, a nosso ver, é a conversação cotidiana não institucionalizada que representa a conversa mais prevalente e a forma de interação mais básica no inventário comunicativo de uma comunidade. Nofsinger (1991, p. 2) até acredita que o estudo do comportamento linguístico nesse domínio representa uma condição prévia para a descrição dos outros tipos de discurso.

Para Bakhtin (1952/1992), os gêneros representam uma categoria histórica, complexa e heterogênea, que inclui tanto as formas orais quanto as formas escritas de comunicação, ou seja, o conceito refere-se tanto às mais breves interações cotidianas, como uma ordem ou uma saudação, quanto aos mais complexos textos científicos ou publicações literárias.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...]. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que dominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1992, p. 279).

Partindo dessa definição, o mesmo autor classifica os enunciados conforme **dois critérios tipológicos**: i) conforme a possibilidade ou não de haver uma troca imediata do turno e ii) conforme o grau de especialização do tipo de comunicação que deu origem a um enunciado. Evidentemente, o **primeiro critério**

separa os enunciados monológicos dos dialógicos (no sentido restrito). Sem entrar em detalhes, basta dizer aqui que, conforme o autor, “a unidade real da língua que é realizada na fala [...] não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo” (BAKHTIN, 1997, p. 145 e seg.). Logo, os enunciados de “um interlocutor único [...] são monológicos somente em sua forma exterior, mas, em sua estrutura interna, semântica e estilística, eles são, com efeito, essencialmente dialógicos” (BAKHTIN, 1984, p. 44).

O **segundo critério**, por sua vez, realça que “toda palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1997, p. 95) e que, na produção desse sentido ideológico, há diferentes graus de especialização. Observando o uso da linguagem em áreas específicas da interação, Bakhtin, faz uma distinção entre os **gêneros primários** da comunicação espontânea, não especializada, que produz a ideologia da vida cotidiana (de apreensão intelectual mais fácil), e os **gêneros secundários** da comunicação mais elaborada, especializada, que produz construções ideológicas teoricamente mais fundamentadas (e de apreensão intelectual mais difícil). Diz-se que os gêneros primários “da conversação familiar, das narrativas espontâneas e das atividades efêmeras do cotidiano” “estão em relação direta com seu contexto imediato” (FARACO, 2005, p. 117). Os gêneros secundários, por outro lado, incluem as “formações complexas que são elaborações da comunicação cultural organizada em sistemas específicos como a ciência, a arte, a política” (MACHADO, 2005, p. 155). Ao contrário das formas comunicativas especializadas em produzir uma determinada ideologia (que, geralmente, se vincula ao *ethos* específico de um dos subsistemas funcionalmente diferenciados da sociedade), a comunicação cotidiana é ligada mais diretamente à produção material e à infraestrutura da ordem social (BAKHTIN, 1997, p. 119). Contudo, “há uma passagem constante do plano secundário para o primário e deste para aquele” (FARACO, 2005, p. 118) e, nesse contato ininterrupto que se dá entre os dois tipos de gêneros, ocorrem as manifestações vivas das relações culturais. Para Bakhtin (1997, p. 66), “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória”.

Ainda conforme Bakhtin (1992, p. 302), os gêneros são dados às pessoas junto com a língua materna: “se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível”. Os gêneros, por conseguinte, não são resultados do trabalho classificatório dos cientistas, mas pertencem àquele conhecimento que Ehlich (1986, p. 54) chama de “etnoteorias”. Para Heinemann & Viehweger (1991, p. 109), o **saber etnotipológico** representa uma parte muito importante do sistema cognitivo para a comunicação.

Na **perspectiva sociodiscursiva** de Bakhtin, os gêneros são uma realidade cognitiva que, através da consciência individual, faz parte da consciência social. Visto isso, é evidente que os falantes adquirem as estruturas e as formas de uso dos gêneros durante o processo da socialização primária e secundária. Uma vez que a tradição dos gêneros é um processo sócio-histórico, é claro que os diferentes falantes e grupos de falantes se distinguem por diferentes graus de competência (produtiva, receptiva, reprodutiva) nessas formas padronizadas para a solução de determinados problemas de comunicação. Daí que muitas pessoas capazes de falar uma língua extraordinariamente bem se sentem desamparadas em determinados domínios comunicativos cujos gêneros elas não dominam.

Muitas descobertas de Bakhtin reencontram-se na **etnografia da comunicação**, que se baseia na ideia de que os interlocutores não reagem simplesmente às circunstâncias materiais, mas constroem o contexto ativamente durante a interação. É de se pressupor, portanto, que o enunciado não é determinado apenas pelo contexto do seu uso, mas que os próprios enunciadores usam todas as estratégias comunicativas à sua disposição para definir a situação e para indicar o nível da relação social:

Os falantes proferem orações não apenas para transmitir significados (referenciais) ou informações; eles encaixam seus enunciados simultaneamente num contexto e facilitam, desse modo, sua compreensão pelo receptor (AUER, 1986, p. 23).

Na perspectiva de Goodwin & Duranti (1992), o contexto de um evento discursivo é um *frame* (GOFFMAN, 1974) que envolve as diferentes atividades

comunicativas e fornece pistas para sua interpretação adequada. As atividades comunicativas que se repetem, tipicamente, numa comunidade e cuja realização frequente é importante para a sociedade, tendem a produzir **padrões típicos** nos quais os falantes possam orientar-se. Convém dizer, então, que os gêneros, nessa abordagem, representam um tipo de produtos acabados que estão à disposição dos agentes sociais.

Sem fornecer uma definição clara do gênero, Hymes (1972a, p. 61) afirma que ele representa um componente importante do *speech event* e, deste modo, faz parte do “inventário comunicativo” de uma comunidade:

Os gêneros coincidem, muitas vezes com os eventos comunicativos, mas devem ser tratados analiticamente como se fossem independentes deles. Eles podem ocorrer em (ou como) diferentes eventos. O sermão como gênero é identificado tipicamente com um certo momento numa cerimônia religiosa, mas suas propriedades podem ser invocadas em outras situações para produzir efeitos sérios ou humorísticos.

Os gêneros comunicativos ocupam a área intermediária entre as estruturas universais e os eventos individuais. Para os interactantes, eles representam **padrões de orientação** que têm um valor normativo, mas que não podem ser reduzidos a meras formas ideais. Pelo contrário, o sentido dos gêneros revela-se apenas se são consideradas, também, as práticas e as maneiras específicas (por exemplo: irônica, lúdica, ritualística) pelas quais os interlocutores adaptam os padrões às suas finalidades particulares.

Contudo, os gêneros não são apenas determinados pelos contextos sociais, mas eles mesmos contribuem na produção de contextos sociais, pois através do uso de certas formas comunicativas **os interlocutores produzem o contexto** que, por sua vez, torna suas ações interpretáveis. Os gêneros comunicativos, por conseguinte, não podem ser vistos como isolados da estrutura social; pelo contrário, eles formam o elo objetivo entre os conhecimentos subjetivos e as estruturas sociais (cf. ALEXANDER, GIESEN e MUNCH, 1987; CICOUREL, 1980, 1981, 1985; COLLINS, 1981, 1994).

Nas **abordagens sociorretóricas**, o conceito do gênero refere-se a “uma classe de eventos comunicativos que compartilham um conjunto de propósitos

comunicativos [que são] reconhecidos pelos membros especialistas da respectiva comunidade discursiva” (SWALES, 1990, p. 58). Para Berkenkotter & Huckin (1993, 1995, p. 3), que se interessam pelo potencial que os gêneros têm em estruturar as ações sociais, o termo refere-se a “estruturas retóricas dinâmicas que podem ser manipuladas de acordo com as condições de uso”. De uma maneira geral, todos os modelos teóricos que enfatizam o propósito comunicativo como critério distintivo dos gêneros têm problemas quando se ocupam de eventos discursivos que servem, implícita ou explicitamente, a vários propósitos comunicativos ou que não têm uma forte orientação teleológica que poderia ser identificada, claramente, pela análise das estratégias comunicativas. O que, nesses casos, dificulta a análise ainda mais é o fato de muitos gêneros variarem bastante, de acordo com o tipo de atividade que constituem ou de que fazem parte (FAIRCLOUGH, 2003, p. 72). Os modelos teóricos que evitam esse tipo de frustração, geralmente, realçam aspectos estruturais e a flexibilidade dos gêneros em questão. Afirma-se, nessas abordagens, que os gêneros podem ser encaixados, misturados ou conectados em cadeias; que eles dispõem de elementos obrigatórios e optativos; e que eles se compõem de diferentes estágios que, por sua vez, seguem uma ordem fixa ou variável e podem ser iterados ou não (HASAN, 1989).

Para o sociólogo do conhecimento Luckmann (1986, p. 202, 1992, p. 8), que introduz o conceito dos **gêneros comunicativos**, os gêneros são ferramentas eficazes para “soluções histórica e culturalmente específicas, mais ou menos formalizadas, padronizadas e obrigatórias para problemas comunicativos particulares”. Em outras palavras: os gêneros não são pensados apenas “pelo viés estático do produto”, como conjuntos de objetos que partilham propriedades formais, mas, “pelo viés dinâmico da produção”, a partir da “correlação entre os tipos de enunciados e suas funções na interação socioverbal; entre os tipos e o que fazemos com eles no interior de uma determinada atividade social” (FARACO, 2003, p. 111). Conforme Gunthner e Knoblauch (1994, p. 705-708), todos os gêneros têm uma **estrutura interna** que resulta da relação entre seu propósito básico e o código comunicativo usado para sua realização. O conjunto dos padrões comunicativos que formam a estrutura interna reúne, de uma maneira mais ou menos estável, os elementos preseleccionados nos diferentes níveis do código (isto é, no nível da prosódia, do léxico, da gramática, da semântica, retórica, etc.).

Cada gênero distingue-se, além disso, por um nível estrutural que diz respeito à realização situacional desses elementos. Esse **nível intermediário** (GUNTNER E KNOBLAUCH, 1994, p. 708-711) inclui todos os padrões que facilitam, no contexto imediato da interação, a organização da interação, o entendimento dialógico e o relacionamento dos interactantes com a microecologia da situação comunicativa (GOFFMAN, 1983).

Enfim, existe ainda uma **estrutura externa** (GUNTNER e KNOBLAUCH, 1994, p. 711-715) do gênero que é determinada pela relação entre as concretas ações comunicativas e a abstrata ordem social e que proporciona o encaixamento do gênero nas estruturas sociais. De uma maneira geral, a estrutura externa diz respeito a todas as características que ultrapassam o contexto imediato da situação, tais como: a definição da situação comunicativa e do domínio social, a área institucional, o tipo e o papel dos interactantes e a relação entre eles.

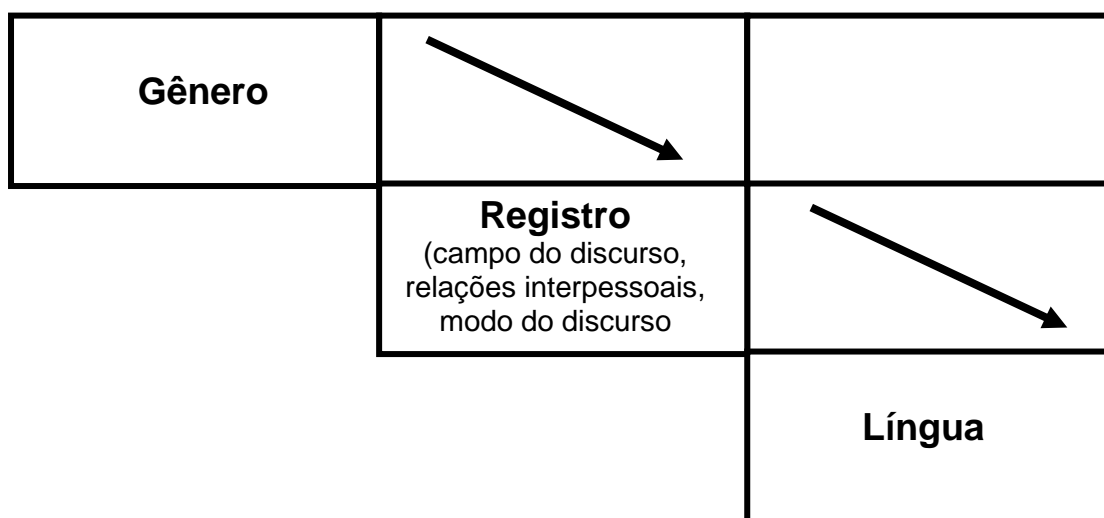
Juntos, esses três níveis estruturais determinam o **padrão geral** em que se baseiam as atividades comunicativas que pertencem a um gênero específico. A existência de um plano comunicativo para a solução rotineira de um problema específico obriga os interlocutores a manterem-se mais ou menos fiéis ao modelo traçado; mas, por outro lado, é de se esperar que o uso dessas formas padronizadas nas práticas cotidianas diminuirá a carga cognitiva, facilitará a sincronização e coordenação das ações e garantirá a aceitabilidade social.

Explorando uma **perspectiva sociossemiótica**, Hasan (1989, p. 56) vincula forma, função e contexto social, ao definir o gênero como “manifestações da linguagem que exercem um propósito em dado contexto social”. Conforme a autora, a **configuração contextual**, ou seja, o conjunto específico de valores que realizam o campo discursivo (*field*), as relações interpessoais (*tenor*) e o modo do discurso (*mode*) numa dada situação (HASAN, 1989, p. 55), pode ser usado para prever a totalidade de comportamentos possíveis e o potencial estrutural dos textos que pertencem ao mesmo gênero discursivo (HASAN, 1996, p. 42). Martin (1992, p. 505) também atenta para essa perspectiva que, simultaneamente, ressalta o caráter estrutural e a função social a desempenhar: de acordo com o autor, os gêneros se

realizam em “processos sociais orientados para um propósito, organizados em estágios e realizados por um registro”.

De acordo com Hasan (1996, p. 53), “a **estrutura potencial de gênero** (EPG) é uma categoria abstrata que descreve a escala completa de estruturas textuais disponíveis num determinado gênero”; isso significa que cada EPG inclui tanto os elementos obrigatórios quanto os elementos opcionais da estrutura esquemática de um gênero particular. Pode-se dizer, então, que cada gênero é realizado por uma combinação de diferentes valores para as variáveis do registro; as variáveis do registro, por suas vez, são realizadas pelas formas linguísticas e a língua, finalmente, é o meio pelo qual ambos, i.e., o gênero e o registro, podem ser identificados (Quadro 3).

Quadro 3: **A estratificação do contexto**



Fonte: MARTIN, 1992, p. 495

Baseando-se nesse conceito, Christie e Unsworth (2000, p. 12) explicam resumidamente a importância que a noção do gênero tem na linguística sistêmico-funcional (LSF):

O contexto da cultura pode ser visto como o amplo repertório dos gêneros discursivos pelos quais os membros de uma cultura procuram realizar seus objetivos nos processos sociais. O potencial de gêneros de uma cultura particular inclui as configurações possíveis das variáveis de registro, ou seja, as combinações aceitáveis entre campo do discurso, relações interpessoais e modo do discurso. O conceito do gênero diz respeito ao fato

de que os valores do campo do discurso, das relações interpessoais e do modo do discurso não se combinam livremente e que as combinações sistemáticas que são permitidas numa dada cultura, num momento histórico particular, podem ser explicadas, pelo menos teoricamente, por redes de gêneros.

Por certo, o conhecimento específico sobre os princípios estruturais e a arquitetura global dos textos confere aos falantes a habilidade de colaborar nas mais diversas áreas comunicativas através de contribuições socialmente adequadas e apropriadas a uma dada situação. Sabe-se que a **competência nos gêneros textuais** é formada e ampliada pelas experiências cotidianas nas instituições de ensino, na profissão e na vida particular. Quanto maior e mais específico esse conhecimento é, tanto melhor para as pessoas saberem comunicar-se. De fato, os falantes competentes têm uma boa noção sobre quais gêneros podem ocorrer nas diferentes áreas de comunicação e eles mesmos sabem, muito bem, classificar os textos recebidos conforme tipologias convencionais adquiridas durante sua socialização. Também vale lembrar que eles são capazes de repetir, com variações oportunas, o mesmo texto em contextos diferentes. Além disso, em determinados contextos situacionais e sociais, sabem identificar e classificar enunciados típicos ou princípios de organização e responder com reações apropriadas. Ademais, conhecem os conteúdos ou temas característicos para um determinado gênero e as finalidades internas e externas dos esquemas ou padrões relevantes. Finalmente, convém acrescentar, ainda, que reconhecem, frequentemente, uma classificação incoerente ou as eventuais misturas de gêneros e padrões.

Essa competência nos gêneros é adquirida nas diferentes **áreas de comunicação**. Faz parte, também, desse conhecimento saber que um gênero pode surgir em diferentes domínios comunicativos e que, portanto, pode assumir formas variáveis. Quanto ao discurso partidário (cf. LAUSBERG, 1993, p. 83-85), por exemplo, sabemos que a retórica antiga já distinguiu entre o gênero deliberativo, o gênero demonstrativo e o gênero judicial. Evidentemente, há gêneros que podem ocorrer em várias áreas de comunicação, enquanto outros podem ser associados apenas a uma única (por exemplo: missa pontifical). A classificação de um texto conforme um determinado gênero, então, nem sempre implica simultaneamente uma determinação inequívoca de uma dada esfera social com relações sociais e instituições características. Além disso, a denominação dos gêneros pode ser

motivada de várias maneiras, por exemplo, pela função textual (solicitação, queixa, declaração, convite), pelo conteúdo (necrológico, diário de classe, lista de compras) pelo método de textualizar o tema (relatório, comentário, entrevista), pela situação comunicativa (carta comercial, carta pessoal, portaria ministerial, ofício-circular), pelo meio de comunicação (telegrama, *e-mail*, “torpedo”) ou pelas características do suporte (páginas amarelas, alfarrábio, inscrição tumular). Muitas denominações de gêneros representam uma mistura desses critérios (romance de ficção científica, contrato de núpcias, confissão auricular).

Essa apresentação muito resumida de algumas teorias vigentes sobre gêneros em práticas sociais mostrou que as diferentes abordagens sociodiscursivas, sociorretóricas ou sociossemióticas têm sua origem em diferentes épocas e tradições científicas, mas, apesar das diferenças nos conceitos-chave, termos e explicações disponíveis, dispõem de uma base comum que define o escopo do campo de estudo e que reúne os cognitivistas, retóricos, linguistas, sociólogos e tantos outros profissionais interessados num olhar social e discursivo sobre a linguagem, a saber: a noção de que o gênero é um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as estruturas sociais (MEURER, 2000) e de que ele é um “megainstrumento” (SCHNEUWLY, 2004, p. 75) para descrever, explicar e ensinar o uso da linguagem em termos de contextos e práticas sociais específicos. Concordamos nesse ponto com Schneuwly (op. cit. p. 75), que afirma:

Para definir um gênero como suporte de uma atividade de linguagem, três dimensões parecem essenciais: 1) os conteúdos e os conhecimentos que se tornam dizíveis por meio dele; 2) os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos reconhecidos como pertencentes ao gênero; 3) as configurações específicas de unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura. O gênero assim definido atravessa a heterogeneidade das práticas de linguagem e faz emergir toda uma série de regularidades no uso. São as dimensões partilhadas pelos textos pertencentes ao gênero que lhe conferem uma estabilidade de fato, o que não exclui evoluções, por vezes, importantes.

Até onde podemos ver, os representantes dos arcabouços teóricos apresentados defendem pontos de vista contrários quanto ao modo certo de focalizar o assunto comum, mas, até agora, não conhecemos provas empíricas que poderiam claramente desautorizar um desses quadros teóricos em competição.

Antes, pelo contrário, concordamos com Meurer *et al.* (2005, p. 10), que veem uma “ampla aceitação de noções já clássicas como as de coesão, coerência, do papel constitutivo do discurso” e, portanto, acreditamos que todos os autores mencionados estejam de acordo com uma visão do gênero como ação social que as pessoas realizam em situações específicas com base na sua competência comunicativa (HYMES, 1971, 1972b), pragmática ou enunciativa. Todavia, a opção feita, no capítulo 10, pelo conceito de gênero proposto por Hasan (1989, p. 52-69) e Martin (1992, p. 546-572) no âmbito da linguística sistêmico-funcional não se justifica apenas por uma preferência pessoal, mas pelo fato de que essa escolha está em harmonia com os pressupostos teóricos e os objetivos analíticos da pesquisa.

5.2 A linguística sistêmico-funcional

Como veremos na seção 5.3.5, uma maneira de refletir sobre a estruturação da experiência humana é pensá-la como um conhecimento representado na forma de taxonomias conceituais, modelos mentais, esquemas, roteiros, etc. Uma interpretação complementar a esse modelo cognitivo-funcional é tratar a prática da vida não como uma questão de conhecimento, mas como um conjunto muito complexo de **significados sociossemióticos**, ou seja, como algo construído pelo uso da língua na vida social. Assumindo essa perspectiva, a abordagem proposta pela linguística sistêmico-funcional (LSF) (HALLIDAY, 1984, 1995) não recorre a uma teoria da cognição para investigar as relações entre a língua e a vida social e para descrever, em diferentes níveis e em diferentes graus de detalhe, como a língua constrói o contexto social e é por ele construída. De acordo com os funcionalistas na tradição de Halliday (a Escola de Sydney), a estrutura interna da língua é relacionada *diretamente* com suas funções na interação social. A descrição do contexto social, portanto, não envolve necessariamente a explanação dos processos cognitivos que caracterizam o pensamento dos interactantes e também não precisa implicar considerações sobre as intenções, as crenças ou os estados mentais dos falantes. Em outras palavras: o modelo sistêmico-funcional não é tripartido – como o de autores como van Dijk (cf. seção 5.3.5.), que se interessa pelas relações entre a linguagem, a cognição e a organização social – mas bipartido, ocupando-se, sobretudo, dos laços entre os

sistemas semióticos e a vida social (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 1999). Os funcionalistas sistêmicos, por conseguinte, colocam no lugar dos modelos mentais o agente socialmente situado como unidade básica para analisar o papel do discurso na sociedade e, “em contraste com a maioria das outras abordagens, [eles] procuram explicitamente combinar, numa única descrição integrada, as informações mais estritamente estruturais com fatores abertamente sociais” (TRASK, 2004; p. 184).

De modo geral, o que une todos os linguistas funcionalistas é o postulado segundo o qual as estruturas dos sistemas linguísticos se explicariam por suas finalidades e metas. Ao relacionar a linguagem com o contexto social, as abordagens do **paradigma funcionalista** perguntam como se dá a construção dos significados na interação comunicativa, levando em consideração as condições de produção e recepção, a relação entre os participantes da interação e a maneira como eles organizam seus enunciados para a comunicação. A linguística sistêmico-funcional (LSF) não foge dessa regra quando se encarrega de descrever como os padrões de organização social observáveis em uma cultura se exprimem, em cada contexto situacional, através de padrões de interação social, que, por sua vez, se realizam, em cada texto ou ação comunicativa, como padrões. Concebendo a linguagem como um instrumento de interação, os systemicistas buscam a motivação para os fatos da língua na situação comunicativa e estudam as formas lexicogramaticais em relação a suas múltiplas funções sociais. Nessa tarefa, baseiam-se numa teoria sobre a língua como um processo social e numa metodologia que possibilita uma descrição sistemática e pormenorizada de padrões linguísticos.

Apoiando-se na tradição etnográfica de Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin Whorf e de Bronislaw Malinowski, assim como no trabalho do linguista John Firth (entre outros), “Halliday defende a tese de que a natureza da linguagem, enquanto sistema semiótico, e seu desenvolvimento em cada indivíduo devem ser estudados no contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham” (MARTELOTTA, 2008, p. 162). Em oposição às teorias formalistas (por ex.: Bloomfield, Chomsky), a língua não deve ser concebida meramente como um sistema de signos, mas como um **potencial semântico** muito complexo e extenso

(*meaning potencial*), ou seja, como um conjunto aberto de significados possíveis, à disposição do usuário da língua.

Desse modo, a língua é vista, num primeiro momento, como uma **rede de sistemas** formada por diferentes grupos inter-relacionados de opções de significar que são associadas com condições correspondentes de realização sob as quais essas opções estão à disposição. Fazendo escolhas entre as opções disponíveis em cada sistema, é possível modificar o sentido. Note-se, porém, que “essas opções não são definidas por referência à estrutura; elas são puramente características abstratas e as estruturas surgem como uma forma de pô-las em funcionamento” (HALLIDAY, 1994, p. 15). Em outras palavras: a língua é um sistema que se constitui no funcionamento e não um funcionamento que se realiza em virtude de uma estrutura.

Num segundo momento, então, em que se focaliza o resultado de uma sequência de escolhas na rede de sistemas linguísticos, percebe-se que cada escolha contribui na formação de uma estrutura. “Somando” as manifestações das escolhas sistêmicas, obtém-se o significado concreto realizado num dado contexto de uso. Vê-se, então, que a LSF leva em conta tanto as relações paradigmáticas (as escolhas numa rede de sistemas) quanto as relações sintagmáticas (a criação de cadeias coesivas que formam um texto). Enquanto o sistema é organizado por uma **escala de detalhamento** (*scale of delicacy*), as estruturas são concebidas como uma **escala de classe** (*scale of rank*). Na escala de detalhamento, uma noção geral é gradualmente subdividida em áreas cada vez menores com distinções significativas cada vez mais sutis, permitindo, assim, que a gramática possa ser estendida até o léxico, ou seja, o léxico, ser interpretado como a gramática mais refinada. A escala de classe, por sua vez, baseia-se numa hierarquia de constituintes e diz respeito à extensão das cadeias sígnicas: o conceito salienta que as unidades maiores são compostas por menores e que cada unidade da hierarquia representa uma classe funcional (*rank*).

Dentro da concepção sistêmico-funcional, o uso da linguagem costuma ser caracterizado por quatro propriedades distintivas fundamentais que, segundo Eggins (1994, p. 2), podem ser destacados apropriadamente pelos adjetivos **funcional**,

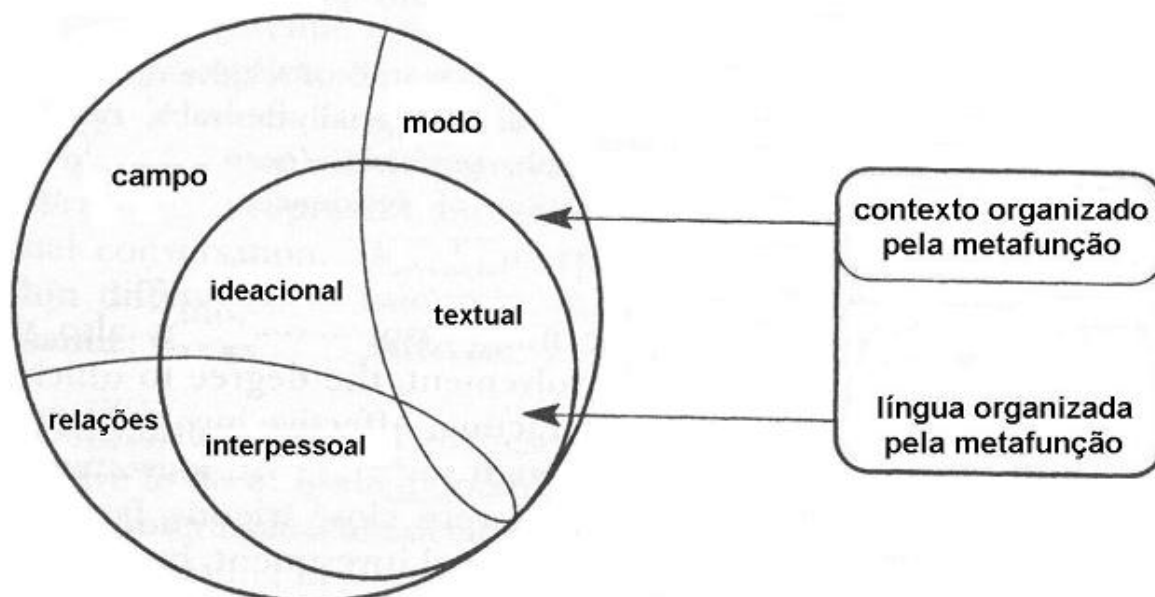
semântico, contextualizado e semiótico. Ainda que nosso espaço seja limitado, não podemos deixar de fazer alguns comentários sobre essa conceituação. Assim, convém observar, primeiramente, que o uso da linguagem é funcional não em virtude dos “papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura de unidades maiores”, mas devido “ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda que são muitos e variados” (NEVES, 1997, p. 8).

Em segundo lugar, constate-se que a função da linguagem é construir simultaneamente três significados, que derivam dos propósitos mais gerais e constitutivos de todos os usos da linguagem, a saber: (i) a expressão de um conteúdo conforme a percepção e o entendimento do meio social, natural ou histórico em que vive uma pessoa e/ou se situa uma ação, (ii) a expressão de julgamentos pessoais e atitudes com o intuito de firmar sua identidade, influenciar os outros, estabelecer e manter relações interpessoais e (iii) a produção e interpretação de textos cuja organização interna pode proporcionar importância e qualidade aos outros dois tipos de significados. Na terminologia da linguística sistêmico-funcional, esses três significados gerais são chamados de **metafunções**. Analiticamente, é oportuno distinguir as metafunções **ideacional/experiencial** (representando nossa experiência), **interpessoal** (interpretando o papel das relações sociais), e **textual** (organizando o texto) de acordo com os modos de uso da linguagem. Na prática, no entanto, essas macrofunções linguísticas não estão isoladas, mas são integradas à organização básica da linguagem de tal modo que interagem na construção do texto, dando-lhe um caráter multifuncional.

É importante notar que cada oração produz esses três sentidos simultaneamente: cada interação efetua, ao mesmo tempo, a construção de uma experiência, a realização de um papel social e a organização de um significado num texto mais ou menos coeso. Isso significa que é possível analisar qualquer enunciado a partir de qualquer uma dessas três perspectivas. Assim sendo, os systemicistas importam-se especialmente com as interrelações entre esses três diferentes tipos de significados e analisam como as configurações de significados ou os sistemas discursivos tipicamente formados por eles organizam o contexto

conforme as três variáveis do registro, nomeadamente, o **campo** do discurso (*field*), as **relações** interpessoais (*tenor*) e o **modo** do discurso (*mode*) (Quadro 4).

Quadro 4: **As três variáveis contextuais do registro**



Fonte: Eggins & Slade, 1997, p. 51

Em terceiro lugar, note-se que os significados sofrem a influência do contexto situacional imediato – expresso na seleção do **registro** de um enunciado – e do contexto cultural, que se manifesta na escolha do **gênero**. Falando dos estratos do contexto social, convém acrescentar, ainda, um nível superior de abstração destinado ao trabalho da **ideologia**; pois todo uso da língua, em qualquer registro e gênero, é sempre influenciado também pelos valores, tendências e perspectivas que caracterizam a posição ideológica dos interactantes (etnia, classe, gênero social, idade) e facilitam ou dificultam seu acesso aos diferentes sistemas e subsistemas semióticos. De fato, a ideologia atravessa todo o conjunto da língua e da cultura, posicionando os atores sociais em cada contexto e cada atividade social como possuidores de um determinado capital simbólico, mais ou menos visível, e detentores de mais ou menos poder sobre os outros. Contudo, no arcabouço da teoria de Halliday, procura-se em vão por uma análise mais detalhada do estrato da ideologia. Essa observação, certamente, não vale sem ressalvas para as gerações mais novas de sistemicistas, mas, pelo menos no que diz respeito ao fundador da

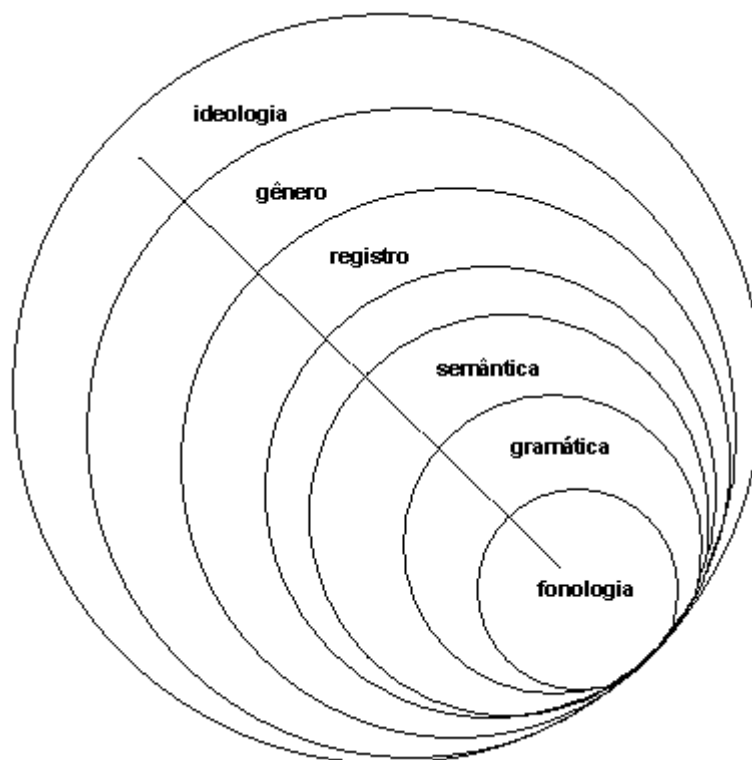
teoria, não é uma crítica ilícita quando Freire (2006, p. 42) chega à conclusão de que “Halliday não trabalha com a ideologia e estaciona na descrição”.

Mesmo que os estratos extralinguísticos mais abstratos não representem o foco do seu trabalho, é inegável que Halliday – ao analisar a funcionalidade do enunciado na situação comunicativa – demonstrou convincentemente que é conveniente pensar a língua e seu contexto como estratificados de tal modo que cada estrato é realizado por um estrato inferior. (Quadro 5). Os **estratos extralinguísticos** – como acabamos de sugerir – devem ser investigados no intuito de explicar as relações entre o registro, o gênero e a ideologia. Os **estratos linguísticos**, por outro lado, servem para dar conta dos subsistemas linguísticos. O essencial, no entanto, é que há uma relação de interdependência entre os estratos extralinguísticos e os estratos linguísticos de tal modo que um membro competente de uma cultura pode prever a linguagem que provavelmente será usada num determinado contexto e, inversamente, conhecendo a linguagem usada, pode inferir o contexto em que uma interação se encaixa.

Com base nessa teoria estratificacional, a gramática sistêmico-funcional realiza, em três níveis, uma descrição abrangente da língua, ocupando o estrato da **forma** (*wording*) com o sistema da lexicogramática; o estrato da **substância** (*sounding*) com os sistemas da fonética e da ortografia e o estrato do **contexto social** (*meaning*) com os sistemas da semântica e da pragmática. Esse modelo estratificado da comunicação humana é esboçado também por Ode (2008), que explica claramente a relação entre os níveis postulados por Halliday:

A relação entre os sistemas semióticos de gênero, registro e língua é de **realização**. Assim, as escolhas linguísticas (i.e., os significados ideacional, interpessoal e textual) realizam um contexto de situação (i.e., Campo, Relações e Modo). Além disso, um contexto de situação realizado pela língua utiliza um gênero. A realização é também entendida como uma operação na direção oposta; isto é, o gênero é realizado pelos padrões das seleções de registro, e o registro, por sua vez, realizado por padrões linguísticos de seleção. Os padrões de manifestação da língua para o gênero são considerados em termos de **potencial**. A seleção de padrões linguísticos feita por um falante ou por um escritor tem o potencial de realizar um número infinito de contextos sociais. O movimento do gênero para a língua, contudo, é considerado em termos de **restrições**. Um gênero restringe os tipos de padrões de registro que podem realizar o gênero, e um registro restringe os tipos de padrões linguísticos que podem realizar o registro (Ode, 2008, p. 21; o realce é nosso).

Quadro 5: A linguagem e seu meio ambiente semiótico



Fonte: Martin, 1992, p. 496

Em quarto lugar, e finalmente, importa saber que a construção do significado ocorre por meio de **escolhas** nos subsistemas de formas, os quais codificam convencionalmente o potencial semântico-discursivo de uma cultura. Note-se, também, que o princípio organizacional de cada estrato deve-se ao caráter paradigmático dos sistemas e subsistemas formados por classes específicas de escolhas (grupos nominais, complexos de grupos verbais, grupos adverbiais, elementos circunstanciais, etc.). Nessa perspectiva sociosemiótica, a gramática de uma língua apresenta-se como um **sistema de sistemas** que abrange um conjunto aberto de opções com uma condição de entrada (*entry condition*) que – se for cumprida – possibilita, em cada caso, a escolha de, exatamente, uma opção. A descrição dessa infinita rede de sistemas de escolhas, então, formaliza, numa escala de hierarquias, as opções possíveis e as condições sociais correspondentes. De acordo com Halliday (1985, p. 30), os elementos que satisfazem a condição de entrada são realizados como construtos sintagmáticos ou estruturas.

Cada estrutura é uma configuração de elementos funcionais – funções ou feixes de funções. As funções são motivadas (não arbitrárias) com relação às opções que realizam. A gramática, como um todo, então, é motivada com relação à semântica. A única linha de arbitrariedade (relativa) encontra-se entre o conteúdo e a expressão, ou seja, entre a léxicogramática e a fonologia (*id. ibid.*).

A configuração de significados que, numa determinada situação, resulta das relações entre as metafunções (ideacional/experiencial, interpessoal e textual) e as variáveis de registro (campo, relação, modo) permite fazer escolhas lexicogramaticais que determinam o tipo de ação social, a estruturação dos papéis e a organização simbólica de um evento comunicativo. O registro, então, é uma **variação de uso** que “correlaciona grupos de fatores linguísticos com fatores situacionais recorrentes” (GREGORY e CARROLL, 1978, p. 4). A relação entre o contexto da situação e a língua é bidirecional. Isso quer dizer que a interpretação de um depende do outro (HALLIDAY & HASAN, 1989, p. vii): de um lado, é possível inferir os valores das variáveis contextuais, ou seja, do registro com base na linguagem usada no texto e, de outro, é possível predizer, com base nos valores das variáveis do registro, os significados que serão construídos, provavelmente, pela linguagem (CHRISTIE & UNSWORTH, 2000, p. 6).

O conceito de registro, como se viu, aplica-se, antes de tudo, às variações situacionais. Portanto, ele pode ser descrito como “uma variação linguística [que é] definida conforme seu uso numa situação social, por exemplo, os registros científico, religioso e formal” (CRYSTAL, 1991, p. 295, *apud* LEE, 2001, p. 37-72). O termo **estilo**, por outro lado, é usado para referir-se às maneiras particulares como os indivíduos usam a língua em determinados contextos. As observações de Dittmar (1997, p. 212) a seguir, talvez, melhor expliquem essa diferença:

O conceito de estilo é diretamente ligado ao conceito de registro (“o estilo do registro”). A realização de tarefas comunicativas e atividades linguísticas deve ser interpretada como um processo dinâmico que tem que ser organizado através de uma regulação semântica e pragmática de precisão (granulações diferentes). A organização linguística de um comentário desportivo, antes de tudo, tem que representar os relevantes acontecimentos desportivos numa sequência bem compreensível para o ouvinte. Nesta tarefa os comentaristas podem empregar diversos estilos; o que depende do seu sexo, idade e origem sociorregional. Os estilos, por isso, ligam-se, de uma maneira prototípica, à *expressividade* pessoal ou coletiva que caracteriza a respectiva tarefa comunicativa a realizar. Vistos pela perspectiva sociocognitiva, os estilos transmitem *informações sobre o falante* (sexo, idade, origem, etc.), enquanto os registros, dependendo do respectivo contexto, da situação e da tarefa, fornecem, primeiramente,

informações sobre o uso da linguagem. A utilização eficaz de registros pode ser detectada na sequência e coerência adequadas de ações; além disso, por causa de estilos diferentes, os falantes podem ser mais ou menos bem sucedidos na realização de ações individuais (efeito social, perfil de caráter). Neste sentido, *registro* e *estilo* são intimamente entrelaçados. Mas a escolha de estilo sucede – *qua* atividade – à do registro.

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre a teoria de Halliday, é possível afirmar que os funcionalistas defendem a hipótese de que a estrutura de uma língua reflete de alguma maneira a estrutura da experiência dos seus falantes. Essa escolha teórica está relacionada, nomeadamente, ao **princípio da iconicidade**, que prevê uma correlação natural e motivada entre a forma e a função de um enunciado, ou seja, entre o código de uma língua (o nível da expressão) e os seus significados (o nível do conteúdo). Contemplando esse princípio como pedra angular do paradigma funcionalista, podemos concluir: a linguística sistêmico-funcional é **funcional** na medida em que percebe cada uso da linguagem como uma atividade que se distingue por um determinado propósito social a ser realizado num dado contexto situacional e sociocultural; e ela é **sistêmica** na medida em que interpreta o sentido dos enunciados como resultado de escolhas feitas numa rede infinita de diferentes sistemas semióticos relacionados às variáveis de registro e de macro e microestruturas.

De acordo com Eggins & Slade (1997, p. 51), é de se pressupor que a fofoca apresenta uma relação maior com o significado interpessoal e com a variável “relações interpessoais” do que com as outras metafunções e variáveis de registro. Conforme as mesmas autoras (1997, p. 52-53), existem **quatro aspectos** importantes quando se estudam as **relações interpessoais** como uma variável do registro: a saber, trata-se (i) do status dos interlocutores (relação hierárquica ou não hierárquica), (ii) da frequência do contato, ou seja, do grau de familiaridade (distância social), (iii) do grau de envolvimento afetivo e (iv) da orientação para a afiliação em determinados grupos sociais (papéis sociais). Sabe-se, também, que “a língua é usada para refletir e construir essas dimensões” (*id. ibid.*). Desse modo, existem **quatro tipos de padrões linguísticos** “que representam e realizam as identidades sociais dos participantes numa conversação casual” (*id. ibid.*) e que operam em diferentes níveis ou dentro de diferentes unidades da língua: nomeadamente, as autoras falam de padrões gramaticais (modo), discursivos

(escolha dos atos de fala), semânticos (escolha de vocabulário avaliativo, opinativo ou emocional) e de gênero (segmentos da fala).

Já que o estudo da semântica discursiva dos mexericos põe em foco, especialmente, as relações interpessoais, convém refletir mais um pouquinho sobre as ferramentas analíticas que foram desenvolvidas no âmbito da linguística sistêmico-funcional para efetuar um mapeamento dos recursos verbais e não verbais disponíveis aos interlocutores para avaliar sua experiência social. Nomeadamente, James Robert Martin e Peter White desenvolveram uma **teoria da avaliatividade** (*appraisal*) (MACKEN-HORARIK & MARTIN, 2003; MARTIN, 1999, 2000; 2003; MARTIN & ROSE, 2003; MARTIN & WHITE, 2005; WHITE, 2002a, 2002b, 2003), que permite descrever pormenorizadamente as variações da metafunção interpessoal da linguagem, identificando sentidos de **engajamento**, **atitude** e **gradação** nas interações comunicativas. O modelo desenvolvido por esses autores fornece subsídios valiosos para tornar compreensível o vasto campo da linguagem avaliativa que, na concepção deles, pode ser representado como um sistema composto por três subsistemas que realizam os três tipos básicos de significados avaliativos. Cada um desses subsistemas subdivide-se, ainda, em outros, gerando, assim, uma rede complexa de opções semânticas, rica em matizes, com uma grande variedade de detalhes e uma gradação delicada.

De modo geral, a teoria fornece ferramentas analíticas para uma descrição sistemática de como a avaliação e o posicionamento atitudinal funcionam em textos inteiros ou grupos de textos (WHITE, 2002a, p. 1). Em outras palavras, seus autores propõem-se a investigar a forma como a linguagem é usada numa determinada cultura para mostrar sentimentos, para avaliar coisas, pessoas e atitudes, para adotar posições ideológicas e construir identidades e para definir, discursivamente, um status de participação e manejar posicionamentos e relações interpessoais. Quanto à construção de um sentido avaliativo, é de se pressupor que a avaliação não é produzida apenas pelo emprego de certas palavras ou expressões, mas pela interação de múltiplos elementos expressivos, podendo se manifestar de forma **implícita** – por meio de pressuposições, implicações ou inferências – ou **explícita** – a partir de marcas linguísticas.

Evidentemente, a avaliatividade “subentendida” levanta sérios problemas teóricos e analíticos. Indo da avaliação direta para a indireta, passamos do que certas tradições anglo-americanas chamam de ‘semântica’ para o que seria considerado o domínio da ‘pragmática’, de significados vistos como inscritos no texto para significados vistos como funcionando apenas no contexto. Dessa maneira, aqueles que trabalham com noções da ‘semântica’ advindas da filosofia analítica talvez gostassem de ver essas formulações serem excluídas do assunto da ‘linguagem avaliativa’, afirmando que não há nada de atitudinal na ‘língua’ concreta usada aqui. Enquanto essa solução pode ser atrativa sob o aspecto de evitar complicações e proporcionar uma análise facilmente repetível de textos, ela significaria passar, simplesmente, por cima de grande parte do trabalho avaliativo feito pelos textos. As análises não seriam apenas incapazes, em geral, de atender ao papel da avaliação implicada ou indireta, mas seriam incapazes, também, de explicar a interação, muitas vezes, retoricamente crucial entre a avaliação direta e indireta. [...] No enquadre teórico da avaliatividade, essas formulações são vistas como situadas muito bem dentro do escopo da análise linguística dos efeitos avaliativos (WHITE, 2002a, p. 5).

Se boa parte da avaliação não é dita ou escrita, mas apenas “subentendida”, a questão principal é: como demonstrar que esses significados avaliativos estão presentes mesmo onde não há avaliações explícitas, realizadas por algum recurso lexicogramatical? Evidentemente, uma solução natural desse problema seria comprovar que os padrões de significados avaliativos se acumulam dinamicamente no decorrer de uma atividade languageira e – o que é mais importante ainda – costumam ser realizados **prosodicamente** “de tal forma que as realizações diretas tendem a colorir o discurso e assim fornecer alguma confirmação das avaliações implícitas” (ODE, 2008, p. 43). Revisando os estudos empíricos que se ocupam desse problema (cf. CHANNELL, 1999; COFFIN, 1997; COFFIN & O’HALLORAN, 2006; GRUBER, 1993; HOOD, 2006; LOUW, 2000; MACKENHORARIK, 2003; MALRIEU, 1999), é possível constatar que os resultados desses autores sugerem exatamente essa conclusão.

Assumindo, então, a tarefa intrincada de sistematizar tanto as formas avaliativas explícitas quanto as implícitas, assim como o jogo discursivo entre elas, a abordagem da avaliatividade consiste em analisar textos ou transcrições de atividades languageiras orais com o objetivo de descobrir como os interactantes se instauram nos seus enunciados, mostram compromisso em relação a algo, expressam envolvimento emocional e gostos, emitem opiniões e julgamentos ou adotam, perante os seus leitores ou ouvintes, posições ideológicas de consenso, indiferença, protesto, etc. colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as

palavras são produzidas. Note-se, no entanto: trabalhar com a teoria da avaliatividade não significa interpretar a linguagem avaliativa simplesmente como um meio usado pelos interactantes no intuito de assumir uma atitude pessoal ou exprimir seus sentimentos individuais. Antes, trata-se de caracterizar os recursos avaliativos usados por eles num dado contexto social para “ocupar uma posição de valor determinado socialmente” e, desse modo, “alinhar-se e desalinhar-se como os sujeitos sociais que mantêm essa posição” (WHITE, 2002a, p. 1). O foco, então, são as **funções sociais** impostas à linguagem avaliativa em razão das necessidades de comunicação e interação humanas e não as idiosincrasias típicas de cada um. Apenas a título de ilustração, veja-se como Martin & Rose (2003, p. 22) introduzem o conceito da avaliatividade:

A AVALIATIVIDADE [APPRAISAL] é um sistema de significados interpessoais. Usamos os recursos da AVALIATIVIDADE para negociar nossas relações sociais, contando nossos ouvintes ou leitores como sentimos em relação às coisas e às pessoas (em uma palavra, o que são as nossas atitudes) [...].

As atitudes têm a ver com a avaliação de coisas, do caráter das pessoas e dos sentimentos delas. Essas avaliações podem ser mais ou menos intensas, ou seja, elas podem ser mais ou menos amplificadas. E a atitude pode ser do próprio escritor ou pode ser atribuída a uma outra fonte. Esses são os três aspectos da avaliatividade (as atitudes, como elas são amplificadas e suas fontes) que exploraremos [em seguida].

Evidentemente, as avaliações podem ser classificadas de acordo com o objeto cujo valor ou mérito é apreciado. Segundo Martin & Rose (*op. cit.*, p. 23), é possível, por princípio, avaliar o valor das coisas, o caráter das pessoas e os seus sentimentos. Tecnicamente, existem, então, três regiões semânticas ou categorias de avaliação: **afeto**, **julgamento** e **apreciação**. Contudo, é preciso destacar que “essas três categorias são interligadas fundamentalmente na medida em que todas têm a ver com a expressão de sentimentos” (WHITE, 2002a, p. 7). Segundo White (*id. ibid.*), sob o aspecto de afeto, “as emoções são indicadas diretamente – são apresentadas como as reações mentais personalizadas e contingentes de sujeitos humanos em resposta a algum estímulo”; sob o aspecto de julgamento, “as emoções são reconstruídas como propostas de um comportamento correto – como devemos ou não devemos nos comportar” (*id. ibid.*) e, sob o aspecto de apreciação, “as emoções são reconstruídas como proposições sobre o valor das coisas” (*op. cit.*, p. 8). Certamente, é oportuno avançar um pouco mais nessa linha de pensamento, esboçando as características essenciais dessas três categorias semânticas.

Para começar, os recursos pertinentes à categoria **afeto** referem-se aos sentimentos positivos e negativos que construímos em relação a algo ou alguém e à força das emoções envolvidas quando nos sentimos favoráveis/desfavoráveis, felizes/infelizes, seguros/inseguros, ou satisfeitos/insatisfeitos. Como realça Martin (2000), esses sentimentos podem ser culturalmente motivados, mas podem também se realizar como exteriorizações de uma disposição individual ativada numa situação específica. Seja como for, em ambos os casos convém perguntar em que grau a intenção calculada e a reação irrefletida se confundem na produção comunicativa do afeto. Também se sobressai que as emoções costumam se manifestar em conjunto com elementos paralinguísticos e extralinguísticos.

Os recursos da categoria **juízo**, então, dizem respeito a atitudes que são negociadas na interação comunicativa e que são projetadas para ratificar ou reprovar comportamentos, focalizando as implicações morais e sociais das ações dos indivíduos. Significados desse tipo são importantes para o estabelecimento de princípios normativos, a criação de redes sociais e o alinhamento dos interactantes. Finalmente, os recursos da categoria **apreciação** concernem às reações dos interactantes em relação aos fenômenos naturais e culturais ou semióticos (É uma fonte de prazer ou de desgostos?), em relação à composição das coisas (É algo elementar ou composto?) e em relação ao seu valor (Trata-se de algo original, de uma imitação ou de uma inovação?).

Além do mapeamento dos diferentes campos de avaliação, Martin & White (2005) revelam, também, um interesse em investigar os recursos linguísticos que modificam as formas de expressão pelas quais o enunciador revela a intensidade da sua participação, o nível de ameaça/proteção à face ou o grau de compromisso assumidos intersubjetivamente. Esses recursos para ajustar o posicionamento atitudinal intersubjetivo podem ser classificados em duas grandes categorias:

“(a) os recursos (reunidos sob o rótulo de engajamento) pelos quais a voz textual posiciona a proposição em curso com referência a alternativas concretas ou potenciais dessa proposição e (b) os recursos (reunidos sob o rótulo de gradação) que proporcionam a gradação ou hierarquização em função do grau de investimento pessoal que a voz textual faz numa proposição (intensificadores, atenuadores) ou em função de escolhas que a

voz textual faz em relação à exatidão do foco das suas formulações” (WHITE, 2002a, p. 9).

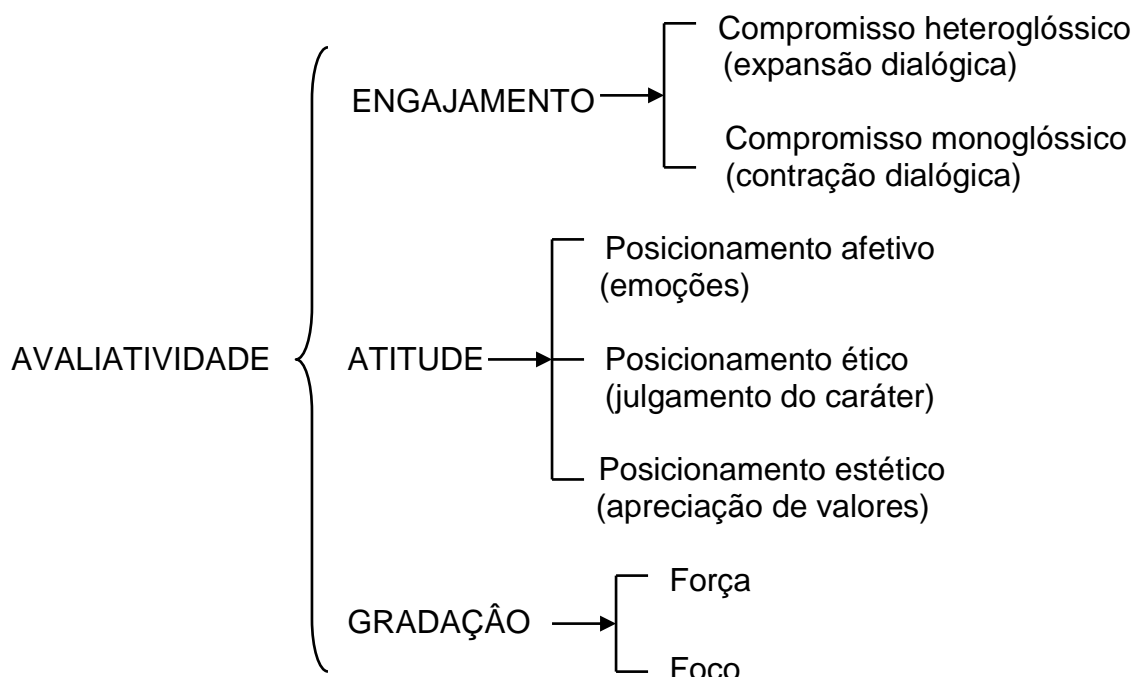
Começando com o **engajamento** discursivo, note-se que as expressões desse campo semântico podem ser subclassificadas em formas de expansão dialógica (**heteroglossia**) e formas de contração dialógica (**monoglossia**). Fazendo uso dos recursos do primeiro subsistema, o enunciador demonstra adesão às outras vozes presentes no domínio discursivo em questão. Desse modo, retoma, de uma maneira ou outra, o que já foi dito ou escrito anteriormente sobre o assunto em questão e, igualmente, antecipa as respostas possíveis de leitores ou ouvintes concretos, potenciais ou imaginários. Aplicando os recursos expressivos do segundo subsistema, o falante/escritor evita efeitos dialógicos no seu enunciado e fecha o espaço discursivo para outras posições ideológicas. Com base nos recursos desses dois subsistemas, é possível, então, descrever as estratégias discursivas pelas quais o enunciador se relaciona com uma posição de valor já introduzida ou ainda em fase de elaboração, “construindo a audiência como partilhando a mesma visão do mundo – monoglóssico ou, por outro lado, adota[ndo] uma posição que explicitamente mostra diversidade com implicações de conflito e luta entre as vozes – heteroglóssico” (ODA, 2008, p. 44). De uma maneira geral, o interesse principal na análise do engajamento diz respeito aos modos pelos quais se introduzem nos enunciados diferentes vozes para afirmar, rejeitar, neutralizar ou contrariar uma posição.

Voltando, então, nossa atenção para o sistema de **gradação**, a análise da linguagem avaliativa deve levar em consideração que os recursos avaliativos disponíveis numa língua são inerentemente graduáveis, tanto que, entre as avaliações negativas e positivas, há numerosas possibilidades de intensificar ou minimizar a força de uma avaliação. De acordo com Martin & White (2005), existem dois eixos de gradação que são centradas na **força** conferida a um enunciado e no **foco** aplicado aos significados experienciais pertencentes aos sistemas de engajamento e de atitude. O primeiro eixo leva em conta que os interlocutores lançam mão de diversas escalas avaliativas, em termos de tamanho, força, vigor, etc. para abrandar ou reforçar a intensidade das suas avaliações. O segundo eixo concerne à focalização de valores sociais em detrimento de outros. As estratégias de focalização fundamentam-se na observação de que a gradação, quando for

aplicada no contexto de categorias não passíveis de gradação, tem o efeito de tornar mais claro ou de fazer desaparecerem os limites entre as categorias semânticas, contribuindo, desse modo, para a produção de tipos centrais e periféricos das coisas.

Resumidamente, o que a teoria da avaliatividade oferece é um método para analisar pormenorizadamente os significados interpessoais em textos escritos e em interações conversacionais, levando em consideração um conjunto ordenado de recursos para exprimir atitudes, graduá-las e atribuí-las a uma fonte. De modo geral, essa teoria distingue três tipos básicos de atitudes, dizendo respeito ao julgamento de caráter, a expressão de emoções e à apreciação do valor das coisas. Graficamente, esse sistema básico da teoria da avaliatividade pode ser representado como mostrado no quadro 6:

Quadro 6: As opções básicas do sistema de avaliatividade



Fonte: Adaptação de Martin & White (2005, p. 38)

Recapitulando o que foi dito sobre os conceitos centrais e a taxonomia básica da teoria da avaliatividade, pode-se concluir: o modelo de Martin e White objetiva explicar quais escolhas são disponíveis, numa dada cultura, para a construção de diferentes tipos de avaliação positiva e negativa. Ao fazer distinção

entre formas explícitas e implícitas de exprimir atitudes, ele propõe-se a sistematizar as opções que os interactantes têm para realizar essas avaliações discursivamente. Com sua interpretação dos recursos de engajamento, a teoria oferece um instrumentário para investigar quais são as atitudes intersubjetivas à disposição da voz do enunciador e como essa voz pode se posicionar em relação às avaliações apresentadas. Recorrendo ao sistema semântico de gradação, a abordagem da avaliatividade, enfim, permite esclarecer os princípios e recursos sociossemióticos pelos quais é possível ajustar a força e o foco das avaliações atitudinais negociadas intersubjetivamente.

Como vimos, nesta seção, a linguística sistêmico-funcional não se interessa apenas pela língua como um código, ou um sistema de signos, mas também como um comportamento social ou um tipo de interação entre os atores sociais. Partindo da ideia de que o sistema da língua evolui em resposta às funções que exerce na prática e que essas funções não aparecem em orações isoladas, mas podem ser reveladas pela análise do texto ou do discurso, a teoria sistêmico-funcional modela a língua em relação ao contexto social e estuda as relações complexas e dinâmicas entre o significado, a expressão linguística e o contexto social. Na **perspectiva sistêmico-funcional**, a língua é um sistema aberto e dinâmico, composto de três estratos (expressão, lexicogramática, semântica do discurso), que são organizados de acordo com classes (*ranks*) e correlacionados pela realização. Além disso, a língua é organizada em torno de três metafunções (ideacional, interpessoal e textual), que se distinguem umas das outras tanto no eixo paradigmático quanto no sintagmático. Enfim, é crucial também lembrar que cada uma dessas metafunções corresponde a uma das variáveis contextuais (campo, relação e modo). Em poucas palavras: a língua é um potencial semântico, um meio para produzir significados e comunicá-los em textos e o significado dos textos deve sempre ser estudado em relação ao contexto social.

Antes de discutir uma teoria transdisciplinar que explora uma perspectiva crítica da linguagem na vida social, situando-se na interface entre a linguística sistêmico-funcional e a teoria social conhecida como Realismo Crítico (BHASKAR et al., 1989; GIDDENS, 2003 [1984]), convém ainda chamar a atenção para um **problema conceitual** que divide as opiniões dos sistemicistas há anos: trata-se do

papel que o contexto cultural e que a noção de gênero têm na análise do uso da linguagem. Com efeito, a linguística sistêmico-funcional (LSF) tem estabelecido relações claras entre o contexto situacional (relacionado com o registro) e o contexto cultural (relacionado com o gênero). Todavia, enquanto já foram bem elaboradas as múltiplas correspondências entre as variáveis do contexto (campo, relação e modo), as metafunções da língua (funções ideacional, interpessoal e textual) e os sistemas correspondentes de opções lexicogramaticais, cumpre notar que um trabalho analítico semelhante ainda não foi realizado no que diz respeito ao contexto cultural. Por conseguinte, as diversas propostas quanto ao papel do conceito “gênero” numa teoria sistêmico-funcional (sociosemiótica) da linguagem não foram aceitas com unanimidade.

Como já foi dito, Hasan (1989, 1992, 1994, 1995, 1996, 1999, 2004) mostra, por exemplo, como “a **configuração contextual** (CC) determina uma classe de situações [e como] o gênero se configura na linguagem que desempenha o papel apropriado àquela classe de acontecimentos sociais” (MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005, p. 17), mas, no seu modelo do discurso, a expressão verbal de uma determinada configuração contextual (CC), ou seja, os movimentos retóricos previstos pela “estrutura potencial do gênero” (EPG) parecem ser mais determinados pelo campo do discurso do que pelo poder condicionante das estruturas sociais (cf. MARTIN, 1985).

Martin (1992) tenta superar esse dilema ao associar a noção do gênero mais diretamente com o contexto da cultura e o nível dos processos sociais. Ao contrário de Hasan (1989), o modelo semiótico de Martin (1992, 1993a, 1993b, 2000, 2001; MARTIN & ROSE, 2003; MARTIN & WHITE, 2005; MARTIN & ROSE, 2008) parte do plano do gênero e não do plano do registro. Assim, pois, o gênero, localizado no nível sociocultural, paira, por assim dizer, sobre as variáveis do registro, que operam no nível do contexto situacional e das escolhas linguísticas (cf. Quadro 5). Constate-se, porém, que – apesar dessa inversão da relação entre gênero e contexto – a **relação entre registro e gênero** não é muito clara na abordagem sistêmico-funcional. Tanto que os diferentes autores apresentam, cada um, sua própria solução do problema (cf. HALLIDAY, 2001, p. 146; HASAN, 1996, p. 105; MARTIN, 1992, p. 496; MELROSE, 1988).

Em resumo, a linguística sistêmico-funcional oferece um modelo integrado, compreensivo e sistemático da língua que permite descrever e quantificar os padrões linguísticos observados em diferentes níveis e diferentes graus de detalhamento. Ao associar a língua e a vida social, essa abordagem permite que os textos e as interações verbais possam ser interpretados como processos de produzir significados relacionados com as dimensões da representação do mundo, da identidade social e das relações interpessoais. Nessa perspectiva, a língua tem a função de possibilitar a realização de interações em situações sociais concretas e ela é capaz disso por causa das relações previsíveis que existem entre certos aspectos da interação social e aspectos específicos da língua usada. A abordagem sistêmico-funcional é, por definição, uma teoria linguística elaborada com o propósito de servir à análise textual-discursiva de tal modo que seus usuários serão capazes de “dizer coisas sensatas e úteis sobre qualquer texto falado ou escrito” (HALLIDAY, 1994, p. xv):

A análise do discurso tem que ser fundamentada no estudo do sistema da língua. Ao mesmo tempo, a razão principal para estudar o sistema é elucidar o discurso [...] Apenas ao começar com o sistema podemos ver o texto no seu aspecto como processo (HALLIDAY, 1994, p. xxii).

Também de acordo com Halliday (*op.cit.*, p. xv), qualquer análise de um trecho textual ou discursivo pode alcançar dois objetivos interpretativos: primeiramente, no nível da “compreensão de um texto”, ela pode contribuir para entender “como e por que um texto significa o que significa”; e em segundo lugar, no nível da “avaliação de um texto”, ela pode fornecer os argumentos para dizer “por que um texto é ou não é um texto eficaz para seus próprios propósitos.” Esse segundo objetivo, diz o autor, é mais difícil de se realizar porque “requer uma interpretação não apenas do texto por si mesmo, mas também do seu contexto (contexto situacional e contexto cultural) e da relação sistemática entre o contexto e o texto” (*id.ibid.*). Com essa determinação dupla do objetivo da sua teoria, Halliday deixa claro que a linguística sistêmico-funcional pretende trazer aportes teóricos e metodológicos úteis para a análise de qualquer tipo de discurso e que ela pode ser aplicada também no âmbito de outras teorias, como a análise da conversação ou a análise crítica do discurso (cf. EGGINS & SLADE, 1997, p. 47-48).

5.3 A dimensão ideológica da linguagem

Há cinco décadas, Adorno (2003 [1954]) ainda podia começar seu artigo sobre a história do conceito da ideologia com a afirmação de que o termo tornou-se moeda comum na linguagem científica. Hoje em dia, no entanto, seria mais adequado dizer que o uso dessa palavra nas ciências sociais e humanas é bastante limitado. Parece que o conceito da ideologia, que ganhou ascensão durante a modernidade, entrou em forte declínio com a chegada da pós-modernidade. De um lado, essa decadência deve-se, certamente, às mudanças nas constelações políticas do mundo depois de 1989, as quais causaram, entre outras coisas, uma perda enorme de credibilidade das teorias sociais materialistas. De outro lado, porém, observa-se que o enfado com que muitos cientistas olham para o conceito da ideologia já tem sua origem nas infinitas discussões teórico-científicas e políticas da geração de 68, que submeteu a palavra “ideologia” a um uso tão inflacionário que ela se tornou um **termo guarda-chuva** que abrigou um sem número de fenômenos culturais diversificados, de tal forma que o conceito ficou quase desprovido de qualquer significado objetivo.

Todavia, quando se se abstrai da esquematização modernidade vs. pós-modernidade e se pergunta pelos elementos epistemológicos e metodológicos que, ainda hoje, poderiam tornar a teoria da ideologia relevante para os estudos sociodiscursivos da vida cotidiana, salta aos olhos que, sob o rotulo da ideologia, costuma-se discutir não apenas assuntos em torno da natureza, das etapas e dos limites do conhecimento humano, mas também de uma questão fundamental das ciências sociais e humanas, nomeadamente, a de que modo seria possível compreender teoricamente a **relação entre a sociedade e o indivíduo**? Na medida em que as teorias da ideologia estão de acordo que muitas das nossas crenças mais enraizadas servem ao interesse dos outros em vez de promover nossos próprios e que não adquirimos essas crenças aleatoriamente, é oportuno colocar no centro dessas teorias a questão dos efeitos discursivos da ideologia e a necessidade de confrontar a teoria da sociedade com uma teoria crítica do sujeito.

Levando em conta o jogo inevitável de crenças, valores e interesses que caracterizam as interações comunicativas dos agentes sociais, podemos plausivelmente supor que uma **teoria da ideologia** (como parte do universo da vivência espontânea) seja essencial para qualquer abordagem *crítica* dos fenômenos socioculturais ou discursivos que esteja interessada em entender como se forma e funciona aquela rede elusiva de pressupostos e atitudes implícitos, de crenças coletivas e de representações difusas que constitui um elemento permanente da vida social, relacionando inevitavelmente os conteúdos afirmados com as posturas subjetivas envolvidas em seu próprio processo de enunciação (ZIZEK, 1996, p. 13). Convém ressaltar que essa afirmação não vale apenas para os domínios sociais institucionalizados e altamente regulamentados, mas também para a esfera da vida cotidiana que, à primeira vista, possa talvez dar a impressão de ser menos duradoura e menos estruturada do que os grandes dispositivos sociais.

5.3.1 Ideologia e vida cotidiana

Num certo sentido, as atividades sociais constitutivas dos diferentes campos da vida cotidiana podem ser consideradas como as mais espontâneas, irrefletidas, autênticas ou “naturais”. Contudo, ao mesmo tempo, convém observar que as pessoas, inevitavelmente, participam dessas atividades repetidas vezes e com frequência mais ou menos regular. Devido ao **caráter reiterativo das situações sociais**, podemos, em nosso agir cotidiano, encontrar apoio em experiências prévias tipificadas e sedimentadas num estoque de conhecimentos comuns que nos oferece soluções práticas para os problemas típicos do nosso cotidiano. Essas idealizações – na medida em que nos livram da obrigação de analisar cada situação novamente antes de poder atribuir-lhe um sentido concreto – têm a vantagem de garantir a segurança em nossas ações e interações, pois, assim que uma situação for reconhecida como típica, podemos pressupor que nossas experiências típicas e as soluções e os comportamentos típicos correspondentes sejam relevantes para os problemas típicos encontrados nela. Por outro lado, é claro que se consegue essa autoconfiança e determinação nas trocas sociais apenas quando se se abstrai do concreto e do singular; quando se olha para o típico em detrimento do novo e do particular. Em outras palavras: agindo sempre de acordo

com o senso comum, as pessoas diminuem a chance de, algum dia, poder tomar consciência plena do seu condicionamento ideológico.

O **cotidiano**, então, é **ambivalente**: de um lado, ele diz respeito às situações nas quais se exigem ações imediatas das pessoas; de outro, ele representa, igualmente, tudo o que é banal e rotineiro. Levando a cabo as pequenas tarefas do dia-a-dia, levamos a vida adiante, mas, desde o Romantismo, o cotidiano é tido, também, como trivial, enfadonho e preso a convenções. Além disso, o mundo da vida cotidiana é associado com a vida do Zé Ninguém, do homem insignificante, ou seja, da massa de um povo: é o mundo que contém uma multiplicidade de recortes pessoais do ambiente social comum, ou seja, de situações repetitivas que se sucedem e se enlaçam, como: o café da manhã, o supermercado, a visita de amigos, a consulta médica, o cinema, etc. O cotidiano presencia como até mesmo as invenções revolucionárias são absorvidas aos poucos pela mundanidade. No corre-corre do dia-a-dia, nem as mudanças mais radicais escapam da força do hábito que as transforma, aos poucos, numa “segunda natureza”.

Desse modo, o contrato tácito de adesão à ordem social estabelecida permanece em vigor enquanto a **doxa** (i.e., o conjunto de pressupostos cognitivos que formam a opinião consensual dos membros de um grupo social, ou seja, sua base cultural comum) é protegida contra perturbações, rupturas e anomalias. Na medida em que essa *communis opinio* é aceita por todos como natural, o mundo cotidiano permanece evidente por si mesmo e aquém de qualquer discussão. O cotidiano, então, representa rotina, confiança e estabilidade; mas, ao mesmo tempo em que tentamos mantê-lo afastado do estranho e incomum, ele se revela como o terreno onde surgem os problemas, onde se precisa viver e vencer a necessidade material, as situações aflitivas e a angústia existencial. No cotidiano, aparecem exigências em relação às condições materiais e morais da vida; motivos que despertam dúvidas sobre o indubitável; causas que têm efeitos desmoralizantes sobre nossa vida; mas nele, também, se encontram os momentos de realização, da certeza e da alegria. No cotidiano, podemos cumprir nossas metas, podemos rir, nos divertir e aprender a viver.

Se levarmos tudo isso em consideração, podemos afirmar que está tolhido num **pensamento em estereótipos** quem vê no cotidiano apenas a repetição das mesmices, a falta de variedade, a eterna rotina, os hábitos e as trivialidades – uma jornada em que acordamos de manhã para ir ao trabalho e voltar à noite para comer, ter um pouco de lazer e dormir. De fato, muitas pessoas têm um ritmo de vida incomum e o desenrolar do dia-a-dia nem sempre é rotineiro e passa-se sem incidentes. Ao lado da profissão, do lar e dos amigos, existem mil outras coisas que precisam encontrar seu lugar. Também é importante lembrar que as atividades das pessoas precisam ser sintonizadas cronológica e socialmente. Antes de poder realizar nossos planos ou resolver nossas tarefas, há horas de expedientes a observar, agendas lotadas a comparar, um número crescente de decisões a tomar e uma oferta cada vez maior de bens e serviços a peneirar.

Assim, pois, é verdade que o cotidiano se vive, antes de tudo, no ritmo das regularidades, dos ciclos e das repetições diárias e semanais, mas uma divisão estável do **orçamento de tempo** não pode anular a efemeridade da vida, excluir o inesperado ou proteger contra os riscos existenciais inevitáveis. Além disso, a monotonia da repetição pode ter efeito apenas se é interrompida, às vezes, por festas, férias ou viagens ou, simplesmente, pelo jogo da imaginação; se existe a possibilidade de uma renovação que faz a repetição suportável ou até desejável. Direta ou indiretamente, todos esses aspectos da vida moderna recebem seu perfil característico pela estrutura geral da sociedade e, conseqüentemente, pelas relações de poder nas culturas industrializadas.

Falando sobre a vida cotidiana como o domínio do senso comum ou do raciocínio prático (que nos leva a suspender a dúvida ou, pelo menos, a *não* duvidar de tudo com a mesma intensidade o tempo todo), há outro aspecto importante que chama a nossa atenção, nomeadamente: a **dispersão de espaços** que está em jogo. A experiência comum mostra que o campo do cotidiano estende-se dos espaços mais privados (“em casa”) e mais seletivos (“entre nós”) aos espaços mais abertos e/ou mais constrangidos (os lugares públicos nos quais se realizam regularmente atividades coletivas) (cf. BALANDIER, 1983, p. 9). Nos limites dessas esferas sociais realizam-se os rituais cotidianos e os jogos de linguagem de diversas categorias, os “programas”, como diz Balandier (op. cit., p. 10), “que têm uma função

tranquilizadora – a de suscitar o sentimento de ter dado ao curso dos dias alguma direção.” Naturalmente, o indivíduo não se situa igualmente em cada um desses espaços e não participa neles cada dia uniformemente. Portanto, pelo ponto de vista da inserção individual, é possível distinguir entre um centro e uma periferia do cotidiano.

Certamente, na **periferia**, a associação com o campo relacional é mais frouxa e depende menos da iniciativa própria. É o lugar onde ocorre o encontro com o que ainda não tem eco na vida; onde a identidade pessoal pode se fracionar em virtude da abertura do campo de relações intersubjetivas e da dispersão incontrollável dos sentidos. Aí, pode-se observar também o redimensionamento do sempre-presente e a transformação do repetido em novo. Ainda que na margem do cotidiano costumem faltar os laços de amizade, cultiva-se trato de cortesia, mas, além disso, os contatos resumem-se facilmente às superficialidades de encontros descomprometidos ou às trocas necessárias que caracterizam as situações mais formais. Desse modo, as interações comunicativas que marcam a periferia distinguem-se pela necessidade de evitar qualquer silêncio penoso e pelo predomínio rápido de fins imediatos em detrimento da produção de conversas lúdicas.

O **centro**, por outro lado, deve ser definido como o espaço que permite a inserção mais intensa em termos de adesão voluntária e de iniciativa própria. Aí se encontra o domínio das relações de intensidade forte, de convivência diária ou de frequência alta, em que vivemos nossas relações pessoais mais estáveis e menos abertas a curiosidade de terceiros. De fato, é em virtude do encapsulamento da vida privada que as pessoas podem manter em segredo como costumam viver seus afetos, sua sexualidade e os outros aspectos pessoais da sua identidade pessoal. No âmago do cotidiano, então, encontram-se as células sociais mais douradas e de coesão forte, que se baseiam em laços familiares, relações de vizinhança, amizade ou companheirismo ou no pertencimento a um determinado grupo social. Evidentemente, essa esfera privada dominada por desejos e ansiedades individuais tende a ser protegida contra a observação pública, mas, ao mesmo tempo, é vigiada, regulada ou “civilizada” continuamente pelos códigos morais e pelas normas de conduta internalizadas pelos agentes sociais.

Enfim, a vida cotidiana deve ser considerada, também, como o domínio do pensamento não transparente e/ou equivocado; o espaço das experiências ingênuas e não refletidas em que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente pela sua **inscrição inconsciente** no jogo das múltiplas formações discursivas. Talvez, nessa acepção seja mais patente que o cotidiano não se caracteriza por uma estrutura autônoma, mas tem também uma interface com as estruturas “objetivas” da sociedade, sendo, portanto, um componente constitutivo da rede de relações micro e macro, local e global que estruturam a sociedade. Nessa perspectiva, a vida cotidiana compõe-se das biografias das pessoas com seus desejos, seus medos, suas memórias e suas ambições, mas seu tempo e seu espaço são experimentados sob as condições de uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos.

Resumindo o que foi dito até o momento sobre o cotidiano, constatamos que seu espaço engloba a **abundância das experiências vivenciais** dos atores sociais. Nas suas interações, os participantes da cena social cotidiana orientam-se uns em relação aos outros, referem-se a terceiros ausentes e aproximam-se dos eventos que ainda estão por vir, definindo a situação concreta e procurando orientação no estoque histórico e biográfico de uma sociedade já preconstituída (língua, conhecimento, estrutura social etc.). Buscando apoio nas tipificações corriqueiras, os interactantes, de uma maneira ou outra, têm que encontrar, por meio da realização intersubjetiva das suas experiências vivenciais, um caminho que os leve do mundo predeterminado para seu próprio mundo. Para concluir, a vida cotidiana, claramente, tanto é constitutiva da ordem social quanto é submetida às imposições dela.

Voltando-nos, agora, ao assunto da **ideologia**, note-se, primeiramente que, na linguagem corrente, essa palavra é usada, frequentemente, para referir-se a um conjunto artificialmente construído de ideias um pouco afastadas da nossa vida cotidiana e manipuladas pelos poderes que já se firmaram ou ainda gostariam de se firmar, os quais atuam no intuito de orientar comportamentos coletivos relativos à ordem pública. Contrapondo-se a essa interpretação costumeira, muitos cientistas sociais da atualidade evitam a tendência de pensar a ideologia apenas em relação às formas de poder institucionalizadas e investigam como a força integrativa da

ordem simbólica produz um tipo de **inconsciência coletiva** que mantém a sociedade fragmentada unida e garante a reprodução da ordem dominante nos contextos sociais da vida cotidiana. Autores como Thompson (1995 [1990], p. 18), por exemplo, ressaltam que, “para a maioria das pessoas, as relações de poder e dominação que as atingem mais diretamente são as caracterizadas pelos contextos sociais dentro dos quais elas vivem suas vidas cotidianas: a casa, o local de trabalho, a sala de aula, os companheiros”.

De acordo com essa conceituação, pode-se dizer, então, que o cotidiano mais imediato é o solo no qual a ideologia se torna um componente necessário à vida em sociedade. Travando uma batalha silenciosa nas esferas do mundo vivencial, a ideologia apodera-se das nossas entranhas de maneira mais sutil e de forma tão refinada que muitas vezes não a percebemos. De fato, não é muito incomum que ela consiga homogeneizar os indivíduos a tal ponto que se tornam uma massa amorfa. Evidentemente, para obter esses resultados, ela aproveita-se dos materiais existentes na cultura e na sociedade, que pertencem ao senso comum.

Posto isso, há dois aspectos que merecem destaque em nossa discussão sobre a ideologia. Em primeiro lugar, convém dizer que ela não possui uniformidade, homogeneidade, nem coerência de ideias, pois é feita por **fragmentos dos distintos conhecimentos** que circulam numa sociedade. Sua outra dimensão está relacionada com os **mecanismos de transmissão**, pois utiliza a comunicação de massa, os livros didáticos, as aulas dos professores ou as conversas cotidianas para materializar-se nos rituais, nas práticas, nos signos, nas linguagens, etc. dos diferentes grupos sociais.

Revisando a literatura relevante (BOUDON, 1989; EAGLETON, 1997; KONDER, 2002; LÖWY, 1996; LARRAIN, 1979; THOMSON, 1995; ZIZEK, 1996), vê-se um consenso amplo sobre a hipótese de que a **ideologia floresce sob o nível da consciência**. Diz-se que a ideologia não aparece e não se assume como tal, sendo deste desconhecimento que lhe vem a sua eficácia simbólica. No que se refere à incapacidade de enxergar debaixo dos fenômenos cotidianos as relações que lhes são subjacentes, a maioria dos autores atuais concordam que as forças ideológicas, no mais das vezes, não se devem diretamente a uma tática de camuflagem adotada por indivíduos, organizações ou instituições. Ao contrário, para

o êxito do seu trabalho, o essencial é que a ideologia consiga não aparecer ideologia, tornando-se invisível. De fato, é nos domínios cognitivos do senso comum e das rotinas cotidianas que os enquadres representacionais ideológicos são conservados de modo mais sólido; é daí que eles exercem seu efeito maior, porque, nas profundezas inconscientes da mente humana, a dissimulação da natureza ideológica dos nossos modelos mentais alcança seu maior grau de eficiência. Stuart Hall (1977) comenta essa observação assim:

O que, justamente, faz do senso comum um conhecimento simultaneamente “espontâneo”, ideológico e inconsciente é o seu caráter irrefletido, sua transparência, sua “naturalidade”, sua resistência a esclarecer as condições que lhes são subjacentes, sua oposição a mudanças ou correções, o fato de ser, imediatamente, evidente para todos e o círculo fechado no qual ele passa de boca em boca. Com a ajuda do senso comum, não é possível apreender como as coisas são: é possível, apenas, descobrir onde, nas instituições existentes, elas se encaixam. Dessa forma, o mero fato de ele ser evidente por si mesmo, constitui-o como um meio que obscurece suas próprias pressuposições e condições através da sua suposta transparência.

Dado que o senso comum está impregnado de ideologia, não é possível, então, caracterizá-la como uma classe independente de “opiniões políticas” ou “interpretações tendenciosas” que não pertencem ao espaço da vida cotidiana. Também não é possível reduzir a ideologia às dimensões abstratas de uma visão social do mundo ou usá-la – no sentido do Marxismo vulgar – para denunciar uma consciência falsa.

Em nosso entender, as pesquisas da vida cotidiana não devem, para sua legitimação, usar o estudo do cotidiano como base de uma teoria atomística da sociedade, ou seja, como ponto de partida não de um resgate da dimensão social pequena esquecida pelas teorias positivistas, mas de uma fuga que, frequentemente, se resume na glorificação da dissidência ou resistência não ostensiva e/ou na descoberta da poesia do cotidiano. Em vez disso, elas devem explorar holisticamente as **duas dimensões** principais do seu objeto de pesquisa, nomeadamente: (i) a do indivíduo como **agente social** historicamente situado no seio das realidades empíricas e das circunstâncias particulares, que é capaz de interagir através de determinadas práticas sociais que se tipificam por meio da interação a partir de horizontes temporais, espaciais, temáticos e axiológicos, e (ii) a da **convivência** pela qual os sujeitos se familiarizam com seu mundo de vida,

adquirindo intersubjetivamente um estoque disponível de conhecimentos ideologicamente condicionados que os torna capazes de interferir na sua realidade para aceitá-la, rejeitá-la ou transformá-la.

A partir dessa perspectiva vivencial, não é legítimo isolar a vida cotidiana por outras razões a não ser as de ordem metodológica; pois não se pode conceber o microcosmo do cotidiano, tudo que cerca o sujeito (como o ambiente de trabalho, familiar, escolar, econômico) como uma categoria essencialmente distinta do macrocosmo dos grandes dispositivos sociais. No cotidiano, exprimem-se as tensões, os conflitos, os desenvolvimentos ideológicos, as mudanças e as crises das quais a Sociologia geral e as diversas Sociologias parciais fazem geralmente os seus objetos de pesquisa. Uma **teoria crítica da vida cotidiana**, então,

que pretende se distinguir dos estudos sobre as relações interpessoais a partir das quais se constroem teorias psicossociológicas que objetivam distinguir o que é especificamente social, deve repousar certamente sobre a proposição de que a crítica da vida cotidiana implica concepções e apreciações da hierarquia do conjunto social (JAVEAU, 1980, p. 40).

A Sociologia da vida cotidiana, portanto, não é necessariamente uma microsociologia, uma Sociologia reduzida no seu discurso, assim como no conteúdo dos seus conceitos, à dimensão restrita do ciclo diário de vinte e quatro horas.

Para concluir esse item, convém mencionar ainda que, durante muito tempo, era bastante comum pensar que a distinção entre o cotidiano e, digamos, o não cotidiano dependia da **carga simbólica** associada às práticas e às situações. Segundo essa concepção, o cotidiano seria um conjunto de situações e de práticas sociais quase totalmente descarregadas de simbolismo. Evidentemente, essa distinção, se for tomada como critério da definição social do espaço cotidiano, é um desafio para abordagens que focalizam as lutas ideológicas pela dominação. Do ponto de vista de uma teoria *crítica*, então, os trabalhos que fazem do cotidiano uma esfera à parte da vida social, dotada de uma larga autonomia, devem ser considerados fruto de uma ilusão com função conservadora, porque eles dão um status de

veracidade científica a uma definição de conteúdo que, com efeito, é uma construção social. Como afirma Elias (1978, p. 24): "a estrutura do cotidiano não tem o caráter de uma estrutura dotada, em grau maior ou menor, de autonomia, mas [...] o de um componente integral da estrutura da sociedade [...] que, na análise, não pode ser separado das estruturas globais de poder na sociedade".

5.3.2 Pequeno percurso histórico do conceito da ideologia

Uma revisão breve da literatura relevante sobre o tema publicada em português e inglês (CHAUI, 2001 [1980]; EAGLETON, 1997 [1991]; FIORIN, 2001; FRIEDEN, 2003; KONDER, 2002; LARRAIN, 1979; LÖWY, 1996 [1985], 2007; THOMPSON, 1995 [1990]; ZIZEK, 1996 [1994]) já permite observar que há uma **multiplicidade de concepções** coexistentes da ideologia. O termo, evidentemente, refere-se a "um conceito que carrega os traços, embora desbotados, dos muitos usos que caracterizaram sua história" (THOMPSON, 1995 [1990], p. 43).

A questão das atitudes e crenças coletivas, sem dúvida, já gastou muito papel e provocou inúmeras discussões teóricas. Ainda que entendamos ser indispensável indagar sobre a definição do fenômeno da ideologia e sobre os tipos de explicações já apresentados, não há espaço neste trabalho para reconstruir o **percurso histórico e acadêmico** que o conceito moderno da ideologia tomou desde que Destutt de Tracy e seus companheiros do Instituto Nacional o criaram na época da Revolução Francesa para designar um campo original de estudos empiricistas ou positivistas destinado a formar a base de todas as ciências (cf. DE TRACY, 1970 [1801]). Contentamo-nos, portanto, com a apresentação resumida de alguns pontos cardeais nessa trajetória de dois séculos que levou à criação de um dos termos mais complexos, polissêmicos e mal-entendidos das ciências sociais e humanas (EAGLETON, 1997, p. 15; LÖWY, 1987, p. 9-10).

É um fato perfeitamente reconhecido que a noção da ideologia surgiu como parte de uma tentativa de promover os ideais iluministas no contexto das revoltas sociais e políticas que marcaram o nascimento das sociedades modernas. As ambiguidades e equívocos em torno do conceito já começaram logo depois da

sua criação pelos enciclopedistas franceses que estavam intimamente ligados com o republicanismo, um movimento político que representava uma ameaça potencial às ambições ditatoriais de Napoleão Bonaparte. Mais concretamente: quando Napoleão, em 1812, precisava de um bode expiatório para os fracassos internos e externos do seu regime autocrático, ele atacou em discurso público Destutt de Tracy e seus correligionários que, supostamente, tinham dado sinais de que desejavam prestar ao imperador uma “assessoria esclarecedora, orientando-o no sentido de promover o aprimoramento das instituições” (KONDER, 2002, p. 22). Napoleão zangou-se com esses intelectuais intrometidos e mandou avisar-lhes que deveriam se mostrar mais “atentos e receptivos às ‘lições da história’” (*id. ibid.*). A partir daí, começou a difamar o grupo como “ideólogos” no sentido de “**deformadores da realidade**” (CHIAUI, 2001, p. 27; realce nosso) ou de “especuladores metafísicos” que vivem num mundo ilusório. Uma vez que a desaprovação imperial tinha um peso ideológico maior, inverteu-se rapidamente a imagem progressista que os representantes da recém-criada “ciência das ideias” tinham cultivado de si em público.

Para Marx e Engels (2002 [1845]), que, na primeira metade do século XIX, encontraram o termo usado amplamente no sentido napoleônico, a ideologia faz parte da superestrutura e, como tal, expressa os interesses da classe dominante e, portanto, deve ser analisada criticamente. A seu ver, o conceito tem uma conotação negativa e diz respeito à “**consciência falsa**” ou deformada da realidade que, de acordo com os autores, é um resultado da divisão social do trabalho material e intelectual a qual coloca a consciência em condições de se convencer “de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de construir uma *efetiva* representação de algo sem representar algo *efetivo*.” (MARX e ENGELS, 1984 [1845], p. 35). O resultado desse processo é uma consciência invertida da realidade que impede o sujeito de reconhecer a determinação do seu ser material e social sobre a sua vida mental. A ideologia, então, deriva, segundo Marx e Engels, da fragmentação da comunidade humana e do fato de as pessoas não poderem se reconhecer coletivamente como um verdadeiro ser da sua espécie. É a partir da cisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos que a ideologia começa a distorcer, inverter ou camuflar a realidade e a implantar os processos de estranhamento do trabalho (*Entfremdung*) e de alienação (*Entäusserung*) da

identidade do sujeito, pelos quais impõe a todas as classes sociais os ideais ou as vontades da classe dominante.

Depois de Marx e Engels, muitos outros pensadores abordaram a temática da ideologia, proporcionando ao leitor “uma vastidão de publicações que veicularam as ‘leituradas’ diversas e contraditórias a que o conceito foi submetido” (KONDER, 2002, p. 9). Foi o sociólogo Karl Mannheim que tentou, então, pôr um pouco de ordem nessa confusão. Na sua obra *Ideologia e utopia* (1995 [1929]), ele argumenta que é preciso distinguir entre dois tipos de visões sociais do mundo: **visões ideológicas**, que servem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo e **visões utópicas**, que têm uma função crítica, negativa, subversiva ao apontar para uma realidade ainda não existente (LÖWY, 1996, p. 14). Baseando-se na observação de que as pessoas de diferentes domínios sociais costumam aderir a diferentes formas de ver o mundo e que, vinculada à posição social que ocupam (*Standortgebundenheit*), desenvolvem seu próprio estilo de pensamento, Mannheim afirma que cada visão social do mundo tem os próprios padrões de verdade, dependentes das circunstâncias existenciais em que ela é produzida (*Seinsgebundenheit*). Sendo assim, as ideias não têm sentido por si mesmas, mas têm que ser contempladas pela perspectiva dos seus usuários.

Para Mannheim, as ideologias surgem quando certos grupos sociais são tão intensamente ligados aos seus interesses e desejos numa dada situação que eles perdem a capacidade de ver os fatos que poderiam perturbá-los nas suas ambições. As ideologias, por assim dizer, imunizam as pessoas contra a percepção da realidade. Existem, portanto, diferentes interpretações do mundo que variam de acordo com as condições materiais e os interesses sociais dos interpretantes. “Todo mundo representa direta ou indiretamente um ponto de vista parcial, limitado, unilateral, relativo a certos interesses” (LÖWY, 1996, p. 85). Não há, portanto, uma verdade única, mas numerosas ideologias e utopias socialmente relativas. Em síntese, não existe apenas uma cosmovisão dominante do mundo, mas um **enfrentamento permanente** entre as diferentes ideologias contraditórias numa sociedade.

Antonio Gramsci (1968 [1929-1935], 1991) também defendeu a opinião de que as ideologias não são simplesmente impostas pela classe dominante (como tinha sugerido Marx), mas são negociadas entre os membros de uma sociedade em face da evidência contraditória e das experiências de vida. Segundo o autor, a visão de mundo da classe dirigente se dissemina em todo o corpo social, misturando-se com as ideias difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas de tal forma que a **esfera ideológica** da sociedade se estende a todas as estratificações sociais. A ideologia peculiar das camadas sociais dirigentes, porém, é sempre mais elaborada que seus fragmentos encontrados na cultura popular. Desse modo, enquanto no topo da sociedade, há a filosofia como visão do mundo individualmente mais elaborada, encontra-se, no nível mais baixo, o folclore que se baseia numa concepção de mundo não elaborada e assistemática. Situado a meio caminho entre esses dois níveis extremos, encontra-se o **senso comum**, que reúne traços difusos de diferentes épocas e de um certo meio popular, formando, assim, um amálgama dos costumes e pensamentos das classes subalternas e da ideologia da classe dirigente (PORTELLI, 1990, p. 25): “Seu traço fundamental mais característico é o de constituir (mesmo no nível de cada cérebro) uma concepção fragmentária, incoerente, inconsequente, conforme a situação social e cultural da multidão para a qual este traço é a filosofia” (GRAMSCI, 1966, p. 144).

O conceito de ideologia elaborado por Gramsci mostra que os “sistemas globais de interpretação do mundo social” (ARON, 2001, p. 305) são arraigados profundamente nas práticas histórico-culturais de uma sociedade, mas, ao mesmo tempo, torna evidente que a sua difusão pelas diferentes camadas sociais gera uma heterogeneidade das concepções do mundo a qual exige uma articulação interna muito complexa da sociedade civil. A observação da tenacidade e da penetração das visões dominantes do mundo levou Louis Althusser (1998 [1976]) a estudar mais pormenorizadamente a **existência material** das ideologias. Baseando-se na herança gramsciana, esse autor analisa o funcionamento dos mecanismos repressivos dos “aparelhos ideológicos de estado”, os quais promovem a aceitação da ideologia dominante e possibilitam a conservação das condições econômicas, políticas e ideológicas que garantem a reprodução da força de trabalho. Entre as organizações encarregadas da difusão da ideologia dominante conta-se,

especialmente, com a família, o sistema escolar, a Igreja, as empresas, os partidos políticos e a imprensa de uma sociedade.

Quanto às formas de dominação coercitiva e de sujeição ideológica praticadas por esses formadores de opinião, convém destacar dois pontos. Primeiramente: para Althusser, a ideologia não diz respeito apenas aos pensamentos das pessoas, mas às suas “**relações vividas**”, aos seus modos de agir no cotidiano e aos seus rituais situados em um conjunto de instituições concretas: “Não existe prática senão através de e sob uma ideologia” (ALTHUSSER, 1998, p. 93). Em segundo lugar, é importante ressaltar que a ideologia disseminada pelas instituições e organizações sociais, ao assegurar a coesão do todo social, “dificulta aos indivíduos concretos reconhecer plenamente a força da materialidade da relação deles com o real. O sujeito se sente capaz de, como sujeito, representar fielmente a realidade e a representa, de fato, ideologicamente” (KONDER, 2002, p. 122). É oportuno dizer, portanto, que é a ideologia que constitui o sujeito ou, nas palavras de Althusser, que efetua “**a interpelação dos indivíduos como sujeitos**” (1998, p. 102; *realce nossa*).

5.3.3 A teoria semiótica da ideologia

Uma primeira **teoria semiótica da ideologia** já se encontra desenvolvida nos textos do círculo de Michael Bakhtin, Valentin N. Volochinov e Pavel N. Medvedev (FARACO, 2003; MORRIS, 1997, SOUZA, 2002) Como observa bem Faraco (2003, p. 48), Bakhtin (Volochinov) (1997 [1929]) realça especialmente que todos os produtos da criação ideológica “são corporificados em algum material semiótico definido”:

Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (BAKHTIN (VOLOCHINOV), 1997 [1929], p. 31).

Ao contrário de Saussure (1996 [1916]), que retira o signo do espaço social e exclui, da sua concepção da língua sistêmica, os sujeitos que a utilizam e o contexto em que eles se inscrevem, para Bakhtin/Volochinov (*op. cit.*), a língua precisa, antes de tudo, dar conta das **relações sociais e interindividuais**:

A verdadeira substância da língua [...] não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela anunciação monológica isolada [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal [...]. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (*id.ibid.*, p. 123).

E, em outro trecho, pode-se ler:

O signo se cria entre indivíduos, no meio social; é, portanto, indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social (*op. cit.*, p. 45)

Assumindo, então, a posição de que a interação verbal é a realidade fundamental da língua e de que a natureza dos signos não é meramente linguística, mas, sobretudo, ideológica, Bakhtin (Volochinov) – como comenta Indursky (2005, p. 105) – transfere, “de imediato e de forma irreversível”, o signo do interior do sistema linguístico para o exterior do meio social. Insurgindo-se tanto contra o **objetivismo abstrato** de Saussure quanto contra o **subjetivismo individualista** de Croce (1905 [1900]) e Vossler (1904), Bakhtin (Volochinov) ressalta que o signo é um fenômeno do mundo exterior, cuja realidade ele “reflete e refrata” (*op. cit.*, p. 32), dando ênfase aos mais diversos aspectos dela. “As palavras”, garante o autor, “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (*op. cit.*, p. 41).

Para apresentar, então, aquilo que, resumidamente, são as pedras angulares da teoria enunciativa do círculo de Bakhtin, isto é, a **mediação semiótica da vida mental** e a **dialogicidade da linguagem**, convém destacar dois pontos: em primeiro lugar, que a língua é determinada pela ideologia, na medida em que o signo e a situação social estão inseparavelmente ligados e, em segundo lugar, que a consciência, já que está condicionada pela linguagem, é modelada também pela ideologia.

Se nos detemos, brevemente, no exame do primeiro ponto, cumpre reconhecer que, sob a perspectiva da natureza ideológica dos signos, nossa visão do mundo não é casual, mas resulta de fatores sociais, não podendo, por conseguinte, ser alterada simplesmente em razão de uma decisão arbitrária. De acordo com essa linha de pensamento, é de se entender que o conteúdo da nossa

consciência é ocasionado por algo exterior a ela e independente dela. Por conseguinte, quando se procura indicar a fonte do sentido, a subjetividade deve ser substituída pela experiência social. Pela mesma razão, é preciso concordar com Bakhtin (Volochinov) (1997 [1929], p. 36), que considera o mundo social externo como o nascedouro de toda experiência interna:

A consciência toma forma e vida no material semiótico criado, por um grupo organizado, no processo de sua interação social. A consciência individual se alimenta de signos; ela retira deles seu desenvolvimento; ela reflete sua lógica e leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência do seu conteúdo ideológico, não sobra nada.

Refletindo ainda mais um pouquinho sobre a organização semiótica da nossa consciência e sobre a impossibilidade de reduzir nossa vida mental a processos internos, verifica-se que os fundamentos do psiquismo não são formados pelo sistema abstrato da língua, mas pela concreta **prática comunicativa**. Freitas (2006, p. 304) também reconhece esse fato, quando retoma, expressamente, Bakhtin (Volochinov) (*op. cit.*) para afirmar: “Não existe signo interno na consciência que não tenha sido engendrado na trama ideológico-semiótica da sociedade”. A consciência, evidentemente, desdobra-se no contato social a partir das relações que os membros de uma sociedade – via linguagem – estabelecem entre si. Ela só pode – como diz Eagleton (1997 [1991], p. 172) – “surgir na corporificação material dos significantes”. Em outras palavras: o signo como produto social tem uma função geradora e organizadora dos processos mentais. Conclui-se, então, que a consciência e a língua são, ambas, fenômenos sociais que são regidos por leis sociológicas (BAKHTIN, 1986, p. 96). Aceitamos e endossamos essa afirmação com a restrição de que o marxista Bakhtin, certamente, pensou em outras leis sociológicas além daquelas a que se refere o sociólogo Luhmann (1984, 1997a, 2008), cuja visão sistêmica adotamos para nossa interpretação da produção discursiva da moral no gênero fofoca (cf. cap. 2.4 e cap. 11).

Ainda que não pretendamos nos inteirar em todos os detalhes da questão da **dialogicidade** da linguagem, é conveniente iniciar o exame do nosso segundo ponto com a observação de que toda comunicação verbal surge no contexto de uma situação concreta de produção, a qual proporciona o encontro e o confronto de múltiplas vozes e de verdades sociais que buscam ancorar-se no material semiótico

em questão (cf. BAKHTIN (VOLOCHINOV), 1997 [1929], p. 113 e 123). Posto isso, importa realçar que os produtos das práticas comunicativas distinguem-se por duas características principais: nomeadamente, o caráter enunciativo e o caráter ideológico.

No que diz respeito ao **caráter enunciativo** basta mencionar, aqui, que a interação verbal, ao instaurar um enunciador e ao dirigir-se a um destinatário concreto ou presumido, dá origem à fala, ou seja, produz signos, palavras ou enunciados cujas formas são determinadas pela organização social dos seus usuários e pelas condições mais imediatas de sua interação.

Quanto ao **caráter ideológico**, constata-se que, para Bakhtin (Volochinov), a ideologia não representa um sistema de ideias abstratas que impõe rigidamente o que as pessoas pensam, mas um processo complexo pelo qual o significado é (re)produzido, desafiado e/ou alterado. Segundo o autor, os enunciados são sempre assentados no “horizonte ideológico” dos interlocutores, que são dotados de matrizes modeladoras diferentes para a percepção do conjunto da realidade e que se avaliam continuamente, expressando os valores determinados pelos recursos disponíveis de conteúdo e de expressão. De fato, o autor vê, na ideologia, um produto da atribuição de sentido, conhecimento ou valor de verdade e destaca que o domínio dos signos e o da ideologia são coextensivos:

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (*op. cit.*, p. 32).

Mais concretamente: ele distingue a **ideologia oficial** encontrada em sistemas verbais “estáveis, formulados” (como aqueles que se referem à lei, à religião, às ciências ou às artes) e a **ideologia comportamental** do cotidiano, que se constitui de expressões linguísticas e experiências verbais internas que não cabem em tais sistemas, mas que atravessam os signos de tal modo que seus significados influenciam “todo o nosso exemplo de comportamento e de ação” (*id. ibid.*). Segundo Bakhtin (Volochinov) (*op. cit.*, p. 118 e seg.), é de se pressupor que a ideologia oficial se baseie na ideologia comportamental, mas também que

haja, simultaneamente, uma influência inversa na medida em que a ideologia comportamental pode ter seu “tom” ajustado pela ideologia oficial enquanto incorpora formas e práticas dos sistemas ideológicos que pretende modificar ou superar.

Levando em conta que todo enunciado é sempre ideológico e se dá inevitavelmente na esfera da ideologia; que “a enunciação de um signo é sempre também a enunciação de índices sociais de valor” [...] “oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais” (FARACO, 2003, p. 53 e 56) e que a linguagem é “o lugar mais claro e completo da materialização do fenômeno ideológico” (MIOTELLO, 2005, p. 170), não é difícil entender que “aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais” (FARACO, 2003, p. 56) e que, em consequência disso, seria uma redução inaceitável compreender um **enunciado concreto** como um encadeamento de signos verbais que produz o sentido, por assim dizer, juntando letras e palavras de acordo com suas disposições combinatórias para formar sintagmas bem formados. Em vez disso – na medida em que os signos dão um suporte material às avaliações ideológicas e se constituem como “uma arena que possibilita a visibilidade dos confrontos de valores” (ZANDWAIS, 2005, p. 89) – é mais oportuno dizer que, em todo ato comunicativo verbal, as partes separadas de um enunciado não estão apenas postas uma após outras, mas estão reunidas por algum ordenamento que rege a escolha e a combinação dos valores sociais nelas contidos. Reconhecendo a orientação social como força formadora da significância, percebe-se, então, que a concatenação de unidades lexicogramaticais é apenas o processo mais transparente da expressão simbólica; pois o que, no fundo, caracteriza a enunciação concreta é que os interactantes dotam a ordem do real de sentido e que esse “sentido (‘o intencionado’), concebido globalmente, [...] se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 65; realce no original).

Apenas quando se focaliza a língua como produtora de mensagens, é possível ocupar-se do encontro sociocultural das vozes sociais e da dinâmica que se estabelece nesse jogo de forças discursivas. Para poder explicar melhor essa dinâmica da criação ideológica, Bakhtin (1981) recorre à metáfora do **diálogo entre**

as múltiplas vozes sociais. Mais concretamente, ele entende que todo texto é “um ‘tecido de muitas vozes’ ou de muitos textos e discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no *interior* do texto” (BRAIT, 2006, p. 33). Nessa perspectiva, a compreensão também “é uma forma de *diálogo*” (BAKHTIN (VOLOCHINOV), 1997 [1929], p. 132) que se realiza ao relacionar o enunciado com a situação comunicativa atual e com os enunciados anteriores, já compreendidos e interiorizados. Segundo Bakhtin, o espaço intersubjetivo concreto da comunicação simbólica é sempre estruturado por vários dispositivos textuais ou “vozes sociais”: “compreender”, portanto, “é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (*id.ibid.*) ou, em outras palavras, ainda conforme o mesmo autor:

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro (*id.ibid.*).

Isso significa que a própria linguagem é de natureza essencialmente dialógica, já que as múltiplas vozes sociais se entrecruzam nela continuamente. De fato, é de se pressupor que, na corrente ininterrupta da comunicação sociocultural, cada enunciado seja determinado tanto pelo seu produtor quanto pelo seu receptor. Cada enunciado responde a outros enunciados e se dirige às respostas ainda a vir. Nisso, seu produtor apoia-se na situação comunicativa concreta e nas condições gerais do contexto sociocultural.

Posto isso, é possível explicar a dialogicidade que caracteriza todo o dizer através da exposição de **três dimensões** diferentes, a saber: primeiramente, sobressai-se que todo enunciado se orienta para o já-dito, isto é, constitui-se dentro da memória discursiva de um coletivo; em segundo lugar, entende-se que ele é orientado para um receptor presumido e antecipa a possível resposta de outrem e, finalmente, convém realçar ainda que todo dizer é dialogizado internamente, ou seja, é constituído heterogeneamente, o que significa, em outras palavras, que o dizer articula sempre diferentes vozes sociais.

Esclarecidos os alicerces conceituais em que se edifica a teoria bakhtiniana sobre a natureza semiótica da ideologia, podemos – no que se segue –

voltar a nossa atenção para a questão de como se explica, nesse quadro teórico, a **produção de sentido** no espaço simbólico relacional do discurso no qual se entrecruzam a cultura e a história de uma comunidade e as experiências, emoções e representações dos seus membros. Para retomar, então, o assunto da interação entre as vozes sociais, importa salientar, primeiramente, que os significados são definidos, socialmente, de duas maneiras: enquanto seus **aspectos particulares** devem-se às crenças, aos valores, às biografias e às intenções dos agentes sociais, é certo que suas **características típicas** têm origem no meio social. Visto isso, a dimensão ideológica da linguagem não é outra coisa senão a avaliação social dos objetos de discurso. Essa avaliação “é o elo entre uma dada forma linguística ou um dado objeto de discurso e o horizonte ideológico de categorias, valores e orientações que os falantes mantêm na interação” (HANKS, 1996, p. 143).

Na visão de teóricos como Bakhtin (Volochinov), Benveniste ou Hanks, apenas uma parte do conteúdo de um enunciado é codificada na sua estrutura formal; o resto é uma consequência do seu encaixamento sócio-histórico e situacional. Em outras palavras: em seu entender, o potencial semântico de um enunciado é delimitado pelos padrões locais de uso. Logo, **o sentido concreto** de uma expressão verbal emerge como um produto da combinação entre o enunciado e o seu contexto. Tendo esse ponto como certo, é possível afirmar que os falantes sempre percebem o mundo pelas suas lentes ideológicas socialmente constituídas. Isso significa que todo enunciado concreto deve ser visto como uma forma de contrato metacomunicativo (ROMMETVEIT, 1974): ele organiza uma experiência e, ao antecipar as interpretações prováveis, se orienta simultaneamente para o receptor escolhido (na análise da conversação essa ideia conceitua-se no termo *audience design*). Em outras palavras: os interlocutores produzem o sentido das ações comunicativas ao assumir certas obrigações mútuas que determinam “o que está acontecendo” (qual é o “jogo de linguagem” no sentido wittgensteiniano) e, desse modo, excluem possíveis ambiguidades e os significados alternativos que as mesmas palavras poderiam assumir em outros contextos. A compreensão mútua, então, exige tanto o conhecimento linguístico das formas faladas quanto o conhecimento tácito dos interlocutores e das características situacionais e também o conhecimento metalinguístico dos enquadres rotineiros nos quais os enunciados, provavelmente, devem ser entendidos (HANKS, 1996, p. 235).

Avançando um pouco mais nessa linha de pensamento, pode-se dizer que até os significados supostamente estáveis que são descritos nos dicionários são, no fundo, apenas cristalizações de inúmeros processos interacionais que se desdobram dentro do horizonte de valores, crenças e modos de ver o mundo dos falantes e dos receptores. De fato, numa visão mais aproximada, descobre-se facilmente que muitos traços da língua são sedimentos de práticas sociais que dão forma aos mais diversos aspectos extralinguísticos. “As práticas verbais tornam rotineiras os modos de fazer experiências e esses, por sua vez, encaminham-se para as próprias categorias da língua” (HANKS, 1996, p. 201). Assim sendo, pode-se afirmar que as formas características da estrutura de uma língua são um produto histórico, elaborado, paulatinamente, pelos agentes sociais em situações socialmente definidas. Em outras palavras: **o contexto penetra a língua** cuja estrutura é um produto da tensão contínua entre a lógica interna do sistema formal e o contexto correlacionado do mundo social (cf. HANKS, 1996, p. 180).

O fato de as pessoas usarem palavras que são sempre carregadas de valores ideológicos significa que a influência do contexto social nunca está ausente. De fato, os mesmos fatores que determinam, na comunicação verbal, o sentido das formas linguísticas fornecem também os recursos para poder realizar os diferentes **papéis sociais**. Vê-se, assim que o falante, ao enunciar os atributos essenciais e específicos de si mesmo e da situação em questão, é simultaneamente definido por essa mesma situação. Essa dualidade de coerção e possibilidade caracteriza todo processo interacional. A adoção dos papéis sociais, então, é um processo social e não um fato concomitante (HANKS, 1996, p. 209). Goffman (1983) mostra como os papéis tradicionais do falante e do ouvinte podem ser subdivididos em vários formatos de produção e recepção. No que diz respeito ao emissor, o autor distingue, nomeadamente, entre um “animador”, que produz as ondas sonoras; um “autor”, que seleciona as palavras, e um “principal”, que é responsável moralmente pelas opiniões afirmadas; os receptores, de outro lado, podem ser “participantes ratificados”, “ouvintes casuais” ou simples “espectadores”. Não é preciso entrar em detalhes, aqui, para ver que, junto com a produção dos enunciados, se realiza, necessariamente, uma ocupação do mundo social. Assim, pois, pode-se concluir que

todas as interações se caracterizam, inevitavelmente, também por uma dimensão de poder.

Uma vez que os interlocutores entram em cada prática comunicativa com um conjunto enorme de **conhecimentos sociais sedimentados** na forma de hábitos irrefletidos e percepções costumeiras, é conveniente dizer que todas as ações comunicativas são inevitavelmente ligadas a avaliações sociais que legitimam ou invalidam as próprias ações e as dos outros. De fato, é de se pressupor que o tipo de atividade no qual uma ação se encaixa e as apreciações ideológicas quanto à situação e aos papéis sociais envolvidos determinem a escolha dos recursos linguísticos. O sentido, por conseguinte, não está nas palavras, mas na trajetória que elas tomam em público.

5.3.4 As abordagens críticas da relação entre ideologia e discurso

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre a herança ambígua do conceito de ideologia, é possível, de acordo com Thompson (*op. cit.*, p. 14), apontar **duas tendências** predominantes entre as soluções oferecidas: a primeira é evitar qualquer juízo pejorativo e propor uma visão neutra da ideologia como “sistema de crenças”, “sistema de pensamento” ou “sistema simbólico”; a segunda consiste em abandonar o conceito definitivamente, uma vez que ele seria “muito ambíguo, controvertido e contestado, demasiadamente marcado por uma história em que se usou e abusou dele de diferentes modos, a tal ponto que ele não se presta mais, hoje em dia, para fins de análise social e política” (*op. cit.*, p. 14 e seg.). Na presente seção, apresentaremos resumidamente duas escolas de pensamento que se enquadram na primeira tendência. O próximo capítulo, então, introduzirá uma teoria que segue a segunda.

No que diz respeito à **visão neutra** da ideologia, vale dizer que seus proponentes não consideram adequado ou, pelo menos, muito útil presumir que as ideologias sejam “verdadeiras” ou “falsas” (cf. GEERTZ, 1989 [1964]; LAURRAIN, 1979; MANNHEIM, 1995 [1929]). No modo de pensar desses autores, as ideologias não tratam, em primeiro lugar, da verdade, mas do efeito e do benefício do seu

trabalho. Por outras palavras, o que caracteriza a ideologia não é a falsidade ou a veracidade das ideias que veicula, mas o fato de que essas ideias são interessadas, transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em determinadas posições (de vantagem ou desvantagem) na organização social. A ideologia não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade, uma vez que, para esses autores, não há realidade sem ideologia. Nessa perspectiva, toda ideologia é um sistema de ideias, de símbolos, de critérios axiológicos e de atitudes que têm uma coerência entre si, de tal modo que se distingue e mesmo se opõe a outro sistema de ideias. Toda ideologia serve para acolher, selecionar e controlar a informação.

Assumir uma visão neutra da ideologia não significa que todas as opiniões são igualmente justificáveis; que diferentes pessoas, simplesmente, mantêm crenças diferentes; que as opiniões, inevitavelmente, variam de comunidade para comunidade, de uma época para outra e que é possível dar boas razões tanto para se admitir quanto para se recusar qualquer opinião. O fato de questionar o **essencialismo** positivista, ou seja, a fé na existência de uma verdade absoluta, de um "ponto arquimediano" fora do espaço e do tempo, que defina objetivamente o que deva ser racional, não implica – para dar uns exemplos concretos – que os fundamentalistas religiosos não possam ter crenças falsas sobre a evolução da vida na Terra ou os cientistas, sobre a vida eterna da alma. Também não significa que, diante dos padrões válidos da ética ou da cientificidade, os fundamentalistas mencionados não podem se convencer da imoralidade do aborto com base em conhecimentos verdadeiros sobre o crescimento do feto no útero e que os cientistas, por sua vez, não podem alcançar uma consciência plena da nossa vida mundana e, desse modo, chegar a um conhecimento verdadeiro sobre a derradeira realidade espiritual. Defender a hipótese do **relativismo** do conhecimento humano é, antes de tudo, um indício de que há uma certa conscientização dos limites da ciência: reconhece-se que a validade e a autoridade dos padrões de verdade e dos objetivos cognitivos dependem da prática estabelecida no interior de uma comunidade (cf. HARRÉ & KRAUSZ, 1996, PUTNAM, 1981 e 1983; RORTY, 1982).

Os exemplos acima mencionados mostram que rejeitar a classificação de ideias em verdadeiras e falsas não implica, de maneira alguma, que todas as ideias

se equivalem; mas, a nosso ver, quem parte do **princípio sofista** de que a verdade nada mais é do que um acordo entre interlocutores (REBOUL, 2000, p. 9) evita “cair em uma teoria ideológica da ideologia” que nos colocaria diante da dificuldade incontornável de “explicar por que milagre ideias tão visivelmente ruins puderam tão facilmente se formar e se impor” (BOUDON, 1989, p. 18). Portanto, parece-nos mais apropriado, em matéria de valores ideológicos, assumir uma neutralidade axiológica e presumir que toda ideologia – por mais irrisória que ela apareça – represente uma ação simbólica (GEERTZ, 1964) e exprima, num dado momento histórico, a “verdade” específica de um determinado grupo social, no sentido de que ela forneça um enquadre interpretativo mais ou menos relevante e eficiente para as ações e interações cotidianas dos membros desse grupo.

É possível acrescentar, ainda, uma terceira tendência – amplamente desenvolvida por Thompson (1995 [1990]) no seu livro seminal sobre a “Ideologia e a cultura moderna” – a qual aceita o desafio de elaborar uma **reformulação crítica** do conceito da ideologia que tenta resolver os diversos problemas inerentes às concepções anteriores, evitando certas distorções e parcialidades que prejudicam “a maioria da literatura teórica recente” (*op. cit.*, p. 17). Sem poder entrar, aqui, nos detalhes, convém ressaltar, pelo menos, que o autor objetiva demonstrar a importância que o conceito da ideologia tem para entender a natureza das formas simbólicas e para examinar a relação dos signos com os contextos sociais dentro dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas. De acordo com Thompson, o termo ideologia “pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) [*sic!*] serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (*op. cit.*, p. 16). A análise da ideologia, por conseguinte,

pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social (*id. Ibid.*).

Falando sobre a utilidade do conceito da ideologia como ferramenta analítica das ciências sociais, convém voltar, brevemente, para Althusser (1998 [1976]), que, como já vimos, baseia sua teoria da alienação humana em **duas**

hipóteses, a saber: i) a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com as condições da sua existência, que se realiza concretamente nas práticas sociais e nos aparelhos ideológicos do Estado; ii) a ideologia dá origem à interpelação dos indivíduos como sujeitos. Partindo dessas duas hipóteses, Althusser (1975, p. 239-240) afirma que a ideologia tem pouco a ver com a consciência:

Ela é fundamentalmente inconsciente [...] A ideologia é um sistema de ideias; mas essas ideias, na maioria das vezes, nada têm a ver com o consciente: trata-se, geralmente, de imagens, às vezes, de conceitos, mas, à maioria dos seres humanos, elas se impõem, sobretudo, na forma de estruturas, sem passar-lhes pelas 'consciência'. Elas são objetos culturais percebidos/pressupostos/suportados e elas têm efeito funcional sobre os seres humanos através de um processo que lhes escapa.

Para Althusser, então, as ideologias são um ingrediente natural da vida social e a adesão em massa às ideias recebidas e às crenças coletivas que as compõem pode ser explicada por dois fatores: em primeiro lugar, a **opacidade cognitiva** do mecanismo ideológico, a qual tem como efeito que não notamos os traços ideológicos que influenciam todo processo de significação (cf. BLIKSTEIN, 1998, p. 59-64); em segundo lugar, a **perspectivação inevitável** da nossa captação do mundo sobre a qual Boudon (1985, p. 20) diz: “o ator social está *situado* em algum lugar, e não se vê o mundo da mesma maneira de todos os lugares. Além do mais, aquilo que se vê de algum lugar depende do que já se sabe e do que não se sabe”.

Chegando às mãos de autores de várias escolas de pensamento (cf. LARRAIN, 1979), a concepção simultaneamente marxista e lacaniana de Althusser foi discutida amplamente nos anos sessenta e setenta do século XX. Especialmente, os fundadores da **análise do discurso francesa** retomaram e reelaboraram os ensinamentos de Althusser de tal forma que os conceitos da materialidade da ideologia e da interpelação do sujeito adequaram-se perfeitamente ao projeto de uma teoria do discurso que se propôs a estudar, entre outras coisas, as relações multiformes entre as formações discursivas (FOUCAULT, 2002b [1969]; HAROCHE, HENRY & PECHEUX, 2003 [1971]) e o interdiscurso ou as relações entre o preconstruído (PECHEUX, 1975), i.e., o que já foi dito anteriormente por enunciadores geralmente esquecidos e aquilo que é construído no momento da

enunciação. Com as mudanças conceituais e metodológicas no quadro teórico da escola francesa a partir dos anos oitenta, a ideologia saiu bastante do foco dos pesquisadores que, agora, dirigiram seu interesse no campo discursivo menos para as forças centrípetas ou homogeneizantes e mais para as centrífugas ou heterogeneizantes, as quais contribuem para desestabilizar os limites das formações discursivas: “O termo ‘ideologia’, com tudo o que veicula como ideia de ‘sistema’, de ‘coerência’ e de ‘globalidade’, não se afina bem com essa insistência nova sobre os fenômenos de contradição e de imbricação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 268).

Como lembram bem Charaudeau & Maingueneau (*op. cit.*, p. 269), hoje em dia, quem faz uso mais maciço do conceito da ideologia é a **análise crítica do discurso** em torno de Teun A. van Dijk (1995a, 1995b, 1995c, 1997b, 1998a, 1998b, 2000, 2001, 2003, 2007, 2008). Nos seus projetos multidisciplinares e multinacionais, van Dijk examina as relações entre a ideologia e a cognição social, entre a ideologia e a sociedade e também entre a ideologia e o discurso. Conjugando enfoques teórico-metodológicos funcionalistas e cognitivistas, o autor e seus colegas analisam preferencialmente como membros de grupos majoritários se inscrevem no discurso público (midiático, político, pedagógico, etc.) para exprimir, reproduzir e legitimar, nos seus textos e nas suas interações conversacionais, suas atitudes sexistas, racistas e/ou nacionalistas.

Os estudos empíricos de van Dijk tratam tipicamente das formas de abuso de poder no que concerne ao gênero social, à etnia ou à classe social de minorias, mas o autor ocupa-se também das experiências e opiniões dos grupos reprimidos e das estratégias discursivas que eles e seus defensores encontraram para resistir à violência simbólica e discordar dos preconceitos coletivos. Sem poder entrar, aqui, nos detalhes desses estudos engajados, apresentaremos, em seguida, os elementos centrais dessa **teoria sociocognitiva da ideologia**, que se distingue por conceitos teóricos efetivos e por uma metodologia ágil e altamente adaptativa para deslindar as relações entre as ideologias, os processos cognitivos e as estruturas discursivas no seu contexto situacional e discursivo.

5.3.5 A teoria sociocognitiva da ideologia

Tal como se apresenta nos trabalhos de van Dijk, a ideologia se distingue por **duas características principais**. Primeiramente, é de se pressupor que ela opere tanto no nível global da estrutura social como no nível das práticas sociais situadas na vida cotidiana. Em segundo lugar, importa saber que ela pertence ao campo simbólico da atividade e do pensamento humanos. Logo, ela deve ser vista sob o aspecto de padrões cognitivos e crenças arraigadas mental e culturalmente que sustentam a visão pessoal de mundo, conduzem os hábitos cotidianos e formam a base das atitudes e representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo social, uma organização ou uma instituição.

Embora as ideologias tenham um caráter cognitivo e as ideias e crenças representadas nelas possam dar a impressão de serem individuais, um olhar mais aguçado vê o que não é aparentemente visível, nomeadamente, que as pessoas compartilhem dessas crenças da mesma forma como tomam parte na construção histórica do sistema da sua língua materna ou do conjunto de conhecimentos comuns numa sociedade. Endossando essa posição, van Dijk (2005, p. 244-257) afirma que os esquemas ideológicos, apesar de serem aplicados por pessoas individuais, são de fato **fenômenos coletivos**, pois, em todo caso, seus usuários individuais são, inevitavelmente, membros de um ou mais grupos sociais.

Dado, então, que a ideologia domina as representações sociais de um grupo, é de se pressupor que sua “gramática” reja também as práticas sociais e o discurso dos seus membros. Em outras palavras: na abordagem de van Dijk, a ligação entre a ideologia subjacente e as manifestações do discurso é indireta e passa necessariamente pela cognição. Com base nessa **concepção trilateral** (discurso, cognição, sociedade), então, é possível, em princípio, mostrar como, em muitos domínios e situações sociais, grande parte do significado discursivo pode ser explicada em termos de controle ideológico, praticado por meio de crenças, atitudes e conhecimentos compartilhados.

Para van Dijk (1995a; 2005, p. 244-257), as ideologias são **sistemas cognitivos abstratos** que medeiam a relação do indivíduo com seu ambiente sociocultural, definindo e modelando características fundamentais de um grupo,

como sua identidade, suas tarefas, seus objetivos, suas normas, seus valores, sua autorrepresentação, suas posições sociais em relação a outros grupos e seus recursos materiais e simbólicos preferidos. De acordo com essa concepção, toda ideologia é um sistema de ideias, de símbolos, de critérios axiológicos e de atitudes morais que têm uma coerência entre si, de tal modo que se distingue e mesmo se opõe a outros sistemas de ideias. Toda ideologia serve, além disso, para acolher, selecionar e controlar a informação, mas ela não é apenas um conjunto de juízos, nem é só uma lógica. Ela também é colorida pelas paixões. De fato, na ideologia, o elemento emocional, muitas vezes, é mais palpável, visível e imediato que na arte e na ciência.

Essa interpretação é adotada, também, por Löwy (2007, p. 13), que fala de “enquadres indispensáveis da mente humana” que se constituem, cada um, por “um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado”. Cada ideologia representa, então, uma forma especial de cognição social, um **sistema interpretativo socialmente compartilhado** que possui sua própria lógica e linguagem e leva os membros de um grupo a planejar suas ações e a compreender sua realidade a partir de um determinado ponto de vista.

Relacionando estruturas discursivas com estruturas cognitivas, por um lado, e com estruturas sociais, por outro, van Dijk (2008) mostra como as ideologias dão conformidade de modo decisivo à geração de conhecimento da sociedade e, desse modo, organizam as atitudes, as pressuposições axiológicas e as representações sociais compartilhadas pelos membros de grupos sociais, por organizações, por instituições ou por uma sociedade inteira. Ao cumprir a **função dupla** de organizar nossos esquemas mentais e de orientar nossas condutas sociais, os sistemas ideológicos determinam parcial ou totalmente quando, onde, para quem, sobre o que ou como as pessoas podem falar ou escrever. Além disso, eles monitoram indiretamente as práticas sociais relacionadas com os diferentes grupos sociais e, por conseguinte, também as interações comunicativas dos seus membros (cf. VAN DIJK, 1995, p. 248).

Observa-se que as ideologias são tipicamente, mas não exclusivamente, reproduzidas no discurso e na comunicação, inclusive por mensagens semióticas não verbais, transmitidas por fotos, filmes, objetos de moda ou estilos arquitetônicos. Seja qual for o meio escolhido para construir um significado discursivo que materializa opiniões ou atitudes procedentes de ideologias subjacentes, o que todas essas “**visões sociais do mundo**” (LÖWY, 1996, p. 13; realce nosso) têm em comum é que envolvem os princípios gerais de um grupo social, suas convicções básicas e crenças axiomáticas e que tematizam e hierarquizam valores avaliativos e os usam para polarizar entre “Nós” e “os Outros”, ou seja, para “ênfatiza[r], de várias maneiras discursivas, as características positivas de Nosso próprio grupo e seus membros [endogrupo], e as (supostas) características negativas dos Outros, o grupo de fora (exogrupo)” (VAN DIJK, 2008, p. 14).

Também é evidente que as ideologias podem caracterizar-se por vários graus de **complexidade**. Elas não precisam se revelar como sistemas de crenças explícitos e totalmente desenvolvidos. De fato, há ideologias muito simples que se baseiam em poucos conceitos, axiomas ou princípios de conduta; mas há também outras, muito complexas, que são fundamentadas em conjuntos de ideias e em convicções filosóficas, sociais ou políticas discutidas por séculos. Falando de complexidade, é certo também que nem todos os grupos ou membros de um grupo possuem uma ideologia que se baseia numa conceituação paulatinamente aprimorada, de modo que muitas pessoas, com efeito, não são capazes de descrever com precisão e rigor a sua “verdade” ou a sua “visão do mundo”. Além disso, é natural que os atores sociais identifiquem-se simultaneamente com vários grupos socialmente relevantes e com suas ideologias correlacionadas, cujos valores e objetivos, não raramente, são bastante contraditórios. Em consequência disso, vê-se que as afirmações dos membros de um grupo, frequentemente, são confusas, irracionais ou até absurdas, o que não quer dizer, necessariamente, que as ideologias correspondentes são incoerentes ou deixaram de existir.

Com efeito, há muitos fatores cognitivos, situacionais e sociais que podem provocar mudanças ou variações até nas manifestações das ideologias mais bem definidas. Este é o caso do **contexto cultural**, que frequentemente dificulta ou impede a expressão desinibida de crenças ideológicas: as pessoas sabem, por

exemplo, quando normas de conduta ou leis antidiscriminatórias não permitem ofender abertamente um colega de trabalho por causa da sua orientação sexual minoritária; logo, elas costumam evitar as sanções iminentes, demonstrando um comportamento comunicativo que suaviza ou disfarça sua atitude hostil e suas verdadeiras crenças ideológicas.

Também não é fácil imaginar **circunstâncias situacionais** nas quais os objetivos da atividade a realizar, as formas apropriadas de polidez, as motivações, disposições, experiências e dilemas dos interactantes *não* pressionassem a manifestação ou expressão livre de crenças e valores ideológicos. Pode-se concluir, portanto, que “as ideologias não são categóricas: podem influenciar, monitorar ou dominar a ação ou o discurso social, mas não os ‘causam’ ou os ‘determinam’ e também não são os únicos sistemas mentais que controlam a produção e compreensão do discurso” (VAN DIJK, 1995, p. 246 e seg.).

Finalmente, convém ressaltar que as ideologias buscam a **universalidade** e, nesse caminho, não operam diretamente com a realidade sensível, mas unicamente com ideias e associações de ideias. Ainda que possam dar a impressão de que sejam produzidas localmente (cf. BUTTON, 1994), sem ancoragem num sistema abstrato, concordamos com van Dijk (1995, p. 247) que as ideologias enquanto conjunto de ideias, crenças, valores, tradições, princípios e mitos presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, representam sistemas relativamente estáveis e passíveis de compreensão que conduzem os membros do grupo social em questão a desenvolverem atitudes, opiniões, julgamentos e comportamentos semelhantes e consistentes. Não há como explicar a homogeneidade encontrada nessas manifestações a não ser que se pressuponha que as ideologias não dependam imediatamente do contexto situacional e que sejam apenas as suas realizações concretas que são produzidas localmente, de modo variável e de acordo com os fatores contextuais relevantes.

A reflexão feita até agora implica que a ideologia pode, em princípio, servir tanto para estabelecer e manter a dominação social quanto para organizar a dissidência e a oposição. De fato, a possibilidade de associar uma ideologia ou certas atitudes sociais com um domínio do agir ou uma esfera de uso da linguagem

(os quais elas organizam através de textos, interações discursivas ou outras ações sociais) não depende, primeiramente, da função sociocultural de uma visão do mundo, mas da presença de um meio cognitivo que seja capaz de traduzir as atitudes sociais para as opiniões pessoais e o conhecimento geral para o conhecimento pessoal sobre eventos e situações concretas. Por isso, uma das teses centrais de van Dijk é a de que dispomos de **modelos mentais** que facilitam a interação entre a ideologia abstrata e o discurso concreto, combinando experiências pessoais com informações sociais e interferindo na nossa percepção do mundo e no modo como agimos. Entende-se que os modelos mentais são nada mais do que imagens, representações práticas de partes da nossa realidade, ou seja, padrões de conhecimentos usados para explicar o mundo, antecipar eventos e entender como as coisas funcionam, inclusive a produção e compreensão de textos e interações comunicativas situadas.

Os fatos não falam por si mesmos; portanto, é preciso construir mentalmente um **modelo da realidade** em que vivemos. As ideologias, ao definir como os grupos sociais e seus membros percebem, interpretam e constroem a realidade social, fornecem esse modelo em forma de esquemas cognitivos que constituem a base das nossas interpretações. Isso não significa que estamos sempre assumindo a opinião “certa” ou “boa”, mas que, devido às nossas diversas ideologias, podemos impor aos fatos um padrão ou algum tipo de organização estrutural, que nos diz como devemos interpretar os eventos que presenciamos e como devemos ver as imagens ou ouvir as vozes que percebemos. Os padrões que criamos ou adotamos dos outros não precisam ser muito complexos, mas sem eles não poderíamos encontrar uma pista sequer que nos ajudasse a descobrir um sentido no fluxo de informações contingentes.

Colocando-se entre os elementos básicos da cognição social, os modelos mentais definem e explicam a **semelhança** da ação e do discurso em situações diferentes, mas, ao mesmo tempo, esclarecem, também, a **variação** contextual e a singularidade da ação, do discurso e da sua interpretação pessoal. De fato, podemos considerar duas razões por que uma prática social corriqueira pode exibir aspectos novos ou diferenciados: primeiramente, todo mundo é, simultaneamente, membro de vários grupos que se distinguem, cada um, por sua própria ideologia, a

qual pode estar em conflito com outras; segundo, cada membro de um grupo tem sua biografia particular, suas crenças, seus valores e suas atitudes adquiridas durante a socialização, e tudo isso pode interferir na construção dos esquemas mentais usados para mobilizar pacotes de conhecimentos, despertar emoções e organizar interações sociais, como a produção e a compreensão do discurso.

As ideologias que caracterizam uma sociedade são produzidas, reproduzidas e alteradas pelas interações comunicativas dos seus membros, isto é, pelos textos e discursos com os quais eles se inscrevem na cena social. Pode-se dizer que – conscientemente ou não – estamos todos continuamente produzindo, divulgando e absorvendo as ideologias durante o decorrer da nossa vida. Somos todos “ideólogos” na medida em que aderimos a determinadas interpretações da nossa realidade e temos opiniões sobre os méritos e as falhas dos nossos semelhantes. De acordo com Frieden (2003, p. 2), todos nós possuímos “**mapas**” que nos ajudam a situar e a compreender o evento que estamos observando ou no qual estamos participando. Se você for um libertário “por natureza”, seu mapa lhe diz que o caso que sua colega tem com o seu chefe, pai de família, é uma expressão da liberdade sexual moderna; se você for uma feminista, seu mapa lhe diz que essa relação é um exemplo de sexismo e de abuso de poder e se você for um machista inveterado seu mapa lhe diz que seu chefe, este velho “cabra da peste”, ainda sabe “mandar muito bem naquela gatinha gostosonha”. As ideologias, evidentemente, influenciam indiretamente nossas representações mentais e, desse modo tornam-nos capazes de fazer um mapeamento do nosso mundo social. Não conseguimos viver sem elas, simplesmente porque não podemos agir sem ter uma ideia do que está acontecendo em nosso ambiente.

Falando um pouco mais sobre os esquemas de percepção e de pensamento socialmente construídos, convém realçar ainda que os agentes sociais não adotam ou constroem apenas modelos mentais sobre os eventos dos quais estão falando, mas também sobre os eventos dos quais estão participando, inclusive sobre os eventos comunicativos dos quais seu discurso em realização faz parte. Em outras palavras, as pessoas, subjetivamente, representam a situação social da qual elas estão participando num dado momento: uma conversa com a família, um atendimento num balcão, uma reunião com colegas de trabalho, uma fofoca com a

vizinha no calçadão etc. Como os outros modelos mentais, os **modelos de contexto comunicativo** também são representações de eventos, situações e atividades, mas, nesse caso, do evento e do contexto em que o discurso em realização ocorre. Logo, podemos afirmar, ainda de acordo com van Dijk, que os modelos mentais de acontecimentos formam a base semântica do discurso, enquanto os modelos mentais de contexto representam a base pragmática dele.

Mais concretamente, os modelos de contexto são essenciais na produção e na compreensão de um grande número de **propriedades discursivas** que podem variar de acordo com as condições sociais relevantes do uso linguístico. De uma maneira geral, essas propriedades são classificáveis sob termos pragmáticos como “atos de fala”, “movimentos de polidez” ou “estratégias conversacionais”. Além disso, os mesmos modelos, enquadres ou roteiros são importantes no monitoramento e na interpretação de variações estilísticas que – desde a entonação e a seleção lexical até a ordem de palavras, as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas – podem ser uma função do contexto comunicativo, ou melhor, da maneira como representamos mentalmente uma dada situação comunicativa em nosso modelo de contexto.

O modelo mental de contexto tem um **papel especial** na comunicação, pois, sem ele, as pessoas seriam incapazes de contribuir adequadamente para o discurso em andamento: elas não saberiam como produzir e compreender os atos de fala apropriados a cada situação; como adaptar seus enunciados aos tópicos em desenvolvimento; como escolher os itens lexicais mais eficazes, o estilo mais indicado para ser utilizado numa dada interação ou a retórica mais eloquente para o evento em questão e elas também não teriam a competência de imaginar o que os receptores já sabem, isto é, de decidir qual conteúdo deve ser expresso e qual pode ser pressuposto. De fato, sem um modelo de contexto um discurso adequado sensível às condições contextuais seria impossível. A questão referente ao que os falantes de uma língua atendem num discurso depende amplamente do seu modelo da situação comunicativa. É esse modelo que mantém um assunto no foco, que define o que os participantes consideram como interessante, importante ou relevante para seus objetivos concretos. Por isso, uma teoria do contexto deve ser vista como um caso especial de uma teoria mais abrangente das experiências cotidianas.

Além disso, observa-se que modelos de contexto tendenciosos ou incompletos, frequentemente, tornam-se uma fonte de conflitos comunicativos e interacionais graves. Em outras palavras: igualmente como os modelos mentais dos eventos sobre os quais se fala, os modelos de contexto também podem ter um **caráter ideológico**. As pessoas podem, por exemplo, não apenas exprimir crenças tendenciosas sobre minorias, mas podem também exibir tais crenças nas suas interações e no discurso com os membros dessas minorias. Finalmente, convém sublinhar, ainda, que os modelos de contexto não são representações estáticas, mas estruturas dinâmicas. Eles são construídos e reconstruídos por cada participante no decorrer de um evento.

Resumindo o que foi dito acima com base nos trabalhos de van Dijk, destacamos que as ideologias são tanto cognitivas quanto sociais. Com efeito, elas funcionam essencialmente como uma **interface** entre, de um lado, os processos cognitivos subjacentes ao discurso e à ação e, do outro, as posições e os interesses mais ou menos conflitantes dos diferentes grupos sociais. Uma vez que esse conceito abrange questões tanto da organização interna quanto dos efeitos externos da ideologia, é certo que a teoria sociocognitiva da ideologia constrói um elo entre a divisão analítica de cognição e sociedade e contribui para a integração das dimensões micro e macro da vida social.

5.4 A análise crítica do discurso

O uso da linguagem envolve atividades interacionais que se situam, sempre, num determinado **contexto** sócio-histórico e situacional. Cada evento comunicativo ocorre numa concreta situação que é influenciada por estruturas e práticas sociais mais duráveis. Aliás, as interações comunicativas não são apenas influenciadas pela situação comunicativa e pelo sistema social, mas também contribuem para a constituição deles. O texto e o contexto interagem mutuamente, numa relação dinâmica e de permanente mudança, ou seja: “o texto não é um mero reflexo do que está além; ele é um parceiro ativo nos processos que constroem e mudam a realidade” (HALLIDAY, 1994, p. 339). Logo, a categoria do contexto tem

um papel crucial na descrição, interpretação e explicação das práticas comunicativas: “a língua traduz elementos do contexto social e é por este retraduzida” (VIANA JR. & LIMA-LOPES, 2005, p. 30).

Nessa perspectiva, o sentido é considerado um produto das relações sociais e culturais que, de uma maneira ou outra, se concretizam na língua. Por conseguinte, o discurso resultante de uma prática discursiva – constituída, por exemplo, por avaliações morais do comportamento de pessoas ausentes – tem que ser visto apropriadamente como resultado de dois fatores discursivos: o sociocultural e o linguístico. Já que não se pode negligenciar o caráter essencialmente social e interativo da língua, é conveniente apreender os textos e discursos na multiplicidade de suas dimensões sociais e interpretá-los no contexto da prática da qual emergem. A concentração na prática permite que o pesquisador possa explorar as relações entre “os significados considerados relevantes, as formas linguísticas que realizam esses significados e os contextos que os evocam” (CLORAN, 2000, p. 155). Dito isso, a análise do discurso aparece como uma linguística que estuda a linguagem como atividade ancorada em um contexto e que analisa unidades transfrásticas cuja produção está submetida “às regras de organização vigentes em um grupo social determinado” (MAINGUENEAU, 2002, p. 52); em outras palavras, trata-se de um ramo de conhecimento que se preocupa com “a utilização da linguagem para fins sociais, expressivos e referenciais” (SCHIFFRIN, 1994, p. 339) ou, simplesmente, com “o uso real da linguagem, por locutores reais em situações reais” (VAN DIJK, 1985, p. 1-2). Resumidamente, então, a análise do discurso pode ser concebida como uma disciplina muito instável, situada no cruzamento das ciências humanas que se define por **três critérios** fundamentais: (i) ela trata do uso da língua numa perspectiva que ultrapassa os limites da oração e do enunciado isolado (o texto considerado como unidade básica da comunicação); (ii) ela estuda as propriedades dialógicas e interativas da comunicação verbal e não verbal; e (iii) ela focaliza a interrelação entre a língua e a sociedade (STUBBS, 1983, p. 1).

Uma proposta transdisciplinar amplamente conhecida e aplicada que satisfaz esses três critérios, encontramos na **análise crítica de discurso** (ACD), que oferece um modelo teórico-metodológico da linguagem como parte irreduzível da vida social. A abordagem desenvolvida por Norman Fairclough (1989, 1995, 2001

[1992], 2003) vê o discurso como “um modo de interação verbal organizada de uma forma sistemática [...], um conjunto de enunciados, organizados sistematicamente, que dá expressão aos significados e valores de uma instituição, uma disciplina, uma área de saber, um grupo social, etc., por intermédio de quem o articula” (GOUVEIA, 1998, p. 280). A ACD, por conseguinte, propõe-se a “mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 11 e seg.). Nesse intuito, procura descobrir como os sistemas linguísticos funcionam “na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso” (*op. cit.*, p. 13). Baseando-se igualmente nos conceitos de discurso e de prática social, o analista crítico do discurso vê o uso da linguagem como um modo de agir sobre o mundo e os seus habitantes e procura revelar os efeitos sociais desencadeados pela produção de sentido em interações comunicativas. Nesse empreendimento, aplica ferramentas da gramática sistêmico-funcional para identificar o papel da lexicogramática na expressão das ideias e recorre a ferramentas da teoria social crítica para explicar por que os enunciados têm o sentido que têm.

Fairclough (2001, p. 91) determina **o discurso como forma de ação no mundo** que tem um duplo papel: é reflexiva e constitutiva da realidade social de que trata, ou seja, molda e, simultaneamente, é moldada pelas estruturas sociais. “Enquanto prática social”, diz Gouveia (1998, p. 282), “o discurso estabelece uma relação dialética com a estrutura social, na medida em que se afirma como um dos seus principais estruturadores, ao mesmo tempo que por ela é estruturado e condicionado.” Ainda de acordo com o mesmo autor, “a estrutura social é uma condição para a existência do discurso, mas é também um efeito de tal existência” (*id. ibid.*). Podemos, portanto, concordar com Fairclough (2001 [1992], p. 90 e seg.), que explica a utilidade da noção de discurso assim:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição

como um efeito da primeira. De um lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis [...]. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...]. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Com base nesse conceito de discurso, Fairclough “refuta, naturalmente, o conceito saussuriano de *parole*, que vê a fala como atividade individual e que, portanto, jamais se prestaria a uma Teoria *Social* do Discurso” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 27). E ele rejeita também “a concepção sociolinguística, que, embora descreva o uso da linguagem como sendo moldado socialmente, prevê variação unilateral da língua segundo fatores sociais, descartando a contribuição do discurso para a constituição, a reprodução e a mudança de estruturas sociais” (*id. ibid.*). Aliás, a mesma reação à orientação básica da sociolinguística quantitativo-correlativa já encontramos também em Fowler & Kress (1979, p. 187-188), dois fundadores da linguística crítica (*Critical Linguistics*) e precursores da ACD que, no seu livro sobre *Language and control*, já tinham observado:

Temos que criticar a sociolinguística por falhar em reconhecer a relação de mão dupla entre a língua e a sociedade. A sociolinguística fala apenas da influência que a estrutura social tem sobre (o uso) da língua. Nossa análise sugere que essa influência aja também na outra direção. A língua serve para confirmar e consolidar as organizações que a afeiçoam, sendo usada para manipular as pessoas e para estabelecer e manter o poder das repartições públicas, corporações e outras instituições.

Postulando que o discurso serve de mediador entre, de um lado, as relações sociais de dominação, discriminação, poder e controle e, do outro, as suas manifestações na produção textual, Fairclough (2001, p. 100 seg.) pretende deslindar as implicações ideológicas e culturais do discurso e do texto. Essa **vocação crítica** da ACD percebe-se na sua orientação sociopolítica, que pode ser resumida num pensamento preconizado por Habermas (1977, p. 259): “a língua também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado”. Fortemente influenciados pela obra de Habermas e por outros trabalhos no âmbito da teoria social, nomeadamente da teoria crítica ligada aos membros da Escola de Frankfurt (cf. VAN DIJK, 1993b, p. 251; WODAK, 1989, p. xiv), bem como pela tradição filosófico-linguística de origem francesa (ALTHUSSER 1998 [1976]; FOUCAULT, 2002a [1970]; PÊCHEUX, 1997 [1975], etc.), os

fundadores⁸ da análise crítica do discurso perceberam logo que a perspectiva crítica incorpora diferentes escolas e correntes teórico-metodológicas e representa antes uma zona flutuante de investigação do que um edifício teórico fixo, mas que seus representantes partilham a convicção de ter como tarefa comum “relacionar os microeventos discursivos com as macroestruturas sociais com o fim de *desnaturalizar* o que foi naturalizado, ou seja, o que foi dissociado dos interesses e da classe ou grupo social particular que o gerou e, conseqüentemente, assumido como senso-comum, *i.e.*, como sendo baseado na natureza das coisas ou das pessoas” (GOUVEIA, 2002, p. 342). Reconhecendo essa heterogeneidade essencial do movimento, van Dijk (1993c, p. 132) destaca num prefácio a um caderno da revista *Discourse & Society* (4/2. 1993):

Embora seja em termos diferentes e de pontos de vista diferentes, a maioria de nós ocupa-se com o poder, a dominância, a hegemonia e os processos discursivos do seu estatuto, da sua dissimulação, legitimação e reprodução. E muitos de nós estão interessados nos meios sutis pelos quais o texto e a fala, de um lado, conduzem a mente e produzem consenso e, do outro, articulam e sustentam a resistência e a contestação (VAN DIJK, 1993c, p. 132).

Construindo um quadro teórico de orientação neomarxista cujos alicerces se assentam na noção da ideologia de Althusser, na teoria do gênero de Bakhtin, na genealogia do poder de Foucault e nas tradições filosóficas de Gramsci e da Escola de Frankfurt, a análise crítica do discurso supõe que a superestrutura e a infraestrutura não estejam separadas rigidamente e que, ao lado da dimensão econômica, a dimensão sociocultural seja igualmente determinante para a produção e manutenção das relações de poder. Nessa perspectiva, a **ideologia** é considerada a ordem simbólica que gera e estrutura os objetos do mundo, posiciona os seres humanos como sujeitos sociais e orienta o seu comportamento e as suas ações. Todavia, os representantes da ACD rejeitam veementemente a ideia do “sujeito assujeitado” que tão eloquentemente é defendida pela escola francesa da análise do discurso (Foucault, Pêcheux, etc.). Para Fairclough e seus correligionários, é

⁸ A formação da ACD como disciplina acadêmica se deu por vários estágios. Um marco importante, certamente, foi um pequeno simpósio realizado em janeiro de 1991 em Amsterdã, do qual participaram, entre outros: Norman Fairclough, Gunter Kress, Teun A. van Dijk, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Quanto ao enquadramento histórico da ACD e uma descrição resumida das suas raízes na linguística crítica de Fowler *et al.* (1979), Kress & Hodge (1979) e Hodge & Kress (1993), na linguística sistêmico-funcional de Halliday (1970), no pensamento filosófico e sociológico de Gramsci (1968), Althusser (1975, 1976), Foucault (1969, 1970) e a Escola de Frankfurt, confere, por exemplo: Gouveia (2002) ou Pedrosa (2005).

verdade que os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas eles são capazes igualmente de remodelar e reestruturar essas práticas.

De acordo com os pressupostos teóricos da ACD, as práticas sociais que caracterizam e diferenciam as diferentes esferas de atividade humana no nível da sociedade como um todo ou com relação a enquadramentos institucionais ou organizacionais particulares constituem uma rede, ou melhor, uma **ordem social** com relações de poder assimétricas as quais determinam a distribuição real dos bens materiais e simbólicos disponíveis. Segundo esse modelo social, o aspecto semiótico de uma ordem social é o que se pode chamar de **ordem do discurso**. “A ordem do discurso é uma maneira em que as diferentes variedades discursivas e os diferentes tipos de discursos são postos juntos na rede” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 124). Convém distinguir, então, entre ordens do discurso que estruturam os discursos das instituições e dos subsistemas funcionais de uma sociedade e a ordem do discurso da sociedade como um todo, a qual configura as ordens do discurso institucionais e funcionais de um modo particular que possibilita uma orientação normativa comum.

Vê-se, então, que o uso da linguagem no discurso é, com efeito, uma prática social como tantas outras e que a ordem que rege o discurso não é outra coisa senão uma configuração ideológica das relações de poder em jogo na sociedade em geral e nas instituições e nos subsistemas funcionais em particular. Posto isso, fica claro que a realização material da ideologia são os signos linguísticos que – como já tinham afirmado Bakhtin e Volochinov – geram o sentido na prática específica do discurso. Em outras palavras: os signos linguísticos demarcam o espaço das **lutas políticas e sociais** que são sempre também lutas pelo significado dos signos, pois qualquer que seja o caráter de uma interação social, ela tem sempre o propósito de veicular vozes de categorias e grupos sociais, transmitir sistemas de valores sociais e institucionais e regularizar a expressão da individualidade em contextos sociais específicos, segundo as convenções sociais vigentes (cf. VAN DIJK, 1997c, p. 3 e 29).

Assim sendo, é claro que a ACD não pode ser reduzida a uma disciplina que estuda o texto (escrito ou oral) apenas para descrever a organização textual em

si mesma, nem para situá-lo numa situação de comunicação em que cumpre uma determinada função comunicativa ou um propósito social; antes devemos pensar o texto como “um dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 13). Contudo, o essencial na concepção da ACD é que esse “lugar social” seja determinado com a ajuda de conceitos como ideologia, hegemonia, poder no discurso e poder sobre o discurso (BOURDIEU, 2008; FOUCAULT, 2002b;), os quais permitem estabelecer uma **visão dialética** do discurso em jogo com o fim de detectar, eventualmente, uma manipulação de massas e/ou uma discriminação de minorias e, desse modo, empossar os atores sociais com os conhecimentos necessários para promover a mudança social.

Evitando, assim, as abordagens reducionistas que pecam, numa parte, por pensar o discurso como um mero reflexo de uma realidade mais profunda e, numa outra, por idealizá-lo como o lugar privilegiado a partir do qual os objetos, os sujeitos e os conceitos encontram seu sentido, a ACD assume o **objetivo duplo** (i) de demonstrar como o discurso é socialmente constitutivo, construindo objetos de conhecimento, sujeitos sociais e estruturas conceituais e (ii) de revelar como se impõe, se mantém (e, ocasionalmente, se subverte) uma hegemonia através da naturalização (ou eventualmente, desnaturalização) da ideologia dominante que se constitui em um conjunto de ideias as quais perdem sua origem individual e se transformam em senso-comum, alianças e convencimento no âmbito cultural. De fato, com seu projeto de revelar como as desigualdades sociais e políticas se manifestam e são reproduzidas discursivamente, os estudos críticos do discurso são norteados claramente por uma **agenda política** que se sobrepõe ao seu trabalho linguístico. Não é de se admirar, então, que Norman Fairclough e Ruth Wodak não se cansem de destacar a importância da aplicabilidade dos resultados a que chegam as suas pesquisas:

O que é distintivo na ACD é que ela intervém ao lado dos grupos dominados e oprimidos e contra os grupos dominantes e que ela declara abertamente os interesses emancipatórios que a motivam (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997, p. 259).

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi imaginada como ciência social engrenada para esclarecer os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e para contribuir com

recursos dos quais as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 125).

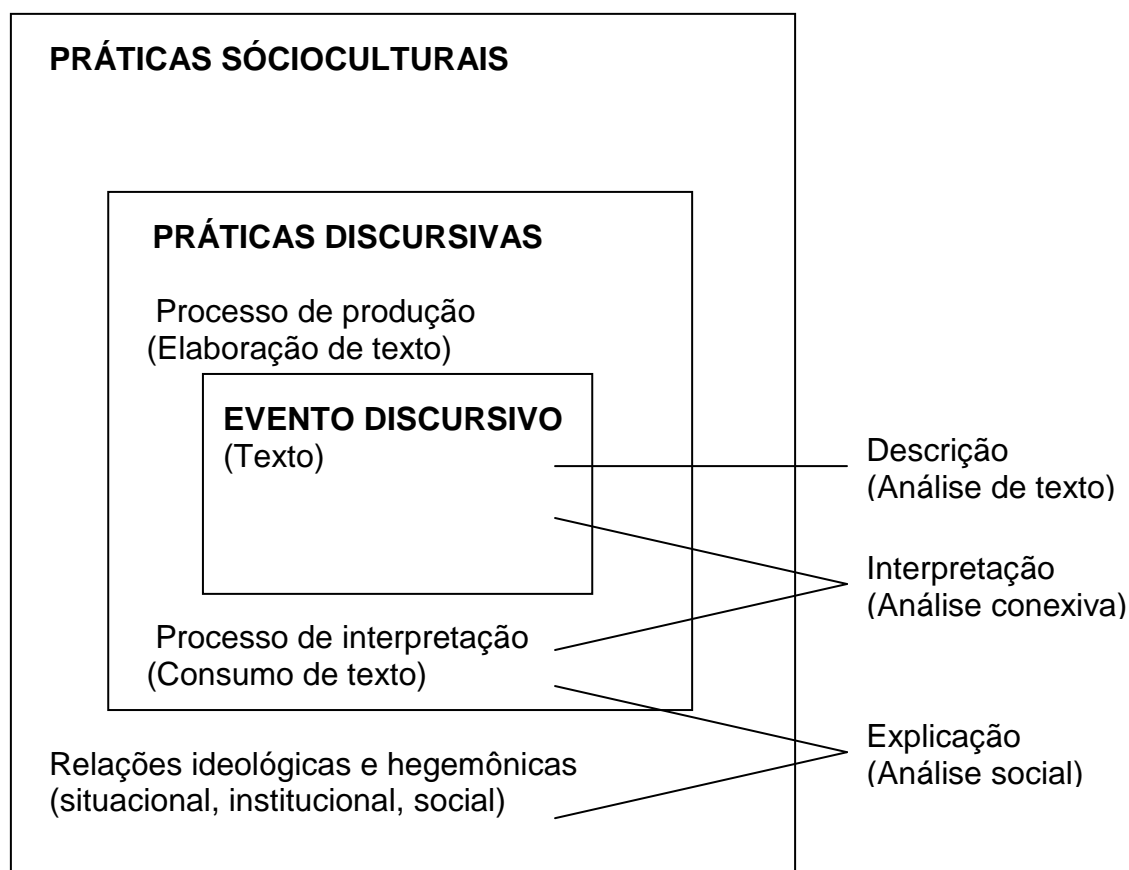
Querendo identificar as injustiças na sociedade e melhorar as condições de vida dos grupos que sofrem com elas, os analistas críticos procuram demonstrar como as práticas discursivas estão sujeitas às condições sociais e aos modos de vida em transformação contínua e como elas estão passíveis, portanto, de exclusões, imposições, apropriações, reformulações, rarefações e disseminações constantes, de acordo com as estratégias utilizadas para controlar e dominar a produção, distribuição e recepção do discurso. Todavia, para a ACD, o papel da prática científica não se limita a jogar luz onde alguns querem que continue o obscurecimento da realidade social, mas se estende sobre a tarefa de **empossar os menos privilegiados** com capacidades que lhes permitem resistir ao enegrecimento ou à exclusão das suas ideias e usar a linguagem para questionar as crenças e valores do senso-comum – que são dados como universais ou autoevidentes, embora favoreçam, muitas vezes, o interesse de grupos específicos – e para desafiar ou até remediar as formas de discriminação ou as relações assimétricas de poder aceitas como naturais ou inevitáveis. É preciso encorajar as pessoas a ver que as coisas não são como parecem e que elas poderiam ser diferentes se assim se quisesse.

É para cumprir essa tarefa que os analistas críticos do discurso elaboram uma **teoria social do discurso** que se baseia na ideia de que o uso da linguagem é uma forma de prática social e não uma atividade puramente individual ou um reflexo de variáveis situacionais (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 90). Naturalmente, essa teoria tem que ser construída a partir do pressuposto de que há uma **relação dialética** entre o discurso e a estrutura social, de tal modo que “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, op. cit., p. 91).

No modelo teórico-metodológico elaborado por Fairclough (1995), concretiza-se a **relação dialética** entre o discurso e a estrutura social pelo exame dos eventos discursivos nas suas facetas de texto, de prática discursiva e de prática

sociocultural. Em outras palavras: de acordo com essa proposta, a teoria social do discurso deve focalizar **três dimensões analíticas** (Quadro 7) para o estudo sócio-histórico e funcional das interações comunicativas:

Quadro 7: **Dimensões do discurso e da análise do discurso**



Fonte: Titscher *et al.*, 2000, p. 152; Fairclough, 1995, p. 98.

- (i) A dimensão dos **eventos comunicativos** que assumem a forma de textos orais ou escritos e que são vistos como manifestações de certas práticas discursivas;
- (ii) a dimensão das **práticas discursivas** pelas quais os eventos discursivos são produzidos, distribuídos e consumidos e as quais funcionam como mediador entre o nível das práticas socioculturais e o dos textos orais e escritos; e
- (iii) o mosaico complexo de **práticas socioculturais** que se inserem numa dimensão mais vasta, a qual diz respeito ao nível institucional e

societal e inclui as relações sociais que se estabelecem durante uma interação.

Nessa concepção tridimensional do discurso, o significado de um enunciado não deriva, meramente, das formas linguísticas que os interlocutores usam, mas também da maneira como as palavras são usadas num determinado contexto sociocultural.

A distinção das dimensões *texto*, *prática discursiva* e *prática social* fundamenta um modelo teórico que se propõe a fornecer *uma* explicação para a relação dialética entre as microestruturas do discurso e as macroestruturas da sociedade. É o que se passa, por exemplo, com cada fofoca concreta que, nessa abordagem, passa a ser vista como um produto discursivo, resultado da instanciamento conversacional de um gênero comunicativo que se pode usar na **prática discursiva** de conversar com pessoas copresentes sobre pessoas ausentes. Esta prática discursiva, por sua vez, pertence ao conjunto enorme de atividades discursivas que formam o inventário comunicativo de uma sociedade. Consta, no entanto, que esse conjunto total de práticas discursivas representa apenas uma parte de um universo simbólico muito mais amplo, nomeadamente: as práticas socioculturais.

O vasto universo semiótico dessas **práticas socioculturais** constitui inúmeros campos de organização e de atuação social. Na medida em que servem como mediador entre as diferentes esferas de atividade, é certo afirmar que as práticas discursivas ocupam o centro desse vasto universo semiótico. Por outro lado, vê-se também que a interação entre essas numerosas esferas de atividade é uma fonte inesgotável de ingredientes para a transformação permanente das práticas discursivas. Entre as práticas discursivas e as práticas socioculturais, então, mantém-se a mesma relação dialética que já observamos entre os textos e os gêneros textuais, mas num nível qualitativamente superior.

Falando ainda sobre essas relações dialéticas, cumpre destacar que as estruturas sociais são unidades muito abstratas que definem quais conjuntos de possibilidades são disponíveis para o desenvolvimento das interações concretas.

[A] relação entre o que é possível estruturalmente e o que acontece efetivamente, entre as estruturas e os eventos é muito complexa. Os eventos não são simplesmente ou diretamente os efeitos de estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada – existem unidades organizacionais intermediárias entre as estruturas e os eventos que chamamos de ‘práticas sociais’. [...] As práticas sociais podem ser concebidas como meios para controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, bem como a retenção da seleção durante um tempo em áreas particulares da vida social. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

As **práticas sociais**, então, são interligadas e se sobrepõem de um modo específico, funcionando, muitas vezes, em cadeia e fazendo parte de uma rede – uma vez que nada é isolado; uma rede, aliás, que está em contínua transformação e em que as conexões se realizam de acordo com as necessidades de comunicação dos atores sociais e das instituições e organizações participantes.

Um elemento constitutivo importante das práticas sociais é a **linguagem** – enquanto faculdade humana ou meio sistemático de comunicar – que é dialeticamente interconectada aos outros elementos dessas práticas. Como já foi dito, o uso da linguagem, ou seja, o discurso é também uma forma de prática social. No exercício da linguagem dentro de um contexto coletivo, os indivíduos empregam um código de signos convencionais, ou melhor, ao falar assumem uma **língua** que toma corpo, realidade, ganha existência material e, desse modo, possibilita a intersubjetividade do pensamento e da ação. Ressaltando a importância da língua para que as pessoas possam agir em função umas das outras, Fairclough (2003) afirma que ela representa uma das estruturas sociais mais abstratas. A língua, diz o autor, define um potencial semiótico o qual permite a combinação de certos elementos enquanto exclui o de outros, mas, além disso, ela assume um papel importante na expressão de ideologias e na manutenção das relações de poder (assimétricas).

Assim sendo, um **texto** (oral ou escrito) produzido num evento comunicativo não pode ser interpretado simplesmente como um resultado do potencial semiótico definido por uma língua, mas deve ser visto também como produto de outras estruturas sociais e de práticas sociais em todos os seus aspectos (linguísticos e não linguísticos). De fato, o texto constitui, por assim dizer, apenas a parte visível de um processo comunicativo complexo de produção, distribuição e

compreensão que é interativo por natureza, e que ocorre numa situação concreta e numa sociedade e cultura.

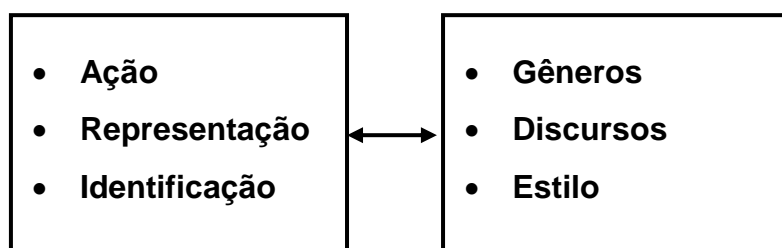
Nos textos, as diferenças discursivas são negociadas; elas são regidas por diferenças de poder, o qual é, em parte, codificado no gênero e no discurso e por eles determinado. Portanto, os textos são, com frequência, arenas de disputa pelo fato de mostrarem traços de diferentes discursos e ideologias que contendem e disputam a posição de domínio (WODAK, 2002, p. 10).

Uma vez que é muito difícil separar em cada texto os fatores que o influenciam, é preciso levar em consideração o trabalho de “entidades organizacionais intermediárias de um tipo especificamente linguístico, os elementos linguísticos de redes de práticas sociais” (*op.cit.*, p. 24). Como já foi mencionada acima, para denominar essas “entidades intermediárias”, Fairclough (2001 [1992]) e Fairclough & Chouliarki (1999) retomam um conceito-chave de Foucault (2000a [1970]), nomeadamente: a “**ordem do discurso**”, a qual é definida pelos autores como uma “rede de práticas sociais [observadas] por seus aspectos linguísticos” (*id.ibid.*).

Os elementos de ordens de discursos não são coisas como nomes ou orações (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos [...]. Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pelas línguas e excluem outras – eles controlam a variabilidade linguística em áreas particulares da vida social. Desta forma, as ordens de discurso podem ser vistas como a organização e o controle sociais da variação linguística [...] e seus elementos (discurso, gêneros, estilos) não são [...] categorias puramente linguísticas, mas categorias que atravessam a divisão entre língua e ‘não língua’, o discursivo e o não discursivo. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

A produção, distribuição e interpretação de textos ligam o uso da linguagem e a formação de discursos aos aspectos sociais de natureza não discursiva. Já que cada evento discursivo faz parte de uma determinada prática discursiva, é possível distinguir entre diferentes **gêneros** ou maneiras de interagir através do uso da linguagem; também é óbvio que cada **discurso** envolve uma maneira particular de representar os fatos da vida; e finalmente, nota-se que as práticas comunicativas envolvem diferentes papéis sociais e **estilos** pelos quais os interactantes demonstram suas atitudes, valores e identidades sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26). Aplicando esse esquema tripartido (Quadro 8) ao nosso objeto de pesquisa, obtemos três perspectivas pelas quais podemos abordar a produção discursiva da moral no gênero fofoca:

Quadro 8: As três perspectivas da análise crítica do discurso



Quanto à **primeira perspectiva**, convém mencionar que os interlocutores, na qualidade de agentes sociais, realizam diferentes tipos de atividades sociais e, nelas, usam a língua de maneiras específicas. Eles produzem e interpretam as interações comunicativas estabelecendo relações entre os elementos implícitos e explícitos dos enunciados. Os **gêneros comunicativos**, representando diferentes modos de interagir linguisticamente, assumem um papel essencial nesse processo, porque servem como suporte de orientação que proporciona uma ideia holística de cada atividade comunicativa. Pressupomos que cada manifestação do gênero foca tem sua estrutura genérica cujas funções determinam as relações semânticas e gramaticais entre seus elementos oracionais. O conhecimento do gênero produz certas expectativas quanto ao conteúdo e à organização da atividade comunicativa e representa, desse modo, uma condição prévia para a interpretação dos enunciados. A ordem social, nesse sentido, é construída, conservada e alterada pelas interações verbais das quais o gênero foca faz parte. Assim sendo, a organização local de uma foca deve ser compreendida como uma sequência de instruções que os interlocutores trocam entre si para facilitar as inferências interpretativas adequadas.

No que diz respeito à **segunda perspectiva**, é preciso lembrar que o significado de um enunciado depende do seu uso numa determinada situação. Os **discursos**, como formas particulares da prática social, não são encaixados, apenas, em culturas, ideologias e histórias específicas, mas são ligados uns com os outros através de elementos intertextuais e interdiscursivos. Cada texto e cada enunciado têm propriedades dialógicas e podem ser vistos como partes de uma série de enunciados ou textos (anteriores e posteriores) aos quais eles reagem e se referem ou os quais eles antecipam. Essa relação de intertextualidade pressupõe que a

realização de cada texto concreto e de cada evento comunicativo se baseie no repertório partilhado de gêneros comunicativos, os quais podem ora ser instanciados como soluções comprovadas para problemas comunicativos repetitivos, ora ser misturados ou alterados como variações inovadoras que respondem a necessidades comunicativas novas. As pessoas, ao representarem partes de seus mundos físico, psicológico e social e ao (re)contextualizarem as diferentes práticas sociais, produzem, reproduzem e, às vezes, modificam os discursos contemporâneos da sociedade. Isso ocorre porque, dependendo da sua posição na vida social e dos seus conhecimentos socioculturais, os agentes sociais veem o mundo de maneira diferente e, portanto, representam e incorporam suas práticas e as práticas dos outros diferentemente.

Finalmente, quanto à **terceira perspectiva**, importa dizer que as ações comunicativas têm um papel na constituição da identidade dos agentes sociais. Um aspecto disso é que as pessoas se comprometem diferentemente em relação às normas e às verdades representadas nas suas enunciações; outro se refere às avaliações e aos valores que elas assumem nas suas ações comunicativas. A expressão das atitudes (*O que é verdade? O que é necessário?*) e a afinidade que os interlocutores têm com os outros e com os assuntos sobre os quais eles conversam (*O que é desejável? O que é bom e o que é ruim?*) tornam-se parte da identidade de cada interactante, revelando seu **estilo** e sua maneira de viver.

Em resumo, para desdobrar a primeira perspectiva, convém estudar, por exemplo, a produção discursiva da moral como uma **ação social**, ou seja, como uma forma de trabalho em cooperação com a qual os interactantes contribuem na produção coerente da vida social em diversos domínios da vida (a fofoca como gênero da comunicação oral); de acordo com a segunda perspectiva, é oportuno ver essa produção como uma recontextualização e **representação** de práticas sociais e de sistemas de conhecimentos e crenças (a fofoca como parte do discurso cotidiano) e, finalmente, assumindo a terceira perspectiva, cabe estudar a moralização como um meio de formação de relações interpessoais e **identidades** sociais (a fofoca como expressão estilística de atitudes, valores e crenças).

Depois de ter determinado as três dimensões do discurso (evento discursivo, prática discursiva, prática sociocultural), fica claro que cada evento discursivo pode ser explorado numa **perspectiva multifuncional**. Assim, é de se pressupor que o discurso tem um papel essencial na constituição de três aspectos da vida social: em primeiro lugar, ele contribui para a formação da **identidade** dos agentes sociais; segundo, ele dá andamento à manutenção das **relações interpessoais**; e, terceiro, ele é um fator importante na construção de **sistemas de conhecimento e crenças** (cf. FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). De acordo com Fairclough (*id.ibid.*), essas três consequências do poder constitutivo do discurso “correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso”:

A **função identitária** relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a **função relacional** a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a **função ideacional** aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92; *realce nosso*).

Assumindo esse modelo, observa-se que cada evento discursivo é o produto de certas circunstâncias de interação que envolvem: (i) a identificação com determinadas “posições” que são associadas a certas imagens identitárias (**função identitária**: quem fala?); (ii) a expressão específica das relações entre os interlocutores (**função relacional**: quem fala com quem?); (iii) a apresentação de fatos e crenças, ou seja, a representação e recontextualização de uma prática social (**função ideacional**: fala-se sobre o quê?). Além disso, convém afirmar que, para a realização de qualquer interação, é necessário, também, (iv) conhecer certas estratégias e formas de apresentar as informações que facilitam o enquadramento do conteúdo das mensagens (**função textual**: como se fala?). Esses quatro aspectos básicos são definidores do contexto em que um evento comunicativo se desenvolve.

Fairclough (2001, p. 92) explica, ainda, que a função identitária e a função relacional do seu modelo surgiram como resultado de uma **cisão da função interpessoal** de Halliday (1994). De acordo com Fairclough (*id.ibid.*), a função identitária “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são

estabelecidas no discurso”; a função relacional, por outro lado, diz respeito à maneira “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (*id. ibid.*). Justifica-se essa modificação na teoria de Halliday com a importância do discurso na constituição, manutenção alteração e reprodução de identidades que, segundo Fairclough, não é apreciada suficientemente na concepção hallidayana das metafunções, em que se marginaliza a macrofunção identitária “como aspecto menor da função interpessoal” (*id. ibid.*). Além disso, é oportuno ressaltar com Resende e Ramalho (2006, p. 60) que, nos trabalhos mais recentes, Fairclough (2003, p. 27) rejeita a ideia de uma função textual separada e prefere incorporá-la ao significado acional: “não distingo uma função ‘textual’ separada, ao contrário, eu a incorporo à ação”.

Para a **operacionalização** do seu modelo teórico tridimensional, Fairclough (2001 [1992], 2003) retoma nas suas análises críticas **três tradições analíticas**; trata-se, nomeadamente: (i) da análise textual e linguística, (ii) da tradição interpretativa ou microsociológica e (iii) da análise macrosociológica das práticas sociais. No intuito de dar conta da complexidade dos discursos e poder descrever, interpretar e explicar a relação entre o discurso e a prática social, o autor desenvolve um método analítico que permite o esquadramento do material em análise ao longo de três eixos ou dimensões estruturantes (texto, prática discursiva e prática social). As categorias analíticas para cada uma dessas dimensões podem ser agrupadas conforme o quadro (9), que foi retirado de Resende e Ramalho (2006, p. 29)⁹.

No **nível textual**, convém descrever, funcionalmente, o conteúdo e a textura do evento comunicativo em questão. O trabalho analítico nesse nível descritivo consiste no exame de categorias, funções, formas e construções linguísticas. Mais concretamente, para Fairclough (1995, p. 58), analisar um texto significa investigar a constituição simultânea de sistemas de representação, de relação e de identidade, os quais – como acabamos de ver – considera corresponderem (mais ou menos) às metafunções da teoria sistêmico-funcional. Evidentemente, Fairclough se importa muito com as recomendações que Halliday

⁹ Uma boa visão geral sobre as categorias de análise encontra-se em Pedrosa (2005).

(1994, p. xvi-xvii) dá no prefácio da segunda edição da sua introdução à gramática funcional, no qual esboça alguns princípios e procedimentos da abordagem funcional da análise do discurso:

Uma análise do discurso que não se baseia na gramática não é, de maneira alguma, uma análise, mas simplesmente um comentário corrente sobre um texto [...] Um texto é uma unidade semiótica e não uma unidade gramatical. Todavia, os significados são realizados por fraseados [*wordings*]; e sem uma teoria dos fraseados – quer dizer, uma gramática – não existe um caminho para explicitar a interpretação que alguém deu ao significado de um texto.

Quadro 9: **Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional**

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIOCULTURAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Que Fairclough leva esse aviso de Halliday a sério mostra-se na análise fonológica, lexicogramatical e semântica que é muito influenciada pela linguística sistêmico-funcional; particularmente pelo trabalho de Halliday e Hasan (1976), que consideram a função e a forma de um texto como inseparáveis: conteúdos diferentes implicam formas diferentes e vice-versa. Contudo, o método crítico inclui também a análise de aspectos suprasegmentais, como a organização macroestrutural e a coesão do texto ou a troca de turnos e a sequenciação das interações verbais. De uma maneira geral, vale dizer: o trabalho nesse primeiro nível analítico mostra que as categorias e funções linguísticas de base produzem dentro do domínio de cada sistema semântico ao qual pertencem um conjunto de significados, o qual constitui indiretamente a realização linguística de uma prática sociocultural.

O **nível da prática discursiva**, então, representa o elo entre o concreto evento comunicativo e a prática social mais abstrata:

Vejo a prática discursiva como mediadora entre o textual e o social e cultural, entre o texto e a prática sociocultural, no sentido de o elo [...] ser indireto feito por intermédio da prática discursiva: as propriedades da prática sociocultural dão forma aos textos, mas por via da formação da natureza das práticas discursivas, i.e., dos modos pelos quais os textos são produzidos e consumidos, a qual é realizada nas características dos textos. Note-se também que [...] a prática discursiva enforquilha a divisão entre sociedade e cultura de um lado e discurso, linguagem e texto do outro (FAIRCLOUGH, 1995, p. 59 e seg.).

Segundo as explicações do autor, nesse nível da análise crítica, é preciso explorar e interpretar os aspectos sociocognitivos da produção, distribuição e interpretação discursivas. De um lado, é certo que a formação desses processos é determinada e amparada pelas práticas sociais; de outro, é possível observar que os mesmos processos são ligados intimamente ao nível textual; pois a produção, por exemplo, de uma fofoca deixa pistas de contextualização na superfície linguística que a interpretação retoma quando relaciona o evento discursivo com a ordem do discurso. Pelos elementos intertextuais presentes em cada conversação, entram os fatos históricos e sociais, bem como os processos institucionais e socioculturais na análise do mexerico; pois a análise dos aspectos intertextuais e interdiscursivos mostra como os fatos históricos e sociais, as “verdades” institucionais e/ou os valores socioculturais são materializados, combinados ou modificados numa fofoca particular e como diferentes discursos e gêneros se misturam num único evento discursivo de acordo com as condições contextuais relevantes. De fato, é de se esperar – para ficar com nosso exemplo preferencial – que cada fofoca realiza elementos estilísticos e semânticos bastante heterogêneos do repertório sociocultural das práticas discursivas.

O exame da terceira dimensão do modelo de Fairclough, nomeadamente, a das **práticas socioculturais** materializa o nível mais amplo de análise de um evento comunicativo. Nesse passo, tanto a descrição das categorias, formas e construções linguísticas ao nível do texto (escrito ou oral), quanto a interpretação da natureza da prática discursiva contribuem para explicar como uma prática sociocultural é constituída, reformulada ou mesmo reestruturada dentro do contexto situacional imediato e do espaço societal mais amplo que envolvem o evento comunicativo em análise (FAIRCLOUGH, 1995, p. 62). Essa fase da análise, então, tem como objetivo elucidar aspectos ideológicos e estratégias aplicadas para

exercer o controle sobre as práticas discursivas. A luta pela hegemonia na ordem do discurso realiza-se, particularmente, pela construção de imagens identitárias e de sistemas de crenças, conhecimentos e valores. A conexão implícita entre diferentes tipos de discursos, por exemplo, pode estabelecer relações de solidariedade ou de desigualdade entre os participantes da cena social cotidiana. Nessa perspectiva, uma fofoca, por exemplo, pode tornar-se um bom indicador para a redefinição de relações sociais e a reconstrução de identidades e valores morais

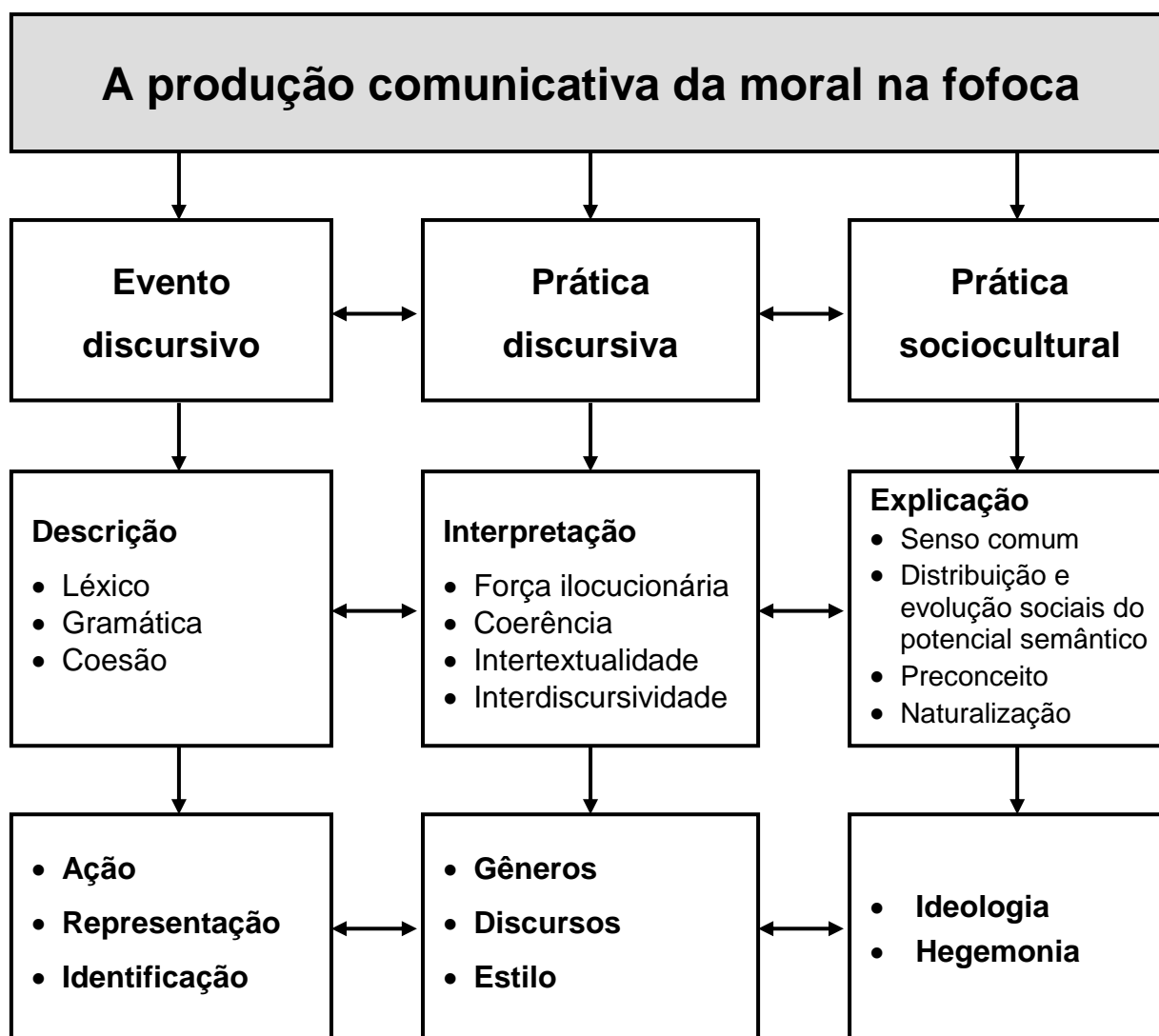
Levando esse esboço do modelo tridimensional de Fairclough em consideração, é claro que, no caso que interessa para o presente trabalho, quer dizer, a produção da moral no gênero fofoca, as ações comunicativas devem ser analisadas no seu todo e não apenas ao nível do contexto situacional imediato em que se insere essa prática discursiva. Segundo Fairclough (1995, p. 97), “há vários níveis em que um pedaço do discurso se encaixa numa prática sociocultural: na situação imediata, na instituição ou organização mais ampla e no nível societal.” Um exame da construção discursiva da realidade, então, não implica apenas descrever as marcas que esse processo deixa gravadas no discurso, como também interpretar “os significados sociais expressos no discurso” (FOWLER & KRESS, 1979, p. 196). Por isso, mostraremos que os eventos discursivos que resultam da prática discursiva de conversar com pessoas copresentes sobre pessoas ausentes materializam um gênero comunicativo que, ainda que indiretamente, é o reflexo de constrangimentos macrossociais.

Dessa forma, antes de caracterizar uma fofoca na sua dimensão discursiva e no domínio das influências institucionais e macrossociais, descreveremos os aspectos linguístico-conversacionais particulares que geram os significados desse evento comunicativo no contexto situacional relevante. Assim que a interação em análise for entendida no nível do registro, investigaremos de que modo a instanciação desse gênero é condicionada pelas rotinas de produção, distribuição e consumo de textos que caracterizam as ordens de discurso público e privado. Enfim, para evitar uma representação incompleta das interações conversacionais em causa, explicaremos ainda a relação entre uma fofoca concreta e os aspectos socioculturais desse evento comunicativo, os quais contribuem para a constante reprodução da moral da sociedade no sistema interacional, enquanto, por

seu turno, são simultaneamente objeto de reformulações e reestruturações (paulatinamente) promovidas por essas mesmas interações comunicativas.

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre os conceitos básicos, os objetivos e a metodologia da ACD, podemos resumir que essa abordagem pode facilmente ser aplicada ao nosso objeto de pesquisa, i.e., a produção discursiva da moral no gênero fofoca, mas é igualmente certo que a visão geral que recebemos como resultado dessa operação (Quadro 10), merece alguns comentários críticos, os quais, em última análise, justificam também por que fizemos em algumas posições escolhas diferentes.

Quadro 10: **As funções discursivas da fofoca como objeto de pesquisa conforme o quadro teórico da ACD**



Numa avaliação crítica da ACD, convém ressaltar também que a improdutiva **dicotomia entre micro e macroprocessos sociais** (ALEXANDER *et al*, 1987) não pode ser superada por uma teoria que sabe muito bem descrever um determinado discurso e explicar como os discursos (textos) *refletem* a realidade social, mas que deixa muitas lacunas quando alguém pergunta como os diferentes discursos *produzem* essa realidade, como se influenciam mutuamente e como as diferentes áreas sociais interagem (cf. PENNYCOOK, 1994). Logo, não queremos diminuir os méritos que a análise crítica do discurso já conquistou ao mostrar, em numerosos casos concretos, como se pode melhor intervir politicamente nos discursos racista, sexista, xenófobo, bélico etc.; mas é preciso lembrar também que os resultados dessa abordagem comprovam, muitas vezes, o que já se sabia antes: sempre são certos discursos que estruturam o texto em análise; e sempre é claro que esse texto pode ser um documento conformista, que contribui para a reprodução dos discursos dominantes, ou um texto subversivo, que rompe com o passado, cria uma nova mentalidade, abre novos horizontes e/ou desrespeita a ordem vigente do discurso. Obviamente, o que falta, nesse modelo discursivo, são os instrumentos conceituais de uma teoria que nos permitiria **pensar melhor a sociedade**.

Assim, pois, se quisermos ver a fofoca não apenas como um tipo particular de interação (um gênero comunicativo), mas também como uma forma especial pela qual a sociedade se reflete na interação, teremos que experimentar novos caminhos. Mais concretamente, retomaremos no presente trabalho um objetivo perseguido por Meurer (2004, p. 135; 2006, p. 166), que demonstrou, de modo convincente, como os analistas do discurso poderiam ampliar a sua visão do mundo social, ao propor “uma fundamentação sociológica abrangente para a descrição e explicação da interdependência entre textos e contextos mais amplos.” No contexto do presente trabalho, isso significa: quem quer analisar a função que a moral de uma sociedade assume na interação tem que argumentar, simultaneamente, pelo ponto de vista da interação e pelo ponto de vista do sistema social. Em outras palavras: é preciso incluir conceitos macroestruturais, desenvolver uma **perspectiva dupla** sobre a interação e a sociedade e fazer conexões entre a conversação e os aspectos da realidade social que não são ligados à interação. Convém lembrar, nessa altura, que os próprios representantes da ACD reconhecem a necessidade da combinação entre

componentes teórico-discursivos e sociológicos. Chouliarki & Fairclough (1999), por exemplo, exigem que os critérios para descrever os relevantes fatores sócio-históricos devem basear-se numa teoria sociológica que compreenda a organização dinâmica da vida social como uma sucessão de práticas comunicativas que produzem identidades, relações sociais e representações do mundo. Como Meurer (2004), esses autores pensam num trabalho interdisciplinar à base da teoria da estruturação, de Giddens (2003), que afirma que as estruturas sociais existentes são recriadas pelos atos contingentes dos seus interpretantes individuais.

Concordamos, então, com Meurer – que se apoia em Halliday (1978, p. 34-35) – no que diz respeito à sua afirmação de que “**os critérios para descrever o contexto devem ser sociológicos**” (2004, p. 134; *realce nosso*), mas – devido à natureza essencialmente diferente dos eventos discursivos em análise e por causa dos diferentes interesses epistemológicos – divergimos dele quanto à escolha da teoria sociológica que poderia fornecer o vocabulário conceitual mais fértil para a análise dos diferentes contextos socioculturais em jogo. No que diz respeito à natureza dos eventos discursivos analisados, convém ressaltar especialmente que as análises ilustrativas de Meurer (2004 e 2006) (um texto opinativo de Chomsky escrito num registro formal; uma tomada de turno extraída de um exemplar do gênero oral “prestação de serviço” e um texto escrito atribuído a Luis Fernando Veríssimo, exemplar de um gênero textual híbrido que reúne características de uma narrativa pessoal e de uma fábula) baseiam-se todas em textos que procuram realizar intencionalmente um objetivo comunicativo predeterminado, enquanto as fofocas, pelo menos na sua versão mais despreziosa e “inocente”, não se revelam como imediatamente utilitárias, mas servem apenas para “jogar conversa fora”.

Quanto aos objetivos epistemológicos, note-se que Meurer (2004 e 2006) – igualmente a Fairclough (2001; 2003) e Giddens (1976; 1979) – adota uma **argumentação iluminista-antropocêntrica** com o propósito de desconstruir as relações de poder e de hegemonia ideológica na vida social, assim como as formas de dominação estabelecidas pela prescrição de papéis sociais, pelas regras e pelos recursos disponíveis e pelas práticas sociais e discursivas em análise. O presente trabalho, ao contrário disso, desenvolve uma **argumentação anti-humanista, não**

ontológica e radicalmente construtivista, que, em última análise, se propõe a responder à questão de como a constante pressão da extrema complexidade e contingência do mundo moderno provoca a formação de sistemas – “ilhas de menor complexidade” (LUHMANN, 1970, p. 116) – cujas operações levam à semantização do mundo, à temporalização da experiência e, desse modo, a uma redução transitória da complexidade.

Dito isso, exporemos, no nono capítulo do presente trabalho os resultados qualitativos da análise de alguns **episódios conversacionais** para mostrar como os participantes individuais aplicam localmente determinados (etno)métodos e, desse modo, conseguem resolver rotineiramente os problemas estruturais que caracterizam as interações cotidianas face a face. No décimo capítulo, discutiremos a produção de sentidos no discurso oral coloquial, na perspectiva de uma relação dialética entre os eventos discursivos e os **contextos situacionais e socioculturais**, partindo da ideia de que, através das nossas práticas comunicativas, pode-se constituir, legitimar e transformar situações, conhecimentos, identidades e relações sociais. No décimo primeiro capítulo, finalmente, estudaremos as possibilidades de associar a prática da pesquisa sobre interação conversacional com uma fundamentação teórica do nosso objeto de pesquisa nos termos de um sistema social autorreferencial. Recorreremos, nesse intuito, à teoria geral dos sistemas sociais de Niklas Luhmann (1984), a qual facilita a integração das bases teóricas apresentadas e a necessária troca entre as referências sistêmicas, permitindo uma circulação analítica da interação para a sociedade e da sociedade para a interação.

6 A teoria dos sistemas autorreferenciais

Anything said is said by an observer.¹

Humberto Maturana (1979)

Na perspectiva de Goffman e Sacks, que estudaram o trabalho de organização conversacional, os acontecimentos interacionais constituem uma ordem *sui generis*, ou seja, um **sistema autônomo de comunicação** que se caracteriza por regras próprias. Em geral, considera-se como sistema um conjunto de elementos entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação cuja falta colocaria em questão a caracterização desse conjunto como sistema. Um sistema é aberto quando as circunstâncias no seu ambiente podem influenciá-lo conforme o esquema *input/output*; ele é fechado quando organiza a constituição dos seus elementos e suas operações elementares sem sofrer uma influência imediata do seu meio ambiente. Num sistema fechado, as informações não são transmitidas de um sistema para outro, mas têm validade apenas dentro do próprio sistema. Ainda assim, para poder sobreviver, os sistemas (as pessoas) esforçam-se continuamente a fim de que as informações surjam em outros sistemas (pessoas) também.

Sabe-se que um sistema rígido (por exemplo: uma ideologia) com pouco intercâmbio com seu ambiente não pode durar por muito tempo se seu meio ambiente alterar. Nesse caso, observa-se que a pressão na fronteira entre o sistema e o seu ambiente não é compensada suficientemente. Daí que os sistemas vivos, por exemplo, que realizam uma troca contínua com o meio ambiente, estão obrigados a reproduzir sua unidade permanentemente pelos mecanismos metabólicos (MATURANA & VARELA, 1987). Nesse e em muitos outros casos, as **condições do ambiente** produzem impressões, mas a questão de como serão incorporadas no sistema é resolvida pelo próprio sistema. Por outras palavras: as mudanças do sistema dependem das influências exteriores, mas o modo como essas influências são trabalhadas se decide na clausura operacional do sistema. Assim que as influências trespassam a fronteira do sistema, termina seu determinismo porque o sistema tem a liberdade de reorganizar seu estado conforme regras próprias. Logo, não é possível prever a reação do sistema: o mesmo *input* em

¹ Tudo que é dito é dito por um observador (MATURANA, 1979).

diferentes sistemas ou no mesmo sistema em momentos diferentes pode produzir um *output* diferente; e dois diferentes *inputs* podem ocasionar o mesmo *output*. Diante desses fatos probabilísticos, é conveniente substituir a distinção tradicional entre sistemas abertos e fechados pela questão de como a clausura dos sistemas autônomos (mas não autárquicos) pode produzir sensibilidade ou abertura para o meio ambiente.

Dito isso, é óbvio que a ideia de as interações se realizarem conforme seus próprios princípios não é conciliável com modelos teóricos que pressupõem a possibilidade de realizar ou impor, no sistema interacional, qualquer tipo de determinações preexistentes. Por conseguinte, quem não quer levar, ao absurdo, a suposição teórica de que o sistema interacional seja autônomo e autodeterminante tem que pressupor, como observa Hausendorf (2004, p. 46), que a realidade social não represente um sistema universal e heteroreferencial, mas se compõe de vários **sistemas autorreferenciais** que mantenham sua autonomia enquanto percebem e interpretam a produção complexa e contingente dos outros sistemas no seu meio ambiente. “O sistema de interação não pode ser concebido como órgão executivo de outros sistemas”, afirma o autor (2004, p. 49) depois de ter constatado:

Quando os sistemas interacionais se definem por si mesmos, é necessário que marquem suas fronteiras. Há de existir alguma coisa que eles não são; seu significado como sistema interacional pode se constituir apenas devido a essa delimitação. Um sistema que não se constitui através dessa marcação dos limites, deveria ser concebido como universal: não existiria nada que não fosse ele. O significado de tal sistema não se constituiria por autodeterminação, mas através de determinações preestabelecidas. [...] A interação não se referia mais à autodeterminação interativa, no sentido da produção, manutenção e dissolução da presença [dos interactantes], mas à uma origem não relacionada com a autodeterminação. Por conseguinte, não se trataria mais de um sistema autorreferencial, mas de um sistema heteroreferencial (HAUSENDORF, 2004, p. 46).

Nessa perspectiva, as relações humanas representam um sistema social que interpenetra dois sistemas psíquicos (ou seja, a consciência de duas pessoas). Esses **dois tipos de sistemas** (os psíquicos e os sociais) distinguem-se dos outros tipos de sistemas (os organismos e as máquinas) pelo fato de operarem com alguma forma de sentido. Mais concretamente: num processo de coevolução, cada um dos sistemas psíquicos e sociais coloca, à disposição da construção dos outros sistemas, sua própria complexidade, ou seja, sua indeterminação, sua contingência,

sua potencialidade de agir, mas a produção e recepção de sentido ocorrem, em cada sistema, de uma maneira independente. Assim, pois, é por meio do sentido que eles podem lidar ativamente um com o outro, apesar de o desenvolvimento de cada um ocorrer conforme princípios próprios de organização. De um lado, esse conceito de interpenetração explica que as culturas, enquanto sistemas sociais, podem mudar sem que essas mudanças tenham o mesmo efeito sobre cada um dos seus membros; do outro lado, fica claro, também, que os indivíduos podem alterar um sistema social, mas que a maneira como isso acontece não é determinada pela intenção dos indivíduos, mas depende das operações do sistema cultural.

6.1 Algumas características de sistemas autorreferenciais

Ao afirmar que os sistemas interacionais percebem e processam os acontecimentos complexos e contingentes no seu ambiente conforme suas próprias regras, Hausendorf (2004) nos remete, obviamente, a “**teoria dos sistemas**” de Luhmann (1984), que concebe os sistemas psíquicos e sociais como autopoieticos, autorreferenciais e fechados operacionalmente. A saber, o termo “**autopoiesis**” significa que um sistema pode se reproduzir, apenas, usando os próprios elementos como matéria-prima (MATURANA, 1982, p. 58; WILKE, 1991, p. 43); a palavra “**autorreferencialidade**” refere-se a capacidade dos sistemas de definir uma fronteira com o meio-ambiente ao estabelecer uma relação consigo mesmo; melhor dito: o adjetivo “autorreferencial” indica que cada elemento de um sistema se refere a elementos prévios e a possíveis elementos posteriores; e a condição da “**clausura operacional**”, enfim, é uma consequência lógica da autorreferencialidade: já que os sistemas se constituem apenas de elementos autoproduzidos é impossível eles conterem em si elementos do seu meio ambiente. É importante mencionar, ainda, que o conceito da produção autopoietica não inclui um controle total de todas as causas necessárias para a formação de um sistema; isto é, a autopoiesis é compatível com a observação que sempre existem causas externas ao sistema que não podem ser suprimidas sem destruir o sistema. Assim, pois, as operações do cérebro dependem de um organismo vivo; o fluxo da consciência emerge apenas em cérebros; e os sistemas sociais dependem de consciências ativas que podem compreender o que se passa na comunicação. Todavia, as operações desses

diferentes tipos de sistemas não refletem essas dependências reais, mas são ligadas de outra maneira.

De fato, os sistemas que cumprem os critérios acima mencionados distinguem-se por uma **organização circular**, ou seja, eles trabalham recursivamente: cada efeito torna-se uma causa que provoca um efeito que por sua vez se torna uma causa, etc. Em outras palavras: não há início e nem fim; o sistema produz seus estados com base nos seus próprios estados anteriores e opera exclusivamente com elementos imanentes ao sistema. Tais sistemas mantêm uma relação de contato ou de troca energética com seu ambiente; ou seja, eles são acoplados estruturalmente ao seu ambiente, mas não possuem um *input* ou *output* de informações. Dessa forma, o ambiente pode ocasionar “irritações” (LUHMANN, 1984, p. 122) na superfície do sistema, mas nunca há correlações inequívocas entre os estímulos do meio ambiente e as ações do sistema. Por conseguinte, a questão de se esses estímulos tiverem efeitos dentro do sistema não dependerá do próprio estímulo, mas apenas do estado atual do sistema. Para terminar, Kneer e Nassehi (2000, p. 23) resumem essa visão assim: “o paradigma da auto-organização ressalta, essencialmente, que os sistemas não são determinados linearmente pelo seu ambiente, mas que reagem às mudanças no ambiente conforme sua própria lógica inerente”.

Dito isso, é importante saber o que, afinal, os sistemas autorreferenciais fazem concretamente. Conforme Luhmann (1984, p. 25), eles reproduzem-se, continuamente, enquanto geram uma descrição de si mesmo. Nesse processo de **autorreprodução** usam, internamente, a diferença entre sistema e ambiente como meio de orientação e como princípio para a produção de informações (*op.cit.*, p. 59). Em outras palavras, são eles mesmos que produzem as informações que são usadas no decorrer da sua história. Por conseguinte, a realidade construída por eles não é uma representação de uma realidade objetivamente dada, mas uma construção interna do sistema que descreve um ambiente externo ao sistema. Assim sendo, vale dizer que nossas proposições linguísticas não falam de uma realidade objetiva, mas dizem respeito, sempre, a essa realidade construída internamente; e que nosso conhecimento não representa quaisquer entidades ontológicas, mas é um modelo de um ambiente externo ao nosso sistema psíquico, ou seja, um conjunto de

descrições que não possui um correlato ontológico fora do sistema construtor. Assim sendo, é pertinente conceber a heterorreferência aos objetos do mundo como uma autorreferência que o sistema faz às suas próprias descrições.

Como se sabe, usamos a língua para agir nessa área das descrições, mas mesmo quando nossos enunciados fazem afirmações sobre o mundo ou nosso conhecimento dele, permanecemos presos nessa realidade construída internamente. Logo, convém imaginar esse domínio como um espaço, simultaneamente, delimitado é infinito: delimitado porque tudo que dizemos é sempre uma descrição; e infinito porque cada descrição representa o ponto de partida para novas orientações interativas e, portanto, para novas descrições. Esse **conceito construtivista** (*Verum ipsum factum*; VICO, 1710) não nega a existência de um mundo externo, mas ressalta que um sistema autorreferencial não alcança a realidade desse mundo, já que suas proposições permanecem na área das descrições linguísticas e não mantêm qualquer relação icônica com uma realidade extralinguística.

Aliás, a mesma restrição vale, também, para nossa experiência da **unidade do ego** que, nessa visão do mundo, é um efeito da autodescrição do sistema. Numa teoria que não cria ou explica uma realidade “lá fora”, mas que revela não existir dentro e fora e nem sujeitos que se encaram, é natural afirmar que “a realidade não é um construto do meu ego, mas que eu mesmo sou um construto” (Roth, 1998: 330). Seguindo essa linha de pensamento, abre-se a perspectiva da autorreferencialidade que destitui os agentes da comunicação de um caráter antropologizante: são os próprios sistemas que atuam enquanto agentes no processo de comunicação. Já que cada atividade é uma atividade do sistema, é inevitável concluir que o sujeito e o objeto, num sentido técnico, nada mais são que um resultado do processo comunicacional.

Num mundo de sistemas autorreferenciais, não há causa e efeito e nem início ou fim; todas as nossas descrições refletem apenas o que estamos fazendo: fazemos descrições. Não sabemos o que é real ou irreal; sabemos apenas que é possível viver e agir como vivemos e agimos. Se o mundo não é um dado objetivo, convém aceitar que nossas experiências são, num sentido estrito, “sem fundamento”. As regularidades das nossas interpretações, então, devem ser

considerados como frutos da nossa história comum como seres biológicos e sociais (VARELA, 1985, p. 308). Negando assim a existência de um sistema de categorias *a priori*, temos que presumir que essas **categorias foram adquiridas pela experiência**. Isso tem duas implicações: primeiro, ser objetivo significa basear-se nas mesmas observações; e segundo, não é possível conhecer uma realidade independente das nossas descrições. Vale acrescentar ainda: como essas descrições são formadas discursivamente, também não há um sujeito que seja seu autor. O sujeito é, antes de qualquer coisa, um nome comum para uma multiplicidade de processos cognitivos, depois, um efeito da autodescrição de um sistema dinâmico, ou seja, enfim, uma impressão que começa a existir, apenas, através da participação na ordem simbólica de uma língua (ZIMA, 2000, p. 261). Assumindo essa posição epistemológica, conclui-se que toda mudança estrutural – independente da questão se ela representa uma adaptação ao ambiente ou não – é uma mudança que o sistema faz *por si mesmo* (LUHMANN, 1984, p. 478).

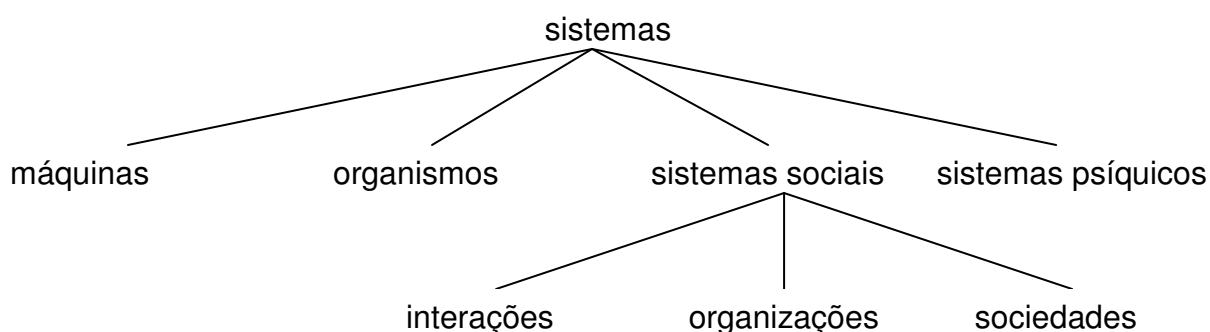
6.2 A tipologia dos sistemas

Na teoria geral dos sistemas, é comum distinguir **três níveis de abstração** (Quadro 11) que permitem uma comparação das diferentes maneiras de formar sistemas. Luhmann (1984, p. 16 seg.) critica esse modelo tradicional por não se basear em critérios inequívocos que permitiriam comparações significantes ou delimitações mais claras. Segundo o autor, é possível, por exemplo, agrupar os sistemas psíquicos e sociais conforme o critério comum de ambos produzirem, continuamente, sentido para poder funcionar. (As máquinas e os organismos, ao contrário disso, trabalham de uma maneira diferente.) Todavia, esse fato não obsta a que o modelo esquemático mostre todos esses sistemas no mesmo nível de abstração. Uma alternativa seria optar, por exemplo, para uma distinção funcional que atribui, aos diferentes sistemas parciais, determinadas funções que interagem, de uma maneira mais flexível, no mesmo nível hierárquico ou em níveis hierárquicos diferentes (Quadro 12).

Apesar das suas objeções oportunas, consta que Luhmann desenvolve um interesse especial nos três diferentes tipos de sistemas sociais: a saber, a

interação, a organização e a sociedade. Consta que os **sistemas interativos** têm um caráter situacional e são separados, por essa situacionalidade, de tudo que ocorre fora deles. Já, as **organizações** dependem muito menos de fatores situacionais porque se baseiam em estruturas constituídas, em papéis definidos, em afiliações registradas e num código particular. As **sociedades**, enfim, são mais livres ainda das determinações situacionais e, portanto, podem manter suas qualidades mais estáveis. Cada sociedade tem seus subsistemas culturais, políticos, econômicos e associativos que se desenvolvem, todos, como sistemas autopiéticos. No ponto de vista formal, as sociedades são menos estruturadas que as organizações, mas elas representam, sempre, o último ponto de referência das interações.

Quadro 11: **Os três níveis analíticos da teoria geral dos sistemas**

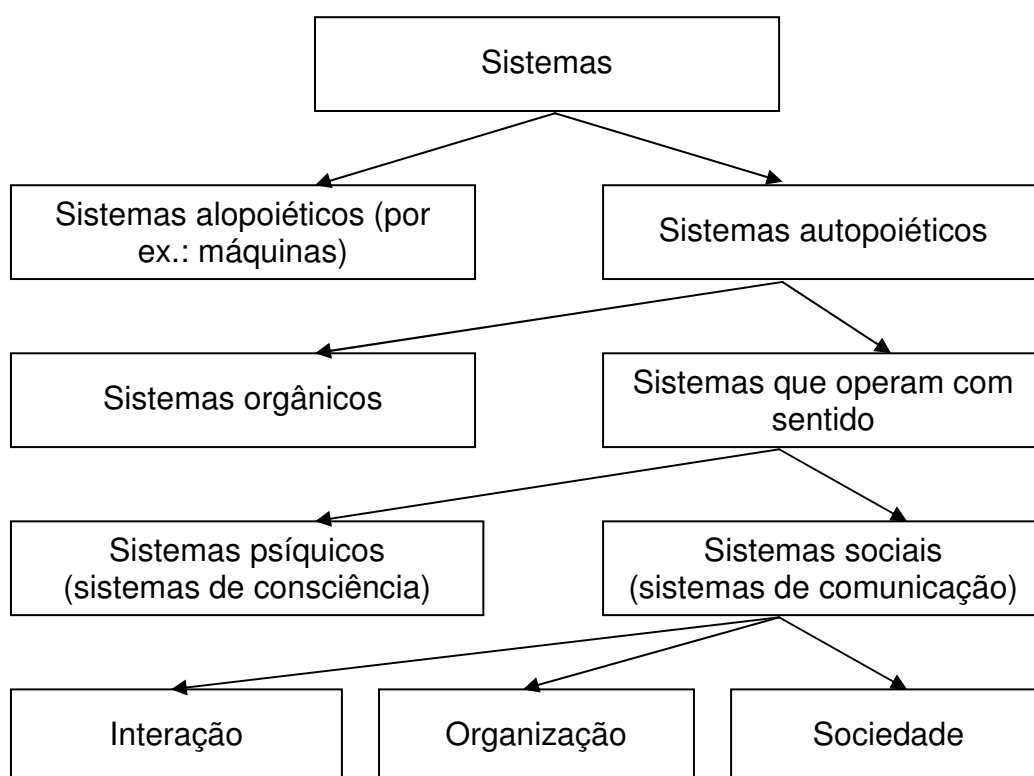


Fonte: Luhmann (1984, p. 16)

A questão de se os participantes de uma interação estão agindo no **nível interacional, organizacional ou social** é muito importante para a determinação, o decorrer e o resultado das suas ações. Desse modo, uma fofoca entre dois amigos numa bodega, sobre os segredos da vida de uma vizinha, é conduzida pela familiaridade entre os interlocutores e a situação comum de “jogar conversa fora”. É um traço característico desse sistema de interação que os participantes tomam pouca notícia das coisas que ocorrem ao seu redor e menos ainda dos acontecimentos distantes da situação. Por outro lado, é bem provável, também, que sua fofoca tem poucos efeitos sobre o ambiente imediato e, menos ainda, sobre os sistemas sociais mais abrangentes.

Todavia, uma fofoca entre dois executivos da mesma empresa sobre informações valiosas a respeito dos membros da direção, já é muito mais influenciada pela sua posição e seu papel na organização. Desse modo, o conteúdo da sua fofoca pode ter consequências para outros colegas, para uma repartição da empresa ou até para a companhia inteira. Finalmente, uma fofoca entre dois caciques políticos sobre informações quentes da Procuradoria Geral da República pode ser influenciada muito pelos problemas e desafios da crise política do país ou pelos entraves partidários que impedem acordo sobre votações no Congresso. Nesse caso, também, o decorrer da fofoca é conduzido pela relação pessoal entre os interlocutores, mas o resultado pode ter efeitos sobre uma sociedade inteira. Certamente, esse processo social pode envolver, também, o nível das organizações e as interações situacionais, mas, quando ele ultrapassar esses sistemas, dará origem a **qualidades emergentes** da sociedade como um todo.

Quadro 12: **Tipologia dos sistemas**

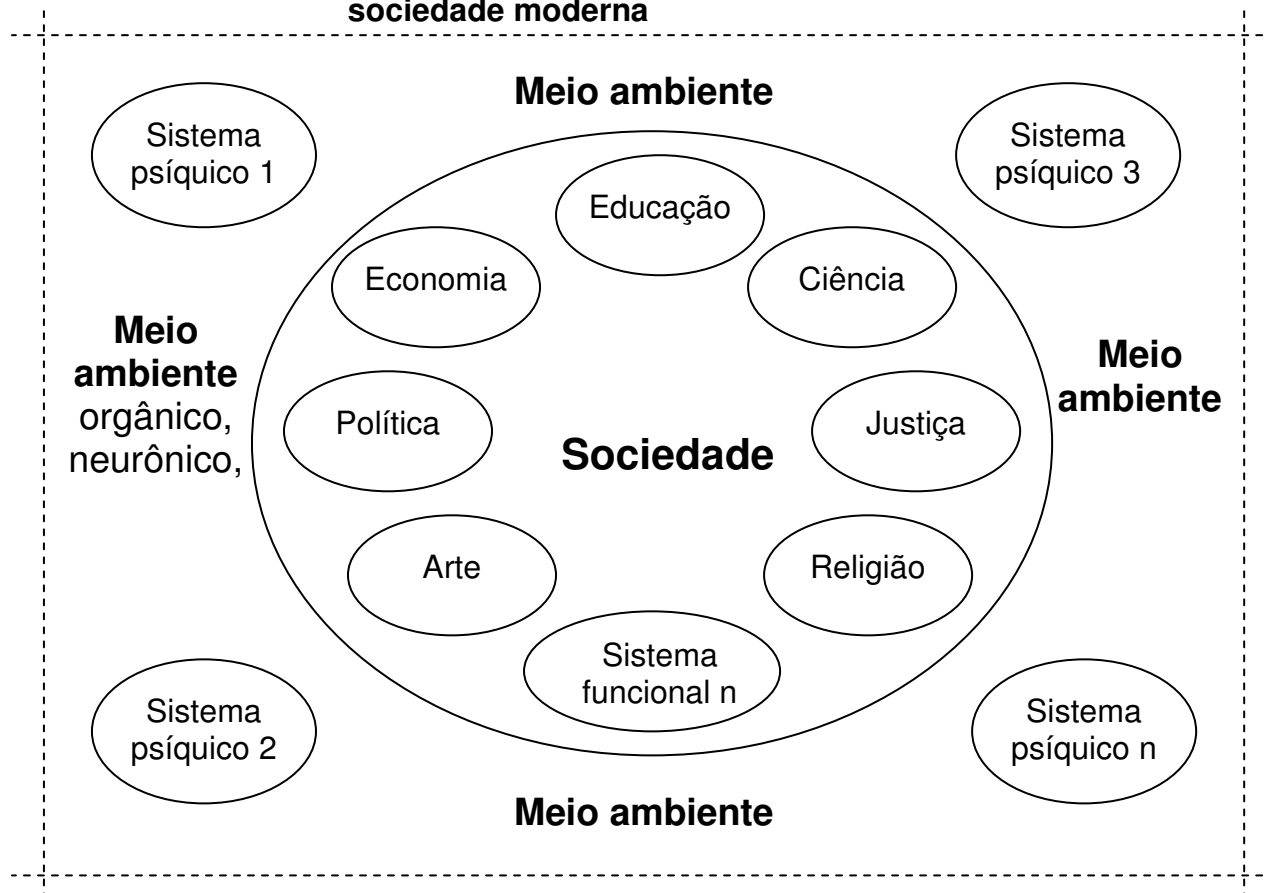


Fonte: Hillebrandt (2005; extraído da internet)

Conforme Luhmann (1997, p. 413-431), a evolução dos sistemas sociais é um processo não intencionado e não planejado (LUHMANN, 1997, p. 456-497) que se caracteriza por três processos principais: a saber, **a variação, a seleção e o restabelecimento**. “Variação” significa que os novos pensamentos, as novas hipóteses, os novos comportamentos, as novas formas organizacionais, as novas regras ou as novas instituições surgem de uma maneira não planejada. A possibilidade da negação proporciona à comunicação linguística um potencial enorme de variação. O termo “seleção” significa que o uso contínuo e a sobrevivência das novidades produzidas pela variação dependem da questão se forem retomadas e apoiadas pelo meio ambiente, ou seja, se forem adaptados pelo ambiente ou conseguirem adaptar-se a ele. “Restabelecimento”, enfim, refere-se ao processo pelo qual são superadas as perturbações e contradições provocadas pelas novidades e pelo qual é restabelecida a coerência no pensamento, nas atividades, nas organizações, nas instituições e na sociedade.

Luhmann afirma que a evolução aumenta a complexidade dos sistemas sociais e conduz a uma **diferenciação** cada vez mais complexa da organização social da vida (LUHMANN, 1997, p. 634-776). Desse modo, é oportuno distinguir quatro estágios de desenvolvimento: a diferenciação segmentária das sociedades simples; a diferenciação em centro e periferia que pode ser observada nas sociedades arcaicas da Antiguidade; a diferenciação estratificada (hierárquica) na Idade Média e a diferenciação funcional das sociedades modernas. É de se pressupor que, com a alteração das formas de diferenciação social, muda também o modo prevalente da inclusão dos indivíduos: nas sociedades simples, o critério decisivo é a afiliação a uma família ou a um clã; nas sociedades arcaicas, o importante é a proximidade ao centro cultural de uma cidade; nas sociedades medievais, a diferenciação hierárquica baseia-se na afiliação dos indivíduos a diferentes categorias profissionais ou classes sociais; e na diferenciação funcional das sociedades modernas, é essencial participar nos processos comunicativos dos diferentes subsistemas sociais (Quadro 13). Ao contrário das formas mais antigas de diferenciação social, a diferenciação funcional permite a inclusão múltipla, muitas vezes não homogênea em vários subsistemas sociais.

Quadro 13: A diferenciação funcional dos subsistemas sociais na sociedade moderna



Fonte: Hillebrandt (2005; extraído da internet)

Uma força motora essencial do aumento da variação e do alargamento do alcance da comunicação social encontra-se no processo histórico da invenção de novos meios de comunicação ou *media*² que sempre deram um ritmo mais acelerado ao processo da evolução. Luhmann (1997, p. 202-205) distingue entre *media* de divulgação e *media* de sucesso. Cada vez que ocorreu uma adaptação a um novo **medium de divulgação** (escrita, imprensa, rádio, televisão, cinema, *media* eletrônicos) aumentou a potência da comunicação social. Desse modo, o caminho da comunicação oral para a comunicação escrita até a comunicação através dos

² Quanto à tradução do termo alemão "Medien" seguimos a tradução de Ciro Marcondes Filho em Luhmann (2005, p. 9): "Tudo o que passa na comunicação [...] são formas que se constituem com base num suporte (de um *medium*). Há um constante fazer-se e refazer-se, abandonando-se qualquer traço metafísico de continuidade, permanência, transcendência na comunicação. Por isso, falar de 'meios de comunicação' é o mesmo que falar apenas de um suporte genérico que torna possível a comunicação; são as pedras coloridas do caleidoscópio que viabilizam a produção de figuras sempre novas, sem base ontológica, continuamente mutantes. / Por isso também faz-se mister manter o termo 'meio', quer dizer *medium* (e seu plural *media*), por possuir uma ligação visceral com a origem dos processos comunicacionais. Comunicação é isso que viabiliza, que dá suporte, que permite a produção de conteúdos (as formas). Ela é *medium* e os diversos suportes comunicacionais, os *media*, jamais esse termo inculco, testemunho de nossa indigência intelectual, o desastrosos neologismo *mídia*."

meios de comunicação eletrônicos levou, paulatinamente, a um aumento imenso do alcance e da capacidade de armazenamento da comunicação.

Conforme Luhmann (1997, p. 316-412), os **media de sucesso** são meios de comunicação simbolicamente generalizados que incluem raridades como: o dinheiro, o poder, a justiça, a verdade, a arte ou o amor. Convém acrescentar a essa lista aberta de Luhmann, ainda, a moral ou os valores morais que fazem parte do nosso objeto de pesquisa. A eficácia desses meios de comunicação mostra-se no fato de elas poderem promover a comunicação social sobre grandes distâncias, independente do lugar, do tempo e das pessoas. Com efeito, esse tipo de *media* é um fator essencial do processo autopoiético que gera a comunicação social ininterrupta. Os meios de comunicação simbolicamente generalizadas funcionam conforme um código binário: pagar vs. não pagar (dinheiro), poderoso vs. fraco (poder), justo vs. injusto (justiça), verdadeiro vs. falso (verdade), bonito vs. feio (arte), amar vs. não amar (amor) e bom vs. ruim (valores morais). As regras desses códigos permitem a especificação das operações sistêmicas, a redução da complexidade do meio ambiente e a distinção inequívoca entre as coisas que são relevantes ou insignificantes no âmbito de um determinado *medium*.

Por meio de **símbolos simbióticos** os *media* de sucesso podem ser associadas à corporeidade das ações humanas: o dinheiro com as necessidades; o poder com a força física; a justiça com o sentimento de justiça; a verdade com os fatos; a arte com o sentido estético; o amor com a sexualidade e a moral com a consciência. Finalmente, vale dizer que os meios de comunicação simbolicamente generalizados servem como catalisadores da diferenciação progressiva dos subsistemas funcionais das sociedades modernas. Ao traduzir a comunicação em um único código binário, elas reforçam a fronteira entre um sistema e o seu meio ambiente (LUHMANN, 1997, p. 359-393). Quanto mais firme é a determinação da fronteira, tanto maior é a contribuição que um *medium* comunicativo faz na diferenciação dos subsistemas sociais. Desse modo, pode se observar que a economia trabalha com o dinheiro, a política com o poder, o sistema judicial com a justiça, as ciências com a verdade, os meios de comunicação de massa com os fatos, a instituição da arte com a arte, as ligações amorosas com a intimidade e a religião com os valores morais. Com exceção da religião, Luhmann (1982, 1988,

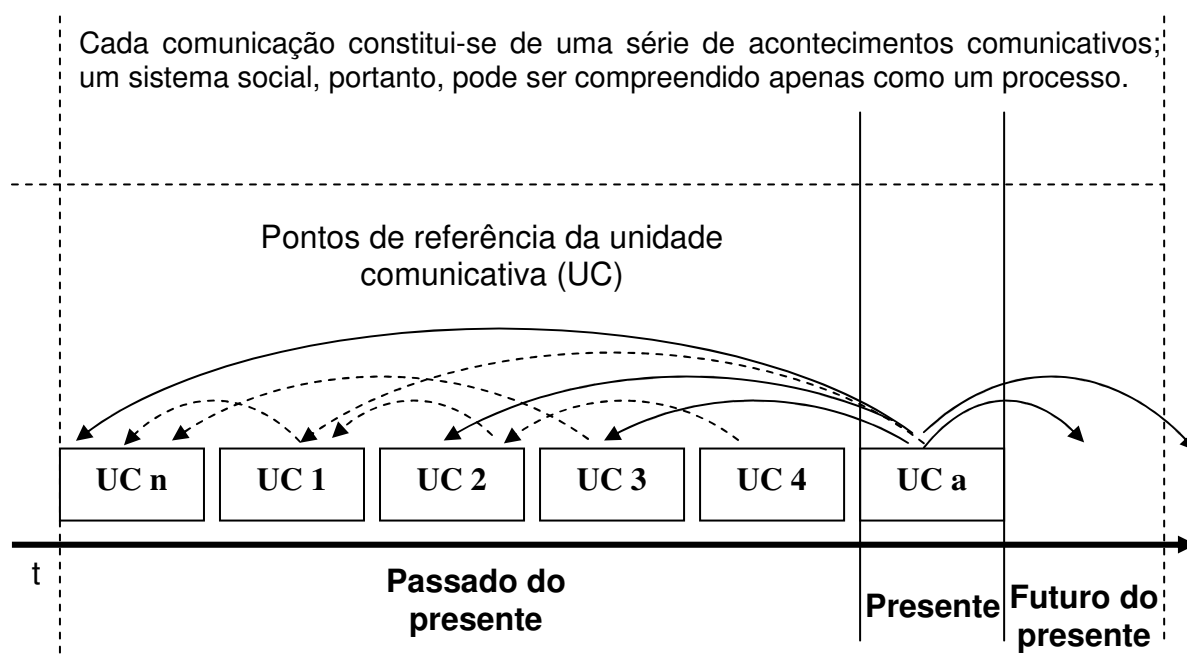
1990, 1993, 1995, 1996, 2000) dedicou a cada um desses sistemas funcionais um estudo próprio.

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre os sistemas sociais, concluímos: embora os processos mais altos incluam os mais baixos, é impossível reduzir os acontecimentos macrossociais a um conjunto de constituintes menores. Já que todo sistema autopoiético se caracteriza por qualidades emergentes que não caracterizam os níveis mais baixos, é claro também que a sociedade, como um todo, não pode ser considerada uma mera consequência das interações entre seus membros. A ordem social, evidentemente, representa um sistema comunicativo cujo traço distintivo não é a presença dos interactantes, mas a **inclusão social** em diversas comunidades e subsistemas funcionais e na sociedade como um todo. De fato, a sociedade como conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e espaço, seguindo normas comuns é o sistema social mais abrangente que inclui todos os outros sistemas sociais. Aliás, a noção da sociedade global mostra que, no meio ambiente de um sistema tão universal, não podem existir outros sistemas sociais, mas apenas sistemas de outros tipos (sistemas psíquicos ou orgânicos, por exemplo). A sociedade como corpo social que é unido pelo sentimento de consciência de grupo inclui também esses sistemas sociais que se formam por meio da interação entre os participantes de uma situação comunicativa. Logo, toda interação representa, também, um sistema social. Isso significa que nenhum sistema interacional pode se realizar no meio ambiente, mas apenas dentro do sistema total da sociedade. Assim, pois, toda interação face a face está sujeito a condições sociais que não são asseguradas pelos recursos do próprio sistema interacional. Todas as conversações pressupõem, por exemplo, a instituição social da língua. Tudo isso, no entanto, não exclui a possibilidade de compreender as interações entre as pessoas como um sistema social autônomo que se produz por si mesmo e se refere, exclusivamente, a seus próprios elementos.

6.3 A observação como operação básica dos sistemas autorreferenciais

Se os sistemas comunicam-se apenas consigo mesmo, é preciso perguntar como eles mantêm um contato contínuo com o mundo lá fora. Para começar, sabemos que muitos sistemas mais desenvolvidos (o sistema nervoso, o sistema interacional, etc.) trabalham com elementos efêmeros que precisam ser renovados permanentemente. Portanto, é oportuno chamar os elementos decisivos desses sistemas de “acontecimentos” (Quadro 14). Em seguida, convém introduzir, aqui, o conceito da “**operação**”: um sistema realiza operações para transformar, modificar, ordenar e distinguir seus elementos e, desse modo, produzir e reproduzir, permanentemente, sua própria ordem. Ao usar seus elementos para produzir outros elementos, as operações garantem a existência do sistema. Um sistema que suspende suas operações para de existir.

Quadro 14: **O processo comunicativo**



Fonte: Hillebrandt (2005; extraído da internet)

A operação mais importante de um sistema é determinar e especificar os **limites entre o sistema e seu ambiente** (LUHMANN, 1987, p. 113). A realização dessa tarefa exige que o sistema observe, permanentemente, o que ele é e o que não. De fato, o mundo externo existe para o sistema, apenas, como um ambiente que é observado conforme as regras distintivas do próprio sistema. O que não se pode observar não existe para o sistema. Em outras palavras: não há comunicação

entre sistemas autorreferenciais; existe apenas uma observação mútua, ou melhor, uma “irritação” (LUHMANN, 1984, p. 122 e 237) do sistema pelas próprias observações. Assim sendo, a irritação é, no fundo, sempre uma autoirritação. Nenhuma operação do sistema pode ser usada para estabelecer um contato direto com o meio ambiente. Os acontecimentos no ambiente, com efeito, não podem determinar, mas apenas estimular os acontecimentos dentro do sistema. Num sistema operacionalmente fechado, o meio ambiente é excluído e aparece, nas estruturas do sistema, apenas na forma de irritações indeterminadas. A determinação mais precisa dessas perturbações, então, exige outras operações sistêmicas. Uma das tarefas mais importantes de todos os sistemas autorreferenciais é desenvolver sensibilidade para as irritações e torná-las compreensíveis. O fechamento interno, ou seja, o fato de transformar tudo no seu ambiente em termos da sua própria língua, permite cada sistema produzir uma ordem no caos sem correr perigo de perder sua identidade.

Para poder efetuar a observação de si mesmo e do seu ambiente é imprescindível que o sistema mantenha um contato com seu ambiente e construa um horizonte de referências possíveis. Isso significa que os sistemas experimentam seu ambiente, a si mesmo e tudo que, neles, assume a função de um elemento como uma **seleção** diante de um horizonte que inclui todas as possibilidades referenciais (LUHMANN, 1984, p. 283). Cada operação observacional orienta-se na diferença entre o estado anterior e o estado posterior do sistema; ou seja, ela realiza, nesse intervalo, uma distinção e denomina um lado dessa distinção para colocá-la à disposição das operações seguintes. “Pela continuação recursiva das operações, desenvolve-se uma fronteira do sistema que delimita o que é possível observar dentro do sistema. Surge, assim, o que podemos chamar de ‘o observador’” (LUHMANN, 1992, p. 82).

Para Luhmann, o termo “**observador**” não pressupõe que um sujeito execute as operações. Antes pelo contrário, o “observador” refere-se a um sistema que, continuamente, realiza distinções e designações. Vê-se, assim, que a determinação dos limites separa, num primeiro momento, o lado designado (o sistema) do lado não designado (o ambiente). Num segundo momento, a mesma distinção envolve operações que assinalam, com mais precisão, o que faz parte do

sistema e que excluem, por uma simples negação, o que não faz parte dele. “Distinguir” e “designar” (LUHMANN, 1984, p. 596), por conseguinte, são as funções que melhor descrevem o modo operacional de um sistema autorreferencial e a relação entre esse tipo de sistema e o seu ambiente (SPENCER-BROWN, 1969).

Um sistema é considerado um observador se for capaz de perceber a diferença entre sistema e ambiente e de efetuar as operações de distinguir e designar. Entre os **sistemas operacionais**, convém distinguir, ainda, de um lado os sistemas operacionais que apenas observam e, do outro lado, os sistemas que observam e, também, são capazes de reconhecer. Quanto aos representantes da última classe, trata-se de observadores que produzem descrições internas das suas observações e ordenam-nas numa memória. Surge, assim, a possibilidade de usar as operações recursivamente. Em consequência disso, esses sistemas complexos são capazes de observar suas próprias operações. Daí que desenvolvem uma consciência de si mesmo, ou seja, percebem que estão fazendo percepções e observam que estão fazendo observações; esses sistemas estão, enfim, conscientes da sua consciência.

A observação de si mesmo ocorre quando um sistema é complexo o suficiente para distinguir entre **autorreferência** e **heterorreferência**, ou seja, quando tem consciência de que é um sistema e de que se distingue do seu ambiente. Nesse caso, observa-se que a distinção constitutiva entre sistema e meio ambiente – que, em sistemas mais simples, se reproduz cegamente com cada operação do sistema – reentra no próprio sistema como um componente reflexivo, ou seja, uma distinção específica que pode ser distinguida das outras distinções que o sistema faz. Tecnicamente, trata-se de uma observação de segunda ordem que diz respeito às próprias observações de primeira ordem. Como essa observação de si mesmo se realiza através de operações sistêmicas, é evidente que estamos descrevendo, mais uma vez, uma diferença produzida *pelo* sistema e observada *dentro* do próprio sistema. Quando distinguimos a heterorreferência, portanto, estamos nos referindo, sempre, a uma heterorreferência interpretada pelo próprio sistema.

Consequentemente, para Luhmann, a realidade primária não está “no mundo lá fora”, mas emerge na realização das operações de observação que dão origem àquilo que o observador chama de “realidade”. Sendo uma **construção interna** que o sistema faz do seu ambiente externo, essa realidade não é um retrato de uma realidade ontológica, mas um indício para exames bem sucedidos da consistência do sistema (LUHMANN, 1996, p. 17). Conclui-se, então, que “o mundo lá fora”, de fato, existe, mas como um horizonte inalcançável para os observadores que não podem deixar seu domínio operativo. Assim, pois, vale dizer que, dentro dos limites, encontra-se o sistema; fora deles, o resto do mundo, ou seja, os sistemas do ambiente com os quais um sistema autorreferencial, por definição, não pode trocar informações.

Surge, assim, a questão: como um sistema pode entrar em **contato com seu ambiente**? É que, dentro do sistema autorreferencial, é possível determinar as relações entre os elementos exatamente: o sistema “sabe” o que deve acontecer em seguida. Daí que percebe quando há mudanças imprevistas nas relações entre seus próprios elementos. Tais “perturbações” ocorrem sempre quando o surgimento do próximo elemento ou acontecimento não pode ser controlado inteiramente pelas operações internas. Nesses casos, é de se pressupor que as mudanças observadas nas relações sistêmicas são ocasionadas por certos eventos no ambiente os quais o sistema não pode influenciar. O ambiente, então, é uma condição necessária para a auto-organização e a autopoiesis do sistema, mas ele não define o estado de um sistema (LUHMANN, 1987, p. 113).

É preciso acrescentar à diferença entre sistema e ambiente, ainda, uma outra distinção constitutiva: **a diferença entre elemento e relação**. Luhmann (1984, p. 41) afirma que “do mesmo modo, como não existem sistemas sem ambiente, também não há elementos sem conexões relacionais ou relações sem elementos”. As relações conectam os elementos dos sistemas é, desse modo, produzem conexões significativas. Ao sugerir ou rejeitar possíveis elementos subsequentes, essas relações são responsáveis, no sistema, para a sucessão temporal dos elementos. As possibilidades de fazer conexões significativas entre os elementos constituem o conjunto de alternativas combinatórias às quais o sistema pode recorrer. As relações, então, descrevem as probabilidades de cada conexão

possível. A decisão sobre a escolha do próximo elemento, porém, depende do contexto concreto. Isso significa: a questão dos limites de um sistema e a decisão sobre o que faz parte de um sistema e o que não são resolvidas durante o processo da comunicação.

6.4 A produção do sentido

A comunicação (os sistemas sociais) e a consciência (o sistema psíquico) representam, uma para a outra, o meio ambiente imediato, mas nenhum dos dois pode incluir o outro ou sobrepor-se a ele. Claro que isso não significa que esses sistemas não podem manter relações com seu meio ambiente; mostra apenas que essas relações são controladas e conduzidas pelo próprio sistema, conforme suas próprias regras e estruturas. De fato, sem meio não há sistema. Assim cada um dos dois tipos de sistema ocupa uma posição privilegiada para ocasionar “irritações” no respectivo outro. Conforme Luhmann (1984, p. 141), essa afinidade não é aleatória, mas resulta de um **processo coevolucionário**; pois, para poder dar continuação à sua autorreprodução, cada sistema tem que ser adaptado ao seu ambiente, ou melhor, tem que ser acoplado ao domínio no qual opera. Desse modo, observa-se que a consciência é acoplada ao organismo por meio da percepção e, ao sistema social da comunicação, por meio da língua; os sistemas sociais, no entanto, são acoplados, apenas, à consciência, mas não ao organismo do ser humano. Mais concretamente, isso significa que os sistemas sociais podem continuar com sua autorreprodução, apenas, enquanto a vida e a consciência humana não terminam a sua. Um sistema social tem que ser capaz de observar, no mínimo, duas consciências para poder fazer comunicação. Um sistema psíquico, do outro lado, tem, como condição de sobrevivência, a complexidade da sociedade ao seu redor. Para ter duração, a consciência tem que perceber as mudanças no seu ambiente e ser capaz de lidar com unidades culturais e referentes socialmente interpretados.

Diante dessa interdependência, é conveniente pressupor a ação de um *medium* constituído simbolicamente que possa facilitar a coprodução condicionada dos dois tipos de sistemas. A função regulativa desse *medium* não pode ser assumida por nenhum dos sistemas envolvidos, ou melhor, por sistema nenhum,

pois o que se precisa, com efeito, é um meio comum que oriente tanto as operações psíquicas quanto as sociais. Desta forma, podemos observar que ambos os tipos de sistemas recorrem ao **sentido** para realizar suas operações internas. A atualização de um sentido, com efeito, representa a condição prévia para poder observar, estimular e coordenar, mutuamente, a formação e reprodução das estruturas sistêmicas. Como nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras, é certo que as interações entre os sistemas são, apenas, possíveis na medida em que se baseiam “na seleção de dados do meio, por via de uma ordem de preferência formada por critérios de sentido” (MATHIS, 2002, p. 7). A participação no sistema do sentido dos outros pode aumentar a possibilidade de fazer conexões sucessivas. O conhecimento de conceitos semânticos comuns pode ser usado tanto na manutenção de uma boa interação quanto no processo de busca da própria identidade. Esses conceitos comuns podem manifestar-se em normas, valores, papéis sociais etc. que criam uma ordem de preferências de um sistema social, mas podem formar-se, também, como um novo sentido que aparece no decorrer das interações.

Sem querer diminuir a importância da comunicação não verbal (os gestos, a mímica, a postura, o comportamento tátil, oculofacial e proxêmico) e da relevância dos aspectos percebíveis visualmente (por ex.: a altura, a largura, os traços fisionômicos, tatuagens, cicatrizes, ferimentos, o corte de cabelo, a maquiagem, roupas, joias e certos aspectos do ambiente espacial como a arquitetura, a decoração, etc.) que, numa dada situação comunicativa, podem ser interpretados como indícios de normas culturais específicas, é preciso ressaltar o papel extraordinário que a **língua** assume em relação ao acoplamento necessário entre os sistemas psíquicos e sociais. A língua, mais que qualquer outro meio, é capaz de estabelecer o processo da percepção circular, constitutivo para qualquer interação comunicativa. Dessa forma, ela coloca, à disposição do sistema psíquico, objetos percebíveis que, devido a sua originalidade, ocupam, em seguida, a atenção da consciência. Graças à língua, a consciência pode falar sobre suas percepções, dar estímulos ao sistema comunicativo e fornecer pretextos para outras comunicações. Também se deve à língua, a possibilidade de a consciência observar a comunicação e processar o percebido através de operações próprias, ou seja, pensamentos.

Já que todo sistema é encaixado num determinado ambiente, é imprescindível, para poder sobreviver, que ele seja capaz de reagir aos acontecimentos no seu redor. Todavia, essa reação se torna difícil porque os elementos fazem sentido, apenas, dentro do próprio sistema. Tanto que o sistema pode, apenas, tirar suas conclusões sobre o ambiente indiretamente. Como já foi dito, devido ao fechamento do sistema, os acontecimentos no ambiente são percebidos como acontecimentos internos que se distinguem por irritações adicionais. Logo, um sentido concreto surge, apenas, quando o ambiente estimula determinadas relações no sistema. Nesse momento, o sistema tem que recalculer seu **horizonte de probabilidades** para escolher um elemento (acontecimento) subsequente que promete ter êxito. No ponto de vista do sistema, o acaso, que deve ser combatido, pode ser o responsável pela excitação dos seus elementos, mas, de uma maneira geral, o ambiente funciona como fornecedor principal do sentido. Portanto, o sistema tem que construir estruturas significativas que sabem lidar com as irritações.

Para poder lidar com as alterações internas provocadas pelas irritações do seu meio ambiente, o sistema tem que lhes conferir um **sentido** que estabeleça o acoplamento estrutural entre os sistemas psíquicos e sociais, sem neutralizar sua separação fundamental. Para Luhmann (1984, p. 96), o sentido e, particularmente, seus limites, “garantem a concatenação indissolúvel do sistema e do seu ambiente”. O sentido surge como um horizonte de referência ou, nas palavras do autor (*op. cit.*, p. 93), “na forma de um excesso de referências a outras possibilidades de experimentar e agir”. Em outras palavras, o sentido garante que as operações atuais possam ser conectadas às comunicações passadas e gera, simultaneamente, as possibilidades de fazer novas conexões. Aliás, ao referir-se a uma multiplicidade de conexões possíveis e ao propor uma determinada escolha atual, a produção do sentido transfere a diferença entre sistema e ambiente para dentro do sistema. É através desse processo seletivo que os sistemas criam, internamente, seu mundo e seu ambiente também. Os limites do sentido, portanto, são os limites do sistema.

Nessa perspectiva, o sentido é o produto das operações do sistema e se define como a diferença entre uma possibilidade atualmente selecionada e o horizonte das possibilidades não realizadas, mas virtualmente presentes. Nas

palavras de Luhmann (1984, p. 122), o sentido é “**a unidade da diferença entre atualidade e potencialidade**”; assim sendo, representa “uma transição seletiva de um acontecimento comunicativo para o outro”. Mais concretamente: é de se pressupor que cada comunicação represente o resultado de uma seleção feita entre a potencialidade de todas as comunicações possíveis anteriormente. Além disso, é certo que cada comunicação selecionada abre, simultaneamente com sua atualização, um novo espaço de potencialidades. Esse espaço é formado pelo conjunto de todas as comunicações possíveis posteriormente entre as quais, novamente, uma determinada comunicação terá que ser selecionada e atualizada. Convém dizer, portanto, que cada comunicação, ao produzir ou reproduzir um sentido, ou seja, “a unidade da diferença entre atualidade e potencialidade”, determina quais referências podem e não podem ser escolhidas no próximo passo. Como se vê, esse conceito operacional não confere, ao sentido, qualidades contedísticas ou essenciais que “resultam de uma criação, uma fundação ou uma origem” (LUHMANN, 1999, p. 44). Já que é ligado, unicamente, à operação que o produz, o sentido existe exclusivamente no momento da realização de uma operação; nem antes e nem depois. Mesmo assim, conclui-se que, por meio do sentido, a comunicação ganha a possibilidade da autorreprodução ilimitada.

6.5 As três dimensões do sentido

Luhmann (1984, p. 112) distingue três dimensões de sentido: a dimensão semântica, a social e a temporal. Na descrição, é possível separar essas três dimensões analiticamente, mas durante a atualização do sentido, é certo que elas aparecem simultaneamente e se influenciam mutuamente. Ainda assim, é comum que cada uma das três dimensões alcance um grau diferente de relevância. Numa fofoca, por exemplo, a dimensão social pode ser bem acentuada. Aliás, quem (dimensão social) pode fazer quando (dimensão temporal) uma contribuição comunicativa num dado tema (dimensão semântica) depende, também, do meio disponível de distribuição.

Para começar, a **dimensão semântica** distingue entre dentro e fora, ou seja, responde à pergunta o que faz parte e o que não ou de que se trata e de que

não. Essa dimensão, então, é orientada pela diferença principal entre “isto e aquilo”, ou seja, ela envolve, sempre, uma escolha entre um objeto ou outro, entre “este assunto ou aquele” (LUHMANN, 1984, p. 114 seg.). Essa distinção fundamental pode ser refinada cada vez mais, simplesmente pela introdução contínua de novas diferenças, novos objetos ou novos assuntos de comunicação. Dessa forma, é possível classificar as comunicações conforme seus temas principais. Em seguida, vale dizer que a diferença principal da **dimensão temporal** se encontra no antes e depois de uma operação (LUHMANN, 1984, p. 116-118). É por essa distinção que um sistema comunicativo, ao produzir um sentido, é capaz de distinguir entre seu passado e o seu futuro. Apenas assim é possível planejar as sequências ou os estágios de uma conversação. Na **dimensão social**, enfim, convém dividir os participantes de uma comunicação em *ego* e *alter*, conforme suas perspectivas e experiências diferentes (LUHMANN, 1984, p. 119-121).

Na comunicação, *ego* é o interlocutor ao qual se atribui a compreensão; *alter* é aquele ao qual se atribui a mensagem. As diferentes perspectivas são sempre entrelaçadas: o emissor sabe que o receptor se experimenta como *ego* e o receptor sabe que o emissor se experimenta como *alter*. A comunicação começa com a percepção da reciprocidade das perspectivas, com a habilidade de distinguir entre a informação e o ato comunicativo, ou seja, com a compreensão de que *alter* é também *alter ego*. O conhecimento da perspectiva observacional do outro e a possibilidade da reflexão sobre si mesmo são sempre presentes num processo comunicativo; na verdade, trata-se da condição prévia para qualquer comunicação: *alter ego* espera que *ego* comunique. Por princípio, os termos *ego* e *alter* deixam aberta a questão de se seus referentes sejam sistemas psíquicos ou sociais, mas na perspectiva da autopoiesis, é certo que as pessoas, enquanto sistemas psíquicos, fazem parte da sociedade apenas como **pontos de endereçamentos** para a comunicação. Na prática comunicativa, porém, observa-se que esses pontos de endereçamentos recebem uma identidade, o nome de uma pessoa ou de uma instituição.

Dito isso, convém ressaltar que a comunicação não consiste na transmissão de um sentido de uma consciência para outra, mas na **produção e mudança de observações**. O observador, portanto, não é um outro sujeito, mas o

próximo acontecimento comunicativo. Uma vez que um sistema psíquico é, apenas, capaz de observar o que lhe foi comunicado e não o que uma outra consciência pensa; é evidente, também, que a consciência pode se orientar, no decorrer da comunicação, apenas nas sequências comunicadas. Desse modo, é impossível observar as seleções psíquicas de uma outra consciência; ou seja, não se pode perguntar a alguém o que pensa e esperar que sua resposta seja esse pensamento.

Certamente, é possível comunicar ao(s) outro(s) que estamos trocando pensamentos em nossa comunicação, mas, com efeito, isso é apenas uma **afirmação comunicativa**, ou seja, uma operação do sistema comunicativo, e não uma troca de pensamentos; pois a compreensão psíquica não pode ser observada e os sistemas psíquicos compreendem, apenas, a si mesmos e não podem desenvolver uma compreensão dos processos psíquicos dos outros. No nível social da comunicação, ocorrem outros processos seletivos e outras operações de compreensão que no nível psíquico da consciência. Convém dizer, portanto, que o sentido compreendido numa comunicação não corresponde necessariamente àquilo que a consciência compreendeu. O sentido de “honestidade”, por exemplo, é diferente nos pensamentos dos indivíduos e na comunicação social de dois interlocutores. Em resumo, o sentido de uma comunicação é um resultado emergente da interação que não pode ser atribuído a nenhum dos participantes.

Já que tudo o que o sistema consegue fazer é reproduzir a si mesmo, surge, necessariamente, uma **assimetria**: como o sistema enxerga, apenas, seus próprios elementos, é inevitável que o contato com o mundo ocorre sempre pelo contato consigo mesmo. A diferença entre sistema e ambiente, portanto, é uma projeção do próprio sistema. O ambiente do sistema aparece *dentro* do sistema como um modelo ou uma teoria mais ou menos difusa do mundo. O termo “autorreferencialidade”, por conseguinte, confere, aos sistemas, a dupla capacidade de processar a complexidade do ambiente conforme os conceitos do próprio sistema e de transformar a natureza ameaçadora dessa complexidade externa em recursos sistêmicos internos que constituem a autonomia do sistema e contribuem na sua produção e reprodução.

Conclui-se, então, que o ambiente é tudo que não faz parte do sistema; ele representa, por assim dizer, o outro lado da unidade que se constitui pela **diferença entre sistema e ambiente**. A operação básica de determinar os limites entre sistema e ambiente seleciona, entre a acumulação desordenada dos eventos de um mundo muito complexo, os fenômenos que podem ser inseridos, de maneira significativa, numa sequência ordenada de acontecimentos. O trabalho de um sistema autorreferencial, portanto, pode ser comparado com um voo pelo céu nublado. O piloto não enxerga nada, mas recebe informações indiretas sobre seu ambiente pelos seus instrumentos de bordo.

6.6 A dupla contingência

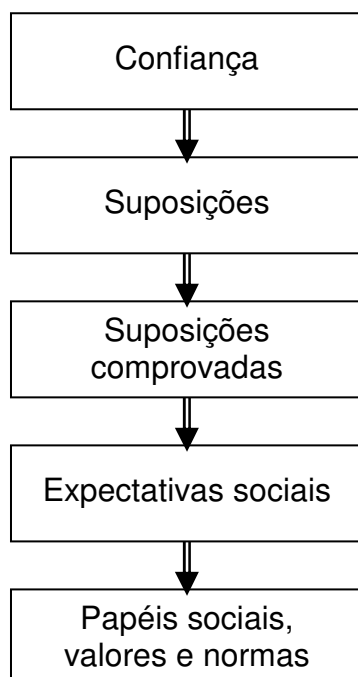
Devido ao número ilimitado dos acontecimentos e das relações entre eles, o mundo apresenta-se aos indivíduos como complexo e contingente. Nesse mundo incerto, o sucesso das nossas ações depende de acontecimentos específicos que podem ocorrer ou não. Tudo que é, poderia ser diferente. O ser humano, portanto, carecendo de uma boa adaptação instintiva ao mundo, precisa de orientação para poder lidar com esse mundo complicado. Na sociologia tradicional, são as instituições sociais que cumprem essa tarefa, mas, na visão de Luhmann (1984, p. 48 seg.), são os sistemas que reduzem a imensa **complexidade do mundo** e, desse modo, adaptam-no à necessidade humana de ter uma ordem mínima que facilite a orientação e a realização de ações planejadas.

Já foi dito que os sistemas sociais nascem quando dois ou mais sistemas psíquicos se encontram. Como os sistemas psíquicos são opacos, um para o outro, é inevitável que as pessoas experimentam uma “incapacidade circular de autodeterminação” (LUHMANN, 1981, p. 13). O termo técnico traduz uma experiência comum: sabemos que o sucesso das ações humanas não depende, apenas, das nossas reações diante das condições externas, mas também das ações dos outros; e as ações dos outros, por sua vez, dependem das suas expectativas quanto às nossas ações. Esse entrelaçamento mútuo das expectativas e do comportamento que caracteriza todas as interações sociais, evidentemente, produz

uma **dupla contingência** (LUHMANN, 1984, p. 148 seg.) que dificulta muito a coordenação e previsibilidade das ações.

De fato, cada vez que duas diferentes visões do mundo se encontram percebe-se a necessidade de uma ordem simbólica compartilhada que facilite a formação de confiáveis expectativas mútuas com relação à seleção das possibilidades de agir. A dupla contingência, então, caracteriza-se, de um lado, pela liberdade de cada um poder escolher sua própria maneira de (re-)agir (contingência das ações) e, do outro lado, pela incerteza de se o respectivo outro (re-)agir de uma maneira esperada (contingência das expectativas). É de se pressupor que tais situações incertas tornam-se mais previsíveis pela comunicação; pois, como se sabe, as regras comunicativas reduzem a complexidade percebida do ambiente e o grau de liberdade das atividades possíveis e, desse modo, estruturam a situação e dão origem a uma ordem social, ou seja, uma **ordem de expectativas mútuas**, mais ou menos estáveis, que se agrupam em papéis sociais, normas ou instituições (Quadro 15).

Quadro 15: **A dupla contingência**



Fonte: Pickel (2004; extraído da internet)

Nossas experiências e atividades sociais não dependem apenas de nós mesmos, mas também dos outros: assim como nós temos expectativas em relação aos outros, os outros têm, também, expectativas em relação a nós. Nessas circunstâncias, não é suficiente poder prever um determinado comportamento do(s) outro(s); é preciso ser capaz, também, de fazer conjecturas acerca das expectativas do(s) outro(s). Desse modo, *ego* espera certas expectativas de *alter* e com *alter* dá-se o mesmo em relação a *ego*, já que, no fundo, *alter* também é um *ego*, ou seja, um *alter ego*. As mesmas expectativas que *ego* espera de *alter*, *alter* também pode esperar de *ego*: temos, então, uma situação na qual os interactantes esperam mutuamente encontrar **expectativas sobre expectativas**, ou seja, *alter* espera que *ego* tenha certas expectativas em relação às expectativas de *alter*. Surge, assim, um reflexo ilimitado das expectativas. Nessa situação, é quase impossível realizar uma interação desinibida. A complexidade da situação ocasiona um excesso de possibilidades que impõe uma necessidade de fazer escolhas. O mundo torna-se contingente e a reflexividade ilimitada das expectativas aumenta o perigo de se decepcionar. Afinal, nossas expectativas podem ser erradas; portanto, precisamos de orientação.

Assim, pois, cada lado está observando o comportamento ainda incerto do respectivo outro; e ambos os lados tentam diminuir, parcialmente, a contingência percebida. Ao produzir uma atividade numa dada situação, ou seja, ao realizar “sua versão” do acontecimento, cada lado escolhe, também, qual seja a continuação do acontecimento na perspectiva do outro lado. E o outro lado, por sua vez, estabelecerá uma conexão significativa pela seleção da atividade seguinte. A comunicação inicia-se, apenas, quando ambos os lados retiram o acontecimento comum de uma potencialidade geral e o conduzem, estavelmente, para um êxito determinado. Essa **determinação do acontecimento**, que representa uma redução notável das combinações e variações originalmente possíveis, é a condição prévia, o meio e o resultado da comunicação. Assim, pois, podemos concluir que qualquer contato social é improvável devido à indeterminação fundamental da situação, mas a experiência comum dessa contingência é, ao mesmo tempo, o fator decisivo para a emergência da comunicação.

Diante da dupla contingência, o perigo de interrupções e colapsos é muito grande, até nas interações mais simples. Os interactantes, portanto, agarram-se em tudo que pode diminuir a incerteza e impor uma ordem ao mundo, ou seja, que pode facilitar a continuação das interações e tornar seus desdobramentos previsíveis. Quando uma ação não pode ser conectada ao acontecimento anterior de uma maneira significativa, é inevitável que a cadeia se rompa. Consequentemente, tudo que os interactantes experimentam, enquanto são envolvidos numa interação, é percebido e interpretado com base na sua **conexibilidade** com o que já aconteceu e com o que sucederá em breve. De fato, uma distinção clara entre ações conectáveis e não conectáveis é essencial para a continuação da comunicação e a estabilidade do sistema interacional. Dentro da rede das ações sucessivas, é essa conexibilidade que torna os interactantes capazes de prever e calcular mutuamente suas ações. Portanto, a conexibilidade dos elementos representa o critério decisivo para a percepção e interpretação de tudo que ocorre no ambiente de um sistema social e que prende a nossa atenção. É de se pressupor, então, que dois indivíduos, ao encontrarem-se no mundo, têm como primeiro ponto comum essa experiência da dupla contingência (LUHMANN, 1984, p. 172). Justamente, essa experiência, por ser uma coisa que todo mundo pode esperar sempre, representa, portanto, uma ponte entre o caos e a ordem, ou seja, uma primeira regularidade ou estrutura ordenada no caos.

Tudo que acontece é compreendido como comunicação de um determinado sentido. Seja o que for, o que uma pessoa está fazendo terá, sempre, um significado para a outra (WATZLAWICK, BEAVIN & JACKSON, 1974). Logo, os interactantes, assim que se encontram, são confrontados, imediatamente, com a dupla contingência das suas ações. Levando em consideração o seu interesse comum em diminuir a instabilidade e imprevisibilidade da situação, é de se pressupor que elas escolham e realizam sempre uma ação que permita a continuação das suas atividades. Construir o sentido de uma ação, então, significa fazer uma **seleção entre vários comportamentos possíveis**. Essa escolha envolve, inevitavelmente, a diferença entre as múltiplas possibilidades que poderiam existir e o que, de fato, está existindo. A distinção que se faz através da escolha de uma forma concreta funciona como uma linha demarcadora entre o sistema e o seu

ambiente: um lado é marcado pela ativação da forma, enquanto o outro fica para trás como uma “mancha cega” da operação distintiva (LUHMANN, 1998, p. 69).

Além dessa primeira diferença, surge ainda uma segunda que separa o sentido atualizado, produzido *hic et nunc*, do sentido como reservatório para atualizações futuras. Com efeito, a reentrada da primeira distinção na segunda é responsável pelo fato de que o meio ambiente existe para um sistema, apenas, na forma de um meio ambiente observado conforme as distinções feitas pelo próprio sistema. A **dupla distinção** entre a diferença *produzida pelo* sistema (a heterorreferência) e a diferença *observada dentro* do sistema (a autorreferência) é a força motora de toda comunicação; pois, com efeito, a primeira distinção abre o espaço para poder comunicar sobre várias possibilidades (ou seja, assuntos), enquanto a segunda garante que uma possibilidade selecionada se conecte com outra.

O sentido, então, é sempre uma escolha feita entre alternativas que, embora não realizadas, continuam a existir como possibilidades futuras. A construção do sentido, quando é entendida como uma escolha, delimita as opções para as ações seguintes e, desse modo, reduz a complexidade pela determinação de um sentido concreto. Desse modo, surgem certas estruturas e o sistema ganha uma determinada ordem interna. Todavia, na medida em que se refere àquilo que não foi selecionado, mas que pudesse ou poderia ainda ser selecionado, a determinação do sentido, também, abre o horizonte das ações possíveis e, desse modo, aumenta a complexidade imaginável. Devido à sua **dupla natureza** de reduzir e aumentar a complexidade, o sentido delimita, de um lado, o espaço disponível para fazer conexões significativas que combinem com a escolha anterior, mas, do outro lado, apresenta, simultaneamente, um conjunto de alternativas que poderiam ser retomadas na continuação da interação. Mostra-se, assim, que, dentro de um sistema autorreferencial, cada informação é um acontecimento que altera o horizonte atual de sentido; pois tudo o que acontece é determinado, também, pelas operações anteriores. O sistema delimita-se e rege-se pela própria estrutura, ou seja, pelo seu passado.

6.7 Informação, ato comunicativo e compreensão

A teoria dos sistemas autorreferenciais depende da **clausura operacional** tanto dos sistemas psíquicos quanto dos sistemas sociais. Luhmann (1984, p. 346 seg.), por conseguinte, compreende as operações psíquicas como acontecimentos realizados, sucessivamente, no fluxo da consciência; as operações dos sistemas sociais, por outro lado, são vistos por ele como acontecimentos comunicativos que se seguem a outros acontecimentos comunicativos. Claro que a comunicação não pode ocorrer sem a participação dos sistemas psíquicos, mas, como nenhuma operação pode ultrapassar o sistema que a produz, é certo, também, que o acoplamento estrutural da consciência e da comunicação não contradiz o teorema da clausura operacional dos dois tipos de sistemas. Para Luhmann (1999), a comunicação não representa a enunciação de um sentido interno, mas um processo seletivo que caracteriza os sistemas autorreferenciais:

A comunicação, quando for produzida, autopoieticamente, através de operações recursivas, representa uma realidade emergente *sui generis*. Não são as pessoas que podem comunicar, mas apenas a comunicação (LUHMANN, 1999, p. 105).

Embora os sistemas psíquicos participem no decorrer da comunicação e se orientem nela, é evidente que suas seleções pertencem à consciência enquanto as seleções sociais pertencem ao sistema comunicativo. Antes de tudo, isso significa que **a comunicação não pode se ligar a um pensamento**, mas apenas a uma comunicação anterior:

Apenas a comunicação pode influenciar a comunicação (LUHMANN, 1987a, p. 4).

Em seguida, convém ressaltar que, nessa perspectiva, os seres humanos pensam, falam e produzem sons, mas não comunicam.

A dinâmica dos pensamentos nunca é idêntica com a dinâmica dos acontecimentos comunicativos. Muito pelo contrário, uma conversação entre diversos participantes desenvolve rapidamente sua própria dinâmica que dificilmente pode ser controlada pelos interactantes individuais (NASSEHI, 1997, p. 138).

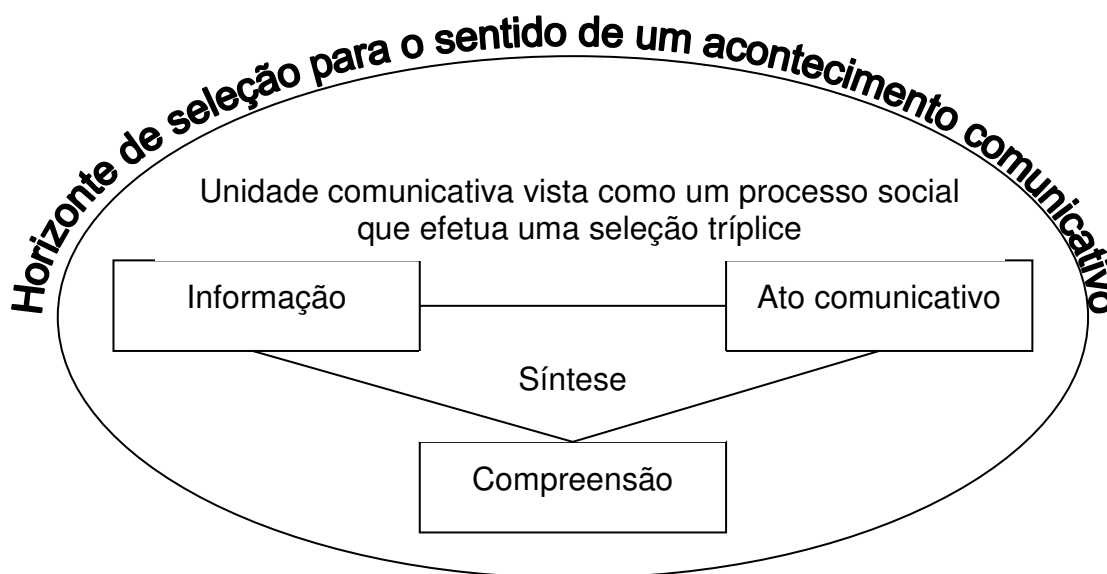
Realmente, o conteúdo da consciência nunca aparece como tal num evento comunicativo. Assim, pois, a dinâmica de toda comunicação é motivada pelo

fato de os **sistemas psíquicos não serem transparentes** uns para os outros. Logo, a compreensão não pode mais ser vista como “contribuição do indivíduo na constituição dos processos sociais” (*id.ibid.*), mas apenas como um componente da comunicação que não tem fundamento em qualquer processo psíquico.

Todos os conceitos usados para descrever a comunicação, portanto, têm que ser afastados de qualquer referência ao sistema psíquico e têm que ser relacionados, exclusivamente, com o processo autorreferencial da produção da comunicação pela comunicação (LUHMANN, 1992, p. 24).

Para Luhmann (1984, p. 191 seg.), a comunicação deve ser concebida como uma seleção tríptica que envolve a produção de um conteúdo informativo, sua difusão através de um ato comunicativo e a aceitação ou compreensão desse conteúdo (Quadro 16).

Quadro 16: **A comunicação como seleção tríptica**



Fonte: Hillebrandt (2005; extraído da internet)

O termo **informação** refere-se à seleção de um conteúdo comunicativo dentro do horizonte das possibilidades ilimitadas de conteúdos comunicativos. A informação, então, “seleciona o que é comunicado” (Nassehi, 1997, p. 138). A questão da seleção do conteúdo tem que ser separada da questão de como esse conteúdo é comunicado. Sem dúvida, há de ter um **ato comunicativo** que transmite a informação selecionada de uma consciência para outra, mas a determinação

desse comportamento ainda não descreveria a comunicação como um acontecimento autorreferencial e operacionalmente fechado. Conforme Nassehi (1997, p. 138), esse objetivo é alcançado apenas pela terceira seleção que diz respeito à aceitação ou **compreensão** do conteúdo informativo.

Luhmann (1986) define a compreensão como o modo operacional específico que um sistema autorreferencial usa para a observação de si mesmo e do seu ambiente. A compreensão, então, surge quando separamos a informação do ato comunicativo que a transmite (LUHMANN, 1984, p. 195). Somente após ter entendido qual informação o ato comunicativo transmitiu, pode-se falar de uma **comunicação realizada**. “A compreensão torna a conexão de uma nova comunicação possível e, desse modo, garante a autopoiesis do sistema social” (NASSEHI, *op. cit.*, p. 139). Apesar de ser um pouco extenso, vale a pena ler o exemplo que Nassehi (1997, p. 139) dá para ilustrar essa afirmação:

Imagine uma situação, na qual uma pessoa percebe o piscar do olho de uma outra. Depende, nesse momento, da natureza da observação se, nesse caso, haverá ou não uma distinção entre a informação e o ato comunicativo: quem distingue pode pensar que a outra pessoa está paquerando; ou, talvez, faz outra distinção e pensa que o outro quer comunicar isto ou aquilo. Ou não faz distinção nenhuma e tudo que percebe é uma reação vegetativa das pálpebras – nesse caso, não se trataria de um acontecimento significativo, portanto, não haverá nada para compreender. Seja qual for a distinção que o sistema psíquico fará, ele poderá tomar sua decisão apenas no modo na autopoiesis da consciência. Todavia, caso se inicie uma comunicação, ou seja, caso se siga um outro acontecimento que envolve uma informação comunicada, nota-se que o sistema social compreende, de algum modo, sem depender do acontecimento psíquico. Mesmo que a consciência do participante tente interpretar a comunicação com base na sua observação e na sua distinção entre a informação e o ato comunicativo, o que acontece no sistema interacional não é o que a consciência faz. O interactante receptor ainda se pergunta se aquele piscar foi ou foi não uma paqueração intencional, ele pode, por assim dizer, manter sua compreensão pendente e não precisa se decidir, enquanto a próxima tentativa de comunicação praticamente já tomou sua decisão; pois essa tentativa, seja qual for, faz uma conexão e, desse modo, distingue, socialmente, a informação e o que foi comunicado pela ação comunicativa. Nisso, a comunicação não depende da transparência da consciência – e quase podemos dizer: não tem importância nenhuma *como* e *o que* a consciência compreendeu.

Evidentemente, assim que a comunicação continua, pode se dizer que essa comunicação já realizou uma interpretação e compreendeu os acontecimentos; pois, ao fazer a distinção essencial entre a informação e *o que* foi comunicado, a compreensão abriu um horizonte de possibilidades para fazer conexões e, ao

determinar *como* essa distinção foi feita, ela condicionou recursivamente a seleção das próximas informações e atos comunicativos. Luhmann (1990, p. 26), certamente, refere-se a essa independência dos acontecimentos psíquicos quando afirma que “tudo, numa comunicação, que assume a função da compreensão é decidido exclusiva e soberanamente no processo comunicativo” no qual é marcado como condição de continuação ou condição de uma comunicação intermediária para esclarecer as dúvidas. Uma vez que esse tipo de operações visa simplesmente à sequenciação dos acontecimentos comunicativos, ou seja, ao controle das condições de conexibilidade, é oportuno dizer que se trata de uma **compreensão operacional**.

Conforme Luhmann (1986, p. 21), convém, ainda, fazer uma distinção entre essa forma operacional da compreensão e a chamada **compreensão observadora** que diz respeito à maneira como os sistemas sociais e psíquicos lidam com suas auto-observações:

A diferença principal que constitui a compreensão observadora encontra-se na diferença sistema/ambiente que um outro sistema faz. Posta essa diferença, exige-se, do sistema que quer compreender, uma estranha reflexividade de distinções sistema/ambiente. Ele tem que lidar duplamente com a reintrodução dessa distinção no seu próprio domínio (LUHMANN, 1986, p. 80).

A saber, trata-se, de um lado, da reintrodução da diferença sistema/ambiente que o próprio sistema fez, e do outro lado, da reintrodução da diferença sistema/ambiente que o sistema compreendido fez. Claro, que essa última operação, também, não introduz a diferença sistema/ambiente que o outro sistema faz, mas apenas a própria observação dessa diferença. Conclui-se, então, que a compreensão de um sistema por outro sistema não pode se esquivar do próprio *pré-conceito* e da escolha prévia de um contexto relevante (NASSEHI, 1997, p. 142).

A compreensão observadora verifica, de um lado, como um outro sistema produz seus próprios elementos e estruturas através de operações da compreensão operacional (o aspecto autorreferencial: *distinguir como?*) e, do outro lado, observa também as designações que esse sistema efetua para reagir às irritações do ambiente (o aspecto heteroreferencial: *distinguir o quê?*). Nessa perspectiva, a

compreensão torna-se uma “resposta a um problema relacional: o problema da não transparência recíproca dos sistemas psíquicos e sociais” (SCHNEIDER, 1992, p. 426). Dito isso, é evidente que **não existe um critério externo** ao sistema para avaliar se uma compreensão foi correta ou não. Toda prática social é compreendida corretamente, “se a compreensão se confirma no contexto relevante” (NASSEHI, 1997, p. 142). Isso significa também que não há um privilégio psíquico ou social para a compreensão: os dois tipos de sistemas são capazes de compreender. Por conseguinte, é de se pressupor que “a comunicação não é um produto de pessoas que comunicam, mas as pessoas são produtos da comunicação” (NASSEHI, 1997, p. 159). As pessoas são “colagens de expectativas” (*id.ibid.*), elas servem para o acoplamento estrutural dos sistemas psíquicos e sociais e, portanto, representam construções de sistemas sociais que servem para resolver os problemas de complexidade que atingem os sistemas autorreferenciais.

6.8 A generalização do sentido

Nem tudo que um sistema psíquico pensa pode ser comunicado. Assim, pois, o sentido atual refere-se sempre a outras possibilidades. Para poder realizar o próximo passo, o sistema tem que **fazer uma escolha**. Dependendo do número das opções, essa escolha pode envolver um excesso de trabalho. Por conseguinte, o espaço livre de escolhas não pode ser demasiadamente amplo e nem todas as possibilidades podem ter a mesma probabilidade. Uma maneira de delimitar a abundância das opções é a “generalização simbólica” (LUHMANN, 1984, p. 136) que implica sempre uma abstração das variações possíveis e numa diminuição da complexidade do ambiente.

A **generalização do sentido**, que – na teoria de Luhmann (1984, p. 137) – substitui o conceito do signo, particulariza “identidades no fluxo da experiência” (*id.ibid.*), ou seja, produz noções típicas e conceitos globalizantes e, desse modo, representa uma condição prévia para o restabelecimento do sentido em outros momentos e outras situações. Outrossim, as generalizações simbólicas, diz Luhmann (1984, p. 139), estreitam a estrutura referencial de um dado sentido, ao associá-la com expectativas sobre o que deve ou não acontecer numa dada

situação significativa. Em outras palavras, o sentido generalizado (vulgo: os signos e concatenações de signos) delimita o espaço de seleção e as opções para o prosseguimento da comunicação, sugerindo determinadas conexões como mais prováveis e rejeitando outras como não esperadas. Ter êxito nesse processo, evidentemente, pressupõe que os sistemas psíquicos e sociais dispõem de uma memória que possibilite a reatualização dos espaços seletivos e das expectativas correspondentes.

6.9 A interpenetração dos sistemas

Já foi dito que a consciência da dupla contingência dá origem a um sistema social de comunicação que se constitui de expectativas mútuas e de ações recíprocas. Esse sistema tem origem nos sistemas psíquicos dos interactantes, mas tem qualidades próprias que resultam da interpenetração das suas fontes independentes. É certo que os sistemas psíquicos e sociais constituem-se, ambos, pela construção dos limites dos seus significados; como se sabe, nesse processo, os sistemas psíquicos trabalham com pensamentos, enquanto os sociais recorrem à comunicação. Todavia, isso não significa que o sentido de um enunciado, numa dada comunicação, seja idêntico ao sentido do pensamento correspondente no sistema psíquico em questão. Antes pelo contrário, a produção do sentido envolve um **acoplamento estrutural** dos sistemas psíquico e social que não desfaz sua separação principal (Quadro 17). Vale a pena, explicar esse processo mais em detalhe.

Segundo Luhmann (1984, p. 290), convém ressaltar, primeiramente, a **interpenetração dos sistemas psíquicos** dos interactantes. Fala-se de uma interpenetração quando dois sistemas, na construção das suas estruturas, colocam, mutuamente, sua complexidade à disposição do outro. Conforme o autor, é comum num processo comunicativo, que cada participante preserve sua independência enquanto tenta simplificar, para si, a pressuposta complexidade da consciência dos outros. Esse procedimento é uma condição prévia para poder perceber as expectativas dos outros e para poder interpretar suas ações. Isso significa que os sistemas psíquicos se interpenetram, mas, mesmo assim, conservam seus limites e

sua autonomia. De fato, os sistemas psíquicos não se fundem, mas dão origem a um sistema social que se constrói com base nas expectativas mútuas e nas interações coordenadas. Os processos comunicativos que caracterizam esse sistema social distinguem-se dos pensamentos na consciência individual e ocorrem conforme princípios diferentes.

Quadro 17: **O acoplamento estrutural de sistemas psíquicos e sociais**



* O sentido é o *medium* da significação psíquica e comunicativa. Tudo que é pensado ou comunicado assume a forma de um sentido, isto é, tudo que aparece dentro de um sistema psíquico ou comunicativo tem um sentido *atual* que foi escolhido entre uma multiplicidade de sentidos *potenciais* (que, futuramente, poderão se tornar atuais).

Fonte: Kleve (2005; extraído da internet)

Vê-se, então, que, na interação social, os indivíduos ultrapassam sua consciência individual e comunicam-se como agentes sociais que têm, como ponto comum, a experiência da dupla contingência e o interesse mútuo numa redução da incerteza relativamente à formação de expectativas. Desse modo, surge uma **segunda interpenetração**: esta entre os sistemas psíquicos dos agentes individuais e o sistema social no qual participam. Num primeiro momento, é evidente que os sistemas psíquicos, com toda sua complexidade e contingência, trespasam o sistema social. De um lado, é de se pressupor, nesse processo, que tudo o que ocorre, mais ou menos espontaneamente, na consciência dos indivíduos atinge a

interação no sistema social e ameaça sua ordem. Do outro lado, é igualmente claro que a interação depende da contribuição de cada consciência individual para não se tornar uma repetição vazia de meras convenções. Num segundo momento, é certo também que o processo de comunicação no sistema social ocupa as consciências individuais, ameaçando a ordem dos sistemas psíquicos. Essa desordem, porém, é necessária também já que o indivíduo precisa das afirmações dos outros para poder chegar a uma percepção de si mesmo. Em outras palavras: a complexidade e a contingência da ordem social põem em risco a identidade dos indivíduos, mas contribuem, simultaneamente, na sua produção.

Resumindo essa linha de pensamento, concluímos que tanto os sistemas psíquicos quanto os sistemas sociais percebem e interpretam os produtos do respectivo outro sistema conforme suas próprias condições e regras. Desse modo, **diminuem a contingência** do seu ambiente e produzem, simultaneamente, a ordem inerente ao sistema em questão. Os sistemas sociais, de um lado, se constroem à base das expectativas e das ações dos interactantes. Do outro lado, os sistemas psíquicos dos participantes, ao perceber os processos de comunicação, produzem uma consciência da identidade pessoal e uma representação do seu ambiente. Isso significa que, apesar da sua interpenetração, os dois tipos de sistemas conseguem conservar sua autonomia.

6.10 A relação entre a consciência e a comunicação social

Como já foi dito, o acoplamento entre sistemas psíquicos e sociais depende muito do **uso da língua**. Já que nossos pensamentos não podem sair das nossas mentes, é evidente que uma consciência pode comunicar com outra, apenas, quando produz um comportamento significativo. Logo, quando uma pessoa quer comunicar um pensamento a outra pessoa, é preciso transformar a informação original numa mensagem que convide outra(s) pessoa(s) a fazer uma interpretação. Nesse processo, surge o problema que o sentido da mensagem é produzido no horizonte semântico do enunciador que representa, portanto, a única pessoa que sabe o que quis dizer. O receptor, na melhor das hipóteses, pode aproximar-se ao pensamento original, confiando na sua ilusão de ter compreendido o sentido original

do emissor. Essa ilusão é intensificada, ainda mais, pelo uso da língua que padroniza as formas da enunciação.

Vê-se, assim, que a **diferença entre consciência e comunicação** não pode ser interpretada no sentido de que haja uma consciência sem comunicação ou uma comunicação sem consciência. A distinção ressalta apenas que nenhum sistema pode realizar operações fora dos seus limites e influenciar diretamente o seu ambiente. Os sistemas psíquicos não podem determinar o decorrer de uma comunicação e os sistemas comunicativos não podem determinar o que uma consciência deve pensar. Os dois sistemas são ambiente um para o outro. Eles são fechados operacionalmente, mas acoplados estruturalmente por uma relação mútua de dependência. Em outras palavras, a consciência participa, necessariamente, na constituição da comunicação, mas não é a causa e nem o sujeito da comunicação.

De fato, são as **seleções da própria comunicação** que sustentam os acontecimentos comunicativos. Não há uma fonte subjetiva de sentido, mas apenas processos de observação que se referem a outras observações. A ordem interna que surge nesse processo interpõe-se aos sistemas psíquicos e delimita as observações deles. Convém traduzir essa dimensão social da cognição em duas observações interligadas: é certo que a participação na comunicação social restringe a contingência teoricamente ilimitada das operações mentais, mas é evidente, também, que a mesma participação enriquece cada consciência com as distinções sociais que orientam a construção da realidade. Isso significa que todas as observações dos sistemas psíquicos são operações condicionadas por expectativas. Em virtude da sua participação na comunicação social, as pessoas são socializadas de tal modo que podem escolher apenas entre o horizonte das possibilidades licenciadas culturalmente.

Vê-se, assim, como a ideia de que os sistemas autorreferenciais produzem, através das suas próprias operações, uma descrição de si mesmo deu origem a um conceito de comunicação que descreve a relação entre comunicação, ação e reflexão sem precisar recorrer à **teoria do sujeito**. Conforme esse modelo, não é necessário um sistema dispor de uma consciência para poder se organizar. Cada operação estabelece esquemas internos de distinção que funcionam como

programas ou filtros e que permitem a observação seletiva dos ruídos do ambiente para ganhar novas informações. A origem do sujeito, então, deve-se ao uso da língua que pede um produtor para os fenômenos sociais e, em consequência disso, desdobra os acontecimentos operacionais em unidades identificáveis, ou seja, em sujeitos ou agentes sociais. Contudo, ainda que a língua sugira que as pessoas sejam os agentes das observações, é de se pressupor que cada remissão a um sujeito subjacente representa uma afirmação comunicativa, ou seja, um construto da comunicação social.

Evidentemente, a afirmação de que **os sujeitos não constituem a comunicação** não quer dizer que não haja subjetividade, mas ela revisa a hipótese de que a subjetividade da consciência represente a base de toda comunicação. Ninguém defende a possibilidade de ter sistemas sociais sem a participação da consciência, mas, na perspectiva da autopoiesis, a subjetividade, ou seja, a constituição da consciência, deixa de ser o ponto de partida para as operações dos sistemas comunicativos. Antes pelo contrário, o suposto centro do sentido, i.e., o sujeito é um efeito das operações observacionais. De fato, o sentido das operações observacionais, para ser comunicado, não precisa ter sua base num sujeito subjacente. Isso explica, por exemplo, como uma comunicação pode tratar de um determinado assunto embora nenhuma das consciências envolvidas mantenha um verdadeiro interesse nesse tema. Acontece que a força autopoietica dos sistemas sociais produz estruturas estáveis que podem ser alteradas apenas por intervenções custosas, por exemplo, quando um sistema psíquico propõe mudar de assunto. A experiência mostra que tais intervenções passam por restrições psicológicas; o que explica que os interlocutores, às vezes, continuam conversar sobre o mesmo assunto ainda que todos percam seu interesse nele.

6.11 A autorreferencialidade do sistema interacional

Partindo da ideia de que os sistemas sociais não se constituem por sujeitos ou ações intencionais, mas se organizam e se reproduzem pela conexão autopoietica de acontecimentos comunicativos, levanta-se a questão de quais são as **implicações** que a autopoiesis dos sistemas possa ter numa teoria do sistema

interacional. De fato, é de se esperar que uma descrição sistemática da relação entre a interação face a face, de um lado, e a autorreferencialidade/autopoiesis, do outro, fornecerá conhecimentos sobre o uso da língua que a observação da língua em outros contextos funcionais (por exemplo: na comunicação escrita) não permitirá. Por conseguinte, é natural considerar o uso da língua em interações face a face como um efeito de um princípio autônomo da construção da realidade social e presumir, simultaneamente, que esse princípio, que dá origem à ordem interacional, pode ser vista, também, na perspectiva de uma teoria geral dos sistemas sociais.

Quem assume a perspectiva da teoria dos sistemas (LUHMANN, 1984) pressupõe, por definição, que qualquer tentativa de causar impacto na organização de uma interação tem que se submeter às **regras do sistema interacional**, ou seja, tem que ser realizada e reproduzida no próprio sistema interacional. Se tudo que pode assumir uma função num sistema é produzido e reproduzido pelo próprio sistema, é evidente que os objetivos pragmáticos, os conflitos de interesse, as relações de poder, etc. podem tornar-se uma realidade social apenas na medida em que são introduzidos explícita ou implicitamente na produção e conexão de acontecimentos comunicativos. Já que toda influência concreta tem que ser vista, sempre, como um processo inerente ao sistema, que decorre de acordo com os princípios próprios do sistema interacional, é oportuno ressaltar a impossibilidade de influenciar um processo interativo pelo lado externo:

Um sistema social não pode pensar, um sistema psíquico não pode comunicar, mas isso não obsta a que existam, num ponto de vista causal, interdependências imensas e altamente complexas. Ser fechado, então, não significa, de maneira alguma, que não se encontre nenhuma relação de causa e efeito ou que tais relações não possam ser observadas ou descritas por um observador. Apenas [...] é preciso levar em consideração que as consequências podem surgir, apenas, se são efetivadas dentro do sistema que experimenta essas consequências. Também é necessário tomar em conta que os sistemas não são transparentes, uns para os outros, ou seja, eles não podem se reger mutuamente (LUHMANN, 1987a, p. 12 seg.).

6.11.1 Presença e ausência como traços distintivos do sistema interacional

Tudo que foi dito sobre os sistemas sociais em geral vale também para os sistemas interacionais que surgem entre pessoas em **situações de presença**

simultânea. Assim, pois, podemos dizer que, com cada interação entre as pessoas presentes, efetua-se uma exclusão de todos as pessoas ausentes na ocasião; pois, ainda que todos pertençam à mesma sociedade, é certo que os ausentes podem participar na interação apenas como assunto, mas nunca como interlocutor da comunicação. Para falar nisso, o que se diz sobre uma pessoa ausente, como se sabe, pode ser muito diferente do que se repetiria na sua presença. De fato, como veremos mais adiante, é a partir dessa observação que podemos desenvolver uma teoria da fofoca que parte da diferença constitutiva entre interação e sociedade.

Mas voltando ao assunto, como afirma Kieserling (1997, p. 269), cada interação representa uma **restrição da sociabilidade** ao círculo das pessoas copresentes e, uma vez que se pode comunicar apenas com as pessoas presentes, é claro que a fronteira estabelecida por esse critério é intransponível operacionalmente. Em outras palavras: “a diferença entre as pessoas presentes e ausentes pode, apenas, ser usada para fazer conexões no lado das presentes” (*id. ibid.*). Justamente esse é o sentido que se constrói quando definimos a interação como um sistema comunicativo entre pessoas presentes numa dada situação. Na medida em que a sociedade coincide com as pessoas ausentes do processo comunicativo em andamento, é inevitável que, por razões operacionais, a constituição da interação a faz calar. Como ressalta Kieserling (1997, p. 269), eis a garantia natural que, dentro da sociedade, a interação represente um sistema autônomo que produz sua própria complexidade.

De fato, ainda que o sistema social não coincide com nenhuma das suas interações e sempre inclui, também, as pessoas ausentes, essa diferenciação operacional não significa que a sociedade seja considerada como irrelevante para a interação, mas o certo é que, dentro da interação, que exclui todas as pessoas ausentes, essa sociedade pode ser representada, apenas, pelas pessoas presentes. Como afirma Kieserling (1997, p. 270), para realizar essa representação, temos que **reintroduzir**, no domínio dos copresentes, **a diferença** produzida operacionalmente entre as pessoas presentes e ausentes.

Aqui, como em todos os outros casos, é preciso transformar a diferença constitutiva em uma diferença específica a fim de ela ganhar um sentido determinável no sistema interacional. Para a substituição da distinção

constitutiva por uma específica, há, necessariamente, mais do que uma possibilidade e as interações distinguem-se, sobretudo, na questão de por meio de quais formas semânticas elas organizam essa reentrada. Contudo, cada uma dessas formas é compatível com a diferenciação e o fechamento do seu sistema. Caso contrário, ela não poderia ser praticada numa interação. Essas formas, então, não anulam as fronteiras que a interação estabelece com a sociedade; apenas refletem-nas dentro do sistema e, justamente assim, possibilitam uma reconstrução seletiva da sociedade pela interação (KIESERLING, 1997, p. 270).

Isso significa que – seja qual for a sua natureza – todas as características contextuais e situacionais que devem ou podem influenciar o processo interacional têm que ser restabelecidos na e pela própria interação. Todos os fatores explicativos, que se localizam nas estruturas externas e que podem ganhar importância no decorrer de uma conversação, têm que ser observáveis, localmente, no fluxo da própria interação. Em outras palavras: os fenômenos interacionais devem se explicar por si mesmos. Ao pressupor que toda forma de influência tem que ser realizada com os recursos próprios do sistema interacional levanta-se a pergunta: como essa **reflexividade** do processo produtivo de interação é compatível com o – também pressuposto – encaixamento sócio-histórico e situacional desse mesmo processo de produção?

6.11.2 A autodeterminação dos sistemas interacionais

A resposta bem fundamentada de Hausendorf (2004, p. 45) sugere que a produção e manutenção dos contatos com o ambiente são realizadas, continuamente, pela própria interação e que as influências, vindas de fora, devem ser definidas como uma “**reprodução interativa de aspectos contextuais**”. Mais concretamente: esse conceito explica como se estabelecem, num sistema autorreferencial, as ligações com os aspectos biológicos, psíquicos e macrosociais que caracterizam a realidade fora do sistema interacional. Assim, pois, é certo que, no ambiente do sistema interacional, há outros sistemas autorreferenciais que se caracterizam, cada um, por um nível operacional diferente.³ Não se pode negar, por exemplo, que os objetivos sociais de uma instituição e o conhecimento técnico dos seus representantes influenciam, fortemente, muitas formas de interações comunicativas. Também, se sabe que esse influxo funciona porque o

³ Com já vimos, Luhmann (1984, p. 16) menciona, nesse contexto, os sistemas psíquicos, os organismos e as máquinas e distingue, entre os sistemas sociais, as interações, as organizações e as sociedades.

comportamento dos participantes indica em que padrão estrutural de comunicação suas contribuições se encaixam. Schneider (1997, p. 165), por exemplo, refere-se a esse fato quando afirma que os interactantes se mostram mutuamente – pela maneira da sua participação – em qual tipo de comunicação ou gênero comunicativo estão envolvidos e como seus papéis se distribuem nesse trabalho em cooperação. Conforme o autor, a prática de fornecer as relevantes pistas de contextualização que indiquem o curso desejado da interação facilita a coordenação contínua do comportamento comunicativo no que diz respeito ao tipo de atividade “que é pressuposto, consensualmente, como contexto das contribuições sucessivas e que é reproduzido com cada contribuição que, visivelmente, se encaixa nele” (*id. ibid.*).

Na perspectiva da autopoiesis, então, os sistemas no ambiente que não dependem de interações face a face podem ganhar importância no sistema interacional se suas características forem reproduzidos na própria interação. Logo, se queremos desenvolver a hipótese da autonomia do sistema interacional, é preciso mostrar, antes de tudo, que o critério essencial das interações, nomeadamente, a **presença dos interactantes**, tem sua razão de ser em processos interacionais que efetuam uma “reconstituição social dessa presença” (HAUSENDORF, 2004, p. 14). É de se pressupor que os interactantes participam nessa “reconstituição da presença” através do seu trabalho perceptivo, mas isso não obsta a que a circularidade da percepção gere um princípio de ordenação que não pode ser atribuído aos sistemas psíquicos.

Quando duas pessoas se encontram, i.e., se percebem mutuamente como pessoas copresentes [numa dada situação], aparece um sistema social, independente da divergência das perspectivas dos participantes. É que a necessidade de sintonização e coordenação aumenta, abruptamente, com a circularidade da percepção da percepção; fato que, sistematicamente, exige demais dos participantes (HAUSENDORF, 2004, p. 40).

De fato, diante da dupla contingência que resulta do encontro de dois processadores de informação (duas consciências), é de se pressupor que um colapso dos sistemas psíquicos seria inevitável se não houvesse as operações de um outro sistema autônomo “que não pode ser reduzido, analiticamente, à divergência das suas unidades constituintes” (LUHMANN, 1984, p. 65). Assim, pois, no que diz respeito à atividade coprodutiva dos interlocutores, é preciso considerar o

seguinte: quando dois sistemas psíquicos se penetram, aparece sempre o problema de como **reduzir a complexidade e a contingência** mutuamente percebida. A solução está em agir como um agente social e comunicar suas expectativas e ações. O processo comunicativo que emerge dessa situação, certamente, distingue-se do fluxo da consciência individual que, como se sabe, produz o sentido através de pensamentos e não através de atos comunicativos; mas, apesar dessa diferença fundamental entre os dois tipos de sistemas, consta que, por meio da língua, é possível o processo mental influenciar a interação. Para isso, tudo que se precisa é o sistema interacional retomar e processar os produtos da consciência conforme princípios próprios.

Já que nem todos os pensamentos podem entrar na comunicação, é de se pressupor que o grau de complexidade dos sistemas sociais é menor que o dos sistemas psíquicos. Conseqüentemente, há de fazer **escolhas estratégicas** que garantem a conexibilidade das contribuições e que contribuem na construção de um enquadre confiável para o planejamento das ações. Nessa perspectiva, a função principal dos sistemas sociais é reduzir a complexidade do mundo de uma maneira que possa ser entendida pelos sistemas psíquicos. Visto que, sempre, há mais opções do que possam ser atualizadas, é impossível evitar uma pressão permanente de tomar decisões sob a condição da impossibilidade de otimizar os critérios terminantes da seleção. Todavia, um sistema pode diminuir o risco permanente de sofrer decepções ao transformar o acaso em padrões estruturais que delimitam o caos dos acontecimentos contingentes.

Para exprimir o caráter autorreferencial do processo seletivo que permite reduzir a complexidade do mundo, Hausmann (2004, p. 35) introduz o conceito da “**autodeterminação interativa**”. O termo indica que a reconstituição interativa dos aspectos relevantes do meio ambiente deve ser considerada como um processo *sui generis* que inclui uma série de escolhas feitas pelo próprio sistema interacional. A parte mais importante desse processo, ou seja, o ato constitutivo do próprio sistema interacional diz respeito à “(re)produção, manutenção e suspensão da presença das pessoas”. Resumindo, isso significa que a presença dos participantes não pode ser vista como um dado físico, mas deve ser considerada como um fenômeno socialmente produzido. Conforme o autor, trata-se do resultado de uma operação do

sistema interacional que define quais pessoas, com quais papéis, valem como presentes ou ausentes (*id.ibid.*).

O princípio da autodeterminação prevê que o processo constitutivo da “percepção da percepção” (LUHMANN, 1984, p. 560) tem implicações nas expectativas sobre o decorrer de uma interação. Dessa forma, convém compreender o **início** de uma interação como uma reconstituição da presença dos participantes que se baseia em processos circulares de percepção mútua. O monitoramento recíproco que se traduz na frase “faço o que você quiser, se você faz o que eu quero” (LUHMANN, 1984, p. 166) assegura a sintonização das possibilidades interativas e gera as condições de conexibilidade. Com efeito, seja o que for que aconteça entre os interactantes, isso criará uma forte pressão para fazer o próximo lance de jogo. Conclui-se, então, que a reconstituição socialmente relevante da presença dos participantes estabelece, simultaneamente, a liberdade de escolher entre um conjunto de conexões possíveis e a obrigação de eliminar todas as continuações não escolhidas.

O fato de os outros sistemas autorreferenciais exibirem uma abundância de aspectos contextuais traz, para os sistemas de interação, a liberdade de escolha entre uma multiplicidade de possibilidades de fazer conexões. Por outro lado, o fato de esses outros sistemas autorreferenciais oferecerem mais possibilidades de conexões que poderiam ser aproveitadas, significa, para os sistemas de interação, que é preciso desprezar determinadas possibilidades de conexões. Diante da multiplicidade das possibilidades de conexões, os sistemas de interação enfrentam o problema de como escolher, em cada caso individual, as possibilidades relevantes de conexões. Nesse processo, os recursos próprios do sistema de interação demonstram sua capacidade (HAUSENDORF, 2004, p. 50).

Quanto ao **decorrer** das conversações, convém lembrar que cada interação se divide em fases ou **episódios delimitáveis**. De princípio, é natural distinguir entre três estágios sucessivos: na abertura, é mister estabelecer a disposição de se comunicar e definir o tipo de situação; tendo-se indicado os pontos de partida, cabe à fase central tratar dos temas relevantes e dos objetivos a alcançar; no fechamento, enfim, é comum os interlocutores comunicarem o fim da sua disposição de conversar. Além disso, sabemos que os diferentes estágios se compõem de sequências conversacionais que, enquanto unidades temáticas, estabelecem a coerência da conversação e, enquanto, unidades comunicativo-funcionais, condicionam as expectativas à realização de certos tipos de ação. No

que diz respeito, à microestrutura das conversações, sabe-se que cada sistema de interações focalizadas e coordenadas pede um alto grau de orientação e atenção mútua que se alcança, apenas, por meio da aplicação de um princípio próprio da constituição da realidade: nomeadamente, o sistema da tomada de turnos. É exatamente com base nesse princípio que os interlocutores tentam encaixar cada turno no enquadre semântico e relacional-comunicativo que já foi estabelecido pelas contribuições anteriores.

Finalmente, é claro também que a **ausência dos participantes**, ou seja, a suspensão do sistema da tomada de turnos depende, igualmente como o início da interação, de processos de percepção mútua: em geral, pode se dizer que uma interação se interrompe ou termina assim que não se pode mais perceber a percepção do(s) outro(s). Em resumo: para poder influenciar os acontecimentos no sistema interacional, as autodeterminações interativas precisam se manifestar em formas percebíveis que estabelecem a presença dos interactantes e reconstituem os aspectos relevantes do ambiente. Independente das intenções e dos planos dos participantes, o sistema interacional determina, por mecanismos próprios, suas possibilidades operacionais e estabelece, assim, seus limites, ou seja, o início, o decorrer e o fim de uma interação. Ainda que todas as determinações interativas se baseiem nas percepções dos participantes individuais, é apropriado dizer que os traços constitutivos de um sistema interacional “não precisam ser definidos, apenas, *na* interação, mas *pela* própria interação” (HAUSENDORF, 2004, p. 69).

6.11.3 A reprodução dos aspectos contextuais

Quem compreende a comunicação conforme a racionalidade sistêmica e a interpreta como um processo autorreferencial que seleciona possibilidades de conexões significativas reconhecerá, na **presença dos interlocutores**, aquele aspecto do ambiente do sistema interacional que se constitui na interação e que, simultaneamente, dá origem à própria interação. Avaliados sob a pressuposição de que a sequência de operações seletivas do processo de comunicação ocorre com perfeita autonomia relativamente a qualquer tipo de influência exterior ao sistema, os participantes aparecem como uma parte do meio ambiente que cerca o sistema

interacional, pois, uma vez que são os próprios sistemas que atuam como agentes no processo de comunicação, é evidente que *alter* e *ego* são já um resultado desse processo de seleção. Assim sendo, pertencem a um mesmo universo de referência, um horizonte atual de sentido que se abre entre os sistemas psíquicos quando *ego* reconhece, em *alter*, o *alter ego*, ou seja, o seu igual (LUHMANN, 1984, p. 126).

Certamente, é o trabalho perceptivo dos sistemas psíquicos que torna possível a reconstituição da presença dos interlocutores e a reprodução interativa dos aspectos contextuais, mas a percepção, como processo constitutivo do sistema interacional, representa apenas uma pequena parte das possibilidades dos sistemas psíquicos. Assim, pois, quando se leva em consideração o que foi dito sobre a permeabilidade do sistema em relação ao meio exterior é claro que sem a memória dos participantes, ou seja, sem a **disponibilidade cognitiva dos aspectos contextuais**, o contato com o meio ambiente permaneceria restrito aos recursos da própria interação. Esses recursos, no entanto, dependem, crucialmente, da presença dos interactantes e, em consequência disso, não podem estabelecer determinações sistêmicas mais duráveis. Portanto, qualquer interação mais longa dependerá, inevitavelmente, da possibilidade de estabelecer conexões com outros aspectos das determinações psíquicas e sociais (HAUSENDORF, 2004, p. 69).

6.11.3.1 O contexto temporal, espacial e social

Explorando ainda mais o assunto da disponibilidade cognitiva dos aspectos contextuais, retomamos o fio das nossas considerações na observação de que tanto a presença quanto a ausência dos interlocutores têm que ser constituídas pelo sistema interacional. De fato, feita a distinção entre pessoas presentes e ausentes, é possível delimitar cada interação cronologicamente e indicar seu início e seu fim. Ainda por cima, é evidente que, além do início e do fim, todos os estágios de uma prática comunicativa dispõem de um **contexto temporal**, um tempo “antes” e um tempo “depois” que, de uma maneira ou de outra, podem se tornar relevantes para o processo interacional. Sem esses limites temporais ninguém saberia o que pertence a um sistema interacional e o que não.

Também é óbvio que toda interação dispõe de um **contexto espacial** cujos elementos podem se tornar mais ou menos relevantes para a atividade em questão.

Os aspectos temporais e espaciais, evidentemente, podem se tornar relevantes para o sistema interacional apenas por causa da presença física e psíquica dos participantes: os aspectos temporais de antes e depois podem se manifestar nas diversas formas da interação apenas si forem lembrados ou previstos, i.e., se forem, de uma maneira ou de outra, disponíveis, cognitivamente, para os copresentes. Os aspectos do contexto espacial e material, para se tornarem relevantes para o sistema interacional, devem ser vistos, apalpados ou cheirados pelos participantes, i.e., devem ser percebíveis de uma maneira ou de outra (HAUSENDORF, 2004, p. 47 seg.).

Como lembra Hausendorf (*id.ibid.*), ao lado dos aspectos pessoais, temporais e espaciais, há ainda os **aspectos sociais** que podem ter consequências para os acontecimentos interacionais. Cabe mencionar, aqui, particularmente, a possibilidade de reproduzir, dentro das práticas comunicativas, os subsistemas sociais como a religião, as ciências, a política, etc.

Os aspectos sociais na contextualização dos estágios interacionais, também, dependem dos recursos cognitivos dos participantes para poder ter efeito numa interação. As pessoas, no sentido pleno da sua presença física e psíquica, podem ser vistas como os sensores de um sistema interacional: elas proporcionam os contatos com o ambiente que são relevantes para a interação (HAUSENDORF, 2004, p. 48).

Fazendo um balanço do que se discutiu acima, concluímos que o mecanismo da “percepção da percepção” está na origem de toda interação e representa a condição prévia para a reconstituição socialmente relevante da presença dos interactantes e a reprodução interativa dos aspectos contextuais. É através desse **dispositivo de autorregulação** do sistema interacional que se definem as condições de prosseguir com o encadeamento conversacional e as possibilidades de reproduzir, reflexivamente, os aspectos pessoais, temporais, espaciais e sociais do ambiente.

No que diz respeito aos **contatos com o ambiente**, Hausendorf (2004: 48) ainda acrescenta:

Os aspectos mencionados da autodeterminação psíquica, orgânica e social do sistema não são ligados, por si mesmos, à reprodução da presença [dos interactantes] que é constitutiva para a interação; i. e., eles antecedem à interação e continuam a funcionar quando a interação já terminou. A ligação a esses aspectos da realidade social, psíquica e orgânica que independem da presença [dos interactantes], é de suma importância para o sistema de interação; pois, por definição, os recursos da própria interação são delimitados pelo fato de que não podem realizar determinações que antecedem ou ultrapassam a presença (das pessoas). Visto isso, convém perguntar como é possível e provável que os sistemas de interação não precisem ser iniciados *ab initio*, cada vez que se constituem, e por que eles não precisam alcançar um certo objetivo ou ponto final, cada vez que se dissolvem? (HAUSENDORF, 2004, p. 48).

A resposta de Hausmann (*id.ibid.*) afirma que é possível ligar os sistemas interacionais a determinações preexistentes, apenas, porque existem, no ambiente dos sistemas interacionais, outros sistemas autorreferenciais cujas determinações antecedem e ultrapassam a presença dos interlocutores. Por causa da **reconstituição interativa** desses sistemas é possível partir de determinados pressupostos quando se inicia um sistema interacional; e pela mesma razão, se explica por que esses sistemas “não precisam alcançar um ponto final, mas podem, por assim dizer, confiar numa continuação posterior” (*id.ibid.*).

Vimos, então, que, antes de tudo, é preciso ancorar, no sistema interacional, os sistemas biológicos e psíquicos (ou seja, a vida e a consciência) como pressupostos imprescindíveis para a emergência de sistemas sociais. Em seguida, porém, convém perguntar pela relação entre o sistema interacional e a **comunicação em organizações e em subsistemas sociais** cuja existência não é vinculada à presença de pessoas:

Tanto os subsistemas sociais, como a religião, as ciências e a política, quanto as organizações, como as associações e os partidos, representam aspectos da realidade comunicativa; mas, ao contrário da interação, eles não são vinculados à presença [das pessoas]. A comunicação ligada às organizações não se realiza pela presença, mas pela afiliação das pessoas [...] e a comunicação social se estende para todos que estão no alcance da comunicação, seja pela presença num sistema interacional, seja pela afiliação numa organização, seja pelos meios de comunicação de massa [...]. Justamente porque a interação é capaz, também, de realizar, através da presença dos afiliados, a comunicação vinculada às organizações e, justamente, porque, por meio da presença de todas as pessoas no seu alcance, ela realiza, *inevitavelmente*, a comunicação relevante para os sistemas sociais, surge a pergunta: como a interação pode ser vinculada a esses aspectos da realidade social que não são vinculados à presença [das pessoas]? (HAUSENDORF, 2004, p. 46).

Convém lembrar, aqui, que todas as autodeterminações interacionais, para terem efeito, têm que se manifestar numa forma concreta que pode ser percebida pelos sentidos. Essa condição, no entanto, inclui tanto as ondas sonoras como os estímulos visuais, tácteis e olfativos. É obvio que, particularmente, para as interações rotineiras de carácter institucional, a reprodução interativa dessas instituições depende, numa parte considerável, de **fenômenos não linguísticos**, como a arquitetura do ambiente, a roupa dos participantes e a presença de determinados símbolos do poder. Esses fenômenos, porém, dificilmente podem ser documentados por gravações de áudio.

Dito isso, é claro que a língua representa a ferramenta mais adequada para iniciar e conduzir o mecanismo da “percepção da percepção” que constitui a interação humana. Para Luhmann (1999, p. 112), a língua, já que pode ser realizada como pensamento ou como comunicação, efetua a concatenação estrutural entre os sistemas psíquicos e os sistemas sociais. De fato, a reprodução mais diferenciada do meio ambiente pode ser feita por meio das formas linguísticas que, por exemplo, podem reproduzir e colocar à disposição do sistema interacional aqueles **aspectos do meio ambiente psíquico** que, à base dos fenômenos visuais, ficariam inacessíveis. Assim, pois, usando os sistemas de referência e identificação pessoais de uma língua, é possível efetuar, dentro do sistema interacional, determinações intencionais, cognitivas ou emocionais e reproduzir, em detalhe, a realidade psíquica das pessoas (HAUSENDORF, 2004, p. 110-117).

Todavia a língua não se presta apenas para reproduzir, interativamente, certos aspectos dos sistemas psíquicos em questão. Pelo contrário, o uso de recursos linguísticos envolve, igualmente, a reprodução local dos diferentes **sistemas sociais no meio ambiente** de um sistema interacional. Essa reconstrução seletiva da sociedade organiza-se, principalmente, por meio de quatro formas de sentido: a saber, a categoria da pessoa, os papéis sociais, o estoque cultural de temas socialmente elaborados e os valores culturais amplamente compartilhados. Acrescentaremos a essas categorias mencionadas por Luhmann (1984, p. 429), ainda algumas observações sobre a importância da metacomunicação e da tipologia dos gêneros comunicativos. Certamente, apenas a língua dispõe de tantos métodos particulares para produzir e reproduzir, interativamente, a realidade psíquica e social

das pessoas. Podemos concluir, portanto, que por meio do uso da língua, é possível fazer referência aos mais diversos aspectos dos sistemas cognitivos e sociais que formam o ambiente de um sistema interacional.

6.11.3.2 A categoria de pessoa e os papéis sociais

A fim de explorar os meios interativos para a reconstrução parcial da sociedade, convém mencionar, antes de tudo, que uma das formas básicas de produzir sentido em interações, encontra-se na formação de expectativas com relação ao comportamento das pessoas. Isso nos leva à noção dos **papéis sociais** que, tradicionalmente, é ligada ao sistema psíquico dos seus portadores. Contudo, o termo, por si mesmo, não determina quais indivíduos serão adequados para cumprir uma determinada função social. É bem possível que os portadores desses papéis mudem, por exemplo, na sucessão de um cargo oficial ou na troca de um lance de jogo. Também pode se imaginar que uma mesma pessoa troque seus papéis no decorrer da sua carreira ou na sucessão dos movimentos de um jogo.

Na perspectiva da teoria sistêmica, é de se pressupor, no entanto, que as pessoas não são portadores de características antropológicas, mas apenas pontos de endereçamento cuja relevância depende das estruturas sociais e varia com elas. Assumindo essa posição epistemológica, Kieserling (1997, p. 271) afirma que uma dimensão importante da possibilidade de variar os papéis sociais encontra-se na questão de se a sociedade usa a categoria da pessoa mais para o acoplamento ou mais para o desacoplamento dos diferentes papéis sociais.

No caso do acoplamento, os diferentes papéis sociais são unidos em feixes firmes que podem, apenas, ser distribuídos entre as pessoas de uma maneira compacta. As pessoas, nesse caso, funcionam também como ponto de ligação para uma multiplicidade de papéis sociais e como garantia da sua compatibilidade. As pessoas, então, são conhecidas, não apenas como artesãos ou camponeses, mas também como filhos de fulano e pais de sicrano. Ao assumir um desses papéis sociais, devem, sempre, levar em consideração o outro também – e isso vale tanto para si mesmo quanto para o interlocutor. [...]

No outro caso, [o do desacoplamento], as principais ligações necessárias entre os papéis sociais não são garantidas pelas pessoas, mas por programas abstratos, por exemplo, para a jurisdição, para o tratamento de doentes, para a pesquisa científica, etc. Uma sociedade que faz esse tipo de disposição pode diferenciar mais as ligações entre os papéis sociais; pode identificar esses papéis de uma maneira mais abstrata e pode equipá-

los, sem mais cerimônias, para assumir funções bem específicas no seu serviço. O sistema, desse modo, alcança uma complexidade maior, mas, do outro lado, torna-se bastante indiferente ao fato de diversos papéis sociais poderem coincidir na mesma pessoa. O fato de alguém ser, simultaneamente, um operário e um católico é considerado uma coincidência surpreendente que pode ser explicada apenas pela biografia dessa pessoa (KIESERLING, 1997, p. 271).

Conforme Kieserling (1997), a sociedade moderna caracteriza-se pelo **desacoplamento** entre o indivíduo e os papéis sociais. De fato, cada interação obriga os participantes a fazer uma seleção entre seus papéis sociais, sua rede de contatos, suas possibilidades de agir e seu potencial comunicativo; pois as exigências da complementaridade dos papéis interacionais são mais estreitas que as exigências na própria sociedade. Desse modo, é possível ter papéis sociais numa sociedade para oceanógrafos e jogadores de futebol; mas um sistema interacional dificilmente funcionará se o primeiro se comportar como um submarinista enquanto o segundo falar como um centroavante. Nesse caso, poderíamos observar que as seleções feitas pelo primeiro não seriam compatíveis com as do segundo – e isso vale tanto no que diz respeito ao horizonte de referências possíveis quanto no que diz respeito aos acontecimentos concretos. Em outras palavras: a dupla contingência ultrapassará as capacidades do sistema interacional e os interlocutores, em consequência disso, terão que fazer uma escolha entre papéis diferentes e decidir se querem conversar como um aluno e seu professor ou como um ídolo e seu fã.

Apesar da necessidade de corresponder às expectativas dos outros, não há como negar que, com cada um dos participantes, entram também **outros papéis** na interação que, para o sistema interacional, pertencem ao meio ambiente; embora sejam relevantes para o sistema social como um todo. Assim, pois, é evidente que, dependendo do tipo de interação, a reconstituição interacional da sociedade representa um processo seletivo que pode se orientar tanto no papel social relevante para a interação atual quanto nos papéis potenciais que os interlocutores podem assumir dentro da sociedade, mas fora da interação atual. Seja como for, o importante é que a sociedade, na forma dos outros papéis sociais, possa fazer parte da interação; e vice-versa, a interação que se constitui por papéis complementares pode se integrar na sociedade através da inclusão dos outros papéis sociais. Tudo dependerá das convenções culturais e da preferência atual dos interlocutores.

Na cultura ocidental, a indiferença contra os outros papéis sociais caracteriza, antes de tudo, as **interações formais** que favorecem a diferenciação funcional dos subsistemas sociais. Desse modo, aparecem cada vez mais interações especializadas que se caracterizam por traços altamente improváveis em outras áreas de interação. Essas interações específicas conseguem convencer apenas dentro de um determinado subsistema social e, portanto, não dão nenhuma referência sobre o comportamento em outros domínios de interação. Assim, pois, é muito pouco o que se pode aproveitar de uma apresentação num congresso científico quando o objetivo é convencer um grupo de políticos; e a mesma coisa vale, em geral, para os políticos que entram numa arena científica. Além disso, nem as interações do sistema científico nem as do sistema político alcançam o valor de uma representação da sociedade inteira. Claro que numa conversa com um cientista sempre é possível mudar de assunto e reconhecer o pai de família, o eleitor desiludido, o amante da arte, etc. – todas essas qualidades entram com a pessoa no sistema interacional – mas, na sociedade moderna, a diferença entre sistema social e sistema interacional torna-se mais nítida, na medida em que aumenta a probabilidade de que uma conversação entre professor e aluno, jornalista e jogador, cientista e político, etc. não permita mais um olhar de soslaio para outros papéis sociais ou para o comportamento dos interlocutores em sistemas menos funcionais.

Nas **interações informais**, ao contrário disso, a pressão de reduzir os interlocutores ao relevante papel complementar é menor. A possibilidade de abandonar a orientação exclusiva nas exigências especiais de um determinado subsistema social abre o caminho para poder tratar as pessoas, também, conforme seus outros papéis sociais. A liberdade de ligar domínios interacionais formalmente afastados opõe-se à diferenciação cada vez mais sutil das interações na sociedade. Nas conversações simétricas com baixo grau de premeditações, encontramos, então, o reduto dos gêneros comunicativos que permite uma orientação nos mais diversos papéis sociais e que favorece a integração em vez da fragmentação dos sistemas sociais. Nesse domínio de interação, as pessoas podem assumir ainda uma visão holística do seu mundo e podem cultivar o sentimento de ser o sujeito das suas próprias ações e desenvolver a consciência de pertencer a uma comunidade sociocultural com normas comuns.

6.11.3.3 O estoque cultural de temas socialmente elaborados

Um modo particular de tornar a comunicação mais provável é produzir autodeterminações prospectivas que atualizam, interativamente, os conteúdos de um **estoque cultural de temas** disponíveis para o encadeamento das interações. Semelhante aos papéis sociais e às pessoas, os temas também não podem ser considerados, plenamente, como um resultado do próprio sistema interacional. Muito pelo contrário, os diferentes assuntos estão, de antemão, à disposição dos sistemas interacionais na forma de um depósito inesgotável de matérias, motivos ou argumentos interligados e socialmente generalizados. Nesse tipo de seleção de sentido, importa procurar elementos significativos que asseguram a formação de expectativas e, desse modo, reduzam a necessidade de gerenciar a sucessão das interações, exclusivamente, com os recursos próprios do sistema interacional.

A sociedade e seus subsistemas elaboram um estoque de assuntos do qual podem fazer uso os sistemas interacionais que se baseiam na presença [dos interactantes]. Devido às particularidades das formas de uso, é possível que esses sistemas interacionais se distinguem, simultaneamente, como realização do subsistema social correspondente. Tal oferta de temas que transcende a presença das pessoas e que pode ser percebida e atualizada na interação representa [...] a cultura de uma sociedade (HAUSENDORF, 2004, p. 70).

De uma maneira geral, as interações podem tratar, simultaneamente, de um tema só. Esse fato, que não têm uma correspondência exata em nenhum dos outros sistemas sociais, justifica a importância que uma teoria da interação deveria dar aos processos de **desenvolvimento do tópico**. Aqui, restringimo-nos aos aspectos que dizem respeito à autonomia do sistema interacional. Convém dizer, então, que assuntos como o futebol, a crise política, o dia dos namorados ou as mais recentes teorias da Análise do Discurso não se esgotam em uma única interação. Muito pelo contrário, é de se pressupor que esses temas têm um significado mais ou menos semelhante até para as pessoas ausentes. De fato, muitas interações escolhem esses assuntos justamente porque têm relevância fora da interação também.

Seja como for, a **diferenciação social** dos assuntos representa uma delimitação da compreensibilidade e, portanto, da conexibilidade daquelas

comunicações que não têm sua origem na própria interação, mas no seu caráter social. Desse modo, a uma pergunta sobre o resultado do jogo de ontem não se pode responder com a cotação do Dólar e, ainda que citamos, em ambos os casos, um assunto comum de comunicação, não é sempre possível conectar esses dois temas sem provocar uma situação desconcertante. Assim, pois, para garantir a compreensibilidade, é preciso marcar uma troca de assunto ou uma interrupção: “Me desculpe, mas com o preço atual do Dólar não tenho mais nervos para assistir aos jogos”.

Mostra-se, assim, que a ordem social dos assuntos tem implicações inegáveis para as interações. Não é de se admirar, portanto, que a escolha do assunto e o momento certo para sua introdução são alvos fundamentais de **estratégias interacionais**.

Não é possível introduzir um assunto numa comunicação sem mexer na distribuição das possibilidades de como continuar a comunicação. Uma vez estabelecido o tema, é possível separar, através dele, as contribuições adequadas das contribuições não adequadas [...] Também acontece frequentemente, nessa ocasião, que as pessoas, ao escolher os assuntos, são reconhecidas como adequadas ou não. [...] Com a escolha do tema, então, são distribuídas, também, as diferentes chances de participar na comunicação seguinte. A maneira pela qual se coordena essa distribuição pode, sempre, ser observada no próprio sistema de interação (KIESERLING, 1997, p. 281).

Para começar, a distribuição interacional das chances pode dar preferência aos assuntos sobre os quais apenas participantes competentes têm uma chance de fornecer uma contribuição adequada. Desse modo, para efetuar uma reentrada, no sistema interacional, das estruturas macrossociais e dos aspectos institucionais, é comum recorrer às **semânticas e códigos específicos** associados aos diferentes subsistemas funcionais de uma sociedade (HAUSENDORF, 2004, p. 25). Citando os elementos dessas semânticas especiais ou “cultivadas” (LUHMANN, 1980, p. 19), é possível restringir o espaço livre de uma comunicação e facilitar, para os participantes competentes, o processo de interligação das atividades comunicativas. Muitas vezes, essa maneira de fazer restrições não prescreve exatamente o que é preciso fazer, mas determina o que não se pode fazer sem transgredir as expectativas mútuas. Produzindo os elementos de uma semântica cultivada, o sistema interacional, por assim dizer, entrega-se, parcialmente, à

responsabilidade do sistema social reconstituído na e pela interação. Quando um sistema interacional recorre à semântica cultivada de um subsistema funcional da sociedade, nota-se que a pressão de legitimar a abertura, o decorrer e a suspensão da presença dos interactantes é desviada para um dos sistemas sociais no meio ambiente. Em consequência disso, podemos afirmar: onde havia uma incerteza incalculável, há, então, a probabilidade de efetuar certas conexões e excluir outras. O uso de semânticas cultivadas ou especiais produz expectativas com relação às autodeterminações de um sistema interacional e, desse modo, pode programar o desenvolvimento desse sistema.

Todavia, a distribuição interacional das chances pode, também, dar preferência aos assuntos sobre os quais todos os participantes têm uma chance igual de fornecer uma contribuição adequada. Nesse caso, a conversação procura apoiar-se na **semântica inespecificada** da convivência cotidiana que caracteriza as atividades informais, espontâneas e simétricas da comunidade em que o indivíduo se encontra integrado. Todavia, numa sociedade complexa, até as regras para esse tipo de comunicação (que é denominado muito bem pelo termo inglês *small talk*) têm efeitos discriminatórios porque excluem, implicitamente, todos os assuntos que poderiam oferecer a alguns dos participantes – nomeadamente, aos especialistas – chances melhores de representar seu ego ou de influenciar o desenvolvimento do tópico. Aliás, como lembra Kieserling (1997, p. 282), essas regras para “bater um papo” implicam já numa decisão prévia sobre o tratamento que as pessoas experimentarão se tentarem introduzir tópicos mais específicos que não se encaixam na generalização social dos assuntos.

6.11.3.4 Os valores culturais

Uma outra forma de sentido que facilita a reconstituição interativa dos aspectos contextuais encontramos na categoria dos **valores culturais**. Uma discussão sobre o conceito do valor, normalmente, pressuporia uma revisão dos relevantes trabalhos filosóficos que desde o século XIX se ocuparam com valores individuais como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, etc. Contudo, no âmbito restrito do presente trabalho, basta observar que nem as mais extensas discussões

filosóficas, políticas ou religiosas levaram a um consenso sobre uma ordem geral dos valores (KIESERLING, 1997, p. 283). Evidentemente, uma integração da sociedade pela categoria dos valores é impossível por causa dos conflitos insuperáveis entre os diferentes valores culturais. Todavia, já que o funcionamento dos sistemas sociais, inegavelmente, depende também da recepção desses valores, é preciso esclarecer a conexão entre a autonomia desses sistemas e a comunicação dos valores. Isso vale, também, para a relação entre a semântica dos valores e a realidade interacional de uma sociedade.

É possível descrever os valores culturais como pontos de vista isolados que dizem respeito à preferência que se dá a uma das alternativas diante de valores opostos. No decorrer da distinção repetitiva do seu respectivo valor oposto, é possível que um determinado valor seja sujeito a um processo de **generalização social** que garante a afirmação desse valor independente dos contextos variáveis (KIESERLING, 1997, p. 283). De fato, esse valor é reproduzido na comunicação como um elemento significativo para o qual a diferença essencial entre interação e sociedade não tem importância. Isso significa, assim como esse valor cultural não ganha sua validade apenas quando for ativado numa conversação, também não perderá sua importância apenas porque os interlocutores mudaram de assunto (*id. ibid.*).

Aliás, como lembra Kieserling (1997, p. 283), uma citação explícita de um valor cultural ou uma adesão aberta a suas reivindicações não ocorrem frequentemente nas interações cotidianas. A comunicação explícita do valor, de fato, parece ser redundante porque, em geral, o valor é pressuposto já na comunicação e, assim sendo, determina uma compreensão prévia de como um assunto deve ser tratado do qual se espera que ninguém o conteste abertamente:

Ninguém diz: estou a favor da saúde, de uma maneira como se deveria contar com alguém entre os participantes que, claramente, preferia o estado da doença e que seria disposto a comunicar isso. Pelo contrário, é possível pressupor que esse interlocutor, também, compartilha a mesma preferência e que, com base nisso, é possível exigir dele ter compreensão em certas comunicações. Desse modo, diz-se, então: fumar prejudica a saúde. No ponto de vista formal, há duas distinções que estão em jogo nessa afirmação, mas que são processadas como uma só: nomeadamente, a distinção entre o valor e seu contravalor (aqui: a saúde vs. a doença) e a distinção que se faz dessa distinção diante de muitos outros valores e

contravalores. Já que se evita a comunicação explícita dos valores, essa consideração, normalmente, é dispensável; ainda assim é muito claro que apenas a primeira distinção pode ser institucionalizada socialmente, enquanto a segunda, sempre, se realiza apenas no contexto concreto e, portanto, não participa das vantagens que a capacidade de estabelecer um consenso traz; capacidade, aliás, que está associada a primeira distinção (KIESERLING, 1997, p. 284-285).

Seguindo essa linha de pensamento, concluímos com Kieserling (*id. ibid.*) que não basta distinguir a saúde da doença; é preciso distingui-la também da liberdade (de parar ou continuar a fumar). Com efeito, numa interação concreta sobre esse assunto, os interlocutores enfrentar-se-ão à base dessa segunda distinção que é muito mais polêmica do que a primeira (que, como foi dito, se baseia no consenso geral sobre o valor da saúde). Devido às distinções do segundo tipo, ou seja, às divergências sobre a ordem entre os diferentes valores culturais, é inevitável que os valores culturais, assim que entram num sistema interacional, estão sujeitos a uma **reinterpretação contínua**. Uma vez que não existem regras obrigatórias no nível da sociedade que determinassem o valor de um valor diante dos outros valores (que não lhe são complementares), é natural que, no decorrer das interações, um valor precisa recuar enquanto outro tenta avançar e vice-versa.

6.11.3.5 A metacomunicação

Por falar ainda mais sobre as formas de sentido que organizam a reconstrução interacional do ambiente, convém mencionar, também, que cada sistema interacional é capaz de fazer, de si mesmo ou do seu papel no meio ambiente, o tópico da interação. De fato, todas as autodeterminações implícitas do sistema interacional podem tornar-se concretas quando um sistema começa a observar suas próprias operações. Na literatura relevante, foi adotado o termo “**metacomunicação**” (WATZLAWICK, BEAVER & JACKSON, 1969, p. 41 seg.) para tais formas explícitas de fazer autorreferência ao decorrer atual futuro ou passado de um sistema. O que ocorre, nesse caso, é que o próprio sistema interacional reconstitui-se interativamente como conteúdo das suas autodeterminações. Trata-se, então, de “autodeterminações sobre autodeterminações” (HAUSENDORF, 2004, p. 75). A saber, fazendo referência aos fenômenos da própria interação, o sistema interacional pode explicar, reformular e modificar as regras e o funcionamento do próprio sistema; além disso, pode indicar o propósito das suas operações; pode

marcar, também, a inadequação de certas conexões; pode, até, corrigir erros ou eliminar perturbações do sistema; e pode, enfim, fazer comentários sobre as relações entre os interlocutores. A existência da metacomunicação, então, revela a dimensão inevitavelmente dialógica das interações: solicitando a aprovação do coenunciador, o sistema faz uma descrição de si mesmo e fornece uma diagnose do seu próprio estado. Dessa forma, o posicionamento recíproco dos interactantes pode ajudar um pesquisador na reconstrução das autodeterminações interativas.

6.11.3.6 A tipologia dos gêneros comunicativos

A investigação de fenômenos linguísticos deve basear-se no princípio metodológico de que cada autodeterminação do sistema, ou seja, cada reconstituição de um aspecto do meio ambiente deve ser observável, empiricamente, na superfície dos dados linguísticos em questão. A análise do objeto de pesquisa tem que revelar as determinações concretas de outros sistemas que foram reproduzidas no sistema interacional. Quando se compara e se agrupa, em feixes estruturais, os traços característicos em coocorrência, é natural que essa busca das diferentes formas da reconstituição do meio ambiente leva a uma **tipologia das interações comunicativas** que reúne os fenômenos interacionais em unidades maiores, os chamados gêneros.

Desse modo, a pergunta pela unidade dos fenômenos que aparecem num episódio interacional torna-se uma questão de descoberta empírica. Ao rejeitar o conceito de *conversação* que pressupõe e antecipa a unidade do episódio como alguma coisa evidente, abre-se o caminho para a compreensão de um problema que precisa ser resolvido no nível dos fenômenos linguísticos: se o conjunto das autodeterminações reunidas num episódio interacional deve, em algum sentido, representar uma unidade é inevitável considerar [a constituição dessa unidade] como uma tarefa que deve ser solucionada dentro e pela própria interação. Isso significa que há de ter autodeterminações interativas que resolvem justamente essa tarefa. De fato, as condições que fazem, de um conjunto de autodeterminações, uma unidade têm que ser produzidas através de autodeterminações interativas – e, desse modo, têm que ser detectáveis e observáveis empiricamente (HAUSENDORF, 2004, p. 74).

Fazendo um parêntese, pode-se dizer que um sistema interacional que renuncia ao uso de uma semântica cultivada e que não transfere seu comando e a tarefa da sua legitimação a um subsistema social no meio ambiente caracteriza-se por um potencial enorme de elementos facultativos e pela perda da probabilidade de

que certas expectativas se cumprirão no decorrer da interação. De fato, um **sistema aberto** para as múltiplas possibilidades de fazer conexões corre, permanentemente, o perigo de ser perturbado pela desordem no seu meio ambiente. Todavia, há de se admitir que o aumento da pressão sobre as capacidades do próprio sistema interacional e o risco de entrar em crise são compensados pelas vantagens de poder reagir com mais flexibilidade e mais rapidez e de poder reproduzir espontaneamente as mais diversas formas de conexões possíveis. Apesar de essa liberdade ser uma característica de muitas interações cotidianas, é comum observar que, sem um certo grau de previsibilidade dos acontecimentos, os sistemas interacionais, frequentemente, não conseguem manter-se estáveis durante muito tempo; o que explica porque, mais cedo ou mais tarde, são obrigados a suspender suas operações ou voltam a recorrer às semânticas cultivadas à sua disposição.

Os sistemas interacionais que se caracterizam pela baixa probabilidade de ocorrências predeterminadas e pelo fato de conter poucos elementos obrigatórios mostram uma preferência para a flexibilidade e a espontaneidade das suas operações. Todavia, é certo que, em determinadas situações informais, essas qualidades são tão esperadas como a previsibilidade e a força coerciva das expectativas estruturais em situações mais formais. Voltando ao assunto dos **gêneros**, sabe-se, então, que essas unidades servem para identificar e estabelecer as configurações contextuais de diferentes conjuntos de eventos sociais. De fato, cada gênero é ligado a um potencial semântico específico que permite fazer predições sobre a ocorrência de certos elementos textuais. Reunindo essas duas linhas de pensamento, convém afirmar que os gêneros assumem, em conversas espontâneas, a função de produzir expectativas sobre o decorrer das interações; pois, quando a escassez de semânticas cultivadas e a falta de reconstituições de subsistemas sociais aumentam o risco de uma crise de legitimação ou dificultam a conexibilidade das operações sistêmicas, aparecem os gêneros como um dos recursos mais importantes que o sistema interacional possa encontrar para garantir a sua continuidade.

6.12 Considerações finais

Para concluir nossas considerações sobre sistemas autopoieticos, convém ressaltar que o conceito da **reprodução interativa do contexto** explica como é possível em sistemas interacionais autorreferenciais e fechados operacionalmente fazer conexões com aspectos da realidade social que não estão ligados à interação. A ideia da autodeterminação do sistema interacional sugere que, diante a complexidade dos aspectos pessoais, temporais, espaciais e sociais do ambiente, a reprodução das possibilidades de conexão implica, inevitavelmente, num processo seletivo entre as referências potenciais. Perceber a interação entre pessoas copresentes numa situação comunicativa como um sistema autônomo não significa querer excluir a possibilidade de organizar a reentrada dos aspectos contextuais por meio de diferentes formas de sentido. Muito pelo contrário, nomeadamente, as categorias da pessoa e do papel social, das semânticas cultivadas, dos temas socialmente elaborados, dos valores culturais, da metacomunicação e dos gêneros comunicativos permitem uma reconstrução seletiva da sociedade pela interação. Dessa forma, é de se pressupor que se inicia, com cada interação, um processo de observação que separa, do ruído do ambiente, as três seleções essenciais de toda comunicação: a saber, a informação, o ato comunicativo e a compreensão.

A comunicação que resulta dessas seleções reconstitui, interativamente, os aspectos relevantes dos sistemas psíquicos e sociais no seu meio ambiente. Quanto ao uso da língua em interações face a face, convém mencionar, antes de tudo, o sistema de referências pessoais que é usado para realizar os aspectos intencionais, cognitivos e emocionais das **autodeterminações psíquicas**. Em seguida, observa-se a sociedade fixa suas estruturas, também, pela determinação dos **papeis sociais** que geram expectativas com relação ao comportamento interacional dos seus portadores. As **semânticas cultivadas**, por sua vez, servem para efetuar a reconstituição interativa dos diferentes subsistemas sociais. O estoque de **temas socialmente elaborados**, então, contribui na coerência das interações, oferecendo uma ordem estrutural que delimita as escolhas interacionais e, desse modo, facilita a concatenação das contribuições. Mais ainda, o consenso sobre os **valores culturais** garante uma compreensão preliminar dos assuntos que ultrapassa os contextos individuais. Outrossim, a **metacomunicação** permite tematizar o próprio processo interacional e, desse modo, facilita autodescrições do sistema interacional e a correção de mal-entendimentos ou distúrbios comunicativos.

Os **gêneros comunicativos** (LUCKMANN, 1992), enfim, representam “um fenômeno de reconhecimento psicossocial” (BAZERMAN, 2005, p. 31) que facilita a coordenação das interações e cria ordem e compreensibilidade, especialmente em comunicações que se caracterizam pela flexibilidade e espontaneidade das suas operações.

7 O gênero fofoca : uma indiscrição discreta

Nec me ulla res delectabit, licet sit eximia et salutaris, quam mihi uni sciturus sum.¹

Seneca Lucilio suo salutem; epistula VI,4

Quem investiga as circunstâncias nas quais ocorrem as fofocas e tenta discutir, imparcialmente, as consequências que essa prática comunicativa tem para os indivíduos envolvidos e para a sociedade como um todo, reconhece, logo, que os mexericos podem nos ensinar muito sobre a vida social e sobre o conhecimento e as implicações morais que advêm de certas formas complexas e sutis do comportamento humano. Desse modo, o estudo da fofoca nos leva a identificação das nossas crenças e convicções com relação à **constituição moral das pessoas** e nos faz ver o significado que, pelo ponto de vista do bem e do mal, é atribuído ao comportamento humano, nas mais diversas situações sociais. O mexerico, portanto, é um objeto ideal de estudo para descobrir as origens do nosso conhecimento corriqueiro sobre o valor moral e a identidade social das pessoas. De fato, na medida em que a bisbilhotice pode revelar como as pessoas fazem sentido do seu “mundo da vida” (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1975 e 1984), é apropriado, até, dizer que esse gênero tão polêmico representa uma pedra fundamental da epistemologia e, como tal, pode contribuir na explicação dos condicionamentos históricos, sociais e linguísticos do conhecimento humano.

7.1 A importância da contextualização do mexerico

Para fofocar as pessoas têm que compartilhar os mesmos valores e conhecer a terceira pessoa ausente cujo caráter ou comportamento, supostamente, contradiz esses valores. O mexerico, então, marca o limite entre estes que fazem parte de um grupo e aqueles que não. Uma vez que fofocar é uma atividade de linguagem socialmente prescrita, seu exercício representa um ato de ameaça à face dos seus participantes (GOFFMAN, 1967). Por conseguinte, é razoável dizer: quem participa numa fofoca demonstra ter a confiança que seus interlocutores tenham consideração com a autoimagem dos fofoqueiros e empenham esforços para salvar

¹ Nada me encanta, por mais que seja sem igual e proveitoso, se hei de sabe-lo sozinho (SENECA, 2007).

e proteger tanto a própria face quanto a do seu parceiro. Compartilhar segredinhos através de uma fofoca, por conseguinte, estabelece ou reafirma um perímetro de segurança em torno dos membros do grupo. Enquanto um *outsider* sentir-se-á excluído quando perceber que sua chegada faz os fofoqueiros “mudarem de assunto”, um *insider*, imediatamente, sentir-se-á à vontade quando perceber que sua participação desinibida na bisbilhotice fortalece a coesão do grupo. O mexerico, dizem Levin e Arluke (1987, p. 25) é “o aglutinante que une os membros de um grupo pela experiência de intimidade e integração”.

Essas primeiras observações sobre a utilidade social e psicológica dos mexericos já dão a entender que a identificação e compreensão de uma fofoca exigem um bom **conhecimento do contexto sócio-histórico e situacional**. De fato, diante das sutilezas e da mutabilidade do gênero, um observador bisbilhoteiro, dificilmente, pode identificar a encenação de uma fofoca se não for capaz de avaliar seu encaixamento numa determinada situação comunicativa. Um comentário negativo que soa como uma fofoca, talvez, seja inspirado, na verdade, por motivos louváveis; por exemplo, pode ser um reflexo da preocupação com a segurança ou a saúde de um amigo. Da mesma forma, é bem possível que a atenção que se dá à vida de uma pessoa ausente tenha nada a ver com um interesse autêntico no seu bem-estar: o falante pode ser totalmente absorvido pela conversação e não ter outras intenções do que explorar o assunto e trocar opiniões; por outras palavras, a conversação, nesse caso, não visa qualquer propósito prático e é estimulada, meramente, pela fascinação que pode provocar a variação do comportamento humano em situações comuns. Além disso, pode-se imaginar também que o mesmo falante seja motivado por motivos torpes ou por pura malícia e que suas palavras solidárias e preocupações sejam uma expressão dissimulada do seu cinismo, ou seja, um escárnio velado, proferido nas costas da vítima. Finalmente, já aconteceu também que um mexerico se transformou em benefício comum, apesar de ter efeitos deploráveis na vida de um indivíduo e apesar de ter sua origem, claramente, no desejo de manipular os outros ou destruir a reputação de alguém (SOUSA, 1994, p. 27).

O que se conclui, então, é que a diferença entre uma fofoca e uma verdadeira expressão de solidariedade é, antes de tudo, uma questão do foco de

interesse, ou seja, da atitude e da intenção dos participantes. Para poder reconhecer esse interesse e para poder reconstruir essa atitude e essa intenção é necessário ter conhecimento do **contexto relevante**. Além disso, para poder compreender a produção de fofocas em contextos reais, recomenda-se partir de uma definição da fofoca que seja neutra em termos morais. Como veremos mais adiante, a maioria das abordagens atuais cumpre essa meta. Quanto às nossas intenções, não pretendemos acrescentar ao conjunto grande de propostas já apresentadas mais uma definição “final” do mexerico; em vez disso, estabeleceremos um quadro teórico multidisciplinar cujos conceitos essenciais servirão de base à nossa análise². Por agora, daremos continuação as nossas reflexões, concentrando-nos ao seguinte exemplo de uma fofoca divina.

Imaginemos: **Dionísio** e **Mercúrio**, dois olímpicos superdotados, estão conversando num bar no Elísio e o primeiro pergunta: “Onde está aquele Anquises hoje?” O segundo responde sorridente: “Ele tem outra consulta com seu oftalmologista”. Evidentemente, trata-se de uma informação relevante sobre uma pessoa ausente e ninguém interpretaria esse conteúdo inocente como uma fofoca se não soubesse que os dois interlocutores são amantes ciumentos da Vênus e que o terceiro (que é o pai do herói Enéas) já namorou aquela divina mulher e lhe prometera manter a discrição apropriada a uma aventura amorosa tão delicada. Todavia, o infeliz, como se sabe, não conseguiu manter seu bico fechado e, bebendo numa taverna troiana, cochichou no ouvido dos seus companheiros que tinha visto, sem uma peça de roupa, o corpo da mulher mais perfeita do universo, “linda, gostosa, sensual, inteligente, falando coisas fofinhas, é minha, só minha, toda minha!” A deusa enfurecida não gostou de ver esse bípede petulante se gabar da sua conquista e mandou dois enxames de abelhas para cegarem os olhos do bisbilhoteiro. Sabendo disso, entendemos, agora, a indireta sobre “o oftalmologista”: obviamente, a observação lacônica implica uma avaliação maldosa da vida amorosa de Anquises. Na resposta de Mercúrio, trata-se, então, de um convite para fofocar.

² Seguiremos aqui um conselho de Evans (2001, p. 147-148, *apud* DE BACKER, 2005, p. 13) que constata: “A maioria dos livros introdutórios começa com uma definição, mas eu prefiro deixar essas coisas para o fim, onde podem causar menos danos. Definições são úteis para resolver disputas, mas elas podem tornar-se facilmente camisas de força intelectuais, procurando convencer as pessoas da crença incorreta que as palavras tem significados fixos ou essenciais que deveriam ser defendidos contra a corrente de mudança cultural e o progresso científico.”

Voltamos nossa atenção, agora, para a corte do rei Ptolemeu IV. no Egito helenístico que está discutindo com a Comissão Real da Arte e Cultura os resultados do último concurso público para um pintor mestre que deve executar algumas obras importantes na Biblioteca Real. **Apeles de Éfeso** é o favorito da Comissão. Um conselheiro influente da Sua Majestade, sabendo dessa preferência, começa avaliar generosamente os talentos do candidato que está esperando na antessala. Ninguém chamaria isso de uma fofoca, apesar das semelhanças óbvias. Afinal, nesse contexto institucional, os especialistas competentes, antes de tomar uma decisão, têm o dever de discutir – *in absentia eius qui honorem petit*³ – o potencial artístico do candidato.

Contudo, imaginemos, agora, um deslize na conversação: o conselheiro fala da técnica superior do mestre e das obras já feitas por ele; em seguida, menciona a fama mundial do artista e relata alguns detalhes interessantes da sua biografia. A maioria dos membros da comissão acha que as alusões a certos episódios na vida de Apeles baseia-se apenas em mexericos de mulheres ciumentas, mas o relator insiste que seja **legítimo** o seu **interesse** na vida particular do candidato, já que todos tivessem a obrigação de preservar a reputação da coroa. Afinal, como se *ouve dizer*, o pintor nunca fez um segredo dos seus bons contatos com outras cortes, até com as inimigas. Também, não é preciso lembrar os ilustres presentes que a Biblioteca Real contém muitos documentos atraentes para traidores. Portanto, diante da preocupação comum com a segurança nacional, é importante perguntar se for conveniente contratar um vanguardista leviano e possível espião. Pode-se ouvir o silêncio na sala. Muitos sabem dos ressentimentos que o relator tem com Apeles e ninguém duvida que essa prova por título transformou-se em uma fofoca maldosa de uma pessoa invejosa que quer difamar um rival; mas o rei parece confiar nas palavras eloquentes do seu conselheiro e, depois de escutar outros patriotas da mesma índole, decide condenar Apeles à morte.

Sabemos que Apeles escapou por pouco à execução da sentença e, fortemente impressionado pelos acontecimentos mencionados, pintou um quadro monumental da figura mitológica da *Fama* que o ensaísta Luciano de Samosata

³ *in absentia eius qui honorem petit* = na ausência do candidato

(séc. II d.C.) descreve vividamente na sua obra “Contra a Difamação”. O quadro original perdeu-se há muito tempo, mas o mestre italiano **Sandro Botticelli** (1445-1510), inspirando-se na descrição de Luciano, pintou 1500 anos mais tarde sua versão (renascentista) da *Difamação de Apeles*, que hoje pode ser admirada na *Galleria degli Uffizi* em Florença na Itália. Mas voltando ao assunto, a pergunta mais urgente é: o que podemos aprender com a descrição dessas duas fofocas clássicas? No que se segue, apresentaremos algumas respostas que outros estudiosos deram.

Imagem 1: **A Difamação de Apeles (Sandro Botticelli)**



Fonte: *Galleria degli Uffizi*, Florença, Itália

7.2. A reputação da fofoca

A prática da fofoca parece ser **universal** (JAEGER *et al.*, 1994, p. 154; LEVIN e ARLIKE, 1987), tanto entre as culturas quanto entre os seus membros individuais. Até onde podemos ver, o costume de bisbilhotar é disseminado

mundialmente: pode variar conforme a época, o país, a profissão, o gênero⁴ ou a idade (BEN-ZE'EV, 1994, p. 20), mas, como hábito em si, é tão antigo como a humanidade (EMLER, 1994; DAVIS & MCLEOD, 2004) e tão corriqueiro como a curiosidade, o ciúme, a desconfiança e a mentira (DIETSCH, 1998; MCANDREW, 2004). De uma maneira ou outra, a maioria das pessoas – de ambos os gêneros – participa, mais ou menos regularmente, em mexericos e a maior parte delas, apesar de fofocar discretamente e de ser sensível às conotações negativas da palavra, não pensa duas vezes quando tem a oportunidade de criticar a vida alheia. Pode-se afirmar, por conseguinte, que, em todos os domínios sociais, há tagarelas que gostam de tesourar as pessoas e de dizer mal da vida alheia.

Podemos observar também, em qualquer grupo social, que os participantes põem seu ouvido à escuta assim que a conversação discorre sobre as qualidades ou o comportamento de conhecidos ausentes cujas atividades públicas e, especialmente, privadas são suspeitas de colidir com as regras da boa convivência. De fato, as **pessoas gastam bastante tempo**, trocando informações e comentários sobre si mesmas e sobre seus conhecidos. Como vários estudos demonstram (DUNBAR, 1996/1998; DUNBAR, MARRIOTT & DUNCAN, 1997; GOLDSMITH & BAXTER, 1996; SLADE, 1997), os atores sociais das mais diversas comunidades e esferas de vida costumam preencher uma parte considerável das suas interações cotidianas com uma participação ativa em “conversinhas de bastidores” sobre assuntos confidenciais, fazendo comentários (positivos e negativos) que especulam sobre a vida alheia e avaliando o modo como certas personagens do seu microcosmo social agem em áreas culturais significativas. Emler (*op. cit.*, p. 128-132) relata que várias pesquisas nos Estados Unidos chegaram à conclusão de que, dependendo da profissão e das preferências pessoais, os cidadãos americanos conversam entre seis e doze horas por dia. Conforme o autor, a maior parte dessas interações verbais é diádica, pode ser classificada como fática e ocorre entre pessoas que se conhecem bem. Quanto ao assunto atendido, é certo que oitenta até noventa per centos dessas conversas

⁴ O preconceito de que as mulheres fofocam mais do que os homens é um boato que não pode ser confirmado (MITSCHERLICH, 1973). De fato, a má fama da cultura oral feminina diz mais sobre o papel social das mulheres do que sobre as normas da interação verbal e o inventário comunicativo de uma sociedade (COLLINS, 1994). Sobre a relação entre fofoca e a reputação da mulher veja, por exemplo: Coates, 1989, 1991, 1993, 2000; Guendouzi, 2001; Leaper & Holliday, 1995; Saunders, 1994; e especialmente o trabalho seminal de Althans, 2000.

tratam de nomes particulares ou indivíduos conhecidos. Mais ou menos um terço dos temas que envolvem essas pessoas específicas focaliza os hábitos e disposições de terceiros que estão ausentes, mas conhecidos a ambos os interlocutores. De acordo com o autor, podemos concluir que a fofoca representa uma parte notável do inventário comunicativo da sociedade americana.

Querendo ou não, diante da **onipresença** do mexerico – diz-se que apenas os anjos não fofocam – todo novato num grupo de pessoas que já se conheciam precisa aprender, durante o processo da sua enculturação, a conviver da melhor maneira possível com situações em que um “fofoqueiro de plantão” figura como ator principal. De fato, ninguém gosta de ter sua vida “na boca das pessoas”, mas é certo também que – salvo poucas exceções – todo mundo já deu ouvidos àquele indivíduo que sempre sabe do último “furo” em primeiríssima mão. E quem, em seguida, ainda não se pegou passando para frente uma dessas notícias “quentíssimas”? A vida nos ensina, porém, que – para evitar desgaste na convivência social, que, junto com os momentos de harmonia, sempre traz uns de conflito também – é prudente saber que existem fofocas de vários tipos e para várias finalidades, desde a mais inocente até a mais perigosa.

Apesar da universalidade da fofoca, é difícil encontrar alguém que fala bem dela. Na **linguagem corrente**, costuma-se chamar de fofoca uma conversa na qual as novidades sobre os assuntos particulares de pessoas conhecidas são temperadas com os condimentos da “sem-vergonhice”, uma boa dose de sensacionalismo, mistério ou erotismo e uma pitada de humor e fantasia. Além disso, supõe-se que não seja costume, nesse gênero, ser demasiadamente moderado com a língua; ficar devendo os “detalhes sórdidos” ou ser parcimonioso, sem necessidade, com apelos oportunos que possam encorajar o bom-senso dos interlocutores. Enfim, é natural, também, esperar que a descrição das provocações morais seja comentada com avaliações subjetivas, soltadas por distração ou sussurradas, de propósito, nos ouvidos de interlocutores que, animados pelos mesmos sentimentos de indignação e de ofensa, estão famintos de saber sempre mais e mais.

A opinião pública, evidentemente, é desfavorável à reputação do mexerico. Levando em conta as características atribuídas geralmente ao gênero, essa maneira de pensar não é surpreendente visto que a moral da sociedade, desde sempre, reprova violações de privacidade e tentativas maliciosas de influenciar a reputação das pessoas. A convicção coletiva de que a fofoca sempre traz estragos para as relações sociais explica a origem das numerosas sanções sociais, preceitos religiosos e comentários parenéticos contra o gênero. Consta, no entanto, que o mexerico nunca cedeu à ameaça das numerosas punições sociais contra seus praticantes e floresce até mesmo nos solos mais pobres de nutrientes. Para dar um exemplo de sanções negativas previstas contra infratores da norma social que protege a privacidade dos membros de uma comunidade, recorreremos aqui a Levin & Arluke (1987, p. 3) que começam seu estudo sobre o mexerico com essa informação etnológica:

A fofoca tem uma reputação ruim na vila – se não no mundo inteiro. Entre os ashanti na África ocidental, um mexerico maldoso ou escandaloso contra o chefe da tribo é punido com uma incisão dos lábios do fofoqueiro.

Diante de punições tão draconianas, é claro que a resistência milenar do gênero fofoca deve ter sido favorecida também por propriedades positivas que não se limitam aos inegáveis elementos de distração e divertimento. Se os fofoqueiros – como faz presumir o senso comum – demonstram uma preferência clara para avaliar terceiros de modo pejorativo e degradante e se esse comportamento é passível de uma reprovação geral, resta saber quais são as **vantagens pessoais e coletivas** que garantem, a essa atividade de linguagem, sua popularidade impressionante?

Obviamente, as palavras *fofoca* e *mexerico* representam termos da vida cotidiana que transportam fortes conotações com respeito ao decoro dessas atividades comunicativas e à respeitabilidade dos seus portadores. Nosso “saber consuetudinário” (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1989) nos informa imediatamente que esse gênero discursivo, no fundo, trata de assuntos secundários e que há coisas mais formidáveis na vida do que dar seu ouvido às indiscrições de um fofoqueiro. Baseando-se na competência comunicativa (HYMES, 1964, 1972a, 1972b, 1974a, 1974b), é fácil identificar uma bisbilhotice e participar nela ou acusar alguém de ser um mexeriqueiro que divulga calúnias e outros tipos de malícias. Sabemos o que é

esperado e permitido como contribuição válida numa fofoca e somos capazes de avaliar o tipo de inferência que pode ser feita à base de uma indireta sutil. Mesmo assim, sabemos que chamar alguma coisa de fofoca e praticar a fofocagem em nosso dia-a-dia são duas coisas diferentes. Os falantes, obviamente, têm um **conhecimento substancial** que se manifesta no discurso e um **conhecimento processual** que representa a habilidade de fofocar⁵ (BERGMANN, 1987, p. 27).

Além disso, observa-se frequentemente que a palavra *fofoca* nem sequer ocorre quando as pessoas se dedicam a essa prática. Como lembra Bergmann (*ibid.*), não é comum e nem necessário que um indivíduo inicia uma intriga ou um mexerico com expressões metacomunicativas que convidam seus interlocutores a participar nesse “jogo de linguagem” (WITTGENSTEIN, 1971) considerado descortês ou incivil. Pelo contrário, a pergunta “O que importa a mim a vida dos outros?” é usada, muitas vezes, para disfarçar a intenção oposta. Também, é certo que nenhum fofoqueiro gosta de ser pego em flagrante. Se isso, de fato, ocorrer, observa-se que “os culpados” envergonham-se da sua suposta mesquinhez ou vilania, “calam-se consternados ou esforçam-se desesperadamente a encontrar outro assunto para conversar” (THIELE-DOHRMANN, 1995, p. 13). Obviamente, há uma **discrepância** entre a conversa sobre fofocas e a prática da fofoca que corresponde, conforme Bergmann (1987, p. 28) “a uma discrepância geral entre a proscrição pública e a prática privada da fofocagem”.

Na **opinião leiga**, o mexerico é identificado como uma atividade maliciosa que encontra as melhores condições de prosperar em ambientes sociais que se caracterizam pela busca de emoções triviais e de distração passageira e rasa, pelo cálculo utilitarista das relações sociais e de trabalho e pela superficialidade e volubilidade da expressão dos afetos. Além disso, todas as sociedades avaliam os fofoqueiros negativamente como pessoas que se preocupam excessivamente com coisas que, no fundo, não são do seu interesse. De acordo com o senso comum, a prática de bisbilhotar tem a fama de ser uma fonte pouco confiável de informações triviais e imprecisas; assim sendo, pertence ao domínio de cabeças ocas com pensamentos fúteis que têm sua motivação no desatino, no rancor ou na malícia de

⁵ Para exprimir essa distinção Ryle (1949) usa os termos “knowing that” e “knowing how”.

peças destrutivas que não se sentem constrangidas em violar a confiança dos seus próximos. Suspeita-se que os fofoqueiros sejam pecadores que divulguem calúnias e mentiras sobre seus conhecidos, provoquem escândalos e produzam discordâncias; enfim, sejam incômodos e nocivos para a vida em comum. Diante dessa reputação, não é de se admirar que a atitude individual para com a fofoca é bastante ambivalente.

Conforme Thiele-Dormann (1995, p. 11), podemos distinguir, nas entrevistas etnográficas, três grupos de sujeitos: o **primeiro** e mais numeroso grupo admite – sem apresentar desculpas ou fazer avaliações morais – que gosta de fofocar. A confissão alegre e provocativa “dá a impressão de uma fuga para frente; talvez, na suposição de que seria absurdo mentir, já que, um dia, seria inevitável ser pego numa fofoca; mas, talvez também, porque – com base na conclusão de fazer parte de uma comunidade imensa de fofoqueiros – se acredita que seria possível permitir-se uma confissão aberta” (*id. ibid.*). Os membros do **segundo** grupo, mais vacilantes, respondem que seria impossível escapar, totalmente, da prática onipresente da fofoca. “Nesse grupo observa-se um pouco de resistência contra a comunicação mexeriqueira, assim como um sentimento de vergonha por causa do interesse [ocasional] na indiscrição e um desconforto com a ideia de poder ser classificado como uma pessoa ‘superficial’” (*id. ibid.*). O **terceiro** e menor grupo “nega veementemente qualquer gosto pela bisbilhotice ou afirma, pelo menos, que não dá nunca ouvidos às fofocas” (*id. ibid.*). Todos os três grupos parecem ter uma ideia muito clara do que seja uma fofoca e sabem que o comportamento dos fofoqueiros se choca com o princípio ético de ser honesto e jogar com lealdade.

Levando tudo isso em consideração, sobressai que há, naturalmente, uma tensão entre a fofoca como ela é entendida pelo senso comum e como ela é concebida no domínio dos estudos científicos. Como já foi dito, várias vezes, no decorrer do presente trabalho, um pesquisador prudente deve aproximar-se do ecossistema das conversas cotidianas, trabalhando com uma **noção ampla das práticas sociais** que nele se materializam. No presente trabalho, portanto, não queremos deixar à margem das nossas considerações a interpretação cotidiana, intuitiva da fofoca como uma forma de interação derivada de assédio moral. Ao

contrário, sendo uma ideia do saber tradicional e popular, essa concepção reducionista representa um valioso pré-requisito teórico que pede uma explicação.

Quanto ao **conceito do mexerico**, isso significa que ele deve ser depurado de conotações moralizadoras e valores negativos que impossibilitam a percepção de um terreno fértil para estudos, pesquisas e conclusões surpreendentes. Ora, seria uma atitude radical e pouco realista acreditar que a agressividade indireta e a difamação do caráter da pessoa-alvo formam o objetivo principal do mexerico. Antes pelo contrário, é mais recomendável escolher um ponto de vista mais imparcial e dar uma importância maior ao fato de que o mexerico envolve a reprodução de códigos de conduta e de regras morais encaixadas em anedotas e histórias concretas. Nessa perspectiva, o mexerico aparece como um jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1995 [1953]) potencialmente poderoso e eficiente, que fortalece os laços sociais entre os interlocutores copresentes, contribuindo, simultaneamente, com a aquisição da epistemologia prática de uma comunidade. Ao ouvir sobre os infortúnios e “pecados” dos outros, os “recém-chegados” num grupo social podem se familiarizar, a baixos custos, com a realidade com que vão se defrontar e os já enculturados podem conscientizar-se novamente da validade de regras e sanções sociais para aprender a controlar e a compreender melhor as suas próprias vidas.

Folheando em alguns livros do **cânone literário e religioso**, descobre-se, logo, que os códigos tradicionais de moral (por exemplo: Confúcio, *O livro dos Ritos*; Provérbios (Pv, 20,19); Paulo (1Co, 15, 33); (Ef, 4,29); Carta do Jacobo (Jac, 3,2-11); Mateus (Mt, 7, 1-5); Halacha (30, 1-6)) condenam a prática da fofoca e sugerem várias formas de sanções para desestimulá-la. No que diz respeito às belas artes convém afirmar que a tradição literária sobre o tema não é muito rica, apesar de se encontrarem figuras muito ilustres entre os autores que comentam o assunto: Cícero, Juvenal, Catulo, Salústio, Horácio, Tácito, Suetônio, Santo Agostino, Tomás de Aquino, Martim Lutero, Shakespeare, Edmundo e Júlio de Gouncourt, Frederico Nietzsche e outros usam palavras pejorativas quando se referem ao hábito de fofocar; embora a maioria deles, mais ou menos frequentemente, fala de ouvir dizer e se refere a fatos que não viu pessoalmente ou que não tirou de uma fonte confiável. Entre as obras nas quais o mexerico tem um papel maior encontram-se,

por exemplo: na literatura grega e romana: Virgílio, *Eneida* (IV, 173-197); Ovídio, *Metamorfoses* (XII, 39 – 63); Plutarco, *Sobre o Bajulador e o Amigo*; Luciano de Samosata. *Contra a Difamação*; na literatura italiana: Pietro Aretino, *Conversas de Cortesãs*, 1525; na literatura inglesa: Geoffrey Chaucer, *The House of Fame*, 1382; Francis Bacon, *Essay of Fame*, 1601; John Boynton Priestley: *The Prince of Pleasure and His Regency*, 1970; Richard Brinsley Sheridan, *A School for Scandal*, 1909; na literatura alemã: Gotthold Ephraim Lessing, *Rettingen des Horaz*, 1754.

Dando prosseguimento a essa revisão bastante resumida, convém mencionar também: o que sobressai nos **trabalhos filosóficos** é que o mexerico é visto como o lado escuro da conversa, um comportamento indecente, semelhante à mentira. Não é de se admirar, então, que os teóricos marxistas, por exemplo, veem no mexerico “uma conversa alienada” (HELLER, 1978, p. 286 seg.) ou “o mais burguês de todos os fenômenos” (BENJAMIN, 1980/1986, p. 187). Bloch (1962, p. 25 seg.) afirma que “a fofoca rasteja a escada para cima e para baixo; ela mantém os seres humanos juntos ao separá-los”; e, enfim, representa “uma maneira estranha de ser infeliz”. Skinner (1972, p. 152; *apud* BERGMANN, 1987: 222), na sua sociedade ideal *Walden Two*, imagina um mundo sem agressões e sonha que a fofoca fosse extinta: “Foi difícil realizar isso, mas finalmente conseguimos”. E para citar mais um exemplo, na sua “Metafísica da maledicência”, Lanz (1936, p. 492 *apud* DE BACKER, 2005, p. 7) pretende comprovar a existência do diabo através da análise do mexerico:

Espero mostrar que o mexerico não é apenas uma fraqueza ridícula limitada principalmente à porção fútil do belo sexo, mas uma força social, um mecanismo intrincado pelo qual as forças organizadas do mal ganham acesso aos vários setores da vida humana. Na linguagem da teologia, que na sua concisão e no seu poder simbólico é superada apenas pela matemática pura, o mexerico pode apropriadamente ser chamado de uma das armas principais do Diabo no seu plano de governar o mundo.

Revisando as relevantes **pesquisas antropológicas**⁶ sobre o tema (por exemplo: ACHESON, 1988; ARNO, 1980; BARNOUW, 1950; BESNIER, 1989; BRENNEIS, 1984; COLSON, 1953; COX, 1970; ELLICKSON, 1991; GILMORE,

⁶ O interesse popular pelas fofocas nunca diminui, mas a pesquisa científica sobre o assunto parece ser cíclica. Adormecido durante longos períodos, o mexerico ainda não recebeu a atenção que merece. Atualmente, abstraindo-se de algumas exceções louváveis, a maioria dos antropólogos, sociólogos, psicólogos ou analistas do discurso é indiferente em relação à complexidade do assunto. Parece que muitos partem da ideia vaga de que a fofoca seja uma atividade tão duvidosa, repugnante, destrutiva ou trivial que seria uma perda de tempo estudar o assunto mais profundamente.

1978; HANDELMAN, 1973; HANNERZ, 1967; HAVILAND, 1977; HERSKOVITS, 1937, 1947; KNIFFIN e WILSON, 1998; LEE, 1990; MCPHERSON, 1991; MITCHELL, 1956; PAINE, 1967, 1968; SZWED, 1966), descobre-se que, provavelmente, todas as culturas desaprovam, em termos morais, a tagarelice imoderada e a difamação maliciosa. De um amaneira geral, o mexerico é encarado com maus olhos, prescrito explicitamente e combatido pelas autoridades morais, mas, ao mesmo tempo, ele é praticado diariamente em inúmeras conversações.

Terminando essa discussão sobre a reputação da fofoca, vale dizer: a **história** da humanidade mostra que a prescrição da fofocada produziu raramente consequências sérias para a continuação dessa atividade oral (cf. especialmente: ALTHANS, 2000; THIELE-DORMANN, 1995). Em todas as épocas e culturas, as normas de bom costume deram a esse gênero comunicativo o mesmo destino: o mexerico é tratado como um primo mesquinho da conversa legítima ou do colóquio que se aprofundam discursivamente nos seus objetos; é melhor não falar muito desse parente indiscreto e não cultivar relações com ele. Em vez disso, é preciso acautelar-se e advertir os outros das possíveis inconveniências. Apesar desse desprezo público, é inegável que a fofoca floresce livremente nas esferas privada e profissional do cotidiano e pode ser considerada uma parte da nossa “forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1971). Em suma, afirmamos, portanto: a fofoca, certamente, pertence a uma arena de linguagem em que alguns dos mais interessantes temas da vida social podem ser desemaranhados. Ao mesmo tempo em que mostra a sociedade em nível dos indivíduos, ela deixa transparecer como essa sociedade se traduz na vida deles; além disso, é ilustrativo, também, de certos processos sociodiscursivos os quais são determinados pelas pressões das macroestruturas sociais, mas, ao mesmo tempo, reconstroem continuamente as práticas e os valores da sociedade. Posto isso, a produção discursiva da moral no gênero mexerico representa um objeto privilegiado de análise científica qualitativa.

7.3 As abordagens funcionais e estratégicas à fofoca

Ao contrário das interpretações mais filosóficas, os trabalhos psicológicos, sociológicos e etnológicos, de uma maneira geral, realçam os aspectos positivos da

fofoca. A maioria dessas disciplinas interessa-se pela motivação atrás das fofocas e pergunta porque as pessoas relatam novidades duvidosas ou informações que envolvem, de forma dissimulada ou abertamente, repreensões morais? De uma maneira geral, há **duas abordagens teóricas** que são aplicadas nesses estudos sobre a fofoca: nomeadamente, a abordagem **funcional** e a abordagem **estratégica**.

A primeira linha de pesquisa investiga em que sentido o mexerico assume uma ou várias **funções para o sistema social** (COLSON, 1953; HAVILAND, 1977; SABINI e SILVER, 1978). É comum lê-se nessas fontes que o mexerico, independente das justificativas individuais, representa um catalisador de importantes processos sociais. Diz-se que ele serve tanto para o controle dos hábitos coletivos quanto para a garantia da estabilidade emocional dos indivíduos. Além disso, acredita-se que a fofoca garante a distribuição rápida de informações e de valores sociais e, deste modo, conserva a ordem social e fortalece a coesão das comunidades. Outrossim, a fofoca faz uma contribuição valiosa na socialização. Além do mais, acredita-se que o mexerico facilita o conhecimento de si próprio e a autoavaliação dos fofoqueiros ao fornecer uma base para comparações sociais. Desse modo, vale dizer que “aprender sobre os outros ajuda-nos a compreender nossa própria situação” (GOODMAN, 1994, p. 7). Afirma-se, também, que a fofoca tenha uma função catártica: ela representa uma forma de realizar os desejos e de controlar controvérsias. Enfim, não faltam pesquisas que se ocupam do efeito de poder, afirmando a importância da fofoca na escolha de líderes e na consolidação de decisões éticas.

Ao contrário dos funcionalistas, os estudiosos reunidos sob a rotula de “**teorias estratégicas**” colocam o interesse individual no centro das suas considerações. “Quem fofoca é o indivíduo e não a comunidade” diz Paine (1967, p. 280 seg.) e defende a opinião de que a fofoca serve, antes de tudo, aos objetivos pessoais dos interlocutores. Dentro da abordagem estratégica, desenvolveram-se **três correntes** principais; a saber: uma perspectiva **transacional** (PAINE, 1967), um modelo baseado na **teoria dos conflitos** (DAHRENDORF, 1958) e uma interpretação com base na **teoria das trocas** (BLAU, 1987).

Na **perspectiva transacional**, os mexericos representam um poderoso instrumento social para canalizar o fluxo de informações. A fofoca envolve o uso estratégico de conhecimentos para proteger a posição social, para ganhar prestígio em situações de competição e para manipular os outros em relação às suas dúvidas sobre as habilidades e qualidades dos outros membros de uma comunidade. Conforme Paine (1967, p. 283), sempre há novidades que gostaríamos de transmitir a alguém; mas os custos sociais para divulgar esse tipo de informações publicamente seriam altos demais; por isso, recomenda-se recorrer aos mexericos e garantir que essas informações passam furtivamente de uma pessoa para outra; permanecendo sempre dentro de um círculo fechado de pessoas confiáveis.

Assumindo o ponto de vista da **teoria dos conflitos** (COLLINS, 2004; COSER, 1964), Cox (1970) procura nas fofocas as estratégias políticas pelas quais grupos inteiros querem denegrir conscientemente a imagem dos seus adversários. Partindo do **modelo econômico** da teoria das trocas (BLAU, 1963), Rosnow (1977) focaliza os valores que são recebidos em troca pela informação. De acordo com Medini & Rosenberg (1976) e Suls (1977), a maior contribuição dos mexericos é ensinar aos indivíduos como possam comparar-se aos outros. “A fofoca fornece aos indivíduos um meio para julgar suas próprias ações e habilidades. Além disso, focar sobre terceiros diminui o constrangimento que as pessoas sentem quando têm que perguntar diretamente por uma informação” (FINE, 1985, p. 227).

Voltando ao assunto da **abordagem funcional**, vale dizer que os antropólogos acreditaram, durante muito tempo que a fofoca deve ser definida de acordo com o papel que esse gênero assume na organização social de uma comunidade. Autores como Gluckmann (1963) e Handelman (1973) observam que é preciso ter a competência de um *insider* para poder participar numa fofoca; além disso, é comum que muitas fofocas se dirigem contra os *outsider* e, desse modo, servem para estabelecer e confirmar as normas sociais de uma determinada comunidade comunicativa. Para esses pesquisadores, então, o mexerico é, antes de tudo, uma ferramenta comunicativa para manter e fortalecer a coesão interna de um grupo e ressaltar os limites entre os *insider* e os *outsider* de um grupo.

Em todas as sociedades, o comportamento dos mexeriqueiros constitui um jogo comunicativo controlado culturalmente, com suas próprias regras e funções sociais (GLUCKMANN, 1963, p. 311). Keppler (1987, p. 298) lembra que a **competência** necessária para poder participar nesse jogo é adquirida durante a socialização primária e secundária como parte de uma prática interpretativa que permite os membros de uma comunidade a agir como seres sociais. Para ser aceito como *insider*, um principiante tem que ser capaz, entre outras coisas, de participar ativamente nas fofocas que os membros competentes do grupo produzem. Mais concretamente: um fofoqueiro hábil tem que conhecer tanto as normas e os valores culturais do grupo em questão quanto o contexto histórico e social dos diferentes membros do grupo; além disso, é preciso dominar as técnicas verbais e não verbais que caracterizam uma boa representação desse gênero comunicativo. Cumpridas essas condições prévias, o mexeriqueiro pode contar, talvez, com o consentimento dos outros em participar na luta incessante de provar seus próprios méritos e demonstrar as falhas dos outros. Tudo isso mostra que a fofoca tem, na realidade cotidiana, um papel importante na aprendizagem cultural em relação à interpretação das normas comuns (AYIM, 1994; BAUMEISTER, ZHANG & VOHS, 2004; LAING, 1993).

A tendência de se alastrar apenas em **círculos fechados** é um traço essencial dos mexericos. Falando “cá entre nós” e “sussurrando no pé do ouvido”, as informações confidenciais, geralmente, passam apenas de uma pessoa conhecida para outra. Isso significa que os participantes de uma fofoca têm uma história em comum e compartilham valores e interesses semelhantes. Já que um *outsider* não tem o privilégio de fofocar, podemos inferir o seguinte: o fato de ser admitido como participante em bisbilhotices é um sinal seguro de que os esforços de adquirir a necessária competência pragmática estão a resultar (GLUCKMANN, *op.cit.*, p. 313). O direito de fofocar sobre pessoas conhecidas, diz Gluckmann (1963, p. 308), “é um privilégio que se dá quando uma pessoa está aceita como membro de um grupo ou uma comunidade. Ele é uma marca da aprovação. O direito de fofocar serve, portanto, para separar um determinado grupo de outro”. Isso explica porque não se pode fofocar com desconhecidos sobre os assuntos de colegas, amigos ou familiares. Também lança luz nova sobre por que um novato, a partir desse

momento, tem a obrigação de participar das fofocas se não quer deixar a impressão de que não goste de participar desse círculo fechado:

Por isso é um sinal de boa educação fofocar com seus pares sobre seus melhores amigos, embora se trate, também, dos melhores amigos deles, mas é uma falta de educação – o que equivale a uma sentença moral e, portanto, a uma sanção – contar a estrangeiros, estórias desagradáveis sobre seus melhores amigos (GLUCKMANN, 1963, p. 313).

Conforme Gluckmann (1963, p. 309), é de se esperar que, com um aumento da exclusividade, cresce também a quantia de fofocas encontrada nos diversos grupos de uma sociedade. O autor explica que há **três tipos de comunidades** que comprovam essa hipótese: primeiramente, os **grupos profissionais** altamente organizados, como advogados, médicos ou professores, que misturam, nas suas discussões informais, os argumentos técnicos com fatos pessoais de uma maneira tão dissimulada que os novatos mal conseguem perceber, no meio do jargão técnico, o escárnio e as indiretas contra os colegas e competidores; em segundo lugar, os **grupos de alto status social** que se baseiam, em parte, na tradição familiar; esses grupos usam a fofoca como arma para demonstrar seu desprezo aos excluídos que não dispõem de uma linha adequada de ancestrais; e finalmente, os grupos que impõem exclusividade por representarem **minorias** ou por serem isolados pelo lugar ou por que se distinguem por outro critério que seus membros não podem superar; nesse tipo de comunidade, a prática de fofocar não é, simplesmente, um reflexo das agressões dentro do grupo; mas deve ser vista como um traço importante da comunicação que se realiza entre os membros do grupo. Em todas as comunidades mencionadas, o controle social exercido pelas fofocas tem a tendência de manter os membros do grupo dentro dos limites do conjunto de valores e relações sociais que os distinguem das outras comunidades no seu redor.

No que se segue, resumiremos um estudo exemplar dessa corrente funcionalista: Colson (1953) descreve como uma **tribo de índios** estadunidenses forma uma comunidade feliz e unida de incorrigíveis fofoqueiros e intrigantes que lutam constantemente contra a predominância da cultura branca para dar ênfase a sua identidade tribal e seus interesses comuns. A autora mostra que os mexericos corroboram virtudes importantes como o sentimento de consciência de grupo e a

vivência do código ético da comunidade. Além disso, as fofocas permitem um controle efetivo das ambições individuais e das facções tribais em competição e facilitam a escolha dos líderes. As divergências e brigas internas pelo status e prestígio, assim como os esforços de manter os outros no seu devido lugar produzem um sistema desconcertante de classes sociais que, apesar dos seus efeitos destrutivos, “mantém a aldeia como aldeia e a protege de se tornar um mero conjunto de casas” (GLUCKMANN, 1963, p. 313).

Enquanto a tribo mantém, para fora, sua demonstração ostensiva de amizade, harmonia e solidariedade, observa-se que as intrigas, fofocas e escândalos internos servem para **afirmar os valores morais** e para regulamentar as sanções em resposta a sua violação; as bisbilhotices mantêm viva a história comum dos indivíduos e garantem, desse modo, sua sobrevivência como grupo com uma identidade própria. De fato, a produção de fofocas obriga os indivíduos a dissimular a malícia e usar armas aceitas convencionalmente para decidir suas disputas. Do outro lado, é certo, também, que o uso excessivo ou indevido dessas armas têm consequências sérias, uma vez que os fofoqueiros muito perniciosos ou os que revelam segredos a pessoas não autorizadas podem ser cortadas da rede de comunicação. O mexerico, então, é uma arma perigosa que oferece meios para manipular a reputação dos outros, mas que traz riscos, também, para seu portador se ele usa essa arma de maneira desajeitada ou pouco hábil e se seus interesses próprios são, demasiadamente, evidentes. A utilidade social da fofoca, no entanto, transcende todos esses cálculos individuais.

Na perspectiva da abordagem funcionalista, existem, ainda, outros aspectos que fazem da fofoca uma **atividade socialmente importante**. Diz-se, por exemplo, que a fofoca funciona como um instrumento de controle social, pois muitas pessoas – quando temem tornar-se alvo de sanções sociais – desistem de afastar-se longe demais dos padrões coletivos (BEN-ZE'EV, 1994, p. 23); além disso, é de se pressupor que uma avaliação certa dos talentos, do comportamento e do caráter das pessoas facilita a escolha de líderes responsáveis e competentes (GLUCKMANN, 1963); também é certo que os mexeriqueiros, ao falar de transgressões morais, fornecem exemplos ou ilustrações concretas para abstratos princípios morais que, na vida real, podem ser compreendidos apenas com muitas

dificuldades (SABINI & SILVER, 1982); e finalmente, afirma-se que as fofocas oferecem aos membros menos privilegiados de uma comunidade, uma válvula legítima de escape para suas frustrações e agressões (SOUSA, 1994; SPACKS, 1985). Se essas hipóteses forem certas, pode-se concluir que a fofoca, provavelmente, não é nenhuma atividade virtuosa, mas viciosa também não é (BENZE'EV, 1994, p. 24).

Voltaremos, agora, nossa atenção para a **abordagem estratégica** à fofoca. Os representantes dessa corrente preferem ver o mexerico como um gênero comunicativo que serve para a realização de interesses pessoais – muitas vezes, aos custos de um terceiro ausente. Yerkovitch (1977, p. 192), por exemplo, ressalta que – independente da posição que um indivíduo ocupa numa rede comunicativa – todo mexerico envolve a disseminação de informações para manipular as impressões que os participantes têm um do outro e de um conhecido comum. Além disso, é igualmente importante buscar novidades para manter-se informado sobre as atividades dos outros e para poder comparar o próprio prestígio com a reputação dos outros.

De fato, uma fofoca consiste, em geral, de um **relato de notícias**, mais ou menos autênticas, sobre assuntos particulares de pessoas atualmente ausentes, mas conhecidos aos interlocutores presentes. Assim sendo, a prática de fofocar exige a habilidade de trabalhar junto, em pequenos círculos confidenciais, para reunir anedotas, opiniões e perspectivas a fim de poder tirar, de uma maneira informal e abduativa, conclusões morais sobre o caráter e o comportamento dos outros membros de uma rede comunicativa (PAINE, 1967). As **avaliações morais** podem fazer parte de uma atividade lúdica, um passa-tempo que visa o prazer de cultivar amizades, mas podem, também, servir para proteger interesses próprios, competir por um status mais alto e ridicularizar ou humilhar os oponentes sem expor-se aos perigos de um pronunciamento público.

Dito isso, é claro que as fofocas representam um gênero ambivalente que, ao lado de uma forma prototípica, permite muitas variações; mas, seja por interesse individual, seja por mera diversão, o fato de ser entre os primeiros que sabem de uma novidade “escandalosa” sobre a vida particular de um conhecido comum faz

parte do prazer e da motivação de toda fofoca. Uma vez que o conhecimento de interessantes informações pessoais depende de bons contatos sociais e do acesso aos assuntos particulares dos outros, é inevitável que a revelação de detalhes confidenciais aumenta a autoestima, o prestígio e o poder, isto é, o **capital social** do narrador; muitas vezes, aos custos da reputação de outros membros da comunidade (GUENDOUZI, 2001). O desejo (consciente ou inconsciente) de demonstrar seu acesso a boas fontes de informações, de aparecer a par das últimas novidades e de exprimir suas atitudes diante dos papéis sociais dos outros é uma verdadeira força motora das fofocas.

O que faz de um mexerico uma conversa interessante é a discrepância entre a reputação de uma pessoa e seu comportamento desviante em relação aos valores normativos da comunidade. Logo, uma condição prévia das fofocas encontra-se no fato de existir uma tensão entre o mundo secreto da vida privada e o mundo aberto das manifestações públicas. Brotando no espaço intermédio entre essas **duas esferas da vida cotidiana**, o mexerico afirma basear-se em sólidos padrões de argumentação e relatos de testemunhas oculares, mas, inegavelmente, pode fazer parte dessa prática comunicativa que os comentários sobre as qualidades pessoais ou a conduta das pessoas incluem repreensões ou, até, calúnias e difamações que se baseiam em aversões pessoais ou rivalidades entre os membros de uma rede comunicativa. De fato, a ideia de que fazer elogios ou cumprimentar as pessoas, *in absentia*, pudesse equivaler a uma fofoca contrária, certamente, a percepção que temos do gênero (THOMAS, 1994, p. 48; HOLLAND, 1996, p. 198).

Os mexeriqueiros querem ganhar a atenção e a aprovação dos seus interlocutores pela descrição e avaliação pejorativa do comportamento dos protagonistas ausentes. A **quebra da confiança** de conhecidos ou pessoas amigas e a invasão da sua privacidade, então, pertencem tanto ao gênero quanto a cautela de proteger-se de ouvintes inoportunos ou da perda da face (GOFFMAN, 1955). Na competição pelo capital social e pela afirmação da própria imagem identitária, a intenção de inverter a gangorra a nosso favor, provavelmente, é entre os principais

motivos para falar pelas costas de pessoas conhecidas⁷. Todavia, é importante fazer uma ressalva aqui, dizendo que a traição do mexeriqueiro é sempre relativa na medida em que a divulgação permanece delimitada ao círculo fechado dos confidentes. A fofoca é um gênero altamente colaborativo e sua produção depende da participação ativa dos interlocutores. As ameaças implícitas à face dos fofoqueiros e o risco de ser rotulado como “intrigante” ou “caluniador” exigem discrição e cautela. Concordamos, portanto, com Bergmann (1987), que define o mexerico como uma “indiscrição discreta”.

Estudos empíricos (JAEGER, SKLEDER, RIND & ROSNOW 1994; LEVIN e ARLUKE, 1985, 1987) mostram que os fofoqueiros são pessoas mais ativas socialmente; logo, são vistas, pelos pesquisadores, como **multiplicadores de opiniões** e centros dos grupos e redes de comunicação. Emler (1994, p. 134) dá apoio a essa avaliação positiva dos mexeriqueiros e ressalta que “quanto mais pormenorizado é nosso conhecimento sobre a reputação dos outros, melhor é o a adaptação à economia informal da vida”. Conforme o autor (*id. ibid.*), uma pessoa que fofoca extensivamente e se mantém informada não pode ser enganada, facilmente, porque pode basear suas decisões nas mais variadas informações sobre o caráter dos outros⁸. Ben-Ze’ev (1994, p. 19), enfim, também afirma que os típicos mexeriqueiros são “pessoas inteligentes, com uma boa memória e com a habilidade de perceber quando há ligações entre eventos”, enquanto os não fofoqueiros seriam pessoas incapazes de desenvolver uma grande empatia com as pessoas no seu redor. O mesmo autor diz:

Em oposição à sua reputação popular, a fofoca não se refere, principalmente, à difamação, à calúnia e à aniquilação do caráter. É mais fácil lembrar-se de uma informação negativa e, portanto, pode prevalecer a impressão ilusória da sua predominância. Em alguns casos, a fofoca, realmente, pode envolver informações exageradas e distorcidas, mas, de uma maneira geral, o mexerico não transmite, deliberadamente, informações falsas. Pelo contrário, às vezes, a fofoca é o único caminho para adquirir informações exatas e, muitas vezes, a fofoca é mais exata e mais completa do que a informação

⁷ Apesar do fato de que a fofoca, em comparação com a calúnia e a difamação, tem um caráter pouco nocivo, não há dúvidas que o mexerico pode ter consequências muito sérias quando é divulgado por pessoas que já estavam bem íntimas e que confiavam uma a outra sem restrições porque estavam convencidas que nada ia chegar aos ouvidos de pessoas não autorizadas.

⁸ No que diz respeito à credibilidade dos informantes, consta que são as próprias fofocas que criam o problema da confiabilidade das informações e, simultaneamente, oferecem um meio para sua solução: de acordo com Emler (1994, p. 133), basta fofocar mais, ou seja, beber em outras “fontes da verdade” para poder conferir as informações já recebidas e para formar, aos poucos, sua própria opinião sobre a reputação das pessoas envolvidas.

'oficial'. Embora seja verdade que a informação transmitida informalmente possa ser inexata, as novidades transmitidas pelas mídias também são. A fofoca não representa, essencialmente, uma atividade de contar mentiras e não há razão em condená-la moralmente com base nesse argumento. Se, de fato, a fofoca transmitisse, principalmente, informações falsas, a maioria das pessoas não estaria interessada nela (BEN-ZE'EV, 1994, p. 23).

Juntando essas breves observações, fica claro que esse gênero é um catalisador de processos sociais que facilita o controle social (SABINI & SILVER, 1982) e a estabilidade emocional dos integrantes de um pequeno grupo social (FINE & ROSNOW, 1978). Por meio dos mexericos é possível comunicar importantes informações de caráter pessoal ou íntima (COATES, 1989; COLLINS, 1994), divulgar valores morais e manter a ordem social (GLUCKMAN, 1963). A prática de fococar promove amizades (TANNEN, 1990), fortalece a união do grupo (KEIM 2001) e proporciona um meio para a socialização dos novatos (BLUM-KULKA, 2000). Além disso, facilita a compreensão da própria vida (BEN-ZE'EV, 1994) e a construção da imagem identitária (ROSENBAUM & SUBRIN, 1963), na medida em que oferece aos membros de um grupo, valiosas ocasiões para poderem comparar suas experiências, emoções e crenças individuais (MORREAL, 1994; SULLS, 1977). Também, constitui uma forma de realizar seus desejos, ganhar a atenção dos outros e elevar seu status social (LEVIN & ARLUKE, 1987). Mais ainda, ao revelar os erros dos outros, o mexeriqueiro beneficia a autoestima dos seus autores e satisfaz a curiosidade dos seus colaboradores (LEVIN & ARLUKE, 1987). Outrossim, a bisbilhotice pode assumir uma função catártica, ao livrar a alma de conflitos internos e paixões reprimidas (ROSNOW & FINE, 1976; MEDINI & ROSENBERG, 1976). E, para terminar, ela ajuda a controlar controvérsias, facilita a escolha dos líderes de respeito e contribui no exercício do poder (SOUSA, 1994). Em poucas palavras, ao promover o entretenimento, a influência e a troca de informações num ambiente de privacidade e proteção, (ROSNOW & GEORGOUDI, 1985), a fofoca, inegavelmente, assume importantes funções intra e interpessoais (JAEGER *et al.*, 1994) em todas as redes comunicativas.

Levando em conta todos esses aspectos menos óbvios aos olhos do senso comum, já se esboça, então, uma noção mais abrangente da fofoca que inclui também **funções positivas desse gênero comunicativo** como: sua capacidade de atender à necessidade humana de obter informações atuais sobre seu ambiente,

especialmente no que concerne à divulgação de informações valiosas via canais informais; seu potencial de beneficiar a autoavaliação e autovalorização dos interlocutores, facilitando-lhes a realização de comparações sociais úteis, sem expô-los ao risco de constrangimentos e confrontações diretas; seu poder de fortalecer os laços afetivos e as relações de amizade entre os interlocutores, proporcionando-lhes a experiência comum de momentos de confidencialidade e divertimento; sua importância para o fortalecimento da solidariedade coletiva, unindo os membros de um grupo através da confirmação de normas, valores e conhecimentos compartilhados; e seu papel como mecanismo eficiente de controle social e de proteção do grupo contra os chamados *free riders* que querem desfrutar dos bens coletivos sem terem pago nenhum custo para a sua obtenção.

Por outro lado, existem, inegavelmente, **aspectos negativos** que já justificaram, muitas vezes, a desaprovação dos mexericos. A crítica (HOLLAND, 1996) condena, especialmente, a divulgação não autorizada de conhecimentos incertos, meias verdades, malícias e difamações (TAYLOR, 1994). Diz-se que a fala sobre a vida particular dos outros é uma ameaça à integridade pessoal. Holland (1996, p. 204), por exemplo, ressalta que as fofocas contribuem numa cultura de censura informal que enfraquece a amizade e a confiança e impede o desenvolvimento de uma atitude de generosidade que possa levar as pessoas a sentirem prazer em fazer o bem do outro. Nessa perspectiva, as fofocas são um indício para uma falta de empatia e uma perda do sentido de proporções que podem ocasionar sérios prejuízos para todas as pessoas envolvidas.

Todavia, o julgamento negativo não se refere, apenas, às funções psicológicas individuais, mas também às consequências sociais da fofoca. Desse modo, Mitchell (1956, *apud* GLUCKMANN, 1963, p. 315), por exemplo, relata como, numa aldeia africana, a prática de fofocar é associada à bruxaria e o autor explica esse medo da tribo pela necessidade de manter o grupo unido. Conforme o autor, quando uma comunidade, apesar da sua tradição comum, não consegue mais defender a coesão tribal devido à expansão do grupo, observa-se, geralmente, que as fofocas e os rumores aceleram ainda mais o processo de segmentação ou desintegração. Reagindo contra essa ameaça, os caciques acusam os fofoqueiros de terem rompido, com suas bisbilhotices, a fronteira mágica que, até então, afastou

a bruxaria da aldeia. Conforme Mitchell (*id.ibid.*), os suspeitos dessa prática pudessem ser condenados à morte. Esse exemplo mostra porque as pessoas que procuram desacreditar os outros e enxovalhar seu nome correm perigo de prejudicar suas próprias relações sociais. Realmente, a situação descrita enquadra-se bem na expressão popular **o peixe morre pela boca**; pois, embora se pode suspeitar que haja bisbilhoteiros tão maldizentes que nem a si poupem e, mais ainda, que muitos deles costumem jogar a pedra e, depois, escondam a mão, o ditado não deixa dúvidas: uma vez conhecido como falador ou má-língua torna-se difícil recuperar a reputação e reconquistar a confiança dos outros (HEILMANN, 1973, p. 16).

Relendo as observações feitas acima, sobressai que a fofoca é um gênero muito ambíguo que tanto pode trazer **benefícios** quanto **malefícios** para uma comunidade e seus indivíduos. Por conseguinte, há autores que a definem como uma atividade prazerosa que tem seu valor intrínseco, já que, na sua forma prototípica, não quer alcançar propósitos externos (BEN-ZE'EV, 1994, p. 13); enquanto outros afirmam tratar-se de um tipo de comunicação verbal que tenha implicações morais e esteja associado, conceitualmente, aos motivos individuais atrás da trivialidade aparente (TAYLOR, 1994, p. 41-46). De um lado, pode se dizer que os mexericos são fundamentais para o funcionamento das comunidades humanas (EMLER, 1994, p. 117), do outro, fica claro, também, que podem ser usados para divulgar calúnias e inverdades, enganar os outros e prejudicar os oponentes (*op. cit.*, p. 133). Assim, pois, uns insistem em que os mexericos dão aos seus autores e colaboradores um prazer ilegítimo, uma vez que cultivam a amizade e satisfazem a curiosidade aos custos da reputação de um terceiro ausente; enquanto outros ressaltam que a bisbilhotice, assim como a dança, a leitura, o turismo e o sexo, são atividades que têm seus valores intrínsecos e não envolvem o cálculo de benefícios e custos; mas, quando vistas como realização de certas ambições podem tornar-se maliciosas. Discutindo a tensão entre essas duas interpretações possíveis, Ben-Ze'ev (1994, p. 24) chega à seguinte conclusão:

o fato de as fofocas excessivas e distorcidas serem perniciosas não quer dizer que a natureza da fofoca típica seja intrinsecamente maliciosa; justamente, assim, como o fato de ser nocivo comer excessivamente não implica que comer seja um mal intrínseco. Meu argumento é que o caso extremo, que muitas pessoas consideram ser o protótipo da fofoca, não é nem essencial e nem comum para a fofoca. Se for correta a minha hipótese de que a fofoca típica satisfaça necessidades básicas do ser humano e seja

inofensiva, seguir-se-á que a fofoca não pode ser muito mal pelo ponto de vista moral. Talvez, ela até possuía alguns valores morais positivos.

Para concluir, os mexericos, certamente, podem causar desconforto, prejudicar a boa convivência e a eficácia de uma coletividade ou até provocar males maiores, fazendo vítimas e deixando cicatrizes por muito tempo ou, na pior das hipóteses, arruinando para sempre o relacionamento das pessoas envolvidas. Todavia, **não existe só o lado ruim da fofoca**. Papos informais aproximam as pessoas, facilitam bastante o fluxo das informações e podem ser ótimas oportunidades para descobrir uma porção de coisas de verdadeiro interesse que estão acontecendo em nossa rede social de relacionamentos afetivos ou profissionais. Por conseguinte, estar atento aos acontecimentos nos bastidores e às informações “extraoficiais” não tem a ver necessariamente com maledicência. Ao contrário, pressuposto que os “fofoqueiros” seguem a regra de evitar mentiras, malvadezas e futilidades, “jogar conversa fora” pode ser uma atividade comunicativa divertida e muito útil para aprender a conviver bem com os mais diversos tipos de pessoas em nosso ambiente. Adquirir a competência comunicativa necessária para poder participar com êxito em fofocas pode até ser um ganho para o crescimento pessoal como membro de um agrupamento com interesses mútuos, pois, à proporção que se fazem avaliações normativas sobre a aparência, o caráter ou o comportamento das pessoas-alvos, ajudam-se a fortalecer a solidariedade entre os membros de um grupo e contribuem-se, ao mesmo tempo, para a construção de um acervo de conhecimentos coletivos, de valores culturais e de visões compartilhadas do mundo.

7.4. As origens evolucionárias da fofoca

Ao lado das correntes sociológicas e psicológico-sociais, desenvolveu-se, nos últimos anos um novo campo de pesquisa que estuda a fofoca numa perspectiva psicológico-evolucionária. A maioria desses trabalhos sobre a tendência humana de fofocar segue uma perspectiva que enfatiza a utilidade coletiva e comunitária que o mexerico tem, em facilitar o **controle social** na vida de pequenas comunidades (ACHESON, 1988; ELLICKSON, 1991; KNIFFIN & WILSON, 1998; MCPHERSON, 1991; WILSON *et al.*, 2000). Nesse ponto de vista, a fofoca é um

meio eficiente para lembrar os membros de um grupo como são importantes os valores e normas sociais e quais são as sanções para punir os transgressores (DUNBAR, 1996; KNIFFIN & WILSON, 1998). Acredita-se, até, que a bisbilhotice contribui na neutralização das ambições excessivas dos outros, ao produzir uma pressão social que desanima as pessoas interesseiras e traiçoeiras e encoraja os altruístas (BOEHM, 1997). Wilson *et al.* (2000), enfim, concluem que a fofoca representa, de um lado, uma forma de comportamento antissocial e serve, do outro, como meio para controlar esse mesmo comportamento antissocial.

De acordo com Dunbar (1996 e 2004), a fofoca é uma resposta a **pressões evolucionárias** que surgem em pequenos grupos cooperativos. Mais concretamente: o autor afirma que a competição pelos recursos naturais atinge tanto as relações entre os diferentes grupos quanto a convivência, dentro de um grupo particular, entre familiares, amigos, rivais e aliados estratégicos. A escassez das fontes de riquezas materiais e a luta pela distribuição e consumo de bens provocam problemas sociais de adaptação cuja solução depende da capacidade de prever e influenciar o comportamento dos outros (BARKOW, 1989). Visto que a fofoca ajuda a detectar quem lucra mais com o coletivo do que lhe devolve em troca, é oportuno dizer que o gênero teve um papel importante na evolução da inteligência humana e da vida social (KNIFFIN & WILSON, 1998).

Todavia, é evidente que, o mexerico pode ser visto, também numa perspectiva evolucionária, como uma **estratégia de manipulação**, escolhida por indivíduos para melhorar sua reputação, perseguir seus interesses pessoais e realizar seus objetivos aos custos dos outros (EMLER, 1994; SPACKS, 1985). Nesse caso, a fofoca deve ser considerada uma técnica para detectar a traição de aliados, para denegrir a reputação de rivais e para manipular os interlocutores com o fim de melhorar suas próprias chances de sucesso nas competições sociais (BARKOW, 1989).

Essa hipótese é confirmada, também, pelos resultados das **pesquisas psicológico-evolucionárias** de McAndrew, Bell e Garcia (no prelo) e McAndrew e Milenkovic (2002). Conforme os autores, os padrões de interesse observados em diferentes tipos de fofocas sobre diferentes tipos de pessoas, reproduzem,

claramente, os padrões que poderiam ser esperados se a fofoca fosse, em última análise, uma questão do status social e da maximização das chances reprodutivas. Mais concretamente: os pesquisadores realizaram dois experimentos com questionários para descobrir em quais circunstâncias os sujeitos da pesquisa demonstrassem um interesse maior em informações positivas e negativas sobre as pessoas socialmente relevantes para eles. Os diferentes tipos de novidades trataram de recursos financeiros, de atividades sexuais, de alianças estratégicas e de reputações individuais. As informações relatadas envolveram acontecimentos (fictícios) com os seguintes tipos de pessoas: rivais, companheiros, parentes, parceiros e pessoas hierarquicamente mais altas do que os sujeitos da pesquisa.

Analisando os dados provindo desses testes, os autores chegam a conclusão que as pessoas têm, de fato, o maior interesse em informações novas cujo conhecimento pode render **vantagens sociais**: com efeito, os 128 participantes gostaram de receber notícias negativas sobre concorrentes potenciais e pessoas hierarquicamente mais altas, assim como novidades positivas sobre seus aliados; do outro lado, é claro que tiveram um interesse muito menor em ouvir ou divulgar informações positivas sobre seus rivais e informações negativas sobre seus amigos e familiares. Uma vez que, em termos evolucionários, a maior concorrência dentro de um grupo ocorre entre pessoas do mesmo gênero e da mesma faixa etária, é natural, também, que os julgamentos dos sujeitos pesquisados sugere que focar sobre esse tipo de pessoa é uma prática comunicativa muito interessante. Enfim, os autores chegam à seguinte conclusão:

Os dados que obtivemos nesses experimentos ressaltam o status difícil e especial que os amigos do mesmo gênero têm em nossas vidas. Outros pesquisadores (por ex.: Shackelford, 1997) já discutiram as emoções conflitantes que temos em relação aos nossos amigos. Trata-se de aliados indispensáveis e cruciais para nosso sucesso social, mas eles representam, também, nossos principais rivais e as maiores ameaças, por causa do acesso que têm à nossa vida particular. Diante dessa natureza, não é de se surpreender que, em nossos experimentos, os amigos são a categoria de pessoas que atraíram, continuamente, o maior interesse dos participantes. Parece que queremos saber, desesperadamente, o que está acontecendo em suas vidas para poder monitorar o status da nossa amizade; isso significa: se for necessário, queremos nos proteger [das suas traições] e, se for possível, queremos usar os mesmos amigos para nossas próprias vantagens. Logo, nossos dados confirmam que as pessoas com as quais temos a maior probabilidade de nos vangloriar quando uma boa sorte cruzar seu caminho, são as mesmas pessoas que, provavelmente, trairemos quando uma infidelidade sexual ocorrer.[...] Os padrões de interesse refletem

quais são as relações mais relevantes para nossos interesses pessoais (MCANDREW & MILENKOVIC, 2002, p. 16).

7.5. O humor e a fofoca

Quando a *Fama*⁹ se veste com a pele da raposa, surpreendendo os ouvintes pela prontidão nas respostas e atraindo-os com gracejos e anedotas divertidas, é quase certo que até um público mais crítico a si mesmo assemelhará os rumores, os preconceitos e as suposições implícitas com a sensação de que se trate apenas de uma **brincadeira sem importância**. De fato, há muitas analogias entre a fofoca e o humor conversacional (MORREALL, 1994, p. 56):

Os traços formais do humor, como o uso da surpresa e a exploração hipotética dos tópicos, e os traços sociais, particularmente seu caráter jocoso e seu cultivo da intimidade, fazem da comparação entre o humor e a fofoca um assunto interessante. Com efeito, tirei a conclusão de que o mexerico, quando é dominado pelo espírito do humor, tem a tendência de transcender a mesquinhez e o vício que, durante muito tempo, deram à fofoca uma reputação tão ruim.

Mais concretamente, Moreall (*id. ibid.*) encontra as seguintes **semelhanças entre o humor e a fofoca**: ambos representam atividades sociais com grande valor intrínseca; para ter êxito, ambos requerem as habilidades de um bom narrador (*op. cit.*: 58); e ambos podem basear-se tanto em eventos reais quanto em fictícios porque o que importa não é tanto seu valor de verdade, mas seu valor de entretenimento (*id. ibid.*). De fato, surpreender os ouvintes e provocar impacto no seu público são traços essenciais, tanto de uma conversação engraçada quanto de uma fofoca bem contada; pois, como diz Moreall (1994, p. 61), “é fácil contar uma estória engraçada, mas é bem mais difícil ser engraçado por recursos como pressuposições inteligentes, a ironia, o sarcasmo e outras incongruências semânticas e pragmáticas”. Além disso, as fofocas, assim como as conversações espirituosas, promovem a intimidade e a solidariedade entre os interlocutores; pois, apenas os membros competentes de uma comunidade compartilham a atitude e o conhecimento necessários para poder entender as alusões e sutilezas escondidas debaixo da superfície linguística.

⁹ Referimo-nos, aqui, à antiga figura mitológica descrita de maneira tão impressionante na *Eneida* de Virgílio (IV, 173-197) e nas *Metamorfoses* de Ovídio (XII, 39 – 63).

Se acreditarmos na voz do povo, há que trai o melhor amigo para uma boa risada. Como diz o humorista americano Will Rogers: “tudo é engraçado se acontecer ao outro amigo” (*apud* MOREALL, 1994, p. 60). Assim, pois, quem está a pique de cair em gargalhadas, não se importa realmente se o chiste resiste a toda prova ou se a pessoa ausente, desnudada pelos olhos famintos dos fofoqueiros e multiplicada nos simulacros da imaginação deles, foi desfigurada e prejudicada pelas piadinhas joviais. Quando se alastra aquela harmonia emocional que fortalece o sentimento de **união do grupo**, basta um grão de verdade e as pessoas deixam se levar pelo canto da sereia: chegou a hora de vaziar seus conhecimentos de detalhes discretos a fim de desabafar confissões íntimas e, ao mesmo tempo, simular, despretensiosamente, indignação moral. No calor do bate-papo, nem sempre é fácil refrear a língua e não deixar se seduzir pelo prazer de poder treinar seus talentos morais, examinando as virtudes, os vícios e os defeitos do caráter humano.

O que importa, na verdade, é que as pessoas obedeçam a, pelo menos, uma das **duas regras básicas do humor**: “conte coisas engraçadas” ou “conte as coisas de uma maneira engraçada” (MOREALL, 1994, p. 61). Por conseguinte, a melhor maneira de fazer comentários sobre a conduta dos nossos companheiros e conhecidos é evitar a expressão de emoções hostis e criticá-los, sempre, com uma pitada de humor (*ridentem dicere verum*). As pessoas aceitam quase todas as repreensões, se forem proferidas de uma maneira jocosa, insinuando que errar é humano e que os problemas relatados poderiam atingir qualquer um. Logo, sair do sério, fazer uma brincadeira, atirar remoques, provocar, satirizar ou parodiar alguém pode ser o sal da conversa e um indício de afeição com a pessoa criticada. “Fofocar de uma maneira jocosa”, diz Moreall (*op. cit.*, p. 63), “não garante que estamos íntimos com essa pessoa, mas a intimidade, certamente, é menos provável ainda se fofocarmos de uma maneira não jocosa.” Do outro lado, é certo que o traço mais evidente das fofocas mesquinhas ou rudes é a falta, nelas, do senso de humor.

A indiscrição inerente à fofoca combina o charme de uma frivolidade alegre com a diversão de lutar sem precisar enfrentar um inimigo. Não é de se admirar, então, que uma conversa sobre os segredos dos bastidores (Goffman, 2001, p. 106) é percebida, muitas vezes, como uma atividade relaxante, engraçada e interessante, uma vez que oferece, aos interlocutores, boas ocasiões para

dramatizar suas atitudes, seus valores, gostos e inclinações; pretextos, enfim, para demonstrar sua arte de **manipular as impressões** (GOFFMAN, 2001, p. 191-217). De fato, as pessoas deixam-se absorver, facilmente, pelas fofocas porque as revelações inéditas satisfazem a curiosidade natural sobre a vida dos outros e permitem (implicitamente) uma comparação favorável entre o próprio capital simbólico (BOURDIEU, 1993 [1978]; 2004 [1987]) e o valor moral de outros membros de um corpo social. Certamente, é preciso honrar as necessidades de solidariedade do instigador da fofoca, ou seja, observar algumas medidas de precaução contra possíveis ameaças da sua face (GOFFMAN, 1955; BROWN & LEVINSON, 1987); mas, uma vez assegurados o consentimento e a cumplicidade dos outros participantes, trata-se de um passa-tempo que, na atmosfera informal dos bastidores, fornece boas oportunidades para aumentar a popularidade e demonstrar bom senso, esperteza e espírito de humor.

7.6. A fofoca e o preconceito social

A curiosidade dos mexeriqueiros ascende-se, frequentemente, no desconhecido, no estranho, no intangível, ou seja, nas coisas que são incompreensíveis ou inaceitáveis conforme os padrões comuns. A fofoca, então, apoia-se em alusões e informações parciais; ela abrevia aqui, acrescenta acolá e, onde há lacunas, preenche-as com o capricho da ilusão e da fantasia. Para desencadear o **mecanismo da fofoca**, basta perceber, às vezes, uma extravagância ou uma característica incomum na primeira impressão que se tem de uma pessoa ou de uma situação. Alguns traços denunciadores de um estilo estranho de vida ou de uma cultura diferente, um pequeno mal-entendimento, uma avaliação precipitada e já se distorcem a percepção e a faculdade de julgar as coisas clara e sensatamente. Em seguida, nasce o desejo secreto de entregar-se ao prazer da indiscrição que, aos poucos, começa a queimar tanto na alma que a vontade de matar a curiosidade dos outros induz os falantes a desrespeitar a privacidade e a integridade de terceiros, em nome do bom senso, do espírito de camaradagem e da liberdade de opinião. Isso vale, mais ainda, quando há motivos de desconfiar que o estilo comum de vida poderia ser ameaçado por concorrentes pessoais ou representantes de uma minoria estranha.

Numa situação de defesa, parece haver nada mais justo que redefinir os limites entre o que seja uma curiosidade legítima e o que, uma impertinência ofensiva. Desse modo, é comum, quando as pessoas veem seus chavões e preconceitos reforçados por revelações provocativas, que aumenta, nelas, a preocupação que os “fatos” relatados representem apenas o pico do iceberg. Assim, pois, quando a fantasia se sente desafiada pelo suposto comportamento insultuoso dos ausentes, a língua não consegue se conter mais a expor aos ouvidos leais dos “conjurados”, o mal oculto que tentam esconder os que, supostamente, estão alheios à comunidade dos bem intencionados. A fofoca, nessa perspectiva, é uma **válvula de escape** para agressões e temores humanos que têm sua origem em impressões superficiais, informações parciais e generalizações grosseiras. Uma vez invocado o desfile de imagens estereotípicas, é mais fácil “falar com o coração nas mãos” e justificar o preconceito e a antipatia contra uma atitude, uma pessoa ou um grupo inteiro. Nada melhor, então, que o caminho sinuoso das fofocas para livrar-se dessa aversão, desmascarar o suposto transgressor e vingar-se pela afronta de ele ser uma pessoa diferente. Quando a disposição de projetar os próprios anseios e impulsos instintivos nos *outsider* se junta ao conformismo, ao tédio, à curiosidade, à inveja e à presunção, é possível que a fofoca se torne um instrumento eloquente e eficaz do controle social.

Levando em consideração essa natureza avaliatória ou pejorativa da fofoca, convém dizer que os participantes, geralmente, chegam a **rotular o comportamento ou as características** de uma pessoa ausente como discordante, anormal, irregular, excepcional ou, simplesmente, como inaceitável pelos padrões do senso comum que lhes diz o que seja uma conduta apropriada. Os fofoqueiros exprimem, mais ou menos abertamente, sua crítica, sua indignação, sua alegria maliciosa ou satisfação pelo mal alheio, enfim, sua condenação moral dos acontecimentos escandalosos e das pessoas censuradas. Assim, pois, independente da questão de se as fofocas sejam maliciosas ou lúdicas, o que se observa é que pessoas ausentes são tipificadas socialmente pela atribuição categórica de qualidades negativas.

É de se pressupor que a desaprovação do caráter é ligada intimamente à percepção destorcida das habilidades e ações de uma pessoa. Desse modo, quando se estuda o mecanismo da percepção e sua importância para a fofoca, é possível identificar vários **estágios** de um processo de assimilação que reconstitui, transforma e interpreta o conteúdo narrativo conforme os interesses, as emoções e os preconceitos dos fofoqueiros envolvidos (THIELE-DOHRMANN, 1995, p. 155 seg.). No conjunto, essas fases formam um processo de **discriminação social** que gera, nos interactantes, a expectativa que o comportamento ou as características relatadas sejam típicas para a pessoa criticada e o grupo ao qual pertence (os capitalistas, os pobres, os machos, as feministas, os políticos, os utópicos, os homossexuais, as mulheres da vida, os pretos, os brancos, os velhos, os jovens, os donos de cães, os donos de gatos, os argentinos, os nordestinos, os gringos, a torcida de Flamengo, os motoristas de ônibus, os fãs de Sandy & Junior, etc.) e que todos eles mereçam a exclusão social por serem inaceitavelmente diferentes.

De acordo com Graumann (1995), é de se esperar que, num primeiro momento, ocorrer uma **seleção** do comportamento ou do traço característico que não corresponde à norma comum dos fofoqueiros. Depois disso, é hábito **focalizar** essa diferença e estabelecer uma dicotomia que permite abstrair de outras qualidades ou fatores importantes. Baseando-se nessa polarização entre preto e branco ou entre o bem e o mal, será possível, então, **classificar** a diferença identificada como um desvio do padrão que seria indesejável, deplorável, assustador, nocivo, impertinente, inadmissível, abominável, repulsivo, desastroso, etc.. (A lista dos adjetivos que podem qualificar as fontes do sofrimento moral do ser humano parece ser muito longa.). O importante é que, para provocar fortes reações afetivas, basta proferir essas avaliações negativas com uma certa ênfase; pois, à medida que as palavras insinuam dúvidas e medos e ridicularizam a pessoa descrita, é de se esperar que os interactantes esquecerão ou **nivelarão** as características que poderiam contradizer a avaliação negativa. Ao mesmo tempo, é comum que o grupo **acentua** ou exagera os detalhes criticados para poder justificar a conclusão moral que se tira dos “fatos” relatados. Em conclusão, efetua-se uma **fixação** da avaliação pejorativa que produz uma desvalorização permanente do “pecador”.

Para Thiele-Dormann (1995), a fofoca lembra, muitas vezes, àqueles testes aperceptivo-temáticos do psicólogo suíço Hermann Rorschach (cf. EXNER, 2002): para o instigador da fofoca, o objeto do seu interesse representa um tipo de borrão de tinta ou imagem em preto e branco que permite apenas uma percepção dos seus contornos. As informações que faltam para a interpretação e avaliação da pessoa criticada são acrescentadas pela fantasia, por suposições e conteúdos emocionais que levam a **projeção** de uma imagem concreta, geralmente, de teor pejorativo. Essa projeção negativa ocorre conforme o velho mecanismo que nos faz ver um argueiro no olho do outro e não ver a tranca no próprio (Math, 7, 1-5). Em outras palavras: justificamos nossa frustração com os problemas da vida e compensamos nossa falta de autoestima pela agressividade e pela atitude negativa para com os ausentes. Denegrindo a reputação do objeto da fofoca, cria-se um bode expiatório para os próprios temores e sentimentos de culpa. Para a maioria das pessoas, diz Mitscherlich (1962, p. 12; 1967, p. 43), a imagem de um inimigo é um objeto de ódio extremamente importante para manter o equilíbrio interno.

Independente da questão de se os motivos subjacentes do fofoqueiro incluem agressões latentes, a vaidade, a inveja, o ciúme, a vingança, a covardia ou, simplesmente, o medo de criticar aquela estranha ovelha preta abertamente, o que sobressai, nessa atividade ambivalente, é que a reconstrução social dos eventos ocorre, geralmente, de acordo com as normas e os interesses do **grupo de relação** dos interlocutores (GRAUMANN & WINTERMANTEL, 1989). Chama-se *grupo de relação* um grupo de pessoas com o qual um indivíduo compartilha suas atitudes e seus valores. De fato, a opinião desse grupo representa o fundamento para a avaliação da legitimidade da opinião individual. Além disso, através de sanções positivas e negativas, o grupo de relação influencia diretamente nosso comportamento em relação às outras pessoas. Parece que a maioria das pessoas prefere acomodar-se cegamente às normas sociais vigentes do que se submeter a uma autocrítica do seu comportamento que, talvez, poderia levar a uma mudança de atitudes etnocentristas.

Os **preconceitos** sociais de caráter afetivo-pejorativo são divulgados amplamente em todos os níveis e grupos da sociedade. Trata-se de “ilusões estáveis da percepção” (MITSCHERLICH *apud* REDWANZ, 2000) que seus

portadores, geralmente, não corrigem nem quando fizeram experiências diferentes, pois, a realidade, com efeito, é já percebida pela lente dos estereótipos existentes. Uma pessoa preconceituosa tende a pensar mal dos outros, embora possua somente poucos conhecimentos relevantes e não dispõe de bons argumentos que justifiquem sua atitude (Quadro 18). Aliás, como observa Silbermann (1995), quando se encontra, num preconceito, “um grão de verdade”, pode acontecer que a situação da vítima piora ainda mais; pois o prejuízo provocado por meias verdades, frequentemente, é maior do que o dano causado por inverdades horripilantes.

Quadro 18: O preconceito em ação



Pequeno, gordo e preto!....

Meus Deus!

Que vergonha!

Puxa vida!



Fonte: Comissão Europeia: “Racista?”, Luxemburgo: Serviço público para publicações oficiais da Comunidade Europeia, 1998 (apud Redwanz, 2000).

Os preconceitos que resultam em uma parte da dificuldade de andar às escuras e, em outra, da ausência de cuidado, de critério e de conhecimento

exprimem-se em opiniões não examinadas e expectativas irracionais que os membros de uma comunidade adotam de forma intuitiva e generalizada, por comodidade ou falta de discernimento. A desconfiança contra tudo que não fosse aprovado pelo próprio grupo e contra todos que não fossem considerados pessoas de bem assume frequentemente o caráter de **normas sociais** que, quando cumpridas, conferem aos conformistas, segurança, confiança em si mesmos e no poder da própria comunidade. Realmente, a afiliação a um determinado grupo pode ser reconhecida, também, pela comunhão de certos preconceitos; pois, esse tipo de solidariedade produz um sentido moral que vincula as pessoas aos interesses de um grupo. Essa ligação, de um lado, facilita a convivência dos membros de uma comunidade, mas, do outro, provoca continuamente conflitos com outros grupos ou indivíduos. A fofoca, que se fortalece com preconceitos, pode tornar-se uma forma de estar na vida.

7.7. Conformismo ou resistência à ordem hegemônica?

Goffman (2001, p. 101-131) divide as **situações comunicativas** em uma região de fachada e outra de fundo. Conforme o autor, em cada representação interativa, os limites entre essas regiões funcionam como barreiras à percepção que impedem a plateia e as pessoas externas a tomar conhecimento dos segredos do elenco e das dificuldades que precisam ser vencidas, nos bastidores, para criar a espontaneidade calculada da encenação e para manter a impressão de que os eventos, no palco principal, se desdobrem, naturalmente, conforme as regras vigentes do jogo. Assim, pois, é de se pressupor que os interactantes, durante a representação na região de fachada, suprimem certos aspectos comportamentais que poderiam perturbar as impressões criadas e realçam outros que ajudam a manter as aparências do seu papel. Do outro lado, é claro, também, que tudo o que foi suprimido diante da plateia tende a reaparecer na região de fundo onde as atividades podem contradizer, abertamente, as impressões criadas durante a representação. É que os integrantes dos bastidores, ao estarem escondidos do olhar curioso dos alheios, podem desenvolver, tranquilamente, as estratégias e os requisitos para manipular as impressões da plateia.

A fofoca, como forma de interação na linha que divide as regiões de fachada e de fundo (GOFFMAN, 2001, p. 126) – **no contorno da vida privada**, mas fora do alcance de um público maior – conta, de um lado, com a indiscrição de alguns frequentadores da região de fundo e satisfaz, do outro, a curiosidade desta parte dos espectadores que sente uma vocação para “saber tudo” ou, até, para saber tudo melhor”. Assim sendo, o mexerico pode tematizar as regras que valem para representações diante de uma plateia ou pode envolver a revelação de segredos sobre as relações entre membros de um elenco, a descrição, em termos morais, do seu “verdadeiro” caráter ou a exposição de comportamentos que transgridem as convenções válidas para atividades nos bastidores. A fofoca, desse modo, leva seus participantes a discutir e reproduzir continuamente os diferentes papéis sociais e as normas de grupo que sustentam a ideologia dominante (GOUENDOUZI, 2001, p. 47).

De fato, no mexerico sobre os outros, é comum especificar o próprio conceito de moral como “típico” e aceitá-lo simultaneamente como sensato e correto. Os fofoqueiros que pedem um ao outro o consentimento para censurar a conduta alheia reproduzem o conjunto das normas morais que determinam as características do “nosso” grupo em distinção ao grupo “dos outros”. O consenso comum dos fofoqueiros corrobora a opinião de que as razões das suas avaliações morais se encontram fora da esfera individual. Visto que os outros membros da comunidade compartilham aparentemente os mesmos argumentos, parece natural concluir que as regras impostas não dependem dos próprios desejos, convicções e interesses, mas de uma **ordem objetiva** que representa o fundamento comum da vida social:

Esta suposição indiscutível da exterioridade – objetividade – da ordem moral não é somente uma consequência do mexerico, mas uma pressuposição. O mexerico, então, tanto pressupõe quanto constrói uma ordem moral objetiva [...] A conversa avaliadora da qual o mexerico é uma parte importante, exprime o fundamento comum da nossa vida social (SABINI & SILVER, 1982, p. 102).

Desse modo, ao discutir as tensões inevitáveis entre as diferentes normas para as regiões de fachada e de fundo, os fofoqueiros tentam aumentar seu capital social (BOURDIEU, 1993 [1978]; 2004 [1987]), negociando discursivamente a **reprodução dos valores dominantes** socioculturalmente ou – para usar um verbo

mais popular – *tagarelando* sobre as dificuldades que os outros têm em cumprir as exigências das normas comuns. De fato, é raro, num mexerico, ocorrer uma autocrítica ou uma reflexão sobre as suposições e as normas implícitas às avaliações morais proferidas. Antes pelo contrário, o que se observa, frequentemente, é que uma pessoa ausente é considerada fadada ao fracasso por não corresponder aos padrões relevantes; padrões estes que são cumpridos plenamente pelos próprios interlocutores.

Contudo, é preciso dizer que o conteúdo desses padrões relevantes não exprime, inevitavelmente, um conformismo com a ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre impor de maneira maciça. À medida que o comportamento do protagonista dá motivo a redefinir as condições de aplicação, o caráter dialógico do mexerico facilita novas interpretações ou, em certos limites, até algumas **mudanças das regras sociais**. Apoiando-se no senso comum, a fofoca, diz Keppler (1987, p. 298), é uma possibilidade de “dramatizar a faculdade da percepção moral”. Assim, pois, lembrando um estudo de Certeau (2002) sobre as culturas populares, afirmamos que os interlocutores, ao fofocar sobre a constituição moral dos outros, podem se reapropriar, parcialmente, do meio organizado pelas técnicas da produção sociocultural, podem deslocar as fronteiras da dominação pela ideologia hegemônica e podem abrir um espaço de microliberdades no meio do labirinto dos poderes e instituições sociais.

Na intimidade do mexerico, eles podem alterar as regras da ordem estabelecida e empregar as representações da cultura hegemônica a serviço de regras, costumes ou convenções estranhas à cultura difundida pelos meios de comunicação em massa. Dessa forma, retomando certas posições de Certeau¹⁰

¹⁰ Embora o próprio Certeau critica, explicitamente, o modelo discursivo de Foucault, parece que suas posições distinguem-se mais pela perspectiva que cada um quer explorar do que por divergências essenciais sobre o funcionamento da “microfísica do poder” e das redes de “vigilância”. Certeau (2002, p. 40), ao contrário de Foucault, parte da existência de sujeitos autônomos; ele quer conhecer, antes de tudo, “o uso que os meios ‘populares fazem das culturas difundidas pelas ‘elites’ produtoras de linguagem” e separa seu foco, claramente, do método de Foucault: “Em Vigiar e Punir, Michel Foucault substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder (isto é, das instituições localizáveis, expansionistas, repressivas e legais) pelos ‘dispositivos’ que ‘vampirizam’ as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder [...] esta ‘microfísica do poder’ privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na ‘educação’, ela ponha em evidência o sistema de uma ‘repressão’ e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, *mais urgente ainda é descobrir* como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: *que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para altera-los*” (CERTEAU, 2002, p. 41; destaque nosso).

(2002, p. 18 e 41) e Foucault¹¹ (2001, p. 95-97), é oportuno afirmar que a fofoca pode ser tanto uma incubadora dos piores preconceitos destrutivos quanto um refúgio de microrresistência contra os mecanismos disciplinares dos dispositivos do poder. Para Certeau (2002, p. 78), em certas situações, os interlocutores podem até transformar a língua do opressor em um canto de resistência e, desse modo, afirmar sua existência de autor com uma opinião própria.

Conclui-se, então: independente da questão de se uma fofoca particular reconstitua discursivamente os preconceitos costumeiros e a ideologia dominante ou se ela encene papéis sociais da região do fundo que subvertam as normas válidas para os papéis sociais da região de fachada (COATES, 2000), o que importa é que há razões de acreditar que o mexerico, de uma maneira geral, pode estreitar os **laços afetivos** entre os participantes, pode preservar o *status quo* das relações e normas sociais do grupo de relação e pode fortalecer a **identidade** e a **coesão** de uma comunidade que tende a partilhar modos de vida, situações e experiências semelhantes.

¹¹ Com efeito, Foucault admite a possibilidade da resistência contra as redes de “vigilância”, mas, para ele, a oposição faz parte do próprio fluxo do discurso e não necessita da noção de um sujeito autônomo: “Não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todos ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.” (FOUCAULT, 2001, p. 96)

8 Considerações metodológicas

Anarchismus heißt also nicht: überhaupt keine Methoden, sondern alle Methoden, nur unter verschiedenen Umständen angewendet ... Und wenn du mich fragst, ob es allgemeine Regeln gibt, die es uns gestatten zu entscheiden, wann welche Methode angewendet werden muss, dann sage ich *nein*, denn die Richtigkeit des Vorgehens stellt sich oft erst *hinterher* heraus.

Paul Feyerabend (1969)¹

8.1 O estudo da fofoca como pesquisa empírico-qualitativa da sociedade

Em comparação com os corpora grandes dos estudos quantitativos, todas as **abordagens qualitativas** (BRUSEMEISTER *et al.*, 2000) trabalham com um pequeno número de casos; pois, enquanto os **métodos quantitativos** servem para verificar hipóteses concretas, é comum que estudos qualitativos, como o nosso, visam a descobrir novos aspectos e a gerar afirmações teóricas sobre os dados empíricos em questão. A verificação de uma hipótese sobre uma população inteira ou a decisão entre hipóteses concorrentes no âmbito de uma teoria já existente demandam a coleta de um corpus estatisticamente representativo de dados e um trabalho metodológico rigidamente controlado que procure por mudanças na distribuição estatística das probabilidades. Numa pesquisa qualitativa, no entanto, é possível fazer descobertas, estudando apenas um único caso ou uma única produção textual-discursiva.

Como nosso objetivo não é a análise quantitativa de conversações, não faremos experimentos e nem aspiramos a critérios como a causalidade, a universalidade e a repetibilidade. Muito pelo contrário, a ocupação com a conversação e o mexerico pede uma **abordagem interpretativa**, pois a língua é um fenômeno cultural, dinâmico e flexível que se recria e se renova em cada evento comunicativo. De fato, o uso da língua é relacionado, intimamente, com o contexto,

¹ Anarquismo, então, não significa: nenhum método, mas todos os métodos, porém aplicados sob circunstâncias diferentes [...] E se você me pergunta se existem regras gerais que nos permitam decidir quando qual método tem que ser aplicado, digo-lhe *não*, porque muitas vezes a exatidão do método somente se revela depois. (Paul Feyerabend numa carta ao amigo Hans Albert; cf. BAUM, 2008)

os falantes, a época, a cultura ou a concreta situação interacional. As atividades comunicativas, portanto, não são categorias universais, mas construções interpretativas que não querem ser medidas, mas compreendidas plausivelmente. A hermenêutica, como se sabe, é a arte da interpretação, cujos métodos servem para construir significados e não para determinar causalidades. A interpretação de um evento comunicativo pode ocorrer, apenas, através de aproximações gradativas por diversas perspectivas.

Ao contrário dos estudos quantitativos que agregam variáveis ou traços distintivos, os trabalhos qualitativos baseiam-se, analiticamente, no **caso individual** que é escolhido conforme o problema sob investigação. De uma maneira geral, um objetivo geral da nossa pesquisa qualitativa é reconstruir as estratégias e estilos dos sujeitos e os padrões de ação e interpretação que formam a base das interações. Queremos mostrar, também, quais são os conhecimentos necessários para planejar, organizar e gerenciar esse caso individual que, em nosso estudo, trata da produção comunicativa da moral através de uma fofoca. Mesmo assim, o caso particular, por si mesmo, ou seja, um mexerico particular, não tem valor para a pesquisa qualitativa; o que, de fato, é interessante nele são as comparações que ele pode sugerir e sua capacidade de fornecer explicações que contribuem numa teoria geral do fenômeno em questão.

Nossa interpretação de fofocas é **empírica** no sentido de que se baseia numa conversação autêntica que foi gravada, transcrita e sistematicamente analisada. Ligamos a maior importância à naturalidade dos dados que não foram produzidos, especialmente, para a finalidade da gravação e interpretação. Por conseguinte, rejeitamos a inclusão de dados construídos que devem sua origem a considerações teóricas prévias. Também é empírico quando recorremos a informações extrainteracionais para dar apoio a nossos resultados interpretativos. Além disso, entendemos nosso trabalho como parte das ciências sociais na medida em que nos ocupamos menos com o evento singular de uma conversação e os motivos e intenções dos participantes, mas mais com o fenômeno social, ou seja, a prática comunicativa que deixa aparecer tarefas socialmente relevantes, assim como regras e estilos sociais.

Na **pesquisa qualitativa**, é comum entrar no campo de pesquisa sem hipóteses fixas. A indução e a abdução têm um papel muito importante, tanto que os conceitos heurísticos que sensibilizam a atenção do estudioso não reivindicam explicar a realidade *a priori*. Pelo contrário, o pesquisador suspende temporariamente seu conhecimento prévio e deixa-se surpreender no contato com o campo de pesquisa. Tal postura ou mentalidade analítica demanda que os dados sejam analisados imediatamente depois do início da sua coleta. Os próprios dados, então, convidam a ser interpretados conforme certas classificações, tanto que, no decorrer da pesquisa, é comum surgir categorias de interpretação que não foram estabelecidas antecipadamente.

As questões que dimensionam a investigação, por serem consideradas de mais alta relevância com relação aos objetivos propostos, por assim dizer, emergem sucessivamente no campo de pesquisa e se juntam, aos poucos, para sugerir uma teoria cada vez mais abrangente. A coleta e a interpretação dos dados estão, assim, intimamente ligadas e ocorrem mais ou menos simultaneamente. Nesse tipo de estudo, analisar os dados significa, antes de tudo, manter-se aberto para descobrir os aspectos relevantes e fazer comparações entre os dados que revelam a **lógica inerente** ao tipo de situação. Logo, o que importa, em nossa metodologia, não é o número de participantes ou a quantidade de dados a comparar, mas a conformidade das decisões metodológicas com o fenômeno a pesquisar e a qualidade dos resultados obtidos. É necessário que o objeto de pesquisa, a produção discursiva da moral no gênero fofoca, possa ser reconhecido nas proposições teóricas. Dessa forma, a conceituação das regras e formas da produção e recepção textual-discursivas não pode sistematizar, apenas, o conhecimento teórico dos pesquisadores, mas deve refletir o comportamento real dos interactantes.

Enquanto as teorias formais, que se baseiam em resultados quantitativos, tendem a fornecer explicações mais universais, é certo que uma teoria desenvolvida por um estudo qualitativo como o nosso pode, apenas, oferecer explicações para a área pesquisada. Afirmações generalizadas que ultrapassam o caso individual têm validade apenas para o tipo de situação que ele representa. **A generalização dos nossos resultados**, por conseguinte, identifica o conjunto de interações que pertencem ao campo social da produção da moral no discurso cotidiano. Delimitado

o escopo da pesquisa, analisamos o mexerico no que diz respeito à lógica inerente e às estruturas das quais ele faz parte. A “saturação teórica”, diz Strauss (1994, p. 49), é alcançada quando os resultados de novos casos individuais não dão mais motivo a modificar a teoria sobre as situações típicas que ele pode representar.

Os critérios da representatividade, da validade e da confiabilidade podem ser aplicados, não apenas na pesquisa quantitativa, mas também em estudos qualitativos. É necessário, porém, dar-lhes uma forma mais adequada aos objetivos desse tipo de pesquisa. Uma vez que os diferentes métodos de coletar e de interpretar dados servem para reunir elementos teóricos que reconstruem um tipo de situação ou interação, é conveniente comprovar que os passos metodológicos e as afirmações teóricas especificam certos aspectos dessas práticas sociais interativas e das suas lógicas inerentes. Nesse ponto de vista, vale dizer que os **critérios para a avaliação** dos nossos resultados qualitativos provêm do próprio objeto de pesquisa.

Para poder garantir a confiabilidade da pesquisa, este **relatório final** documenta as decisões metodológicas que levaram a concepção do projeto, à gravação de várias conversações, à interpretação dos dados baseada na transcrição de uma conversação típica e à representação dos resultados. Atendemos à necessidade do leitor de ver esclarecido, especialmente, de onde vêm os conceitos heurísticos e as hipóteses interinas e como eles foram integrados na análise dos dados. Mostramos, também, que as ferramentas metodológicas foram escolhidas em conformidade com o objeto de pesquisa. Enfim, consideramos essencial incluir dados relevantes que facilitem a verificação das afirmações teóricas e revelar como os passos analíticos tomaram rumo para o levantamento de uma hipótese estrutural.

O fato de os interlocutores se orientarem em gêneros discursivos se manifesta também no seu conhecimento explícito sobre as diferentes convenções comunicativas. Na vida cotidiana, podemos observar facilmente uma **consciência pré-científica** dos fenômenos sociais, pois as pessoas dispõem evidentemente de teorias comuns sobre como delimitar e descrever as unidades relevantes da realidade social. A concepção dessas ideias habituais não é resultado de um processo natural, mas da construção social da realidade. Os membros de uma comunidade dispõem de ideias comuns sobre as situações nas quais os gêneros

devem ser usados, sobre o conjunto de pessoas que pode produzir certos gêneros ou sobre o valor social que um gênero determinado tem. Esse conhecimento sobre os gêneros comunicativos serve como base para a formação de etnocategorias, ou seja, de construtos de primeira ordem (*first order construct*) no sentido de Schütz (1971, p. 7).

Uma vez que essas etnocategorias predeterminam o planejamento e a realização das ações comunicativas, elas são importantes para a análise científica, ou seja, para a formulação de construtos de segunda ordem (*second order constructs*) no sentido de Schütz (1993 [1932]). Em outras palavras, as teorias populares que se baseiam no senso comum formam um corpus de dados objetivos sobre a realidade social. Pensamos que nossa tarefa, como pesquisadores das **ciências humanas**, não é neutralizar a prática cotidiana, mas explicar e reconstruir sistematicamente os caminhos e recursos típicos que seus membros escolhem para realizar suas ações, comunicar suas experiências e buscar seu sentido na realidade.

Todavia, tudo que formulamos como um conhecimento sobre a construção social do mundo é, por sua vez, um resultado de observações e descrições que são realizadas por observadores que ocupam uma determinada posição na sociedade (cf. LUHMANN, 1987a, p. 164). Afinal, as ciências fazem, também, parte da sociedade. A teoria dos sistemas sociais, portanto, pode e deve ser aplicada aos próprios trabalhos científicos que, de uma maneira ou outra, se baseiam nessa teoria dos sistemas sociais. Assim, pois, nossa teoria social da fofoca representará, com efeito, uma contribuição na “**autodescrição da sociedade**” (LUHMANN, 1984, p. 227 e 1997: 1132) a qual ela pertence. Partimos, então, de um paradoxo que tem consequências epistemológicas importantes: “o observador e os instrumentos de observação são incluídos no próprio objeto de observação” (LUHMANN, 1987a, p. 164).

Uma teoria social que assume essa refletividade tem que fixar um olhar, sempre, na **autorreferencialidade** das suas observações; pois nossos conceitos e afirmações não refletem a realidade e nem podem aspirar a fornecer verdades exclusivas, mas devem compreender-se como resultados de operações feitas no campo de pesquisa que eles pretendem descrever. Em outras palavras: quando

fazemos determinadas afirmações, trata-se, sempre, de construções significativas de observadores que escrevem sobre certo objeto de observação ao qual eles mesmos pertencem; ao observar as operações observadoras de outros sistemas sociais, esses observadores recorrem a certas categorias para estabelecer determinadas distinções e tendem a apresentar seus resultados como afirmações sobre a *realidade*.

Nessa perspectiva, compreender a comunicação de um sistema interacional significa observar quais distinções ele usa e como ele observa a si mesmo e seu meio-ambiente, ou, por assim dizer, como ele encena a realidade que ele mesmo produz (NASSEHI, 1997, p. 151). Nossa **interpretação hermenêutica** da produção comunicativa da moral, por conseguinte, nada mais é do que uma observação metodologicamente controlada das maneiras como os outros sistemas lidam, na rotina cotidiana, com o caráter autorreferencial das suas operações. Vê-se, assim, como a observação de um observador (ou seja, uma descrição da segunda ordem) sobrepõe-se à observação da realidade (uma descrição da primeira ordem) com a finalidade de comparar os resultados dessas observações e de descobrir as estruturas latentes que no processo original – *in actu* – permanecem escondidas. Conforme Luhmann (1997, p. 885), toda realidade da segunda ordem mantém com a realidade da primeira ordem a relação de um mapa e um território: “é preciso tomar cuidado para não confundir o mapa com o território”.

Voltando ao assunto da nossa proposta, afirmamos que a definição do mexerico como um gênero reconstrutor (BERGMANN, 1987, p. 44) traz **implicações** metodológicas e **dificuldades** para a realização de uma análise desse objeto. Para os participantes de uma “focagem”, os acontecimentos sociais que se tornam assunto da foca são passados e precisam ser reconstruídos, mas a própria foca representa um acontecimento social que, no desenrolar da sua produção, torna-se algo do passado. De maneira geral, podemos aproximar-nos do nosso objeto somente *a posteriori*. Tivemos que realizar, portanto, uma reconstrução interpretativa das atividades comunicativas à base de material conservado (por ex., gravações, entrevistas, observações de campo).

Os participantes percebem uma atividade comunicativa como “fofocagem” e respondem em conformidade com essa classificação na situação concreta. O **sentido original** da fofoca constitui-se durante a sua realização e se encerra junto com as ações dos interactantes. A fala sobre o mexerico, por exemplo, em entrevistas ou manuais dos bons costumes, ao contrário disso, produz um **sentido secundário** cujas funções, razões e particularidades revestem – *ex post* – a estrutura do sentido original de uma interação efêmera. Logo, os dados que incluem as classificações, explicações ou interpretações secundárias não são adequados para nossa análise do sentido *primário* das ações comunicativas observadas.

Essa observação, porém, não exclui a possibilidade de explorar todos os tipos de documentos disponíveis que envolvem de uma maneira ou outra o nosso assunto. Aliás, o fato de dar prioridade a dados empíricos autênticos em vez de fazer entrevistas ou experimentos laboratoriais, não diminui em nada a necessidade de colocar-nos a par do que outros pesquisadores realizaram antes de nós, evitando assim duplicações desnecessárias, “redescobertas da roda” ou, simplesmente, a suspeita de plágio. É importante, no entanto, recorrer a esse tipo de fontes na consciência de que se trata invariavelmente de documentos de outros observadores da cena social cotidiana e, portanto de **construtos de segunda ordem** que contribuem cada um da sua maneira para a autodescrição da sociedade.

Em princípio, então, há seis domínios disponíveis para enriquecer nosso conhecimento sobre a produção discursiva da moral no gênero fofoca: (i) a análise da própria experiência cotidiana com mexericos; (ii) a análise de trabalhos científicos já publicados sobre o assunto em investigação; (iii) a análise de processos comunicativos fictícios (por ex.: peças de teatros, peças radiofônicas, telenovelas, filmes cinematográficos); (iv) a análise de palavras da linguagem corrente, expressões idiomáticas, provérbios, mitos, pensamentos de sabedoria popular que documentam a experiência coletiva com mexericos; (v) a análise de *reality shows* como *Big Brother Brasil* e (vi) a análise de gravações de conversações autênticas. As áreas citadas sob os pontos (iii) até (vi) fornecem material linguístico que pode ser analisado empiricamente; o domínio (ii) fornece modelos teóricos e abordagens metodológicas explanadas em trabalhos científicos realizados por outros observadores, cujos resultados podem ser verificados; as informações provenientes

de (i), no entanto, podem ser verificadas apenas à medida que seja possível representar nossa experiência subjetiva com mexericos de modo plausível e aceitável pelos padrões da nossa disciplina.

8.2 Os principais passos metodológicos

Naturalmente, um estudo que se ocupa da questão de como os falantes competentes fazem de uma interação comunicativa uma fofoca não pode apoiar-se unicamente em fontes que falam *sobre* o mexerico. Para descobrir os padrões da fofoca como uma forma de comunicação socialmente institucionalizada, temos que recorrer a dados que não conservam reconstruções interpretativas das atividades comunicativas, mas que registram o **decorrer real** das fofocas o mais pormenorizadamente possível. Por conseguinte, afirmamos que a identificação e determinação dos princípios estruturais das ações comunicativas devem basear-se em gravações técnicas e transcrições detalhadas das interações “naturais”. Nisso, é muito importante que nenhum elemento que aparece numa transcrição pode ser interpretado como um produto de meras coincidências.

Visto isso, seguimos os cinco passos que Bergmann (1987, p. 52-59) sugere para a realização concreta de uma investigação empírica da fofoca:

i) **Conceito primitivo:**

A compreensão de um fenômeno nunca parte do zero. Para poder colecionar um corpus de dados relevantes é preciso ter uma ideia preliminar sobre as normas do gênero fofoca e sobre as situações em que suas manifestações podem ser observadas. Deste modo, decidimos, por exemplo, descrever o mexerico, provisoriamente, como “uma novidade sobre assuntos pessoais de outras pessoas”.

ii) **Coleta de dados:**

É claro que a observação e documentação de uma atividade proscrita como a “fofocagem” são difíceis, primeiramente, porque os próprios fofoqueiros costumam se opor a uma invasão da sua esfera privada; segundo, porque o mexerico floresce apenas em situações espontâneas e não sob condições

experimentais. Espiar e documentar clandestinamente uma “fofocagem”, pode aparecer um empreendimento duvidoso pelo ponto de vista ético, mas – como observa Bergmann (1987, p. 55) – os problemas mencionados podem ser reduzidos, *a posteriori*, através de medidas adequadas como um esclarecimento franco e um pedido para se permitir o uso do material transcrito após o disfarce das pessoas e das circunstâncias reais (cf. cap. 8.4).

iii) As regularidades:

Para poder determinar a fofoca como um gênero e descobrir sua estruturação tipológica, é preciso interpretar as transcrições conversacionais como variações exemplares de uma forma mais ou menos estável. A definição de um gênero comunicativo tem como condição prévia que suas regularidades se manifestam nas diferentes dimensões e fases das ações comunicativas de tal maneira que os próprios agentes sociais podem, em princípio, perceber sua interação como realização individual de certos padrões comunicativos. O observador externo pode reconhecer as normas constitutivas de um gênero ao analisar seus dados conforme os critérios seguintes: os participantes legítimos, a escolha do estilo, a seleção do assunto, o encaixamento situacional, a modalidade comunicativa e, especialmente, os padrões interacionais que determinam o decorrer da atividade comunicativa. Vimos que a estrutura básica da fofoca possa sofrer modificações e que as realizações concretas possam contrair, ampliar, ocultar ou ironizar os padrões esperados. Também é possível que os padrões genéricos se cruzem com outros padrões comunicativos, pois os interlocutores perseguem simultaneamente várias linhas comunicativas e, de uma maneira geral, orientam seu comportamento comunicativo em critérios heterogêneos.

iv) Os princípios de organização:

A formação interativa da “fofocagem” depende do trabalho comum de todos os participantes. Os interlocutores produzem os fatos sociais continuamente num processo de sintonização mútua. Baseando-se no conhecimento compartilhado dos relevantes métodos e regras sociais, eles podem fazer da sua interação conversacional um mexerico. Contudo, é importante notar que não basta conhecer os padrões genéricos para tornar-se um fofoqueiro competente; é preciso dominar também os princípios organizacionais da sua aplicação. Nossa descrição do gênero

comunicativo, conseqüentemente, não pode delimitar-se a uma análise dos padrões genéricos; ao contrário, nossa determinação do gênero tem que incluir, necessariamente, os princípios e as regras pelos quais os padrões comunicativos se realizam nas circunstâncias específicas e dão origem a um acontecimento comunicativo individual.

v) A representação:

As hipóteses interpretativas das abordagens qualitativas não confirmam sua validade através de operações estatísticas, mas comprovam que a interpretação oferecida revela um sentido no qual os próprios agentes sociais se orientam. As evidências que apresentamos reproduzem o contexto significativo que os interlocutores estabeleceram no decorrer das suas interações. A tentativa de postular saberes e deduzir argumentos a partir de um suposto resultado final contraria a lógica do método interpretativo e desvalorizaria as transcrições dos dados ao status de meras ilustrações. Recomenda-se, portanto, que se siga, passo a passo, o processo de construção e verificação do conhecimento que, por sua vez, reproduz explicitamente o método interpretativo dos interlocutores. A confiabilidade e validade da nossa interpretação, então, se estabelece no decorrer da representação que, deste modo, não passa a ser um invólucro de conhecimentos acabados, mas se torna uma parte do método de pesquisa.

Aplicar esse **procedimento** significa estudar, primeiramente, a relação entre os traços formais e o conjunto de expectativas que orientam a produção e a recepção discursivas. Sabe-se, também, que a produção, distribuição e tradição dos saberes nos quais as ações se baseiam são determinadas socialmente. Portanto, é muito importante perguntar, em segundo lugar, a qual tipo de problema social, numa dada cultura, a fofoca, como gênero comunicativo, fornece uma solução convencional. Quanto à primeira tarefa, um problema importante é de que maneira as propriedades estruturais dessa atividade determinam as funções das contribuições verbais feitas nela (JEFFERSON, 1972; SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, 1974; SCHEGLOFF 1968, 1972, 1979, 1980, 1991, 1992, 2000; SCHEGLOFF & SACKS, 1973; SCHEGLOFF, SACKS & JEFFERSON, 1977). Isso inclui, por exemplo, a questão de como as expectativas e as inferências dos participantes dependem da organização estrutural de uma atividade e da escolha de

um gênero determinado. Quanto à segunda tarefa, é preciso estudar a relação entre a forma linguística e o contexto social e cultural em que ela é produzida.

Tudo isso mostra que, para poder descobrir as regras básicas das interações e as estruturas objetivas atrás dos fenômenos empíricos, é imprescindível iniciar a orientação metodológica pela **análise da conversação** (MARCUSCHI, 2001)². Contudo, já que queremos ultrapassar a descrição formal das estruturas conversacionais, convém lançar mão da **etnometodologia** (GARFINKEL, 1967)³, da **etnografia da comunicação** (GUMPERZ, 1982; HYMES, 1964)⁴, do **interacionismo simbólico** (GOFFMAN, 1983)⁵ e, especialmente, da **linguística sistémico-funcional** (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & HASAN, 1989)⁶ e estudar, com uma caixa de ferramentas analíticas providas dessas abordagens, a organização local e o processo da individuação que confere a cada fofoca a sua feição própria. Em seguida, analisamos a função social que a atividade de fofocar realiza na produção, manutenção e modificação das estruturas sociais. Para isso, recorreremos à **análise crítica do discurso** (FAIRCLOUGH, 2003)⁷ e à **teoria dos sistemas** (LUHMANN, 1984, 1997)⁸, que possibilitam uma descrição pormenorizada dos aspectos internos e externos das ações comunicativas, conectando o contexto microinterativo da vida cotidiana com o contexto macrossocial das estruturas mais globais.

² cf. também: Atkinson e Heritage, 1984; Auer, 1993, 1995; Bergmann, 1981, 1991, 1994, 2001; Boden, 1990a, 1990b; Brinker e Sager, 1989; Button, Drew e Heritage, 1986; Button e Lee, 1987; Cameron, 2001; Drew e Heritage, 1992; Garfinkel e Sacks, 1970; Goodwin e Heritage, 1990; Henne e Rehbock, 1995; Hutchby e Drew, 1995; Hutchby e Wooffitt, 1998; Kallmeyer e Schütze, 1976; Kerbrat-Orecchioni, 2005, 2006; Liddicoat, 2008; Loder & Jung, 2008; Lynch, 2000; Nofsinger, 1991; Prevignano e Thibault, 2003; Psathas, 1979; Sacks, 1978; Schegloff, 2007; Schenkein, 1978; Schütze, 2001; Streeck, 1983; Sudnow, 1972; Tem Have, 2007; Wilson, 1989; Wood e Kroger, 2000; Wooffitt, 2005; Zimmerman e West, 1980.

³ cf. também: AG Bielefelder Soziologie, 1980; Boden e Zimmermann, 1991; Flynn, 1991; Garfinkel 1961, 1972; Heritage, 1984; Maynard e Clayman 1991; Turner, 1974; Weingarten, Sack e Schenkein, 1976.

⁴ cf. também: Auer, 1986; Auer e Di Luzio, 1992; Goodwin e Duranti, 1992; Gumperz 1992a, 1992b; Gumperz e Cook-Gumperz, 1982; Gumperz e Hymes, 1972; Gumperz e Levinson, 1996; Hymes, 1972a, 1972b, 1974a, 1974b.

⁵ cf. também: Blumer, 1937/1986; Brown e Levinson, 1987; Goffman, 1955, 1956a, 1956b, 1959, 1964, 1972, 1974, 1979, 1982, 1985; Helm *et al.* 1989; Malone, 1997; Mead e Morris, 1967; Meireles, 1999; Schütze 2002; Soeffner, 1986; Willems, 1997.

⁶ cf. também: Benson e Greaves, 1985, 1988; Benson, Cummings e Greaves, 1988; Bloor e Bloor, 1995; Butt *et al.* 1994; Eggins, 1994; Eggins e Slade, 1997; Fawcett e Young, 1988; Fries e Gregory, 1995; Ghadessy, 1999; Hasan, 1996; Martin, 1992, 2001b, 2008; Martin e White, 2005; Thompson, 1996; Thurnbury e Slade, 2006; Unsworth, 2000; Young e Harrison, 2004.

⁷ cf. também: Caldas-Coulthard e Coulthard, 1996; Chouliaraky e Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 1992, 1995, 2001; Fowler, 1991; Fowler e Kress, 1979; Hodge e Kress, 1988, 1993; Titscher *et al.*, 2000; Wodak, 2002; Wodak & Meyer, 2001.

⁸ cf. também: Berghaus, 2004; Horster, 1997; Kieserling, 1999; Kneer e Nassehi, 1994; Krause, 2001; Luhmann, 1970, 1975, 1981, 1987, 1990, 1991, 1995, 2002; Reese-Schäfer, 1999.

8.3 A coleta de dados

O método principal e imprescindível para a coleta dos nossos dados consistiu de **gravação digital** e **transcrição** de conversações autênticas. As interações verbais são acontecimentos efêmeros que podem ser analisados, apenas, quando são conservados e disponíveis para uma repetição ilimitada na forma de gravações e transcrições exatas. A textualização dos dados falados permite uma identificação melhor e uma análise mais rápida dos elementos relevantes. Outros métodos, como protocolos de memória, avaliações intuitivas do decorrer das conversações ou entrevistas com os participantes das interações, nos pareceram de utilidade bastante delimitada, pois nosso interesse maior dirigia-se aos acontecimentos “reais” no decorrer dos fatos. Por isso preferimos o trabalho interpretativo com gravações de conversações autênticas (cf. BERGMANN, 1985). Memórias subjetivas, seletivas e perspectivadas não são suficientemente exatas para nossos fins científicos (DEPPERMAN, 1999, p. 21).

De fato, há sempre um perigo enorme de questionários posteriormente produzidos fornecerem apenas resultados artificiais, induzidos pelas perguntas do pesquisador que quer ver sua hipótese confirmada. Além disso, é comum que os entrevistados idealizem suas práticas comunicativas, cedam a necessidades da representação do seu ego ou, simplesmente, se enganem quanto aos “fatos reais”. Todavia, é certo, também, que alguns **métodos etnográficos**, como a observação participativa, fornecem complementos relevantes para nosso estudo. De fato, o conhecimento da situação concreta, da história dos interactantes e da sua relação fornece impressões valiosas e dados adicionais que compensam inevitáveis lacunas nas gravações das conversas. Entrevistas posteriores, com base nos dados transcritos, podem ajudar, por exemplo, na análise de estratégias ou modalidades conversacionais.

Além disso, grande parte da coleta de dados depende de uma abordagem exploratória do campo de pesquisa que inclui uma série de decisões prévias e medidas preparativas. Antes de “mergulhar” no mundo da fofoca, foi preciso acumular já um bom conhecimento sobre o gênero em questão, os relevantes

aspectos conversacionais e os sujeitos adequados para contribuir com o assunto a pesquisar. Também foi importante, antes de fazer uma gravação, ocuparmo-nos dos seguintes problemas:

- i. Qual é o tamanho de amostra satisfatório para nosso estudo de caso?
- ii. Quais conversações cotidianas prometem fornecer os tipos de dados necessários para nossa pesquisa?
- iii. Quais são as concretas condições situacionais para nossas gravações (na residência, no trabalho ou em outro local; durante a semana ou no fim de semana; por telefone ou face a face; situações diádicas ou conversas em grupo)?
- iv. Como escolher os sujeitos da pesquisa (idade, gênero social, profissão etc.)?
- v. Em quais situações privadas e profissionais, é possível fazer gravações que, provavelmente, renderão dados relevantes para nosso projeto?
- vi. A presença do pesquisador é necessária ou contraprodutiva (“paradoxo do observador”)?
- vii. Onde instalar nosso gravador (*Voice Recorder Digital DVR – 2850*) para garantir uma gravação discreta, mas de satisfatória qualidade técnica?
- viii. A familiarização do pesquisador com a tecnologia e os procedimentos metodológicos necessários é suficiente?
- ix. É melhor fazer, primeiramente, todas as gravações e começar as transcrições e o trabalho analítico mais tarde ou é mais vantajoso trabalhar em todos os intervalos simultaneamente?
- x. Quais anotações devem ser realizadas imediatamente depois de uma gravação (data, horário, lugar, dados sociodemográficos, enquadre situacional, identificação das vozes gravadas, impressões espontâneas, assuntos tratados, etc.)?
- xi. Quais questões éticas devem ser resolvidas (garantia dos direitos da pessoa humana, proteção de dados, anonimização dos dados pessoais, refluxo dos resultados da pesquisa aos sujeitos que participaram dela)?

Para conseguir nossos dados empíricos, seguimos, então, o seguinte roteiro: inicialmente gravamos algumas conversações no âmbito familiar para testar o aparelho de gravação, treinar seu manuseio e aprender a avaliar a influência que as diferentes fontes de ruído (ventos, veículos, aviões, alto-falantes, pessoas conversando ao fundo etc.) podem exercer sobre a qualidade do som. Feitas as primeiras gravações, começamos a ensaiar o trabalho de transcrição com a ajuda de um programa de computação chamado EXMERaLDA (SCHMIDT, 2001, 2002a, 2002b, 2004a, 2004b). Se já não é fácil familiarizar-se com um *software* cujos recursos abundantes são descritos sucintamente num manual de 145 páginas, é certamente um trabalho hercúleo adquirir habilidade prática na transcrição de áudio sem poder contar com a ajuda de um instrutor experiente ou, pelo menos, com a troca de informações com outros analistas de conversação.⁹ Vale a pena ressaltar, aqui, que, à primeira vista, a análise qualitativa pode parecer, especialmente a um pesquisador inexperiente, menos exigente em termos de rigor e precisão e – como observam Pedroso & Carvalho (2005, p. 431) – “mais fluída ou livre do que a análise quantitativa”. Aprendemos, no entanto, que ela exige “um esforço muito maior de explicitação de critérios para que o rigor científico seja preservado e para que se torne possível o compartilhamento produtivo de seus procedimentos e de seus resultados” (PEDROSO & CARVALHO, 2005, p. 431).

Num segundo passo, então, aproveitamos encontros mais ou menos casuais para pedir aos amigos e conhecidos presentes que permitissem uma gravação de conversações, dando como explicação o fato de trabalharmos num projeto de pesquisa na área da análise do discurso cotidiano, que teria como objetivo descrever a fala e as interações conversacionais em situações informais, caracterizadas pela relação horizontal entre os seus participantes. Quando foi necessário, acrescentamos ainda algumas observações sobre as peculiaridades da modalidade oral de uso da língua, sobre o sistema de turnos de fala e sobre a organização estrutural das conversações. De modo geral, as pessoas se acostumaram aos poucos com nossa prática e toleraram gravações aparentemente

⁹ Pelos motivos mencionados nos agradecimentos do presente trabalho, não nos foi possível aceitar um convite do Prof. Dr. Hardarik Blühdorn e realizar um estágio no *Institut für Deutsche Sprache* (IdS) em Mannheim (Alemanha) que objetivasse aperfeiçoar nossas habilidades práticas na transcrição e análise de episódios interacionais áudio ou videogravados.

aleatórias de episódios mais ou menos extensos das nossas interações verbais. Deixávamos os participantes sempre à vontade para desligarem o gravador quando se sentissem incomodados. Abstraindo-se algumas piadas ou gracejos ocasionais, pareceu que ninguém se aborreceu de verdade com a nossa curiosidade inusitada. Lamentavelmente, as gravações obtidas dessa maneira foram, na sua grande maioria, inúteis para nosso projeto de pesquisa. Muitas vezes, foram ruídos no ambiente que baixaram a qualidade de som justamente nos trechos que nos pareciam mais interessantes. Além disso, tivemos frequentemente a impressão de que os sujeitos monitoravam seu comportamento e evitavam certos assuntos mais pessoais enquanto o gravador permanecesse ligado.

Um resultado positivo dessa fase foi que identificamos alguns sujeitos que se revelaram como verdadeiros artistas na produção interativa de gêneros narrativos. Um traço comum desses informantes foi que, com o decorrer de uma interação, eles tenderam a esquecer o gravador colocado na mesa e entusiasmaram-se tanto com sua história e com o interesse da plateia que as palavras jorravam como de um manancial de ideias. Além de saber contar com maestria piadas, histórias ou fofocas, essas pessoas despreocupadas pareciam sentir-se pouco embaraçadas pela presença de um gravador e, às vezes, até brincavam com a sensação de assumir o papel de “um cobaia num zoológico humano”, de “um participante do *BBB*” (*Big Brother Brasil*) ou de “uma estrela da Globo”. Mesmo assim, pensamos que, quando se trata de assuntos morais que podem ter efeitos constrangedores, deve haver sempre um receio maior de “abrir seu coração”, tanto que até nas conversações mais espontâneas nunca ocorreu durante as nossas gravações a produção de uma fofoca verdadeiramente maliciosa que fosse capaz de denegrir a reputação do seu alvo – e, implicitamente, também o renome do seu autor. Além disso, convém mencionar ainda que a empolgação desenfreada de um sujeito se pode revelar também como um obstáculo na tentativa de superar o paradoxo do observador (LABOV, 1972).

Falando ainda sobre esses “fofoqueiros natos”, importa saber que algumas dessas pessoas mostraram uma disposição inesperada para participar em nossa pesquisa e até assumir um papel mais ativo na sua realização. Começamos, então, concentrar nosso trabalho nessa “elite” e transformar seus membros, por

assim dizer, em “informantes privilegiados” ou em até “pesquisadores-assistentes”. Mais concretamente, pedimos que eles ficassem com nosso gravador durante um ou outro fim de semana e gravassem conversações com familiares ou com amigos sempre quando as julgassem interessantes ou úteis para uma análise mais pormenorizada. Recebemos assim várias gravações com episódios interacionais interessantes que contribuíram para o progresso da nossa pesquisa.

Simultaneamente, começamos experimentar gravações semiescondidas. Nessa modalidade de coleta de dados, apenas o pesquisador, seu “assistente” e/ou um dos sujeitos sabem da gravação; o sujeito informado pode, assim, até tentar influenciar, inicialmente, a conversação de um grupo no sentido de o fluxo conversacional tomar rumo em direção à produção de fofocas. É importante, no entanto, que, depois desse primeiro impulso, ele tente abster-se, da melhor maneira possível, de contribuições ou comentários adicionais que, talvez, tenham o potencial de desfigurar o caráter natural dos dados ou de desviar o desenvolvimento costumeiro da troca de turnos. A nosso ver, quando somente uma parte do elenco sabe da presença de um microfone, as chances aumentam muito de conseguir gravar trocas conversacionais espontâneas e não monitoradas que seguem o fluxo natural e criativo dos pensamentos. Ainda assim, não foi fácil conseguir com esse método gravações de fofocas perfeitamente espontâneas.

Escutando as conversações gravadas com essa constelação de sujeitos, não nos pareceu que as pessoas informadas tiveram a intenção de agir como um detetive que quer pegar seu alvo “com a boca na botija”. Muito pelo contrário. Já que se tratou sempre de um círculo de amigos, parece ter prevalecido inconscientemente a lealdade com os companheiros e o desejo de não “pregar uma peça” em nenhum deles. Chegamos à conclusão, portanto, que a participação de um interlocutor que sabe da gravação – mesmo quando resiste, da melhor maneira possível, à tentação de causar modificações no comportamento comunicativo dos outros – diminuiria a probabilidade de capturarmos certos fenômenos da produção discursiva da moral que naturalmente acontecem. Por outro lado, em situações *off the record*, não é raro ouvirmos inúmeros mexericos que incluem mentiras, malvadezas e futilidades. Divulgar calúnias e inverdades, enganar os outros e/ou prejudicar um oponente, certamente fazem parte do repertório dramático de muitos atores sociais, mas,

quando o gravador está ligado, os membros do mesmo elenco apresentam seus talentos de comediantes e, simplesmente, querem se divertir “jogando conversa fora”. Também não se pode excluir a possibilidade de que um participante informado, ao escutar fuxicos, indiscrições e intrigas muito constrangedoras chegue a recuar das suas intenções de disponibilizar os dados para uma pesquisa científica. Ao final, restou como último recurso dessa versão de coleta de dados o apagamento tácito de uma gravação.

Em todos os outros casos que envolviam dados obtidos por esse método, foi preciso informar os outros participantes, no fim de uma conversação, sobre a gravação das suas falas e pedir seu consentimento para poder usar suas contribuições num projeto de pesquisa científica. Para prevenir mal-entendidos ou possíveis mágoas, mostrou-se conveniente explicar que, dada a permissão imprescindível de todos os participantes, partes das gravações poderiam ser transcritas e usadas para fins científicos; mas todas as informações encontradas que pudessem permitir a identificação dos participantes seriam devidamente alteradas, garantindo, assim, o anonimato total dos sujeitos. Naturalmente, se um dos sujeitos, apesar da descrição dessas precauções, não concordasse com o uso do material num projeto científico, seria preciso apagar a gravação imediatamente na presença dele.

Aprendendo aos poucos esses diferentes tipos de coleta de dados, e aumentando cuidadosamente nossa pequena rede de colaboradores, obtivemos ao longo de quatro anos uma quantidade considerável de material gravado (cerca de 20 horas), o que tornou necessária uma triagem de trechos para transcrição e análise. Originalmente, tivemos a intenção de selecionar duas fofocas típicas entre mulheres, duas entre homens e duas em grupos mistos. Também planejamos comparar o mesmo número de fofocas entre adolescentes, adultos e pessoas idosas. Antes de tudo, no entanto, objetivamos colher dados com fofocas na esfera da vida privada e compará-los com dados semelhantes obtidos em ambientes profissionais ou institucionais.

Um primeiro problema na realização desse programa de pesquisa foram as dificuldades que enfrentamos em coletar material empírico que permitisse todas

essas análises comparativas. Especialmente focadas em situações de trabalho são muito difíceis de conseguir. Não é que se trate de uma espécie rara, mas as chances de encontrar sujeitos dispostos a participar são mínimas e gravar colegas de trabalho às escondidas seria um método mais do que duvidoso para não dizer, francamente, um crime. Além disso, diante da necessidade cada vez maior de realizar, simultaneamente com a coleta e transcrição de dados, um vasto estudo teórico multidisciplinar que explorasse as potencialidades e limitações das diversas abordagens micro e macro à produção discursiva da moral, o projeto inicial mostrou-se demasiadamente ambicioso para uma pesquisa individual com um prazo de tempo bem limitado. Juntou-se a essas condições restritivas ainda um obstáculo imprevisto de natureza não acadêmica que, no meio do caminho, colocou em risco qualquer finalização do nosso empreendimento científico.

Vencidos esses percalços, o que sobrou, enfim, das nossas aspirações de ilustrar os argumentos teóricos mais importantes com um rico material empírico provindo de um corpus de mexericos autênticos, foi um estudo de caso que, baseado na transcrição de uma conversa típica entre “fofoqueiros amigos”, alcançou gradativamente um nível de detalhamento que permitiu o desenvolvimento de importantes conceitos descritivos, a análise dos elementos componentes de numerosos processos em foco e a compreensão dos questionamentos levantados na introdução deste trabalho. Isso não é pouca coisa, embora restem muitas horas de gravação que ainda esperam a sua transcrição.

8.4 Considerações éticas e legais sobre a coleta de dados conversacionais

Particularmente, a última questão merece algumas observações numa pesquisa que se ocupa da análise de dados coletados em situações naturais. A **legitimação ética** diante da sociedade é um aspecto essencial de qualquer trabalho científico que não pode ser tratado como marginal. No que diz respeito à investigação das práticas conversacionais em situações informais, Labov (1972: 113) afirma que o objetivo principal é “observar como os falantes falam quando não são observados”. No ponto de vista epistemológico, a solução mais óbvia para esse

paradoxo é gravar as conversações às escondidas, mas, evidentemente, esse tipo de coleta de dados envolve numerosas questões éticas e legais que devem ser resolvidas antes de entrar no campo de pesquisa.

Na cultura ocidental, acredita-se que as pessoas têm um **direito de privacidade** e que uma violação desse direito é imoral e deve ser proibido pela lei. Por outro lado, é claro que, nas ciências, uma violação desse direito pode produzir resultados positivos que, dificilmente, podem ser alcançados por outros caminhos. Conforme Brody (1970, p. 3), a questão é, portanto: “se houver condições sob as quais devemos fazer exceções dessa regra moral e, caso afirmativo, quais condições seriam essas?” Essa pergunta, como diz Murray (2001, p. 1033), “está no cerne de um ramo da filosofia que é conhecido como ética situacional e que se baseia na convicção de que uma dada ação, embora seja considerada, geralmente, como imoral, pode, em certas circunstâncias, tornar-se ética”.

Que isso é possível, já mostra o fato de que a coleta oculta de dados é mundialmente usada na patologia linguística, na psicolinguística, na sociolinguística, na psiquiatria clínica, na psicologia, na sociologia e na linguística antropológica (Murray & Ross-Murray, 1991, p. 50-53). Como se sabe, os pesquisadores dessas áreas usam esse tipo de dados, exclusivamente, para estudar o uso e/ou as estruturas da língua e nenhum deles, jamais, foi acusado num tribunal porque gravou conversas secretamente. Assim sendo, a **questão fundamental** para a análise da conversação e, também, para nossa pesquisa é: o que temos que contar aos nossos sujeitos sobre a gravação das suas conversas? Ainda que esse problema tenha, antes de tudo, um caráter ético, trataremos, primeiramente, dos seus aspectos legais.

Assim, pois, convém dizer logo que as diferentes jurisdições estaduais e nacionais – como é de se esperar – nem sempre chegaram às mesmas conclusões sobre a legalidade de gravações ocultas. Larmouth (1991), Murray (2001) e Murray e Ross-Murray (1991, 1996) fornecem uma visão pormenorizada sobre as **posições legais** nos Estados Unidos; Brinker e Sager (1989, p. 25-31) apresentam os detalhes dessa problemática jurídica e ética no âmbito da legislação alemã. Desconhecemos trabalhos semelhantes que poderiam orientar os pesquisadores no

Brasil. Como se mostrou, a Comissão de Ética da Universidade Federal do Ceará (UFC) não está em condições para contribuir na discussão da dimensão ética da nossa pesquisa. Os formulários disponibilizados para dar uma visão geral sobre o projeto de pesquisa dedicam-se exclusivamente a questões de estudos clínicos com pacientes em tratamento. Parece-nos que a Comissão não faz ideia do que seja um estudo de campo na área da análise da conversação ou da etnografia da comunicação. Desse modo, não foi possível, no decorrer dessa pesquisa, estabelecer através de reflexões comuns, um padrão para pesquisas futuras que usarão a metodologia da análise da conversação.

Resumidamente, podemos afirmar que, **nos Estados Unidos**, fazer gravações ocultas em áudio¹⁰ é legal *sob certas condições situacionais*, especialmente, quando o responsável pela gravação participa na comunicação gravada (*one party consensual recording*) ou quando um dos participantes deu sua permissão para efetuar tal gravação (cf. MURRAY, 2001, p. 1034). São proibidas, explicitamente, todas as atividades que envolvem um delito criminal, uma fraude intencional ou que possam representar algum risco para os sujeitos gravados. Conforme Murray (2001, p. 1035), os tribunais dos Estados Unidos que decidiram sobre casos particulares nos quais se disputou o direito à privacidade basearam suas sentenças em três critérios essenciais: “o grau em que o equipamento usado para a coleta de dados melhora os sentidos do seu usuário, a disponibilidade desses equipamentos para o público geral e a natureza da informação que o usuário desse equipamento procura obter”. Vale dizer, além disso, que – no caso de conversações face a face¹¹ – a legalidade da gravação oculta depende muito das expectativas que os falantes, de acordo com o senso comum, possam manter no que diz respeito à privacidade do conteúdo e da finalidade da conversação. De acordo com Murray (2001, p. 1934), esse princípio costuma ser aplicado, especialmente, para proteger a conversação em ambientes privados. Finalmente, o autor conclui suas considerações com as seguintes recomendações:

- 1) Recorre a gravações ocultas apenas quando não é possível coletar os dados de outra maneira.
- 2) Mantenha-se informado sobre a legislação atual [...].

¹⁰ Para as gravações em vídeo, valem – em parte – outras restrições legais (cf. MURRAY, 2001, p. 1035). Esse fato, no entanto, não têm importância para a pesquisa presente.

¹¹ As regras que valem para conversas por telefone são ainda mais liberais.

- 3) Não faça gravações ilegais. Lembra-se desta regra geral: há duas opções para obter gravações legais: ou você é um participante do evento gravado ou você tem a permissão de um dos participantes. Acautela-se, também, que seu motivo não seja tortuoso e, de algum modo, duvidoso porque isso já seria suficiente para tornar suas gravações ilegais.
- 4) Se você grava com o consento de um participante, obtenha esse consento por escrito. [...].
- 5) Depois da gravação, procure ter o consento de todos os seus informantes. [...].
- 6) Nunca faça gravações com uma aparelhagem técnica não monitorada. [...].
- 7) Lembra-se que, de uma maneira geral, tudo que pode ser ouvido ou visto, de olho ou de ouvido nus, pode ser gravado legalmente. [...].
- 8) Se você quiser fazer gravações em vídeo, use aparelhos que não “melhoram os seus sentidos” (i.e., evite lentes telefotográficas, luz infravermelho, etc.) e que estão disponíveis, prontamente, no varejo.

Conforme Brinker e Sager (1989), **na legislação alemã**, os termos “sem autorização”, “palavra não pública” e “palavra oral” são decisivos para a definição da privacidade como um direito de pessoa humana. Assim, pois, os autores citam o comentário para o direito penal de Lenckner (1985; *apud* BRINKER & SAGER, 1989, p. 26) e ressaltam que, no ponto de vista dos direitos individuais, o que é protegido por lei é “o direito de determinar o alcance do seu próprio enunciado no que diz respeito à possibilidade de contar com um público alvo que pode tomar conhecimento desse enunciado”. Para o legislador alemão, quando se trata da “palavra oral”, não importa o que é dito e nem se é dito formalmente ou com um certo grau de intimidade. O que interessa mesmo é a restrição do público alvo. Desse modo, entende-se, como “palavra não pública”, uma palavra “que é destinada para um conjunto de pessoas ligadas por relações pessoais ou objetivas e que não deve ultrapassar esse círculo delimitado” (*id. ibid.*). “Sem autorização” age uma pessoa que faz gravações em áudio sem uma ordem jurídica ou sem consentimento do(s) participante(s). Exclui-se, desse modo, o caso de poder cometer um delito quando há uma permissão para fazer gravações. Todavia, a prática da jurisdição cotidiana abriu, também, caminhos para fazer gravações ocultas *em certas circunstâncias*. Brinker & Sager (*op.cit.*, p. 26) afirmam:

A possibilidade de um delito é excluída, também, quando se pode presumir o consentimento dos falantes ou – no caso de gravações produzidas abertamente – uma clara aceitação tácita (i.e., quando os sujeitos notam a gravação, mas não levantam objeções durante a gravação). Além disso, no contexto [da análise da conversação], é preciso mencionar, também, o caso da utilidade ou do interesse social que, igualmente, pode justificar a exclusão da possibilidade de cometer um delito. O comentário de Dreher &

Tröndle, explicitamente, inclui, nesse interesse social que justifica as gravações, “as pesquisas científicas de linguistas ou psicólogos infanto-juvenis”.

Depois de refletir sobre a proteção da privacidade de acordo com o direito civil na Alemanha, os autores concluem:

Como se vê, há, de fato, uma série de possibilidades de produzir gravações no âmbito de um trabalho analítico de conversação. Não há qualquer problema jurídico, quando a gravação é feita com o consentimento dos falantes. Dessa afirmação, pode-se derivar a recomendação geral que devemos procurar obter em todos os casos a aprovação dos sujeitos com a gravação. Se, por razões metodológicas, for desvantajoso pedir uma autorização antes de fazer a gravação, porque isso poderia prejudicar a autenticidade da gravação, é preciso fazer esse pedido – sem falta – posteriormente. Se isso também não é possível, é necessário verificar, exatamente e em cada caso individual, se, realmente, estamos lidando com contextos e condições que excluem, claramente, a possibilidade de cometer um delito.

No que diz respeito ao interesse social, é decisivo, no âmbito da análise da conversação, que as gravações são usadas, geralmente, como exemplos de um comportamento geral e que os sujeitos não importam como pessoas particulares que demonstram um comportamento individual. O que é interessante, pois, são os aspectos de comportamento que podem ser generalizados. Além disso, vale dizer que, mais tarde, os dados são disponíveis, na maioria das vezes, para um público delimitado de cientistas e, apenas, na forma de um recorte material que foi anonimizado e afastado da esfera íntima.

Igualmente como Murray (2001), Brinker & Sager (1989) defendem a opinião de que a decisão sobre a aceitabilidade de uma gravação particular, no fundo, tem que ser justificada diante da própria consciência e dos eventuais críticos entre os leitores. O que é excluído, categoricamente, é a coleta ilícita de dados, a aprovação forçada e o consentimento obtido por dissimulação. Diante do fato de que qualquer conhecimento científico pode ser usado contra os interesses individuais e/ou coletivos, é mister lembrar que um determinado procedimento metodológico pode, muito bem, ser aceitável pelo ponto de vista jurídico, mas, ainda assim, pode ser duvidoso de acordo com as **normas éticas** de uma comunidade. Assumindo essa posição, Cameron (2001), também, ressalta que os sujeitos pesquisados não devem se sentir explorados e traídos pelo pesquisador e que, para nenhuma pesquisa, vale a pena prejudicar relações pessoais e violar a confiança dos outros. Recorrendo a sua própria experiência, a autora relata, além disso, que poucas pessoas recusam seu consentimento quando escutam “as palavras mágicas” (*op. cit.*, p. 22) “por favor, é para meu curso”. Cameron, que há muitos anos orienta os

estudantes do Instituto Educacional de Londres em fazer análise do discurso oral, fornece no seu excelente livro introdutório um punhado de regras e dicas práticas para minimizar a invasão da privacidade dos sujeitos pesquisados.

Na pesquisa presente, seguimos às orientações dessa pesquisadora mundialmente reconhecida. Além disso, adotamos, também, os **procedimentos metodológicos** de Bergmann (1987), Eggins e Slade (1997), Keim (2001) e Keppler (1987), que todos já pesquisaram a produção de mexericos em contextos formais e/ou informais. Isso significa concretamente:

- i. Não trabalhamos com dados não autorizados.
- ii. Gravações ocultas de conversas face a face ou por telefone devem ser autorizados posteriormente. Gravações não autorizadas são apagadas imediatamente.
- iii. Nas gravações abertas, tomamos providências para minimizar as implicações do paradoxo do observador; desse modo, não usamos dados gravados nos primeiros cinco ou dez minutos de uma conversa (a experiência mostra que, depois desse prazo, os sujeitos tendem a “esquecer” o gravador e param de monitorar sua fala); também não informamos que nosso objeto de pesquisa é a fofoca; em vez disso, afirmamos que nosso interesse refere-se às conversas cotidianas ou “ao papo de pessoas comuns”.
- iv. Explicamos aos informantes que suas contribuições serão transcritas e publicadas em revistas e trabalhos científicos, mas que todos os trechos usados serão anonimizados para proteger seus direitos de pessoas humanas.
- v. Aos nossos amigos e conhecidos e aos nossos estudantes que gravam suas próprias conversações e as conversações dos membros da sua comunidade pedimos que eles sigam essas mesmas orientações.

8.5 O arquivamento e a transcrição dos dados

Feitas as gravações que constituem nosso material para análise linguístico-discursivo, é importante arquivar os dados cuidadosamente para facilitar uma visão geral sobre o inventário do nosso banco de dados e para garantir um acesso rápido aos segmentos conversacionais relevantes para nossa pesquisa. Num primeiro momento, é preciso sempre copiar os dados do minidisquete do gravador para o disco rígido do nosso PC e, em seguida, para um CD *Recordable* de 800 MB. No último passo, recomenda-se fazer uma transformação dos *Voice Data* em formato sem compressão *waf-audio* para o formato de áudio *mp3* que aceita compressão em vários níveis. Convém, também, fazer, para cada gravação, uma **ficha de arquivamento** que contenha as seguintes informações:

- i. sigla de inventário, descrição geral da gravação (por ex.: “Corpus Fofoca, G14, motoristas”)
- ii. informações sobre o enquadre da conversação: data, lugar, horário, etc.
- iii. lista de todos os interactantes com siglas anônimas usadas nas transcrições (por ex.: Francisco da Sousa = Pedro Freitas PF)
- iv. informações sobre o formato dos dados e seu tratamento (por ex.: “gravação em disquete digitalizada como ‘motor.mp3’ do dia 10/03/2004, de 16:30 até 17:25, transcrita, em parte, no dia 18/04/2004 por HPW, verificada por BBR no dia 29/05/2006, gravação e manuscrito foram anonimizados)
- v. descrição resumida da situação (por ex.: “dois motoristas de táxi fofocam sobre a esposa de um colega”)
- vi. outras observações (por ex.: “muito barulho do trânsito”, “início incompreensível”, “PF fala dialeto baiano”)

Em seguida, é mister fazer um protocolo resumido do conteúdo de cada gravação (cf. DEPPERMAN, 1999, p.34) no qual as informações mais importantes podem ser vistas em forma tabelar. Isso inclui a indicação do tempo em minutos e segundos, um aviso sobre as passagens já transcritas, o(s) falante(s) de cada trecho, o tópico principal, comentários adicionais, uma referência às questões da nossa pesquisa, etc. Depois do **arquivamento** do material gravado conforme esse modelo, é possível ter uma visão geral sobre todos os dados, acessar rapidamente

qualquer segmento de uma conversa, selecionar e comparar fenômenos semelhantes ou contrastantes, escolher trechos adequados para uma transcrição pormenorizada e formar uma opinião geral sobre as interações (ainda) não transcritas. Além disso, é necessário trabalhar os dados no que diz respeito à proteção dos direitos de pessoa humana; o que significa, mascarar todas as informações que permitiriam tirar conclusões sobre a identidade dos participantes, particularmente: nomes de pessoas, endereços, instituições, funções profissionais, etc. Todavia, para evitar uma desfiguração da análise, a anonimização dos dados tem que ocorrer de tal maneira que o número de sílabas dos nomes fictícios não mudará e que permanecerão conservados, também, aspectos relevantes como a etnia, o gênero social, a profissão, a relação entre os interactantes e sua afiliação em determinados grupos sociais.

A **visão geral** sobre os dados coletados e as primeiras impressões de pormenores interessantes que merecem uma análise mais profunda levam, frequentemente, a uma redefinição ou uma precisão maior das questões secundárias da pesquisa. Às vezes, convém, então, ampliar, estreitar, apagar ou levantar perguntas. Eventualmente, é preciso coletar mais dados para poder reagir adequadamente às “surpresas” que todo material de pesquisa costuma provocar. De uma maneira geral, é importante, durante toda a discussão estratégica, deixar-se guiar pelos próprios dados e manter uma abertura metodológica que permite evitar avaliações infundadas e modificar processos em andamento. Nessa fase, é extremamente importante delimitar ainda mais as questões da pesquisa e escolher, estrategicamente bem, os segmentos gravados que formam o centro da análise de dados e que, portanto, são transcritos minuciosamente. Uma transcrição do corpus inteiro é desnecessária e, além disso, impossível diante das delimitações de tempo disponível para uma pesquisa acadêmica. A seleção dos dados a transcrever, por conseguinte, é guiada pelas seguintes questões:

- i. Onde, em nossa coleta de dados, há trechos que podem ser relacionados diretamente com as questões principais da nossa pesquisa?
- ii. Onde os participantes tematizam, explícita ou extensamente, uma das nossas questões secundárias?

- iii. Onde há acontecimentos típicos ou especialmente notáveis?
- iv. Onde há unidades lógicas ou tematicamente fechadas (por ex.: abertura, fechamento, mudança de tópico, alteração no elenco dos participantes, encaixamento de um episódio narrativo, etc.)?
- v. Onde há episódios nos quais os dados são completamente naturais, bem compreensíveis e reveladores no que diz respeito às questões da pesquisa?

Particularmente no início do projeto, é necessário evitar uma concentração prematura em poucos critérios analíticos. Recomenda-se, portanto, escolher episódios conversacionais que cumprem um conjunto de diferentes critérios para produzir um conjunto de focos com diferentes participantes, falando em diferentes registros e estilos. Depois de cada sessão de transcrição e interpretação é preciso reavaliar os critérios para a **seleção de dados**. A transcrição é imprescindível para a análise dos dados, uma vez que ela separa, em diferentes níveis, o processo complexo e efêmero de uma interação. A transcrição transforma a simultaneidade e irreversibilidade dos signos verbais, paraverbais e não verbais em cadeias de signos paralelos, sucessivos e repetíveis. Logo, as transcrições trazem as seguintes vantagens:

- i. os segmentos transcritos de conversações podem ser analisados repetidamente;
- ii. os transcritos podem ser analisados facilmente (é possível fazer marcações, comentários, folhear o manuscrito, etc.);
- iii. as informações pormenorizadas nos transcritos podem ser analisadas melhor, já que, nas gravações, os mesmos detalhes passam rapidamente;
- iv. a análise de um transcrito abre perspectivas adicionais sobre o decorrer de uma conversa, seus estágios ou suas modalidades que na gravação podem passar despercebidas;
- v. as transcrições podem ser elaboradas em diversos graus de detalhamento, sempre conforme os objetivos da pesquisa;

- vi. nos transcritos, o disfarce dos dados não é complicado e problemas com a proteção dos direitos de pessoa humana podem ser evitados facilmente.

O objetivo de cada transcrição é um registro “objetivo” da comunicação autêntica que permite uma análise “sem preconceitos” dos dados gravados (DEPPERMAN, 1999, p. 40). Uma vez que cada conversa representa um contínuo muito complexo de signos audiovisuais de vários interactantes que, frequentemente falam simultaneamente, é natural que a complexidade e quantidade de informações representa um problema para a transcrição. Um transcrito exato, portanto, tem que conter informações bastante heterogêneas. Desse modo, é comum fixar, já na **folha rosto** de um transcrito as seguintes informações:

- i. título do transcrito, chifre do corpus, informações sobre a fonte dos dados (por ex.: Corpus Fofoca, F 14, “motoristas”, CD 3/15, Início: 33.25”);
- ii. data e horário da conversação / do segmento conversacional;
- iii. duração da conversação / do segmento conversacional em minutos e segundos;
- iv. lugar da conversação / do segmento conversacional; se for possível com uma descrição resumida do *setting* (por ex.: “no estacionamento”, “na sala de estar”, “na piscina durante aula de hidroginástica”, etc.);
- v. todos os participantes da conversa / do segmento conversacional com nomes (pseudônimos) e siglas;
- vi. descrição demográfica dos participantes: idade, profissão, função, gênero social, relações de parentesco, status, etc.
- vii. caracterização do gênero textual / da situação (por ex.: “conversa por telefone”, “*talkshow*”, “atendimento no balcão”, etc.)
- viii. caracterização dos papéis dos participantes (por ex.: “conversa de família durante o jantar”, “conversa entre colegas de profissão”, “conversa entre especialista e leigo”, etc.)
- ix. particularidades (por ex.: “muito barulho no pano de fundo”, “MO fala dialeto baiano”, “infidelidade no namoro”)

- x. informações sobre o sistema de transcrição (por ex.: GAT, HIAT, DIDA, CA); eventualmente lista com convenções de transcrição;
- xi. informações sobre o grau de elaboração das transcrições (por ex.: “transcrição detalhada completa”, “transcrição aproximativa parcial”, “transcrição ainda não corrigida”)
- xii. informações sobre o portador de dados e seu lugar de paradeiro (por ex.: “cópia digital”, “C:audio/projetos/fofoca/motor/mp3” “Corpus NURC – Rio”)
- xiii. nome das pessoas que fizeram a gravação, a transcrição e a correção.

Dependendo da questão de pesquisa e das necessidades impostas pela própria interação, o **texto do transcrito** pode/deve incluir as seguintes informações:

- i. linha (em inglês: *tíer*) para a duração em minutos e segundos;
- ii. numeração das linhas ou campos (as linhas do transcrito são numeradas correntemente para poder-se referir, na publicação, a certos trechos citados;
- iii. sigla para o reconhecimento do falante;
- iv. dados verbais (transcrição exata do que se fala, com pausas, sobreposições, hesitações, correções, etc.)
- v. dados paraverbais (o grau de detalhamento depende da questão da pesquisa): aspectos sonoros, entonação, velocidade da fala, etc.;
- vi. dados não verbais (apenas possíveis em gravação em vídeo): mímica, gestos, comportamento no espaço, direção do olhar, etc.;
- vii. som: música, barulho, reações do público, etc.
- viii. imagem (por ex.: em gravações de programas de TV): informações sobre o conteúdo da imagem no monitor; direção de imagens, foco da câmera, etc.

De uma maneira geral, a ordem dessas informações depende do **sistema de transcrição**. Por exemplo, no sistema **HIAT** (*Halbinterpretatives Arbeits-transkription*¹²) (EHLICH & REHBEIN, 1976, 1979, 1981; Ehlich, 1992), usa-se, para

¹² transcrição semi-interpretativo provisório

cada aspecto, uma linha (*tier*) particular; igualmente como nas partituras musicais. A seleção dos dados, então, depende do material à disposição. Numa gravação em áudio, por exemplo, não há informações sobre imagens e dados não verbais. Além disso, é importante lembrar-se, sempre, do interesse da pesquisa: se a questão principal tratar de aspectos sintáticos da língua oral ou dos padrões sequenciais de um determinado gênero, será possível desistir de uma descrição pormenorizada dos acontecimentos paraverbais ou não verbais; se, ao contrário disso, o interesse principal é, por exemplo, as formas de citação de outras pessoas, recomendar-se-á uma descrição detalhada da qualidade da voz, da entonação, da velocidade da fala para poder analisar melhor o estilo da fala; se o assunto for observar uma discussão entre os usuários de um programa de computador, será preciso indicar, também, as imagens no monitor sobre os quais os participantes discutem; se o tema da pesquisa for a representação dos políticos em discussões eleitorais na televisão, será imprescindível observar seus gestos e mimos, etc. e, além disso, anotar como seu comportamento se adapta às especificidades do meio de comunicação (por ex.: um olhar na câmera ou para o público no estúdio).

É importante, especialmente, que os dados verbais não sejam distorcidos. A transcrição deve fixar, o mais exatamente possível, os acontecimentos reais. Logo, não se pode corrigir ou apagar erros, interrupções, hesitações, marcadores conversacionais, etc. Ao mesmo tempo, é mister garantir a legibilidade do transcrito; o que exige uma certa orientação na ortografia padrão: convém, por exemplo, escrever “mulher”, em vez de “muê”, apesar de escutar a segunda versão na gravação; em outras palavras: recomenda-se anotar as particularidades permanentes de um falante na linha de comentários ou na folha rosto do transcrito (por ex.: “LS fala dialeto pernambucano”). Em geral, é necessário codificar todas as categorias e todos os fenômenos claramente e seguir, fielmente, as convenções utilizadas pelo sistema de transcrição escolhido.

O sistema de transcrição HIAT coopera com o programa de computador (*software*) **EXMARaLDA** (*Extensible Markup Language for Discourse Annotation*) desenvolvida por Thomas Schmidt (2001, 2004) no *Sonderforschungsbereich 538 ‘Mehrsprachigkeit’* (Campo de Pesquisa 538 ‘Multilinguismo’) na Universidade de Hamburgo. A vantagem desse editor é que ele trabalha com partituras que permitem

a inserção posterior de dados em qualquer lugar do transcrito, sem causar o transtorno de precisar fazer adaptações no documento inteiro. Além disso, o programma oferece uma série de ferramentas (*software-tools*) que facilitam a administração, a transcrição e o uso dos dados digitais, a análise fonética, a transformação de dados multimediais e a colaboração com outros programas úteis (TuT, Praat, Traatsch ou prosoDB) que são disponíveis gratuitamente na internet. Apesar dos equipamentos sofisticados (e caros) e da ajuda valiosa que os programas computacionais oferecem, a transcrição continua ser uma atividade muito custosa: sem falar dos preparativos, um profissional experiente precisa contar com uma hora de trabalho intensivo para transcrever um minuto de conversação! O ideal, portanto, seria que os pesquisadores trabalhem em equipes e se conectem em redes nacionais e internacionais para trocar experiências e resolver problemas comuns.

8.6 A análise interpretativa dos dados

O fato de não partir de hipóteses claramente falsificáveis não significa que reina a arbitrariedade na descrição e interpretação dos dados. A cientificidade dos resultados da análise interpretativa depende da documentação exata dos dados e da apresentação de argumentos convincentes que podem ser verificados por terceiros na medida em que se apoiam em dados autênticos e se referem a reconhecidas categorias linguísticas. A interpretação de conversações segue o fluxo dos acontecimentos e tenta desenvolver as questões e os objetivos analíticos através da ocupação intensiva com os dados e não à base de uma grade fixa de categorias analíticas ou teorias preconcebidas. Mesmo que assumimos certos conceitos heurísticos que se baseiam em experiências e conhecimentos prévios, tentamos ficar aberto, em cada passo analítico, para novas perspectivas. Devido a essa **mentalidade analítica**, a interpretação do nosso material coletado assemelha-se a uma viagem de exploração por águas mais ou menos conhecidas.

Já que todos os padrões conversacionais representam construtos da interpretação e não descrições “objetivas”, é natural que haja, frequentemente, várias interpretações possíveis. Afinal, a complexidade das interações encarrega os

participantes, também, com a tarefa de escolher, permanentemente, a mais plausível entre as interpretações possíveis num dado contexto situacional. A classificação dos padrões conversacionais não obedece a um mecanismo fixo, mas é o resultado de um **processo hermenêutico**. Para evitar o perigo da arbitrariedade subjetiva, recomenda-se discutir os dados num trabalho em grupo (*data sessions*) que estimula o desenvolvimento de novas perspectivas. O objetivo principal desse trabalho é a elaboração de padrões suprassituacionais de práticas comunicativas que organizam as atividades sociais numa comunidade. Trata-se, então, da descoberta de regras, formas, padrões, estilos e funções da comunicação oral que os falantes competentes conhecem rotineiramente pela sua própria prática, mas que precisam ser “desconstruídos” em categorias lexicogramaticais, padrões de ação e estruturas de gênero antes de revelar quais funções e propósitos comunicativos assumem para o sistema interacional e a sociedade inteira (DEPPERMAN, 1999, p. 49). Infelizmente, não foi possível encontrar, em nosso curso de pós-graduação, outros estudantes interessados em trabalhar com a transcrição de dados orais.

Quanto mais conhecido é o objeto de pesquisa, maior é a necessidade do pesquisador de defender seu trabalho contra a repreensão de produzir conhecimentos triviais. Assim, pois, ainda que a pesquisa de um gênero do discurso cotidiano, provavelmente, não rende conhecimentos revolucionários, é certo que ela forneça uma “**descrição densa**” (GEERTZ, 1995) dos métodos pelos quais resolvemos problemas cotidianos como a construção da moral da sociedade, a confirmação das nossas identidades e dos nossos papéis sociais e a redefinição das nossas relações interpessoais. A análise de uma conversação cotidiana, então, não para na mera descrição, mas envolve reflexões teóricas, por exemplo, sobre as estruturas do gênero fofoca e seu papel no inventário comunicativo da sociedade. Contudo, o resultado dessas reflexões, ou seja, nossa “teoria social da fofoca” baseia-se nos dados concretos. Em outras palavras: ela é uma “**teoria fundada**” (*grounded theory*) no sentido de Glaser e Strauss (1967) cuja relevância ultrapassa os limites da situação concreta e de um grupo particular.

O ponto de partida da análise de dados conversacionais é a pressuposição que cada comunicação oral diádica é estruturada temporalmente por contribuições sucessivas e sequências nas quais cada turno individual é

determinado pela contribuição anterior do parceiro e, por sua vez, predetermina a reação seguinte. O significado de uma contribuição pode ser compreendido apenas na perspectiva dessa ligação dupla que representa a base da **ordem sequencial**. Logo, o trabalho analítico tem que trabalhar sistematicamente um turno depois do outro, sempre levando em consideração o contexto da contribuição anterior, cujas determinações são cumpridas ou desrespeitadas.

O segundo aspecto essencial diz respeito à pressuposição de que o falante e o ouvinte numa conversação tem que indicar, um ao outro, o significado que dão a uma determinada contribuição se quiserem garantir a compreensão mútua e facilitar a coordenação das suas ações (DEPPERMAN, 1999, p. 50). Essa **reflexividade** das interações explica porque o analista deve procurar atenciosamente as pistas (*accounts*) que são dadas, inconscientemente, para facilitar a contextualização das contribuições.

Em seguida, os princípios da sequencialidade e reflexividade, que são realizados pelos próprios interactantes, podem ser aproveitados metodologicamente pelo analista, que os transforma em **ferramentas analíticas**. Recorrendo às adequadas categorias linguísticas, o pesquisador pode determinar exatamente as formas indexicais e, desse modo, pode inferir regularidades, padrões e métodos comunicativos cujo valor ultrapassará o corpus em questão. No fundo, trata-se, então, da reconstrução interpretativa dos princípios nos quais os interactantes se orientam quando participam numa conversação e, particularmente, na produção de um mexerico. Esses princípios e os métodos correspondentes para a sua realização não são óbvios, mas tem que ser elaborados sistematicamente durante o processo analítico. A tarefa do analista, então, é explicar os acontecimentos comunicativos através da interpretação dos detalhes e da ordem de uma conversação. Onde há ambigüidades que não podem ser resolvidas à base da gravação e do transcrito, recomenda-se recorrer a informações externas adicionais que têm sua origem na observação participante ou em outros métodos adequados da etnografia da comunicação.

Uma vez escolhido um segmento adequado para explorar, é possível começar o trabalho analítico no nível microscópico dos detalhes de uma

determinada sequência ou no nível macroscópico da descrição geral da conversa inteira. Seja como for, o núcleo de cada interpretação deve ser a análise pormenorizada dos turnos que formam a ordem sequencial. Assim, pois, convém tirar do fluxo dos acontecimentos um turno após o outro e analisar cada contribuição por vários ângulos e questões de pesquisa, sempre incluindo também, no enquadre interpretativo, a relação que um enunciado tem com os turnos anterior e seguinte. Os **aspectos relevantes** para a análise de cada unidade focalizada já foram mencionados, implicitamente, quando levantamos as perguntas secundárias desta pesquisa. Aqui, basta então apresentar uma lista resumida:

- i. determinar como um enunciado contribui na **organização conversacional** (por ex.: abertura ou fechamento de um estágio);
- ii. verificar como a **relação entre os participantes** muda através desse enunciado (por ex.: colaboração vs. confrontação);
- iii. buscar pistas para a descrição da **modalidade** da interação (por ex.: irônica, lúdica, solene, etc.);
- iv. descrever como o enunciado contribui no desenvolvimento do **tópico** (por ex.: um passo numa narração ou numa argumentação);
- v. examinar se o enunciado realiza uma **ação** típica para o gênero em questão (por ex.: avaliação pejorativa do comportamento de uma pessoa ausente);
- vi. descrever os **padrões expressivos** que se sobressaem (por ex.: palavras-chave, entonação, falar em voz baixa);
- vii. verificar como o **meio de comunicação** influencia o enunciado (por ex.: face a face ou por telefone);
- viii. discutir as **estratégias** conversacionais que o falante pretende realizar com esse enunciado (por ex.: fingir-se de burro; provocar, etc.); e
- ix. refletir sobre os **estilos** conversacionais que o enunciado permite identificar (por ex.: trabalha uma relação pessoal diretamente ou indiretamente).

A experiência mostra que uma tática analítica muito produtiva é perguntar em cada caso: “Por que isso acontece agora?” Essa questão inclui, implicitamente, a busca de alternativas que um falante tinha numa dada altura da conversa, mas que

ele não realizou por razões ainda a determinar. A inclusão das variações possíveis, geralmente, facilita o caminho para uma interpretação conclusiva da opção realizada. Não existe uma ordem fixa para os passos analíticos que reconstroem retrospectivamente os acontecimentos interacionais, mas a lista apresentada em seguida inclui os **aspectos interpretativos** mais relevantes:

- i. paráfrase e descrição da atividade (enquadre referencial: assunto, pessoas, tempo, lugar),
- ii. meios expressivos e dinâmica da formulação (análise linguística conforme metafunções relevantes, pistas de contextualização para descobrir o que é subentendido, posição do enunciado no esquema das ações),
- iii. *timing*, (tipo da troca de turno, pausas, silêncio, hesitações),
- iv. análise contextual (enquadre de expectativas, projeção do receptor, contexto situacional e/ou institucional, referências intertextuais, informações sobre relações e papéis sociais, mudanças dinâmicas no contexto)
- v. expectativas e relevâncias condicionais (pares adjacentes, organização das preferências, obrigações e regras sociais)
- vi. consequências interativas (os três passos interacionais: a reação do interlocutor mostrará como um enunciado foi interpretado; a reação a essa reação, por sua vez, indica se o primeiro falante considera a reação do segundo adequada),
- vii. padrões sequenciais e macroprocessos (estágios e ações parciais: abertura, fechamento, perseguição, sequência inserida, sequências secundárias, avaliações; reconstrução da tarefa interacional básica) e
- viii. análise tipológica (padrões estilísticos e de gêneros).

Tudo isso mostra que o **problema central** da análise de dados conversacionais é a identificação adequada de padrões de ação e a descrição exata de fenômenos interacionais através de uma linguagem técnica que permita uma explicação da estrutura geral dos acontecimentos interacionais. Essa linguagem encontramos, antes de tudo, na análise da conversação, mas como investigamos a fofoca, também, sob o prisma da linguística sistêmico-funcional, é importante

demonstrar, além disso, como as metafunções linguísticas, ou seja os significados ideacionais/experienciais, os significados interpessoais e os significados textuais organizam o contexto das interações conversacionais, em termos das três variáveis situacionais propostas por Halliday (1994), nomeadamente: o campo do discurso, o modo do discurso e as relações interpessoais.

Também, já foi dito que o **modelo teórico** no qual se baseia nossa abordagem metodológica integrativa pressupõe que a relação entre as estruturas abstratas (a língua, a sociedade) e o evento concreto (uma fofoca produzida por um sistema interacional) seja intermediada pelas práticas sociais (por ex.: o cultivo de relações pessoais). A dimensão linguística dessas práticas manifesta-se pelos discursos (por ex.: o discurso cotidiano) que determinam quais possibilidades estruturais e estratégias comunicativas sejam incluídos e quais excluídos numa determinada área da vida social. Os elementos que constituem a ordem desses discursos formam três conjuntos analiticamente separáveis, a saber: os discursos propriamente ditos, os gêneros e os estilos, que em cooperação mútua organizam e controlam as variações linguísticas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

Sabe-se que os **discursos** representam diferentes maneiras de ver o mundo; os **gêneros** dizem respeito aos diferentes tipos de ações comunicativas e os **estilos** refletem e constituem diferentes modos de viver (*id. ibid.*). Assim sendo, as diferentes maneiras de representar, de agir e de se identificar determinam o significado tanto das menores partes de uma conversa quanto de uma conversa inteira. A mesma **ordem do discurso** estabelece, simultaneamente, o elo entre uma conversa concreta e o nível abstrato de relações entre a língua, a ideologia e o poder. Assim sendo, é evidente a necessidade de distinguirmos diferentes **níveis de análise**. Logo, estudamos tanto as relações fonológicas, gramaticais e lexicais da organização interna do nosso objeto quanto as relações genéricas, discursivas e estilísticas das diversas manifestações do gênero fofoca e analisamos, enfim, as maneiras pelas quais essa prática comunicativa liga as relações internas de cada conversa com as relações externas da situação concreta e do contexto sociocultural.

No que se refere aos três aspectos principais que constituem o significado de uma ação comunicativa (a representação, a identificação e a relação social),

mostrou-se – em concordância com Eggins e Slade (1997, p. 50) – que a prática de focar é mais motivada pela comprovação da **identidade social** e pela negociação da **relação social** que pelos tópicos abordados ou pela organização coesa dos enunciados. Como já foi dito no capítulo 5.2, a identidade social e os laços interpessoais entre os participantes são determinados por quatro dimensões: a) o status das relações interpessoais, b) o grau de envolvimento afetivo, c) a identificação com um grupo social e seus valores e crenças e d) a frequência do contato que determina o nível de familiaridade entre os interactantes (cf. MARTIN, 2001). O uso da língua reflete e constrói essas dimensões. Portanto, nossa análise compreensiva das fofocas explora, especialmente, os recursos linguísticos e estratégias comunicativas usados para a construção e a negociação dos diferentes graus de solidariedade e de diferença em atitude e posição social.

A relevância inquestionável da **análise de gênero** é que ela realça a relação dialética entre a língua e o contexto social, ou seja, entre texto (oral ou escrito) e sua função sócio-cultural. Para poder compreender por que uma atividade comunicativa é estruturada de uma maneira e não de outra, é preciso compreender a função social e cultural que ela assume. No caso da fofoca, já foi dito que as escolhas discursivas contribuem especialmente para a determinação dos papéis sociais e das relações interpessoais. Essas escolhas não se refletem apenas na estrutura genérica, mas também nas escolhas particulares dos diferentes recursos linguísticos que os interlocutores empregam em cada fase da interação. Uma vez que os interactantes codificam tanto o contexto imediato de uma fofoca quanto sua identidade genérica, ou seja, sua função sociocultural, era de se esperar que podemos descobrir, através da intermediação analítica do gênero, do discurso e do estilo das fofocas, como os comportamentos linguísticos rotineiros são associados a certos papéis sociais e quais comportamentos interativos determinam, consciente ou inconscientemente, o posicionamento dos participantes como sujeitos sócio-culturais.

A descrição das semelhanças e diferenças entre os diferentes gêneros comunicativos representa apenas um primeiro passo para a apreensão sistemática do campo inteiro de gêneros comunicativos de uma cultura ou de uma época. Uma representação do “**inventário comunicativo**” (LUCKMANN, 1986, p. 206) de uma sociedade exige, além disso, a análise do encaixamento socioestrutural e o estudo

das condições e das consequências sociais dos processos comunicativos tidos como típicos para uma sociedade. Quanto a essa última tarefa analítica, constatamos que a abordagem pela teoria dos sistemas sociais facilita a representação da dimensão comunicativa da construção, manutenção e transformação da ordem social.

9. Um estudo de caso

A Candinha vive a falar de mim em tudo
 Diz que eu sou louco, esquisito e cabeludo
 E que eu não ligo para nada e dirijo em disparada
 Acho que a Candinha gosta mesmo de falar
 Ela diz que eu sou louco e que o hospício é meu lugar
 Mas a Candinha quer falar

A Candinha quer fazer da minha vida um inferno
 Já está falando do modelo do meu terno
 E que a minha calça é justa e de ver ela se assusta
 E também da bota que ela acha extravagante
 Ela diz que eu falo gíria e que é preciso manear
 Mas a Candinha quer falar

A Candinha gosta de falar de toda gente
 Mas as garotas gostam de me ver bem diferente
 A Candinha fala mas no fundo me quer bem
 E eu não vou ligar pra mexericos de ninguém

Mas a Candinha agora já está falando até demais
 Porém ela no fundo sabe que eu sou bom rapaz
 E sabe bem que essa onda é uma coisa natural
 E eu digo que viver assim é que é legal
 Sei que um dia a Candinha vai comigo concordar
 Mas sei que ainda vai falar...

Erasmus Carlos

Recapitulando a incursão pela literatura sobre a fofoca apresentada no capítulo 7 do presente trabalho, chega-se inevitavelmente à conclusão de que a maioria dos trabalhos filosóficos, psicológicos, sociológicos e antropológicos – sejam os que aprovem a prática da fofoca sejam os que a rejeitem – tem a tendência em comum de reduzir as fofocas ao seu conteúdo e de omitir a questão de *como* esse gênero comunicativo se realiza nas formas concretas do discurso cotidiano. Assim sendo, Keppler (1987, p. 289) observa com razão que os autores desses estudos, ao focalizarem, por exemplo, os efeitos individuais ou sociopsicológicos, têm um interesse maior no que se diz *sobre* a fofoca ou *na* fofoca do que nas maneiras *como* as pessoas fofocam.

No intuito de enriquecer a discussão sobre a produção da moral no gênero fofoca com resultados empíricos provenientes de um estudo intensivo de caso, voltaremos a atenção, neste capítulo, para a descrição empírica do comportamento comunicativo de um grupo de fofoqueiros. Afinal, depois de ter, nos capítulos

precedentes, abordado as principais teorias sociológicas e linguísticas relevantes para a elaboração de uma concepção holística da conversação cotidiana e do gênero fofoca, falta ainda demonstrar, num **caso exemplar**, como os interactantes dão origem a um mexerico, ou seja, como eles organizam seus enunciados, determinam o conteúdo deles, realizam – em colaboração – os trabalhos interacionais a cumprir e estabelecem as suas relações interpessoais. Fazendo empréstimos conceituais nas abordagens interacionais, discursivas e sociológicas anteriormente discutidas, mostraremos como a prática analítica e o trabalho teórico podem e devem imbricar-se permanentemente e inspirar-se mutuamente no caminho para o desenvolvimento de um conceito empiricamente fundado da interação cotidiana face a face.

Pressupondo-se que haja uma relação dialética entre, de um lado, as estruturas sociais abstratas e, do outro, as disposições dos sujeitos engajados nas práticas sociais, tentaremos transcender a divisão improdutiva estrutura vs. ação, ou seja, determinismo vs. voluntarismo, mostrando que os sistemas sociais representam tanto uma condição prévia quanto um produto da ação social. Nos capítulos anteriores, argumentamos que a interação comunicativa tem um potencial criativo e transformador, mas, ao mesmo tempo, destacamos que, enquanto prática social, ela é afeiçoada, igualmente, pelas estruturas sociais que reproduz e modifica. Também, afirmamos que esse **caráter dialético do discurso** requer teorias dialéticas da linguagem que sejam capazes de superar o reducionismo das abordagens puramente estruturalistas e fenomenológicas. Desse modo, concluímos que – para poder descobrir o que está acontecendo numa determinada situação de comunicação sem perder de vista a participação que um tipo de interação conversacional tem nos processos sociais translocais e as funções que ele cumpre dentro da estrutura social – é preciso manter-se aberto a diferentes orientações teóricas e combinar, de uma maneira proveitosa, a análise estrutural e a análise interacional (interpretativa, hermenêutica) (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 74).

Como foi sugerido, várias vezes, nos capítulos anteriores, partiremos, neste e nos próximos capítulos, de **contexturas múltiplas**, ou seja, da suposição de que a lógica das relações de causa e efeito tem sua validade local e pode levar a um

objeto de pesquisa analiticamente descritível, mas que, a partir de outros horizontes, surgem outras relações de causa e efeito. Assumindo esse ponto de vista holístico, compreenderemos a conversação como um fenômeno que pode ser percebido por diferentes perspectivas de observação, por exemplo, como forma histórico-biográfica de expressão dos interactantes copresentes (cf. cap. 9), como uma interação com temas típicos que são negociados comunicativamente (cf. cap. 10) ou como uma forma de comunicação moral que faz parte dos sistemas funcionais da sociedade (cf. cap. 11). Em nosso entender, a tarefa da interpretação é examinar qual sentido surge quando se assume a perspectiva de uma das diferentes contexturas possíveis. O produto dessa análise, então, é uma interpretação de várias camadas na qual os diferentes enquadres de orientação produzem o sentido da conversação observada de maneiras diferentes.

No presente capítulo, então, examinaremos a comunicação, ou seja, as interpretações empiricamente observáveis, para descrever como se realiza numa prática comunicativa a busca por conexões que desencadeiam outras conexões. Dito de outra maneira, focalizaremos como os agentes sociais continuamente (re)produzem, desenvolvem e modificam a realidade social através de ações comunicativas mutuamente relacionadas. Reconstruiremos os problemas estruturais de interação característicos para conversas cotidianas com o objetivo de esclarecer a funcionalidade dos comportamentos comunicativos rotineiros que os interlocutores mostram uns aos outros como relevantes para a interpretação de um determinado encontro social. Mais concretamente: ao perguntar como os participantes individuais influenciam uma conversação e são influenciados por ela, dirigiremos nosso interesse para os (etno)métodos aplicados localmente pelos atores sociais com o fim de manter um foco de atenção, de gerenciar o desenvolvimento temático e de realizar uma identidade social específica.

Do ponto de vista teórico, procuraremos amparo para esse empreendimento em três escolas de pensamento: primeiramente, na **análise da conversação** (HUTCHBY & WOOFFITT, 1998; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; LIDDICOAT, 2007; NOFSINGER, 1991; SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007; TEN HAVE, 2008), que trata das conversações, por assim dizer, “de dentro para fora”, focalizando as práticas e as estruturas organizacionais da interação (a “máquina

conversacional”); em segundo lugar, na **sociologia do sistema interacional** de Goffman (1973, 1974a, 1974b, 1981, 1982a, 1982b, 1982c, 1982d, 1983, 1985, 1992, 1998a, 1998b) que se aproxima da conversação “de fora para dentro”, focalizando a situação social que influencia as conversações que nela se encaixam e que delas recebe influência, num efeito retroativo (o interesse principal de Goffman dirige-se aos participantes, “a equipe de representação” (GOFFMAN, 1992), e às práticas verbais e não verbais pelas quais esses organizam a conversação como um acontecimento social e exprimem suas relações interpessoais e suas atitudes diante do conteúdo); e em terceiro lugar, na **teoria da contextualização** (e/ou sociolinguística interacional) (AUER, 1986, AUER & DI LUZIO, 1992; GUMPERZ, 1982a, 1982b, 1992a, 1992b; SELTING & COUPER-KUHLEN, 2000) que visa a descrever as estruturas linguísticas como recursos para a fala-em-interação, interpretando-as como produtos flexíveis e adaptáveis, produzidos interativamente, que são executados de acordo com as exigências de cada interação específica e que possibilitam, ao mesmo tempo, a organização sistemática dela.

No próximo capítulo, proporemo-nos a descrever, conforme os princípios da análise funcional, como as contingências emergentes podem ser eliminadas pela aplicação de soluções provadas eficazes para o problema da contingência dupla; soluções, aliás, que são aplicadas reiteradamente como valores da própria comunicação os quais facilitam uma produção estável de sentido. Mais concretamente, analisaremos nossa conversação transcrita (cf. Anexo) à luz de elementos da linguística sistêmico-funcional e da análise crítica do discurso. Desse modo, descreveremos primeiramente as típicas **condições externas** para a instanciação do gênero fofoca. A realização dessa tarefa pedirá estudar aspectos como: os participantes potenciais de uma fofoca e suas posições e relações sociais; os lugares e as oportunidades prediletas para a produção dos mexericos; as categorias sociais que têm maiores chances para tornarem-se alvo dos fofoqueiros; os objetos favoritos para serem tematizados pelos mexeriqueiros; as motivações que induzem os indivíduos a coproduzir fofocas e os efeitos individuais e sociais dessa prática comunicativa. Depois disso, retomamos as noções de “configuração contextual” e “estrutura potencial do gênero” (HASAN, 1989; cf. cap. 5.1.3.3) como ferramentas analíticas para discutir os principais movimentos retóricos e a **macroestrutura** do gênero fofoca. Em terceiro lugar, examinaremos alguns **fatores**

variáveis nas condições de produção os quais costumam se refletir nas escolhas linguísticas a fazer no decorrer de uma fofoca. Nesse momento da análise, convirá estudar especialmente quatro aspectos salientes em todas as fofocas analisadas, a saber: a categorização de pertencimento de membros a grupos, a linguagem avaliativa, o monitoramento mútuo entre os participantes e a dramatização dos eventos narrados. Finalmente, discutir-se-ão ainda algumas características que distinguem o mexerico de gêneros semelhantes como a calúnia e o boato.

No capítulo 11, voltaremos nossa atenção especialmente para a função social do gênero fofoca. Por conseguinte, as ações e a intencionalidade serão tratadas como fenômenos que resultam da atribuição comunicativa da seleção tríplice – de informação, ato de comunicação e compreensão – a **pontos de endereçamentos** que, na comunicação, recebem uma identidade, i.e., o nome de uma pessoa (ou de uma instituição). Nessa perspectiva, um agente é apenas quem é observado por um observador como um agente. Personalidade, então, nada mais é que um símbolo para a capacidade de participar na comunicação. Pela mesma razão, a compreensão não é mais conceituada como uma interpretação comum dos fatos ou dos objetos de discurso a qual se baseia num consenso sobre as regras para o uso das palavras. Pelo contrário, a compreensão é conceituada como uma seleção que anula a diferença entre a informação e o ato comunicativo (entre o que se diz e o que se quer dizer). Ela é, portanto, o momento da comunicação no qual ocorre a síntese que dá origem às ações e aos agentes dessas ações.

Posto isso, o ponto de partida da interpretação deve ser o tratamento da diferença entre o que é atual e o que seria possível na interação de sistemas que, essencialmente, são opacos uns para os outros. Mais concretamente, a interpretação é definida como a prática inerente a cada comunicação pela qual se seleciona um sentido e se atribui a seu parceiro atitudes e motivos. A tarefa da interpretação científica, então, é observar a gênese do sentido no material empírico e explicitar os processos de atribuição na forma de interpretações de interpretações (ou seja: “observações de segunda ordem”; cf. LUHMANN, 1990a, p. 46-47; 1990c, p. 97, 103), bem como descrever como esses processos constituem a realidade social. Assim sendo, a transcrição da conversação em análise é contemplada como um texto em que há uma sobreposição de diferentes relações sistêmicas

simultaneamente presentes (os sistemas psíquicos, o sistema interacional, os sistemas funcionais da sociedade). O sentido da comunicação entre pessoas copresentes, então, não aparece apenas como resultado de processos de negociação, mas é percebido também como uma atualização de semânticas sociais que estão presentes de forma latente nas conversações face a face e que podem se tornar visíveis quando são estimuladas adequadamente.

9.1 A máquina conversacional e a ordem ritual das interações

Na tentativa de melhor explorar o nosso objeto de pesquisa, veremos, neste capítulo, como as dimensões sociais de uma conversação têm efeito sobre as estruturas linguístico-interacionais e como, inversamente, a realidade social é criada por essas estruturas linguístico-interacionais. No que se segue, ocupar-nos-emos da descrição da geração interacional da realidade social como um processo interpretativo mais ou menos automatizado em cujo decorrer os interactantes realizam, negociam e coordenam suas atividades com o fim de indicarem-se mutuamente as suas intenções, atitudes e interpretações. Assumindo essa **perspectiva micro**, visaremos esclarecer como os participantes copresentes, através das suas atividades discursivas, definem a situação em que se encontram e produzem a forma ordenada da sua conversação.

É importante, nesse contexto, lembrar que a coprodução de uma conversação não exige dos participantes apenas competências linguísticas e interacionais para satisfazer as **exigências do sistema conversacional** (por exemplo: a organização dos turnos e a troca de informações), mas envolve também as competências sociais necessárias para atender às **exigências rituais da ordem interacional**, que regulariza a dimensão social do agir languageiro. Para dar um exemplo dessa mistura de exigências organizacionais e rituais, basta lembrar que, na prática comunicativa cotidiana, as pessoas – em suas interpretações – não costumam fazer muita diferença entre a ausência de uma reação após uma pergunta educada e a recusa de uma mão estendida (cf. GOFFMAN, 1981, p. 18). De fato, a ordem ritual é tão onipresente em todos os níveis da organização conversacional que ela influencia todos os aspectos técnicos da coordenação das ações

comunicativas. Assim, pois, vale dizer que o aspecto social codetermina a formulação de cada pergunta, de cada convite e de cada acusação; mais ainda, ela influencia, em cada encontro focalizado, a entonação, o volume, a construção sintática e a escolha lexical dos enunciados, assim como a organização sequencial das atividades e a distribuição dos papéis de participação.

Ainda no que diz respeito às “exigências do sistema interacional” (GOFFMAN, 1981), importa dizer que todas as conversações são um resultado do trabalho em equipe. A condição prévia mais geral para que os participantes possam coordenar as suas ações é que eles estejam dispostos a cooperar em todas as questões que dizem respeito ao tempo, ao lugar e ao conteúdo da conversação, bem como à sequência das ações e à distribuição das tarefas que cada um deve assumir. Um sistema interacional consegue se manter apenas enquanto seus participantes seguem esse **princípio da cooperação** e colaboram na realização da atividade em curso. Independentemente da questão de se eles têm a mesma opinião e as mesmas intenções, eles precisam concordar nesse ponto essencial: que a conversação é o tipo de interação que eles querem usar para conseguir seus objetivos e, se for o caso, para resolver suas divergências. Contudo, essa necessidade de cooperar não é apenas uma exigência do sistema interacional; pois na medida em que representa uma expectativa social essencial dos atores sociais, ela faz parte também da ordem ritual. Sobre essa estrutura de ancoragem dupla (na máquina de turnos e na ordem ritual), Goffman (1981, p. 19) comenta: “Motivados para preservar a face de todos os participantes, eles terminam por agir de uma maneira que assegure a comunicação ordenada” (GOFFMAN, 1981, p. 19).

Esboçada nossa concepção da **conversação como acontecimento social** em que se misturam exigências técnico-organizacionais e sociorrituais, é oportuno ressaltar que a maneira como uma conversação se desenvolve depende, principalmente, de três fatores: do tipo de situação social, da finalidade da interação e da qualidade das relações sociais estabelecidas. Posto isso, mostraremos, em seguida, que as ações selecionadas para a realização sequencial das práticas comunicativas se desdobram em padrões repetitivos de comportamento, conforme a dinâmica de uma estrutura organizacional que cria e ratifica intersubjetivamente o enquadre de uma interação relevante para a troca conversacional em análise.

Contudo, não estudaremos apenas os mecanismos formais que regulam a sucessão de ações e reações verbais, mas também os métodos pelos quais os interactantes produzem um sentido social, ou seja, representam seu mundo e negociam com os outros as suas relações sociais e as suas identidades.

Resumidamente, queremos saber como atores sociais, num caso concreto, aplicam os recursos abstratos da **máquina conversacional** para resolver os problemas técnicos (as “exigências do sistema” de Goffman, 1981) e cumprir os deveres e lealdades rituais (*id.ibid.*) que surgem localmente, num contexto específico. Perguntaremos, por exemplo, como eles demonstram sua disposição de aceitar as regras constitutivas da interação verbal focalizada¹; como negociam os objetos interacionais relevantes para o cenário em questão e como determinam as identidades sociais nas quais se reconhecem mutuamente na situação em desenvolvimento? Nosso interesse dirige-se, então, ao processo pelo qual se constitui uma comunicação face a face, assume determinada forma e se desenvolve para ser levado a um determinado fim. Mais particularmente, contemplaremos a organização estruturada das ações comunicativas, a sucessão ordenada de padrões interacionais e as conexões sequenciais entre os diferentes segmentos da cadeia falada e a produção contextualizada de sentido. No que se segue, analisaremos uma conversação face a face cuja transcrição se encontra no anexo do presente trabalho. Ainda que não seja imprescindível, recomenda-se uma leitura prévia desse texto para facilitar uma compreensão mais precisa dos processos que constituem essa interação comunicativa.

9.1.1 As dimensões analíticas da conversação cotidiana

Para começar, convém ressaltar que, na origem de toda a conversação, enquanto processo ordenado de interações, encontra-se o **princípio da projetabilidade** (AUER, 2005). Esse princípio diz que as práticas conversacionais

¹ Como já foi demonstrado neste estudo, essas regras constitutivas são uma consequência natural de princípios gerais como: o princípio da cooperação (GRICE, 1975); o princípio de fazer as idealizações necessárias para chegar à visão do mundo comum (SCHÜTZ, 1967); o princípio da indicialidade e reflexividade das trocas conversacionais (GARFINKEL, 1967); o princípio da projetabilidade dos padrões gramaticais e interacionais (AUER, 2005); o princípio de organizar a conversação em turnos de fala e sequências conversacionais (SACKS *et al.* 1974); o princípio da produção e interpretação *online* das interações (CLARK, 1996) e o princípio da multimodalidade das conversações (KENDON, 2004).

são organizadas de tal modo que é possível, com base numa ação específica, tornar ações que estão por vir, até certo grau, previsíveis. Para poder compreender o que é projetado, os interactantes precisam saber como as ações ou os seus componentes são tipicamente sequenciados, ou seja, como uma ação segue a outra com o andar do tempo (AUER, 2005, p. 1). As exigências do sistema interacional (por ex.: uma conexão rápida e adequada entre o turno corrente e o turno do próximo falante) podem, apenas, ser cumpridas da melhor maneira possível se as contribuições são constituídas de tal modo que os interactantes, na devida altura, podem projetar propriedades importantes delas como: o ato conversacional em produção, a concatenação das unidades construtivas de um turno, o fim de um enunciado, o próximo falante, os padrões acionais específicos da atividade linguageira em curso ou, até, a coordenação de atividades inteiras.

Ao lado dessas projeções baseadas no conhecimento dos tipos de ação que constituem os diferentes jogos de linguagem, há, também, as projeções que se apoiam no conhecimento das regularidades gramaticais de uma língua. Essas dizem respeito, por exemplo, à entonação de uma palavra, à junção de palavras, a construção sintática, à estrutura prosódica do enunciado ou à estrutura semântica dele. Na medida em que reconhecemos na projetabilidade o princípio básico da comunicação oral, é oportuno também pressupor que a organização da estrutura praxiológica da conversação e a produção das estruturas linguísticas dos enunciados são intimamente entrelaçadas pelo mecanismo de **determinação antecipatória** dos processos interacionais e gramaticais. Confirmando explicitamente essa relação de interdependência, Mondada (1998; 2000), por exemplo, busca elaborar uma “gramática-para-a-iteração”.

De acordo com Auer (2005, p. 2), se não houvesse uma **força de projeção** agindo nas ações comunicativas, todos os segmentos representariam eventos autônomos ou encadeamentos na forma de estímulos e respostas. No primeiro caso, seria impossível realizar atividades linguageiras mais complexas porque os interactantes não teriam controle sobre os eventos comunicativos, já que não existisse uma estrutura interna que fornecesse indícios suficientes para poder supor antecipadamente o que ainda está por vir. No segundo caso, seria possível produzir sequências conversacionais mais complexas, mas o desenvolvimento das

interações seria fora do controle dos coparticipantes que poderiam prever as respostas que seguirão aos estímulos, sem poder agir com previsão, porque não haveria nada que eles poderiam fazer para impedir que os eventos seguissem o rumo que vieram a tomar.

Para um melhor entendimento do princípio da projetabilidade é importante observar que os interlocutores, ao realizarem certas ações iniciativas, comprometem seus parceiros e a si mesmos a realizarem determinadas ações subsequentes. Um exemplo simples e imediatamente compreensível para essas determinações antecipatórias é a relação entre pergunta e resposta. Seja o que for que um pergunta ao outro, se eles falam a mesma língua, é de se pressupor que o primeiro espera do segundo, em todo caso, um movimento retórico correspondente que pode ser interpretada como uma reação oportuna, ou seja, uma resposta. É possível que o segundo não queira responder, tentando esquivar-se de uma resposta ou mostrando resistência à pergunta, mas, nesse caso também, à mera expectativa de uma reação responsiva já produziu seu efeito e influenciou decisivamente sua intervenção. Na análise da conversação, essa relação prospectivo-retrospectiva entre um **ato iniciativo** e um **ato reativo** cuja realização se torna previsível em virtude da execução da primeira chama-se **relevância condicional** (*conditional relevance*; vide: SCHEGLOFF, 2007, p. 20; MARCUSCHI, 2007b). As relevâncias condicionais são formas da organização interacional que se baseiam no princípio da projetabilidade. Elas têm uma força de projeção alta na medida em que projetam o tipo de ação esperado, mas essa projetabilidade não se refere necessariamente a aspectos formais ou contedústicos da mesma.

Feita uma ação prospectiva, o **lugar relevante para ações consecutivas** (*relevance place*) como a tomada de turnos, uma reformulação corretiva, a realização de um ato de fala responsivo, a mudança do foco comum, de perspectivização discursiva ou de modalidade retórica, etc. encontra-se, por via de regra, imediatamente depois do fim da ação antecedente correlacionada. Os participantes de uma conversação consideram como “abertas” ou “operantes”, as relevâncias condicionais que ainda não foram cumpridas nesses lugares preestabelecidos. O retardamento ou a omissão definitiva de ações condicionalmente relevantes, por conseguinte, são interpretados como significativos

e, portanto, têm um efeito codeterminante sobre as ações subsequentes. Por outras palavras: uma relevância condicional não pode ser anulada por uma interrupção temporária da linha de pensamento ou por uma intercalação de sequências digressivas; ela pode apenas ser suspensa temporariamente para entrar em vigor, novamente, após a conclusão dos segmentos inseridos.

A **força de projeção** varia de acordo com o número de possibilidades interacionais que ela prefigura para um espaço ou “eslote” conversacional (cf. AUER, 2005, p. 13). Certas perguntas, por exemplo, predizem exatamente um tipo de ato reativo para a posição subsequente. Convém citar aqui aquela do padre aos noivos, que, de acordo com as convenções da cerimônia de casamento, permite nenhum outro tipo de ato conversacional que uma resposta. Outras atividades, como um convite a um drinque, também projetam um ato reativo, mas já permitem duas opções, a saber: uma aceitação ou uma rejeição. Um exemplo para esse caso encontra-se no trecho entre a ocorrência comunicativa 0 e a ocorrência comunicativa 20 da transcrição no anexo (doravante citada como “oc x”, com “x” referindo-se à numeração da ocorrência comunicativa dentro da transcrição), o qual apresentamos no excerto 1 abaixo.

Excerto1:

[1]

	0	1	2	3	4
LIA [v]	VALHA me deus! • TOM!((1,1s)) meu DEUS do céu!E/ ••• eu não quero				
[nn]	<i>copos estão soando</i>				

[2]

	..	5	6	7	8	9	10	11
LIA [v]	ALcool não, senão eu vou me lascar.				Eu sei, mas é ALcool.			
TOM [v]	Mas				isso é VINHO. •••			

[3]

	..	12	13	14	15	16
LIA [v]	•• Só um pouquinho. • Tá boom...			((1,0s)) A cara da Míriam.		
TOM [v]	Sim.			É um Merlooo.		

[4]

	17	18	19	20
LIA [v]	((1,2s)) Só bebo um tanto assim.			((2s)) Aaah´
TOM [v]	((1,2s)) Tá.			((4,0s)) (tome)
[nn]	<i>copos estão soando (um brinde?)Tom e Bia bebem</i>			

[5]

LIA [v]

TOM [v]

[nn]

((0,2s))

Uma força de projeção menor ainda encontramos, por exemplo, em elogios que podem ser aceitos, rejeitados, agradecidos, respondidos com outro elogio, etc. Mais fracas ainda são as projeções obtidas por certas pré-sequências como “Perai, você tem um minutinho pra mim?” que fazem o destinatário esperar qualquer ato potencialmente ameaçador à face.

Seguindo ainda essa linha de pensamento, convém realçar que o princípio da projetabilidade aplica-se às ações interacionais de todas as **categorias constitutivas das interações conversacionais**. De fato, as projeções têm escopos diferentes uma vez que agem tanto dentro dos turnos individuais quanto entre os diferentes turnos. Dessa forma, encontram-se rastros dos seus efeitos tanto nos atos de fala que fazem parte de um turno individual quanto nas sequências conversacionais que resultam do encadeamento de dois ou mais turnos, bem como na estrutura em estágios que caracteriza as atividades comunicativas mais complexas e, também, nas conversações inteiras. Além disso, as projeções trabalham simultaneamente em diferentes níveis, deixando pistas que ajudam na organização praxiológica do sistema interacional, bem como no planejamento da estrutura semântica e formal. O olhar analítico, invariavelmente, descobre em todos os acontecimentos conversacionais o mesmo jogo entre a criação de expectativas comuns e a sua satisfação (ou frustração) subsequente – e sempre mostra que as projeções de base não determinam os acontecimentos inteiramente, mas, ainda assim, se revelam como relevantes para os mesmos.

A condição prévia para manter esse jogo em andamento é que os interlocutores dispunham de esquemas de conhecimentos comuns e saibam, em cada momento da fala, organizar suas contribuições conversacionais em unidades multidimensionais cujos componentes e subcomponentes se entrelaçam de acordo com os **enquadres interativos** operantes. Assim sendo, os participantes invocam, negociam e mudam os quadros e esquemas relevantes, lançando mão de usos

específicos da máquina conversacional, de pistas linguísticas e paralinguísticas, de diferentes estratégias de manutenção da face e de todos os outros recursos disponíveis para marcar suas intenções comunicativas, para inferi-las de outros interlocutores e para criar expectativas sobre o que, numa interação, poderá acontecer em seguida. A possibilidade de projetar o curso das atividades em desenvolvimento depende, então, da habilidade de saber o que está acontecendo num determinado cenário. As relevâncias condicionais surgem apenas em razão dos enquadres que pressionam a interpretação dos acontecimentos em determinadas direções e, desse modo, delimitam a situação de fala-em-interação e a diferenciam de outras.

O **enquadre mais geral** pode ser caracterizado como “estar numa conversação”. Geralmente, esse enquadre já é introduzido antes da primeira troca de turnos, por meio de certas atividades não verbais como gestos, expressões fisionômicas, olhares ou movimentos corporais que sinalizam a percepção mútua e a intenção de conversar. No ponto em que inicia a conversação transcrita no anexo, a fase em que esse enquadre foi estabelecido já tinha passado porque a anfitriã Ivete já tinha dado à amiga Lia as suas boas vindas na porta da casa, fora do alcance do microfone que foi colocado em cima de uma mesa no quintal da casa. Sentadas em duas cadeiras na varanda, as companheiras de infância já tinham trocado algumas novidades durante mais ou menos quinze minutos, antes de passar pela casa para dirigir-se ao quintal com sua piscina e seu *deck* confortável. Tom, o marido de Ivete, também já tinha feito sua saudação dentro da casa, gritando da cozinha um “Tudo bem, Lia!” enquanto as duas amigas passaram em direção ao quintal onde tomaram assento em duas espreguiçadeiras. A transcrição da gravação inicia com o momento em que Tom aparece no quintal com uns tira-gostos e algumas bebidas, oferecendo à visita uma taça de vinho. Com sua entrada na cena, Tom (re-)estabelece sua copresença, introduzindo um novo enquadre temático e acional na conversação.

Numa **perspectiva mais específica**, aparecem, então, sucessivamente outros enquadres com outras estruturas de expectativas; no decorrer da conversação em análise, por exemplo, o enquadre “bater um papinho com amigos”, “focar sobre conhecidos comuns”, “contar histórias de uma viagem” ou “descrever a preparação de uma refeição”. De uma maneira geral, esses tipos de enquadres

formam a estrutura básica de toda atividade comunicativa que envolve, ao menos, dois sujeitos capazes de falar e agir para estabelecer uma relação interpessoal. Eles são construídos pelos interlocutores copresentes que os introduzem, os enchem com alguma(s) atividade(s) e os desfazem ou encerram de acordo com as circunstâncias e os interesses em questão.

Por exemplo, a participante Lia introduz com a ocorrência comunicativa 21 o enquadre temático de “conversar sobre uma amiga comum”: “Tem que ligar para a Miriam. Se ela soubesse que estamos bebendo vinho aqui...” Que a velha amiga Ivete entendeu essa deixa imediatamente como convite para uma fofoca mostra sua forte reação (oc 23: “rindo às gargalhadas”), seguida pelo pedido dirigido a Lia de contar ao Tom a mais nova “cafonice” (oc 189) ou “imbecilidade” (oc 289) de Miriam, uma amiga de infância das duas mulheres, que há vinte anos mora em São Paulo e com a qual a Lia ainda está mantendo um contato esporádico – enquanto a Ivete, há anos, rompeu as relações depois de uma série de desentendimentos, atropelos e controvérsias com Lilian, a irmã de Miriam. Lia corresponde a essa manifestação viva de interesse (oc 24-33) com a produção de um episódio narrativo que se estende até a ocorrência comunicativa 98 (cf. o excerto 2 abaixo).

Excerto 2:

[1]

	21	22
LIA [v]	((3s)) Tem que ligar para Miriam. Se ela soubesse que estamos bebendo vinho	

[2]

	..	23	24	25	26	27	28
LIA [v]	aqui nessa temperatura...						
LIA [k]		(rindo)				((rindo alto, 2,8s))	
IVE [v]						Aii, diz aí/ • diz aí (sabe) ((0,1s))/	Eu quero
IVE [k]					((rindo às gargalhadas, 1,8s))		
TOM [v]							A Míriam

[3]

	..	29	30
LIA [v]			((rindo alto, 2,6s))
IVE [v]	que/ • •		Eu quero (que tu conte para Tom) ((0,2s)) /•Eu quero
TOM [v]	((incompreensível, 0,2s))((incompreensível, 0,2s))		

[4]

	31
IVE [v]	que tu conte pra Tom a história da comida no Edmilson, do queijo e do vinho.

[5]

	32	33	34	35	36
LIA [v]	Ela ensinou um prato.				
IVE [v]	Eu quero que tu conte pra Tom. Vai lá.		Ela, a Aline.		
TOM [v]	A				

[6]

	..	37	38	39	40	41	42	43
LIA [v]	Não, menino		É a Míriam.		É a Mííriam/			
IVE [v]	Aline?		A Míriam?		Ah, é a Míriam. que ensinou um prato			
TOM [v]	Aline?							

[7]

	..44	45	46
LIA [v]	•••que estava no Rio na casa do Edmilson/ que foi ensinar • um macarrão à não		
IVE [v]	pra Edmilson.		

[8]

	..	47	48	49
LIA [v]	sei o que Aí, fez o prato todinho, colocou na mesa e mandou comprar o vinho			
IVE [v]	Foi?			

[9]

	..	50	51	52
LIA [v]	que ela pediu. • Aí, (aqui) tá na temperatura x••• pra poder comer. E o Edmilson			

[10]

	..	53	54
LIA [v]	lá, obedeceu todas as regras		•• Quando foi na hora de colocar a comida na
LIA [k]	(risos).		

[11]

	..	55
LIA [v]	mesa foram sentar E o Edmilson pegou o queijo ralado para botar em cima do	

[12]

	..	56	57	58	59	60
LIA [v]	macarrão. Ela quase (o matou): "Seu BREGA Você não PODE botar queijo					

[13]

	..	61	62	63	64	
LIA [v]	nesse prato. Não se faz isso! Macarrão com queijo ralado.				Não sei. ••	
TOM [v]	Porque não?					

[14]

	..	65	66
LIA [v]	• porque não pode.		Aii, botou, olhou a temperatura do vinho estava e
TOM [k]	(rindo alto)		

[15]

	..	67	68	69	70	71
LIA [v]	comeram. Ai, o Edmilson (começou a beber)					
IVE [v]	((incompreensível, 0,1s)) (houve um) termómetro					

[16]

	..	72	73
LIA [v]	terMÓmetro para ver se o vinho estava (nesta) temperatura. ••Aí, resultado:		

[17]

	74	75
LIA [v]	Passou um tempo, O Edmilson resolveu fazer um prato na casa dele. ☺ Acertou.	

[18]

	76	77
LIA [v]	Aí, quando a mesa estava posta, ele: "Eu vou fotografar para mandar as fotos pela	

[19]

	..	78	79	80
LIA [v]	/ pelo computador para a Míriam, ne. •Aí, quando olhou tava O queixo ralado			
LIA [k]	(rindo)			

[20]

	81	82	83	84
LIA [v]	em cima da mesa. "AAI, não tira as fotos agora não! Tira o queixo de cima da			
LIA [k]	(rindo)			
IVE [k]	(risos)			

[21]

	..	85	86	87	88	89
LIA [v]	mesa!••• Fotografou. ☺ Quando terminou enCHEU de queijo ralado.					
LIA [k]						
IVE [k]	(risos altos)			(risos)		
TOM [k]	(gargalhadas)					

[22]

	90	91	92	93	94	95	96
LIA [v]	Mas botouQUEIjo!				(E tomou o vinho) BEM		
LIA [k]	(risos altos)						
IVE [v]	É ficou melhor, ne?						
IVE [k]							
TOM [k]	(risos)						

[23]

	..	97
LIA [v]	geladinho!"Eu vou bem beber vinho nesta temperatura (rea) que ela manda!"	
IVE [v]	(risos)	

[24]

	98	99	100
LIA [v]	••• Ontem todo mundo no shopping tava fresquando: "Menina, é		
LIA [k]	(risos)		
IVE [k]	(gargalhadas)		
TOM [k]	((gargalhadas))		

[25]

	..	101	102
LIA [v]	melhor ligar para a Míriam • pra saber se esse vinho (está na temperatura)		
LIA [k]		(rindo)	(rindo às gargalhadas)
IVE [v]			(tá na temperatura ideal, Lia)

[26]

	.103	104
LIA [v]		
LIA [k]		
IVE [v]	Pelo amor de Deus! ((3s))	

Seu público agradece à representação habilidosa, acompanhando os risos finais da narradora com boas gargalhadas (oc 99) que demonstram regozijo com o rumo inesperado que a história tomou no fim e adesão à apreciação negativa do comportamento melindroso da Miriam. Com uma expressão comum de conformidade entre os interlocutores (oc 98: “risos” e “gargalhadas”) abre-se também o fecho do episódio (oc 99-104).

Essa descrição resumida de um enquadre interativo já mostra como a construção de todas as estruturas ordenadoras ocorre em três estágios: a **fase preparatória** na qual a atividade em questão precisa ser realçada perante o que se passa no pano de fundo e na qual a peculiaridade dessa atividade é exposta de forma antecipatória para que o(s) interlocutor(es) possa(m) manifestar sua compreensão e aprovação ou, eventualmente, desaprovação; a **fase central**, na qual todas as atividades fundamentais precisam ser realizadas ordenadamente e na qual cada falante encontra ocasiões suficientes para manejar seu alinhamento (*footing*) com os demais interactantes e para construir o seu discurso de acordo com o tema em progressão, produzindo as atividades correspondentes aos seus papéis interlocutivos e interacionais e ao seu estatuto social (KERBRAT-ORRECHIONI, 2007, p. 27-32); e uma **fase final**, na qual se manifestam os esforços dos

interlocutores de concluir o tema e chegar a um desfecho da atividade o qual, de fato ou presumidamente, pode ser aceito por todos. Cada uma dessas fases inclui determinadas tarefas que constituem as relevâncias condicionais operantes no enquadre em questão.

De acordo com Kallmeyer (1977, p. 56 e seg) e Spranz-Fogasy (2002, p. 30 e seg.), o conjunto básico de tarefas que os participantes de uma conversação precisam cumprir no decorrer de uma conversação diz respeito às seguintes **dimensões de interação**:

- i. o nível da **organização da conversação**; por ex.: a troca de turnos, a combinação de turnos em sequências conversacionais, a organização das atividades conversacionais em movimentos retóricos e estágios; por outras palavras: todos os passos necessários para “se estar numa conversa”, independentemente do conteúdo temático, dos propósitos comunicativos ou das relações interacionais;
- ii. o nível da **constituição das atividades comunicativas**; isto é, a tipificação de atividades simples e complexas de acordo com seus propósitos comunicativos; no texto em análise, um esquema de ação repetidamente produzido é “negociar a avaliação moral do comportamento de pessoas ausentes”;
- iii. o nível da **representação dos fatos**, isto é, a constituição de esquemas semânticos segundo as categorias relevantes para o tipo de texto em produção, ou seja, a perspectivização do conteúdo temático através de estratégias descritivas, narrativas, explicativas, argumentativas, etc.; em nosso caso exemplar, dominam esquemas narrativos sobre trechos menores com estruturas descritivas e dialogais;
- iv. o nível do estabelecimento das **relações interpessoais** e da definição das **identidades sociais**, isto é, a constituição de esquemas relacionais que facilitam uma categorização de pertencimento a grupos sociais como professor – aluno, médico – paciente, colegas de trabalho, vizinhos etc.; em nosso exemplo, os

participantes usam os recursos linguísticos disponíveis para estabelecer uma relação simétrica entre amigos com uma longa história comum de interações relevantes;

- v. o nível da **modalidade interacional**; por exemplo: a marcação de enunciados como humorísticos, irônicos, sérios, formais, informais, etc.; a modalidade interacional em nosso exemplo pode ser chamado de “relaxada”: em princípio, ela implica a dispensa de formalidades, um nível baixo de automonitoração, franqueza e serenidade, mas com trocas passageiras para o elegíaco, o misantropo, o burlesco, o frívolo, o risonho; nessa modalidade predomina o desejo de fazer tudo por gosto, sem outro objetivo que o próprio prazer de fazê-lo e
- vi. o nível da **constituição da reciprocidade** que é o fundamento de todos os acontecimentos interacionais e que assegura a estrutura básica de cada interação como um processo de trocas comunicacionais no qual os participantes têm que definir e concretizar todos os processos constitutivos em comum.

Na prática comunicativa, os **esquemas interpretativos** das diferentes dimensões são **combinados** de acordo com as afinidades existentes entre eles. De fato, assim que as pessoas copresentes dão começo a uma conversação, é imprescindível escolher, também, um enquadre de relações e uma modalidade interacional apropriada. Como se vê, até em casos como o presente, que tem como objeto uma comunicação face a face não preestruturada ou institucionalmente prefigurada, não é difícil encontrar trocas conversacionais em que os interlocutores reativam e introduzem enquadres temáticos, interacionais e relacionais já constituídos em interações anteriores. Na medida em que esses esquemas cognitivos já memorizados fornecem as informações necessárias para compreender como se deve interpretar uma mensagem nova que, em princípio, possa parecer ambivalente, é possível afirmar que o recurso a padrões de significado previsíveis isenta os interactantes da tarefa de criar e especificar, em cada encontro, novos esquemas de interação. De fato, nenhum membro competente de uma comunidade social toma parte numa atividade comunicativa sem contar com seus conhecimentos

prévios sobre padrões recorrentes de comportamento, esquemas de relações interpessoais e normas e convenções de uso da linguagem.

Por exemplo, os três interactantes da conversa transcrita, certamente, não entraram nesse processo de coprodução de uma interação comunicativa com a expectativa de participar num evento social público, numa confraternização entre ex-alunos, num programa de família ou num jantar a dois, ou melhor, *a trois*. Colocar em dia as fofocas sobre Miriam, Lílian e Mafalda é um ritual que Lia e Ivete prezam há muitos anos. Já que Ivete, praticamente, cortou os contatos diretos com as três, a atividade repete-se periodicamente, sempre que Lia traz uma notícia sobre “as três paulistas”. Ao mexericar sobre as amigas de infância, Lia e Ivete misturam reminiscências e novidades, histórias antigas e acontecimentos recentes e, dessa forma, (re)interpretam momentos da sua biografia, reforçam seu elo de amizade, renovam sua identidade cultural (como cearenses arraigadas, mulheres batalhadoras, defensoras de valores familiares) e fortalecem seu sentimento de pertencimento a um grupo, que – por falta de um nome próprio – as duas, talvez, descreveriam como “essas da ‘nossa turma’ que cresceram, fizeram carreira, conheceram o mundo, mas permaneceram pessoas genuínas, sinceras, verdadeiras e fieis a si mesmas”.

Quanto ao nível da **modalidade interacional**, vale dizer que é preciso introduzir ordenadamente somente os esquemas que divergem da modalidade do agir que caracteriza nossas atividades cotidianas. Na conversa em análise, que é constituída, evidentemente, por trocas de turnos nas quais não existe nenhuma determinação prévia quanto ao tema, ao tempo das contribuições e à sucessão dos falantes e nenhuma distribuição assimétrica *a priori* do direito de fala, observa-se que – dentro do enquadre geral de confiança mútua que possibilita a tematização do comportamento alheio – as breves flutuações entre diferentes modalidades interacionais (por exemplo, entre a modalidade concordante e a conflitante: oc 284 (cf. excerto 3); ou entre a modalidade serena e a colérica: oc 621-628 (cf. excerto 4)) se dão de modo tão harmonioso que, em nenhum momento, ocorrem turbulências que exigiriam ações compensatórias.

Excerto 3:

[1]

	282	283	284
LIA [v]	Por isso que a Mariana tá certa. Ela se tornou uma paulista INSUPORTÁVEL!		
IVE [v]			Não/

[2]

	285	286
IVE [v]	••• Lia, meu pai era paulista.((3s)) mas nunca foi insuportável.	

Excerto 4:

[1]

	612	613	614
LIA [v]	Ivete ninguém nem olhou. Tá um monte de gente nomoraando. • Quem é que		

[2]

	..	615	616
LIA [v]	olhar que a Aline arrastou uma cadeira?		
IVE [v]	Porque ela é importante. ••• Ela deve se achar muito		

[3]

	..	617	618
LIA [v]	((incompreensível)) Morão, quer que eu lhe digo uma coisa: •••		
IVE [v]	importante.		

[4]

	..	619	620	621	622
LIA [v]	Aline, Mafalda e Míriam •• não é referência de NADA pra mim. NADA! enne-a-				
LIA [k]	(gritando)				

[5]

	..	623	624
LIA [v]	de-a. EU falo alto, arrasto cadeira e quem quiser me acompanhar •		

[6]

	..	625	626	627
LIA [v]	((incompreensível)) quiser. "CIÃO!" Vai pra lá! Eu não vou é viajar pra me			

[7]

	..	628
LIA [v]	submeter as regras dessas três criaturas! VAI PRA LÁ!	

A mesma coisa vale, por analogia, para a dimensão das **relações interpessoais e identidades sociais**: numa conversação entre velhos amigos, não é preciso introduzir enquadres interpretativos novos para estabelecer relações mútuas. Para realçar, estabilizar ou modificar as relações já existentes, basta ativar

os esquemas constituídos durante a longa história de interações comuns. De fato, para serem mutuamente aceitos como “operantes”, esses enquadres comprovados nem precisem ser introduzidos explicitamente. Isso significa: enquanto não há evidências que justifiquem uma alteração do comportamento, eles serão mantidos – por assim dizer – como uma “opção *default*” e suas regras poderão valer durante toda a interação; o que explica por que suas marcas se encontram em inúmeros momentos da conversação.

Lia, Ivete e Tom, por **exemplo**, baseiam-se nas suas interações num esquema de relações de amizade comprovado em inúmeras conversações. Que esse esquema é bem diferente, por exemplo, das relações formais na esfera pública ou do coleguismo que pode dominar em relações de trabalho mostra-se, entre outras coisas, no estilo escolhido para os atos conversacionais relevantes para realizar repreensões de pessoas ausentes. Censurar alguém é sempre uma ação ameaçadora à face (a própria e a do ouvinte) e, portanto exige medidas cautelares especiais como justificar a crítica e pedir licença antes de afirmá-la. Todavia, a confiança na sua amizade, abre aos participantes da conversação em análise a possibilidade de exprimir opiniões diferentes abertamente e de repreender conhecidos comuns sem temer qualquer tipo de repressão ou perda de face. Sabendo disso, os três contam com a lealdade recíproca e, entre uma “tesourada” e outra, não procuram explicitamente o consentimento dos copresentes com esse tipo de passa-tempo. Obviamente, os três dispõem de modelos cognitivos e recursos comportamentais adequados para fazer daquela tarde na margem de uma piscina um encontro entre amigos com trocas conversacionais, em princípio, iguais, nas quais a interação – devido a uma assimetria de conhecimento a favor de Lia – constitui temporariamente uma relação de predominância *a priori* inexistente (KERBRAT-ORECCHIONI, 2007, p. 74).

A experiência mostra que as pessoas costumam interpretar uma tematização explícita de esquemas relacionais funcionalmente estáveis antes como sinal de uma crise (de desconfiança) do que como uma contribuição construtiva para o progresso de uma interação. Essa observação verifica-se, por **exemplo**, nas trocas coproduzidas por Ivete e Tom nas quais sobressaem muitos traços estruturais característicos para a comunicação de relações sociais íntimas (cf. MANDELBAUM,

1987). Evidentemente, há – entre esse casal – uma expectativa de normalidade que tolera ou até favorece o uso de **interrupções** (oc 423-424, 448-453, 505, 516, 523-525, 541, 549-553, 587, 590-592), **falas simultâneas** (oc 453, 458-462, 473) e **correções** pelo outro (oc 219-223, 444-446) com o fim de influenciar o desenvolvimento temático, alterar a distribuição dos papéis interlocutivos ou, simplesmente, realizar o turno corrente em coprodução. (Os excertos 5-14 a seguir ilustram esses casos.) Não é preciso ter muita imaginação para perceber que qualquer tentativa, por mais educada que ela seja, de modificar esse padrão por observações metacomunicativas colocaria um fim a essa coprodução tão efetiva de um exemplo moral baseado numa experiência comum do casal.

Excerto 5:

[1]	218	219	220	221
LIA [v]	Ela disse:"Lindinho			
IVE [v]	não aqui, o Morão comprou um apartamento.			
TOM [v]	Ah, lá em em		Ah, aqui?	
		↑	↓	↑
[2]	222	223		
IVE [v]	Não, mas como é a história?			
TOM [v]	Você não falou que era em Sa/ em em			

Excerto 6:

[1]	422	423	424
IVE [v]	((incompreensível))		É uma Míriam.
TOM [v]	Ele um dos mais famosos/mais famosos, [antropólogos] mas do mundo inteiro		
[2]	425	426	
IVE [v]	A Míriam vai ser como ele (porque) ele é bem mais velho.		
TOM [v]	Ele tem uma obra,		
[3]	427		
TOM [v]	assim/		
TOM [nv]	<i>(mostra tamanho da obra com as duas mãos)</i>		

Excerto 7:

[1]

439 440 441 442

IVE [v] Ele não toma banho.
 TOM [v] Ele não toma banho. DIA e noite o mesmo tenis, mesma meia,

[2]

.. 443 444 445 446 447

IVE [v] Camiseta!
 TOM [v] mesma bermuda, mesma camisa como eu aqui / dentro da/ CAMISETA! dentro

[3]

.. 448

LIA [v] Não tem/
 TOM [v] da universidade num congresso internacional. ((2s)) Uma semana sem trocar!

[4]

449 450 451 452

LIA [v] Não tem condição de ((incompreensível))
 TOM [v] (E nós dois fomos) convidados na casa dele. Eu já não

[5]

.. 453 454 455

IVE [v] Chamou o Tom. ((incompreensível))((incompreensível)) na
 TOM [v] queria ir, mas tem que ((incompreensível)) ((incompreensível))

[6]

.. 456 457

IVE [v] semana que a gente tava ((incompreensível))
 TOM [v] Quando eu cheguei, primeiro ele

[7]

.. 458 459 460 461 462

IVE [v] cerveja com canudo dentro
 TOM [v] serviu a cada um de nós uma cer veja na lata, quente, com canudo •••

[8]

..

IVE [v] da cerveja
 TOM [v] Quente

Excerto 8:

[1]

472 473 474

IVE [v] •• Ele (chegou)/ ele ((incompreensível))
 TOM [v] É assim, sabe. •• Ele fez compra ((incompreensível)) Ele fez compra, ele

[2]

..

TOM [v] comprou, mas só coisas importadas.

Excerto 9:

[1]

504 505 506

IVE [v] Eu olhei pra Toom/
TOM [v] Assim na mão, •• o molho (escorrendo), uma tesoura de papél •• krk krk

[2]

.. 507

TOM [v] krk (cortado).
TOM [k] (risos)

Excerto 10:

[1]

515 516 517 518

IVE [v] Cada um cortando ((incompreensível)) E eu já tinha comido. O Tom também.
TOM [v] Cortando com faca.

[2]

519 520 521 522 523

IVE [v] (Eu disse): Oh, estamos satisfeito. Muito obrigada. Quando
TOM [v] E só comemos salada e maça. Ele
TOM [k] (risos)

[3]

.. 524 525 526

IVE [v] eu vi, eu disse, Tom, pelo amor de Deus, Tom, pelo amor de Deus.
TOM [v] ((incompreensível)) ((incompreensível))

Excerto 11:

[1]

..539

IVE [v]
TOM [v] • Tu tem que imaginar agora, ele fala com você sobre • ahm, Mozart, A Flauta

[2]

.. 540 541 542 543

IVE [v] Agora esse homem tem dois metros de altura
TOM [v] Mágica do Mozart, a apresentação em NOVENTA e quatro em Nova

[3]

.. 544 545 546

TOM [v] York, lá na Filarmônica. Foi a melhor do século. Ele assistiu. Ele tem o CD...

Excerto 12:

[1]

547 548 549 550 551

IVE [v] Não a primeira coisa que eu
TOM [v] Ele ((incompreensível)), ele sabe (a nota)/ DEPOIS

[2]

.. 552 553

IVE [v] ((incompreensível)). Eu achei (terrível) Não, perá!
TOM [v] ((incompreensível)). Aquele final, no (ritmo)/ Tudo isso ele tem na

[3]

.. 554 555

IVE [v] Ele é troglodita.
TOM [v] cabeça e ao mesmo tempo ele corta a carne.
TOM [k] (risos)

Excerto 13:

[1]

586 587

IVE [v] Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é • uma pessoa que vive só
TOM [v] Agora ele tá na ((incompreensível))

[2]

.. 588

IVE [v] ((incompreensível)). Só que ele tem sessenta anos.
TOM [v]

Excerto 14:

[1]

589 590 591

IVE [v] A Míriam, tudo bem que ela não vai fatar uma carne com a mão. ((2s))
TOM [v] Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem)

[2]

.. 592

IVE [v] Ela não vai fatar uma carne com a mão nem vai botar ... É, mas é o o modelo é
TOM [v] pelos menos) trinta e cinco anos (de) livros. ((incompreensível))

[3]

IVE [v]	esse.
TOM [v]	pelo mundo.

Voltando, então, nossa atenção para a dimensão da **constituição das atividades comunicativas**, notamos que as pessoas copresentes, assim que introduzem o enquadre geral “estar numa conversa”, escolhem também um esquema relevante que favorece um determinado tipo de comportamento condizente com os padrões de uma ação projetada. Em princípio, é possível que o esquema para criar um contexto acional relevante seja introduzido explicitamente na conversa. Desse modo, numa outra ocasião, uma das participantes da nossa conversa exemplar abriu um bate-papo com sua velha amiga com a exclamação alegre: “Tenho uma ótima fofoca pra contar!”. Também é natural que os interlocutores retomam apenas um enquadre acional que já foi iniciado anteriormente. Isso acontece, por exemplo, quando Ivete pede a Lia recontar, para Tom, uma história que já foi discutida antes de esse ter entrado na cena (cf. o trecho das oc 29-32 do excerto 2). Finalmente, convém mencionar que, no decorrer de uma conversa, pode ser perfeitamente natural introduzir, sucessivamente ou, às vezes, até simultaneamente, vários enquadres acionais que, com o acréscimo de cada atividade adicional, podem estabelecer um sistema de expectativas cada vez mais complexo.

Quanto ao nível da **representação de fatos**, enfim, convém ressaltar que, de acordo com Kallmeyer (1977, p. 57), nem todas as trocas comunicativas contêm necessariamente esquemas desse tipo, mas, em caso afirmativo observa-se que eles se encaixam sempre no enquadre de um esquema acional operante. Por conseguinte, não existem esquemas para a representação de fatos que não tivessem uma função dentro de uma atividade de linguagem em realização. Desse modo, a explicação do óbvio “Mas isso é vinho” (oc 6 no excerto 1) e “É um Merlot” (oc 14-15 no excerto1) que Tom fornece a Lia para convencê-la a aceitar uma bebida alcoólica não serve apenas para introduzir o enquadre temático “vinho e saúde” ou “vinho e comida”, mas para ativar o esquema acional “convite para uma

degustação – aceitação/recusa” que, convencionalmente, contribui para que um convidado se sinta mais “à vontade”.

Resumindo o que foi dito até o momento a respeito das diferentes dimensões de interação, convém concluir, então: o que é constitutivo, para o decorrer de uma interação comunicativa, é o **encadeamento de diferentes tipos de relevâncias condicionais**, as quais resultam, de um lado, da realização de esquemas específicos de um determinado nível da organização interacional e, do outro, da combinação de esquemas pertencentes a diversos níveis de organização. Em poucas palavras: assumindo a perspectiva de que o encadeamento prospectivo-retrospectivo das atividades interacionais representa um traço essencial da conversação, o exame do material empírico disponível revela que os interlocutores produzem até os menores detalhes da interação conversacional de uma maneira ordenada (*order at all points*).

9.1.2 Processos da sincronização interacional

O nível da **organização da conversação** diz respeito às tarefas básicas de regulamentação a serem cumpridas para uma realização ordenada das conversações. Não é difícil ver que as duas condições fundamentais de uma interação face a face, isto é, (i) a copresença dos participantes e (ii) a natureza processual dos acontecimentos, obrigam os participantes, a partir do momento em que se estabelece a percepção mútua, a negociar continuamente a distribuição do direito de fala e a organizar suas contribuições em turnos e sequências comunicativas. Essas imposições localmente relevantes são vinculadas a diferentes exigências da organização macro; particularmente, no que diz respeito à abertura, ao desenvolvimento e à conclusão de uma conversação, bem como em relação à construção conjunta dos temas e às estratégias pragmático-discursivas para realizar alinhamentos interpessoais (*footing*) e mudanças na forma em que são conduzidas a produção e a recepção dos enunciados.

As **regras básicas** de toda conversação dizem: (i) fala um de cada vez; (ii) o primeiro que, depois da finalização de um turno, toma a palavra como próximo

falante tem o direito de fazer sua contribuição e (iii) a regra (ii) não vale quando o próximo turno já está reservado para um dos participantes em virtude de “direitos mais antigos”, por exemplo, porque um falante foi interrompido por um não falante (i.e., um ouvinte) ou por um acontecimento exterior (SACKS, SCHEGLOFF & JEFFERSON, 1974). Particularmente, a regra (i) “fala um de cada vez” (SACKS *et al.*, 1974) tem vantagens técnico-organizacionais, cognitivas e sociais que merecem ser mencionadas.

Primeiramente, do ponto de vista das “**exigências do sistema conversacional**” (GOFFMAN, 1981), a seqüenciação rigidamente linear representa a forma organizacional mais simples e segura de ações conjuntas em geral e de conversações em particular. Nela, um passo segue ao outro e cada passo seguinte inclui sempre também um controle do precedente e cria, ao mesmo tempo, as condições para fazer o próximo. Numa conversação, essa regra impede que um falante se encontre, de repente, numa situação em que teria que responder simultaneamente a exigências contraditórias. Do ponto de vista do **processamento cognitivo**, então, a regra “fala um de cada vez” reduz a quantidade de input por unidade de tempo, impede superposições acústicas perturbadores e permite que os participantes se concentrem em um único foco de atenção.

Numa **perspectiva social**, enfim, a convenção de deixar um interactante terminar o seu turno tem sua razão de ser num ingrediente básico da coexistência harmoniosa, nomeadamente: o respeito que devemos ter pelo espaço acional do falante. Por conseguinte, a regra organizacional “fala um de cada vez” é, também, um elemento essencial da ordem ritual do sistema interacional. Cada troca de turno cria um ponto crítico da interação, no qual os não falantes precisam demonstrar sua disposição de cooperar, por exemplo, pela aceitação do direito de fala e a continuação da ação em curso com o próximo passo projetado como relevante para a mesma. Recusar uma tomada de turno pode significar uma falta de atenção, um desinteresse no assunto ou um menosprezo do falante corrente. Seja como for, segundo as normas da ordem ritual das interações comunicativas, trata-se de uma ameaça à face que pede uma ação compensatória e, eventualmente, uma mudança do foco conversacional para o nível metadiscursivo.

Um participante que obteve a palavra de acordo com as três regras básicas tem o direito de ocupar o papel de falante durante certo período de tempo. Quanto tempo depende de fatores como – entre outras coisas – o lugar, o momento histórico e o caráter público ou privado da conversação, a relação entre os participantes e o tema ou o motivo do encontro. A conversação transcrita no anexo, por exemplo, realiza-se num ambiente privado – no quintal da casa de dois dos participantes – na tarde de um sábado ensolarado, numa atmosfera de familiaridade e relaxamento (dimensão horizontal da interação) que favorece o uso da língua do imediato comunicativo (KOCH & OESTERREICHER, 1985). Lia, a visita, acabou de voltar de uma viagem para São Paulo e, portanto, tem “novidades” para contar. Por conseguinte, estabelece-se, nessa conversação simétrica (dimensão vertical da interação), um consenso mútuo que ela, como portadora de um capital simbólico valioso (as “novidades”), pode ocupar o papel interlocutivo de falante com uma frequência maior e por mais tempo do que os outros participantes, que estão curiosos por saber o que aconteceu na dita viagem.

Uma vez que a relação de amizade entre Lia e Ivete remonta à infância comum e natural, também, que Lia se dirige raramente ao marido da sua amiga, mas se empenha antes na produção comunicativa da sua relação de confiança com Ivete. Tom, por sua vez, tem pouca vontade e/ou poucas oportunidades de contribuir na conversação com um assunto próprio e, na maioria das vezes, delimita-se a fazer perguntas gerais e a comentar os fatos relatados por Lia com risos e gargalhadas. Caracteristicamente, o único assunto introduzido por ele (oc 416-435; cf. excerto 15 abaixo) não trata das amigas em São Paulo, mas fornece uma história sobre um cientista “louco” (oc 577) cujo comportamento excêntrico serve como exemplo para uma conduta moral censurável que pode ser comparada a daquela “paulista insuportável” (oc 284).

Sobressai, nessa sequência agitada, que ela se inicia com um turno da Lulu que, repetidamente, tenta chamar a atenção da sua mãe e, desse modo, interrompe o fio discursivo tecido por Lia e Ivete. Tom está aproveitando esse corte do fluxo da conversação para ganhar o turno e introduzir um novo tema que, inicialmente, parece não se encaixar semântica e pragmaticamente nos assuntos abordados anteriormente. É Ivete, então, que assume o papel de ratificar e reforçar

o novo rumo da conversação, ao explicar à sua amiga que o ermitão Bellini “é uma Miriam” (oc 424), ou seja, que um dia ela – a protagonista das fofocas já contadas – “vai ser como ele” (oc 425). Tom, por outro lado, fornece ainda alguns detalhes biográficos (“ele é um dos mais famosos [cientistas]”; oc422; “ele escreve livros”; oc 428) antes de revelar o escândalo que marcou o encontro que ele e Ivete tiveram com esse homem. A afirmação em tom de confiança que Bellini “não toma banho” (oc 433) fecha a introdução do novo assunto e confere a Tom um vago direito de estender sua fala e contar a história daquele homem com hábitos higiênicos que contrariam nossas convenções sociais.

Excerto 15:

[1]	415	↓	416	
TOM [v]	((incompreensível)) (é) o comportamento			
LU [v]	Oh, Mãe, a ((incompreensível)) tá aqui.			
[2]	..	417	418	
TOM [v]	de eremitãocomo o Bellini ((incompreensível)) Bellini ((incompreensível))			
LU [v]	Mãe, tem que encher a boia.		• Mãe tem que encher o	
[3]	..	419	420	
IVE [v]	Luluzina, ombro,			
TOM [v]	aquele/ aquele colega meu que a gente foi lá em/((3s))			
LU [v]	colchão.			
[4]	..	421	422	423
IVE [v]	Luluzinha! ((incompreensível))			
TOM [v]	Em Salvador.Ele um dos mais famosos/mais famosos, [antropólogos]			
[5]	424	425		
IVE [v]	É uma Míriam. A Míriam vai ser como ele (porque) ele é bem mais velho.			
TOM [v]	mas do mundo inteiro			
[6]	426	427	428	429
TOM [v]	Ele tem uma obra,assim/		• ele escreveu livros, sabe• •	
TOM [nv]	<i>(mostra tamanho da obra com as duas mãos)</i>			

[7]		430	431	432
IVE [v]			Ave Maria!	
TOM [v]		((incompreensível))E o cara você vai lá/ a gente chegou a primeira coisa foi/		
[8]		433	434	435
LIA [v]			Ave!	
IVE [v]		Ele não toma banho.		
TOM [v]		• ele não toma banho.Entendeu?		

Para os papéis interacionais coconstruídos pelo casal, é significativo também que Ivete antecipa a revelação surpreendente de Tom com uma expressão de indignação (“Ave Maria!”; oc 431) e, logo depois, intensifica ainda mais a perplexidade de Lia ao repetir a sentença “ele não toma banho” no mesmo momento em que Tom levanta a pergunta retórica “Entendeu?” Essa forma de colaboração entre o casal observa-se em várias ocasiões. Os dois, por assim dizer, passam a bola um para o outro e, desta maneira, otimizam sua participação na troca de turnos e a eficácia das suas estratégias conversacionais. Assim, pois, a interjeição “Ave!” (oc 435) não exprime apenas o espanto de Lia, mas ilustra também a força persuasiva de um trabalho conversacional feito em comum.

Ainda sobre o papel complementar que Tom assume na maioria dos episódios da conversação em análise, convém mencionar que ele, poucas vezes, sinaliza que quer tomar a palavra e quando o faz, pode até ser preterido pela esposa que tenta complementar a fala dele e, desse modo, se intromete no desenvolvimento temático da narrativa (oc 586-587 no excerto 13). Evidentemente, o conhecimento comum e os direitos compartilhados sobre o tema criam as condições para uma modalidade de coprodução da narração que visa a demonstrar concordância e cumplicidade entre o casal (cf. LERNER, 1992; MANDELBAUM, 1987; QUASTHOFF, 1980; SZCZEPEK, 2000a e 2000b). Contudo, ainda que Tom não interprete as interrupções e intrusões (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 49-50) da esposa como uma ameaça à face, a coconstrução dos turnos, evidentemente, delimita sua autonomia e dá à Ivete a oportunidade de implantar-se na fala dele para reservar-se o direito de ser a próxima falante e, eventualmente, para levar a progressão temática a uma outra direção. De fato, a influência de Tom sobre o

desenvolvimento da interação é secundária tanto que, na coprodução dos episódios de fofoca, assume menos o papel de um alocutário do que o de um destinatário indireto ou lateral (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 28). Em determinados momentos da conversação, parece até que sua presença (e a de um microfone) leva Lia a controlar-se mais em suas emoções e reações do que ela faria numa conversa a dois com a amiga (oc 284 no excerto 16 abaixo).

Excerto 16:

[1]	277	278	279
LIA [v]	Que é/ qual é o problema? Ninguém em São Luis pode trabalhar bem não?••• É		
[2]	..	280	281
LIA [v]	por que tem que ser de São Paulo. (Se não for de São Paulo não presta). ((2s))		
[3]	282	283	284
LIA [v]	Por isso que a Mariana tá certa. Ela se tornou uma paulista INSUPORTÁVEL!		
IVE [v]	Não/		
[4]	285	286	287
IVE [v]	••• Lia, meu pai era paulista.((3s)) mas nunca foi insuportável. Muito pelo		
[5]	..	288	289 290
LIA [v]	Pelo amor de Deus.		
IVE [v]	contrário. ••• Isso eu chamo de gente IMBECIL.		

A leitura parcial da transcrição que fizemos até agora já mostra: sem uma **troca organizada** dos papéis conversacionais de falante e não falante não há conversação. Ainda que haja dados em abundância comprovando que as superposições de falas, de uma maneira geral, não são tão raras assim (cf. HUTCHBY & WOUFFITT, 1998, p. 54-57; LIDDICOAT, 2007, p. 79-105; NOFSINGER, 1991, p. 101-102) e que, particularmente nas culturas românicas (por ex.: COLLOVÀ & PETRINI, 1981-1982), as ocorrências com mais de um falante por vez não são tão facilmente consideradas falhas ou violações das regras de alternância como, por exemplo, nas culturas suíço-alemã (cf. KOLLER, 1992) ou alemã (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 111), o exame de transcrições de

conversações cotidianas mostra que as interrupções ou intrusões costumam ser relativamente breves e, frequentemente, envolvem mecanismos de reparações e negociações explícitas sobre quem ocupa a função locutória.

De fato, para realizar a **coprodução** de uma interação face a face, os participantes coordenam suas ações individuais a cada instante e procuram apoiar-se, nessa tarefa, nas regras básicas para a distribuição rotineira dos papéis interlocutivos e interacionais envolvidos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2007, p. 31 e seg.). Certamente, uma condição prévia dessa colaboração automática é os **falantes** terem consciência de que, mais cedo ou tarde, terão que ceder o direito de fala ao próximo falante. Por isso, eles enriquecem seu turno, frequentemente, com sinais que indicam se ainda querem continuar a falar ou se pretendem finalizar sua contribuição. Além disso, mesmo que seu direito de fala permaneça inteiramente intocado, nenhum falante abrirá mão de verificar, ocasionalmente, se seus interlocutores estão, de fato, dispostos a ouvir o que tem para dizer.

Paralelamente ao turno do falante, os **não falantes** costumam – verbalmente ou não – expressar sua atenção e manifestar comentários para revelar sua atitude ou influenciar o desenvolvimento da conversação. Os papéis e as atividades de falante e ouvinte, evidentemente, são adaptados com perfeição ou precisão maior ou menor para possibilitar um fluxo ininterrupto da cadeia de enunciados. Recorrendo, então, a uma imagem sugestiva, pode-se afirmar que os três amigos da nossa conversação transcrita levam sua conversação adiante como passeantes experientes que, num calçadão lotado, caminham para frente sem se chocar permanentemente com os que vêm na direção contrária. De fato, eles conseguem trocar os turnos de fala sem aplicar ou sofrer fortes empurrões verbais, ou seja, sem enfrentar problemas incalculáveis de coordenação interacional.

Focalizando os aspectos organizacionais da troca de turno e da cooperação entre falante(s) e não falante(s), constatamos, então, que a unidade básica da máquina conversacional é o **turno do falante**, que pode ser definido como “tudo o que um indivíduo faz ou diz enquanto ele está com a palavra” (GOFFMAN, 1974, p. 201). Essa definição parece clara, mas, na verdade, deixa de lado alguns problemas comuns que têm que ser resolvidos na troca de turno. Antes de tudo,

convém realçar, entre outros pontos, que o falante não determina sozinho o decorrer e os limites de um turno e que a tarefa do(s) outro(s) participante(s) não é simplesmente escutar e reconhecer quando o falante quer ceder o direito de fala. Uma conversação é muito mais do que a troca de pequenos monólogos empacotados prontamente para seguirem viagem. Muito pelo contrário, o turno, como unidade básica, é produzido de modo interativo. Assim sendo, é natural que a transição de um turno a outro nem sempre ocorre sem conflitos de estruturação.

Falando das dificuldades na transição de um turno a outro, é relevante saber que o fim de cada **unidade de construção de turno** (*turn-constructional unit – TCU*) é sempre também um fim possível de um turno. Como se sabe, uma unidade de construção de turno é a menor unidade de relevância conversacional. *TCUs* são unidades acionais cuja forma linguística não pode ser determinada. De fato, linguisticamente, trata-se é um recorte situado de fala que pode consistir de um único item lexical, de uma ou várias frases ou grupos de palavras ou, até, de uma oração completa, mas, na verdade, são construtos multimodais (GOODWIN, 1981) que se baseiam predominantemente no sistema semiótico da língua, mas que podem constituir-se também apenas de um gesto, um olhar ou uma mudança na posição corporal. Todas as unidades de construção de turno são produtos da cooperação entre os interlocutores, pois os falantes organizam a forma e o conteúdo dos seus enunciados, levando em consideração as características dos seus ouvintes (SACKS *et al.*, 1974) e os ouvintes, por sua vez, influenciam essa organização ainda durante o processo da sua produção (GOODWIN, 1981), projetando e, eventualmente, modificando seu decorrer, seu fim, o ponto de transição de turno e até o objeto discursivo em negociação.

Com a ajuda de um conjunto de princípios de ação hierarquicamente organizados (cf. cap. 9.1.2.2), os participantes, na maioria das vezes, já decidem quem pode ou deve ser o próximo falante numa posição que, na sequência dos acontecimentos, está anterior a um lugar relevante para a tomada de turno (*transition relevance place – TRP*). Ao monitorar a produção de *TCUs* do falante, os não falantes podem regularmente prever onde se encontrará o próximo lugar em que será possível legitimar a transição entre falantes (*TRP*). Às vezes, no entanto, acontece que os **princípios da organização da troca de falante**, por motivos

diversos, são desrespeitados ou mal-interpretados. Por exemplo, os interactantes podem discordar na sua interpretação de marcadores verbais e não verbais que indicam (ou não) a possibilidade de uma troca de turno (oc 448 no excerto 7). Também, não é sempre claro se a atividade de um ouvinte deve ser avaliada como um comentário que não objetiva uma mudança na distribuição dos papéis interlocutivos ou como uma tentativa de iniciar essa mudança (oc 434 no excerto 15; oc 439, 444 e 460 no excerto 7). A insegurança quanto ao ponto para a transição possível, a ambiguidade das contribuições do(s) ouvinte(s) e, ocasionalmente, a produção conjunta de turnos para exprimir harmonia e atitudes convergentes costumam dar origem à superposição de vozes, ou seja, a **falas simultâneas** (oc 102 no excerto 2; 513 e 520 no excerto 10).

Entre os “contratempos” mais comuns do sistema de turnos, convém, ainda, mencionar as paradas prematuras, as hesitações e os diferentes tipos de silêncio. Os excertos 17-20 a seguir ilustram esses fenômenos. A **parada prematura** (oc 161, no excerto 17; oc 224, no excerto 18, oc 448, no excerto 19; oc 548 e 551, no excerto 20; oc 556, no excerto 22 abaixo) é um mecanismo de reparação usado no tratamento de erros na tomada de turnos. Ela acontece quando há uma competição pela tomada de turno e, por conseguinte, falas simultâneas que obrigam um dos pretendentes a desistir em favor do outro. Não é por acaso que, na conversação em análise, esse fenômeno ocorre em momentos de indecisão sobre o enquadre a introduzir (cf. oc 28 no excerto 2) ou de grande envolvimento afetivo (cf. oc 473 no excerto 8).

Excerto 17:

[1]

	158	159	160	161	162
LIA [v]	(Eu disse: "Sugestão de quem?") Da MÍRiam.				Aí, eu peguei e fiquei
IVE [v]					Putá /

[2]

	..	163	164	165	166
LIA [v]	calada. Ia dizer o que, ne? • E quando chegou lá, mulher, mmh, • um restaurante				

[3]

	..	167	168	169
LIA [v]	daquiii • lá para a Av. Roberio Santos • • o comprimento. Todo escuro. À luz de			

[4]

.. 170

LIA [v] vela.Cheio de casal de namorado, Ivete.

Excerto 18:

[1]

223

224

225

LIA [v] (a mesma pessoa,) a arquiteta que/ que/ que
IVE [v] Não, mas como é a história?O Morão conhece a creatu/

[2]

.. 226

LIA [v] projetou lá, é muito amigo e veio fazer aqui. Aí, ela/ ele trouxe/ ela trouxe todo o

[3]

..

LIA [v] pessoal que trabalha.

Excerto 19:

[1]

448

449

450

451

LIA [v] Não tem/ Não tem condição de ((incompreensível))
TOM [v] ((2s)) Uma semana sem trocar! (E nós dois fomos)

[2]

..

LIA [v]
TOM [v] convidados na casa dele.**Excerto 20:**

[1]

546

547

548

549

IVE [v] Não a primeira
TOM [v] Ele tem o CD e o vídeo. Ele ((incompreensível)), ele sabe (a nota)/

[2]

..

550

551

552

553

IVE [v] coisa que eu ((incompreensível)). Eu achei (terrível) Não, per aí!
TOM [v] DEPOIS ((incompreensível)). Aquele final, no (ritmo)/ Tudo

[3]

..

554

TOM [v] isso ele tem na cabeça e ao mesmo tempo ele corta a carne.

As **hesitações** podem ser interpretadas como um convite para finalizar o turno ou como pausas preenchidas que facilitam o planejamento da estrutura interna do turno (oc 164 e 166 no excerto 16; oc 226, no excerto 18 e oc 539 no excerto 21 abaixo). Acreditamos ser um sinal de espontaneidade e confiança mútua que esse fenômeno é bastante raro na conversação transcrita. Os participantes, evidentemente, não convidam os copresentes para finalizar um turno em andamento porque estão seguros de terem a atenção e o consenso dos outros e de serem compreendidos facilmente. Além disso, mostram-se à vontade em sua maneira de expressar ou de agir e não pensam duas vezes antes de comunicar o seu ponto de vista.

A distinção entre três diferentes tipos de **silêncio**, justifica-se pela observação de que os participantes, através das suas intervenções reativas, interpretam o silêncio de modo diferente, dependendo da posição estrutural em que se faz presente. Há, por exemplo, um **silêncio prolongado** entre dois turnos (*lapse*) que surge num ponto para transição possível quando o falante corrente decidiu finalizar seu turno, mas não selecionou o próximo falante e nenhum dos não falantes decidiu tomar a palavra. Nessa situação, o sistema interacional desmorona-se, pelo menos por uns instantes. Uma vez que essa falha de continuidade pode ser interpretada como um sinal de coordenação precária, falta de interesse no tema ou, na pior das hipóteses, como indiferença para com os parceiros, os participantes costumam sentir esse tipo de silêncio como desagradável ou “pesado”. Na conversação em análise, *não* se encontram ocorrências desse fenômeno, pois, nessa situação de informalidade, em casa e na presença de amigos próximos, onde a preocupação com a correção e o julgamento alheio é mínima, os interactantes coordenam suas ações rotineiramente e com facilidade “natural”, demonstrando um interesse muito grande pelo assunto e pelo aprazimento mútuo em sorrir, sentir-se bem e ser feliz.

O segundo tipo é um **intervalo** entre dois turnos (*gap*) que se deve à constelação seguinte: o falante corrente encerrou seu turno sem escolher um sucessor e o não falante que decidiu assumir o próximo turno ainda está procurando as palavras certas antes de começar a sua fala (oc 285, no excerto 16; oc 538-539, 558, nos excertos 21 e 22 respectivamente).

Excerto 21:

[1]	538	539
IVE [v]	Aliás, eu nem olhei pra Tom, ne, porque se eu olho pra Tom ••	
TOM [v]		• Tu tem que
[2]	..	
TOM [v]	imaginar agora, ele fala com você sobre • ahm, Mozart, A Flauta Mágica do	
[3]	..	
TOM [v]	Mozart,	

Excerto 22:

[1]	556	557
LIA [v]	((incompreensível))	
IVE [v]	Lia, quando eu cheguei lá/ Não, quando eu cheguei lá eu digo: "Tom, tu viu onde	
[2]	..	
IVE [v]	558	559
TOM [v]	(aquele) botou a máquina de lavar roupa? •••	Aí, o Tom disse:
		((incompreensível))
[3]	..	
IVE [v]	560 "Não" Porque homen não olha pra essas coisas.Era trepada em cima do balcão.	
[4]	561	562
LIA [k]	(riso)	
IVE [v]	••• Como é que essa mulher bota roupa pra lavar?	
TOM [k]	(riso)	

O terceiro tipo, enfim, encontramos quando, no decorrer de um turno, o falante corrente faz uma **pausa** (*pause*) por ter se distraído um momento, por querer produzir um efeito retórico particular ou porque retoma a palavra depois de um ponto relevante de transição em que seu sucessor selecionado demora demais a iniciar sua fala e/ou em que nenhum não falante se autosselecionou como próximo falante (oc. 99 e 104 no excerto 2; oc 279, 281 e 288, no excerto 16; oc 568, 570 e 571, no excerto 23 abaixo; oc 596 e 598, no excerto 24 abaixo; oc 616 e 618, no excerto 4).

Todos esses fenômenos são mais ou menos comuns numa conversação cotidiana e podem funcionar como recursos eficazes para a organização da troca de turno, mas também podem se tornar a origem e a expressão de momentos críticos durante uma interação.

Excerto 23:

[1]	565	566	567	568
LIA [v]	Vaalha...			
IVE [v]	Um balcão DESTA tamanho, a máquina de lavar roupa lá em cima. •• Eu nunca			
[2]	..	569	570	
LIA [v]				
IVE [v]	tinha visto isso na minha vida e o Tom: "Não filha." Pois presta atenção!•••			
[3]	..	571		
IVE [v]	Onde é que tá a máquina de lavar roupa.((2s)) E ela não podia trocar nada da			
[4]	..	572		
IVE [v]	casa.NADA!			

Excerto 24:

[1]	595	596		
LIA [v]	Mulher, mas não éé.Você tá num restaurante ••• você tem que que conversar.			
IVE [v]	Fala baixo!			
IVE [k]	(sussurando)			
[2]	597	598		
LIA [v]	Não pode conversar? ••• Tem que ser susurro?			

Ainda com relação às características do turno como unidade básica da conversação, cabe mencionar que cada turno tem uma determinada função comunicativa básica (um **significado ilocucional**) e, portanto, representa um

determinado tipo de ação, tradicionalmente chamado de ato de fala² (uma pergunta, uma promessa, um conselho, uma ordem, etc.); além disso, assume, na conjuntura discursiva em questão, a função de representar um **significado temático** que contribui no conteúdo temático e na construção dos objetos de discurso. A distinção entre aspectos semânticos e pragmáticos dos enunciados motiva a introdução do conceito de “movimento” (SINCLAIR & COULTHARD, 1975, p. 21) ou “intervenção” (ROULET, 1981) como unidade funcional-comunicativa da troca de turnos. Ao contrário da troca de turnos, a intervenção é uma unidade monológica porque é produzida “por um único e mesmo falante” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p. 225; 2006, p. 55). As intervenções são constituídas de um ou vários atos de fala ou atos conversacionais (cf. a nota de roda-pé acima) que podem ser classificados em dominantes e subordinados, segundo o critério do valor da sua contribuição. Enquanto os atos do primeiro tipo codeterminam o significado ilocucional de uma interação inteira diz-se que os da segunda classe apenas emolduram um ato dominante. Por exemplo, no turno constituído pelas ocorrências comunicativas 0-6 (cf. excerto 1), o ato dominante da falante Lia é uma recusa (“eu não quero álcool não”) que ratifica a ação precedente de Tom (“abrir uma garrafa de vinho”) como um convite realizado sem fazer uso da palavra³; os atos subordinados que enquadram o ato de Lia são duas evocações de forças espirituais (“Valha-me Deus!”; “meu Deus do Céu”), um apelo ao anfitrião (“Tom!”) e uma justificativa (“Senão eu vou me lascar.”).

Como se verifica, facilmente, na leitura de qualquer episódio da nossa transcrição, o desenvolvimento das dimensões semântica e pragmática da conversação é entrelaçado minuciosamente com a estrutura formal da conversação que resulta do trabalho da máquina conversacional. Isso significa que a organização da troca de turnos não é apenas uma característica formal das conversações, mas –

² Diferentemente à teoria dos atos de fala (SEARLE, 1969), na análise da conversação, o trabalho analítico não começa com classes ou categorias de atos de fala, mas com trechos individuais retirados de dados empíricos. Além disso, sobressai que existem ações realizadas com unidades construcionais de turnos que não correspondem aos atos de fala conceituados na teoria dos atos de fala e, portanto, não podem ser analisados regularmente com as ferramentas conceituais dessa teoria (cf. SCHEGLOFF, 1996; 2007, p. 7-9). Para deixar explícitas as diferenças teóricas e metodológicas entre as duas abordagens, preferimos usar o termo “ato conversacional” e reservamos o uso de “ato de fala” aos contextos em que há uma referência clara à teoria dos atos de fala e/ou a um dos atos analisados por ela (pergunta, resposta, etc.).

³ Já que Tom traz uma bandeja com taças e bebidas sem fazer qualquer comentário captado pelo microfone, convém concluir que o comportamento de Lia é resultado de uma inferência que se baseia apenas nas convenções sociais válidas para o tratamento de convidados.

como demonstramos resumidamente acima – é essencial para a **identificação das condições fundamentais** de uma interação e, portanto, tem fortes implicações sobre a ordem ritual da interação face a face. De fato, com base no número e na forma da troca de turnos é possível tirar conclusões sobre o contexto pragmático em que a interação se insere e sobre a modalidade na qual o significado temático é construído reciprocamente ao longo do processo comunicativo. Por outras palavras: a maneira como a transição do direito de fala é gerenciada não tem apenas consequências para a produção do formato dos turnos; ela atinge também a realização das estruturas organizacionais de outros níveis da conversação, tais como o desenvolvimento do tema, a sequenciação das ações e a gestão das relações interpessoais.

Falando ainda sobre as propriedades estruturais do turno de fala como unidade básica da conversação, sobressai, finalmente, que cada turno se caracteriza por uma **segmentação interna** em início, meio e fim, que ocorre de acordo com os mesmos princípios que regulam o mecanismo da troca de turnos; i.e., cada turno mais longo se compõe de várias unidades de construção de turno que poderiam, cada uma por si mesma, representar um turno completo. Por conseguinte, participar na produção local da ordem interacional não significa, apenas, que os interlocutores se orientam uns aos outros com relação à sucessão dos seus turnos de fala, mas implica, além disso, que eles coordenam interativamente a organização interna de cada turno individual. Em outras palavras: a forma de um turno é resultado de múltiplas escolhas significativas que levam em consideração uma multiplicidade de fatores situacionais e culturais, tais como o conhecimento prévio, o papel interacional e o estatuto social do(s) interlocutore(s) (*recipient design*).

9.1.2.1 A segmentação interna dos turnos

Quanto à segmentação interna de um turno, convém mencionar – além dos inúmeros recursos sintáticos e semânticos da gramática da fala (cf. ABAURRE & RODRIGUES, 2003; CASTILHO, 2003a, 2003b; CASTILHO & BASÍLIO, 2003; ILARI, 2003; KATO, 2003; KOCH, 2003, NEVES, 2003) – os sinais (prosódicos e

lexicais) de abertura (por ex.: “ora”⁴, “olha”⁵, “ahh”⁶ e de finalização de turno (por ex.: “vai lá”⁷ e “ne”⁸), as formas vocativas e alocutivas (por ex.: “Tom!”⁹, “GENTE”¹⁰), as interjeições (por ex.: “AAI”¹¹, “Hepa!”¹², “Viixe”¹³) e vários outros tipos de marcadores conversacionais (por ex.: o uso de “aí”¹⁴), assim como as expressões formulaicas e avaliativas (por ex.: “Valha-me Deus”¹⁵, “Meu Deus do céu!”¹⁶, “porra”¹⁷, “Ave Maria”¹⁸ e “Vai pra lá!”¹⁹).

Todos esses **operadores conversacionais**²⁰ contribuem essencialmente para a constituição das unidades de construção de turno e para a estruturação da conversação em sequências de turnos. Junto com a força projetiva da sintaxe, esses recursos estruturantes, deixam a entender, em determinados pontos (*recognition point*), como o falante pretende construir sua contribuição e, desse modo, permitem que o(s) não falante(s) preveem a trajetória da fala em andamento e antecipe(m) o resto do turno, enquanto o falante atento às reações que seu(s) ouvinte(s) mostra(m)

⁴ Na oc 182, no excerto 62.

⁵ Na oc 370 e 383, no excerto 46.

⁶ Na oc 394, no excerto 46.

⁷ Na oc 33, no excerto 2.

⁸ Na oc 93, no excerto 2.

⁹ Na oc 2, no excerto 1.

¹⁰ Na oc 508, no excerto 94.

¹¹ Na oc 82, no excerto 2.

¹² Na oc 175, no excerto 62.

¹³ Na oc 358, no anexo.

¹⁴ Nas oc 25, 47, 50, 66, 73, 76, 78, no excerto 2; nas oc 154, 157, 162, no excerto 58; nas oc 191, 194, 198, no excerto 59; nas oc 201, 202, no excerto 48; na oc 212, no excerto 53; na oc 226, no excerto 39; na oc 236, no anexo; nas oc 242, 252, no excerto 61; na oc 258, no excerto 49; na oc 265, no excerto 54; na oc 390, no excerto 42; na oc 396, 397, 401, 403, 414, no excerto 63; na oc 559, no excerto 22; etc.

¹⁵ Na oc 0-1, no excerto 1.

¹⁶ Na oc 3, no excerto 1.

¹⁷ Na oc 182, no excerto 62.

¹⁸ Na oc 206, no excerto 48.

¹⁹ Na oc 628, no excerto 4.

²⁰ Denominam-se “marcadores conversacionais” os vocábulos ou expressões estereotipadas, quase sempre desprovidas de valor semântico e de papel sintático, que funcionam como elementos de interligação para os vários segmentos do discurso (cf. ALI, 1951; CASTILHO, 1989; CASTILHO & PRETI, 1986; CASTILHO & PRETI, 1987; FÁVERO *et al.*, 1999; GALEMBECK & CARVALHO, 1999; GONÇALVES, 2000; MARCUSCHI, 1989, 2001; ILARI, 1992; PRETI, 1998, 2003, 2005; PRETI & URBANO, 1990; URBANO, 1993). Embora sejam esvaziados, muitas vezes, de conteúdo e de papel sintático, esses “operadores conversacionais” (CASTILHO, 1989) são indispensáveis na tarefa de engajamento de uma conversação, na sua manutenção e no seu fechamento. Marchuschi (1989, p. 282) ressalta que os marcadores conversacionais operam simultaneamente como organizadores da interação, articuladores de texto e indicadores de força ilocutória. Geralmente, os marcadores conversacionais são classificados em três tipos: verbais, não verbais e suprasegmentais. Os marcadores verbais constituem um variado e importante conjunto de partículas, sintagmas, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos (MARCUSCHI, 1989). Segundo o autor, os marcadores suprasegmentais, como entonação etc. são de natureza linguística, mas não apresentam caráter verbal porque não interferem diretamente na estruturação sintática do texto. Além das classificações segundo a fonte de produção (falante ou não falante) ou as funções específicas, é possível dividi-los, também, de acordo com a posição no turno de fala (iniciais, mediais e finais).

durante a produção do seu turno já pode prever a postura dele(s) e, eventualmente, modificar a realização do seu projeto de fala.

Ao lado da função da articulação textual, esses **sinais do falante**, muitas vezes, assumem ainda funções adicionais como: chamar a atenção do(s) não falante(s), certificar-se da sua compreensão, elicitare sinais de concordância ou sinalizar surpresa, admiração, repulsa, etc. Na prática, não é fácil separar os constituintes discursivos de função ideacional e textual dos constituintes de função interpessoal, porque os dois planos de enunciação são, quase sempre, interrelacionados, mas, do ponto de vista funcional, é oportuno que os **sinais estruturantes**, que estabelecem algum tipo de relação entre as parcelas de informação sucessivamente expressas ao longo da fala, sejam distinguidos dos **sinais interativos**, que o locutor produz para organizar as relações interpessoais, orientar o(s) seu(s) destinatário(s) e especificar a atitude em que está conduzindo seu discurso. Finalmente, convém ainda mencionar que esses recursos do microcosmo de uma conversação podem ser utilizados, entre outras coisas, para preencher pausas, fazer correções, ganhar tempo para organizar o pensamento, destacar investimentos temáticos parciais, revelar intenções, monitorar o ouvinte, defender-se contra assaltos ao turno, etc. (cf. MARCUSCHI, 2001, p. 61-74).

Como mostram muitos trechos do nosso texto de transcrição, é comum, também, os turnos serem acompanhados por **sinais do(s) não falante(s)** que objetivam uma tomada de turno (*claiming-of-the-turn-signals*) ou que pretendem comunicar ao falante uma atitude de convergência, de divergência ou de indagação (*back-channel-behavior*) (cf. MARCUSCHI, *loc.cit.*). O termo “ação de ouvinte” – nesse contexto, frequentemente usado por muitos autores – não diz respeito a diferentes formas de exercer a faculdade de ouvir, mas ao papel interacional de agir como um participante não falante que escuta e interpreta os enunciados produzidos por um locutor. Ser um ouvinte ativo, então, não significa ter um ouvido muito aguçado, mas realizar atividades enunciativas *out of turn* (YNGVE, 1970, p. 568), no papel de um não falante que usa o canal de retroalimentação (*feedback*) para influenciar o trabalho do sistema interacional através do mecanismo de circulação de

informações retroativas entre os interactantes (cf. o uso de “Putá!”²¹, de “Realmente”²², de “Éeeeh”²³, de “Valhe me São Benedito!”²⁴, de “Ave Maria!” e “Ave!”²⁵, de “Deus me livre!”²⁶, de “eu não acredito não!”²⁷, de “Ei que nojo!”²⁸, de “Valhe”²⁹ e de “NÃO!”³⁰).

Focalizando, então, os trechos relevantes no texto de transcrição, salientam-se vários tipos de ações de ouvinte. Primeiramente, é possível que um ouvinte pretenda simplesmente **comentar**, de uma maneira ou outra, uma informação recebida (por ex.: “Putá!” na oc 161, no excerto 17), sem aspirar a uma mudança dos papéis interacionais. Também, é comum um não falante usar marcadores discursivos responsivos para sinalizar que está seguindo atentamente o fluxo dinâmico das sequências verbais do falante (por ex.: “Foi?” na oc 149, no excerto 25 a seguir).

Excerto 25:

[1]	145	146	147		
LIA [v]	o Júlio disse: "Eu vou jantar e volto para o hotel. Vai dançar com Morão e de				
[2]	..	148	149	150	151
LIA [v]	manhã chegue aqui para me levar para o aeroporto. Entendeu?Eu disse:				
LIA [k]	(rindo)				
IVE [v]	Foi?				
[3]	..				
LIA [v]	"Pronto!"				

Nesse caso, os interlocutores atendem, sobretudo, ao princípio geral de cooperação e tentam obter um entendimento breve, **monitorando** o contato sem fazer referência a um conteúdo ideacional. Observa-se, nessa situação, que a

²¹ Na oc 161, no excerto 17.

²² Na oc 208, no excerto 48.

²³ Na oc 320, no excerto 33.

²⁴ Na oc 402.

²⁵ Na oc 206, no excerto 48; na oc 431 e na oc 435, no excerto 15.

²⁶ Na oc 463.

²⁷ Na oc 509.

²⁸ Na oc 528.

²⁹ Nas oc 568, no excerto 23, e na oc 599, no excerto 67.

³⁰ Na oc 585, no excerto 44.

atividade do ouvinte é estimulada regularmente por um sinal antecedente do falante (por ex.: “Entendeu?” na oc 149, no excerto 25). No caso inverso, no entanto, é o não falante que tenta, através de algum sinal, influenciar o comportamento comunicativo do falante (cf. o uso de “Não, peraí!” na oc 552, no excerto 20). Como se verifica, esse tipo de intervenção não aspira a uma transição do direito de fala, mas tem a força projetiva de **alterar** o curso do turno em andamento, por exemplo, ao estimular reformulações, esclarecimentos, expansões ou truncamentos que modificam o desenvolvimento do tópico.

Finalmente, há um tipo de ação comunicativa na qual o ouvinte projeta em vão uma tomada de turno, quer num ponto de transição possível quer no meio de uma oração. A situação não é incomum: acontece que não se observa, nela, uma troca de turno realizada, mas apenas uma ação do não falante que **interrompe**, temporariamente, o fluxo da conversação enquanto o falante ainda não terminou seu turno (por ex.: oc 548-550, no excerto 12). Pode-se falar, então, de um assalto ao turno frustrado por alguma estratégia de sustentação. Ao perceber o “valor ilocutório” da ação, o falante rejeita uma mudança dos papéis interacionais, interpretando os sinais do ouvinte como uma interpretação errada de um ponto de transição possível ou como um delito conversacional, uma tentativa de apoderar-se do direito de fala à custa do(s) outro(s) participante(s).

O primeiro caso acontece voluntariamente ou não quando um ouvinte precipitado e muito engajado na troca conversacional supõe erroneamente que o falante projetou um ponto de transição possível como o lugar escolhido para a próxima tomada de turno (oc 473, oc 476, no excerto 26 abaixo).

Excerto 26:

[1]

	472	473	474
IVE [v]		•• Ele (chegou)/ ele ((incompreensível))	
TOM [v]	É assim, sabe.	•• Ele fez compra ((incompreensível))	Ele fez compra, ele



[2]

	..	475
TOM [v]	comprou, mas só coisas importadas.	Ele queira fazer uma comida como na Italia.

[3]	↓	476	477
IVE [v]	Ele é italiano.		
TOM [v]	Ele é italiano, sabe.		

Por princípio, todos os pontos de transição possíveis são ambíguos na medida em que apenas as ações posteriores demonstram claramente se a liberação progressiva das palavras passou apenas pelo fim de mais uma unidade de construção de turno ou, de fato, chegou ao ponto de mudança do direito de fala. Outra oportunidade para um **assalto inofensivo** ao turno aparece quando o falante se atrapalha na escolha lexical (oc 443-446, no excerto 7) ou está próximo a proferir uma palavra impensada ou a cometer um lapso ou uma indiscrição involuntária por desatenção. Percebendo a dificuldade do falante e a iminência de uma situação crítica, o ouvinte entra para prestar socorro (oc 535, no excerto 27 abaixo), interrompendo um parceiro que, na verdade, ainda não estava disposto a terminar. Essas duas variantes do assalto inofensivo ocorrem frequentemente em qualquer conversação cotidiana sem prejudicar a manutenção de um bom trabalho de face. Muito pelo contrário, frequentemente, elas são interpretadas como sinais de uma participação interessada ou como prova da disposição de assumir um papel mais ativo no trabalho coordenado com a máquina conversacional.

Excerto 27:

[1]	532	533	534
LIA [v]	Como é que essa mulher no, no/ (aguenta).		
IVE [v]	((incompreensível)) porque ela		
TOM [v]	(Não), ((incompreensível))		

[2]	..	535	536
LIA [v]	("Tá com cheiro, muita gosta!") ((incompreensível))		
IVE [v]	é do interior.		O cheiro
TOM [v]	Do interior, ela está acostumada a cheiro forte		

[3]	..	↑
IVE [v]	((incompreensível)) o cheiro do interior ((incompreensível)) ela ficou com ele.	

No segundo caso, no entanto, acontece, de fato, uma violação de uma regra básica da conversação: cortar a palavra do outro no meio da oração (sem ao menos ouvir o que está dizendo) é uma ameaça potencial à face que precisa ser tematizada em ações de compensação se os interlocutores querem evitar consequências mais sérias para a manutenção de um ambiente “salubre”. A experiência cotidiana mostra que esses **assaltos ofensivos** ao turno em lugares não relevantes de transição ocorrem com uma frequência maior em conversações polêmicas e disputas sobre conteúdos adversativos. Com efeito, “parasitar o circuito interlocutivo” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006 [1996], p. 50) não é uma estratégia cooperativa que favorece uma boa interação linguística (MEIRELES, 1999) e, por conseguinte, costuma ser sancionada se as relações de poder o permitirem.

Como mostram os trechos analisados, os ouvintes não interpretam apenas os enunciados recebidos, mas têm uma influência permanente e imediata sobre a organização dos aspectos formais e contedísticos das ações languageiras dos seus parceiros (cf. GOODWIN, 1981). Não é difícil ver que a forma e o significado de cada turno dos três amigos é resultado de um **processo de coconstrução** no qual os falantes se dirigem aos não falantes levando em conta as características particulares deles (*recipient design*), enquanto os não falantes lhes sinalizam, muitas vezes quase sincronicamente, sua compreensão, a intensidade do seu interesse, o grau de concordância ou divergência e sua atitude diante dos fatos relatados (*back channel messages*). Rotineiramente, Lia, Ivete e Tom indicam uns aos outros quando têm alguma coisa para dizer; quando necessitam de mais informações; quando querem que o outro reformule, explique melhor ou resuma; quando gostam que ele conte de uma maneira cativante ou engraçada; quando compreenderam ou não uma referência vaga; quando querem reinterpretar um fato, mudar de assunto ou tomar o próximo turno.

Formando uma equipe entrosada, eles mostram mutuamente seu estado afetivo e sua disposição de compartilhar sentimentos. De fato, eles divertem-se ao revelar quando se sentem chocados, surpresos, confirmados, entediados, divertidos, etc. Para todas essas ações que, na sua maioria, utilizam o *backchannel* (YNGVE, 1970), os três dispõem de diferentes tipos de **sinais de retorno** (*back channel messages*): ao lado dos signos verbais e paraverbais (prosódicos e vocais), eles

lançam mão de inúmeros recursos não verbais (olhares, mímicas, gestos). Contudo, nossa gravação em áudio não capta os signos transmitidos por outros canais; o que, certamente, representa uma delimitação lamentável das nossas possibilidades analíticas. Por outro lado – abstraindo-se, por um momento, dos aspectos éticos envolvidos – tentar gravar fofocas em vídeo representaria, em nosso entender, um projeto científico destinado ao malogro em virtude do velho “paradoxo do observador”.

9.1.2.2 A gestão da alternância dos turnos de fala

Apresentado a organização interna dos turnos, voltaremos nossa atenção, agora para a gestão da alternância dos turnos de fala. Ao contemplar a estrutura interna dos turnos, observamos que é possível e muito frequente um turno ser estendido sobre várias unidades de construção de turno (*turn-constructional units - TCUs*) de tamanhos e estruturas diferentes. Tecnicamente, isso significa apenas que, depois de cada unidade de construção de turno, o falante corrente continuou a falar (pressupondo que os outros o deixam ou não oferecem resistência suficiente para ele parar). Por outro lado, o fato de um turno ser composto de vários segmentos que se integram na cadeia conversacional já implica que, no fim de cada unidade de construção de turno, há sempre a possibilidade de uma **troca de turno**.

De uma maneira geral, nesses lugares relevantes para a transição (*transition relevance places – TRP*), existem várias maneiras de como se pode organizar a transição do direito de fala (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974). Por princípio, é possível – em circunstâncias mais formais, caracterizadas pela preestruturação das atividades comunicativas no que diz respeito ao tema, ao tempo das contribuições, à sucessão dos falantes e aos papéis interlocutivos/interacionais – que os **turnos** sejam **concedidos por uma pessoa designada** oficialmente para essa função (um moderador, um entrevistador, o presidente de sessão, etc.). Em todos os outros contextos, é conveniente que as trocas de turno sejam negociadas localmente pelos próprios participantes como prevê o princípio geral da cooperação interacional que diz ser preciso orientar e elaborar as falas em função dos seus destinatários (*recipient design*).

Nas situações de **negociação da mudança de turno**, a alternância pode acontecer, em princípio, através de um convite vindo da pessoa que tem a palavra ou por iniciativa própria de um dos não falantes. No primeiro caso, o falante corrente escolhe o próximo falante através de um adequado sinal verbal ou não verbal de fim de turno (oc 32, no excerto 2); no segundo, realiza-se uma autoescolha (singular: oc 269, no excerto 28; oc297, no excerto 29, ou múltipla: oc 294, no excerto 29) por qualquer um dos ouvintes que se tornará o próximo falante em razão da regra de que o primeiro a iniciar o próximo turno ganha o direito de fala.

Excerto 28:

[1]	266	267	268	269
LIA [v]	Ele disse: "Foi sim, um Jacaré de São Luís!"			
LIA [k]		(rindo)		(gargalhadas)
IVE [k]		(gargalhadas)		
TOM [v]				O Jacaré pode ser de São
TOM [k]		(gargalhadas)		

[2]	..	270 271	272	273
LIA [v]	Eeh! o arquiteto foi (incompreensível, 0,2s) é/			
IVE [v]				E/ (São Luís tem mais jacaré
TOM [v]	Luís, • mas o arquiteto foi (paulista)			
TOM [k]				(riso)

[3]	..			
LIA [v]	do que não sei nem o que.			
IVE [v]				
TOM [k]				

Excerto 29:

[1]	292	293	294	295	296
LIA [v]					Não.
IVE [v]	•• Em Fortaleza, querido,		Não.Em Fortaleza/ é o		
TOM [v]	É a Mafalda mora junto com (elas)?			E a	

[2]	..	297			
IVE [v]	Seguinte		Tá. Presta atenção!		
TOM [v]	Mafalda tá em São Paulo também?				

A terceira opção, enfim, é que o falante corrente não escolha o próximo falante e nenhum dos coparticipantes se autoescolhe; nesse caso, o falante corrente pode prosseguir falando, pelo menos até o próximo primeiro lugar relevante para a troca de turnos, no qual as regras se aplicarão novamente. “Assim se procederá, recursivamente, até que se opere a transição” (MARCUSCHI, 2001, p. 21). Na conversação em análise, igualmente como em muitas outras interações simétricas, essas diretrizes para a organização da alternância dos turnos de fala (SACKS *et al.*, 1974) fornecem as ferramentas básicas tanto para a organização do fluxo conversacional quanto para a organização dos papéis participativos.

Como se sabe, os princípios desse sistema localmente comandado são **hierarquicamente** organizados de tal modo que a prioridade cabe à escolha do próximo falante pelo falante corrente. Se esse método não for indicado, poderá efetuar-se uma autoescolha por um dos ouvintes e se essa, também, deixa de acontecer, competirá ao falante corrente manter o sistema interacional funcionando ou abster-se de falar e dar a conversação (por enquanto) como encerrada. Ainda com referência ao método da autoescolha, é preciso distinguir duas formas básicas, conforme o critério se houve ou não uma interrupção do falante corrente. Desse modo, evidencia-se que as trocas de turno não podem ser classificadas apenas de acordo com o seu iniciador, mas também com relação ao modo da sua realização. Mais concretamente, a transferência do direito de fala pode decorrer – como já foi dito antes (cap. 9.1.2) – com superposição de vozes (oc 294, no excerto 29), com uma pausa mais ou menos extensa (oc 11, no excerto 1) ou fluentemente, isto é, sem intervalo notável (oc 230, 231, 232 e 233, no excerto 30).

Excerto 30:

[1]

227

228

LIA [v] Ela conhece os marceneiros. Eles vieram e passaram acho que um mês dentro da

[2]

..

229

230

LIA [v] casa do Morão, • • fazendo os móveis do jeito que ela tinha idealizado.

IVE [v] Porque o



[3]	..	231	232
LIA [v]		É de láá.	
IVE [v]		povo ela conhece é de lá, (não é) . (Ruim se pegar uma pessoa daqui que	
[4]	..	233	234
LIA [v]		Éhh. E ela conhece o serviço, ne.	
IVE [v]		não fizesse que ela/ o que ela queria.	

Em geral, vale dizer que a troca de turnos nem sempre se efetua de maneira harmoniosa, mas pode envolver, implícita ou explicitamente, uma competição entre os interlocutores (oc 586-591, no excerto 31 abaixo) que se realiza de modo mais ou menos educado ou mais ou menos agressivo. De qualquer forma, com base nesse sistema simples para a **gestão da alternância** dos turnos de fala é possível lidar tanto com interações bem sincronizadas, isentas de dificuldades (quer dizer: o próximo falante sabe quando seu predecessor terminará e todos podem prever quem deve falar como próximo) quanto com turbulências e com acontecimentos críticos, tais como inserções, sobreposições, interrupções, as diferentes ocorrências de reparações e correções e as formas de expansão ou redução de turnos de acordo com o conhecimento prévio dos interlocutores (GALEMBECK *et al.*, 1990).

Excerto 31:

[1]	586	587
IVE [v]		Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é • uma pessoa que vive só
TOM [v]		Agora ele tá Na ((incompreensível))
[2]	..	588 589
IVE [v]		((incompreensível)). Só que ele tem sessenta anos. A Míriam, tudo bem que ela
TOM [v]		
[3]	..	590 591
IVE [v]		não vai fatar uma carne com a mão. ((2s)) Ela não vai fatar uma carne
TOM [v]		Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem pelos menos) trinta e cinco

[4]

592

IVE [v]	com a mão nem vai botar ... É, mas é o o modelo é esse.
TOM [v]	anos (de) livros. ((incompreensível)) pelo mundo.

Procurando respostas para a questão de o que influencia a **atribuição de turnos**, convém mencionar três fatores principais: o tipo de situação comunicativa (espontaneidade, grau de publicidade, número de participantes, papéis sociais envolvidos), o status social dos interlocutores (conversação simétrica ou assimétrica) e o tipo de organização da conversação (o grau de planejamento prévio, de formalidade e ritualização). Como pode se verificar também na conversação em análise, praticamente todos os parâmetros linguísticos variam de acordo com a situação comunicativa. Desse modo, é de se pressupor, por exemplo, que, em situações profissionais, Lia e Ivete não usariam o registro informal da língua culta de Fortaleza da mesma maneira como o fazem nessa conversação entre amigos num ambiente privado. Especialmente certas interjeições ou entonações afetivas são consideradas inoportunas para o uso em público. As formas de polidez, a formulação de pedidos, o tratamento dos interlocutores, a acomodação linguística aos repertórios linguísticos dos parceiros, em suma, todo o estilo conversacional, assim como as relevâncias motivacionais, as expectativas mútuas e os objetivos pragmáticos seriam outros em outro contexto situacional e cultural, por exemplo, num espaço público, durante o exercício da profissão ou em um evento mais formal, talvez com um número maior de participantes e, certamente, com outros papéis sociais envolvidos.

Todavia, a nosso ver, é inadequado definir as propriedades espaciais e temporais da **situação comunicativa** em questão predominantemente pelas características físicas do ambiente. O contexto em que se realiza essa coprodução de focos não é estático e não se faz presente, simplesmente, como se estivesse esperando a semana inteira para ser usado no sábado. Muito pelo contrário, ele ganha seu papel em consequência do seu valor simbólico e das atividades nele realizadas. Para um engenheiro civil, o Palácio da Justiça, por exemplo, pode se resumir a um canto de obras; para o viajante, ele pode ser um atrativo turístico; enquanto para os juizes, promotores e assessores ele, talvez, represente o lugar

onde em nome do povo se faz a justiça. Igualmente, o quintal da Ivete é para seu jardineiro apenas um lugar de trabalho, enquanto para ela e seus amigos, talvez, seja um refúgio na selva das incertezas.

Devemos entender, então, a situação comunicativa como um enquadre comum de orientação e de ação (SCHÜTZE, 1987, p. 157 e seg.) o qual é negociado e ratificado pelos interactantes (KENDON, 1990) que precisam se mostrar mutuamente quais das múltiplas grandezas possíveis são, num dado momento, relevantes para a interpretação da ação em curso (SCHEGLOFF, 1991). Por outras palavras: a situação comunicativa dessa conversação entre amigos que tematizam o comportamento de pessoas ausentes é produzida verbalmente pelas ações dos interlocutores copresentes. Essa tarefa inclui, particularmente, a contextualização dos mecanismos abstratos da máquina conversacional para desenvolver a forma processual desse evento comunicativo e seu trabalho de se fornecer mutuamente pistas verbais e não verbais que facilitam a definição dinâmica do contexto relevante.

Contemplar uma conversação pelo ponto de vista da troca de turnos já proporciona uma compreensão aguçada do que está acontecendo numa conversação, mas as possibilidades de perceber, distinguir ou expor elementos finos ou muito engenhosos do trabalho da máquina conversacional não se esgotam nesse estágio inicial. De fato, o encadeamento das contribuições dos diferentes interlocutores não deve ser analisado apenas no nível superficial da sucessão de turnos de fala, mas também no nível da constituição de ações comunicativas e das suas implicações organizacionais. Nessa perspectiva, então, evidencia-se que – tomando-se à parte os casos especiais do primeiro e da última contribuição (intervenções de abertura e de conclusão) – todas as intervenções são encaixadas numa **rede de deveres interacionais** pelo simples fato de serem o sucessor de uma intervenção anterior e o precursor de uma posterior. Potencialmente, toda intervenção realiza-se numa sequência de outras intervenções. Logo, é de se esperar que a posição que um turno ocupa dentro de uma sequência influencie fortemente a maneira como ele é interpretado pelos interlocutores (e pelos observadores também).

Consequentemente, no próximo passo da análise convém levar em consideração que as contribuições numa fala-em-interação são organizadas em **seqüências conversacionais**; o que quer dizer, em palavras simples, que “uma coisa pode levar a outra”. Já que não se trata de uma ação participativa intencional qualquer (cf. BRONCKART, 2008, p. 118), mas de uma ação linguageira, ou mais especificamente, de uma interação dialogal ou polilocal (cf. BRONCKART, 1999, p. 184), essa afirmação significa que “qualquer enunciado [...] é interpretado como se tivesse sido produzido especialmente para o lugar na progressão da fala em que o mesmo ocorre [...], logo depois do lugar precedente, enquanto ele cria, ao mesmo tempo, um contexto para seu próprio ‘próximo enunciado’” (TEN HAVE, 2008, p. 130). Para a compreensão adequada do desenvolvimento de uma conversação é imprescindível estudar como os interlocutores usam sua noção do que foi dito anteriormente, para comunicar uma ação específica que, por sua vez, já projeta a reação seguinte.

Para dar um exemplo, voltamos nossa atenção mais uma vez para o episódio oc 0-19 do excerto 1 que repetimos abaixo como excerto 32: num primeiro olhar, parece meio estranho quando Tom, diante da recusa de Lia de aceitar uma bebida alcoólica (oc 0-5, no mesmo excerto), insiste na sua oferta, sugerindo que a desculpa da amiga seria inaceitável uma vez que se trata de vinho (oc 8-10). Lia reconhece imediatamente a incoerência desse argumento, afirmando que ela sabe reconhecer um vinho, mas que vinho também “é álcool”. A franqueza categórica de Lia provoca uma pausa na qual Tom parece planejar seu próximo turno (oc 11), no qual ele admite francamente sua falta contra o bom senso com um simples e atenuante “Sim”. A estratégia de Tom, então, foi mal escolhida? Seu turno (oc 6-7) não se encaixou bem na contribuição precedente de Lia? Ou será que ele não antecipou adequadamente o que poderia ser dito em seguida? De maneira alguma! Como se mostra, saindo “vitoriosa” da pequena discussão, Lia se sente lisonjeada e aceita a oferta, pedindo educadamente que Tom encha seu copo “Só um pouquinho”. O que sucede a suposta incoerência de Tom não é, então, um trabalho de reparação, mas a conclusão com êxito do enquadre “oferecimento de uma bebida”, realizada pelo enchimento da taça e por um pequeno brinde.

Excerto 32:

[1]

	0	1	2	3	4
LIA [v]	VALHA me deus! • TOM!((1,1s)) meu DEUS do céu!E/••• eu não quero				
[nn]	<i>copos estão soando</i>				

[2]

	..	5	6	7	8	9	10	11
LIA [v]	ALcool não, senão eu vou me lascar.				Eu sei, mas é ALcool.			
TOM [v]	Mas				isso é VINHO. •••			

[3]

	..	12	13	14	15	16
LIA [v]	•• Só um pouquinho. • Tá boom...				((1,0s)) A cara da Míriam.	
TOM [v]	Sim.		É um Merlooo.			

[4]

	17	18	19	20
LIA [v]	((1,2s)) Só bebo um tanto assim.			((2s)) Aaah´
TOM [v]	((1,2s)) Tá.			((4,0s)) (tome)
[nn]	<i>copos estão soando (um brinde?) Tom e Bia bebem</i>			

[5]

	..
LIA [v]	
TOM [v]	((0,2s))
[nn]	

Evidentemente, nesse pequeno trecho ocorreram mais coisas do que se pode imaginar apenas com base numa mera descrição cronológica da cadeia de enunciados. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que há uma convenção cultural dizendo que presentes ou ofertas devem ser aceitas educadamente para evitar o risco de alguém perder a sua face, Essa expectativa reflete-se no sistema interacional na medida em que, entre as reações alternativas, há uma preferência clara para a aceitação de uma oferta que pode ser comunicada até por um simples gesto ou um olhar afirmativo. A recusa de Lia (oc 4), por outro lado, representa uma reação despreferida (cf. MARCHUSCHI, 2001, p. 50) e, por conseguinte, necessita de uma explicação adicional (oc 5-6: “senão eu vou me lascar”) e de formas atenuantes preposicionadas (0-3) como uma pausa, uma reformulação autoiniciada, duas interjeições acentuadas e pequenos risos.

Apesar da incoerência do argumento proferido na reação de Tom, na posição escolhida – imediatamente posterior à recusa de uma oferta – o comportamento dele pode ser interpretado por Lia apenas como uma rejeição do motivo alegado por ela para manter-se afastada de bebidas alcoólicas. A rejeição de Tom, com efeito, ameaça implicitamente a face de Lia, pois a convenção cultural relevante diz que desculpas honestas e bem fundamentadas devem ser aceitas educadamente. Negar-se abertamente a um pedido de desculpas, certamente, provocaria um mal-estar na relação interacional dos dois. Sabendo disso, Tom tenta atenuar sua reação negativa pela escolha do seu argumento: se vinho não fosse álcool, a recusa de Lia perderia a sua razão e ela poderia aceitar tranquilamente a bebida oferecida.

A estratégia de Tom, então, não é duvidar do direito de Lia de recusar uma oferta que vem na hora errada, mas de anular, pelo menos formalmente, as restrições da amiga através de um argumento que, na verdade, nenhum dos dois pode levar a sério. Nesse ponto de vista, o enunciado “Mas isso é vinho” não se ajusta apenas ao turno precedente que trouxe a recusa de Lia, mas projeta também uma reação subsequente dela que pode abrir um caminho para uma nova negociação. Enquanto o assunto da conversa era exclusivamente a oferta do vinho, houve apenas a possibilidade de dizer “sim” ou “não”: insistir, mais uma vez, na recusa aumentaria ainda mais a ameaça à face do anfitrião Tom; por outro lado, voltar para trás e aceitar a bebida significaria deixar-se flagrar com uma “desculpa amarela”.

O argumento irrisório de Tom, no entanto, abre espaço para assumir uma perspectiva mais abrangente. Ambos os participantes já deram a entender que, em princípio, estão dispostos a explicar-se e arranjar-se um com o outro, cumprindo os deveres interacionais (dependências condicionais) introduzidos pelas intervenções iniciativas. A confissão incondicional de Tom de “ter falado besteira” facilita “as coisas” para Lia tanto que, agora, ela pode aceitar o vinho sem correr perigo de perder a face. Ao tratar, nas suas contribuições reativas, apenas de um aspecto secundário do turno iniciativo, os interlocutores ganharam liberdade para restabelecer a empatia entre os dois e para realizar, pelo menos parcialmente, as expectativas específicas de cada um: Lia vê-se confirmada na sua pretensão de

desenvolver uma argumentação válida e Tom consegue convencer a convidada a aceitar uma taça de vinho para iniciarem juntos e bem relaxados uma tarde de folga promissora.

O exame desse pequeno trecho conversacional demonstra, então, que os interlocutores constroem suas contribuições de tal modo que elas oferecem alguma resposta ao que foi dito anteriormente e, ao mesmo tempo, fazem uma projeção do que poderia ser dito em seguida, mas, além disso, pode-se verificar também que cada um planeja seus enunciados levando em consideração quem está falando com quem e porque, quais conhecimentos prévios os destinatários têm e quais crenças e suposições de base (conhecimento de mundo) devem ser invocadas para garantir que o outro produza as inferências certas que o guiem pela classe infinita de fatores e dimensões potencialmente relevantes para a interpretação de um turno.

Considerações sobre a sequenciação coordenada dos turnos, a manutenção da conversação e a negociação do significado, portanto, devem, também, focalizar pistas entre os recursos semióticos utilizados que conferem um significado adicional aos enunciados que sugere uma determinada contextualização do conteúdo referencial. Desse modo, a escolha da expressão dialetal “vou me lascar” (oc 5, no excerto 32) representa, por assim dizer, um ato de identificação que sinaliza o pertencimento de Lia ao grupo social dos cearenses. Junto com a entonação expressiva da interjeição “Valha-me Deus!”, o uso dessa expressão regional contribui na criação de um contexto informal, natural ou cotidiano para esse ritual de comensalidade. O vocativo “Tom” – seguido por uma pausa notável – apela à solidariedade entre amigos e revela certo espanto diante da situação inesperada de receber um convite para beber tão cedo no dia. Afinal, às duas horas da tarde, a boa educação ainda impõe a uma mulher com bons modos “fazer cerimônias” antes de concordar em ingerir uma bebida alcoólica. Todavia, ainda que Lia contextualize o conteúdo proposicional do seu enunciado como uma forma espontânea, mas educada de rejeitar um convite, não permanece despercebido a Tom que essa ação e acompanhada por alguns risos que podem ser interpretados tanto como um sinal de constrangimento quanto como um comentário autoirônico. A reação de Tom, em seguida, ratifica essa segunda opção e recontextualiza a afirmação de Lia no sentido de como se, na verdade, ela quisesse dizer o oposto.

Prosodicamente sobressai, nessa breve troca, o contraste entre, de um lado, o “nervosismo” de Lia, que três vezes levanta a voz – duas vezes invocando Deus para dar-lhe força contra a tentação iminente e uma vez apelando ao amigo de poupar-lhe o sacrifício de renunciar ao próprio desejo – e, do outro, a despreocupação demonstrativa de Tom, que, sem agitação alguma, insinua laconicamente que vinho não cai na categoria das bebidas banidas temporariamente do cardápio por promessa ao Senhor. O conflito moral desencadeado pela apresentação da garrafa de vinho e das taças cristalinas reflete-se também na acentuação rítmica das palavras-chave do enquadre temático em discussão. Desse modo, Lia e Tom, em turnos alternados, põem em destaque a primeira sílaba da sequência de palavras “ÁLcool” – “VINho” – “ÁLCOOL” antes de Tom encerrar a “polêmica” com a explicação “É um MerlOOt”, na qual pronuncia a última sílaba do nome da uva com maior intensidade e duração, modulando a voz como um enófilo que quer elogiar a decisão da sua cliente mais assídua.

Lia, imediatamente, percebe essa alusão sutil a uma situação de degustação e associa o ritual do enchimento das taças – “Só um pouquinho • Ta boom...” – com uma lembrança da amiga Míriam em São Paulo, que tem fama de ser tão “fresca” que não deixa escapar uma oportunidade para apresentar-se como uma pessoa muito sofisticada pela vida em Sampa. Desse modo, o breve ritual de um brinde à vida boa e à harmonia entre os amigos presentes – desejos expressos tacitamente pela demonstração mútua de satisfação advindo da ingestão coletiva de uma bebida fermentada de grande valor simbólico – já proporciona uma boa ocasião para introduzir o principal enquadre temático da conversação que ainda está por vir, a saber: focar sobre amigas ausentes que Lia encontrou numa viagem recente para São Paulo.

Fazendo um balanço, então, do que se discutiu até o momento sobre a gestão da alternância dos turnos, podemos, primeiramente, tirar desse pequeno exemplo a lição de que a conversação é mais do que a soma das atividades dos participantes. Uma análise meramente linguística, que desconsiderasse a dimensão interativa e o contexto relevante, dificilmente chegará a uma compreensão coerente das contribuições conversacionais, pois além de entender o que um falante diz, é

preciso compreender o que ele quer dizer. Na análise realizada acima, mostrou-se que cada intervenção feita por um interlocutor revela a interpretação que ele fez do turno anterior e constitui, ao mesmo tempo, o contexto para o turno subsequente. Obviamente, qualquer ocorrência numa sequência de turnos – até reformulações, frases não terminadas, pausas, interrupções ou sobreposições de fala – podem, potencialmente, agir sobre o turno subsequente.

Em compensação, os participantes não acompanham o decurso de uma intervenção apenas para descobrirem certas características organizacionais como a finalização possível de um turno ou quem é selecionado como o próximo falante. Eles assumem, além disso, a tarefa de entender o que está acontecendo numa interação (*what's new?*) (CLARK, 1996), o que alguém faz num dado momento (*why that now?*) e o que ele, provavelmente, fará em breve (*what next?*) (SCHEGLOFF & SACKS, 1974). Por isso, eles monitoram e analisam também que tipo de ação ou ações os falantes estão realizando com suas falas (cf. SCHEGLOFF, 2007, p. 2) e eles acompanham o decurso das intervenções porque, na maioria das vezes, a ação que está sendo executada em um turno de fala pode apontar para a forma como o ouvinte deverá agir no turno seguinte. De fato, cada unidade de construção de turno (TCU) pode ser analisada pelos coparticipantes para ver quais relevâncias condicionais estão operantes e que tipo de ação se desenvolve numa conversação (*op. cit.*, p. 3). Nessa **monitoração**, qualquer elemento verbal ou não verbal de uma contribuição pode tornar-se um objeto semiótico encaixado múltiplas vezes cujo significado local e cuja força de projeção podem ser inferidos apenas em virtude desse encaixamento.

Levando tudo isso em consideração, é inoportuno contemplar a **compreensão** durante o processo conversacional como um processo cognitivo; antes pelo contrário, recomenda-se analisá-la como uma atividade dos interlocutores que pode ser ouvida e observada. Como demonstra a conversação entre Lia, Ivete e Tom, os enunciados não chegam aos ouvidos de receptores neutros, mas de participantes de uma interação, de parceiros cooperativos, destinatários que têm ou não têm os conhecimentos mútuos para, manter o fluxo conversacional, desenvolver os enquadres operantes e mediar a negociação de sentidos (cf. CLARK, 1996). Cada um desses três amigos em interação tem sua história, seus interesses e suas

intenções e, de acordo com a base comum de interação (*common ground*), ele cria expectativas – como contraparte às projeções agindo nas contribuições dos outros – que ele projeta, durante a enunciação e, às vezes, até anterior a ela, sobre os enunciados a interpretar. Conclui-se, então, num sistema conversacional, a compreensão dos signos verbais e não verbais percebidos não ocorre *offline*, depois da recepção, mas sempre *online*, durante a enunciação e uma parte dos resultados da interpretação desses signos é imediatamente informada aos interlocutores.

9.1.2.3 A organização das sequências conversacionais

Até agora, ocupamo-nos predominantemente com aspectos organizacionais da troca de turnos e com a cooperação entre falantes e não falantes. Todavia, com o exemplo acima analisado já demonstramos também que as contribuições dos interlocutores – deixando à parte a sua organização em turnos individuais ou sucessões de turnos – podem ser agrupadas em blocos com elementos mais ou menos coesos entre os quais, de uma maneira ou outra, se estabelece alguma correlação. Também não é difícil verificar que esses blocos ou **sequências de turnos** abrangem pelo menos dois falantes que, no mínimo, contribuem cada um com um turno de fala. Todavia, é evidente também que nem toda sucessão de contribuições conversacionais proferidas por dois falantes diferentes já constitui, necessariamente, uma sequência de turnos que se encaixa em algum padrão subjacente.

Há de ter critérios mais específicos que definem as condições para que um recorte do fluxo conversacional possa ser considerado uma sequência de trocas “ligadas por um forte grau de coerência semântica ou pragmática” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2007, p. 56). De fato, em turnos que formam uma sequência, os interlocutores pressupõem reciprocamente que suas contribuições se encaixem nos enquadres atualmente operantes, ou seja, estão unidas em torno “de um mesmo tema ou centra[m]-se sobre uma mesma tarefa” (*id. ibid.*). Assim, pois, cada intervenção é interpretada como uma reação às intervenções antecedentes e uma projeção das intervenções ainda por vir. Essa **coerência conversacional** manifesta-se em relações gramaticais, funcional-comunicativas e temático-conteudísticas. Uma

vez que os elementos de uma conversação são entrelaçados de modo muito complexo, é conveniente, do ponto de vista analítico, abordar as relações entre as diferentes unidades conversacionais por essas três perspectivas diferentes.

Como mostraremos mais tarde, na conversação concreta analisada no decorrer desse capítulo, predomina a estruturação temática sobre a ordenação da atividade verbal de acordo com padrões acionais. Em atenção a essa importância maior para o estudo presente, discutiremos a organização e perspectivização do conteúdo temático numa seção específica (cap. 9.1.3), enquanto os outros aspectos da coerência conversacional serão tratados numa subseção (cap. 9.1.2.3.1 e 9.1.2.3.2) da seção presente. Convém avisar, além disso, que uma análise pormenorizada da concatenação gramatical dos turnos nos afastaria muito do foco principal desse capítulo que recai sobre aspectos pragmático-funcionais e semântico-temáticos da constituição de conversações. Aqui, delimitamos-nos, portanto, a fazer algumas observações gerais sobre o assunto e remetemos o leitor aos trabalhos bem específicos que fazem da interrelação entre a gramática e a interação face a face o seu objeto de pesquisa (cf. FORD *et al.* 2001; OCHS *et al.*, 1996).

9.1.2.3.1 A concatenação gramatical dos turnos

Para começar com a **concatenação gramatical** dos turnos, convém destacar que os falantes costumam, no seu turno, retomar implícita ou explicitamente expressões linguísticas que já foram usadas nos turnos anteriores. Contudo, os recursos de coesão não se delimitam apenas às formas anafóricas, que, na modalidade escrita, garantem a identidade referencial (por ex.: “álcool” nas oc 4 e 10, no excerto 32) e a contiguidade semântica (por ex.: “vinho” na oc 7 e “Merlot” na oc 15, no mesmo excerto). Há várias maneiras de estabelecer a coesão localmente que têm sua origem, especificamente, no mecanismo da tomada de turno, que é um elemento constitutivo da modalidade oral. Por exemplo, é possível que um falante finalize, no seu turno, uma construção sintática que o falante precedente iniciou (por ex.: oc 224-225, no excerto 18: IVE: “O Morão conhece a creat/” LIA: “a arquiteta que/ que/ que projetou lá...”); que ele estabeleça uma

conexão com o que foi dito no turno anterior, continuando, de forma elíptica, o enunciado do falante precedente (por ex.: oc 230-231, no excerto 30: IVE: “Porque o povo ela conhece é de lá, (não é?).” LIA: “É de lá.”) ou que ele retome ou repita uma expressão ou uma palavra-chave do turno precedente (por ex.: o substantivo “temperatura” na oc 102, no excerto 2: LIA: “Está na *temperatura*.” e, simultaneamente, IVE: “tá na *temperatura* ideal” ou o adjetivo “sozinha” nas ocorrências comunicativas oc 300, 304, 305, 315, 316, no excerto 33 abaixo).

Excerto 33:

[1]	297	298	299	300	301
IVE [v]	Tá. Presta atenção!Passou o Ano Novo			SOZINHA/Presta atenção /	
TOM [v]	(Mas elas se separaram?)				
[2]	302	303	304		
LIA [v]	Sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de				
IVE [v]	a nossa Mafalda.				
TOM [v]	Dig_aí, Lia!				
[3]	..	305	306		
LIA [v]	champagne na mão.				
IVE [v]	SOZINHA!Ela mora em São Paulo há mais de dez anos.				
[4]	307	308	309	310	311
IVE [v]	Não tem UM cristão que diga: "SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano				
[5]	..	312	313	314	
LIA [v]	Mas, Ivete, é porque não tem (cris/ cristão que suporte)As três!				
IVE [v]	Novo comigo!"				(Pois é) •
[6]	315	316	317	318	319
LIA [v]	As três (insuportáveis) e/ e •• e entre si não se suportam.				
IVE [v]	SOZINHA!SOZINHA!		Na Avenida Paulista.		Elas não
[7]	..	320	321	322	323
LIA [v]	Éeeeh				
IVE [v]	se suportam entre elas.		E não tem ninguém que suporta		A Miriam, a
TOM [v]	Porque "as três"?				

[8]

	..	324	325
IVE [v]	Mafalda e a Aline.		
TOM [v]	Ah, a Míriam. Tá certo.		

9.1.2.3.2 A concatenação funcional-comunicativa dos turnos

No que diz respeito à **relação pragmática** entre os turnos, já observamos que os falantes, de acordo com o tipo de conversação, o papel interacional e o estatuto social dos interactantes, produzem turnos que, de acordo com os padrões aceitos, conferem a eles mesmos e aos seus destinatários a obrigação de produzir, em seguida, certas reações típicas. Levando em consideração a análise apresentada acima, na qual discutimos o enquadre operante num convite para um drinque, é possível afirmar que os falantes introduzem, desenvolvem e fecham padrões interacionais, despertando certas expectativas sobre o que se deve fazer, convencionalmente, num dado momento de uma interação. Essa observação remete-nos claramente para o princípio da projetabilidade e as relevâncias condicionais já discutidos no início deste capítulo (AUER, 2005; MARCUSCHI, 2007b). Só para lembrar: segundo esse princípio, um enunciado pode ter implicações sequenciais na medida em que determina sobre o(s) turno(s) subsequente(s), por exemplo, qual participante, através de qual atividade e com qual tipo de enunciado deve realizar qual parte das relevâncias condicionais em jogo.

De acordo com GRUBER (2001, p. 1227 e seg.), é possível conceber teoricamente a constituição de três tipos de sequências conversacionais, a saber: (i) **sequências a priori**, que, independentemente da situação comunicativa, são formadas pela conexão lógica entre seus atos conversacionais constitutivos (cf. SCHEGLOFF, 1972; SCHEGLOFF & SACKS, 1973, p. 295 e seg.); (ii) **sequências contingentes**, cujo encadeamento coerente não resulta de uma conexão lógica interna, mas de fatores contextuais, tais como o tema em questão, as intenções dos falantes ou os propósitos comunicativos socialmente compartilhados (cf. EHLICH & REHBEIN, 1994, p. 287 e seg.; WODAK, 1996, p. 20 e seg. HALLIDAY, 1978, p. 122) e (iii) **sequências a priori contextualmente modificadas** que combinam os aspectos estruturais e semânticos dos dois primeiros tipos, uma vez que se

caracterizam tanto por estruturas dotadas de uma lógica intrínseca (por ex.: atos conversacionais específicos que iniciam ou fecham uma sequência) quanto de um significado temático típico que – dependendo do contexto situacional e sociocultural – pode apresentar variações específicas (cf. DREW, 1985; EGGINS & SLADE, 1997a; EHLICH & REHBEIN, 1986; FRANKE, 1990; HERITAGE, 1985; MARTIN, 1992; VENTOLA, 1987). No presente trabalho, adotamos essa terceira concepção.

Como já vimos no exemplo acima apresentado, na estruturação antecipatória das sequências de turnos, um papel importante cabe a todas as atividades fortemente coercitivas (por ex.: um convite para um drinque) que induzem esquemas de expectativas dentro dos quais os interlocutores agem e se comportam e utilizam formas tipificadas de uso social da linguagem. Empenhando-se na produção comum desse tipo de atividade, os interactantes levam em consideração as **relevâncias condicionais** que operam dentro de uma dada sequência conversacional a partir da estrutura e da função comunicativa. Vejamos, em seguida, que essa observação diz respeito, sobretudo, às contribuições feitas por diferentes falantes, as quais são acopladas em pares ou **sequências binárias** de tal modo que a produção de um primeiro enunciado formulado por um locutor gera uma expectativa normativa sobre a realização imediatamente seguinte de um segundo enunciado formulado por um alocutário que, por sua vez, deve manifestar uma reação adequada ao enunciado inicial (cf. a relação entre a ordem na oc 33, no excerto 2: “Vai lá!” e a execução começando com a oc 34, no mesmo excerto; a relação entre a pergunta na oc 217 “Como foi que ela disse?” e a resposta na oc 218 “Ela disse: Lindinho/”). Do ponto de vista conceitual, essa definição é clara: falar de expectativas não implica, necessariamente, que a intervenção reativa seja realizada, de fato, imediatamente após a intervenção iniciativa, mas – já que sua ocorrência é projetada nesse ponto – caso ela falte, é preciso justificar, de uma maneira ou outra, sua ausência e projetar o próximo lugar possível para cumprir esse dever conversacional operante. Qualquer outro comportamento pode ser considerado uma ameaça à face e uma violação da ordem ritual da interação face a face.

Um exemplo disso apresenta-se no trecho entre as ocorrências comunicativas 292 e 325 (cf. excertos 29 e 32) que repetimos no fragmento abaixo:

Excerto 34:

[1]

	291	292	293	294	295
LIA [v]					Não.
IVE [v]	Ela e a Mafalda.	• • Em Fortaleza, querido,			Não.Em
TOM [v]			E a Mafalda mora junto com (elas)?		

[2]

	..	296	297	298
IVE [v]	Fortaleza/	é o seguinte		Tá. Presta atenção!Passou
TOM [v]		E a Mafalda tá em São Paulo também?		

[3]

	299	300	301	302	303
IVE [v]	o Ano Novo		SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.		
TOM [v]	(Mas elas se separaram?)				Dig_aí,

[4]

	..	304	305
LIA [v]		Sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de champagne na mão.	
IVE [v]			
TOM [v]	Lia!		

[5]

	..	306	307	308	309
IVE [v]	SOZINHA!	Ela mora em São Paulo há mais de dez anos. Não tem UM cristão			

[6]

	..	310	311	312
LIA [v]				Mas,
IVE [v]	que diga: "SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo comigo!"			

[7]

	..	313	314	315	316
LIA [v]	Ivete, é porque não tem (cris/ cristão que suporte) As três!				As três
IVE [v]		(Pois é) • SOZINHA!			

[8]

	..	317	318	319
LIA [v]	(insuportáveis) e/ e • • e entre si		não se suportam.	
IVE [v]	SOZINHA! Na Avenida Paulista.'		Elas não se suportam entre	

[9]

	..	320	321	322	323	324
LIA [v]	Éeeh					
IVE [v]	elas.	E não tem ninguém que suporta		A Miriam, a Mafalda e a Aline.		
TOM [v]		Porque "as três"?			Ah, a	

[10]

325

IVE [v]

TOM [v]

Míriam. Tá certo.

Nesse trecho, Tom faz três perguntas a Ivete: “E a Mafalda mora junto com ela³¹?” (oc 293), “E a Mafalda tá em São Paulo também?” (oc296) e “Mas elas³² se separaram?” (oc 299). A relevância condicional estabelecida pela primeira pergunta (oc293: “E a Mafalda mora junto com ela?”) ainda é satisfeita, prontamente, no lugar projetado, i.e., no próximo turno de Ivete (oc 294): “Não”. Aliás, o “não” dela é reforçado simultaneamente pelo “não” de Lia, que manifesta sua atenção ao interpretar a pergunta de Tom como destinada a todos que têm o necessário conhecimento prévio para respondê-la. O que sobressai nessa resposta dupla é que ela seguiu tão rápido como se ela já estivesse na ponta da língua. (Voltaremos a esse ponto em breve). Além disso, o pedido de Tom por uma informação circunstancial, evidentemente interrompeu o fluxo da narração de Ivete que retoma sua construção anterior (cf. oc 292: “Em Fortaleza, querido”), repetindo o sintagma adverbial “Em Fortaleza/”, mas acaba fazendo uma parada prematura para reorganizar sua linha de pensamento e efetuar uma quebra do tópico.

Justamente no momento em que ela retoma o fio narrativo com um marcador de introdução de um novo tópico (oc 296: “é o seguinte”), com o qual reivindica manter a fala por algum tempo, seu marido interrompe com uma segunda pergunta sobre um detalhe circunstancial (oc 296: “E a Mafalda tá em São Paulo também?”³³) a qual se sobrepõe à fala de Ivete. Ainda assim, Ivete responde no lugar projetado pela pergunta, i.e., no seu próximo turno. Dessa vez, também, a resposta é muito sucinta (oc 297: “Ta”) e, ainda por cima, é seguida por um apelo a Tom de manter o foco no enredo da anedota a contar: “Presta atenção!” (oc 297). Entretanto, ela mal recomeçou seu relato (oc 298: “Passou o ano novo”) e já é pela terceira vez interrompida por Tom que, devido ao alto grau de implicitude da mensagem de Ivete, parece não conseguir recuperar o contexto pertinente do

³¹ O pronome “ela” refere-se, aqui, a Lílian que, nos anos 90, morava junto com Mafalda em um apartamento em São Paulo.

³² O pronome “elas” refere-se a Lílian e Mafalda.

³³ Motiva-se essa pergunta pelo fato de que Mafalda trabalhou por vários anos em Belo Horizonte.

mundo representado e pede informações sobre mais um detalhe para poder compreender o *busilis* do assunto (oc 299: “Mas elas se separaram?”).

Dessa vez, Ivete levanta o volume da sua voz, proferindo ostensivamente a palavra-chave que resume o porquê da sua narração (oc 300: “SOZINHA/”). A enunciação do que ela julga ser a condição de vida da ex-amiga é seguida imediatamente por outro apelo a Tom para prestar atenção (e, implicitamente, de não mais fazer perguntas supérfluas). Lançada essa palavra de ordem disciplinar no meio do seu enunciado, ela termina sua frase com um sintagma simples deslocado para a direita que pode desambiguar sua mensagem e facilitar a compreensão para Tom (oc 302: “a nossa Mafalda”). Estruturalmente, o acréscimo dessa construção se faz necessário porque o elemento deslocado é introduzido no discurso anterior apenas por meio de uma categoria vazia (oc 298-300: “[*pro*] passou o ano SOZINHA”) que, por sua vez, retoma um objeto de discurso estabelecido na situação da fala como uma das personagens principais do mundo relatado, mas ainda não mencionado explicitamente no enquadre operante em análise.³⁴

Naturalmente, numa série de histórias tematicamente conexas, não é necessário fazer uma representação preparativa da relevância contedística da próxima sequência narrativa. O próximo narrador pode entrar, por assim dizer, *in medias res* e pressupor que seus ouvintes ratifiquem tacitamente a introdução do novo enquadre temático e recontextualizem os objetos de discurso no sentido da manutenção da coerência conversacional. No seu último turno antes do trecho em análise (oc 291: “Ela³⁵ e a Mafalda”), i.e., no turno que resumiu toda a fofoca anterior numa sentença categórica, Ivete tinha, com um grande gesto retórico, recategorizado Lílian, a personagem principal da fofoca de Lia, como “gente imbecil”

³⁴ Do ponto de vista pragmático, estabelece-se com o pronome “nossa” uma clara disparidade entre a expressão e a intenção de Ivete. O escárnio velado sob a expressão de compaixão por quem sofre com a solidão na multidão revela-se pelo contraste construído entre “a paulista insuportável” e “imbecil” da fofoca anterior e a mulher, digna de pena, que passa “o Ano Novo SOZINHA” nas ruas de São Paulo. Lia, imediatamente, reconhece e ratifica o uso irônico desse pronome de solidariedade com sua próxima contribuição, que retoma a palavra-chave de Ivete e continua a construção sintática usada por ela: “Sozinha, na Avendida Paulista com uma garrafa de champanha na mão,” (oc 304). Tematicamente, Lia intensifica ainda mais a imagem evocada por Ivete, acrescentando o detalhe que Mafalda tinha uma garrafa de champanha na mão, uma bebida que tem o valor simbólico de um produto de luxo consumido em ocasiões especiais para brindar com entes queridos. O contraste coconstruído entre o que se diz e o que se quer dizer é um belo exemplo aqui de como o trabalho com o mecanismo da troca de turnos pode ser aproveitado para definir que somos “nós” e quem são “os outros”, ou seja, para produzir discursivamente a moral.

³⁵ O pronome “ela” refere-se aqui a Lílian.

e ela tinha logo incluído nesse julgamento também a Mafalda, a companheira de longa data de Lílian. É de se pressupor, portanto, que, no trecho agora em análise, as duas mulheres ainda ocupem o foco da memória de trabalho e estejam salientes no modelo discursivo dos três interlocutores. Ainda assim, é evidente que a frase “[*pro*] passou o ano SOZINHA” (oc 298-300) é ambígua quanto ao sujeito da oração. Não se sabe com certeza a qual das duas mulheres se refere o sujeito nulo pronominal. Voltando, então, ao elemento deslocado na ocorrência comunicativa 302 (“a nossa Mafalda”), pode-se concluir, diante do exposto, que Ivete elimina uma ambiguidade na corrente anafórica, mas não mostra disposição de querer satisfazer a relevância condicional pendente da terceira pergunta de Tom.

Com essa terceira pergunta (oc 299), Tom demonstra dúvida quanto a uma possível separação de Mafalda e Lílian, deixando a entender que atrás das suas tentativas de ampliar seu conhecimento das circunstâncias da história relatada se esconde um interesse maior no atual estado da relação entre Lílian e Mafalda. O elemento extraposto (oc 302) no enunciado de Ivete forneceu a informação necessária para poder identificar de quem ela está falando, mas claramente não satisfaz à curiosidade de Tom. Por conseguinte, ele trata sua última pergunta como não respondida e a relevância condicional projetada como ainda aberta. Percebendo a oposição da esposa quanto a uma mudança do tópico, dirige, então, sua palavra diretamente a Lia, exigindo – num tom jocoso, que atenua a ameaça à face – que ela esclareça a questão da separação das duas “paulistas” (oc 303: “Dig aí, Lia!”). Lia, no entanto, também se esquiva de uma resposta e retoma o fio de narração da Ivete: “sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de champanha na mão” (oc 304).

No turno seguinte, Ivete explora, num tom sarcástico, ainda mais a situação de Mafalda “que mora em São Paulo há mais de dez anos” (oc 305-306), mas não conhece “UM cristão” (oc 308-309) que diria: “SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo comigo!” (oc 310-311). Lia, por sua vez, comenta esse “fato” com um julgamento moral que confirma a categorização da Mafalda feita anteriormente: “Mas, Ivete, é porque não tem (cris/ cristão que suporte) as três!” (oc 312-313). No trecho seguinte, essa sentença é discutida vivamente (com sobreposição de vozes que marca um afeto forte) pelas duas amigas que chegam à

conclusão que a história narrada comprova que as três seriam tão insuportáveis que nem se suportam entre si. Nesse julgamento moral, Tom não retoma mais a palavra até a ocorrência comunicativa 322 na qual ele faz uma pergunta a respeito do escopo do predicado “insuportáveis”: se a história narrada era sobre Mafalda sozinha na Avenida Paulista, por que Lia, de repente, infere que a anedota insinuasse “As três” (oc 313) seriam insuportáveis? A relevância condicional introduzida com essa pergunta, desta vez, é imediatamente atendida por Ivete que aponta os nomes das pessoas julgadas: “A Miriam, a Mafalda e a Lílian” (oc 323). O enunciado de Tom, dessa forma, é interpretado como uma pergunta sobre a referência da expressão “As três!” (oc 313) e não como uma dúvida sobre a generalização que recai sobre três. Sua avaliação positiva da resposta de Ivete “Ah, a Miriam. Ta certo” (oc 324) demonstra que, na sua interpretação, a moral da anedota sobre Mafalda poderia envolver ainda a Lilian como amiga do peito, mas não a Miriam que, evidentemente, ele não tinha incluído como personagem no mundo discursivo da história narrada.

Voltando, então, ao assunto das relevâncias condicionais projetadas pelas perguntas de Tom e da dinâmica do trabalho interacional efetuado para satisfazer ou postergar as necessidades da organização conversacional, pode-se concluir que, no contexto de conversações polilogais entre amigos, as convenções de ordem ritual das interações verbais podem ser interpretadas de uma forma tolerante que não exige operações compensatórias e nem provoca frustrações da autoimagem quando, por exemplo, a resposta a uma pergunta é suprimida no decorrer de uma troca de turnos muito densa. Todavia, não se pode negar também que, mesmo nesse contexto relaxado, o fato de ter deixado aberta uma relevância condicional projetada por uma pergunta necessita de uma interpretação dentro da ordem técnico-organizacional da conversação.

Estrategicamente, a terceira pergunta de Tom visou uma mudança temática (para a questão da separação de Mafalda e Lílian) que foi rejeitada habilmente pelas duas coparticipantes que mantiveram o foco de atenção sobre a história da Mafalda no Ano Novo e as (supostas) consequências da insociabilidade das três paulistas. Com sua quarta pergunta (oc 322: “Por que ‘as três’?”), Tom revela através de um procedimento linguístico trivial que, na sua categorização do

mundo e no seu modelo discursivo em vigor, as personagens Mafalda e Lílian representam um objeto mental que ocupa, por assim dizer, um único nódulo na sua rede conceitual. Mesmo quando uma das duas age “SOZINHA” (oc 300) como protagonista numa narração, ele pode facilmente associar a segunda como virtualmente copresente no mesmo cenário. A inclusão de Miriam na mesma representação do discurso exige, no entanto, uma operação conversacional explícita adicional que a identifica como uma das referidas na expressão “As três” (oc 313).

Por outro lado, é certo dizer que Ivete e Lia – como já foi dito – tinham negado unissonante e laconicamente a primeira pergunta curiosa de Tom sobre o estado atual da relação entre Lílian e Mafalda (oc 293: “E a Mafalda mora junto com ela?”) e com a preterição da terceira pergunta (oc 299: “Mas elas se separaram?”) e do imperativo dirigido a Lia (oc: 303: “Dig aí, Lia!”) em favor da exploração do assunto introduzido por Ivete, elas evitam, de fato, um tema que parece não lhes agradar. Afirmamos isso, porque, enquanto no resto da conversação, cada uma aproveita qualquer deixa da outra para tornar a falar sobre o comportamento bizarro das três paulistas, a terceira pergunta do Tom atravessa o espaço discursivo como uma mosca num restaurante chique com a qual todo mundo finge não se incomodar.

É verdade que essa pergunta faz parte de uma série de interrupções e que, no momento que ela cai, Ivete encontra-se no clímax da sua história em que a tensão afetiva é tão grande que não é difícil ignorar uma intrusão incômoda. Por outro lado, é evidente também, que todas as outras perguntas de Tom são respondidas, mais cedo ou mais tarde, com boa vontade; o que comprova o compromisso das duas amigas com o princípio da cooperação e a ordem ritual da interação. Além disso, é igualmente coerente observar que a encenação do clímax da história e da subsequente avaliação garante a Ivete e Lia poder manter o controle sobre a progressão temática e a interação. Essa observação não depende de suposições sobre as intenções ou o estado psíquico das duas participantes, mas constata o que, de fato, foi ratificado na conversação como resultado da sequência de intervenções conversacionais.

Há, então, razões de suspeitar que Ivete e Lia trabalharam juntas na organização conversacional desse trecho para esconder de Tom alguns itens de

conhecimento que, segundo a memória compartilhada delas, não combinaram com a situação de fala em que se encontraram e, portanto, mereceram ser tratados como segredos. A tensão entre divulgar e manter segredos, diz Simmel (1968 [1908]), é constitutivo para as relações sociais que são vivenciadas, essencialmente, como relações morais. De uma maneira geral, manter e revelar segredos é uma questão de obrigações recíprocas. Revelar, em fofocas, os conhecimentos que Ivete e Lia compartilham sobre Lílian e Mafalda e saber que é no interesse legítimo dessas últimas que essas informações pessoais não sejam passadas para terceiros viola a convenção social de respeitar a privacidade. A gravidade da indiscrição, no entanto, depende muito do tipo de conhecimento revelado e da ameaça potencial que o “furo” pode representar para a reputação das pessoas atingidas. Falar num círculo fechado (que inclui um marido e um microfone na mesa), de uma maneira jocosa, sobre as desventuras na vida de velhas amigas (ou ex-amigas) é moralmente menos suspeito do que romper os laços de lealdade com a introdução de um tópico sério e discreto que não se harmoniza com a curiosidade frívola e o deleite da coprodução do tipo de fofocas inofensivas que nos permitiram gravar.

Por definição, segredos bem sucedidos permanecem escondidos dos outros interactantes, mas, às vezes, eles têm uma vaga ideia que alguma coisa é ocultada deles e os observadores treinados, que têm a vantagem de poder ouvir uma gravação várias vezes, podem ter um êxito ainda maior e descobrir a presença de algum segredo, ainda que sejam incapazes de identificar sua natureza exata. Uma vez que a pergunta de Tom atinge, provavelmente, algum segredo privado ou tabu convencional, o analista dos dados empíricos executa sua tarefa aqui, literalmente, nas margens do silêncio. Entretanto, o que realmente importa em nosso contexto é demonstrar, pelo exame do tratamento conversacional de uma pergunta, que a coprodução discursiva da moral na fofoca – a indiscrição discreta como diz Bergmann (1987) – requer tato e habilidade e não é uma inconfidência indiscriminada que visa principalmente arruinar de vez a reputação das pessoas avaliadas. O vazamento de confidências e informações sigilosas, as insinuações, suspeitas e revelações têm limites impostos pelos próprios interactantes e, embora os “veredictos” dos fofoqueiros possam ser ferrenhos, exagerados ou, francamente, injustos, observa-se que a deslealdade é relativa e bem calculada e não exclui a possibilidade de impor localmente um tabu onde há opiniões contraditórias, onde o

assunto interfere com a dignidade das pessoas ou onde o senso comum sobre um determinado comportamento ou assunto aconselha discricção.

Discutido esse exemplo, podemos voltar, então, ao assunto da função interacional das sequências binárias. Visto que a produção da primeira parte de um par adjacente condiciona o próximo falante a produzir a segunda, o uso de **pares adjacentes** (por ex.: saudação e retribuição ou pergunta e resposta) revela uma organização estrutural da conversação que se baseia essencialmente na estratégia de condicionar as expectativas, a compreensão e as ações subsequentes dos participantes copresentes. Do ponto de vista interacional, o que, por exemplo, faz de um ato de fala uma resposta é a pergunta antecedente que projeta um determinado tipo de ação como intervenção subsequente. Note-se, porém, que a relevância condicional age também na direção oposta, por exemplo, quando um falante produz uma justificativa como segunda parte de um par adjacente e deixa a entender, desse modo, que interpretou a primeira parte como uma repreensão.

Vê-se, então, que a organização em pares adjacentes serve também como um mecanismo essencial do **monitoramento da compreensão**. É o que se passa quando o segundo falante, mediante a sua reação, deixa entender como compreendeu a contribuição antecedente e oferece, simultaneamente, a possibilidade de fazer correções. No fluxo dinâmico da conversação, a orientação simultaneamente retrospectiva e prospectiva dos pares adjacentes delimita o potencial de reações aceitáveis convencionalmente e, desse modo, as alternativas disponíveis ao interlocutor. De fato, cada reação concreta torna-se interpretável devido à sua relação com a atividade anterior enquanto ela mesma codetermina, também, a interpretação do significado dessa atividade anterior.

Nesse contexto, Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 236-243) avisa muito oportunamente que, em certas sequências transacionais, não é incomum que a segunda parte de um par adjacente “é voluntariamente seguida de uma terceira intervenção, produzida pelo primeiro falante [a qual] tem como função acusar a recepção da resposta” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 59). A autora chama esse tipo de intervenção “avaliativa” (porque com ela o primeiro locutor avalia a intervenção reativa do segundo falante) e lembra que alguns autores (SCHEGLOFF,

1972, 1990; SCHEGLOFF & SACKS, 1973, LEVINSON, 1983, p. 303 e seg.) costumam interpretar essas **sequências ternárias** como sequências compostas por dois pares adjacentes imbricados. De acordo com essa visão, a conexão entre os três turnos explica-se assim: a intervenção reativa do segundo falante fecha o primeiro par adjacente iniciado pelo primeiro falante e, simultaneamente, abre um segundo par ao que uma nova intervenção do locutor inicial põe termo. Para usar um exemplo que é de conhecimento de todos, imaginemos uma realização do ritual de pedido de informação, na qual a pessoa A pergunta “Que horas são?” (= abertura do primeiro par adjacente) e a pessoa B responde “Oito e vinte.” (= fecho do primeiro par adjacente e, ao mesmo tempo, abertura do segundo par adjacente). Se seguirmos a interpretação tradicional, o agradecimento subsequente de A – “Obrigada!” – representa uma intervenção reativa de uma segunda sequência binária; mas se aderirmos à interpretação alternativa, trata-se de uma intervenção avaliativa de uma sequência ternária.

Evidentemente, numerosos tipos de interação (cumprimentos, convites, pedidos, recusas, acusações, argumentações, etc.) caracterizam-se por uma organização em sequências binárias que, muitas vezes, podem vir acompanhados por pré-sequências, sequências inseridas ou pós-sequências (cf. LIDDICOAT, 2007, p. 125-170; MARCUSCHI, 2001, p. 43-49; SCHEGLOFF, 2007, p. 28-57). Além disso, ao lado das fortes dependências ou relevâncias condicionais impostas pelos pares adjacentes, há, ainda, outros mecanismos de estruturação que merecem ser mencionados porque criam espaço e flexibilidade para a realização e sequenciação das atividades comunicativas. Entre eles, sobressaem os **mecanismos de reparações** (LIDDICOAT, 2007, p. 171-212; SCHEGLOFF 2007, p. 100-106; SCHEGLOFF *et al.*, 1977) e a ordem socialmente estabelecida de **preferências** com relação aos modos alternativos de projetar as dependências condicionais em operação e responder a elas (LIDDICOAT, 2007, p. 110-124; MARCUSCHI, 2001, p. 49-52; POMERANTZ, 1984; SCHEGLOFF, 2007, p. 58-96).

Quanto aos **mecanismos de reparações**, convém mencionar, em primeiro lugar que os falantes e não falantes numa conversação precisam enfrentar problemas que, inevitavelmente emergem durante toda produção e recepção de turnos. A máquina conversacional, como sistema auto-organizador que é capaz de

recuperar o seu equilíbrio por si mesmo, disponibiliza para esses casos um mecanismo simples que, independentemente do tipo de problema, pode ser aplicado para remediar, de modo mais rápido possível, as dificuldades que possam aparecer em todos os níveis da interação verbal. Em segundo lugar, é importante lembrar que o sistema conversacional faz uma distinção entre quem iniciou uma ação reparatória e quem a efetuou. Baseando-se em amplo material empírico, Schegloff *et al.* (1977), portanto, classificam as reparações em quatro grupos: (i) as autocorreções autoiniciadas, (ii) as autocorreções iniciadas pelo outro, (iii) as correções pelo outro e autoiniciadas e (iv) as correções pelo outro e iniciadas pelo outro (MARCUSCHI, 2001, p. 29).

Uma vez que esses tipos de reparações já foram pormenorizadamente descritos na literatura relevante e, por razões de espaço, contentamo-nos aqui em lembrar que existe uma correlação entre os tipos de elementos que pedem uma ação reparatória e os tipos de reparações que acabamos de mencionar. Erros gramaticais, por exemplo, são tipicamente associados com autocorreções; problemas de entendimento, no entanto, com correções pelo outro. Também existe uma correlação forte entre o tipo de ação reparatória e o lugar sequencial de um elemento corrigível. Desse modo, reparações no mesmo turno, no espaço de transição entre turnos e na terceira posição de uma sequência de turnos costumam ser autoiniciadas; reparações na segunda e na quarta posição, no entanto, costumam ser iniciadas pelo outro. Essa ordem evidencia que o sistema dá uma clara preferência para a autoiniciação que, certamente, é mais econômica e menos problemática para as relações interpessoais.

No que diz respeito à ordem de preferências, é oportuno afirmar primeiramente que a distinção entre **ações preferidas** e **ações despreferidas** não é psicológica, quer dizer, não se refere ao gosto ou aos desejos dos interlocutores, mas é social e diz respeito às práticas convencionais de organizar as sequências de turno e estruturar os projetos interacionais. Em muitas ocasiões, então, é evidente que um falante pode escolher entre várias alternativas de realizar sua contribuição específica para uma conversação. Como se mostra num exame dos padrões interacionais recorrentes, essas escolhas disponíveis não são equivalentes, pois a produção de certas ações é evitada ou adiada, enquanto a de outras é realizada

diretamente e sem retardamento. De fato, as ações preferidas costumam ser realizadas regularmente de um modo mais breve e, estruturalmente, mais simples do que as despreferidas.

Uma aceitação imediata do convite no início da conversação em análise (oc: 0-16, nos excertos 1 e 32), por exemplo, não seria tratada por Tom como digna de nota, mas sua rejeição instantânea e categórica, provavelmente, poderia ser interpretada por ele como impolida, descortês ou até um pouco agressiva. Lia, por conseguinte, se vê obrigada a realizar uma rejeição que minimize os conflitos potenciais que essa tarefa interacional possa provocar. Evidentemente, dependendo da trajetória projetada pelo parceiro, certos tipos de reações são problemáticos para as relações interpessoais. Por isso, a recusa de Lia de beber álcool é marcada por um trabalho conversacional adicional que inclui estratégias de mitigação e explicação.

Que a ordem de preferências é relevante também para a produção das primeiras partes de uma sequência conversacional binária mostra-se, por exemplo, no caso da projeção de ações como solicitações ou críticas aos coparticipantes. Esse tipo de projetos interacionais potencialmente ameaçadores à face dos participantes costuma ser prefigurado em sequências preliminares que preparam o terreno para a realização das ações problemáticas. Finalmente, convém acrescentar ainda que a ordem de preferências não se faz valer apenas com referência ao tipo de ações projetadas, mas também à sua sucessão. Por exemplo, para a observação de que as pessoas não costumam inserir material entre uma pergunta e uma resposta, não se encontra explicação mais adequada do que considerar esse fenômeno como efeito de uma preferência para a adjacência ou a contiguidade.

Na medida em que os conceitos da dependência condicional e da organização das ações e reações preferidas incluem fenômenos intrincados e sequências mais abrangentes, ultrapassamos já o nível meramente local da organização estrutural das conversações. É conveniente examinar um pouco mais como e onde numa conversação espontânea se realizam as **expansões** possíveis das sequências binárias básicas. Antes de tudo, é preciso ressaltar que, em princípio, todos os pares adjacentes podem ser expandidos e a maioria dessas

expansões formam pares adjacentes também. Teoricamente, então, seria possível fazer um número ilimitado de expansões de expansões, mas na prática ocorrem raramente expansões que ultrapassam o segundo nível de encaixamento. O que, no entanto, aumenta a complexidade das sequências nas conversações espontâneas é que se realizam frequentemente organizações sequenciais que incluem “trocas cruzadas, imbricadas ou engastadas uma na outra” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, 60). Contudo, para os interesses do presente trabalho, não é necessário entrar nos detalhes da organização dessas trocas. Restringimo-nos, portanto, a uma apresentação resumida das expansões básicas.

As **pré-sequências** (cf. LIDDICOAT, 2007, p. 125-145; SCHEGLOFF, 2007, p. 28-57), por exemplo, são – do ponto de vista formal – sequências que ocorrem antes de outras sequências e que são construídas com o intuito de “estabelecer a coesão discursiva ou preparar o terreno para outra sequência, ou unidades que contêm uma asserção, como no caso de uma informação” (cf. MARCUSCHI, 2001, p. 43) ou um tipo de ação em potencial, como no caso de um convite ou um pedido. De fato, as instanciações desse tipo de sequências referem-se a alguma coisa que ainda não aconteceu (e que, talvez, nunca acontecerá). Elas são preliminares com relação a uma sequência projetada de base e, geralmente, geram expectativas bem específicas (por ex.: pré-convite; pré-oferta, pré-anúncio, pré-narração, pré-preliminar) sobre a atividade seguinte. Virtualmente, todas as pré-sequências são constituídas de pares adjacentes. Do ponto de vista funcional, elas representam atos conversacionais rituais de natureza expressiva, com os quais o locutor pretende evitar problemas como a divergência do alocutário, uma atitude discordante à sua pessoa ou mesmo a sua antipatia. Dito de outra maneira, elas visam prevenir as ameaças à face dos participantes e, desse modo, manter o equilíbrio ritual nas interações face a face.

Para dar um exemplo: se um pré-convite (“O que você vai fazer sábado que vem?”) que um locutor realiza antes de fazer um convite provocar uma reação favorável (“Nada especial ainda.”), é de se esperar que o convite se concretize (“Tá a fim de ir ao cinema comigo?”). Se o alocutário, ao contrário disso, demonstrar uma reação desfavorável a essa sondagem (“Minha namorada quer ver o novo filme do Brad Pitt.”) é bem possível que o locutor anule a realização projetada dos atos

conversacionais constitutivos do convite para proteger a face de ambos os interlocutores. Em outras palavras: a parte reativa das pré-sequências nem sempre leva a produção da sequência de base projetada. Todavia, é claro que esse esquema – dependendo da situação comunicativa em questão – pode ser variável.

Desse modo, na conversação transcrita entre Lia e Tom (oc 0-20, nos excertos 1 e 32), os parâmetros contextuais (fim de semana, uma tarde ensolarada, passar o dia de folga com amigos na beira de uma piscina numa espreguiçadeira, etc.), os papéis interacionais de anfitrião e convidada, a relação social de velhos amigos e, também, o estatuto social como homem (enérgico) e mulher (que gosta de ser cortejada) permitem que Tom não se detenha com pré-preliminares, pré-convites e nem com um convite explícito e, conhecendo o gosto e os hábitos de Lia, rosqueia, diante dos olhos dela, o saca-rolha calmamente na rolha de uma garrafa de Merlot e dá o convite como feito. Lia, por sua vez, demonstra com sua rejeição que percebeu a mensagem implícita e ratifica o comportamento de Tom como um convite.

As **expansões por inserção** (LIDDICOAT, 2007, p. 143-151; SCHEGLOFF, 2007, p. 97-114), por sua vez, ocorrem dentro de um par adjacente e separam a primeira parte desse par da sua segunda. Todas as expansões por inserção abrem uma possibilidade para o *receptor* da primeira parte da sequência de base realizar algum trabalho interacional com relação à segunda parte dessa sequência, cuja realização ele retarda. Como as pré-sequências, as expansões por inserção também se constituem de pares adjacentes. Tipicamente, a expansão por inserção é desencadeada pela primeira parte de uma sequência de base que projeta alguma demanda a ser saturada pela ação reativa. A expansão, em seguida, estabelece um vínculo de pertinência textual ao tratar de algum problema que tem que ser resolvido antes de poder realizar a segunda parte da sequência de base. Desse modo, ela ocorre com grande frequência em convites, em solicitações burocráticas, em atendimentos no balcão ou no contexto de indicações de direção a ser seguida. Assim que a expansão por inserção é encerrada, a sequência de base torna-se relevante novamente para a próxima ação.

Tecnicamente, convém distinguir entre as expansões inseridas depois da primeira parte da sequência de base (expansões por inserção pós-primárias; em

inglês: *post-first insert expansion*) e as expansões inseridas antes da segunda parte da sequência de base (expansões por inserção pré-secundárias; em inglês: *pré-second insert expansion*). Enquanto as primeiras são realizadas para dar determinado tratamento a problemas que resultam da primeira parte da sequência de base – problemas de percepção, compreensão ou explicação, geralmente, que pedem uma ação reparatória imediata – as segundas são orientadas para a segunda parte da sequência de base e são projetadas para estabelecer as condições sob as quais se pode realizar uma das duas possibilidades reativas que a sequência de base oferece. Uma vez que o tipo de trabalho que precisa ser feito depende do tipo da segunda parte da sequência de base, é natural que as inserções pré-secundárias efetuem ações específicas (como a maioria das pré-sequências) e não gerais, como as inserções pós-primárias que têm a função de realizar algum trabalho de correção. Além disso, vale dizer que as inserções pré-secundárias são projetadas para frente, para uma ação que ainda está por vir, ao contrário das pós-primárias que olham para trás, para uma ação já realizada que necessita de um esclarecimento ou uma justificativa.

Como os turnos, as conversações e todas as outras unidades estruturais percebíveis e trabalhadas pelos interactantes, as sequências de turnos também não terminam simplesmente, mas se caracterizam por uma forma reconhecível de encerramento (cf. SCHEGLOFF, 2007, p. 115; SCHEGLOFF & SACKS, 1973). Essa condição de inteireza é cumprida, geralmente, quando a produção da segunda parte de uma sequência de base chega a seu ponto final. Chegando nesse momento decisivo, os participantes podem ratificar o fim de uma sequência e concretizar essa decisão passando para uma nova sequência ou permitindo que a conversação se interrompa (SCHEGLOFF, 2007, p. 115). No entanto, é possível também optar por outra estratégia e expandir a segunda parte da sequência de base mesmo depois do seu fechamento para acrescentar ainda algum comentário que reconhecidamente se associa com a sequência precedente. Em princípio, convém distinguir aqui entre formas mínimas e formas não mínimas de **pós-expansão** (LIDDICOAT, 2007, p. 151-170; SCHEGLOFF, 2007, p. 115-168). Enquanto as primeiras são materializadas por interjeições e pequenas formas verbais que sinalizam compreensão, convergência ou apreciação (por ex.: “Beleza!”, “Limpeza!”, “Pode crer!”, “É nós”, “To ligado!”, “Eita!”, “É isso aí!”), as segundas – que compõem a classe das expansões

não mínimas – incluem expressões com as quais se pode realizar ações despreferidas como: rejeições, desafios, desacordos ou correções pelo outro que são iniciadas pelo outro. Diante da distribuição funcional dessas duas classes de pós-expansões, não se precisa de muita perspicácia para supor que a produção de pós-expansões é ligada aos princípios da ordem de preferências e da ordem ritual de interação que orientam as estratégias de proteção da face encontradas também em outros pontos da organização conversacional.

Importa saber aqui: quando a segunda parte de uma sequência de base realiza uma ação de preferência, essa ação torna-se relevante para o fechamento dessa sequência. Cumpridas as relevâncias condicionais que operam numa sequência, muitas vezes, não se diz mais nada. Alternativamente, as pós-expansões depois de uma segunda parte preferida (de uma sequência de base) tendem a ser mínimas e não são projetadas para expandir a sequência em questão. Contudo, se as segundas partes de uma sequência de base contém uma ação despreferida, acontece, regularmente, que coisas são ditas ainda que tratem de implicações dessa ação despreferida ou se ocupem de problemas de alinhamento entre os participantes.

Apresentada a organização dos pares adjacentes e das suas possíveis expansões, resta saber ainda o que acontece entre o fechamento de uma ação e a introdução da próxima. Obviamente, num sistema autorregulado é uma tarefa essencial dos interlocutores – ao lado do encadeamento dos turnos no nível local – criar também a **organização regional** da conversação. O que, nesse plano intermediário, forma a base para poder se orientar no fluxo das atividades é a produção contínua das sequências conversacionais. Para que a comunicação funcione é preciso encaixar todas as ações a constituir, no fluxo das ações já em curso. Logo, é imprescindível garantir a colaboração necessária do(s) interlocutor(es); disponibilizar-lhe(s) uma oportunidade para concretizar as atividades projetadas e criar as condições para que o enquadre constitutivo de uma ação possa ser fechado adequadamente. A tarefa de encaixar uma nova ação (ou um novo assunto) no fluxo das ações em curso inclui, então, dois aspectos complementares: o fecho de uma ação e a introdução da seguinte. A combinação desses dois aspectos determina os traços gerais do que se chama *mudança de foco*, uma tarefa

que exige a identificação do roteiro da ação antecedente e do roteiro da ação projetada e a marcação das demandas provenientes das convenções válidas para a modalidade escolhida de comunicação (cf. oc 21, 25, no excerto 35; oc 99, 104, no excerto 36; oc 216, no excerto 37; oc 291, 296, 298, 302, 304, no excerto 38; oc 326, 329, 332, no excerto 39; oc 343, no excerto 40; oc 372, no excerto 41; oc 390, no excerto 42; oc 415, 416, no excerto 43; oc 586, 587, 593, no excerto 44).

Excerto 35:

[1]

	17	18	19	20
LIA [v]	((1,2s)) Só bebo um tanto assim.			((2s)) Aaah'
TOM [v]		((1,2s)) Tá.		((4,0s)) (tome)
[nn]	<i>copos estão soando (um brinde?) Tom e Lia bebem</i>			

[2]

	..	21	22
LIA [v]		((3s)) Tem que ligar para Miriam. Se ela soubesse que estamos bebendo	
TOM [v]		((0,2s))	
[nn]			

[3]

	..	23	2425	26	27	28
LIA [v]		vinho aqui nessa temperatura...				
LIA [k]		(rindo)	((rindo alto, 2,8s))			
IVE [v]			Aii, diz aí/ • diz aí (sabe) ((0,1s))/ Eu			
IVE [k]		((rindo às gargalhadas, 1,8s))				
TOM [v]		A				

[4]

	..	29
LIA [v]		((rindo alto, 2,6s))
IVE [v]	quero que/ • •	Eu quero (que tu conte para Tom) ((0,2s)) /•
TOM [v]	Miriam ((incompreensível, 0,2s))	((incompreensível, 0,2s))

[5]

	30	31
LIA [v]		
IVE [v]	Eu quero que tu conte pra Tom a história da comida no Edmilson, do queijo e do	

[6]

	..	32	33	34
LIA [v]		Ela ensinou um prato.		
IVE [v]		vinho. Eu quero que tu conte pra Tom. Vai lá.		

Excerto 36:

[1]

	94	95	96	97
LIA [v]	(E tomou o vinho) BEM geladinho!"Eu vou bem beber vinho nesta temperatura			
IVE [v]	(risos)			



[2]

	..	98	99
LIA [v]	(rea) que ela manda!"		••• Ontem todo mundo no shopping tava
LIA [k]	(risos)		
IVE [v]			
IVE [k]	(gargalhadas)		
TOM [k]	((gargalhadas))		

[3]

	..	100	101
LIA [v]	fresquando: "Menina, é melhor ligar para a Míriam • pra saber se esse vinho		
LIA [k]	(rindo)		

[4]

	102	103	104	105
LIA [v]	(está na temperatura)		(Ahhh)	
LIA [k]	(rindo às gargalhadas)			
IVE [v]	(tá na temperatura ideal, Lia) Pelo amor de Deus! ((3s))Lia, conta a história que/			

[5]

	106	107
LIA [v]	((incompreensível))	(Eu não te disse no meu aniversário rolou um
IVE [v]	(que eu não soube contar direto)	
TOM [v]	(não, não, não,	como é/ ela)

[6]

	..	108	109	110
LIA [v]	clima) com a Aline, mulher. Não rolou um • pega com as duas.		Porque a	
LIA [k]			(rápido)	
IVE [v]			O que?	
TOM [v]				

[7]

	..	111	112
LIA [v]	Aline arrastou uma cadeira no restaurante.		
LIA [k]			
IVE [v]	Não acredito não.		

Excerto 37:

[1]

214 215 216

LIA [v] • Mas assim, cheio de regra.
 IVE [v] • Ah meu Deus. Não Lia, eu não soube contar direto



[2]

.. 217

IVE [v] pra Tom a história do apartamento do Morão, aquele que a Liana foi lá/ a história

[3]

.. 218 219 220

LIA [v] Ela disse: "Lindinho
 IVE [v] do/ da arquiteta. Como foi que ela disse? não aqui, o
 TOM [v] Ah, lá em em

[4]

..

IVE [v] Morão comprou um apartamento.

Excerto 38:

[1]

291 292 293 294 295

LIA [v] Não.
 IVE [v] Ela e a Mafalda. • • Em Fortaleza, querido, Não. Em
 TOM [v] E a Mafalda mora junto com (elas)?

[2]

.. 296 297 298

IVE [v] Fortaleza/ é o seguinte Tá. Presta atenção! Passou
 TOM [v] E a Mafalda tá em São Paulo também?

[3]

299 300 301 302 303

IVE [v] o Ano Novo SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.
 TOM [v] (Mas elas se separaram?) Dig_ aí,

[4]

.. 304

LIA [v] Sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de champagne na mão.
 TOM [v] Lia!

Excerto 39:

[1]	322	323	324	325	326	↓
IVE [v]	A Miriam, a Mafalda e a Lilian.				((2s)) Agora já tá	
TOM [v]	Porque "as três"?		Ah, a Míriam. Tá certo.			
[2]	..	327	328	329	330	
IVE [v]	no quarto apartamento/		Oi, filha!	Tu deu?		
LU [v]			Mãe!	Mãe meu ((incompreensível))		
[3]	331	332	333	334		↑
LIA [v]	Ola, Luluzinha! Tu tá curtindo as férias?					
IVE [v]						(Passa não)
LU [v]			((incompreensível)) chorou.			((incompreensível))
[4]	..	335				
IVE [v]						(Ohhh).
LU [v]	chorou quando fui me embora.					

Excerto 40:

[1]	343	344				
IVE [v]	E tô esperaando para poder ((incompreensível)). Eu botei ((incompreensível)) e					
[2]	..	345	346			
LIA [v]						((incompreensível)) pra falar com a Míriam tem que
IVE [v]	agora ((incompreensível)). ((incompreensível))					
[3]	..	347	348			
LIA [v]	falar no ouvido dela porque ninguém pode falar					
IVE [v]						
LU [v]						(Qual) ((incompreensível)) vem
[4]	..					
LU [v]	mais de alguém ((incompreensível)) pra jogar baralho?					

Excerto 41:

[1]

368 369 370 371 372 373

LIA [v] Mas, Ivete, o Edmilson me disse que
 IVE [v] • Cião! Olha a curvatura! O (grau)!
 LU [v] Cião.

[2]

.. 374

LIA [v] nunca mais botar os pês na casa da Miriam.
 IVE [v] Ei, foi?

Excerto 42:

[1]

387 388 389

IVE [v] Minha filha pega a chave do banheiro, pega aí na/ na sua avô, pega • a chave do

[2]

.. 390 391 392 393

LIA [v] Aí, • ela ((3s)) ((incompreensível)) ((incompreensível)) Como é?
 IVE [v] banheiro.
 LU [v] ((incompreensível))

[3]

..

LIA [v] Domingo você chega lá/ • chega sabado de manha, tem que ir pra/ onde ela quer

[4]

..

LIA [v] ir, ne.

Excerto 43:

[1]

413 414 415

LIA [v] Quando tá duas horas à tarde, • aí, vamo ((incompreensível)) a comida.
 LU [v] Oh, Mãe,

[2]

.. 416

TOM [v] ((incompreensível)) (é) o comportamento de
 LU [v] a ((incompreensível)) tá aqui.

[3]

.. 417 418

TOM [v] eremitãocomo o Bellini ((incompreensível)) Bellini ((incompreensível))
 LU [v] Mãe, tem que encher a boia. • Mãe tem que encher o

[4]

	..	419		420
IVE [v]				Luluzina, ombro,
TOM [v]				aquele/ aquele colega meu que a gente foi lá em/((3s))
LU [v]				colchão.

[5]

	..	421	422	423
IVE [v]		Luluzinha!		((incompreensível))
TOM [v]				em Salvador.Ele um dos mais famosos/mais famosos, [antropólogos]

Excerto 44:

[1]

	584	585	586	587
LIA [v]				((5s)) NÃO!
IVE [v]				Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é • uma pessoa que
TOM [v]				Agora ele tá Na ((incompreensível))

[2]

	..	588	589
IVE [v]			vive só ((incompreensível)). Só que ele tem sessenta anos. A Míriam, tudo bem
TOM [v]			

[3]

	..	590	591
IVE [v]			que ela não vai fatiar uma carne com a mão. ((2s)) Ela não vai fatiar
TOM [v]			Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem pelos menos) trinta

[4]

	..	592	593
LIA [v]			Fala
LIA [k]			
IVE [v]			uma carne com a mão nem vai botar ... É, mas é o o modelo é esse.
TOM [v]			e cinco anos (de) livros. ((incompreensível)) pelo mundo.

[5]

	..	594	
LIA [v]			muito baixo, muito baixo, muito baixo, muito baixo, baixo.
LIA [k]			(cochicando)
IVE [v]			Tu

[6]

	..	595	596
LIA [v]			Mulher, mas não éé.Você tá num restaurante •••
IVE [v]			((incompreensível)) falar baixo.Fala baixo!
IVE [k]			(sussurando)

[7]

597

598

LIA [v] você tem que que conversar. Não pode conversar? ••• Tem que ser sussurro?

Resumidamente, o que se vê nas fases de transição entre uma ação e a próxima é que as imposições da ação passada não estão mais válidas e as da atividade que está se projetando ainda não o estão. Nas conversações sem agenda preestabelecida, cabe unicamente aos interactantes negociar nesses trechos as condições da reorientação. Como essa tarefa exige um alinhamento bem sincronizado é comum observar nessas fases a ocorrência de momentos críticos e o esforço dos interactantes de superá-los com uma colaboração mais intensa. No caso da conversação em análise, no entanto, vê-se que Lia, Tom e Ivete facilmente lidam com a inclusão de Lulu e a introdução conversacional dos assuntos dela, os quais exigem um novo alinhamento e, após a sua finalização, uma reorientação para as tarefas interrompidas (cf. oc 327, no excerto 39; oc 345-349, no excerto 40; 387, no excerto 42; oc 415-421, no excerto 43). Acreditamos que essa rotina se deve tanto à longa história de interações entre os participantes e ao propósito de cultivar suas relações de amizade quanto à modalidade particular dessa conversação espontânea que se caracteriza por uma grande abertura temática e acional.

Depois de ter apresentado resumidamente os diferentes mecanismos que colaboram na organização da sequenciação conversacional (os pares adjacentes, a ordem de preferências, o mecanismo de reparações e os diferentes tipos de expansões) e, antes de falar da organização regional e global das conversações, convém abrir um parêntese aqui e focalizar brevemente a questão da **unidade básica** da construção de sequências. Até agora presumimos tacitamente que as sequências binárias formadas pelos pares adjacentes representam os blocos elementares com os quais se constrói toda uma conversação. Contudo, apesar de muitas evidências empíricas a favor desse modelo, existem bons argumentos também para estabelecer as sequências ternárias como unidade básica das conversações. Como já foi dito anteriormente, para muitos autores esse tipo de sequências deve ser analisado simplesmente como pares adjacentes com uma pós-expansão opcional. Outros, no entanto, acreditam que muitas dessas supostas pós-

expansões representam, na verdade, a terceira posição da verdadeira unidade básica da conversação.

De fato, a discussão entre essas duas interpretações logicamente possíveis é importante porque envolve a **questão fundamental** de se um sistema interacional se mantém funcionando com base no esquema operacional “ação – reação” ou se ele opera graças ao mecanismo “ação – reação – avaliação”. Quanto à segunda opção, cabe afirmar que ela prevê uma cooperação entre as três posições sequenciais de tal modo que, na terceira posição, invariavelmente se realiza uma decisão entre a aceitação ou a rejeição da mensagem precedente. Com base nessa relação intrínseca, Schneider (2008) demonstra convincentemente como a análise da conversação e a teoria dos sistemas podem ser associadas pela reconceitualização das suas unidades básicas, i.e., no caso da análise da conversação, a sequência binária que deve ser substituída pela sequência ternária e, no caso da teoria dos sistemas, a seleção tríplice³⁶ de informação, ato comunicativo e compreensão, à qual deve ser acrescentada uma quarta seleção, nomeadamente: a decisão entre aceitação ou rejeição da intervenção reativa.

O argumento de Schneider (*op. cit.*) pode ser resumido assim: na primeira posição sequencial, ocorre um enunciado que realiza uma “ativação de expectativas” com vista a possíveis continuações da comunicação. Um enunciado do próximo falante seleciona, então, na segunda posição sequencial, uma das opções no horizonte imenso de reações possíveis e associa-a com uma “atribuição retroativa de um significado”. Como avisa o autor, “a *compreensão comunicativa* alcançada nesse ponto não pode ainda ser distinguida de uma possível incompreensão” (*op. cit.*, p. 6) Essa separação pode se efetuar apenas na terceira posição sequencial, “porque aqui a compreensão alcançada na segunda posição sequencial pode ser marcada e, em seguida, ser corrigida como *compreensão errada* ou pode, através de uma continuação sem perturbações, ser confirmada como *compreensão correta*” (*id. ibid.*). Em suma, do ponto de vista teórico, a suposição de que a sequência ternária seja a unidade mínima da organização conversacional é necessária se se

³⁶ Como foi explicado no capítulo 6, para Luhmann (1984), a comunicação realiza-se através de uma seleção tríplice: a produção de um conteúdo informativo, a sua difusão através de um ato comunicativo e a sua compreensão.

quiser mostrar como a própria comunicação se decompõe em ações e explicar a produção comunicativa de ações sem recorrer às intenções psíquicas dos interactantes (cf. SCHNEIDER, 1994).

Empiricamente, há **evidências** também que esse modelo da organização dos turnos explica coerentemente o que se pode observar em toda conversação cotidiana. De fato, a experiência comum mostra que as intervenções iniciativas na primeira parte de uma sequência de turnos são, muitas vezes, ambíguas e permitem várias explicações. Entre as diversas possibilidades de reagir, o destinatário escolhe normalmente aquela que mais lhe agrada ou que considera a mais adequada nessa altura da conversação. Assumindo, então, o papel do próximo falante, sua intervenção traz uma interpretação do enunciado do primeiro falante que corresponde a seu ponto de vista, mas que necessita ainda uma ratificação do seu antecessor para ganhar validade no sistema interacional (cf. HERITAGE, 1984, p. 258). Para poder manter a comunicação em andamento, o primeiro falante deve, portanto, sinalizar se a interpretação do segundo falante foi, de fato, adequada ou se é preciso fazer alguma correção. Por outras palavras: do mesmo modo como, na segunda posição, a intervenção reativa do segundo falante determina comunicativamente o sentido da intervenção iniciativa do primeiro falante, a intervenção avaliativa do primeiro falante valida ou invalida na terceira posição a atribuição de sentido contida na intervenção reativa do segundo falante.

Refletindo sobre essa situação, Heritage (*id. Ibid.*) argumenta a favor da suposição de sequências ternárias como unidade básica da sequenciação dos turnos de fala e dá a entender que, apenas passando pela terceira posição e entrando em modo de retrospectão, os dois participantes podem inferir qual ação cooperativa se realizou e qual significado cabe às contribuições individuais em função dessa ação comum. Aderimos aqui a essa linha de pensamento, que é seguida por vários autores relevantes que se ocupam da organização conversacional e/ou da constituição da identidade na interação face a face (ANTAKI, DIAZ & COLLINS, 1996; LALOUSCHEK, 1999; MARKOVA, 1990; MEAD, 1967). Para dar alguns exemplos, convém mencionar, primeiramente, Mead (1967, p. 76 [1934]) que acredita que a sequência “gesto – reação – ação subsequente” representa a unidade elementar e completa para a realização cooperativa de uma

ação comunicativo-participante. De acordo com o autor, apenas através de uma sequência ternária é possível, na comunicação, realizar tarefas como: a síntese entre o sentido atribuído pelo falante e o sentido atribuído pelo ouvinte; a reprodução de estruturas de expectativas mútuas e a fixação da identidade de uma ação verbal como socialmente válida.

Antaki *et al.* (1996) mostram que a sequência ternária não é apenas fundamental para a interpretação dos enunciados, mas também para o nível interacional das conversações. Segundo os autores, o primeiro locutor não ratifica na terceira posição da sequência apenas a interpretação semântica da sua primeira intervenção pelo segundo falante, mas, simultaneamente, confirma ou rejeita também o papel participativo que este assumiu com sua intervenção na segunda posição. Markova (1990, p. 138), então, apresenta evidências que o terceiro turno de uma sequência conversacional pode funcionar simultaneamente como o primeiro turno da sequência seguinte, o que explica por que, em muitas análises, sua função avaliativa permanece oculta. Lalouschek (1999), enfim, mostra como a falta da possibilidade de realizar intervenções avaliativas na terceira posição transforma uma conversação (dentro de um contexto institucional) em uma sucessão de sequências binárias recursivamente produzidas, na qual um dos participantes (o médico) ganha um controle máximo sobre a organização dos turnos e a progressão temática, deixando o outro (o paciente) com a impressão (certa) que faltou a reciprocidade constitutiva de uma verdadeira conversação. A análise da autora esclarece como, pela alternância dos turnos, se reproduz dentro do sistema interacional um contexto institucional bem específico (anamnese) que se distingue da conversação simétrica justamente pelo fato de ter como unidade básica uma sequência binária de turnos (pergunta – resposta) na qual falta, sistematicamente, a possibilidade de avaliar a contribuição de um dos interactantes (o médico).

Apesar desses argumentos a favor da sequência ternária como unidade básica da organização dos turnos, não se pode negar que, em qualquer tipo de conversação, existem evidentemente muitas sequências binárias nas quais, por definição, falta a realização de um terceiro turno. Será, então, que a unidade mínima das sequências conversacionais é binária e a forma ternária representa apenas uma variante estendida, como afirmam, entre outros, Schegloff (1972; 1990), Schegloff &

Sacks (1973) e Levinson (1983, p. 303 e seg.)? A questão, como foi demonstrado, é polêmica, mas há boas razões para pensarmos que toda sequência binária pode ser analisada *virtualmente* como uma sequência ternária.

Desse modo, é evidente que a ocupação ostensiva da terceira posição é apenas imprescindível quando o primeiro falante não concorda com a interpretação do seu enunciado pelo segundo falante. Cada vez que a comunicação passa sobre uma terceira posição sem qualquer indício de um problema de compreensão mútua, é patente que a comunicação se autodescreve como funcionando sem ruídos. Nesse caso, a própria comunicação dá prova que é movida pela compreensão mútua. De fato, se o primeiro falante aceita a intervenção responsiva do seu parceiro, não há motivo algum para ele se sentir obrigado a manifestar essa aceitação verbalmente. Até mesmo em casos de dúvida, basta regularmente um olhar, uma mímica, um pequeno gesto, para sinalizar ao parceiro que há alguma restrição que o desautoriza a contar com uma aprovação plena da sua interpretação. O registro da entrada desses pequenos sinais no sistema interacional é difícil até com gravação multicanal. Francamente, na maioria dos casos, deve prevalecer o princípio da reciprocidade e da congruência dos sistemas de relevância; o que significa que os interlocutores, enquanto faltam evidências contrárias, pressupõem que a passagem “sem dificuldades” sobre a terceira posição de uma sequência de turnos seja evidência suficiente para concluir que houve uma compreensão mútua.

Para fechar o parêntese: no contexto do presente trabalho, é preciso realçar especialmente que os resultados dos defensores da sequência ternária estão em concordância com as explicações que alguns representantes da teoria dos sistemas apresentam sobre o funcionamento da comunicação entre pessoas copresentes (cf. HAUSENDORF, 1992a, 1992b; KIESERLING, 1996; SCHNEIDER, 1994). De fato, a imprescindibilidade das sequências ternárias para explicar a organização dos turnos conversacionais revela, no nível micro do sistema interacional, uma convergência entre duas teorias que parecem incompatíveis num primeiro olhar, mas que – no decorrer deste trabalho – já foram apresentadas suficientemente como visões complementares de um mesmo objeto de estudo.

Fazendo, então, um balanço do que se discutiu sobre os **princípios básicos** da interação comunicativa face a face e a **organização local e regional** das conversações, podemos afirmar que nada é aleatório na troca de turnos e que as contribuições dos interlocutores são determinadas com base no conhecimento comum e de acordo com um sistema de expectativas mútuas que possibilita a coerência interna das conversações. Aplicando poucos métodos básicos obtém-se um potencial enorme para negociar o significado interativo em sequências bidirecionais que se referem, de modo prospectivo, a acontecimentos futuros ou, de modo retrospectivo, a turnos conversacionais já construídos. O processo dialógico entre a intervenção iniciativa do falante e a intervenção reativa do alocutário pela qual se ratifica (ou não) o status comunicativo e o significado da manifestação inicial gera, então, um construto comunicativo cujo significado, no decorrer de uma conversação, tem que ser produzido, mantido ou restabelecido permanentemente. Para poder cumprir essa tarefa essencial, os interlocutores mostram-se mutuamente o significado das suas ações comunicativas, estimulam os outros para revelar esse sentido também e esforçam-se para restabelecer esse sentido quando ele se tornou problemático em certos momentos críticos.

9.1.2.4 A macro-organização da conversação

A experiência cotidiana mostra que, dependendo da atividade linguageira, existem formas específicas de prosseguimento e, portanto, fases específicas na macroestruturação de cada tipo de conversação (por ex.: aula, consulta médica, audiência jurídica, arbitragem trabalhista, entrevista jornalística, atendimento no balcão, conversa à mesa). Todavia, fazendo uma primeira estruturação não específica, podemos dizer que todas essas conversações se realizam passando, pelo menos, por **três fases** salientes que formam um todo dentro de uma estrutura maior, nomeadamente: a abertura, o meio e o fechamento. Essas três unidades básicas constituem-se por complexos acionais ou temáticos internamente diferenciados cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência, implicando, assim, uma sequenciação lógica da interação. É importante, também, alertar logo que o termo “fase” nos faz pensar numa sucessão linear de unidades fechadas, bem delimitadas e claramente separadas umas das

outras. No entanto, na prática se verifica que uma classificação inequívoca de todas as ações conversacionais para determinadas fases é problemática. Desse modo, vê-se na nossa conversação em análise, por exemplo, que Lia já introduz na fase introdutória o enquadre temático do jantar com a Miriam (oc 16, no excerto 1) que, um pouco mais tarde (oc 34, no excerto 2), se torna o primeiro assunto da fase central dessa conversação.

As **fases inicial e final** de cada conversação são facilmente reconhecíveis porque são acompanhados por fenômenos conversacionais que estabelecem os limites da unidade interacional “conversação” dentro do fluxo de comportamentos que caracterizam outras atividades humanas. Os aspectos primordiais da **fase inicial**, certamente, são a percepção mútua dos interactantes, que é marcada geralmente por uma saudação, e a definição da situação negociada por eles. Em conversas profissionais entre pessoas copresentes que já se conhecem e encontram regularmente, uma identificação mútua é supérflua e, portanto, substituída por algum sinal de reconhecimento ao qual segue fluentemente a introdução de um enquadre temático ou um projeto de ação. Fatores como o tempo disponível, o grau de publicidade dos participantes e da situação comunicativa ou a familiaridade com o contexto relevante podem motivar uma grande variação. Desse modo, quando já se passou algum tempo desde o último contato é comum prolongar a fase de abertura para assegurar-se da confiança mútua.

Em **conversações privadas**, no entanto, a fase de abertura pode facilmente ultrapassar o limite necessário ou razoável e, enquanto os interlocutores ainda perguntam uns aos outros pelo seu bem-estar e o dos conhecidos comuns e atualizam as informações mais urgentes, sua conversação pode passar lentamente para a fase central. Nesse tipo de conversações, então, não se observa a mudança de enquadre característica para muitas **conversas profissionais** que são iniciadas e encerradas na modalidade informal e em descontração, mas cuja fase central realça a formalidade do evento de fala. O grau de publicidade ou privacidade parece ser importante também para a forma de transição da fase central para a final. Em conversações informais não se espera tanto que o encerramento da fase central seja preparado cuidadosamente pela introdução de temas que implicam a transição para a fase final e por contribuições mutuamente ratificadas que asseguram não

haver mais motivo para novas expansões temáticas ou mudanças na pauta que está a se encerrar. Além disso, na vida privada, muitos aspectos comuns da fase final de conversações consideradas formais são apenas elementos facultativos, tais como: resumos da conversação, avaliações do evento, perspectivas para ações futuras, agendamento de compromissos assumidos, agradecimentos, troca de bons desejos, envio de saudações a pessoas ausentes e formulações floreadas de despedida.

Na conversação em análise no presente trabalho, a gravação inicia quando boa parte da fase inicial já se passou: os participantes já se saudaram e Lia e Ivete já conversaram um bom tempo na varanda da casa. O que a gravação captou, então, é na verdade a abertura de uma nova atividade comum marcada pela mudança do espaço (do jardim pela casa para o quintal) e pela introdução de Tom que mudou seu estatuto participativo de receptor ocasional (*overhearer*) para destinatário copresente “reconhecido” (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 27 e seg.). A fase final da conversação, igualmente, não se encontra na gravação porque depois do pôr-do-sol os interlocutores mudaram novamente o espaço e dirigiram-se para a mesa do jantar que foi servido dentro da casa.

Voltando nossa atenção, então, para a **fase central** das conversações, cabe dizer que essa se distingue – como mostra a leitura da transcrição no anexo deste trabalho – por uma complexidade muito grande, ou seja, por uma estrutura altamente estratificada em termos de ações ou assuntos conversacionais. Já que essa diversidade de aspectos relevantes torna a apreensão analítica bastante difícil, realizamos uma estruturação mais elaborada da fase central distinguindo mudanças temáticas e subtemáticas ou os desdobramentos de um plano de ações, bem como alterações no contexto situacional (por ex.: entrada ou saída de um participante). As seções parciais resultantes dessa operação se caracterizam por trechos conversacionais correlacionados que podem ser concebidos como seções temáticas, padrões acionais, esquemas acionais, roteiros ou enquadres. Como se sabe, os últimos três desses termos chamam a atenção mais para as estruturas cognitivas subjacentes, enquanto os primeiros se referem diretamente à realidade interacional das conversações.

De fato, as conversações (polilogais) são fenômenos muito complexos nas quais interagem uma **multiplicidade de grandezas** de estruturação (turnos, trocas, sequências, expansões): os participantes conversam – às vezes simultaneamente – sobre diversos assuntos e, ao mesmo tempo, realizam ações como convites, perguntas, respostas, pedidos, repreensões. Além disso, negociam suas relações interpessoais, seus papéis interlocutivos e interacionais e, ainda por cima, combinam unidades de tamanhos diferentes que pertencem a diferentes ordens de organização. Desse modo, no nível micro – como já foi demonstrado – eles se orientam mutuamente por marcadores conversacionais, gestos, palavras, unidades de construção de turno e turnos; no nível intermediário – que também já foi apresentado – coordenam seu comportamento através de sequências e expansões conversacionais e, no nível macro – que discutiremos em seguida – indicam por sinais de estruturação e formulações metacomunicativas como avaliam a situação comunicativa ou como projetam a organização da totalidade dos intercâmbios e sua segmentação em episódios conversacionais.

Diante dessa rede de relações entre unidades da mesma ordem e de ordens diferentes, não é de se admirar que as pesquisas, inicialmente, focalizaram predominantemente os níveis básicos e deixaram a macro-organização das conversações de lado; o que já levou Heritage (1985a) a pedir que as pesquisas se importassem mais com a **organização global** das conversações, os *big packages* como Sacks (1992) os chamou. Aos poucos então, apareceram trabalhos que se ocuparam da conversação como um todo e a classificaram de acordo com sua tipicidade comunicativa, seu propósito comunicativo ou sua organização temática (cf. BECKER-MROTZEK, 1999). Revisando alguns trabalhos relevantes, descobre-se que, na análise da estruturação interna e das subseções da fase central, é possível, em princípio, orientar-se por duas dimensões conversacionais: o nível das ações e o nível dos temas (cf. HENNE & REHBOCK, 1995, LEVINSON, 1990; SCHANK, 1981; TECHTMEIER, 1984).

Naturalmente, trata-se, aqui, de uma distinção analítica entre dois níveis que, na prática comunicativa, são intimamente entrelaçados. Todavia, é evidente também que interações institucionais, geralmente, implicam uma **sucessão ou hierarquia de tarefas** a cumprir e, portanto, podem ser caracterizadas por uma

ordenação abrangente de caráter acional. A mesma afirmação não vale para as conversações que se caracterizam predominantemente pela **estruturação temática**. Particularmente nas conversações em que predomina o cultivo das relações interpessoais (conversações familiares, *small talk*, mexericos, etc.) não se encontra a mesma sistematicidade na produção das ações que está presente em conversações que obedecem a um roteiro preestabelecido de fases funcionais (por ex.: consulta médica, atendimento no balcão).

De acordo com Sacks (1971), em todo tipo de conversação, é possível observar duas formas principais de **progressão temática**: a transição gradual de um tema para o outro (*stepwise topical movement*) e a introdução de um tema novo depois do encerramento do tema precedente (*boundaried topical movement*). Essas duas formas de organização tópica tanto podem surgir no âmbito de atividades em que prevalece a realização de um determinado padrão acional quanto podem dominar as subseções de uma conversação em que predomina a organização temática sobre uma estrutura acional pouco desenvolvida. Todavia, enquanto a lógica inerente a um padrão acional abrangente, geralmente, pode ser identificada com antecedência, nota-se que a coerência temática de uma conversação estabelece-se apenas pela colaboração dos interlocutores ao longo dos turnos. Como se vê na próxima seção (cap. 9.1.3), isso vale também para a conversação em análise, na qual não se manifesta um esquema de ações para o tratamento de problemas objetivos, mas surge um tipo de interações estruturadas pela progressão temática. Com vista já para essa análise, afirmamos: o que os participantes, ao adaptar-se uns aos outros, criam através das suas interações em colaboração comum é um contexto adequado para a (re)construção narrativa e, às vezes, dramatizada de episódios passados que na situação de fala são avaliadas de acordo com um código moral comum (por ex.: “pelo amor de Deus!”³⁷; “é muito cafona!”³⁸; “Ah mei Deus!”³⁹; “Ela se tornou uma paulista INSUPORTÁVEL!”⁴⁰; “Isso eu chamo de gente IMBECIL”⁴¹; “... não tem cris/ cristão que suporte as três!”⁴²; “ele é

³⁷ Na oc. 103, no excerto 2.

³⁸ Na oc 185-191, no excerto 45.

³⁹ Na oc 215, no excerto 37.

⁴⁰ Na oc 283 -284, no excerto 16.

⁴¹ Na oc 288-290, no excerto 16.

⁴² Na oc 312-323, no excerto 32.

troglodita”⁴³; “Ele é LOUco”⁴⁴; “Aline, Mafalda e Miriam •• não é referência de NADA pra mim. NADA! Enne-a-de-a.”⁴⁵).

Excerto 45:

[1]

	185	186	187
LIA [v]	Mulher, o povo/ quem é que		
IVE [v]	Sim, se é tão grande desse jeito o povo ia lá olhar.		

[2]

	..	188
LIA [v]	olha pra ninguém em São Paulo, mulher. A creatura preocupada com a arrastada	

[3]

	..	189	190
LIA [v]	da cadeira/ porque a Lilian arrastou a cadeira		
IVE [v]	É muito cafona. •• É assim Lia, o		



[4]

	..	191
LIA [v]		
IVE [v]	ser/ ela saiu do sertão, mas o sertão não saiu dela.	

9.1.3 A organização do conteúdo temático

Antes de examinar a organização temática das conversações cotidianas é oportuno perguntar o que se entende sob o conceito de tema? Para as necessidades da análise da conversação, mostrou-se útil **definir o tema** como o extrato ou a essência de uma conversação ou de uma seção de uma conversação. Segundo essa interpretação, o tema pode ser resumido numa frase ou numa expressão referencial – como acontece em títulos de trabalhos escritos. O tema costuma ser entendido, também, como um objeto intencional explicitamente verbalizado que se encontra no foco cognitivo de uma “interação centrada”⁴⁶

⁴³ Na oc 554, no excerto 20.

⁴⁴ Na oc 577, no excerto 137.

⁴⁵ Na oc 618-628, no excerto 4.

⁴⁶ Com a expressão “interação centrada”, o termo inglês “focused interaction” já tem uma tradução consagrada pelo uso dos pioneiros da análise de conversação no Brasil (cf. Marchuschi 2001 [1986], p. 15). Goffman (1985 [1963], p. 24), autor de um dos textos fundadores sobre o assunto, originalmente distingue entre *interações centradas* e *não centradas*: “O comportamento comunicativo daqueles que estão imediatamente presentes uns com os outros pode ser considerado em duas etapas. A primeira ocupa-se da *interação não centrada*, ou seja, do tipo de comunicação que ocorre quando uma pessoa recolhe informações sobre uma outra que esteja presente ao olhá-la de relance, mesmo que apenas momentaneamente, enquanto passa por seu campo de visão. A *interação não centrada* tem a ver, em grande parte, com o gerenciamento da mera copresença. A

(GOFFMAN, 1985, p. 24). Em outras palavras, o tema é o “núcleo do conteúdo”⁴⁷ (BRINKER, 1996, p. 281; 1997, p. 55) de uma unidade conversacional, sua essência informativa, ou seja, a ideia central que desperta o interesse e se mantém no foco da atenção dos interlocutores. O termo “foco”, nesse contexto, é entendido como resultado de um processo seletivo em que os objetos percebidos cognitivamente são submetidos a um processamento privilegiado em relação aos objetos não focalizados que permanecem no pano de fundo.

Obviamente, os temas e classes de temas se caracterizam, entre outras coisas, por sua **distribuição**, que pode ser analisada com base no conceito do gênero comunicativo (ou gênero textual). Em determinados tipos de situações sociais, é altamente provável os atores sociais tratem de determinadas classes de temas, servindo-se de determinados gêneros comunicativos. Dessa forma, numa entrevista de emprego, é comum tematizar o currículo do candidato, assim como suas qualidades e seus motivos que o recomendam para uma contratação. Esse exemplo já mostra que certas situações sociais foram criadas e institucionalizadas justamente para poder tratar de determinados assuntos. Todavia, outros tipos de situação não são tão rigidamente determinados com relação aos gêneros comunicativos e aos assuntos que, neles, podem ocorrer. Assim, pois, uma conversa casual entre amigos ou familiares pode, em princípio, tratar de qualquer assunto.

Além disso, quando se fala da distribuição de temas, é importante, também, distinguir entre assuntos que podem ser tematizados publicamente e outros que pertencem à vida particular. Quem, numa sociedade, define quais **temas** são **públicos** e quais **privados** é um assunto muito interessante que não pode ser esgotado nos limites do presente trabalho. No contexto atual, contentamo-nos com um pequeno exemplo para ilustrar a complexidade da questão: hoje em dia, o uso

segunda etapa trata da *interação centrada*, o tipo de interação que ocorre quando as pessoas se reúnem com proximidade espacial umas das outras e cooperam abertamente para manter um único foco de atenção, tipicamente ao trocar turnos numa conversa. Onde nenhuma interação centrada ocorre, o termo *ajuntamento não centrado* pode ser usado. Onde a interação centrada ocorre termos menos precisos serão necessários.

⁴⁷ “Tomando como ponto de partida o uso da palavra na linguagem corrente, definimos o “tema” como *núcleo do conteúdo de um texto*. A expressão ‘conteúdo do texto’ denota a linha de pensamento de um texto a qual se refere a um ou vários objetos discursivos (isto é, pessoas, fatos, acontecimentos, atividades, opiniões etc.). O tema de um texto (entendido como núcleo do conteúdo) é realizado num determinado segmento textual (por exemplo, no título ou numa determinada oração) ou precisa ser abstraído do conteúdo do texto através de uma paráfrase sintetizante” (BRINKER, 1997, p. 55).

de preservativos como forma de prevenir a transmissão do vírus da Aids parece ser aceito amplamente como um assunto que deve ser discutido em público. Os rituais de acasalamento ao som de axé, no entanto – embora facilmente observáveis em público durante os dias de carnaval – devem, na opinião da maioria dos pais, ser tratados como um assunto privado quando envolvem seus cônjuges ou seus próprios rebentos. Em nosso entender, as fofocas – na medida em que tematizam justamente assuntos desse tipo – podem ser situadas no limite entre a esfera pública e a esfera privada.

Um terceiro método para descrever a distribuição de temas em interações verbais, baseia-se na distinção entre o regime da **comunicação fática**⁴⁸ (MALINOWSKI, 1923, p. 319; JAKOBSON, 1960) e o da **comunicação referencial** ou representativa. Enquanto a primeira serve para a criação de laços do momento e o cultivo do relacionamento social, utiliza-se a segunda para a solução de problemas e a execução de tarefas práticas. A comunicação referencial é aquela que atende, de uma maneira ou outra, a fins utilitários, que se dedica preferencialmente à transmissão de um conteúdo, à apresentação de um objeto e à denotação da realidade. Na comunicação fática, por sua vez, o centro do interesse é ocupado pela própria comunicação e não por um problema concreto a resolver na comunicação. Seu objetivo principal é satisfazer a necessidade ou o desejo de cultivar relações sociais, de fazer experiências interpessoais e de vivenciar sua individualidade e seu comportamento em relação com a individualidade e o comportamento do(s) parceiro(s). Naturalmente, é possível em conversações fáticas ocorrerem ações utilitárias, como em conversações utilitárias também podem acontecer episódios fáticos. Todavia, na organização conversacional, a dicotomia conceitual entre essas duas formas de comunicação manifesta-se concretamente pela presença de pistas de contextualização que sinalizam a transição de um tipo de comunicação para o outro.

⁴⁸ Na literatura relevante, há, pelo menos, duas acepções do termo “comunicação fática”: Roman Jakobson o usa para caracterizar a conversação sobre banalidades entre um motorista de táxi e seu passageiro e, com base nesse exemplo, postula uma função fática da linguagem que ao lado das funções conativa, emotiva, referencial, poética e metalinguística caracteriza, em grau maior ou menor, toda comunicação humana. Antes de Jakobson, Malinowski já tinha introduzido a noção de “comunhão fática” nos seus trabalhos antropológicos para referir-se a situações comunicativas nas quais os “selvagens” se reuniam sem que um compromisso preestabelecido ou uma missão fossem necessários. Aqui usamos o termo “comunicação fática” no sentido de Malinowski para caracterizar reuniões de familiares ou amigos nas quais predomina o simples prazer de se encontrar e estar junto e nas quais o cultivo das relações afetivas é mais importante do que um tratamento exaustivo dos assuntos abordados no encontro.

Para dar um exemplo simples: em reuniões de trabalho, conferências de uma categoria profissional, etc. a fase de abertura costuma ser marcada por um clima de informalidade e distração; as pessoas se reconhecem, se saúdam e aproveitam o tempo até o início do evento, falando banalidades ou trocando informações para “colocar a conversa em dia”. A transição desse tipo de comunicação fática para uma comunicação utilitária, então, é claramente marcada. Haverá movimentos na sala: os ouvintes se sentam, o presidente da sessão e os convidados de honra ocupam seu lugar na mesa da conferência, a cerimonialista, se houver, sobe ao púlpito e, após a apresentação dela, o presidente do comitê da organização, se levanta para fazer uma segunda saudação – dessa vez a “oficial” – e para apresentar o tema principal, o programa e os objetivos do encontro. Depois de os processos comunicativos que visaram a realizar a pauta oficial forem levados a cabo ocorre a mesma transição, mas em sentido oposto: o palestrante arruma sua pasta, os membros da mesa conversam relaxadamente, algumas pessoas ainda circulam pela sala, procurando “bater um papinho” com um velho colega e os membros do staff tentam atender aos colegas que vêm de fora e procuram o transporte para o seu hotel.

A distinção entre os regimes de comunicação fática e referencial é relacionada com a questão de se existe uma ordem de prioridade e subordinação ou uma relação de equivalência e coordenação entre os assuntos desenvolvidos no decorrer de uma conversação (cf. BUBLITZ, 1989; EIFLÄNDER, 1989; LÖTSCHER, 1987; SCHANK, 1977). De acordo com esse último critério para descrever a distribuição dos temas, podemos distinguir entre as **conversações fechadas** (por ex.: consulta médica, discussão, atendimento no balcão), que se ocupam de um “supertópico” (FÁVERO, 2001, p. 42) ou tema principal, o qual é mantido do começo até o fim da conversação, e as **conversações abertas** (por exemplo: *small talk*, conversa de bar, conversa familiar, mexerico) sem um tema principal explicitamente acordado, mas com vários “tópicos co-constituintes” (FÁVERO, 2001, p. 43), ou seja, temas específicos mais ou menos soltos que são concatenados espontaneamente.

Nas **conversações com um tema central**, as questões de quem tem o direito de tomar a palavra e de quanto tempo lhe é concedido para falar dependem

da habilidade dos interactantes de contribuir no tema central. Os temas adicionais, os chamados subtópicos, podem ser tocados apenas enquanto não tiram o assunto principal do foco da interação. Uma vez que, nesse tipo de conversa, o tema principal não muda, pode-se falar de mudança de assunto apenas no domínio dos subtópicos que precisam todos ter uma relação de continuidade claramente reconhecível com o supertópico. O predomínio de um assunto principal reconhece-se, geralmente, pela menção explícita do seu título no início e/ou no fim de uma conversa ou por intervenções que objetivam manter o foco e controlar uma progressão satisfatória do tema ao longo das trocas conversacionais. Entre as estratégias mais comuns para introduzir, manter e desenvolver um tema central e, simultaneamente, evitar perturbações desnecessárias na sequencialidade encontram-se: o uso de formas vocativas, os apelos de prestar atenção, as avaliações e sínteses intermediárias e os resumos no fim da conversa. O fechamento de um supertópico, enfim, costuma ser sinalizado por pigarros, por avisos sobre o tempo limitado ou a abundância de assuntos ainda abertos, por apreciações da importância do tema ou por alusões que se referem às demais coisas que poderiam ainda ser mencionadas (se o falante tivesse mais tempo à disposição).

Ao contrário disso, em **conversas abertas** – como em nosso exemplo transcrito – não existe um tema principal *previamente* combinado ou uma demanda de manter um foco constante num único objeto de discurso. O que, de fato, se observa nesse tipo de conversações, é uma sucessão de assuntos individuais cuja introdução e cujo fechamento precisam ser sinalizados por marcadores verbais e não verbais e cujo desenvolvimento contedístico deve, até certo grau, ser projetável. Ao contrário do que acontece em muitas conversas fechadas, os participantes de conversações abertas não se orientam num plano de ação ou numa pauta preestabelecidos, mas falam, por assim dizer, “o que bem quiserem”, ou seja, negociam entre eles a seleção e a progressão temáticas e podem enunciar a troca de um assunto sem ser incitado ou constrangido por outrem.

Desse modo, Lulu, a filha de Ivete e Tom, não precisa ficar só escutando e pode meter-se na conversação dos adultos a qualquer instante (oc 327-344, 348-371, 415, 418, no excerto 46) sem provocar qualquer desaprovação social. Os

fragmentos abaixo ilustram que, especialmente em relação com a sua mãe, o canal de comunicação parece estar constantemente aberto, tanto que nem as trocas rituais de saudação precisam anteceder a introdução imediata de um tema novo (oc 327).

Excerto 46:

[1]

	326	327	328	329
IVE [v]	((2s)) Agora já tá no quarto apartamento/		Oi, filha!	
LU [v]		Mãe!	Mãe meu	

[2]

	..	330	331	332
LIA [v]		Ola, Luluzinha! Tu tá curtindo as férias?		[...]
IVE [v]		Tu deu?		
LU [v]	((incompreensível))		((incompreensível)) chorou. [...]	

[...]

[3]

	..	342	343
IVE [v]	[...]	E tô esperaando para poder	
LU [v]	[...]	Tu ((incompreensível)) a piscina!	

[4]

	..	344
IVE [v]	((incompreensível)). Eu botei ((incompreensível)) e agora ((incompreensível)).	

[5]

	345	346	347
LIA [v]	((incompreensível)) pra falar com a Míriam tem que falar no ouvido dela porque		
IVE [v]	((incompreensível))		

[6]

	..	348
LIA [v]	ninguém pode falar	
IVE [v]		
LU [v]	(Qual) ((incompreensível)) vem mais de alguém	

[7]

	..	349 350	351
LIA [v]		(risos)	
IVE [v]		Vamos arranjar alguém.	
LU [v]	((incompreensível)) pra jogar baralho? Quem é que vem?		

[8]

	352	353	354	355	356	357
LIA [v]	a caMILLA!					
IVE [v]			Ela viajou.		Foi pra/	
LU [v]		A Camilla?		Foi pra onde?		Ohh, tu não vai ficar

[9]

	..					358
LIA [v]						Viiixe, Luluzinha,
LU [v]	morena só em uma perna porque na outra ((incompreensível))					

[10]

	..	359		360	361	362
LIA [v]	é mesmo, oh. •• Tem que tirar ((incompreensível))					
LIA [k]						(riso)
IVE [v]				••• É ma/ mas/	A	
IVE [k]						(riso)

[11]

	..	363	364			365
LIA [k]	Luluzinha!					
IVE [v]	(risos)					
IVE [k]	•• ((incompreensível)) sombra aqui. Eu quero					
LU [v]						

[12]

	..					366	367
IVE [v]						Agora dá não. Você	
LU [v]	((incompreensível)) piscina, mas agora ((incompreensível))						



[13]

	..	368	369	370	371	372	373
LIA [v]						Mas, Ivete, o Edmilson	
IVE [v]	agora nem pensa. • Cião!			Olha a curvatura!	O (grau)!		
LU [v]	Cião.						

[14]

	..					374	375
LIA [v]	me disse que nunca mais botar os pés na casa da Miriam.					Porque ele disse	
IVE [v]							Ei, foi?



[15]

	..		376	377		378	379
LIA [v]	Que não aguenta ((incompreensível)) ELA((incompreensível))						
IVE [v]							Eii, éhh?

[16]

	..	380	381	382	383	384
LIA [k]						(riso)
IVE [v]		luluZINHA!	luluZINHA!		VEM CÁ!	(Olha) o papagaio • tem ódio.
LU [v]			O queee?			
[nn]						(ouve-se um papagaio no fundo)

[17]

	385	386	387	388
IVE [v]	VEM CÁ!		Minha filha pega a chave do banheiro, pega aí na/ na sua avô,	
LU [v]		Que foi?		



[18]

	389	390	391
LIA [v]		Aí, • ela ((3s)) ((incompreensível))	
IVE [v]	pega • a chave do banheiro.		
LU [v]			

[19]

	..	392	393
LIA [v]	((incompreensível))	Como é? Domingo você chega lá/ • chega sabado de manha,	
LU [v]	((incompreensível))		

[20]

	..	394
LIA [v]	tem que ir pra/ onde ela quer ir, ne. Ahh, vamo ao lugar tal, lugar tal, [...]	

[...]

[21]

	..	412
LIA [v]	[...] entrando no esquema dela ((incompreensível)) (vai instalar) dentro do	
IVE [v]	[...]	

[22]

	..	413	414
LIA [v]	quarto. Quando tá duas horas à tarde, • aí, vamo ((incompreensível)) a comida.		



[23]

	415	416
TOM [v]		((incompreensível)) (é) o comportamento
LU [v]	Oh, Mãe, a ((incompreensível)) tá aqui.	

[24]

	..	417	418
TOM [v]	de eremitão como o Bellini ((incompreensível)) Bellini ((incompreensível))		
LU [v]	Mãe, tem que encher a boia.		• Mãe tem que encher o

[25]

	..	419	420
IVE [v]			Luluzina, ombro,
TOM [v]		aquele/ aquele colega meu que a gente foi lá em/((3s))	
LU [v]		colchão.	

[26]

	..	421	422	423
IVE [v]		Luluzinha!		((incompreensível))
TOM [v]		em Salvador.Ele um dos mais famosos/mais famosos, [antropólogos]		

[27]

		424
IVE [v]		É uma Míriam.
TOM [v]		mas do mundo inteiro

O contato entre Lulu e a visita Lia, ao contrário disso, é estabelecido por Lia com um “ola” (oc 331) bem enfático o qual não é respondido verbalmente pela adolescente. O contato verbal entre as duas estabelece-se apenas após o encerramento do primeiro tema “urgente” quando Lia responde a duas perguntas de Lulu com um riso (oc 349) e a proposta do nome de uma amiga como candidata para um eventual jogo de baralho (oc 352). É interessante saber que o riso de Lia demonstra seu divertimento com a esperteza da garota que parece conhecer bem a rotina dos adultos de jogar baralho aos sábados. Enquanto a mãe dá apenas uma resposta vaga para sinalizar que o programa para o resto do dia ainda não foi planejado, responde Lia com o nome da parceira habitual nesses jogos, provocando assim a primeira reação verbal da menina dirigida diretamente para ela.

Lulu, em seguida, não tem paciência e interesse suficientes para explorar ainda mais o assunto da parceira para o jogo de baralho e muda abruptamente para um novo tema que, dessa vez, tange diretamente os interesses de Lia: a garota observou que, na posição atual da sua espreguiçadeira, Lia estava bronzeando apenas uma perna enquanto a outra permanecia na sombra. Ganhando os risos de Lia e Ivete (oc 361), Lulu muda novamente de assunto, sondando a sua mãe sobre a possibilidade de tomar um banho de piscina naquele momento, no pleno calor do meio-dia (365). Vendo negado pela mãe esse plano cuidadosamente projetado para não perder a face diante de uma visita (oc 365-367), a adolescente sai da cena com

dois tchau distraídos (oc 368) e a exortação da mãe de cuidar da sua postura para evitar problemas na coluna.

Nos trechos seguintes, Lia é obrigada, em mais três ocasiões, a interromper seu assunto, mas, igualmente como Ivete e Tom, volta sua atenção, com a maior naturalidade, para a criança que estabelece sua copresença e a negociação dos “seus” assuntos espontaneamente. Finalizadas as trocas com a criança, os adultos sempre retomam o assunto deles rotineiramente, sem sentir qualquer necessidade de compensar essas mudanças abruptas do tema num comentário metadiscursivo. É perfeitamente natural numa conversa relaxada entre amigos, abrir o círculo para mais um participante, aceitar mudanças súbitas de assunto e desistir, sem aborrecimento, do seu direito de fala.

Apenas depois da primeira e mais surpreendente interrupção, Lia perde o fio discursivo de um tema já introduzido (oc 326: “Agora já ta no quarto apartamento”) que, provavelmente, tratasse do enriquecimento de Miriam, da supervalorização de bens materiais por parte dela, da desintegração subsequente dos seus laços sociais e da sua vida solitária doentia no meio da multidão. Esse assunto, de fato, permanece truncado, devido à interrupção de Lulu e quando Lia, em seguida, tenta retomar a fofoca sobre Miriam, ela encena primeiramente um resumo do comportamento estranho dela, já criticado amplamente nos relatos anteriores: “pra falar com a Miriam tem que falar no ouvido dela porque ninguém pode falar/” (oc 345). Essa afirmação hiperbólica, então, leva a narradora – depois de mais uma interrupção pela criança – para a próxima história a contar que trata da rotina caseira monótona de uma Miriam neurastênica e misantropa que o próprio irmão Edmilson “não aguenta mais” (oc 375).

Também Ivete pode interromper a amiga duas vezes (oc 378-389, oc 420) sem ser interpretada como invasora impolida do território (discursivo) da falante e sem maiores consequências para a continuação posterior do relato de Lia. De fato – até mesmo do ponto de vista formal – terminada a conversa entre mãe e filha, Lia retoma, duas vezes, o “seu” assunto sem interpretar o comportamento irregular de Ivete como um desrespeito a uma regra conversacional constitutiva o qual mereceria uma consideração especial. Na primeira ocasião (oc 372), ela reinicia sua fala com a

conjunção adversativa “mas”, aqui empregada como marcador de início de turno, e com o apelativo “Ivete” que, nesse contexto, representa uma forma branda de chamamento ou interpelação ao interlocutor.

No segundo caso, ela inicia seu turno com o marcador discursivo “aí” (oc 390) – que, geralmente, indica o início de uma unidade de construção de turno e não o início de um turno – seguido por uma pequena pausa em que ela confere se o foco da atenção da interlocutora voltou para seu relato. Indiretamente, Lia sinaliza, nesse ponto que não pretende levar em consideração a breve interrupção (oc 379-389) pela amiga (que pediu a sua filha para trazer a chave do banheiro), uma vez que essa violação da ordem conversacional foi pontual, pragmaticamente plausível e não trouxe consequências interacionais que poderiam impedir a realização do propósito comunicativo da falante. Essa reação, certamente é favorecida também pelo fato de que Ivete já ratificou a introdução do novo enquadre temático projetado por Lia anteriormente (oc 375-377) com a revelação chocante que Edmilson, o irmão de Míriam, não suporta mais a própria irmã.

Uma vez que a progressão e concatenação dos temas não dependem de uma agenda preestabelecida, vê-se em conversações abertas que a **segmentação temática** não é sinalizada por anúncios explícitos, apelos de manter o foco, resumos finais e outras marcas de delimitação típicas para situações fechadas. De fato, no texto transcrito em análise, a introdução dos temas ou a transição de um tema para outro são motivadas pelo convite de um interlocutor⁴⁹, pela contextualização explícita feita pelo falante corrente⁵⁰, pela retomada de aspectos temáticos já introduzidos⁵¹ e pela associação livre com temas vizinhos⁵² (cf. cap. 9.1.3.2). A finalização de um tema é marcada sempre por risos e gargalhadas – sinais bem diferentes daqueles que conhecemos das conversações fechadas.

⁴⁹ Por exemplo: Ivete: “Aii, diz aí/ • diz aí (sabe) ((0,1s))/ Eu quero que/ •• Eu quero (que tu conte para Tom” (oc 25-33, no excerto 2; Ivete: “•• Não Lia, eu não soube contar direto pra Tom a história do apartamento...” (oc 216-217, no excerto 37).

⁵⁰ Por exemplo: Lia: “Eu não te disse no meu aniversário rolou um clima com a Aline” (oc 107, no excerto 36).

⁵¹ Por exemplo: Lia fazendo referência ao comportamento da Míriam durante um jantar de aniversário: (*cochicando*.) “Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo, muito baixo, baixo” (oc 593, no excerto 44).

⁵² Por exemplo: Lia falando de Míriam: “Agora já ta no quarto apartamento” (oc 326, no excerto 39; Lia: “Mas, Ivete, o Edmilson me disse que nunca mais vai botar os pés na casa da Míriam” (oc 372, no excerto 41); Tom comparando a excentricidade de Míriam com as extravagâncias de um conhecido cientista: “(incompreensível) é o comportamento de ermitão, como o Bellini” (oc 416-422, no excerto 43).

Para falar ainda um pouco mais sobre os métodos para organizar a **segmentação temática**: a experiência cotidiana mostra que, em determinadas situações, a finalização de um tema pode ser marcada, também, por sinais como um “tempo morto” na conversação, ou seja, um aumento de silêncios e pausas e uma redução da duração dos turnos. Essa diminuição da participação ativa dos interlocutores resulta, geralmente, de uma sensação de fadiga ou de desânimo com a exploração do tema corrente. Não se observa esse tipo de progressão temática refreada na conversação em análise, já que ela não se realiza num contexto que *poderia* favorecer desprazer, tédio ou monotonia (como acontece, às vezes, em encontros “inevitáveis” com parentes distantes, em encontros às escuras arranjados por amigos comuns, em confraternizações natalinas no refeitório da empresa, em trocas de ideias durante viagens de avião com um colega de trabalho ensimesmado ou em salas de espera num tribunal, quando um cliente, sentado ao lado de um representante mal conhecido da sua advocacia, tenta manter baixa a taxa de adrenalina no seu organismo).

De modo geral, muitos gêneros que se caracterizam pela falta de um supertópico previamente estabelecido não se definem como unidade em virtude de um cânone de assuntos convencionais, mas antes por uma determinada **intenção típica** (por exemplo: a intenção de cultivar relações de amizade). Ao contrário dos temas centrais de conversações fechadas que exigem uma definição no início das mesmas, essa intenção principal das conversações abertas não precisa ser proferida explicitamente. Ora, quando os participantes desistem da intenção de reafirmar seu pertencimento a um grupo comum pela exclusão verbal de pessoas ausentes, sua conversa simplesmente pode mudar para outro gênero e se ocupar, por exemplo, da venda de um carro usado – o que, até entre velhos amigos, representa um gênero com um propósito social predeterminado.

Todas as marcas que os falantes posicionam nas margens dos segmentos temáticos para orientar a interpretação dos seus enunciados são úteis, também, para o analista que pretende separar os diferentes temas e subtemas e acompanhar a progressão temática de uma conversação. Seguindo essas pistas facultativas e multifuncionais, a progressão temática num determinado estágio da conversação e também na conversação inteira pode ser descrita como uma rede de relações entre

um ou vários temas (definidos como núcleos do conteúdo de uma conversação) e os subtemas correlacionados que são desenvolvidos nos diferentes turnos de fala. Antes de discutir a perspectivização dos temas em conversações ocasionais, vale a pena, então, ler a tabela 1 abaixo que mostra o resultado da análise do nosso texto transcrito no que diz respeito ao encadeamento de temas e subtemas que surgem na conversação gravada.

Tabela 1: **A sucessão de temas e subtemas**

TEMA	SUBTEMA NÍVEL I	SUBTEMA NÍVEL II	TÍTULO
0-23			Convite para um drinque
	16		1. Alusão à Miriam
	21-23		2. Alusão à Miriam
21-104			Queijo e vinho
	24-33		Convite para contar a história
	34-72		A aprendizagem da receita
		65	Avaliação I
	73-98		A aplicação da receita
		93	Avaliação II
		97-98	Conclusão: o aprendiz não obedece
	99-104		Reprise no shopping center
105-215			O aniversário em São Paulo
	105-106		Convite para contar uma história
	107-137		O pega com Miriam e Aline
		124	Avaliação I
		131	Avaliação II
	138-215		A raiva que Lia teve
		140-163	A reserva do restaurante
		164-188	O jantar de aniversário I: : “não fala alto!”
		189-191	Avaliação I
		192-214	O jantar de aniversário II: “cheio de regra”
		215	Avaliação II
216-291			O banco de couro de jacaré
	216-218		Convite para contar a história
	219-272		O jacaré de São Luis

		240-243	Avaliação I
		250-251	Avaliação II
		267-268	Avaliação III
		273-276	Digressão: São Luis tem jacaré
		277-280	Avaliação IV
		282-291	Avaliação final: Gente insuportável ou imbecil?
292-325			Sozinha na Avenida Paulista
	316-324		Avaliação: “Elas não se suportam”
326			O quarto apartamento (tema não realizado)
		327-344	1. Interrupção por Lulu
345-415			Os domingos no apartamento de Miriam
	345-347		Retomada: Tem que falar no ouvido de Miriam
		348-371	2. Interrupção por Lulu
	372-377		Anúncio: Edmilson não aguenta mais a sua irmã Miriam
		378—389	3. Interrupção por Lulu
	390-414		O esquema de Miriam
		415	4. Interrupção por Lulu
416-592			O ermitão
	416-429		Bellini é uma Miriam
		417-421	5. Interrupção por Lulu
	430-449		Ele não toma banho
	450-586		Um jantar diferente
	587-592		Avaliação
593-628			Avaliação final: “Aline, Mafalda e Miriam – não é referência de nada”

Examinando a segmentação temática acima apresentada, sobressai, primeiramente, que os participantes – abstraindo-se do convite ritual no início e do comentário apodíctico no fim – introduzem, desenvolvem e fecham sete temas diferentes e um resumo final, que todos contribuem para uma avaliação negativa do caráter e do comportamento das amigas ausentes, Miriam, Aline e Mafalda. Um tema (“O quarto apartamento”, oc 326) não é expandida em consequência de uma interrupção abrupta da narradora. De fato, a crítica comunicativamente constituída dessas pessoas ausentes é o fio condutor da organização discursiva de toda a conversação – um fio condutor, no entanto, que não se deve a uma pauta ou um

propósito preestabelecidos, mas que é tramado passo a passo com cada troca de turnos. Convém mencionar, logo, que a narradora principal Lia, evidentemente, não presenciou pessoalmente a maioria das histórias relatadas, mas conta o que ouviu dizer em encontros com parentes e amigos das “três paulistas”.

O conteúdo dos **sete temas** e do resumo final pode ser resumido assim:

- (i) **“Queijo e vinho”** (oc 21-104): um relato interativo de Lia, no qual ela conta três episódios correlacionados: primeiramente, a história de um jantar com Edmilson e Miriam no qual Miriam assume o papel de um *Chefe de Cuisine* perfeccionista; em segundo lugar, a exposição de um acontecimento que demonstra as conclusões hilariantes que o *bon vivant* Edmilson tirou da lição de Miriam e, terceiro, um resumo sobre uma visita num shopping no qual “todo mundo [...] tava frescando” sobre Miriam; com esse último episódio, a narradora não revela apenas a sua fonte, mas comprova também que a história já se espalhou e que “todo mundo” está unânime sobre uma avaliação pejorativa de Miriam.
- (ii) **“A festa de aniversário em São Paulo”** (oc 105-215): Lia conta os acontecimentos durante um jantar em comemoração ao seu aniversário. Ela inicia seu relato com uma representação dramatizada de uma birra em público entre as amigas Aline e Miriam, dando destaque à irritabilidade e ao comportamento bizarro de Miriam. Em seguida, ela integra esse episódio no contexto da sua viagem, realçando aspectos que mostram Miriam como uma pessoa prepotente e egocêntrica que, na sua mania de controlar tudo, não sabe respeitar os desejos de uma visitante, nem no aniversário dela.
- (iii) **“O banco de couro de jacaré”** (oc 216-291): um relato sobre um bate-papo entre Aline e seu amigo Morão por ocasião da decoração do novo apartamento dele em Fortaleza; o foco da narração cai sobre a obstinação de Aline em acusar o amigo de uma mentira, alegando que, diante da qualidade do produto, seria impossível ele ter comprado o móvel em questão num estado nordestino.

- (iv) **“Sozinha na Avenida Paulista”** (oc 292-325): o tema introduzido por Ivete versa sobre a solidão das “três paulistas”, Aline, Miriam e Mafalda, na multidão da metrópole; as narradoras chegam à conclusão que o isolamento social das protagonistas é uma consequência do seu comportamento neurótico que impede qualquer pessoa de bom senso de se aproximar delas.
- (v) **“O quarto apartamento”** (oc 326): esse enquadre temático é proposto por Lia que, depois do assunto da “solidão”, quis provavelmente falar sobre os bens materiais que Miriam amealhou no decorrer de sua carreira em São Paulo; o assunto teria sido ideal para contrapor a filosofia paulista *time is money* com o estilo nordestino de vida boa vivenciado por Lia e Ivete que, apesar de todo o sucesso profissional, nunca acumularam riquezas, mas fazem parte de uma ampla rede de familiares, amigos e bons conhecidos; o desenvolvimento desse assunto foi interrompido abruptamente por Lulu, a filha de Ivete e Tom.
- (vi) **“Os domingos no apartamento da Miriam”** (oc 345-415): retomando, de modo associativo, o assunto interrompido sobre “o quarto apartamento”, Lia apresenta um relato resumido de uma conversa que ela teve com Edmilson, o irmão de Miriam; este teria lhe confessado que não aguenta mais visitar a própria irmã porque a rotina da vida privada dela seria caracterizada pelo mau humor crônico, pelo negativismo verbal e pela necessidade imperiosa de controlar coisas, pessoas, circunstâncias e comportamentos.
- (vii) **“O ermitão”** (416-592): trata-se da única história introduzida por Tom que, evidentemente, quer fornecer um exemplo moral que poderia servir de comparação com o comportamento de Miriam; junto com sua esposa, Tom desenvolve o relato de uma visita na casa de um famoso cientista que, apesar da sua genialidade profissional, demonstra, durante um jantar comum, um comportamento limítrofe que, praticamente, o exclui do convívio com pessoas consideradas “normais”.

- (viii) **Resumo final** (593-628): nessa seção da conversação, Lia apresenta uma avaliação geral do comportamento das “três paulistas”, reconsiderando os traços característicos que mais causaram impressão nos seus ouvintes, para chegar à conclusão que o exemplo de vida das três amigas em São Paulo é totalmente irrelevante para sua própria felicidade.

Elaborada a macroestrutura da lista de temas, convém perguntar como se pode analisar e representar, de modo adequado, os aspectos estruturais e funcionais provenientes das construções de tópico e da associação de complexos esquemas informacionais. Uma revisão dos resumos apresentados acima já deixa entender que os assuntos abordados servem simultaneamente a **três funções básicas** (cf. HALLIDAY, 1976 [1970]), a saber: a representação do conteúdo temático (função ideacional), a construção das relações sociais entre os interlocutores (função interpessoal) e a organização colaborativa dos enunciados em sequências conversacionais com um forte grau de coerência semântica e/ou pragmática (função textual).

Contemplando, então, a partir dessa observação, as maneiras como as informações se apresentam e as relações sociais se negociam, podemos distinguir, em princípio, três formas básicas de **norteamento da organização textual-discursiva**: a produção dos enunciados pode ser orientada predominantemente para o contexto como se vê em explicações ou depoimentos de testemunhas; ela pode ser orientada principalmente para o falante como ocorre, por exemplo, em desabaços, confissões e autoengrandecimentos e ela pode ser orientada, antes de tudo, para o(s) ouvinte(s), como ocorre em contribuições que visam fazer as outras pessoas rirem, se divertirem ou atualizarem seus conhecimentos sobre alguém ou alguma coisa (cf. GÜLICH & QUASTHOFF, 1985, p. 176). A conversação entre Lia, Tom e Ivete, certamente, se assemelha mais ao terceiro tipo descrito. Todavia, a determinação da função primordial desse tipo de conversação, ainda não diz nada sobre processo colaborativo pelo qual se realiza gradativamente a constituição, a organização e apresentação do conteúdo temático. Essa questão, então, será discutida na seção seguinte.

9.1.3.1 O aspecto formal-estrutural da organização temática

Como se sabe, em cada cultura desenvolveu-se, no decorrer da sua história, uma série de formas básicas de **progressão temática** que, convencionalmente, faz parte do conhecimento comum dos seus membros, dando aos atores sociais instruções mais ou menos fixas para a organização das suas atividades comunicativas. Em nosso exemplo transcrito, predomina – com relação às formas básicas de progressão temática – o padrão temático “relato interativo” (cf. BRONCKART, 1997); mas, de fato, é possível também encontrar padrões temáticos descritivos e, sobretudo, dialogais que, em geral, assumem funções subordinadas na narração dos eventos. Para a descrição das realizações desses padrões, convém orientar-se, sobretudo, em **três aspectos** fundamentais (cf. BRINKER, 1988, p. 30-33): o aspecto formal-estrutural, o aspecto conteudístico e o aspecto interpessoal. Uma vez que o aspecto interpessoal das conversações cotidianas será analisado mais pormenorizadamente na seção 9.1.4, limitamos-nos aqui à discussão dos dois primeiros aspectos.

Primeiramente, cabe mencionar o **aspecto formal-estrutural**, que se refere à sequenciação dos componentes categoriais e à formulação linguístico-estilística dos padrões. Para começar com a **sequenciação dos padrões temáticos**: na conversação em análise, observa-se predominantemente, uma estruturação dos temas de acordo com o **padrão narrativo** – ou, na terminologia de Bronckart (1997, cap. 5, esp. p. 155-164), de acordo com o tipo de discurso “relato interativo”. Quanto ao desenvolvimento dos episódios relatados, vale dizer que eles são simulacros para apresentar personagens que agem em situações cotidianas, com tempos e espaços bem determinados, no intuito de realizar aquilo que querem ou devem fazer. O mundo discursivo criado pelo falante é situado explicitamente em relação ao espaço e tempo do mundo ordinário dos interactantes. Contudo, ao contrário das narrações com autonomia em relação ao espaço-tempo da produção discursiva, nos relatos interativos produzidos na conversação gravada não há uma disjunção absoluta “em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem de que se origina” (BRONCKART, 1997, p. 161). Desse modo, alguns enunciados fazem referência direta ao agente-produtor (“eu”, “meu”, “para mim”) e “os personagens

postos em cena [...] [não] são identificáveis, independentemente de se considerar esse agente” (*op. cit.*, p. 172). No interior dos episódios relatados (que aconteceram anteriormente ao momento do ato de narrar), há sempre uma progressão temporal entre os acontecimentos de tal forma que se sucedem eventos anteriores, concomitantes e posteriores, às vezes, apresentados numa ordem variável. De uma maneira geral, a estruturação dos acontecimentos relatados realiza-se de acordo com o princípio da ordenação temporal linear, mas essa ordem pode ser suspensa em função da intenção comunicativa, por exemplo, quando a avaliação moral do comportamento referido sugere outra ordem (ordenação temporal com retrospectão ou prospecção) ou outro tipo de representação dos fatos (segundo os padrões descritivo ou dialogal).

Quanto a esse último ponto, nota-se que os falantes costumam interromper, em intervalos irregulares, os episódios narrativos para fornecer resumidamente alguns detalhes que facilitam um entendimento melhor do cenário e da história relatada:

- “em São Paulo na casa do Edmilson” (oc 44-45, no excerto 2);
- “o restaurante •chiQUÉRrimo, todo escuro” (oc 126-128, no excerto 47 abaixo);

Excerto 47:

[1]	113	114	115	116	117	
LIA [v]	Minha filha: "AVE que coisa ri-dí-cula! Todo mundo olhando!" (Arrastando essa					
[2]	..	118	119	1120	121	122
LIA [v]	cadeira) e a Lilian: "DAÍ!ArRASTO!" e arrastou: DA_ BA_ BA! E arrastou a					
[3]	..	123	124	125	126	
LIA [v]	cadeira de novo.				Minha filha,	
LIA [k]	(risos)					
IVE [v]	(Não acredito)		Eu não acredito não!			
IVE [k]	(rindo)		(rindo às gargalhadas)			

[4]	↓	..	127	128	129	130
LIA [v]		o restaurante • chiQUÉRrimo, todo escuro				Aah! Vai
IVE [v]		Não pode arrastar a cadeira?				

[5]	..
LIA [v]	arrastar!

- “um restaurante daqui • lá para a Av.Robério Santos •• o comprimento. Todo escuro. À luz de vela. Cheio de casal de namorado” (oc 166-172, no excerto 17);
- “a pior salada que já comi em toda a minha vida. Só tomate e alface ... pobre” (oc 203-204, no excerto 48 abaixo);

Excerto 48:

[1]	201	202
LIA [v]	Aí, eu não quis jantar porque tinha almoçado massa e estava cheia. Aí, fui pedir	

[2]	↓	..	203	204	205
LIA [v]		uma salada, a PIOR salada que já comi em toda a minha vida. Só tomate e alface.			

[3]	206	207	208
LIA [v]	Aaave Mária! Que salada horrorosa, pobre.		
IVE [v]	Realmente.		

- “aí, ela sugeriu •uma/ um banco... um banco de couro de jacaré... cabe quatro pessoas no banco” (oc 259-261, no excerto 49 abaixo);

Excerto 49:

[1]	256
LIA [v]	Porque ele fez a mesa, Ivete, realmente, se ele colocasse as cadeiras ia ficar

[2]	..	257	258
LIA [v]	tomando/ aquelas cadeiras (altas que ficam tomando espaço) e aí, ela sugeriu •		

[3]

	..	259		260	261
LIA [v]			uma/ um banco. • Ficou lindo! / Um banco de couro de jacaré.		E o banco é
IVE [v]					Sei.

[4]

	..			262	
LIA [v]			maravilhoso. Cabe quatro pessoas no banco.		
IVE [v]					Aquele banco tipo alemão, ne?

[5]

	263		264		
LIA [v]			Sim. Pra sentar a mesa, inteiro.		
IVE [v]					Inteiro.

- “ele é um dos mais famosos/ mais famosos [cientistas], mas do mundo inteiro.” “Ele é bem mais velho.” “Ele tem uma obra assiiim/ • ele escreveu livros” (oc 422-430, no excerto 6);
- “(incompreensível) com salada, com, com, ah, com tudo (incompreensível) dentro da salada... A PRINCIPAL era um filé ... com um molho” (oc 479-485, no excerto 50 a seguir);

Excerto 50:

[1]

	479				
TOM [v]			Quando a gente chegou aí, ((incompreensível)) fez três o quatro •		

[2]

	..			480	481
IVE [v]					((incompreensível)) dentro da
TOM [v]			((incompreensível)) com salada, com, com, ah, com tudo		

[3]

	..		482 483		484
IVE [v]			salada ((incompreensível))		
TOM [v]					A PRINCIPAL era um filê • de gado feito com/ com,

[4]

	..	485	486		487
LIA [v]					E ele cozinhou?
IVE [v]			Sei lá!		
TOM [v]			sei lá, com um molho ((_s))		Não!

- “esse homem tem dois metros de altura” (oc 541, no excerto 51 abaixo);

Excerto 51:

[1]	539	
TOM [v]	• Tu tem que imaginar agora, ele fala com você sobre • ahm, Mozart, A Flauta	
[2]	540	541
IVE [v]	Agora esse homem tem dois metros de altura	
TOM [v]	Mágica do Mozart, a apresentação em	NOVENTA e quatro Em Nova
[3]	544	545
TOM [v]	York, lá na Filarmônica. Foi a melhor do século. Ele assistiu.	

- “ela [a máquina de lavar roupa] era trepada em cima do balcão” (oc 560, no excerto 22);
- “A máquina lá em cima •• como se fosse uma pia de cozinha, um balcão” (oc 576, no excerto 52 abaixo).

Excerto 52:

[1]	573	574	575
IVE [v]	Eu disse: "Como é que tu lava a roupa?" Eu perguntei pra ela. Ela disse: "E/ eu		
[2]		576	
IVE [v]	bota uma/ um cavalete pra botar roupa dentro da máquina." A máquina lá em		
[3]		577	578
LIA [v]	Ele é louco. Pra que ele		
IVE [v]	cima •• como se fosse uma pia de cozinha, um balcão...		
[4]	579	580	581
LIA [v]	((incompreensível)) da máquina?		
IVE [v]	Quem é que sabe, mulher.		o
TOM [v]	Não ele...		

[5]

.. 582 583

IVE [v]	MICROONDA em cima da televisão, ehhn! O microonda em cima televisão!
----------------	--

[6]

584 885

LIA [v]	((5s)) NÃO!
----------------	-------------

Nesses trechos curtos, acontece, então, uma representação verbal de objetos, pessoas ou lugares mediante a captação de aspectos característicos e de pormenores individualizados que transmitem uma impressão autêntica dos objetos discursivos em questão. Os traços enunciativos mais evidentes desses **segmentos descritivos** são: a baixa frequência de frases não declarativas; a presença simultânea de propriedades e aspectos dos seres e objetos descritos considerados partes de uma única situação; a falta de uma relação clara de anterioridade e posterioridade entre os enunciados; a concomitância em relação a um marco temporal pretérito instalado nos enunciados; a falta de signos verbais como dêiticos, que poderiam remeter diretamente aos interactantes ou ao espaço-tempo da produção e – no lugar de uma progressão temporal – uma preferência pela organização espacial das informações dadas.

Ao lado dos padrões temáticos descritivos, sobressaem ainda trechos com discurso citado, ou seja, com a “representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não a do locutor” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 172). De modo geral, pode-se dizer sobre esses segmentos que os ouvintes precisam identificar os enunciadores cujas vozes são veiculadas neles para poder perceber os pontos de vista que o/a locutor/a organiza no intuito de se identificar com os mesmos ou de apresentar a sua oposição. Desse modo, onde as intenções comunicativas permitem, aparece um verbo *dicendi* seguido por um **discurso indireto** no qual o/a narrador/a se apresenta como um simples porta-voz a serviço da transmissão neutra do sentido de um enunciado proferido num contexto diferente por uma das suas personagens. Os fragmentos seguintes ilustram essa estratégia discursiva:

- “Aí, ela sugeriu lá uns pratos, só que pedindo opinião. Se tinham gostado e tal. • mas assim, cheio de regra” (oc 212-214, no excerto 53 abaixo);

Excerto 53:

[1]	210	211	212
LIA [v]	Eu nem comi. Deu umas duas garrafada e fiquei lá. Aí, ela sugeriu lá uns pratos,		
[2]	..	213	214
LIA [v]	só que pedindo opinião. Se tinham gostado e tal. • Mas assim, cheio de regra.		
[3]	215		
LIA [v]	• Ah meu Deus.		
IVE [v]			

- “Aí ela virou e disse que o Morão não tinha comprado em São Luís” (oc 265, no excerto 54 abaixo);

Excerto 54:

[1]	262	263	264	265
LIA [v]	Sim. Pra sentar a mesa, inteiro. Aí, ela virou e			
IVE [v]	Aquele banco tipo alemão, ne?		Inteiro.	
[2]	..	266	267	
LIA [v]	disse que o Morão não tinha comprado lá em São Luís. Ele disse: "Foi sim, um			
LIA [k]	(rindo)			
IVE [k]	(gargalhadas)			
TOM [k]	(gargalhadas)			
[3]	..	268		
LIA [v]	Jacaré de São Luís!"			
LIA [k]	(gargalhadas)			
IVE [k]				
TOM [k]				

- “O Edmilson me disse que nunca mais vai botar os pés na casa da Miriam” (oc 373, no excerto 55 abaixo);

- “Ele disse que não agüenta (incompreensível) ELA” (oc 375-376, no excerto 55 abaixo);

Excerto 55:

[1]

	373	374	
LIA [v]	Mas, Ivete, o Edmilson me disse que nunca mais botar os pês na casa da Miriam.		



[2]

	375	376	377	378
LIA [v]	Porque ele disse que não aguenta ((incompreensível)) ELA			
IVE [v]	Ei, foi?			

[3]

	..
LIA [v]	((incompreensível))

- “aí, diz que ela peça TODOS os jornais” (oc 397-399, no excerto 56 abaixo).

Excerto 56:

[1]

	396	397
LIA [v]	• Aí, quando é o domingo, minha filha, acorda, toma café da manhã • aí, diz que	

[2]

	..	398	399	400
LIA [v]	ela peça TODOSos jornais. ((incompreensível)) não pode dar uma palavra, (aí),			

[3]

	..
LIA [v]	calado.

Todavia, a impressão de ser um/a intérprete imparcial é falsa, visto que o/a locutor/a seleciona do discurso anterior apenas os enunciados que lhe interessam, submetendo-os, ainda, a um filtro próprio e adaptando-os a seus objetivos atuais.

Também, é comum ver inseridos, nos trechos narrativos, **segmentos dialogais** que aumentam a dramaticidade dos acontecimentos e introduzem outras vozes que habitam a voz do/a narrador/a, deixando a impressão de que suas

palavras seriam “fieis” ao ocorrido e reproduziriam apenas o que efetivamente foi dito outrora. A fim de ilustrar esse efeito, apresentam-se os fragmentos a seguir:

- Lia demonstrando como Miriam criticou seu irmão Edmilson: “Ela quase (o matou): ‘Seu BREGA! Você não PODE botar queijo nesse prato. Não se faz isso! Macarrão com queijo ralado.’” (oc 56-62, no excerto 2);
- Lia descrevendo a “vingança” de Edmilson: “Aí, quando a mesa estava posta, ele: ‘Eu vou fotografar para mandar as fotos pela/ pelo computador para a Miriam, ne.’ Aí, quando olhou tava o queijo ralado em cima da mesa. ‘AAI, não tira as fotos agora não! Tira o queijo de cima da mesa!’” (oc 77-83, no excerto 2);
- Lia continuando a citar Edmilson: “Eu vou bem beber vinho nesta temperatura (rea) que ela manda!” (oc 97, no excerto 2);
- Lia citando uma amiga anônima: “Ontem todo mundo no shopping tava frescando: ‘Menina, é melhor ligar para a Miriam • pra saber se esse vinho (está na temperatura).’” (oc 99-101, no excerto 2);
- Lia citando Miriam que iniciou um bate-boca com sua amiga Aline: “AVE que coisa ri-di-cú-la! Todo mundo olhando. (Arrastando essa cadeira)’ e a Aline: ‘DAÍ! ARRASTO!’ e arrastou: ‘DA – BE – BA!’ arrastou a cadeira de novo.” (oc 114-122, no excerto 57 a seguir);

Excerto 57:

[1]	113	114	115	116	117	
LIA [v]	Minha filha: "AVE que coisa ri-dí-cula! Todo mundo olhando!" (Arrastando essa					
[2]	..	118	119	120	121	122
LIA [v]	cadeira) e a Lilian: "DAÍ! ArRASTO!" e arrastou: DA_ BA_ BA! E arrastou a					
[3]	..	123	124	125		
LIA [v]	cadeira de novo.					
LIA [k]	(risos)					
IVE [v]	(Não acredito)		Eu não acredito não!			
IVE [k]	(rindo)		(rindo às gargalhadas)			

- Ivete sugerindo como Lia deveria ter reagido à desavença entre Miriam e Aline: “(Porque é que tu não disse): ‘Aline, arrasta a cadeira!’” (oc 137, no excerto 58 abaixo);
- Lia citando uma conversação que teve com seus amigos sobre as atividades comuns planejadas para o dia de aniversário dela: “‘Eu disse: ‘Morão, (ele esquece) que fazer dia de aniversário, nós quatro estamos viajando. Eu só quero uma coisa: ir jantar fora, depois eu quero ir dançar.’ Como o Júlio ia viajar para Buenos Aires às sete horas de manhã, o Júlio disse: ‘Eu vou jantar e volto para o hotel. Vai dançar com Morão e de manhã chegue aqui para me levar para o aeroporto.’ [...] ‘Eu disse: ‘Pronto!’” (oc 140-151, no excerto 58 abaixo);
- Lia citando Miriam que frustrou os planos da aniversariante: “Pois, eu tava com o Morão quando ela telefonou: ‘Olha, amanhã é o aniversário da Lia. Já está tudo combinado.’ Aí, eu disse: Combinado o que, Morão?” (oc 152- 155, no excerto 58 abaixo);
- Lia citando a resposta de Morão: “‘Não ela arranhou • o restaurante que vai ligar pra Miriam. Aí já tem reserva nesse restaurante.’ (Eu disse): ‘Sugestão de quem?’ ‘Da Míriam!’” (oc 156-160, no excerto 58 abaixo);

Excerto 58:

[1]

131 132 133 134 135 136

LIA [v]	ERA! Que ela não tinha sido convidada.
IVE [v]	E era TEU aniversário (Porque é que tu



[2]

.. 137 138 139

LIA [v]	((incompreensível)) Mas não é não. Vou te dizer qual foi a raiva
IVE [v]	não disse:) "Liana, arrasta a cadeira!"

[3]

.. 140 141

LIA [v]	que eu tive. Eu disse: "Morão, (ele esquece) que fazer dia de aniversário, nós
---------	--



[4]

.. 142 143

LIA [v]	quatro estamos viajando. Eu só quero uma coisa: ir jantar fora, depois eu quero ir
---------	--

[5]

.. 144

LIA [v]	dançar." • Como o Júlio ia viajar para Buenos Aires às sete horas de manhã,
---------	---

[6]	145	146	147
LIA [v]	o Júlio disse: "Eu vou jantar e volto para o hotel. Vai dançar com Morão e de		
[7]	..	148	149 150 151
LIA [v]	manhã chegue aqui para me levar para o aeroporto. Entendeu?Eu disse:		
LIA [k]	(rindo)		
IVE [v]	Foi?		
[8]	..	152	153
LIA [v]	"Pronto!" • Pois, eu tava com o Morão quando ela telefonou:"Olha amanha é o		
[9]	..	154	155
LIA [v]	aniversário da Lia. Já está tudo combinado." Aí, eu disse: "Combinado o que,		
[10]	..	156	157
LIA [v]	Morão?" "Não, ela arranhou. • o restaurante que vai ligar pra Míriam. Aí, já tem		
[11]	..	158	159 160 161
LIA [v]	reserva nesse restaurante." (Eu disse: "Sugestão de quem?") Da MÍriam.		
IVE [v]	Putá /		
[12]	162		
LIA [v]	Aí, eu peguei e fiquei calada.		

- Lia citando um diálogo que Miriam e Morão tiveram durante o jantar comum: "Aí, (ela se sentindo o máximo) e o Morão dá corda (incompreensível): 'Vocês querem uma sugestão (pra vinho)?' Aí, o Morão: 'Ahh, mas não tem pessoa MAIS adequada para sugerir o vinho do que você nesta mesa.'" (oc 191-197, no excerto 59 a seguir);

Excerto 59:

[1]	191	192
LIA [v]	Aí,	(ela se sentindo o máximo) e o Morão dá corda
IVE [v]		

[2]	..	193	194
LIA [v]	((incompreensível, 0,3s): "Vocês querem uma sugestão (pra vinho)?" Aí, o		
[3]	..	195	196 197
LIA [v]	Morão:"Ahh, mas não tem pessoa MAIS adequada para sugerir o vinho do que		
[4]	..	198	
LIA [v]	você nesta mesa."Aí, (ela encheu).		

- Lia imitando o jeito paulista de Aline: "Ela disse: 'Lindinho/'" (oc 219, no excerto 60);

Excerto 60:

[1]	217
IVE [v]	aquele que a Liana foi lá/ a história do/ da arquiteta. Como foi que ela disse?
[2]	218 219 220
LIA [v]	Ela disse:"Lindinho/"
IVE [v]	não aqui, o Morão comprou um apartamento.
TOM [v]	Ah, lá em em

- Lia voltando a citar a sentença de Aline sobre o padrão do apartamento novo de Morão: "Isso aqui não foi feito por ninguém (de São Luis). Não tá vendo que ninguém em São Luis (que faz um negócio/) faz um negócio desse (incompreensível), 3s)." (oc 238-241, no excerto 61 abaixo);
- Lia citando a resposta de Morão e a réplica de Aline: "Aí, o Morão disse assim: '(Aline), pelo amor de Deus, você tá me chamando de (mentiroso)?' 'Ahh, lindinho, inventa outra', ela não é toda paulista, ne, 'Aah lindinho, inventa outra. Ta vendo isso aqui não é gente de São Luís que faz uma coisa dessa.' [...] (oc 242-249, no excerto 61 abaixo);

- Lia citando sua reação à insinuação de Aline: “Aí, eu digo: ‘Valha me Nossa Senhora!’ (e o Morão) disse: ‘Foi/foi de São Luís, Aline!’” (oc 252-255, no excerto 61 abaixo);
- Lia citando Morão que novamente afirma a origem maranhense do seu banco de couro: “Ele disse: ‘Foi sim, um jacaré de São Luis!’” (oc 266-267, no excerto 61 abaixo);

Excerto 61:

[1]	237	238
LIA [v]	Quando chegou lá que viu (o padrão do apartamento tal):"Isso aqui não foi feito	
[2]	..	239
LIA [v]	por ninguém (de São Luís).Não tá vendo que tem ninguém em São Luís (que faz	
[3]	..	240 241 242 243
LIA [v]	um negócio/) faz um negócio desse Aí o Morão	
IVE [v]	(Que) ((incompreensível, 3s))Tu acredita?	
[4]	..	244
LIA [v]	disse assim:"(Liana) pelo amor de Deus, você tá me chamando de (mentiroso)?	
[5]	245	246 247 248
LIA [v]	"Ahh, lindinho, inventa outra"Ela não tá toda paulista, ne. "Ah, lindinho,	
IVE [v]	É.	
[6]	..	249
LIA [v]	inventa outra. Ta vendo isso aqui não é gente de São Luís que faz uma coisa	
[7]	..	250 251 252 253 254
LIA [v]	dessa." Aí, eu digo: "VALha me Nossa Senhora!" (E o Morão)	
IVE [v]	Tu já pensou.	
TOM [k]	(risos)	
[8]	..	255
LIA [v]	disse: "Foi/ foi de São Luís, Aline."	

- Ivete citando um paulista anônimo: “Ela [a Mafalda] mora em São Paulo há mais de dez anos. Não tem um cristão que diga: ‘SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo comigo!’” (oc 306-311, no excerto 32);
- Ivete citando suas próprias palavras proferidas durante um jantar bizarro com o cientista Bellini: “Eu disse: ‘Oh, estamos satisfeito. Muito obrigada.’ Quando eu vi, eu disse: ‘Tom, pelo amor de Deus! Tom, pelo amor de Deus.’ [Tom: O cabra não toma banho há uma semana e pega a carne com a mão.] (oc 519-526, no excerto 10);
- Ivete citando novamente a si mesma: “Não, quando eu cheguei lá, eu digo: ‘Tom, tu viu onde (ele) botou a máquina de lavar roupa?’ ... Aí, o Tom disse: ‘Não’, porque homem não olha pra essas coisas.” (oc 557-559, no excerto 22);
- Ivete continuando a citar seu marido Tom para demonstrar a perplexidade deles: “Eu nunca tinha visto isso na minha vida e o Tom: ‘Não, filha!’” (oc 568-569, no excerto 23);
- Ivete citando um diálogo que teve com a esposa de Bellini: “Eu disse: ‘Como é que tu lava a roupa?’ Eu perguntei pra ela. Ela disse: ‘E/ eu boto uma/ um cavalete pra botar roupa dentro da máquina.’” (oc 573-575, no excerto 52).

Ocasionalmente, o discurso direto pode até ser usado sem marcação explícita e sem ser associado a um verbo introdutor. Nesses casos de **uso livre**, as vozes do/a narrador/a e das personagens da história contada se entrelaçam tanto que uma distinção entre o posicionamento de quem cita e de quem é citado torna-se um exercício intelectual abstrato que precisa passar pelo esforço de constatar uma disparidade entre a expressão e a intenção para chegar a entender o sentido irônico ou depreciativo da citação. Reproduzimos novamente alguns fragmentos para ilustrar esse fenômeno:

- Lia encenando um diálogo consigo mesma ou um diálogo (real ou fictício?) com a Miriam, enquanto fala sobre o jantar no dia do seu

aniversário: “(HEPA!) Não fala Alto!” “Eu falo ALTO que eu sou é professora.” (oc 175-180, no excerto 62 abaixo);

Excerto 62:

[1]

	171	172
LIA [v]	Era/ era/ não era o lugar que eu queria ir. • • ("Cadê que a gente podia	
LIA [k]	(falando rápido)	



[2]

	..	173	174	175	176	177	178	179
LIA [v]	conversar.")Desse jeito.		(Hepa!) "Não fala ALto!" "Eu falo ALTO					
LIA [k]								
IVE [k]	(risos altos)							
TOM [k]	(gargalhadas)							

[3]

	180	181	182
LIA [v]	que eu sou é professora."((incompreensível))Ora, porra, vou pra um canto não		
IVE [k]	(risos altos)		
TOM [k]	(rindo às gargalhadas)		

[4]

	..	183	184	185
LIA [v]	posso arrastar uma cadeira • não posso comer • eu não posso falar			
IVE [v]	Sim,			

- Lia apropriando-se das palavras de Edmilson, enquanto fala sobre as rotinas de Miriam nos fins de semana: “Domingo você chega lá/ • chega sábado de manhã, tem que ir pra/ onde ela quer ir, NE. Ahh, vamo ao lugar tal, lugar tal, lugar tal, almoço tal hora. • Tal hora tem que ser ópera, tal ou tal peça (ou sei o que). _ Determina, Tudo. • Aí, quando é o domingo, minha filha, acorda, toma café da manhã • aí, diz que ela peça TODOS os jornais. (incompreensível) não pode dar uma palavra, (aí), calado. Aí, o Edmilson diz: “Ave Maria, não aguento não.” (oc 393-402, no excerto 63 abaixo);

Excerto 63:

[1]

	392	393
LIA [v]	Como é?Domingo você chega lá/ • chega sabado de manha, tem que ir pra/ onde	

[2]

↓
394

LIA [v] Ela quer ir, ne. Ahh, vamo ao lugar tal, lugar tal, lugar tal, almoço tá tal hora.

[3]

395

LIA [v] • Tal hora tem que ser ópera tal ou peça tal (ou sei o que) determina tudo.

[4]

396

397

LIA [v] • Aí, quando é o domingo, minha filha, acorda, toma café da manhã • aí, diz que

[5]

..

398

399

400

LIA [v] Ela peça TODOSos jornais. ((incompreensível)) não pode dar uma palavra, (aí),

[6]

..

401

402

403

LIA [v] calado. Aí, o Edmilson diz: "Ave Maria, não aguento não." Aí, lê até duas horas à
IVE [v] Valhe me São Benedito!

[7]

..

404

405

406

407

408

409

LIA [v] tarde. Se FALAR/ trocar uma palavra e EI de você se (trocar)

IVE [v] Porque

[8]

..

410

411

412

LIA [v] (E) o Edmilson ((incompreensível)) entrando no
IVE [v] ((incompreensível)). (não sabe) conviver com gente

[9]

..

413

LIA [v] esquema dela ((incompreensível)) (vai instalar) dentro do quarto. Quando tá duas

[10]

↓
414

LIA [v] horas à tarde, • aí, vamo ((incompreensível)) a comida.

- Tom falando do caráter de Bellini, usando palavras que o próprio Bellini poderia ter usado ou – quem sabe? – de fato usou: “Você quer? Aqui, pode levar!” (oc 470-472, no excerto 64 abaixo);

Excerto 64:

[1]	465	466	467	468 469
IVE [v]	Se preparou			É.
TOM [v]	Ele fez/ olha, porque ele realmente, ele é uma pessoa GENEROSA Sabe, ele			
[2]	↓			
	..	470		
TOM [v]	Não/ ele dá o que você quer ele lhe dá. Todas as obras do Victor Hugo, voce quer?			
[3]	471	472		
TOM [v]	Aqui (pode levar) É assim, sabe.			

- Lia encenando com muito sarcasmo um encontro fictício entre Bellini e sua futura esposa, usando um registro que não pode ser identificado ou relacionado com sua própria fala, mas que zomba da mulher sertaneja: “Tá com cheiro, muita GOSTA!” (oc 532-535, no excerto 65 abaixo);

Excerto 65:

[1]	532	533	534
LIA [v]	Como é que essa mulher no, no/ (aguenta).		
IVE [v]	((incompreensível)) porque ela		
TOM [v]	(Não), ((incompreensível))		
[2]	↓		
	..	535	536
LIA [v]	("Tá com cheiro, muita gosta!") ((incompreensível))		
IVE [v]	é do interior.		O cheiro
TOM [v]	Do interior, ela está acostumada a cheiro forte		
[3]	..		
IVE [v]	((incompreensível)) o cheiro do interior ((incompreensível)) ela ficou com ele.		

- Lia, em tom de cochicho, imitando uma voz interior ou um conselheiro anônimo para retomar um tema já abordado anteriormente com o qual ilustrou o comportamento esquisito de Miriam: “Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo, muito baixo, baixo.” (oc 593, no excerto 66 abaixo);

Excerto 66:

[1]

	591	592
IVE [v]	((2s)) Ela não vai fatiar uma carne com a mão nem vai botar ... É, mas é o o	
TOM [v]	e (tem pelos menos) trinta e cinco anos (de) livros.	

[2]

	..	593
LIA [v]	Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo,	
LIA [k]	(cochicando)	
IVE [v]	modelo é esse.	
TOM [v]	((incompreensível)) pelo mundo.	

[3]

	..	594	595	596
LIA [v]	muito baixo, baixo.		Mulher, mas não éé. Você	
LIA [k]				
IVE [v]	Tu ((incompreensível)) falar baixo. Fala baixo!			
IVE [k]	(sussurando)			

[4]

	..
LIA [v]	tá num restaurante ••• você tem que que conversar.

- Lia, num bate-papo fictício, misturando sua voz com a da Miriam e mostrando-se irritada com a outra, que tem uma tendência para o mandonismo: “TODO mundo olhando. (Arrasta a cadeira!) Levanta a cadeira! [...] ((1,2 sec)) “Toma! Ta olhando pra quem?” (oc 597-609).

Excerto 67:

[1]

	597	598	599	600
LIA [v]	Não pode conversar? ••• Tem que ser sussurro?			Alto
IVE [v]	Valha ((incompreensível))			

[2]

	..
LIA [v]	não porque ela já deu um ((incompreensível)) arrastar de cadeira

[3]

	..	601	602	603
LIA [v]	((incompreensível)) sido RI-DÍ-culo! TODO mundo olhaando. (Arrastar a			
TOM [v]	(risos)			

[4]	..	604	605	606
LIA [v]	cadeira.) Levanta a cadeira. Eu quero lá saber. Ela toma! Vai pra lá ((1,2s)) !			
IVE [v]	Quem foi que diz?			
[5]		607	608	609
LIA [v]	"Toma! Tá olhando pra quem?" Eu tenho nada a ver com isso.			

Também é significativo que *não* se verifica, em nosso texto transcrito, a ocorrência de **padrões argumentativos** que, em outros tipos de conversa são, regularmente, um indício de opiniões divergentes e de um trabalho persuasivo com argumentos que defendem ou criticam o interesse de alguém. Esse fato é notável, porque, afinal, o senso comum nos diz logo que deve haver algum trabalho persuasivo em conversações que contribuem na produção discursiva da moral. Uma vez que os falantes tacham pessoas que, supostamente, afrontam as convenções e conveniências morais e sociais do seu grupo de relevância, não seria de se esperar que eles visassem a persuadir, a fazer seus ouvintes aceitarem o que lhes foi revelado, a levá-los a crerem no que lhes foi dito e a fazer o que, implicitamente, foi proposto? – quer dizer, retirar o respeito e o valor das pessoas que agiram como relatado na história oral.

Ora, não se pode negar que os locutores se esforçam a produzir nos seus ouvintes a sensação de realidade e a impressão de contar a verdade, mas, mesmo assim, procuramos em vão por marcas enunciativas tão típicas de conversações argumentativas como opiniões apoiadas por fatos comprovados, argumentos baseados em provas concretas, num raciocínio lógico, na ostentação de competência linguística ou na invocação de autoridades. Na verdade, para os propósitos da conversação em análise, estratégias retóricas que se baseiam nesses recursos são desnecessárias porque falta o elemento principal de toda discussão argumentativa: o dissenso entre os participantes com relação a algum objeto discursivo. Os destinatários dos relatos interativos apresentados assumem o discurso do locutor com o primeiro sinal que dão para ratificar sua participação numa fofoca. No fundo, todos os participantes, apenas, certificam-se mutuamente da justeza e legitimidade dos valores do seu grupo e da estranheza das três “paulistas”

que se desqualificaram como membros do círculo das “amigas de infância”. Essa desnecessidade de recorrer ao discurso argumentativo mostra-se, por exemplo, quando Lia cita seu amigo Edmilson, o irmão de Miriam, não como fiador da veracidade ou para corroborar uma tese, mas com o propósito principal de atenuar seu próprio julgamento moral, colocando-o na boca de outrem (cf. nos trechos oc 372-377, excerto 68 abaixo; e oc 393-402, no excerto 69 abaixo).

Excerto 68:

[1]

372 373

LIA [v] Mas, Ivete, o Edmilson me disse que nunca mais botar os pês na casa da Miriam.

[2]

374 375

376 377

LIA [v] Porque ele disse que não aguenta ((incompreensível)) ELA

IVE [v] Ei, foi?

[3]

..

LIA [v] ((incompreensível))!

Excerto 69:

393

LIA [v] Domingo você chega lá/ • chega sabado de manha, tem que ir pra/ onde ela quer

[2]

.. 394

395

LIA [v] ir, ne. Ahh, vamo ao lugar tal, lugar tal, lugar tal, almoço tá tal hora. • Tal hora

[3]

..

396

LIA [v] tem que ser ópera tal ou peça tal (ou sei o que). _Determina tudo. • Aí, quando é o

[4]

..

397

398

LIA [v] domingo, minha filha, acorda, toma café da manhã • aí, diz que ela peça TODOS

[5]

399 400

401

LIA [v] os jornais. ((incompreensível)) não pode dar uma palavra, (aí), calado. Aí, o

[6]

	..	402	
LIA [v]	Edmilson diz: "Ave Maria, não aguento não."		
IVE [v]	Valhe me São Benedito!		

Para dar mais um **exemplo** que tenha em si a mesma revelação interessante, vale a pena examinar o fragmento seguinte (excerto 70) que apresenta um trecho com uma contradição bem explícita entre os interlocutores.

Excerto 70:

[1]

	282	283	284
LIA [v]	Por isso que a Mariana tá certa. Ela se tornou uma paulista INSUPOORTÁVEL!		
IVE [v]	Não/		

[2]

	285	286	287
IVE [v]	••• Lia, meu pai era paulista.((3s)) mas nunca foi insuportável. Muito pelo		

[3]

	..	288	289	290
LIA [v]	Pelo amor de Deus.			
IVE [v]	contrário. ••• Isso eu chamo de gente IMBECIL.			

No segmento oc 282-290, Ivete opõe-se veementemente a Lia, rejeitando a sentença sumária da amiga que Aline tinha se tornado “uma paulista INSUPOORTÁVEL”. “Não/”, exclama Ivete sobrepondo-se com sua intervenção à finalização do turno de Lia e, desse modo, criando um momento crítico que exige uma explicação para não provocar uma mudança de modalidade na conversação. Já projetando um fechamento aceitável dessa relevância condicional, Ivete – após uma pausa retórica para ordenar o seu pensamento e para matar seus ouvintes de curiosidade – dirige sua palavra diretamente à amiga, explicando o motivo da sua reação imprevista: “Lia, meu pai era paulista”. E depois de mais um intervalo silencioso de três segundos acrescenta o resultado da sua avaliação aparentemente ponderada: “mas nunca foi insuportável. Muito pelo contrário”. Nesse momento do seu turno, Ivete, evidentemente, esforça-se para causar a impressão de querer proceder com reflexão, mas, de fato, ela revela apenas que sua oposição não visa a

defender Aline, mas a proteger seu pai (e os paulistas) de uma generalização que ela considera inadequada.

Saboreando, durante mais uma pausa breve, a atonia intelectual dos seus ouvintes que esperavam uma palavra favorável à antiga amiga Aline, Ivete, então, fecha de vez a relevância condicional introduzida com seu “não”, chegando a uma conclusão categórica e ainda mais implacável que a da Lia: “Isso eu chamo de gente IMBECIL.” Com essa frase lapidar, a locutora não adere apenas explicitamente ao discurso da sua precedente, mas intensifica ainda mais a reprovação moral de Aline: de uma mulher com a qual é muito difícil conviver, devido ao seu comportamento, ela se transformou em uma pessoa de inteligência curta, mesquinha, infeliz e dominada pela arrogância. Feita essa apreciação crítica, o posicionamento de Ivete não pode ser interpretado como realização de um padrão argumentativo, mas apenas como estratégia retórica para prender a atenção dos ouvintes e para mostrar que sabe rezar pela cartilha de Lia. Essa, aliás, ao reconhecer a intenção verdadeira da amiga, responde com um forte sinal de assentimento que, implicitamente, estimula Ivete a iniciar a próxima roda de fofoca: “Pelo amor de Deus”.

Falando, então, sobre o **segundo aspecto formal-estrutural** da organização temática, convém chamar a atenção, brevemente, para a **formulação linguístico-estilística** dos padrões temáticos. Os critérios relevantes, aqui, são, por exemplo, “explícito vs. implícito” ou “contínuo vs. descontínuo”. Contemplando novamente nosso texto de transcrição, constata-se: abstraindo-se de pouquíssimas exceções nas quais se detecta uma descontinuidade da sequencialidade temática causada por uma perturbação externa (a chegada de Lulu, a filha de Ivete e Tom), o desenvolvimento dos temas e subtemas se dá de modo orgânico, ou seja, a abertura do tema corrente acontece sempre depois do fechamento do precedente. De modo geral, não há cortes temáticos, pois, uma vez introduzidos, os temas não são fechados antes de terem-se esgotado[s] e, quando há a necessidade de fazer uma inserção ou uma digressão, observa-se regularmente que o assunto interrompido é retomado na próxima ocasião. Por outro lado, a presença de tópicos implícitos não é incomum, uma vez que os participantes dispõem de um enorme conhecimento partilhado e procuram em todas as informações explícitas um segundo sentido que diz respeito à avaliação moral do comportamento relatado. Já que não existe um

assunto principal previamente estabelecido ou uma hierarquia lógica entre supostos temas principais e secundários, é natural que os interlocutores escolham os episódios relatados segundo a preferência pessoal do momento, dando ênfase não aos aspectos que, no tempo real, provavelmente dominavam a cena, mas aos pormenores que lhes parecem adequados para apelar ao bom senso dos seus ouvintes.

9.1.3.2 O aspecto conteudístico da organização temática

Feito o exame do aspecto formal-estrutural da organização temática, convém focalizar, agora, o **aspecto conteudístico** que inclui o desenvolvimento dos temas e a realização dos padrões temáticos, ou seja, a introdução, a ratificação, a rejeição, a modificação, o truncamento ou a troca de um assunto ou de um padrão. Naturalmente, antes de os participantes poderem tratar de um assunto, é preciso introduzi-lo. Isso ocorre, geralmente, por marcadores de introdução temática de natureza lexical, segmental e suprasegmental. Quando se propõe um novo assunto, é necessário que todos os participantes realizem um trabalho de reorientação. Se houver uma interrupção, vê-se que os interlocutores, de repente, são obrigados a lidar com um novo tema. Em situações críticas desse tipo mostra-se que um tema pode ser considerado como introduzido apenas após todos os participantes ratificarem a sua iniciação. Quando um tema sai do foco durante uma conversação, podemos estar diante de uma modificação parcial ou de uma troca completa do tema corrente. Enquanto, no primeiro caso, trata-se apenas da introdução de um novo aspecto do tema corrente, realiza-se, no segundo caso, o estabelecimento de um tema completamente novo.

A descrição resumida dessas estratégias discursivas já basta para entender que a **organização temática** é um dos princípios estruturais básicos de todas as formas conversacionais (FÁVERO, 2001, p. 39; GALEMBECK, 2005, p. 278-279; JUBRAN *et al.*, 1993, p. 360). De fato, há, entre os analistas da conversação, um acordo geral sobre essa determinação, mas – como já foi mencionado anteriormente (cap. 9.1.3) – a questão de o que seja um tema é discutida de modo controverso. Autores como Van Dijk (1988, p. 204-205) e Keenan,

Ochs, & Schieffelin (1976) defendem um modelo gradativo que pretende mostrar como os interlocutores constroem e conectam macroestruturas ou “macroproposições”⁵³ (VAN DIJK, s/d, p. 76) cada vez mais complexas através, da seleção, da generalização ou do apagamento das proposições individuais expressas pelas sentenças. Lötscher (1987, p. 84 e 141) define o tema como “uma questão textual”, um problema, ou seja, “um objeto imperfeito em algum aspecto, cuja imperfeição deve ser remediada pela sua tematização no texto” (*op. cit.*: p. 81). Schank (1981, p. 22) entende o tema de uma interação como “um objeto intencional” negociado abertamente que se encontra “no foco de uma interação centrada”. Tomando essa definição por certa, Müller (1984, p. 100) acrescenta ainda que o tema é “um produto social com limites fixados pelo enquadre situacional” e que sua colocação é o resultado da focalização sincrônica e cooperativa de um aspecto dominante do modelo cognitivo que se ativou.

No seu estudo sobre a coerência à luz da teoria da referenciação, Fritz (1982, p. 211) define o tema como “o objeto da conversação” e conceitua-o com base nas práticas languageiras cotidianas. Mais concretamente, o autor busca saber como os interlocutores indicam a um participante novo o tema relevante tratado por eles e chega à conclusão de que o tema, na maioria das vezes, pode ser inferido e não precisa ser verbalizado explicitamente. Em outros estudos, o tema é interpretado como “conteúdo de um padrão acional” (HOLLY, 1992, p. 25) ou como “a informação essencial do texto apresentada numa forma condensada” (BRINKER, 1992, p. 55). Para Brinker & Sager (1996, p. 7) trata-se “da ideia básica ou norteadora de uma fase conversacional” que é desdobrado pelos interlocutores para criar o conteúdo total.

Tudo isso mostra que o conceito do tema é variável e deve ser escolhido de acordo com o objeto de pesquisa e as questões levantadas. Pensamos que, para a análise de conversações cotidianas com relações horizontais entre os

⁵³ Aproximando o conceito de macroestrutura textual (cf. VAN DIJK, 1988, p. 195-240; 1992, p. 54-78) do conceito de macroproposição, Van Dijk explica: “Este *sentido global* já nos é familiar sob a designação de *tema* ou *assunto*. O conceito teórico que será utilizado para descrever este sentido global, ou seja, o assunto ou o tema de um texto, é o da macroestrutura (semântica). Como qualquer estrutura semântica, uma macroestrutura também é composta por proposições. As proposições de uma macroestrutura – ou, para simplificar, as ‘macroproposições’ – dão conta, digamos, dos mesmos fatos a um nível ‘superior’, ‘mais abstrato’, ‘mais geral’ ou ‘mais global’ (VAN DIJK, s/d., p. 76).

participantes, um modelo argumentativo baseado em macroproposições ou uma definição orientada no problema em discussão sejam menos úteis do que um conceito mais amplo do tema que privilegie noções como “o âmago do conteúdo”, “a área de referência” ou “o foco de uma conversação” (cf. FRITZ, 1994, p. 192; BUBLITZ, 1989, p. 176). Nas circunstâncias das práticas cotidianas em análise, o tema deve ser visto como uma paráfrase do objeto comum a ser negociado entre os participantes de uma conversação, quase como uma resposta a um interlocutor intrometido que quer saber de que se trata (cf. BUBLITZ, 1988, p. 19).

Todavia, mesmo quando se adote um conceito amplo e variável do tema, não se pode concluir que tudo sobre o que se fala numa conversação deveria ser chamado de tema. Bublitz (1988, p. 46), por conseguinte, faz uma distinção entre objetos discursivos (*speech subjects*) e temas (*topic subjects*) e diz que os primeiros incluem todos os fatos mencionados no decorrer de uma comunicação, enquanto os segundos compreendem apenas esses fatos que foram ratificados e reciprocamente negociados em contribuições coerentes dos interlocutores. Desse modo, quando recapitulamos a fase introdutória da conversação em análise (oc 1-20, no excerto 1), observa-se que o ritual de convite e aceitação dificilmente pode ser considerado um tema da conversação. Trata-se antes de um objeto discursivo passageiro que os interlocutores não tratam como uma oferta temática, mas como uma oportunidade para definir sua relação social como horizontal e de pouca distância (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 63-69).

Uma tarefa essencial da análise da conversação, no campo do estudo do tema, é a divisão de uma conversação em segmentos temáticos, ou seja, sua estruturação em **supertópicos** e **subtópicos**. Essa tarefa, muitas vezes, é bastante difícil porque, particularmente em conversações cotidianas espontâneas, os temas podem mudar rapidamente, podem confundir-se ou sobrepor-se simultaneamente, quando em grupos maiores vários fios discursivos são tramados paralelamente. Além disso, é preciso decidir até qual grau de detalhamento os temas e subtemas devem ser decompostos. Pensando bem, os interlocutores enfrentam a mesma tarefa de determinar o tema relevante. Muitas vezes, eles reconhecem mudanças temáticas apenas tardiamente, ao observar a reação do(s) interlocutor(es) ou – como o analista da conversação – numa reconstrução posterior.

Durante uma conversação, a atribuição de um tema ocorre sempre provisoriamente. Cada contribuição pode levar a uma troca de assunto. Na análise de uma conversação, então, é preciso observar como os turnos seguintes reagem aos precedentes e procurar nos segmentos sucessivos os **indicadores de mudanças temáticas**. De modo geral, os interlocutores captam essas marcas e orientam suas contribuições segundo os tópicos em questão, estabelecendo assim a coerência da conversação. Contudo, muitas conversações caracterizam-se por uma constante flutuação de tópicos discursivos com diferentes graus de relevância “para aquilo acerca do que se está falando”⁵⁴ (BROWN & YULE, 1983, p. 73). Também, verifica-se que nem todo tema dispõe de um início ou de um fim explicitamente marcados e que muitos marcadores discursivos convencionalmente usados não exercem em cada ocorrência a mesma função.

Em alguns casos, então, o caráter facultativo e a multifuncionalidade das marcas de segmentação podem dificultar a **reconstrução da organização tópica** de uma conversação. Afinal, uma conversação espontânea, sem pauta preestabelecida costuma oferecer poucas ocasiões para produzir comentários metacomunicativos do tipo “Vamos falar, então, sobre x”, “Preciso falar com você sobre o tema y” ou “Tudo bem, já que você quer falar sobre o assunto z”. Além disso, mesmo quando se trata de movimentos temáticos explícitos, esses comentários nem sempre são confiáveis, como se mostra em trocas conversacionais nas quais um tema é bloqueado ainda antes de ser introduzido, por exemplo: “Olha, esse tema realmente não cabe aqui”, “Melhor nem falar sobre esse assunto” ou “Recuso-me a falar mais sobre esse tema embaraçoso”.

Os temas de uma conversação não surgem do nada. O que mantém uma conversação em andamento, ou seja, o que aumenta a probabilidade de certas conexões comunicativas enquanto exclui outras são três diferentes **fontes temáticas**: a percepção comum de recursos temáticos ancorados localmente (por ex.: “Puxa, como tá quente hoje!”); a disponibilidade, na memória episódica, de experiências compartilhadas anteriormente (por ex.: “Eu não lhe falei daquele jantar

⁵⁴ Tradução retirada de Fávero (2001, p. 38).

na semana passada,...”) e o acesso à memória coletiva de interesse particular para o tópico em andamento. Quanto ao último ponto, já vimos no capítulo 6.11.3.3, que nenhum tema pode ser considerado, plenamente, como um resultado do próprio sistema interacional. Ao contrário, os temas têm origem num estoque cultural de temas socialmente elaborados, que fornece os padrões de percepção e os conhecimentos prévios disponíveis para criar expectativas comuns e facilitar o encadeamento dos enunciados. Para poder fazer uma oferta temática relevante, os participantes recorrem a esse depósito inesgotável de matérias, motivos e argumentos socialmente generalizados e os atualizam, reinterpretam e modificam de acordo com as contingências do caso específico em questão.

Fazendo, então, um *skimming* do texto da transcrição, sobressai, antes de tudo, que a configuração dos papéis interlocutivos nunca cessa de se modificar. Nem mesmo nos fragmentos que trazem histórias mais longas, observa-se um ritmo muito desacelerado das trocas de turno. Também, não há pausas muito longas nem falas monótonas, menos articuladas e com pouca variação na prosódia. Numa interação tão fluente, a **passagem de um tema para outro** dá-se com muita naturalidade. Evidentemente, ao longo da coprodução das fofocas em análise, a introdução descontextualizada de um novo tópico que não foi mencionado em nenhum momento anterior e que seria incoerente, também, com relação ao foco corrente, poderia provocar confusão ou constrangimento entre os outros participantes. Assim sendo, o método de introduzir um assunto bruscamente, de fazer cortes temáticos sem aviso prévio, i.e., sem marcação da troca ou da interrupção, não é bem aceitável na situação comunicativa em questão a qual se caracteriza pelo propósito de evitar conflitos e de cultivar boas relações sociais.

Tudo isso é um sinal seguro que os interlocutores nunca perderam o interesse nos diversos tópicos discursivos em andamento. De fato, os enunciados e os temas que se sucedem não diferem demasiadamente um do outro no que diz respeito ao seu **grau de relevância**. Dificilmente, encontram-se porções de conversa que não se acham diretamente relacionadas com um tema em andamento. A exceção dessa regra, como já se viu, é a adolescente Lulu que, em casa, pode estabelecer sua copresença sem levar em consideração o fio temático corrente. Para os participantes adultos, no entanto, vale que a técnica de mudar um assunto

no meio do caminho é interpretada regularmente como uma estratégia retórica, por exemplo, para superar um “ponto morto” numa conversação, para solucionar um impasse numa discussão, para confundir conscientemente os seus ouvintes ou para evitar assuntos desagradáveis.

O fato de que podemos atribuir às unidades sucessivas um grau de relevância semelhante significa que os participantes, apesar da abertura temática e da diversidade natural de interesses, costumam se orientar na máxima de Grice “**Seja relevante!**” e evitam temas desconexos ou digressões irrelevantes e prolixas para o tema corrente. Desse modo, a mudança do tópico discursivo passa, às vezes, quase despercebida. Essa observação vale, particularmente, quando ocorre uma refocalização de um tema já conhecido⁵⁵ ou quando a alteração do tema *não* é tão imprevisível que ela poderia produzir uma ruptura com relação aos enunciados precedentes⁵⁶. No primeiro caso, o uso de lexemas idênticos ou sinonímicos⁵⁷ ou de grupos sintáticos iguais⁵⁸ intensifica ainda mais a impressão da organicidade da progressão temática. O segundo caso, muitas vezes, é resultado de uma associação criativa de temas que faz surgir temas vizinhos que se assemelham por algum aspecto contedúístico ou formal, o que se pode verificar, por exemplo, nos excertos 6 e 44, nos quais Ivete, no intuito de justificar a mudança temática efetuada pelo seu marido Tom, compara o comportamento esquisito da Miriam com as excentricidades de Bellini.

Um terceiro tipo de movimentos temáticos sutis são os acréscimos ou complementações que objetivam uma breve **alteração do tema** para explicar, a um dos ouvintes, uma palavra ou para fornecer-lhe uma informação sobre circunstâncias relevantes cujo conhecimento lhe facilita a compreensão⁵⁹. Finalmente, convém mencionar aqui a possibilidade de mudar o tema através de uma **troca do plano enunciativo**. Em conversações cotidianas, isso ocorre quando

⁵⁵ Por exemplo: a “avaliação final” nas oc 593-615, que retoma o subtema sobre “a pega com Miriam e Aline” abordado nas oc 107-130 (cf. tabela 1 na página 521).

⁵⁶ Por exemplo: a introdução da história do ermitão nas oc 416-429 no excerto 15.

⁵⁷ Por exemplo: as palavras “restaurante”, “cadeira” e “gente namorando” ocorrem tanto na “avaliação final” quanto no episódio anterior chamado de “A pega com a Miriam e a Aline”.

⁵⁸ Por exemplo: as repreensões de Miriam – “Fala muito baixo!” e “Todo mundo olhando!” – encontram-se nos dois fragmentos mencionados.

⁵⁹ Por exemplo: oc 35-42, no excerto 2; oc. 232-234, no excerto 30; oc 262-264, no excerto 54; oc 293-294, no excerto 29.

há problemas de comunicação entre os participantes. Como se vê no excerto 71 abaixo, uma troca para o plano da comunicação metalinguística cria a oportunidade de analisar os erros lexicais, semânticos ou sintáticos identificados e de realizar as necessárias autocorreções ou correções pelo outro:

Excerto 71:

[1]	439	440	441	442		
IVE [v]	Ele não toma banho.					
TOM [v]	Ele não toma banho.DIAe noite o mesmo tenis, mesma meia,					
[2]	..	443	444	445	446	447
IVE [v]	Camiseta!					
TOM [v]	mesma bermuda, mesma camisa como eu aqui / dentro da/ CAMISETA!dentro					
[3]	..	448				
LIA [v]	Não tem/					
TOM [v]	da universidade num congresso internacional.((2s)) Uma semana sem trocar!					

Numa conversação animada entre velhos amigos, ou seja, numa interação simétrica em que um assunto puxa o outro, não é muito frequente fazer um **anúncio prévio de querer falar sobre alguma novidade relevante**. De fato, não encontramos na transcrição em análise, um exemplo para essa estratégia de introduzir um novo tema. Isso não quer dizer que essa técnica seja menos eficaz ou menos importante do que outras (que apresentaremos abaixo). O que se pode afirmar, apenas, é que, na situação em questão, os participantes não encontraram um motivo para fazer uso desse recurso. Com efeito, é fácil imaginar contextos nos quais um interlocutor manifesta seu desejo de falar sobre determinado assunto: o filho volta da escola e quer contar alguma coisa ao seu pai que está trabalhando do computador (por ex.: “Paiê, tenho uma ótima notícia!”); dois amigos numa mesa de bar defendem obstinadamente pontos de vista contrários sobre os melhores candidatos para a seleção canarinho, quando um terceiro, tendo outros interesses pessoais, comunica que, por uma fonte confiável, ouviu falar coisas interessantes sobre a ex-mulher de um deles (por ex.: “Escuta aí, essa eu preciso contar!”); dois pacientes numa sala de espera conversam sobre os tratamentos aos quais já se submeteram, quando um deles anuncia que, depois de preencher “esse formulário

aqui”, ele queria ainda dar ao outro uma dica sobre uma terapia nova muito promissora (“por ex.: “Deixe terminar aqui e eu vou já lhe dizer como me curei disso.”).

O que essas situações banais têm em comum é que o anúncio de um novo tema ocorre sempre no intuito de interromper ou terminar, mais ou menos educadamente, uma rotina já em andamento. Marcadores típicos dessa estratégia são, por exemplo: “Sim, mas mudando de assunto” ou “Ótimo, mas tenho uma novidade para você”. Outros propósitos dessa estratégia conversacional, talvez, sejam imagináveis, mas Lia, Ivete e Tom parecem não precisar dela, uma vez que, na sua conversação, optam sempre por outras formas de introduzir um novo tema. Mais especificamente, os três adotam **quatro técnicas** diferentes, mas igualmente eficazes: (i) a problematização de um aspecto do tema corrente (oc 99-104, no excerto 2), (ii) a complementação desse tema por novos aspectos (oc 291-303, no excerto 72 abaixo), (iii) a refocalização de um assunto anterior (oc 593, no excerto 73 abaixo) e (iv) a produção de uma cadeia associativa de temas que são ligados de modo a que sua ordem de aparecimento surja como sendo criada durante o desenvolvimento da ação corrente (oc 21, 105, 216, 292, 326, 345, 416, 593).

Para começar, no que diz respeito à **problematização de um aspecto do tema corrente**, vale lembrar o trecho final do excerto 2 (oc 99-104). Observe-se que o tema daquela primeira fofoca, a que se deu o título “Queijo e vinho”, é a atitude com a qual Miriam se apresenta aos seus amigos como uma apreciadora e entendedora de boas mesas e de bons vinhos (oc 21-99). Contudo, o ar malicioso com que Edmilson bateu uma foto do prato recém-aprendido com ela mostra que nem o próprio irmão leva a sério os hábitos sofisticados de Miriam. Depois de deleitar-se com as gargalhadas dos seus ouvintes, Lia explora ainda mais esse aspecto do achincalhamento da gourmet, realçando o fato de que, de acordo com o bom senso de “todo mundo” (oc 99), o hábito de medir a temperatura de um vinho com um termômetro antes de sua degustação pode ser considerado ridículo.

A fim de ilustrar a segunda técnica, i.e., **a complementação de um tema por novos aspectos**, apresenta-se um fragmento (excerto 72) que contém a

passagem do tema “O banco de couro de jacaré” (oc 216-291) para o tema “Sozinha na Avenida Paulista (oc 292-325).

Excerto 72:

[1]	282	283	284			
LIA [v]	Por isso que a Mariana tá certa. Ela se tornou uma paulista INSUPOORTÁVEL!					
IVE [v]	Não/					
[2]	285	286	287			
IVE [v]	••• Lia, meu pai era paulista.((3s)) mas nunca foi insuportável. Muito pelo					
[3]	..	288	289	290	291	
LIA [v]					Pelo amor de Deus.	
IVE [v]	Contrário. ••• Isso eu chamo de gente IMBECIL!.				Ela e a	
[4]	..	292	293	294	295	
LIA [v]					Não.	
IVE [v]	Mafalda!•• Em Fortaleza, querido,				Não.Em Fortaleza/	
TOM [v]	E a Mafalda mora junto com (elas)?					
[5]	..	296	297	298	299	
IVE [v]	é o seguinte		Tá. Presta atenção!Passou o Ano Novo			
TOM [v]	E a Mafalda tá em São Paulo também?		(Mas elas se			
[6]	..	300	301	302	303	304
LIA [v]					Sozinha, na	
IVE [v]	SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.					
TOM [v]	separaram?)				Dig_aí, Lia!	
[7]	..					
LIA [v]	Avenida Paulista com uma garrafa de champanhe na mão.					

Nesse excerto, depois da avaliação pejorativa de Aline por Lia que – em concordância com uma amiga comum, ausente na conversação em questão – interpreta o esnobismo de Aline como comportamento de uma “paulista insuportável” (oc 284), Ivete entra no coro das vozes críticas e inclui Mafalda, a melhor amiga de Aline, explicitamente no seu julgamento final: “Isso eu chamo de gente IMBECIL! [...]

Ela é a Mafalda!” (oc 289, 291) Para justificar essa transferência de um valor moral negativo de uma pessoa para outra, Ivete pretende mostrar que a vida em São Paulo não atingiu apenas o caráter de Aline, mas provocou mudanças também no comportamento da sua velha amiga Mafalda. Mais concretamente, ela começa a produzir uma nova fofoca que pode demonstrar a imbecilidade da Mafalda. Para pessoas que costumam comemorar a passagem do ano no círculo de amigos e até na própria família pode, de fato, parecer uma grande tolice, passar *Réveillon* sozinho no meio de uma multidão na Avenida Paulista, com uma garrafa de champanhe na mão (oc 298-304). Adotando exatamente essa interpretação, Lia chega, então, à conclusão de que a anedota sobre a vida solitária em São Paulo é outra prova de que “não tem cristão que suporte as três”; estendendo, assim, sua crítica também sobre a Míriam.

Um exemplo para a técnica da **refocalização de um tema anterior** já conhecemos na subseção 9.1.3.1, quando se discutiu o uso livre do discurso de outrem. No fragmento seguinte (oc 589-596, no excerto 73), Lia faz uma referência indireta ao jantar por ocasião da comemoração do seu aniversário em São Paulo; um assunto que já foi, amplamente, abordado por ela no início da conversação (oc 105-215, no anexo).

Excerto 73:

[1]

	589	590	591
IVE [v]	A Míriam, tudo bem que ela não vai fatiar uma carne com a mão.		((2s))
TOM [v]	Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem		

[2]

	..	592
IVE [v]	Ela não vai fatiar uma carne com a mão nem vai botar ... É, mas é o o modelo é	
TOM [v]	pelos menos) trinta e cinco anos (de) livros. ((incompreensível))	



[3]

	..	593
LIA [v]	Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo, muito baixo, baixo.	
LIA [k]	(cochicando)	
IVE [v]	esse.	
TOM [v]	pelo mundo.	

[4]

	594	595	596
LIA [v]	Mulher, mas não éé. Você tá num restaurante •		
IVE [v]	Tu ((incompreensível)) falar baixo. Fala baixo!		
IVE [k]	(sussurando)		

[5]

	..		
LIA [v]	• • você tem que que conversar.		

Suas palavras, ditas em voz cada vez mais baixa, ocorrem diretamente depois de uma avaliação moral feita por Ivete que afirma ter encontrado na vida excêntrica de Bellini um modelo para prever o futuro da Miriam. Ao sussurrar “Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo, muito baixo, baixo”, Lia oferece uma síntese da suas experiências com Miriam durante as férias em São Paulo e, desse modo, redireciona a atenção da roda de fofoqueiros novamente para os hábitos e atitudes das “três paulistas”.

Com relação à **quarta** e última **técnica** mencionada acima, observa-se que os três fofoqueiros usam-na, em sua interação centrada, como um tipo de macroestratégia para a organização temática de toda a conversação. De fato, quando se analisa a distribuição dos temas, as maneiras como são introduzidos, expandidos e fechados, assim como as passagens de um tema para outro, sobressai que os sete temas principais e o resumo final (oc 21, 105, 216, 292, 326, 345, 416, 593; cf. tabela 1 na seção 9.1.3) aparecem como produtos espontâneos de uma cadeia associativa de padrões narrativos que colocam em cena as normas da conformidade e a experiência inevitável da alteridade. De certo modo, pode-se dizer que um assunto encosta noutro, sem uma intervenção consciente da vontade. Não há premeditação ou planejamento com antecedência. Os atores são o que são, mas ainda assim, parece que há um roteiro invisível que diminui as contingências e impõe uma ordem de relevância, ou seja, determina o que se pode dizer e ao que se precisa reagir. Como veremos nos capítulos 10 e 11, essa força coerciva advém da estrutural potencial do gênero comunicativo (cf. cap. 10.2.1)⁶⁰ e da diferenciação

⁶⁰ Convém lembrar aqui que, no capítulo 6, que introduz na teoria dos sistemas sociais, já tratamos dos sistemas interacionais com baixa probabilidade de ocorrências predeterminadas, poucos elementos obrigatórios e uma preferência para a flexibilidade e a espontaneidade das suas operações. Na seção 6.11.3.6, foi destacado que a importância do potencial semântico dos gêneros comunicativos aumenta ainda mais quando a conexibilidade das

socialmente preestabelecida dos temas disponíveis para a comunicação (cap. 11.3.3).

Para terminar esse exame da organização temática em conversações cotidianas, convém falar ainda sobre a relação entre as diferentes iniciativas temáticas dos falantes e a realização dos objetivos pragmáticos projetados por eles. Relendo a conversação em análise sob a perspectiva desse assunto, concluímos que seja possível, em princípio, distinguir entre **três formas básicas de comportamento interativo**: primeiramente, um falante pode reagir à contribuição precedente, levando em conta tanto a intenção quanto o conteúdo do turno iniciativo (por ex.: oc 385-386: IVE: “VEM CÁ!” LU: “Que foi?”); em segundo lugar, é possível que ele atenda apenas a uma parte do conteúdo, esquivando-se de tomar uma posição sobre um aspecto central do enunciado precedente (por ex.: oc 604-605: IVE: “Quem foi que diz.” LIA: “Eu quero lá saber...”) e, em terceiro lugar, ele pode passar por cima tanto da intenção quanto do conteúdo comunicados no turno anterior, rejeitando sua adesão a um tema comum e também não demonstrando qualquer compromisso com a ação em andamento⁶¹.

Focalizando aqui as duas primeiras formas de comportamento, que, de fato, predominam nos dados analisados, é importante observar o seguinte: quanto mais variável for o conteúdo informacional de uma conversação espontânea, mais difícil será a tarefa de estabelecer a **coerência** do texto produzido unicamente com base no conteúdo semântico. Por outro lado, observa-se regularmente nesses casos que a intenção dos participantes permanece constante durante toda a interação. No caso dos três fofoqueiros Lia, Ivete e Tom, é oportuno descrever essa intenção como o cultivo de relações sociais amigáveis. Esse propósito comunicativo não precisa ser declarado explicitamente, mas, ainda assim, é capaz de garantir a relação harmônica entre todas as contribuições.

operações desses sistemas interacionais se torna difícil por causa da escassez de uma semântica cultivada e da falta de reconstituições de subsistemas sociais (que poderiam comandar e legitimar essas operações).

⁶¹ Esse caso não ocorre na conversação analisada em que predomina a boa interação verbal entre os participantes, mas pode ser observado, frequentemente, por exemplo, em discussões ou entrevistas políticas na televisão, nas quais um falante pode sinalizar disposição de ocupar o próximo turno de fala sem, em seguida, dizer qualquer coisa que seja relevante para o horizonte de sentido em que as contribuições precedentes foram lançadas.

Essa observação nos remete, novamente (cf. cap. 2.3), a um resultado essencial dos estudos interacionais de Goffman (1982b) e de muitos outros pesquisadores da área (por ex.: BALLY, 1932; BÜHLER, 1934; BATESON, 1972; MALINOWSKI, 1923; WATZLAWICK *et al.*, 1967). Ao investigar a produção colaborativa de sequências de eventos conversacionais em diferentes contextos situacionais e socioculturais, esses estudiosos chegaram à conclusão de que os processos de constituição temática obedecem a certas regras de organização interna (as “coerções do sistema” de Goffman) e, ao mesmo tempo, são o lugar onde se (re)constroem as relações socioafetivas entre os participantes (as “coerções rituais” de Goffman, 1982b). Reconhecendo esses dois níveis analíticos, afirmamos que, na comunicação fática em análise (a qual se desdobra sem tópicos previamente planejados), a coerência do texto conversacional é uma noção “relativamente híbrida, que diz respeito a uma organização de vários níveis ao mesmo tempo” (MARCUSCHI, 1988, p. 2). A nosso ver, a produção de focos na vida cotidiana combina, de modo bem particular, a apresentação de conteúdos informacionais com a constituição de relações socioafetivas entre os interactantes. (A constituição interativa dessas relações será o assunto da seção seguinte.) Evidentemente, a (re)produção e o compartilhamento discursivos de crenças, valores e atitudes morais traz divertimento aos participantes, reforça os sentimentos de simpatia mútua e contribui na formação e manutenção das imagens identitárias em torno do eixo inclusão/exclusão.

Fazendo, então, um balanço sobre o que se diz aqui sobre a organização do conteúdo temático das conversações cotidianas, em geral, e da conversação em análise, em particular, sobressai que o desenvolvimento dos temas é resultado de um **trabalho cooperativo** entre todos os participantes – no presente caso, particularmente entre Lia e Ivete, mas também com contribuições influentes de Tom. Na conversação em análise, a introdução dos temas é, com uma exceção (a história de Tom sobre o “cientista louco” que serve de exemplo moral), proposta pelas duas amigas. Como se trata de uma conversação simétrica entre amigos, nenhum assunto é, em princípio, recusado, mas os participantes, evidentemente, se “autocensuram” de tal modo que puxam apenas assuntos que são relevantes, de uma maneira ou outra, para a atividade principal, nomeadamente: falar mal do comportamento de pessoas ausentes. Assim sendo, não se observa nenhuma

concorrência entre os diferentes temas, mas antes uma afluência de todos a uma imagem uniforme das três “paulistas”. Não há conflitos explícitos ou implícitos entre os temas abordados por cada participante e todos eles aceitam tacitamente a dominância situacional de Lia que conduz os outros pela maior parte do trabalho conversacional.

9.1.4 O aspecto interpessoal da organização conversacional

Feito o exame dos aspectos técnico-organizacionais, funcional-comunicativos e semântico-temáticos, é preciso discutir ainda o **aspecto interpessoal** da organização conversacional, o qual se refere à maneira como os padrões temáticos e acionais são realizados com relação à orientação do contato comunicativo. As considerações acima expostas já deixaram entender, em várias ocasiões, que a organização dos turnos, sequências e fases de uma interação face a face não corresponde apenas ao desejo e à necessidade de verbalizar pensamentos ou emoções, mas serve também para estabelecer contato, interagir com outras pessoas e manter ou cultivar relações sociais. Além disso, as análises apresentadas no decorrer deste capítulo demonstraram que a dimensão contedutística e “as relações que se estabelecem entre os diferentes constituintes do texto conversacional” são ligadas, inevitavelmente, com a interação entre os falantes e não falantes, ou seja, com “as relações que se constroem, pelo viés da troca verbal, entre os próprios interactantes” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 62).

Características identidárias como a etnia, o gênero social, a idade, a nacionalidade, certos traços físicos e psicológicos e as atitudes e os comportamentos que, numa dada fase de vida, se mantêm constantes em todas as situações comunicativas podem servir de pontos de partida e de objetos para representações de si mesmo e dos outros. Ao lado desses fatores duradouros, há os papéis sociais que, ocasionalmente, podem variar conforme o contexto relevante, como marido, amigo, partidário, profissional, leigo, etc. Juntos, esses atributos distintivos fundamentais reúnem as propriedades determinantes do **estatuto social** de uma pessoa, por exemplo, de um jornalista (Tom), uma dentista (Ivete) ou uma professora (Lia). A combinação específica que, em cada ator social, se estabelece

entre esses traços influencia suas habilidades comunicativas, os padrões expressivos à sua disposição e suas formas específicas de participar em interações. Em outras palavras: o estatuto social “é constitutivo da pessoa engajada na interação” (KERBRAT-ORCCHIONI, 2007, p. 32).

Ao contrário disso, os **papéis interacionais** “[são] constitutivo[s] do ‘script’ de uma interação” (*id. ibid.*), ou seja, eles são associados às ações típicas de um indivíduo em determinadas posições estratégicas (por exemplo: narrador, entrevistador, aconselhador, orientador), as quais são avaliadas em função das expectativas e das convenções pertinentes, dentro do estoque sociocultural de conhecimento sobre os comportamentos aceitáveis numa dada posição. Os papéis interacionais constroem-se e reconstroem-se o tempo todo durante uma interação. Eles são mobilizados e negociados pelos participantes em cada turno no nível micro das conversações e seu dinamismo é fundamental para que os alinhamentos se manifestem na interação. Junto com o estatuto social, os direitos e deveres inerentes a um papel interacional são decisivos para o que dizem e fazem os interactantes em situações comunicativas como “focar com amigos”, “fazer uma entrevista”, “realizar uma consulta médica” ou “dar uma aula”.

Os hábitos ligados ao estatuto social definem essencialmente a auto-imagem de uma pessoa e a imagem que os outros têm dela, mas, para ter uma ideia completa da organização das identidades e relações sociais não basta levar em conta as características mais estáveis dos interactantes. É preciso acrescentar ainda dois outros fatores: primeiramente, é importante mencionar que falar da tipicidade de uma conduta não significa que os comportamentos associados a uma determinada esfera de atividade sejam uniformes e imutáveis. Todo papel social é um espaço de diversidade organizado por padrões normalizados. Dessa forma, o estatuto social de uma pessoa pré-determina apenas certos valores de referência que, em cada atividade concreta, estão, necessariamente, sujeitos a uma **variação individual**. Além disso, é constitutivo de cada papel interacional que seus roteiros e esquemas de comportamentos típicos deixam um amplo espaço livre que seus portadores podem aproveitar para adaptar-se a um contexto concreto e aos seus interlocutores reais. É inevitável, portanto, que os comportamentos especificamente individuais e o domínio de comportamentos pré-definidos pelo estatuto social se sobreponham e se

completem para contribuir numa realização dos papéis interacionais que seja relativamente estável e típica para um indivíduo.

Em segundo lugar, é possível que um interactante, devido à sua condição momentânea, ao seu capricho ou a influências ocasionais, desvie mais ou menos ordenadamente do seu comportamento típico. Desse modo, acontece que fatores como a simpatia ou a antipatia entre os interactantes influenciam a realização dos diferentes **papéis interlocutivos** (por exemplo: falante, não falante, narrador, receptor, convidante e convidado) que, por definição, são transitórios no decorrer das trocas de turnos. Essa tendência pode ser intensificada ainda se se sobrepõe à realização dos papéis sociais duráveis um papel interacional que é meramente situacional, constitutivo apenas do roteiro de uma interação em curso, como: aniversariante, desmancha-prazeres, entrevistado, paciente, motorista infrator, vítima de um assalto, passageiro, transeunte, etc. Conclui-se, então: embora os interactantes não saibam, uns dos outros, quais fatores são os responsáveis por um determinado comportamento, não se pode negar que há, pelo menos, quatro fatores diferentes que influenciam os comportamentos concretos dos interactantes, a saber: o estatuto social, a representação individual desse estatuto num determinado papel interacional (o *habitus* de Bourdieu), a condição momentânea do seu portador e a atitude dele diante do(s) parceiro(s).

O que já se revelou nas seções iniciais deste capítulo é que a máquina conversacional é o meio principal para realizar ações participativas intencionais; é a ferramenta fundamental com a qual se organizam inúmeros tipos de interações coordenadas face a face. No que se segue, demonstraremos que ela é imprescindível também para a produção dos **papéis interlocutivos** que os interactantes precisam assumir para poder gerenciar suas atividades comunicativas. Devido aos mecanismos da troca e sequenciação de turnos, os papéis interlocutivos surgem naturalmente como propriedades da organização sequencial da fala-em-interação e fornecem o foco para o tipo de interação projetado e ratificado pelos interactantes. Contudo, à medida que surgem esses papéis no decorrer da troca de turnos, é preciso coordená-los adequadamente para evitar atritos não programados na engrenagem da máquina. Por conseguinte, o alinhamento dos papéis

interlocutivos é uma parte importante da produção da ordem sequencial e da “arquitetura da intersubjetividade” (HERITAGE, 1984, p. 254-260).

O que se nota imediatamente é que os papéis interlocutivos podem se alterar com cada turno (por exemplo, o falante que responde na primeira sequência pode ser o que pergunta na próxima sequência;) ou em intervalos mais ou menos regulares (por exemplo: a narradora que conta a primeira fofoca pode ser uma ouvinte na segunda). Outra possibilidade é que os papéis interlocutivos tenham uma estrutura empilhada (por exemplo: um participante faz todas as perguntas e o outro só pode responder). Na conversação em análise, podemos observar, por exemplo, que, numa determinada altura, o padrão de um convite é iniciado por Tom (oc 0, no excerto 1) e o que se segue é uma negociação das condições para aceitar ou rejeitar o que foi oferecido (oc 1-20, no excerto1); noutras ocasiões, um padrão narrativo é iniciado⁶² e o que se segue são turnos prolongados da falante e, dos não falantes, marcadores discursivos que orientam a narradora e sinalizam interesse, afeto e convergência. Em outras conversações, esses padrões sequenciais podem se repetir, mas as realizações nunca são as mesmas porque alguma coisa as faz variar. Os papéis interlocutivos por si mesmos não explicam porque acontecem tantas **variações**, por exemplo, entre um convite e outro ou entre uma fofoca e outra.

Diante de tanta mobilidade, destaca-se, então, a estabilidade maior dos **papéis interacionais** no decorrer de uma conversação, os quais identificam os participantes, por exemplo, como amigas ou – para dar dois exemplos de outros contextos – como um entrevistador e um entrevistado ou como um sentenciador e um condenado. O papel interacional impele os interactantes para assumirem certas tarefas que surgem no decorrer de uma interação (por exemplo: contar uma fofoca, fazer perguntas ou proferir uma sentença). Quando essa tarefa é cumprida, a fofoqueira ainda é uma amiga (esperamos que sim!), o entrevistador ainda é um jornalista e o sentenciador, um juiz, e eles podem voltar sua atenção à próxima tarefa e, por exemplo, contar uma piada, dirigir-se ao telespectador ou encerrar a audiência. A forma padronizada dessas interações, as tarefas que elas resolvem, os

⁶² Cf. oc. 34, no excerto 2; oc 105-106, no excerto 36; oc 216-217, no excerto 37; oc 292, no excerto 38; oc 326 e 346, no excerto 46; oc 372, no excerto 68; oc 390, no excerto 42; oc 416, no excerto 43; oc 593, no excerto 66.

propósitos a realizar, tudo isso emerge dos papéis interacionais dos participantes. Logo, a compreensão e o uso desses papéis em todos os contextos sociais relevantes são cruciais para que uma interação se desenrole a contento. Naturalmente, o que possibilita a produção repetida dessas ações; o que proporciona seu reconhecimento e sua interpretação é o estoque sociocultural de conhecimento partilhado, a coorientação dos participantes para determinadas esferas de atividades e sua capacidade de agir dentro dos mundos discursivos correlacionados com elas.

Ocasionalmente, é possível também que os interactantes **troquem ou misturem papéis** interacionais durante uma conversação, por exemplo, quando a amiga assume por um momento sua identidade como professora (oc: 178-180, no excerto 74 a baixo); quando o jornalista é um conterrâneo do político e faz uma pergunta no dialeto comum ou quando um juiz “banca” o professor e explica ao assessor o conteúdo de uma lei.

Excerto 74:

[1]

	175	176	177	178	179	180	181
LIA [v]	(Hepa!) "Não fala ALto!" "Eu falo ALTO que eu sou é professora."						
IVE [k]							(risos altos)
TOM [k]							(rindo às

[2]

	..	182
LIA [v]	((incompreensível))Ora, porra, vou pra um canto não posso arrastar uma cadeira	
IVE [k]		
TOM [k]	gargalhadas)	

[3]

	183	184	185
LIA [v]	• não posso comer • eu não posso falar		
IVE [v]	Sim,		

Obviamente, esses jogos interlocutivos também são ligados aos papéis interacionais que se ligam aos papéis interlocutivos encaixados na organização sequencial a qual possibilita a realização das atividades em questão. Desse modo, a articulação dinâmica entre todos os papéis interlocutivos e interacionais torna-se

uma questão de contingência e o alinhamento contínuo, certamente, é uma conquista dos participantes.

Os exemplos mencionados acima deixam entender também que os papéis interacionais assumidos (fofoqueira, entrevistador, sentenciador, etc.) incluem e disponibilizam os “ **fatos extrassituacionais** ” (WILSON, 1991, p. 27; realce nosso) que os interactantes precisam conhecer para realizar uma atividade específica. Dessa forma, os papéis interacionais são o meio pelo qual o cenário da conversação, o estatuto social dos participantes e as macroestruturas sociais entram e contribuem para realizar a interação que, por sua vez, atualiza o padrão acional (o gênero comunicativo), confirma (ou não) o estatuto social e reproduz (ou subverte) a macroestrutura institucional.

Falando dos “ **fatos extrassituacionais** ”, convém lembrar que, em princípio, é possível distinguir entre formas comunicativas que são determinadas fortemente por **fatos institucionais** (por ex.: uma aula, uma entrevista, uma audiência num tribunal, um debate parlamentar, uma reunião de trabalho) e outras que se realizam num espaço em que o poder das instituições não se manifesta imediatamente (um encontro casual, um bate-papo com o vizinho, uma conversa com amigos). Nessas últimas – devido à sua maior independência de normas institucionais – prevalece, então, a **influência das relações pessoais** estabelecidas de acordo com os papéis sociais que vivenciamos. Além disso, observa-se que esse segundo tipo de atividades costuma ser realizado rotineiramente e, quase sempre, sem ganhar muita importância para a biografia dos participantes. A sensação de fazer sempre o novo e eternamente o mesmo, de presenciar no cotidiano o que se repete e se serializa e, especialmente, a percepção da trivialidade desses eventos comunicativos explicam por que eles costumam cair rapidamente em esquecimento.

Ao contrário da maioria das interações institucionalizadas (por exemplo: reunião de trabalho, atendimento médico, audiência de um processo), a conversação transcrita no anexo não é coagida por uma organização temática hierárquica ou uma agenda acional prescrita, mas constitui-se de rotinas conversacionais localmente gerenciadas. Na verdade, nas conversações em que prevalece o aspecto interpessoal e a construção identitária, a **seleção de temas** é

relativamente arbitrária e representa antes um meio do que o fim da interação. Por esse motivo, os interactantes não precisam esgotar cada tema corrente e deter-se, necessariamente, sobre todos os aspectos que, em comunicações que se dedicam à representação de fatos, seriam relevantes para uma compreensão pormenorizada do assunto. Pelo contrário, pressuposto o consentimento dos outros, cada um pode se sentir à vontade e, sem temer sanções interacionais, propor alterações nos lugares possíveis para uma mudança temática. Afinal, o potencial de temas adequados para cultivar as relações interpessoais é, em princípio, infinito. Além disso, os aspectos referenciais que, naturalmente, são implicados também com a seleção de um tema tendem a ganhar importância quanto mais se prolonga um assunto. Para evitar, então, que uma **comunicação fática**, que causa satisfação por ser orientada pelas necessidades fáticas dos parceiros, se transforme em uma discussão direcionada, principalmente, para a exposição do assunto em questão, é necessário que cada interlocutor possa realizar o maior número possível de temas com os quais, em sua opinião, ele pode se apresentar bem e propiciar uma avaliação apreciativa da sua identidade; o que representa um critério importante de toda comunicação fática.

Dito isso, não é de se surpreender que, na conversação gravada, não se encontram processos comunicativos nos quais os temas são claramente levados a cabo, como acontece em interações que servem para resolver problemas ou tarefas práticas. Aliás, enquanto, nesse tipo de atividades comunicativas, após a solução dos problemas e tarefas envolvidos, geralmente não se observa mais uma necessidade constitutiva de continuar a conversação, nota-se nas conversações que são motivadas principalmente pelo contato interpessoal que o desejo comum de **cultivar as relações pessoais** e de **afirmar sua identidade sociocultural** pode, ocasionalmente, prolongar um encontro tanto que, por falta de um assunto de relevância concreta, ele se transforma em uma tagarelada despretensiosa e redundante na qual uma trivialidade puxa a outra.

Todavia, essa grande abertura temática não significa que, nesse tipo de conversação, a ordem ritual das interações esteja menos eficiente ou os participantes estejam livres das **coações das macroestruturas socioculturais**. Pelo contrário, já foi demonstrado, por exemplo, no trecho com o convite de Tom a

Lia (oc 0-20, no excerto1) que a ordem interacional não fornece apenas os mecanismos que possibilitam as interações entre os atores sociais, mas permite também que as estruturas sociais mais abstratas instanciem-se nessas atividades. (Contentamos-nos aqui com a palavra-chave: “*doing gender!*”). Em nosso entender, a maneira como se efetua o alinhamento rotineiro entre os papéis interacionais relevantes para esse episódio explica-se melhor se assumirmos que, no seu decorrer, se associaram o contexto situacional específico daquele sábado no quintal da Dona Ivete e o contexto sociocultural mais amplo que envolve conhecimentos partilhados sobre convenções socioculturais de hospitalidade, polidez, consciência de classe, etc.

Tudo isso reforça a hipótese de que os quatro fatores mencionados acima (os papéis sociais, sua realização em papéis interacionais, a disposição momentânea de cada interactante e suas atitudes diante dos parceiros e dos assuntos tratados) influenciam, de fato, o trabalho contínuo que os atores sociais realizam para criar uma imagem da relação consigo mesmos, com os outros e com a sociedade a qual pertencem. O **trabalho identitário** sempre inclui dois lados: somos exigentes com os outros para sermos reconhecidos em nossa identidade e, ao mesmo tempo, desenvolvemos – diante deles e diante de nós mesmos – uma determinada autoimagem na qual entram as expectativas dos outros sobre o que devemos ser e as nossas expectativas sobre o que queremos ser.

Contudo, quando o analista de conversação pergunta pela construção da identidade e das relações sociais, não lhe interessa a construção paulatina de identidades sociais no decorrer de uma biografia (o *self-1* no sentido de Harré, 1991, que é objeto de estudos de muitos trabalhos psicológicos), mas o surgimento de categorias da identidade social durante uma atividade comunicativa em observação (o *self-2* no sentido de Harré (1991), que é o objeto de estudo, por exemplo, do trabalho de Goffman (1992) sobre “A representação do Eu na vida cotidiana”). Ver as imagens identitárias e as relações sociais como **efeitos de um conjunto de comportamentos** verbais e não verbais concretamente observáveis e suscetíveis a uma interpretação transforma-as em fenômenos acessíveis a uma análise linguístico-pragmática e impede que elas sejam consideradas como fenômenos

meramente psicológicos que poderiam apenas ser concebidos em categorias de experiências subjetivas.

Nesse ponto de vista, então, todo membro de uma comunidade dispõe de uma **competência social** que inclui a capacidade de mostrar comportamentos concretos para estabelecer, modificar e terminar relações, de interpretar um comportamento observado como expressão de uma relação e de avaliar esse comportamento no que diz respeito a sua adequação contextual. Além disso, pressupondo-se que esse ator social chegue a uma definição da situação em que se encontra, ele poderia inferir também uma definição das relações sociais nela implicadas e, desse modo, teria uma ideia mais ou menos coerente de quais tipos de comportamentos, nesse contexto, seriam possíveis, aceitáveis, normais, esquisitos ou absurdos.

De fato, quase toda a conversação gravada envolve o uso da competência social dos interactantes para **avaliar o comportamento** dos “outros” em situações cotidianas. O que torna essas histórias banais contáveis são as expectativas frustradas quanto ao comportamento dos protagonistas, os quais são considerados “cafona”, “imbecil”, “troglodita”, “louco” ou “irrelevante”, justamente por causa dos seus hábitos esquisitos (no ponto de vista dos fofoqueiros). Para dar alguns exemplos: no trecho oc 56-65 (no excerto 75 abaixo), tematiza-se a convenção culinária de botar queijo num prato de macarrão; na oc 126-130 (no excerto 76 abaixo), o foco são as boas maneiras à mesa: a protagonista da história acredita que não se pode arrastar uma cadeira num restaurante chique; na oc 157-163 (no excerto 77 abaixo), discute-se a etiqueta social: a questão é quem escolhe o restaurante para uma festa de aniversário, a aniversariante ou uma amiga? Na oc 171-174 (no excerto 78 abaixo), outra questão de etiqueta social: como deve se conversar num restaurante chique? Nas oc 202-208 (no excerto 79 abaixo), descobre-se que os gostos são diferentes e que um cardápio pode prometer mais do que o *Chefe de Cuisine* está disposto a cumprir, ou seja: uma mistura de tomate e alface não representa automaticamente uma salada aceitável.

Excerto 75:

[1]

56 57 58 59 60 61 62

LIA [v] "Seu BREGA Você não PODE botar queijo nesse prato. Não se faz isso! Macarrão

[2]

.. 63 64 65

LIA [v] com queijo ralado. Não sei. • • • porque não pode.

TOM [v] Porque não?

TOM [k] (rindo alto)

Excerto 76:

[1]

126 127 128 129

LIA [v] Minha filha, o restaurante • chiQUÉRrimo, todo escuro

IVE [v] Não pode arrastar a

[2]

.. 130

LIA [v] Aah! Vai arrastar!

IVE [v] cadeira?

Excerto 77:

[1]

157 158 159 160

LIA [v] "Aí, já tem reserva nesse restaurante." (Eu disse: "Sugestão de quem?") Da

[2]

.. 161 162 163

LIA [v] MÍRiam. Aí, eu peguei e fiquei calada. Ia dizer o que, ne?

IVE [v] Puta /

Excerto 78:

[1]

171 172

LIA [v] Era/ era/ não era o lugar que eu queria ir. • • ("Cadê que a gente podia
LIA [k] (falando rápido)

[2]

.. 173 174

LIA [v] conversar.") Desse jeito.

LIA [k]

IVE [k] (risos altos)

TOM [k] (gargalhadas)

Excerto 79:

1]

	202	203	204	205
LIA [v]	Aí, fui pedir uma salada, a PIOR salada que já comi em toda a minha vida.Só			

[2]

	..	206	207	208
LIA [v]	tomate e alface.Aaave Mária!Que salada horrorosa, pobre.			
IVE [v]	Realmente.			

Na oc 242-245 (no excerto 80 abaixo), o tema é o preconceito social contra nordestinos: um amigo é acusado de ser um mentiroso porque, na opinião da protagonista, no Nordeste brasileiro não existem marceneiros que sabem trabalhar bem. Na oc 298-305 (no excerto 81 abaixo), constrói-se uma imagem da mulher solteira: uma amiga que mora há dez anos em São Paulo já deveria ter arranjado “um cristão” para não passar o Ano Novo sozinha na Avenida Paulista. Na oc 390-414 (no excerto 63), discute-se a estranheza da rotina de vida privada de uma pessoa com sinais de TOC (transtorno obsessivo-compulsivo). Na oc 433-448 (no excerto 82 abaixo), focalizam-se os hábitos de higiene corporal de um cientista ermitão; nas oc 442-448 (no excerto 82 abaixo), entram em jogo, ainda, questões de estilo e da etiqueta de moda: quem venceu na vida profissional pode andar em trapos num congresso internacional?

Excerto 80:

[1]

	242	243	244
LIA [v]	Aí o Morão disse assim:"(Liana) pelo amor de Deus, você tá me		
IVE [v]	Tu acredita?		

[2]

	..	245
LIA [v]	chamando de (mentiroso)? "Ahh, lindinho, inventa outra"	

Excerto 81:

[1]

	298	299	300	301	302
IVE [v]	Passou o Ano Novo		SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.		
TOM [v]	(Mas elas se separaram?)				

[2]

303 304

LIA [v] Sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de champagne na
 TOM [v] Dig_ aí, Lia!

[3]

.. 305

LIA [v] mão.
 IVE [v] SOZINHA!

Excerto 82:

[1]

433 434 435 436

LIA [v] Ave!
 IVE [v] Ele não toma banho.
 TOM [v] • ele não toma banho.Entendeu? Ele deu um seminário

[2]

.. 437 438

TOM [v] ((incompreensível)) Ele deu um seminário de uma semana • quando você entrou

[3]

.. 439

IVE [v] Ele não toma
 TOM [v] na sala de/ desse seminário na universidade ((incompreensível))

[4]

440 441 442

IVE [v] banho.
 TOM [v] Ele não toma banho.DIAe noite o mesmo tenis, mesma meia, mesma bermuda,

[5]

443 444 445 446 447

IVE [v] Camiseta!
 TOM [v] mesma camisa como eu aqui / dentro da/ CAMISETA!dentro da universidade

[6]

.. 448

LIA [v] Não tem/
 TOM [v] num congresso internacional.((2s)) Uma semana sem trocar!

Nas oc 456-463 (no excerto 83 abaixo), novamente uma questão de hábitos de alimentação: qual é a temperatura certa de uma lata de cerveja e qual é o modo adequado para consumi-la? Nas oc 500-509 (no excerto 84 abaixo), critica-se

uma maneira “rústica” de servir uma carne à mesa. A oc 532-536 (no excerto 85 abaixo) envolve outro preconceito social: afirma-se que mulheres do interior do Nordeste brasileiro gostam de homens com cheiro forte. Na oc 557-577 (no excerto 86 abaixo), questiona-se a maneira como uma casa deve ser mobiliada e, de maneira semelhante, na oc 580-585 (no excerto 87 abaixo), o problema é o lugar adequado para um microondas. Finalmente, na oc 623-626 (no excerto 88 abaixo), a narradora defende seus costumes pessoais de arrastar cadeiras e falar alto.

Excerto 83:

[1]

	456	457	458	459
IVE [v]			cerveja	
TOM [v]	Quando eu cheguei, primeiro ele serviu a cada um de nós uma cerveja			Na lata,

[2]

	460	461	462	463
LIA [v]			Deus me livre!	
IVE [v]	com canudo		dentro da cerveja	
TOM [v]	quente,	com canudo	•••	quente

Excerto 84:

[1]

	500	501	502
TOM [v]	ei, a hora que era pra cortar a carne, sabe o que o cara fez? (riso) • Ele pegou		

[2]

	..	503	504
IVE [v]		(incompreensível) com as mãos.	
TOM [v]	com as mãos o filet dentro da panela/		Assim na

[3]

	..	505	506	507
IVE [v]		Eu olhei pra Toom/		
TOM [v]	mão, ••	o molho (escorrendo),	uma tesoura de papél ••	krk krk krk
TOM [k]				(risos)

[4]

	..	508	509
LIA [v]		GENTE, eu não acredito não!	
TOM [v]	(cortado).		
TOM [k]			

Excerto 85:

[1]

	532	533	534
LIA [v]	Como é que essa mulher no, no/ (aguenta).		
IVE [v]	((incompreensível)) porque ela		
TOM [v]	(Não), ((incompreensível))		

[2]

	..	535	536
LIA [v]	("Tá com cheiro, muita gosta!") ((incompreensível))		
IVE [v]	é do interior.		O cheiro
TOM [v]	Do interior, ela está acostumada a cheiro forte		

[3]

	..		
IVE [v]	((incompreensível)) o cheiro do interior ((incompreensível)) ela ficou com ele.		

Excerto 86:

[1]

	557		
IVE [v]	Não, quando eu cheguei lá eu digo: "Tom, tu viu onde (aquele) botou a máquina		

[2]

	..	558	559
IVE [v]	de lavar roupa? •••		Aí, o Tom disse: "Não" Porque homen não
TOM [v]	((incompreensível))		

[3]

	..	560	561 562
LIA [k]	(riso)		
IVE [v]	olha pra essas coisas.Era trepada em cima do balcão. ••• Como é que essa		
TOM [k]	(riso)		

[4]

	..	563	564
LIA [k]	(riso)		
IVE [v]	mulher bota roupa pra lavar? Ela deve trepar uma escada, abrir a máquina		

[5]

	..	565	566 567
LIA [k]			
IVE [v]	((incompreensível))Um balcão DESTES tamanho, a máquina de lavar roupa lá em		

[6]

	..	568	569
LIA [v]	Vaalha...		
IVE [v]	cima. •• Eu nunca tinha visto isso na minha vida e o Tom: "Não filha." Pois		

[7]

.. 570 571

IVE [v]	presta atenção! • • • Onde é que tá a máquina de lavar roupa. ((2s)) E ela não podia
---------	--

[8]

.. 572 573 574

IVE [v]	trocar nada da casa. NADA! Eu disse: "Como é que tu lava a roupa?" Eu
---------	---

[9]

.. 575

IVE [v]	perguntei pra ela. Ela disse: "E/ eu bota uma/ um cavalete pra botar roupa dentro
---------	---

[10]

.. 576

IVE [v]	da máquina." A máquina lá em cima • • como se fosse uma pia de cozinha, um
---------	--

[11]

.. 577

LIA [v]	Ele é louco.
IVE [v]	balcão...

Excerto 87:

[1]

580 581 582 583

IVE [v]	o MICROONDA em cima da televisão, ehhn! O microonda em cima
TOM [v]	Não ele...

[2]

.. 584 585

LIA [v]	((5s)) NÃO!
IVE [v]	televisão!

Excerto 88:

[1]

623 624

LIA [v]	EU falo alto, arrasto cadeira e quem quiser me acompanhar • ((incompreensível))
---------	---

[2]

.. 625 626

LIA [v]	quiser. "CIÃO!" Vai pra lá!
---------	-----------------------------

Apesar da habilidade notável de avaliar todos esses comportamentos à luz das convenções sociais e de definir suas relações interpessoais com base nessas avaliações comuns, os interactantes dessa conversação, com certeza, não saberiam

explicar plenamente o domínio da sua competência social. Diante dessa delimitação, convém perguntar, então, em que sentido a organização das relações sociais representa um aspecto comportamental conscientemente realizado? Até que ponto os interactantes refletem conscientemente sobre as relações sociais e o comportamento comunicativo que eles produzem para influenciá-las? Segundo Adamzik (1994, p. 362), tudo indica que o **grau de reflexão** varia individualmente, de um grupo para o outro e, também, em correlação com a situação em questão. De acordo com a autora, sabe-se, por exemplo, que a orientação da atenção para a calibragem das relações interpessoais tende a crescer em todas as situações em que um conflito de ordem interpessoal se torna evidente. Contudo, ainda segundo a mesma autora, no âmbito de uma descrição científica que objetiva explicitar a competência relacional parece ser coerente fazer abstração do grau de consciência com o qual os interactantes, de fato, organizam suas relações e proceder metodologicamente *como se* a organização das relações representaria uma ação consciente. Por conseguinte, quando Goffman (1982a), por exemplo, começa falar de “estratégias” no contexto em que discute o “trabalho de face”, não é pressuposto necessariamente que se trate de ações conscientes.

O que se percebe na prática comunicativa cotidiana é que os interactantes, apesar da rotinização dessas atividades, mostram com seu comportamento que sabem como o **alinhamento dos papéis** interlocutivos e interacionais é fundamental para a produção bem sucedida de uma interação face a face. Aliás, isso vale tanto para a realização de uma aula, uma consulta ou um interrogatório policial quanto para uma conversa relaxada entre amigos. Os atores sociais adultos sabem por experiência própria que toda interação, à medida que o alinhamento se torna problemático, será problemática também. Para obter, então, um alinhamento mútuo de necessidades e expectativas com relação às interações projetadas, todos os participantes têm que ratificar e manejar dinamicamente os papéis interacionais e a modalidade discursiva relevantes para a atividade projetada. Em outras palavras, as identidades sociais e as relações interpessoais – independentemente do tipo de atividade comunicativa em questão – influenciam fortemente cada estágio da sua realização. Assim, pois, é imprescindível que os interlocutores, no início e no fim de uma conversa e, ocasionalmente, também em certos pontos decisivos na sua fase central, negociem esses aspectos

constitutivos. Uma vez que esse ponto, em parte, já foi discutido na seção 9.1.2.4, limitamos-nos aqui a algumas observações adicionais.

Como já foi dito antes, especialmente na **fase inicial** de uma conversação é importante chegar logo a um consenso sobre a postura adequada – o *footing* de Goffman (1998b) – com relação à própria identidade, à do(s) outro(s) e aos enunciados que estão sendo proferidos ou recepcionados. A experiência cotidiana mostra que, em muitos encontros face a face, basta um olhar, um gesto discreto, uma breve troca ritualizada para realizar – simultaneamente com a percepção da percepção mútua ou logo depois dela – uma apresentação de si mesmo e a identificação das pessoas copresentes. Independente da sua realização concreta, com a instauração da copresença abre-se também um enquadre ritual, que define a situação comunicativa, os papéis interacionais relevantes e a modalidade básica (formal, informal, solene, divertido, objetivo, emocional, etc.) da multiplicidade de interações subsequentes. Nesse ponto de vista, uma rejeição definitiva de um convite para tomar uma taça de vinho, certamente, poderia significar um começo infeliz de uma visita na casa de velhos amigos (oc 0-6, no excerto 1).

Na **fase central** de uma conversação, então, encontram-se sequências que focalizam as relações entre os interactantes especialmente quando há alguma situação crítica pela qual surgem obrigações sociais (por ex.: a menção de uma promoção profissional recente que pede uma felicitação dos copresentes) ou quando aconteceu um incidente que pesa sobre a relação ou que poderia ameaçar a face de um dos interactantes e, portanto, tem que ser reparado por uma sequência corretiva (por exemplo: um pedido de desculpa depois de ter derramado um copo sobre a mesa).

Na **fase final**, enfim, os participantes colaboram para fechar o que acabamos de chamar o enquadre ritual, revogando a definição da situação, ratificando o fechamento do conteúdo temático e formulando avaliações, agradecimentos, bons desejos e saudações de despedida. Contudo, aqui como na fase inicial vale dizer que em muitas ocasiões bastam algumas atividades mínimas para manter o equilíbrio ritual. Esse tipo de comportamento observa-se, por exemplo, quando há proximidade espacial entre os interactantes (por ex.: colegas de

trabalho); quando eles se encontram frequentemente (por ex.: professor e alunos) ou quando se trata de um encontro meramente casual, como num atendimento no balcão de uma companhia aérea.

Tudo isso mostra que os atores sociais interpretam todas as formas de participar numa atividade comunicativa, também, sob o aspecto da sua importância para a **constituição de identidades e relações sociais**. Isso significa que eles colaboram na produção comum (*joint production*) de ações dialógicas – como a abertura e o fechamento de uma interação, a troca de turnos, a distribuição dos direitos e deveres de participação e a iniciação, realização e finalização de padrões interacionais complexos – e se esforçam para elaborar seus enunciados em função dos seus destinatários (*recipient design*) não apenas com a finalidade de transmitir informações, mas também para representar uma imagem de si mesmos (*self presentation*) e para assumir um papel identitário adequado (*role-taking*). Se essa observação vale para o que chamamos anteriormente de comunicação referencial ou representativa, ela está mais certa ainda quando se trata de um gênero comunicativo como o mexerico em que a comunicação fática (MALINOWSKI, 1923; JAKOBSON, 1960) e o gerenciamento de impressões (*impression management*; DILLARD *et al.*, 2000; GOFFMAN, 1982c, 1992; PIWINGER, 2002; SCHLENKER) ocupam o centro das interações.

Do ponto de vista geral, convém realçar que as identidades e relações interpessoais a constituir numa conversação estão regularmente numa **relação de dependência complementar**, ou seja, as posições dos interlocutores copresentes estão correlacionadas entre si de tal modo que conhecendo uma posição pode-se deduzir a outra (por ex.: falante e não falante, anfitrião e convidado, mãe e filha, caipira e cosmopolita). Por outras palavras: mudanças ou trocas em uma das posições acarretam mudanças de todo o conjunto, ou seja, das demais relações e identidades. Na medida em que as posições dos participantes, sempre, representam também um produto das negociações (implícitas e, às vezes, explícitas) que eles realizam nos diferentes níveis de constituição da interação, pode-se afirmar que as identidades e as relações sociais devem ser compreendidas como posições pragmáticas disponíveis numa rede de participantes a qual surge no decorrer do processo conversacional.

Particularmente, a introdução de enquadres acionais ou gêneros comunicativos (como uma fofoca) é ligada a **papéis de participação** que, de um lado, pressupõem determinadas identidades e relações sociais, mas, do outro, se tornam elementos definitórios dessas identidades e relações justamente em virtude da realização da atividade em questão. Por exemplo, um mexerico constitui-se, essencialmente, de duas ações complementares: os julgamentos morais contra conhecidos comuns proferidos por um amigo, um vizinho ou um colega e os encorajamentos vindos dos seus “conjurados” que querem ouvir mais um “furo”. Como já foi dito antes, essa atividade linguageira tem como condição prévia, entre outras coisas, um conhecimento biográfico ou social como amigo, vizinho ou colega de trabalho, uma relação de confiança mútua entre os participantes e um sentimento de pertencer ao mesmo grupo social.

Contudo, com o mesmo direito com o qual esses fatores são considerados uma condição prévia, poder-se-ia dizer que o conhecimento, a confiança e o sentimento de grupo são também o resultado (de uma longa série de instâncias) desse tipo de atividade. Conclui-se, então, que a constituição de identidades sociais e de relações interpessoais se caracteriza, simultaneamente, por duas funções: uma, que diz respeito à **organização interna** de uma conversação e a outra, que faz referência às **circunstâncias externas**. Todavia, para o analista da conversação, essas identidades e relações – como já mencionamos – têm existência apenas na medida em que têm algum efeito demonstrável sobre a interação em análise.

Diante das observações precedentes, é preciso reconhecer que a constituição de identidades e relações sociais representa para os participantes de uma conversação um aspecto essencial da interpretação o qual norteia tanto a produção das formas da própria participação numa ação quanto a interpretação da participação dos parceiros. O que está em jogo para os participantes é assegurar mutuamente a **tipicidade social** das realizações das suas ações para poder analisar adequadamente os acontecimentos conversacionais locais e para poder reagir adequadamente a eles. Nesse processo, cada enunciado e sua modalização específica representam uma fonte potencial de **pistas de contextualização** para a constituição e para a análise de identidades e relações sociais.

Na literatura relevante, há um consenso geral que certas manifestações verbais (por exemplo: as formas de tratamento) e não verbais (por ex.: o sorriso) funcionam como construtores de papéis interacionais. Usando esses **relacionemas** (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 64), os interactantes marcam (i) a distância horizontal (próximo/íntimo vs. distante) e (ii) vertical (simétrico vs. assimétrico) entre si, realizam o trabalho de face necessário para produzir (iii) interações cooperativas ou competitivas e contemplam-se mutuamente com (iv) manifestações afetivas de simpatia ou antipatia. Levando em consideração as formas expressivas que caracterizam essas **quatro dimensões** (por exemplo: os pronomes pessoais, as expressões avaliativas que se referem aos participantes, o vocabulário afetivo, a fraseologia das expressões idiomáticas, as partículas, os marcadores discursivos, os modalizadores, os minimizadores, os desarmadores, os moderadores, as implicações semânticas e implicaturas pragmáticas, as conotações estilísticas, etc.), assim como os padrões típicos do trabalho de face – por exemplo: as ações corroborantes (*supportive interchanges*,) e as ações corretivas (*remedial interchanges*) (GOFFMAN, 1974a, 1982b, 1982d) – mostra-se que a comunicação das relações interpessoais costuma ocorrer rotineiramente e de modo ritualizado, podendo permanecer no segundo plano da atenção, enquanto as atitudes assumidas são encenadas sem ambiguidades, isto é, de uma maneira que não exige elucidações que dependem de comentários metacomunicativos.

De uma maneira geral, a **comunicação fática** é potencialmente onipresente e constitutiva para todos os propósitos comunicativos. Quem já entrou, sem querer, numa discussão com parceiros, colegas, desconhecidos, etc. sabe como o potencial de conflito é grande quando aspectos relacionais como a intimidade, a confiança, o respeito, o poder, a dependência passam a fazer parte de um jogo de linguagem. Ora, é de conhecimento comum que é possível procurar em todos os enunciados (ou, por assim dizer, entre as linhas da transcrição) um significado sutil para a interpretação de relações interpessoais, embora haja, provavelmente, poucos trechos explicitamente relevantes para essa função.

Apesar dessa onipresença, o primeiro problema que, então, se coloca quando o interesse analítico se volta para os aspectos interpessoais e identitários é

que os enquadres relevantes para sua constituição são, raras vezes, tematizados explicitamente, mas costumam aparecer em **metamensagens** (BATESON, 1972a; WATZLAWICK *et al.*, 1980; TANNEN, 1990), representando, nesse ponto de vista, apenas epifenômenos das ações interacionais. É mais adequado, portanto, caracterizar esses aspectos como padrões de “reação mútua” (SPRANZ-FOGASY, 2002, p. 38) que “muitas vezes, são negociados e realizados em comum, mas que, frequentemente, se estabelecem também contra as intenções de participantes da interação como mostram os inúmeros exemplos de mal-entendimentos sistemáticos em contextos interculturais” (*id. ibid.*).

Convém mencionar ainda o que todo mundo já sabe por experiência própria, isto é, que a continuação da comunicação não depende da questão de se a polidez mutuamente demonstrada baseia-se em **sentimentos verdadeiros**. A demonstração de emoções por meio de formas expressivas como um elogio, uma saudação, um agradecimento, uma repreensão, uma felicitação, etc. ocorre de acordo com os **modos convencionais** de uma sociedade ou cultura para o estabelecimento e a qualificação de relações pessoais e não depende de um estado psíquico do falante que corresponda ao valor ilocutivo do seu enunciado.

Apesar dessa convencionalidade das interações, é de se pressupor que o **perfil interacional** de cada participante, ou seja, “a configuração do decorrer das ações interativas verbais de todos os participantes em relação a um participante individual” (SPRANZ-FOGASY, 2002, p. 47) é específica em cada conversação. No centro da descrição da tipicidade das ações individuais em conversações encontra-se a reconstrução do esquema acional operante, o que inclui, entre outras coisas, informações sobre as tarefas interacionais envolvidas, sobre sua distribuição local entre os participantes, sobre a solução organizatória dessas tarefas pelos participantes, sobre a estruturação da representação dos fatos, sobre a modalização das ações verbais e sobre a análise da sequenciação dessas tarefas (*op. cit.*, p. 52-56).

Levando em consideração, os resultados das análises já apresentadas neste capítulo, podemos, então, afirmar que os participantes da nossa conversação agem no papel social de amigos que, durante a interação, assumem alternadamente

os papéis interacionais de narrador(a) e ouvinte(s). O campo temático de “comportamentos em situações cotidianas” fornece o motivo para revelar detalhes sobre a vida particular e o caráter de vários conhecidos ausentes. Num **estilo cooperativo-complementar**, os interlocutores coproduzem algumas histórias ou partes de histórias que invariavelmente terminam com avaliações pejorativas dos protagonistas. Os participantes regulam a transição do direito de fala visando sempre o propósito comum de escutar novidades, divertir-se com os amigos e confirmar seus valores e sua visão comum da vida. Em princípio, eles se concedem mutuamente o direito pleno da fala apesar de a tomada de turno não ocorrer sempre em lugares relevantes para a transição. “No calor do combate”, as trocas de turno, às vezes, são concorridas, mas as sobreposições de fala não são resultados da intenção de impedir a fala do outro, mas sinalizam atenção e envolvimento afetivo. Os pequenos “deslizes” contra a etiqueta da troca de turnos explicam-se, numa parte, pela marcação ambígua dos lugares de transição e, numa outra, pela relação especial entre casais que narram uma história em comum.

Embora o tempo de fala e o conhecimento temático não estejam distribuídos de modo homogêneo, podemos falar de **relações simétricas**. Tomando a conversação inteira, é Lia que mais fala e, depois dela, Ivete. Tom é quem contribui menos no papel de falante – já que não é amigo de infância das duas narradoras e, portanto, também não conhece tão bem as “três paulistas” – mas não se pode esquecer que a narração das fofocas acontece, sobretudo, em virtude do seu interesse, pois sua esposa parece já conhecer o conteúdo da maioria delas. Durante a produção de uma fofoca, a narradora, naturalmente ganha mais tempo para sua fala, mas, devido à alternância dos papéis essa distribuição heterogênea tende a ser compensada no decorrer da interação.

Do ponto de vista contedístico, as conexões dos turnos são de **alta responsividade**: os participantes fazem referência às partes essenciais dos enunciados dos seus parceiros. Essa referência, no entanto, não se constitui por pares adjacentes como perguntas e respostas, mas por comentários avaliativos aos fatos representados nos relatos interativos. Agindo dessa maneira, os participantes se concedem mutuamente um amplo espaço de ação que cada um pode aproveitar para suas próximas ações. Não há marcas de divergências abertas entre os

interlocutores que se estimulam mutuamente a exprimir suas atitudes através de risos, gargalhadas e expressões atitudinais como “Não acredito!” (oc 123, 125, no excerto 47; oc 242, no excerto 61; oc 495, 509, no excerto 84), “Putá!” (oc 161, no excerto 77), “É muito cafona!” (oc 189, no excerto 45) “Ah meu Deus!” (oc 215, no excerto 37), “Valha-me São Benedito!” (oc 402, no excerto 89 abaixo; oc 568, no excerto 86; oc 599, no excerto 67), “Ave Maria!” (oc 431, 435, no excerto 82), “AHhh” (497, no excerto 90 abaixo), “Ei que nojo!” (oc 528, no excerto 91 anexo), “Não!” (oc 585, no excerto 87), “Vai pra lá! (oc 626 e 628, no excerto 4)”. Muito pelo contrário, essas marcas interpretativas de compreensão e de adesão à posição do(s) parceiro(s) incentivam esse(s) a continuar(em) com seus relatos moralizantes e, desse modo, revelam-se como imprescindíveis para a produção de uma fofoca. Sem essa responsividade afetiva, a conversação, certamente, mudaria logo para outra modalidade e outro gênero comunicativo qualquer.

Excerto 89:

[1]

	401	402	403
LIA [v]	Aí, o Edmilson diz: "Ave Maria, não aguento não." Aí, lê até duas horas à tarde.		
IVE [v]	Valhe me São Benedito!		

Excerto 90:

[1]

	492	493	494	495	496
LIA [v]	Não! Não acredito. Quanto é a conta				
TOM [v]	Uma LINDA brasileira de vinte anos.((incompreensível))				

[2]

	..	497	498
LIA [v]	bancária dele?(Pois) pra aguentar esse porrê, AHhh.		
TOM [v]	Eheh/		Pois é.

Excerto 91:

[1]

	527	528
LIA [v]	Ei que nojo!	
TOM [v]	O cabra não toma banho há uma semana e pega a carne com a mão.	
TOM [k]	(risos)	

Em suma, no decorrer da conversação em análise consolida-se a impressão de o que determina efetivamente o processo conversacional e as ações recíprocas dos interlocutores é a **ligação afetiva** dos participantes à temática principal e o seu desejo de fortalecer o compromisso comum com os valores e as atitudes de uma normalidade partilhada. Comparando essa coprodução de focos numa conversação entre amigos com o comportamento deles esperado em outras situações comunicativas (por exemplo: em discussões confrontativas, em interações profissionais ou em encontros com estranhos), pode-se concluir que o perfil interacional de cada participante não é autodeterminado, mas depende da distribuição das tarefas interacionais, da configuração das ações no decorrer do processo conversacional em andamento e do comportamento dos parceiros em cada situação (cf. SPRANZ-FOGASY, 2002, p. 106). Certamente, as ações de cada interactante baseiam-se no seu conhecimento sociocultural das diferentes esferas de atividade e dos papéis sociais envolvidos, mas o comportamento de cada um varia de acordo com os papéis interacionais e interlocutivos assumidos nas diferentes situações comunicativas. Uma vez que os papéis sociais são submetidos às necessidades específicas de cada contexto concreto, é preciso que eles permitam um amplo espectro de possibilidades de variação. Esse resultado – como já foi previsível – relativiza a importância da identidade pessoal e da suposta homogeneidade das ações interacionais típicas de um ator social.

Após a apresentação resumida dos perfis interacionais dos interactantes, é interessante também, que – ao lado das pistas para localizar, dentro de uma conversação, as identidades e papéis situacionalmente relevantes – podemos observar, ainda, atividades interacionais pelas quais os interlocutores – em conformidade com a definição estabelecida da situação – visam a atribuir a si mesmos e aos outros participantes determinadas propriedades e categorias sociais (por exemplo: mulheres, mães, paulistas, nordestinos, velhos, cristãos, professores). O uso cotidiano dessas categorias demonstra que a sociedade é um objeto sobre o qual os membros refletem com o intuito de garantir a inteligibilidade e a realização das suas atividades cotidianas. Diante da multiplicidade de **coleções de categorias** socialmente disponíveis, um problema prático que os atores sociais, inevitavelmente, enfrentam cada vez que tentam organizar suas interações, concerne à escolha das

categorias adequadas para os objetivos concretos a alcançar numa determinada atividade, numa dada esfera social.

Tendo como objetivo compreender conceitualmente os modos pelos quais os atores sociais procedem para assegurar que suas categorizações sejam apropriadas à finalidade a que se destinam e que elas sejam reconhecidas como tais pelos outros membros da sua comunidade, Sacks (1992, p. 40-49) introduz o chamado **dispositivo de categorização de membros** (*membership categorization device – MIR = Member, Inference-rich, Relevant*). De um modo geral, pode-se dizer que as categorias sociais disponíveis para fazer referência às pessoas e para distinguir os membros dos não membros de uma categoria pertencem aos recursos essenciais para se compreender o mundo em que os interlocutores agem. Sacks (*op. cit.*, p. 42 e seg.) explica que os membros de uma sociedade, no que concerne às atividades sociais cotidianas, desenvolvem teorias leigas que se adaptam às categorias de pertencimento. Munidos com essas teorias (por exemplo, sobre “paulistas”), eles monitoram rotineiramente os acontecimentos no seu mundo, de um lado, com referência à questão de se eles ou o seu grupo podem ser considerados responsáveis por alguma coisa que aconteceu e, do outro, para descobrir o que os membros de qualquer outra categoria estão fazendo.

Devido à sua importância para a vida social, as categorias e as atividades correspondentes são objetos de extensos ensinamentos. Desse modo, existem inúmeras atividades exemplares que são convencionalmente atribuídas aos membros de uma categoria (*category bound activities*). Como consequência, para gerar expectativas sobre o comportamento de alguém, “não se precisa saber mais nada sobre uma pessoa com exceção da categoria de pertencimento” (SACKS, 1992, p. 43). Uma das tarefas básicas do dispositivo categorial é assumir a função de “sistemas internos de controle social” (*id. ibid.*). Segundo Sacks (*id. ibid.*), as atividades instrucionais “não funcionam como um governo”, mas – sejam elas formais ou informais – “o que todas elas têm em comum é que são continuamente realizadas, reforçadas, ensinadas e aplicadas pelos membros de uma categoria cujos membros deveriam ser controlados” (*id. ibid.*). Isso significa, então, que essas categorias são válidas na sociedade inteira. Não se trata, por conseguinte, apenas da questão do que um membro da categoria A (por exemplo: um branco) está

dizendo sobre um membro do grupo B (por ex.: um preto). De acordo com Sacks (*id. ibid.*), os membros do grupo B (i.e., os pretos) estão acreditando a mesma coisa sobre si mesmos e se, por acaso, alguém do seu grupo agir de acordo com a categorização convencional socialmente estabelecida, eles poderão, eventualmente, sentir vergonha de ser um membro desse grupo.

O dispositivo para a categorização de pertencimento a um grupo constitui-se pelas categorias e pelas regras de utilização destas (cf. HESTER & EGLIN, 1997; LEPPER, 2000; SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007a; WATSON, 1994). De acordo com Sacks (1992), empiricamente, as coleções de categorias que as pessoas usam na interação caracterizam-se por **três traços essenciais**: (i) elas são ricas de inferências porque formam o estoque de conhecimento comum que as pessoas ordinárias têm sobre como as pessoas se comportam tipicamente; (ii) elas são protegidas contra indução porque as pessoas não corrigem esse conhecimento, mas antes avaliam uma pessoa como uma exceção ou como diferente dos membros de uma categoria e (iii) elas são associadas com atividades típicas dos membros de um grupo, de tal modo que é possível aludir a uma pessoa mencionando apenas que essa pessoa realiza uma ação tipicamente associada com uma determinada categoria.

As **regras de aplicação** básicas, por sua vez, dizem: (i) basta, em princípio, selecionar um único termo de um dispositivo de categorização para fazer uma referência *adequada* a um membro de uma determinada categoria (regra de economia); (ii) quando, numa dada situação, se seleciona um dispositivo categorial para efetuar uma categorização de uma porção de uma população, é possível usar as categorias desse mesmo dispositivo, em seguida, para categorizar a totalidade daquela população (regra de coerência) e (iii) há certas máximas para instruir os interactantes como as categorias mencionadas por outros devem ser interpretadas (*viewer's maxims*). Além disso, as categorias são empíricas, ou seja, são categorias usadas pelos membros de uma sociedade; não se trata, então, de grupos ou organizações postuladas por sociólogos.

De modo geral, as práticas de efetuar categorizações têm como propósito determinar as condições sob as quais os interactantes podem agir e incluir ou excluir

as pessoas em determinado grupo social. Todavia, para realçar a dimensão *interacional* dessas representações de imagens identitárias, de atitudes e de relações sociais, Wolf (1999) introduz o conceito de **posicionamento social**. Segundo a autora, ao realizar um posicionamento social, os interactantes tematizam uma categoria social que lhes disponibiliza informações necessárias para a interpretação das atividades em desenvolvimento (por exemplo: uma conversa entre amigas, uma conversa entre mãe e filha). Certas formas de posicionamento social – como as descrições de disposições psicológicas (“eu não quero álcool não”, oc 4; “eu falo alto, arrasto cadeiras”, oc 623), os relatos sobre eventos nos quais participaram (uma viagem de avião para São Paulo, oc 107-215; “um congresso internacional”, oc 447), o uso de recursos verbais que simbolizam o pertencimento a um determinado grupo social (por exemplo: as formas dialetais (“brega”, oc 57; “lindinho”, oc 245), as expressões de certas subculturas socioculturais (“Ave Maria”, oc 402) ou as expressões de linguagens técnicas (“centro de convenções”, oc 447)) e, especialmente, as categorizações explícitas como “mulher” (oc 106, 187, 595), “eu sou é professora” (oc180), “mãe” (oc327), “minha filha” (oc 387) – têm implicações para a face dos participantes e estruturam o potencial de uma interação na medida em que fazem referência a avaliações sociais, emoções e atitudes correlacionadas.

Na conversação em análise sobressai que os interlocutores referem-se uns aos outros preferencialmente com categorias que sinalizam relações simétricas e de proximidade em interações cooperativas nas quais predominam a simpatia e a confiança mútuas. Desse modo, as categorias usadas para dirigir-se aos outros interactantes são: os nomes próprios, os nomes para a relação de parentesco “mãe” e “filha” (oc 328, 329, no excerto 46; oc 415, no excerto 43), os apelidos “mulher” (oc 164, no excerto 92; oc 187, no excerto 45; oc 579, no excerto 52; oc 595, no excerto 73), “minha filha” (oc 113 e 126, no excerto 47; oc 396, no excerto 56) e “criatura”, no sentido elogioso, (oc 537, no excerto 93 abaixo) para identificar a amiga e “gente” (oc 508, no excerto 94 abaixo) para referir-se ao próprio grupo de interactantes.

Excerto 92:

[1]

	162	163	164	↓
LIA [v]	Aí, eu peguei e fiquei calada. Ia dizer o que, ne?• E quando chegou lá, mulher,			

[2]

165 166 167

LIA [v] mmh, • um restaurante daquiii • lá para a Av. Roberio Santos • • o comprimento.

Excerto 93:

[1]

537

LIA [v]
IVE [v] Criatura, morei em Salvador, ((incompreensível)) quando eu olhei, eu fiquei

[2]

..

LIA [v]
IVE [v] (duro na cadeira).**Excerto 94:**

[1]

504 505 506

IVE [v] Eu olhei pra Toom/
TOM [v] Assim na mão, • • o molho (escorrendo), uma tesoura de papél • • krk krk

[2]

.. 507 508 509

LIA [v] GENTE, eu não acredito não!
TOM [v] krk (cortado).
TOM [k] (risos)

Nas suas narrações, Ivete e Tom descrevem-se como marido e mulher que estão de viagem (oc 419, no excerto 95), como filha que defende a honra do pai (oc 285, no excerto 96) e como convidados de um cientista genial, mas muito excêntrico (oc 451, no excerto 97).

Excerto 95:

[1]

419 420

IVE [v] Luluzina, ombro, Luluzinha!
TOM [v] aquele/ aquele colega meu que a gente foi lá em/((3s))

[2]

421

TOM [v] em Salvador.

Excerto 96:

[1]

	283	284	285
LIA [v]	Ela se tornou uma paulista INSUPORTÁVEL!		
IVE [v]	Não/ ••• Lia, meu pai era paulista.		

[2]

	286
IVE [v]	((3s)) mas nunca foi insuportável.

Excerto 97:

[1]

	450	451	452	453
LIA [v]				
IVE [v]	Chamou o			
TOM [v]	(E nós dois fomos) convidados na casa dele. Eu já não queria ir, mas tem que			

[2]

	..	454	455
IVE [v]	Tom. ((incompreensível))((incompreensível)) Na semana que a gente tava [...]		
TOM [v]	((incompreensível)) ((incompreensível))		

Lia por sua vez, se apresenta nos seus relatos interativos como uma professora (oc 180, no excerto 98) que tem orgulho da sua profissão, uma quarentona que frequenta shopping centers (oc 99, no excerto 99) e que chama suas amigas confidencialmente de “meninas” (oc 100, no excerto 99). Ela tem amigos que gostam de viajar para o exterior (oc 144, no excerto 100) e que podem contratar arquitetos de outros estados (oc 225, no excerto 101; oc 272, no excerto 102). Solteirona convicta, ela pode viajar espontaneamente para São Paulo e festejar seu aniversário com velhos amigos (Morão e Edmilson) (oc 107, no excerto 103; oc 627, no excerto 104), mas ela despreza a arrogância e os comportamentos antissociais das suas três amigas de infância em São Paulo e os restaurantes chiques e cheios de casais de namorados (oc 170, excerto 105) que elas frequentam.

Excerto 98:

[1]

	178	179	180	181
LIA [v]	"Eu falo ALTO que eu sou é professora."((incompreensível))			
IVE [k]	(risos altos)			
TOM [k]	(rindo às gargalhadas)			

Excerto 99:

[1]

	99	100
LIA [v]	••• Ontem todo mundo no shopping tava fresquando: "Menina, é melhor ligar	

[2]

	..	101	102
LIA [v]	para a Míriam • pra saber se esse vinho (está na temperatura)		
LIA [k]	(rindo) (rindo às gargalhadas)		
IVE [v]	(tá na temperatura ideal, Lia)		

Excerto 100:

[1]

	144	145
LIA [v]	• Como o Júlio ia viajar para Buenos Aires às sete horas de manhã, o Júlio disse:	

[2]

	..146
LIA [v]	"Eu vou jantar e volto para o hotel.

Excerto 101:

[1]

	224	225
LIA [v]	a arquiteta que/ que/ que projetou lá, é muito amigo e	
IVE [v]	O Morão conhece a creatu/	

[2]

	..	226
LIA [v]	veio fazer aqui. Aí, ela/ ele trouxe/ ela trouxe todo o pessoal que trabalha.	

Excerto 102:

[1]

27 271 272
0

273

LIA [v]	Eeh! o arquiteto foi (incompreensível, 0,2s)é/
IVE [v]	E/ (São Luís tem mais jacaré do que
TOM [v]	•mas o arquiteto foi (paulista)
TOM [k]	(riso)

[2]

..

LIA [v]	não sei nem o que.
IVE [v]	
TOM [k]	

Excerto 103:

[1]

140 141

LIA [v]	Eu disse: "Morão, (ele esquece) que fazer dia de aniversário, nós quatro estamos
---------	--

[2]

.. 142

143

LIA [v]	viajando. Eu só quero uma coisa: ir jantar fora, depois eu quero ir dançar."
---------	--

Excerto 104:

[1]

627 628

LIA [v]	Vai pra lá! Eu não vou é viajar pra me submeter as regras dessas três criaturas!
---------	--

[2]

629

LIA [v]	VAI PRA LÁ!
---------	-------------

Excerto 105:

[1]

168 169

170

171

LIA [v]	Todo escuro. À luz de vela. Cheio de casal de namorado, Ivete. Era/ era/ não era o
---------	--

[2]

..

172

173

174

LIA [v]	lugar que eu queria ir. •• ("Cadê que a gente podia conversar.") Desse jeito.
LIA [k]	(falando rápido)
IVE [k]	(risos)
TOM [k]	

Ao contrário das autodescrições de Lia, Ivete e Tom, as categorias usadas por eles para referir-se aos protagonistas das histórias relatadas têm frequentemente conotações pejorativas. Desse modo a descrição das “três paulistas” (oc 246, no excerto 106; oc 283, no excerto 107; oc 306, no excerto 108), inclui as seguintes categorizações: Miriam é um *Chefe de Cuisine* prepotente (oc 42, no exerto 109) que se dá ares de refinada, mas chama seu aluno de “brega” (oc 56, no excerto 110); quando é tratada como um enófilo (oc 197, no excerto 111), ela “enche” como o sapo da famosa fábula, mas, no fundo, ela continua a ser uma sertaneja (oc 190, no excerto 112) abandonada pelo mundo (oc 587, no excerto 113) e misantropa (oc 317, 319, no excerto 114; oc 593, o excerto 115) que, na qualidade de dona de quatro apartamentos, supervaloriza a posse de bens materiais (oc 326; no excerto 116).

Excerto 106:

[1]

245 246 247 248

LIA [v] "Ahh, lindinho, inventa outra" Ela não tá toda paulista, ne. Ah, lindinho, inventa
IVE [v] É.



[2]

..

LIA [v] outra.

Excerto 107:

[1]

282 283 284

LIA [v] Por isso que a Mariana tá certa. Ela se tornou uma paulista INSUPORTÁVEL!
IVE [v] Não/



[2]

285 286

IVE [v] ••• Lia, meu pai era paulista.((3s)) mas nunca foi insuportável.

Excerto 108:

[1]

306 307 308 309

IVE [v] Ela mora em São Paulo há mais de dez anos. Não tem UM cristão que diga:



[2]

310 311

IVE [v] "SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo comigo!"

Excerto 109:

[1]

42 43 44 45 46

LIA [v] É a Mííiriam/ ••que estava no Rio na casa do Edmilson/ que foi
 IVE [v] que ensinou um prato pra Edmilson.



[2]

.. 47

LIA [v] ensinar • um macarrão à não sei o que
 IVE [v] Foi?

Excerto 110:

[1]

55 56 57 58 59 60

LIA [v] [...] Ela quase (o matou): "Seu BREGA Você não PODEbotar queijo nesse prato.

[2]

61 66

LIA [v] Não se faz isso! Macarrão com queijo ralado.

Excerto 111:

[1]

194 195 196 197

LIA [v] Aí, o Morão:"Ahh, mas não tem pessoa MAIS adequada para sugerir o vinho do



[2]

.. 198

LIA [v] que você nesta mesa."Aí, (ela encheu).

Excerto 112:

[1]

190 191

LIA [v] Aí,
 IVE [v] •• É assim Lia, o ser/ ela saiu do sertão, mas o sertão não saiu dela.

Excerto 113:

[1]

585 586 587

LIA [v]	NÃO!		
IVE [v]		Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é • uma pessoa que vive só	
TOM [v]		Agora ele tá Na ((incompreensível))	



[2]

.. 588

IVE [v]	((incompreensível)). Só que ele tem sessenta anos.
TOM [v]	

Excerto 114:

[1]

315 316 317 318 319

LIA [v]	As três (insuportáveis) e/ e • • e entre si	não se suportam.
IVE [v]	SOZINHA!SOZINHA!	Na Avenida Paulista. Elas não



[2]

.. 320

LIA [v]	Éeeeh
IVE [v]	se suportam entre elas.

**Excerto 115:**

[1]

592 593

LIA [v]	Fala muito baixo, muito baixo, muito baixo,
LIA [k]	(cochicando)
IVE [v]	É, mas é o o modelo é esse.
TOM [v]	((incompreensível)) pelo mundo.

[2]

.. 594 595

LIA [v]	muito baixo, baixo.	Mulher, mas não éé.
LIA [k]		
IVE [v]	Tu ((incompreensível)) falar baixo.Fala baixo!	
IVE [k]		(sussurando)

Excerto 116:

[1]

324 325 326 327 328

IVE [v]	((2s)) Agora já tá no quarto apartamento/	Oi, filha!
TOM [v]	Ah, a Míriam. Tá certo.	
LU [v]		Mãe!

Aline e Miriam são apresentadas como duas “barraqueiras cafonas” (oc 189, no excerto 117) que produzem um “pega” (oc 108, no excerto 118) num restaurante chique; Mafalda é categorizada como uma mulher “sem vergonha” (oc 310, no excerto 119), mas solitária (oc 300, 304, 305, 315, 316, no excerto 119) que não encontra um “cristão” (oc 309, 312, no excerto 119) disposto a fazer-lhe companhia; por extensão, as seguintes categorias podem ser atribuídas a todas as três mulheres: “criaturas”, no sentido insultuoso (oc 188, no excerto 117; oc 627, no excerto 104 acima); “gente imbecil” (oc 289, no excerto 120), mulheres “ridículas” (oc 601, no excerto 121), arrogantes (oc 615, 616, no excerto 122), “insuportáveis” (oc 312, 316, 322, no excerto 119; oc 375, no excerto 123) e solitárias (oc 317, 319, no excerto 119; oc 587, no excerto 113).

Excerto 117:

[1]

188

LIA [v] A creatura preocupada com a arrastada da cadeira/ porque a Lilian arrastou a

[2]

..

189

190

191

LIA [v] cadeira Aí,

IVE [v] É muito cafona. • É assim Lia, o ser/ ela saiu do sertão, mas o sertão não



[3]

..

LIA [v]
IVE [v] saiu dela.

Excerto 118:

[1]

107

108

LIA [v] (Eu não te disse no meu aniversário rolou um clima) com a Liana, mulher. Não
TOM [v] como é/ ela)

[2]

..

109

110

111

LIA [v] rolou um • pega com as duas. Porque a Lilian arrastou uma cadeira no
LIA [k] (rápido)

IVE [v] O que?

[3]

..	
LIA [v]	restaurante.

Excerto 119:

[1]

298	299	300	301	302
IVE [v]	Passou o Ano Novo	SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.		
TOM [v]	(Mas elas se separaram?)			

[2]

303	304
LIA [v]	Sozinha, na Avenida Paulista com uma garrafa de champagne na
TOM [v]	Diga aí, Lia!

[3]

..	305	306	307	308
LIA [v]	mão.			
IVE [v]	SOZINHA! Ela mora em São Paulo há mais de dez anos. Não tem UM			

[4]

309	310	311
IVE [v]	cristão que diga: "SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo comigo!"	

[5]

312	313	314	315
LIA [v]	Mas, Ivete, é porque não tem (cris/ cristão que suporte)As três!		
IVE [v]	(Pois é) • SOZINHA!		

[6]

316	317	318	319
LIA [v]	As três (insuportáveis) e/ e • • e entre si não se suportam.		
IVE [v]	SOZINHA!	Na Avenida Paulista.	Elas não se

[7]

..	320	321	322
LIA [v]	Éeeh		
IVE [v]	suportam entre elas.	E não tem ninguém que suporta	
TOM [v]	Porque "as três"?		

Excerto 120:

[1]

288	289	290	291
LIA [v]	Pelo amor de Deus.		
IVE [v]	• • • Isso eu chamo de gente IMBECIL.	Ela e a Mafalda.	

Excerto 121:

[1]

600

LIA [v] Alto não porque ela já deu um ((incompreensível)) arrastar de cadeira

[2]

601

LIA [v] ((incompreensível)) sido RI-DÍ-culo!

TOM [v] (risos)

Excerto 122:

[1]

615

616

LIA [v] [...]

IVE [v] Porque ela é importante. • • • Ela deve se achar muito importante.

Excerto 123:

[1]

373

374

LIA [v] o Edmilson me disse que nunca mais botar os pês na casa da Miriam.

IVE [v] Ei, foi?



[2]

375

376

377

LIA [v] Porque ele disse que não aguenta ((incompreensível)) ELA((incompreensível))

O “cientista-ermitão” (oc 423, no excerto 124) Bellini, que não é alvo principal das fofocas, mas apenas protagonista de um exemplo moral que demonstra as consequências de uma vida solitária, é visto com ambiguidade. Ivete e Tom descrevem-no, de um lado, como um italiano (oc 476; no excerto 125) generoso (oc 467, no excerto 126) e muito culto (oc 548, no excerto 127), um escritor (oc 426, no excerto 128; oc 591, no excerto 129), palestrante de renome internacional (oc 437, no excerto 130) e um velho (oc 425, no excerto 131; oc 588 no excerto 132) que merece piedade pelas suas excentricidades, mas, do outro lado, ele é apresentado como um “cabra-da-pestre” (oc 527, no excerto 133) sem higiene corporal (oc 439, no excerto 134) e uma pessoa sem sentido para a etiqueta social (oc 442, no excerto 134).

Excerto 124:

[1]

	422	423	424
IVE [v]	((incompreensível))		É uma Míriam.
TOM [v]	Ele um dos mais famosos/mais famosos, [cientistas]mas do mundo inteiro		

Excerto 125:

[1]

	475	475	475
IVE [v]	Ele é italiano.		
TOM [v]	Ele queira fazer uma comida como na Italia.		Ele é italiano, sabe.

Excerto 126:

[1]

	465	466	467	468	469
IVE [v]	Se preparou		É.		
TOM [v]	Ele fez, olha, porque ele realmente, ele é uma pessoa GENEROSA Sabe, ele				

[2]

	..
TOM [v]	não/ ele dá o que você quer ele lhe dá.

Excerto 127:

[1]

	539
TOM [v]	• Tu tem que imaginar agora, ele fala com você sobre • ahm, Mozart, A Flauta

[2]

	..	540	541	542	543
IVE [v]	Agora esse homem tem dois metros de altura				
TOM [v]	Mágica do Mozart, a apresentação em	NOVENTA e quatro	Em Nova		

[3]

	..	544	545	546
TOM [v]	York, lá na Filarmônica. Foi a melhor do século. Ele assistiu. Ele tem o CD e o			

[4]

	..	547	548
TOM [v]	vídeo. Ele ((incompreensível)), ele sabe (a nota)/		

Excerto 128:

[1]

	426	427	428	429
TOM [v]	Ele tem uma obra, assim/		• ele escreveu livros, sabe • •	
TOM [nv]	<i>(mostra tamanho da obra com as duas mãos)</i>			

[2]

	..			
TOM [v]	((incompreensível))			

Excerto 129:

1]

	590	591
IVE [v]	uma carne com a mão.	((2s)) Ela não vai fatiar uma carne com a mão
TOM [v]	Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem pelos menos) trinta e cinco anos (de)	



[2]

	..	592
IVE [v]	nem vai botar ... É, mas é o o modelo é esse.	
TOM [v]	livros.	((incompreensível)) pelo mundo.

Excerto 130:

[1]

	436	437
TOM [v]	Ele deu um seminário ((incompreensível)) Ele deu um seminário de uma semana	

[2]

	438
TOM [v]	• quando você entrou na sala de/ desse seminário na universidade

[3]

	..
TOM [v]	((incompreensível))

Excerto 131:

[1]

	425
IVE [v]	A Míriam vai ser como ele (porque) ele é bem mais velho.

Excerto 132:

[1]

587

IVE [v]	Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é • uma pessoa que vive só
TOM [v]	Na ((incompreensível))

[2]

588

IVE [v]	((incompreensível)). Só que ele tem sessenta anos.
TOM [v]	

Excerto 133:

[1]

527

528

LIA [v]		Ei que nojo!
TOM [v]	O cabra não toma banho há uma semana e pega a carne com a mão.	
TOM [k]		(risos)

Excerto 134:

439

440

441

442

IVE [v]	Ele não toma banho.
TOM [v]	Ele não toma banho.DIAe noite o mesmo tenis, mesma meia,

[2]

443

444

445

446

447

IVE [v]	Camiseta!
TOM [v]	mesma bermuda, mesma camisa como eu aqui / dentro da/ CAMISETA!dentro

[3]

448

LIA [v]	Não tem/
TOM [v]	da universidade num congresso internacional.((2s)) Uma semana sem trocar!

Especialmente Lia, que não o conhece pessoalmente, chega a julgamentos morais implacáveis como “nojento” (oc 528, no excerto 135), “troglodita” (oc 554, no excerto 136) e “louco” (oc 577, no excerto 137). É interessante também, que a esposa de Bellini é introduzida por Ivete e Tom como “uma brasileira linda” (oc 493, no excerto 138), uma mulher simples do interior (oc 532, no excerto 139); enquanto a solteirona Lia se refere a ela apenas em tom pejorativo como “essa mulher” (oc 532, no excerto 139) que, vindo do interior, gosta de homens com

“cheiro forte” (oc 535, no excerto 139) e uma conta bancária alta (oc 496, no excerto 138).

Excerto 135:

[1]

	527	528
LIA [v]		Ei que nojo!
TOM [v]	O cabra não toma banho há uma semana e pega a carne com a mão.	
TOM [k]		(risos)

Excerto 136:

[1]

	553	554	555
IVE [v]			Ele é troglodita.
TOM [v]	Tudo isso ele tem na cabeça e ao mesmo tempo ele corta a carne.		
TOM [k]			(risos)

Excerto 137:

[1]

	576	577
LIA [v]		Ele é
IVE [v]	A máquina lá em cima • • como se fosse uma pia de cozinha, um balcão...	

[2]

	..
LIA [v]	louco.

Excerto 138:

[1]

	488	4490 8 9	491	492	493
LIA [v]		Ainda tem		esPOsa?	
TOM [v]	Pois, ele cozinhou e a esposa dele. Aí, quando ele ((incompreensível)) Uma				

[2]

	..	494	495	496
LIA [v]		Não! Não acredito. Quanto é a conta bancária		
TOM [v]	LINDA brasileira de vinte anos. ((incompreensível))			

[3]

	..
LIA [v]	dele?

Excerto 139:

[1]

	532	533	534
LIA [v]	Como é que essa mulher no, no/ (aguenta).		
IVE [v]			((incompreensível)) porque ela
TOM [v]			(Não), ((incompreensível))

[2]

	..	535	536
LIA [v]		("Tá com cheiro, muita gosta!")	((incompreensível))
IVE [v]		é do interior.	O cheiro
TOM [v]		Do interior, ela está acostumada a cheiro forte	

[3]

	..
IVE [v]	((incompreensível)) o cheiro do interior ((incompreensível)) ela ficou com ele.

Revisando o que se discutiu até o momento sobre o aspecto interpessoal da organização conversacional e as possibilidades analíticas das relações que se constroem entre os interactantes, conclui-se que, de acordo com o **princípio geral da cooperação**, a participação de diferentes atores sociais numa interação face a face traz consigo a obrigação de que eles categorizem a situação e organizem suas relações mútuas. A realização dessa tarefa pressupõe, de um lado, que eles atribuam a si mesmos e aos seus parceiros os papéis relevantes para a conversação e um conjunto de comportamentos esperáveis e, do outro, que eles tornem sua participação individual visível uns para os outros. É preciso distinguir, em princípio, entre os comportamentos e papéis interacionais constitutivos do enquadre interacional operante (por exemplo: fofoqueiros) e os aspectos mais estáveis de identidades e relações sociais os quais derivam da história de interações (amigas de infância) e do estatuto social de cada participante (professora, mulher, mãe). Geralmente, os interlocutores mostram-se como pessoas que têm o comportamento e as atitudes típicas de membros de uma determinada categoria social (amiga de infância, professora, turista, mãe, mulher, etc.), mas os modos de participação na interação concreta dão especificidade a esses padrões interacionais gerais, deixando, aos poucos, aparecer o pano de fundo pessoal.

9.1.5 A constituição da reciprocidade

Em comparação com encontros entre atores sociais com relações assimétricas ou de grande distância interpessoal, observa-se em **conversações entre amigos** (como naquela cuja transcrição está no anexo do presente trabalho) que os participantes podem se basear num grande estoque de conhecimentos comuns; que a atividade inteira se encaixa numa história conversacional longa e que uma possível desigualdade entre os mesmos no que diz respeito à idade, ao gênero social, ao estatuto social, ao pertencimento a determinados grupos socioculturais, etc. costuma ter um papel muito menor do que tem a concordância entre certos pontos de vista pessoais e atitudes, valores e crenças fundamentais que motiva a simpatia mútua e, em cada novo encontro, a produção de conversações como parte de uma amizade genuína.

Quanto ao papel do **conhecimento partilhado**, cabe ressaltar também que, numa conversação descontraída, o compartilhamento de memórias e sentimentos facilita a compreensão do conteúdo e a exploração das rotinas conversacionais e pode ser usado como uma fonte inesgotável para a seleção e progressão temáticas. Além disso, a ausência de cerimônias, os saberes comuns e a relação muito próxima são condições prévias de atividades languageiras que na conversação com estranhos dificilmente produzem o mesmo sentido jocoso, como “implicar”, “fazer caçoada”, “fazer mangação” e outros tratamentos um tanto provocadores, bem como “bisbilhotar”, “futucar”, etc. e ainda “historiar”, “miudear” e contar anedotas, histórias ou piadas de um modo colaborativo que só pode ser fruto de uma longa vida em comum.

Uma vez que o estoque de conhecimentos comuns representa um componente essencial das relações de amizade, é natural também que, em muitas conversações entre amigos, os participantes manifestem esse conhecimento – por exemplo, ao retomar histórias passadas – e expressem as emoções e conotações que essas reminiscências evocam no intuito, simplesmente, de continuar sua história comum de interações ou, às vezes, para revelar um aspecto profundo da própria personalidade. Também faz parte desse **ritual cotidiano**, fazer perguntas pessoais,

contar novidades e manter-se atualizado sobre a vida do(s) outro(s) para reafirmar a concordância do pensamento e a reciprocidade do afeto. Ainda que todas essas atividades não aconteçam necessariamente no primeiro plano de uma interação, pode-se concluir que a confiança em diferentes graus de intensidade é a fonte e, simultaneamente, o propósito das conversações entre amigos. Essa confiança, de um lado, é sempre já dada e, do outro, tem que ser criada cada vez de novo. “Jogar conversa fora” ou *talking gibberish* – como se diz em inglês – é, portanto, uma parte essencial das nossas relações de amizade.

Apesar de todas essas satisfações das conversas entre amigos, é inevitável que a **produção interacional da reciprocidade** passe por uma série de dilemas que ameaçam o trabalho necessário de colaboração. Como se sabe, devido à singularidade das biografias e ao próprio caráter da linguagem humana, existe invariavelmente uma diferença intransponível entre os indivíduos e uma indiciabilidade das expressões verbais impassível de anulação (cf. cap. 4.6.). Por isso, é imprescindível – na conversação com amigos como em qualquer outra comunicação face a face – efetuar certos trabalhos cooperativos que produzem as condições e possibilidades básicas da comunicação (cf. HABERMAS, 1989). A necessidade de realizar essas tarefas implica algumas idealizações práticas – como a hipótese da congruência dos sistemas de relevância (cf. cap. 4.5.) – que os participantes efetuam rotineiramente no intuito de eliminar os dilemas potenciais, pelo menos para a duração e os propósitos da interação em curso.

Dito isso, fica claro que o termo “reciprocidade” no título desta seção refere-se à estrutura das suposições recíprocas dos interactantes com relação às expectativas sobre sua participação nas ações em curso. Mais concretamente: *ego* pressupõe que *alter-ego*, assim como ele mesmo, esteja disposto e capaz de aplicar os mesmos métodos de constituição de significados e de realização de padrões acionais e que ele tenha as mesmas suposições com relação à disposição e às capacidades de *ego*. Teoricamente, essa conjectura parece ser clara, mas, na prática, ocorrem muitas **violações desse princípio da reciprocidade**: um motivo disso é a superestimação do conhecimento comum, como pode se observar nos trechos oc 218-222 (no excerto 140) e oc 295-309 (no excerto 141), nos quais Tom pede algumas informações adicionais que Ivete e Lia só fornecem com certa

relutância ou impaciência, sinalizando que, em sua opinião, se trata de obviedades que nem merecem menção; outra razão encontra-se na supressão de diferenças na percepção e interpretação do mundo, o que se observa, por exemplo, no episódio “O ermitão” (cf. tabela 1 na página 521) relatado nas oc 416-592 (no anexo), em que Tom tenta descrever o caráter de Bellini, realçando, repetidamente, as qualidades profissionais dele enquanto Ivete e Lia se interessam muito mais pelo matrimônio e pelo mobiliário da casa dele.

Excerto 140:

[1]	218	219	220	221
LIA [v]	Ela disse: "Lindinho			
IVE [v]	não aqui, o Morão comprou um apartamento.			
TOM [v]	Ah, lá em em		Ah, aqui?	
		↑		↑
[2]	222	223		
IVE [v]	Não, mas como é a história?			
TOM [v]	Você não falou que era em Sa/ em em			

Excerto 141:

[1]	295	296	297	298	299	
LIA [v]	Não.					
IVE [v]	•• Em Fortaleza, querido,		Não. Em Fortaleza/ é o			
TOM [v]	E a Mafalda mora junto com (elas)?				E a	
		↑			↑	
[2]	..	300	301	302		
IVE [v]	seguinte	Tá. Presta atenção! Passou o Ano Novo				
TOM [v]	Mafalda tá em São Paulo também?			(Mas elas se		
				↓		
[3]	..	303	304	305	306	307
LIA [v]					Sozinha, na	
IVE [v]	SOZINHA/Presta atenção / a nossa Mafalda.					
TOM [v]	separaram?)			Dig aí, Lia!		
[4]	..	309				
LIA [v]	Avenida Paulista com uma garrafa de champagne na mão.					
IVE [v]	SOZINHA!					

Devido ao já mencionado caráter peculiar das conversações entre amigos, é de se esperar que as transgressões do princípio de reciprocidade ocorram com frequência maior em **conversações competitivas** ou **conflituosas** que se caracterizam, entre outras coisas, por divergências notáveis entre as perspectivas dos participantes, pelo esforço (maior ou menor) de aproximar os diferentes pontos de vista e pela suspensão intencional de assuntos conflituosos. Nesse tipo de interação verbal, em que a violação do princípio da reciprocidade pode representar um elemento sistemático da troca de mensagens, a constituição das atividades comunicativas, a representação dos fatos e as relações interpessoais podem dar lugar a divergências acentuadas ou, até, a rupturas das negociações com suspensão temporária (ou definitiva) da suposição de reciprocidade pelos participantes (cf. GRUBER, 1996; SCHWITALLA, 1996, 2001; SCHWITALLA & SCHANK, 1987; SPIEGEL, 1995).

Com efeito, a presença ou a ausência de violações mais sérias do princípio da reciprocidade pode funcionar como um traço distintivo entre, de um lado, as interações confrontativas e, do outro, as conversações num ambiente social de confiança e de simpatia recíproca. Evidentemente, o atributo “mais sérias” nessa afirmação, não se refere principalmente ao **tipo de transgressão** que envolve apenas pequenos descuidos com a organização da conversação, mas ao conjunto de ações conversacionais que trazem consigo ameaças graves à face dos interlocutores; como ocorre, por exemplo, quando, numa discussão polemica, um participante tenta obstruir as ações do outro, imputando-lhe permanentemente atitudes de dissimulação ou de obscurecimento que visam enganar os ouvintes ou prejudicar terceiros. A questão de se as perturbações resultantes dessas transgressões podem ser vistas como ocorrências normais e inevitáveis ou como anomalias e ameaças à face, depende da tarefa interacional atingida e da persistência do transgressor. Para resolver um distúrbio das atividades interacionais existem múltiplos mecanismos de impedimento de “infrações” e de renormalização do fluxo conversacional

Dependendo do quanto a produção da reciprocidade ocorre de forma automática ou se torna problemática para os participantes, é possível observá-la, em graus diversos de **saliência**, nas atividades dos mesmos. Particularmente, na

abertura e no fechamento de uma conversação ocorrem regularmente atividades rotineiras para estabelecer a reciprocidade, as quais são realizadas por meio de formas expressivas convencionalizadas, como saudações ou convites. No decorrer da interação, então, a normalidade da situação e a suposição da reciprocidade confirmam-se continuamente pelo funcionamento sem “enguiço” da máquina conversacional. Todavia, especialmente em momentos nos quais os participantes precisam absorver problemas com a produção da reciprocidade, verifica-se que uma realização demonstrativa dos padrões interacionais operantes, de acordo com as normas formais previstas, fortalece o caráter assertivo das ações.

Para dar um **exemplo** comum, convém mencionar os debates políticos com um mediador, nos quais qualquer reclamação por parte de um dos candidatos, que alega sentir-se inferiorizado em relação ao tempo concedido, leva o mediador a trocar para o nível metacomunicativo da conversação e explicar novamente as regras do debate (cf. HOLLY *et al.*, 1986). Evidentemente, em situações marcadas por grandes divergências de perspectivas – por exemplo: no ensino, em discussões entre leigos e especialistas, em encontros interculturais, em reuniões deliberativas – é preciso esforçar-se mais para chegar a uma interpretação comum dos acontecimentos. Nesses casos, aumenta o perigo de que os participantes se furtem do aumento de deveres e procurem livrar-se da sua responsabilidade à custa dos parceiros. Para evitar esse risco, os interlocutores realizam frequentemente ações demonstrativas para esclarecer suas ações e para assegurar-se da compreensão dos outros (cf. HOLLY, 2001). Nesse sentido, tornar-se um(a) professor(a) *didático/a* significa apropriar-se de uma prática reflexiva e consciente que facilita a compreensão e a aprendizagem do aluno, *demonstrando-lhe* implícita e explicitamente os passos necessários para a construção do conhecimento.

Quanto aos diferentes níveis da organização interacional, observa-se que as **conversações com conhecidos** (alunos, colegas de trabalho, partidários, consócios, vizinhos, etc.), **com amigos e com familiares** têm em comum que os participantes já se conhecem por um tempo mais longo. Eles não se encontram pela primeira vez e provavelmente também não pela última. Suas práticas comunicativas baseiam-se num amplo conhecimento compartilhado, numa trajetória de

experiências comuns, de histórias vividas e (re-)contadas. Até mesmo o estilo das suas interações conversacionais – enquanto materialização da sua identidade e personalidade – é lembrado e reconhecido por aqueles que participam das suas ocupações, atividades, peripécias ou do seu destino. Além disso, a constância e repetitividade dos acontecimentos cotidianos, assim como as relações sociais relativamente estáveis entre os participantes têm efeitos sobre a multiplicidade de atividades linguageiras realizadas nessa esfera comunicativa peculiar.

As conversações com amigos e conhecidos costumam ocorrer em determinados **lugares e horas** previsíveis: no passeio matinal na beira-mar, durante a jornada no lugar de trabalho, durante a *happy hour* na mesa de bar, terça e quinta à tarde na academia de ginástica, sexta-feira à tarde no salão de beleza ou aos sábados na margem da piscina da Ivete. Muitas vezes, essas conversações ocorrem simultaneamente com outras atividades como ler um jornal, dirigir um carro, lavar roupa, tomar um suco, jogar tênis ou baralho, assistir a um filme, jantar ou tomar um banho de sol. Ao contrário das conversações cotidianas em contextos institucionalizadas, as estruturas das conversações privadas não são, geralmente, determinadas por fins pragmáticos imediatos ou pela realização de tarefas preestabelecidas. Os participantes, provavelmente diriam que as conversações com seus melhores amigos têm apenas o propósito de – para usar duas expressões francesas – *dire des bêtises* (falar besteiras) ou *parler pour ne rien dire* (falar para não dizer nada), mas a constatação da trivialidade dos acontecimentos obscurece o fato de que, durante esses encontros informais, misturam-se, habitualmente, a troca de informações (às vezes, muito relevantes) com o cultivo de relações sociais essenciais.

Também, sobressai nesse tipo de trocas sociais que sua organização segue **regras típicas** que refletem o grau de familiaridade e de afinidade moral entre os participantes. Desse modo, pode-se observar que, na esfera privada, muitas formas de polidez e do tratamento conversacional de conflitos não valem ou não se aplicam do mesmo modo como no espaço público. Essas diferenças referem-se tanto às formas rituais de saudação e de tratamento quanto à seleção e progressão temáticas, à escolha de certas modalidades interacionais e à produção de certas atividades consideradas “privadas”. Como todo mundo sabe, não é conveniente em

muitos contextos institucionalizados falar sobre assuntos ou problemas particulares e usar registros linguísticos que, em conversações com amigos, garantem a simpatia dos participantes e fundamentam a relação de confiança. Além disso, os amigos não costumam conhecer apenas a nossa história e as nossas histórias, mas também nossas preferências estilísticas. Desse modo, é bem possível, que interrupções ou assaltos ao turno que, num contexto mais formal, teriam implicações contraproduativas sobre o trabalho de face, representem para os amigos ou familiares apenas um traço do estilo pessoal “engajado”.

Revisando o que já foi dito até agora a respeito da conversação cotidiana entre amigos, podemos afirmar que esse tipo de comunicação face a face se distingue de outros tipos, de uma maneira geral, pelos seguintes traços característicos (cf. LINELL, 1998): (i) os participantes costumam levar a conversação adiante (*carry on conversation*), ou seja, conversam mais ou menos continuamente; contudo, sob certas circunstâncias, também é possível imaginar uma interação na qual eles permanecem em silêncio por intervalos mais ou menos extensos, ou seja, na qual eles podem falar quando desejam, mas não precisam falar necessariamente o tempo todo (*open state of talk*; GOFFMAN, 1983a, p. 44); (ii) a conversação cotidiana emerge espontaneamente, assim que os interactantes estabelecem sua copresença, ou seja, os participantes não precisam ter um compromisso marcado para realizar uma atividade específica; (iii) ao contrário das conversações em contextos institucionais, a conversação fática não objetiva a execução de uma tarefa nem é relacionada com uma tarefa, com a discussão de um assunto específico ou com alguma decisão a tomar; (iv) ela, também, não é relacionada ao trabalho, no sentido de fazer parte de um trabalho profissional de um dos participantes; (v) quanto ao desenvolvimento temático, ele pode ou não pode seguir ou incorporar considerações de interesses utilitários, o que quer dizer que, geralmente, não existe uma agenda de tópicos previamente estabelecida; (vi) no que diz respeito à troca de turnos, convém chamá-la de “orgânica” antes de “regulamentada” (i.e., não há uma distribuição dos papéis interlocutivos institucionalmente predeterminada); (vii) ela faz parte das rotinas cotidianas, mas, ocasionalmente, pode também ocorrer durante um evento inabitual; (viii) quanto à forma e à sequenciação das ações constitutivas, a conversação fática localiza-se, no espaço contínuo entre a informalidade, de um lado, e o rigor de um ritual, no outro, perto do pólo da informalidade e (ix) ela procura

preservar a face; há uma preferência por temas que supostamente diminuem a tensão e facilitam a interação social e não por tópicos que possam causar discordância ou conflitos ou ameaçar a face de um dos interlocutores.

Retomando, então, uma linha de pensamento introduzida no capítulo 4 sobre a construção da ordem da vida social e fazendo um balanço do que se discutiu aqui sobre o papel do conhecimento partilhado entre os interactantes, pode-se afirmar que a conversação fática com amigos e conhecidos, devido à sua força poderosa de socialização e de formação de atores sociais, ocupa um lugar especial na esfera constitutiva primordial da vida social, ou seja, no domínio do **discurso cotidiano**, o setor de significação onde se realiza – de modo espontâneo, inconsciente e incontroverso – a construção e manutenção rotineiras do senso comum, da normalidade e da identidade pessoal. De fato, as conversações cotidianas são o meio principal pelo qual os assuntos de todas as sociedades são conduzidos, suas culturas transmitidas e as identidades dos seus membros tecidas e afirmadas. É nas atividades languageiras cotidianas que os interlocutores, assumindo uma atitude natural, não refletida, se asseguram mutuamente da realidade como ela é ou deve ser. Assim, pois, pode-se dizer que a construção coletiva do horizonte cultural comum e a fundação da ordem social realizam-se no campo das relações face a face e das ritualidades cotidianas, onde há uma aceitação do mundo sem maiores reflexões e onde se desenvolve a compreensão tácita das regras da vida social. A certeza de que a realidade é o que aparenta ser é um resultado da participação regular e inevitável nas práticas interativas da vida cotidiana que representam o protótipo para todas as outras formas de interações sociais. Por isso, entre as múltiplas realidades do nosso mundo social, a visão do mundo que emerge das conversações cotidianas apresenta-se como a realidade por excelência.

Levando em conta as numerosas formas semiotizadas do agir disponíveis no arquitexto de uma comunidade verbal, percebe-se facilmente que é nas **conversações simétricas sem fins pragmáticos imediatos** que nós nos sentimos mais espontâneos, incondicionados e livres, embora, aos olhos de um observador atento, não passe despercebido que até os microepisódios mais banais da vida cotidiana deixam transparecer a existência de uma monitoração social informal e de meios subliminares para propagar e legitimar as regras de uma vida em sociedade.

O fato de que agrupamentos socioculturais inteiros tendem a interpretar experiências novas de acordo com esquemas e padrões já conhecidos e que os seus membros costumam reagir a acontecimentos incomuns ou inesperados servindo-se de teorias e receitas costumeiras mostra que as interações cotidianas baseiam-se em tipificações objetivadas (que realçam as semelhanças e abstraem as diferenças), expectativas habituais e conhecimentos culturais interiorizados que permitem a coordenação do agir, a participação recíproca no fluxo de experiências do outro e, enfim, o compartilhamento de estilos ou formas de vida.

Sem dúvida, as pessoas são capazes de reagir de modo flexível e podem abrir-se para novas ideias, mas, enquanto os acontecimentos não desafiam repentinamente o estoque de conhecimentos práticos e opiniões formadas, elas tendem a comportar-se de maneira previsível e costumam ver a vida como “uma questão de princípios” que são bons e verdadeiros na medida em que ajudam a manter relações satisfatórias com o mundo vivido. Interpretamos o mundo da maneira como o conhecemos e pressupomos que os outros, por princípio, não o vejam diferentemente, ocupando o nosso lugar. Essa confiança firme na **reciprocidade das perspectivas** e num pano de fundo cultural geralmente válido (um sistema comum de relevâncias que – de acordo com Schütz (1973, p. 246) – prevalece dentro da esfera prática da atitude natural) faz surgir a ideia de que, nas condutas da vida cotidiana e nos pequenos jogos sociais que constituem a trama social, deve ocorrer um escoamento sutil de normas, de representações sociais e de significados compartilhados que formam a condição prévia para uma vida em comunidade. Essas normas, representações e significados aparecem entre os atores sociais “como fios sociais que passam por eles e que eles tecem, mas que não nasceram neles nem podem ser considerados sua propriedade” (PAIS, 2001, p. 126).

10 A fofoca como gênero da conversação cotidiana

Beim Klatsch kommt es nicht auf den Kern der Sache an,
sondern allein auf die Einzelheiten.

Grethe Weiser¹

No capítulo 9, tratamos a comunicação oral como um processo de troca de turnos, uma ação partilhada, ou seja, uma prática concreta de sujeitos envolvidos em processos de produção e interpretação de sentidos. Ao estudar as intervenções dos interlocutores esboçamos suas estratégias para lidar com problemas estruturais da conversação, construir um conteúdo temático e desempenhar os papéis interacionais e locutivos evocados. Em vez de observar a conversação cotidiana em análise como um retrato de uma situação isolada, apresentamos a constituição comunicativa da reciprocidade como um processo produzido *in situ*. Em outras palavras: mostramos que cada evento comunicativo traz as marcas da sua produção, dos interlocutores envolvidos e do seu contexto situacional.

Percebemos, no decorrer desse trabalho analítico que todas as práticas linguageiras que se realizam na copresença imediata de atores sociais caracterizam-se pelo fato, de ser única, já que ocorrem em tempo real e se encaixam numa situação de uso definida pelas contingências de uma ecologia social de atenção recíproca. Vimos, também, que tudo numa conversa, por princípio, poderia acontecer de maneira diferente ou poderia, até, não acontecer. Os interlocutores, portanto, precisam restringir a imprevisibilidade dos acontecimentos, estabelecendo **expectativas mútuas** e criando eles mesmos, de um momento para o outro, o contexto relevante para a interpretação adequada do seu comportamento. Cada interlocutor, por conseguinte, produz traços comportamentais que funcionam como pistas ou índices para facilitar a interpretação das suas ações linguageiras como contribuições relevantes para a produção interativa do gênero em questão.

Demais disso, mostramos de uma maneira geral que a divisão de trabalho entre falantes (primários e secundários) e ouvintes, o encadeamento de tópicos, o comportamento paraverbal e não verbal, a troca de turnos de fala, as manifestações

¹ Na fofoca, não importa a essência do assunto, mas unicamente os detalhes (Grethe Weiser, atriz alemã, 1903-1970).

de polidez, a busca de aprovação discursiva pelos falantes e os *feedbacks* correspondentes dos ouvintes, etc., tudo isso é **organizado localmente** pelos interactantes. Todavia, ainda que essa estruturação ocorra intuitivamente ou, por assim dizer, sem pensar muito sobre o que se faz ou de qual jogo de linguagem se trata, ficou evidente que a construção do “pequeno mundo social no qual encontramos as outras pessoas em interações locais” (ERICKSON, 2004, p. 20) não começa diariamente do zero.

O decorrer das práticas conversacionais pode ser uma questão de produção local, mas a realidade da vida cotidiana não se esgota na ecologia imediata da copresença dos interlocutores nem todos os recursos aplicados numa atividade de linguagem oral têm origem no aqui e agora. De fato, existem muitos **recursos socioculturais, comunicacionais** (verbais, gestuais, entoativos, etc.) e, até mesmo, **emocionais** que se põem em jogo numa interação comunicativa. Desse modo, pode-se observar que os atores sociais revelam, pela combinação de traços estilísticos e pela seleção das unidades temáticas, seu pertencimento a diferentes grupos sociais e, simultaneamente, sinalizam diferentes graus de congenialidade de disposições no tocante ao gerenciamento da máquina conversacional, à condução dos tópicos e à (re)produção dos esquemas sociais mais complexos. Diante do exposto, não há dúvidas que partes essenciais do cenário físico e social em que interagimos já foram construídas antes de entramos em cena (ERICKSON, 2004, p. 107).

A própria comunicação humana – sempre interessada em soluções transsituacionais para problemas repetitivos que surgem nas práticas socialmente relevantes – gera estruturas que se tornam mais ou menos estáveis e que, em contraparte, têm – na forma de **preconstruídos históricos** (BRONCKART, 2006, p. 128-129) – efeitos retroativos sobre as ações comunicativas individuais. Assim, pois, o sistema de signos verbais, paraverbais e não verbais representa uma instituição social, resultado dos hábitos sedimentados dos membros de uma comunidade de falantes e o uso competente desses signos exige o conhecimento tanto dos seus significados denotacionais quanto dos indexicais (ou sociais), além do domínio (ativo e/ou passivo) de um repertório de padrões e gêneros comunicativos que um falante

hábil adquiriu durante a sua socialização (primária e secundária) (LUCKMANN, 1986, 1988, 1990, 1992, 1995; BERGER & LUCKMANN, 1985).

Tudo isso mostra que toda interação social está situada dentro de uma configuração social e cultural mais ampla, dotada de dimensões tanto históricas como estruturais. A encenação local de um mexerico, além disso, é sempre influenciada também por finalidades, convenções e processos não imediatos, ou seja, por **aspectos e circunstâncias sócio-históricas e culturais** que, de uma maneira ou outra, aparecem na interação concreta, mas que têm sua origem em domínios sociais distantes do cenário imediato da produção local do fluxo conversacional. De fato, a realidade material, as dimensões de espaço e de tempo, as necessidades imperativas do poder, as conexões organizacionais e institucionais, a história e a tradição estabelecem limites que restringem nosso potencial de ação, mas, ao mesmo tempo, nos permitem viver em mundos mais ou menos estáveis e previsíveis. Em outras palavras: a breve história da produção local de uma fofoca é sempre encaixada numa longa história de biografias e acontecimentos globais que se estendem por grandes distâncias espaciotemporais.

10.1 O enquadramento da fofoca num modelo semiótico-discursivo de comunicação

Tendo em vista os preconstruídos históricos de Bronckart (2006) e as circunstâncias sócio-históricas e culturais, pretendemos agora, colocar a produção e o compartilhamento de sentidos entre os interlocutores no **panorama sociocultural** da sociedade. Para isso, faz-se necessário ver as trocas conversacionais como manifestações de práticas discursivas realizadas através de uma materialidade simbólica e inseridas num determinado contexto sobre o qual atuam e do qual recebem influências. Destacando a bilateralidade do processo comunicativo em geral e das interações face a face em particular, compreendemos a conversação em análise como resultado de três dinâmicas que se entrecortam em cada enunciado: o quadro participativo, ou seja, as relações variáveis entre os interlocutores; a produção contínua de sentidos numa prática discursiva convencional e a (re)produção incessante do contexto sociocultural.

Para compreender a **situação de comunicação** em que se encontram os parceiros de uma troca linguageira, para poder agir nela realizando objetivos específicos de comunicação, ou seja, para poder produzir e consumir textos – como resultado material dos atos comunicativos, afetados pelas imposições da situação –, é preciso conhecer o domínio discursivo, i.e., a esfera de atividade humana em questão, bem como os mecanismos de textualização para os diferentes conjuntos de textos que fazem parte da vida cotidiana. Tais textos possuem características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, traços estilísticos e esquemas composicionais específicos. É necessário, pois, dominar, além do material verbal da língua (a lexicogramática, na terminologia de Halliday), os modos de organização do discurso que constituem os princípios de organização do material linguístico; princípios, aliás, que dependem do propósito comunicativo dos interactantes: narrar, argumentar expor, descrever, injungir, dialogar.

Como se sabe, a apropriação dessas **competências comunicativas** é um mecanismo fundamental da inserção prática nas atividades comunicativas humanas (cf. BRONCKART, 1999, p. 103). Os processos de socialização ou enculturação (GERBNER, 2002), então, explicam porque as pessoas adultas são, geralmente, capazes de decidir intuitivamente se alguma coisa é ou não é uma fofoca. (ROSNOW & FINE, 1976, p. 84). A experiência cotidiana mostra que todo mundo sabe imediatamente o que é um mexerico – até que alguém pergunta por uma definição. Procurando, então, por elementos que podem determinar se uma troca de enunciados representa um mexerico ou não, lembramo-nos do antigo modelo de comunicação concebido por Laswell (1948) e aperfeiçoado por Braddock (1958), o qual se baseia – como se sabe – na seguinte fórmula que em passado remoto já foi articulada pelos sábios gregos, forjadores e construtores da nossa civilização ocidental:

Quem? Diz o quê? A quem? Através de que meio? Em quais circunstâncias? Com que finalidade? Com que efeito?

Partindo desse conjunto de perguntas simples, que todo mundo pode fazer a qualquer hora e a pretexto de tudo, e apoiando-nos nas respostas correspondentes propostas por de Backer (2005, p. 25), apresentamos, então, a seguinte lista de fatores essenciais para a descrição do gênero comunicativo fofoca:

- o **canal** usado para soltar a fofoca,
- o **contexto** em que isso acontece,
- os **participantes** do mexerico,
- a **relação** entre esses participantes,
- o **alvo** do mexerico,
- os **temas** dos fofoqueiros,
- a **motivação** do emissor e
- o **efeito** da produção de fofocas.

Essa lista, que em uma versão ou outra já foi cantada e decantada em todas as aulas introdutórias sobre linguagem e comunicação que se servem dos escritos de Martinet (1967), Bühler (1999 [1934]) e Jakobson (1960), embora demasiadamente simplista, continua ser muito útil como ponto de partida para mostrar que comunicar é mais do que informar – é transmitir e receber reações; é integrar-se na sociedade; é conviver e construir a nossa realidade. Todavia, para escapar do paradigma informacional behaviorista que, com sua lógica transmissiva, deu origem ao obsoleto modelo unilateral e mecanicista de comunicação (emissor → mensagem → receptor), é preciso levar em conta a natureza semiótica das mensagens, a dialogicidade da linguagem, os papéis interacionais e sociais dos interactantes e o trabalho de produção e recepção de sentidos socioculturais.

Então, aplicando essa lista enriquecida com conceitos semiótico-discursivos à prática de mexericos observável na vida cotidiana, podemos descrever tanto os elementos internos essenciais desse gênero comunicativo quanto as condições externas que favorecem a sua realização. De acordo com uma proposta de Bergmann (1987, p. 21-22), que baseia suas considerações na mesma fórmula antiga, o conhecimento prévio que as pessoas têm sobre a prática da “fofocagem” diz respeito, sobretudo, aos seguintes aspectos:

- **O canal usado para a produção do mexerico:**

No presente trabalho, ocupamos-nos apenas com mexericos produzidos em interações face a face. As fofocas transmitidas pelos meios de comunicação de massa, as quais tipicamente se estendem sobre pessoas famosas, as estrelas de televisão ou de cinema, do mundo da moda ou da música popular, sobre os ricos, os poderosos, os políticos ou os criminosos representam um fenômeno muito complexo e interessante, mas tão diferente em muitos aspectos essenciais que sua inclusão aqui teria ultrapassado os limites do espaço disponível. A exclusão desse tipo de fofocas não se justifica apenas pela falta de espaço e por diferenças formais. Do ponto de vista funcional, as fofocas sobre celebridades nos meios de comunicação de massa satisfazem necessidades afetivas, cognitivas e sociais bem diferentes daquelas que caracterizam a fofoca oral entre amigos, vizinhos ou colegas de trabalho copresentes que revelam as confidências de conhecidos comuns, mas ausentes no momento da fala.

Apenas por motivos de ilustração, acrescenta-se aqui um exemplo: pressupondo-se que estamos fofocando sobre o flagra que fizemos, na praia, do marido da nossa vizinha com uma “loiraça gostosíssima e lindona”, ela provavelmente seria a última em nosso prédio a saber dessa suspeita de um caso extraconjugal do seu marido e, descobrindo a fonte desse fuxico, ela poderia, em princípio, pedir pessoalmente uma satisfação e exigir que nós não metêssemos nosso nariz em assuntos dos outros. Ao contrário disso, maculando publicamente a reputação de uma estrela de televisão com o mesmo assunto, significa mergulhar em outro mundo de comunicação, pois, recebendo um tabloide da sua relações-públicas, a atriz seria uma das primeiras a saber do *affaire* do seu companheiro; além disso, ela não teria como reclamar dessa violação de privacidade porque não conhece pessoalmente os paparazzi indiscretos nem os milhares de leitores curiosos. Em outras palavras: esse tipo onipresente de fofoca não permanece nos bastidores, num círculo fechado, cujos membros (amigos, vizinhos, colegas de trabalhos, etc.) conhecem mutuamente suas potencialidades e fragilidades; ele não surge numa relação em pequena escala baseada na confiança mútua, mas é

produzida numa transação anônima, por motivos mercantilistas, para satisfazer a curiosidade de um grande público.

- **O contexto da fofoca:**

O mexerico cresce em todos os lugares onde pessoas se encontram ocasional ou intencionalmente e onde é possível “bater um papinho” tranquilamente. Fofoqueiros encontram-se em casa, no escritório, no bar, na sala de espera, na lanchonete, no cabeleireiro, no supermercado, etc. A adequação do lugar depende primeiramente da questão de se for possível ter uma conversa pessoal e excluir ouvintes não desejados. Em ambientes anônimos, por exemplo, basta baixar a voz para proteger-se do olhar desdenhoso dos outros. Há uma tendência notável de combinar o mexerico com outras atividades, por exemplo, tricotar, cozinhar, buscar água num poço coletivo, entrar numa fila, cortar cabelo, beber, comer, jogar baralho, fazer compras, dirigir um carro, etc. Nisso, o tempo da fofocagem, muitas vezes, tem que ser subtraído da duração das outras atividades. As fofocas podem levar “apenas um momentinho” quando se passam como comentários que acompanham os acontecimentos atuais ou passados, mas eles podem também tornar-se excessivamente longas quando o propósito é revistar minuciosamente todos os amigos e conhecidos com respeito a informações “fofocáveis”.

Como já vimos nos exemplos clássicos de Anchises e de Apeles de Éfeso, as circunstâncias situacionais e sócio-históricas em que uma informação é transmitida tem um efeito decisivo sobre a interpretação do conteúdo e, portanto, não podem ser separadas dele: a mesma informação dada em diferentes contextos pode representar um mexerico ou uma outra forma de comunicação (cf. FINE & ROSNOW, 1978; HANNERZ, 1967; ROSNOW & GEORGOUDI, 1985, p. 59). Desse modo, dizer que um conhecido nosso é casado com duas esposas tem, numa cultura polígama, completamente outro valor do que em nossa monógama na qual a probabilidade de essa notícia causar surpresa e de ser divulgada é muito maior.

- **Os participantes da fofoca:**

Teoricamente, todos os membros de uma sociedade podem fofocar; na prática, contudo, é comum fofocar com pessoas mais íntimas, como vizinhos, colegas, amigos e familiares. Convém mencionar nesse contexto que a atividade se caracteriza por uma flexibilidade enorme: há fofoqueiros que se reúnem em pares ou pequenos grupos, praticando esse tipo de comunicação ocasionalmente, *en passant*; por assim dizer, mas há também círculos fechados que cultivam o mexerico intencionalmente e sem inibições nenhuma. Como se sabe, todos nós somos fofoqueiros potenciais. De uma maneira geral, os membros de uma comunidade que ignoram fofocas são pessoas que dispõem de significativamente mais ou significativamente menos poder e recursos materiais e simbólicos: são indivíduos que *não* estão sujeitos ao controle político e econômico dos mexeriqueiros que se intrometem com curiosidade na vida alheia; são “aqueles que não dependem inteiramente da sua comunidade local para assegurar suporte político, assistência econômica ou relações sociais insubstituíveis e aqueles que podem deixar uma comunidade facilmente” (MERRY, 1984, p. 286).

Os fofoqueiros típicos são pessoas com uma boa memória e uma inteligência social bem desenvolvida, que são capazes de detectar conexões entre os acontecimentos em seu ambiente e fazem tomar ou tomam parte neles; são pessoas sensíveis, curiosas e, às vezes, intrigantes, que, muitas vezes, têm o dom de encantar ou de conquistar a atenção ou admiração dos seus semelhantes (cf. BEN-ZE'EV, 1994). Falando sobre os diferentes tipos de fofoqueiros, Yerkovitch (1977) delinea um espaço contínuo com os fofoqueiros “benignos” (“*benign gosspiers*”) em um pólo, os quais ocasionalmente passam um “segredinho” à diante e com os enxeridos e fuxiqueiros no outro que fazem dos mexericos seu passatempo preferido tanto que todo mundo pensa eles matraqueiam num afã despudorado sobre tudo com todo mundo, a toda a hora. Entre esses casos extremos encontram-se os “encrenqueiros” (*troublemakers*) que, inconscientemente, repetem o que ouviram dizer (*unwitting troublemakers*) ou aqueles que repetem e divulgam deliberadamente uma informação indiscreta para provocar certas reações (*knowing troublemakers*). Aplicando essa classificação à conversação em análise, podemos afirmar que a descrição de Ben-Ze’ev tem validade e que, de acordo com a classificação de Yerkovitch, os três interactantes podem ser considerados *knowing troublemakers* no que diz respeito ao grau de consciência com que relatam suas

histórias moralizantes. Todavia, acreditamos que a denominação “troublemaker” é um pouco exagerada para referir-se a essa forma lúdica e inofensiva de mexerico que não tem como objetivo principal denegrir a imagem dos alvos para provocar “encrências” ou prejudicar a reputação pública das “três paulistas”.

- **A relação entre os mexeriqueiros:**

Na literatura sobre o assunto, encontramos frequentemente a observação que uma condição prévia para a coprodução de uma fofoca é que os parceiros se conheçam pessoalmente. As pessoas, diz Almirol (1981, p. 294) não fofocam com estranhos e Smith *et al.* (1999, p. 121) acreditam que bisbilhotices com desconhecidos são, na verdade, boatos (*rumors*). Certamente, essas opiniões valem para os casos típicos (como as fofocas analisadas no presente trabalho), mas não se pode excluir, categoricamente, que pessoas que acabaram de se conhecer (por exemplo: numa viagem de ônibus, numa festa de aniversário, etc.) procurem aprofundar suas relações através de fofocas que começam, mais ou menos, assim: “Então, você é amigo do Fulano. Você o conhece de onde?” Geralmente, podemos ver esses interlocutores logo depois, trocando jovialmente informações sobre essa terceira pessoa ausente. Levando em conta esse tipo de bisbilhotice, Yerkovitch (1977) afirma que, para entrar numa fofoca, basta os interlocutores descobrirem que têm interesses comuns.

Além disso, é comum encontrar na literatura comentários que avisam como é importante para a interpretação de uma interação face a face que se leve em consideração quem fornece a informação a quem. Tratando dos aspectos relacionais dos mexericos, vários autores acreditam que a transmissão de informação sobre o comportamento de terceiros não possa ser considerada uma fofoca quando há entre os interlocutores uma relação profissional como, por exemplo, entre médicos, professores ou especialistas em gestão de recursos humanos (cf. HANDELMANN, 1973, p. 224; HANNERZ, 1967, p. 36). Certamente, esses profissionais sabem discutir de um modo impessoal e objetivo sobre seus pacientes, alunos ou candidatos a um emprego, mas, por experiência própria, podemos afirmar também que os méritos acadêmicos e profissionais não fazem os professores, médicos ou executivos superiores a outros mortais e imunes contra as

“fraquezas humanas”. De fato, nos bastidores desses tipos de trabalho é bastante comum ouvir fofocas sobre estudantes, pacientes ou aspirantes a um emprego.

Quanto ao critério da posição social dos interlocutores, sabe-se que um general não costuma fofocar com um soldado e um diretor dificilmente trocaria bisbilhotices com o porteiro. A fofoca floresce nos ambientes privado ou profissional, de preferência entre pessoas hierarquicamente iguais, familiares, amigos, colegas, companheiros e outros confidentes que, face a face, não se veem como rivais. Todavia, é preciso levantar uma objeção a essa afirmação geral. Numa conversa informal que não é motivada claramente por fins pragmáticos predeterminados, é bem possível que as diferenças na hierarquia social parecem ser neutralizadas temporariamente, mas é igualmente provável que a paridade aparente dos interlocutores disfarça apenas as diferenças reais. Nesse caso, poderia se concluir que os mecanismos da interação comunicativa dissimulam as relações de poder enquanto produzem a impressão de espontaneidade e liberdade dos sujeitos.

- **O alvo da fofoca:**

Em princípio, qualquer pessoa viva ou morta pode ser o alvo de um mexerico. Bergmann (1987), no entanto, observa com razão que existem certos grupos que são alvos preferidos da “fofocagem”, como mulheres solteiras, viúvas, noras, professores, médicos num hospital, etc. Personagens ficcionais, talvez, possam ser excluídas, apesar da colonização irrefreável do mundo da vida pelos inúmeros heróis dos mundos virtuais. Outra questão importante é, então, qual grau de conhecimento os fofoqueiros devem ter sobre seus alvos? Noon & Delbridge (1993) pensam que mexericos tratam sempre de pessoas que pertencem ao mesmo cenário social dos fofoqueiros. Hannerz (1967), por outro lado, é menos restritivo, afirmando que os mexeriqueiros precisam apenas ter uma consciência mínima dos alvos escolhidos. Ben-Ze’ev (1994; p. 17) classifica os alvos em três classes: “(i) as pessoas em nosso ambiente imediato, (ii) pessoas famosas e (ii) pessoas cuja vida privada e íntima é única”. Nossa própria experiência na pesquisa de campo, sugere dar apoio a Almirol (1981, p. 298), que afirma: “O mexerico é considerado um igualador social; todo mundo fofoca e todo mundo pode ser alvo de uma fofoca.”

Na conversação gravada, sobressai que os alvos preferidos são pessoas conhecidas que, supostamente, violam constantemente normas sociais de hospitalidade e de etiqueta social. As “três paulistas” já pertenceram ao mesmo cenário social como Ivete e Lia e todas elas têm uma longa história biográfica comum. De fato, um motivo para os mal-entendimentos parece ser justamente o fato de que a antiga concordância sobre valores e normas comuns perdeu-se nos caminhos da vida e as amigas de ontem tornaram-se estranhas no tempo atual. O cientista Bellini, por sua vez, cumpre o critério de ser uma pessoa famosa na sua área profissional e de ter uma vida pessoal única. A história dele serve mais como um exemplo moral, mas, ainda assim, tem claramente muitos traços em comum com os mexericos sobre as três amigas em São Paulo. A proximidade ou distância afetiva entre os fofoqueiros e os seus alvos têm claramente consequências para a maneira como o comportamento dos últimos é avaliado. Pressupondo-se que se trate do mesmo desvio de uma norma, parece que quanto maior é a distância afetiva e social, mais fácil é chegar a sentenças duras sobre o caráter das pessoas.

- **Os temas preferidos dos mexeriqueiros:**

O mexerico trata de assuntos pessoais (NEVO & NEVO, 1993). “Você já viu, a Avenida Paulista estava um mar de pessoas no Reveillon” não é uma fofoca, mas “A Mafalda passou Reveillon sozinha na Avenida Paulista; a criatura mora dez anos em São Paulo e não tem um cristão que diga: ‘Sem vergonha venha aqui passar o Ano Novo comigo’” é uma fofoca porque envolve um ser humano numa situação social comum que permite avaliar moralmente seu caráter ou seu comportamento. Os mexericos, então, estendem-se tipicamente sobre histórias observadas, ditas, ouvidas ou presumidas que dão destaque a atributos físicos, qualidades pessoais e idiossincrasias, comportamentos notáveis ou inconsistentes, falhas de caráter, discrepâncias entre o comportamento real e a pretensão moral, vícios e maus costumes, comportamentos socialmente não aceitados, pecados, impertinências, grosserias, descortesias, omissões, petulâncias, arrogâncias, impertinências, presunções, gafes e deslizes vergonhosos, derrotas e contratempos e outras desgraças da vida cotidiana.

Analisando sua coleção de fofocas produzidas por filipinos que imigraram nos Estados Unidos, Almirol (1981, p. 295) conclui que os assuntos mais frequentes são “imoralidades, casos de amor, brigas familiares, falências e outros assuntos de negócio, inospitalidade e grosserias”. Como se vê, as fofocas analisadas na primeira seção desse capítulo se encaixam muito bem nessa classificação. Saunders (1999), que focaliza fofocas entre as mulheres de um grupo de ajuda a pessoas idosas, acrescenta a essa lista ainda “a moda”, “*dating*” (marcar encontros com paqueras) e “problemas no lugar de trabalho”.

Certamente, o estudo mais abrangente sobre esse assunto é apresentado por Divale & Seda (1999) que analisaram mexericos provenientes de 136 culturas para descobrir seus temas mais frequentes. Eles elaboraram uma lista com 24 temas que merecem destaque na produção mundial das fofocas. Usando métodos estatísticos (análise de fatores) para reduzir a heterogeneidade dos seus dados e identificar estruturas no seu corpus, eles conseguiram agrupar esses temas em três fatores principais e cinco fatores secundários. Os três fatores principais, chamados de “fofoca geral”, “fofoca política” e “fofoca machista”, fazem sentido quando são relacionados com a classificação dos temas específicos. Os cinco fatores secundários, talvez, possam aparecer um pouco confusos – a primeira vista pode-se estranhar, por exemplo, a combinação de fofocas sobre gado e fofocas sobre casamento e a conexão estabelecida entre temas agrários e temas religiosos –, mas Divale & Seda (*op.cit.*) explicam essas misturas exóticas com o fato de que o rebanho é frequentemente usado para pagar o dote e de que a lavoura envolve muitos rituais religiosos. Sem querer entrar nos méritos dos argumentos dos autores, apresentamos na tabela 2 a lista de Divale & Seda, apenas com a intenção de mostrar a multiplicidade de assuntos que, mundialmente, caracterizam a prática conversacional de fofocar.

- **A motivação dos fofoqueiros:**

Thomas (1994) acredita que os motivos dos fofoqueiros definem se uma interação pode ser considerada uma fofoca ou não. Nomeadamente, o autor distingue entre três motivos principais: (i) quando as pessoas querem fazer comentários sobre o comportamento dos outros; (ii) quando elas querem dar vazão

a sentimentos negativos e (iii) quando querem passar informações sobre uma violação de normas e padrões sociais. “A fofoca”, diz Rosnow (1977, p. 158) “não é apenas uma tagarelice inútil (a definição comum), mas um bate-papo com um propósito social”.

Tabela 2: Os temas dos mexericos em 136 sociedades classificados conforme 8 fatores (DIVALE & SEDA, 1999)

	Nome do fator	Tema do mexerico
Fatores principais	1. Fofoca geral	Sobre homens
		Vizinhos
		Vida social e novidades
		Mulheres
	2. Fofoca política	Assuntos familiares
		Assuntos governamentais e coloniais
		Política
	3. Fofoca machista	Gabolice
		Caça
		Lazer
		Violência contra mulheres
Fatores secundários	Fator 4	Adultério
		Escândalos
	Fator 5	Beber
		Assassinato e assalto
	Fator 6	Preço da noiva
		Dote
	Fator 7	Agricultura
		Religião
	Fator 8	Gado
		Casamento

Certamente, os mexeriqueiros, ao divulgar uma fofoca, têm intenções e são motivados para alcançar certos objetivos. O que importa, então, é a questão de se esses motivos são sempre conscientes ou se os fofoqueiros podem agir ingenuamente, fazendo comentários pejorativos sem muito pensar? Contemplando a transcrição no anexo, apoiamos claramente a segunda opção: as fofocas maliciosas,

certamente, são produzidas e lembradas de um modo mais consciente, mas muito bate-papo informal serve justamente para baixar o automonitoramento e relaxar jogando conversa fora. A motivação da participante Lia, por exemplo, é simplesmente desabafar e se divertir com amigos que lhe dão apoio moral nas suas avaliações negativas.

- **Os efeitos:**

Para os participantes, a fofoca é divertida e, além disso, satisfaz a curiosidade humana. Um elemento essencial de uma boa fofoca é, certamente, a surpresa que ele causa nos ouvintes. De fato, Tannen (1990, p. 97) define a fofoca como uma versão adulta de contar segredinhos. Os mexericos falam sobre o comportamento de pessoas ausentes e esse comportamento, geralmente, é diferente daquele que uma pessoa considerada típica, comum ou normal demonstraria na mesma situação. Explica-se, assim, porque a revelação de informações confidenciais pode produzir laços de solidariedade, estabelecer valores compartilhados e confirmar uma visão comum do mundo: os mexeriqueiros simplesmente definem o que é oportuno segundo as normas do seu grupo e, ao mesmo tempo, excluem da sua comunidade de valores os que não se encaixam nos padrões vigentes. Pelo ponto de vista dos alvos, no entanto, o mexerico não deixa de representar uma ameaça: Quem não tem medo da maledicência e das intrigas de outras pessoas? Bergmann (1987), então, nota que, em muitas culturas, os homens particularmente temem que as mulheres fofoqueiras possam minar seu status social². É esse medo, então, que explica as sanções negativas contra a fofoca no nível macrossocial.

Para terminar essas considerações sobre os fatores essenciais para uma descrição da fofoca, cabe refletir ainda sobre uma questão regularmente levantada quando se fala sobre esse gênero comunicativo: será que o mexerico é bom ou é

² Quanto a essa suspeita contra as mulheres, uma observação de Rysman (1977, p. 179) vem bem a propósito: “Se duas pessoas demonstram o mesmo comportamento, falando demais, a mulher provavelmente será chamada de fofoqueira, enquanto o homem não. Ironicamente, um homem que fala demais é muitas vezes chamado de “mulher velha”, uma frase que consegue culpar as mulheres para a verbosidade do homem.” A discussão sobre fofocas e diferenças entre os gêneros sociais é demasiadamente longa e não pode ser apresentada aqui (cf. ALTHANS, 2000). No âmbito do presente trabalho, basta dizer que qualquer definição desse gênero comunicativo deve incluir os dois gêneros sociais: homens e mulheres fofocam em todas as culturas e em todas as épocas.

ruim ou ambos ao mesmo tempo? Parece-nos que a resposta a essa pergunta depende muito da maneira como o mexerico é definido. O sentido ruim da fofoca aparece – como diz Taylor (1994) – quando a definimos no sentido restrito como uma agressão verbal premeditada que pode seriamente prejudicar a reputação de uma pessoa (cf. DE VRIES, 1990; BAUMEISTER *et al.*, 2004, p. 112); o sentido bom, por outro lado, aparece quando a definimos num sentido amplo como circulação informal de informações sobre o comportamento de pessoas ausentes (cf. ARNO, 1980, p. 334) ou como troca de informações sociais sobre “quem está fazendo o que a quem” (DUNBAR, 1998; FOX, 2001; ROSNOW & FINE, 1976).

Os estudos empíricos que, naturalmente, preferem definir sua posição como neutra (por exemplo: FINE & ROSNOW, 1978; KURLAND & PELLED, 2000; KUTTLER *et al.*, 2002; PERCIVAL, 2000; ROSNOW & FINE, 1976) constataam que nem todos os mexericos podem ser considerados maliciosos, já que muitos incluem ao lado das avaliações pejorativas, também simpatizantes. Para estabelecer uma distinção entre mexericos inofensivos e mal-intencionados, vários autores propõem o uso de uma terminologia diferenciada. Spacks (1985), por exemplo, usa os rótulos *serious gossip* (fofoca séria) e *malicious gossip* (fofoca maliciosa); Gelles (1989) prefere a palavra *scandal* (escândalo) para referir-se a versão nociva desse gênero comunicativo; Collins (1994) mantém a palavra *gossip* para a versão maligna e inventa a palavra *quossipp* para conversações que se assemelham aos mexericos, mas que carecem de um aspecto malicioso e Guendouzi (2001), finalmente, fala de *peer-group news-giving* (relatar novidades a seus pares) e *bitching* (queixar-se dos seus semelhantes). A nosso ver, todas essas concepções dicotômicas introduzem apenas uma visão em preto e branco onde a realidade aparece em muitas cores ou, pelo menos, em múltiplos tons de cinza.

Sem querer entrar em mais detalhes dessa discussão sobre a moralidade do mexerico, é conveniente ainda esboçar uma solução prática que Westacott (2000) apresentou como um breve manual para orientar os fofoqueiros que pretendem respeitar a ética discursiva. Semelhante ao famoso “filtro triplo da verdade” de Sócrates³, o autor resume algumas questões que o falante deve

³ De acordo com uma lenda clássica, um dia chegou um conhecido para Sócrates e disse: -"Tenho uma coisa para te falar de um amigo teu." - "Espera, replicou Sócrates: antes você precisa passar pelo FILTRO TRIPLO. O

responder para si mesmo antes de decidir se deve ou não deve soltar a fofoca que ele tem na mente (*vide* quadro 19).

10.2 A fofoca como prática discursiva

Na análise conversacional realizada no capítulo 9, já apresentamos um conjunto amplo de técnicas para estudar os **padrões sequenciais** de conversações cotidianas em uma variedade de níveis linguísticos e interacionais. Discutindo os processos de sincronização interacional, começamos com os micropadrões na segmentação interna dos turnos e na gestão da alternância dos turnos, passamos pela organização das sequências conversacionais e chegamos até uma primeira abordagem da macro-organização da conversação em análise. Vimos também, como os interlocutores realizam a **organização do conteúdo temático** e manuseiam as **relações interpessoais** entre eles. Finalmente, mostramos ainda que o êxito das conversações simétricas sem fins pragmáticos imediatos – como em qualquer outro tipo de interação conversacional – depende da produção interacional da **reciprocidade das perspectivas**. Para estabelecer e manter essa reciprocidade, os interactantes podem contar com seu estoque de conhecimentos compartilhados e uma trajetória de experiências comuns, de histórias vividas e contadas.

Os numerosos exemplos analíticos dados no nono capítulo mostraram que os interactantes enfrentam em cada conversação certas tarefas que precisam ser cumpridas. Quer seja uma tarefa seja simples como a aceitação de um convite (oc 0-20) quer seja complexa como a narração de um jantar com um cientista excêntrico (oc 416-592), em todo caso as **tarefas conversacionais** têm que ser resolvidas pelos participantes por meio de ações sincronizadas que se constituem de vários passos sucessivos. Como vimos, esse caráter sequencial das conversações é um resultado inevitável de duas propriedades básicas das ações comunicativas face a face, a saber: a **temporalidade** e a **interatividade**.

primeiro é: - VOCÊ TEM CERTEZA DE QUE O QUE VAI ME FALAR É VERDADE:?" - O Conhecido respondeu: "Não. Apenas escutei o comentário." - E Sócrates disse: "Então, pode ser uma boa ideia filtrar 3 vezes o que vais dizer". O primeiro filtro é a VERDADE. E você já disse que não sabe se é verdade o que tens para dizer. O segundo filtro é A BONDADE: "Você tem certeza de que é algo de bom que vai falar sobre meu amigo?". - Respondeu o conhecido: "Pelo contrário: é algo ruim". - "Então desejas me dizer algo ruim, porém não está seguro de que esteja certo. Mesmo que eu quisesse ouvir, você teria que passar pelo terceiro filtro: o da UTILIDADE; Me servirá de algo o que você vai me dizer do meu amigo?". - Não. Na verdade Não. Respondeu o conhecido. "Bem, se o que desejas me dizer não é certo

Quadro 19: Um manual para produzir fofocas éticas

		Trata-se de uma mentira?	SIM	Imoral
			NÃO	
		Será que os direitos de alguém podem ser violados?	SIM	Imoral
			NÃO	
		Será que as pretensões de alguém serão desrespeitadas?	SIM	Imoral
			NÃO	
		Será que o prejuízo gerado diretamente será maior que o benefício?	SIM	Imoral
			NÃO	
Moral	SIM	Será que é o benefício gerado diretamente será maior que o prejuízo?		
			NÃO	
Moral	NÃO	Será que é os desejos do alvo serão contrariados?		
			SIM	
Moral	SIM	Será que é apenas as esperanças do alvo serão contrariadas?		

Fonte: Kreiter (2003, p. 56)

Quanto ao tempo, vimos que cada tarefa tem que ser cumprida numa sucessão linear de atividades parciais e, no que concerne a colaboração dos participantes, é obvio que cada trabalho cooperativo exige dos seus participantes que eles deem sua contribuição específica para a realização dela. Pode-se dizer, então, que a forma que a sequência de turnos assume – o padrão sequencial que surge no fluxo contínuo das interações – depende da tarefa a cumprir.

Nossa análise iniciou-se, em cada caso, com uma descrição das diferentes **posições de padrões** que juntas constituem o padrão conversacional em questão. Como se mostrou, as posições de padrões são ocupadas por tipos de enunciados que se caracterizam por propriedades acionais e conteudísticas específicas e que se sucedem de uma maneira mais ou menos predeterminada. Embora as conversações fáticas com amigos, em comparações com interações institucionais, se distinguem por uma liberdade acional e temática muito maior, observa-se frequentemente que até em atividades não institucionalizadas as diferentes contribuições podem ser realizadas apenas pelos portadores de determinados papéis interlocutivos e/ou interacionais.

Desse modo, um convite para contar uma história pode ser aceito apenas pelo/a narrador/a o que faz dos outros automaticamente ouvintes (ou não falantes na terminologia da análise da conversação). Como foi mostrado anteriormente, para resolver as tarefas interativas que surgem desse convite, realiza-se tipicamente um padrão em **três estágios** (cf. HUTCHBY & WOUFFITT, 1998, p. 131;): uma fase introdutória, na qual o enquadre interativo é introduzido e ratificado pelos participantes e o tópico é iniciado, uma fase central na qual a história é contada e uma fase final na qual a narração é resumida e avaliada e o enquadre é fechado para passar para o próximo assunto. Internamente, essas três fases costumam ser estruturadas coerentemente de um modo que seus componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência, ou seja, de coordenação e/ou de subordinação (cf. GOODWIN, 1984, p. 226-228).

Além disso, observamos que o início e o fim de cada realização de uma tarefa conversacional, bem como a passagem de um estágio interno de um padrão para o outro costumam ser indicados por **marcadores de fronteiras** (*boundary*

markers) (cf. MCCARTHY, 1991, p. 20, 24, 130, 174). Para essa função, podem ser usadas formulações explícitas (por ex., oc 31: “eu quero que tu conte para o Tom a história [...]”) ou marcadores conversacionais (MARCUSCHI, 2001, p. 61-74; SCHIFFRIN, 1987). Os princípios da relevância condicional e da organização de preferência levam a produção de contribuições conversacionais em sequências binárias (ou ternárias) que formam os elementos básicos dos padrões sequenciais. Acrescentando-se ainda as possibilidades de expansões sistemáticas (SCHEGLOFF, 2007), recebe-se um conjunto de padrões interacionais que caracterizam os níveis micro e intermediário de uma conversação.

Uma vez que os participantes produzem esses padrões, passo a passo – ao cumprirem as **exigências localmente relevantes** para a realização das tarefas interacionais e dos propósitos comunicativos globais – é claro que, na maioria das vezes, eles *não* podem ser interpretados como prescrições fixas para a produção de atividades comunicativas. Ora, embora seja possível prever as rotinas que constituem os padrões sequenciais, nota-se também que esses esquemas ou padrões podem ser aplicados flexivelmente e deixam espaço suficiente para fazer adaptações às condições específicas de uma conversação concreta e às finalidades e relevâncias individuais dos participantes. Na análise desses padrões sequenciais, então, é conveniente investigar quais tarefas interacionais são cumpridas com quais intervenções conversacionais.

Como já foi mencionado, os padrões sequenciais podem constituir formas muito complexas, por exemplo, os esquemas narrativos descritas na seção 9.1. Enquanto a análise dos padrões sequenciais objetiva, sobretudo, descrever a sucessão e as interdependências das diferentes posições de padrões, vê-se que, no estudo dos **macroprocessos conversacionais**, o foco analítico é ocupado pela formação de inter-relações mais abrangentes. Todavia, na passagem para esse nível descritivo, o analista, inevitavelmente, põe-se em contato com um novo problema: como observa Deppermann (2001, p. 77) com razão, muitas estruturas conversacionais macroscópicas não podem ser descritas satisfatoriamente, recorrendo apenas ao conceito dos padrões sequenciais e da sua estrutura combinatorial (da sua composicionalidade concatenativa, para emprestar um termo das ciências cognitivas). De acordo com o autor, é certo que a produção das

macrounidades de uma conversação ocorre regularmente de acordo com “princípios dinâmicos que, aos poucos, atribuem ao processo interacional certas qualidades”. Para ilustrar essa afirmação, o autor dá os seguintes exemplos:

Uma disputa radicaliza-se cada vez mais; uma posição é impermeabilizada contra argumentos externos; uma discussão não avança por não haver entendimento sobre um ponto importante [...]. O que é característico para esse tipo de processo é que ele é menos determinado pela soma ou pela sequência de propriedades ou ações individuais do que pela formação sucessiva de um contexto pragmático que se autorreproduz enquanto orienta de modo retrospectivo e prospectivo a interpretação e as atividades seguintes. Por isso, aqui é preciso perguntar, antes de tudo, por regras recursivas que podem ser determinadas como princípios de formação, desambiguação e reprodução de uma estrutura no decorrer do processo interacional (DEPPERMAN, 2001, p. 77-78).

Como explica o autor numa nota de rodapé correspondente:

Chamam-se “recursivas”, essas regras que são aplicadas aos produtos (aqui: as contribuições interacionais) de operações os quais foram produzidos de acordo com a mesma regra em questão. A briga radicaliza-se, por exemplo, se um adversário aplica a seguinte regra recursiva: “as tentativas de um adversário de se impor são respondidas pelo outro com tentativas ainda mais exacerbadas” [...]. Na teoria dos sistemas (LUHMANN, 1997; Maturana, 1982) [...] as regras recursivas estão no centro da reconstrução de acontecimentos interacionais porque são decisivas para a identidade de sistemas interacionais (DEPPERMAN, 2001, p. 78).

Quanto ao papel da **recursividade** na teoria dos sistemas, é preciso remeter o leitor à última parte desse capítulo. Para os propósitos da seção presente, basta mencionar que em cada momento de uma conversação existem várias possibilidades de agir e que cada fato poder ser representado de inúmeras maneiras. Os participantes, por conseguinte, têm que estabelecer relevâncias (*relevance principle*; SCHEGLOFF 1991); em cada momento da conversação, eles têm que fazer seleções dentro de um horizonte de possibilidades e, pelo menos por este momento, excluir as opções não selecionadas. O significado da ação realizada, então, é definido essencialmente pela sistemática da seleção, ou seja, pelo princípio que orienta o interlocutor num dado momento para escolher, dentro de um paradigma com numerosas possibilidades, a alternativa que, de fato, escolheu.

10.2.1 Função social e estrutura básica do gênero fofoca

Analiticamente, o estudo do trabalho sociocultural realizado pelas macrounidades de uma conversação passa, então, necessariamente por **três etapas**: primeiramente é preciso descrever como os interactantes representam partes do seu mundo, ou seja, como eles constroem discursivamente um assunto; em segundo lugar cabe focalizar como eles utilizam nessa tarefa a estrutura combinatorial dos padrões conversacionais, dos enquadres temáticos e das sequências estruturadas de ações envolvidas (a estrutura composicional do tipo de atividade) e, em terceiro lugar, convém perguntar qual estilo particular eles adotam para exprimir a relação interpessoal a ser estabelecida e o “modo retórico” (HALLIDAY, 1978) da conversação. No capítulo 5 do presente trabalho, já vimos que essas tarefas analíticas podem ser expressas conceitualmente pelas noções de **discurso, gênero e estilo**. Além disso, foi dito que a noção de gênero não implica apenas um tipo particular de texto (oral ou escrito), mas também processos específicos de produção, distribuição e interpretação de textos. Posto isso, o conceito de gênero funciona como um elo ideal entre os níveis analíticos do evento discursivo e da prática social e representa, portanto, o ponto de partida e o foco dessa segunda parte do nosso estudo de caso.

Retomando uma linha de pensamento já desenvolvida no capítulo 4 deste trabalho, lembramos, então, que, num **evento comunicativo** (HYMES, 1972a), as pessoas, rotineiramente, estabelecem contato, interagem e saem de uma situação de copresença e, durante esse processo, costumam iniciar, construir e terminar uma série de atividades sociais que, por sua vez, se compõem de sequências conversacionais mais ou menos longas. Segundo esse esquema básico, pode-se afirmar que as ações comunicativas encaixam-se em unidades mais amplas e que os enunciados elementares não podem ser compreendidos plenamente sem recorrer a um conceito abrangedor que, na literatura relevante, é chamado – entre outras coisas – de “**jogo de linguagem**” (WITTGENSTEIN, 1953), “**tipo de atividade**” (LEVINSON, 1979) ou “**gênero comunicativo**” (LUCKMANN, 1985, 1989, 1992). Como se sabe, esses gêneros podem ser vinculados a normas, rotinas e padrões interativos bastante rígidos que levam a produção de formas puras, mas também podem caracterizar-se por normas mais flexíveis ou ainda pouco desenvolvidas, de tal modo que permitem o surgimento de formas híbridas. Em ambos os casos, vale dizer que a produção de um tipo de atividade ou a escolha de um determinado

gênero envolve recursos verbais, paraverbais e não verbais específicos que permitem a solução das tarefas ou funções associadas a ele.

Além disso, pode-se observar que a realização de um **gênero comunicativo** numa determinada situação social exige convencionalmente um comportamento social previsível e a participação de interlocutores que internalizam os atributos que, numa dada cultura, são conferidos aos papéis interacionais e estatutos sociais relevantes. Os gêneros, além disso, codeterminam os tópicos e estilos possíveis e o sistema adequado de troca de turnos (por ex.: simétrico vs. assimétrico, formal vs. informal). Eles variam também no que diz respeito ao grau de rotinização e fixação institucional. De fato, o uso dos gêneros é associado convencionalmente com tipos de situações sociais claramente definidos (por ex.: a prestação de um serviço, o planejamento ou a coordenação de uma atividade, o cultivo de uma relação pessoal). Assim, pois, observa-se que muitos gêneros institucionalizados ou profissionais servem para resolver tarefas bem específicas; outros, no entanto, ocorrem mais frequentemente em conversações ocasionais em vários cenários sociais e físicos e não são motivados por finalidades pragmáticas claramente determináveis.

Trabalhando no âmbito da linguística sistêmico-funcional, Martin (1984, p. 25) define o conceito de gênero como “uma atividade intencional [*purposeful*] de diversos estágios [*staged*] que é orientada para um fim [*goal oriented*] e na qual os falantes participam como membros de uma cultura”. Como em outras definições também, o termo implica que há certos tipos de atividades complexas, mais ou menos ritualizadas, que, em determinadas situações interacionais e/ou em certas circunstâncias institucionais, podem desdobrar-se legitimamente apenas se estiverem conforme o conjunto de regras que as constituem (EGGINS & SLADE, 1997, p. 56). Como vimos no capítulo 9, os diferentes **gêneros da conversação cotidiana**, apesar do fato de os interlocutores aparecerem às vezes sem rumo, falando de um conteúdo aparentemente trivial, representam na verdade atividades semânticas altamente estruturadas e funcionalmente motivadas (*id. ibid.*).

Importa saber também que a **configuração contextual** – independentemente do tipo de gênero que é realizado numa dada esfera de

atividade humana – é sempre de uma importância enorme para a unidade estrutural da instanciação de um gênero. Entende-se como configuração contextual, a combinação de “um conjunto específico de valores que realizam [as variáveis contextuais de] campo, relação e modo” (HASAN, 1985, p. 55) e, desse modo, determina uma classe de situações de acontecimentos sociais (cf. cap. 5.1.3.3.). De acordo com Hasan (*op.cit.*), as características específicas de uma determinada configuração contextual criam expectativas a respeito da ocorrência de certos elementos textuais. Conhecendo o campo discursivo, ou seja, o tipo de atividade em andamento (por ex.: um bate-papo casual para cultivar relações interpessoais) e as relações sociais entre os participantes (por ex.: velhos amigos), e possível prever que papel a linguagem possa ter nessa situação (por ex.: ela é constitutiva ou suplementar) e, vice-versa, conhecendo a organização semiótica do texto (escrito ou oral) pode-se tirar conclusões sobre o que acontece numa dada situação e quais são os papéis que os participantes desempenham. Em outras palavras: a configuração contextual explica porque certos elementos textuais *têm que* ocorrer, enquanto outros *podem* ocorrer e ela leva a conjecturas em relação à questão de onde esses elementos *têm que* ocorrer, onde *podem* ocorrer e quantas vezes podem ocorrer (HASAN, 1985, p. 56).

Conhecendo os elementos obrigatórios, opcionais e iterativos e a ordem de sucessão dos elementos obrigatórios que caracterizam os textos produzidos numa determinada configuração contextual, vê-se que, numa parte notável desses textos, “a linguagem está fazendo o mesmo trabalho” e, embora existam claramente diferenças entre esses textos, há de se reconhecer que essas diferenças não mudam “o tipo de trabalho que a linguagem faz” (HASAN, 1985, p. 64). Segundo Hasan (*id.ibid.*), é possível, então, “expressar o conjunto total de elementos obrigatórios e opcionais e sua ordem de tal modo que esgotamos a possibilidade de estrutura textual para cada texto que pode ser apropriado para a configuração contextual [em questão]. Em outras palavras: é possível se especificar o POTENCIAL ESTRUTURAL do gênero ou a ESTRUTURA POTENCIAL DO GÊNERO” (*id.ibid.*, realce no original). Resumindo, a **estrutura potencial do gênero** constitui-se “na expressão verbal de uma configuração contextual e, como tal, depende de determinado conjunto de valores associados a campo, relação e modo” (MOTTA-ROTH & HEBERLE, 2005, p. 17).

De fato, a facilidade com que certas ações comunicativas podem ser agrupadas de acordo com seus propósitos sociais e suas características comuns sugere que existem regras que os interlocutores observam sob quaisquer circunstâncias, ou seja, independentemente das condições particulares de uma situação concreta. Uma pesquisa, então, que se orienta na suposição de que a fofoca seja um gênero comunicativo tem que mostrar que há características do objeto investigado que não dependem do contexto individual, mas que representam constituintes autônomas da interação. Evidentemente, tem que haver propriedades também que estão sensíveis ao contexto e, portanto, devem e podem variar. Em outras palavras: de acordo com essa suposição é de se esperar que em cada instanciação do gênero fofoca ocorram certos elementos obrigatórios e outros opcionais e que algumas ações podem até ser repetitivas enquanto outras são meramente acidentais (gerando formas híbridas ou inovadoras). Levando isso em consideração, deveria ser possível determinar a estrutura potencial do gênero fofoca e discriminar suas propriedades essenciais. Ao passo que identificamos e diferenciamos e elementos estruturais do mexerico, poderemos esboçar uma sequência linear de diferentes estágios contendo os elementos obrigatórios e opcionais desse gênero. A prática mostra, então, que “a realização de todos esses elementos numa ordem específica corresponde a nossa percepção de se o texto em questão é completo ou incompleto” (HASAN, 1985, p. 62).

Procurando, primeiramente, pelos elementos obrigatórios, revisamos, então, as análises que fizemos da organização local da interação e do conteúdo temático, assim como das funções comunicativas dos diferentes estágios das histórias narradas no intuito de reconstruir as condições e as normas interacionais que influenciaram o comportamento comunicativo dos três interlocutores na produção das fofocas sobre as amigas “paulistas” e o cientista Bellini. Nessa tarefa, descobre-se logo que há um padrão da sucessão de estágios (uma ordem fixa) que é reproduzido por todas as fofocas analisadas. Abstraindo-se das modificações toleráveis e da possibilidade de ciclos recursivos, nota-se o desdobramento de **três estágios principais**.

De início, cabe voltar nossa atenção para a **situação inicial** da produção de mexericos na conversação transcrita no anexo. Evidentemente, nessa conversação, há três participantes que trabalham na coprodução de uma série de mexericos sobre várias pessoas ausentes. A nosso ver, o caso em análise representa apenas uma variação de uma constelação básica, pois para poder produzir uma fofoca, precisa-se apenas de três pessoas envolvidas: um fofoqueiro comunicativo que dispõe de uma informação “fofocável”, um receptor curioso que se interessa pela mensagem e que fornece continuamente seu *feedback* indicando sua cumplicidade; e finalmente, como terceiro, uma pessoa ausente cujos assuntos pessoais se tornam o conteúdo das informações contadas. Para definir essa constelação básica, Bergmann (1987, p. 62-97) introduz o conceito da “**tríade da fofoca**” que se constitui de um alvo da fofoca, um produtor da fofoca e um receptor da fofoca. Partindo, então, dessa constelação padrão e sabendo que a fofoca representa uma “indiscrição discreta” (BERGMANN, 1987), ou seja, uma atividade que se desenrola na penumbra da proscrição pública, convém fazer as seguintes perguntas: Como o produtor comunica ao receptor que tem conhecimento de certas informações sobre o objeto da fofoca? Como o ouvinte sinaliza seu interesse? E como os dois trocam essas informações numa interação comum?

Em resposta a essas questões, vale ressaltar primeiramente que, na **fase introdutória**, os interlocutores precisam negociar se a fofoca pode ir avante ou não. Importa, nesse momento, identificar o objeto do mexerico e definir se a situação for adequada ou não para contar uma fofoca. Tom, por exemplo, introduz a fofoca sobre Bellini num momento em que a filha Lulu interrompe a quarta vez a conversação dos adultos predominada, até então, por Lia, que já juntou cinco mexericos sobre as três paulistas, mas, agora, parece sair do ritmo, devido às frequentes interrupções da adolescente. Logo, o momento que Tom escolheu para introduzir um novo assunto é muito adequado porque remedia os “ruídos” produzidos pela garota e possibilita a continuação da “fofocagem”, mantendo o fluxo da conversação no leito já formado.

Uma vez que os interlocutores são bons amigos e que não se trata do primeiro mexerico contado nessa tarde, é claro que o novo narrador não precisa mais negociar se mais uma instanciação do gênero agrada aos interlocutores. Tom identifica o alvo da sua fofoca como “Bellini [...] aquele conhecido meu que a gente

foi lá em Salvador” (oc 417-421, no excerto 142 abaixo) e destaca a fama do cientista (oc 422: “ele é um dos mais famosos [cientistas]”), tentando compensar com essa informação a falta de um conhecimento pessoal por parte da ouvinte Lia que, certamente, nunca ouviu falar de Bellini. O comentário de Ivete “é uma Miriam” (oc 424) contextualiza a história com as fofocas anteriores, explicando o motivo da narração: ela alega que Bellini é uma pessoa tão excêntrica como Miriam e, por isso, a história sobre ele merece ser ouvido. De fato, com sua observação Ivete motiva a amiga Lia a prestar atenção e, ao mesmo tempo, ratifica a introdução do novo enquadre conversacional como uma história que se insere bem na sequência dos mexericos já contados. Uma vez que Lia não exprime qualquer objeção, a produção da fofoca pode continuar.

Excerto 142:

[1]

	416	417
TOM [v]	((incompreensível)) (é) o comportamento de eremitãocomo o Bellini	
LU [v]	Mãe, tem que encher a	

[2]

	418	419
TOM [v]	((incompreensível)) Bellini ((incompreensível))	aquele/ aquele
LU [v]	boia.	• Mãe tem que encher o colchão.

[3]

	420	421
IVE [v]	Luluzina, ombro, Luluzinha!	
TOM [v]	colega meu que a gente foi lá em/((3s))	Em Salvador.

[4]

	422	423	424
IVE [v]	((incompreensível))		É uma Míriam.
TOM [v]	Ele um dos mais famosos/mais famosos, [antropólogos]mas do mundo inteiro		

[5]

	425	426
IVE [v]	A Míriam vai ser como ele (porque) ele é bem mais velho.	
TOM [v]	Ele tem uma obra,	

[6]

	427	428	429
TOM [v]	assim/	• ele escreveu livros, sabe• • ((incompreensível))	
TOM [nv]	(mostra tamanho da obra com as duas mãos)		

[7]

	430	431	432	433
IVE [v]	Ave Maria!			
TOM [v]	E o cara você vai lá/ a gente chegou a primeira coisa foi/ • ele não toma banho.			

[8]

	434	435		
LIA [v]	Ave!			
IVE [v]	Ele não toma banho.			
TOM [v]	Entendeu?			

Também já fazem parte desse prelúdio algumas apreciações indiretas do alvo da fofoca ou do seu comportamento: o primeiro comentário de Ivete, por exemplo, permite logo a inferência que Bellini é mais esquisito ainda que a Miriam – sendo cientista e “bem mais velho” ele teve mais tempo e oportunidades de cultivar suas excentricidades (oc 425) – e com sua exclamação “Ave Maria!”, que se sobrepõe justamente ao fim da parte introdutória de Tom (oc 431: “a gente chegou”), ela introduz ainda uma segunda avaliação não específica que também já aponta vagamente para as conclusões morais ainda a serem tiradas.

De uma maneira geral, essas alusões a opiniões negativas com respeito a uma pessoa ausente ameaçam potencialmente a face dos participantes (GOFFMANN, 1982); logo, em conversações com pessoas menos próximas – por exemplo, numa fofoca entre vizinhos ou membros de um clube social – é preciso chegar a um consenso implícito ou explícito antes de o mexeriqueiro poder prosseguir com seu relato. Se qualquer um dos participantes de uma conversação mostrar um sinal de discordância com a primeira alusão a uma opinião negativa sobre um conhecido comum, a produção do mexerico não chegará a se concretizar. Afinal, não se pode conversar com Cicrano, falando mal de Beltrano se esses dois jogam desde a juventude no mesmo time de futebol. Também não se pode esquecer o perigo da fofoca se voltar contra o próprio falante se ele for avaliado como um fofoqueiro notório ou uma má-língua incorrigível. Dependendo da situação concreta, então, é recomendável tomar as precauções necessárias antes de manifestar avaliações pejorativas a respeito do comportamento de conhecidos comuns. Por exemplo, focar no lugar de trabalho sobre os caprichos do chefe ou sobre a deslealdade de um colega pode ser “um tiro que sai pela culatra” se houver entre os

ouvintes um bajulador ou um concorrente que só espera “puxar o tapete” do fofoqueiro incauto.

A etapa inicial, então, é seguida pela própria **história do mexerico**, que trata de informações pessoais sobre o protagonista, geralmente, um conhecido comum, mas, às vezes, também, o conhecido de um conhecido ou uma pessoa pública bem conhecida. Os interlocutores, nesse momento, ocupam-se da descrição do que o alvo da fofoca fez numa certa ocasião na sua vida. Lia, por exemplo, conta em cinco episódios como Aline, Mafalda ou Miriam se comportaram em determinadas ocasiões, destacando cada vez com uma intensidade ainda maior que a conduta mostrada é sinal de um caráter duvidoso e motivo para retirar o respeito pelas três mulheres e excluí-las do grupo das “amigas do peito”.

Contudo, se comparamos os mexericos em análise com o esquema narrativo de Labov & Waletzky (1967)⁴, vemos uma série de diferenças (cf. Rath, 1980); pois, apesar de conter avaliações e elementos narrativos que se desdobram em sequências temporais, as histórias contadas nas fofocas não se baseiam necessariamente em um problema; além disso, nem sempre há complicações dramáticas e o enredo não culmina obrigatoriamente numa crise nem apresenta uma solução final. A história sobre o banco de couro de jacaré (oc 216-325, no anexo), por exemplo, não tematiza qualquer problema que Morão talvez tivesse com a aquisição e mobiliação do seu novo apartamento; na descrição da rotina dominical de Miriam (oc 345-415, no anexo) falta qualquer desenvolvimento dramático das ações – ao contrário, Lia quer contar justamente que nada acontece na monotonia da vida privada daquela mulher; e na descrição do réveillon de Mafalda na Av, Paulista também não tem enredo, crise ou solução; a protagonista simplesmente sofre um momento de solidão numa metrópole, mas, embora a cena apareça na imaginação como um recorte de um filme melodramático, falta-lhe um início, um meio e um fim. Todavia, o instantâneo dá motivo para extensas sentenças morais que ultrapassam em tempo o relato enxuto dos acontecimentos (oc 297-325, no anexo).

⁴ No seu corpus de narrativas orais, Labov e Waletzky (1967) encontraram a seguinte ordem de estágios: resumo – orientação – introdução – clímax – avaliação – resultado – coda.

Esses exemplos mostram que, na verdade, o foco da história não está no acontecimento em si, mas antes de tudo, na **justificação das opiniões negativas** que o fofoqueiro tem com respeito às qualidades ou ao comportamento das protagonistas. Eggins & Slade (1997, p. 276) afirmam, nesse contexto, que os fofoqueiros classificam o mundo de acordo com o que as pessoas devem fazer e o que elas devem deixar de fazer. De fato, as narrações de Lia, Ivete e Tom não procuram aventuras exóticas, mas evocam experiências costumeiras que, de uma forma ou outra, se desviam do que se espera tipicamente. As histórias são, na verdade, apenas um pretexto para comunicar aos outros como se pensa sobre o mundo e sobre as normas e os valores socioculturais vigentes. Dando opiniões sobre atributos físicos ou o comportamento dos seus alvos, os três mexeriqueiros afirmam implicitamente o que seja a norma física e o comportamento apropriados e, desse modo, reafirmam e fortalecem os valores do seu grupo social.

Segundo Eggins & Slade (1997, p. 276), os acontecimentos contados nas fofocas não são incomuns do ponto de vista da experiência, mas inaceitáveis como expressões das relações interpessoais. De acordo com as autoras, “essa diferença na motivação funcional explica por que o mexerico não pode ser classificado como um gênero narrativo” (*id. ibid.*). Ainda que não concordemos plenamente com a conclusão dessas duas especialistas no assunto, constatamos também que o mexerico se distingue em muitos aspectos formais e funcionais das narrações ou dos relatos interativos típicos (segundo a classificação de Bronckart, 1999). Todavia, é preciso destacar que toda fofoca representa também uma reconstrução iterativa de acontecimentos passados e, caracterizada por esse traço essencial, qualifica-se, pelos menos, como um subgênero ou uma variação da classe de gêneros reconstrutores da conversação cotidiana⁵ (BERGMANN & LUCKMANN, 1995) a qual pertencem também as narrações típicas.

⁵ Bergmann e Luckmann (1995) ocupam-se dos “gêneros reconstrutores da conversação cotidiana”, que são definidos pelos autores como a classe dos gêneros comunicativos que fornecem modelos convencionais, i.e., socialmente institucionalizados e intersubjetivamente aplicáveis, para solucionar um determinado problema estrutural da apresentação comunicativa de eventos passados, a saber: do problema cotidiano de precisar reconstruir, numa forma narrativa, um acontecimento passado que deixou pistas reconhecíveis e traços na memória dos observadores e/ou dos participantes imediatos. De acordo com os autores (*op. cit.*, p. 300), dentro do inventário comunicativo de uma sociedade, novas formas reconstrutores emergem continuamente, enquanto outras desaparecem ou sofrem um processo de hibridação. Se determinamos a reconstrução narrativa mais ou menos espontânea de eventos passados como uma característica prototípica comum que permite agrupar um conjunto de gêneros comunicativos num nível de categorização superior, podemos descrever as diferentes formas comunicativas que constituem essa classe como subgêneros comunicativos ou variações da classe de gêneros reconstrutores da conversação cotidiana.

De fato, as fofocas contadas na conversação em análise são concretizações de um gênero oral que reproduz partes da vida social dos membros de um grupo social e experiências e atividades individuais passadas (BERGMANN & LUCKMANN, 1995). As técnicas de reconstrução usadas pelos mexeriqueiros (por ex.: discurso direto e indireto, resumo, descrição do pano de fundo, etc.) têm que resolver o problema da transitoriedade dos acontecimentos sociais e são necessárias para trazer as experiências passadas para o tempo da comunicação (LUCKMANN, 1990). O fofoqueiro transforma seu conhecimento do passado de acordo com as exigências e oportunidades da situação comunicativa em que se encontra. Nesse processo, ele seleciona e ressalta certas características da pessoa avaliada ou certos momentos do comportamento dela porque considera esses aspectos relevantes para tomar-lhe o respeito pessoal. Esses traços selecionados, então, são removidos dos seus contextos originais, nos quais fizeram parte de encadeamentos sincrônicos e diacrônicos particulares, e são encaixados em um novo sistema de conexões e relevâncias. Um novo contexto é construído cuja relevância interacional é determinada pela organização conceitual dos acontecimentos reconstruídos. A perspectiva narrativa assumida pelo fofoqueiro sugere uma determinada interpretação dos “fatos” sociais a qual provoca nas pessoas presentes indignação sobre o comportamento alheio e uma reafirmação da própria identidade e dos valores comuns. Ao reconstruir o mau-comportamento das pessoas ausentes (Bellini, Aline, Mafalda e Miriam) que ofendem com suas ações princípios centrais da etiqueta social, os coprodutores das fofocas (Lia, Ivete e Tom) negociam, interativamente, a infraestrutura moral do seu mundo da vida e reafirmam seu pertencimento ao mesmo grupo social.

Teoricamente, a fofoca termina com uma **sequência final** na qual o acontecimento reconstruído anteriormente é comentado ou generalizado. Na prática, no entanto – como mostra bem a conversação em análise – o fim de um mexerico muitas vezes serve simultaneamente como ponto de partida para o próximo ciclo que, por sua vez, pode dar início a uma sucessão aberta de intrigas e bisbilhotices. Na fase do desfecho, sempre é possível observar como as peculiaridades significativas das informações transmitidas ocasionam um processo de

generalizações sociais que servem como base para as avaliações explícitas dos acontecimentos reconstruídos.

Desse modo, importa observar que na introdução (oc 23-27, no excerto 2) da fofoca “Queijo e vinho” (oc 21-104, no excerto 2) ocorre uma avaliação preliminar que sinaliza a modalidade divertida da contribuição: a narradora Lia está rindo duas vezes e a não falante Ivete responde com gargalhadas, demonstrando sua disposição de divertir-se com a reprodução de uma anedota que as duas já conhecem. Para Tom, o único que ainda desconhece a história, esses risos dão motivo para fazer uma pergunta circunstancial que indica interesse e ratifica a continuação da produção do mexerico. Risos e outros marcadores que sinalizam convergência, distração ou *amusement* acompanham toda a narração (oc 47; 53; 63; 65; 90, no excerto 2), mas uma segunda avaliação geral dos acontecimentos ocorre no fim da história narrada (oc 89-90, no excerto 2) quando os três participantes riam juntos sobre o desfecho engraçado da história, mostrando que há um entendimento mútuo sobre a avaliação moral que a história merece.

A sequência final (oc 99-104, no excerto 2), então, traz um resumo temático da história “embrulhado” engenhosamente numa outra narrativa breve: Lia conta, “rindo às gargalhadas” que “ontem todo mundo no shopping tava frescando: ‘Menina, é melhor ligar para a Miriam · pra saber se este vinho está na temperatura’” (oc 99) e, como “para bom entendedor, meia palavra basta”, Ivete entra logo no coro, sobrepondo sua fala à avaliação final de Lia e terminando a frase dela: “ta na temperatura ideal” (oc 102, no excerto 2). A citação da “voz do povo” (reunido no shopping) mostra que a avaliação final das fofoqueiras está de acordo com a “opinião pública” e que “todo mundo” conhece as manias da Miriam a tal ponto que suas arrogâncias mais exacerbadas já se tornaram uma espécie de *running gag*⁶. Como é comum nesse estágio final de uma fofoca, a “sentença final” retoma exatamente este comportamento ou traço característico do alvo que já estava no

⁶ *Running gag* = piada, chiste ou gracejo recorrente, realizada numa situação cômica, num diálogo engraçado ou através de um enunciado jocoso, picaresco ou hilariante que reaparecem no decorrer de uma peça de teatro, de um filme ou de uma obra literária. Inicialmente, essas brincadeiras são, muitas vezes, involuntárias, mas sua popularidade entre os espectadores incentivam sua repetição e seu reaparecimento em contextos oportunos e, às vezes, até inoportunos. Frequentemente, a graça de uma piada recorrente provém inteiramente da sua repetição esperável. O público pode ser tão condicionado a contar com sua realização numa determinada situação que até mesmo a sua ausência pode ser considerada divertida.

foco no estágio central e que melhor justifica a opinião pejorativa sobre o alvo. De fato, Ivete, em certa altura da conversação, já tinha insistido em Lia contar o detalhe que Miriam usou um termômetro para medir a temperatura do vinho (oc 69-70).

Esquemas semelhantes podem ser observados nas outras fofocas também. Por razões de espaço, limitamo-nos aqui a duas observações. Em primeiro lugar, é evidente que existe um mecanismo de recursividade entre as avaliações pejorativas e a perscrutação da vida alheia por “fatos” que comprovam a anormalidade do alvo. Em segundo lugar, nota-se também que, com cada novo ciclo, aumenta a tendência de exagerar na descrição dos “pecados” dos outros e de agravar ou acerbar os julgamentos morais. Na fofoca sobre “o ermitão” (oc 416-592, no anexo), por exemplo, Bellini é inicialmente apresentado como uma pessoa que “não toma banho” (oc 434, no excerto 82); detalhe que arranca de Lia o comentário pejorativo “Ave Maria”. Depois, conta-se que ele oferece aos seus convidados latas de cerveja quente guarnecidas com um canudo; um comportamento que provoca arrepios em Lia, que exclama “Deus me livre!” (oc 463, no excerto 83). Um pouco mais tarde, revela-se que esse “velho” é casado com uma “LINDA brasileira de vinte anos”; uma informação tão chocante que a solteirona feminista Lia começa a referir-se ao alvo com a expressão “esse porre” (oc 497, no excerto 90). O fato, então, de ele cortar a carne assada na mesa usando as mãos suadas e uma tesoura de papel é respondido por Lia com incredulidade: “GENTE, eu não acredito não!” (oc 508-510, no excerto 84). Na descrição dos outros detalhes daquele jantar, Bellini é chamada de “cabra” (oc 527, no excerto 81), “troglodita” (oc 554, no excerto 136) e, finalmente, de “louco” (oc 577, no excerto 137) e as reações de Lia oscilam entre espanto, nojo e diversão.

O mesmo aumento gradativo de reações emocionais se percebe na sequência das avaliações finais nas fofocas sobre as “três paulistas”. A fofoca “Queijo e vinho” (oc 21-104, no excerto 2) termina apenas em gargalhadas e a sentença moral é implícita e tem que ser inferida pela citação da “voz do povo”. A narração do “aniversário em São Paulo” (oc 105-215, no anexo), no entanto, já contém uma série de avaliações negativas explícitas. Desse modo, Lia admite que teve raiva de Miriam (oc 139, no excerto 58) porque ela programou a comemoração do aniversário da Lia sem consultar a aniversariante. Em seguida, a Miriam é

considerada “cafona” (oc 189, no excerto 117), uma pessoa “que saiu do sertão, mas o sertão não saiu dela” (oc 190-191, no excerto 112) e que “enche” (oc 198, no excerto 111) de soberba quando é bajulado por outros. Na fofoca “o banco de couro de jacaré” (oc 216-325, no anexo), Aline é apresentada como uma impostora que nega suas raízes nordestinas, querendo “bancar a paulista típica” (oc 245-248, no excerto 106). Ela acusa velhos amigos de ser mentiroso (oc 243, no excerto 80) e, por isso e por outros pecados merece ser chamada de “uma paulista INSUPORTÁVEL” (oc 284, no excerto 72) ou, melhor ainda, de “gente IMBECIL” (oc 289, no excerto 72), uma frase lapidar que inclui globalmente as “três paulistas” em uma sentença. A companheira Mafalda, em seguida, vivendo uma vida solitária na anonimidade da metrópole ganha ainda o apelido de “SEM VERGONHA” (oc 310, no excerto 119) por não ter arranjado um parceiro masculino em dez anos de vida em São Paulo.

A fofoca “sozinha na Av. Paulista” fortalece ainda mais a opinião pejorativa que as três amigas “paulistas” são tão insuportáveis que nem aguentam a si mesmas. A história do “quarto apartamento” (oc 326, no excerto 116), então, não chega a ser realizada por causa das interrupções da adolescente Lulu, mas não é muito difícil inferir que a narradora Lia queria fazer uma alusão ao materialismo e à avareza de Miriam. O relato sobre a rotina dominical de Miriam (oc 372-415, no anexo) – embora seja interrompida várias vezes por Lulu – aprofunda ainda mais a opinião que essa mulher é, por assim dizer, “um caso clínico” porque seu comportamento não viola apenas a etiqueta social na vida pública, mas ultrapassa até na esfera privada o que pode ser considerado o limite da sanidade moral. Na avaliação final das três (ex)amigas do peito (oc 593-628, no anexo), enfim, Lia retoma vários “fatos” relatados nas fofocas anteriores para terminar com a sentença final: “Aline, Mafalda e Miriam” podem se achar muito importantes, mas não são “referência de NADA pra mim. NADA! Enne-a-de-a.” (oc 618-622, no excerto 4). Justifica-se essa exclusão explícita das “três paulistas” do círculo de amigas de infância pela afirmação de a Lia fazer parte de outro grupo social, o dos “normais” que se comportam como gente da Terra do Sol (oc 623-628, no excerto 4): “EU falo alto, arrasto cadeira e quem quiser me acompanhar · ((incompreensível)) quiser. ‘CIÃO!’ Vai pra lá! Eu não vou é viajar pra me submeter as regras dessas três criaturas! VAI PRA LÁ!”

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre o desenvolvimento das fofocas analisadas, pode-se afirmar que é, de fato, possível identificar três estágios do gênero fofoca. A nosso ver, a sucessão dessas fases é esperada convencionalmente, porque todos os participantes orientam suas contribuições nesse roteiro básico e quando falta uma delas – por exemplo em decorrência de uma interrupção – observa-se que os interlocutores interpretam essa instanciação do gênero como incompleto. Todos os exemplares analisados do gênero são introduzidos, de uma forma ou outra, pela focalização de uma pessoa ausente. Em seguida, ocorre um relato de um comportamento que documenta a “imoralidade” do alvo. Diante dessa prova persuasiva, justifica-se, então uma avaliação pejorativa do alvo. Retomando uma fórmula apresentada por Eggins & Slade (1997, p. 285), podemos resumir os três estágios obrigatórios do gênero fofoca desse modo:

Focalização da pessoa ausente ^ documentação do comportamento ^
avaliação pejorativa

Claro que essa sequência não representa um esquema rígido. Como as autoras realçam, trata-se de uma estrutura abstrata pela qual os participantes se orientam, mas, na prática, há sempre a possibilidade de enriquecer esse roteiro com elementos opcionais ou iterativos que prolongam uma fofoca ou iniciam outro ciclo de “fofocagem”. Levando em consideração essas possibilidades adicionais que fazem de cada mexerico um evento típico, as autoras apresentam então uma fórmula ampliada que pode ser retratada como se segue:

Focalização da pessoa ausente ^ [[documentação do comportamento •
{(elicitación) / avaliação pejorativa}]ⁿ (embalagem)]ⁿ

Chave:

- ^ = é seguido por
- = ocorre em uma ou outra sequência
- () = Opcional
- [] = domínio de recorrência ou sequenciação
- { } = ou / ou; ou isso ou aquilo
- ⁿ = repetição

Conforme Eggins & Slade (1997), essa fórmula vale especialmente para fofocas entre **pessoas menos próximas** (*acquaintances*) (por exemplo: colegas de trabalho). Sobre os estágios “focalização da pessoa ausente” e “documentação do comportamento” já fizemos comentários suficientes durante a análise da conversação transcrita em anexo. A fase da “elicitación” encontra-se também em nossos dados, mas ainda não foi destacada particularmente. Eggins & Slade (1997) referem-se a esse estágio com o termo inglês “probe” que pode ser traduzido como elicitación, indagação ou sondagem.

A característica mais óbvia da **elicitación** é que ela consiste em perguntas por mais detalhes que têm o efeito de prolongar a fofoca. Realizada opcionalmente entre a documentação do comportamento censurável do alvo e a avaliação pejorativa desse comportamento, cada elicitación tem o efeito de reiniciar o ciclo do mexerico. Contudo, perguntas que demonstram relutância em aceitar o enquadre conversacional proposto podem provocar o abandono do projeto de fofocar. Uma vez que a realização de uma fofoca depende do consenso entre os participantes, basta um sinal de contestação de uma avaliação pejorativa preliminar para efetuar uma mudança de assunto. De acordo com Eggins & Slade, apenas entre pessoas muito próximas é possível observar discordâncias explícitas que podem ser negociadas durante a produção de uma fofoca (veja em seguida).

Para a produção de mexericos entre amigos próximos ou familiares, as autoras propõem uma variação amplificada da fórmula acima, levando em consideração que, em seu corpus com conversações entre amigos, ocorrem obrigatoriamente três estágios adicionais que distinguem esse tipo de fofoca das fofocas no contexto de trabalho. Nomeadamente, as autoras identificam “defesa do alvo”, “resposta à defesa” e “cessão” como elementos que devem ser acrescentados a sequência original, resultando assim na seguinte fórmula geral:

$$\text{Focalização da pessoa ausente} \wedge \left[\left[\text{constatação do comportamento} \cdot \left\{ \text{(elicitación)} / \text{avaliação pejorativa} \right\} \wedge \left(\text{defesa} \right) \wedge \left(\text{resposta à defesa} \right) \right] \wedge \left(\text{cessão} \right) \wedge \left(\text{embalagem} \right) \right] \wedge \wedge$$

No presente trabalho, *não* analisamos fofocas produzidas em contexto de trabalho. Portanto, não podemos fazer comparações com os resultados aos quais chegam as australianas Eggins & Slade (1997) nessa esfera de atividade humana. Todavia, nossa análise – apresentada no capítulo nove – de uma conversação com fofocas produzidas por amigos próximos (transcrição no anexo) pode muito bem servir de material de comparação para confirmar ou contradizer as conclusões que Eggins & Slade tiram dos seus resultados no domínio da vida privada. Cabe, então, fazer alguns comentários sobre uma distinção básica que as autoras introduzem com relação à conversação cotidiana ou *casual conversation*, no idioma delas.

No seu livro inspirador, Eggins & Slade (1997, p. 12) realçam várias vezes a **motivação interpessoal** da conversação cotidiana, a qual pertence, entre outros, também o gênero fofoca.

Durante todo o livro chamamos a atenção para a tensão que caracteriza uma conversação cotidiana com êxito: uma tensão entre, de um lado, estabelecer a solidariedade pela confirmação de semelhanças e, do outro, afirmando a autonomia pela exploração das diferenças. Ao descrever como a conversação cotidiana envolve um movimento constante entre estabelecer a solidariedade e explorar a diferença, ofereceremos uma explicação de como a conversação cotidiana funciona para realizar um “trabalho social” tanto no nível micro (interacional) quanto no nível macro (cultural) (EGGINS & SLADE, 1997, p. 22).

De acordo com as autoras, o comportamento dos participantes de uma conversação cotidiana exprime dimensões da sua identidade social e das suas relações com as pessoas a sua volta. Como já mencionamos anteriormente, usando os recursos da linguagem, os fofoqueiros, particularmente, fazem no curso das interações posicionamentos atitudinais (cf. DAVIES & HARRÉ, 1990; HARRÉ & VAN LANGENHOVE, 1999; HARRÉ, 2001) em relação aos atributos morais ou pessoais dos participantes e a questões críticas do seu mundo social. De modo geral, os interactantes posicionam-se em relação aos outros porque pretendem diferenciar “seu” grupo do grupo dos outros, bem como destacar características próprias e ocupar um lugar social de valor e reconhecimento que os diferencia dos outros.

No seu corpus, Eggins & Slade (*op.cit.*) encontram dois tipos principais de conversações cotidianas que se distinguem pelas estratégias usadas pelos seus participantes. Desse modo, elas identificam, de um lado, a **conversação com**

peças próximas na qual os participantes possam alcançar um alto nível de divergências:

A orientação na confrontação e na divergência é característica para a conversação cotidiana que temos com as pessoas com as quais temos os laços afetivos mais fortes. [...] A conversação cotidiana entre amigos íntimos envolve tanto explorar as diferenças entre os amigos quanto confirmar as semelhanças que nos aproximaram como amigos originalmente (EGGINS & SLADE, 1997, p. 12).

Do outro, elas especificam a **conversação com colegas ou conhecidos** que se orienta na manutenção da solidariedade e do consenso entre os interlocutores:

[A] orientação na solidariedade e no consenso é característica para a conversação cotidiana que ocorre em situações (como o lugar de trabalho) nas quais estamos fortemente motivados para se dar bem com as pessoas. Contudo, enquanto esse tipo de fala é explicitamente orientado para o consenso [...], ele depende também da exploração de diferenças. [Vê-se, então] que a construção da coesão do grupo envolve frequentemente o uso de estratégias conversacionais como pilhérias, gracejos, provocações e brincadeiras. Essas estratégias permitem que as diferenças entre os membros dos grupos são apresentadas como desafios sem importância ao consenso e a semelhança do grupo (*id. ibid.*).

No decorrer do capítulo introdutório do seu livro, as duas pesquisadoras apresentam, então, vários trechos de diferentes conversações cotidianas gravadas na Austrália e chegam à conclusão de que seus dados dão suporte à distinção introduzida por elas:

O texto 1.1 [uma conversação entre quatro amigos num jantar comum] sugere que a fala entre interactantes que são próximos e familiares frequentemente tem uma orientação confrontadora e resulta numa fala que é muito elíptica. Nesse tipo de contexto, os falantes geralmente contribuem com turnos breves na fala, negociando seus desafios e desacordos pela troca rápida do falante.

Os textos 1.2 [um bate-papo na hora do lanche entre três empregadas femininas numa copa num hospital] e 1.3 [uma conversação entre uma neta, sua avó e seu tio-avô] sugerem que em conversações cotidianas que envolvem pessoas menos próximas há uma orientação para o consenso. Contudo, como esses dois textos mostram, o consenso e a solidariedade podem ser explorados de maneiras diferentes. Os participantes femininos no texto 1.2 negociam ativamente e juntamente o consenso na medida em que contribuem cada uma com comentários apoiadores. A falta aparente de negociação no texto 1.3 indica um consenso mais presumido do que negociado e uma solidariedade construída de modo mais passivo do que ativo. Isso sugere que a conversação é menos interativa em contextos nos quais as identidades sociais dos participantes representam diferenças, por

exemplo, de gênero social, de etnia e de idade que tem um significado particular numa cultura (EGGINS & SLADE, 1997, p. 21).

Na conversação analisada por nós, não encontramos pistas que justificassem uma classificação dos mexericos brasileiros num contexto privado de acordo com a classificação das autoras australianas. Claro que nosso resultado se baseia apenas numa amostra aleatória, mas as primeiras impressões sugerem que há diferenças culturais entre Brasil e Austrália que, provavelmente, atravessam os critérios classificatórios propostos por Eggins & Slade. Mais concretamente: trata-se, na conversação brasileira, de uma fala-em-interação entre três amigos muito próximos (como no texto 1.1 de Eggins & Slade), mas não se observa nenhuma “orientação confrontadora” entre os participantes e também não prevalecem “trocas breves” com a “negociação de desafios e desacordos”. Em todos os episódios analisados, há claramente uma orientação para o consenso e a solidariedade e, igualmente como no texto 1.2 de Eggins & Slade, observa-se que os interlocutores contribuem ativamente com comentários apoiadores que demonstram solidariedade e exploram as avaliações morais partilhadas a respeito do comportamento dos alvos das fofocas em domínios significantes de etiqueta social. Acreditamos, portanto, que a diversidade das fofocas no Brasil deve seguir outro padrão, mas essa questão certamente necessita de um estudo mais aprofundado que deve se basear num corpus de dados mais amplo.⁷

Abstraindo-se de variações culturais e temporais, nossa análise, bem como as de autores como Althans (2000), Bergmann (1987), Eggins & Slade (1997) ou Keppler (1987) mostram que a fofoca, como entidade abstrata, se caracteriza evidentemente por uma estrutura interna e por relações externas de semelhança e diferença que permitem a determinação de um grau de parentesco com outros gêneros comunicativos. Como muitas outras atividades interacionais, o mexerico mostra evidentemente uma **homogeneidade surpreendente**. Trata-se de uma forma mais ou menos estável que serve como base para “a integração seletiva” (RUESCH & BATESON, 1951, p. 183) de certos recursos comunicativos que são empregados mais ou menos habitual ou estrategicamente.

⁷ No contexto brasileiro, parece meio estranho também, formar uma classe de conversações com pessoas mais distantes e incluir nesse grupo, ao lado das conversações com colegas de trabalho, uma conversação entre uma neta e seu tio-avô. Em nosso entender, esse “estranhamento” resulta de diferenças culturais no que diz respeito ao conceito de “família”.

Assim sendo, o mexerico, como gênero comunicativo, pode ser comparado com uma **coreografia** ou com as regras de uma dança que prescreve certos movimentos mais ou menos rotineiros e, deste modo, delimita a liberdade dos dançarinos. A conformidade genérica explica-se, então, pelo fato de os interlocutores disporem de um saber rotineiro no qual eles possam se orientar quando tomam decisões espontâneas com respeito ao rumo e à organização da sua conversa.

Os gêneros comunicativos [...] gerenciam a seleção dos relevantes elementos comunicativos, predeterminam, desse modo, o decorrer das ações e negociam a integração desses elementos num acontecimento comunicativo holisticamente percebível. Igualmente como o dançarino versado que reconhece já na música o tipo de dança a escolher [...] os participantes da comunicação reconhecem já na 'música de acompanhamento' (tom, mímica, elementos enunciativos de iniciação) em quais formas preconcebidas, i.e., gêneros, é preciso orientar seu comportamento comunicativo. E, assim como a escolha de um tipo de dança obriga os dançarinos intersubjetivamente a manter certos esquemas bem definidos e aprendidos de movimento [...], assim obriga a 'escolha' de um gênero comunicativo os agentes a observar as formas e regras específicas desse gênero (BERGMANN, 1987, p. 36).

10.2.2 Fatores variáveis nas condições de produção que influenciam a fofoca

A identificação da estrutura básica do gênero não é suficiente, para uma descrição abrangente de como se passa uma fofoca. O mexerico sempre depende também das condições contextuais e sociais das quais surge. Logo, o olhar analítico precisa focalizar, também, como a situação concreta e o contexto social influenciam as realizações individuais do gênero em exame. Retomando a proposta teórico-metodológica de Hasan (1989), já vimos que certos **elementos opcionais** não precisam fazer parte de cada exemplar do gênero fofoca. Além disso, é comum encontrar **elementos iterativos** que podem ocorrer repetidamente na sucessão concreta dos estágios. Também é natural que alguns elementos têm uma **ordem variável** de ocorrência se comparados aos elementos que ocupam uma posição fixa na sucessão dos diferentes estágios. Demais disso, é de se pressupor que a escolha de **recursos estilísticos** não influencie as propriedades autônomas que caracterizam os diferentes estágios de uma fofoca. Em poucas palavras: há de

existir, em cada exemplar do gênero, um conjunto de fatores que refletem as variações nas condições de produção.

Em primeiro lugar, convém mencionar aqui que os mexeriqueiros fazem uso de um conjunto amplo de **pistas de contextualização** que ajudam para criar uma atmosfera de confidencialidade. A seleção e a frequência dessas pistas é uma questão de estilo, mas todas elas contribuem na coconstrução de uma cumplicidade entre os participantes que permite a realização de atos conversacionais que potencialmente ameaçam a face dos interlocutores. Observa-se, também, que – embora se conceda naturalmente ao narrador o privilégio de um direito de fala prolongado – a coprodução dos turnos e das sequências conversacionais dão ao mexerico um caráter mais dialógico do que monológico. Os não falantes participam ativamente com perguntas e por meio de marcadores conversacionais indagativos e convergentes os quais orientam o falante e o incentivam a prosseguir com sua revelação de confidências pessoais. De uma maneira geral, nota-se um forte envolvimento afetivo dos interlocutores. Desse modo, inúmeras pistas prosódicas são usadas para sinalizar ironia, aumentar a intensidade emocional e instigar o desejo dos participantes de distanciar-se explicitamente das pessoas negativamente avaliadas e demonstrar seu compromisso com as normas e os valores do “seu” grupo.

Em segundo lugar, é oportuno realçar que a função de produzir e fortalecer a solidariedade entre os membros de um grupo reflete-se também nas escolhas linguísticas. É conveniente fazer alguns comentários aqui sobre **quatro características** que se observam em todas as instanciações do gênero fofoca: (i) a categorização de pertencimento de membros a grupos, (ii) a linguagem avaliativa, (iii) o monitoramento mútuo entre os participantes e (iv) a dramatização dos eventos narrados.

Ad (i): Na maneira como se realiza a **categorização de pertencimento de membros a grupos**, sobressai uma polarização entre “eles” e “nós” a qual se torna visível, por exemplo, na alta frequência de pronomes pessoais de terceira pessoa e de pronomes demonstrativos. As estratégias de inclusão e exclusão explicitam-se, também, por oposições lexicais e gramaticais. Desse modo, adjetivos positivos e

negativos e advérbios são usados para estabelecer um contraste entre um comportamento inaceitável (o “deles”) e um aceitável (o “nosso”). Além disso, consta que é comum os falantes introduzirem categorias relacionais (cf. SACKS, 1972) como: “paulistas vs. nordestinas”; “vítima vs. culpada”, “anfitriã vs. convidada” ou “dondoca vs. professora” ou “solteirona solitária vs. solteirona extrovertida”.

Limitamo-nos, nesse ponto, a poucas considerações sobre os últimos dois pares opostos: Miriam, evidentemente, é representada na conversação inteira como uma mulher bem situada material e profissionalmente, que não precisa mais fazer esforço na vida e cujas preocupações primam pela futilidade ou simplesmente não visam ideia maior com resultados para melhorar, de uma maneira ou outra, a paz social ou, pelo menos, a vida dos seus “admiradores”. Lia, por outro lado, considera-se uma atriz social empenhada, interveniente, que participa ativamente no mundo social que a rodeia e se integra, de modo multifacetada, num grande círculo de amigos e conhecidos e na sociedade com um todo.

Além disso, é saliente ainda que se trata, na fofocadeira principal Lia e no alvo principal Miriam, de duas mulheres solteironas na idade entre 40 e 50 anos. Miriam é apresentada por Lia como uma solitária que não sabe conviver com seus semelhantes; que se aborrece em companhia de outras pessoas; que tem atitudes e comportamentos estranhos ou até excêntricos; que é pouco comunicativa, prepotente e, enfim, infeliz. Em si mesma, no entanto, Lia pensa como uma mulher ativa que gosta de fazer amigos; que frequenta a sociedade; que conhece e pratica as regras de boa convivência; que é muito comunicativa, liberal ou até popular e plenamente feliz.

Ad (ii): Esse ponto já foi explorado acima quando tratamos especialmente das avaliações na fase final do mexerico, mas, na verdade, a **linguagem avaliativa** é distribuída por todos os estágios do gênero. Ela sinaliza a atitude dos interlocutores diante do comportamento ou dos atributos físicos do alvo da fofoca. Os comentários avaliativos costumam ser codificados por escolhas lexicais, recursos prosódicos e estruturais e sinais paraverbais e não verbais.

Ad (iii): Ao longo do desenvolvimento de uma conversação, realiza-se um processo contínuo de **monitoramento mútuo** entre os interlocutores. O falante emite frequentemente sinais de busca de aprovação discursiva, enquanto os ouvintes o orientam, o incentivam (ou não) a continuar com a palavra e a desenvolver o tópico na direção esperada. Como já foi dito, a fofoca é construída em cooperação, na medida em que os não falantes interferem nas contribuições do falante, demonstrando atenção e interesse no assunto, tentando completar frases e resolvendo dificuldades de expressão do falante. Essa dinâmica das inter-relações conversacionais torna-se patente, particularmente nos momentos de organização e planejamento conversacional, isto é, por exemplo, na passagem de um assunto para o outro ou nos pontos relevantes para a transição de turno.

Ad (iv): Quando falamos do uso do discurso direto e indireto, esse ponto já foi abordado também. A encenação dialógica de detalhes deve inflamar o sentimento de repulsa ou de desprezo que os ouvintes experimentam diante de tanta indignidade, falta de bom senso ou desrespeito à etiqueta social. Ao lado do uso de vozes alheias como testemunhas e personagens dramáticos, outro recurso retórico importante de **dramatização** é a produção do contraste entre a simplicidade inofensiva das pessoas “certas” (por ex.: Lia na comemoração do seu aniversário; oc 105-215, no anexo) e o comportamento desproporcional, exagerado e ofensivo das pessoas “erradas” (por exemplo: o pega entre Aline e Miriam na mesma festa; oc 103-137, no anexo). Demais disso, nota-se que as explicações pormenorizadas de certas circunstâncias (por ex.: a salada servida naquele restaurante chique; oc 202-208, no excerto 48) fornecem as evidências empíricas e pessoais para documentar e justificar a avaliação moral defendida pelo mexeriqueiro.

Depois do uso variável das pistas de contextualização, discutimos ainda alguns outros fatores variáveis nas condições de produção que influenciam a realização de uma fofoca. Por exemplo, entre as características sensíveis ao contexto, destaca-se ainda a fase introdutória que pode ser realizada de maneira econômica ou elaborada. Como mostram os exemplos encontrados na conversação transcrita em anexo, uma **introdução econômica** pressupõe, geralmente, um alto grau de proximidade entre os interlocutores, assim como um amplo conhecimento compartilhado e um consenso com respeito à reputação do protagonista da fofoca.

Uma **introdução elaborada**, por outro lado, se faz necessária quando os interlocutores podem ter opiniões divergentes sobre o alvo e seu comportamento. Nesse caso, a produção da fofoca pode ter início apenas depois de um pedido implícito ou explícito ao interlocutor discordante que ele justifique sua avaliação contrária. Caso contrário, o enquadre interativo será fechado e os participantes terão que procurar um assunto que agrade a todos. As fofocas, diz Keppler (1987, p. 299), são encaixadas num contexto de justificativas:

Elas valem como uma prova e, deste modo, recebem o status de um argumento num sentido mais amplo; aliás, de um argumento especial, pois concordando ou discordando, sempre as pessoas fofocam também pelo prazer. O prazer da fofoca, o divertimento que ela traz, determina essencialmente o seu caráter.

Dessa forma, a fofoca faz parte da vida mundana e da convivência cotidiana, mas, ao contrário das piadas, anedotas ou histórias que muitas vezes preenchem as lacunas na conversa e disfarçam a falta de intimidade, o mexerico busca seu assunto no individual e no particular e tem como condição prévia uma certa proximidade entre os interlocutores. Assim sendo, o gênero tem seu lugar no círculo dos confidentes no qual ele serve como **divertimento** e como instrumento para produzir um sentimento de **solidariedade coletiva**; mas, ao contrário do que se pensa, a fofoca não é apenas uma conversa fiada, um falar por falar, e o fofoqueiro não conversa apenas para se fazer importante, revelando os segredos pessoais dos outros; trata-se, antes de tudo, da interpretação de um comportamento não usual e de explicações para ações fora de costume, no intuito de estabelecer uma solidariedade baseada em valores partilhados e em modos concordantes de ver o mundo.

Nessa perspectiva, o mexerico é um método que as pessoas usam para exteriorizar seus valores morais e dar sentido ao mundo. Ainda conforme Keppler (*op. cit.*, p. 299), o contraste implícito entre a suposta imoralidade do protagonista e os valores do narrador fornece uma ocasião para uma representação da posição própria. Ao tornar suas convicções morais públicas, o fofoqueiro convida seu respectivo interlocutor a **expor sua opinião** e avaliar os comportamentos e valores em questão. O que se observa é que os interlocutores procuram explicar a estória, especulam os motivos pertinentes, interpretam o comportamento observado, enfim,

condenam ou justificam o alvo enquanto recorrem mais ou menos automaticamente às regras práticas, sociais ou morais que representam as normas válidas de uma sociedade. A fofoca, com se vê, sempre fala também sobre as identidades do narrador e do ouvinte e sobre as visões do mundo que eles têm em comum:

As histórias emergem da experiência social e são compartilhadas em contextos sociais. A maneira como os interlocutores contam suas histórias exprime as dimensões da sua identidade social (Eggins & Slade, 1997, p. 229).

As tentativas de explicar o sentido da estória à base de comportamentos geralmente conhecidos e esperáveis mostram que existem regras para orientar os membros de uma cultura e que os fofoqueiros sabem aplicá-las de uma maneira bem específica. De fato, o hábito de oferecer, na última sequência da fofoca, **interpretações e avaliações** que associam uma ação individual às normas morais indica que os indivíduos têm um conhecimento consuetudinário (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1979, p. 173) que lhes diz qual comportamento seja adequado às regras vigentes da sua comunidade. Não é de se admirar então que o produtor e o receptor, independente das suas posições iniciais, nas sequências finais, sempre chegam a um acordo comum quanto à avaliação do comportamento comentado.

No que diz respeito às avaliações pejorativas, convém realçar que até as reprovações explícitas, raras vezes, condenam uma pessoa globalmente. Segundo Keppler (*op. cit.*, p. 300), há sempre um **momento de simpatia** que pode assumir um papel decisivo na realização de um mexerico, particularmente quanto se trata do “caráter vago-específico” da avaliação final. Ora, uma rejeição total de uma pessoa mais ou menos íntima poderia levar a consequências sérias para o convívio com essa pessoa e para toda a rede de relações pessoais da qual o fofoqueiro e seu alvo fazem parte. Como alega a autora (*id. ibid.*), esse componente de simpatia, a obrigação de manter uma solidariedade mínima e a convenção de não fofocar com pessoas alheias mostram que a quebra da confiança não é absoluta, uma vez que o mexeriqueiro se sente comprometido com os valores e as restrições impostas pelo código moral da sociedade.

Esse ponto nos leva, diretamente, a questão do parentesco entre a fofoca e a **calúnia**. Evidentemente, existem muitas sobreposições entre esses dois

gêneros, mas o mexeriqueiro engenhoso, ao contrário do caluniador, nunca age (unicamente) por motivos como ódio, inveja ou perfídia e nem inventa mentiras monstruosas para aniquilar, para sempre, a reputação do seu alvo⁸. De fato, podemos observar que o fofoqueiro atenua frequentemente suas críticas através de afirmações positivas sobre o objeto do mexerico. Ele mostra moderação na escolha das avaliações negativas e justifica, desse modo, o crédito que tem quando se mete nos assuntos dos outros. Além disso, cada fofoqueiro sabe que é melhor evitar expressões extremamente pejorativas, pois qualquer um, inclusive ele, pode ser “a próxima vítima”. A preservação e manutenção das relações confidenciais representam, então, a diferença principal entre a fofoca e a calúnia.

Certamente, existem também muitas analogias entre o **boato** e a fofoca: “Muitos rumores são fofocas e muitas fofocas são rumores” (Fine, 1985, p. 223); mas, ao contrário do mexerico, o boato, refere-se a informações insustentáveis e corre de boca para boca, sem necessitar de muita colaboração dos ouvintes. De fato, o boato ultrapassa facilmente os limites do círculo fechado das pessoas confidenciais que, no caso da fofoca, têm a oportunidade exclusiva de escutar a “verdade” sobre um segredo bem guardado. Boatos não falam do bem e do mal, mas de conteúdos positivos e negativos; ou seja, boatos tratam da realização de desejos, da expressão de temores e fobias coletivas e de preconceitos socialmente nocivos.

Quanto aos fatores relevantes para a **disseminação** de um boato, vale dizer que o sucesso de um rumor depende menos das características individuais e do estado emocional do público do que dos fatores situacionais que influenciam a sensibilidade crítica dos membros de uma rede comunicativa (ALLPORT & POSTMAN, 1947). Boatos têm a tendência de serem breves e de servirem a certos propósitos estratégicos; ainda assim, observa-se que sua “verdade” é rapidamente distorcida e seu conteúdo pode variar de maneira imprevisível. Com efeito, a credibilidade de um boato parece depender tanto do significado dos fatos relatados quanto do status social da pessoa que o transmite (FINE, 1985, p. 232). Assim, pois, vale dizer:

⁸ *Audacter calumniare, semper aliquid haeret!* (“Difame com ousadia! Sempre cola alguma coisa!”) diz o filósofo inglês Francis Bacon (séc. XVII) no seu *Ensaio da Fama* ao refletir sobre os caminhos serpenteados da calúnia.

Quem coloca um boato no mundo apela em caso de dúvidas para a veracidade das suas informações; quem é acusado de fofocagem recorre à legitimidade da revelação das informações. Além disso, a fofoca raramente é submetida a uma verificação, pois isso violaria seu segredo e o caráter confidencial com que as informações foram transmitidas. Outrossim, a declaração de ter participado numa fofocagem já é um ato comprometedor em si (Keppler, 1987, p. 300).

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre a realização da fofoca na interação, constata-se que a fofoca se constitui de três componentes principais: a **reconstrução**, a **interpretação** e a **avaliação** de comportamentos e atributos físicos descomunais. Nisso, os fofocueiros recorrem a acontecimentos realmente observados ou ouvidos. A constelação pessoal dos participantes se mostra na distribuição específica das informações, na escolha das formulações avaliadoras e numa certa distância que o narrador mantém diante do acontecimento reconstruído. A interpretação da história, que se baseia em tipificações e generalizações sociais, tem como finalidade assegurar-se mutuamente que os valores sociais e morais vigentes estão em ordem. A fofoca, enfim, traz prazer e divertimento, cria confiança, e intensifica a vida em sociedade.

11 A fofoca na comunicação entre pessoas copresentes

“Your Ladyship must excuse me--I'm called away by particular Business -- but I leave my Character behind me —” [Exit.]

Sir Peter, ao despedir-se de um sarau;
The School For Scandal de Richard Brinsley Sheridan (1777)¹

Nos capítulos 9 e 10 do presente trabalho, analisamos uma conversação transcrita (cf. anexo) a partir de teorias que colocam a ação humana no centro das suas preocupações. Nessas abordagens, a ação – embora seja conceituada como um comportamento intencional dos indivíduos – representa a unidade básica, ou seja, “o átomo” do social (no sentido da sociologia interpretativa de WEBER, 1988, p. 439). De uma maneira geral, os defensores das diferentes **teorias da ação** afirmam que a incorporação das marcas do social no sentido psíquico das ações explica-se através da orientação dos agentes sociais nas expectativas ou nas ações dos seus semelhantes e mediante a formação social dos propósitos das ações individuais e dos recursos disponíveis para a sua realização. Além disso, apontam para a importância fundamental da comunicação como condição prévia da possibilidade de desenvolver uma consciência social e de imprimir um caráter social no comportamento dos indivíduos. Diz-se que é na comunicação e por meio dela que os agentes sociais adquirem tanto a capacidade de antecipar as expectativas quanto a de inferir o sentido das ações dos outros. Como se pode perceber, há então uma interdependência estreita entre os processos comunicativos e o agir social.

Recapitulando as teorias já apresentadas no decorrer do presente trabalho, destaca-se a coexistência de **duas posições** básicas com relação a essa correlação entre a comunicação e a ação e a questão de como a identidade de uma ação se constitui socialmente. De um lado, defende-se a opinião de que a comunicação, ou seja, as **práticas languageiras** ou o agir comunicativo, como diz Bronckart (2008a), representem uma forma específica do agir praxiológico. Nessa perspectiva, que também é a dos sujeitos participantes da cena social, a

¹ “As Senhoras queiram-me desculpar – Negócios urgentes requerem a minha presença, mas eu deixo meu caráter aqui.” [saída de cena]. Sir Peter, ao despedir-se de um sarau; *The School For Scandal* de Richard Brinsley Sheridan (2008 [1777]).

comunicação surge quando um agente social executa ações comunicativas ou atos de fala para sinalizar ao outro a sua disposição de interagir e de transmitir-lhe informações intencionalmente selecionadas. Entre as abordagens desse paradigma comumente mencionadas, encontram-se teorias tão diversas, como o modelo formal da teoria de informação de Shannon & Weaver (1949), a teoria dos atos de fala de Searle (1969) ou a teoria das ações comunicativas de Habermas (1981). No centro dessas abordagens, encontra-se o problema do êxito ou do malogro da comunicação; um aspecto que, na perspectiva da segunda posição, tem pouca ou nenhuma importância para a explicação do processo comunicacional. Do outro lado, ou seja, na posição de um observador de segunda ordem, afirma-se que as ações podem ser analisadas como **produtos dos processos comunicativos**. Segundo esse ponto de vista, o sentido de uma ação específica aparece como resultado de uma atribuição semântica retrospectiva a qual é efetuada por um enunciado reativo que sucede a um enunciado iniciativo anterior.

Na **primeira posição**, é ponto pacífico que, em qualquer edifício teórico do qual contemplamos a vida social, o conceito de ação deve encontrar-se situado acima da comunicação (cf. ANSCOMBE, 1957; AUSTIN, 1962; DANTO, 1965; DAVIDSON, 1980; GOLDMAN, 1970; GRICE, 1989; HABERMAS, 1981; LOUCH, 1966; SEARLE, 1969). A ideia fundamental desse tipo de abordagem é que a comunicação é uma atividade racional e que os indivíduos se comunicam num processo de entendimento intersubjetivo. De modo geral, diz-se que as pessoas não podem usar sua língua de um modo significativo se não dispõem de um conceito intencional da comunicação. Ter um significado não é uma propriedade dos signos, mas uma propriedade dos atos comunicativos e, desse modo, também uma característica ou disposição de sujeitos que agem comunicativamente. Em poucas palavras: nessa concepção do agir linguageiro, a comunicação é centrada na noção do sujeito que produz atos de linguagem ou os recebe e interpreta na situação de comunicação em que se insere.

Em contrapartida, na **segunda posição**, afirma-se que a comunicação é um fenômeno basal, emergente e irreduzível e, portanto, ocupa o papel do conceito principal do qual derivam todos os outros. Na prática, isso significa que as ações não formam mais o ponto de partida para explicar a comunicação; elas são apenas um

produto da autodescrição de processos comunicacionais. De acordo com Luhmann (1984), o conceito da ação não leva em conta que a reprodução da sociedade moderna emancipou-se das intenções dos seres humanos. Por conseguinte, é oportuno abandonar o conceito da comunicação intencional. De acordo com Schneider (1994, p. 12), “o que – relativo à análise – se ganha com a decisão a favor da primazia da comunicação é a possibilidade de separar claramente a *ação como realização da consciência*, da *ação como unidade socialmente constituída*.” (grifo do original). Como diz o autor, a vantagem dessa opção estratégica é que, “independentemente da orientação social ou não social do sentido subjetivo, as duas formas de ação podem *ser distinguidas como tipos de operações*; o que dá origem, então, a novas questões empíricas que dificilmente poderiam ser formuladas sob as premissas da teoria intencionalista de ação”(1994, p. 12)².

Como foi mencionado anteriormente (cap. 6.7; cap. 9.2.3.2), a ideia de que **ações são artefatos da comunicação** já se encontra na obra de Mead (1934) no interacionismo simbólico (BLUMER, 1937; FINE, 1993; FISHER & STRAUSS, 1978; GLASER & STRAUSS, 1967; GOFFMAN, 1974b; JOAS 1980, 1988), bem como na etnometodologia e na análise da conversação (ATKINSON & DREW, 1979, p. 46 e seg.; HERITAGE, 1984, p. 245 e seg.; SACKS, 1992; SCHEGLOFF & SACKS, 1974, p. 238 e seg.). Contudo quem a desenvolveu com a maior clareza foi Luhmann, em sua teoria dos sistemas sociais (1984, p. 191). A diferença radical com as propostas anteriores pode-se verificar, por exemplo, numa comparação com o modelo de comunicação de Schütz (1979). O sociólogo fenomenologista também já declarou que o sentido social de uma ação é o “sentido objetivo imputado à conduta de outra pessoa por um observador” (1979, p. 316), mas, diferentemente de Luhmann, o observador de Schütz ainda é outro sujeito individual. Na teoria dos sistemas sociais, porém, reconhece-se primeiramente que o observador é o acontecimento comunicativo reativo que segue a um enunciado iniciativo.

² Em duas notas de rodapé, Schneider (1994, p. 12) lembra ainda que, numa discussão pública, Luhmann e Gadamer criticaram “o subjetivismo miserável da teoria da ação” (cf. SCHNEIDER, 1991, 1992, 1992a) e que Oevermann (1984, p. 21) – fundador da hermenêutica objetiva – também defende uma posição que se distancia radicalmente de todas as interpretações no âmbito da teoria da ação (inclusive a versão habermasiana de uma teoria comunicativa da ação): “A abstração fundamental da formação dos conceitos leva à direção errada quando se supõe que a menor unidade possível da análise, o dado original, que não se pode analisar mais, não seja a cooperação social, o ato social na sua estruturação objetiva, mas a ação individual ou o sujeito capaz de agir.”

11.1 Comunicação em vez de ação

Feitas essas considerações sobre o conceito de ação, a diferença estabelecida entre a ação subjetivamente intencionada e a ação socialmente atribuída permite que o interesse científico se desloque de problemas filosóficos – por exemplo, se a ação pode ser objeto de uma explicação *causal* ou pode ser compreendida somente em um processo *interpretativo* (cf. APEL, 1979; WRIGHT, 1971) – para a questão de **como o conceito de ação funciona empiricamente** nos processos de atribuição social. Em outras palavras: para o desenvolvimento de uma linha de pensamento que toma a ação como socialmente constituída é fundamental observar quais são os critérios e os métodos pelos quais se compreende o comportamento de uma pessoa como realização de uma determinada ação.

Um bom exemplo de como a determinação das ações se desloca da intenção subjetiva e da **autoatribuição** ao psiquismo para a reação social e a **alter-atribuição** comunicativa pode ser observada no discurso jurídico – um discurso assimétrico no qual se discute diariamente sob quais condições certos acontecimentos devem ser considerados ações. Segundo Schneider (1994, p. 13), o que se vê na jurisdição é que, numa sentença jurídica, a atribuição de uma ação não depende necessariamente do critério de sua origem estar ou não estar num comportamento intencional.

Os agentes, desse modo, perdem a autodeterminação sobre suas ações. De autores soberanos eles são transformados em endereços de atribuição, que podem ser interpelados mesmo contra a sua vontade e ser responsabilizados também para acontecimentos não intencionados. A determinação das ações desloca-se da *intenção subjetiva* para a *reação social*; da *autoatribuição psíquica* para a *alter-atribuição comunicativa* que recebe na sentença do juiz a sua forma definitiva.

Todavia, como destaca o autor, esse fato não significa que, em todos os casos, os agentes sociais estão definitivamente sujeitos à coação da atribuição social. Ao contrário, sobre a maioria das interações, vale dizer que as ações são produzidas como sínteses comunicativas de autoatribuições e *alter-atribuições*. A determinação subjetiva intencional de uma ação, então, é substituída pela possibilidade da objeção do ator social, que – em cada terceira posição de uma

sequência interacional (cf. seção 9.2.3.2) – tem a possibilidade de confirmar ou rejeitar as *alter*-atribuições.

Para ilustrar esse processo de **coconstrução de sentido**, vejamos um exemplo observado numa conversa simétrica que, de uma maneira ou outra, acontece mais ou menos assim na vida de muitos casais: “Fiz o frango num molho de especiarias orientais”, diz a esposa. “Tem um gosto interessante”, responde o marido com pouco entusiasmo, mostrando que entendeu o enunciado como uma pergunta pela sua opinião (e um teste da sua lealdade). “Desde que passa aquela novela na Globo³, o *garam massala*⁴ está conquistando o paladar do brasileiro” acrescenta a sogra que interpretou o enunciado da sua nora como um convite para demonstrar conhecimento sobre fatos em evidência, atualmente, nos meios de comunicação de massa. Evidentemente, cada enunciado reativo dos dois ouvintes implica uma determinada interpretação do enunciado iniciativo e atribui-lhe comunicativamente um determinado sentido. A primeira falante talvez se sinta mal-interpretada, mas se ela deixa as coisas como estão e não levanta objeções, é certo que, na comunicação, a compreensão efetuada pelas reações dos interlocutores é a compreensão de uma pergunta opinativa indireta ou de uma proposta, respectivamente, para introduzir um enquadre temático no qual sua sogra se considera especialista. Não importa o que se passa na mente dos interlocutores, a comunicação já decidiu por si mesma qual é o sentido do primeiro enunciado e, feito isso, ela pode continuar. Conclui-se então: o que é entendido não é determinado e limitado pelo conteúdo informacional que interessou à falante, mas pelas **operações do sistema comunicacional** que continuamente observa a si mesma para atualizar, ou seja, para compreender a diferença entre as seleções do ato comunicativo (a esposa diz) e da informação (“Fiz o frango num molho de especiarias orientais”). Em outras palavras: ao constatar o que foi comunicado e a quem essa informação pode ser atribuída, a comunicação cria um ponto de referência e pode ser continuado. Posto isso, pode-se afirmar que “a comunicação inclui mal-entendidos mais ou menos extensos como perfeitamente normais” (SCHNEIDER, 1994, p. 165).

³ A participante refere-se à telenovela “Caminho das Índias” de Glória Perez transmitida pela emissora Globo TV em 2009.

⁴ Mistura de temperos muito usada na culinária indiana.

Para poder justificar a reinterpretação que o conceito da ação intencional sofreu dentro da hierarquia de conceitos, é necessário que os defensores da primazia da comunicação expliquem como a **comunicação consegue decompor-se em ações**. No âmbito da teoria dos sistemas sociais, é oportuno lembrar nesse momento que a compreensão não é considerada como uma operação que tem o propósito de melhorar a transparência entre os indivíduos. De fato, segundo o princípio da clausura operacional, os indivíduos nem fazem parte da comunicação, mas pertencem ao seu entorno. Por esse motivo, Luhmann (1988a, 1988b) sempre declarou com firmeza: os sistemas psíquicos pensam e não comunicam; apenas a comunicação comunica. Todavia, como os dois tipos de sistemas evoluíram juntos e operam com o sentido, há um acoplamento estrutural entre eles de tal modo que os sistemas comunicativos e os sistemas psíquicos se “irritam” uns com os outros. Sob o ponto de vista sistêmico, a compreensão é um produto da comunicação que não é causalmente produzido, gerenciado ou determinado pela consciência humana.

Diante do exposto, é coerente afirmar que os sistemas sociais não se constituem de seres humanos e tampouco se reproduzem por meio de ações. Como explicamos anteriormente (cap. 6.7.), a comunicação é um fenômeno emergente que se constitui pela diferenciação e síntese de **três seleções** às quais não pode ser reduzida: a informação (que alguma coisa é assim ou assado, desta ou daquela forma), o ato de comunicar (a escolha de um comportamento – um gesto, uma sequência de palavras – com o qual o falante associa uma determinada intenção) e a compreensão (por um ouvinte), a qual atualiza a diferença entre a informação e o ato de comunicar.

De acordo com esse modelo, a **informação** não é transmitida, mas é construída na comunicação como uma seleção específica. Por exemplo, o fato de que o marido realiza um ato comunicativo dizendo “Tem um gosto interessante” é uma seleção dele; ele responde por essa escolha e, certamente, teve um motivo para fazê-la (por exemplo: ele prefere frango assado e não gosta de molhos exóticos, mas não consegue mentir nem quer ofender sua esposa). A informação é uma seleção na medida em que ela estabelece no mundo uma diferença entre o que foi dito e o que ficou excluído (por exemplo: “Detesto molhos exóticos, mas estou-lhe muito grato pelo trabalho que você fez para nós.”). Essa seleção é autônoma é

preciso ser distinguida da seleção feita no **ato de comunicá-la**: se a esposa pede o divórcio, ela vai alegar incompatibilidade de gênios e não o fato de que o marido é responsável pelo que diz. A **compreensão**, enfim, é uma seleção porque estabelece uma determinada diferença entre o ato comunicativo e a informação (por exemplo: o marido entende que a esposa menciona as especiarias orientais para impressionar sua mãe) e, ao mesmo tempo, exclui outras possibilidades de marcar essa diferença (por exemplo: a suposição de ela querer mostrar que é completamente indiferente às preferências culinárias do seu marido).

Essas três seleções são realizadas como sequências dentro de dois acontecimentos. A comunicação efetua-se apenas quando as seleções são realizadas em conjunto, ou seja, quando há uma compreensão da informação que está na mensagem disponibilizada pelo ato de comunicar. Sem essa compreensão, a comunicação não pode ser observada. A autopoiesis dos sistemas sociais prolonga-se à medida que comunicações conectam-se a novas comunicações. Sem a produção sucessiva de comunicações, um sistema social extinguir-se-ia. Visto que depende de uma seleção tríplex, é altamente improvável que cada comunicação obtenha êxito. O que diminui muito a probabilidade de êxito é o fato de que cada seleção tem que suprimir um **tipo de impedimento** que ocorre (i) quando não há compreensão do que se quer dizer – esse obstáculo pode ser superado pelo uso da linguagem que facilita a compreensão; (ii) quando a mensagem não chega ao interlocutor – essa dificuldade pode ser vencida pelo uso dos meios de difusão que aumentam as chances de as mensagens chegarem aos interlocutores; e (iii) quando a comunicação recebida não é aceita pelos interlocutores – essa improbabilidade é superada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação generalizados simbolicamente (dinheiro, poder, verdade, amor, valores), os quais aumentam a probabilidade de aceitar a seletividade proposta no evento comunicativo.

Convém lembrar nesta altura um ponto que já foi desenvolvido na primeira parte deste capítulo: o exame das sequências binárias e ternárias no âmbito da análise da conversação traz resultados interessantes para a determinação da **sequência elementar na produção comunicativa de ações**. Ao estender essa linha de pensamento ainda um pouco mais, é oportuno apresentar resumidamente uma contribuição valiosa que Schneider (1994) faz para resolver a polêmica entre

os defensores dos pares adjacentes e os das sequências ternárias como unidades básicas da comunicação. Em seu trabalho inspirador, o autor mostra que aquela disputa se deve, na verdade, ao fato de que é possível assumir duas perspectivas sobre a questão da compreensão de um enunciado. Mais concretamente: no âmbito da teoria dos sistemas sociais, o termo “compreensão” é ambíguo, uma vez que se pode referir, de um lado, à terceira seleção da comunicação (cap. 6.7.) e, de outro, à compreensão subjetiva dos interactantes. No que diz respeito às seleções da comunicação, a compreensão tem a função de possibilitar a reprodução do sistema interacional; no que se refere ao sistema psíquico, ela é relevante para a reprodução dos pensamentos.

No primeiro caso, o **sujeito da compreensão** é a própria comunicação, que, pela reação subsequente, atribui a um ato comunicativo um determinado sentido. “Esse sentido compreendido comunicativamente não depende da questão de se ele está de acordo com o que as pessoas participantes quiseram dizer ou [...] compreenderam psiquicamente” (SCHNEIDER, 1994, p. 174). No segundo caso, o termo compreensão diz respeito ao estado dos sistemas psíquicos que são acoplados estruturalmente à comunicação. Quando se assume essa segunda perspectiva, aparece – ao lado da seleção triplica introduzida por Luhmann – uma quarta seleção que decide se a oferta da comunicação é aceita ou rejeitada. É essa seleção que gera então a terceira posição nas sequências ternárias. De acordo com Schneider (1994, p. 174), Luhmann (1984, p. 43) não leva essa posição em consideração, porque, do ponto de vista sistêmico, a comunicação pode continuar e não precisa ser interrompida, independentemente da questão de se as intenções foram bem ou mal compreendidas. Na perspectiva de um observador, a aceitação e a rejeição não são elementos constitutivos da comunicação. Como vimos acima, a compreensão intersubjetiva é um resultado possível, mas não necessário da comunicação. Logo, não importa o que é, de fato, entendido durante a comunicação. Para que a comunicação continue, é preciso apenas que, de tudo, algo seja entendido.

Uma congruência entre a compreensão psíquica e a comunicativa não é necessária; é possível que se compreenda outra coisa, isto é, na perspectiva do emissor, ‘a coisa errada’; enquanto se compreende (ou mal-compreende) alguma coisa, o acoplamento se mantém e a comunicação continua. Por isso, a realização de uma compreensão mútua entre os

sistemas psíquicos envolvidos não é um momento constitutivo da comunicação (SCHNEIDER, 1994, p. 175).

Para concluir esse ponto, pode-se constatar: a análise da interação entre pessoas copresentes mostra que as ações que se constituem intersubjetivamente pela confirmação recíproca das seleções de sentido não podem ser compreendidas simplesmente como meras transposições do sentido psiquicamente intencionado para o sentido das ações comunicativas. Os dois sistemas operam sob condição de **clausura operacional** (cf. cap. 6.1 e 6.7). Logo, o fato de que, na perspectiva dos participantes, as trocas sociais são percebidas como sequências de ações comunicativas tem que ser explicado como um efeito da própria comunicação.

Tudo isso fortalece a hipótese de que a comunicação consiste em uma **unidade composta** de informação, ato comunicativo e compreensão. Logo, para entendê-la na sua complexidade, é preciso levar em consideração todas as três seleções. Uma interpretação que focaliza exclusivamente a seleção do ato comunicativo apresenta uma representação reduzida da comunicação. A comunicação não se limita ao ato de comunicar e, portanto, não pode ser compreendida plenamente quando é definida como uma ação (comunicativa).

Certamente, no primeiro olhar, uma descrição teórica da comunicação face a face pela teoria das ações parece ser plausível, porque, na vida cotidiana – na qual assumimos a **perspectiva dos participantes** –, percebemos os acontecimentos sociais como uma rede de ações. Todavia, do **ponto de vista de um observador** de segunda ordem, percebe-se que o conceito da ação é uma categoria da autodescrição dos sistemas sociais: a comunicação comunica, mas, ao comunicar, ela opera como se *não* fosse composta de três seleções (informação, ato comunicativo e compreensão), mas apenas constituída do ato comunicativo. Devido a essa redução ao ato comunicativo, a comunicação procede como se ela se resumisse a interação entre um emissor e um receptor. Note-se, porém, que até esse processo de simplificação ocorre comunicativamente e não intencionalmente, ou seja, é o sistema comunicativo que se compreende como um sistema de ação.

A descrição da comunicação como um mero ato comunicativo representa uma simplificação considerável. Pelo conceito de ação, a estrutura complexa da

comunicação reduz-se a uma questão de intenções, mas essa simplificação permite, ao mesmo tempo, que os acontecimentos sociais possam ser percebidos como orientados por pessoas. A vantagem da atribuição da comunicação a pessoas individuais é que os sistemas comunicativos, desse modo, podem produzir pontos de referências aos quais é possível ligar as comunicações ainda por vir. A comunicação seguinte trata a comunicação precedente como uma ação (comunicativa) de uma pessoa e, em virtude dessa descomplexificação do processo comunicativo, ganha um **ponto de endereçamento** com o qual os acontecimentos seguintes podem ser associados. Não se pode negar que essa estratégia é muito eficaz para garantir a (re)produção autopoietica do sistema comunicativo, mas também é claro que um observador que se contenta com o aspecto da atribuição de atos comunicativos a pessoas deixa de perceber que os sujeitos individuais são criações do próprio processo comunicativo. Na falta, então, de uma visão mais ampla, o observador pode fornecer apenas uma descrição parcial que subestima a complexidade da dinâmica social.

Posto então que a comunicação é a unidade básica da autorreprodução operativa de sistemas sociais (autorreferenciais e operacionalmente fechados) e que a ação, ao contrário disso, é a unidade básica da sua autoobservação, convém examinar dois problemas centrais: primeiramente, é preciso saber quais são os meios pelos quais os sistemas sociais possibilitam a continuação da comunicação e, desse modo, garantem a sua reprodução. Como já vimos na seção anterior (e também no capítulo 2), uma das soluções desse problema encontra-se nos **meios comunicativos simbolicamente generalizados** aos quais pertencem também os valores morais. Em segundo lugar, é fundamental analisar a dimensão semântica dos sistemas sociais, ou seja, as **formas comunicativas** pelas quais os sistemas fazem sua autodescrição. Evidentemente, entre os diversos recursos para produzir sentido, o que mais nos interessa no presente trabalho é o gênero comunicativo da fofoca, que – como já se sabemos – tem uma função importante na produção discursiva da moral. Contudo, antes de podermos discutir devidamente esses dois pontos, é preciso considerar ainda algumas características constitutivas que estabelecem a diferença entre a interação e a sociedade, pois uma melhor compreensão sobre a natureza do sistema interacional é condição prévia para a análise de suas operações.

11.2 A falta de diferenciação interna como traço essencial do sistema interacional

O **princípio constitutivo do sistema interacional** é a copresença dos participantes. Quem não está presente não pode influir sobre a interação, independentemente da questão de quão poderoso se seja em outros aspectos. Inversamente, vale dizer que, durante todo o encontro, os participantes copresentes são remetidos diretamente uns para os outros – não interessa quão enfadonho o parceiro se mostre em comparação com outros parceiros possíveis. Desse modo, surge uma ordem seletiva de relevância na qual os copresentes exercem domínio sobre os ausentes – independentemente da questão do que eles fazem ou representam em outros contextos sociais e sem qualquer coação para sintonizar-se ininterruptamente com outros aspectos da diferenciação social. Em outras palavras: a diferenciação entre copresentes e ausentes surge com cada interação, de novo e de uma maneira diferente. A presença e a ausência, então, não são características que uma pessoa possa levar de uma interação para a outra, mas apenas um efeito da própria interação.

Sistemas interacionais podem surgir em qualquer contexto situacional e sociocultural, ou seja, em qualquer esfera de atividade humana. Eles podem ser o resultado de acordos prévios sobre o propósito do encontro (por ex.: entrevista de emprego) ou aparecer espontaneamente ou por acaso, de tal modo que sua determinação tem que ser negociada no decorrer da troca de turnos (por ex.: *small talk*). Quanto aos **gêneros comunicativos** instanciados nas interações, consta que as normas que prescrevem o que pode e deve ser feito em cada gênero têm que ser adquiridas em processos de aprendizagem. Quem participa pela primeira vez de uma fofoca, provavelmente aprende alguma coisa que poderá usar na próxima ocasião. De modo geral, existem situações de comunicação nas quais se instituem restrições que delimitam a expectativa da troca linguageira à produção de um único gênero comunicativo (por ex.: confissão auricular); outras se caracterizam pela sucessão de uma série de gêneros (por ex.: consulta médica) e, num terceiro tipo, pode-se observar até uma mistura de gêneros (por ex.: curso de culinária encenado

num programa de televisão). Seja como for, os gêneros a produzir podem ser selecionados e trocados durante a interação (por ex.: um interrogatório policial que se transforma numa conversação entre amigos ou uma negociação de suborno); eles não definem necessariamente a unidade do encontro, mas assumem antes o valor de uma estrutura substituível. Note-se, porém, que cada troca tem que ser ratificada por todos os participantes copresentes para que a alteração não ameace destruir a unidade da interação (por ex.: quando um dos copresentes rejeita a oferta de focar, é preciso mudar o gênero comunicativo ou terminar a conversação).

A interação, como se sabe, pode ocorrer apenas dentro da sociedade. A sociedade determina as condições prévias para a realização de interações específicas e cria um ambiente social estruturado (subsistemas funcionais, organizações etc.) ao qual as interações precisam se adaptar. Todos os limites relevantes para o sistema social, então, têm que ser observados também pelos sistemas interacionais. Sendo um **subsistema da sociedade**, a interação reproduz-se necessariamente dentro de limites mais estreitos do que os que valem para o sistema total. Por conseguinte, é de se pressupor que, para qualquer interação, existe sempre um domínio maior de comunicações possíveis o qual não faz parte da interação, mas sim da sociedade. Esse fato é fácil de reconhecer, por exemplo, quando se observa que pessoas ausentes não perdem as características sociais específicas da sua identidade apenas porque não participam de uma interação. A interação pode excluir pessoas como participantes ou como tema das suas operações, mas isso não implica que essas pessoas perdem sua personalidade ou não estão mais sujeitas a processos sociais que se desdobram fora do sistema interacional. A moral, por exemplo, tenta alcançar uma validade universal que não construa distinção entre as pessoas dentro de um sistema interacional e as outras no seu ambiente.

O fato de a interação poder emergir apenas dentro da sociedade é perfeitamente compatível com a observação de que a multiplicidade tipológica de subsistemas funcionais deu origem à evolução de inúmeras formas comunicativas que se baseiam num acoplamento entre os subsistemas sociais e o sistema interacional. Os sistemas interacionais, portanto, podem se formar **dentro dos diferentes subsistemas sociais**. A conversação entre dois namorados realiza-se,

por exemplo, no sistema do amor, e a discussão entre um chefe e um trabalhador pertence inteiramente ao sistema da economia. O que sobressai nas interações que se realizam dentro de um subsistema funcional é que seus participantes não encontram apoio apenas nas imposições gerais da sociedade, mas também em normas postas em vigor pelos diferentes subsistemas funcionais. Os padrões, esquemas e modelos pré-construídos no âmbito desses sistemas têm o efeito de fazer o fluxo das conversações correr em leitos bem mais estreitos. Desse modo, é provável encontrar numa conversação, por exemplo, com um funcionário da Receita Federal uma alta sensibilidade para falar, com consequências reais, sobre lucros, rendimentos e despesas. Uma pessoa pouco experiente no assunto pode, provavelmente, até surpreender-se com a diferenciação complexa de conexões comunicativas possíveis que, nessa maneira, dificilmente pode se esperar em outras interações. Todavia, diante da escolha de uma referência sistêmica tão fechada, é quase inevitável que a mesma interação se demonstre indiferente a todos os outros assuntos perfeitamente possíveis em interações que, tematicamente, são mais abertas.

Contudo, há dois motivos porque os contornos de uma interação não se encontram necessariamente dentro dos limites do subsistema social ao qual está acoplado. Primeiramente, consta que todos os grandes subsistemas funcionais realizam interações nas suas margens, que – quando são vistas como sistemas de um tipo específico – não ocorrem claramente dentro e nem fora do sistema social em questão. Trata-se, ao contrário, de acoplamentos seletivos com certos sistemas no ambiente que, por uma razão ou outra, também procuram estabelecer interações nas suas margens. Uma vez que se trata, nesse caso, de interações acopladas simultaneamente a dois ou mais subsistemas funcionais, é natural que nenhum dos subsistemas participantes possa seguramente coordenar a interação. De fato, nesse tipo de **interação intersistêmica**, nenhum dos sistemas participantes pode reivindicar um monopólio de relevância e de atenção para seus esquemas, padrões ou raciocínios (cf. KIESERLING, 1999, p. 78). Em consequência disso, nada do que é evidente dentro de um dos sistemas participantes permanece claro e indiscutível nessa constelação sistêmica. É possível, então, que decisões que não convencem bem em nenhum dos sistemas participantes sejam tomadas, provocando irritações em todos eles. Por outro lado, também não é incomum que os participantes tenham

declarado anteriormente que justamente esse efeito fosse o objetivo comum da atividade intersistêmica em questão.

Em segundo lugar, cabe destacar que, ao lado do acoplamento com um ou mais subsistemas funcionais, é possível também que um sistema interacional se constitua e opere sem procurar qualquer apoio estrutural de um dos grandes subsistemas sociais. A interação, como sabemos, não deve seu caráter sistêmico à subordinação ao esquema da diferenciação social, mas à autopoiesis que lhe permite um estilo próprio de estabelecer seus limites e de selecionar seus elementos. De fato, a interação é um **sistema autônomo** que comunica sob a condição de clausura operacional. Não basta, portanto, como Kieserling (1999, p. 79) observa bem, perguntar “como a interação aparece no esquema da diferenciação social, mas, inversamente, é preciso perguntar também como esse esquema aparece na interação.” A explicação que a teoria dos sistemas oferece sobre esse ponto merece um pouco de atenção:

Dentro da sociedade, os limites sistêmicos dos sistemas funcionais tornam-se distinguíveis porque, no interior do sistema, vale apenas como comunicação o que pode ser relacionado com um dos dois valores do código relevante. As comunicações sem essa referência ao código relevante pertencem, na perspectiva do sistema funcional, ao ambiente social. A questão de se, nesse ambiente, elas contribuem simplesmente para a reprodução da sociedade ou, adicionalmente, também para a reprodução de outro sistema funcional decide-se com base na sua codificação. Comunicações no sistema da ciência, por exemplo, têm que contribuir para a diferenciação entre afirmações verdadeiras e falsas. Elas são reconhecíveis como pesquisas apenas pelo fato de que sua observação tem êxito exatamente nesse aspecto que, para a ciência, representa o código determinante (KIESERLING, 1999, p. 79).

Por outro lado, é certo também, como diz Kieserling, que a unidade da interação como sistema “*não é criada pela codificação*” (1979, p. 79). A interação não reconhece suas próprias operações pela referência a um código, mas pela possibilidade de **associar essas operações com sua história** como sistema interacional. A comunicação tem que se conectar concretamente ao que foi dito anteriormente e tem que possibilitar que se reconheça também o que pode acontecer na conexão seguinte. Isso pode ocorrer por comunicações que usam um código específico, ainda que essa condição não seja necessária. Nesse sentido, chegamos à conclusão de que: “A interação não é um subsistema de um subsistema

de um subsistema” (KIESERLING, 1999, p. 80). Os sistemas interacionais vêm de um princípio independente de autorreprodução. De fato, eles podem apenas ser diferenciados dentro da sociedade, mas não devem seu caráter de sistema ao encaixamento em um dos seus subsistemas, mas unicamente a si mesmos. “Eles fazem parte da sociedade, mas apenas com base na sua própria autopoiesis” (KIESERLING, 1999, p. 80).

Os códigos dos domínios funcionais da sociedade não definem a autopoiesis da interação. Seu sistema não se fecha pela escolha de um código, mas pela comunicação entre pessoas copresentes. Por isso, a interação não é capaz apenas de escolher códigos, mas também de trocá-los. Ela pode ligá-los e desligá-los. E, sobretudo, ela pode também [...] desenvolver-se sem levar em conta qualquer codificação específica. [...] As interações podem ser usadas para puxar a comunicação cotidiana não diferenciada socialmente para a esfera de influência de determinados sistemas funcionais. E elas podem ser usadas também para retornar da estreiteza de uma comunicação codificada para a vastidão de uma comunicação não codificada. A questão se e quando isso ocorrer é decidida dentro da própria interação (KIESERLING, 1999, p. 82).

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento sobre as características do sistema interacional, verifica-se que a interação não permanece limitada necessariamente a uma socialidade não diferenciada, mas participa também do sistema da diferenciação social. Todavia, ao realizar sua socialidade, a interação não é coagida a operacionalizar sua própria comunicação de acordo com um determinado código binário. Ao contrário, a socialidade da interação mostra-se na sua autonomia, no fato de que, como sistema, ela não tem compromisso com nenhum desses códigos binários nem com o próprio princípio da codificação. Numa interação é perfeitamente normal que ocorram operações que mudam de uma comunicação à base de um código binário para outra que se baseia em outro código binário; de uma comunicação à base de um código binário para uma comunicação sem base num código binário; ou de uma comunicação sem base num código binário para uma à base de um código binário. “Do ponto de vista da interação, a restrição a apenas dois valores e a exclusão assim efetuada de um terceiro é e sempre será uma impertinência” (KIESERLING, 1999, p. 82).

Com relação à **historia dos sistemas interacionais**, sabemos que o sistema de interação não representa uma conquista cultural, como a gastronomia, a burocracia ou o televisor, que surgiram apenas numa certa altura do

desenvolvimento sociocultural. Entretanto, ainda que seja verdade que tanto as sociedades mais primitivas quanto as mais modernas sejam capazes de diferenciar sistemas interacionais, não se pode negar que, durante um longo período da história humana, a interação tinha outro papel na sociedade, simplesmente porque representou o único meio para realizar comunicações com consequências importantes. Sob essas condições, não era necessário formar um conceito para as exigências sociais particulares da comunicação com pessoas copresentes (KIESERLING, 1999). Apenas com a invenção da escrita e da imprensa, tornou-se possível fazer experiências genuinamente sociais sem a presença imediata do emissor ou do receptor e somente a partir desse momento foi possível pensar na copresença como um caso particular da experiência social (cf. EHLICH, 1994). Nos séculos seguintes, desenvolveram-se diversas formas de sociedades que podem ser percebidas de acordo com o tipo de interação que predomina na sua vida pública. Dessa forma, é oportuno distinguir entre sociedades fechadas, em que prevalece um modelo assimétrico de interação, e sociedades que são relativamente transparentes para os indivíduos, os quais podem ser influenciados ou “irritados” pelas interações entre seus membros.

No caso das **sociedades ocidentais contemporâneas**, no entanto, esse tipo de comparação perdeu sua plausibilidade. Percebendo esse fato com muita clareza, Luhmann (1997a) afirma com razão que, desde a revolução francesa, é evidente que os modelos interacionais não são mais suficientes para compreender a sociedade moderna. Particularmente a moral, que ainda tenta cuidar simultaneamente dos sistemas interacionais e da sociedade como um todo, emaranha-se permanentemente em paradoxos. No sistema econômico, por exemplo, as piores intenções e um comportamento pouco civilizado podem aumentar o bem-estar comum; enquanto, inversamente, as melhores intenções dos políticos, às vezes, não podem proteger os cidadãos da violência, mas – pelo contrário – talvez até contribuam em torná-la ainda pior. Desde que esse tipo de contradição afeta nossa vida cotidiana, percebe-se claramente uma diferença fundamental entre a interação e a sociedade; uma diferença, aliás, que, de acordo com Kieserling (1999, p. 21), aparece na perspectiva dos participantes como uma incongruência entre as intenções e os seus efeitos globais.

Refletindo, então, sobre o consenso comum de que a interação entre pessoas copresentes é uma **unidade social com uma lógica própria**, que não pode ser derivada imediatamente das exigências da sociedade e de outros macrossistemas sociais, é importante observar que, na semântica discursiva moderna, a vida em sociedade continua ser percebida, antes de tudo, pela experiência da interação com outras pessoas em diferentes contextos socioculturais. O problema dessa visão do mundo social é que a crescente complexidade na organização dos sistemas sociais e sua desintegração em sistemas funcionais cada vez mais especializados (com códigos, programas e meios comunicativos próprios) dificultam ou, enfim, impossibilitam as tentativas de compreender toda a dimensão do social em conformidade com algum modelo idealizado de interação. Para poder manter esse percurso narrativo e defender-lhe os valores disponíveis, faz-se necessário, ainda segundo Kieserling (1999), descrever o estado da sociedade contemporânea em termos de um “processo de dessocialização”.

Nessa visão comum, os macrossistemas funcionais aparecem como **mecanismos impessoais**, sistemas anônimos que operam sem procurar um consenso geral ou, pelo menos, uma comunicação com as pessoas atingidas por suas decisões. *In granu salis*, enquanto a sociedade aparece como desprovida do seu caráter social, a interação é dada como uma **condensação do social** que, supostamente, não depende da formação de um sistema (cf. KIESERLING, 1999, p. 21). Não é de surpreender-se, então, que a noção do sistema social, em vez de ser generalizada de uma maneira que ~~ela~~ inclua tanto a sociedade quanto a interação, é usada, de fato, como um conceito oposto à interação. Essa concepção de exclusividade, facilmente, faz as pessoas se esquecerem de que a interação é somente possível dentro da sociedade e, portanto, sempre realiza também a sociedade: o mundo é sempre já linguisticamente interpretado; o sentido é sempre já culturalmente tipificado; e os participantes possíveis são sempre já socializados. Esse tipo de senso comum em união com uma relação ingênua com as heterorreferências teóricas, não raramente, criam obstáculos ao reconhecimento de que um observador de segunda ordem não deixa de ser um observador de primeira ordem também. Nesse caso, vale dizer que a reespecificação política de interesses “teóricos” explica, em parte, as dificuldades notórias que os observadores podem

enfrentar ao tentarem desconstruir discursos hegemônicos em favor de uma visão mais holística dos fenômenos sociais.

Falando ainda sobre as **características constitutivas do sistema interacional**, é oportuno mencionar alguns aspectos que o diferenciam claramente dos subsistemas funcionais da sociedade. Em **primeiro** lugar, sobressai a **falta de diferenciação interna**. As várias interrupções de Lulu em nossa conversação em análise mostram claramente que, no sistema de interação, pode haver somente um foco de atenção. Essa restrição se deve, particularmente, ao fato de que os processos comunicativos interacionais precisam se orientar em temas adequados. Enquanto instituições ou organizações, que são internamente diferenciadas, podem facilmente tratar de inúmeros assuntos simultaneamente, vê-se que as leis da acústica e a serialização dos turnos de fala obrigam a interação a delimitar-se, em princípio, a um tema por vez. O princípio da concentração temática transforma o tempo de fala automaticamente num bem escasso e faz da sua distribuição entre os participantes um problema a negociar.

Em **segundo** lugar, convém falar sobre a **delimitação do tamanho** dos sistemas interacionais. Evidentemente, quanto maior é o número de participantes copresentes, maior é o grau de passividade exigido de uma parte dos interactantes. Organizações podem continuar a crescer enquanto ainda conseguem encarregar mais um posto ou mais um empregado do trabalho necessário para alcançar o propósito do sistema. O fato óbvio de que as sociedades e seus subsistemas são especializados em inclusão nem precisa ser mais comentado. As interações, no entanto, alcançam rapidamente um limite de crescimento a partir do qual o acréscimo de mais participantes aumenta apenas a quota-parte do silêncio. Cada professor de turmas superpopulosas sofre essa experiência diariamente. Qualquer tentativa de melhorar a porcentagem de participantes ativos, de aprofundar os temas em pauta ou de aumentar o número de temas discutidos precisa procurar uma solução na dimensão temporal, o que, por razões institucionais, geralmente, não é possível.

Em **terceiro** lugar, vale observar que a falta de diferenciação interna, de um lado, tem a consequência de delimitar a complexidade dos sistemas

interacionais – como já foi dito: poucos assuntos podem ocupar o foco da interação e prender a atenção dos participantes – mas, do outro, oferece oportunidades a todos os copresentes de participar na comunicação e de poder irritá-la mais facilmente do que em qualquer outro sistema social. Em outras palavras: os participantes têm pouca liberdade diante do sistema, mas muita influência dentro dele (cf. GESER, 1980, p. 208). Desse modo, o sistema interacional realiza, entre outras coisas, um tipo de “**inclusão indiferenciada**” a qual garante que todos os participantes podem ficar próximos aos acontecimentos no sistema. Como lembra bem Kieserling (1999, p. 47):

Naturalmente isso não significa que cada um, o tempo todo, pode ou, pelo menos, quer assumir o papel privilegiado de falante e que todos podem ou querem isso do mesmo modo, mas até mesmo quem tem pouco ou nada para dizer tem que fazer isso diante dos olhos dos outros; pois o que ocorre no centro da atenção é imediatamente acessível a todos.

Logo, na interação não existe segredo nem privacidade, porque ninguém pode escapar dos olhares atentos dos outros. De fato, a possibilidade da privacidade e da ocultação de alguma coisa já representa uma conquista da sociedade que se baseia na diferenciação e reintegração seletiva de sistemas interacionais. O conceito do terceiro excluído, do receptor que ainda não foi informado e que pede a repetição de uma informação, pressupõe a diferenciação entre interação e sociedade. No sistema indiferenciado da interação, no entanto, vale antes o contrário: uma informação comunicada caduca logo porque é imediatamente disponível a todos, o que explica a necessidade de procurar o tempo todo por informações novas para manter o sistema em operação. A publicidade e a inclusão de participantes sem diferenciações significam também que, durante o tempo do encontro, a interação prende os participantes presentes e os absorve quase inteiramente. “Desse modo, surge uma densidade e uma sensação de estar permanentemente sob observação, sem ter uma saída, a qual não encontra correspondência em nenhum outro sistema social” (KIESERLING, 1999, p. 51).

Em **quarto** lugar, é preciso destacar que – devido a uma **delimitação tênue** entre o sistema interacional e os sistemas psíquicos no seu ambiente – as expectativas cognitivas e normativas estão colocadas bem próximas no decorrer de uma interação. Em consequência disso, não é possível, dentro da interação, violar

regras constitutivas e esconder esse fato dos outros participantes. Não há intervalos de tempo que separam a transgressão de normas da sua publicização e da prova de convicção do réu. Logo, é preciso decidir o mais rápido possível como se pretende reagir a uma infração detectada. Expectativas normativas que obviamente foram violadas perdem imediatamente seu caráter obrigatório se a discordância não for demonstrada logo em seguida à violação. Basta realizar o protesto com um pouco de retardação e ele já se encontra lançado numa situação completamente diferente, como podemos observar com a situação seguinte. “Fiz o frango num molho de especiarias orientais, você gosta?”, pergunta a esposa. “É horrível”, resmunga o marido laconicamente, demonstrando sinceridade e/ou a atitude de alguém que, diante da esposa, pouco se importa com a ordem das preferências social e culturalmente determinadas. Tal ordem pede, para ações despreferidas como essa rejeição, o uso de estratégias conversacionais, como adiamentos, prefácios mitigativos, ponderações justificantes, a fim de abrandar a ameaça iminente à face. Seja qual for o enunciado seguinte, é inevitável que ele mostre como o enunciado do marido foi interpretado pela esposa. Na troca de turno, uma coisa é certa: se ela não gostou do que ouviu, é melhor protestar logo e não esperar até a sobremesa ou até a próxima discussão com sua sogra sobre o filho mimado dela.

O exemplo mostra que até uma regra tão importante como a de que não se deve rejeitar uma oferta sem adotar estratégias de preservação de face funciona simultaneamente como expectativa normativa e regra de aprendizagem. Independentemente da questão de se a esposa decide deixar passar a resposta descortês como uma manifestação sincera daquilo que o marido sente ou se ela prefere levá-la “numa boa” como um tipo de brincadeira, é possível que o assunto já se encerre com o próximo turno, e, feito isso, ela não poderá “dar o troco” meia hora depois, se justificando com uma referência sublime aos acontecimentos na mesa. Quer dizer, pode sim, mas deverá saber que a observação feita em momento impróprio, isto é, depois do ocorrido, vai surtir efeitos comunicacionais diferentes e que a violação de normas no sistema interacional pode tornar-se uma instituição com uma facilidade muito maior do que em outros sistemas sociais. “A recusa de aprender do infrator”, comenta Kieserling (1999, p. 53), “que não falta na cultura jurídica de nenhum sistema maior, não pode ser defendida por muito tempo na interação, fazendo referência ao ‘direito’ inerente à interação.” De acordo com o

autor, uma distinção mais rígida entre as expectativas cognitivas e as expectativas normativas tem como condição prévia um horizonte temporal mais amplo do que este que está disponível nas interações.

[Essa distinção], portanto, surge apenas em sociedades que podem se desprender da sua base interacional, isto é, apenas com a passagem para as primeiras grandes civilizações. Somente a partir desse período, existem nas interações também expectativas normativas que podem firmemente ser mantidas como tais; mas tipicamente com base num amparo cuja retaguarda está longe da interação e, mesmo assim, seguramente esperável. É possível, contra as pessoas copresentes, recorrer a uma ordem judicial ausente que daria apoio às expectativas normativas de alguém. Contudo, esse tipo de referência precisa ser bem pensado, porque subverte, por assim dizer, o mecanismo da comunicação local: avisa-se aos outros que, no fundo, o seu consentimento não tem importância alguma (KIESERLING, 1999, p. 53).

Todavia, a falta de uma distinção rigorosa entre expectativas normativas e cognitivas não deve ser considerada somente como um ponto fraco do sistema interacional. Trata-se, na verdade, de duas estratégias para reagir funcionalmente de modo equivalente à decepção de expectativas. Nos subsistemas da sociedade, essas duas equivalências são separadas tão rigidamente que o “fator humano” pode até ser percebido como uma intromissão indesejada na projeção de estruturas. Em consequência disso, nenhum sistema funcional (por ex.: a religião e a política) pode mais substituir o outro ou aliviá-lo, pelo menos, de uma parte da carga das suas funções. Na interação, ao contrário disso, mantém-se a equivalência original entre expectativas cognitivas e normativas, de tal modo que, frequentemente, é possível decidirmos, apenas *depois* de ter sofrido uma decepção, se preferimos mostrar que contamos com o oposto do acontecido baseados em expectativas cognitivas ou expectativas normativas. Desse modo, “a ordem de expectativas permanece flexível e pode ser modificada sempre de acordo com a situação” (KIESERLING, 1999, p. 53).

Em **quinto** lugar, salienta-se que, em consequência da falta de diferenciação interna, os sistemas interacionais geralmente são **incapazes de atribuir o sentido de uma ação a um coletivo**. De fato, as autodescrições desses sistemas constituem-se de ações que têm que ser atribuídas a pessoas, mas há poucos indícios de que seja possível imputar a responsabilidade para ações especialmente marcadas ou selecionadas ao sistema interacional com um todo; por

outro lado, é perfeitamente comum em organizações ou instituições macrossociais, nas quais se diferenciam altas autoridades que criam uma representação coerente do sistema social e respondem pelas ações perante os sistemas no seu entorno. Como observa Kieserling (1999, p. 54), uma vantagem dessa delimitação da interação entre copresentes é que – devido à atribuição da responsabilidade para as ações a pessoas individuais – é muito difícil, apenas com base nos recursos do sistema interacional, motivar aquela disposição coletiva que seria necessária para encorajar ataques violentos contra indivíduos presentes.

Já que a interação por si mesma não prevê uma atribuição unitária da ação à iniciativa de todos os participantes, é desnecessário também criar uma hierarquia de classes dentro da interação. As possibilidades de diferenciar posições de destaque são limitadas. A proeminência local dos participantes copresentes depende da sua posição em relação ao centro da atenção. Como constata Kieserling (1999, p.54), “[c]ada troca de turno significa uma nova distribuição”. De fato, é possível, como diz o autor, que o recurso escasso do tempo de fala motive, às vezes, um tipo de briga pela posição e, nessa disputa, alguns possam até destacar-se como mais fortes do que os outros ou ser favorecidos pelo tema, mas “esses fenômenos têm poucos efeitos estruturais e, muitas vezes, basta uma mudança de assunto para distribuir novamente as candidaturas à proeminência” (1999, p.54). Inversamente, a pré-determinação externa do tema da interação (por exemplo: numa consulta de médico) ou a imputação de papéis e estatutos sociais por organizações ou instituições sociais têm o efeito de arruinar esse mecanismo.

Por conseguinte, em interações na sala de aula, mas também em outros grupos de discussão que não podem mudar de assunto à vontade, faz-se – mesmo sob as condições de uma ideologia fortemente igualitária – quase automaticamente aquela experiência descrita por Luhmann [1984, p. 565] “que poucos falam muito e muitos falam pouco – um desenvolvimento quase natural que pode ser corrigido, na melhor das hipóteses, apenas por liderança”, isto é, pelo aproveitamento de uma diferença de posição igualmente preestabelecida (KIESERLING, 1999, p. 55).

Finalmente, importa saber que, devido à falta de uma diferenciação interna, os sistemas interacionais são **incapazes de isolar perturbações** da sua ordem. Nesse ponto, eles distinguem-se mais uma vez claramente dos sistemas maiores com diferenciações funcionais internas que facilmente podem pôr à parte

distúrbios dentro de uma interação individual. Organizações e instituições funcionalmente diferenciadas caracterizam-se pelo fato de poder incluir conflitos sem correr perigo de transformar-se em um conflito. Sempre existem pessoas indiferentes e terceiros que deixam o conflito passar sem encontrar um interesse pessoal nele e sem tomar partido por um dos partidos envolvidos. Os contraentes podem até esforçar-se em amolecer essa indiferença e ganhar o interesse de terceiros, mas isso vale apenas para poucos conflitos e, como diz Kieserling (1999, p. 57), “apenas quando indicadores semânticos deixam reconhecer uma relevância geral do tema em questão”. Além disso, se for necessário, os grandes sistemas sociais são capazes também de chegar a um acordo e eliminar a fonte de uma perturbação – sempre pressuposto que “esse corte na própria carne” não afeta suas estruturas constitutivas ou atinge relações importantes com o seu ambiente.

Desse modo, a demonstração de protesto contra a corrupção política por motivo de uma reunião de uma Comissão de Ética, por exemplo, pode até provocar uma perturbação massiva de um evento individual, mas raramente terá um impacto maior sobre a estrutura do sistema atacado. Claro que a convicção contrária dos participantes tem um papel decisivo para a legitimação da perturbação, mas todo mundo sabe muito bem que a concentração do potencial de perturbação numa interação individual representa uma estratégia muito bem-sucedida das organizações e instituições criticadas. Se, por acaso, o relator da Comissão constata justamente esse fato, afirmando que “ele está pouco se lixando para a opinião pública”, cria-se um potencial enorme para que o sistema dos meios de comunicação de massa – “irritado” pela novidade – ative seus programas para construir uma opinião pública sobre o assunto. Mesmo se a escandalização crescente consiga, finalmente, provocar o afastamento do relator, esse “sacrifício de um peão” confirma apenas a hipótese de que o deslocamento do distúrbio para uma interação individual representa uma estratégia comunicativa eficaz que qualquer sistema internamente diferenciado pode aplicar para garantir sua operacionalidade.

Na perspectiva de um observador de primeira ordem, a moral da sociedade conquistou uma (pequena) vitória. Na perspectiva do sistema que observa a si mesmo, a eliminação de um ator que perturba a realização do seu programa é apenas uma rotina que faz parte da reprodução das suas estruturas

constitutivas; uma rotina, aliás, que é efetuada exclusivamente com as ferramentas do próprio sistema político e à base do seu código binário. Como sabemos, a comunicação em nosso sistema político é motivada pela concorrência pelo poder (e pelos cargos públicos). Também é claro que, numa democracia moderna, a política opera com o código “governo vs. oposição” e usa as ideias políticas e ideológicas contidas nos seus programas para produzir decisões coletivamente obrigatórias (isto é, leis). Quanto aos valores e sentenças morais, seria uma idealização (perigosa) pensar que a política poderia ocupar outra posição do que a de um observador que, na melhor das hipóteses, deixa-se irritar ocasionalmente pela produção de expectativas e decepções em outros subsistemas funcionais. Todavia, nesse caso também, vale ressaltar que o governo e a oposição podem comunicar apenas usando o seu próprio código, o qual não permite levar em conta os imperativos funcionais dos sistemas vizinhos ou da moral da sociedade.

Voltando, então, ao sistema interacional, observa-se exatamente o contrário. O problema aqui não é o amolecimento de posições de indiferença, mas a sua conservação. De modo geral, se numa interação surge um conflito, observa-se que, em um piscar de olhos, ela é completamente absorvida por esse conflito. “Os sistemas interacionais, dificilmente, podem deixar uma crítica aberta correr paralelamente no segundo plano porque para isso eles não são complexos suficientemente. Eles têm apenas a escolha de evitar conflitos ou de transformar-se num conflito” (LUHMANN, 1975a, p. 17). Como veremos mais adiante, essa explicação de Luhmann fornece a chave para desmistificar a função social da fofoca. Por enquanto, convém completar ainda a linha do pensamento em desenvolvimento, realçando que, para o caso dos conflitos, também vale dizer:

Apenas uma ordem social complexa com uma diferenciação mais desenvolvida entre a sociedade e a interação permite que o conflito entre pessoas copresentes não seja apenas suprimido (porque sua admissão ia imediatamente atingir e polarizar a sociedade), mas seja encorajado explicitamente, no intuito de alargar o domínio de seleção para conflitos socialmente importantes. Ao lado das antigas virtudes interacionais da disposição de fazer compromissos e da condescendência põem-se, então, os ideais da coragem civil ou do ‘pensamento crítico’ que legitimam justamente uma atitude de indiferença perante o destino da interação individual (KIESERLING, 1999, p. 58).

Para concluir: é certo que a descrição da interação como um **sistema internamente não diferenciado** não exclui a possibilidade de que o sistema interacional tenta integrar conquistas evolucionárias que foram institucionalizadas primeiramente no nível da sociedade e no intuito de impor uma ordem na sua complexidade, no entanto o modelo exposto acima esclarece que as estruturas resultantes dessa integração não se devem ao caráter sistêmico da interação, mas ao fato de ela operar dentro do macrossistema da sociedade, deixando-se estimular pelos acontecimentos no seu entorno. De modo geral, pode-se afirmar que a sociedade é ou não é observada na interação – dependendo de quais opções a própria interação escolha para garantir a conexibilidade das suas comunicações e, desse modo, a reprodução de si mesma, como sistema autopoietico, autorreferencial e operacionalmente fechado.

11.3 Formas de autodeterminação interativa

Nas considerações finais do capítulo 6 apresentadas na seção 6.12, chegamos à conclusão de que os fenômenos do mundo exterior são observados pelos sistemas interacionais em conformidade com as suas possibilidades e – pressuposto que eles geraram as capacidades necessárias – são convertidos nas suas próprias operações. Diante da complexidade dos diferentes aspectos da realidade social, a reprodução das possibilidades de conexão no sistema interacional implica um processo seletivo entre as referências potencialmente disponíveis para uma reentrada no processo comunicativo em andamento. É preciso fazer escolhas estratégicas que garantam a conexibilidade das contribuições e que reduzam a complexidade do mundo de uma maneira que possa ser entendida pelos sistemas psíquicos acoplados. Foi dito que o sistema pode apenas diminuir o risco de sofrer permanentemente decepções das suas expectativas se ele consegue transformar o acaso em padrões estruturais que delimitam o caos dos acontecimentos contingentes. Além disso, foi emprestado de Hausmann (2004, p. 35) o conceito da **autodeterminação interativa** para explicar a reconstituição socialmente relevante da copresença dos interactantes e a reprodução interativa dos aspectos temporal, espacial e social do contexto observado pelo sistema interacional. Destacando a importância do uso da língua para o processo de

autodeterminação do sistema interacional, foram examinados sucessivamente os recursos gerados para manter o encadeamento conversacional em fluxo. Nessa tarefa distinguimos e discutimos seis tipos de elementos significativos: (i) a categoria da pessoa, (ii) as semânticas cultivadas, (iii) os temas socialmente elaborados, (iv) os valores culturais, (v) a metacomunicação e (vi) os gêneros comunicativos. Com exceção do ponto (v), sobre o qual já tecemos considerações suficientes na seção 6.11.3.5, discutiremos em seguida cada ponto mencionado, fazendo referências – onde for oportuno – à conversação em análise.

11.3.1 A categoria de pessoa

Quanto às categorias de “sujeito”, “ser humano” e “pessoa”, é conveniente resumir algumas considerações já feitas em outras seções no decorrer do presente trabalho. Primeiramente, cabe dizer que a teoria dos sistemas sociais rejeita a noção de **sujeito** porque pressupõe que a complexidade do mundo moderno não pode ser descrita a partir de um ponto arquimédico. A última tentativa nesse sentido foi a teoria do sujeito que recebeu seu nome porque vê naquela entidade obscura a condição prévia do conhecimento e da ação. Luhmann (1984) pensa o sentido e a ação sem sujeito e coloca no seu lugar as operações comunicativas de sistemas autorreferenciais que se estimulam mutuamente.

Ao contrário do termo “sujeito” – cujo uso representa para Luhmann um hábito linguístico, e não um resultado da observação dos fatos da comunicação –, as noções de “ser humano”, “indivíduo” e “pessoa” fazem parte do vocabulário teórico do autor. Contudo, em comparação com as teorias tradicionais, é preciso eliminar os traços humanistas desses conceitos. Os **seres humanos**⁵, por exemplo, não fazem mais parte dos sistemas sociais, mas pertencem ao seu entorno. Na tradição ocidental, não é fácil aceitar que o homem deixa de ser a medida de todas as coisas, mas, ao estudar as consequências desse “banimento”, verifica-se que o posicionamento do ser humano no entorno da sociedade nos permite compreendê-lo como um ser mais complexo e mais livre do que ele poderia ser como parte da

⁵ Note-se que seres humanos também não devem ser confundidos com sistemas psíquicos que, igualmente aos sistemas sociais, recorrem ao meio do sentido, mas diferentemente a eles operam à base de pensamentos e não de comunicações.

sociedade, porque, em comparação com o sistema, o ambiente é sempre o lado da distinção que se caracteriza por uma complexidade maior e por um grau menor de organização.

Uma **pessoa**, finalmente, não é um portador de características antropológicas, mas uma “colagem de expectativas” (cf. LUHMANN, 1984, p. 155, 178), um ponto de endereçamento cuja relevância depende das estruturas sociais e varia com elas. Desse modo, vimos, no decorrer da nossa análise das fofocas, como a categoria da pessoa é usada para o acoplamento e desacoplamento de diferentes papéis sociais. Analisando os recursos para a categorização de pertencimento de membros a grupos, observamos, por exemplo, como a pessoa Bellini é endereçada como portadora de um feixe de papéis sociais que vai de “cientista famoso”, “escritor”, “palestrante” para “velho”, “excêntrico”, “cabra-da-pestes”, até “nojento”, “troglodita” e “louco”. As ligações e a compatibilidade dessa multiplicidade de papéis não são garantidas pela pessoa, mas por programas abstratos, como a pesquisa científica (“cientista”, “escritor”, “palestrante”), a terapia psicológica (“excêntrico”, “louco”), a etiqueta social (“velho”, “nojento”, “troglodita”) ou a cultura folclórica (“cabra-da-pestes”). De acordo com o senso comum, as seleções feitas no caso de Bellini não são compatíveis entre si porque evocam diferentes horizontes de expectativas sobre o que se considera um comportamento adequado. A coincidência desses papéis na pessoa de Bellini surpreende – no episódio relatado a contingência quase ultrapassou as capacidades do sistema interacional e dos sistemas psíquicos acoplados, mas ganhou coerência e funcionalidade no enquadre temático negociado entre Lia, Ivete e Tom, que conversavam sobre o que se pode esperar de uma pessoa que age de maneira extravagante, fora dos padrões considerados por eles como normais.

Também é interessante observar como numa interação simétrica informal, como essa em análise, ainda há a possibilidade de acoplar vários papéis sociais que, em virtude das diferentes exigências dos subsistemas funcionais, costumam ser separados em nossas interações na vida cotidiana moderna. Lia, por exemplo, sente-se à vontade para brincar ocasionalmente com seu papel no domínio interacional do sistema de educação que é formalmente afastado dos domínios de interação que ela frequentou em São Paulo: “eu sou professora” (oc180), quer

dizer: eu falo alto, arrasto cadeiras e não vou me submeter às regras “dessas três criaturas” (oc 627). Evidentemente, no reduto das fofocas entre amigas, a falante encontra uma oportunidade para integrar em vez de fragmentar os seus diferentes papéis sociais, e uma parte do sentimento de felicidade que nutre nessa tarde entre amigos tem sua origem na doce ilusão de ser um sujeito consciente, dona das suas próprias ações que pertence a uma comunidade sociocultural com os valores “certos”.

11.3.2 As semânticas cultivadas

Voltando nossa atenção, então, para as **semânticas cultivadas**, cabe dizer, primeiramente, que a semântica, em termos sociológicos, representa o estoque de conceitos repetitivamente utilizáveis de uma sociedade, ou seja, o conjunto de formas que podem ser usadas numa sociedade para selecionar o sentido. Na comunicação em tempo real, o sentido existe apenas como acontecimento. Por conseguinte, para poder coordenar as seleções e delimitar a contingência dupla, é preciso que o sentido se vincule a expectativas consolidadas que aumentam as chances de uma comunicação ter êxito. Em outras palavras: o sentido tem que ser elaborado, tipificado e definido relativamente a um domínio de referências. As formas, então, que compõem uma semântica constituem-se de um sentido generalizado que foi selecionado (num processo contingente, não intencional e não planejado) entre os conteúdos concretos de múltiplas comunicações e, em seguida, tipificado para ficar disponível independentemente das situações individuais. Por meio da tipificação de sentido, a semântica sensibiliza os sistemas sociais para determinados conteúdos comunicacionais e, desse modo, orienta a comunicação a seguir certos caminhos preferidos e mais elaborados e a evitar outros que aos poucos são abandonados.

Vê-se, então, que a semântica não é um sistema abstrato autônomo, mas um conjunto de formas sociais que refletem a dinâmica e variabilidade de um sistema social. De acordo com Kneer & Nassehi (1993, p. 120), as semânticas sociais são armazenadas em conceitos, significados e símbolos culturais, em linguagens técnicas, jargões e no inventário inteiro de possibilidades interpretativas

de uma cultura. Contudo, no ponto de vista de uma teoria social, nem todos os tipos de semânticas possíveis são importantes: “Enquanto a totalidade do inventário atualizável de conhecimento permanece, já por causa da sua abundância enorme de possibilidades, relativamente inespecificada, desenvolve-se um tipo de ‘semântica cultivada’ (LUHMANN, 1980, p. 19), quer dizer, formas significativas que se tornam especialmente típicas e formativas de estruturas” (KNEER & NASSEHI, 1993, p. 121).

Ao procurar na transcrição da conversação em análise por indícios de uma semântica cultivada, observamos de imediato que os interlocutores não lançavam mão de semânticas ou códigos específicos que caracterizassem um determinado subsistema funcional da sociedade. A falta desses recursos semânticos significa, de um lado, que, no processo seletivo entre as referências potencialmente disponíveis para o encadeamento das contribuições conversacionais, não se encontram pistas ou padrões estruturais de semânticas cultivadas que poderiam reduzir a contingência dos acontecimentos e ajudar a programar o desenvolvimento do sistema interacional; do outro lado, pode-se concluir que a busca de apoio na semântica inespecificada da convivência cotidiana e a falta de uma predeterminação temática sinalizam que essa conversação espontânea, simétrica e informal não necessita do acoplamento a um subsistema funcional da sociedade para superar a improbabilidade fundamental da comunicação.

11.3.3 Os temas socialmente elaborados

A falta de uma semântica cultivada na conversação em análise já é um indício de que, nesse caso, a autodeterminação interativa se deixa irritar por outras formas de sentido, cuja seleção no sistema interacional proporciona a conexibilidade das contribuições. De fato, revisando mais uma vez a transcrição disponível, reforça-se a impressão de que os três participantes têm **temas** favoritos e, certamente, não conversam pela primeira vez, e também não pela última, sobre a vida particular das “três paulistas”. Evidentemente, não estudamos as histórias dessas três protagonistas no intuito de aprender mais sobre um tema específico. Entretanto o fato de os interlocutores escolherem um tema para poder comunicar pode,

provavelmente, nos ajudar a compreender melhor a função que os temas têm no sistema interacional. Nessa perspectiva, não é difícil perceber que os temas servem para que a interação transforme uma complexidade sistêmica indeterminada numa complexidade determinável. Explicamo-nos melhor: como já se sabe (cf. cap. 6.6), as interdependências que resultam da contingência dupla são complexas demais para serem reconstruídas pelas operações do sistema. Os temas, porém, simplificam essas interdependências de um modo que sua determinação pela comunicação entre pessoas copresentes torna-se possível.

Escolhido um tema, vê-se que as possibilidades, de repente, seguem uma ordem de modo que, até mesmo no nível das possibilidades, pode-se reconhecer e antecipar as restrições. Apenas quando se conhece o tema, é possível compreender o que uma determinada comunicação significa para outras que, desse modo, tornam-se possíveis ou impossíveis, com o resultado que a autorreferência social torna-se praticável. Apenas com o tema nas mãos, é possível livrar-se daquela pressão difusa de ter que fazer alguma coisa sem saber e sem poder saber o que (KIESERLING, 1999, p. 180).

Concordando nesse ponto com Kieserling, podemos afirmar também que os temas introduzidos na conversação em análise não estão disponíveis apenas para a interação em andamento, mas para várias interações. Esse fato já mostra que “os temas são sempre também estruturas da sociedade” (KIESERLING, 1999, p. 180). Essa observação, porém, não exclui a possibilidade de tratar o tema de uma interação como o tema dela (e não da sociedade), já que ela mesma também é capaz de agir assim.

Examinando, então, a função do tema na interação, convém constatar primeiramente que, no ponto de vista de uma teoria de sistemas autorreferenciais, cada comunicação entre pessoas copresentes se refere a outras comunicações pertencentes ao mesmo sistema. Caso contrário, ela nem seria reconhecível como parte dessa interação. Convém lembrar ainda que é óbvio que cada comunicação pode especificar seu sentido apenas pela seleção de tais **relações internas**. Uma dada comunicação aparece, assim, como uma comunicação próxima confirmativa ou como uma objeção contra alguma coisa já dita e, desse modo, ela se insere, ainda segundo Kieserling (1999) numa rede de constituintes a qual ajuda a determinar o sentido concreto da comunicação em questão justamente ao ultrapassá-lo.

Entre pessoas copresentes pode se comunicar apenas se for comunicado simultaneamente que, nesse sistema, já existem outras comunicações ou outras já são esperadas. E ambas, a orientação na comunicação passada, bem como a na futura entram no sentido de uma comunicação individual e determinam o que foi dito e ao que se precisa reagir. Por meio desse tipo de constituição autorreferencial, o sistema interacional diferencia-se em relação com o ambiente – tanto em relação com o ambiente interpenetrante dos sistemas psíquicos das pessoas presentes quanto em relação com a sociedade como um todo (KIESERLING, 1999, p. 188).

A explicação de Kieserling não deixa dúvida: a autorreferência como princípio constitutivo do sistema interacional não gera apenas as estruturas do sistema, mas já participa também na constituição dos elementos do sistema. O problema que essa forma de reprodução apresenta é que os processos autopoieticos, em geral, não excluem a possibilidade da **autorreferência tautológica**, ou seja, um estado sistêmico em que todos os elementos referem apenas a si mesmos. A circularidade das operações autorreferenciais pode ser rompida apenas se os sistemas conseguem desenvolver certas formas de assimetria, mediante as quais evitam que todas as suas operações regredam imediatamente para si mesmos, sem fazer referência a algum outro elemento. Para romper a autorreferência pura, os sistemas que trabalham com sentido têm que introduzir assimetrias na circularidade das referências, ou seja, eles têm que escolher pontos de referência que são dados nas operações como pressupostos, tornando as operações informativas e idôneas para oferecer conexões para operações futuras. Levando essa característica em conta, as estruturas e reflexões realizadas pelo sistema autorreferencial devem ser vistas como tentativas bem-sucedidas de assimetrizar o paradoxo da circularidade e evitar a eterna repetição do mesmo. Posto isso, é claro que os sistemas interacionais usam a mobilização de temas para estruturar-se e para estabelecer determinados pontos de referência para as suas operações.

Voltando, então, à questão das funções da escolha temática, é conveniente mencionar algumas **estratégias de assimetria** que o sistema interacional pode adotar para criar ininterruptamente condições que evitam o curto-circuito do sistema ao estabelecer referências ao seu meioambiente. Focalizando primeiramente a **dimensão objetiva da assimetria**, cabe ressaltar que nenhum sistema poderia operar baseando-se na ideia de que tudo o que ocorre depende dele e que a realidade é apenas uma projeção dele. Cada sistema interacional,

portanto, estrutura-se em relação ao seu ambiente do qual se considera dependente e no qual observa variáveis que, em parte, pode controlar e, numa outra, não.

Numa descrição da **dimensão temporal da assimetriação**, é oportuno, pois, ressaltar que cada tema determina implícita ou explicitamente o que, dentro de um sistema, deve ser considerado como um passado que não é mais alterável e um futuro que ainda está aberto. O tema estrutura a memória do sistema interacional. A narração do queijo e do vinho (oc 21-104) é um bom exemplo para esse efeito: no mundo ordinário da interação, a história é a primeira de uma série de fofocas que, na altura em que Lia inicia sua narração, ainda é uma mera possibilidade que não precisa acontecer (mas que, de fato, aconteceu, conectando-se turno a turno). A realização da fofoca começa imediatamente após um pedido de Ivete, que quer compartilhar essas novidades com seu marido Tom. O fato de que Lia esteja tão disposta a dar as informações desejadas tem muito a ver com a história de interações comuns e as relações biográficas entre os interlocutores. Também importa que ela acaba de voltar da viagem e está ansiosa por contar as novidades. O local da conversação e a memória de inúmeros encontros semelhantes no mesmo lugar são ainda outros fatores que podem entrar em jogo; tudo – é claro – devido ao acoplamento do sistema interacional com os sistemas psíquicos no seu entorno.

No mundo discursivo criado pela conversação, temos, então, que distinguir entre o tempo em que Miriam ensinou o prato para Edmilson; o momento posterior em que Edmilson repetiu a receita e fotografou o prato; o tempo (implícito) em que Lia ouviu falar dessa história que ela mesma não presenciou; e o passado recente no qual Lia conversa com amigas no shopping sobre o mesmo assunto. As coordenadas desse mundo discursivo são claramente disjuntas das coordenadas do mundo ordinário em que se desenvolve o sistema interacional em análise. Além disso, a narração de Lia implica personagens, acontecimentos e ações que estão independentes em relação aos parâmetros espaço-temporais da interação entre Lia Ivete e Tom. No decorrer da reconstrução do mundo discursivo no mundo ordinário da conversação, o sentido é produzido no contexto original e encaixado num novo sistema de relevância que sugere uma nova interpretação, um novo sentido das antigas comunicações. Tudo isso mostra que a comunicação é uma seletividade coordenada cuja diferenciação crescente exige o entrelaçamento de um grande

número de unidades comunicativas num processo de geração permanente de novas autorreferências. A irrecuperabilidade do passado e a incerteza do futuro estabelecem uma assimetria na dimensão do tempo, que pode ser introduzido apenas no tempo presente. De fato, o passado e o futuro são construtos imaginários de um sistema que existe apenas no presente, mas, devido a nossa impressão de que os objetos projetados no tempo são independentes da comunicação, podemos traçar uma rica memória discursiva com tempos e espaços entrelaçados e atores sociais que os atravessam produzindo sentido que, ao reentrar num novo sistema autônomo, produz novamente outro sentido que, ao ser observado por nós, ganha relevância em novos contextos socioculturais e, seguindo esse caminho, pode hipoteticamente participar de uma semiose ilimitada. Obviamente, os temas não se esgotam em uma única interação, tanto que observadores de primeira ordem, não raramente, chegam a acreditar que são os temas que procuram suas interações, enquanto, na verdade, são, inversamente, as interações que procuram seus temas para atenuar a situação simultaneamente paradoxal e tautológica da contingência dupla.

Examinando, finalmente, a **dimensão social da assimetria** das operações sistêmicas, é preciso lembrar novamente que os sistemas interacionais geram seus pontos de referência, também distinguindo uma multiplicidade de observadores que são reconhecidos como indivíduos, como pessoas responsáveis pelo seu comportamento. Posto isso, podemos observar que, com a escolha do tema, diferenciam-se também as chances de participação. Falando de amigas do peito da época da infância comum, as possibilidades de Tom contribuir com informações novas diminuem bastante. Sua competência limitada no assunto mostra-se tanto no tempo de fala quanto no número de iniciativas para introduzir novos enquadres temáticos, como também no seu comportamento reativo que é caracterizado por perguntas pelos detalhes que as duas mulheres pressupõem como conhecidos. A imposição dessas restrições leva a questão de por que Tom não muda simplesmente o assunto para futebol e tenta compensar essas desvantagens. Seria precipitado, no entanto, pensar que a aceitação de um papel secundário por Tom é motivado principalmente pelo seu desejo de ver todos em harmonia, pela curiosidade que ele sente para ouvir essas fofocas ou pela sua suposta boa educação ou timidez. Ao contrário, afirmamos que o fator decisivo deve

ser procurado em restrições que não resultam do sistema interacional, mas das premissas sociais preestabelecidas pela sociedade em que a interação ocorre.

De fato, não basta estar disposto a conversar com os interlocutores copresentes ou sinalizar um interesse elevado na representação de si mesmo; pois, a cada introdução de um novo tema, surgem também restrições com relação à combinabilidade das comunicações. Na verdade, a estrutura básica circular da interação pode ser rompida pelo simples fato de que, num determinado tema, pode se contribuir apenas com enunciados tematicamente adequados e não com qualquer coisa que passa pela mente. Queijo e vinho não combinam com futebol e, por isso, não é possível para Tom começar sua contribuição com o resultado do jogo do seu time ontem – a não ser que ele marque claramente que tem consciência da diferença entre os assuntos e peça para ratificar uma mudança de tema. Esse tipo de restrição não é imanente ao sistema interacional, mas resulta da **diferenciação socialmente preestabelecida dos temas**; uma diferenciação, aliás, que se constitui anonimamente e que é aceita, geralmente, com naturalidade. Essa autoevidência explica por que as restrições combinatórias de um tema individual podem ser introduzidas na interação como “fora de questão”. Ninguém é responsável pela imposição dos limites. Claro que seria possível escolher, com outro assunto, outras limitações, mas, na medida em que o processo comunicativo quer se beneficiar de alguma ordem, essa opção tem que ser restrita ao caso especial da mudança de tema. Nesse ponto de vista, percebe-se a razão por que, especialmente na fase inicial de um encontro, a interação costuma defender seu tema e explorar-lhe as possibilidades, pelo menos até a construção de tantos pontos de referências temporais ou sociais que as chances de um novo tema possam ser avaliadas plausivelmente.

Falando ainda sobre a importância dos temas para a estruturação do sistema interacional, importa lembrar que, se não houvesse uma disponibilização dos temas pela sociedade, a interação seria obrigada a inventá-los cada vez de novo. O processo de formação de uma estrutura interacional decorreria também sem essa oferta socialmente elaborada, mas a evolução de um inventário reprodutível de temas que podem ser ‘escolhidos’ na interação, certamente, acelera esse processo e acrescenta a ele possibilidades adicionais de fazer escolhas. Vê-se, então, que a

diferenciação social dos temas não impõe apenas restrições que norteiam a estruturação do sistema e aumentam a probabilidade do êxito da comunicação (reduzindo a complexidade e a contingência do mundo), mas possibilita também o surgimento de novas liberdades, nomeadamente no que diz respeito à **escolha das contribuições**.

O tema da interação, por sua vez, pode ser escolhido livremente ou ser pré-dado externamente, por exemplo, pela organização. Ele presta-se a estruturar a interação somente se não prescreve simultaneamente as contribuições. A liberdade de escolher contribuições para o tema na interação pressupõe, no nível da sociedade, a renúncia à ritualização e à moralização do assunto. Se, por razões do ritual, fosse apenas possível fazer contribuições numa determinada seguência e cada desvio dela fosse um erro grave, a interação estaria perante uma restrição igualmente grave como, se por razões da moral, existisse apenas uma única opinião sobre o tema (KIESERLING, 1999, p. 196).

O comentário de Kieserling deixa claro que a contingência dupla pode ser articulada ao tema, apenas se junto com o tema não se determina já a forma e/ou o conteúdo das contribuições. Quando as contribuições, como na conversação em análise, não são condicionadas socialmente, é normal que sua sucessão seja experimentada e, posteriormente, lembrada como localmente motivada:

Nesse caso, as contribuições não entram apenas na sua facticidade, mas, sobretudo, na sua seletividade na memória supostamente comum dos participantes. Ao longo das contribuições surge, então, um tipo de história de temas que o sistema pode atribuir a si mesmo e distinguir da história geral do mundo (KIESERLING, 1999, p. 196).

Em nossa análise da função do tema, focalizamos até agora, sobretudo, o nível da formação do sistema interacional, tentando mostrar como o desenvolvimento de um tema é entrelaçado estreitamente com o desenvolvimento da interação. Tentamos deixar claro que a escolha de um tema ou a realização de uma contribuição não podem ser analisadas sem recorrer aos princípios que regem os sistemas autorreferenciais. Foi mencionado ainda que, na maioria dos casos, os temas não são constituídos especificamente para dar estrutura a uma única interação, mas são necessários à comunicação nos subsistemas funcionais, entre esses subsistemas e, também, no nível da sociedade como um todo.

Aqui, sua função principal é conseguir que um número muito grande de interações, que de acordo com a situação temporal e a participação social

são extremamente heterogêneas, pode – apesar dessa inhomogeneidade – participar em processos correntes de comunicação. Tem que ser possível que o que se diz em uma interação faz uma diferença também em comunicações distantes temporal e socialmente. Para esse fim, é imprescindível que o tema seja identificado primeiramente na sua dimensão semântica para que ele denote mais ou menos a mesma coisa para as pessoas presentes e ausentes e, também para que ultrapasse os limites temporais da interação. Ele é também um tema possível antes e depois dessa interação e também para essas pessoas que não podem participar nela. Apenas por essa razão, é possível pressupor numa interação que nem tudo o que seja dito sobre um determinado tema desaparecerá com o fim da interação [...]. Apenas por essa razão, é possível, mais tarde, informar pessoas ausentes sobre o que foi comunicado entre as pessoas presentes. E, apenas como negação dessas possibilidades é razoável obrigar as pessoas presentes a manterem discrição. Em outras palavras, os temas são sempre também estruturas da autopoiesis da sociedade. Se fosse diferente, existiriam tantos temas como interações que se diferenciam e, entre elas, haveria nenhuma conexão comunicativa e, portanto nenhuma sociedade (KIESERLING, 1999, p. 205).

Essa citação, um pouco mais extensa, deixa claro que não é razoável introduzir uma classificação que propõe distinguir entre, de um lado, os temas que pertenceriam exclusivamente à interação e, do outro, os temas que seriam constituídos socialmente. De fato, a experiência cotidiana já nos ensina que é igualmente possível discutir com pessoas copresentes sobre o preço que a sociedade paga pelo colapso do sistema bancário da economia mundial e levar a calúnia de um vizinho para os mais altos tribunais do país. Posto isso, coloca-se a questão de como a diferença entre o sistema da interação e o sistema da sociedade pode se mostrar num tema individual ou num complexo de temas. Para poder resolver esse problema, Luhmann (1984, p. 214) recorre ao conceito da **barreira de tematização** (*Thematisierungsschwelle*), a qual tem a função de controlar os potenciais de negação (GARFINKEL, 1967). Originalmente, o que se conceituou com o termo foi a observação de que tematizações que possibilitam a negação de autoevidências do mundo vivido (da *doxa* de Bourdieu) não são levadas a sério e provocam regularmente a interrupção da comunicação. Nesse caso, as pessoas lidam, por assim dizer, com empecilhos insuperáveis. Garfinkel (1967) provocou esse rompimento de relações, intencionalmente, em experimentos de campo. Na prática cotidiana, porém, é certo que, para a maioria dos assuntos controversos, temas moralizantes ou tabus, pode se pressupor que as barreiras de tematização não sejam insuperáveis, mas, dependendo da situação concreta, sejam relativamente baixas ou altas.

Veja-se um **exemplo** do domínio do Direito brasileiro: se ninguém pode ser discriminado pela cor da pele, etnia, religião ou orientação sexual, é de se pressupor que esses aspectos não possam ter importância quanto se trata do acesso aos recursos da sociedade. Praticamente, esse princípio legal significa que a cor da pele, a etnia, a religião ou a orientação sexual são destematizadas em comunicações que decidem sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Um funcionário público não pode, então, basear sua decisão sobre reivindicações de benefícios sociais na orientação sexual do requerente assim como um policial não pode imputar a responsabilidade por um delito com base na cor da pele do suspeito (a não ser que haja indícios que apontem nessa direção) e, inversamente, o requerente ou o suspeito não podem pedir ou acusar um tratamento diferenciado por serem portadores de uma dessas características. Claro que a destematização desses aspectos nas interações face a face não implica que, nas comunicações institucionais, a orientação sexual ou a cor da pele não tenham importância quando se tomam decisões sobre o que seja legal e ilegal. Todavia, nas interações entre pessoas copresentes, esses temas estão sujeitos a uma barreira de tematização; o que significa que sua introdução na interação é percebida como especialmente difícil. Caso sejam admitidos numa audiência ou numa inquirição, é bem provável que esses temas provoquem conflitos ou embaraços sobrecomuns para a autorrepresentação dos participantes. Essa expectativa, por outro lado, explica também por que muitas pessoas que se sentem categorizadas socialmente de acordo com um ou vários desses critérios não têm a coragem de dirigir-se às instituições da sociedade, justamente porque temem que, devido ao seu pertencimento a um grupo marginalizado, a maioria da sociedade ou, pelo menos, o grupo dominante considere sua participação na comunicação como estruturalmente supérflua.

Podemos concluir, então, que a altura da barreira de tematização exprime metaforicamente a aceitabilidade de um tema num determinado sistema interacional. A função desse mecanismo não deve ser confundida com a da censura: primeiramente, porque – ao contrário da barreira de tematização que se constitui coletivamente – a censura tem um autor, na medida em que é usada pelo Estado ou por um grupo de poder para criminalizar certas comunicações; em segundo lugar, porque as barreiras de tematização servem para dificultar a introdução de certos

temas que podem perturbar um desenvolvimento harmonioso das interações, enquanto a censura objetiva controlar e impedir a liberdade de expressão, suprimindo informações, opiniões e até certas formas de expressão. Enfim, importa saber que, na interação, uma barreira de tematização pode estar mais alta ou mais baixa do que é de se esperar quando se leva em consideração a função que ela exerce na sociedade. Posto que, na sociedade moderna, a interação cotidiana obtém seus assuntos preferencialmente dos meios de comunicação de massa, basta, por exemplo, ligar ocasionalmente a televisão para perceber que, de fato, há certos temas que são tratados com uma frequência demasiadamente alta ou baixa, se pensarmos na importância social de um repertório rico, complexo e equilibrado de temas.

11.3.4 Os valores culturais

De modo geral, podemos **definir os valores** como um conjunto de princípios ou noções elementares que proporcionam orientação aos indivíduos e que são, geralmente, reconhecidos numa sociedade como desejáveis. Os valores não surgem na vida em sociedade como um trovão no céu, mas constituem-se num processo sociocultural e são internalizados pelos membros de uma comunidade no decorrer da vida, mas, preferencialmente, na juventude, quando os pais, a escola, a religião, os amigos e os ídolos admirados exercem uma forte influência sobre a formação do caráter. No cotidiano, os valores comuns não provocam controvérsia, mas são aceitos como uma base pouco flexível para orientar-se no mundo e para avaliar a conduta de outras pessoas. Fazendo parte do fundamento de toda sociedade, os valores são pressupostos, e as atitudes ou condutas que deles se desviam são experimentadas, pelo menos, como irritativas. Finalmente, são os valores comuns que servem como base para as normas legais, as proibições, os preceitos e os papéis sociais passíveis de guiar a ação humana.

Na vida cotidiana, é normal distinguir entre valores de acordo com as esferas de atividades humanas ou os **domínios funcionais**. Desse modo, podemos formar, entre muitos outros, os seguintes conjuntos de valores: (i) valores estéticos (belo, feio, sublime, agradável, prazeroso, comovente etc.); (ii) valores biológicos

(natural, ecológico, favorável ao crescimento etc.); (iii) valores lógicos (verdadeiro, falso, derivável, polivalente etc.); (iv) valores médicos (saudável, salubre, nocivo etc.); (v) valores econômicos (trabalho, dinheiro, produtividade, lucro etc.); (vi) valores técnicos (ótimo, mais rápido, mais leve, melhor etc.); (vii) valores científicos (verdade, conhecimento, objetividade etc.); (viii) valores religiosos (pecado, santidade, paraíso etc.); (ix) valores filosóficos (conhecimento, verdade, sabedoria etc.); (x) valores psicológicos (alegria, felicidade, autoestima, equilíbrio, sensibilidade etc.); (xi) valores sociais (solidariedade, igualdade de chances, compaixão, tolerância etc.); (xii) valores culturais (tradicional, costumeiro, trivial, solene etc.); (xiii) valores jurídicos (legal, inocente, culpado, errado, premeditado, negligente, imprudente etc.); (xiv) valores morais (honesto, responsável, arrependido etc.).

A teoria dos sistemas não se interessa tanto pelo conteúdo dos valores, mas antes pela função que eles exercem nos diferentes sistemas sociais. Uma primeira diferença que Luhmann (2008) estabelece, para poder realizar uma análise funcional, se dá entre as **normas legais** e os **valores morais**. De acordo com o autor, os valores morais, igualmente como as normas legais, pertencem ao conjunto dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. Como a verdade, o direito, o poder ou o dinheiro, os valores também têm a função de facilitar a comunicação, aumentando a probabilidade de que as seleções propostas nos eventos comunicativos sejam aceitas e usadas como pontos de referência para conectar outras comunicações. Contudo, existem algumas diferenças fundamentais entre os valores e os outros meios de comunicação simbolicamente generalizados. Ao contrário das normas legais, que têm uma validade absoluta, os valores morais são preferências compartilhadas subjetivamente. As leis tributárias, por exemplo, valem para todos os cidadãos e, em caso de dúvida, o Estado sabe impô-las; o dever moral de cuidar da própria saúde, no entanto, não é uma prioridade de todo mundo e não existe autoridade que possa prescrever exercícios físicos e uma alimentação mais saudável. Além disso, sobressai que, entre as normas legais, umas têm prioridade sobre as outras e que essas relações internas são regularizadas pormenorizadamente nos diferentes códigos legais. No domínio da moral, porém, não existe um regimento interno que regularize as relações entre os diferentes valores e, sendo assim, cada sistema tem que decidir a concorrência entre os diferentes valores por si mesmo.

Também sobressai, numa comparação com os outros meios de comunicação simbolicamente generalizados, que os valores não têm um código binário e o escopo da sua vigência também não se restringe a um subsistema funcional específico que se diferenciou especialmente para tratar deles. Além disso, eles são muito abstratos e sua capacidade de orientar ações concretas é limitada. Em comparação, por exemplo, com os códigos legais e os programas de pesquisa ou de educação, os programas que cuidam dos valores morais fornecem apenas orientações bastante gerais as quais produzem vagas **disposições sociais** que, depois, não podem ser reespecificadas nos inúmeros casos individuais porque são orientadas exclusivamente pelos grandes ideais universais.

Sabe-se, então, que os valores morais funcionam como uma **base comum** de toda a comunicação reproduzida na sociedade: eles valem além de todas as contingências das diferentes situações comunicativas e garantem que a comunicação se reproduz seguindo uma orientação fundamental que não pode ser questionada por ninguém (LUHMANN, 1997a, p. 165). Ninguém, por exemplo, duvida do valor da liberdade, e a convicção de que a paz é melhor que a guerra não precisa ser repetida a toda hora. Ao contrário, um político que afirma sem cessar estar a favor da paz, certamente tornar-se-ia suspeito de ter segundas intenções. Dessa forma, embora os meios para alcançar esses bens costumem ser bastante polêmicos, é muito difícil encontrar comunicações em que os valores em si sejam postos em questão. Ninguém, por exemplo, é contra a felicidade como valor positivo em comparação à infelicidade, que representa o valor negativo correspondente.

Também se pode pressupor que haja um consenso geral em favor da vida, da liberdade, da democracia e contra a morte, a escravidão e a tirania – e que ninguém pergunte por que isso é assim. Pois, do ponto de vista da comunicação cotidiana, pedir esse tipo de justificativa pareceria promover uma atitude “radical, fundamentalista ou esotérica” (cf. LUHMANN, 2008, p. 242). Por isso, o valor da saúde – para retomar um exemplo de Luhmann (2008) e Kieserling (1997, p. 284) – é, por assim dizer, “inviolável” e pode se tornar polêmico apenas quando entra em **conflito com outros valores** fundamentais, como a liberdade (de fumar ou de beber ou de fazer um esporte de alto risco). Como mostra, então, a discussão pública

sobre esse assunto, não há uma propriedade inerente ou uma hierarquia fixa entre os valores que poderia ajudar a decidir conflitos entre eles. Ao contrário, é inevitável decidir esses conflitos sempre *ad hoc*, o que, enfim, mantém a comunicação em movimento. Luhmann (1997a, p. 343) comenta essa condição oportunamente: “os valores são um meio para se pressupor um acordo comum que restringe o que pode ser dito e o que pode ser exigido, sem determinar o que deve ser feito”.

Revisando as fofocas em análise, é interessante observar que essas mesmas afirmações valem também para a conversação entre Lia, Ivete e Tom. Obviamente, não há uma discussão explícita sobre os valores morais comumente aceitos, mas o que se observa é que uma série de valores não manifestamente afirmados é submetida a uma agenda implícita para discutir **preferências subjetivas** e comportamentos individuais. Por exemplo, Lia e Tom não tematizam no início da conversação (oc 0-20) valores como a hospitalidade, a liberdade de escolha ou a preservação da saúde, mas negociam qual conduta, no contexto em questão (um convite para tomar uma taça de vinho), seria – para eles – a mais adequada para resolver satisfatoriamente essa concorrência súbita de valores subentendidos. Em seguida, no decorrer dos relatos que reconstroem as experiências passadas com as “três paulistas”, sobressai novamente que não há uma discussão sobre os valores em jogo: ninguém questiona se as três mulheres vivendo há vinte anos em outro contexto cultural ainda podem ou devem valorizar os valores que marcaram sua socialização numa capital nordestina que, na época, ainda era bastante rural. Ninguém pergunta se sucesso, hospitalidade, amizade, tradição ou boas maneiras são valores que hoje em São Paulo têm o mesmo sentido e despertam as mesmas prioridades como na juventude comum em Fortaleza. Antes, pelo contrário, a indignação que, especialmente, Lia e Ivete demonstram parece ter sua origem no fato de que as duas amigas medem a conduta das ex-companheiras nos valores comuns de outrora e se recusam a perceber que todas elas mudaram com o passar do tempo e trocaram as “lentes sociais” pelas quais enxergam o seu mundo. Igualmente como no exemplo da saúde mencionado acima, os valores de Lia e Ivete também permanecem subentendidos como padrão que serve para orientar ou avaliar a ação, o pensamento e a conduta das pessoas.

As formas de agir e de comportar-se socialmente são frutos de um processo de cristalização e uniformização de valores e princípios tidos como éticos, em resposta a práticas cotidianas, cujo escopo teleológico é manter a coesão social de um determinado grupo ou sociedade. Sendo um **produto da comunicação social**, o teor axiológico (positivo ou negativo) dos valores presumidamente comuns não pode nem precisa ser comunicado na interação. Ninguém questiona se modéstia, condescendência e boas maneiras representam valores e ninguém tem a intenção de provocar, por meio de uma afirmação correspondente, uma bifurcação entre a aceitação e a rejeição desses valores. Não se trata de provocar uma argumentação sobre os pros e contras da boa conduta social, mas de introduzir esse valor tacitamente como pressuposição comum da comunicação. Se estamos de acordo que a etiqueta social é um valor vigente, temos um ponto de partida para poder discutir infinitamente se comer macarrão com queijo (oc 21-104), arrastar cadeiras em restaurante chiques (109-137), reservar uma mesa sem pedir a opinião do aniversariante (oc 138-215), falar em voz alta (oc 164-188), tratar sua origem cultural com desprezo (oc 216-325), infernizar a vida dos outros (oc 372-377) etc. são ou não são comportamentos aceitáveis socialmente.

Nesse aspecto, os valores presumidamente comuns assemelham-se funcionalmente à percepção presumidamente comum do espaço físico em que ocorre uma interação entre pessoas copresentes⁶. De fato, quando não se pretende usar o contexto situacional como fonte do tema de uma comunicação, é possível introduzi-lo na conversação com expressões avaliativas. A concordância tácita com os valores subentendidos é um resultado dos processos comunicativos na sociedade e não depende da percepção de um sistema psíquico individual. Igualmente como a percepção comum do **horizonte externo**, o **horizonte interno** dos valores socioculturais também não precisa nem pode ser comunicado explicitamente. De acordo com Kieserling (1999, p. 132), trata-se, em ambos os casos, de um nível de orientação para a interação que não é diferenciado de acordo com as seleções comunicativas da informação e do ato comunicativo e, justamente,

⁶ Como foi explicado no capítulo 6.9, a percepção é imprescindível para a constituição da comunicação entre pessoas copresentes; mas não como operação que efetua a diferenciação do sistema, mas apenas como uma condição prévia ecológica que tem que ser realizada no ambiente e que tem que ser suposta no sistema como simultaneamente colaborativa.

por isso, é possível recorrer a eles para superar problemas da incerteza social e da contingência dupla.

Com efeito, o recurso a valores invisíveis e o recurso a objetos e corpos visíveis são equivalentes em relação um com o outro. No segundo caso, a interação tira suas incontestabilidades do espaço percebível e, desse modo, ultimamente, dos sistemas psíquicos e orgânicos no ambiente da sociedade. No primeiro, as incontestabilidades derivam da autopoiesis social da qual a interação como sistema social faz parte também. Contudo, em ambos os casos trata-se de um nível inviolável [*inviolable level*] em que as tremendas improbabilidades da interação procuram apoiar-se (KIESERLING, 1999, p. 132).

Os valores socialmente generalizados são, dessa forma, atualizados por **alusão** e justamente esse modo comunicativo mantém-nos incontestáveis. A suposição mútua da sua validade, por outro lado, reduz a complexidade do mundo, ajuda a estabelecer expectativas e expectativas sobre expectativas e, desse modo, facilita a autodeterminação do sistema interacional. Os comportamentos observados nas “três paulistas”, no entanto, são motivos de decepção de expectativas e, portanto, são alvo da irritação e do escárnio das fofoqueiras. Ao avaliar pejorativamente a vida das “três paulistas”, os interlocutores efetuam duas categorizações de membros a grupos e estabelecem uma clara preferência entre “nós” ou nossa forma de viver, que se baseia nos valores “certos”, e “os outros” e seu estilo de viver, que é, pelo menos, uma fonte de contingências incalculáveis. No fim das suas narrações (oc 626-627), Lia resume qual é a conclusão que, na posição de uma observadora de primeira ordem, tirou dessa experiência: “Vai pra lá! Eu não vou viajar pra me submeter às regras dessas três criaturas!”

Na perspectiva de um observador de segunda ordem, esses exemplos mostram que os valores por si mesmos estão, por assim dizer, “fora de discussão”, mas servem implicitamente como **pontos de referência** que dão estabilidade ao sistema comunicacional, reduzindo a complexidade do mundo e criando expectativas que resolvem o problema fundamental da contingência dupla. Ao contrário da verdade (científica), por exemplo, os valores não precisam ser introduzidos na comunicação por afirmações explícitas que poderiam ser questionadas ou verificadas e também não necessitam de uma motivação para serem sustentados. Em tudo que é dito, eles são pressupostos como autoevidentes e compartilhados por todos e, assim, são comunicados irrefletidamente no pano de

fundo de toda comunicação. “Os valores valem em virtude da suposição da sua validade”, diz Luhmann (1995a, p. 117), e funcionam normalmente enquanto não encontram objeções ou dúvidas (como pode acontecer, por exemplo, em comunicações interculturais). De fato, enquanto os falantes fazem alusões aos valores sem revelá-los explicitamente, é possível que tirem vantagem da força dos valores, qual seja a de não poder ser objeto de dúvidas; mas quando os valores são colocados sob holofotes, quando são postos a nu, é inevitável que sejam reconhecidos com preferências contingentes (ou seja, escolhas não necessárias), e, a partir desse momento, ganham um potencial de provocar, como o fazem todos os resultados de decisões livres. “Os valores possibilitam a renúncia às justificativas”, constata Luhmann (1997a, p. 343) laconicamente, “se é preciso justificá-los e explicitá-los permanentemente, é certo que eles já foram perdidos”.

11.3.5 A fofoca na sociedade e na interação

Ao dissertar, no capítulo 2, sobre a construção discursiva da moral, já constatamos que a moral de um sistema social é o conjunto das condições conforme as quais se avalia o **respeito** ou o **desrespeito** que as pessoas e seu comportamento merecem. Os seres humanos mostram uns aos outros que o respeito dos seus semelhantes lhes é importante. A reprodução do sistema social depende das opiniões que seus membros formam, uns sobre os outros. Vê-se, assim, que o respeito dos outros se torna a origem da ordem social e que a ordem social impõe variações às condições pelas quais se pode ganhar o respeito dos outros. Na perspectiva de um conceito de moral que exprime a convergência da interpenetração dos sistemas sociais, interacionais e psíquicos, o respeito representa uma generalização simbólica (LUHMANN, 1984, p. 135-141) que se refere à pessoa inteira e não aos seus papéis sociais. Quem mostra desrespeito a um comportamento particular de uma pessoa, despreza a pessoa inteira e não apenas alguns de seus aspectos parciais. A moral, nessa perspectiva, é um meio de comunicação simbolicamente generalizado com base num código binário (respeito vs. desrespeito), que usa os valores socialmente elaborados como programa de difusão comunicativa para facilitar a orientação subinstitucional das pessoas e a regulamentação de sua conduta social. Em outras palavras: a moral reduz a

complexidade do mundo e facilita a coordenação do acoplamento de sistemas sociais, interacionais e psíquicos.

Na perspectiva da teoria dos sistemas sociais, a moral é, então, um conjunto de prescrições a respeito do comportamento lícito e ilícito, aceito em dada época, por determinado grupamento humano, codificado em uma espécie de contrato social tácito existente entre os membros de uma sociedade (LUHMANN, 2008). Atualmente, há grande pluralidade de princípios morais ou ideológicos humanos pairando na sociedade. Valores morais são alterados a qualquer momento e seguidos por um determinado grupo social; mas essa pluralidade, no nível do programa da moral, não se estende ao nível da sua codificação. Assim, pois, todos os objetos ou atos moralmente avaliados são considerados “bons” ou “maus”, ou seja, todos eles merecem o respeito ou o desrespeito dos membros de uma comunidade. Conforme Kieserling (1999, p. 304), a **unidade da codificação moral**, ou seja, a unidade da distinção entre um valor positivo para as coisas respeitadas e um valor negativo para as desrespeitadas, reflete, também, o fato de que todos os outros sistemas funcionais das sociedades modernas (direito, economia, ciência, medicina etc.) usam outros tipos de codificações (legal vs. ilegal; ter vs. não ter; verdadeiro vs. falso; são vs. doente; etc.) que não incluem as categorias “respeito” e “desrespeito”. Portanto, esses dois valores do código moral podem ser negados apenas reciprocamente e, de acordo com o autor, sempre que fazemos isso, trata-se de uma comunicação no código da moral.

Como se verificou no decorrer do que foi exposto até aqui, nos mexericos prevalece, obviamente, o **valor negativo do código moral**. Kieserling (1998, p. 387) observa, com razão, que a grande maioria das pesquisas sobre a fofoca aceita essa preferência estranha, como um fato fenomenal das investigações e um critério constitutivo para a descrição desse gênero comunicativo. Ao contrário das definições tradicionais, afirmamos aqui que é justamente essa característica definidora que deve ser explicada por uma teoria social que aspira a definir o mexerico com referência à sua função social (sem fazer julgamentos de valor sobre o fenômeno em observação). Retomando, então, as considerações de Kieserling (1999), pretendemos, no que se segue, procurar saber por que a fofoca inclui tipicamente comentários pejorativos sobre seus alvos, opera sempre na ausência deles e os leva

em consideração apenas como tema e não como emissor ou destinatário de uma comunicação moral.

As considerações feitas acima sobre a moral como meio de comunicação simbolicamente generalizado já mostram que os dois conceitos relevantes para a explicação da fofoca, nomeadamente a ausência e a moral, não se encontram no mesmo nível funcional. Num ponto de vista sistêmico, o conceito da **moral** refere-se, primeiramente, à sociedade, que se constrói sobre uma ordem ética – um conjunto de valores considerados como norteadores das relações sociais e da conduta humana – e que impõe regras e sanções para disciplinar a vida dos seus membros. A moral da sociedade, como sabemos, exige que as pessoas presentes e ausentes sejam respeitadas ou desrespeitadas de acordo com as mesmas condições. “Moralmente, a diferença entre a presença e a ausência de uma pessoa é interpretada como neutra” (KIESERLING, 1999, p. 63).

A **fofoca**, por outro lado, viola permanentemente essa exigência essencial da moral da sociedade, ao julgar pejorativamente o comportamento ou as características de pessoas ausentes por meio de avaliações morais que, na presença dos alvos, não poderiam ser proferidas sem consequências para as relações interpessoais. O termo “ausência” diz respeito, aqui, a uma distinção que, evidentemente, faz sentido apenas em relação com os sistemas de interação entre pessoas copresentes.

Posto isso, Kieserling (1999, p. 303) vê a origem do mexerico, como fenômeno comunicativo, na tensão entre essas **duas referências sistêmicas**: de um lado, a interação entre pessoas copresentes e, do outro, a sociedade. De acordo com essa análise sistêmica, pode-se afirmar: para explicar o papel que a fofoca ocupa no inventário comunicativo de uma sociedade, é preciso examinar, antes de tudo, como os sistemas interacionais, que usam esse gênero comunicativo como forma de reconstituição de certos aspectos do seu ambiente fazem uso da moral da sociedade. Segundo Kieserling (1999, p. 304), para resolver essa tarefa, é preciso argumentar, ocupando-se do objeto de estudo por diversas formas e pontos de vista, não apenas “com uma referência simples, mas com uma referência múltipla e não

apenas com base na teoria da interação, mas, ao mesmo tempo, com base na teoria da sociedade.”

Tecnicamente, isso significa que, do ponto de vista teórico, não podemos basear-nos numa teoria interacional pura nem numa teoria social pura. Em vez disso, orientamo-nos na teoria geral dos sistemas sociais, que é atualmente a única oferta capaz de gerenciar uma troca de referência sistêmica da interação para a sociedade e da sociedade para a interação (KIESERLING, 1999, p. 304).

De fato, recorrendo-se às ferramentas conceituais da teoria dos sistemas sociais, é possível descobrir que as razões dessa tensão decorrem, de um lado, do “*baixo potencial de sistemas interacionais para lidar com conflitos*” e, do outro, da “*alta afinidade que a moral da sociedade tem com conflitos*” (KIESERLING, 1999, p. 304 – grifo do original). Explicamo-nos melhor: diferentemente dos subsistemas funcionais da sociedade, os sistemas interacionais mal conseguem **isolar o conflito** quando um tema acarreta uma avaliação moral de um dos participantes copresentes. Já que todo juízo moral atinge sempre a pessoa como um todo e não apenas uma característica ou uma habilidade, é inevitável que a interação tenha apenas duas opções: ou ela evita ou ela se torna o conflito. Recordando aqui a necessidade dos interlocutores de preservar a face do outro e combater os atos ameaçadores da face (GOFFMAN, 1955), é possível seguir ainda outra linha de pensamento para justificar por que a evitação do conflito moral deve ser considerada um traço imanente do sistema interacional.

Para começar, é interessante lembrar que muitos **estudos funcional-antropológicos** definem o papel que o gênero mexerico assume na organização social de uma comunidade apontando para sua importância no controle e na integração sociais (ARNO, 1980; BAUMEISTER, ZHANG & VOHS, 2004; BRENNEIS, 1984; COLSON 1953; GLUCKMANN, 1963; HERSKOVITS, 1947). De modo geral, essas pesquisas descrevem como as fofocas permitem que as informações sobre comportamentos desviantes não permaneçam no lugar da sua origem, mas cheguem ao conhecimento de terceiros. Esse processo de difusão por canais informais aumenta a probabilidade de os “malfeitores” sofrerem sanções sociais. Independentemente da questão de que as penas sejam ou não sejam aplicadas num caso específico, esses estudos chegam à conclusão de que a

iminência possível de sanções tem um efeito educativo na medida em que leva os membros de uma comunidade a tomar certas precauções na escolha do seu comportamento. Todavia, essa explicação da fofoca pressupõe, obviamente, que seja possível exercer algum controle eficaz sobre o comportamento das pessoas. Os defensores da teoria da integração social, então, abandonam a hipótese dificilmente comprovável do controle social a favor de uma interpretação da fofoca como instrumento simbólico que, por ocasião de um desvio, traz a norma novamente à memória das pessoas.

Como observa Kieserling (1999, p. 308), “ambas as teorias orientam-se no paradigma de um sistema social relativamente pequeno, construído em torno das interações” entre pessoas copresentes. Desse modo, supõe-se que, particularmente nas sociedades tribais diferenciadas apenas por segmentos sociais, a função do mexerico encontra-se ainda no nível da sociedade, tanto que, nesse caso, vale dizer: “a fofoca tira um ônus do aparelho normativo da sociedade” (KIESERLING, 1999, p. 308). Ambas as teorias, porém, podem ser aplicadas também a corpos sociais mais complexos e, nesse caso, levam à hipótese de que a fofoca perdeu nesses sistemas sociais a sua função para a sociedade como um todo e “pode contribuir apenas para o controle e a integração de pequenos sistemas sociais que não são idênticos com a sociedade” (KIESERLING, 1999, p. 308).⁷ Como todas as teorias estrutural-funcionalistas, essas abordagens também estão sujeitas à **crítica** de que uma função latente dificilmente pode fornecer um motivo para um comportamento e, portanto, não representa uma explicação causal do fenômeno em observação. Desse modo, não se pode negar que a função do controle ou da integração social encontra-se analiticamente num nível mais geral do que o gênero mexerico e, por isso, não pode explicar por que justamente esse gênero comunicativo, e nenhuma outra estrutura funcionalmente equivalente, deve assumir o papel que lhe é atribuído.

De fato, especialmente quando se leva em conta a mudança das antigas sociedades diferenciadas em segmentos para as modernas sociedades diferenciadas em sistemas funcionais, não é difícil encontrar **estruturas**

⁷ A respeito da perda da função da fofoca nos sistemas sociais, confira ainda Almirol (1981), Elias (1990, p. 166 e seg.).

equivalentes funcionalmente que não explicam o controle e a integração social como um resultado colateral das formas costumeiras de convivência, mas como tarefa explícita de determinadas instituições sociais constituídas especialmente para essas finalidades. Abstraindo-se dessa mudança de princípio constitutivo das sociedades, a busca por equivalências funcionais do mexerico deve focalizar-se no sistema interacional e – como sugere Kieserling (1999) – mais precisamente na interação concreta com a(s) pessoa(s) cujo comportamento deu origem a um mexerico.

Aquele que introduz a pessoa como tema na interação entre os fofoqueiros, anteriormente, estava face a face com ela, senão ele não poderia relatar plausivelmente sobre os acontecimentos. Todavia, porque ele não disse na cara dessa pessoa o que se pensa sobre ela? Por que ele não se queixou diretamente? Por que, em vez disso, ele procura os outros? O que bloqueia esse comportamento evidente e, desse modo, dá as chances para a fofoca como ação equivalente? (KIESERLING, 1999, p. 310).

Procurando por respostas a essas questões essenciais, tomamos, primeiramente, um pequeno trecho da nossa conversação em análise (oc 139-163, no excerto 143 abaixo) como ponto de partida para uma explicação sistêmica da fofoca, que interpreta esse gênero comunicativo como resultado de um **processo seletivo** que coloca “uma ordem num campo de outras possibilidades que, mesmo como possibilidades descartadas, ainda determinam o sentido” (KIESERLING, 1999, p. 310):

Excerto 143:

[1]	139	140	141
LIA [v]	Vou te dizer qual foi a raiva que eu tive. Eu disse: "Morão, (ele esquece) que		
	↑		
[2]	..		142
LIA [v]	fazer dia de aniversário, nós quatro estamos viajando. Eu só quero uma coisa:		
[3]	143		144
LIA [v]	ir jantar fora, depois eu quero ir dançar." • Como o Júlio ia viajar para Buenos		
[4]	..	145	146
LIA [v]	Aires às sete horas de manhã, o Júlio disse: "Eu vou jantar e volto para o hotel.		

[5]

	147	148
LIA [v]	Vai dançar com Morão e de manhã chegue aqui para me levar para o aeroporto.	
LIA [k]	(rindo)	

[6]

	149	150	151	152
LIA [v]	Entendeu?Eu disse: "Pronto!" • Pois, eu tava com o Morão quando ela telefonou:			
IVE [v]	Foi?			

[7]

	153	154
LIA [v]	"Olha amanha é o aniversário da Lia. Já está tudo combinado." Aí, eu disse:	

[8]

	155	156
LIA [v]	"Combinado o que, Morão?" "Não, ela arranjou. • o restaurante que vai ligar pra	

[9]

	..	157	158
LIA [v]	Míriam. Aí, já tem reserva nesse restaurante." (Eu disse: "Sugestão de quem?")		

[10]

	159	160	161	162	163
LIA [v]	Da MÍRiam. Aí, eu peguei e fiquei calada. Ia dizer o que, ne?				
IVE [v]	Putá /				

Ao ler esse recorte do relato interativo da Lia sobre as circunstâncias que levaram à comemoração do seu aniversário num restaurante chique que ela detestou, sobressaem dois aspectos importantes: primeiramente, ela introduz seu relato anunciando que pretende ocupar o papel de falante por mais tempo porque tem uma novidade interessante a contar que envolve “a raiva” que ela teve por ocasião do seu aniversário. Uma vez que o trecho faz parte de um mexerico mais longo sobre as “três paulistas”, já é claro para os seus ouvintes que essa “raiva” implica uma avaliação moral pejorativa do comportamento de uma delas que, pressupostamente, não tratou a narradora com o carinho ou o cuidado que uma visita aniversariante convencionalmente merecesse. Por se tratar de uma “raiva”, é evidente também que Lia, além de “falar mal de outros”, quer simplesmente desabafar a frustração que sofreu na sua viagem.

Em segundo lugar, o que chama a atenção é que ela termina seu relato com a conclusão “eu peguei [o convite para o restaurante] e fiquei calada”, acrescentando ainda: “la dizer o que, né?”. Evidentemente, essa justificativa do seu comportamento baseia-se num conhecimento implícito que seus ouvintes facilmente pudessem inferir – como sugere o uso do marcador discursivo “né”, que, no final de turno ou de uma unidade comunicativa, serve para eliciar dos interlocutores um sinal de compreensão ou de convergência. Na gravação, observa-se que, depois de uma pausa breve – na qual Lia reorientou seu discurso e, talvez, tenha recebido uns sinais reativos –, ela continua seu relato de um modo tão espontâneo que podemos apenas concluir que se sentiu plenamente entendida com sua alusão àquela regra social que lhe impediu de protestar contra a tutela indesejada que a Miriam lhe concedera.

Se perguntarmos, então, qual expectativa comunicativa, nessa situação concreta, poderia ter motivado uma mulher adulta, independente, com elevada autoestima de desistir de queixar-se de um comportamento insolente, não é difícil chegar a uma resposta coerente: criticar abertamente o comportamento de Miriam – em relação à uma possível suspensão da reserva para o jantar comemorativo – teria provocado inevitavelmente um conflito na interação com a amiga “paulista” que, certamente, teria se sentido ofendida como pessoa (bem-intencionada). Os dois ouvintes, Ivete e Tom, claramente chegam à mesma conclusão: seus risos e gargalhadas solidárias (oc 174) indicam que interpretam a situação relatada como um infortúnio inevitável que, na retrospectiva, deve ser encarado com humor.

Nossa análise desse pequeno trecho baseia-se num **conceito de pessoa** como um ponto de endereçamento que permanece idêntico em qualquer uma das três posições que possa ocupar no processo comunicativo: como tema, como emissor e como destinatário de uma mensagem. Basta observar o uso dos pronomes pessoais para verificar que, junto com o papel do falante, eles mudam seu referente, enquanto a distinção entre as pessoas permanece inalterada pela troca dos papéis locutivos: falando, ouvindo ou se tornando assunto de uma conversação, Lia é sempre Lia e Miriam, Miriam. De acordo com Kieserling (1999, p. 311), a importância dessa trindade de posições possíveis revela-se também no fato de que

ela estabelece uma analogia com a distinção entre informação, ato comunicativo e compreensão:

Ela [a trindade de posições possíveis] repete essa distinção na pessoa e, desse modo, deixa claro para um observador que, nessa categoria, pode se tratar apenas de um construto interno da comunicação. Nenhum sistema psíquico pode reagir internamente a todas as comunicações que manifestam sua referência como uma referência a pessoa, simplesmente porque, sobre a ampla maioria dessas comunicações, nem se quer é informado. Naturalmente, a consciência nota quando alguém se dirige a ela ou quando [...] seu nome [da pessoa] é usado na interação, mas isso não vale evidentemente para a grande maioria dos casos em que esse nome é mencionado. O portador é ausente no momento em que seu nome é usado. A conservação da conexão entre esses três aspectos, portanto, é uma exigência que, na verdade, não pode ser dirigida à consciência com a qual se lida, mas apenas aos outros: ainda que o Senhor Fulano esteja ausente, esses devem levar em consideração a possibilidade da sua presença.

Na interação entre pessoas copresentes, normalmente não há dificuldades de **integrar esses três aspectos**. Quem assume o papel de falante é obrigado a aceitar que os outros lhe dirijam a palavra. Depois da troca de turno, ele não pode simplesmente afirmar ser outra pessoa diferente da anterior. Inversamente, quem teve o papel de não falante e quer, em seguida, fazer uso da palavra pode trocar o papel locutivo apenas sob a condição de não perder sua identidade na transição. Naturalmente, todo mundo que participa numa comunicação sabe, ou, pelo menos, suspeita, que essa comunicação e junto com ela os participantes copresentes, pode, mais tarde, tornar-se o tema de uma metacomunicação. De modo geral, quem, numa dada comunicação, é tratado como uma pessoa presente torna-se simultaneamente um candidato para ser o autor, o destinatário ou o tema de outras comunicações. No domínio do sistema interacional, diz Kieserling (1999, p. 312), “a comunicação não tem problemas de levar em conta a conexão entre os três aspectos de atribuição de personalidade. Ela conserva, por assim dizer, a forma da pessoa.”

Claro que a comunicação entre pessoas copresentes pode tematizar o comportamento de um dos interlocutores presentes, mas, nesse caso, não é possível abstrair-se do fato de que a pessoa tematizada está presente como um ouvinte que, se for necessário, pode pedir a palavra. “A pessoa pode ser um desconhecido, mas a unidade dos três componentes não pode ser evitada”

(KIESERLING, 1999, p. 313). Em compensação, caso uma pessoa ausente torne-se assunto de uma comunicação, os interlocutores podem se sentir bem mais à vontade. Obviamente, esse caso, também, tem como condição prévia o fato de que a pessoa ausente seja um interlocutor potencial e não apenas um objeto, mas a **conexão** entre as três características da categoria pessoa pode tornar-se bem mais **frouxa**. Particularmente, é possível dizer alguma coisa sobre a pessoa ausente que, na sua presença, não seria dita ou repetida do mesmo modo. “Dessa forma, a unidade socialmente constituída da pessoa é passível de ruptura e a pergunta que surge é como as consequências dessa discrepância poderiam ser controladas” (KIESERLING, 1999, p. 313).

É verdade que, na maioria dos casos, essa situação não deve criar problema algum, já que as pessoas são constituídas como unidades tão complexas que é perfeitamente normal despertar em uma interação expectativas que numa outra são presumidas de modo diferente. Todavia, como se sabe, existem comunicações nas quais se efetuam avaliações morais que podem se referir apenas à unidade da pessoa. Nesse tipo de comunicação, trata-se da diferença entre respeito e desrespeito, ou seja, da apreciação social das pessoas. Mais concretamente, se levarmos em conta as considerações feitas acima sobre os três aspectos da categoria pessoa, podemos afirmar que estamos diante de um mexerico quando, numa dada comunicação moral, não existe uma unidade entre o tema e o destinatário de uma expressão de desrespeito:

Quem fofoca aproveita a ausência de pessoas para submeter seu comportamento a uma avaliação moral, o que ele não insistiria em fazer na presença delas. O lado simbólico e o lado diabólico da moral se separam nos limites da interação e a indignação comum sobre as pessoas ausentes é a forma pela qual se realiza essa divisão. Dessa forma, é possível comunicar moralmente, usar, nessa comunicação, *ambos* os lados do código e, mesmo assim, não precisar contar com o conflito que surgiria se o comportamento de uma pessoa presente fosse caracterizado como mau ou ruim. A fofoca, assim, serve também como recurso inofensivo para desabafar: um recurso que permite uma representação da própria decepção sem depender da possibilidade de ser efetuado no momento da decepção e na presença da pessoa a qual essa decepção é atribuída. Em vez disso, queixamo-nos *depois* e *com outros* (KIESERLING, 1999, p. 314-315).

Como resultados dessa estratégia comunicativa, surgem **duas vantagens** que facilitam a conexibilidade das operações sistêmicas: de um lado, é possível

levar em consideração a baixa tolerância da interação individual em relação ao conflito – a interação, como já dito, dispõe somente das opções de evitar o conflito ou de tornar-se um conflito, porque não pode isolar o conflito internamente (por causa da falta de uma diferenciação interna) – e, do outro, criam-se as condições necessárias para a não desistência da comunicação moral, ainda que numa forma mais segura e menos heroica do que seria comentar o comportamento de alguém frente a frente (cf. SABINI & SILVER, 1982, p. 98).

Além disso, por meio do mexerico, a comunicação não consegue se livrar apenas do ônus da baixa tolerância que o sistema interacional mostra para com os conflitos, mas pode compensar também a baixa capacidade que certas pessoas têm para tolerar conflitos iminentes. É claro que, no contexto de uma explicação à base da teoria dos sistemas sociais, o termo “baixa capacidade” não se refere a traços psicológicos, mas ao efeito que o pertencimento a grupos sociais pode ter sobre seus membros. Convém ressaltar que, nesse contexto, existe, evidentemente, uma correlação entre a **disposição de focar** e a posição ocupada numa organização ou instituição social (cf. FUCHS, 1995). Posto isso, podemos supor, como o faz Kieserling (1999, p. 315), que “a fofoca seja uma estratégia, sobretudo, daqueles que, no caso de um conflito, não seriam capazes de se impor e, por isso, são obrigados a evitá-lo.”

Levando tudo isso em consideração, cabe dizer que os sistemas interacionais, ao seguir uma lógica relacional que visa a minimizar conflitos, evitar constrangimentos e preservar o equilíbrio ritual, tendem, necessariamente, a “**destematizar a moral**” da sociedade (KIESERLING, 1998, p. 387). Por outro lado, é preciso destacar também que, do ponto de vista da sociedade – que geralmente pode ser mais ou menos indiferente no que diz respeito ao objetivo ou ao fim de uma interação específica – essa destematização da moral representa antes um problema do que uma solução. De fato, uma moral que não rege mais nenhuma comunicação porque as barreiras de tematização no nível da interação a impedem, inevitavelmente atrofiaria no nível da sociedade (KIESERLING, 1998, p. 389; 1999, p. 305). Logo, o que a sociedade requer, especialmente em casos conflituosos, é uma “**retematização da moral**” (Kieserling, 1998, p. 387). Resumindo, do ponto de

vista da sociedade, é de se esperar que a destematização da moral seja compensada por estratégias adequadas de retematização.

O mexerico, diz Kieserling, deve ser compreendido exatamente nesse contexto, uma vez que ele é capaz de combinar as duas estratégias opostas: “ele destematiza a moral enquanto o verdadeiro receptor de uma queixa está presente e a retematiza na ausência dele, desviando a temática para terceiros” (*id. ibid.*). Desse modo, a fofoca “mata dois coelhos de uma só cajadada”: “ela evita o conflito moral com as pessoas presentes ao tematizar seu motivo apenas com terceiros” (*id. ibid.*). Do ponto de vista da ética, é possível interpretar essa estratégia como uma indiscrição, uma covardia ou um abuso de confiança, mas, do ponto de vista da teoria dos sistemas sociais, trata-se, sobretudo, de um aumento de complexidade (*id. ibid.*): ao estabelecer diferentes **barreiras para a tematização** de assuntos morais, a comunicação impõe, dentro de um campo de possibilidades, uma ordem que disciplina o processo da formação social de opinião e controla os riscos inerentes a determinadas formas de comunicação. Em outras palavras: o gênero fofoca, sendo o resultado de um condicionamento complexo da comunicação moral, introduz filtros neutralizantes que conferem à comunicação social uma certa independência das avaliações idiossincráticas que dominam os sistemas particulares de interação.

Dissertando ainda mais sobre as **barreiras de tematização**, constata-se, de um lado, que a razão pela qual essas barreiras são particularmente altas quando se trata de uma comunicação no domínio negativo da moral encontra-se na “consternação existencial” (KIESERLING, 1999, p. 316), que se espalha quando, ocasionalmente, uma expressão de desrespeito é comunicada sem esses amortecedores de tensões interpessoais. Por causa da unidade (tríplice) da pessoa, não é possível desrespeitar alguém apenas parcialmente. Afirmações contrárias costumam aumentar ainda mais a impressão do desprezo da pessoa: “Não é nada pessoal, mas esse trabalho exige competências sociais bem específicas”. Esse exemplo já mostra como é difícil dizer a uma pessoa presente o quanto ela é má. Do outro lado, vimos que a moral da sociedade pode manter-se e desenvolver-se apenas quando se baseia num código binário plenamente aplicável. Sem a oposição entre seu valor positivo e seu valor negativo, a moral, enquanto meio de

comunicação simbolicamente generalizado, não se distinguiria mais das outras modalidades de comunicação e dos outros códigos binários em uso.

Levando-se em conta essa tensão entre a interação e a sociedade, fica claro que o **lugar da fofoca no inventário comunicativo** da sociedade define-se justamente pelo antagonismo que acabamos de descrever. Uma vez que a expressão de desrespeito encontra muito menos resistência quando se dirige contra pessoas ausentes, é claro que, no caso do mexerico, as barreiras de tematização podem ser muito mais baixas do que numa repreensão aberta. Por outro lado, no que diz respeito à possibilidade de informar uma pessoa presente sobre as “malícias” que pessoas ausentes disseram sobre ela, verifica-se que um “delator” costuma despertar facilmente a suspeita de usar a denúncia contra os outros participantes de uma fofoca para esconder as próprias ofensas. Além disso, é certo que ele enfrenta também o problema de explicar “como sua participação no sistema de mexerico combina com seu papel presente de um bom e bem-intencionado amigo daquele que é o alvo da fofoca” (KIESERLING, 1999, p. 318). Diante dessas dificuldades, é natural que, numa comunicação posterior com aquele que foi o alvo da fofoca, as pessoas anteriormente presentes entendam que a barreira relativa à tematização da avaliação pejorativa que foi formulada na ausência do “delatado” é relativamente alta, em comparação com a barreira de tematização na própria fofoca. Em outras palavras: a fofoca sobre a fofoca, a qual informa à pessoa anteriormente ausente como as pessoas anteriormente presentes falaram mal dela, é bloqueada embora cada um saiba que, na sua ausência, as “más-línguas” falam sobre ele, mas que ninguém saiba exatamente o que se fala sobre ele.

Vê-se, então, que as **barreiras de tematização são diferenciadas** e correlacionadas entre si de acordo com os diferentes sistemas interacionais que estão em jogo, a saber: o sistema em que a ação criticada foi produzida; o sistema em que se fofoca sobre essa ação e, finalmente, o sistema em que, eventualmente, é preciso decidir se, em seguida, se deve ou não se deve mudar a atitude diante daquele que foi o alvo da fofoca ou, alternativamente, informar-lhe sobre o que se falou dele.

A fofoca, em primeiro lugar, é um método de combinar a proximidade evidente da moral e da briga com uma interação pacificamente conduzida em condições cada vez mais improváveis. Ela combina processos conversacionais pacíficos de um tipo com processos conversacionais pacíficos de outro, porque o conflito por si mesmo é *suprimido* no primeiro tipo de interação e, no outro, é admitido apenas como *tema*, mas não como *modalidade de operação*. Contudo, esse processo de dois degraus, com a supressão numa interação e a mera tematização noutra, pode também ter um efeito explosivo, nomeadamente quando essa supressão é anulada na interação seguinte com aquele que foi o alvo da fofoca. O conflito, então – justamente porque já absorveu e refletiu o interesse e a sentença de terceiros –, não pode mais ser atribuído simplesmente à interação e ser explicado e esquecido nela. O peso social que o conflito ganha com a transposição de uma interação para outra confere à denúncia um caráter dramático, o que dificulta ou até impede a tentativa de uma bagatelização. Por isso, não é de se admirar que a denúncia seja encorajada apenas em casos muito graves. Justamente porque a fofoca aumenta *sempre* o efeito multiplicador do conflito, é necessário que ela seja capaz também de impedir a continuação da *grande maioria* de conflitos. No caso normal, então, tem que ser suficiente somente fazer-se um desabafo (KIESERLING, 1999, p. 318-319).

Evidentemente, em decorrência dessa diferenciação das barreiras de tematização, surge um “método complexo de controle de conflitos” (*id. ibid.*) que torna a generalização do conflito independente das casualidades presentes num sistema interacional individual.

O que decide sobre a diferenciação entre uma bagatela e um conflito sério não é o tamanho do receio ou da raiva com que os participantes imediatos procedem uns contra os outros, mas o foro dos terceiros, que pode fazer um aconselhamento complacente ou intransigente (*id. ibid.*).

A vantagem desse condicionamento complexo da comunicação moral é uma emancipação relativa da comunicação social com relação ao decorrer de interações específicas. Em razão do mecanismo da fofoca, é possível que nem todo problema moral que surja entre pessoas copresentes provoque, inevitavelmente, um conflito direto e que ele, também, não se difunda imediatamente em grande escala. Obviamente, a inclusão de referências sistêmicas adicionais funciona como um **filtro** que neutraliza os incidentes sem relevância e as queixas que importam apenas para um contexto muito limitado. De fato, sobre a maioria das divergências morais que experimentamos no cotidiano, pode-se dizer que não vale à pena chamar a atenção de pessoas copresentes e pedir seu apoio contra os “pecadores” ausentes e, quanto aos casos contrários, é preciso lembrar que nem todas as tentativas de emitir opiniões desfavoráveis a respeito de pessoas ausentes têm um bom êxito. Por outro lado, é de se pressupor que os assuntos que passaram por todos os filtros

mencionados alcancem uma relevância especial porque aparecem como temas já avaliados moralmente, cuja importância não pode mais ser atribuída a uma interação individual. Como bem lembra Kieserling (1999, p. 321): “Ninguém gosta de andar na boca do povo.”

Depois de ter explicado o mecanismo do mexerico por meio das barreiras de tematização, resta saber, ainda, porque esse gênero comunicativo – apesar dos seus benefícios pessoais e sociais – tem uma má reputação perante a sociedade. Como já foi dito anteriormente, no decorrer do desenvolvimento histórico de uma sociedade cada vez mais complexa, o número e a diversidade dos tipos de interações possíveis cresceram exponencialmente. Em consequência disso, foi necessário **emancipar a programação da moral**, cada vez mais, das oscilações repentinas que caracterizam o sistema interacional. Desse modo, surgiu, aos poucos, uma moral que discerne a diferença entre boas e más ações, por um lado, da diferença entre presença e ausência, por outro lado. Com a diferenciação progressiva da interação e da sociedade, essa moral da sociedade entrou em desacordo com as formas interacionais de lidar com a moral. A diferença entre a interação e a sociedade, então, começou a refletir-se também no nível da moral da sociedade.

Considerações finais

Uma das tarefas da construção científica de teorias é regularizar a relação entre o ângulo de visão dos seus conceitos e hipóteses e a profundidade de campo dos mesmos. Quanto mais fenômenos um conceito abrange tanto maior é a falta de nitidez percebível nele. Do ponto de vista do amadurecimento de uma ciência, essa lei é de uma importância extraordinária. Quanto mais uma disciplina se desenvolve e quanto mais conhecimentos heterogêneos ela acumula tanto mais difícil é formar ainda uma conceituação total que poderia ser defendida cientificamente. Parece ser inevitável o progresso produzir um amontoado de detalhes desconexos. **A integração de uma disciplina**, no entanto, é uma tarefa deixada aos cuidados de trabalhos especulativos que, muitas vezes, se afastam dos padrões válidos de cientificidade e escapam do controle empírico.

Posto isso, o pesquisador tem que evitar duas formas de arbitrariedade: a síntese, que sempre se apresenta já com a mácula da omissão e o aumento do conhecimento, por sua vez, com a mácula da fragmentação. Todas as tentativas de desenvolver uma teoria geral que oriente a pesquisa das relações entre linguagem, interação e organização da sociedade caem inevitavelmente na esfera de influência desse problema. Logo, um observador que tem como propósito investigar a situação atual das ciências sociais ou humanas notaria inevitavelmente essa oposição entre trabalhos intelectuais especulativos, de um lado, e pesquisas que tratam exclusivamente de questões específicos, do outro. E diante da impossibilidade de estabelecer uma divisão de trabalho equilibrada entre essas duas posições, ele chegaria necessariamente à conclusão de que as ciências humanas estão passando por uma **crise sistêmica**.

Levando em conta essa diagnose, grande parte do presente trabalho tratou de teorizações que objetivaram a ampliação do olhar a partir da **inter/pluri/transdisciplinaridade**: em vez de reduzir o complexo ao simples, o múltiplo ao singular, a dessemelhança à isomorfia e o instável ao estático,

buscamos a legitimidade do nosso fazer científico numa prática de investigação do complexo, do diverso e do provisório. Rompendo com os modos de investigação não críticos, a-históricos e a-sociais, empenhamo-nos para neutralizar as reduções impostas pelos aparelhos teórico-metodológicos das disciplinas de referência, particularmente, da linguística formalista-logicista.

Esse desafio do gerenciamento das identidades disciplinares tradicionais possibilitou a construção de uma caixa de ferramentas conceituais e metodológicas para o estudo das práticas languageiras da cena cotidiana e criou espaço para pensar dialeticamente a relação entre as capacidades subjetivas dos agentes sociais e as forças objetivas que decorrem da ordem sociocultural. Mais concretamente, depois de discutir, num **nível metateórico**, os pressupostos epistemológicos relacionados com as diferentes linhas de pensamento que se ocupam da relação dinâmica entre a ação individual e as estruturas sociais (micro vs. macro; voluntarismo vs. determinismo), tratamos, num **nível teórico**, das unidades analíticas estabelecidas em diferentes contextos teóricos e dos conceitos necessários para a definição, classificação e explicação das mesmas. Num **terceiro nível**, então, descrevemos e explicamos **empiricamente** as funções discursivas da moral em eventos discursivos caracterizáveis como fofoca.

Unindo, assim, várias abordagens da linguagem e do discurso com a teoria e a pesquisa das formações sociais, apresentamos um conjunto de respostas ao problema de como se podem ligar as ecologias do tipo local, da interação face a face e a global, da cultura e das estruturas macrosociais. Na tarefa de estabelecer um elo entre a agentividade e a estrutura sociocultural, assumimos sucessivamente as perspectivas microscópica e macroscópica no intuito de reconstruir conexões entre os eventos conversacionais, os padrões comunicativos correspondentes e as diferenciações funcionais e estruturais no nível dos grandes dispositivos sociais. Como se mostrou, essa reconstrução tem que se basear e se apoiar sempre numa **desconstrução** que precisa ser feita por um analista. De fato, a nosso ver, a lição crucial do construtivismo, da análise do

discurso e da sociologia pós-moderna é que nunca se encontra um padrão singular na complexidade de dados. Ao contrário, qualquer reconstrução de um analista pode ser desconstruída novamente a partir de uma abundância de outras perspectivas. Em nosso entender, o trabalho crítico-reflexivo sobre as diferentes condições, convenções e pressuposições que possibilitam a produção dos saberes não implica que não haja uma estrutura na multidão de reconstruções possíveis, mas, toda organização textual, na medida em que exclui ou reprime continuamente elementos inacomodáveis, tem a tendência permanente de desintegrar-se e reformular-se numa nova rede de significados. Portanto, no jogo interminável de desconstruções e reconstruções dos potenciais das diferentes teorias lingüísticas, discursivas e sociais, não se pode pressupor que uma estrutura de uma ordem superior seja autoevidente. Se existe, ela é latente; requer uma reconstrução de segunda ordem e tem que permanecer como uma hipótese.

Para poder assumir a **visão holística** aspirada, foi preciso tornar-se consciente, antes de tudo, de que, atrás de cada distinção conceitual, se encontra uma opção epistemológica. Revisando, então, as diferentes epistemologias a partir dessa perspectiva panorâmica e pressupondo-se que todo conhecimento é filtrado e cunhado pelos conceitos do conhecedor, a pesquisa orientou-se quase automaticamente para as opções da teoria dos sistemas. Quem pensa nos moldes dessa teoria, sabe que tudo o que é dito é dito por um observador. A própria ciência é um sistema de comunicações em rede, um sistema com mecanismos institucionais e com preferências de valores, um sistema com carreiras individuais que depende também dos outros sistemas sociais em seu entorno.

Como se mostrou, a teoria dos sistemas autopoieticos põe à disposição da pesquisa qualitativa nos moldes construtivistas um conjunto tão abrangente de recursos que as diferentes posições epistemológicas não precisam mais ser vistas como contraditórias, mas podem ser consideradas como focalizações de diferentes segmentos da realidade socialmente construída. Sobretudo o **conceito de comunicação** de Luhmann (1984) abriu-nos uma série de perspectivas. Desta

forma, em vez de precisar perguntar pela essência do sentido subjetivo e das regras objetivas ou pela relação metodológica entre eles, pudemos tratar o agir humano e a intencionalidade como fenômenos de uma atribuição comunicativa. Sob essa condição, agente é aquele que é observado por um observador como agente.

A pressuposição de que a intencionalidade subjetiva da ação social e a comunicação na vida social sejam dois domínios separados, porém interdependentes, abriu então a possibilidade de interpretar conversações a partir das suas **consequências intratextuais**, porque, seguindo os princípios da teoria dos sistemas, não foi mais necessário pressupor que haja uma unidade de informação e compreensão. O que decide o sentido da comunicação precedente não é mais aquilo que um falante quis exprimir intencionalmente, mas a compreensão expressa nas conexões comunicativas. Em outras palavras: a compreensão não precisou mais ser definida como consenso sobre o uso de conceitos que representam classes de objetos definidas mediante processos de tipificação. Pelo contrário, como ponto de partida de todas as interpretações surgiu agora a elaboração de diferenças nas interações de sistemas mutuamente opacos. Aliás, em nosso ponto de vista, o termo “interpretação” nada significa a não ser que se assume a perspectiva teórica da diferença entre sistema e entorno e do acoplamento estrutural de sistemas mediante o meio do sentido. Nesse caso, interpretar significa reduzir a contingência para manter-se mutuamente capaz de fazer conexões comunicativas.

Como se sabe, nas abordagens baseadas na **teoria da ação**, os processos comunicativos, as atividades de produção e recepção de conhecimentos, são interpretados do ponto de vista da consciência individual. A intencionalidade dos agentes sociais é vista como ponto de partida das atividades sociais e a comunicação é explicada como um processo, ou melhor, uma ação na qual os interlocutores participam propositadamente com o fim de trocar o conteúdo dos seus pensamentos.

Essa visão é questionada pela **teoria dos sistemas** que concebe a comunicação como processo que se realiza fora da consciência humana. Embora a comunicação seja o produto da opacidade recíproca das mentes individuais, tanto a consciência quanto a comunicação devem ser vistas como sistemas que se auto-organizam e autorreproduzem sem interferir nas operações do respectivo outro. Diante das complexas relações circulares de causalidade, o conceito do agir intencional e a ideia de associar uma ação com um sentido subjetivo dificultam apenas a vista para as condições sociais e sua produção comunicativa. Assim sendo, rejeitamos qualquer tentativa de reconstruir ou interpretar a experiência subjetiva em favor de uma análise que se concentra na coprodução interativa ou comunicativa de sentido.

De acordo com Luhmann (1984), os pensamentos não podem ser comunicados – apenas as comunicações podem ser comunicadas e os pensamentos podem somente ser pensados. As ações, portanto, devem ser vistas como produtos da comunicação, mais concretamente, da **atribuição de descrições sociais a sistemas**. Em outras palavras: a fala de ações, agentes ou atores sociais faz sentido apenas na medida em que permite estruturar comunicações e atribuir essas comunicações a um determinado sistema pessoal ou social. Os sistemas psíquicos falam de ações, i.e., de processos claramente limitados que podem ser atribuídos a um indivíduo, para reduzir a complexidade do ambiente e estabilizar suas estruturas e suas fronteiras externas. Ainda que pareça se tratar de um assunto com divergências fundamentais, mostrou-se que as diferenças de opinião entre a teoria da ação e a teoria dos sistemas podem ser exploradas produtivamente quando as abordagens no âmbito da teoria da ação são incorporadas na visão luhmanniana da consciência e da comunicação como sistemas operacionalmente fechados que se observam (e se irritam) mutuamente.

Ao contrário do **modelo dos níveis micro e macro** da vida social que se baseia numa relação vertical entre o psíquico e o social, Luhmann defende a

ideia de que entre esses dois domínios existe a relação mútua de um sistema e seu ambiente de tal modo que nenhum tipo de sistema seja privilegiado diante do outro como mais fundamental. De acordo com a teoria dos sistemas sociais, estabelecer uma diferença entre as dimensões micro e macro significa reduzir a complexidade do objeto de estudo, uma vez que essa distinção negligencia inevitavelmente as interdependências recíprocas entre esses dois níveis de descrição.

Ao contrário disso, quando a interação e a sociedade são diferenciadas como dois **sistemas autorreferenciais**, é possível conceituar os subsistemas sociais como macroformas flutuantes num mar de microssistemas que se constituem e se desfazem continuamente. Sob essa perspectiva, a interação entre pessoas copresentes é compreendida como um sistema que pode se desenvolver tanto por meio de um autorregulamento restringido pela própria história interacional quanto mediante a submissão às condições especializadas dos subsistemas sociais em seu ambiente. Em ambos os casos, os sistemas interacionais operam dentro do seu ambiente social. Por conseguinte, é possível observar múltiplas variações entre um acoplamento firme ou frágil entre os sistemas interacionais e o seu ambiente social, assim como um jogo de acoplamento e desacoplamento entre eles.

De fato, fazendo uso da comunicação, os **sistemas de interação** realizam a sociedade e, simultaneamente, encontram-se expostos às condições sociais no seu entorno. Suas fronteiras são permeáveis e suas estruturas são sempre pré-selecionadas com base em considerações sobre sua conformidade com as regras e os valores sociais. Ao deixar-se perturbar pelo ambiente social, esses sistemas internalizam um conjunto de exigências com relação ao comportamento adequado nas diferentes situações de comunicação. Naturalmente, é possível violar essas regras e passar por cima delas, mas – como mostrou nossa análise – até mesmo a transgressão exige um comportamento social altamente adaptativo.

Enquanto, nas sociedades arcaicas, a interação e a sociedade praticamente coincidiram e a forma social da organização ainda não estava constituída, uma diferenciação cada vez maior entre esses três tipos de sistemas sociais ocorreu no decorrer da evolução sociocultural. A sociedade moderna, então, tornou-se – sob as condições da **clausura operacional** – capaz de cumprir as demandas de um sistema abrangente e complexo que não depende mais exclusivamente das possibilidades limitadas da interação face a face – como costumam sugerir as abordagens no âmbito da fenomenologia social. A interação, por outro lado, encontrou-se gradualmente na situação de poder realizar momentos de reflexão social e de privacidade ou, até, de intimidade e, baseada na sua realização autopoietica, não se viu mais sobrecarregada permanentemente com a função de reproduzir a sociedade e de cuidar das suas responsabilidades multifuncionais; de fato, embora o sentido seja sempre uma questão tanto de processos interativos de negociação quanto de atualização das semânticas da sociedade, é certo que, na modernidade, a interação é muito menos amarrada às exigências da sociedade do que as teorias estruturalistas nos fazem acreditar. Vê-se, então, que cada tipo de sistema é complexo na sua maneira particular e bem equipado para realizar seu potencial inerente.

Em vez de discutir qual nível é ontologicamente o mais fundamental e, portanto, merece definitivamente prioridade explanatória, tratamos a distinção entre micro e macro como um **procedimento analítico**: o mesmo fenômeno pode ser situado em diferentes horizontes e ser compreendido por diferentes linhas de pensamento. Essa possibilidade de trocar as perspectivas desarma a controvérsia paralisante entre os defensores das diferentes abordagens micro e macro na medida em que transforma uma pergunta ontológica em uma questão de método. Não importa mais qual nível tem um caráter mais determinante ou é, causalmente, o mais eficiente, mas sob quais condições é mais apropriado procurar explicações macrossociológicas e quando é mais conveniente recorrer a explicações

microsociológicas. Isso significa que é possível contextualizar o problema micro vs. macro.

Como mostramos em nosso estudo de caso, uma conversação pode facilmente chamar o interesse de observadores como uma manifestação expressiva dos participantes, ou seja, dos “**sistemas individuais de consciência**” – para usar um termo de Luhmann (1984) – a qual pode ser interpretada histórica e biograficamente. A mesma conversação pode ser percebida também como uma **interação** que se baseia na copresença dos seus participantes e que se distingue por sua negociação típica de temas e relações interpessoais. Além disso, é igualmente possível vê-la como um **sistema funcional** da sociedade cujas operações se baseiam num código binário e num meio comunicativo simbolicamente generalizado que aumenta a conexibilidade das suas operações e, portanto, a probabilidade do êxito das suas comunicações; sistema esse que dispõe de um ou vários programas para estabelecer restrições semânticas e regularizar as comunicações admissíveis.

Mais concretamente, em nosso caso, tratamos de observar um sistema cujas comunicações contribuem para a produção discursiva da moral na medida em que geram diferenças binárias relativamente ao respeito ou ao desrespeito atribuídos aos membros de uma sociedade e usam valores e crenças partilhados como programa para estabelecer relações com o ambiente. Finalmente, é fácil também imaginar um diálogo semelhante ocorrendo num ambiente de trabalho, corporativo ou institucional, que, com base nessa referência sistêmica, poderia ser interpretada como parte de uma cadeia de comunicações que influencia – fora dos trâmites oficiais – as decisões a tomar num **sistema organizacional**.

Apesar do seu escopo limitado, o estudo de caso apresentado mostrou que não se precisa exacerbar a rivalidade entre as perspectivas micro e macro de observação, dando sustentação a uma lógica do terceiro excluído (ou seja, forçar uma decisão a favor de uma abordagem em detrimento de outra). Ao contrário, o

que se recomenda é reconhecer a presença de vários contextos relevantes que descrevem o objeto discursivo em análise como um **fenômeno multidimensional**. Assumindo essa perspectiva, a comunicação nos apareceu sempre como um jogo policontextual, como uma busca permanente por conexões que estimulam outras conexões. Posto isso, é inevitável levantar a questão: a partir de qual perspectiva se contempla qual referência sistêmica e quais causalidades são atualizadas por ela? Em outras palavras: o ponto de partida das nossas interpretações foi identificar as atribuições e determinações presentes no texto em análise e verificar, em seguida, qual sentido elas fazem do ponto de vista das diferentes dimensões contextuais. Como produto da nossa análise apareceu, então, uma interpretação multidimensional na qual diferentes enquadres de orientação, ou seja, diferentes modos de produzir sentido tornam-se visíveis e sobrepuseram-se de modo tal que, às vezes, um, às vezes, outro ocupou o primeiro plano e atraiu nossa atenção.

Nessa visão holística, a lógica de causa e efeito vale localmente e, nesse domínio limitado, levou-nos, de fato, à descrição de certos padrões ou tipificações, mas cada vez que vimos os fenômenos em estudo diante de outro horizonte apareceram também outras relações de causa e efeito e, portanto, outros padrões e outras tipificações. Por conseguinte, começamos a rejeitar a ideia de um ponto de vista privilegiado para a interpretação e a **epistemologia construtivista**, definitivamente, não nos apareceu mais como uma escolha para livrar-se dos apuros gnosiológicos relacionados ao subjetivismo e ao objetivismo, mas como uma virtude a qual se fez necessária para poder compreender a imbricação das diferentes lógicas e sistemas semânticos que estão presentes em forma latente, suscetíveis, entretanto, de visibilizar-se quando irritados adequadamente.

Devido a sua epistemologia construtivista, a teoria dos sistemas é uma candidata predestinada a uma **metateoria** da pesquisa qualitativa. O que lhe falta, no entanto, é uma concepção explícita de como o modelo construtivista de

Luhmann pode ser aplicado na prática da pesquisa. Retomando, particularmente, os trabalhos pioneiros de Hausendorf (1992a) e Kieserling (1999), mostramos em nossa pesquisa, o potencial que a teoria dos sistemas tem para lançar uma ponte entre a microanálise e macroanálise da realidade social e para suprir uma lacuna no estudo da inter-relação entre evento discursivo, gênero comunicativo e contexto sociocultural. Oscilando entre a teoria da ação e a teoria sistêmica de Luhmann, nosso estudo revelou, de um lado, que as teorias da interação face a face têm muito a ganhar com um embasamento teórico mais amplo que permite ultrapassar a descrição de fatores situacionais e encaixar os eventos discursivos no contexto mais amplo dos sistemas socioculturais; mas, do outro, foi possível demonstrar também que as microanálises empíricas oferecem numerosos pontos de convergência com a teoria dos sistemas e que os modelos abstratos dessa teoria podem lucrar com a pesquisa de campo e com uma análise empírica que comprova a viabilidade das propostas teóricas, demonstrando como as macroestruturas sociais são (re)produzidas nos processos interacionais.

Para poder desenvolver uma visão holística do nosso objeto de pesquisa, seguimos uma linha de pensamento que, aos poucos revelou a complexidade do nosso objeto de estudo, a produção discursiva da moral no gênero comunicativo fofoca. De fato, acrescentamos cada vez mais perspectivas teóricas no intuito de aumentar nossa **caixa de ferramentas conceituais** para analisar empiricamente uma conversa cotidiana típica. Situando-nos assim em diferentes ângulos e assumindo uma postura de flexibilidade teórica e metodológica, pautamos nosso trabalho nos moldes de uma pesquisa qualitativa transdisciplinar, micro e macroteórica que associou, dialeticamente, a singularidade dos acontecimentos interacionais com a generalidade da ordem social.

Como mostrou a análise apresentada no **nono capítulo**, recomenda-se adotar uma perspectiva microssociológica sempre quando o interesse do pesquisador se dirige para os processos de negociação de sentido e das suas

consequências para a construção de identidade e o gerenciamento das relações interpessoais. No entanto, quando o objetivo é – como no **décimo capítulo** – tornar salientes as imbricações existentes entre um evento discursivo particular e os processos e estruturas socioculturais, é mais aconselhável usar as ferramentas da linguística sistêmico-funcional e da análise crítica do discurso que permitem contemplar tanto os espaços locais das interações e relações privadas quanto a dimensão translocal das condições macrossociais de produção, recepção e distribuição de bens sociais. Finalmente – como foi mostrado no **décimo primeiro capítulo** – quando se pretende descrever como as atividades languageiras transformam nosso meio em um contexto social e culturalmente significativo e como as condições socioculturais preexistentes simultaneamente possibilitam e delimitam a construção de sentido na interação humana, é muito útil incluir numa abordagem multidisciplinar a teoria dos sistemas que permite explorar alternadamente a perspectiva “de dentro” da cena social e a perspectiva panorâmica “de fora” dela.

Escolhemos o **mexerico** como objeto de estudo porque representa um **gênero comunicativo** que reflete vários níveis de complexidade cultural e, portanto, abre uma janela para uma visão mais integral da construção social da realidade. O objetivo principal deste trabalho foi buscar respostas para as seguintes questões:

Como os fofoqueiros realizam continuamente a construção comunicativa da moral numa prática de linguagem que, de uma maneira ou outra, produz as mais diversas ofertas de sentido socioculturais?

Como os fofoqueiros, ao contar detalhes sobre a vida de pessoas ausentes, compartilham seus valores morais e suas visões do mundo e constroem e manejam suas identidades e relações sociais?

Será que a ordem social é constantemente reconstruída pela negociação entre os agentes sociais envolvidos nas interações ou será

que essa ordem se impõe como matriz que estrutura os comportamentos dos interlocutores?

No decorrer da pesquisa, procuramos manter essas perguntas como uma bússola a nortear os nossos passos. Assim, pois, entramos no campo de pesquisa fazendo uma revisão crítica dos trabalhos científicos já publicados sobre o assunto em questão. O resultado dessa investigação bibliográfica se traduziu num **resgate sócio-histórico e situacional da fofoca** que se estendeu até as origens evolucionárias desse gênero, expondo pensamentos também sobre a relação entre o humor e a fofoca e o potencial dessa para promover a reprodução de estereótipos e preconceitos sociais e reforçar uma cultura de exclusão.

O próximo passo, então, na busca pela compreensão dos nossos questionamentos a partir de um leque de abordagens heurísticas, fenomenológicas e hermenêuticas, envolveu uma análise minuciosa de episódios de uma conversa autêntica entre três “fofoqueiros”. De certa forma, com a **primeira questão**, estávamos tentando estabelecer um roteiro para uma microanálise da organização sequencial da fala-em-interação social situada. Partindo do princípio de que as relações de interação cotidianas obedecem a determinadas regras que sustentam o funcionamento das trocas comunicativas independentemente dos diversos conteúdos particulares, tentamos decifrar a “partitura invisível” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) que orienta o comportamento dos interlocutores e explicitar os procedimentos e as expectativas pelos quais a interação é produzida e compreendida. Resumidamente, reconstruímos a conversa como uma atividade colaborativa dos interlocutores, expressa na dimensão sequencial e temporal da própria conversa, no intuito de demonstrar analiticamente o que os participantes de um mexerico estão fazendo quando (re)produzem comunicativamente a moral da sociedade.

No que diz respeito à **segunda questão**, aspiramos a apresentar a fofoca como um jogo de linguagem ou um gênero da conversa cotidiana que,

dentro de um contexto social e cultural mais amplo, é motivado pela diminuição da diferença de conhecimentos informais, pela negociação de relações interpessoais e pela (re)construção de determinadas identidades sociais. No intuito de identificar as marcas de produção e recepção de sentido e de esclarecer as estratégias discursivas escolhidas pelos agentes sociais numa determinada configuração contextual, descrevemos tanto os elementos internos essenciais desse gênero comunicativo quanto as condições externas que favorecem a sua realização. Com base na noção da estrutura potencial de gênero, apresentamos os estágios principais de uma fofoca típica, os elementos opcionais e iterativos que frequentemente ocasionam variações e os recursos estilísticos usados no curso das interações para alcançar os propósitos comunicativos convencionalmente associados a essa prática de linguagem.

Para poder responder à **terceira questão**, enfim, recorreremos à idéia de que as ações humanas são artefatos da comunicação. Essa pressuposição, que justificamos amplamente com argumentos provindo da teoria dos sistemas sociais, permitiu-nos deixar para trás a perspectiva costumeira dos participantes da cena social e assumir o ponto de vista de um observador de segunda ordem ao qual a ação se apresenta como uma categoria da autodescrição dos sistemas sociais. Destacando a baixa tolerância em relação a um conflito como uma característica essencial que distingue o sistema interacional dos outros sistemas sociais, conseguimos, então, desmistificar a função social do gênero fofoca: ele faz parte de um método complexo para minimizar ou neutralizar conflitos pessoais.

Como foi mostrado, o sistema interacional tende, necessariamente, a destematizar a moral da sociedade em comunicações face a face nas quais uma oposição de interesses e de sentimentos poderia provocar constrangimentos e desestabilizar o equilíbrio ritual entre as pessoas copresentes. Uma vez que a sociedade requer, especialmente em casos conflituosos, uma retematização da moral é de se esperar que a destematização de discordâncias sobre normas e valores entre as pessoas copresentes seja compensada por estratégias

adequadas de retematização, realizadas convenientemente num gênero comunicativo que diminui o risco real de um conflito tornar-se a modalidade dominante de operação. Já que a expressão de desrespeito encontra muito menos resistência quando se dirige contra pessoas ausentes, é natural que, quando se fala mal de pessoas ausentes, as barreiras de tematização podem ser muito mais baixas do que numa repreensão aberta. Por conseguinte, no que diz respeito à comunicação no código da moral, chegamos à conclusão de que o lugar da fofoca no inventário comunicativo da sociedade define-se nesse jogo antagonístico entre a supressão de conflitos num tipo de interação e sua mera tematização noutra.

Com referência aos **objetivos gerais** do presente trabalho pode-se concluir, em primeiro lugar, que foi mostrado pormenorizadamente como os fofoqueiros realizam a construção comunicativa da moral numa prática linguageira que, de maneiras bem variadas, produz as mais diversas ofertas de sentido socioculturais. Em segundo lugar, cabe ressaltar que foi descrito minuciosamente como os fofoqueiros, ao contar detalhes sobre a vida de pessoas ausentes, compartilham seus valores morais e suas visões do mundo e constroem e manejam suas identidades e relações sociais. Em terceiro lugar, pode-se constatar ainda – no que diz respeito à relação entre a agentividade e as estruturas socioculturais – que a ordem social é constantemente reconstruída pela negociação entre os agentes sociais envolvidos nas interações, mas que essa ordem, simultaneamente, impõe-se como matriz que estrutura os comportamentos dos interlocutores. Resumidamente, pode-se dizer que o presente trabalho representa uma contribuição original para a interpretação da fofoca como um gênero do discurso moral que não se apresenta apenas como um tipo particular de interação, mas também como uma forma de reflexão da sociedade.

Feita essa avaliação do nosso fazer científico como observador de segunda ordem, resta ainda mencionar alguns dos numerosos **desafios** para pesquisas futuras. Como era de se esperar, quanto mais as reflexões teóricas e a análise empírica se aprofundaram no objeto de pesquisa tanto mais questões

surgiram e, necessariamente, permanecerão, em parte, abertas como convites para outros pesquisadores que, como se espera, tomarão gosto pelo assunto. De fato, o que foi apresentado aqui como resultado de uma pesquisa individual, inédita na comunidade acadêmica no Brasil pode facilmente ser interpretado como início de um programa científico transdisciplinar que se ocupa de questões metateóricas, teóricas e empíricas em torno do discurso oral e dos gêneros primários que compõem o inventário comunicativo da sociedade moderna.

Do **ponto de vista teórico**, seria muito bem vindo que a teoria dos sistemas fosse amplamente divulgada entre os analistas do discurso como uma superteoria que oferece inúmeras possibilidades de conexões com as abordagens micro e macro bem conhecidas e como uma proposta alternativa aos modelos integrativos de Giddens, Bourdieu e Foucault os quais, geralmente, são tomados como referência para fundar os resultados da análise do discurso em conhecimentos sobre as formações sociais. Discutir a problemática da relação entre as dimensões micro e macro da sociedade, ou seja, entre a agentividade e a estrutura sociocultural significa inevitavelmente transcender as fronteiras das disciplinas de referência e iniciar um diálogo interdisciplinar com estudiosos de todas as ciências sociais ou humanas.

Do **ponto de vista metodológico**, é preciso divulgar e aprofundar, antes de tudo, o conhecimento da tecnologia para a gravação e transcrição de conversações. O *software* EXMaRaLDA já é uma ferramenta poderosa para criar corpora da língua falada (cf. http://www.exmaralda.org/en_index.html); há poucos dias, seu autor publicou uma versão beta do FOLKER (<http://agd.ids-mannheim.de/html/folker.shtml>), uma ferramenta muito impressionante também, que foi projetada especialmente para as necessidades do Instituto de Língua alemã (*Institut für Deutsche Sprache – IdS*) em Mannheim. Isso significa que, além dos já conhecidos sistemas de transcrição CAT, CHAT, DIDA, GAT e HIAT (cf. BIRD & LIBERMAN, 2001; BIRD & SIMONS, 2003; DAF/TNG, 2002; DU BOIS, 1991, EDWARDS, 1993; EHLICH, 1993; EHLICH & SWITALLA, 1976; GUMPERZ

& BERENZ, 1993; IDS, 2001; LAMPERT & ERVIN-TRIPP, 1993; MILDE & GUT, 2001; OCHS, 1979; O'CONNELL & KOWAL, 1994; SCHMIDT, 2001, 2002a, 2002b, 2004a, 2004b; SCHNEIDER, 2001, 2002; SCHINDLER & SASAKI, 2001; SCHLOBINSKI, SIEVER & RUNKEHL, 1996; SELTING *et al.*, 1998), é possível, agora, fazer transcrições no computador usando o sistema GAT-2 que é muito parecido com o sistema introduzido por Jefferson (1978, 1983a, 1983b, 1985, 1996), amplamente usado também no Brasil. Todavia, nossa própria experiência mostrou que é muito difícil aprender o uso *rotineiro* desses programas pelo método autodidático. Infelizmente, não nos foi possível – por força maior – aceitar um convite de colegas no *IdS* para aprender de especialistas comprovados o uso dessas ferramentas imprescindíveis.

Finalmente, é desejável também ampliar a **base empírica** do vasto campo de pesquisa que o presente trabalho pôde apenas apresentar. A produção discursiva da moral é realizada em numerosos gêneros comunicativos ainda (quase) inexplorados no Brasil e, mesmo falando apenas da fofoca, é óbvio que esse gênero é realizado em múltiplas situações comunicativas que, provavelmente, dão a cada fofoca uma feição particular que a distingue de outras variações do mesmo gênero. Nomeadamente, a análise de mexericos produzidos em ambientes profissionais, ou seja, em sistemas organizacionais deve trazer conhecimentos relevantes sobre a função da moral na formação de expectativas sobre decisões, na absorção de incertezas e na aplicação de regras para o pertencimento a grupos.

Uma vez que a fofoca é uma atividade muito disseminada em todas as esferas de atividades profissionais, é de se esperar que a análise desse gênero comunicativo possa revelar aspectos importantes da **organização social do trabalho**. A nosso ver, a produção de mexericos é um processo informal intrínseco à vida corporativa que pode ajudar a formar, preservar e perpetuar as organizações econômicas, civis ou comerciais, protegendo-as de desafios e ataques diretos e beneficiando-as pela difusão de histórias e tradições

organizacionais; mas também pode tornar-se um elemento destrutivo nas organizações quando serve para desafiar a autoridade e os privilégios de executivos e para minar sua reputação e suas habilidades de controlar a organização. Como mostram Noon & Delbridge, 1993, a fofoca no contexto das relações profissionais tem como função social principal a formação e a manutenção de estruturas e normas grupais e o fortalecimento das redes de comunicações informais e da lealdade entre os membros de uma organização (cf. também: CRAMPTON & HODGE, 1998; FUCHS, 1995; KURLAND & PELLÉ, 2000; MICHELSON & MOULY, 2004; WITTEK & WIELERS, 1998). Aos atores sociais, o mexerico proporciona ocasiões para reduzir o estresse e escapar de rotinas enfadonhas. Além disso, abre um caminho informal para aumentar a influência de opiniões e atitudes e promover a mobilidade social e a descentralização de poderes. Tudo isso mostra que o gênero é estigmatizado imerecidamente pelos analistas organizacionais (cf. DI FONZO & BORDIA, 1994, 2000).

Outros campos de pesquisa que merecem ser mencionados aqui são o uso da fofoca na comunicação mediada pelo computador (*Computer-Mediated Communication – CMC*) (BORDIA, 1997; BORDIA & ROSNOW, 1998; HARRINGTON & BIELBY, 1995), na comunicação de jovens e nas subculturas urbanas (EDER & ENKE, 1991; JAWORSKI & COUPLAND, 2005; GROSS, 2004; KUTLER, PARKER & LA GRECA, 2002), assim como as (possíveis) diferenças culturalmente elaboradas na produção de fofocas pelos diferentes gêneros sociais (BRIGGS, 1998; COATES, 1989; GOUENDOUZI, 2001; LEAPER & HOLLIDAY, 1995; LEVINE & ARLUKE, 1985; MICHELSON & MOULY, 2000, SAUNDERS, 1994). Como mostram as pesquisas mencionadas, estudos sobre o uso do mexerico em diferentes domínios interacionais não contribuem apenas para uma compreensão melhor dos processos comunicativos nessas áreas, mas ajudam também a desenvolver uma tipologia do gênero fofoca e a ampliar nossos conhecimentos sobre a função da moral nos diferentes sistemas funcionais da sociedade.

Para concluir, a produção discursiva da moral no gênero fofoca é um objeto de estudo que merece a atenção de pesquisadores de todas as disciplinas das ciências sociais e humanas. As funções do mexerico variam consideravelmente de acordo com as pessoas envolvidas, as situações comunicativas e o contexto sociocultural em questão. De modo geral, é possível identificar **quatro funções** sociais principais: (i) a fofoca como um mecanismo eficiente para a troca de informações; (ii) a fofoca como narração de histórias e fonte de divertimento; (iii) a fofoca como “cimento” das relações interpessoais e meio para a reprodução de normas e valores socioculturais que determinam o pertencimento a grupos e (iv) a fofoca como mecanismo poderoso de influência e controle sociais e de identificação de *free riders*¹, trapaceiros e enganadores.

¹ *Free rider* = literalmente: “carona”; aqui usado no sentido figurado como “aproveitador”. Trata-se de uma pessoa que consegue obter um benefício sem o custo correlacionado, aproveitando-se das ações de outro(s) que incorre(m) num custo para obter o mesmo benefício. Por exemplo, é o caso de um funcionário que, diariamente, consegue uma carona de um colega sem pagar a gasolina: consegue o transporte grátis, com o colega pagando sozinho o custo da gasolina (e da compra do carro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Bernadete M. & RODRIGUES, Angela C. S. *Gramática do português falado. Volume VIII: Novos estudos descritivos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

ABRAHAMS, Roger D. "A Performance-Centered Approach to Gossip." *Man*, 5, p. 290-301, 1970.

ACHESON, James M. *The Lobster Gangs of Maine*. Hannover and London, UK: University Press of New England, 1988.

ADAMS, Douglas. *The Hitchhiker's Guide to the Galaxy*. London: Pan Books, 1979. Tradução port.: ADAMS, Douglas. *O Guia Do Mochileiro Das Galáxias*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

ADAMZIK, Kirsten. "Beziehungsgestaltung in Dialogen." In: FRITZ, Gerd & HUNDSNURSCHER, Franz. (eds.). *Handbuch der Dialoganalyse*. Tübingen: Niemeyer, 1994

ADORNO, Theodor W. "Beitrag zur Ideologienlehre". In: ADORNO, Theodor W. *Soziologische Schriften I*. Gesammelte Schriften, Bd. 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 2003 [1954], p. 457-477.

AITCHISON, Jean. "On Discontinuing the Continuity-Discontinuity-Debate." In: HURFORD, James R., STUDDERT-KENNEDY, Michael & KNIGHT, Chris (orgs.). *Approaches to the Evolution of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 17-29.

AG BIELEFELDER SOZIOLOGIE (orgs.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit. Bd.1. Symbolischer Interaktionismus und Ethnomethodologie. Bd. 2. Ethnotheorie und Ethnographie des Sprechens*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1980.

ALEXANDER, Jeffrey C. *Theoretical Logic in Sociology*. 4 vol. Berkeley: University of California Press. 1982-1984.

ALEXANDER, Jeffrey C., GIESEN, Bernhard & MUNCH, Richard (eds.). *Micro-Macro Link*. Berkley: University of California, 1987.

ALI, M.Said. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

ALLPORT, Gordon W. & POSTMAN, Leo J. "An Analysis of Rumor." *Public Opinion Quarterly*, 10, p. 501-517, 1947.

ALMEIDA, Patricia Maria Campos de. *Atendimento de check-in de companhia aérea: análise sistêmico-funcional de um gênero discursivo do português*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2002.

ALMIROL, Edwin B. "Chasing the Elusive Butterfly: Gossip and the Pursuit of Reputation." *Ethnicity*, 8, p. 293-304, 1981.

ALTHANS, Birgit. *Der Klatsch, die Frauen und das Sprechen bei der Arbeit*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2000.

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1975.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. Tradução do original em francês: ALTHUSSER, Louis. *Positions*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

ANSCOMBE, Gertrude Elizabeth Margaret. *Intention*. Oxford: Blackwell, 1972.

ANTAKI, Charles, DIAZ, Felix & COLLINS, Allan F. "Keeping your footing. Conversational completion in three-part sequences." *Journal of Pragmatics*, 25, p. 151-173, 1996.

APEL, Karl-Otto. *Transformation der Philosophie*, vol 2: *Das Apriori der Kommunikationsgemeinschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.

APEL, Karl-Otto. *Die Erklären-Verstehen-Kontroverse in transzendentalpragmatischer Sicht*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.

AQUINAS, Thomas. *Commentary on the Nicomachean Ethics*. Traduzido por C.I. Litzinger. 2 vols. Library of Living Catholic Thought. Chicago: Regnery, 1964; reprinted in 1 vol. with revisions as *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*, Aristotelian Commentary Series, Notre Dame, IN: Dumb Ox Books, 2001.

ARCHER, Margaret S. *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ARCHER, Margaret S. "Morphogenesis versus Structuration: On Combining Structure and Action." *British Journal of Sociology*, 33, p. 455-483, 1982.

ARCHER, Margaret S. *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ARCHER, Margaret S. "Social Integration and System Integration: Developing the Distinction." *Sociology*, 30, p. 679-699, 1996.

ARISTOTELES. *Ética a Nicomaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARNO, Andrew. "Fijan Gossip as Adjudication: A Communicative Model of Informal Social Control." *Journal of Anthropological Research*, 36, p. 343-360, 1980.

ARON, Raymond. *L'opium des intellectuels*. Paris: Hachette, 2002 [1955]. Citado de acordo com a tradução inglesa: ARON, Raymond. *The Opium of the Intellectuals*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2001.

ATKINSON, J. Maxwell & DREW, Paul. *Order in Court. The Organisation of Verbal*

Interaction in Judicial Settings, London: MacMillan, 1979.

ATKINSON, J. Maxwell & HERITAGE, John (eds.). *Structure of Social Action. Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

AUER, Peter. "Kontextualisierung." *Studium Linguistik*, 19, p. 22-47, 1986.

AUER, Peter & DI LUCIO, Aldo. *The Contextualization of Language*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins (Pragmatics and Beyond. New Series 22), 1992.

AUER, Peter. "Über ↳ ." *Zeitschrift für Linguistik und Literaturwissenschaft* 23, 90/91, p. 104-138, 1993.

AUER, Peter. "Ethnographic Methods in the Analysis of Oral Communication. Some Suggestions for Linguists." In: QUASTHOFF, Uta. (ed.). *Aspects of Orality*. Berlin: de Gruyter, 1995, p. 419-440.

AUER, Peter . *Sprachliche Interaktion. Eine Einführung anhand von 22 Klassikern*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

AUER, Peter. "Projection in Interaction and Projection in Grammar." InList no. 33, 2002. Disponível na *World Wide Web* [acesso 15/11/2007]:
<http://kops.ub.uni-konstanz.de/volltexte/2003/1139/pdf/Inlist33.pdf> .
Também publicado em: *Text*, 25/1, p. 7-36, 2005.

AUSTIN, John Langshaw. *How to Do Things with Words*. The William James lectures delivered at Harvard University in 1955. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)." *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 19, p. 25-42, 1990.

AYIM, Maryann. "Knowledge through the Grapevine: Gossip as Inquiry." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 85-99.

BACHARACH, Samuel & LAWLER, Edward. *Bargaining*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1981.

BACKER, de, Charlotte. *Like Belgian Chocolate for the Universal Mind. Interpersonal and Media Gossip from an Evolutionary Perspective*. Thesis (PhD) in Political and Social Science: Communication Studies, Universiteit Gent, Faculteit Politieke en Sociale Wetenschappen, Vakgroep Communicatiewetenschappen, 2005.

BAHRDT, Hans Paul. *Schlüsselbegriffe der Soziologie*. München: C. H. Beck, 1994.

BAHTIA, Vijay K. *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. London: Longman, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. "Discourse in the Novel." In: BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination*. Four Essays. Translated by Michael Holquist & Caryl Emerson. Ed. by

Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. "Theory of the Utterance." In: TODOROV Tzvetan. *BAKHTIN, Mikhail: The Dialogical Principle*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984, p. 41-59.

BAKHTIN, Mikhail. "The Problem of Speech Genres." Translated by Vern W. Mc Gee. In: EMERSON, Caryl & HOLQUIST, Michael (eds.). (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press, 1986, p. 60-102.

BAKHTIN, Mikhail. "Os gêneros do discurso." In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1952], p. 280-326.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e de literatura*. 3ª ed. São Paulo: UNESP / HUCITEC, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Francois Rabelais*. 3ª ed. São Paulo: EDUNB. (Linguagem e Cultura, 12), 1996.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

BALANDIER, Georges. "Essai d'identification du quotidien." *Cahiers internationaux de Sociologie*, v. LXXIV, p. 5-12, 1983.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Francke, 1950 [1932].

BARKOW, Jerome H. *Darwin, Sex and Status. Biological Approaches to Mind and Culture*. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

BARKOW, Jerome H. "Beneath New Culture is Old Psychology: Gossip and Social Stratification." In: BARKOW, Jerome H., COSMIDES, Leda & TOOBY, John (eds.). *The Adapted Mind. Evolutionary Perspectives and the Generation of Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 627-637.

BARNES, Barry. "The Macro/Micro Problem and the Problem of Structure and Agency." In: RITZER, George & SMART, Barry (eds.). *Handbook of Social Theory*. London: Sage, 2001, p. 339-352.

BARNOUW, Victor. "Acculturation and Personality among the Wisconsin Chippewa." (*Memoirs of the American Anthropological Association* 72). Menasha, WI.: Ams. Pr. Inc., 1950.

BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade. Em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1994.

BASHKAR, Roy. *Dialectic: The Pulse of Freedom*. London: Verso, 1993.

BATESON, Gregory. "The Message 'This Is Play' in Group Processes." In: SCHAFFNER, Bertram (ed.). *Group Processes. Transactions of the Second Conference (held October 9-12, 1955, at Princeton, New Jersey)*. Conference on

Group Processes. New York: Josia Macy, Jr. Foundation, 1956, p. 145-242.

BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BATESON, Gregory. "The Logical Categories of Learning and Communication." In: BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972a, p. 279-308. Disponível na *World Wide Web* [acesso 15/12/2008]:

http://jpmgoncalves.home.sapo.pt/textos/bateson_learningcommunication.pdf .

BATSON, C. Daniel. *The Altruism Question: Toward a Social-Psychological Answer*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada. Vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMEISTER, Roy F., ZHANG, Liqing & VOHS, Kathleen D. "Gossip as Cultural Learning." *Review of General Psychology*, 8, p. 111-121, 2004.

BECKER-MROTZEK, Michael. *Diskursforschung und Kommunikation*. 2ª edição. Heidelberg: Groos, 1999.

BENJAMIN, Walter. "Der destruktive Charakter." In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, Bd. IV.1 (WA 10). Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 397-398, 1980. Citado de acordo com a edição brasileira: BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M.Ribeiro de Sousa (et al.). São Paulo, Cultrix/Edusp, 1986, p.187-188.

BENSON, James D. & GREAVES, William S. (eds.). *Systemic Perspectives on Discourse: Selected Theoretical Papers from the 9th International Systemic Workshop*. Norwood, NJ: Ablex, 1985.

BENSON, James D. & GREAVES, William S. (eds.). *Systemic Functional Approaches to Discourse*. Norwood, NJ: Ablex, 1988.

BENSON, James D., CUMMINGS, Michael J. & GREAVES, William S. (eds.). *Linguistics in a Systemic Perspective*. [= Current Issues in Linguistic Theory 39.] Amsterdam: Benjamins, 1988.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris, Ed. Gallimard, 1966. Tradução port.: BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral, I*. São Paulo : Pontes / Editora da UNICAMP, 1988.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale, II*. Paris, Ed. Gallimard, 1974. Tradução port.: BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral, II*. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006.

BEN-ZE'EV, Aaron. (1994). "The Vindication of Gossip." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 11-24.

BERARD, Tim J. "Rethinking Practices and Structures." *Philosophy of the Social Sciences*, 35/2, p. 196-230, 2005.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth: Penguin, 1966. Tradução port.: BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERGHAUS, Margot. *Luhmann leicht gemacht*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, UTB, 2004.

BERGMANN, Jörg R. "Ethnomethodologische Konversationsanalyse." In: SCHRÖDER, Peter & STEGER, Hugo. (orgs.), *Dialogforschung*, Düsseldorf: Schwann, 1981, p. 9-52.

BERGMANN, Jörg R. "Flüchtigkeit und methodische Fixierung sozialer Wirklichkeit: Aufzeichnungen als Daten der interpretativen Soziologie." In: BONSS, Wolfgang & HARTMANN, Heinz. (orgs.). *Entzauberte Wissenschaft: Zur Relativität und Geltung soziologischer Forschung*. (Sonderband 3 der Zeitschrift "Soziale Welt"). Göttingen: Schwarz, 1985, p. 299-320.

BERGMANN, Jörg R. *Klatsch*. Zur Sozialform der diskreten Indiskretion. Berlin, New York: De Gruyter, 1987.

BERGMANN, Jörg R. "On the Local Sensitivity of Conversation." In: MARKOVA, Ivana & FOPPA, Klaus (eds.). *The Dynamics of Dialogue*. Hertsfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1990, p. 201-226.

BERGMANN, Jörg R. "Über Erving Goffmans Soziologie des Gesprächs und seine ambivalente Beziehung zur Konversationsanalyse." In: HETTLAGE, Robert & LENZ, Karl (orgs.). *Erving Goffman – ein soziologischer Klassiker der zweiten Generation*. Bern/Stuttgart: UTB-Haupt, 1991, p. 301-326.

BERGMANN, Jörg R. "Ethnomethodologische Konversationsanalyse." In: FRITZ, G. & HUNDSNURSCHER, F. (orgs.). *Handbuch der Dialoganalyse*. Tübingen: Niemeyer, 1994, p. 3-16.

BERGMANN, Jörg R. "Das Konzept der Konversationsanalyse. The Concept of Conversation Analysis." In: BRINKER, Klaus, ANTOS, Gerd, HEINEMANN, Wolfgang (eds.). *Text- und Gesprächslinguistik; Linguistics of Text and Conversation*. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung. 2. Halbband. Gesprächslinguistik. Volume 2 Conversation Linguistics. Berlin: De Gruyter. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft = HSK 16.2), 2001, p. 919-926.

BERGMANN, Jörg R. & LUCKMANN, Thomas. "Reconstructive Genres of Everyday Communication." In: QUASTHOFF, Ute (ed.). *Aspects of Oral Communication*. Berlin: De Gruyter, 1995, p. 289-304.

BERGMANN, Jörg R. & LUCKMANN, Thomas. "Einleitung: Moral und Kommunikation." In: BERGMANN, Jörg R. & LUCKMANN, Thomas (orgs.). *Kommunikative Konstruktion von Moral. Band 1. Struktur und Dynamik der Formen moralischer Kommunikation*. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften (GWV Fachverlage GmbH). Zusammenschluss Leske Budrich / Westdeutscher Verlag, 1999, p. 13-38.

BERGMANN, Jörg R. & LUCKMANN, Thomas (orgs.). *Kommunikative Konstruktion von Moral. Band 1. Struktur und Dynamik der Formen moralischer Kommunikation*. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften (GWV Fachverlage GmbH). Zusammenschluss Leske Budrich / Westdeutscher Verlag, 1999a.

BERKENKOTTER, Carol & HUCKIN, Thomas N. "Rethinking Genre from a Sociocognitive Perspective." *Written Communication*, 10/4, p. 475-509, 1993.

BERKENKOTTER, Carol & HUCKIN, Thomas N. *Genre Knowledge in Disciplinary Communication: Cognition / Culture / Power*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1995.

BERNSTEIN, Richard J. *Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics and Praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.

BERTALANFFY, von, Ludwig. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BERTALANFFY, von, Ludwig. *A systems view of man*. Boulder, CO: Westview Press, 1982.

BESNIER, Niko. "Information Withholding as a Manipulative and Collusive Strategy in Nukulaelae Gossip." *Language in Society*, 18, p. 315-341, 1989.

BHASKAR, Roy. *Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy*; London: Verso, 1989.

BHASKAR, Roy, ARCHER, Margaret, COLLIER, Andrew, LAWSON, Tony & NORRIE, Alan (eds.). *Critical Realism: Essential Readings*. (Critical Realism--Interventions). London: Routledge, 1998.

BIBER, Douglas & FINEGAN, Edward. "An Initial Typology of Text Types." In: AARTS, Jan & MEIJS, Willem (eds.). *Corpus Linguistics II*. Amsterdam: Rodopi, 1986, p. 19-46.

BIBER, Douglas. "A Typology of English Texts." *Linguistics*, 27/1, p. 3-43, 1989.

BIBER, Douglas. "An Analytical Framework for Register Studies." In: BIBER, Douglas & FINEGAN, Edward (eds.). *Sociolinguistic Perspective on Register*. New York: Oxford University Press, p. 31-56, 1994.

BIRD, Steven & LIBERMAN, Mark. "A Formal Framework for Linguistik Annotation." *Speech & Communication*, 33/1-2, p. 33-60, 2001. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 12/04/2007]: http://papers ldc.upenn.edu/CIS9901_1999/revised_13Aug99.pdf

BIRD, Steven & SIMONS, Gary. "Seven Dimensions of Portability for Language Documentation and Description." *Language*, 79, p. 557-582, 2003. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 12/04/2007]:
<http://www ldc.upenn.edu/sb/home/papers/0204020/0204020-revised.pdf>

BLAU, Peter Michael. *Exchange and Power in Social Life*. New York: Wiley. Citado conforme 8ª edição, New Brunswick: Transaction Publishers, 1964.

BLAU, Peter Michael & SCOTT, William Richard. *Formal Organizations*. San Francisco: Chandler, 1963.

BLEEK, Wolf. "Witchcraft, Gossip and Death: A Social Drama." *Man*, 11, p. 526-541, 1976.

BLIKSTEIN, Izidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

BLOCH, Ernst. "Der Klatsch." In: BLOCH, Ernst. *Erbschaft dieser Zeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1962.

BLOOR, Thomas & BLOOR, Meriel. *The Functional Analysis of English. A Hallidayan Approach*. London: Arnold, 1995.

BLUHM, Claudia, DEISSLER, Dirk, SCHARLOTH, Joachim & STUKENBROCK, Anja. "Linguistische Diskursanalyse: Überblick, Probleme, Perspektiven." *Sprache und Literatur in Wissenschaft und Unterricht*, 86, p. 3-19, 2000.

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1969 [1937].

BLUMER, Herbert. "Der methodische Standort des Symbolischen Interaktionismus." In: ARBEITSGRUPPE BIELEFELDER SOZIOLOGEN (eds.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit*. Vol. 1. 5ª edição. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981, p. 80-146.

BLUM-KULKA, Soshona. "'You gotta know how to tell a story': Telling, Tales, and Tellers in American and Israeli Narrative Events at Dinner." *Language in Society*, 22, p. 361-402, 1993.

BLUM-KULKA, Soshona. "Gossipy events at Family Dinners: Negotiating Sociability, Presence and the Moral Order." In: COUPLAND, Justin. *Small Talk*. Harlow: Pearson ESL, 2000, p. 213-240.

BODEN, Deidre. "The World as It Happens: Ethnomethodology and Conversation Analysis." In: RITZER, George (ed). *Frontiers of Social Theory: The New Synthesis*. New York: Columbia University Press, 1990a, p. 185-213.

BODEN, Deidre. "People are Talking: Conversation Analysis and Symbolic Interaction." In: BECKER, Howard S. & MCCALL, Michal M. (eds.). *Symbolic Interaction and Cultural Studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1990b, p. 244-273.

BODEN, Deidre & ZIMMERMAN, Don. *Talk and Social Structure: Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1991.

BORDIA, Prashant. "Face-to-Face versus Computer-Mediated Communication: A Synthesis of the Experimental Literature." *The Journal of Business Communication*, 34/1, p. 99-120, 1997.

BORDIA, Prashant & ROSNOW, Ralph L. "Rumor Rest Stops on the Information Highway." *Human Communication Research*, 25/2, p. 163-179, 1998.

BOUDON, Raymond. *A Ideologia ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo: Ática, 1989.

BOURDIEU, Pierre. "Structures, Habitus, Power: Basis for a Theory of Symbolic Power. Doxa, orthodoxy, heterodoxy." In: BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Translated by Richard Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977a, p. 159-170. Translation of: BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, precede de trois etudes d'ethnologie kabyle*. Geneva: Librairie Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987. Citado de acordo com a tradução portuguesa : BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. 1ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. Citado de acordo com a tradução inglesa: BOURDIEU, Pierre. *The Logic of Practice*. Translated by Richard Nice. Stanford, CA: Stanford University Press. 1990.

BOURDIEU, Pierre. "The Linguistic Market." In: BOURDIEU, Pierre. *Sociology in Question*. London: Sage, 1993 [1978], p. 78-89.

BOURDIEU, Pierre. "L' économie des échanges linguistiques" *Langue française*, 34, p. 17-34, 1977b. Citado de acordo com a tradução inglesa: BOURDIEU, Pierre. "The Economics of Linguistic Exchanges." *Social Science Information* 16/6, p. 645-668, 1977b. Tradução port.: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1989].

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: Critique sociale du jugement*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1979. Citado de acordo com a tradução inglesa : BOURDIEU, Pierre : *Distinction : A Sociological Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, MA : Harvard University Press, 1984. Tradução port.: BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Pauo: EDUSP e Editora ZOUK, 2008.

BOURDIEU, Pierre & EAGLETON, Terry. "A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista." In: ZIZEK, Slavoj. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 265-278.

BOURDIEU, Pierre & WACQUART, Loic J. D. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOUVERESSE, Jacques. "Règles, Dispositions et Habitus." *Critique*, 51, p. 573-594, 1995.

BRACHTENDORF, Johannes. *Die Struktur des menschlichen Geistes nach Augustinus. Selbstreflexion und Erkenntnis Gottes in "De Trinitate"*. Hamburg: Meiner, 2000. (Originalmente: Tese de habilitação na Universidade Eberhard-Karls de Tübingen, 1998).

BRADDOCK, Richard. "An Extension to the 'Laswell Formula'." *Journal of Communication*, 8, p. 88-93, 1958.

BRENNAN, Geoffrey & BUCHANAN, James M. *The Reason of Rules. Constitutional Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 10/02/2009]:
<http://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv10Cover.html>

BRENNEIS, Donald. "Grog and Gossip in Bhatgaon: Style and Substance in Fiji Indian Conversation." *American Ethnologist*, 11, p. 487-516, 1984.

BRIGGS, Charles. "'You're a Liar—You're Just Like a Woman!' Constructing Dominant Ideologies of Language in Warao Men's Gossip." In: SCHIEFFELIN, Bambi, WOOLARD, Kathryn A. & KROSKRITY, Paul V. (eds.). *Language Ideologies: Practice and Theory*. New York: Oxford University Press, 1998, p. 229-255.

BRINKER, Klaus. *Linguistische Textanalyse – Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden*. 3ª edição. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1992.

BRINKER, Klaus. "Zur Analyse der narrativen Themenentfaltung am Beispiel einer Alltagserzählung." In: HENNIG, Jörg & MEIER, Jürgen (eds.). *Varietäten der deutschen Sprache. Festschrift für Dieter Mohn*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1996, p. 279-289.

BRINKER, Klaus & SAGER, Sven *Linguistische Gesprächsanalyse. Eine Einführung*. Berlin: Schmidt, 1996 [1986].

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: educ, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul. "Os gêneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento." In: BRONCKART, Jean_Paul, MACHADO, Anna Rachel & MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (orgs.). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*, 2006, p. 121-160.

BRONCKART, Jean-Paul. "O quadro do interacionismo sociodiscursivo." In: BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p. 109-129.

BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008a.

BROWN, George & YULE, Gillian. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen. "Social Structure, Groups, and Interaction." In: SCHERER, Klaus & GILES, Howard (orgs.). *Social Markers in Speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 291-342.

BROWN, Penelope & LEVINSON, Stephen. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BRUBAKER, Rogers. "Rethinking Classical Sociology: The Sociological Vision of Pierre Bourdieu." *Theory and Society*, 14/6, p. 745-775, 1985.

BRÜSEMEISTER, Thomas, ABELS, Heinz, FUCHS-HEINRITZ, Werner & JÄGER, Wieland. *Qualitative Forschung. Ein Überblick*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2000.

BUBLITZ, Hannelore. "Diskursanalyse als Gesellschafts-Theorie." In: BUBLITZ, Hannelore, BÜHRMANN, Andrea D., HANKE, Christine & SEIER, Andrea (eds.). *Das Wuchern des Diskurse. Perspektiven der Diskursanalyse Foucaults*. Frankfurt am Main: Campus, 1999, p. 22-48.

BUBLITZ, Wolfram. "Gesprächsthema und thematische Handlungen im Englischen." In: BURKHARDT, Armin & KÖRNER, Karl-Hermann (eds.). *Pragmantax. Akten des 20. Linguistischen Kolloquiums, Braunschweig 1985*. Tübingen: Niemeyer, 1986, p. 225-234.

BUBLITZ, Wolfram. *Supportive Fellow-Speakers and Cooperative Conversations. Discourse Topics and Topical Actions, Participant Roles and 'Recipient Roles' in a Particular Type of Everyday Conversation*. Amsterdam: Benjamins, 1988.

BUBLITZ, Wolfram. "Ein Gesprächsthema 'zur Sprache bringen'." In: WEIGAND, Edda & HUNDSNURSCHER, Franz (eds.). *Dialoganalyse II. Referate der 2. Arbeitstagung. Bochum 1988*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 175-189.

BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Die Darstellungsfunktion der Sprache. 3. Auflage. Stuttgart: Lucius & Lucius (UTB1159), 1999 [1934].

BURKE, Peter. *The Art of Conversation*. Cambridge: Polity Press, 1993.

BURMAN, Erica & PARKER, Ian (eds.). *Discourse Analytic Research*. London: Routledge, 1993.

BUTT, David, FAHEY, Rhondda, FEEZ, Susan, SPINKS, Sue & YALLOP, Colin. *Using Functional Grammar. An Explorer Guide*. Sidney: Macquarie University, National Centre for English Language Teaching and Research, 2000.

BUTTON, Graham & LEE, John R.E. (eds.). *Talk and social organisation*. Clevedon: Multilingual Matters, 1987.

BUTTON, Graham, DREW, Paul & HERITAGE, John C. "Introduction". Guest editors for a special issue of *Human Studies: Interaction and language use*, 9(2/2), p. 107-

108, 1986.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa & COULTHARD, Malcolm. *Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis*. London, New York: Routledge, 1996.

CAMERON, Deborah. *Working with Spoken Discourse*. London, Thousand Oaks: Sage Publ., 2001.

CAREY, Benedict. "Have You Heard? Gossip Turns Out to Serve a Purpose." *New York Times*, August 16, 2005, Tuesday.

CASTILHO, de, Ataliba. Teixeira. "Para o estudo das unidades discursivas no português falado culto no Brasil." In: CASTILHO, de, Ataliba. T. (org.). *Português falado culto no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, p. 249-279.

CASTILHO, de, Ataliba Teixeira (org.). *Gramática do português falado. Volume I: A ordem*. Campinas: Editora Unicamp, 2003a.

CASTILHO, de, Ataliba Teixeira (org.). *Gramática do português falado. Volume III: As abordagens*. Campinas: Editora Unicamp, 2003b.

CASTILHO, de, Ataliba Teixeira & BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do português falado. Volume IV: Estudos descritivos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CASTILHO, de, Ataliba. T. & PRETI, Dino (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para o seu estudo. Vol. I: Elocuções Formais*. São Paulo: TAQ/Fapesp 1986.

CASTILHO, de, Ataliba T. & PRETI, Dino (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para o seu estudo. Vol. II: Diálogos entre dois informantes*. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1987, p. 281-322.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães, BIASI RODRIGUES, Bernardete & CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CERTEAU, de, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Berkley: University of California Press, 1984.

CERTEAU, de, Michel. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. 8ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1994 [1980].

CHAFE, Wallace. *Discourse, consciousness and time: The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: editora brasiliense, 2001 [1980].

CHALMERS, Alan. *What Is This Thing Called Science: An Assessment of the Nature and Status of Science and Its Methods*. 3rd edition. New York: Open University Press, 1999 [1978].

- CHANNEL, Joanna. "Corpus-based Analysis of Evaluative Texts." In: HUNSTON, Susan E. & THOMPSON, Geoff. *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CHIMOMBO, Moira P. F. & ROSEBERRY, Robert L. *The Power of Discourse. An Introduction to Discourse Analysis*. London, Mawah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998.
- CHOMSKY, Noam. "Der Gegenstand der Linguistik." In: CHOMSKY, Noam. *Reflexionen über die Sprache*. 3. Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 49-97, 1993.
- CHOMSKY, Noam. "Language from an internalist perspective." In: CHOMSKY, Noam. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 134-163.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente. Pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. "The critical analysis of discourse." In: CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999, p. 53-73.
- CHRISTIE, Frances & UNSWORTH, Len. "Developing Socially Responsible Language Research." In: UNSWORTH, Len (ed.). *Researching Language in Schools and Communities. Functional Linguistic Perspectives*. London: Cassell Academic, 2000, p. 1-26.
- CHRISTMANN, Gabriela & GÜNTNER, Susanne. "Sprache und Affekt. Die Inszenierung von Entrüstung im Gespräch." *Deutsche Sprache*, 24. p. 1-33, 1996.
- CICERO, Marcus Tullius. *De officiis. Vom pflichtgemässen Handeln. Lateinisch/deutsch*. Stuttgart: Reclam, 1976. Tradução port.: CICERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- CICOUREL, Aaron V. "Three Models of Discourse Analysis: The Role of Social Structure." *Discourse Processes*, 3, p. 101-131, 1980.
- CICOUREL, Aaron V. "Notes on the Integration of Micro and Macro-Levels of Analysis." In: KNORR-CETINA, Karin & CICOUREL, Aaron V. (eds.). *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 51-80.
- CICOUREL, Aaron V. "Text and Discourse." *Annual Review of Anthropology*, 14, p. 159-185, 1985.
- CLARK, Herbert H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLOLAN, Carmel. "Socio-semantic Variation: Different Wordings, Different

Meanings." In: UNSWORTH, Len (ed.). *Researching Language in Schools and Communities: Functional Linguistic Perspectives*. London: Cassell, 2000, p. 152-183.

COATES, Jennifer. "Gossip Revisited: Language in All-female Groups." In: COATES, Jennifer (ed.). *Women in Their Speech Communities. New Perspectives on Language and Sex*. London: Longman, 1989.

COFFIN, Caroline. "Constructing and Giving Value to the Past: an Investigation into Second School History." In: CHRISTIE, Frances & MARTIN, James R. (eds.). *Genres and Institutions: Social Processes in the Workplace and School*. London: Cassell, 1997.

COFFIN, Caroline & O'HALLORAN, Kieran. "The Role of APPRAISAL and corpora in detecting covert evaluation." *Functions of Language*, 13/1, p. 77-110, 2006.

COLEMAN, James S. *Power and the Structure of Society*. New York: Norton, 1974.

COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA, London: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COLLINS, Louise. "Gossip: A Feminist Defense." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 106-116.

COLLINS, Randall. *Conflict Sociology: Toward an Explanatory Science*. New York: Academic Press, 1975.

COLLINS, Randall. "On the Micro-Foundations of Macro-Sociology." *American Journal of Sociology*, 86, p. 984-1014, 1981a.

COLLINS, Randall. "Micro-Translation as Theory-Building Strategy." In: KNORR-CETINA, Karin & CICOUREL, Aaron V. (eds.). *Advances in Social Theory and Methodology*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981b, p. 81-108.

COLLINS, Randall. "Is 1980s Sociology in the Doldrums?" *American Journal of Sociology*, 91, p. 1336-1355, 1986.

COLLINS, Randall. "The Micro-Contribution to Macro Sociology". *Sociological Theory*, 6, p. 242-253, 1988.

COLLINS, Randall. *Four Sociological Traditions*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

COLLINS, Randall. "Vier Makro-Strukturen von Konflikten." In: BÖGENHOLD, Dieter. (ed.). *Moderne amerikanische Soziologie*. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2000, p. 119-147.

COLLINS, Randall. *Interaction Ritual Chains*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

COLLOVÀ, Patrizio & PETRINI, Dários. "Lingua, dialetto e comutazione di codice.

Interazioni verbali in un negozio del Luganese." *Revista Italiana di Dialettologia*, 5-6, p. 257-293; corpus: p. 259-278; 1981-1982.

COLSON, Elizabeth. *Tha Makah Indians*. Manchester: Manchester University Press. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1953.

COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Paris: Carilian-Goeury & Dalmont. Tradução port.: *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes. 1990 [1844].

COPE, Bill & KALANTZIS, Mary. (eds.). *The Powers of Literacy: A Genre Approach to Teaching Writing*. London: Falmer Press, 1993.

COSER, Lewis A. *The Function of Social Conflict*. New York: Free Press, 1964 [1956].

COSER, Lewis. *Continuities in the Study of Social Conflict*. New York: Free Press, 1967.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1977.

COULTHARD, Malcolm. *An Introduction to Discourse Analysis*. London: Longman, 1977.

COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Editora Ática. (Série Princípios), 1991.

COULTHARD, Malcolm & MONTGOMERY, Martin (eds.). *Studies in Discourse Analysis*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981.

COX, Bruce A. "What is Hopi Gossip about? Information Management and Hopi Factions." *Man*, 5, p. 88-98, 1970.

CRAMPTON, Suzanne M. & HODGE, John W. "The Informal Communication Network: Factors Influencing Grapevine Activity." *Public Personnel Management*, 27/4, p. 569-584, 1998.

CROCE, Benedetto. *Aesthetik als Wissenschaft des Ausdrucks und allgemeine Linguistik*. Leipzig: Seemann, 1905 [1900].

CRYSTAL, David (ed.). *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Oxford: Blackwell, 1991.

DAF/TnG München. *HIAT und HIAT-DOS*. Manuscrito. München: Institut für Deutsch als Fremdsprache / Transnationale Germanistik der LMU, 2002. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 14/04/2007]:

<http://www.daf.uni-muenchen.de/HIAT/HIAT.HTM>

DAHRENDORF, Ralf. "Toward a Theory of Social Conflict." *Journal of Conflict Resolution*, 2, 1958, p. 170-183. Citado conforme tradução alemã:

DAHRENDORF, Ralf. "Zu einer Theorie des sozialen Konfliktes." In: ZAPF, Wolfgang (org.). *Theorien des Sozialen Wandels*. Köln: Kiepenheuer & Witsch,

1971, p. 108-123.

DANTO, Arthur C. "Basic Actions." *American Philosophical Quarterly*, 2, p. 141-148, 1965.

DAVIDSON, Donald. *Essays on Action and Events*. Ed. by Bruce Vermazen and Merrill B. Hintikka. Oxford: Clarendon Press, 1980.

DAVIDSON, Donald. "A Coherence Theory of Truth and Knowledge/Afterthoughts." In: DAVIDSON, Donald, LEPORE, Ernie & LUDWIG, Kirk (eds.). *The Essential Davidson*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2006, p. 225-241.

DAVIES, Brownyn & HARRÉ, Rom. "The Discursive Production of Selves." *Journal for the Theory of Social Behavior*, 20, p. 43-63, 1990.

DAVIS, Hank & MCLEOD, S. Lyndsay. "Why Humans Value Sensational News. An Evolutionary Perspective." *Evolution and Human Behavior*, 24, p. 28-216, 2003.

DEPPERMAN, Arnulf. *Gespräche analysieren. Eine Einführung in konversationsanalytische Methoden*. Opladen: Leske und Budrich, 1999.

DEPPERMAN, Arnulf. „Ethnographische Gesprächsanalyse: Zu Nutzen und Notwendigkeit von Ethnographie für die Konversationsanalyse.“ In: *Gesprächsforschung – Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion*, 1, p. 96-124, 2000.

DE TRACY, Destutt. *Eléments d'Idéologie*. Paris: Vrin, 1970 [1801-1815].

DE VRIES, Marlene. *Roddel nader beschouwd*. Leiden: Comt, 1990.

DIETSCH, Steffen. *Kleine Kulturgeschichte der Lüge*. Reclam: Leipzig, 1998.

DIFONZO, Nicholas, BORDIA, Prashant & ROSNOW, Ralph L. "Reining in Rumors." *Organizational Dynamics*, 23, p. 47-62, 1994.

DIFONZO, Nicholas & BORDIA, Prashant. "How Top PR Professionals Handle Hearsay: Corporate Rumors, Their Effects, and Strategies to Manage Them." *Public Relation Review*, 26/2, p. 172-190, 2000.

DILLARD, Courtney, BROWNING, Larry D., SITKIN, Sim B. & SUTCLIFFE, Kathleen M. "Impression Management and the use of procedures at the Ritz-Carlton: Moral standards and dramaturgical discipline." *Communication Studies*, 51/4, p. 404-414, 2000.

DILTHEY, Wilhelm. "Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie." In: DILTHEY, Wilhelm. *Gesammelte Schriften*. Band V. Göttingen. Vandenhoeck & Ruprecht. 1982 [1894].

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid: Alianza Universidad. 1986 [1883].

DIMAGGIO, Paul. "Review Essay: 'On Pierre Bourdieu.'" *American Journal of*

Sociology, 95/2, 1p. 460-462, 1979.

DIONISIO, Ângela Paiva. "Análise da Conversação." In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C. (org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, v. 2, 2001, p. 69-99.

DITTMAR, Norbert. *Grundlagen der Soziolinguistik – Ein Arbeitsbuch mit Aufgaben*. Tübingen: Niemeyer, 1997.

DIVALE, William & SEDA, Albert. "Codes in Gossip for Societies in the Standard Sample." *World Cultures*, 10/1, p. 7-22, 1999.

DORIS, John M. *Lack of Character: Personality and Moral Behavior*. New York: Cambridge University Press, 2002.

DORIS, John & STICH, Stephen. "Moral Psychology: Empirical Approaches". In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 30/04/2009]:

<http://plato.stanford.edu/entries/moral-psych-emp/>

DREITZEL, Hans-Peter. "Wege in die soziologische Literatur." In: BAHRDT, Hans Paul. *Wege zur Soziologie*. 4. Auflage. München: Nymphenburger Verlagshandlung, 1966.

DREW, Paul. "Analysing the Use of Language in Courtroom Interaction." In: VAN DIJK, Teun A. (ed.). *Handbook of Discourse Analysis, vol. 3*. London: Academic Press, 1985, p. 133-149.

DREW, Paul & HERITAGE, John (eds.). *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DU BOIS, John W. "Transcription Design Principles for Spoken Discourse Research." *Pragmatics*, 1/1, p. 71-106, 1991.

DUNBAR, Robin. "Why Gossip is Good For You." *New Scientist*, 136 (1848), p. 28-31, 1992.

DUNBAR, Robin I. N., MARRIOTT, Anna & DUNCAN, Neil D. C. "Human conversational behavior." *Human Nature*, 8, p. 231-246, 1997.

DUNBAR, Robin. *Grooming, Gossip and the Evolution of Language*. London: Faber & Faber, 1996. Citado conforme tradução alemã: DUNBAR, Robin. *Klatsch und Tratsch. Wie der Mensch zur Sprache fand*. München: Bertelsmann, 1998.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1893].

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP / Editorial Boi Tempo, 1997 [1991].

EDER, Donna & ENKE, Janet Lynne. "The Structure of Gossip: Opportunities and Constraints on Collective Expression Among Adolescent." *American Sociological*

Review, 56, p. 494-508, 1991.

EDGAR, Andrew & SEDGWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z. Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

EDWARDS, Jane A. "Principles and Contrasting Systems of Discourse Transcriptions." In: EDWARDS, Jane A. *et al. (orgs.) Talking Data. Transcription and Coding in Discourse Research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993, p. 3-32.

EGGINS, Suzanne. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London and New York: Pinter, 1994.

EGGINS, Suzanne & SLADE, Diana. *Analysing Casual Conversation*. London, New York: Continuum, 1997a.

EGGINS, Suzanne. & MARTIN, Jim. "Genres and Registers or Discourse." In: VAN DIJK, Teun A. (ed.). *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction. Discourse as Structure and Process*. London: Sage Publications, 1997b, p. 230-256.

EHLICH, Konrad (org.) *Erzählen im Alltag*. Frankfurt: Suhrkamp, 1980.

EHLICH, Konrad. "Die Entwicklung von Kommunikationstypologien und die Formbestimmtheit des sprachlichen Handelns." In: KALLMEYER, Werner (org.). *Handlungsmuster, Textsorten, Situationstypen*. Jahrbuch 1985 des Instituts für deutsche Sprache. Düsseldorf: Pädagogischer Verlag Schwann-Bagel, 1986, p. 47-72.

EHLICH, Konrad. "HIAT: A Transcription System for Discourse Data". In: EDWARDS, Jane A. & LAMPERT, Martin. *Talking Data. Transcription and Coding in Discourse Research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993, p. 123-148.

EHLICH, Konrad. "Funktion und Struktur schriftlicher Kommunikation." In: GÜNTHER, Hartmut & LUDWIG, Otto (eds.). *Schrift und Schriftlichkeit. Writing and Its Use. Ein interdisziplinäres Handbuch internationaler Forschung. An Interdisciplinary Handbook of International Research. 1. Halbband / Volume 1*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1994, p. 18-41.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. "Halbinterpretative Arbeitstranskriptionen (HIAT)." *Linguistische Berichte*, 45, p. 21-42, 1976.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. "Erweiterte halbinterpretative Arbeitstranskriptionen (HIAT 2): Intonation." *Linguistische Berichte*, 59, p. 51-75, 1979a.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. "Sprachliche Handlungsmuster." In: SOEFFER, H.-G. (org.). *Interpretative Verfahren in den Sozial- und Textwissenschaften*. Stuttgart: Metzler, 1979b, p. 243-274.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. "Zur Notierung nonverbaler Kommunikation für diskursanalytische Zwecke." In: WINKLER, Peter (org.). *Methoden der Analyse von Face-to-Face-Situationen*. Stuttgart: Metzler Verlag, 1981, p. 302-329.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. *Muster und Institution. Untersuchungen zur schulischen Kommunikation*. Tübingen: Narr, 1986.

EHLICH, Konrad & REHBEIN, Jochen. "Institutionsanalyse. Prolegomena zur Untersuchung von Kommunikation in Institutionen." In: BRÜNNER, Gisela & GRAEFEN, Gabriele (eds.). *Texte und Diskurse*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994, p. 287-328.

EHLICH, Konrad & SWITALLA, Bernd. "Transkriptionssysteme – Eine exemplarische Übersicht." *Studium Linguistik*, 2, p. 78-105, 1976.

EIFLÄNDER, Margarete. "Themeninitiierung und Themenprogression in Alltagsgesprächen. Einige Aspekte der Gesprächsorganisation." In: WEIGAND, Edda & HUNDSNURSCHER, Franz (eds.). *Dialoganalyse II. Referate der 2. Arbeitstagung. Bochum 1988*. Tübingen: Niemeyer, 1989, p. 191-206.

ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilisation*. 2 vol. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976 [1939].

ELIAS, Norbert. *Etablierte und Aussenseiter*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.

ELLICKSON, Robert C. *Order without Law. How Neighbors Settle Disputes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

EMLER, Nicholas. "Gossip, Reputation, and Social Adaptation." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (orgs.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 117-138.

EPICTETI *Dissertationes ab Arriani digestae*. Stuttgart: Teubner, 1965.

ERICKSON, Frederick. *Talk and Social Structure. Ecologies of Speaking and Listening in Everyday Life*. Cambridge: Polity Press, 2004.

ESTEVES, João Pissarra. "Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública." In: SANTOS, José Manuel. *O pensamento de Niklas Luhmann*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LusoSofia Press, 2005, p. 281-320.

EXNER, John E. *The Rorschach, Basic Foundations and Principles of Interpretation*. 4th edition. New York: Wiley, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London, New York: Addison Wesley Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Cambridge, UK: Polity, 1992. Citado de acordo com a versão portuguesa: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. London, New York: Longman Publishing Group, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. "Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research." In: WODAK, Ruth & MEYER, Michael (eds.). *Methods of Critical*

Discourse Analysis. London: Sage, 2002, p. 121-138.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse*. Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo. As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: criar edições, 2003.

FARNELL, Brenda. "Getting out of the Habitus: An Alternative Model of Dynamically Embodied Social Action." *Journal of Royal Anthropological Institute*, 6, p. 397-418, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. "O tópico discursivo." In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. Projetos Paralelos – NURC/SP – Núcleo USP. 5ª edição. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001, p. 33-54.

FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O & AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FAURE, Guy Olivier. "A constituição da interdisciplinaridade. Barreiras institucionais e intelectuais." *Revista Tempo Brasileiro*, 113, p. 59-74, 1993.

FAWCETT, Robin P. & YOUNG, David J. *New Developments in Systemic Linguistics, Vol. 2: Theory and Application*. London: Frances Pinter, 1988.

FAY, Brian. *Contemporary Philosophy of Social Science: A Multicultural Approach*. Oxford: Blackwell Publishers. 1996.

FERGUSON, Charles A. "Simplified Registers and Linguistic Theory." In: OBLER, Loraine K. & MENN, Lise (eds.). *Exceptional Language and Linguistics*. New York: Academic press, 1982, p. 49-66.

FERGUSON, C. (1994). "Dialect, Register and Genre: Working Assumptions about Conventionalization." In: BIBER, Douglas & FINEGAN, Edward (eds.). *Sociolinguistic Perspectives on Register*. New York: Oxford University Press, 1994, p. 15-30.

BAUM, Wilhelm (ed.). *Paul Feyerabend - Hans Albert. Briefwechsel 1 (1958 - 1971)*. Klagenfurt: Kitab, 2008.

FIEHLER, Reinhard, BARDEN, Birgit, ELSTERMAN, Mechthild & KRAFT, Barbara. *Eigenschaften gesprochener Sprache*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2004.

FINE, Gary Alan. "Rumors and Gossiping." In: VAN DIJK, Teun A. *Handbook of Discourse Analysis. Vol. III. Discourse and Dialogue*. London: Academic Press, 1985, p. 223-239.

FINE, Gary Allan. "On the Macrofoundations of Microsociology: Constraint and the Exterior Reality of Structure." *The Sociological Quarterly*, 32, p. 161-177, 1991.

FINE, Gary Allan. "The Sad Demise, Mysterious Disappearance, and Glorious

Triumph of Symbolic Interactionism.” *Annual Review of Sociology*, 19, p. 61-87, 1993.

FINE, Gary Alan. & ROSNOW, Ralph L. “Gossip, Gossipers, Gossiping.” *Personality and Social Psychology Bulletin*, 4/1, p. 161-168, 1978.

FINEGAN, Edward & BIBER, Douglas. “Register and Social Dialect Variation: An Integrated Approach.” In: BIBER, Douglas & FINEGAN, Edward (eds.). *Sociolinguistic Perspectives on Register*. New York: Oxford University Press, 1994, p. 315-347.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

FISHER, Berenice M. & STRAUSS, Anselm. “Interactionism.” In: BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (eds.). *The History of Sociological Analysis*. New York: Basic Books, 1978, p. 457-498. Tradução port.: BOTTOMORE, Tom & NISBET, Robert (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FLYNN, Pierce J. *The Ethnomethodological Movement*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.

FOERSTER, von, Heinz. “‘At Each and Every Moment I can Decide Who I Am.’ Heinz von Foerster on the Observer, on Dialogical Living, and on a Constructivist Philosophy of Distinctions.” In: PÖRKSEN, Bernhard. *The Certainty of Uncertainty: Dialogues Introducing Constructivism*. Thorverton, UK: Imprint Academic, 2004, p. 1-14.

FORD, Cecilia, FOX, Barbara & THOMPSON, Sandra A. (eds.). *Language of Turn and Sequence*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FOSTER, Eric K. “Research on Gossip: Taxonomy, Methods, and Future Directions.” *Review of General Psychology*, 8/2, p. 78-99, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir*. Paris: Editions Gallimard, 1975. Citado de acordo com a tradução alemã: Foucault, Michel. *Überwachen und Strafen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976 e a tradução portuguesa: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. 36ª edição. Petropolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no *Collège de France* pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2000a [1970].

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. 6ª ed. São Paulo.: Perspectiva, 2000b [1961].

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. História da sexualidade 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001 [1976].

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002a [1966].

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad.: Baeta Neves, L.F. 6ª edição. Rio

de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002b [1969].

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002c.

FOUCAULT, Michel. *O uso dos prazeres*. História da sexualidade 2. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006 [1984a].

FOUCAULT, Michel. *O cuidado de si*. História da sexualidade 3. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007 [1984b].

FOUCAULT, Michel & LOTRINGER, Sylvère. *Foucault Live: Interviews, 1961-84*. 2nd edition. New York: Semiotext(e), 1996.

FOWLER, Roger. *Language in the News. Discourse and Ideology in the Press*. London and New York: Routledge, 1991.

FOWLER, Roger & KRESS, Gunther. "Critical linguistics." In: FOWLER, Roger, HODGE, Robert, KRESS, Gunther & TREW, Tony (eds). *Language and Control*. London, Boston, Henley: Routledge and Kegan Paul, 1979, p. 185-213.

FOWLER, Roger, HODGE, Robert, KRESS, Gunther & TREW, Tony (eds). *Language and Control*. London, Boston, Henley: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FOX, Kate. "Evolution, Alienation and Gossip. The Role of Mobile Telecommunications in the 21st Century." *Social Issue Research Center*, disponível na *World Wide Web* [acesso: 10/02/2007]: <http://www.sirc.org/publik/gossip.shtml>

FRANKE, Wilhelm. *Elementare Dialogstrukturen. Darstellung, Analyse, Diskussion*. Tübingen: Niemeyer, 1990.

FREIRE, Sérgio Augusto. *Conhecendo Análise de Discurso. Linguagem, Sociedade e Ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Nos textos de Bakhtin e Vigotski: um encontro possível. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2^a edição revista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 295-314.

FREUD, Sigmund. *Das Ich und das Es*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1992 [1923].

FRIEDEN, Michael. *Ideology: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FRIES, Peter H. & GREGORY, Michael. *Discourse in Society: Systemic Functional Perspectives*. Norwood, NJ: Ablex, 1995.

FRITZ, Gerd. *Kohärenz. Grundfragen der linguistischen Kommunikationsanalyse*. Tübingen: Narr (Tübinger Beiträge zur Linguistik 164), 1982.

FRITZ, Gerd. "Geschichte der Dialogformen". In: FRITZ, Gerd & HUNDSNURSCHER, Franz. (eds.). *Handbuch der Dialoganalyse*. Tübingen: 1994, p. 177-202.

FUCHS, Dieter. *Soziale Integration und politische Institutionen in modernen Gesellschaften*. Veröffentlichung der Abteilung "Institutionen und sozialer Wandel" des Forschungsschwerpunktes "Sozialer Wandel, Institutionen und Vermittlungsprozesse" des Wissenschaftszentrums Berlin für Sozialforschung, Berlin: Discussion Paper FS-III, 1999, p. 99-203.

FUCHS, Stephan. "The Stratified Order of Gossip: Informal Communications in Organisations and Science." *Soziale Systeme*, 1, p. 49-73, 1995.

GALEMBECK, Paulo de Tarso & CARVALHO, Kelly Alessandra. "Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo (Projeto NURC/SP)." *VI INPLA, PUC-SP*, São Paulo, 1996.

GALEMBECK, Paulo de Tarso, SILVA, Luis A. & ROSA, Margaret de Miranda. "O turno conversacional". In: PRETI, Dio & URBANO, Hudinilson. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. V. IV - Estudos*. São Paulo : T. A Queiroz/FAPESP, 1990, p. 49-98.

GALILEI, Galileo. *Discorsi e dimostrazioni matematiche, intorno à due nuove scienze attenenti allá macanica & i movimenti locali*. Leiden: Elsvier. 1638.

GANSEL, Christina & JÜRGENS, Frank. *Textlinguistik und Textgrammatik. Eine Einführung*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2002.

GARFINKEL, Harold & SACKS, Harvey. "On Formal Structures of Practical Action." In: MCKINNEY, J. C. & TIRYAKIAN, A. (eds.). *Theoretical Sociology*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1970, p. 337-366.

GARFINKEL, Harold. "What is Ethnomethodology?" In: GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Oxford: Blackwell, 1967, p. 1-34.

GARFINKEL, Harold. "Aspects of Common-Sense Knowledge of Social Structures." In: *Transactions of the 4th World Congress of Sociology*. Vol. IV. Milan and Stresa, 8-15 September, 1959. General Theme: Society and Sociological Knowledge. La société et la connaissance sociologique. Louvain: International Sociological Association, 1961, p. 51-65.

GARFINKEL, Harold. "Remarks on Ethnomethodology." In: GUMPERZ, John & HYMES, Dell. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 301-324.

GARZ, Detlef (ed.). *Die Welt als Text. Theorie, Kritik und Praxis der objektiven Hermeneutik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

GAUTHIER, David. *Morals By Agreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GEE, James Paul. *Introduction to Discourse Analysis: Theory and Method*. London: Routledge, 2005.

GEBAUER, Richard. *Letzte Begründung. Eine Kritik der Diskursethik von Jürgen Habermas*. München: Fink, 1993.

GEERTZ, Clifford. "Ideology as a Cultural System". In: APTER, David E. (ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964, p. 47-76. Citado conforma a tradução port.: GEERTZ, Clifford. "A ideologia como sistema cultural". In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 107-134.

GEERTZ, Clifford. "O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem". In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989b, p. 25-40.

GEERTZ, Clifford. *After the Fact. Two Countries, Four Decades, One Anthropologist*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local. Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GELLES, Edith B. "Gossip: An Eighteenth-Century Case." *Journal of Social History*, 22, p. 667-683, 1989.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra & GOUTSOS, Dionysis. *Discourse Analysis. An Introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1997.

GERBNER, George. *Against the Mainstream: The Selected Works of George Gerbner*. New York: Peter Lang, 2002.

GESER, Hans. "Kleine Sozialsysteme: Strukturmerkmale und Leistungskapazitäten." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie.*, 32, p. 205-229, 1980.

GHADESSY, Mohsen. *Text and Context in Functional Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Central Problems in Sociological Theory*. Berkley: University of California Press, 1979.

GIDDENS, Anthony. "A Reply to my Critics." In: HELD, David & THOMPSON, John B. (eds.). *Anthony Giddens and his Critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 249-305.

GIDDENS, Anthony. *New Rules of Sociological Method*. London: Hutchinson. 1976 (2^a ed.: Stanford, CA: Stanford University Press, 1993).

GIDDENS, Anthony & PIERSON, Christopher. *Conversations with Anthony Giddens – Making Sense of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1998.

GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley, CA: University of California Press, 1984. Citado de acordo com a versão portuguesa: GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005. (Original ingles: GIDDENS, Athony. *Sociology*. Oxford: Blackwell, 1989a).

GILMORE, David. "Varieties of Gossip in a Spanish Rural Community." *Ethnology*,

17, p. 89-99, 1978.

GLASER, Barney G. & STRAUSS, Anselm. *The Discovery of Grounded Theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GLUCKMANN, Max. "Gossip and Scandal. Papers in Honor of Melville J. Herskovits." *Current Anthropology*, 4/3, p. 307-316, 1963.

GOFFMAN, Erving. *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1961. Citado conforme edição alemã: GOFFMAN, Erving. *Interaktion: Spass am Spiel, Rollendistanz*. München: Piper, 1973.

GOFFMAN, Erving. *Relations in Public. Microstudies of the Public Order*. New York: Basic Books, 1971. Citado conforme a edição alemã: GOFFMAN, Erving. *Das Individuum im öffentlichen Austausch. Mikrostudien zur öffentlichen Ordnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974a.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*. New York: Harper Collins, 1974b.

GOFFMAN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Philadelphia Press. (Oxford: Blackwell), 1981.

GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: Essays on Face-to Face Behavior*. New York: Pantheon Books, 1982a [1967].

GOFFMAN, Erving. "On Face Work: An Analysis of Ritual Elements in Social Interactyion." *Psychiatry*, 18, p. 213-231, 1955. Também publicado em: GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: Essays on Face-to Face Behavior*. New York: Pantheon Books, 1982b, p. 5-45.

GOFFMAN, Erving. "Embarrassment and Social Organization." *American Journal of Sociology*, 62, p. 264-274, 1956a. Também publicado em: GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: Essays on Face-to Face Behavior*. New York: Pantheon Books, 1982c.

GOFFMAN, Erving. "The Nature of Deference and Demeanour." *American Anthropologist*, 58/3, p. 473-502, 1956b. Também publicado em: GOFFMAN, Erving. *Interaction Ritual: Essays on Face-to Face Behavior*. New York: Pantheon Books, 1982d.

GOFFMAN, Erving. "The Interaction Order." *American Sociological Review*, 48, p. 1-17, 1983.

GOFFMAN, Erving. "Felicity's Condition." *American Journal of Sociology*, 89/1, p. 1-53, 1983a.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places. Notes on the Organization of Gatherings*. New York: Free Press, 1985 [1963].

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Trad. portuguesa do original: GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday Anchor & Company Inc., 1959.

GOFFMAN, Erving. "A situação negligenciada." In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre. Editora AGE, 1998a [1964], p. 11-30.

GOFFMAN, Erving. "Footing." In: Ribeiro, Branca Telles & Garcez, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre. Editora AGE, 1998b, p. 70-97. Tradução portuguesa do original: GOFFMAN, Erving. "Footing." In: GOFFMAN, Erving. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Philadelphia Press (Oxford: Blackwell), 1981, p. 124-159.

GOLDMAN, Alvin J. *A Theory of Human Action*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970.

GOLDSMITH, Daena J. & BAXTER, Leslie A. "Constituting Relationships in Talk: A Taxonomy of Speech Events in Social and Personal Relationships." *Human Communication Research*, 23, p. 87-114, 1996.

GONÇALVES, Eliane. *A presença de Marcadores Conversacionais na produção oral de língua estrangeira: estudo do caso de falantes do português do Brasil aprendizes de espanhol*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOODMAN, Robert F. "Introduction." In: GOODMAN, Robert F. & BEN ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 1-10.

GOODWIN, Charles. *Conversational Organization. Interaction between Speakers and Hearers*. New York: Academic Press, 1981.

GOODWIN, Charles & DURANTI, Alessandro. "Rethinking Context: An Introduction." In: DURANTI, Alessandro & GOODWIN, Charles. *Rethinking Context*. Language as an Interactive Phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 1-42.

GOODWIN, Charles & HERITAGE, John. "Conversation Analysis." *Annual Review of Anthropology*, 19, p. 283-307, 1990.

GOUVEIA, Carlos A. M. "Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico." In MATEUS, Maria Helena & CORREIA, Clara Nunes (eds.): *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 335-351.

GOUVEIA, Carlos A. M. & AZUAGA, Luísa. *Língua*. Volume de *Didacta: Enciclopédia Temática Ilustrada*. s/l: FGP-Editor, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1929-1935].

GRAMSCI, Antonio. *Ideologie, Alltag, Literatur*. Hrsg. und aus dem Ital. übertr. von

Sabine Kebir. Mit einem Nachw. von Giuliano Manacorda. Hamburg: VSA Verlag, 1991.

GRAUMANN, Carl Friedrich. "Discriminatory discourse." *Patterns of Prejudice*, 29, p. 69-83, 1995.

GRAUMANN, Carl Friedrich & WINTERMANTEL, Margret. "Discriminatory speech acts: A functional approach." In: BAR-TAL, Daniel, GRAUMANN, Carl Friedrich., KRUGLANSKI, Arie W. & STROEBE, Wolfgang (eds.). *Stereotyping and prejudice: Changing conceptions*. New York: Springer-Verlag, 1989, p.184-204.

GREGORY, Michael & CARROLL, Suzanne. *Language and situation: Language varieties and their social contexts*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.

GRICE, H. Paul. "Logic and conversation." In: COLE, Peter & MORGAN, Jerry L. (eds.). *Syntax and Semantics: Volume 3*. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.

GRICE, H. Paul. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

GROSS, Elisheva F. "Adolescent Internet Use: What We Expect, what Teens Report." *Applied Developmental Psychology*, 25, p. 633-649, 2004.

GRUBER, Helmut. "Evaluation Devices in Newspaper Reports." *Journal of Pragmatics*, 19/5, p. 469-486, 1993.

GRUBER, Helmut. *Streitgespräche. Zur Pragmatik einer Diskursform*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.

GRUBER, Helmut. "Die Struktur von Gesprächssequenzen." In: BRINKER, Klaus, ANTOS, Gerd, HEINEMANN, Wolfgang (eds.). *Text- und Gesprächslinguistik; Linguistics of Text and Conversation*. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung. 2. Halbband. Gesprächslinguistik. Volume 2 Conversation Linguistics. Berlin: De Gruyter. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft = HSK 16.2), 2001, p. 1226-1241.

GRUNDHERR, von, Michael. *Moral aus Interesse: Metaethik der Vertragstheorie*. Berlin: de Gruyter, 2007.

GUENDOZI, Jackie. "You'll Think We're always Bitching': The Functions of Cooperativity and Competition in Women's Gossip." *Discourse Studies* 3/1, p. 29-51, 2001.

GÜLICH, Elisabeth & QUASTHOFF, Uta M. "Narrative Analysis." In: VAN DIJK, Teun A. *Handbook of Discourse Analysis*. London: Academic Press, 1985, p. 169-195.

GUMPERZ, John J. (ed.). *Language and Social Identity*. Cambridge University Press (= Language and Interactional Sociolinguistics 2), 1982a..

GUMPERZ, John J. *Discourse Strategies*. Cambridge: University Press, 1982b.

GUMPERZ, John. "Contextualization Revisited." In: AUER, Peter & DI LUZIO, Aldo. *The Contextualization of Language*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins. (Pragmatics & Beyond. New Series 22), 1992a, p. 39-54.

GUMPERZ, John. "Contextualization and Understanding." In: DURANTI, Alessandro & GOODWIN, Charles. *Rethinking Context. Language as an Interactive Phenomenon*. Cambridge, New York: Cambridge University Press. (Studies in the Social and Cultural Foundations of Language, 11), 1992b, p. 229-252.

GUMPERZ, John J. & BERENZ, Norine. "Transcribing Conversational Exchanges." In: EDWARDS, Jane A. *et al.* (orgs.). *Talking Data. Transcription and Coding in Discourse Research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993, p. 91-122.

GUMPERZ, John J. & COOK-GUMPERZ, Jenny. "Introduction: Language and the Communication of Social Identity." In: GUMPERZ, John J. (ed.). *Language and Social Identity*. Cambridge University Press (= Language and Interactional Sociolinguistics 2), 1982, p. 1-21.

GUMPERZ, John J. & HYMES, Dell H. (eds.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.

GUMPERZ, John J. & LEVINSON, Stephen C. (eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1996.

GÜNTHER, Gotthard. "Die Theorie der 'mehrwertigen' Logik'." In: GÜNTHER, Gotthard. *Beiträge zur Grundlegung einer operationsfähigen Dialektik, vol. 2*. Hamburg: Meiner, 1979, p. 181-202.

GÜNTHNER, Susanne & KNOBLAUCH, Hubert. "'Forms are the Food of Faith' – Gattungen als Muster kommunikativen Handelns." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 46/4, p. 693-723, 1994.

GÜNTHNER, Susanne & KNOBLAUCH, Hubert. "Culturally Patterned Speaking Practices – The Analysis of Communicative Genres." *Pragmatics*, 5/1, p. 1-32, 1995.

GÜNTHNER, Susanne & LUCKMANN, Thomas. "Are Secrets Immoral? The Construction of Secrets in Everyday Conversation." *Research on Language and Social Interaction*, 31/3&4, p. 327-358, 1998.

HARRÉ, Rom. *Social Being*. 2nd edition. Oxford: Blackwell, 1993.

HAARMANN, Harald. *Basic Aspects of Language in Human Relations. Toward a General Theoretical Framework*. Berlin: Mouton / de Gruyter, 1991.

HABERMAS, Jürgen. "Wahrheitstheorien." In: FAHRENBACH, Helmut (org.). *Wirklichkeit und Reflexion. Walter Schulz zum 60. Geburtstag*. Pfullingen: Neske, 1973, p. 211-265.

HABERMAS, Jürgen. *Erkenntnis und Interesse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 vol. Frankfurt am

Main: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, Jürgen. "O que é pragmática universal". In: HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel J. Redondo. Madrid: Catedra, 1989, p. 299-368. Título original: *Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984 [1976], p. 353-440.

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaates*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HALL, Stuart. Culture, the Media and the 'Ideological Effect'. In: CURRAN, James. M GUREVITCH, Michael & WOOLLACOTT, Janet (eds.). *Mass Communication and Society*. Beverly Hills: Sage, 1977, p. 315-348.

HALLIDAY, Michael A. K. "The Users and Uses of Language." In: HALLIDAY, M. A. K., MC INTOSH, Angus & STREVEENS, Peter D. *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. London: Longman, 1964, p. 75-110. Reprinted in: FISHMAN, J. (ed.) *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton, 1968, p. 139-169.

HALLIDAY, Michael A.K. "Language Structure and Language Function" In: LYONS, John (ed.). *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 140-165. Citado de acordo com a tradução port.: HALLIDAY, Michael A.K. "Estrutura e função da linguagem." In: LYONS, John. *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: editora Cultrix / Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 134-160.

HALLIDAY, Michael A.K. *Language as Social Semiotics: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Pinter / Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, Michael .A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael A. K. "Dimensions of Discourse Analysis: Grammar." In: VAN DIJK, Teun A. *Handbook of Discourse Analysis*. Vol. 2. London: Academic Press, 1985b, p. 29-56.

HALLIDAY, Michael A.K. *Spoken and Written Language*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael .A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. (2nd ed.). London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael A. K. "Interview with M. A. K. Halliday, Cardiff, July 1998. Interviewers: Geoff Thompson (GT), from the University of Liverpool and Heloisa Collins (HC), from the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP." *D.E.L.T.A.*, 17/1, 2001, p. 131-153.

HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael A. K. & MATTHIESSEN, Christian M. I. *Construing Experience Through Meaning: A Language-based Approach to Cognition*. London: Continuum, 1999.

HANDELMAN, Don. "Gossip in Encounters: The Transmission of Information in a Bounded Social Setting." *Man*, 8, p. 210- 227, 1973.

HANKS, William F. "Discourse Genres in a Theory of Practice." *American Ethnologist*, 14, p. 669- 692, 1987.

HANKS, William F. *Language and Communicative Practices*. Boulder: Colorado: Westview Press, 1996.

HANNERZ, Ulf. "Gossip, Networks, and Culture in a Black American Ghetto." *Ethnos*, 32, p. 35-60, 1967.

HARDING, Susan. "Women and Words in a Spanish Village." In: REITER, Rayna R. (ed.). *Towards an Anthropology of Women*. New York, London: Monthly Review Press, 1975, p. 283-308.

HAROCHE, Claude, HENRY, Paul & PECHEUX, Michel. "La semantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours". *Langages*, 24, p. 93-106, 1971. (Repris dans MALDIDIER, Denise (ed.). *L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pecheux, choisis et présentés par D. Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, 1990, p. 133-154. Tradução port. : MALDIDIER, Denise (ed.). *A inquietação do discurso. (Re)ler Michel Pecheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

HARRÉ, Rom. "The Discursive Production of Selves." *Theory and Psychology*, 1, p. 51-63, 1991

HARRÉ, Rom. *Cognitive Science. A Philosophical Introduction*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2001.

HARRÉ, Rom & KRAUSZ, Michael. *Varieties of Relativism*. Oxford: Blackwell, 1996.

HARRÉ, Rom & LANGENHOVE, Luke. "Varieties of Positioning." *Journal for the Theory of Social Behavior*, 21, p. 393-407, 1991.

HARRINGTON, C. Lee & BIELBY, Denise D. "Where Did You Hear That? Technology and the Social Organization of Gossip." *The Sociological Quarterly*, 36/3, p. 607-628, 1995.

HASAN, Ruqaiya. "Part B." In: HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, Ruqaiya. *Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 52-110.

HASAN, Ruqaiya. "Meaning in Sociolinguistic Theory." In: BOLTON, Kingsley & KWOK, Helen (eds.). *Sociolinguistics Today*. London, New York: Routledge, 1992,

p. 80-119.

HASAN, Ruqaiya. "Situation and the definition of genre." In: GRIMSHAW, Allen D. (ed.). *What's going on here: complementary studies of professional talk*. Norwood, NJ: Ablex, 1994, p. 127-172.

HASAN, Ruqaiya. "The Conception of Context in Text." In: FRIES, Peter Howard & GREGORY, Michael (eds.). *Discourse in Society: Systemic Functional Perspectives*. Norwood, NJ: Ablex, 1995, p. 183-283.

HASAN, Ruqaiya. "What's Going on: A Dynamic View of Context." In: HASAN, Ruqaiya. *Ways of Saying: Ways of Meaning. Selected Papers of Ruqaiya Hasan*. Edited by Carmel Cloran, David Butt and Geoffrey Williams. London: Cassell, 1996a, p. 37-50.

HASAN, Ruqaiya. *Ways of Saying: Ways of Meaning. Selected Papers of Ruqaiya Hasan*. Edited by Carmel Cloran, David Butt and Geoffrey Williams. London: Cassell, 1996b.

HASAN, Ruqaiya. "The Ontogenesis of Ideology: An Interpretation of Mother-Child-Talk." In: HASAN, Ruqaiya. *Ways of Saying: Ways of Meaning. Selected Papers of Ruqaiya Hasan*. Edited by Carmel Cloran, David Butt and Geoffrey Williams. London: Cassell, 1996c, p. 133-151.

HASAN, Ruqaiya. "Speaking with Reference to Context." In: GHADESSY, Mohsen. *Text and Context in Functional Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 219-328.

HASAN, Ruqaiya. "Analysing Discursive Variation." In: YOUNG, Lynne & HARRISON, Claire (eds.). *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis. Studies in Social Change*. New York: Continuum International Publ., 2004, p. 15-52.

HAUSENDORF, Heiko. *Gespräch als System. Linguistische Aspekte einer Soziologie der Interaktion*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992a. Reeditada como: HAUSENDORF, Heiko. *Gespräch als System. Linguistische Aspekte einer Soziologie der Interaktion*. Radolfzell: Verlag für Gesprächsforschung, 2004. Disponível na *World Wide Web* [acesso 15/10/2007]: <http://www.verlag-gespraechsforschung.de>.

HAUSENDORF, Heiko. "Gespräch als selbstreferentielles System. Ein Beitrag zum empirischen Konstruktivismus der ethnomethodologischen Konversationsanalyse." *Zeitschrift für Soziologie*, 21/2, p. 83-95, 1992b.

HAUSENDORF, Heiko. "Konstruktivistische Rekonstruktion. Theoretische und empirische Implikationen aus konversationsanalytischer Sicht." In: SUTTER, Tillman (org.). *Beobachtung verstehen, Verstehen beobachten. Perspektiven einer konstruktivistischen Hermeneutik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1997, p. 254-272.

HAVILAND, John Beard. *Gossip, Reputation, and Knowledge in Zinacantan*.

Chicago: University of Chicago Press, 1977.

HAYEK, von, Friedrich August. "The Results of Human Action but not of Human Design." In: HAYEK, von, Friedrich August. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 96-105.

HAYEK, von, Friedrich August. "Die überschätzte Vernunft." In: RIEDL, Rupert J. & KREUZER, Franz. (orgs.). *Evolution und Menschenbild*. Hamburg: Hoffmann & Campe, 1983, p. 164-192.

HEINEMANN, Wolfgang & VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik*. Eine Einführung. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HEINTZ, Bettina. "Emergenz und Reduktion. Neue Perspektiven auf das Mikro-Makro-Problem." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 56/1, p. 1-31, 2004.

HEITMEYER, Wilhelm. "Auf dem Weg in eine desintegrierte Gesellschaft." In: HEITMEYER, Wilhelm (ed.). *Was treibt die Gesellschaft auseinander? Bundesrepublik Deutschland: Auf dem Weg von der Konsens- zur Konfliktgesellschaft. Band I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 9-26.

HELLER, Agnes. *Das Alltagsleben: Versuch einer Erklärung der individuellen Reproduktion*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978.

HELLER, Agnes. "Estrutura da vida cotidiana." In: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000a, p. 17-42.

HELLER, Agnes. "Sobre os preconceitos." In: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000b, p. 43-65.

HELM, David T, ANDERSON, W.Timothy, MEEHAN, Albert J. & RAWLS, Anne Warfield (eds.). *The Interactional Order: New Directions in the Study of Social Order*. New York: Irvington, 1989.

HENNE, Helmut & REHBOCK, Helmut. *Einführung in die Gesprächsanalyse*. 3^a edição. Berlin: de Gruyter, 1995 [1978].

HENRIQUES, Julian, HOLLWAY, Wendy, URWIN, Cathy, VENN, Couze & WALKERDINE, Valerie (eds.). *Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity*. London: Methuen, 1984.

HERITAGE, John. *Garfinkel and Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

HERITAGE, John. "Analysing News Interviews: Aspects of the Production of Talk for an Overhearing Audience." In: VAN DIJK, Teun A. (eds.) *Handbook of Discourse Analysis, vol. 1*. New York, London: Academic Press, 1985, p. 95-117.

HERITAGE, John. "Recent Developments in Conversational Analysis." *Sociolinguistics*, 15, p. 1-19, 1985a.

HERITAGE, John. "Etnometodologia." In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1996, p. 321-392.

HERSKOVITS, Melville Jean. *Life in a Haitian Valley*. New York: Knopf, 1937.

HERSKOVITS, Melville Jean. *Trinidad Village*. New York: Knopf, 1947.

HESTER, Stephen & EGLIN, Peter (eds.). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis. Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Washington, DC: University Press of America, 1997.

HOBBS, Thomas, *Leviata*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1651].

HODGE, Robert & KRESS, Gunther. *Social Semiotics*. London: Polity Press, 1988.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther. *Language as Ideology*. London and New York: Routledge, 1993.

HOERSTER, Norbert. "Moralbegründung ohne Metaphysik." *Erkenntnis*, 19, p. 225-238, 1983.

HOLLAND, Margaret G. "What's Wrong with Telling the Truth? An Analysis of Gossip." *American Philosophical Quarterly*, 33/2, p. 197-209, 1996.

HOLLY, Werner. "Holistische Dialoganalyse. Anmerkungen zur 'Methode' pragmatischer Textanalyse." In: SORIN, Stati & WEIGAND, Edda (org.): *Methodologie der Dialoganalyse*. Tübingen: Niemeyer, 1992, p. 15-40.

HOLLY, Werner. "Beziehungsmanagement und Imagearbeit." In: BRINKER, Klaus, ANTOS, Gerd, HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. (eds.). *Text- und Gesprächslinguistik*. 2. Halbband. Berlin; New York: de Gruyter, 2001, p. 1382-1393.

HOLLY, Werner, KÜHN, Peter & PÜSCHEL, Ulrich. *Politische Fernsehdiskussionen. Zur medienpezifischen Inszenierung von Propaganda als Diskussion*. Tübingen: Niemeyer, 1986.

HOMANS, George C. "Social Behavior as Exchange." *American Journal of Sociology*, 63, p. 597-606, 1958.

HOOD, Susan. "The persuasive power of prosodies: Radiating values in academic writing". *Journal of English for Academic Purposes*, 5/1, p. 37-49, 2006.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969.

HORSTER, Detlef. *Niklas Luhmann. Eine Einführung*. München: Beck, 1997.

HUMBOLDT, von, Wilhelm. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*. Gesammelte Schriften. Band VII. Berlin: Behr Verlag. Unveränd. photomech. Nachdr. der 1. Aufl., Berlin: De Gruyter, 1968 [1836].

HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995 [1751].

HUME, David. "Über Moral. Buch III". In: HUME, David. *Traktat über die menschliche Natur. Ein Versuch, die Methode der Erfahrung in die Geisteswissenschaft einzuführen*. Berlin: Xemonos, 2004 [1739], p. 212-329.

HUME, David. "Of Civil Liberty". In: HUME, David: *Essays: Moral Political and Literary*. New York: Cosimo, 2006 [1742], p. 89-97.

HUSSERL, Edmund. "Die Krise der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie." In: BIEMEL, Walter (org.). *Husserliana*. Edmund Husserl Gesammelte Werke, Bd. VI. 2. Auflage. Den Haag: Nijhoff., 1976 [1936].

HUTCHBY, Ian. & DREW, Paul. "Conversation analysis." In: OSTMAN, Jan-Ola., VERSCHUEREN, Jef & BLOMMAERT, Jan. (eds.). *Handbook of Pragmatics*. Antwerp: John Benjamins, 1995, p. 182-190.

HUTCHBY, Ian. & WOOLFITT, Robin. *Conversation Analysis. Principles, Practices and Applications*. Cambridge: Polity Press, 1998.

HYMES, Dell. "General Introduction." In: HYMES, Dell. *Language in Culture and Society*. New York: Harper & Row, 1964, p. xxi – xxxii.

HYMES, Dell. "Competence and Performance in Linguistic Theory." In: HUXLEY, Renira & INGRAM, Elisabeth (eds.). *Language Acquisition: Models and Methods*. London, 1971, p. 3 -28.

HYMES, Dell. "Models of the Interaction of Language and Social Life." In: GUMPERZ, John J. & HYMES, Dell (eds.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972a, p. 35-71.

HYMES, Dell. "On Communicative Competence." In: PRIDE, John B. & HOLMES, Janet (orgs.). *Sociolinguistics. Selected Readings*. Harmondsworth: Penguin, 1972b, pp. 269-293.

HYMES, Dell. "The Ethnography of Speaking." In: WALLACE, Anthony F.C. *Anthropology and Human Behavior*. Washington, DC: The Anthropological Society of Washington, 1962, p. 13-53. Reeditada em: BLOUNT, Ben G. (ed.). *Language, Culture, and Society*. Cambridge, Mass.: Winthrop, 1974a, p. 189-223.

HYMES, Dell. "Ways of Speaking." In: BAUMAN, Richard & SHERZER, Joel (eds.). *Explorations in the Ethnography of Speaking*. Studies in the Social and Cultural Foundations of Language. London: Cambridge University Press, 1974b, p. 433-451.

IdS – INSTITUT FÜR DEUTSCHE SPRACHE. *Transkriptionsrichtlinien für die Eingabe in DIDA*. Mannheim: IdS, 2001. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 15/04/2007]: <http://www.ids-mannheim.de/ksgd/kt/dida-trl.pdf>

ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado. Volume II: Níveis de análise*

lingüística. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

JAKOBSON, Roman. "Linguistics and poetics". In: SEBEOK, Thomas (org.). *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960.

JÄGER, Siegfried. *Kritische Diskursanalyse: Eine Einführung*. Duisburg: DISS, 1993.

JAEGER, Siegfried (org.). *Text - und Diskursanalys. Eine Anleitung zur Analyse politischer Texte*. Duisburg: DISS, 1994.

JÄGER, Siegfried. "Die Wirklichkeit ist diskursiv." Vortrag auf dem DISS-Sommer-Workshop 1996 vom 13.-15. Juni in Lünen. 1996.

JÄGER, Siegfried. "Dispositiv." In: KLEINER, Markus S. (ed.). *Michel Foucault. Eine Einführung in sein Denken*. Frankfurt am Main: Campus, 2001, p. 73-89.

JAVEAU, Claude. "Sur le concept de vie quotidienne et la sociologie." *Cahiers internationaux de sociologie*, v. LXVIII, p. 31-45, 1980.

JAWORSKI, Adam & COUPLAND, Nikolas. (eds.). "Introduction: Perspectives on Discourse Analysis." In: JAWORSKI, Adam & COUPLAND, Nikolas (eds.). *The Discourse Reader*. London: Routledge, 1999, p. 1-44.

JAWORSKI, Adam & COUPLAND, Justine. (2005). "Othering in Gossip: 'You go out you have a laugh and you can pull yeah okay but like...'" *Language in Society*, 34, p. 667-694, 2005.

JEFFERSON, Gail. "Side Sequences." In: SUDNOW, David (ed.). *Studies in Social Interaction*. New York: Free Press, 1972, p. 294-338.

JEFFERSON, Gail. "Sequential Aspects of Storytelling in Conversation." In: SCHENKEIN, Jim (ed.). *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 1978, p. 294-338.

JEFFERSON, Gail. "An Exercise in the Transcription and Analysis of Laughter." *Tilburg Papers in Language and Literature*, 35, 1983a.

JEFFERSON, Gail. "Issues in the Transcription of Naturally-Occurring Talk: Caricature versus Capturing Pronunciational Particulars." *Tilburg Papers in Language and Literature*, 34, 1983b.

JEFFERSON, Gail. "An Exercise in the Transcription and Analysis of Laughter." In: VAN DIJK, Teun A. (ed.). *Handbook of Discourse Analysis, vol. III*. New York: Academic Press, 1985, p. 25-34.

JEFFERSON, Gail. "A Case of Transcriptional Stereotyping." *Journal of Pragmatics*, 26, p. 159-170, 1996.

JENKINS, Richard. "Pierre Bourdieu and the Reproduction of Determinism." *Sociology*, 16/2, p. 270-281, 1982.

JOAS, Hans. *Praktische Intersubjektivität. Die Entwicklung des Werkes von G. H.*

Mead. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.

JOAS, Hans. "Symbolischer Interaktionismus." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 40, p. 417-446, 1988.

JOAS, Hans. *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

JOHNSTONE, Barbara. *Discourse Analysis*. Malden, MA: Blackwell, 2002.

JUBRAN, Clélia Cândida Spinardi *et alii*. "Organização tópica da conversação." In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado. Vol. II. Níveis de análise linguística*. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1993, p. 357-397.

JUNG, Carl Gustav. "Der Schatten". § 13-19 em: JUNG, Carl Gustav. *Gesammelte Werke, vol. 9/2: Aion. Beiträge zur Symbolik des Selbst*. 1976. Düsseldorf: Walter, 1995, p. 17-19.

KALLMEYER, Werner. "Verständigungsprobleme in Alltagsgesprächen. Zur Identifizierung von Sachverhalten und Handlungszusammenhängen". *Der Deutschunterricht*, 29/6, p. 52-69, 1977.

KALLMEYER, Werner & SCHÜTZE, Fritz. "Konversationsanalyse." *Studium Linguistik*, 1, p. 1-28, 1976.

KALLSCHEUER, Otto. "Antonio Gramscis intellektuelle und moralische Reform des Marxismus." In: FETSCHER, Iring & MÜNKLER, Herfried (eds.). *Pipers Handbuch der politischen Ideen, Band 5: Neuzeit: Vom Zeitalter des Imperialismus bis zu den neuen sozialen Bewegungen*. München, Zürich: Piper Verlag, 1987, p. 588.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002 [1785].

KASSAB, Suzanne Elizabeth. *The Theory of Social Action in the Schutz-Parsons Debate*. Fribourg: Éditions Universitaires, 1991.

KATO, Mary A. (org.). *Gramática do português falado. Volume V: Convergências*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

KEENAN, E. OCHS, Elinor & SCHIEFFELIN, Bambie. "Topic as a discourse notion. A study of topic in the conversation of children and adults. In: LI, Charles N. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 337-384.

KEIM, Inken. "Klatsch und Tratsch als lustvolles Gruppenerlebnis. Eine ethnographisch-soziolinguistische Studie." In: IVÁNYI, Zsuzsanna. *Gesprächsforschung. Tendenzen und Perspektiven*. Frankfurt am Main: Lang, 2001, p. 131-154.

KELLER, Rudi. *Sprachwandel. Von der unsichtbaren Hand in der Sprache*. 2. Auflage. Tübingen, Basel: Francke (UTB 1567), 1990.

KENDON, Adam. *Conducting Interaction. Patterns of Behavior in Focused Encounters*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KENDON, Adam. *Gesture. Visible Action as Utterance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KEMENY, Jim. "Perspectives on the Micro-Macro Distinction." *Sociological Review*, 24, p. 731-752, 1976.

KEPPLER, Angela. "Der Verlauf von Klatschgesprächen." *Zeitschrift für Soziologie*, 16/4, p. 288-302, 1987.

KEPPLER, Angela. "Fernsehunterhaltung aus Zuschauersicht." In: HOLLY, Werner & PÜSCHEL, Ulrich (eds.). *Medienrezeption als Aneignung. Methoden und Perspektiven qualitativer Medienforschung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1993, p. 103-113.

KEPPLER, Angela. *Tischgespräche. Über Formen kommunikativer Vergemeinschaftung am Beispiel der Konversationen in Familien*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1994.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales. Approche interactionnelle et structure des conversations. Tome 1*. Paris : Armand-Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da Conversação. Princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006 [1996].

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Le discours en interaction*. Paris : Armand-Colin, 2005.

KERN, Lucien & MÜLLER, Hans-Peter. *Gerechtigkeit, Diskurs oder Markt? Die neuen Ansätze in der Vertragstheorie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1998.

KIESERLING, André. "Die Autonomie der Interaktion." In: KÜPPERS, Günter (org.). *Chaos und Ordnung: Formen der Selbstorganisation in Natur und Gesellschaft*. Stuttgart: Reclam, 1996.

KIESERLING, André. "Klatsch: Die Moral der Gesellschaft in der Interaktion unter Anwesenden." *Soziale Systeme*, 4/2, p. 387-411, 1998.

KIESERLING, André. *Kommunikation unter Anwesenden. Studien über Interaktionssysteme*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

KING, Anthony. "The Accidental Derogation of the Lay Actor: A Critique of Giddens' Concept of Structure." *Philosophy of the Social Sciences*, 30/3, p. 362-383, 2000b.

KING, Anthony. "Thinking with Bourdieu against Bourdieu: A 'Practical' Critique of the Habitus." *Sociological Theory*, 18/3, p. 417-433, 2000a.

KLEVE, Heiko. *Systemtheoretische Soziologie. Einige einführende Materialien*. Fachhochschule Potsdam. Fachbereich Sozialwesen, 2005. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 15/04/2007]: <http://sozialwesen.fh-potsdam.de/heikokleve.html> .

KNEER, Georg & NASSEHI, Armin. *Niklas Luhmanns Theorie sozialer Systeme*.

Eine Einführung. 3ª edição. München: Fink, UTB, 1993.

KNIFFIN Kevin M. & WILSON, David Sloan. *Gossiping for the good of the group*. Paper presented at the annual meeting of the Human Behavior and Evolution Society, Davis, CA, 1998.

KNIFFIN Kevin M. & WILSON, David Sloan. "Utilities of gossip across organizational levels Multilevel Selection, Free-Riders, and Teams." *Human Nature*, 16/3, p. 278-292, 2005.

KNORR-CETINA, Karin & CICOUREL, Aaron (eds.). *Advances in Social Theory and Methodology*. New York: Methuen, 1981.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 1998a.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Editora Contexto, 1998b.

KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). *Gramática do português falado. Volume VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. "Referenciação." In: KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 51-80.

KOCH, Ingedore Villaça, MORATO, Edwiges Maria & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

KOCH, Peter & OESTERREICHER, Wulf. "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte". *Romanistisches Jahrbuch*. Berlin: De Gruyter, 1985, p. 15-43.

KOHLBERG, Lawrence. "Moral Stages and Moralization: The Cognitive Developmental Approach." In: LICKONA, Thomas (ed.). *Moral Development and Behavior*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1975, p. 31-53.

KOLLER, Werner. "Deutsch in der Deutschschweiz: eine sprachsoziologische Untersuchung". In: *Reihe Sprachlandschaft, vol. 10*. Aarau, 1992.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRAUSE, Detlef. *Luhmann-Lexikon*. 3ª edição revista e ampliada Stuttgart: UTB, 2001.

KREITER, Ted. "Have You Heard What They're Saying about Gossip? *The Saturday Evening Post*, March/April, 2003, p. 56-57.

KRESS, Gunther. "Ideological Structures in Discourse." VAN DIJK, Teun A. (ed.). *Handbook of Discourse Analysis*. London: Academic Press, 1985, p. 27-42.

KRESS, Gunter. *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*. ECS806

Sociocultural Aspects of Language and Education. Victoria: Deacon University, 1985. (Reeditado por Frances Christie, Oxford University Press, 1989).

KRESS, Gunther. "Genre as Social Process." In: COPE, Bill & KALANTZIS, Mary (eds.). *The Powers of Literacy: A Genre Approach to Teaching Writing*. London: Falmer Press, 1993, p. 22-37.

KRESS, Gunther & HODGE, Robert. *Language as Ideology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

KRISTEVA, Julia. "Bakhtine, le Mot, le Dialogue et le Roman." *Critique* XXIII, p. 438-465, 1967.

KURLAND, Nancy B. & PELLED, Lisa Hope. "Passing the Word: Toward a Model of Gossip and Power in the Workplace." *Academy of Management Review*, 25/2, p. 428-438, 2000.

KUTTLER, Ami Flam, PARKER, Jeffrey G. & LA GRECA, Annette M. "Developmental and Gender Differences in Preadolescents' Judgment of Veracity of Gossip." *Merrill-Palmer Quarterly*, 48/2, p. 105-132, 2002.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. Trad. port.: LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*, São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William & WALETZKY, Joshua. "Narrative analysis. Oral Versions of Personal Experience." In: HELM, J. (ed.). *Essays on the Verbal and Visual Arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967, p. 12-44. Reprinted in: BAMBERG, Michael G. W. (ed.). *Journal of Narrative and Life History. Special Issue: Three Decades of Narrative Analysis*, 7/1-4, p. 1-38, 1997.

LAING, Milli. "Gossip: does it play a role in the socialization of nurses?" *Image – The Journal of Nursing Scholarship*, 25/1, p. 37-43, 1993.

LALOUSCHEK, Johanna. "Frage-Antwort-Sequenzen im ärztlichen Gespräch." In: BRÜNNER, Gisela, FIEHLER, Reinhard & KINDT, Werner (orgs.). *Angewandte Diskursforschung. Band 1: Grundlagen und Beispielanalysen*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1999, p. 155-173.

LAMOUNT, Michele & LAREAU, Annette. "Cultural Capital: Allusions, Gaps and Glissandos in Recent Theoretical Developments." *Sociological Theory*, 6/2, p. 153-168, 1988.

LAMPERT, Martin D. & ERVIN-TRIPP, Susan M. "Structured Coding for the Study of Language and Social Interaction." In: EDWARDS, Jane A. et al. *Talking Data. Transcription and Coding in Discourse Research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993, p. 169-206.

LANZ, Henry. "Metaphysics of Gossip." *International Journal of Ethics*, 46, p. 492-499, 1936.

LAPASSADE, Georges. *As microssociologias*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

LARRAIN, Jorge. *The Concept of Ideology*. London: Hutchinson, 1979.

LASWELL, Harold Dwight. "The Structure and Function of Communication in Society." In: BRYSON, Lyman (ed.). *The Communication of Ideas*. New York: Harper, 1948, p. 32-51. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 07.04.2009]: http://www.ilet.gazi.edu.tr/iletisim_dergi/24/12.pdf

LAU, Raymond W. K. "Habitus and the Practical Logic of Practice: An Interpretation." *Sociology*, 38/2, p. 369-387, 2004.

LAUSBERG, Heinrich. "Os três gêneros aristotélicos do discurso partidário". In: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 83-85.

LAUXMANN, Frieder. *Vom Nutzen des unnützen Denkens: Wie Philosophie auf die Welt einwirkt*. München: Nymphenburger Verlag, 2007.

LAYDER, Derek. "Key Issues in Structuration Theory: Some Critical Remarks." *Current Perspectives in Social Theory*, 8, p. 25-46, 1987.

LAYDER, Derek. *Modern Social Theory. Key Debate and New Directions*. London: UCL Press, 1997.

LEAPER, Campbell & HOLLIDAY, Heithre. "Gossip in Same-Gender and Cross-Gender Friend's Conversation." *Personal Relationships*, 2, p. 237-246, 1995.

LEE, Raymond L. M. "The Micro-Macro-Problem in Collective Behavior: Reconciling Agency and Structure." *Journal for the Theory of Social Behavior*, 20/3, p. 213-233, 1990.

LEE, David. "Genres, Registers, Text Types, Domains, and Styles: Clarifying the Concepts and Navigating a Path through the BNC Jungle." *Language Learning & Technology* 5/3, p. 37-72, 2001. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 15/11/2003]: <http://lt.msu.edu/vol5num3/lee/>.

LEONT'EV, Alexei. A. "Der allgemeine Tätigkeitsbegriff." In: VIEHWEGER, Dieter. *Grundfragen einer Theorie der sprachlichen Tätigkeit*. Stuttgart: Kohlhammer, 1984a, p. 13-30.

LEONT'EV, Alexei A. "Sprachliche Tätigkeit." In: VIEHWEGER, Dieter. *Grundfragen einer Theorie der sprachlichen Tätigkeit*. Stuttgart: Kohlhammer, 1984b, p. 31-44.

LEPPER, Georgia. *Categories in Text and Talk. A Practical Introduction to Categorization Analysis*. London: Sage, 2000.

LERNER, Gene H. "Assisted Story-Telling: Deploying Shared Knowledge as a Practical Matter." *Qualitative Sociology*, 14, p. 247-271, 1992.

LERNER, Gene H. *Conversation Analysis: Studies from the First Generation*. Amsterdam, New York: John Benjamins, 2004.

LEVIN, Jack & ARLUKE, Arnold. "An Explanatory Analysis of Sex Differences in

Gossip." *Sex Roles*, 12, p. 281-286, 1985.

LEVIN, Jack & ARLUKE, Arnold. *Gossip. The Inside Scoop*. New York, London: Plenum Press, 1987.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Citado conforme a tradução portuguesa: LEVINSON, Stephen. *Pragmática*. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

LEVINSON, Stephen C. "Activity Types and Language." In: DREW, Paul & HERITAGE, John C. (eds.). *Talk at Work. Interaction in Institutional Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 66-100.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Le structures elementaires de la parente*. Paris: Mouton. 1947.

LIDDICOAT, Anthony J. *An Introduction to Conversation Analysis*. London, New York: Continuum, 2007.

LINELL, Per. *The written language bias in linguistics*. (Studien zur interkulturellen Kommunikation 2 – SIC). Linköping: Dept. of Communication Studies, University of Linköping, 1982.

LINELL, Per. "Situation Definitions, Activity Types and Communicative Genres." In: LINELL, Per. *Approaching Dialogue. Talk, interaction and contexts in dialogical perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 1998, p. 235-260.

LINK, Jürgen. "Stichwort 'Interdiskurs'". *KultuRRevolution*, 4, p. 71, 1983.

LINK, Jürgen. "Normalismus. Konturen eines Konzeptes." *KultuRRevolution*, 27, p. 50-70, 1992.

LINK, Jürgen. *Versuch über den Normalismus. Wie Normalität erzeugt wird*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.

LINK, Jürgen. "Das 'Sysykol'. Kollektivsymbolik als diskurstragende Kategorie, am Beispiel von Konfliktdiskursen. In: JÄGER, Margarete & JÄGER, Siegfried. *Deutungskämpfe. Theorie und Praxis Kritischer Diskursanalyse*. Wiesbaden: VS-Verlag für Sozialwissenschaften, 2007, p. 39-60.

LINKE, Angelika, NUSSBAUMER, Markus & PORTMAN, Paul R. (eds.). *Studienbuch Linguistik*. 5ª edição revista e ampliada. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2004.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002 [1689].

LODER, Letícia Ludwig & JUNG, Neiva Maria (orgs.). *Fala-em-interação social. Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

LÖTSCHER, Andreas. *Text und Thema. Studien zur thematischen Konstituierung von*

Texten. Tübingen: Niemeyer, 1987.

LOUCH, Alfred R. *Explanation and Human Action*. Berkeley: University of California Press, 1966.

LOUW, Bill. "Contextual Prosodic Theory: Bringing Semantic Prosodies To Life." In: HEFFER, Chris & SAUNTON, Helen (eds.). *Words in Context*. A tribute to John Sinclair on his Retirement. Birmingham: University of Birmingham, Cédérom, 2000.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais. Elementos para uma análise marxista*. 11ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1996 [1985].

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUCÁZS, Georg. *Historia e consciencia de classe. Estudos sobre a dialetica marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

LUCKMANN, Thomas. "Social Communication, Dialogue and Conversation." In: MARKOVA, Ivana & FOPPA, Klaus (eds.). *The Dynamics of Dialogue*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1990, p. 45-61.

LUCKMANN, Thomas. "Grundformen der gesellschaftlichen Vermittlung des Wissens: Kommunikative Gattungen." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Sonderheft 27, p. 191-211, 1986.

LUCKMANN, Thomas. "Kommunikative Gattungen im kommunikativen 'Haushalt' einer Gesellschaft." In: SMOLKA-KOERDT, Gisela, et al. (eds.). *Der Ursprung der Literatur*. München: Fink, 1988, p. 279-288.

LUCKMANN, Thomas. *Grundlagen der Soziologie. Strukturen sozialen Handelns*. Fernuniversität Hagen (3 Studienbriefe); republicado como: *Theorie des sozialen Handelns*. Berlin: de Gruyter, 1992.

LUCKMANN, Thomas. "Der kommunikative Aufbau der sozialen Welt und die Sozialwissenschaften." *Annali di Sociologia / Soziologisches Jahrbuch* 11 / I – II, p. 45-71, 1995.

LUCKMANN, Thomas. *The Moral Order of Modern Societies, Moral Communication and Indirect Moralizing*. Public Lectures no. 17. Delivered at Collegium Budapest, March 3, 1997. Collegium Budapest, Institute for Advanced Study, 1997.

LUCKMANN, Thomas. "Die intersubjektive Konstitution von Moral." In: ENDRESS, Martin & ROUGHLEY, Neil. (orgs). *Anthropologie und Moral. Philosophische und soziologische Perspektiven*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2000, p. 115-138.

LUCKMANN, Thomas & BERGMANN, Jörg. (orgs.). *Kommunikative Konstruktion von Moral 2. Von der Moral zu den Moralén*. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften (GWV Fachverlage GmbH), Zusammenschluss Leske Budrich / Westdeutscher Verlag, 1999.

LÜGER, Heinz-Helmut. "Some Aspects of Ritual Communication." *Journal of Pragmatics*, 7, p. 695-711, 1983.

LUHMANN, Niklas. "Normen in soziologischer Perspektive." *Soziale Welt*, 20, p. 28-48, 1969.

LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 1. Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1970a.

LUHMANN, Niklas. "Soziologie als Theorie sozialer Systema." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung. Band 1. Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1970b.

LUHMANN, Niklas. "Einfache Sozialsysteme." *Zeitschrift für Soziologie*, 1, p. 51-65, 1972.

LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 2. Aufsätze zur Theorie der Gesellschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1975.

LUHMANN, Niklas. "Interaktion, Organisation, Gesellschaft: Anwendungen der Systemtheorie." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 2. Aufsätze zur Theorie der Gesellschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1975a, p. 9-21.

LUHMANN, Niklas. "Soziologia de Moral". In: LUHMANN, Niklas & PFÜRTNER, Stephan H. (eds.). *Theorietechnik und Moral*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978, p. 8-116.

LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft. Band 1*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.

LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 3: Soziales System, Gesellschaft, Organisation*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981a.

LUHMANN, Niklas. "Die Unwahrscheinlichkeit der Kommunikation." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung. Band 3. Soziale Systeme, Gesellschaft, Organisation*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981b, p. 25-34.

LUHMANN, Niklas. "Schematismen der Interaktion." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung. Band 3. Soziale Systeme, Gesellschaft, Organisation*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981c, p. 81-100.

LUHMANN, Niklas. "Symbiotische Mechanismen." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung. Band 3. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1981d, p. 228-244.

LUHMANN, Niklas. *Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982. (Trad. port.: Lisboa: Difel, 1991).

LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

- LUHMANN, Niklas. "Die Autopoiesis des Bewusstseins." *Soziale Welt*, 36, p. 402-446, 1985.
- LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 4. Beiträge zur funktionalen Differenzierung der Gesellschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987.
- LUHMANN, Niklas. "Was ist Kommunikation?" *Information Philosophie*, 1, p. 4-16, 1988a.
- LUHMANN, Niklas. "Wie ist Bewusstsein an Kommunikation beteiligt?" In: GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, Karl Ludwig (orgs.). *Materialität der Kommunikation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988b, p. 884-905.
- LUHMANN, Niklas. *Die Wissenschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988c.
- LUHMANN, Niklas. *Die Wirtschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988d.
- LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft. Band 3*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- LUHMANN, Niklas. "Ethik als Reflexionstheorie der Moral." In: LUHMANN, Niklas. *Gesellschaftsstruktur und Semantik*, vol. 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989b, p. 358-447.
- LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 5. Konstruktivistische Perspektiven*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990a.
- LUHMANN, Niklas. "Konstruktivistische Perspektiven." In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung. Band 5. Konstruktivistische Perspektiven*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990b.
- LUHMANN, Niklas. *Die Wissenschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990c.
- LUHMANN, Niklas. "Paradigm Lost. Über die ethische Reflexion der Moral." In: LUHMANN, Niklas & SPAEMANN, Robert. *Paradigm Lost. Über die ethische Reflexion der Moral. Niklas Luhmanns Herausforderung der Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990d, p. 9-48.
- LUHMANN, Niklas. "Wie lassen sich latente Strukturen beobachten?" In: WATZLAWICK, Paul & KRIEG, Peter (orgs.). *Das Auge des Betrachters, Beiträge zum Konstruktivismus. Festschrift für Heinz von Foerster*. München, Zürich: Carl-Auer-Systeme Verlag, 1991.
- LUHMANN, Niklas. "Politik und Moral." *Politische Vierteljahreszeitschrift*, 32, p. 497-500, 1991a.
- LUHMANN, Niklas. *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

1993.

LUHMANN, Niklas. "Der 'Radikale Konstruktivismus' als Theorie der Massenmedien? Bemerkungen zu einer irreführenden Debatte." *Communicatio Socialis*, 27, p. 7-12, 1994.

LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 6. Die Soziologie und der Mensch*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995.

LUHMANN, Niklas. "Was ist Kommunikation?" In: LUHMANN, Niklas. *Soziologische Aufklärung 6. Die Soziologie und der Mensch*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995a, p. 13-124.

LUHMANN, Niklas. *Die Kunst der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995b.

LUHMANN, Niklas. *Die Realität der Massenmedien*. 2ª edição ampliada. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.

LUHMANN, Niklas. (1997). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Erster und Zweiter Teilband. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997a.

LUHMANN, Niklas. "O conceito de sociedade." In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta & SAMIOS, Eva Machado Barbosa (orgs.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997b.

LUHMANN, Niklas. *Die Politik der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000a.

LUHMANN, Niklas. *Die Religion der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000b.

LUHMANN, Niklas. *Einführung in die Systemtheorie*. Org.: Dirk Baecker. Heidelberg: Carl-Auer-Systeme Verlag, 2002.

LUHMANN, Niklas. *Das Erziehungssystem der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2002b.

LUHMANN, Niklas. *Paradigm Lost*. Über ethische Reflexionen der Moral. Rede von Niklas Luhmann anlässlich der Verleihung des Hegel-Preises 1989. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990, p. 7-48 (Laudatio von Robert Spaemann: p. 49-73. Citado de acordo com: LUHMANN, Niklas: *Die Moral der Gesellschaft*. Herausgegeben von Detlef Horster. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

LUHMANN, Niklas. "Soziologie der Moral." In: LUHMANN, Niklas & PFÜRTNER, Stephan H. (orgs.). *Theorietechnik und Moral*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1978. Citado de acordo com: LUHMANN, Niklas: *Die Moral der Gesellschaft*. Herausgegeben von Detlef Horster. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

LYNCH, Michael. "The ethnomethodological foundations of conversation analysis." *Text*, 20/4, p. 517-32, 2000.

LYOTARD, Jean-Francois. *Das postmoderne Wissen*. Ein Bericht. Hrsg. von Peter Engelmann. Zweite unveränderte Auflage. Wien: Edition Passagen, 1993.

LYOTARD, Jean-Francois. *The Differend: Phrases in Dispute* (Theory and History of Literature, Vol 46). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988. Tradução inglesa de: LYOTARD, Jean-Francois. *Le différend*. Paris: Minuit, 1983.

MACKEN-HORARIK, Mary. "APPRAISAL and the Special Instructiveness of Narrative." *Text*, 23/2, p. 285-312, 2003.

MACKEN-HORARIK, Mary & MARTIN, James R. (eds.). "Negotiating Heteroglossia: Social Perspectives on Evaluation." Special Issue on APPRAISAL. *Text*, 23/2, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du discours*. Paris: Hachette, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002 [1998].

MALINOWSKI, Bronislaw. "The Problem of Meaning in Primitive Language." In: OGDEN, Charles R. & RICHARDS, Ivor A. *The Meaning of Meaning*. London: Routledge and Kegan Paul, 1923, p. 306-356.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Das Geschlechtsleben der Wilden in Nordwest-Melanesien: Liebe, Ehe und Familienleben bei den Eingeborenen der Trobriand-Inseln, British-Neuguinea*. Frankfurt: Syndikat Autoren und Verlagsgesellschaft, 1979 [1929].

MALONE, Martin J. *Worlds of Talk. The Presentation of Self in Everyday Conversation*. Cambridge: Polity Press, 1997.

MALRIEU, Jean Pierre. *Evaluative Semantics – Cognition, Language and Ideology*. Routledge, 1999.

MANDELBAUM, J. "Couples Sharing Stories". *Communication Quarterly*, 35, p. 144-170, 1987.

MANDEVILLE, de, Bernard. *The Fable of the Bees: or, Private Vices, Public Benefits*. With a Commentary Critical, Historical, and Explanatory by F. B. Kaye. Oxford, London: Parker. Reediteda: Harmondsworth: Penguin Books, 1970 [1732].

MANNHEIM, Karl. *Ideologie und Utopie*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1995 [1929]. Trad. Port.: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A coesão e a coerência na conversação (organização tópica)*. Recife: mimeo, 39 pág., 1988.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. "Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções." In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Português falado culto no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p.281-321.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização." In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007^a, p. 124-145.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Tópicos de análise da conversação: notas sobre a noção de relevância condicional." *Encontro: Revista do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco*, 14/14, p. 64-69, 1998. Também publicado em: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da linguagem. Reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2007^b, p. 99-108.

MARKOVA, Ivana. "A Three-Step Process as a Unit of Analysis in Dialogue." In: MARKOVA, Ivana & FOPPA, Klaus (eds.). *The Dynamics of Dialogue*. New York: Springer, 1990, p. 129-147.

MARTIN, James R. "Process and Text: Two Aspects of Human Semiosis." In: BENSON, James D. & GREAVES, William S. (orgs.). *Systemic Perspectives on Discourse*. Vol. 1. Norwood: Ablex, 1985, p. 248-274.

MARTIN, James R. *English Text: Systems and Structure*. Amsterdam: Benjamins, 1992.

MARTIN, James R. "Genre and Literacy – Modelling Context in Educational Linguistics." *Annual Review of Applied Linguistics*, 13, p. 141-172, 1993^a.

MARTIN, James R. "A Contextual Theory of Language." In: COPE, Bill & KALANTZIS, Mary. (eds.). *The Powers of Literacy: A Genre Approach to Teaching Writing*. London: Falmer Press, 1993^b, p. 116-136.

MARTIN, J. R. *Functional Grammar in the Language Classroom: An Interview with James Robert Martin*. Nathan Edwards. Tokyo YMCA College of English. 1999. Disponível na *World Wide Web*. [acesso: 15/11/2003, TLT Online Editor]: <http://langue.hyper.chubu.ac.jp/jalt/pub/tlt/99/jan/martin.html>

MARTIN, James R. "Modelling Context: The Crooked Path of Progress in Contextual Linguistics." In: GHADESSY, Mohsen (ed.). *Text and Context in Functional Linguistics*. Amsterdam: Benjamins (CILT Series IV), 1999, p. 25-61.

MARTIN, James R. "Close Reading: Functional Linguistics as a Tool for Critical Discourse Analysis." In: UNSWORTH, Len (ed.). *Researching Language in Schools and Communities. Functional Linguistic Perspectives*. London: Cassell Academic, 2000, p. 245-301.

MARTIN, James R. "Beyond Exchange: Appraisal Systems in English." In: HUNSTON, Susan & THOMPSON, Geoffrey (eds.). *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000,

p. 142-175.

MARTIN, James R. "Language, Register and Genre." In: CHRISTIE, F. (ed.). *Children Writing: Reader*. (ECT Language Studies: children writing) Geelong: Deakin University Press, 1984, p. 21-30. Revised for: BURNS, Anne & COFFIN, Caroline (eds.) *Analysing English in a Global Context: A Reader*. Clevedon: Routledge (Teaching English Language Worldwide), 2001, p. 149-166.

MARTIN, James R. "Introduction". (Special Issue on Appraisal). *Text*, 23/2, p. 171-181, 2003.

MARTIN, James R. & ROSE, David. *Working with Discourse: Meaning beyond the Clause*. London: Continuum, 2003.

MARTIN, James R. & WHITE, Peter R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. London, New York: Palgrave/MacMillan, 2005.

MARTIN, James R. & ROSE, David. *Genre Relations. Mapping Culture*. London : Equinox, 2008.

MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris : Armand Colin, 1967.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes. 2003 [1859].

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã. Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Hucitec, 2002 [1845].

MATURANA, Humberto. "Biology of Cognition." In: MATURANA, Humberto R. & VARELA, Francisco J. *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*. Boston: D. Reidel, 1979, p. 1-58.

MATURANA, Humberto R. *Erkennen. Die Organisation und Verkörperung von Wirklichkeit*. Braunschweig: Vieweg, 1982.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco J. *A Árvore do conhecimento. As bases biológicas da compreensão humana*. 4ª edição. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MAYNARD, Douglas W. & CLAYMAN, Steven E. "The Diversity of Ethnomethodology." *Annual Review of Sociology*, 17, p. 385-418, 1991.

MCANDREW, Francis T., BELL, Emily K. & GARCIA, Contitta Maria. "Who Do We Tell and Whom Do We Tell On? Gossip as a Strategy for Status Enhancement." *Journal of Applied Social Psychology*, 37/7, p. 1562-1577, 2007.

MCANDREW, Francis T. & MILENKOVIC, Megan A. "Of Tabloids and Family Secrets: The Evolutionary Psychology of Gossip." *Journal of Applied Social Psychology*, 32/5, p. 1064-1082, 2002.

MCCARTHY, Michael. *Discourse Analysis for Language Teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MCCARTHY, Michael. *Spoken Language and Applied Linguistics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

MCCARTHY, Michael. "Taming the Spoken Language: Genre Theory and Pedagogy." *The Language Teacher*, 22/9. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/06/2000]: <http://langue.hyper.chubu.ac.jp/jalt/pub/tlt/98/sep/mccarthy.html>

MCPHERSON, Naomi M. "A Question of Morality: Sorcery and Concepts of Deviance among the Kabana, West New Britain." *Anthropologica*, 33, p. 127-143, 1991.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1967 [1934]. Citado também de acordo com a tradução alemã: MEAD, George Herbert *Geist, Identität und Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1968 [1934].

MEDINI, G. & ROSENBERG, E.H. "Gossip and Psychotherapy." *American Journal of Psychotherapy*, 30, p. 452-462, 1976.

MEIRELES, Selma M. "*Estratégias para Manutenção de uma boa interação lingüística. Dissensão e trabalho da Face em diálogos do Alemão.*" São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1999.

MELROSE, Robin. "Systemic Linguistics and the Communicative Language Syllabus." In: FAWCETT, Robin P. & YOUNG, David (eds.) *New Developments in Systemic Linguistics. Vol. 2: Theory and Application*. London: Pinter Publishers, 1988, p. 78-93.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phenomenology of Perception*. London: Routledge, 2002 [1945].

MERRITT, Maria. "Virtue Ethics and Situationist Personality Psychology." *Ethical Theory and Moral Practice*, 3, p. 365- 83, 2000.

MERRY, Sally E. "Rethinking Gossip and Scandal." In: BLACK, Donald (ed.). *Toward a General Theory of Social Control, vol. 2*. New York: Academic Press, 1984, p. 271-302.

MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press, 1968 [1949].

METZINGER, Thomas. "Anthropologie und Kognitionswissenschaft." In: GOLD, Peter & ENGEL, Andreas K. (eds.). *Der Mensch in der Perspektive der Kognitionswissenschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998, p. 326-372.

MEURER, José Luiz. "O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem." In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota & TOMITCH, Lêda Maria Braga (orgs.). *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Editora Insular,

2000, p. 149-166.

MEURER, José Luiz. "Role Prescriptions, Social Practices, and Social Structures: A Sociological Basis for the Contextualization of Analysis in SFL and CDA." In: YOUNG, Lynne & HARRISON, Claire. *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis. Studies in Social Change*. New York: Continuum International Publ., 2004, p. 85-99.

MEURER, José Luis. "Ampliando a noção de contexto na Lingüística sistêmico-funcional e na Análise Crítica do Discurso." In: CALDAS-COULTHARD, Carmen & FIGUEIREDO, Deborah de Carvalho (orgs.). *Análise Crítica do Discurso. Linguagem em (Dis)curso*, vol. 4, número especial, p. 133-157, 2004.

MEURER, José Luis. "Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough." In: MEURER, José Luis, BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros. Teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 81-107.

MEURER, José Luis. "Integrando estudos de gêneros textuais ao contexto de cultura." In: KARWOSKI, Acir Mário, GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais. Reflexões e Ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 165-185.

MEY, Jacob L. *Whose Language: A Study in Linguistic Pragmatics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1985.

MEY, Jacob L. *Pragmatics*. 2nd edition. Oxford UK, Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 2001 [1993].

MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MICHELSON, Grant & MOULY, Suchitra. "Rumor and Gossip in Organisations: A Conceptual Study." *Management Decision*, 38/5, p. 339-346, 2000.

MICHELSON, Grant & MOULY, V. Suchitra. "Do Loose Lips Sink Ships? The Meaning, Antecedents and Consequences of Rumor and Gossip in Organisations." *Corporate Communications*, 9/3, p. 189-201, 2004.

MILDE, Jan-Torsten & GUT, Ulrike. (2001). "The TASX-Environment: An XML-Based Corpus Databases for Time Aligned Language Data." In: BIRD, Steven, BUNEMAN, Peter & LIBERMAN, Mark (eds.). *Proceedings of the IRCS Workshop On Linguistic Databases, Philadelphia, 11-13 December 2001*. Institute for Research in Cognitive Science, University of Pennsylvania, 2001, p. 174-180. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 12/04/2007]:

http://www ldc.upenn.edu/annotation/database/papers/Milde_Gut/25.2.milde.pdf

MILL, John Stuart. "Sistema de lógica dedutiva." In: BENTHAM Jeremy & MILL, John Stuart. *Introdução aos princípios da moral / Sistema de lógica dedutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1834].

MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005 [1863].

MILLER, Carolyn A.. "Genre as Social Action." *Quarterly Journal of Speech*, 70, p.

151-167, 1984.

MILLS, Sarah. *Discourse (New Critical Idiom)*. London: Routledge, 1997.

MIOTELLO, Valdemir. "Ideologia." In: BRAIT, Beth (orgs.). *Bakhtin. Conceitos-chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 167-176.

MITCHELL, J. Clyde. *The Yao Village*. Manchester: Manchester University Press, 1956.

MITSCHERLICH, Alexander. "Revision der Vorurteile." *Der Monat*, 165, 1962, p. 7-14.

MITSCHERLICH, Alexander & MITSCHERLICH, Margarete. *Die Unfähigkeit zu trauern. Grundlagen kollektiven Verhaltens*. München: Piper, 1967.

MITSCHERLICH, Alexander. "Kurze Apologie des Klatsches." In: MITSCHERLICH, Alexander. *Auf dem Weg zur vaterlosen Gesellschaft*, München: Piper, p. 322-325, 1973.

MORA CALVO, Hernán R. "Freud y la conciencia moral o Freud en breve excursio por el imperativo categórico de Kant". *Revista de Filosofía de Universidad de Costa Rica* (San José) 37/92, p. 249 – 259, 1999.

MOREALL, John. "Gossip and Humor." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 1994, p. 56-64.

MORRIS, Desmond. *Intimate Behaviour*. New York: Kodansha Globe, 1997 [1971]. Citado de acordo com a tradução alemã: MORRIS, Desmond. *Liebe geht durch die Haut. Die Naturgeschichte des Intimverhaltens*. München: Knauer, 1972.

MORRIS, Pam (ed.). *The Bakhtin Reader: Selected Writings of Bakhtin, Medvedev, Voloshinov*. London: Arnold, 1997.

MOTTA-ROTH, Désirée & HEBERLE, Viviane. "O conceito de 'estrutura potencial do gênero' de Ruqaiya Hasan." In: MEURER, José Luis, BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). *Gêneros. Teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 12-28.

MOUZELIS, Nicos. "The Subjectivist-Objectivist Divide: Against Transcendence." *Sociology*, 34/4, p. 741-762, 2000.

MÜLLER, Klaus. *Rahmenanalyse des Dialogs. Aspekte des Sprachverstehens in Alltagssituationen*. Tübingen: Narr, 1984.

MÜNCH, Richard. "Elemente einer Theorie der Integration moderner Gesellschaften. Eine Bestandsaufnahme". In: HEITMEYER, Wilhelm (ed.). *Was hält die Gesellschaft zusammen? Bundesrepublik Deutschland: Auf dem Weg von der Konsens- zur Konfliktgesellschaft. Band II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 66-109.

MÜNCH, Richard. *Globale Dynamik, lokale Lebenswelten. Der schwierige Weg in*

die Weltgesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

MÜNCH, Richard & SMELSER, Neil J. "Relating Micro and Macro." In: ALEXANDER, Jeffrey C., GIESEN, Bernhard, MÜNCH, Richard & SMELSER, Neil J. (eds.). *The Micro-Macro Link*. Berkeley: University of California Press, p. 356-389, 1987.

NAGEL, Thomas. *The Possibility of Altruism*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

NAGEL, Thomas. *Equality and Partiality*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

NEUBAUER, Hans-Joachim. *Fama. Eine Geschichte des Gerüchts*. Berlin: Berlin Verlag, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martin Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português falado. Volume VII: Novos Estudos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

NEVO, Ofra & NEVO, Baruch. "The Tendency to Gossip and Its Relation to Vocational Interests." *Counselling Psychology Quarterly*, 6/3, p. 229-238, 1993.

NICOLAI DE CUSA *opera omnia* (Iussu et auctoritate Academiae Litterarum Heidelbergensis ad codicum fidem edita, vol. 1: *De docta ignorantia. Die belehrte Unwissenheit*, hrsg. Paul Wilpert & Hans Gerhard Senger, 4^a edição. Hamburg: Meiner, 1994 [1440]. Tradução port.: NICOLA DE CUSA. *A douta ignorância*. Tradução de Reinholdo Aloysio Ullmann. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002.

NOFSINGER, Robert E. *Everyday Conversation*. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 1991.

NOON, Mike & DELBRIDGE, Rick. "News from Behind my Hand: Gossip in Organization." *Organizational Studies*, 14/1, p. 23-36, 1993.

NOTHDURFT, Werner. *Konfliktstoff. Gesprächsanalyse der Konfliktbearbeitung in Schlichtungsgesprächen*. Berlin, New York: de Gruyter, 1997.

NYSTRAND, Martin & WIEMELT, Jeffrey. "When is a Text Explicit? Formalist and Dialogical Conceptions." *Text*, 11/1, p. 25-41, 1991.

OCHS, Elinor. "Transcription as Theory." In: OCHS, Elinor & SCHIEFFLIN, Bambi B. (eds.). *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, 1979, p. 43-72.

OCHS, Elinor, SCHEGLOFF, Emanuel A. & THOMPSON, Sandra A. (eds.). *Interaction and Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

O'CONNELL, Daniel C. & KOWAL, Sabine. "Some Current Transcription Systems For Spoken Discourse: A Critical Analysis." *Pragmatics*, 4/1, p. 81-107, 1994.

ODE, Ivone Hiromi. *Os recursos persuasivos no editorial de jornal sob a perspectiva*

da Lingüística Sistemico-Funcional. Tese de Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

OEVERMANN, Ulrich. "Zur Sache. Die Bedeutung von Adornos methodologischem Selbstverständnis für die Begründung einer materialen soziologischen Strukturanalyse". In: FRIEDEBURG, von, Ludwig & HABERMAS, Jürgen (eds.). *Adorno-Konferenz*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983, p. 234-289.

PAINE, Robert. "What is Gossip about? An Alternative Hypothesis." *Man*, 2, p. 278-285, 1967.

PAINE, Robert. "Gossip and Transaction." *Man*, 3, p. 305-308, 1968.

PALTRIDGE, Brian. "Working with Genre: A Pragmatic Perspective." *Journal of Pragmatics*, 23, p. 393-406, 1995.

PALTRIDGE, Brian. "Genre, Text Type, and the Language Classroom." *ELT Journal*, 50/3, p. 237-243, 1996.

PALTRIDGE, Brian. *Genre, Frames and Writing in Research Settings*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.

PARKER, Ian. *Discourse Dynamics: A Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge, 1992.

PARSONS, Talcott. *The Social System*. London: Tavistock, 1952.

PARSONS, Talcott. *The Structure of Social Action*. New York: Free Press, 1968 [1937].

PARSONS, Talcott. *Zur Theorie der sozialen Interaktionsmedien*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1980.

PARSONS, Talcott & PLATT, Gerald M. *The American University*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973.

PARSONS, Talcott & SHILS, Edward (eds.). *Toward a general theory of action*. New York: Harper & Row, 1951.

PÊCHEUX, Michel. *Les Vérites de la Palice. Linguistique, sémantique, philosophie*. Paris : Maspéro, 1975. Trad. port. : PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. "Análise crítica do discurso. Uma proposta para a análise crítica da linguagem." Trabalho apresentado no IX Congresso Nacional de Lingüística e Filologia em homenagem a Said Ali, 22 a 26 de agosto de 2005. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos: Cadernos do CNLF, Volume IX, nº.03. Disponível na *World Wide Web* [acesso 10/04/2008]: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>

PEDROSA, Maria Isabel & CARVALHO, Ana Maria Almeida. "Análise qualitativa de

episódios de inração: uma reflexo sobre procedimentos e formas de uso.” *Psicologia: Reflexo e Crítica*, 18/3, p. 431-442, 2005.

PENNYCOOK, Alastair. “Incommensurable Discourses?” *Applied Linguistics*, 15/2, p. 115-138, 1994.

PERCIVAL, John. “Gossip in Sheltered Housing: Its Cultural Importance and Social Implications.” *Ageing and Society*, 20, p. 303-325, 2000.

PETERS, Bernhard. *Die Integration moderner Gesellschaften*. Frankfurt am Main : Suhrkamp, 1993.

PIAGET, Jean. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: Presses Universitaires de France, 1932.

PICKEL, Gert. *Niklas Luhmann – Selbstreferentielle Systeme – Vom Strukturfunktionalismus zur Systemtheorie*. Aus der Vorlesung: “Einführung in die soziologischen Theorien.” Europa-Universität Viadrina, Frankfurt/Oder – Kulturwissenschaftliche Fakultät, 2004/2005. Disponível na *World Wide Web* [acesso 26/11/2005]:
<http://www.kuwi.euw-frankfurt-o.de/~vgkulsoz/Lehrstuhl/Pickel/sozthe/plan.htm>.

PIKE, Kenneth, L. “ETIC and EMIC.” In: PIKE, Kenneth L. *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior*. Dedicated to the Memory of Prof. Edward Sapir. 2nd ed. The Hague: Mouton, 1967.

PIRES, Edmundo Balsemão. *O pensamento de N. Luhmann como teoria crítica da moral*. Ms. 2004. Disponível na *World Wide Web* [acesso 05/03/2009]:
<http://www.ief.uc.pt/paginas/index.php?nIDPagina=128> .

PIWINGER, Manfred & EBERT, Helmut. “Impression Management: Wie aus Niemand Jemand wird.” In: BENTELE, Guenther, PIWINGER, Manfred & SCHÖNBORN, Gregor (eds.). *Kommunikationsmanagement: Strategien, Wissen, Lösungen*. Neuwied: Luchterhand, 2002.

PLATÃO. *Apologia de Socrates e Criton*. Lisboa: Edições 70, 2006.

POJMAN, Louis & FIESER, James. “Ethical Relativism.” Chapter 3 in: POJMAN, Louis & FIESER, James. *Ethics: Discovering Right and Wrong*. 4th edition. Belmont, CA: Wadsworth Publishing, 2001.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 6^a edição. São Paulo: Cultrix, 2000.

PÖRKSEN, Bernhard. *The Certainty of Uncertainty: Dialogues Introducing Constructivism*. Thorverton, UK: Imprint Academic, 2004.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POTTER, Jonathan & WETHERELL, Margaret. *Discourse and Social Psychology.: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage, 1987.

- POTTER, Jonathan, WETHERALL, Margaret, GILL, Ros & EDWARD, Derek "Discourse: Noun, Verb or Social Practice?" *Philosophical Psychology*, 3, p. 205-217, 1990.
- POTTIER, Bernard. *Linguistique générale*. Paris: Klincksieck, 1974.
- POWER, Camilla. "Old Wives' Tales: The Gossip Hypothesis and the Reliability of Cheap Signals." In: HURFORD, James R., STUDDERT-KENNEDY, Michael & KNIGHT, Chris (eds.). *Approaches to the Evolution of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 11-129.
- PRETI, Dino (org). *Estudos de Língua Falada: variações e confrontos* (Projetos Paralelos, 3). São Paulo: Humanitas, 1998.
- PRETI, Dino (org). *Análise de textos orais*. (Projetos Paralelos, 1). São Paulo: Humanitas, 2003.
- PRETI, Dino (org). *Diálogos na fala e na escrita: variações e confrontos* (Projetos Paralelos, 7). São Paulo: Humanitas, 2005.
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, Fapesp; 1990.
- PREVIGNANO, Carlo L. & THIBAUT, Paul J. (eds.). *Discussing Conversation Analysis. The Work of Emanuel A. Schlegloff*. Amsterdam, New York: John Benjamins, 2003.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. New York: Cosimo, 2007 [1851].
- PSATHAS, George (ed.). *Everyday Language*. New York: Irvington, 1979.
- PUTNAM, Hilary. "Two Philosophical perspectives." In: PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 49-74.
- PUTNAM, Hilary. "Introduction." In: PUTNAM, Hilary. *Realism and Reason*. (Philosophical Papers, vol. 3). Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- QUASTHOFF, Ute. "Gemeinsames Erzählen als Form und Mittel im sozialen Konflikt. Oder: Ein Ehepaar erzählt eine Geschichte." In: EHLICH, Konrad. *Erzählen im Alltag*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980, p. 109-141.
- QUINE, von, Orman, Willard. "Identidade, Ostentação e Hipóstase." In: Ryle – Austin – Quine – Strawson. Coleção Os Pensadores, vol. LII. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1989 [1953].
- RATH, Rainer. "Zur Legitimation und Einbettung von Erzählungen in Alltagsdialogen." In: SCHRÖDER, Peter & STEGER, Hugo (orgs.). *Dialogforschung*. Jahrbuch 1980 des Instituts für deutsche Sprache. Düsseldorf: Pädagogischer

Verlag Schwann, 1980, p. 265-286.

RAWLS, Anne Warfield. "The Interaction Order *Sui Generis*: Goffman's Contribution to Social Theory." *Sociological Theory*, 5, p. 136-149, 1987.

RAWLS, Anne Warfield. "Language, Self, and Social Order: A Reformulation of Goffman and Sacks." *Human Studies*, 12, p. 147-172, 1989.

RAWLS, Anne Warfield. "Emergent Sociality: A Dialectic of Commitment and Order." *Symbolic Interaction*, 13, p. 63-82, 1990.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Editora, 2002 [1971].

REBOUL, Oliver. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REDWANZ, Wolfgang. "Schritte gegen Gewalt." Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung. *Informationen zur politischen Bildung – aktuell*, 2000. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 10/09/2005]:

http://www2.bpb.de/publikationen/SCMDEA,0,0,Elemente_unterrichtlicher_Konzepte.html

REESE-SCHÄFER, Walter. *Luhmann zur Einführung*. 3ª edição revista e ampliada. Hamburg: Junius Verlag, 1999.

REICHERTZ, Jo. "Objektive Hermeneutik." In: FLICK, Uwe, *et al.* (eds.). *Handbuch Qualitative Sozialforschung*. Grundlagen, Konzepte, Methoden und Anwendungen. Weinheim: Beltz, 1995, p. 223-228.

REVEL, Judith. *Foucault. Conceitos essenciais*. São Carlos, SP: editora claraluz, 2005 [2002].

RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. "Introdução ao texto 'Footing' de Erving Goffman. In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional. Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE Editora, 1998, p. 70-71.

RITZER, George. *Toward an Integrated Paradigm: The Search for an Exemplar and an Image of the Subject Matter*. Boston: Allyn & Bacon, 1981.

RITZER, George. "The Rise of Micro-Sociological Theory." *Sociological Theory*, 3, p. 88-98, 1985.

RITZER, George. "The Micro-Macro-Link: Problems and Prospects." *Contemporary Sociology*, 17, p. 703-706, 1988a.

RITZER, George. *Sociological Theory*. 2nd edition. New York: Alfred Knopf, 1988b.

RITZER, George. "Micro-Macro Linkage in Sociological Theory." In: RITZER, George (ed.). *Frontiers of Social Theory: The New Synthesis*. New York: Columbia University Press, 1990, p. 64-79.

RITZER, George & GINDOFF, Pamela. "Agency-Structure, Micro-Macro,

Individualism-Holism-Relationism: A Meta-Theoretical Explanation of Theoretical Convergence Between the United States and Europe." In: SZTOMPKA, Piotr (ed.). *Agency and Structure: Reorienting Social Theory*. London: Gordon & Breach, 1994, p. 107-118.

RITZER, George. *Explorations in Social Theory. From Metatheorizing to Rationalization*. London: Sage, 2001.

RORTY, Richard. "Pragmatism, Relativism and Irrationalism." In: RORTY, Richard. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982, p. 160-175.

ROSCH, Eleanor. "On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories." In: MOORE, T. E. (ed.). *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press, 1973a, p. 111-144.

ROSCH, Eleanor. "Natural Categories." *Cognitive Psychology*, 4, p. 328-350, 1973b.

ROSENBERG, Alexander. *Philosophy of science: a contemporary introduction*. New York: Routledge, 2000.

ROSENBAUM, Jean B. & SUBRIN, Mayer. "The Psychology of Gossip." *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 11, p. 817-831, 1963.

ROSNOW, Ralph L. "Gossip and Marketplace Psychology." *Journal of Communication*, 27/1, p. 158-163, 1977.

ROSNOW, Ralph L. & FINE Gary A. "Inside Rumors." *Human Behavior*, 3, p. 64-68, 1974.

ROSNOW, Ralph L. & FINE, Gary A. *Rumour and Gossip. The Social Psychology of Hearsay*. New York: Elsevier, 1976.

ROSNOW, Ralph L. & GEOUGOUDI, Marianthi. "Killed by Idle Gossip: The Psychology of Small Talk." In: RUBIN, Bernard (ed.). *When Information Counts*. Lexington, MA: Lexington Books, 1985, p. 59-73.

ROULET, Eddy. "Exchanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation." *Etudes de Linguistique Appliquée*, 44, p. 7-39, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2000 [1762].

RUESCH, Jürgen & BATESON, Gregory. *Communication: The Social Matrix of Psychiatry*. New York: Norton, 1951.

RYLE, Gilbert. "The Concept of Mind." London: Hutchinson, 1949. Citado conforme tradução alemã: RYLE, Gilbert. *Der Begriff des Geistes*. Aus dem Englischen übersetzt von Kurt Baier. Stuttgart: Reclam, 1987.

RYSMAN, Alexander. "How the Gossip Became a Woman". *Journal of Communication*, 27, p. 176-180, 1977.

SABINI, John & SILVER, Maury. "A Plea for Gossip." In: SABINI, John & SILVER, Maury. *Moralities of Everyday Life*. Oxford: Oxford University Press, 1982, p. 89-107.

SACKS, Harvey. "An Initial Investigation of the Usability of Conversational Data for Doing Sociology." In: SUDNOW, David N. (ed.). *Studies in Social Interaction*. New York: Free Press, 1972a, p. 31-74.

SACKS, Harvey. "On the Analysability of Stories by Children." In: GUMPERZ, John J. & HYMES, Dell (eds.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972b, p. 325-245.

SACKS, Harvey. "Some Technical Considerations of a Dirty Joke." SCHENKEIN, Jim (ed.). *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 1978, p. 249-270.

SACKS, Harvey. "Notes on Methodology". In: ATKINSON, J. Maxwell & HERITAGE, John (eds.). *Structures of Social Action*. New York: Cambridge University Press, 1984, p. 21-27.

SACKS, Harvey. *Lectures on Conversation*. Oxford: Blackwell, 1992.

SACKS, Harvey, SCHEGLOFF, Emanuel A. & JEFFERSON, Gail. "The Simplest Systematics for the Organization of Turntaking for Conversation." *Language*, 50, p. 696-735, 1974. Também em: SCHENKEIN, Jim (ed.). *Studies in the Organisation of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 1978, p. 7-56.

SANTOS, José Manuel. "Apresentação." In: SANTOS, José Manuel. *O pensamento de Niklas Luhmann*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LusoSofia Press, 2005^a, p. 7-18.

SANTOS, José Manuel. *O pensamento de Niklas Luhmann*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, LusoSofia Press, 2005^b.

SAUNDERS, Pamela A. "Do Old Women Tell Secrets? A Linguistic Analysis of Gossip in the Discourse of Older Women." In: BUCHOLTZ, Mary (ed.). *Cultural Performances. Proceedings of the Third Berkeley Women and Language Conference, April 8, 9, and 10, 1994*. Berkeley, CA: Berkeley Women and Language Group, Univ. of California, 1994, p. 621-630.

SAUNDERS, Pamela A. "Gossip in an Older Women's Support Group: A Linguistic Analysis." In: HAMILTON, Heidi E. (ed.). *Language and Communication in Old Age: Multidisciplinary Perspectives*. New York: Garland, 1999, p. 267-293.

SCHALK, Helge. "Diskurs. Zwischen Allerweltswort und philosophischem Begriff." *Archiv für Begriffsgeschichte*, 40, p. 57-105, 1997/1998.

SCHANK, Gerd. "Über einige Regeln der Themenverwendung in natürlichen Gesprächen." *Muttersprache*, 87, p. 234-244, 1977.

SCHANK, Gerd. *Untersuchungen zum Ablauf natürlicher Dialoge*. München:

Hueber, 1981.

SCHATZKI, Theodore R. "Practices and Actions. A Wittgensteinian Critique of Bourdieu and Giddens." *Philosophy of the Social Sciences*, 27/3, p. 283-308, 1997.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Sequencing in Conversational Openings." *American Anthropologist*, 70, p. 1075-1095, 1968. Também em: GUMPERZ, John & HYMES, Dell (eds.). *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 346-380.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Notes on a Conversational Practice: Formulating Place." In: SUDNOW, David (ed.). *Studies in Social Interaction*. New York: The Free Press, 1972, p. 75-119.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Identification and Recognition in Telephone Conversation Openings." In: PSATHAS, George (ed.). *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. New York: Irvington, 1979, p. 23-78.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Preliminaries to Preliminaries. 'Can I Ask You a Question?'" *Sociological Inquiry*, 50, 3/4, p. 104-152, 1980.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "On the Organization of Sequences as a Source of 'Coherence' in Talk-in-Interaction." In: DORVAL, Bruce (ed.). *Conversational Organization and Its Development*. Norwood, NJ: Ablex Publ., 1990, p. 51-77.

SCHEGLOFF, Emmanuel A. "Reflections on Talk and Social Structure." In: BODEN, Deidre & ZIMMERMAN, Donald. *Talk and Social Structure*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1991.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "In Another Context." In: DURANTI, Alessandro & GOODWIN, Charles. *Rethinking Context*. Language as an Interactive Phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 191-228.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Confirming Allusions: Toward an Empirical Account of Action." *American Journal of Sociology*, 104/1, p. 161-216, 1996.

SCHEGLOFF, Emanuel A. "Two Ethnomethodologically Oriented Methods of Text Analysis: Membership Categorization Device Analysis and Conversation Analysis." In: TITSCHER, Stefan, MEYER, Michael, Wodak, Ruth & VETTER, Eva (orgs.). *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: Sage, 2000, p. 104-125.

SCHEGLOFF, Emanuel A. *Sequence Organization in Interaction. A Primer in Conversation Analysis. Vol 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHEGLOFF, Emanuel A. A Tutorial on Membership Categorization. *Journal of Pragmatics*, 39, p. 462-482, 2007a.

SCHEGLOFF, Emanuel A. & SACKS, Harvey. "Opening and Closings." *Semiotica*, 8, p. 289-327, 1973. Também em: TURNER, Roy (ed.). *Ethnomethodology*. Harmondsworth: Penguin Books, 1974, p. 233-264.

SCHEGLOFF, Emanuel A., SACKS, Harvey & JEFFERSON, Gail. "The Preference

for Self-correction in the Organization of Repair in Conversation.” *Language*, 53, p. 361-382, 1977.

SCHENKEIN, Jim N. (ed). *Studies in the organization of conversational interaction*. New York: Academic Press, 1978.

SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Oxford u. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SCHINDLER, Kirsten & SASAKI, Felix. “Bielefelder Workshop ‘Transkriptionen: Standards, Tools und gesprächsanalytische Anforderungen’.” *Gesprächsforschung*, 2, p. 58-66, 2001.

SCHLENKER, Barry R. *Impression Management: The Self-Concept, Social Identity, and Interpersonal Relations*. Monterey, CA: Brooks/Cole, 1980.

SCHLOBINSKI , Peter, SIEVER, Torsten & RUNKEHL, Jens. *Projekt sprache@web am Deutschen Seminar an der Universität Hannover*. Hannover: Leibnitz Universität, manuscritos, 1996. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/04/2009]: <http://www.mediensprache.net/de/medienanalyse/transcription/>

SCHLOBINSKI , Peter, SIEVER, Torsten & RUNKEHL, Jens. *CAT = Conversational Analysis Transcription. Konversationsanalytische Transkription nach Jefferson (1984)*. Hannover: Leibnitz Universität, manuscrito, 1996. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/04/2009]: <http://www.mediensprache.net/de/medienanalyse/transcription/cat/cats.pdf>

SCHLOBINSKI , Peter, SIEVER, Torsten & RUNKEHL, Jens. *DIDA-Transkriptionsrichtlinien (DIDA = Diskursdatenbank) des Institutes für deutsche Sprache (IdS)*. Hannover: Leibnitz Universität, manuscrito, 1996. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/04/2009]: <http://www.mediensprache.net/de/medienanalyse/transcription/dida/>

SCHLOBINSKI , Peter, SIEVER, Torsten & RUNKEHL, Jens. *GAT: Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem*. Hannover: Leibnitz Universität, manuscrito, 1996. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/04/2009]: <http://www.mediensprache.net/de/medienanalyse/transcription/gat/>

SCHLOBINSKI , Peter, SIEVER, Torsten & RUNKEHL, Jens. *HIAT = Halbinterpretative Arbeitstranskriptionen*. Hannover: Leibnitz Universität, manuscrito, 1996. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 20/04/2009]: <http://www.mediensprache.net/de/medienanalyse/transcription/hiat/hiat.pdf>

SCHMIDT, Thomas. “The Transcription System EXMARaLDA: An Application of the Annotation Graph Formalism as the Basis of a Database of Multilingual Spoken Discourse.” In: BIRD, Steven, BUNEMAN, Peter & LIBERMAN, Mark. (eds.). *Proceedings of the IRCS Workshop On Linguistic Databases, Philadelphia, 11 – 13 December 2001*. Institute for Research in Cognitive Science, University of

Pennsylvania, 2001, p. 219-227.

SCHMIDT, Thomas. "EXMARaLDA - ein System zur Diskurstranskription auf dem Computer." Hamburg: Universität Hamburg, Sonderforschungsbereich 538: Mehrsprachigkeit, *Arbeiten zur Mehrsprachigkeit*, Serie B (34), 2002a.

SCHMIDT, Thomas. "Gesprächstranskription auf dem Computer: das System EXMARaLDA." *Gesprächsforschung* 3, p. 1-23, 2002b.

SCHMIDT, Thomas. "Transcribing and annotating spoken language with EXMARaLDA." In: *Proceedings of the LREC-Workshop on XML based richly annotated corpora, Lisbon 2004*. Paris: ELRA, 2004a.

SCHMIDT, Thomas. "EXMARaLDA - ein Modellierungs- und Visualisierungsverfahren für die computergestützte Transkription gesprochener Sprache." In: BUCHBERGER, Ernst (ed.). *Proceedings of Konvens 2004, Schriftenreihe der Österreichischen Gesellschaft für Artificial Intelligence, Band 5*, Wien, 2004b.

SCHMIDT, Thomas. "EXMARaLDA und die Datenbank "Mehrsprachigkeit" - Konzepte und praktische Erfahrungen." In: DIPPER, Stefanie & STEDE, Manfred (eds.). *Heterogenity in Focus: Creating and Using Linguistic Databases*. ISIS (Interdisciplinary Studies on Information Structure), Working Papers of the SFB 632, Universität Potsdam, 2004.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. *Objektives Verstehen. Rekonstruktion eines Paradigmas: Gadamer, Popper, Toulmin, Luhmann*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. "Hermeneutik sozialer Systeme. Konvergenzen zwischen Systemtheorie und philosophischer Hermeneutik". In: *Zeitschrift für Soziologie*, 21, p. 420-439, 1992.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. "Hermeneutische Einzelfallrekonstruktion und funktionalanalytische Theoriebildung – Ein Versuch ihrer Verknüpfung, dargestellt am Beispiel der Interpretation eines Interviewprotokolls". In: HOFFMEYER-ZLOTNIK, Jürgen H. P. (ed.). *Analyse verbaler Daten. Über den Umgang mit qualitativen Daten*. (ZUMA-Publikationen). Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992a, p. 168-215.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. *Die Beobachtung von Kommunikation. Zur kommunikativen Konstruktion sozialen Handelns*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. "Die Analyse von Struktursicherungs-operationen als Kooperationsfeld von Konversationsanalyse, objektiver Hermeneutik und Systemtheorie." In: SUTTER, Tillman (org.). *Beobachtung verstehen, Verstehen beobachten. Perspektiven einer konstruktivistischen Hermeneutik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1997, p. 164-227.

SCHNEIDER, Wolfgang. "Der Transkriptionseditor HIAT-DOS." *Gesprächsanalyse*, 2, p. 29-33, 2001.

SCHNEIDER, Wolfgang. *DV-technische Hinweise zur Nutzung des Transkriptionsprogrammes HIAT-DOS 2.2 auf Windows-PCs*. Manuscrito. Dortmund, 2002. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 14/05/2007]: <http://www.daf.uni-muenchen.de/HIAT/HINWEISE.PDF>

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. "Systemtheorie und sequenzanalytische Forschungsmethoden." In: KALTHOFF, Herbert, HIRSCHAUER, Stefan & LINDEMANN, Gesa. (eds.). *Theoretische Empirie. Die Relevanz qualitativer Forschung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 25 pág. no manuscrito, 2008.

SCHNEUWLY, Bernard. "Genres et types de discours: considérations psychologiques et ontogénétiques." In: REUTER, Yves (ed.). *Les interactions lecture-écriture*. Peter Lang, 1994, p. 155-173.

SCHNEUWLY, Bernard. "Os gêneros escolares. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino." *Revista Brasileira de Educação*, 11, p. 5-16, 1999. Também publicado em: SCHNEUWLY, Bernard, DOLZ, Joaquim e colaboradores (eds.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 71-94.

SCHOEMANN, Ferdinand. "Gossip and Privacy". In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Kansas: University Press of Kkansas, 1994, p. 72-84.

SCHÜTTE, Wilfried. "Alltagsgespräche." In: BRINKER, Klaus, ANTOS, Gerd, HEINEMANN, Wolfgang & SAGER, Sven F. *Text und Gesprächslinguistik. / Linguistics of Text and Conversation*. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung / An International Handbook of Contemporary Research. HSK 16.2.2. Halbband. Berlin/New York: de Gruyter, 2001, p. 275-282.

SCHÜTZ, Alfred. "The Dimensions of the Social World." In: SCHÜTZ, Alfred. *Collected Papers*. Vol. 2, Studies in Social Theory. The Hague: Martinus Nijhoff, 1964, p. 20-63.

SCHÜTZ, Alfred. *Phenomenology of the Social World*. Chicago: Northwestern University Press, 1967.

SCHÜTZ, Alfred. *Gesammelte Aufsätze I: Das Problem der sozialen Wirklichkeit*. Den Haag: Nijhoff, 1971a.

SCHÜTZ, Alfred. "Wissenschaftliche Interpretation und Alltagsverständnis menschlichen Handelns." In: SCHÜTZ, Alfred. *Gesammelte Aufsätze I: Das Problem der sozialen Wirklichkeit*. Den Haag: Nijhoff, 1971b [1953].

SCHÜTZ, Alfred. "On multiple realities". In: SCHÜTZ, Alfred. *Collected Papers, vol. I*. (Maurice Natanson, ed.) The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1973.

SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Textos escolhidos de Alfred Schütz. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1970].

SCHÜTZ, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Wien: Springer. Citado conforme 6^a ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993 [1932].

SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt, vol. 1*. Neuwied: Luchterhand, 1975.

SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt, vol. 2*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. *The Structures of the Life-World, 2 vol.* Chicago: Northwestern University Press, 1989.

SCHÜTZE, Fritz. "Situation." In: AMMON, Ulrich, DITTMAR, Norbert & MATTHEIER Klaus J. (orgs.) *Soziolinguistik. Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin: de Gruyter, 1987, p. 157-164.

SCHÜTZE, Fritz. "Das Konzept der sozialen Welt im symbolischen Interaktionismus und die Wissensorganisation in modernen Komplexgesellschaften." In: KEIM, Inken & SCHÜTTE, Wilfried. (orgs.). *Soziale Welten und kommunikative Stile*. Festschrift für Werner Kallmeyer zum 60. Geburtstag. Tübingen: Narr, 2002, p. 57-84.

SCHWITALLA, Johannes. "Sprachliche Mittel der Konfliktreduzierung in Streitgesprächen." In: SCHANK, Gerd & SCHWITALLA, Johannes (eds.). *Konflikte in Gesprächen*. Tübingen: Narr, 1987, p. 99-175.

SCHWITALLA, Johannes. "Beziehungsdynamik. Kategorien für die Beschreibung der Beziehungsgestaltung sowie der Selbst- und Fremddarstellung in einem Schlichtungsgespräch." In: KALLMEYER, Werner (ed.). *Gesprächsrhetorik. Rhetorische Verfahren im Gesprächsprozeß*. Tübingen: Narr, 1996, p. 279-349.

SCHWITALLA, Johannes. "Konflikte und Verfahren ihrer Bearbeitung." In: BRINKER, Klaus, ANTOS, Gerd, HEINEMANN, Wolfgang, SAGER, Sven. *Text- und Gesprächslinguistik. 2. Halbband..* Berlin, New York, 2001, p. 1374-1382.

SCHWITALLA, Johannes & SCHANK, Gerd. *Konflikte in Gesprächen*. Tübingen: Gunter Narr, 1987.

SEARLE, John R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. "Indirect Speech Acts." In: COLE, Peter & MORGAN, Jerry L. (eds.). *Syntax and Semantics, Vol. 3, Speech Acts*. New York, 1975a, p. 59-82.

SEARLE, John R. "A Taxonomy of Illocutionary Acts." In: GUNDERSON, Keith (ed.). *Language, Mind and Knowledge*. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Vol. VII. Minneapolis, 1975b, p. 344-369.

SEARLE, John R. *The Construction of Social Reality*. New York: Free Press, 1997.

SELTING, Margret & COUPER-KUHLEN, Elisabeth. "Argumente für die Entwicklung einer interaktionalen Linguistik." *Gesprächsforschung*, 1, p. 76-95, 2000. Disponível

na *World Wide Web* [acesso: 15/05/2007]: <http://www.gespraechsforschung-ozs.de>

SELTING, Margret, AUER, Peter, BARDEN, Birgit, BERGMANN, Jörg, COUPER-KUHLEN, Elizabeth, GÜNTHER, Susanne, MEIER, Christoph, QUASTHOFF, Ute, SCHLOBINSKI, Peter, UHLMANN, Susanne. "Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem (GAT)." *Linguistische Berichte*, 173, p. 91-122, 1998.

Disponível na *World Wide Web* [acesso: 12/04/2007]:

<http://www.fbls.uni-hannover.de/sdls/schlobi/schrift/GAT/gat.pdf>

SENECAE Epistulae Morales ad Lucilium / Briefe an Lucilius, ed. e trad. Gerhard Fink. Düsseldorf: Artemis & Winkler, 2007.

SERRES, Michel. *The Troubadour of Knowledge*. Ann Harbor: The University of Michigan Press. 1997.

SEWELL, William H. "A Theory of Structure: Duality, Agency and Transformation." *American Journal of Sociology*, 98/1, p. 1-29, 1992.

SHANNON, Claude E. & WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana-Champaign: University of Illinois Press, 1949.

SHERIDAN, Richard Brinsley. *The School for Scandal and Other Plays*. Ed. Michael Corder. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SILBERMANN, Alphons. *Alle Kreter lügen*. Bergisch-Gladbach: Bastei Lübbe, 1995.

SIMMEL, Georg. *The Sociology of Georg Simmel*. Translated, edited, and with an Introduction By Kurt H. Wolff. London, New York: The Free Press of Glencoe / Collier-Macmillan Ltd., 1950.

SIMMEL, Georg. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. München, Leipzig, Berlin: Dunker & Humblot, 1968 [1908].

SINCLAIR, John McHardy & COULTHARD, Malcolm. *Towards an Analysis of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

SINGER, Wolf. *Der Beobachter im Gehirn. Essays zur Hirnforschung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2002.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Futurum zwei – "Walden Two"*: Die Vision einer aggressionsfreien Gesellschaft. Reinbek: Rowohlt, 1972.

SLADE, Diana. "Stories and Gossip in English: The Macro-structure of Casual Talk." *Prospect*, 12, p. 43-71, 1997.

SLADE, Diane & MATTHIESSEN, Christian. *Teasing and Telling Tales: Analysing Casual Conversation at Work*. International Conference: Text and Talk at Work. University of Gent, Belgium, August, 16 – 19, 2000.

SLADE, Diane. *Describing and Teaching Spoken English*. 11 Congresso Internacional da ABRALIN, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil; March 10 – 15, 2003a.

SLADE, Diane. *Describing Informal Spoken English*. For the Roundtable Discussion on Spoken English. 11 Congresso Internacional da ABRALIN, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil; March 10 – 15, 2003b.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. 2 vol. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1776].

SMITH, Laura C., LUCAS, Kenya J. & LATKIN, Carl. "Rumor and Gossip: Social Discourse on HIV and AIDS." *Anthropology & Medicine*, 6/1, p. 121-131, 1999.

SOEFFNER, Hans-Georg. "Handlung – Szene – Inszenierung. Zur Problematik des 'Rahmen-Konzeptes' bei der Analyse von Interaktionsprozessen." In: KALLMEYER, Werner (org.). *Handlungsmuster, Textsorten, Situationstypen*. Jahrbuch 1985 des Instituts für deutsche Sprache. Düsseldorf: Pädagogischer Verlag Schwann-Bagel, 1986, p. 73-91.

SOUSA, de, Ronald. "In Praise of Gossip: Indiscretion as a Sainly Virtue." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press, 1994, p. 25-33.

SOUZA, Gerlado Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Balhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 2002.

SPACKS, Patricia Meyer. *Gossip*. New York: Alfred A. Knopf, 1985.

SPENCER-BROWN, George. *Laws of Form*. London: Allan and Unwin, 1969. Tradução alemã: SPENCER-BROWN, George. *Gesetze der Form*. Lübeck: Bohmeier, 1999.

SPIEGEL, Carmen. *Streit. Eine linguistische Untersuchung verbaler Interaktionen in alltäglichen Zusammenhängen*. Tübingen: Narr (Forschungsberichte des Instituts für deutsche Sprache Bd. 75), 1995.

SPRANZ-FOGASY, Thomas. *Interaktionsprofile. Die Herausbildung individueller Handlungstypik in Gesprächen*. Radolfzell: Verlag für Gesprächsforschung, 2002. Disponível na *World Wide Web* [acesso 15/10/2008]: <http://www.verlag-gespraechsforschung.de>

SPRONDEL, Walter M. "Einleitung." In: SCHÜTZ, Alfred & PARSONS, Talcott. *Zur Theorie Sozialen Handelns. Ein Briefwechsel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977.

STEHR, Johannes, HANAK, Gerhard & STEINERT, Heinz. *Ärgernisse und Lebenskatastrophen. Über den alltäglichen Umgang mit Kriminalität*. Bielefeld: AJZ Verlag, 1989.

STEEN, Gerard. "Genres of Discourse and the Definition of Literature." *Discourse Processes*, 28, 1999, p. 109-120.

STRAUSS, Anselm. *Grundlagen qualitativer Sozialforschung*. München: Fink, 1997.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. *Basics of Qualitative Research. Grounded*

Theory Procedures and Techniques. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, J. (orgs.). *Grounded Theory in Practice*. Thousand Oaks: Sage, 1997.

STREECK, Jürgen. "Konversationsanalyse. Ein Reparaturversuch." *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, 2/1, p. 72-104, 1983.

STUBBS, Michael. *Discourse Analysis: The Sociolinguistic Analysis of Natural Language*. Chicago: Chicago University Press, 1983.

SUDNOW, David (ed). *Studies in social interaction*. New York: Free Press, 1972.

SULS, Jerry M. "Gossip and Social Comparison." *Journal of Communication*, 27, p. 164-168, 1977.

SWALES, John. *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SZCZEPEK, Beatrice. "Functional Aspects of Collaborative Productions in English Conversations." *INLIST*, 17, 2000a.

SZCZEPEK, Beatrice. "Formal Aspects of Collaborative Productions in English Conversations." *INLIST*, 21, 2000b.

SZWED, John F. "Gossip, Drinking, and Social Control: Consensus and Communication in a Newfoundland Parish." *Ethnology*, 5, p. 434-441, 1966.

TANNEN, Deborah. *You just Don't Understand: Women and Men in Conversation*. New York: William Morrow, 1990.

TANNEN, Deborah, KENDALL, Shari & GORDON, Cynthia. *Family Talk. Discourse and Identity in Four American Families*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TAYLOR, Charles. *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge: Mass.: Harvard University Press, 1989.

TAYLOR, Gabriele. "Gossip as Moral Talk." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press, 1994, p. 34-46.

TAYLOR, Talbot J. & CAMERON, Deborah. *Analysing Conversation: Rules and Units in the Structure of Talk*. Oxford: Pergamon Press, 1987.

TECHTMEIER, Bärbel. *Das Gespräch. Funktionen, Normen und Strukturen*. Berlin: Akademie Verlag, 1984.

TEN HAVE, Paul. *Doing Conversation Analysis. A Practical Guide*. Second Edition. London: Sage, 2007.

THIELE-DORMANN, Klaus. *Unter dem Siegel der Verschwiegenheit. Die Psychologie des Klatsches*. Düsseldorf: Claasen, 1975.

THIELE-DORMANN, Klaus. *Eine kleine Geschichte des Klatsches. Der Charme des Indiskreten*. Düsseldorf: Patmos Verlag, 1995.

THOMAS, Laurence. "The Logic of Gossip." In: GOODMAN, Robert F. & BEN-ZE'EV, Aaron (eds.). *Good Gossip*. Lawrence, Kansas: University of Kansas Press, 1994, p. 47-55.

THOMPSON, Geoff & COLLINS, Heloisa. "Interview with M. A. K. Halliday, Cardiff, July 1998." *D.E.L.T.A.*, 17/1, p. 131-153, 2001.

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. New York: Arnold, 1996.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995 [1990].

THORNBORROW, Joanna & MORRIS, Deborah. "Gossip as Strategy: The Management of Talk about Others on Reality TV Show 'Big Brother'." *Journal of Sociolinguistics*, 8/2, p. 246-271, 2004.

THORNBURY, Scott & SLADE, Diane. *Conversation: From Description to Pedagogy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TITSCHER, Stefan, MEYER, Michael, WODAK, Ruth & VETTER, Eva. "Two Approaches to Critical Discourse Analysis." Chapter 11 in: TITSCHER, Stefan, MEYER, Michael, WODAK, Ruth & VETTER, Eva. (eds.) *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: Sage, 2000, p. 144-170.

TODOROV, Tzvetan. "The Origin of Genres." *New Literacy History*, 8, p. 159-170, 1976.

TRACY, Karen. "Discourse Analysis in Communication." In: SCHIFFRIN, Deborah, TANNEN, Deborah & HAMILTON, Heidi E. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden: Blackwell Publ., 2001, p. 725-749.

TRASK, Robert L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução e adaptação Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

TUOMELA, Raimo. "Group Beliefs." *Synthese* 91, p. 285-318, 1992.

TURNER, Jonathan H. & BOYNS, David E. "The Return of Grand Theory." In: TURNER, Jonathan H. (ed.). *Handbook of Sociological Theory*. New York: Springer, 2001.

TURNER, Jonathan H. *Face-to-Face: A Sociological Theory of Interpersonal Behavior*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2002.

TURNER, Roy (ed.). *Ethnomethodology: Selected Readings*. Harmondsworth: Penguin, 1974.

ULLMANN-MARGALIT, Edna. "Invisible-Hand Explanations." *Synthese*, 39/2, 1978, p. 263-291.

UNSWORTH, Len (ed.). *Researching Language in Schools and Communities*.

Functional Linguistic Perspectives. London: Cassell Academic, 2000.

URBANO, Hudinilson. "Marcadores conversacionais." In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCHUSP, 1993. p. 81-101.

VAN DIJK, Teun A. "Context and Cognition: Knowledge Frames and Speech Act Comprehension." *Journal of Pragmatics*, 1, p. 211-232, 1977.

VAN DIJK, Teun A. (ed.) *Handbook of Discourse Analysis*. 4 vol. London: Academic Press, 1985.

VAN DIJK, Teun A. *Texto y contexto. Semántica y pragmática del discurso*. 3ª ed. Madrid: Cátedra, 1988.

VAN DIJK, Teun. A. "Social Cognition and Discourse." In: GILES, H. & ROBINSON, R.P. (eds.). *Handbook of Social Psychology and Language*. Chichester: Wiley, 1989, p. 163-83.

VAN DIJK, Teun A. *La ciencia del texto. Un enfoque interdisciplinario*. Con un Epílogo a la edición castellana del autor. 2ª reimpressão. Barcelona, Buenos Aires, México: ediciones PAIDOS, 1992.

VAN DIJK, Teun A. "Foundations of Critical Discourse Analysis." *Discours and Society*, 4, p. 1-40, 1993a.

VAN DIJK, Teun A. "Principles of critical discourse analysis." *Discourse & Society*, 4, p. 249-283, 1993b.

VAN DIJK, Teun A. "Editor's Foreword to Critical Discourse Analysis." *Discourse & Society*, 4/2, p. 131-132, 1993c,

VAN DIJK, Teun A. "Discourse Semantics and Ideology". *Discourse & Society*, 6/2, p. 243-289, 1995a.

VAN DIJK, Teun A. "Discourse Analysis as Ideological Analysis". In: SCHAFFNER, Christina & WENDEN, Anita (eds.). *Language and Peace*. Aldershot: Dartmouth Publishing, 1995b, p. 17-33.

VAN DIJK, Teun A. "Ideological discourse analysis." *New Courant* (English Dept, University of Helsinki), 4, 1995c, p. 135-161. Special issue *Interdisciplinary approaches to Discourse Analysis*, ed. by Eija Ventola and Anna Solin. Também publicado em: *Moara. Estudos de análise do discurso*. Out-Dez, 1996. Belem, UFPA, p. 13-45, 1996.

VAN DIJK, Teun A. "Discourse, opinions and ideologies." Paper for the Aston University Colloquium, May 16, 1995d. *Discourse and ideologies*. Special issue of *Current Issues in Language and Society*, 2/2, p. 115-145, 1995. Special issue also published as book: SCHAEFFER, Christina & HOLMES, Helen Kelly (eds.). *Discourse as Ideologies*. Clevedon: Multilingual Matters, 1996.

VAN DIJK, Teun A. *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*. (2 vols.). London: Sage, 1997a.

VAN DIJK, Teun A. "Context models and text processing." In: STAMENOW, M. (ed.). *Language Structure, Discourse and the Access to Consciousness*. Amsterdam: Benjamins, 1997b, p. 189-226.

VAN DIJK, Teun A. "Discourse as Interaction in Society." In: VAN DIJK, Teun A. (ed.). *Discourse as Social Interaction*. London: Sage, 1997c, p. 1-37.

VAN DIJK, Teun A. *Ideology. A multidisciplinary Approach*. London: Sage, 1998a.

VAN DIJK, Teun A. "Opinions and Ideologies in the Press." Paper for the Round Table on Media Discourse, Cardiff, July 8-10, 1995. Published in: BELL, Allan & GARRETT, Peter (eds.). *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998b, p. 21-63.

VAN DIJK, Teun A. "Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues. In: WAL, ter, Jessikal & VERKUYTEN, Maykel (eds.). *Comparative perspectives on racism*. Aldershot: Ashgate, 2000, p. 91-116.

VAN DIJK, Teun A. "Discourse, Ideology and Context." Paper for the 7th International Conference of Pragmatics, Budapest, July 2000. *Folia Linguistica*, XXXV/1-2, p. 11-40, 2001. (Special issue edited by Ruth Wodak).

VAN DIJK, Teun A. "Discourse, knowledge and ideology." Paper for the International LAUD Symposium on Language and Ideology. Landau, 25-28 March, 2002. Prepublished by LAUD, Essen, Germany. Published in: PÜTZ, Martin, NEFF, JoAnne & VAN DIJK, Teun A. (eds.). *Communicating Ideologies. Multidisciplinary Perspectives on Language, Discourse and Social Practice*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004, p. 5-38. Tradução port.: VAN DIJK, Teun A. "Discurso, conhecimento e ideologia: reformulando velhas questões." In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação*. Rio de Janeiro: Europa, 2003, p. 389-414.

VAN DIJK, Teun A. "Ideology and Discourse Analysis." Paper for the Symposium on Ideology, Oxford University, September 2004. *Journal of Political Ideologies*, 11, 2006, p. 115-140. Reprinted in: FREEDEN, Michael (ed.). *The meaning of ideology. Cross-disciplinary perspectives*. London: Routledge, 2007, p. 110-136.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A. "O texto: estruturas e funções. Introdução elementar à ciência do texto". In: VARGA, A. Kibédi. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Presença, s/d, p. 65-96.

VENTOLA, Eija. *The Structure of Social Interaction. A Systemic Approach to the Semiotic of Service Encounters*. London: Pinter, 1987.

VENTOLA, Eija. "Generic and Register Qualities of Texts and Their Realization." In: FRIES, Peter H. & GREGORY, Michael (eds.). *Discourse in Society: Functional Perspectives. Meaning and Choice in Language: Studies for Michael Halliday*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1995, p. 3-26.

VIANA JUNIOR, Orlando & DE LIMA-LOPES, Rodrigo E. "A perspectiva teleológica

de Martin para a análise dos gêneros textuais.” In: MEURER, José Luis., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. (org.). *Gêneros. Teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 29-45.

VICO, Giambattista. *A ciência nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1725].

VOGD, Werner. *Systemtheorie und rekonstruktive Sozialforschung – Versuch einer Brücke*. Verlag Barbara Budrich, Leverkusen, 2005.

VOLOSHINOV, Valentin. “Discourse in Life and Discourse in Poetry: Questions of Sociological Poetics.” In: SHUKMAN, Anne. *Bakhtin School Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 5-30.

VOLOSHINOV, Valentin. (Bakhtin, M.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

VOSSLER, Karl. *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft. Eine sprach-philosophische Untersuchung*. Heidelberg: Winter, 1904.

VYGOTSKY, Lev S. *Thought and Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1962. Tradução inglesa do original russo: VYKOTSKIJ, Lev S. *Myslenie i rec'*. Moskva: Socekgiz. 1934. Citado de acordo com a tradução portuguesa: VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

WAGNER, Helmut R. “Displacement of Scope: A Problem of the Relationship between Small Scale and Large Scale Sociological Theories.” *American Journal of Sociology*, 69, p. 571-584, 1964.

WALLACE, Walter. “Overview of Contemporary Sociological Theory.” In: WALLACE, Walter (ed.). *Sociological Theory*. Chicago: Chicago University Press, p. 1-59, 1969.

WALLACE, Walter. “Toward a Disciplinary Matrix in Sociology.” In: SMELSER, Neil (ed.). *Handbook of Sociology*. Newbury Park, CA: Sage, 1988, p. 23-76.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and Geoculture. Essays on the Changing World-System*. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.

WATSON, Rodney. “Catégories, Séquentialité et Ordre Social.” *Raisons Pratiques*, 5, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994.

WATSON, Rodney. “Some General Reflections on Categorization and Sequence in the Analysis of Conversation.” In: HESTER, Stephen & EGLIN, Peter (eds.). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis. Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Washington, DC: University Press of America, 1997, p. 47-76.

WATZLAWICK, Paul, BEAVIN, Janet H. & JACKSON, Don D. *Pragmatics of Human Communication: A Study of Interactional Patterns, Pathologies, and Paradoxes*. New York: W.W. Norton & Company, 1967.

WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Editada por Johannes Winckelmann, 7ª edição. Tübingen: Mohr, 1988 [1922]. Edição port.: WEBER, Max.

Ensaio sobre a teoria das ciencias sociais. São Paulo: Centauro, 2004.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie.* Tübingen: Mohr, 1922. Citado de acordo com a tradução portuguesa: WEBER, Max: *Economia e sociedade.* 2 vol. Brasília: UNB, 1999.

WEBER, Max. "Wissenschaft als Beruf." In: WEBER, Max. *Schriften 1894-1922.* Ausgewählt von Dirk Kaesler. Stuttgart: Kröner Verlag, p. 474-511, 2002 [1919].

WEINGARTEN, Elmar, SACK, Fritz & SCHENKEIN, Jim (eds.). *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.

WERT, Sarah R. & SALOVEY, Peter. "A Social Comparison Account of Gossip." *Review of General Psychology*, 8/2, p. 122-137, 2004.

WESTACOTT, Emrys. "The Ethics of Gossiping." *International Journal of Applied Philosophy*, 14/1, p. 65-90, 2000.

WESTERBARKEY, Joachim. *Das Geheimnis. Die Faszination des Verborgenen.* Leipzig: G. Kiepenheuer, 1998.

WHITE, Peter R. R. "Appraisal." In: VERSCHUEREN, Jef, ÖSTMAN, Jan-Ola, BLOMMAERT, Jan & BULCAEN, Chris. *Handbook of Pragmatics.* Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2002a.

WHITE, Peter R. R. *Appraisal – the Language of Evaluation and Intersubjective Stance.* 2002b. Disponível na *World Wide Web* [acesso: 15/01/2009]: <http://www.grammatics.com/appraisal> .

WHITE, Peter R. R. "Beyond Modality and Hedging: A Dialogic View of the Language of Interstsubjective Stance." *Text*, 23/2, p. 259-284, 2003.

WHORF, Benjamin L. *Language, Thought, and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf.* Ed. by J. B. Carroll. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1956.

WICHTER, Sigurd. "Gespräch, Diskurs und Stereotypie." *Zeitschrift für Germanistische Linguistik, ZGL*, 27/3, p. 261-284, 1999.

WIDDICOMBE, Sue & WOOLFITT, Robin (1995). *The Language of Youth Sub-Culture: Social Identity in Action.* Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1995.

WILLEMS, Herbert. *Rahmen und Habitus. Zum theoretischen und methodischen Ansatz Erving Goffmans: Vergleiche, Anschlüsse und Anwendungen.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

WILLIG, Carla. "Discursive Psychology". In: WILLIG, Carla. *Introducing Qualitative Research in Psychology.* Buckingham and Philadelphia: Open University Press, 2001, p. 87-105.

WILLIS, Paul E. *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs.* Westmead, London: Saxon House and Travistock, 1977.

- WILLKE, Helmut. *Systemtheorie I: Grundlagen*. 6^a ed. Stuttgart: Lucius & Lucius (UTB), 2000.
- WILLMOTT, Robert. "Structure, Culture and Agency: Rejecting the Current Orthodoxy of Organisation Theory." *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 27, p. 93-123, 1997.
- WILSON, David Sloane, WILCZYNSKY, Carolyn, WELLS, Alexandra, & WEISER, Laura. "Gossip and other Aspects of Language as Group-Level Adaptations." In: HEYES, Cecilia & HUBER, Ludwig. *The Evolution of Cognition* (Vienna Series in Theoretical Biology). Cambridge: MA: MIT Press, 2000, p. 347-366.
- WILSON, John. *On the Boundaries of Conversation*. Oxford, New York: Pergamon Press, 1989.
- WILSON, Peter J. "Filcher of Good Names: An Inquiry into Anthropology and Gossip." *Man*, 9/1, p. 93-102, 1974.
- WILSON, Thomas P. "Social Structure and the Sequential Organization of Interaction". In: BODEN, Deirdre & ZIMMERMANN, Don H. (eds.). *Talk and Social Structure: Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 22-43.
- WITTEK, Rafael & WIELERS, Rudi. "Gossip in Organizations." *Computational & Mathematical Organization Theory*, 4/2, p. 189-204, 1998.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 [1953].
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Logisch-Philosophische Abhandlung. Tractatus Logico-philosophicus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003 [1921].
- WODAK, Ruth. *Language, Power and Ideology*. Amsterdam: Benjamins, 1989.
- WODAK, Ruth. *Disorders of Discourse*. London: Longman, 1996.
- WODAK, Ruth. "Aspects of Critical Discourse Analysis." *Zeitschrift für Angewandte Linguistik*, 36, p. 5- 31, 2002.
- WODAK, Ruth & MEYER, Michael. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publ., 2001.
- WOOD, Linda A. & KROGER, Rolf O. *Doing Discourse Analysis. Methods for Studying Action in Talk and Text*. London, Thousand Oaks: Sage Publ., 2000.
- WOOFFITT, Robin. *Conversation Analysis and Discourse Analysis. A Comparative and Critical Introduction*. London, Thousand Oaks: Sage Publ., 2005
- WRAY, K. Brad. "Collective Belief and Acceptance." *Synthese* 00, p. 1-15, 2000.
- WRIGHT, von, Georg Henrik. *Explanation and Understanding*. London: Routledge &

Keegan Paul, 1971.

YERKOVITCH, Saly. "Gossiping as a Way of Speaking." *Journal of Communication*, 27, p. 192-196, 1977.

YNGVE, Victor H. "On Getting a Word in Edgewise. In: CAMPBELL, M. A. *Papers from the 6th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, April 16-18, 1970*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1970, p. 567-578.

YOUNG, Lynne & HARRISON, Claire. *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis. Studies in Social Change*. New York: Continuum International Publ., 2004.

ZANDWAIS, Ana. "Relações entre a fillosofia da práxis e a filosofia da linguagem sob a ótica de Mikhail Bakhtin: um discurso fundador". In: ZANDWAIS, Ana (org.). *Mikhail Bakhtin. Contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005, p. 83-100.

ZIMA, Peter V. *Theorie des Subjekts. Subjektivität und Identität zwischen Moderne und Postmoderne*. Tübingen: Francke, 2000.

ZIMMERMANN, Don H. & WEST, Candice (eds.). Special Issue: Language and social interaction. *Sociological Inquiry*, 50, 3/4, 1980.

ZIZEK, Slavoj. "O espectro da ideologia." In: ZIZEK, Slavoj. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.

ANEXO

Paulistas1

Project Name: Fofoca

Referenced file: C:\voice data\Rec2\02_Paulistas1.wav

Transcription Convention: HIAT

Comment: Transcrição de uma conversa entre três amigos (ca. de 50 anos): duas mulheres (Bia e Ivete) que se conhecem desde a infância e o marido (Tom) de uma das mulheres. A conversa ocorre num sábado à tarde, ao lado da piscina no quintal da casa do casal. As mulheres estão deitadas em espreguiçadeiras olhando para a piscina, o homem está sentado numa cadeira ao lado delas. O clima é de relaxamento e distração; Bia, a visita, está de volta de uma viagem para São Paulo e está ansiosa para contar as novidades. A transcrição inicia 15 minutos depois da chegada de Bia.

User defined attributes:

Datum: 04/04/2007

Broad Transcription:

Speakertable

LIA

Sex: f

Languages used: POR

L1: POR

Comment: Fala português culto, com acento cearense; pronuncia as palavras de um jeito muito claro, com excelente dicção e com muita facilidade; gosta de dramatizar suas contribuições.

User defined attributes:

Profissão: Professora

IVE

Sex: f

Languages used: POR

L1: POR

Comment: Fala português culto com acento cearense; tem tendência de falar rapidamente

User defined attributes:

Profissão: Médica

TOM

Sex: m

Languages used: GER

L1: GER

L2: POR

Comment: Tem forte acento de estrangeiro (alemão)

User defined attributes:

Profissão: Professor

LU

Sex: f

Comment: Filha de Ivete, 13 anos.

[1]

	0	1	2	3
LIA [v]	VALHAme deus! • TOM((1,1s)) meu DEUS do céu!			
[nn]	<i>copos estão soando</i>			

[2]

	4	5	6
LIA [v]	E/ ••• eu não quero ALcool não, senão eu vou me lascar.		
TOM [v]	Mas		

[3]

	7	8	9	10	11	12
LIA [v]	Eu sei, mas é ALcool.					•• Só um
TOM [v]	isso é VINHO.					••• Sim.

[4]

	..	13	14 15	16
LIA [v]	pouquinho. • Tá boom...		((1,0s)) A cara da Míriam	
TOM [v]	É um Merlooo.			

[5]

	17	18	19
LIA [v]	((1,2s)) Só bebo um tanto assim.		
TOM [v]	((1,2s)) Tá.		
[nn]	<i>copos estão soando</i>		

[6]

	..	20	21
LIA [v]	((2s)) Ah:::'		((3s)) Tem que ligar para
TOM [v]	((4,0s)) (tome) ((0,2s))		
[nn]	<i>(um brinde?) Tom e Lia bebem</i>		

[7]

	..	22
LIA [v]	Miriam. Se ela soubesse que estamos bebendo vinho aqui	

[8]

	..	23	2425	26	27
LIA [v]		nessa temperatura...			
LIA [k]		(rindo)		((rindo alto, 2,8s))	
IVE [v]				Ai:, diz aí/ • diz aí (sabe)	
IVE [k]		((rindo às gargalhadas, 1,8s))			

[9]

	..	28	29
LIA [v]			((rindo alto,
IVE [v]		((0,1s))/ Eu quero que/ • •	Eu quero (que
TOM [v]		A Míriam ((incompreensível, 0,2s))	

[10]

	..	30	31
LIA [v]		2,6s))	
IVE [v]		tu conte para Tom) ((0,2s)) / • Eu quero que tu conte pra	
TOM [v]		((incompreensível, 0,2s))	

[11]

	..
IVE [v]	Tom a história da comida no Edmilson, do queijo e do

[12]

	..	32	33	34
LIA [v]			Ela ensinou	
IVE [v]		vinho. Eu quero que tu conte pra Tom. Vai lá.		

[13]

	..	35	36	37	38
LIA [v]		um prato.		Não, menino	
IVE [v]		Ela, a Aline.		A Míriam?	
TOM [v]			A Aline?		

[14]

39 40 4 42 43
1

LIA [v]

É: a Míriam.

É a Mííiriam/

IVE [v]

Ah, é a Míriam. que ensinou um prato

[15]

44 45 46

LIA [v]

• • •que estava no Rio na casa do Edmilson/ que foi

IVE [v]

pra Edmilson.

[16]

.. 47 48

LIA [v]

ensinar • um macarrão • à não sei o que Aí::, fez o prato

IVE [v]

Foi?

[17]

.. 49

LIA [v]

todinho, colocou na mesa e mandou comprar o vinho que

[18]

.. 50 51

LIA [v]

ela pediu. • Aí, (aqui) tá na temperatura x • • • pra poder

[19]

.. 52 53

LIA [v]

comer. E o Edmilson lá, obedeceu todas as regras

LIA [k]

(risos).

[20]

54

LIA [v]

• • Quando foi na hora de colocar a comida na mesa foram

[21]

.. 55

LIA [v]

sentar e o Edmilson pegou o queijo ralado para botar em

[22]

	..	56	57
LIA [v]	cima do macarrão. ◡ Ela quase (o matou): "Seu BREGA!"		

[23]

	58	59	60	61
LIA [v]	Você não PODE botar queijo nesse prato. Não se faz isso!			

[24]

	62	63	64
LIA [v]	Macarrão com queijo ralado.”		Não sei. • • •
TOM [v]	Porque não?		

[25]

	..	65	66
LIA [v]	porque não pode.		Aii, botou, olhou a temperatura
TOM [k]	(rindo alto)		

[26]

	..	67	68	69
LIA [v]	do vinho estava e comeram. Ai, o Edmilson (começou a			
IVE [v]				

[27]

	..	70	71
LIA [v]	beber)		
IVE [v]	((incompreensível, 0,1s)) (houve um) termómetro		

[28]

	..	72
LIA [v]	terMÓmetro para ver se o vinho estava (nesta)	

[29]

	..	73	74	75
LIA [v]	temperatura. • • Aí, resultado: Passou um tempo, o Edmilson			

[30]

	..	76
LIA [v]	resolveu fazer um prato na casa dele. ◡ Acertou. • Aí,	

[31]

.. 77

LIA [v] quando a mesa estava posta, ele: "Eu vou fotografar para

[32]

..

LIA [v] mandar as fotos pela / pelo computador para a Míriam, ne."

[33]

..78 79 80 81

LIA [v] Aí, quando olhou tava o queijo ralado em cima da mesa.

LIA [k] (rindo)

IVE [k] (risos)

[34]

82 83 84

LIA [v] "Aai, não tira as fotos agora não! Tira o queijo de cima da

LIA [k] (rindo)

[35]

.. 85 86 87

LIA [v] mesa!••• Fotografou. ☺ Quando terminou

LIA [k]

IVE [k] (risos altos)

TOM [k] (gargalhadas)

[36]

.. 88 89 90 91 92

LIA [v] enCHEU de queijo ralado. Mas botou QUEIJO!

LIA [k] (risos altos)

IVE [k] (risos)

TOM [k] (risos)

[37]

	93	94	95	96
LIA [v]	(E tomou o vinho) BEM geladinho!			
IVE [v]	É ficou melhor, ne?			

[38]

	97
LIA [v]	"Eu vou bem beber vinho nesta temperatura (rea) que ela
IVE [v]	(risos)

[39]

	98	99
LIA [v]	manda!"	••• Ontem todo mundo no shopping
LIA [k]	(risos)	
IVE [v]		
IVE [k]	(gargalhadas)	
TOM [k]	((gargalhadas))	

[40]

	100
LIA [v]	tava frescando: "Menina, é melhor ligar para a Míriam

[41]

	101	102
LIA [v]	• pra saber se esse vinho (está na temperatura)	
LIA [k]	(rindo)	(rindo às gargalhadas)
IVE [v]		(tá na temperatura ideal. • Lia,)

[42]

	103	104	105
LIA [v]	(Ahhh)		
IVE [v]	pelo amor de Deus! ((3s))Lia, conta a história que/		

[43]

	106	107
LIA [v]	((incompreensível))	(Eu não te disse no meu

IVE [v]	(que eu não soube contar direto)
TOM [v]	(não, não, não, como é/ ela)

[44]

	..	108
LIA [v]	aniversário rolou um clima) com a Aline, mulher. Não rolou	
TOM [v]		

[45]

	..	109	110
LIA [v]	um • pega com as duas.	Porque a Aline arrastou	
LIA [k]		(rápido)	
IVE [v]	O que?		

[46]

	111	112	113
LIA [v]	uma cadeira no restaurante.	Minha filha:	
IVE [v]	Não acredito não.		

[47]

	114	115	116	117
LIA [v]	"AVE que coisa ri-dí-cula! Todo mundo olhando!"			

[48]

	..	118	119
LIA [v]	(Arrastando essa cadeira) e a Aline: "DAÍ!ARRASTO!"		

[49]

	120	121	122
LIA [v]	e arrastou: DA – BA – BA!E arrastou a cadeira de novo.		

[50]

	123	124	125
LIA [k]	(risos)		
IVE [v]	(Não acredito)	Eu não acredito não!	
IVE [k]	(rindo)	(rindo às gargalhadas)	

[51]

126 127 128

LIA [v] Minha filha, o restaurante • chiQUÉRrimo, todo escuro

[52]

129 130 131 132

LIA [v] Aah! Vai arrastar!

IVE [v] Não pode arrastar a cadeira? E era TEU

[53]

133 134 135

LIA [v] ERA! Que ela não tinha sido convidada.

IVE [v] aniversário

[54]

136 137

LIA [v] ((incompreensível))

IVE [v] (Porque é que tu não disse:) "Aline, arrasta a cadeira!"

[55]

138 139

LIA [v] Mas não é não. Vou te dizer qual foi a raiva que eu tive.

[56]

140 141

LIA [v] Eu disse: "Morão, (ele esquece) que fazer dia de

[57]

.. 142

LIA [v] aniversário, nós quatro estamos viajando. Eu só quero uma

[58]

.. 143 144

LIA [v] coisa: ir jantar fora, depois eu quero ir dançar." • Como o

[59]

..

LIA [v] Júlio ia viajar para Buenos Aires às sete horas de manhã,

[60]

145 146 147

LIA [v] o Júlio disse: "Eu vou jantar e volto para o hotel. Vai

[61]

.. 148

LIA [v] dançar com Morão e de manhã chegue aqui para me

LIA [k] (rindo)

[62]

.. 149 150 151

LIA [v] levar para o aeroporto." Entendeu? Eu disse: "Pronto!"

LIA [k]

IVE [v] Foi?

[63]

152 153

LIA [v] • Pois, eu tava com o Morão quando ela telefonou: "Olha

[64]

..

LIA [v] amanha é o aniversário da Lia. Já está tudo

[65]

.. 154 155

LIA [v] combinado." Aí, eu disse: "Combinado o que, Morão?"

[66]

156

LIA [v] "Não, ela arranjou. • o restaurante que vai ligar pra

[67]

.. 157 158

LIA [v] Míriam. Aí, já tem reserva nesse restaurante." (Eu disse:

[68]

.. 159 160 161 162

LIA [v] "Sugestão de quem?") "Da MíRiam." Aí, eu peguei e

IVE [v] Puta /

[69]

.. 163 164

LIA [v] fiquei calada. la dizer o que, ne? • E quando chegou lá,

[70]

.. 165 166 167

LIA [v] mulher, mmh, • um restaurante daquiii • lá para a Av.

[71]

.. 168 169

LIA [v] Robério Santos • • o comprimento. Todo escuro. À luz de

[72]

.. 170 171

LIA [v] vela. Cheio de casal de namorado, Ivete. Era/ era/ não era

[73]

.. 172

LIA [v] o lugar que eu queria ir. • • (Cadê que a gente podia
LIA [k] (falando rápido)

[74]

.. 173 174 175 176

LIA [v] conversar) DEsse jeito. (HEpa!) "Não fala

LIA [k]**IVE [k]**

(risos altos)

TOM [k]

(gargalhadas)

[75]

177 178 179 180 181

LIA [v] ALto!" "Eu falo ALTO que eu sou é professora."

IVE [k]

(risos altos)

TOM [k]

(rindo às

[76]

.. 182

LIA [v]	((incompreensível)) Ora, porra, vou pra um canto não
IVE [k]	
TOM [k]	gargalhadas)

[77]

.. 183 184

LIA [v]	posso arrastar uma cadeira • não posso comer • eu não
----------------	---

[78]

.. 185 186

LIA [v]	posso falar
IVE [v]	Sim, se é tão grande desse jeito o povo ia lá olhar.

[79]

187

LIA [v]	Mulher, o povo/ quem é que olha pra ninguém em São
----------------	--

[80]

.. 188

LIA [v]	Paulo, mulher. A criatura preocupada com a arrastada da
----------------	---

[81]

.. 189

LIA [v]	cadeira/ porque a Aline arrastou a cadeira
IVE [v]	É muito cafona.

[82]

190 191

LIA [v]	Aí,
IVE [v]	• • É assim Lia, o ser/ ela saiu do sertão, mas o sertão não

[83]

.. 192

LIA [v]	(ela se sentindo o máximo) e o Morão dá corda
IVE [v]	saiu dela.

[84]

.. 193

LIA [v] ((incompreensível, 0,3s): "Vocês querem uma sugestão

[85]

.. 194 195

LIA [v] (pra vinho)?" Aí, o Morão: "Ahh, mas não tem pessoa

[86]

196 197

LIA [v] MAIS adequada para sugerir o vinho do que você nesta

[87]

.. 198 199

LIA [v] mesa."Aí, (ela encheu). Aí, sugeriu um vinho lá chileno/ um

[88]

.. 200 201

LIA [v] vinho muito bom • • e sugeri o prato. Aí, eu não quis jantar

[89]

.. 202

LIA [v] porque tinha almoçado massa e estava cheia. Aí, fui pedir

[90]

.. 203 204

LIA [v] uma salada, a PIOR salada que já comi em toda a minha

[91]

.. 205 206 207

LIA [v] vida. Só tomate e alface. Aaave Mária! Que salada

[92]

.. 208 209

LIA [v] horrorosa, pobre. Eu (pensando que era uma salada**IVE [v]** Realmente.

[93]

.. 210 211

LIA [v] tipo aquele do "Dona", ne. Eu nem comi. Deu umas duas

[94]

.. 212

LIA [v] garrafada e fiquei lá. Aí, ela sugeriu lá uns pratos, só que

[95]

.. 213 214

LIA [v] pedindo opinião. Se tinham gostado e tal. • Mas assim,

[96]

.. 215 216

LIA [v] cheio de regra.

IVE [v] • Ah meu Deus. • • Não Lia, eu não soube

[97]

..

IVE [v] contar direto pra Tom a história do apartamento do Morão,

[98]

.. 217

IVE [v] aquele que a Aline foi lá/ a história do/ da

[99]

.. 218 219

LIA [v] Ela disse: "Lindinho/"

IVE [v] arquiteta. Como foi que ela disse?

TOM [v] Ah, lá em

[100]

.. 220 221

LIA [v]

IVE [v] não aqui, o Morão comprou um apartamento.

TOM [v] em Ah, aqui?

[101]

222 223

IVE [v] Não, mas como é a

TOM [v] Você não falou que era em Sa/ em em

[102]

	..	224	225
LIA [v]		(a mesma pessoa,)	a arquiteta que/ que/
IVE [v]		história? O Morão conhece a creatu/	

[103]

	..		226
LIA [v]		que projetou lá, é muito amigo e veio fazer aqui. Aí, ela/	

[104]

	..		
LIA [v]		ele trouxe/ ela trouxe todo o pessoal que trabalha.	

[105]

	227	228	
LIA [v]		Ela conhece os marceneiros. Eles vieram e passaram	

[106]

	..		229
LIA [v]		acho que um mês dentro da casa do Morão, • • fazendo os	

[107]

	..		230
LIA [v]		móveis do jeito que ela tinha idealizado.	
IVE [v]			Porque o povo

[108]

	..	231	232
LIA [v]			É de láá.
IVE [v]		ela conhece é de lá, (não é) .	(Ruim se pegar uma

[109]

	..		
IVE [v]		pessoa daqui que não fizesse que ela/ o que ela queria.	

[110]

	233	234	235
LIA [v]		Éhh. E ela conhece o serviço, ne. • E ela veio duas vezes	

[111]

.. 236

LIA [v] no período que ele estava aqui trabalhando. Aí, ela foi ver

[112]

.. 237

LIA [v] o apartamento. Quando chegou lá que viu (o padrão do

[113]

.. 238

LIA [v] apartamento tal:) "Isso aqui não foi feito por ninguém (de

[114]

.. 239

LIA [v] São Luís). Não ta vendo que tem ninguém em São Luís

[115]

.. 240 241

LIA [v] (que faz um negócio/) faz um negócio desse

IVE [v] (Que)

[116]

.. 242 243

LIA [v] Aí, o Morão disse assim:

IVE [v] ((incompreensível, 3s)) Tu acredita?

[117]

244

LIA [v] "(Aline) pelo amor de Deus, você tá me chamando de

[118]

.. 245 246

LIA [v] (mentiroso)? "Ahh, lindinho, inventa outra" Ela não tá toda

[119]

.. 247248 249

LIA [v] paulista, ne. "Ah, lindinho, inventa outra. Tá vendo isso

IVE [v] É.

[120]

..

LIA [v] aqui não é gente de São Luís que faz uma coisa dessa."

[121]

250 251 252 253

LIA [v] Aí, eu digo: "Valha me Nossa Senhora!"
IVE [v] Tu já pensou.
TOM [k] (risos)

[122]

.. 254 255 256

LIA [v] (E o Morão) disse: "Foi/ foi de São Luís, Aline." Porque

[123]

..

LIA [v] ele fez a mesa, Ivete, realmente, se ele colocasse as

[124]

.. 257

LIA [v] cadeiras ia ficar tomando/ aquelas cadeiras (altas que

[125]

.. 258

LIA [v] ficam tomando espaço) e aí, ela sugeriu • uma/ um

[126]

.. 259 260

LIA [v] banco. • Ficou lindo! / Um banco de couro de jacaré.
IVE [v] Sei.

[127]

261

LIA [v] E o banco é maravilhoso. Cabe quatro pessoas no

[128]

	..	262	263
LIA [v]		banco.	Sim. Pra sentar a
IVE [v]		Aquele banco tipo alemão, ne?	

[129]

	..	264	265
LIA [v]		mesa, inteiro. Aí, ela virou e disse que o Morão não tinha	
IVE [v]		Inteiro.	

[130]

	..	266	267
LIA [v]		comprado lá em São Luís. Ele disse: "Foi sim, um jacaré	
LIA [k]			(rindo)
IVE [k]			(gargalhadas)
TOM [k]			(gargalhadas)

[131]

	..	268	269
LIA [v]		de São Luís!"	
LIA [k]			(gargalhadas)
IVE [k]			
TOM [v]			O jacaré pode ser de São Luís,
TOM [k]			

[132]

	270271	272	273
LIA [v]		Eeh! o arquiteto foi (incompreensível, 0,2s) é/	
IVE [v]			E/ (São Luís
TOM [v]		mas o arquiteto foi (paulista)	
TOM [k]			(riso)

[133]

	..	274
LIA [v]		

IVE [v] tem mais jacaré do que não sei nem o que. Basta dar um
TOM [k]

[134]

.. 275 276

IVE [v] passeio pelo rio Parnaíba, ali Terezinha / até no Piauí tem

[135]

.. 277 278

LIA [v] Que é/ qual é o problema? Ninguém em São Luís
IVE [v] (jacaré).

[136]

.. 279

LIA [v] pode trabalhar bem não? ••• É por que tem que ser de

[137]

.. 280 281

LIA [v] São Paulo. (Se não for de São Paulo não presta). ((2s))

[138]

282 283

LIA [v] Por isso que a Mariana tá certa: ela se tornou uma

[139]

.. 284 285

LIA [v] paulista INSUPORTÁVEL!
IVE [v] Não/ ••• Lia, meu pai era paulista.

[140]

286 287

IVE [v] ((3s)) mas nunca foi insuportável. Muito pelo contrário.

[141]

288 289 290

LIA [v] Pelo amor de Deus.
IVE [v] ••• Isso eu chamo de gente IMBECIL!

[142]

	291	292	293
IVE [v]	Ela e a Mafalda! • • Em Fortaleza, querido/		
TOM [v]	E a Mafalda mora junto		

[143]

	..	294	295	296
LIA [v]	Não.			
IVE [v]	Não. Em Fortaleza/ É o seguinte			
TOM [v]	com (ela)?		E a Mafalda tá em São	

[144]

	..	297	298	299
IVE [v]	Tá. Presta atenção! Passou o Ano Novo			
TOM [v]	Paulo também?		(Mas elas se	

[145]

	..	300	301	302
IVE [v]	SOZINHA/Presta atenção / A nossa Mafalda.			
TOM [v]	separaram?)			

[146]

	303	304
LIA [v]	Sozinha, na Avenida Paulista com uma	
TOM [v]	Dig_ aí, Lia!	

[147]

	..	305	306
LIA [v]	garrafa de champanhe na mão.		
IVE [v]	SOZINHA! Ela mora em		

[148]

	..	307	308	309
IVE [v]	São Paulo há mais de dez anos. Não tem UM cristão que			

[149]

	..	310	311
IVE [v]		diga: "SEM VERGONHA, venha aqui passar o Ano Novo	

[150]

	..	312	
LIA [v]		Mas, Ivete, é porque não tem (cris/ cristão que	
IVE [v]		comigo!"	

[151]

	..	313	314315	316
LIA [v]		suporte)as três!	As três (insuportáveis)	
IVE [v]		(Pois é) • SOZINHA! SOZINHA!		

[152]

	317	318	319
LIA [v]	e/ e • • e entre si	não se suportam.	
IVE [v]	Na Avenida Paulista.	Elas não se	

[153]

	..	320	321	322
LIA [v]		Éeeeh		
IVE [v]		suportam entre elas.	E não tem ninguém que	
TOM [v]			Por que "as	

[154]

	..	323	324	325
IVE [v]		suporta A Miriam, a Mafalda e a Aline.		
TOM [v]		três"?	Ah, a Miriam. Tá certo.	

[155]

	326	327	328
IVE [v]	((2s)) Agora já tá no quarto apartamento/		Oi, filha!
LU [v]		Mãe!	

[156]

	329	330	331
LIA [v]			Ola, Luluzinha!
IVE [v]		Tu deu?	
LU [v]	Mãe meu ((incompreensível))		

[157]

	332	333	334
LIA [v]	Tu tá curtindo as férias?		
IVE [v]		(Passa não)	
LU [v]	((incompreensível)) chorou.		

[158]

	..		335
IVE [v]			(Ohhh).
LU [v]	((incompreensível)) chorou quando fui me embora.		

[159]

	336		
LU [v]	Foi, ele tava atrás ((incompreensível)), (fazendo)		

[160]

	..	337	338
LU [v]	((incompreensível)). Quando fui embora ele não queria		

[161]

	..		339
LU [v]	sair (de trás) ((incompreensível)) (e fui,) ele • voltava, eu		

[162]

	..		340
LU [v]	ia, ele voltava. ((incompreensível)) Ohh, ele tá chorando,		

[163]

	..		341
LU [v]	((incompreensível)) ((3s)) E/ Eu vou ligar para Tia Zuila		

[164]

..
LU [v] mais tarde pra ver se dá pra ela vir pra tomar um banho

[165]

.. 342 343
IVE [v] E tô
LU [v] de piscina. Tu ((incompreensível)) a piscina!

[166]

.. 344
IVE [v] esperaando para poder ((incompreensível)). Eu botei

[167]

.. 345
LIA [v]
IVE [v] ((incompreensível)) e agora ((incompreensível)).

[168]

.. 346
LIA [v] ((incompreensível)) pra falar com a Míriam tem que falar
IVE [v] ((incompreensível))

[169]

.. 347 348
LIA [v] no ouvido dela Porque ninguém pode falar
IVE [v]
LU [v] (Qual)

[170]

..
LU [v] ((incompreensível)) vem mais de alguém

[171]

	..	349350
LIA [v]		(risos)
LU [v]	((incompreensível))	pra jogar baralho? Quem é que

[172]

	..	351	352	353
LIA [v]				a caMILLA!
IVE [v]		Vamo arranjar alguém.		
LU [v]	vem?			A Camilla?

[173]

	354	355	356	357
IVE [v]	Ela viajou.		Foi pra/	
LU [v]		Foi pra onde?	Ohh, tu não vai ficar	

[174]

	..
LU [v]	morena só em uma perna porque na outra

[175]

	..	358	359
LIA [v]		Viiixe, Luluzinha, é mesmo, oh. ••	
LU [v]	((incompreensível))		

[176]

	..	360	361
LIA [v]	Tem que tirar ((incompreensível))		
LIA [k]			(riso)
IVE [v]		••• É ma/ mas/	
IVE [k]			(riso)

[177]

	362	363	364
LIA [k]			
IVE [v]	A Luluzinha!		

IVE [k]	(risos)
LU [v]	• • ((incompreensível)) sombra aqui.

[178]

365

LU [v]	Eu quero ((incompreensível)) piscina, mas agora
---------------	---

[179]

..

366

367

IVE [v]	Agora dá não. Você agora nem pensa.
LU [v]	((incompreensível))

[180]

368

369

370

371

372

373

LIA [v]	Mas, Ivete, o
IVE [v]	• Cião! Olha a curvatura! O (grau)!
LU [v]	Cião.

[181]

..

LIA [v]	Edmilson me disse que nunca mais vai botar os pés na casa
----------------	---

[182]

..

374

375

LIA [v]	da Miriam. Porque ele disse que não aguenta
IVE [v]	Ei, foi?

[183]

..

376 377

378

LIA [v]	((incompreensível)) ELA((incompreensível))
IVE [v]	Eii, éhh?

[184]

379

380

381

382

383

IVE [v]	luluZINHA! luluZINHA!	VEM CÁ!(Olha) o
LU [v]	O queeee?	
[nn]		(ouve-se um papagaio)

[185]

	..	384	385	386	387
LIA [k]			(riso)		
IVE [v]		papagaio • tem ódio.	VEM CÁ!		Minha filha
LU [v]			Que foi?		
[nn]		<i>no fundo)</i>			

[186]

	..	388
IVE [v]		pega a chave do banheiro, pega aí na/ na sua avô,

[187]

	389	390
LIA [v]		Aí, • ela ((3s))
IVE [v]		pega • a chave do banheiro.

[188]

	..	391	392	393
LIA [v]		((incompreensível))	((incompreensível))	Como é? Domingo
LU [v]		((incompreensível))		

[189]

	..	
LIA [v]		você chega lá/ • chega sabado de manha, tem que ir pra/

[190]

	..	394
LIA [v]		onde ela quer ir, ne. "Ahh, vamo" ao lugar tal, lugar tal, lugar

[191]

	..	395
LIA [v]		tal, almoço tá tal hora. • Tal hora tem que ser ópera, tal ou

[192]

	..	396
LIA [v]		peça tal (ou sei o que.)_DeterMI na TUdo. • Aí, quando é o

[193]

..

LIA [v] domingo, minha filha, acorda, toma café da manhã

[194]

397 398 399 400

LIA [v] • aí, diz que ela peça TODOS os jornais.

[195]

..

LIA [v] ((incompreensível)) não pode dar uma palavra, (aí),

[196]

.. 401 402

LIA [v] calado. Aí, o Edmilson diz: "Ave Maria, não aguento não."
IVE [v] Valha me São Benedito!

[197]

403 404 405 406

LIA [v] Aí, lê até duas horas à tarde. Se FALAR/ trocar uma

[198]

.. 407 408 409

LIA [v] palavra e El de você se (trocar)
IVE [v] Porque

[199]

.. 410 411

LIA [v] (E) o Edmilson ((incompreensível))
IVE [v] ((incompreensível)). (não sabe) conviver

[200]

.. 412

LIA [v] entrando no esquema dela ((incompreensível))
IVE [v] com gente

[201]

.. 413

LIA [v] (vai instalar) dentro do quarto. Quando tá duas horas à

[202]

.. 414 415

LIA [v] tarde, • aí, vamo ((incompreensível)) a comida.**LU [v]** Oh, Mãe, a

[203]

.. 416

TOM [v] ((incompreensível)) (é) o**LU [v]** ((incompreensível)) tá aqui.

[204]

.. 417

TOM [v] comportamento de ermitão como o Bellini**LU [v]** Mãe, tem que encher a boia.

[205]

.. 418

TOM [v] ((incompreensível)) Bellini ((incompreensível))**LU [v]** • Mãe tem que encher o

[206]

.. 419

TOM [v] aquele/ aquele conhecido meu que a gente foi lá em/**LU [v]** colchão.

[207]

420 421 422

IVE [v] Luluzina, ombro, Luluzinha!**TOM [v]** ((3s)) em Salvador. Ele um dos

[208]

.. 423 424

IVE [v] ((incompreensível)) É uma Míriam.**TOM [v]** mais famosos/mais famosos, [cientistas]mas do mundo inteiro

[209]

425

IVE [v] A Míriam vai ser como ele (porque) ele é bem mais velho.

[210]

426

427

TOM [v] Ele tem uma obra, assiiim/

TOM [nv] *(mostra tamanho da obra com as duas mãos)*

[211]

428

429

430

TOM [v] • ele escreveu livros, sabe • • ((incompreensível)) E o cara

[212]

..

431

432

433

IVE [v] Ave Maria!

TOM [v] você vai lá/ a gente chegou a primeira coisa foi/ • ele não

[213]

..

434

435

436

LIA [v] Ave!

IVE [v] Ele não toma banho.

TOM [v] toma banho. Entendeu? Ele deu um seminário

[214]

..

437

TOM [v] ((incompreensível)) Ele deu um seminário de uma semana

[215]

..438

TOM [v] • quando você entrou na sala de/ desse seminário no

[216]

..

439

440

IVE [v] Ele não toma banho.

TOM [v] congresso ((incompreensível)) Ele não

[217]

..

441 442

IVE [v]	
TOM [v]	toma banho. DIA e noite o mesmo tenis, mesma meia,
[218]	.. 443 444 445
IVE [v]	Camiseta!
TOM [v]	mesma bermuda, mesma camisa como eu aqui / dentro
[219]	.. 446 447
TOM [v]	da/ CAMISETA! dentro do centro do congresso
[220]	.. 448 449
LIA [v]	Não tem/ Não tem
TOM [v]	internacional. ((2s)) Uma semana sem trocar!
[221]	.. 450 451
LIA [v]	condição de ((incompreensível))
TOM [v]	(E nós dois fomos) convidados na casa dele.
[222]	452 453
IVE [v]	Chamou o Tom.
TOM [v]	Eu já não queria ir, mas tem que ((incompreensível))
[223]	.. 454 455
IVE [v]	((incompreensível)) ((incompreensível)) na semana que a
TOM [v]	((incompreensível))
[224]	.. 456
IVE [v]	gente tava ((incompreensível))
TOM [v]	Quando eu cheguei,

[225]

	457		458
IVE [v]			cerveja
TOM [v]	primeiro ele serviu a cada um de nós uma cer veja		

[226]

	459	460	461	462
IVE [v]		com canudo		dentro da cerveja
TOM [v]	na lata, quente, com canudo ••• quente			

[227]

	463	464	465
LIA [v]	Deus me livre! ((incompreensível))		
TOM [v]	E depois a gente sentava. Ele fez/ olha,		

[228]

	..	466	467	468
LIA [v]				
IVE [v]		Se preparou		É.
TOM [v]	porque ele realmente, ele é uma pessoa GENEROSA			

[229]

	469	470
TOM [v]	Sabe, ele não/ ele dá o que você quer ele lhe dá. Todas as	

[230]

	..	471
TOM [v]	obras do Victor Hugo, “Voce quer? Aqui (pode levar“)	

[231]

	472	473
IVE [v]		•• Ele (chegou)/ ele ((incompreensível))
TOM [v]	É assim, sabe. •• Ele fez compra ((incompreensível))	

[232]

	474
TOM [v]	Ele fez compra, ele comprou, mas só coisas importadas.

[233]

475

476

IVE [v]

Ele é italiano.

TOM [v]

Ele queira fazer uma comida como na Italia.

[234]

477

478

TOM [v]

Ele é italiano, sabe. Então, ele comprou as coisas mais

[235]

..

TOM [v]

caras que você vai encontrar em Salvador no shopping

[236]

..

479

TOM [v]

mais caro de Salvador. Quando a gente chegou aí,

[237]

..

TOM [v]

((incompreensível)) fez três o quatro •

[238]

..

480

IVE [v]**TOM [v]**

((incompreensível)) com salada, com, com, ah, com tudo

[239]

..

481

IVE [v]

((incompreensível)) dentro da salada ((incompreensível))

TOM [v]

[240]

482483

484

TOM [v]

A PRINCIPAL era um filé • de gado feito com/ com, sei lá,

[241]

485 486 487 488

LIA [v]	E ele cozinhou?
IVE [v]	Sei lá!
TOM [v]	com um molho. Não! Pois, ele cozinhou e

[242]

.. 489 490 491 492

LIA [v]	Ainda tem esPOsa?
TOM [v]	a esposa dele. Aí, quando ele ((incompreensível)) Uma

[243]

493 494 495 496

LIA [v]	Não! Não acredito. Quanto
TOM [v]	LINDA brasileira de vinte anos. ((incompreensível))

[244]

.. 497

LIA [v]	é a conta bancária dele? (Pois) pra aguentar esse porrê,
TOM [v]	Eheh/

[245]

.. 498 499 500

LIA [v]	ahhh.
TOM [v]	Pois é. Não agora, o melhor vem, Lia: ei, a hora que

[246]

.. 501

TOM [v]	era pra cortar a carne, sabe o que o cara fez? (riso)
----------------	---

[247]

502 503

IVE [v]	
TOM [v]	• Ele pegou com as mãos o filé dentro da panela/

[248]

	..	504
IVE [v]	(incompreensível) com as mãos.	
TOM [v]	Assim na mão, • • o	

[249]

	..	505	506
IVE [v]	Eu olhei pra Toom/		
TOM [v]	molho (escorrendo), uma tesoura de papél • • krk krk		

[250]

	..	507	508	509	510
LIA [v]	GENTE, eu não acredito não!				
IVE [v]					
TOM [v]	krk (cortado).				
TOM [k]	(risos)				

[251]

	..	511	512
LIA [v]	((incompreensível)) comer?		
IVE [v]	((incompreensível))		
TOM [v]	((incompreensível))		
TOM [k]	(gargalhadas)		

[252]

	513	514
IVE [v]	Não, olhe a gente ((incompreensível)) (para a gente	
TOM [v]	A gen/	

[253]

	..	515	516	517
IVE [v]	cortando) Cada um cortando ((incompreensível)) E eu já			
TOM [v]	Cortando com faca.			

[254]

	..	518	519
--	----	-----	-----

IVE [v] tinha comido. O Tom também. (Eu disse): "Oh, estamos

[255]

.. 520 521 522 523

IVE [v] satisfeito. Muito obrigada." Quando

TOM [v] E só comemos salada e maçã. Ele

TOM [k] (risos)

[256]

.. 524 525

IVE [v] eu vi, eu disse, "Tom, pelo amor de Deus,

TOM [v] ((incompreensível)) ((incompreensível))

[257]

526 527

IVE [v] Tom, pelo amor de Deus."

TOM [v] O cabra não toma banho há

[258]

.. 528

LIA [v] Ei que nojo!

TOM [v] uma semana e pega a carne com a mão.

TOM [k] (risos)

[259]

529 530

LIA [v] Essa salada, ((incompreensível))?

IVE [v] Não, foi tudo ela.

[260]

531

IVE [v] Ele chegou/ a gente comeu porque sabe que foi ela

[261]

..

IVE [v] porque ele chegou • exatamente com ((incompreensível)).

[262]

	.. 532	533
LIA [v]	Como é que essa mulher no, no/ (aguenta)?	
IVE [v]		
TOM [v]	(Não),	

[263]

	534	535
LIA [v]		("Tá com
IVE [v]	((incompreensível)) porque ela é do interior.	
TOM [v]	((incompreensível))	Do interior, ela

[264]

	..	536
LIA [v]	cheiro, muita GOSTA!") ((incompreensível))	
IVE [v]		O cheiro
TOM [v]	está acostumada a cheiro forte/	

[265]

	..	
IVE [v]	((incompreensível)) o cheiro do interior ((incompreensível))	

[266]

	..	537
LIA [v]		
IVE [v]	ela ficou com ele. Criatura, morei em Salvador,	

[267]

	..	
LIA [v]		
IVE [v]	((incompreensível)) quando eu olhei, eu fiquei (duro na	

[268]

	..	538
LIA [v]		
IVE [v]	cadeira).Aliás, eu nem olhei pra Tom, ne, porque se eu	

[269]

.. 539

IVE [v] olho pra Tom • •**TOM [v]** • Tu tem que imaginar agora, ele fala

[270]

..

TOM [v] com você sobre • ahm, Mozart, A Flauta Mágica do

[271]

.. 540 541 542

IVE [v] Agora esse homem tem dois metros de**TOM [v]** Mozart, a apresentação em NOVENTA e quatro

[272]

.. 543 544

IVE [v] altura**TOM [v]** em Nova York, lá na Filarmônica. Foi a melhor do

[273]

.. 545 546 547

TOM [v] século. Ele assistiu. Ele tem o CD e o vídeo. Ele

[274]

.. 548 549

IVE [v] Não, a primeira**TOM [v]** ((incompreensível)), ele sabe (a nota)/

[275]

.. 550 551

IVE [v] coisa que eu ((incompreensível)). Eu achei (terrível)**TOM [v]** DEPOIS ((incompreensível)). Aquele final, no (ritmo)/

[276]

552 553

IVE [v] Não, peraí!**TOM [v]** Tudo isso ele tem na cabeça e ao mesmo

[277]

.. 554 555 556

LIA [v] ((incompreensível))
IVE [v] Ele é troglodita. Lia, quando eu cheguei lá/
TOM [v] tempo ele corta a carne.
TOM [k] (risos)

[278]

.. 557

LIA [v]
IVE [v] Não, quando eu cheguei lá eu digo: "Tom, tu viu onde

[279]

.. 558

IVE [v] (ele) botou a máquina de lavar roupa? ...
TOM [v]

[280]

.. 559

IVE [v] Aí, o Tom disse: "Não", porque homen
TOM [v] ((incompreensível))

[281]

.. 560

IVE [v] não olha pra essas coisas. Era trepada em cima do balcão.

[282]

561 562

LIA [k] (riso)
IVE [v] ... Como é que essa mulher bota roupa pra lavar?
TOM [k] (riso)

[283]

563 564

LIA [k] (riso)
IVE [v] Ela deve trepar uma escada, abrir a máquina

[284]

.. 565 566 567

LIA [k]**IVE [v]**

((incompreensível)) Um balcão DESTA tamanho, a

[285]

.. 568

LIA [v]

Vaalha...

IVE [v]

máquina de lavar roupa lá em cima. •• Eu nunca tinha

[286]

.. 569

LIA [v]**IVE [v]**

visto isso na minha vida e o Tom: "Não, filha!" Pois presta

[287]

.. 570

IVE [v]

atenção!••• Onde é que tá a máquina de lavar roupa.

[288]

571 572 573

IVE [v]

((2s)) E ela não podia trocar nada da casa. NADA! Eu

[289]

.. 574

IVE [v]

disse: "Como é que tu lava a roupa?" Eu perguntei pra ela.

[290]

..575

IVE [v]

Ela disse: "E/ eu boto uma/ um cavalete pra botar roupa

[291]

.. 576

IVE [v]

dentro da máquina." A máquina lá em cima •• como se

[292]

.. 577

LIA [v]

Ele é LOUco.

IVE [v]

fosse uma pia de cozinha, um balcão...

[293]

578 579

LIA [v] Pra que ele ((incompreensível)) da máquina?
IVE [v] Quem é que

[294]

.. 580 581 582

IVE [v] sabe, mulher. o MICROONDA em cima da
TOM [v] Não ele...

[295]

.. 583 584

LIA [v] ((5s))
IVE [v] televisão, ehnh! O microonda em cima televisão!

[296]

585 586 587

LIA [v] NÃO!
IVE [v] Mas é assim! Modelo Belli/ e/ ele é •
TOM [v] Agora ele tá na ((incompreensível))

[297]

.. 588

IVE [v] uma pessoa que vive só ((incompreensível)). Só que ele
TOM [v]

[298]

.. 589

IVE [v] tem sessenta anos. A Míriam, tudo bem que ela não vai

[299]

.. 590 591

IVE [v] fatiar uma carne com a mão. ((2s)) Ela não vai
TOM [v] Ele (deve ter) mais que sessenta e (tem pelos

[300]

.. 592

IVE [v]	fatiar uma carne com a mão nem vai botar ... É, mas é o o
TOM [v]	menos) trinta e cinco anos (escrevendo) livros.

[301]

.. 593

LIA [v]	Fala muito baixo, muito
LIA [k]	(cochicando)
IVE [v]	modelo é esse.
TOM [v]	((incompreensível)) pelo mundo.

[302]

.. 594

LIA [v]	baixo, muito baixo, muito baixo, baixo.
LIA [k]	
IVE [v]	Tu

[303]

.. 595

LIA [v]	Mulher, mas não éé.
IVE [v]	((incompreensível)) falar baixo. Fala baixo!
IVE [k]	(sussurando)

[304]

596

LIA [v]	Você tá num restaurante ••• você tem que que conversar.
----------------	---

[305]

.. 597 598 599

LIA [v]	Não pode conversar? ••• Tem que ser susurro?
IVE [v]	Valha

[306]

.. 600

LIA [v]

Alto não porque ela já deu um

IVE [v]

((incompreensível))

[307]

..

LIA [v]

((incompreensível)) arrastar a cadeira

[308]

.. 601 602 603

LIA [v]

((incompreensível)) sido RI-DÍ-culo! TODO mundo

TOM [v]

(risos)

[309]

.. 604 605

LIA [v]

olhaando. (Arrasta a cadeira.) Levanta a cadeira. Eu

IVE [v]

Quem foi que diz?

[310]

.. 606 607 608

LIA [v]

quero lá saber. Ela toma! Vai pra lá ((1,2s)) ! Toma! Tá

[311]

.. 609 610

LIA [v]

olhando pra quem? Eu tenho nada a ver com isso.

IVE [v]

Claro

[312]

.. 611 612

LIA [v]

Ivete ninguém

IVE [v]

que ninguém nem se virou.

TOM [v]

Tem que levantar a cadeira. (riso)

[313]

.. 613 614

LIA [v]

nem olhou. Tá um monte de gente nomoraando. • Quem é

[314]

.. 615 616

LIA [v]

que olhar que a Aline arrastou uma cadeira?

IVE [v]

Porque ela é importante. • • • Ela

[315]

.. 617

LIA [v]

((incompreensível))

IVE [v]

deve se achar muito importante.

[316]

.. 618

LIA [v]

Morão, quer que eu lhe digo uma coisa: • • • Aline, Mafalda

[317]

.. 619 620 621

LIA [v]

e Míriam • • não é referência de NADA pra mim. NADA!

LIA [k]

(gritando)

[318]

622 623 624

LIA [v]

enne-a-de-a. EU falo alto, arrasto cadeira e quem quiser

[319]

.. 625

LIA [v]

me acompanhar • ((incompreensível)) quiser. "CIÃO!"

[320]

626 627

LIA [v]

Vai pra lá! Eu não vou é viajar pra me submeter as regras

[321]

.. 628

LIA [v]

dessas três criaturas! VAI PRA LÁ!